

REVISTA DA **ABRALIN**

V. 19, N. 3

Dossiês 2020

1. Descrição funcional das línguas naturais
 2. Discursos da cena política brasileira em análise: a (des)construção da educação, da ciência, da cultura
 3. Tradição discursiva e historicidade da língua e do texto
 4. Procedimentos e métodos para a avaliação de falantes do português como língua adicional, língua de acolhimento e língua de herança
-

R454 Revista da Abralín / Associação Brasileira de Linguística.
Vol. XIX, n. 3 (dezembro de 2020)

Volume XIX, n.3 (dezembro de 2020)
Quadrimestral
ISSN 0102-7158

1. Linguística - Periódicos. 2. Gramática comparada e geral.
3. Palavra - Linguística. I. Universidade Federal de São Carlos.
II. Associação Brasileira de Linguística. III. Título.

CDD: 415

Bibliotecário: Arthur Leitis Junior - CRB 9/1548

V. 19, N. 3

Dossiês 2020

1. Descrição funcional das línguas naturais
 2. Discursos da cena política brasileira em análise: a (des)construção da educação, da ciência, da cultura
 3. Tradição discursiva e historicidade da língua e do texto
 4. Procedimentos e métodos para a avaliação de falantes do português como língua adicional, língua de acolhimento e língua de herança
-



REVISTA
DA **ABRALIN**

revista.abralin.org

Sumário

17 Incursões funcionalistas em análise: teoria e prática

Maria Helena de Moura Neves

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)

John Lachlan Mackenzie

Vrije Universiteit Amsterdam (VUA)

Andre Vinicius Lopes Coneglian

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

25 Modelagem da linguagem e do contexto na teoria sistêmico-funcional

Adriana Silvina Pagano

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

50 Efficient trade-offs as explanations in functional linguistics: some problems and an alternative proposal

Natalia Levshina

Max Planck Institute for Psycholinguistics (MPI)

79 A functionalist typology of redundancy

Sterre Leufkens

Utrecht Institute of Linguistics OTS - Universiteit Utrecht (UiL OTS\UU)

104 Typology and nuance: relativization

Marianne Mithun

University of California, Santa Barbara (UCSB)

131 Espectro funcional de *bem* e *bom* no português falado: instâncias de gramaticalização

Edair Maria Görski

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

159 Extra-clausal constituents in Functional Discourse Grammar: function and form

Riccardo Giomi

CELGA-ILTEC, University of Coimbra (UC)

Evelien Keizer

University of Vienna (UNIVIE)

186 Orações adverbiais de modo introduzidas por “sem”/“sem que”: um olhar na tradição gramatical e outro nos usos

Marta Anaísa Bezerra Ramos

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Camilo Rosa Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

211 Reactions to Social Quotas: a study of Facebook comments in Brazilian Portuguese

Rodrigo Esteves de Lima-Lopes

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

240 Discursos da cena política brasileira em análise: a (des)construção da educação e da ciência na nossa formação social

Evandra Grigoletto

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Bethania Mariani

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Gian Luigi De Rosa

Università degli Studi Roma Tre - Itália (Uniroma3)

247 Entrevista com Eni Orlandi

Evandra Grigoletto

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Bethania Mariani

Universidade Federal Fluminense (UFF)

269 Quarup: funeral para enterrar vivo o discurso fascista

Ana Paula El-Jaick

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

289 Discursos sobre ciência, tecnologia e deslocamento de pesquisadores: o político e o científico se (des)encontram

Anderson de Carvalho Pereira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

310 "Isso é uma gripezinha" – o Brasil em diminutivo

Eduardo Alves Rodrigues

Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP)

Cármem Agustini

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Luiza Castello Branco

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS)

Renata Chrystina Bianchi de Barros

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

331 Pequeno livro do desassossego sociolinguístico

Emilio Gozze Pagotto

Universidade de Campinas (UNICAMP)

348 "Lembrar é resistir"(?): Discursos sobre o regime militar em disputa

Fernanda Lunkes

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Silmara Dela Silva

Universidade Federal Fluminense (UFF)

365 O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil

Freda Indursky

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

389 Discursos negacionistas disseminados em rede

Helcira Lima

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

409 “Uma ponte para o futuro”: efeitos de sentido do discurso neoliberal no Brasil

João Francisco Tenório Neto

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Sôstenes Ericson

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

429 A relação entre a imprensa, o acontecimento discursivo do golpe-*impeachment* e o desmonte das políticas públicas

João Paulo Martins de Almeida

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Maria Virgínia Borges Amaral

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

455 O messias que não faz milagre: notas sobre a ideologia da destruição

Luciana Iost Vinhas

Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)

475 Uma análise bakhtiniana da necropolítica brasileira em tempos de pandemia

Luciane de Paula

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Ana Carolina Siani

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

504 A luta pelo poder dizer “*impeachment*” e “golpe” na narrativa midiática do impedimento de Dilma Rousseff

Maria Alcione Gonçalves da Costa

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

530 E daí? O sujeito fora e dentro da cena de sua fala

Pedro de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

541 Lives presidenciais: reflexões iniciais sobre o discurso político digital

Renata de Oliveira Carreon

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Roberto Leiser Baronas

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

562 Tradição discursiva e historicidade da língua e do texto

Valéria Severina Gomes

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Aurea Zavam

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Konstanze Jungbluth

Europa-Universität Viadrina Frankfurt (Oder) (EUV)

568 La compleja relación entre tradiciones discursivas y estilo

Alfonso Gallegos Shibya

Universidad de Guadalajara (UDG)

582 Tradição Discursiva, Filologia e *Corpus* Histórico-Diacrônico:
análise de Requerimentos do século XVIII

Eliane Correia Brandão Gonçalves

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

599 Os modos tradicionais de dizer dos séculos XIX e XX: uma análise
de cartas pessoais de pernambucanos

Elizabeth Christina Cavalcante da Costa

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Claudia Roberta Tavares Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

628 Historicidade das cartas de amor: circulação de manuais epistolares portugueses no Brasil do século XIX

Natanael Duarte de Azevedo

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

José Temístocles Ferreira Júnior

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

654 O imperativo em variação na escrita mineira: o papel do sujeito e das seções das cartas

Luiz Fernando de Carvalho

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

676 Uma análise do gênero denúncia à luz do paradigma das Tradições Discursivas

Ticiane Rodrigues

Universidade Federal do Ceará (UFC)

699 Tradições discursivas no gênero editorial praticado no Brasil e na Argentina: a expressão do campo dêitico nos séculos XX e XXI

Lucineudo Machado Irineu

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

715 Diachronic genre analysis: patterns of rhetorical organization in academic book reviews

Jorge Luis Queiroz Carvalho

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

740 Text Genres in Cardiac Emergency: from activity to typology

Guiomar Elena Ciapuscio

University of Buenos Aires; Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Buenos Aires, Argentina

763 Movendo a avaliação do português como L2 para além do mal-estar

Ricardo A. de Souza

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Thaís M. M. Sá

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Luiz Amaral

University of Massachusetts Amherst (UMASS Amherst)

775 Proficiência oral em Português Brasileiro: cenário, contextos de avaliação e de instrução e questionamentos

Anna Smirnova Henrique

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Thaiza Barros

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Sandra Madureira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

799 Componentes da habilidade oral: uma análise das propriedades dos itens analíticos do exame Celpe-Bras

Laura Marcia Luiza Ferreira

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

825 Analyzing the oral performance of Portuguese as a Host Language speakers through the Outcome Achievement measure

Ana Flavia Boeing Marcelino

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Raquel Carolina de Souza Ferraz D'Ely

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

852 Língua e cidadania: a apropriação da língua portuguesa por imigrantes haitianos no IFRS - *Campus Bento Gonçalves*

Leandro Rocha Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

Júlia Sonaglio Pedrassani

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

880 O cloze como indicador do desenvolvimento linguístico e da representação emergente do português brasileiro

Lia Abrantes Antunes Soares

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

909 O perfil argumentativo da Tarefa IV no exame Celpe-Bras

Juliana Roquele Schoffen

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Gabrielle Rodrigues Sirianni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Simone Paula Kunrath

Escola Bem Brasil

936 Língua de herança, adolescência e avaliação

Daniella F. D. Ringhofer

Universidade de Viena (UNIVIE)

Ebal Sant'Anna Bolacio Filho

Universidade Federal Fluminense (UFF)

950 Guia-avaliativo de português como língua adicional para crianças estrangeiras bilíngues

Evellyn Gasparello

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Jeniffer Imaregna Alcantara de Albuquerque

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

APRESENTAÇÃO

Incursões funcionalistas em análise: teoria e prática

Maria Helena de Moura NEVES 

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara)



OPEN ACCESS

John Lachlan MACKENZIE 

Vrije Universiteit Amsterdam (VUA)

COMO CITAR

Neves, M. H. M.; Mackenzie, J. L.; Coneglian, A. V. L. (2020). Incursões funcionalistas em análise: teoria e prática. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 17-24, 2020.

André Vinícius Lopes CONEGLIAN 

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

1. Apresentação: A proposta de um dossiê de estudos de orientação funcionalista

Na direção de fortalecer vínculos de pesquisa entre as universidades brasileiras e as universidades estrangeiras, a Abralín (Associação Brasileira de Linguística) promoveu a produção de 4 dossiês temáticos especiais de Linguística, com pesquisadores do Brasil e do exterior, para publicação na *Revista da Abralín*, estabelecendo a inclusão de textos não apenas em língua portuguesa mas também em língua inglesa.

Historicamente, tem de ser observado o fato significativo de que essa iniciativa da Abralín veio imediatamente na sequência da promoção, por essa associação, do “Abralín ao Vivo”, uma série de eventos (conferências e mesas-redondas), que se desenvolveram *on-line* a partir de maio de 2020, e que se estão prolongando para 2021. Na ocasião a Associação Brasileira de Linguística justificava essa promoção refletindo sobre o momento que se vivia, marcado pelo distanciamento social a que a pandemia obrigava, e paralelamente se dirigia a seus associados registrando a necessidade de que se preservasse “o avanço da ciência e o intercâmbio de ideias entre pesquisadores” “para continuar subsidiando ações técnicas e decisões políticas fundamentadas no conhecimento científico”. Foi assim que passaram a ocorrer atividades de divulgação de pesquisas que envolveram – e estão envolvendo, e estão congregando – um grande número de pesquisadores do Brasil e do exterior, incluídos

nomes extremamente representativos dentro da ciência linguística, e, relevantemente, dentro da pesquisa de orientação funcionalista.

Essa iniciativa da Abralín tem de ser destacada como de grande importância no macrocosmo da linguística, como um marco da internacionalização das pesquisas linguísticas, e particularmente quanto à divulgação do contexto de pesquisa brasileiro. Merece ser referido o fato de que colegas não brasileiros têm afirmado que poucos pesquisadores de outros países conheciam a Abralín antes do ano de 2020, mas que a “Abralín ao Vivo” causou uma impressão profunda e muito positiva em todos os que participaram desses recentes eventos, como conferencistas, palestrantes, moderadores ou ouvintes. E é importante registrar que, dentre os autores que estão neste dossiê, quatro participaram do evento, ou como conferencistas ou como integrantes de mesas temáticas, tendo sido impossível mais colaborações com tal tipo de autoria, nesta publicação, pela premência do tempo para entrega dos originais. Também foram conferencistas no evento dois dos organizadores deste dossiê, Maria Helena de Moura Neves e Lachlan Mackenzie, mas os três organizadores consideraram apropriado não concorrer à publicação de artigo nesta obra.

2. A natureza e a configuração geral da obra

Dentro desse Programa de publicação lançado pela Abralín, nós, os organizadores desta obra, submetemos à Presidência da Associação a proposta do dossiê, estabelecendo como foco temático o Funcionalismo linguístico, ou Linguística funcional, ou Gramática funcional. A proposta visou à produção de uma obra que pudesse constituir um mapeamento de temas de seleção atual, dentro do universo das diversas proposições teóricas de orientação funcionalista. A direção geral da obra privilegiou, pois, contemplar-se uma discussão de temas teoricamente dirigida, e não a explicitação, em si e por si, de determinadas propostas teóricas funcionalistas.

O resumo enviado à Abralín estabelecia os seguintes pontos para a condução deste número do periódico *Revista da Abralín*:

- 1) No Funcionalismo linguístico, concebe-se a linguagem como um fenômeno evolutivo-adaptativo pelo qual a gramática das línguas naturais se organiza com base em descrições da estrutura linguística.
- 2) Acredita-se que, nesse enquadre, é possível chegar a explicações para o modo pelo qual a gramática das línguas naturais opera descrições da estrutura linguística, considerada a interface entre os componentes sintático, semântico e pragmático.
- 3) Inúmeras propostas funcionalistas orientam eficientemente esse tipo de descrição, privilegiando a organização semântico-pragmática da gramática para explicitação dos

processos gramaticais constitutivos dos enunciados, seja com vista ao componente sócio-cognitivo, seja com vista aos aspectos tipológicos e universais.

O texto de proposta do dossiê prosseguia na indicação de que, dentro de tal moldura, o dossiê se propunha reunir estudos representativos do desenvolvimento contemporâneo das diversas correntes ditas “funcionalistas”, entendendo-se como inscrita nesse amplo contexto de direção investigativa a descrição de aspectos gramaticais das línguas naturais, sendo especialmente bem-vindos estudos que discutam, na teoria e na prática, temas como: enquadre sócio-cognitivo dos usos linguísticos; relação entre discurso e gramática; iconicidade, economia e competição de motivações; variação e mudança na gramática das línguas naturais; mapeamento categorial na cognição e na linguagem; fluidez de categorias; prototipia e exemplaridade; processos gramaticais constitutivos do enunciado; relação entre construções gramaticais; tipologia linguística; universais linguísticos.

Afinal, indicou-se que temas correlatos, tratados na direção funcionalista, tanto de um ponto de vista teórico quanto de um ponto de vista aplicado, também teriam abrigo na publicação.

Quanto ao perfil dos autores desejados, entendeu-se que não necessariamente se priorizassem acadêmicos com experiência, mas que jovens pesquisadores seriam bem-vindos, privilegiando-se decisivamente a representatividade do material a ser publicado.

3. Uma meta-análise da série de incursões funcionalistas que compõem o dossiê

A obra se abre com o artigo de Adriana Pagano *Modelagem da linguagem e do contexto na teoria sistêmico-funcional*, que oferece um bem cuidado mapeamento da arquitetura sistêmico-funcional hallidayana, incorporadas no tratamento as atualizações pelas quais a teoria passou. Nesse mapeamento se delineiam, para o geral das questões, as dimensões em que se resolve a organização da linguagem que essa arquitetura propõe: as “dimensões globais” (estratificação, instanciação e metafunção) e as “dimensões locais” (estrutura e sistema). A linha de condução do artigo também acomoda as duas concepções centrais de Halliday: a de que a linguagem é ‘naturalmente’ complexa; e a de que a linguagem se resolve teoricamente pelas “escolhas”, implicando “seleções”. Marca-se, pois, a relevância de uma visão paradigmática de opções disponíveis, dentro daquilo que as diferentes dimensões de organização da linguagem englobam. O corolário é que o significado é gerado pelo contraste sistêmico, aquele que se dá entre cada forma escolhida e todas as outras formas que deixaram de ser selecionadas. E essa noção de ‘escolha’ é também a que se envolve na proposta sistêmico-funcional das “metafunções”, definíveis como coocorrências de seleções sistêmicas voltadas não apenas para a construção de nossa experiência de mundo e de nossas relações sociais, mas

também para a própria construção do texto, uma função capacitadora e facilitadora da linguagem, afinal.

O artigo da Natalia Levshina, *Efficient trade-offs as explanations in functional linguistics: some problems and an alternative proposal*, que vem a seguir, toma dados provenientes de um corpus de 30 línguas (a base de dados *Universal Dependencies*) e de um corpus anotado (notícias da coleção *Leipzig Corpora*) para discutir a noção de “troca eficiente” (*efficient trade-off*), um conceito correntemente invocado, na linguística funcional, para explicar vários aspectos do uso e da estrutura da linguagem. Ao definirem a eficiência segundo a razão entre custo e benefício, os linguistas têm reservado o conceito de “*efficient trade-off*” às correlações negativas estabelecidas entre duas explicações de direções opostas, cada uma das quais resulta de “escolhas racionais”. O estudo se desenvolve no sentido de não reconhecer vantagem em tomar essa noção intuitivamente atraente para direcionamento das análises, considerando-a como “mais confusa do que esclarecedora”, até porque nem toda correlação negativa representa uma troca real. São arrolados inúmeros problemas associados ao aproveitamento desse conceito de “troca eficiente” para explicações em linguística funcional, apontando-se as vantagens em substituir aquela análise baseada na correlação negativa entre pares de variáveis linguísticas por uma análise causal que contemple uma multidão de fatores e problematize a ideia consensual de que as línguas tendem a ser eficientes. A conclusão é que seria conveniente desistir completamente do conceito traiçoeiro de “troca eficiente”, substituindo o recurso a correlações pela extração de relações causais unidirecionais, exemplificadas no artigo pela conclusão depreendida da análise dos dados de que a ordem das palavras determina a marcação de caso, mas não *vice-versa*.

O terceiro artigo, *A functionalist typology of redundancy*, de Sterre Cécile Leufkens dedica-se ao estudo da redundância linguística – a “repetição de informação”, como define a autora – fato gramatical que vem destacado como de interesse particular na pesquisa funcionalista. Aponta-se que esse fenômeno, muito comum na linguagem coloquial, tem sido considerado nos estudos como fundamental para a arquitetura da linguagem (e até como um universal linguístico), mas tem recebido pouco estudo empírico, talvez pelo fato de que, sendo os fenômenos redundantes tão “onipresentes” nas línguas, seu estudo se apresenta como tarefa impossível. E é precisamente isso – defende o artigo – que torna a redundância sintagmática um objeto de investigação extremamente relevante na perspectiva funcionalista, pois facilmente essa onipresença é atribuível à sua funcionalidade. Desse modo, o objetivo do estudo propõe-se como uma busca funcional da motivação das diferentes formas da redundância, bem como das funções comunicativas de quatro tipos de concordância destacados, o que se conduz pela análise de gramáticas de referência de uma amostra de 50 idiomas variados. Os resultados encontram duas respostas valiosas: determinados tipos de concordância mostram-se como quase universais enquanto outros se mostram restritos a poucas línguas; a necessidade de precisão e a necessidade de ênfase em informações cruciais são os fatores que motivam a concordância, e cada um deles opera no sentido de uma redundância diferente (“fortuita” e “propositada”, respectivamente). A essas conclusões soma-se, ainda, a verificação de que, para cada um desses dois tipos de redundância, pode-se estabelecer um desenvolvimento diacrônico característico.

O artigo *Typology and nuance: relativization*, de Marianne Mithun defende a ideia de que os trabalhos de tipologia linguística são extremamente valiosos para explorar não apenas o que as línguas têm em comum mas também o modo como elas diferem uma da outra, e ainda quais as possíveis correlações entre as variáveis existentes. A proposta parte da noção de que a investigação linguística verifica, primariamente, os elementos de compartilhamento entre as línguas, indo à avaliação o modo como elas variam e também à causa da variação, tudo envolvendo a identificação de categorias que possam embasar tal comparação. O ponto de partida da argumentação é que a maior parte do que se oferece na tipologia linguística é inerentemente categórico, ou seja, as classificações se fazem em termos de “presença” ou “ausência” de traços, escolha que permite uma boa condução das análises em determinados casos, entretanto não em muitos outros, que exigem a adoção de uma visão mais atenta ao matizamento da linguagem. Segundo a autora, falta, pois, uma visão que avalie até que ponto uma expressão linguística, ou uma distinção apontada, ou uma variável, tem delimitação categorial determinante instaurada na gramática da língua. Quanto à condução do exame, a autora propõe, com toda propriedade, que ele vá à transcrição de fala espontânea, garantindo, assim, uma análise que contemple a funcionalidade do contexto de enunciação, acompanhada de uma análise prosódica. O exame oferecido toma o *mohawk*, língua iroquesa indígena do nordeste da América do Norte, e o fato em análise, no desenvolvimento da proposta, é a construção das orações “relativas”, com a hipótese de que essas construções parecem não estar ainda bem instaladas na gramática. Entretanto, a autora considera que os resultados de sua análise, revelando fatos particulares dessa língua, têm o seu valor dentro da pesquisa tipológica, e, mais que isso, permitem uma generalização de tipo funcional que merece ser destacada. Ao final, pode-se indicar como ponto altamente relevante do estudo a demonstração que ele faz de que o trabalho de tipologia linguística pode enriquecer-se com o reconhecimento de que as “categorias” e as “variáveis” que compõem a teoria nem sempre são rigidamente ‘categóricas’, nas línguas particulares.

O quinto artigo, *Espectro funcional de bem e bom no português falado: instâncias de gramaticalização*, de Edair Maria Gorski, descreve funcionalmente os itens **bem** e **bom**. Ele parte do fato, já bastante tratado nas investigações, de que essas palavras, categorizadas em sua origem como, respectivamente, advérbio (do latim *bene*) e adjetivo (do latim *bonus*, *a*, *um*), apresentam usos com a categoria original preservada e usos com a função adquirida de marcadores discursivos, além de outras, ainda. Examinando situações dialógicas em 72 entrevistas sociolinguísticas do Projeto VAR-SUL, a autora trata comparativamente os usos discursivos dos itens em exame, com o propósito de depreender padrões de comportamento, considerando-os como instâncias de “gramaticalização” (mais estritamente, de “expansão”), provendo a interpretação das mudanças encontradas e pondo em relevo o papel do contexto. Com destaque para o fato de que a gramática envolve, além do nível estritamente estrutural, o nível semântico-pragmático, os marcadores discursivos são considerados como parte da gramática, já que exercem funções gramaticais. O foco da investigação se põe na atuação de **bem** e de **bom** como marcadores conversacionais, mas todas as funções encontradas são descritas e discutidas, propiciando-se, com essa indicação do universo de inserção, uma visão mais acurada do fato particular. No geral os resultados apontam diferenças funcionais no uso de cada um

desses itens (em suas diversas funções), mas merece destaque o fato de que, quando funcionam como marcadores discursivos, os dois itens compartilham, dentro de sua classe, uma propriedade geral (textual/interpessoal): como registra a autora, a de “sinalizar um duplo movimento (de estruturação discursiva e de negociação), com presença significativa encabeçando respostas imediatas”. De todo modo, conclui o estudo, o resultado da análise das peças depende do tipo de situação comunicativa daquele gênero discursivo em que funcionam.

O artigo seguinte, *Extra-clausal constituents in Functional Discourse Grammar: function and form*, de Riccardo Giomi e Evelien Keizer, desenvolve o que chama de “um primeiro esboço de uma abordagem abrangente aos constituintes extra-oracionais (CEOs) no quadro da Gramática Discursivo-Funcional (GDF)”. A orientação se define contrariamente a estudos sobre gramaticalização e pragmaticalização que consideram esses elementos, tão diretamente ligados a funções do discurso, como “externos” à gramática em si, e também a estudos que retiram esses elementos de uma “gramática da sentença” (de relações intraoracionais) para pô-los em uma “gramática tética” (de relações extraoracionais). Inserindo-se registradamente no aparato teórico da “Functional Discourse Grammar (FDG)”, o artigo defende que o que determina quais sejam as expressões que pertencem ao componente gramatical não é esse estatuto de ‘interioridade’, ou não, das expressões, em relação à oração, mas é o estatuto de ‘interioridade’, ou não, do seu “conteúdo semântico e pragmático” na estrutura da língua, ou seja, é o fato de existir, para elas, como dizem os autores, “uma codificação explícita e sistêmica na estrutura da língua”; assim, na proposta teórica da GDF, tudo o que um falante expressa morfossintaticamente e fonologicamente, cumprindo uma intenção comunicativa, tem estatuto gramatical. Registrando que a GDF ainda não tem uma determinação exata de qual seja a definição de um elemento como ECC (“extra-clausal constituent”), o estudo se propõe uma investigação das propriedades funcionais e formais dos elementos dessa classe (tão heterogeneamente instituída), estabelecendo, como pontos centrais de observação e de definição, a estrutura pragmática subjacente comum das peças (com sua contribuição para o desenvolvimento do discurso) e os fatores comunicativos que determinariam tão significativa ocorrência dessas peças na linguagem. Fica proposto, especificamente, que “cada CEO forma uma unidade de comportamento comunicativo separada, embora invariavelmente dependente, isto é um Ato Discursivo Subsidiário” (não componente da expressão que o precede, segue ou interrompe) chegando-se, por aí, a uma consideração do mecanismo que governa o posicionamento dos CEOs, em relação às unidades comunicativas a que eles se agregam, diferentemente do que apresenta a proposta vigente na GDF. Os autores consideram que o estudo obtém, de um lado, definir restrições funcionais sobre o posicionamento dos CEOs, e, de outro lado, estabelecer o maior grau de liberdade posicional de que gozam esses constituintes, relativamente aos que pertencem a camadas mais baixas da organização morfossintática.

No artigo seguinte, os autores Marta Anaisa Bezerra Ramos e Camilo Rosa põem sob exame uma questão particularmente interessante para uma análise funcional, que é a natureza das orações adverbiais de valor modal no português. O título, *Orações adverbiais de modo introduzidas por sem/sem que: um olhar na tradição gramatical e outro nos usos*, já condensa a indicação do objeto em exame, e a exposição, no seu todo, compõe um encaminhamento sempre direto para o tema em análise, o

que dá grande unidade ao texto. Trata-se de uma questão que exhibe singularidades, tanto no que concerne ao estatuto categorial dos conectores quanto no que concerne ao espectro semântico das construções adverbiais resultantes, valendo observar que essas orações não encontram classificação na Nomenclatura gramatical brasileira, e raramente têm abrigo nas obras gramaticais em geral. A artigo define uma base teórica funcionalista que concebe a gramática segundo pressupostos que assumem sua relação com o discurso bem como com a cognição. Para as análises, são adotados critérios de reconhecimento das relações modais estabelecidas com **sem** e **sem que**, distinguindo-as das demais relações adv, o que é bastante desafiador, considerando a grande flutuação de significado envolvida. O exame das orações iniciadas por **sem** e **sem que** que vem apresentado toma essas estruturas oracionais em um cópús formado por artigos de opinião, editoriais e entrevistas de periódicos semanais brasileiros. A análise revelou grande frequência de um valor modal para essas estruturas, propiciando o atingimento do objetivo já colocado como central, na proposição inicial do estudo, de demonstrar que existe um domínio particular de valor modal, não um domínio amplo que integra diluidamente esse valor, entre relações semânticas adverbiais diversas, como as de comparação, conformidade ou concessão.

O último artigo deste dossiê, *Reaction to social quotas: a study of Facebook comments in Brazilian Portuguese*, com autoria de Rodrigo Esteves de Lima Lopes, constitui um trabalho relevante não apenas para os estudos funcionalistas, em específico para a Gramática sistêmico-funcional, mas também para os estudos em Linguística de *Corpus*. O resumo informa, em uma formulação inicial bastante pragmática, que o objetivo do trabalho é “discutir como os usuários do Facebook reagiram às notícias de que a Universidade Federal da Bahia (Brasil) introduziu cotas sociais para transexuais, imigrantes e refugiados socialmente vulneráveis”. E o texto já abre o todo da proposta com a informação de uma ancoragem em *corpus*, para descrição gramatical, e com o registro de uma direção lexicogramatical, para a análise. O abrigo no aparato sistêmico-funcional é especificado na indicação de que o foco principal do estudo é estabelecer os padrões de “transitividade” e de “avaliação” que os atores sociais representam. Para a coleta e o processamento dos dados, que são cuidadosamente especificados, apresenta-se uma condução que se ampara em análise estatística computacional. Quanto aos resultados, verificou-se, no geral, que a maior parte dos comentários em exame parte dos próprios usuários do Facebook em interação, e que esses comentários, nem sempre amigáveis, ocorrem nas interlocuções que acompanham as tomadas de posição dos falantes. Duas indicações particularmente relevantes são que, de um lado, as discussões são politicamente polarizadas, indo, no geral, para além de uma simples expressão de opiniões favoráveis ou contrárias ao sistema de cotas, e que, de outro lado, são comuns manifestações reveladoras de preconceito contra nordestinos e contra os próprios estados do Nordeste. É importante, no estudo, que, com apoio na teoria explicitada, pode-se identificar padrões gramaticais para cada um dos temas presentes nos comentários, e, finalmente, que, com apoio no direcionamento sistêmico-funcional de análise, puderam ser estabelecidos, a partir dos significados depreendidos nos comentários analisados, os sistemas de escolha relativos a avaliação e a transitividade.

4. O rescaldo da proposta

Em uma visão geral, os artigos que compõem este dossiê organizam-se em dois grupos, quanto à natureza da proposta. Os três primeiros são dirigidos pela problematização de um ponto teórico: a legitimidade do contexto como uma categoria teórica na linguística sistêmico-funcional, no caso do texto de Pagano, e a pertinência de pressões comunicativas como categorias explicativas na tipologia linguística, nos casos de Levshina e Leufkens. O quarto artigo, de Mithun, problematiza uma prática tradicional nos estudos linguísticos e, particularmente, nos estudos tipológicos, a de ver as categorias gramaticais como inerentemente categóricas, isto é, como discretas. Assim, desenvolvendo essa questão teoricamente, Mithun propõe uma visão matizada das categorias gramaticais, por meio de uma análise dos estágios de gramaticalização das orações relativas na língua *mohawk*.

O artigo de Mithun entra como uma transição entre os três primeiros artigos, marcados pela discussão de princípios teóricos, e os quatro últimos, cuja proposta se direciona pela análise de fatos gramaticais específicos, em línguas particulares: a gramaticalização de marcadores discursivos no português (Gorski), as propriedades formais e funcionais de constituintes extraoracionais em inglês (Giomí; Keizer), a distribuição discursiva de orações adverbiais modais em português (Ramos; Rosa) e as escolhas lexigramaticais na constituição dos discursos sobre cotas sociais em português (Lima-Lopes).

No conjunto, o dossiê reúne estudos que abrem o campo de visão do leitor, descobrindo bases e diretrizes de relevantes teorias de orientação funcionalista, ao lado de estudos que fixam a atenção do leitor em análises orientadas ou matizadas com sustentação funcional.

Ao final, nós, os organizadores desta obra, gostaríamos de agradecer todos os autores e pareceristas pela excelente contribuição para o dossiê e por tão prontamente aceitarem os prazos apertados que tiveram de ser impostos.

ENSAIO TEÓRICO

Modelagem da linguagem e do contexto na teoria sistêmico-funcional

Adriana Silvina PAGANO 

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a arquitetura sistêmico-funcional hallidayana, enfocando o modelo de contexto proposto pela teoria e incorporando suas atualizações nas últimas décadas. A apresentação tem como ponto de partida os pressupostos sobre os quais se baseia a teoria, passando, subsequentemente, a introduzir as dimensões de organização da linguagem propostas pelo arcabouço hallidayano, a saber, as dimensões globais de estratificação, instanciação e metafunção e as dimensões locais de estrutura e sistema. Uma breve apresentação é feita dos conceitos teóricos e descritivos, juntamente com os respectivos termos que os nomeiam, e exemplos são fornecidos para ilustrar a análise textual possibilitada pela abordagem. O fenômeno denominado metáfora gramatical, postulado pela teoria, é explicado no escopo da arquitetura sistêmico-funcional e relacionado com as variáveis contextuais que configuram registros e tipos de texto. O artigo conclui com uma síntese dos principais pontos que justificam o potencial de aplicação da teoria, fundamentado na adoção das perspectivas sistêmica e funcional para explicar a linguagem em uso.

ABSTRACT

This article aims to outline Halliday's systemic-functional architecture, focusing on the model of context developed by systemicists, including updates made in the last decades. The article first presents the assumptions upon which the theory rests, subsequently introducing the dimensions of language organization proposed within the hallidayan framework, namely the global dimensions of stratification, instantiation and metafunction, and the local dimensions of structure and system. Theoretical and descriptive concepts are briefly presented together with the terms used in



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Andre Vinicius Lopes Coneglian (UFMG)
- Maria Helena de Moura Neves (UNESP)
- Lachlan Mackenzie (VUA)

AVALIADO POR

- Juliano Antonio (UEM)
- Andre Vinicius Lopes Coneglian (UFMG)

DATAS

- Recebido: 19/11/2020
- Aceito: 24/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Pagano, A. S. (2020) Modelagem da linguagem e do contexto na teoria sistêmico-funcional. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 25-49, 2020.

the theory to name them, and examples are provided to illustrate systemic-functional text analysis. The phenomenon of grammatical metaphor posited by the theory is explained within the systemic-functional architecture and related to the contextual variables that configure registers and text-types. The article concludes with a synthesis of the main features that account for the applicable nature of the theory, bearing on the adoption of a systemic and a functional perspective to explain language in use.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria sistêmico-funcional. Contexto. Metáfora gramatical.

KEYWORDS

Systemic-functional theory. Context. Grammatical metaphor.

Introdução

The value of a theory lies in the use that can be made of it.

M. A. K. Halliday, 1985.

Em sua comparação de três abordagens ao estudo da linguagem, agrupadas como sendo representativas do funcionalismo -- a Gramática Funcional (DIK, 1997), a Gramática de Papel e Referência (van VALIN, 2000), e a Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1985; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, 2014) --, Christopher Butler (2003) destaca esta última como sendo, das três, a abordagem mais orientada ao texto e a única que desenvolve um modelo de contexto, com especificação de variáveis e geração de hipóteses que permitem explicar relações sistemáticas entre situações típicas de uso da linguagem e o tipo de linguagem nelas produzido. Um destaque adicional da Gramática Sistêmico-Funcional é, segundo Butler, seu desenvolvimento orientado para ser aplicada e gerar aplicações, dimensão, para Halliday, constitutiva da tarefa do linguista, a quem cabe, simultaneamente, desenvolver sua teoria e utilizá-la para explicar como a linguagem funciona na nossa sociedade.

As duas características destacadas por Butler representam, de fato, aspectos que a própria abordagem hallidayana ressalta. Seu escopo abrangente é evidenciado pela sua autodenominação como “teoria sistêmico-funcional” e “linguística sistêmico-funcional”, reservando a designação “gramática” para um dos níveis da estratificação da linguagem por ela postulada. À sua abrangência soma-se, também, sua autoqualificação como teoria *applicable*, atributo que Halliday escolhe em oposição a *applied* (aplicado) e *applicable* (aplicável) e define como propriedade de possuir potencial de aplicação. Assim, transcendendo a distinção disciplinar *linguística – linguística aplicada*, a Teoria Sistêmico-Funcional é

appliable por oferecer um arcabouço potencialmente passível de responder às necessidades de gerar e interpretar linguagem em uso, sem necessariamente ser concebida para atender uma aplicação em particular (HALLIDAY, 2013).

Tendo em vista os destaques feitos por Butler sobre o caráter diferencial da teoria hallidayana no âmbito do funcionalismo, este artigo se propõe a apresentar os principais componentes de sua arquitetura, situando o estrato da gramática no modelo de contexto proposto pela teoria, conforme suas atualizações na última década. Após uma breve apresentação dos pressupostos sobre os quais se baseia a teoria, são delineadas as dimensões de organização da linguagem propostas pelo arcabouço hallidayano. Conceitos teóricos e descritivos são apresentados com seus respectivos termos e exemplos ilustram a análise textual possibilitada pela abordagem. O fenômeno denominado metáfora gramatical, postulado pela teoria, é explicado no escopo da arquitetura sistêmico-funcional e relacionado com as variáveis contextuais que configuram registros e tipos de texto. Por último, o artigo sintetiza, nas suas considerações finais, os principais argumentos que embasam o potencial de aplicação da teoria, os quais dizem respeito às perspectivas sistêmica e funcional adotadas para explicar a linguagem em uso.

1. Linguagem e realidade

Meanings are not stored and lined up somewhere else, either inside us
in the mind or outside us in the real world, waiting to be meant;
they are brought into being in the shape of language.

M. A. K. Halliday, 2013.

A teoria sistêmico-funcional (TSF) começou a ser desenvolvida por M. A. K. Halliday nas décadas de 1950 - 1960 e encontra-se, desde então, em contínua expansão. Trata-se, como já dito, de uma teoria robusta e abrangente, que se autoreconhece como sendo “*extravagant*”, nas palavras de seu idealizador (HALLIDAY, 2005, p.229), no sentido de não ser comedida e não procurar reduzir a complexidade dos fenômenos que estuda, em prol da simplificação.

O principal pressuposto da linguística sistêmico-funcional, que Halliday compartilha com os autores que ele próprio nomeia seus precursores – John Firth, Louis Hjelmslev, Edward Sapir e Benjamin Whorf –, diz respeito ao papel da linguagem na constituição da realidade humana. A linguagem não “reflete” a realidade; ela é o próprio agente de sua construção (HALLIDAY, 2003, p.145):

As categorias e conceitos da nossa existência material não constituem algo “dado”, anterior à sua expressão na linguagem. São *construídos* pela linguagem, na interseção do material e do simbólico [...] a gramática cria o potencial dentro do qual podemos agir e encenar nossa existência na cultura.¹

Não há para a TSF, como pode ser depreendido da citação acima, dois domínios de cognição: dentro e fora da linguagem. Assim, o que em outras abordagens é tratado de forma separada da linguagem, como inferências ou conhecimento extraído do conhecimento de mundo, na TSF é subsumido num só fenômeno: o significado, que é ativamente construído *em e pela* linguagem.

O caráter funcional da teoria, representado no seu nome, está vinculado ao papel ativo da linguagem na construção da realidade graças à sua capacidade de gerar significado através do processo de SEMOGÊNESE (SEMOGENESIS)². Esta se desenvolve ao longo de três escalas temporais: ONTOGÊNESE (ONTOGENESIS) ou desenvolvimento da capacidade da linguagem para gerar significados durante o crescimento do falante, de criança a adulto; FILOGÊNESE (PHYLOGENESIS) ou desenvolvimento ao longo da evolução da espécie humana; e LOGOGÊNESE (LOGOGENESIS) ou desenvolvimento ao longo da instanciação de significados no texto.

No desenvolvimento ontogênico da linguagem (da criança ao adulto), macrofunções, ou METAFUNÇÕES (METAFUNCTIONS), como Halliday as denomina, vão delineando-se e, graças à gramática, se combinam para gerar enunciados que atendem às necessidades primordiais do falante, quais sejam, construir sua experiência do mundo exterior e do mundo interior da sua consciência e encenar relações sociais através das quais pode estabelecer e afirmar sua identidade em sociedade. A gramática consubstancia essas duas necessidades primárias, vinculadas respectivamente às metafunções IDEACIONAL (IDEATIONAL) e INTERPESSOAL (INTERPERSONAL), através da metafunção TEXTUAL (TEXTUAL), que contribui para a geração do DISCURSO (DISCOURSE³) por meio da combinação dos significados ideacionais e interpessoais no fluxo da construção dos significados.

O caráter sistêmico da teoria, também representado na sua denominação, diz respeito à sua concepção da linguagem como um grande sistema composto de REDES DE SISTEMAS (SYSTEM NETWORKS) e subsistemas, nos quais se organizam PARADIGMAS (PARADIGMS) de opções disponíveis. O objetivo da teoria é explicar como são gerados significados na linguagem. Para tanto, prioriza o EIXO PARADIGMÁTICO (SISTEMA) sobre o SINTAGMÁTICO (ESTRUTURA): o significado é gerado pelo contraste sistêmico, isto é, pelo contraste entre a forma escolhida e todas as outras formas que poderiam ter sido escolhidas, mas não o foram. As formas que compõem o paradigma são consideradas AGNATAS (AGNATE) entre si e

1 No original: “The categories and concepts of our material existence are not “given” to us prior to their expression in language. Rather, they are construed by language, at the intersection of the material with the symbolic... grammar creates the potential within which we act and enact our cultural being”.

2 Neste artigo são utilizados os termos teóricos e descritivos da TSF conforme traduzidos para o português brasileiro em Figueredo (2011). Os mesmos são destacados em versalete, com indicação do termo em inglês entre parênteses, na primeira instância de uso e sempre que necessário, de forma a facilitar a leitura do texto.

3 Dados os distintos usos e significados que este termo possui nos estudos linguísticos, cabe esclarecer que na TSF o termo DISCURSO (DISCOURSE) é utilizado especificamente para se referir à construção de significado no desenvolvimento logogenético do texto (cf. HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999).

o processo de AGNAÇÃO (AGNATION) é utilizado para se examinar as relações que vinculam duas ou mais formas no escopo de um ou mais sistemas.

A linguagem é concebida pela teoria como escolhas entre OPÇÕES (CHOICE). As escolhas não são aleatórias; antes, pressupõem SELEÇÕES (SELECTIONS) dentro de paradigmas de opções disponíveis, os quais podem ser mapeados de acordo com as diferentes dimensões de organização da linguagem postuladas pela teoria, descritas a seguir.

2. Arquitetura sistêmico-funcional

Language is complex - and the complexity of it is real;
it is not something imposed upon it by linguists.
M. A. K. Halliday, 2005.

Para a TSF, a linguagem está organizada de acordo com três dimensões globais – ESTRATIFICAÇÃO (STRATIFICATION), INSTANCIACÃO (INSTANTIATION) e METAFUNÇÃO (METAFUNCTION). Há ainda duas dimensões locais – ESTRUTURA (STRUCTURE) e SISTEMA (SYSTEM). A FIGURA 1 mostra uma representação das dimensões todas e sua inter-relação.

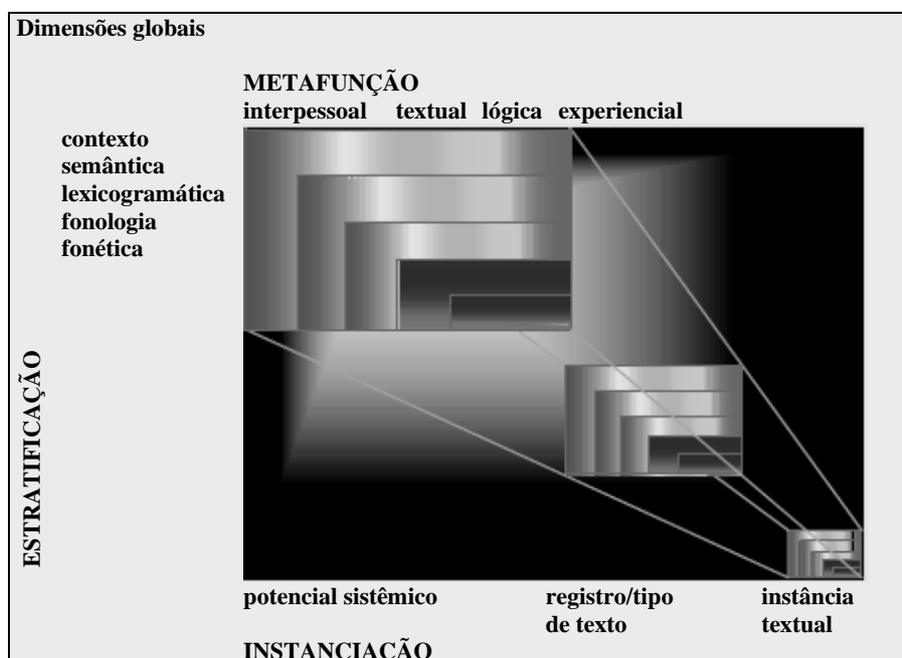


FIGURA 1 – Contínuo da instanciação como dimensão global de organização da linguagem e sua articulação com a hierarquia da estratificação e o espectro metafuncional
Fonte: Adaptado de Matthiessen, Teruya e Lam (2010, p.122).

ESTRATIFICAÇÃO refere-se a domínios de abstração simbólica relacionados pelo princípio de REALIZAÇÃO (REALIZATION). A linguagem é um sistema semiótico estratificado composto por dois planos inter-relacionados: CONTEÚDO (CONTENT) e EXPRESSÃO (EXPRESSION). No plano do CONTEÚDO, o estrato da SEMÂNTICA é realizado pelo estrato da GRAMÁTICA, e no plano da EXPRESSÃO, o estrato da FONOLOGIA/GRAFOLOGIA é realizado pelo estrato da FONÉTICA/GRAFÉTICA. Os estratos do plano do CONTEÚDO (SEMÂNTICA e GRAMÁTICA) são realizados pelos estratos do plano da EXPRESSÃO (FONOLOGIA/GRAFOLOGIA e FONÉTICA/GRAFÉTICA).

Diferentemente de outras teorias, a TSF concebe a GRAMÁTICA como estrato que compreende tanto a gramática como o léxico e o denomina de LEXICOGRAMÁTICA (LEXICOGRAMMAR). O léxico é o polo mais DELICADO (DELICATE) da gramática, no sentido de ser decorrente de seleções em sistemas gramaticais, que por subespecificação progressiva atingem um ponto em que as opções passam a ser lexicais.

O estrato da SEMÂNTICA também é modelado de forma diferenciada na TSF. Trata-se de um estrato-chave por constituir, como explica Matthiessen (1993), “o nível de passagem para o CONTEXTO (CONTEXT)” e “o ponto de acesso ao sistema onde o CONTEXTO pode ser apreendido semanticamente”⁴. Por ser um nível de passagem, cabe à SEMÂNTICA dar conta das múltiplas demandas que fazemos da linguagem, as quais exercem pressão sobre o sistema, o que leva ao surgimento de múltiplos sistemas semânticos específicos para cada tipo de situação, sistemas estes que são modelados por meio do conceito de REGISTRO (REGISTER). Para a TSF, a SEMÂNTICA é polissistêmica. Assim, à geração do significado por parte do grande SISTEMA soma-se o significado gerado pela variação no sistema, ou seja, *em* e *pelos* REGISTROS.

A TSF possui também uma visão funcional da SEMÂNTICA. Diferentemente das teorias da semântica formal e da semântica cognitiva, que explicam o significado em relação a um modelo do mundo material ou a um modelo mental, a TSF, como foi dito, explica o significado numa visão sociossemiótica, como sendo gerado *em* e *pela* linguagem no seu contexto de uso. Também, diferentemente da semântica formal e cognitiva, que privilegiam o significado representacional (IDEACIONAL), deixando significados INTERPESSOAIS e TEXTUAIS por conta da pragmática, a SEMÂNTICA na TSF contempla, de forma conjunta, os três tipos de significado – IDEACIONAL/REPRESENTACIONAL, INTERPESSOAL e TEXTUAL –, que serão detalhados mais adiante.

No que diz respeito ao CONTEXTO, este é modelado pela TSF em dois níveis de abstração denominados CONTEXTO DE CULTURA (CONTEXT OF CULTURE) e CONTEXTO DE SITUAÇÃO (CONTEXT OF SITUATION). O CONTEXTO DE CULTURA é o conjunto de todos os aspectos da cultura relevantes para a produção da linguagem. No escopo do CONTEXTO DE CULTURA, o CONTEXTO DE SITUAÇÃO são os aspectos relevantes para a produção de uma instância linguística numa dada SITUAÇÃO (SITUATION). Enquanto termo técnico, SITUAÇÃO se refere a uma unidade contextual. Ao estudar uma instância linguística, observamos as variáveis do contexto em que essa instância está imbricada, isto é, seu CONTEXTO DE SITUAÇÃO. Toda

4 No original: “Semantics is the linguistic inter-level to context; it is the way into the linguistic system where context can be semanticized”. (MATTHIESSEN, 1993, p. 227)

SITUAÇÃO está vinculada a um tipo de situação, por sua vez imbricado numa INSTITUIÇÃO, parte do CONTEXTO DE CULTURA.

A TSF modela a linguagem simultaneamente sob a perspectiva de (i) a INSTÂNCIA individual (texto), (ii) o REGISTRO (TIPO DE TEXTO) e (iii) o SISTEMA como um todo, o que possibilita explicar toda e qualquer INSTÂNCIA. Não há instâncias “agramaticais” ou “exceções a regras”; toda instância de linguagem é passível de ser explicada em termos de sua maior ou menor probabilidade de ocorrência de acordo com os parâmetros de instanciação examinados.

INSTANCIAMENTO é a segunda dimensão global de organização da linguagem, além da dimensão da ESTRATIFICAÇÃO. A TSF modela a linguagem como sistema semiótico de ordem superior imbricado no CONTEXTO, também modelado como sistema semiótico de ordem superior. Ambos são mapeados e correlacionados ao longo de um CONTÍNUO (CLINE) chamado de CONTÍNUO DA INSTANCIAMENTO (CLINE OF INSTANTIATION), como o QUADRO 1, reproduzido e traduzido de Matthiessen, Teruya e Lam (2010, p.123), mostra:

	Potencial	Subpotencial	Tipo de instância	Instância
Contexto	contexto de cultura (potencial cultural)	instituições	tipos de situação	contextos de situação
Linguagem	sistema linguístico (potencial de significado)	registro	tipos de texto	textos (atos de significado)

QUADRO 1 - Contínuo da instanciação no contexto e na linguagem
 Fonte: Adaptado de Matthiessen, Teruya e Lam (2010, p. 123).

Como vemos no QUADRO 1, no contínuo da instanciação, são correlacionados pontos de generalização ao longo dos sistemas do CONTEXTO e da LINGUAGEM: INSTÂNCIAS (INSTANCES) em particular (textos) podem ser agrupados por serem representativos de TIPOS DE TEXTO (TEXT TYPES), cuja instanciação está pautada por REGISTROS, que constituem o SISTEMA LINGUÍSTICO (LANGUAGE SYSTEM) como um todo. Com base em INSTÂNCIAS podemos examinar as variáveis contextuais da SITUAÇÃO (CONTEXT OF SITUATION), as quais caracterizam TIPOS DE SITUAÇÃO (SITUATION TYPES), que, por sua vez, estão imbricados em INSTITUIÇÕES (INSTITUTIONS), que formam o POTENCIAL DA CULTURA (CULTURAL POTENTIAL).

No contínuo da instanciação do sistema linguístico, REGISTRO é um ponto intermediário entre o polo do POTENCIAL e a INSTÂNCIA. Trata-se de uma variação linguística, uma subespecificação do sistema global. Diz respeito a frequências de seleções em redes de sistemas linguísticos feitas para a geração de TIPOS DE TEXTOS, cuja INSTANCIAMENTO é determinada por valores contextuais relativos ao CAMPO (FIELD) ou tipo de ação social; às relações entre os participantes da interação ou SINTONIA (TENOR); e à organização simbólica da mensagem ou MODO (MODE). O REGISTRO é correlacionado, no CONTÍNUO DO CONTEXTO, com as INSTITUIÇÕES enquanto sistemas de significados dentro do CONTEXTO DE CULTURA. AS INSTITUIÇÕES semióticas configuram as instituições sociais.

Toda geração de linguagem (INSTANCIACÃO) envolve uma subespecificação do sistema linguístico, um REGISTRO. Os REGISTROS podem ser examinados em diferentes níveis de DELICADEZA, observando-se famílias de registros, subfamílias ou bem um registro em particular. Como dissemos, os REGISTROS estão relacionados com as INSTITUIÇÕES. Assim como os REGISTROS são modelados como generalizações de TIPOS DE TEXTO, as INSTITUIÇÕES são modeladas como generalizações de TIPOS DE SITUAÇÃO.

As configurações de REGISTRO, como dito acima, são definidas pelas variáveis de CAMPO (FIELD), SINTONIA (TENOR) e MODO (MODE). Estas estão listadas no QUADRO 2.

Registro	
•	campo
	<ul style="list-style-type: none"> • processo sócio-semiótico • domínio experiencial • atividade social
•	sintonia
	<ul style="list-style-type: none"> • papel agentivo (escritor/leitor; falante/ouvinte) • papel social (autoridade, expertise, nível educacional) • distância social (distante, próximo) • afeto • valoração • papel discursivo (demandante/fornecedor de informações; demandante / fornecedor de bens e serviços)
•	modo
	<ul style="list-style-type: none"> • divisão de tarefas (constitutivo/ancilar) • canal (gráfico/fônico) • meio (escrito/oral) • turno /modo de interação (monológico/dialógico) • modo retórico (argumentação, persuasão, descrição, narração, exposição, instrução)

QUADRO 2 - Variáveis do contexto de situação e respectivas subdimensões

Fonte: Elaborado pelo autora.

No QUADRO 2, CAMPO diz respeito à ATIVIDADE SOCIOSSEMÍÓTICA da qual participam os interlocutores e ao DOMÍNIO EXPERIENCIAL. SINTONIA é a variável que especifica o tipo de relação social que é estabelecida pelos interlocutores, caracterizada de acordo com: o papel institucional ou PAPEL AGENTIVO; o PAPEL SOCIAL ou relação de poder entre os falantes em termos de idade, gênero, expertise, classe social; a DISTÂNCIA SOCIAL o grau de proximidade entre os falantes (desconhecido, conhecido, familiar, íntimo); o AFETO ou envolvimento do falante numa situação de fala em termos de comportamentos cooperativos ou dissociativos; o PAPEL DISCURSIVO ou papel criado pela linguagem através do sistema de tomada de turnos; e a VALORAÇÃO ou atribuição de avaliação. MODO é o parâmetro que determina o papel da linguagem no contexto, caracterizado por: DIVISÃO DE TAREFAS entre a linguagem e outros sistemas semióticos; ORIENTAÇÃO da linguagem para o CAMPO (visando explicar um domínio experiencial) ou para a SINTONIA (visando regular o comportamento social); TURNO ou modo da interação (monológico ou dialógico); MEIO (escrito, falado); CANAL (fônico, gráfico, electrónico); e MODO RETÓRICO (argumentativo, descritivo, narrativo, instrucional).

Pautando-se por parâmetros das variáveis de CAMPO e MODO, Matthiessen, Teruya e Lam (2010) elaboraram uma TIPOLOGIA/TOPOLOGIA de TIPOS DE TEXTOS baseada em Ure (1969). Do ponto de vista do CAMPO, a modelagem está baseada em oito ATIVIDADES SOCIOSEMIÓTICAS que sintetizam os usos que a linguagem possibilita no CONTEXTO DE CULTURA, a saber: EXPLICAR (EXPOUNDING) ou teorizar visando a construção de conhecimento; RELATAR (REPORTING) acontecimentos; RECRIAR (RECREATING) aspectos da vida social; COMPARTILHAR (SHARING) experiências e valores; RECOMENDAR (RECOMMENDING) procedimentos e ações; HABILITAR (ENABLING) a execução de procedimentos; EXPLORAR (EXPLORING) posições e valores; e FAZER ou agir socialmente, sendo a linguagem facilitadora dessa ação. Do ponto de vista do MODO, a modelagem é feita segundo o MEIO (escrito ou falado) e o TURNO (dialogico ou monológico).

A FIGURA 2, adaptada de Matthiessen, Teruya e Lam (2010), apresenta uma representação gráfica da TIPOLOGIA/TOPOLOGIA de registros com indicação de TIPOS DE TEXTOS que são associados a cada região da topologia.

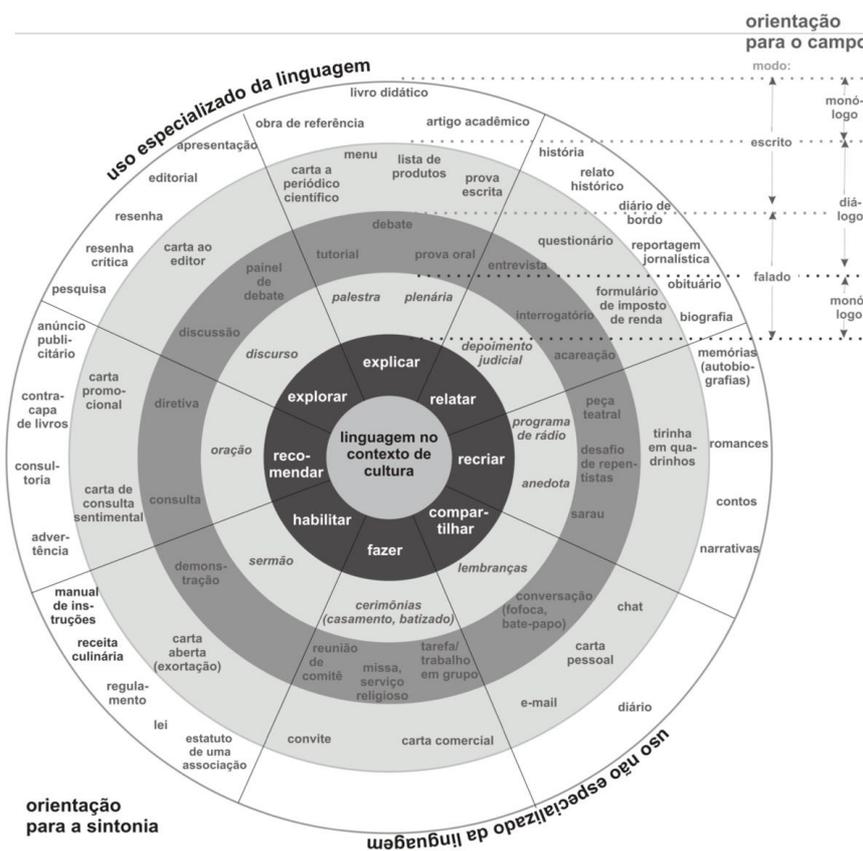


FIGURA 2 – Tipologia/Topologia de textos
Fonte: Adaptada de Matthiessen, Teruya e Lam (2010, p. 221).

Na FIGURA 2, os círculos concêntricos estão organizados de forma a contemplar as variáveis de CAMPO e SINTONIA: no quadrante superior direito, estão concentrados os TIPOS DE TEXTO orientados para o

CAMPO (FIELD) e no quadrante inferior esquerdo, encontram-se os TIPOS DE TEXTO orientados para a SINTONIA (TENOR). O quadrante superior esquerdo representa a região com maior concentração de TIPOS DE TEXTO nos quais o uso da linguagem é ESPECIALIZADO (SPECIALIZED). Já no quadrante inferior direito, estão concentrados os TIPOS DE TEXTO nos quais o uso da linguagem é NÃO ESPECIALIZADO (NON-SPECIALIZED).

As subvariáveis de MEIO e TURNO também estão contempladas na FIGURA 2: os dois círculos mais externos se referem ao MEIO escrito, e os dois círculos mais internos, ao MEIO oral; os círculos nas extremidades externa e interna contemplam o MODO monológico, estando os dois círculos entre os extremos reservados ao MODO dialógico.

A combinação das perspectivas TIPOLÓGICA e TOPOLÓGICA, princípio fundamental na TSF, justifica-se pela sua capacidade de apreensão do caráter intrinsecamente DIFUSO (FUZZY) da linguagem humana. Assim, a modelagem do SISTEMA pela subespecificação de categorias em REDES DE SISTEMAS (TIPOLOGIA) é complementada por uma modelagem adicional com base na analogia de sistemas, dada sua localização na SEMÂNTICA (TOPOLOGIA).

A TIPOLOGIA organiza de forma taxonômica as relações entre os distintos tipos de texto, numa escala crescente de especificidade ou DELICADEZA. Seu ponto de partida é o CONTEXTO DE CULTURA, o qual é subespecificado, em nível crescente de DELICADEZA, em ATIVIDADES SOCIOSEMIÓTICAS, por sua vez, subespecificadas até o ponto mais DELICADO da escala: TIPOS DE TEXTOS representativos das variáveis contextuais nesse ponto do modelo. A título de exemplo, o QUADRO 3 enfoca a atividade sociosemiótica HABILITAR, e mais especificamente a subatividade CAPACITAR, representada de forma taxonômica na tipologia de registros da seguinte maneira:

	atividade	subespecificação	tipo de texto
contexto de cultura	habilitar	promover	anúncio publicitário
		regular	protocolo, lei
		capacitar	textos de procedimentos, manual de instruções

QUADRO 3 – Localização tipológica da atividade sociosemiótica HABILITAR e da subespecificação CAPACITAR na TIPOLOGIA de textos

Fonte: Elaborado pelo autora.

No QUADRO 3, vemos, por exemplo, que textos de procedimentos ou manuais de instruções estão associados à atividade sociosemiótica HABILITAR (ENABLING), mais especificamente CAPACITAR (EMPOWERING).

A TOPOLOGIA organiza as relações entre as ATIVIDADES SOCIOSEMIÓTICAS e os respectivos TIPOS DE TEXTO de forma espacial de acordo com o grau de inter-relação das configurações prototípicas. A atividade HABILITAR (ENABLING), examinada no Quadro 3 sob a perspectiva TIPOLÓGICA, está representada na FIGURA 3 de forma espacial na TOPOLOGIA de registros da seguinte maneira:



FIGURA 3 – Localização TOPOLÓGICA do processo sócio-semiótico HABILITAR na TIPOLOGIA de textos

Fonte: Elaborada pelo autora.

Como a FIGURA 3 mostra, pela sua localização TOPOLÓGICA na representação gráfica, a atividade HABILITAR (i) encontra-se num ponto intermediário na escala de especialização no uso da linguagem, entre o uso mais especializado e o não-especializado; (ii) é uma atividade orientada para a variável SINTONIA (TENOR); e (iii) encontra-se próxima das atividades RECOMENDAR e FAZER, com as quais compartilha características semânticas.

A interseção das perspectivas tipológica e topológica nos permite caracterizar, por exemplo, procedimentos e manuais de instruções como textos que funcionam no CONTEXTO DE CULTURA visando que o leitor seja capaz, ao seguir instruções ou procedimentos, de executar uma determinada atividade. A sua localização tipológica, isto é, quanto ao tipo e subtipo de ATIVIDADE SOCIOSSEMIÓTICA fornece dados sobre sua configuração prototípica de significados IDEACIONAIS, INTERPESSOAIS e TEXTUAIS e suas realizações léxico-gramaticais. Realizações prototípicas desse tipo de texto na SEMÂNTICA e na LÉXICO-GRAMÁTICA são, por exemplo, COMANDOS, realizados por IMPERATIVOS JUSSIVOS. Pela sua localização topológica, textos de procedimentos fazem uso de linguagem relativamente especializada, são construídos com valores específicos para a variável SINTONIA (TENOR-ORIENTED) e compartilham algumas características semânticas com tipos de textos de atividades sociossemióticas adjacentes, tais como o uso de comandos em atividades de FAZER e RECOMENDAR.

A descrição de ATIVIDADES SOCIOSSEMIÓTICAS, REGISTROS e TIPOS DE TEXTO diz respeito à dimensão da INSTANCIAÇÃO. Além da INSTANCIAÇÃO e da ESTRATIFICAÇÃO, anteriormente apresentada, a terceira dimensão global da linguagem é a METAFUNÇÃO. METAFUNÇÃO não deve ser entendido no sentido de função ou uso da linguagem. As METAFUNÇÕES da linguagem são componentes da linguagem, co-ocorrências de seleções sistêmicas, que codificam nossa experiência do mundo, nossas relações sociais e a tessitura de nossas mensagens na forma de conteúdo, especificando as opções de significação disponíveis e determinando sua realização estrutural.

Como foi mencionado anteriormente, há três METAFUNÇÕES: IDEACIONAL, INTERPESSOAL e TEXTUAL, sendo que na primeira há dois componentes diferenciados: o EXPERIENCIAL (EXPERIENTIAL) e o LÓGICO (LOGICAL).

A METAFUNÇÃO IDEACIONAL constrói nossa experiência do mundo perceptível e do mundo interior da nossa consciência. Na ORDEM da ORAÇÃO, os significados ideacionais são realizados na LEXICOGRAMÁTICA pelo sistema de TRANSITIVIDADE (subcomponente EXPERIENCIAL) e pelos sistemas de TAXE e RELAÇÕES LOGICO-SEMÂNTICAS (subcomponente LÓGICO).

Os significados EXPERIENCIAIS são apresentados, tipológica- e topologicamente, na FIGURA 4, e ilustrados com orações extraídas de manuais de instruções.

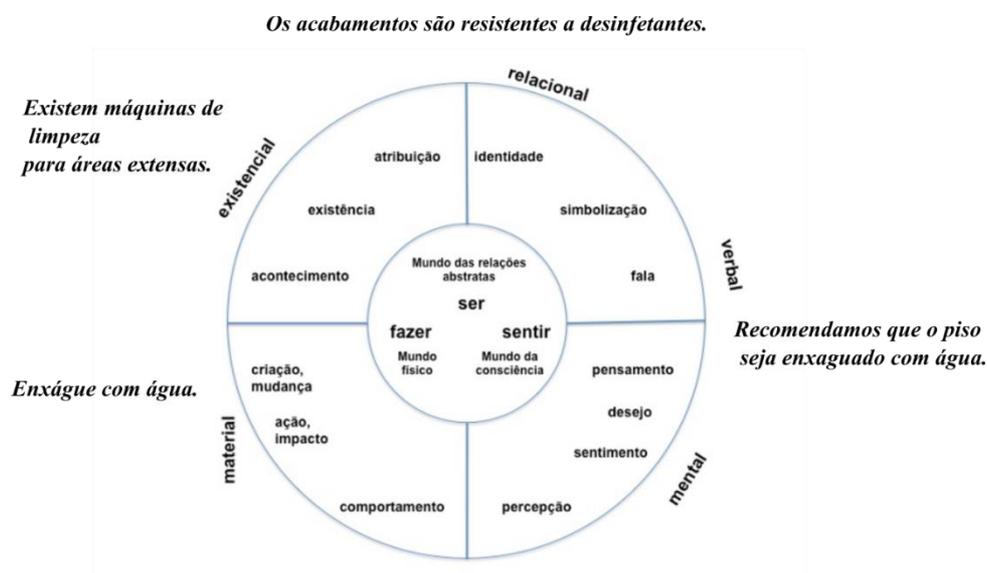


FIGURA 4 – A gramática da experiência: tipologia e topologia de processos com exemplo de orações
 Fonte: Elaborado pela autora com base em Halliday e Matthiessen (2014, p. 216). Exemplos da autora.

Os significados EXPERIENCIAIS são construídos na SEMÂNTICA por FIGURAS (FIGURES), que são configurações de PROCESSOS, PARTICIPANTES e CIRCUNSTÂNCIAS. As FIGURAS são realizadas na LEXICOGRAMÁTICA por ORAÇÕES (CLAUSES). O espectro de significados contempla, no sentido horário na FIGURA 4, FIGURAS DE FAZER (FIGURES OF DOING), realizadas por PROCESSOS MATERIAIS (MATERIAL PROCESSES), por exemplo em “Enxágue com água pura”; FIGURAS DE ACONTECER (FIGURES OF HAPPENING), realizadas por PROCESSOS EXISTENCIAIS (EXISTENTIAL PROCESSES), como em “Existem máquinas de limpeza para áreas extensas”; FIGURAS DE SER (FIGURES OF BEING), realizadas por PROCESSOS RELACIONAIS DE IDENTIFICAÇÃO (RELATIONAL IDENTITY PROCESSES) e FIGURAS DE TER (FIGURES OF HAVING), realizadas por PROCESSOS RELACIONAIS ATRIBUTIVOS (ATTRIBUTIVE RELATIONAL PROCESSES), como em “Os acabamentos são resistentes a desinfetantes”; FIGURAS DE DIZER (FIGURES OF SAYING), realizadas por PROCESSOS VERBAIS (VERBAL PROCESSES); e FIGURAS DE EXPERIENCIAR

(FIGURES OF SENSING), realizadas por PROCESSOS MENTAIS (MENTAL PROCESSES), como em “Recomendamos que o piso seja enxaguado com água”.⁵

A METAFUNÇÃO INTERPESSOAL encena as relações que estabelecemos no convívio social e através das quais construímos nossa identidade. Na ORDEM da ORAÇÃO, os significados interpessoais são realizados na LEXICOGRAMÁTICA pelo sistema de MODO e MODALIDADE, a qual inclui MODALIZAÇÃO (graus de probabilidade) e MODULAÇÃO (graus de obrigatoriedade).

A METAFUNÇÃO TEXTUAL, cuja natureza é de segunda ordem, pois está orientada para uma realidade semiótica (a linguagem), cria o fluxo do DISCURSO. Na ORDEM da ORAÇÃO, os significados textuais são realizados na LEXICOGRAMÁTICA pelo sistema de TEMA.

O QUADRO 4 a seguir ilustra a análise metafuncional de uma oração extraída de um manual de instruções.

ANÁLISE ESTRUTURAL SINTAGMÁTICA ANÁLISE SISTÊMICA PARADIGMÁTICA	<i>Em seguida</i>	<i>esfregue</i>	<i>a superfície</i>	<i>com sapólio</i>
TEXTUAL TEMA MÚLTIPLO TEMA TEXTUAL: CONTINUATIVO TEMA TÓPICO DEFAULT	TEMA		REMA	
	TEXTUAL	TÓPICO		
INTERPESSOAL INDICATIVO IMPERATIVO: JUSSIVO: NEUTRO SUJEITO: RECUPERADO: PESSOA DA INTERAÇÃO	ADJUNTO	PREDICADOR	COMPLEMENTO	
		MODO	RESÍDUO	
IDEACIONAL EXPERIENCIAL MATERIAL: TRANSITIVA EFETIVA TRANSFORMATIVA: ELABORAÇÃO PARTICIPANTE: ATOR		PROCESSO	META	CIRCUNSTÂNCIA DE MEIO: INSTRUMENTO
IDEACIONAL LÓGICA ORAÇÃO SIMPLES, FINITA				

QUADRO 4 – Análise sistêmica e estrutural de uma unidade na ORDEM da ORAÇÃO

Fonte: Elaborado pelo autora.

Como vemos no QUADRO 4, a METAFUNÇÃO TEXTUAL desempenha uma dupla tarefa: ligar a mensagem desta ORAÇÃO ao DISCURSO precedente, através de um TEMA textual continuativo (“em seguida”), e construir um ponto de partida *default* para a mensagem, através de um TEMA tópico, que neste caso, em se tratando de um comando, é o PROCESSO realizado por um grupo verbal (“esfregue”), cujo PARTICIPANTE (ATOR) é a pessoa da interlocução.

5 Por motivos de espaço, não são apresentados subtipos de Processo e Participante no sistema da TRANSITIVIDADE. Para uma descrição detalhada, ver Halliday e Matthiessen (2004) e Figueredo (2011).

A METAFUNÇÃO INTERPESSOAL encena a relação estabelecida entre falante e ouvinte através do MODO imperativo jussivo neutro. Neste caso, o MODO é realizado pelo PREDICADOR (“esfregue”) e o SUJEITO, o interlocutor, é elíptico mas é recuperado pela função SUJEITO *default* neste tipo de imperativo.

A METAFUNÇÃO IDEACIONAL, em seu componente LÓGICO, constrói uma FIGURA na SEMÂNTICA através de uma oração simples, finita, na LEXICOGRAMÁTICA. Há, assim, uma correlação um-a-um entre a sequência das ações esperadas do leitor e as orações, numa representação icônica típica de textos de procedimentos (cf. HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p.551).

A METAFUNÇÃO IDEACIONAL, em seu componente EXPERIENCIAL, constrói uma FIGURA DE FAZER realizada por uma oração com PROCESSO MATERIAL. Sob a perspectiva da TRANSITIVIDADE, isto é, do impacto da ação executada pelo PARTICIPANTE ATOR (ACTOR) sobre PARTICIPANTES adicionais, a ORAÇÃO é transitiva e o ATOR (o executor da tarefa de esfregar) exerce uma ação com impacto sobre o PARTICIPANTE META (GOAL) (a superfície). Sob a perspectiva da ERGATIVIDADE, isto é, de quem ou o que provoca a ação, o AGENTE é o PARTICIPANTE elíptico e ATOR do PROCESSO “esfregar”, que pode ser recuperado, em função de ser o PARTICIPANTE *default* de um PROCESSO no MODO imperativo. O PROCESSO MATERIAL (“esfregar”) é do tipo transformativo, pois envolve uma ação, na qual tanto o ATOR como a META são preexistentes e da qual se espera que haja uma transformação com impacto na META (elaboração): a superfície será esfregada.

O agenciamento pode ser testado explorando formas AGNATAS da ORAÇÃO nos sistemas de MODO e MODALIDADE, como ilustrado em (1a) e (1b).

(1a) Em seguida esfregue a superfície com sapólio

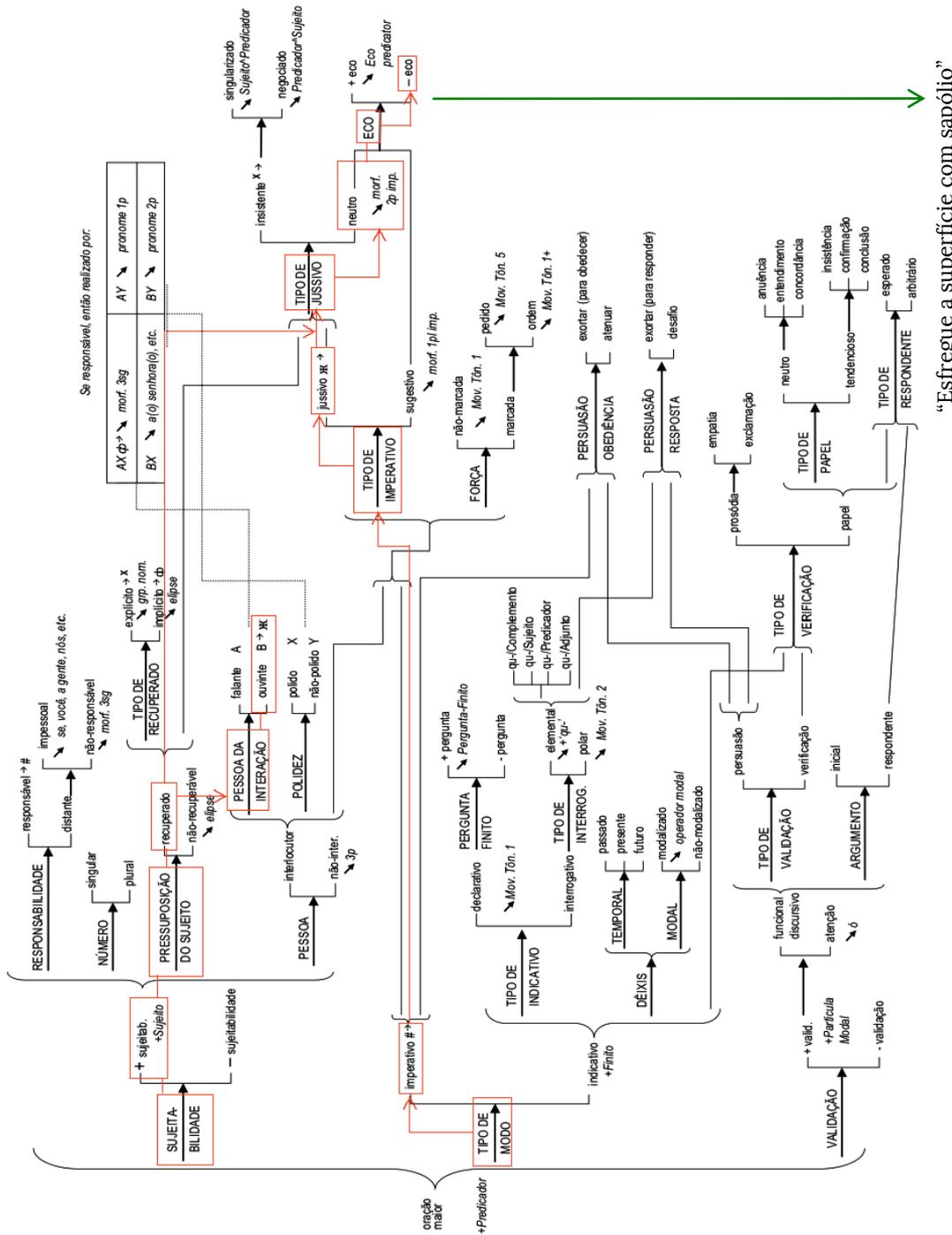
(1b) Você deve esfregar a superfície com sapólio

O MODO imperativo pode ser AGNADO no MODO declarativo com seleção de uma opção no sistema de MODALIDADE, neste caso MODULAÇÃO (obrigatoriedade), “a superfície deverá ser esfregada com sapólio (por você, pelo responsável pela limpeza)”.

A CIRCUNSTÂNCIA de MEIO, mais especificamente de INSTRUMENTO (“com sapólio”), pode ser também testada através da AGNAÇÃO deste tipo de CIRCUNSTÂNCIA em uma oração MATERIAL, tendo como META o GRUPO NOMINAL que compõe a CIRCUNSTÂNCIA de MEIO e uma ORAÇÃO NÃO FINITA de PROPÓSITO: “Utilize sapólio para esfregar a superfície”.

O fenômeno da AGNAÇÃO pode ser compreendido tanto na dimensão do SISTEMA como na dimensão da ESTRUTURA, que com a INSTANCIAÇÃO, ESTRATIFICAÇÃO e METAFUNÇÃO completam os parâmetros de organização da língua.

A primeira dimensão local de organização da linguagem é o SISTEMA. O SISTEMA está pautado pelo princípio de DELICADEZA anteriormente mencionado: dada uma determinada CONDIÇÃO DE ENTRADA, temos OPÇÕES organizadas em subsistemas que podem envolver, ou não, COSSELEÇÃO e que avançam em especificidade até sua máxima distinção e associação com realizações prototípicas. No exemplo acima, temos um escolha no sistema de MODO que pode ser localizada, ao longo do EIXO PARADIGMÁTICO de OPÇÕES, em crescente nível de DELICADEZA, na FIGURA 5.



EIXO PARADIGMÁTICO

“Esfregue a superfície com sapólio”

FIGURA 5 – Paradigma de opções disponíveis no sistema de MODO no português brasileiro e seleções feitas para a realização de um comando
 Fonte: Elaborada pela autora com base em Figueredo (2011, p.235). Exemplo da autora.

Na FIGURA 5, elaborada com base em Figueredo (2011, p. 235), podemos observar, para o exemplo analisado acima (“esfregue a superfície com sapólio”), ao longo do EIXO PARADIGMÁTICO, o processo de seleção entre OPÇÕES disponíveis em cada um dos subsistemas, aqui destacados em vermelho, até alcançarmos o ponto mais delicado do sistema, no qual se encontra o imperativo jussivo neutro.

A TSF teoriza *quais* as OPÇÕES das quais dispõe o usuário de uma língua para gerar significados, *como* essas OPÇÕES estão inter-relacionadas e *como* são REALIZADAS. A relação entre as OPÇÕES dentro de um mesmo PARADIGMA é chamada, como foi exposto, de AGNAÇÃO. Para realizar um COMANDO, como vemos na FIGURA 5 acima, o falante deve fazer ESCOLHAS no sistema de MODO, na ORDEM da ORAÇÃO, entre utilizar um *imperativo jussivo* ou um *imperativo sugestivo*, ilustrado em (2a) e (2b). No caso da ORAÇÃO em pauta, a escolha foi pelo jussivo.

(2a) Esfregue a superfície com sapólio – imperativo: jussivo: neutro

(2b) Vamos esfregar a superfície com sapólio – imperativo: sugestivo

Ainda em relação ao fenômeno da AGNAÇÃO, podemos introduzir a segunda dimensão local de organização da linguagem, a ESTRUTURA, que opera segundo o princípio da ORDEM (RANK).

No estrato da LEXICOGRAMÁTICA, na dimensão da ESTRUTURA, temos uma escala de ORDENS, pela qual unidades num nível inferior na hierarquia dão constituição a unidades em níveis superiores. Assim, na sequência decrescente da ESCALA DE ORDENS da língua escrita, a ORAÇÃO (CLAUSE) é constituída por GRUPOS (GROUPS), por sua vez constituídos por PALAVRAS (WORDS), as quais são constituídas por MORFEMAS (MORPHEMES). Para a ORAÇÃO 2a acima, vemos no QUADRO 5 uma análise de seus constituintes de acordo com a ESCALA DE ORDENS:

ORAÇÃO	Em seguida esfregue a superfície com sapólio														
GRUPO	Em seguida			esfregue					a superfície		com sapólio				
PALAVRA	Em	seguida			esfregue					a	superfície		com	sapólio	
MORFEMA	Em	segu-	part. passado	sing. fem.	es	freg	2ª pessoa	singular	imperativo	a	super (sobre)	fície (face)	com	sap	olio

QUADRO 5 – Análise dos constituintes da ORAÇÃO na ESCALA DE ORDENS

Fonte: Elaborado pelo autora.

A AGNAÇÃO pode ter lugar entre unidades, tanto da mesma ORDEM, como em ORDENS diferentes. Assim, unidades que se encontram numa posição mais inferior na ESCALA DE ORDENS podem ser AGNADAS em unidades numa posição superior. Por exemplo, a frase preposicionada “com sapólio” pode ser AGNADA com a oração não finita “utilizando sapólio” ou mesmo com uma oração finita “utilize sapólio”.

A dimensão da ESTRUTURA, como foi antecipado, é tributária da dimensão do SISTEMA, uma vez que a LSF concebe a linguagem como REDES DE SISTEMAS (SYSTEM NETWORKS), nas quais, dentro de um paradigma de opções disponíveis, são feitas SELEÇÕES (SELECTIONS) no EIXO PARADIGMÁTICO. Essas SELEÇÕES estabelecem progressivamente um ambiente para a REALIZAÇÃO SINTAGMÁTICA ou da ESTRUTURA no EIXO SINTAGMÁTICO. O condicionamento da ESTRUTURA SINTAGMÁTICA pelo POTENCIAL PARADIGMÁTICO constitui o princípio AXIAL da linguagem que opera em cada estrato e seu funcionamento é fundamental para se compreender o TEXTO enquanto unidade básica de significado.

De acordo com Halliday e Martin (1993, p. 46), todo texto pode ser abordado sob uma perspectiva DINÂMICA, observando-se as relações entre suas partes ou componentes, construídas progressivamente ao longo de seu desenvolvimento, ou sob uma perspectiva SINÓPTICA, examinando-se o texto como “artefato cultural, um objeto que pode ser segmentado, interpretado, remontado e observado”⁶.

A abordagem DINÂMICA contempla o texto como processo em curso, processo contingente, e enfoca “o modo como INSTANCIACIONES num determinado ponto do texto condicionam aquelas que terão lugar subsequentemente”, ou, visto de um outro ângulo, “o modo como INSTANCIACIONES num determinado ponto do texto foram condicionadas por INSTANCIACIONES anteriores”⁷ (HALLIDAY; MARTIN, 1993, p. 46). Assim, privilegia o desenvolvimento do texto à medida que ele é produzido. A TSF nomeia esse parâmetro de LOGOGÊNESE textual ou INSTANCIÇÃO do texto no tempo. Como Matthiessen (1995, p. 36) explica, a INSTANCIÇÃO envolve, simultaneamente, seleções LÉXICO-GRAMATICAIS dentro de uma variedade de REGISTRO específica e a ATUALIZAÇÃO de diretivas de realização associadas a essas seleções. A observação pontual das instanciações nos permite identificar padrões que caracterizam FASES no DESENVOLVIMENTO LOGOGENÉTICO. Essas FASES podem ser interpretadas em relação à organização em estratos superiores, como a SEMÂNTICA, e no CONTEXTO.

Examinar o texto sob uma perspectiva DINÂMICA implica fazer uma análise léxico-gramatical progressiva, de oração em oração, observando como escolhas em determinados pontos dos subsistemas de opções condicionam escolhas posteriores. A LSF oferece um arcabouço teórico abrangente que contempla o fenômeno da LOGOGÊNESE, ao focar as escolhas pontuais como articuladas dentro de SISTEMAS INSTANCIAIS (MATTHIESSEN, 1995).

Dentre as metafunções da linguagem, a LSF reserva à METAFUNÇÃO TEXTUAL, através dos sistemas de TEMA (na ORDEM da ORAÇÃO) e da COESÃO, a tarefa de garantir a LOGOGÊNESE ou o fluxo do DISCURSO pela confluência de instanciações pontuais em nível local com articulações em nível global do texto como um todo. Também, no componente LÓGICO da METAFUNÇÃO IDEACIONAL, os sistemas de TAXE e de RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS realizam RELAÇÕES RETÓRICAS que no estrato da SEMÂNTICA criam significado com o DESENVOLVER (UNFOLDING) do texto.

Assim, no exemplo analisado anteriormente (“Em seguida, esfregue a superfície com sapólio”), como foi apontado, a ORAÇÃO está vinculada ao DISCURSO anterior, por meio do sistema de TEMA: há um

6 No original: “a cultural artifact – as an object to be taken apart, interpreted, reassembled and observed.”

7 No original: “the way in which instantiations at one point in a text put at risk those that ensue, or, to put this the other way round, the way in which instantiations at one point in a text were conditioned by earlier instantiations.”

TEMA textual continuativo “em seguida” e um TEMA tópico default também continuativo “você”, uma vez que há uma série de comandos dirigidos ao interlocutor. No sistema de COESÃO, não há conjunções, mas o sistema de REFERÊNCIA permite interpretar “a mancha” e “a superfície” como retomando referentes anteriores no DISCURSO. No sistema de TAXE, temos orações finitas simples, que são interpretadas no sistema de RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS como INTENSIFICAÇÃO numa sequência temporal.

Assim como a AGNAÇÃO pode abranger distintos níveis da ESCALA DE ORDENS, ela pode envolver, ainda, movimentos ou MANOBRAS (SHUNTING) entre ESTRATOS distintos. Quando as relações inter-estratos envolvem realinhamentos entre LEXICOGRAMÁTICA e SEMÂNTICA, esse fenômeno é categorizado como METÁFORA GRAMATICAL (GRAMMATICAL METAPHOR), fenômeno detalhado a seguir.

3. A metáfora gramatical

Realinhamentos entre LEXICOGRAMÁTICA e SEMÂNTICA são considerados manifestações de metaforização gramatical e podem estar vinculados tanto a significados IDEACIONAIS e a significados INTERPESSO-AIS. Em cada caso, a TSF especifica um tipo de METÁFORA GRAMATICAL.

A METÁFORA GRAMATICAL IDEACIONAL diz respeito a

um “realinhamento” entre SEQUÊNCIAS, FIGURAS e ELEMENTOS na SEMÂNTICA e NEXOS ORACIONAIS, ORAÇÕES e GRUPOS na GRAMÁTICA. No modo CONGRUENTE de realização (...), uma SEQUÊNCIA é realizada por um nexos oracional e uma FIGURA é realizada por uma ORAÇÃO. No modo METAFÓRICO, todo o conjunto de mapeamentos parece ser rebaixado na ESCALA DE ORDENS, de modo que uma SEQUÊNCIA é realizada por uma ORAÇÃO, uma FIGURA é realizada por um GRUPO e um ELEMENTO é realizado por uma PALAVRA.⁸
(HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 639)

Esse realinhamento pode ser mais bem compreendido a partir da FIGURA 6 a seguir, elaborada com base em uma das orações extraídas de um manual de instruções, a saber “Para este procedimento recomendamos que o ato de esfregamento seja mais intensificado”.

⁸ No original: “a ‘re-mapping’ between sequences, figures and elements in the semantics and clause nexuses, clauses and groups in the grammar. In the congruent mode of realizations (...), a sequence is realized by a clause nexus and a figure is realized by a clause in the metaphorical mode, the whole set of mappings seems to be shifted “downwards”: a sequence is realized by a clause, a figure is realized by a group, and an element is realized by a word.”

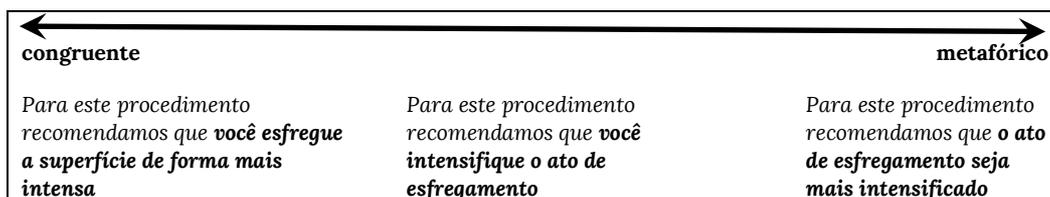


FIGURA 6 - Realização com níveis variados de congruência e metaforicidade
 Fonte: Elaborada pelo autora.

Na FIGURA 6, temos 3 possíveis realizações para a oração projetada por “recomendamos que”. Em direção ao eixo CONGRUENTE ou não metafórico, tem-se a realização de uma FIGURA DE FAZER por meio de uma oração MATERIAL, transitiva, na voz ativa, com ATOR e agenciamento explícito (“você”) e com uma META também explícita (“a superfície”); ao passo que, em direção ao eixo METAFÓRICO, temos uma FIGURA DE FAZER realizada por uma oração MATERIAL, transitiva, abstrata, na voz passiva, com ATOR e agenciamento pressupostos e uma META constituída por um ENTE abstrato (“o ato de esfregamento”). A implicitude dos significados aproximam essa oração MATERIAL de uma oração RELACIONAL atributiva: “que o ato de esfregamento seja mais intenso”. Na forma METAFÓRICA, observamos uma condensação ou compactação do significado que na forma mais CONGRUENTE estão descompactados.

Como a FIGURA 6 também mostra, trata-se de um contínuo entre formas mais e menos CONGRUENTES, ou mais e menos METAFÓRICAS, e não de uma caracterização binária. Outras formas correlatas nesse contínuo, além das duas previstas, podem ser AGNADAS. Na FIGURA 6 acima, temos uma forma intermediária, na qual a oração MATERIAL é construída na voz ativa, com explicitação de agenciamento (“você”), nominalização do verbo lexical (“esfregar”) realizador do PROCESSO MATERIAL (“o ato de esfregamento”) e transformação da CIRCUNSTÂNCIA DE MODO (“com intensidade”) em verbo lexical realizador do PROCESSO MATERIAL (“intensifique”).

A oração analisada ilustra os mecanismos pelos quais opera a METÁFORA GRAMATICAL IDEACIONAL, que envolve realinhamento entre SEMÂNTICA e LEXICOGRAMÁTICA com impacto nos componentes LÓGICO e EXPERIENCIAL da metafunção IDEACIONAL. Essa mesma oração nos permite ilustrar, ainda, os movimentos prototípicos da METÁFORA GRAMATICAL INTERPESSOAL. A FIGURA 7 mostra agnações relativas a significados INTERPESSOAIS que envolvem realinhamento entre SEMÂNTICA e LEXICOGRAMÁTICA:

CONGRUENTE	Esfregue a superfície mais intensamente Esfregue a superfície com maior intensidade Você deve esfregar a superfície com maior intensidade Recomendamos que você esfregue a superfície com maior intensidade Recomendamos que o ato de esfregamento seja mais intensificado Recomenda-se que o ato de esfregamento seja mais intensificado É recomendável que o ato de esfregamento seja mais intensificado Recomenda-se a intensificação do esfregamento
METAFÓRICO	

FIGURA 7 - Exemplo de agnação de oração no contínuo de significados CONGRUENTES - METAFÓRICOS
 Fonte: Elaborada pelo autora.

A oração em foco – “recomendamos que o ato de esfregamento seja mais intensificado” – foi extraída de um manual de instruções ou texto de procedimentos. Como foi visto, o tipo de significado prototípico construído nesse tipo de texto é o COMANDO, tipicamente realizado por uma oração no MODO IMPERATIVO: jussivo: neutro. Quando o COMANDO seleciona MODULAÇÃO, isto é, quando ele é colocado numa escala de obrigatoriedade (“você deve, você deveria, você pode”), o MODO IMPERATIVO deixa de ser uma escolha que atenda a essa necessidade semântica de MODULAÇÃO e o MODO DECLARATIVO passa a ser selecionado. No polo mais METAFÓRICO, a MODULAÇÃO é construída de forma implícita através de uma oração RELACIONAL (“é recomendável que...”). No manual publicado, a oração é uma oração VERBAL (“recomendamos que”), na qual o agenciamento é explícito através do DIZENTE “nós”. Variantes mais metafóricas em português podem construir agenciamento menos explícito através do pronome “se”⁹ (“recomenda-se”). Variantes menos metafóricas podem construir a MODULAÇÃO de forma mais explícita, através de um verbo modal (“você deve”).

A TSF postula que há um desenvolvimento progressivo de formas congruentes a formas mais metafóricas (cf. HALLIDAY, 2002). Numa perspectiva FILOGENÉTICA, ou de evolução do sistema linguístico, observa-se o aumento de formas metafóricas à medida que a linguagem precisa atender a uma demanda por formulações de novas construções da realidade. Numa perspectiva ONTOGENÉTICA, ou de crescimento e maturação do ser humano, observa-se o desenvolvimento da linguagem da criança ao adulto, com um uso progressivo de metaforização, à medida que a criança é introduzida a novos registros, principalmente no âmbito educacional. Assim, há uma correlação sistemática entre o grau de significados compactados em um texto e a “maturidade semiótica” do produtor ou leitor do texto. Ainda, numa perspectiva LOGOGENÉTICA, ou do DESENNOLAR (UNFOLDING) de um texto desde o seu início à sua conclusão, a metaforização possibilita a progressão de significados construídos ao longo do mesmo. Essas três dimensões contribuem para o desenvolvimento SEMOGENÉTICO, ou do potencial de significado da linguagem, uma vez que processos de metaforização expandem o potencial (HALLIDAY, 2003), sobretudo através da METÁFORA GRAMATICAL IDEACIONAL e do recurso da nominalização. Como Halliday (2004, Introdução, p. XX) explica, o impacto da METÁFORA GRAMATICAL não é o de acrescentar redes de sistemas ao sistema linguístico em evolução, mas o de conferir maior “densidade” aos processos de significação, uma vez que permite criar “um outro plano de realidade semiótica”, construído com base em “fenômenos virtuais que existem apenas no plano semiótico”¹⁰.

A densidade do processo de significação tende a crescer exponencialmente e atinge nos registros da ciência sua realização máxima. Nesse sentido, o domínio desses registros exige, numa perspectiva ONTOGENÉTICA, a construção dos mesmos por parte do especialista. Não se trata da aprendizagem de termos técnicos, como Halliday (2004, p. 160) reiteradamente explica, mas de um desenvolvimento articulado de recursos linguísticos que permitem construir e postular uma realidade

9 Cf. Figueredo, 2011.

10 No original: “‘thickening’ the processes of meaning (...) ‘another plane of semiotic reality’ (...) ‘virtual’ phenomena which exist solely on the semiotic plane”.

virtual: “aprender ciência é a mesma coisa que aprender a linguagem da ciência”¹¹. Por isso, uma das características da linguagem da ciência é precisamente sua demanda por um usuário da língua que tenha desenvolvido sua expertise numa determinada área. Trata-se de um processo único: o especialista se forma a partir de registros que ele próprio constrói para construir sua percepção da realidade e que, por sua vez, constrói seu papel de experto na sociedade.

A rescrita da linguagem da ciência para diferentes leitores requer, muitas vezes, fazer com que formas mais metafóricas sejam reelaboradas em formas mais congruentes, o que envolve sempre a geração de significados que não são idênticos. Na linguagem científica, as formas metafóricas sempre geram, nas palavras de Halliday e Martin (1993, p.67), “algumas ambiguidades pontuais”. Esse é o caso, por exemplo, quando temos GRUPOS NOMINAIS compostos por um ENTE e CLASSIFICADORES e as relações semânticas entre eles (TRANSITIVIDADE) não são explícitas ou quando são utilizados PROCESSOS RELACIONAIS cuja indeterminação permite leituras distintas das relações que se estabelecem entre PARTICIPANTES. O QUADRO 6 mostra um exemplo de ambiguidade para o leitor leigo ou em formação (crianças, por exemplo), que poderia formular, em relação aos itens destacados, perguntas como aquelas sugeridas ao lado de cada exemplo:

EXEMPLO DE POTENCIAL AMBIGUIDADE	POSSÍVEIS INDAGAÇÕES
Fixação do nitrogênio em alfafa nodulada sob supressão e ressuprimento de fósforo (...)	O nitrogênio se fixa ele próprio? O nitrogênio é fixado por algo ou alguém?

QUADRO 6 - Exemplo de ambiguidade e possíveis indagações de um leitor leigo.¹²

Fonte: Elaborado pelo autora.

Claramente, para a compreensão de linguagem científica como a ilustrada acima, é preciso conhecer as respostas a essas perguntas antes da leitura dos textos. Como Halliday (2004) explica, há METÁFORAS IDEACIONAIS que são essencialmente instanciais no sentido de que operam no discurso de forma a possibilitar a construção de uma argumentação lógica. Tais metáforas podem ser descompactadas ou reformuladas numa forma mais congruente. Já outras metáforas tornam-se “construtos sistêmicos”, “criados para atender à formulação da teoria no longo prazo” (HALLIDAY, 2004, p. 87), o que impede sua descompactação ou formulação em formas mais congruentes. É esse o caso da terminologia de uma determinada área, como “fixação do nitrogênio”. Em função disso, a leitura do especialista ou experto, como Halliday (2004, p. 48) aponta, não requer a descompactação de METÁFORAS GRAMATICAIIS; já para o leigo, o texto altamente metafórico é inacessível na sua forma original, e, mesmo quando descompactado, sua especificidade ainda guarda certa ambiguidade.

11 No original: “learning science is the same thing as learning the language of science”.

12 Extraído de: GOMES, F. T. et al. Metabolismo do nitrogênio em alfafa nodulada sob supressão e ressuprimento de fósforo. Rev. Bras. Fisiol. Veg., Lavras, v. 13, n. 3, 2001.

De acordo com Halliday (2004, p. 93), a operação de descompactação assemelha-se a outras atividades metatextuais, como a paráfrase, a rescrita, a transformação da linguagem escrita em oral, e a tradução, no sentido de que pode haver diferentes percursos e níveis de desmetaforização ou metaforização.

A METÁFORA GRAMATICAL ilustra claramente a diversidade de exigências contextuais feitas da linguagem, as quais geram variação de REGISTRO. As demandas contextuais são tipos de situação recorrentes que se tornam parte do CONTEXTO DE CULTURA. A SEMÂNTICA deve mediar a relação entre CONTEXTO e LEXICOGRAMÁTICA, para que as configurações contextuais sejam realizadas pela variação na LEXICOGRAMÁTICA.

Inicialmente vinculada à linguagem da ciência, a METÁFORA GRAMATICAL vem ocupando registros fora desse domínio ao ponto que atualmente, como Halliday (2006, p. 211) assinala,

Qualquer texto, desde o discurso da tecnocracia e da burocracia até as revistas de TV e as alegações nutricionais nos pacotes de cereais, está de alguma forma sob o impacto dos modos de construção de significado que dão suporte ao conhecimento científico.¹³

Nesse sentido, a METÁFORA GRAMATICAL tornou-se uma forma de discurso que confere autoridade e controle a uns sobre outros, ao criar taxonomias abstratas e tecnicizar relações e processos. Assim, mesmo no texto de procedimento e instruções, “esfregar” torna-se um “ato de esfregamento”, uma entidade que pode ser qualificada como “intensa” e ser passível de sofrer impacto de um outro ato, construído de forma abstrata, o “ato de intensificar”.

4. Considerações finais

A breve descrição da arquitetura sistêmico-funcional aqui apresentada evidencia claramente o caráter diferencial da abordagem hallidayana, apontado por Butler (2003), ao ser comparada a outras teorias funcionalistas. A modelagem da linguagem e do contexto mostram a abrangência da teoria e justificam seu impacto em distintos campos disciplinares, sobretudo aqueles que demandam uma teoria do contexto e das escolhas linguísticas, como é o caso da análise textual, da análise do discurso, e diversos processos de produção multilíngue, nos quais se inclui a tradução. Esse potencial de aplicação está fundamentado, antes de mais nada, na junção das perspectivas sistêmica e funcional da teoria, que possibilitam, dada uma determinada INSTÂNCIA linguística, examiná-la simultaneamente nos respectivos *loci* do sistema linguístico, nos quais seleções foram feitas para gerar essa INSTÂNCIA.

Na arquitetura da TSF, toda INSTÂNCIA pode ser examinada em relação:

¹³ No original: “Every text, from the discourses of technocracy and bureaucracy to the television magazine and the blurb on the back of the cereal packets, is in some way affected by the modes of meaning that evolved as the scaffolding for scientific knowledge.”

- aos diferentes níveis de abstração no contínuo da INSTANCIACÃO (em relação a um REGISTRO ou o SISTEMA como um todo);
- às seleções feitas nos subsistemas dos diferentes estratos do sistema linguístico (CONTEXTO, SEMÂNTICA, LÉXICO-GRAMÁTICA, FONOLOGIA);
- aos significados IDEACIONAIS, INTERPESSOAIS e TEXTUAIS implicados.

Além disso, toda INSTÂNCIA pode ser estudada como:

- processo, como a SELEÇÃO progressiva de OPÇÕES PARADIGMÁTICAS dentro de SISTEMAS e seu condicionamento sucessivo à medida que a ESTRUTURA é realizada; e/ou
- produto, como o resultado de SELEÇÕES feitas, que em conjunto fazem com que o texto tenha um dado significado.

Nesse sentido, toda instância da linguagem em uso pode ser examinada como escolha passível de ser explicada dentro de uma interpretação geral do sistema linguístico como um todo (e não como uma ocorrência aleatória ou individualizada).

Além da capacidade explanatória da teoria, destaca-se seu arcabouço, cujos princípios e categorias são aplicáveis à descrição de qualquer sistema linguístico em particular. É nesse sentido que a análise textual, como a demandada no caso da tradução e outros processos de produção multilíngue, se vê potencializada pela TSF, uma vez que descrições linguísticas pautadas por um arcabouço teórico comum possibilitam estabelecer parâmetros de comparabilidade entre as línguas nos diferentes ambientes de produção multilíngue.

As múltiplas dimensões temporais de desenvolvimento da linguagem previstas pela TSF – ONTOGÊNESE, FILOGÊNESE, LOGOGÊNESE e SEMOGÊNESE – permitem observar o desenvolvimento diacrônico e diatópico do significado, este último intrinsecamente vinculado à expansão da METÁFORA GRAMATICAL e seu impacto em múltiplos registros.

A arquitetura sistêmico-funcional revela-se, de fato, “extravagante” tanto na granularidade com que os processos de construção de significado são examinados, como na riqueza metafórica com a qual os processos são nomeados. Todavia, a “extravagância” da teoria, como Halliday apontou reiteradamente ao longo de toda sua carreira, não nasce de um desejo de tornar complexo aquilo que poderia ser simples, mas de dotar as descrições linguísticas da capacidade de capturar a diversidade de recursos que a linguagem nos oferece para construir e representar nossa experiência humana.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq Processo 443653/2018-6) pelo fomento à pesquisa em que se enquadra este ensaio teórico.

REFERÊNCIAS

BUTLER, C. *Structure and function; a guide to three major structural-functional theories*. Parte I. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

DIK, S. *The theory of functional grammar*. Berlim e Nova York: Mouton de Gruyter, 1997.

FIGUEREDO, G. *Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro; contribuições para os estudos multilíngues*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 1a. ed. London: Longman, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. *On grammar*. London: Continuum, 2002. (The collected works of M. A. K. Halliday, v. 1).

HALLIDAY, M. A. K. *On language and linguistics*. London: Continuum, 2003. (The collected works of M. A. K. Halliday, v. 3).

HALLIDAY, M. A. K. *The language of science*. London: Continuum, 2004. (The collected works of M. A. K. Halliday, v. 5).

HALLIDAY, M. A. K. Language in relation to fuzzy logic and intelligent computing. *Computational and quantitative studies*. London: Continuum, 2005. (The collected works of M. A. K. Halliday, v. 6). p. 196-212.

HALLIDAY, M. A. K. *Working with meaning: towards an applicable linguistics*. In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. (Ed.) *Halliday in the 21st century*. London: Continuum, 2013. p. 35-54.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3a ed. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4a ed. London: Edward Arnold, 2014.

HALLIDAY, M. A. K.; MARTIN, J. R. *Writing science: literacy and discursive power*. London: Falmer (Critical Perspectives on Literary and Education), 1993.

MATTHIESSEN, C. M. I. Register in the round: diversity in a unified theory of register analysis. In: GHADESSY, M. (Ed.) *Register analysis: theory and practice*. London: Pinter, 1993. p. 221-92.

MATTHIESSEN, C. M. I. *Lexicogrammatical cartography: English systems*. Tokyo: International Language Science Publishers, 1995.

MATTHIESSEN, CH., TERUYA, K., LAM, M. *Key terms in Systemic Functional Linguistics*. London: Continuum, 2010.

URE, J. Practical registers (Part 1). *English language teaching*, n 23, 2, p. 107-114, 1969.

van VALIN Jr., R. D. A concise introduction to Role and Reference Grammar. *Fluminesia*, v.12, n.1-2, p. 47-78, 2000.

THEORETICAL ESSAY

Efficient trade-offs as explanations in functional linguistics: some problems and an alternative proposal

Natalia LEVSHINA 

Max Planck Institute for Psycholinguistics (MPI)

ABSTRACT

The notion of efficient trade-offs is frequently used in functional linguistics in order to explain language use and structure. In this paper I argue that this notion is more confusing than enlightening. Not every negative correlation between parameters represents a real trade-off. Moreover, trade-offs are usually reported between pairs of variables, without taking into account the role of other factors. These and other theoretical issues are illustrated in a case study of linguistic cues used in expressing “who did what to whom”: case marking, rigid word order and medial verb position. The data are taken from the Universal Dependencies corpora in 30 languages and annotated corpora of online news from the Leipzig Corpora collection. We find that not all cues are correlated negatively, which questions the assumption of language as a zero-sum game. Moreover, the correlations between pairs of variables change when we incorporate the third variable. Finally, the relationships between the variables are not always bidirectional. The study also presents a causal model, which can serve as a more appropriate alternative to trade-offs.

RESUMO

A noção de troca eficiente (efficient trade-offs, em inglês) é frequentemente usada na linguística funcional para explicar o uso e a estrutura da linguagem. Neste artigo, defende-se que essa noção é mais confusa que esclarecedora. Nem toda correlação negativa entre parâmetros representa uma troca real. Ademais, trocas são geralmente vistas em pares de variáveis, sem que se leve em consideração o papel de outros fatores. Esta e



OPEN ACCESS

EDITED BY

- Andre Vinicius Lopes Coneglian (UFMG)
- Maria Helena de Moura Neves (UNESP)
- Lachlan Mackenzie (VUA)

REVIEWED BY

- Sterre Leufkens (Uil OTS)
- Mira Ariel (TAU)

DATES

- Received: 23/10/2020
- Accepted: 20/11/2020
- Published: 17/12/2020

HOW TO CITE

Levshina, N. (2020)
Efficient trade-offs as explanations in functional linguistics: some problems and an alternative proposal.
Revista da Abralín, v. 19, n. 3, p. 50-78, 2020.

outras questões teóricas são ilustradas por meio de um estudo de caso sobre expedientes linguísticos usados para expressar “quem fez o quê a quem”: marcação de caso, ordem rígida de palavras e posição medial do verbo. Os dados são provenientes do cópulus Universal Dependencies, uma base de 30 línguas, e do cópulus anotado de notícias da coleção Leipzig Corpora. O estudo de caso mostra que: nem todos os expedientes se correlacionam negativamente, o que contesta a assunção da linguagem como um jogo de soma zero; ademais, a correlação entre pares de variáveis muda quando uma terceira variável é acrescentada; finalmente, as relações entre as variáveis não são sempre bidirecionais. Este estudo apresenta, também, um modelo causal, que pode servir como uma melhor alternativa a trocas.

KEYWORDS

Efficiency. Trade-offs. Case marking. Word order.
Universal Dependencies.

PALAVRAS-CHAVE

Eficiência. Trocas. Marcação de caso. Ordem de palavras.
Dependências universais.

Aims of this paper

Efficiency can be defined as minimization of a ratio of costs to benefits. To put it simply, a person behaves efficiently when they do not spend more effort than necessary in order to achieve their goals. Speaking about language, the costs can be related to language processing, articulation and acquisition, while the main type of benefits is the realization of one’s communicative needs. Although one can also think of aesthetic, social and other benefits, those are less frequently discussed in the literature.

The fundamental question of functional linguistics is why human languages are as they are. There is a widely held view that one of the driving forces of language change is efficient choices made by language users during interaction. These choices can become conventional, according to the “invisible hand” principle (KELLER, 1994).

The idea that language users try to behave efficiently has a long history. Already Georg Curtius (1820–1885), a German philologist, explained phonetic attrition (*Verwitterung* “weathering”) by the language users’ drive to *Bequemlichkeit* “comfort”. This drive is counterbalanced by the tendency to

preserve meaning-bearing sounds and syllables, which resist attrition in order to remain recognizable (DELBRÜCK, 1908, p. 143-144). Therefore, language users tend to minimize their effort, at the same time trying to make sure that the important meanings are conveyed. Throughout the 20th century, the idea that language users try to save effort was a recurrent topic in linguistics, from Zipf's (1949) principle of least effort to Haiman's (1983) economic motivation in grammar and Keller's maxim "Talk in such a way that you do not spend more energy than you need to attain your goal" (1994, p. 107). In the 21st century, these ideas have been made more concrete and tested with the help of diverse data sources and cutting-edge methods, including multilingual corpora, artificial language learning experiments, multivariate statistical models and approaches from information theory (GIBSON *et al.*, 2019).

Efficiency can explain the form and use of diverse grammatical constructions, words and phonological units. One can mention Zipf's (1965[1935]) law of abbreviation in lexicon (see Section 1.2 for more detail), minimization of distances between syntactically and semantically related words, which makes processing easier (e.g. GIBSON, 2000; FERRER-I-CANCHO, 2006), efficient phonetic reduction in language production (JAEGER; BUZ, 2017), and efficient use of referential expressions in discourse (CLARK; WILKES-GIBBS, 1986; ARIEL, 1990). More examples can be found in Hawkins (2004), Jaeger and Tily (2011), Levshina (2018) and Gibson *et al.* (2019).

We can speak of a trade-off when spending the limited resources on gaining in one aspect leads to losing in another aspect. For example, there can be an implicit assumption in the media during the coronavirus pandemic that keeping the economy going can only be done at the costs of public safety. Another trade-off is between protecting the environment and ensuring the high standard of living in the industrialized countries. In linguistics, there is a view that languages which are simple in one respect are likely to be complex in others (cf. SHOSTED, 2006). These real or perceived trade-offs play an important role in the way we understand the world.

A trade-off can be represented visually as shown in Figure 1. The axes represent two potential costs. The dots are observations from some imaginary data. The line corresponds to the so-called Pareto frontier. The observations lying close to the Pareto frontier are optimal (or Pareto-efficient) because it is impossible to minimize one cost without increasing the other.

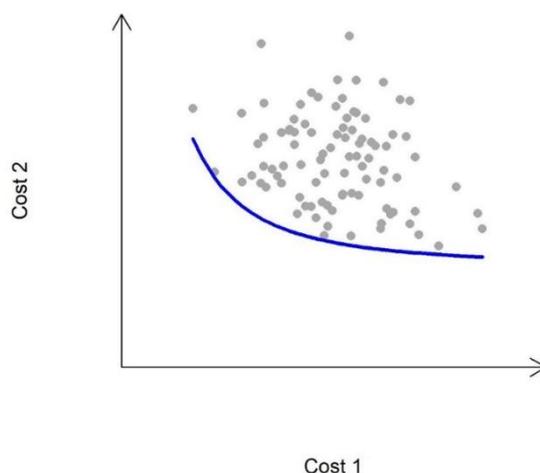


FIGURE 1 - A Pareto frontier based on imaginary data with two different costs

If human languages are efficient, they should be located on a Pareto frontier. In other words, there should be a negative correlation between two linguistic variables, which is represented by the line in Figure 1. The variables can represent different types of costs. An example is Zipf's (1949) trade-off between Speaker and Addressee's efforts (see below). Alternatively, they can represent benefits, such as different types of information available to the hearer, as in the case of the trade-off between information conveyed by word-internal structure (morphology) and word order (KOPLENIG *et al.*, 2017).

Trade-offs are closely related to competing motivations in language (DU BOIS, 1985). Language users and learners are driven by different communicative and cognitive pressures. For example, system pressure (analogy), which forces human language users to organize linguistic forms into systems, in which classes of forms behave similarly, can be in conflict with economic motivation (HASPELMATH, 2014). In particular, it would be less costly for articulation if English had a singulative form for “pea” (something like “pea-one”) and have an unmarked plural form instead of “peas”, like in Welsh, because we seldom speak about one pea only (Andersen's fairy tale *The Princess and the Pea* is a famous exception). The system pressure leads to a cognitively simpler system, which might be easier to acquire and manage in language production. The higher the articulatory costs, the lower are the cognitive costs, and the other way round.

Another example is competition between phonological transparency and articulatory efficiency. Consider final devoicing of stems and affixes. For example, the noun *kod* “code” in Russian has the Genitive singular form *kod-a* [ˈkoda], while the Nominative singular form is *kod-Ø* [kot], which sounds like *kot* “cat”. This and other phonological alternations make articulation easier, but reduce the degree of transparency (i.e. one-to-one mapping between form and meaning) and consequently the degree of learnability of a language (HENGEVELD; LEUFKENS, 2018). As put informally by Joseph

Greenberg, “[a] speaker is like a lousy auto mechanic: every time [s]he fixes something in the language, [s]he screws up something else” (CROFT, 2002, p. 5).

At the same time, there are numerous problems associated with the concept of trade-off as an explanation in functional linguistics. These problems have been seldom discussed. Notable exceptions are Fenk-Oczlon and Fenk (2008) and Sinnemäki (2008; 2014).¹ It is very tempting to interpret any negative correlation as an efficient trade-off. The present paper argues that such an interpretation is justified if and only if the following conditions are met:

- 1) the variables participating in the negative correlation can be clearly defined as costs or benefits;
- 2) there are only two correlated variables, and no other factors involved;
- 3) the correlated variables are functionally related, representing one type of linguistic task;
- 4) The relationships between the variables are bidirectional, not one-directional.

As will be shown in Section 1, these conditions are hardly ever met. Therefore, the concept of trade-off in linguistics brings more confusion than insights and should be dropped altogether. Instead, we should replace analysis of correlations between pairs of linguistic variables with causal analysis of multiple factors. These issues are illustrated in a case study of expression of core arguments in 30 languages (Section 2). Section 3 offers the conclusions and an outlook for future research.

1. Problems with trade-offs in functional linguistics

1.1. The problems with defining costs and benefits

Trade-offs are assumed to exist between two types of costs or benefits. The aim of this section is to demonstrate that this assumption is often difficult to meet. Sometimes one linguistic variable involved in a presumed trade-off can represent different costs or benefits. Also, these costs and benefits are often difficult to define. The interpretation then becomes problematic.

One of the most popular trade-offs in the literature is the negative correlation between rigid word order and case morphology. Languages tend to use either explicit case marking (e.g. Latin or Lithuanian) or rigid word order (e.g. English or Mandarin Chinese). This correlation has been interpreted as a trade-off of different complexity types (SINNEMÄKI, 2014). The correlation is uncontroversial. What many studies of this correlation, however, often leave unclear is which costs for a language user are entailed by rigid or flexible word order, and if they can also offer any benefits (FENK-OCZLON; FENK 2008).

¹ See also Shosted (2006), who does not use the term “trade-off” directly, but provides a critical discussion of the assumption of equal complexity of languages, which involves negative correlations between the complexity levels of different language components (phonology, morphology, syntax, etc.).

In research on linguistic complexity, it is believed that fixed word order in the domain of argument discrimination makes language more complex because it adds an extra constraint (e.g. SINNEMÄKI, 2008).² At the same time, it can be argued that a language with some regularity and some freedom can be more difficult to acquire and process than either a language with random word order or a language with completely fixed word order. A similar operationalization of complexity is given in Gell-Mann (1995), according to whom effective complexity can be high only in the region between total order and complete disorder. So, it is not clear whether languages with rigid word order are necessarily more complex than flexible languages, since the latter usually have a bias towards a certain order, e.g. Subject followed by Object (LEVSHINA, 2019). They may also have additional rules, which require the non-dominant order (e.g. Object followed by Subject) in specific contexts. These rules will increase the complexity. On the other hand, completely rigid word order is rare, as well. Word order flexibility is a gradient phenomenon, and we need a better understanding of how this gradient should be reflected by the metrics of linguistic complexity.

If we speak about the costs and benefits of word order variability for language users, rather than the abstract complexity of a linguistic system, the picture does not become much clearer. First of all, rigid word order has benefits for the addressee in the sense that it can be easier for assignment of syntactic roles to sentence elements (FENK-OCZLON; FENK 2008). Similarly, according to Hale's (2006) entropy reduction hypothesis, the difficulty in processing of a sentence depends on the number of bits conveyed by each following word. If word order is free, it may be more difficult to predict the next word, and the processing effort will be higher. Therefore, fixed order can be less costly, after all, if we take into account the addressee's interests.

At the same time, fixed word order has some side effects. In particular, it can be less optimal for management of information flow, e.g. by fronting the topic or putting backgrounded information in the very end of a sentence. If this variation is not allowed by grammar, language users will need to use additional markers in order to convey this pragmatic information, such as *it*-clefts, e.g. *It is John who Mary loves*. This creates additional articulation costs. Rigid word order also allows for fewer options in minimization of distances between dependent and head words, which can make sentences more costly, both for the speaker and the addressee, by increasing memory and integration costs.

To summarize, upon closer inspection, the famous trade-off between word order and morphology falls apart into a web of diverse interests of the speaker and the addressee. The interests of the language learner are yet another important aspect, which requires further research.

In lexicon, one can mention a trade-off between cognitive and communicative costs discussed by Kemp, Xu and Regier (2018). If a language has a large vocabulary with fine-grained distinctions in a particular domain, the cognitive costs of maintaining such a vocabulary are high. For example, detailed systems of kinship terms or colour terms are more costly than simple ones in that regard. The communicative costs occur when the speaker does not deliver her message with enough precision. For example, when hearing the word "aunt", it is not clear whether the father's or the mother's

² See an overview of different definitions of complexity in Sinnemäki (2011).

sister is meant. Basically, these costs represent the risk of potential miscommunication.³ Using computational modelling, Kemp *et al.* show that these two types of costs correlate negatively in real languages. There are systems with high cognitive costs, but low communicative costs (e.g. detailed kinship terms systems, as in Northern Paiute, an indigenous language of northern California) and systems with low cognitive costs and high communicative costs (kinship terms system with fewer distinctions, as in English). There are no systems in which both costs are high or both are low, so all languages are located close to a Pareto frontier.

This account leaves many questions open. Is a “simple” language less cognitively costly because it is easy to learn for L1 and L2 speakers? It can also be that users of a “simple” language spend less effort on extracting words from the long-term memory because the few words in the vocabulary are more easily accessible due to their high frequency, or because there is simply less competition between the words. Do communicative costs include articulation costs of using longer periphrastic expressions, such as “my father’s sister” in a cognitively simple system? Which of these potential costs weigh more and which weigh less? A full-fledged efficiency account would require all these details.

1.2. The problems of similar functions and rational choice

From a mathematical perspective, a trade-off represents a negative correlation. In principle, every negative correlation can be regarded as a trade-off in a very abstract sense: if one quantity decreases, then the other increases, and the other way round. But if we want to appeal to the principle of efficiency, we should assume that a presumed trade-off is a result of rational choices made by language users. If the condition of free choice is not met, it is better to speak of a negative correlation, in order to avoid confusion.

From this follows that a trade-off can only be between functionally related linguistic variables which help to solve one and the same task, or hinder its accomplishment (SINNEMÄKI, 2008). An example is provided in Section 2, which discusses the cues that help us identify the subject and object of a sentence. Negative correlations between randomly selected linguistic variables, e.g. number of possible syllables in a language and level of inflectional synthesis (SHOSTED, 2006), are difficult to interpret as trade-offs.

Since trade-offs should involve rational choices, these choices should be available for both types of costs involved in a potential trade-off. To give a simple example, one can indulge in instant gratification, spending all money now on pleasant things and having nothing for tomorrow, or one can save money for a rainy day but have a less enjoyable life now. It is free choice in both directions.

³ More exactly, when the imaginary speaker names a target referent (e.g. her father’s sister) using a certain kinship term (e.g. *aunt*), the communicative cost is the divergence between the speaker and listener beliefs represented as probability distributions. This divergence, which is called information loss, is weighted by the need probability of the referent (i.e. the probability that the speaker will need to communicate about her father’s sister).

Many correlations in the literature, however, do not fulfil this criterion. This means that they are not true trade-offs in the sense defined here.

Probably the most important negative correlation in communicative efficiency research is the one between context and amount of information encoded by the speaker in a message (ARIEL, 2014). Context can be defined as everything that belongs to the common ground shared by the speaker and the addressee (CLARK, 1996). Common ground includes preceding linguistic context, beliefs about the communities the interlocutors belong to, and information about the physical context and common past experience. There is ample evidence that common ground leads to shorter referential expressions used by interlocutors and in general shorter exchanges (e.g. CLARK; WILKES-GIBBS, 1986). Ariel's (1990) Accessibility Theory can be regarded as a correlation between context and coding length: there is a tendency for more accessible referents to be expressed by shorter forms (e.g. pronouns or zero expression) than less accessible ones, which are expressed by longer forms (e.g. noun phrases).

Zipf's law of abbreviation, which says that frequent words tend to be shorter than infrequent words (ZIPF, 1965[1935]), can also be interpreted as a negative correlation between coding length and ease of access due to high resting activation of frequent words. More recently, it has been shown by Piantadosi, Tily and Gibson (2011) that the correlations between ngram-based predictability and word length are stronger than those between frequency and length. In phonology, there is ample evidence that words and segments that are more predictable undergo phonetic reduction more frequently than less predictable units (JAEGER; BUZ, 2017). In grammar, this correlation can be found in markedness phenomena. Greenberg (1966a) was the first to show systematically that more frequent categories (e.g. singular and present tense) are expressed by unmarked forms, while the less frequent ones (e.g. plural and future tense) are expressed by marked forms. It has been explained by the tendency to provide less formal marking to more predictable categories (e.g. singular), and more marking to less predictable ones (e.g. plural) (HASPELMATH, 2008; 2014).⁴ Here one can also mention the efficient use of optional markers, e.g. complementizer "that" (JAEGER, 2010) and the Japanese object marker *-o* (KURUMADA; JAEGER, 2015). The markers are used more frequently in the situations where the grammatical role of the marked element is less predictable based on world knowledge or linguistic experience.

Thus, there is convincing evidence of the negative correlation between amount of linguistic encoding and accessibility of information from context in a very broad sense. Can one call it an efficient trade-off? Not really. The reason is that the relationship is not free. The ease of access is determined by common ground or other factors. It is something given. A language user adjusts the amount of

⁴ Although some nouns may be more frequently used in the plural than in the singular, e.g. *pea* and *peas* (see Introduction), singular nouns are more frequent in general than plural. The split number marking of the Welsh type is unusual. Moreover, all languages with singulative coding also have ordinary plural marking for other nouns (HASPELMATH; KARJUS, 2017).

coding to the ease of access given in the situation, but cannot adjust the ease of access to the amount of coding they want to use.⁵

In Section 1.1 we discussed the negative correlation between rigid word order and case morphology. In their large-scale study, Koplenig *et al.* (2017) speak about a general trade-off between information carried by word order and information carried by word-internal structure, measured with the help of information-theoretic concepts. The almost 1000 languages in their sample reveal a clear negative correlation. Isolating languages with high scores on information conveyed by word order, such as Mandarin Chinese, have low scores on information carried by word structure, while polysynthetic languages like Greenlandic Inuktitut or Ojibwa have low word order scores and high word structure scores. Koplenig *et al.* argue that this trade-off is efficient:

If, for example, grammatical relationships in a sentence are fully determined by the ordering of words, it would constitute unnecessary cognitive effort to additionally encode this information with intra-lexical regularities. If, however, word ordering gives rise to some extent of grammatical ambiguity, we should expect this ambiguity to be cleared up with the help of word structure regularities in order to avoid unsuccessful transmission. (KOPLÉNIG *et al.*, 2017, p. 4)

From this follows that fixed word order triggers loss of morphological complexity. What explains the emergence of fixed word order is not clear. Therefore, this relationship seems to be unidirectional and cannot be regarded as a trade-off in the proper sense.

1.3. The problem of multiple factors

The trade-offs discussed in the literature are usually binary (but see FENK-OCZLON; FENK, 2008; SINNEMÄKI, 2008). However, there is always a chance that the relationship can change dramatically if other relevant factors are taken into account.

To illustrate this point, let us discuss Zipf's (1949) famous idea of two opposing forces: the Force of Unification and the Force of Diversification. The Force of Unification represents the speaker's economy: in the ideal case, the speaker only has one word that covers all meanings. There is no need to spend effort in order to choose between words (this is known as paradigmatic economy). The Force of Diversification represents the addressee's economy: there should be a specific word for each meaning that can be verbalized. A balance between these two forces leads to a compromise: human languages have a small convenient vocabulary of more general reference, and a large vocabulary of more precise reference. The famous Zipf's law (1949), which posits a negative correlation between the frequency of a word and its rank, is evidence for such a vocabulary balance.

⁵ To be more precise, Zipf's law of abbreviation seems to have a more complex explanation. A quantitative causal model by Baayen, Milin and Ramscar (2016) suggests that there is a causal relationship from co-textual predictability of a word and its length, and from its length to frequency. In other words, we choose shorter forms for predictable meanings, and these forms are then used more often because they are short.

Although Zipf's law is a well-established empirical fact, the trade-off between the speaker and addressee's interests is not unproblematic. In particular, Ariel (2014) argues that highly polysemous constructions, in which the meaning has to be inferred, have greater support from context (preceding discourse, non-linguistic information present in the common ground, etc.) than monosemous constructions. In fact, Piantadosi, Tily and Gibson (2012) argue that all efficient communication systems should be ambiguous, provided that there is sufficient context that can help to infer the meaning. This means that another trade-off comes into play, that is, the one between encoded information and common ground/accessibility, which was discussed in Section 1.2. Therefore, less encoding means in normal communication that the speaker considers the contextual cues to be sufficient for the addressee to understand the message. For example, a referent that has been recently introduced can be encoded by a shorter pronominal form or omitted altogether. The contextual cues help the addressee to infer the information, even if the verbal expression is ambiguous or vague, e.g. asking "Is there a bank near here?" after hearing that the store does not accept cards. Therefore, Zipf's proposal can only hold if we control for the amount of available context. Obviously, this is impossible to do in realistic settings. So, one may ask if Zipf's law is indeed explained by this trade-off between the Forces of Unification and Diversification. A more likely cause is the high accessibility of frequent forms, which can be easily extended to new contexts (HARMON; KAPATSINSKY, 2017).

Another problematic case is the negative correlation between memory costs and articulatory costs formulated by Martinet (1963, p. 165). For example, the verb "enlarge" is less accessible but more compact than a periphrastic expression "make bigger", which consists of more accessible elements but is longer. The claim that easily accessible periphrastic expressions have higher articulatory costs is not immediately convincing, however, because words that are easier to access are more frequent, and, as we know from Zipf's (1965[1935]) law of abbreviation, frequent words tend to be shorter and therefore easier to articulate. Unfortunately, the total length of the same message in formal and informal language is difficult to evaluate because we do not have parallel register-to-register corpora yet, so Martinet's claim remains a hypothesis.

1.4. Positive correlations and synergy instead of competition

Pareto efficiency means that different types of costs should be negatively correlated. However, in reality linguistic variables representing costs or benefits can be positively correlated, as well. For example, creole languages have low complexity across multiple domains (phonology, morphology and syntax), while 'old' languages have high complexity across the same domains (MCWHORTER, 2001). This means that domain-specific costs for language learners can be positively correlated, as well as articulatory costs for speakers, if we focus on obligatory grammatical marking, for example.

Moreover, different cues can even have a synergetic effect. For example, when expressing and interpreting some message, one modality of communication should be easier to process than several.

In spoken languages, a message is transmitted via two major modalities: auditory message and visual signals, which are produced by the head, face, hands, arms and torso. Some of these signals may be relevant or irrelevant, which means that we need extra effort to distinguish between them, especially under time constraints of spontaneous interaction with quick turn-taking. One would believe that processing one modality should be at the cost of the other. However, this is not what we see. There is evidence that interlocutors respond faster to questions that have an accompanying manual and/or head gesture, than to questions without such visual components (HOLLER; KENDRICK; LEVINSON, 2018). In fact, Holler and Levinson (2019) argue that multimodal information is easier to process than unimodal – that is, only visual or only auditory – information because visual bodily signals may reduce uncertainty at the message level. Humans are good at creating multimodal Gestalts as a result of message unification. As a result, different costs have a synergetic effect. Communication is therefore not Pareto-efficient.

2. A case study: different cues in expressing subject and object

2.1. Theoretical background and previous research

This section investigates the relationships between different cues which can help to communicate “who did what to whom”. One type of cues is formal markers, including case marking and agreement. Another type is fixed word order, which can help to identify the thematic roles of the constituents (e.g. SAPIR, 1921). The position of the verb can be another cue. It is believed that it is easier to process the sentence and infer the roles when the verb is in the medial position between the subject and the object:

[V]erb position is the particular vehicle which most conveniently enables these basic grammatical relations to be expressed by means of word order: the subject occurs to the immediate left, and the object to the immediate right of the verb. I.e. the verb acts as an anchor (HAWKINS, 1986, pp. 48-49)

There is experimental evidence that users tend to avoid SOV in favour of SVO when describing reversible transitive events in pantomime, that is, those events where both participants can be subject or object, such as “The mother hugs the boy” and “The boy hugs the mother” (HALL; MAYBERRY; FERREIRA, 2013). This can be interpreted as evidence that verb-medial order indeed helps to identify the roles.

There is another reason why the position of the verb in the middle is beneficial for language processing. The sum distances from the head verb to the subject and object are the smallest when the verb is between subject and object (FERRER-I-CANCHO, 2017), which reduces the processing load.

Finally, we should not underestimate the role of semantics and encyclopaedic knowledge. In most situations, it is a dog that bites a man or a police officer who captures a thief, and not the other way round. This information can be important for the use of the cues. For example, there is a

correlation between the predictability of events and the use of overt object marking in Japanese (KURUMADA; JAEGER, 2015). Abstract referential features, such as animacy and identifiability, play an important role in differential marking, as in Spanish or Hebrew, and in probabilistic case marker use, as in Korean (LEE, 2009). There is a negative correlation between predictability and marking, which can be explained by efficiency considerations (JÄGER, 2007; LEVSHINA, 2018).

If the idea of efficient trade-offs is correct, we can expect negative correlations between all these cues (cf. SINNEMÄKI, 2008). Previous quantitative studies have shown a negative correlation between argument marking and rigid word order (SINNEMÄKI, 2014); as well as an association between zero argument marking and verb-medial order (SINNEMÄKI, 2010). The correlation between the final position of the verb and case marking is well known as Greenberg's (1966b) Universal 41: "If in a language the verb follows both the nominal subject and nominal object as the dominant order, the language almost always has a case system". However, the three parameters have never been investigated simultaneously. Also, for the first time, these parameters will be estimated from corpora, rather than from grammars, as in the previous studies. As will become clear, the parameters are gradient and should be treated as continuous variables. I will first present a series of pairwise correlations between these parameters. It will be shown that taking the third variable into account can change the picture significantly, which means that the idea of studying trade-offs between two variables only is very questionable. The correlational analyses will allow us to formulate a hypothesis about the relationships between all three cues, which will be tested in a causal analysis.

2.2. Data

The language sample used for the present study includes thirty languages, which are listed in Table 1. The choice of languages was determined by the availability of sufficient data. Two sources were used: the Universal Dependencies (UD) corpora, version 2.6 (ZEMAN *et al.*, 2020)⁶ and online news corpora of 1 million sentences from the Leipzig Corpora Collection (GOLDHAHN; ECKART; QUASTHOFF, 2012)⁷. These two different collections were used in order to ensure that our results are not due to register bias, since the UD corpora represent very diverse types of texts. Also, some UD corpora are very small. As will be demonstrated, the correlations between the parameters based on each type of data are very high, which gives us confidence in the results.

In the online news corpora, each language is represented by one million sentences from online news (categories "news" and "newscrawl"). The corpora contain sentences in random order. The sentences were tokenized, lemmatized and morphologically and syntactically annotated with the help of the UD corpus tools in the R package *udpipe* (WIJFFELS, 2020). The language models, which

⁶ <https://universaldependencies.org/>

⁷ <https://wortschatz.uni-leipzig.de/en/download>

were trained on the UD corpora, provide, among other things, universal parts-of-speech tags and dependency relations, which can be compared across different languages. This is crucial for the purposes of the present study.

Language	iso 639-3	Genus	Family	UD corpus	UD model
Arabic	ara	Semitic	Afro-Asiatic	ar_padt	arabic-padt-ud-2.4
Bulgarian	bul	Slavic	Indo-European	bg_btb	bulgarian-btb-ud-2.4
Croatian	hrv	Slavic	Indo-European	hr_set	croatian-set-ud-2.4
Czech	ces	Slavic	Indo-European	cs_pdt	czech-pdt-ud-2.4
Danish	dan	Germanic	Indo-European	da_ddt	danish-ddt-ud-2.4
Dutch	nld	Germanic	Indo-European	nl_alpino	dutch-alpino-ud-2.4
English	eng	Germanic	Indo-European	en_ewt	english-ewt-ud-2.4
Estonian	est	Finnic	Uralic	et_edt	estonian-edt-ud-2.4
Finnish	fin	Finnic	Uralic	fi_tdt	finnish-tdt-ud-2.4
French	fra	Romance	Indo-European	fr_gsd	french-gsd-ud-2.4
German	deu	Germanic	Indo-European	de_gsd	german-gsd-ud-2.4
Greek (modern)	ell	Greek	Indo-European	el_gdt	greek-gdt-ud-2.4
Hindi	hin	Indic	Indo-European	hi_hdtb	hindi-hdtb-ud-2.4
Hungarian	hun	Ugric	Uralic	hu_szege	hungarian-szege-ud-2.4
Indonesian	ind	Malayo- Sumbawan	Austronesian	id_gsd	indonesian-gsd-ud-2.4
Italian	ita	Romance	Indo-European	it_isdt	italian-isdt-ud-2.4
Japanese	jpn	Japanese	Japanese	ja_gsd	japanese-gsd-ud-2.4
Korean	kor	Korean	Korean	ko_kaist	korean-gsd-ud-2.4
Latvian	lav	Baltic	Indo-European	lv_lvtb	latvian-lvtb-ud-2.4
Lithuanian	lit	Baltic	Indo-European	lt_alksnis	lithuanian-hse-ud-2.4
Persian	pes	Iranian	Indo-European	fa_seraji	persian-seraji-ud-2.4
Portuguese	por	Romance	Indo-European	pt_bosque	portuguese-bosque-ud-2.4
Romanian	ron	Romance	Indo-European	ro_rrt	romanian-rrt-ud-2.4
Russian	rus	Slavic	Indo-European	ru_syntagrus	russian-syntagrus-ud-2.4
Slovenian	slv	Slavic	Indo-European	sl_ssj	slovenian-ssj-ud-2.4
Spanish	spa	Romance	Indo-European	es_ancora	spanish-gsd-ud-2.4
Swedish	swe	Germanic	Indo-European	sv_talbanken	swedish-talbanken-ud-2.4
Tamil	tam	Southern Dravidian	Dravidian	ta_ttb	tamil-ttb-ud-2.4
Turkish	tur	Turkic	Altaic	tr_imst	turkish-imst-ud-2.4
Vietnamese	vie	Viet-Muong	Austro-Asiatic	vi_vtb	vietnamese-vtb-ud-2.4

TABLE 1 - Languages, UD corpora and language models used in the case study

2.3. Variables

2.3.1. Formal distinctness of Subject and Object (case marking)

Case marking was operationalized as distinctness of the forms representing transitive subject and object, following the token-based approach in Levshina (2019). The new method can give us more precise information about how frequently case markers can help language users to distinguish between the main participants. This matters for languages with differential and optional case marking. For example, in Russian some nouns have different forms in the Nominative and Accusative (e.g. *devočk-a* “girl-Nom” and *devočk-u* “girl-Acc”), while some nouns have identical forms (e.g. *stol* “table” or *myš* “mouse”). The question is, how frequently the forms are identical, and how frequently they are distinct. Similarly, some languages like Japanese and Korean have variable marking of subject and object with complex probabilistic rules. All this variability should be taken into account.

There is no reliable morphological annotation at the moment, which could be used to compare the forms in many different languages. The information about formal distinctness was approximated using the existing corpora in the following way. First, I extracted all nouns (wordforms in lower case and lemmas) with the universal syntactic dependency tags “nsubj” (nominal subject) and “obj” (object). In order to take into account languages like Spanish, where the object case marker *a* is a preposition, I also checked if the head noun had a syntactic dependency “case”, and merged the case marker with the noun, e.g. *a_mujer* “woman.ACC”. Only non-plural forms were considered in order to exclude the formal variation based on number. I do not expect this restriction to influence the results strongly because plural forms are less frequent than singular ones. For languages with articles written as one word with the nouns (Arabic, Bulgarian, Danish, Romanian and Swedish), subject and object forms were compared separately for definite and indefinite forms because it was too difficult to split them automatically. Indonesian possessive suffixes were not counted as part of wordforms.

Next, for every lemma used as both transitive subject and object in the corpus, the subject and object forms were listed. One form was selected randomly to represent a subject form, and one form to represent an object form, and these forms were compared. The total number of lemmas with distinct forms was computed for each language. This number was weighted by the lemma frequency, so that frequent lemmas had more weight than rare ones. Finally, the distinctiveness scores were divided by the total token frequency of all lemmas that were analyzed.

Following previous research (e.g. SINNEMÄKI, 2008) and the tradition in typology, the analyses presented below were performed on subjects and objects expressed by common nouns (Universal Part of Speech tag “NOUN”). However, I also computed scores for all possible subjects and objects (including pronouns, different nominalizations, symbols, proper nouns, etc.) and compared them with the ones based on nouns only. The correlations between the scores based only on nouns and those based on all possible lexemes are very strong and positive: $r = 0.92$, $p < 0.001$ in the UD corpora; $r = 0.98$, $p < 0.001$ in the online news corpora.

The formal distinctness scores based on the UD corpora and the online news corpora are displayed in Figure 2. The languages at the bottom have no or very limited case marking, whereas the

languages at the top have systematic case morphology. Languages in the middle have diverse types of differential case marking, where the presence of absence of markers is determined by the semantic or pragmatic properties of the referent, lexical class, tense, aspect and other factors. Examples are Russian, where only animate masculine and feminine objects are different from the subject forms; Turkish, where definite and specific indefinite objects are marked; and Hindi, which has a complex case system, in which the ergative marker is added to subjects in perfective clauses, whereas human specific objects are usually marked with the accusative case.

There is a very strong correlation between the two types of data: $r = 0.952$, $p < 0.001$. It is not clear what explains the large discrepancies for Tamil, Lithuanian and Korean. Possible reasons can be the small size of the available UD corpora and the noise in the automatically parsed online news corpora.

Indexing of subject and object (agreement) is not investigated in this paper. Previous research has shown that subject agreement is not significantly correlated with word order or case marking, whereas object agreement correlates negatively with the presence of both factors simultaneously (SINNEMÄKI, 2008). Unfortunately, my sample of languages does not allow me to test object agreement statistically. I leave that to future research.

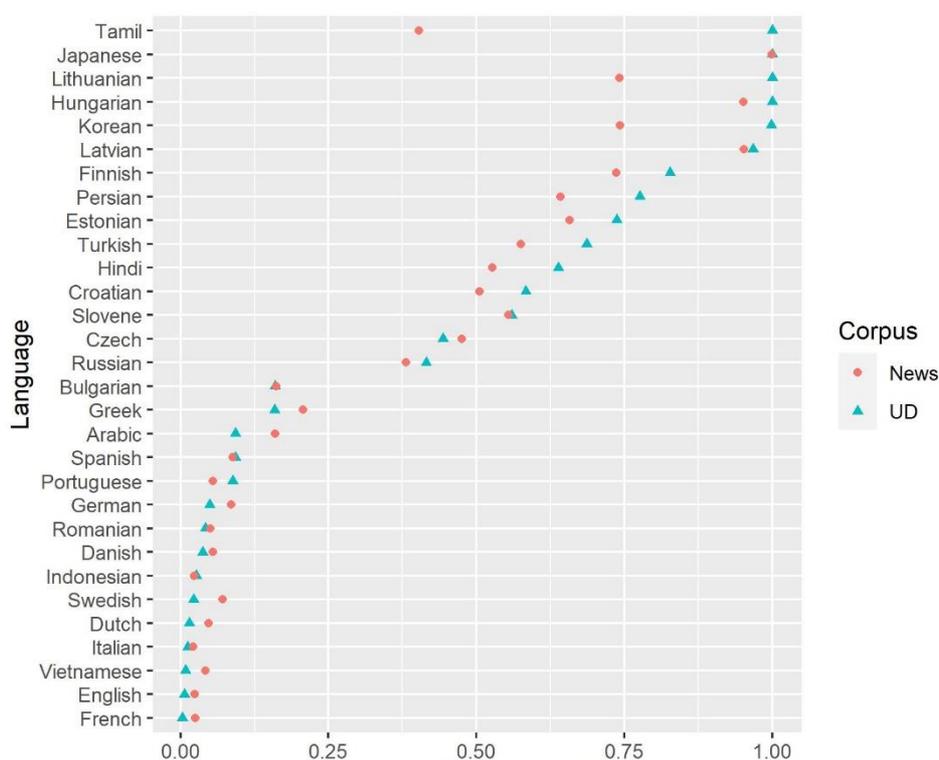


FIGURE 2 - Proportions of distinct subject and object forms in the UD corpora and online news

2.3.2. Word order rigidity

If the order of subject and object is fixed, it can be a reliable cue of the syntactic roles. In order to measure word order rigidity, I used anti-entropy, which is 1 minus Shannon entropy of the order of subject and object. Shannon's entropy has been used to represent flexibility in word order (LEVSHINA, 2019). The formula for computing entropy of orders SO and OS is as follows:

$$(2) H = -1 (Pr(SO) * \log Pr(SO) + Pr(OS) * \log Pr(OS))$$

where the probabilities of SO and OS were computed as simple proportions of each word order taken from the corpora.

The entropy score is minimal when either subject is always before object or the other way round, i.e. $Pr(SO) = 1$ and $Pr(OS) = 0$, or $Pr(SO) = 0$ and $Pr(OS) = 1$. Entropy is maximal when both have equal probabilities $Pr(SO) = Pr(OS) = 0.5$. The anti-entropy scores based on the UD corpora and the online news corpora are displayed in Figure 3. As in the previous section, these scores are based only on common nouns. The correlation between rigidity scores in the UD corpora and in the news is positive and high: $r = 0.895$, $p < 0.001$. The scores based on only nouns and those based on all possible slot fillers also correlate strongly and positively: $r = 0.74$, $p < 0.001$ in the UD corpora, $r = 0.85$, $p < 0.001$ in the online news corpora.

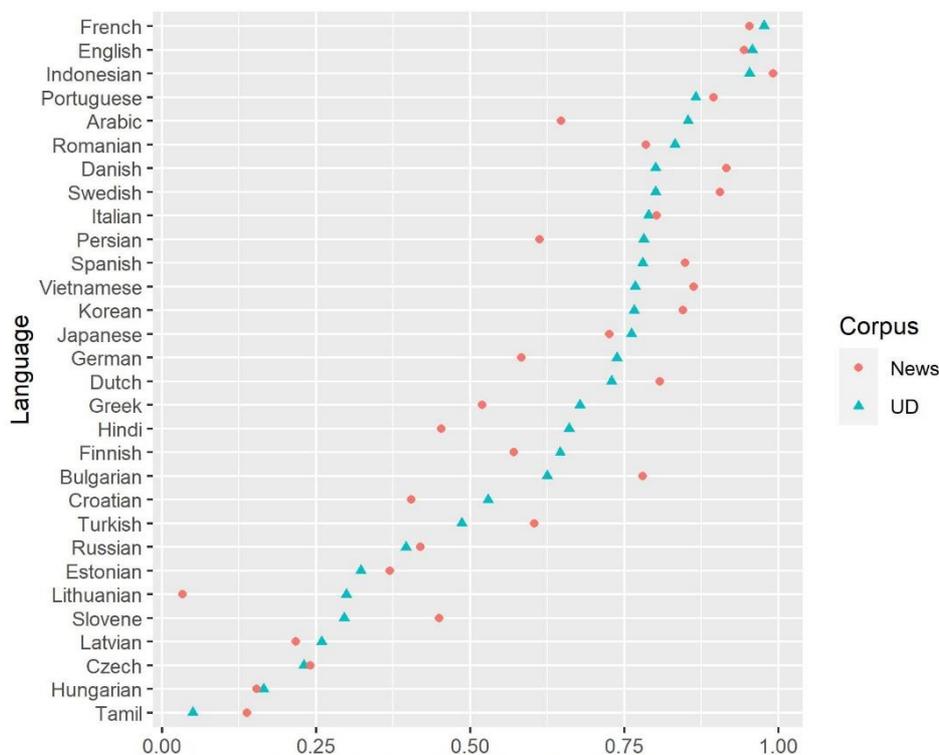


FIGURE 3 – Word order rigidity (anti-entropy) scores of subject and object

2.3.3. Position of the verb

The third variable was ‘verb-medialness’, which shows how frequently head verb occurs between subject and object. The procedure was as follows. I computed the number of all clauses (main and finite subordinate clauses) with overt subject and object (“nsubj” and “obj” relationships). Next, I computed the proportion of all clauses where the lexical verb is in the middle. The scores based on the UD corpora and the online news corpora are displayed in Figure 3. The correlation between the scores in the UD corpora and in the online news is nearly perfect: $r = 0.992$, $p < 0.001$. One can see a gap between strictly SOV languages (Japanese, Tamil, Korean, Hindi and Turkish) with the lowest scores and all the rest, which are SVO. French, English and Indonesian have the highest scores. The languages in the middle have variable SVO/SOV order (Dutch, German and Hungarian), with the exception of Arabic (SVO/VSO). The scores for the common nouns presented in Figure 4 correlate nearly perfectly with the scores based on all lexemes: $r = 0.96$, $p < 0.001$ for the UD corpora, and $r = 0.98$, $p < 0.001$ for the news corpora.

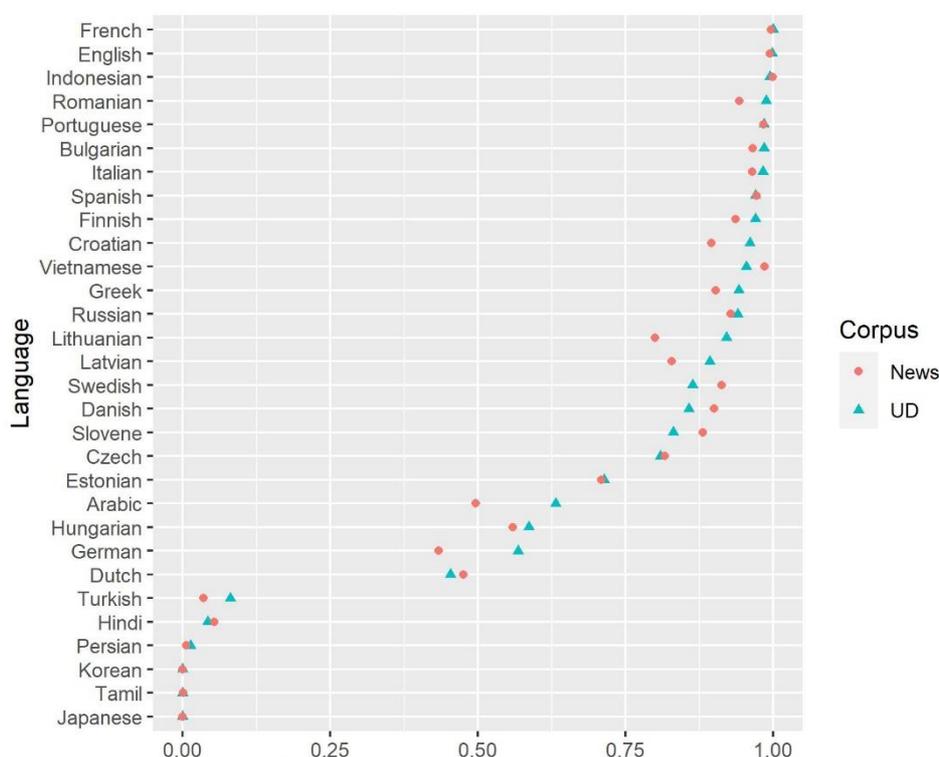


Figure 4 - Proportion of clauses with head verb between subject and object

2.4. Correlations

This section tests the relationships between the three types of cues. Recall that a trade-off requires a negative correlation between two parameters. Let us test if this requirement is met. Figure 5 displays Spearman’s rank-based correlations between the pairs of variables. The results for both data sources are very similar.

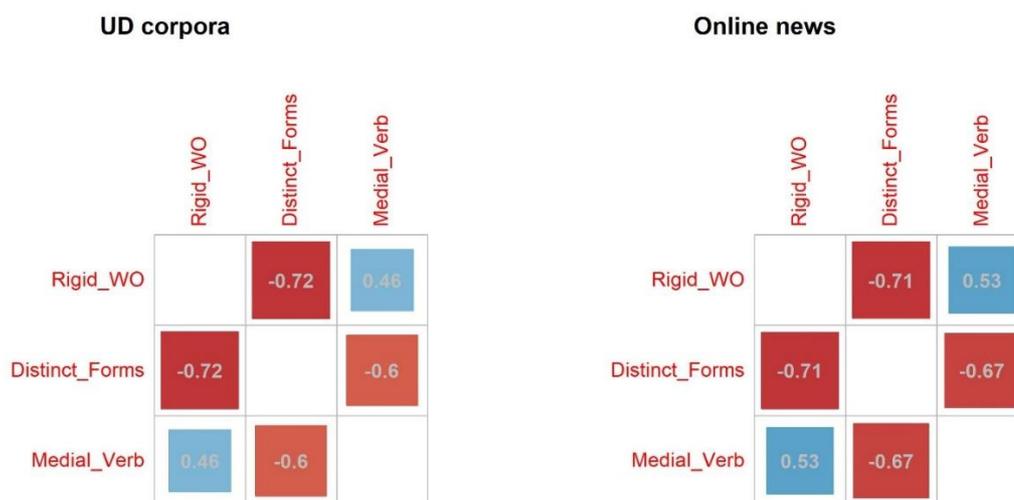


FIGURE 5 - Correlations between word order rigidity, formal distinctness of subject and object and verb-medialness in the UD corpora (left) and in the online news (right)

The correlation between rigid word order and formal distinctness is negative: more rigid word order means less distinct subject and object forms ($p < 0.001$). It is also instructive to look at a scatter plot with language names in Figure 6, which shows this relationship in more detail. It tells us that languages with similar forms (the left-hand side of the corresponding small plot) indeed have rigid word order, but that languages with less similar forms are somewhat more variable with regard to word order rigidity. For example, Finnish, Japanese, Korean and Persian have highly distinct forms, but quite rigid word order, while Hungarian and Tamil also have distinct forms, but variable word order. This means that the trade-off is not perfectly symmetric, and the relationship is to some extent implicational, rather than fully correlational: Lack of formal distinctions strongly implies rigid word order, but rigid word order less strongly implies low formal distinctness, as shown by Finnish, Korean, Japanese and Persian.

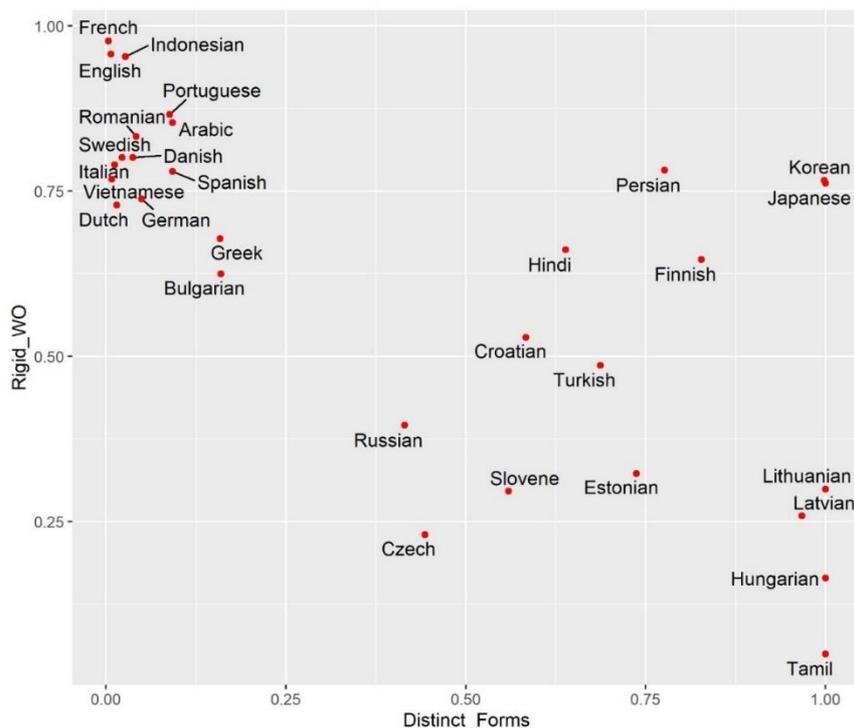


FIGURE 6 - Scatterplot of distinct forms and rigid word order of subject and object in the UD corpora

The next correlation is between distinct forms and verb medialness. The correlation is again negative, as predicted ($p < 0.001$). Therefore, high formal distinctness should mean that the verb is less frequently in the middle, and low formal distinctness should mean that the verb is more frequently in the middle. However, the scatter plot shown in Figure 7 suggests again that this is a simplification. When the forms are not distinct, the verb is typically between subject and object, as the large cluster of languages in the bottom right corner shows. Yet, when the forms are distinct, the verb can be anywhere. For example, it is rarely medial in Turkish, Hindi, Japanese, Korean and Tamil (see top left corner), but usually medial in the Baltic and Finnic languages (see top right corner). This relationship is even more obviously implicational than in the previous plot.

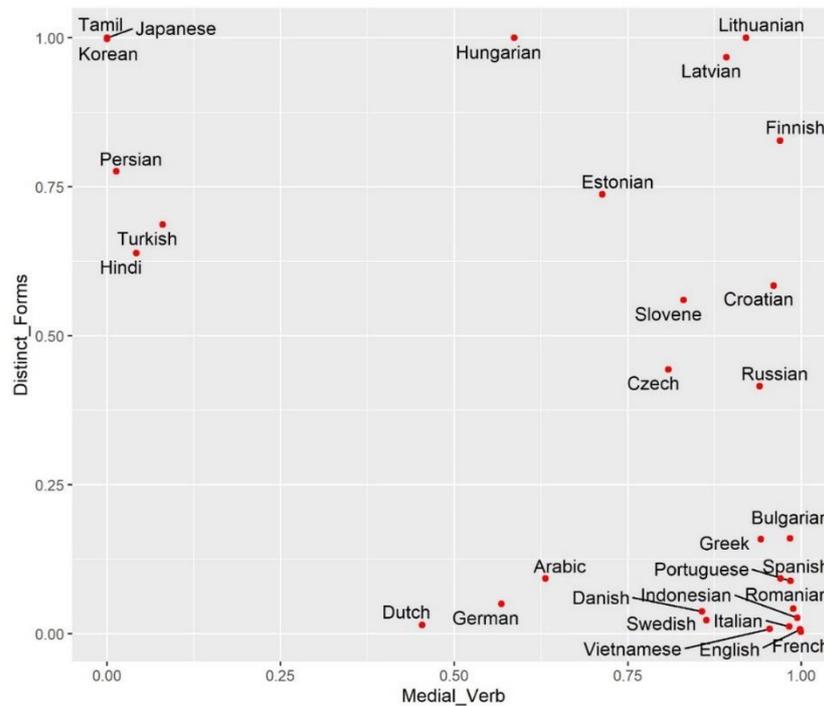


FIGURE 7 - Scatterplot of verb medialness and distinct forms of subject and object in the UD corpora

Finally, we observe a positive correlation between rigid word order and verb-medialness. This finding is similar to the results reported by Sinnemäki (2010), who used categorical data from a large sample of typologically diverse languages. The positive correlation is a case of cue redundancy. The distribution of the scores is shown in Figure 8. We can see that very rigid word order in French, Indonesian or English is strongly associated with verb-medial position, but the verb-final languages on the left behave in very diverse ways.

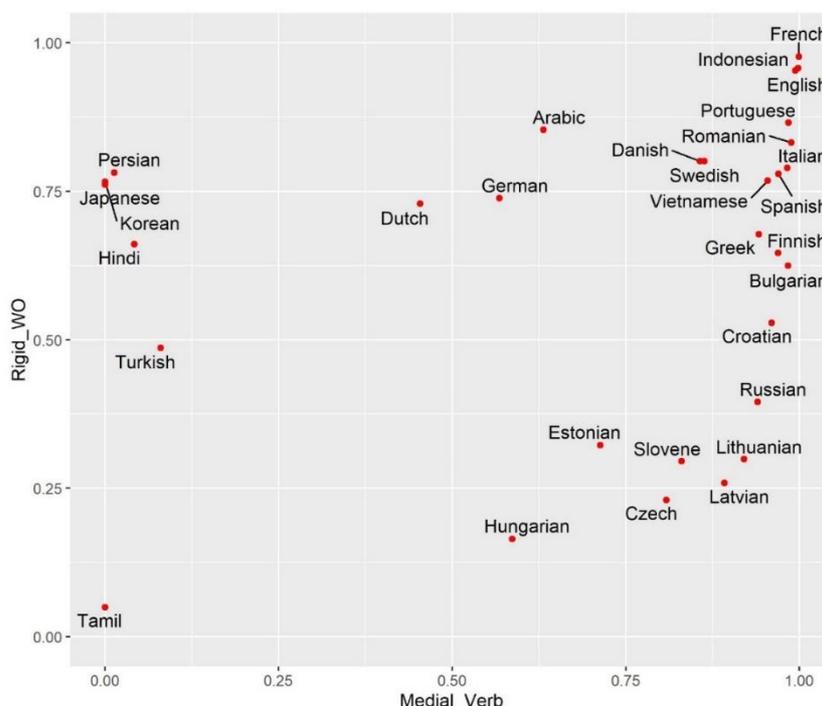


FIGURE 8 - A scatterplot of verb medialness and rigid word order

So far, we have discussed pairwise correlations that did not take into account the presence of the third variable. However, this analysis is incomplete because when testing the correlation between two types of cues, we need to control for the third one. In order to do so, one can use partial correlation coefficients. They are shown in Table 2.

	Rigid Word Order	Distinct Forms	Medial Verb
Rigid Word Order		UD: -0.62 (p < 0.001) news: -0.57 (p = 0.001)	UD: 0.04 (p = 0.805) news: 0.10 (p = 0.588)
Distinct Forms	UD: -0.62 (p < 0.001) news: -0.57 (p = 0.001)		UD: -0.44 (p = 0.016) news: -0.49 (p = 0.007)
Medial Verb	UD: 0.04 (p = 0.805) news: 0.10 (p = 0.588)	UD: -0.44 (p = 0.016) news: -0.49 (p = 0.007)	

TABLE 2 - Partial correlations between the cues in the UD corpora and in the online news

The coefficients for the UD corpora and the online news corpora are similar, which means that our results are robust. The numbers demonstrate that the correlation between formal distinctness and rigid word order is the strongest one, followed by the negative correlation between formal distinctness and verb-medialness. This is similar to the previous results. The correlations are now

weaker, however. The most striking difference is that the correlation between rigid word order and verb-medialness disappears when we take into account formal distinctness.

One may object that the data are dependent because many of the languages come from the same families and genera (that is, Baltic, Germanic, Romance, Slavic and Finnic). If we take into account these dependencies, traditional correlational analysis is not appropriate any more. Additional tests (LEVSHINA, In preparation) based on permutation and resampling support the quantitative results presented here.

2.5. From correlation to causation

The quantitative analyses have revealed a negative correlation between rigid word order and distinct forms of subject and object. We also found a negative correlation between distinct forms and medial position of the verb. Rigid word order and verb-medialness are correlated positively, but this correlation disappears when the formal distinctness is taken into account. This supports the idea of Fenk-Oczlon and Fenk (2008) that trade-offs are more likely to be observed between different linguistic domains (e.g. syntax and morphology, or semantics and phonology) than within the same domain (see also SINNEMÄKI, 2008).

We also saw in the scatter plots that languages lacking formal distinctness have rigid word order, and tend to have verb in the middle. So, one might think that lack of formal distinctness causes language users to provide cues with the help of word order. If one changes the perspective, it is also possible to say that the languages with rigid word order have low formal distinctness, whereas SOV languages tend to have high distinctness, so one could claim that it is word order that can explain case marking. So, what is the direction of causality – from word order to case marking, or the other way round?

There are some arguments in the literature that word order can determine case marking. According to Kiparsky (1996), the shift to VO began in Old English before the collapse of the case system (and also before the loss of subject-verb agreement). Similarly, Bauer (2009) shows that the change to VO and rigid word order in Late and Vulgar Latin was before the loss of inflection in Romance. There is a hypothesis that Indo-European languages drift from SOV to SVO and rigid word order, which leads to the loss of inflections (KOCH, 1974). Since most of the languages in our sample are Indo-European, this may be an explanation of the correlations we observe.

There is also experimental evidence of a causal link from word order to case marking. In a study by Fedzechkina, Newport and Jaeger (2016), learners were presented with miniature artificial languages containing optional case marking and either fixed or flexible constituent order. It was found that the learners of the fixed order language used case marking significantly less often than the other learners, and less often than in the input language, which means that rigid word order indeed

triggers the loss of distinct forms. At the same time, the word order properties of the input languages remained stable.

In order to test this hypothesis, we should move from binary correlations to multivariate causal analysis (BLASI; ROBERTS, 2017). A causal analysis using the PC algorithm (SPIRITES; GLYMOUR; SCHEINES, 2000; KALISH *et al.*, 2012) produces the directed acyclic graph shown in Figure 9. The arrows represent the direction of effect of one variable on another, with the significance level of 0.05. The results for the UD corpora and the online news data are identical. Similar results are obtained with the help of a resampling method, where one draws one language per genus 1,000 times, logging the probability of every link, and computes the average probability (LEVSHINA, In preparation).

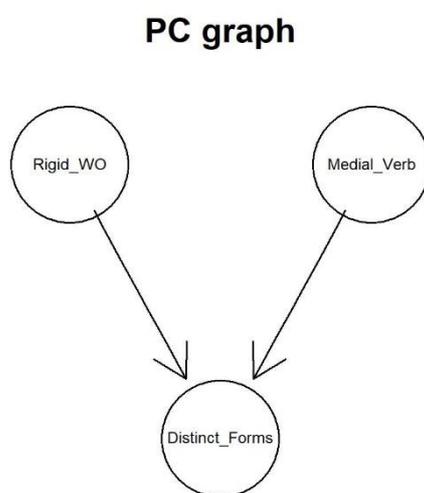


FIGURE 9 - Causal analysis of three types of cues

The graph tells us that both word order variables contribute jointly to the distinctness of subject and object forms. The word order variables are not causally related on their own. This is in line with the results of the partial correlational analysis. Both word order variables have an effect on formal distinctness. This supports the theoretical claims from the literature discussed above. A new finding is that the verb position also affects formal distinctness. In particular, we can hypothesize that verb-finalness increases the distinctness of subject and object.

3. Discussion

This paper has discussed a popular idea in functional linguistics, namely, that different costs or benefits are in relationships of efficient trade-offs, which can be thought of as Pareto frontiers. I argued

that there are many conceptual and methodological problems with that idea. First, it is difficult to identify the exact nature of costs and benefits. Second, a negative correlation between costs or benefits does not always mean that the language user can make a rational choice. Third, binary trade-offs ignore other relevant costs and benefits. Therefore, it would be safer to drop the term “trade-off” altogether.

In game theory and economics, the situation of Pareto efficiency is also known as a zero-sum game, where the interacting parties’ aggregate gains and losses add up to zero. It has been argued, however, that there is an increasing chance of finding non-zero-sum solutions as the complexity of a system increases (WRIGHT, 2000). Language as a highly complex system is not a zero-sum game.

As an illustration, I presented a case study of three types of cues that help to differentiate between subject and object: rigid word order, medial position of the verb and formal distinctness of the arguments provided by case morphemes and adpositions. The results of correlational analyses demonstrate that not all cues are efficiently related. There can be redundancy in the amount of information available to the addressee. Also, we have seen that some relationships are more implicational than correlational, which also leads to cue redundancy. The only thing disfavoured by the languages is the absence of any cues. It seems that a breakdown of communication (with additional costs of reanalysis and conversational repair) is more dangerous than wasting the resources. This conclusion is in line with typological evidence, which suggests that all languages have some amount of redundancy (HENGEVELD; LEUFKENS, 2018).

Taking the speaker’s perspective, we can say that the speaker saves effort by providing less overt coding when the word order provides sufficient information. This is efficient behaviour, but it is difficult to treat it as a real trade-off because, unlike the articulatory efforts required for production of case marking, it is not clear what kind of costs word order has for the speaker (see also the discussion in Section 1.1). Also, the existence of languages with case marking but fairly rigid and verb-medial word order suggest that the speaker’s behaviour is not always efficient.

At the moment, we do not know what the costs of acquiring more or less flexible word order are for learners. I leave the question of trade-offs in language acquisition open.

Finally, I argued that bivariate correlations should be replaced with multivariate causal analysis and showed how this can be done for the three types of cues. This study has demonstrated that word order determines case marking, but not the other way round. It seems that fixed word order allows case marking to disappear. Also, it may be that verb-final languages tend to develop and maintain case forms. These causal hypotheses are preliminary and need to be further investigated on a larger sample without the Indo-European bias. Other linguistic and extralinguistic factors, such as agreement, semantics, population size and the presence of intensive language contact, should also be taken into account.

It is easy to understand why the idea of a trade-off is appealing: it is very simple and intuitive. If you take a larger slice of a cake, the others will get less. In fact, people have a bias towards zero-sum thinking, which persists on a personal level and as a cultural worldview ideology (RÓŻYCKA-TRAN; BOSKI; WOICISZKE, 2015). The zero-sum thinking makes people choose win-lose strategies instead

of trying to find win-win solutions – a tendency that has become probably too obvious in the world politics nowadays. Our task as scientists is to prevent people from falling into this cognitive trap, and, of course, not to commit this mistake ourselves.

Acknowledgements

The research in this paper was funded by the Netherlands Organisation for Scientific Research (NWO) under Gravitation grant Language in Interaction, grant number 024.001.006. I also sincerely thank Mira Ariel, Sterre Leufkens and Kaius Sinnemäki for their insightful comments and constructive feedback, which have helped me to improve the paper substantially. All remaining errors are solely mine.

REFERENCES

- ARIEL, Mira. *Accessing Noun-Phrase Antecedents*. London: Routledge, 1990.
- ARIEL, Mira. "Or Constructions: Monosemy versus polysemy". In: MacWhinney, Brian; MALCHUKOV, Andrej; MORAVCSIK, Edith A., *Competing Motivations*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 333-347. DOI <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198709848.001.0001>
- BAAYEN, R. Harald; MILIN, Petar; RAMSCAR, Michael. Frequency in lexical processing. *Aphasiology*, 30(11), p. 1174-1220, 2016. DOI <https://doi.org/10.1080/02687038.2016.1147767>
- BAUER, Brigitte M. "Word order". In: BALDI, Philip; CUZZOLIN, Pierluigi. *New Perspectives on Historical Latin Syntax: Vol 1: Syntax of the Sentence*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009, p. 241-316.
- BLASI, Damián E.; ROBERTS, Seán G. "Beyond binary dependencies in language structure". In: ENFIELD, Nick J., *Dependencies in Language*. Berlin: Language Science Press, 2017, p. 117-128. DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.573774>
- CLARK, Herbert H. *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CLARK, Herbert H.; WILKES-GIBBS, Diana. Referring as a collaborative process. *Cognition*, 22(1), p. 1-39, 1986. DOI [https://doi.org/10.1016/0010-0277\(86\)90010-7](https://doi.org/10.1016/0010-0277(86)90010-7)
- CROFT, William A. On being a student of Joe Greenberg. *Linguistic Typology*, 6(1), p. 3-8, 2002. DOI <https://doi.org/10.1515/lity.2002.001>
- DELBRÜCK, Berthold. *Einleitung in das Studium der indogermanischen Sprachen*. Leipzig: Breitkopf & Härtel. 5th ed, 1908. <https://archive.org/details/einleitungindas00delbgoog>
- DU BOIS, John. "Competing motivations". In: HAIMAN, John. *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985, p. 343-365.

- FEDZECHKINA, Maryia; NEWPORT, Elissa L.; JAEGER, T. Florian. Balancing Effort and Information Transmission During Language Acquisition: Evidence From Word Order and Case Marking. *Cognitive Science*, 41(2), p. 416-446, 2016. DOI <https://doi.org/10.1111/cogs.12346>
- FENK-OCZLON, Gertraud; FENK, August. "Complexity trade-offs between the subsystems of language". In: MIESTAMO, Matti; SINNEMÄKI, Kaius; Karlsson, Fred, *Language Complexity: Typology, Contact, Change*. Amsterdam: John Benjamins, 2008, p. 43-65.
- FERRER-I-CANCHO, Ramon. Why do syntactic links not cross? *Europhysics Letters*, 76(6), p. 1228-1234, 2006. DOI <https://doi.org/10.1209/epl/i2006-10406-0>
- FERRER-I-CANCHO, Ramon. The placement of the head that maximizes predictability. An information theoretic approach. *Glottometrics*, 39, p. 38-71, 2017. DOI <https://doi.org/10.1111/cogs.12346>
- GELL-MANN, Murray. What is complexity? *Complexity*, 1(1), p. 16-19, 1995. DOI <https://doi.org/10.1002/cplx.6130010105>
- GIBSON, Edward. "The dependency locality theory: A distance-based theory of linguistic complexity". In: MARANTZ, Alec P.; MIYASHITA, Yasushi; O'NEIL, Wayne, *Image, Language, Brain: Papers from the First Mind Articulation Project Symposium*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000, p. 95-126.
- GIBSON, Edward; FUTRELL, Richard; PIANTADOSI, Steven; DAUTRICHE, Isabelle; MAHOWALD, Kyle; BERGEN, Leon; Levy, ROGER. How Efficiency Shapes Human Language. *Trends in Cognitive Science*, 23(5), p. 389-407, 2019. DOI <https://doi.org/10.1016/j.tics.2019.02.003>
- GOLDHAHN, Dirk; ECKART, Thomas; QUASTHOFF, Uwe. "Building Large Monolingual Dictionaries at the Leipzig Corpora Collection: From 100 to 200 Languages". In: CALZOLARI, Nicoletta; CHOUKRI, Khalid; DECLERCK, Thierry; et al., *Proceedings of the Eighth International Conference on Language Resources and Evaluation*. Istanbul: ELRA, 2012, p. 759-765. http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2012/pdf/327_Paper.pdf
- GREENBERG, Joseph H. *Language Universals, With Special Reference to Feature Hierarchies*. The Hague: Mouton, 1966a.
- GREENBERG, Joseph H. "Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements". In: GREENBERG, Joseph H., *Universals of grammar*, Cambridge, MA: MIT Press, 1966b, p. 73-113.
- HAIMAN, John. Iconic and economic motivation. *Language*, 59(4), p. 781-819, 1983.
- HALE, John. Uncertainty about the rest of sentence. *Cognitive Science*, 30(4), p. 643-672, 2006. DOI https://doi.org/10.1207/s15516709cog0000_64
- HALL, Matthew L.; MAYBERRY, Rachel I.; FERREIRA, Victor S. Cognitive constraints on constituent order: evidence from elicited pantomime. *Cognition*, 129(1), p. 1-17, 2013. DOI <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2013.05.004>
- HARMON, Zara; KAPATSINSKI, Vsevolod. Putting old tools to novel uses: The role of form accessibility in semantic extension. *Cognitive Psychology*, 98, p. 22-44, 2017, DOI <https://doi.org/10.1016/j.cogpsych.2017.08.002>
- HASPELMATH, Martin. "Creating economical morphosyntactic patterns in language change". In: GOOD, Jeff, *Language Universals and Language Change*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 185-214.

- HASPELMATH, Martin. "On system pressure competing with economic motivation". In: MacWhinney, Brian; MALCHUKOV, Andrej; MORAVCSIK, Edith A., *Competing Motivations*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 197-208.
- HASPELMATH, Martin; KARJUS, Andres. Explaining asymmetries in number marking: Singulatives, pluratives and usage frequency. *Linguistics*, 55(6), p. 1213-1235, 2017. DOI <https://doi.org/10.1515/ling-2017-0026>
- HAWKINS, John. *A Comparative Typology of English and German. Unifying the contrasts*. London: Croom Helm, 1986.
- HAWKINS, John. *Efficiency and Complexity in Grammars*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- HENGEVELD, Kees; LEUFKENS, Sterre. Transparent and non-transparent languages. *Folia Linguistica*, 52(1), p. 139-175, 2018. DOI <https://doi.org/10.1515/flin-2018-0003>
- HOLLER, Judith; KENDRICK, Kobin H.; LEVINSON, Stephen C. Processing language in face-to-face conversation: Questions with gestures get faster responses. *Psychonomic Bulletin & Review*, 25(5), p. 1900-1908, 2018. DOI <https://doi.org/10.3758/s13423-017-1363-z>.
- HOLLER, Judith; LEVINSON, Stephen C. Multimodal language processing in human communication. *Trends in Cognitive Sciences*, 23(8), p. 639-652, 2019. DOI <https://doi.org/10.1016/j.tics.2019.05.006>
- JÄGER, Gerhard. Evolutionary Game Theory and Typology. A Case Study. *Language*, 83(1), p. 74-109, 2007.
- JAEGER, T. Florian. Redundancy and reduction: Speakers manage syntactic information density. *Cognitive Psychology* 61(1), 23-62, 2010. DOI <https://doi.org/10.1016/j.cogpsych.2010.02.002>
- JAEGER, T. Florian; BUZ, Esteban. "Signal reduction and linguistic encoding". In: Fernández, Eva M.; SMITH CAIRNS, Helen, *The Handbook of Psycholinguistics*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2017, p. 38-81. DOI <https://doi.org/10.1002/9781118829516.ch3>
- JAEGER, T. Florian; TILY, Harry J. On language "utility": Processing complexity and communicative efficiency. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science*, 2(3), p. 323-335, 2011. DOI <https://doi.org/10.1002/wcs.126>
- KALISH, Markus; MÄCHLER, Martin; COLOMBO, Diego; MAATHUIS, Marloes H.; BÜHLMANN, Peter. Causal Inference Using Graphical Models with the R Package pcalg. *Journal of Statistical Software*, 47(11), p. 1-26, 2012. DOI <https://doi.org/10.18637/jss.v047.i11>
- KELLER, Rudi. *On Language Change: The Invisible Hand in Language*. London: Routledge, 1994.
- KEMP, Charles; XU, Yang; REGIER, Terry. Semantic Typology and Efficient Communication. *Annual Review of Linguistics* 4, p. 109-128, 2018. DOI <https://doi.org/10.1146/annurev-linguistics-011817-045406>
- KIPARSKY, Paul. "The Shift to Head-initial VP in Germanic". In: THRÁINSSON, Höskuldur; EPSTEIN, Samuel D.; PETER, Steve, *Studies in Comparative Germanic Syntax II*. Dordrecht: Kluwer, 1996, p. 140-179.
- KOCH, Monika. A Demystification of Syntactic Drift. *Montreal Working Papers in Linguistics*, 3, p. 63-114, 1974.
- KOPLÉNIG, Alexander; MEYER, Peter; WOLFER, Sascha; MÜLLER-SPITZER, Carolin. 2017. The statistical trade-off between word order and word structure - Large-scale evidence for the principle of least effort. *PLoS ONE*, 12(3), e0173614, 2017. DOI <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0173614>

- KURUMADA, Chigusa; JAEGER, T. Florian. Communicative efficiency in language production: Optional case-marking in Japanese. *Journal of Memory and Language* 83, p. 152-178, 2015. DOI <https://doi.org/10.1016/j.jml.2015.03.003>
- LEVSHINA, Natalia. *Towards a Theory of Communicative Efficiency in Human Languages*. Habilitation thesis. Leipzig University, 2018. DOI <http://doi.org/10.5281/zenodo.1542857>
- LEVSHINA, Natalia. Token-based typology and word order entropy. *Linguistic Typology*, 23(3), p. 533-572, 2019. DOI <https://doi.org/10.1515/lingty-2019-0025>
- LEVSHINA, Natalia. In preparation. Bounded rationality and limited efficiency: A correlational and causal analysis of subject and object cues in thirty languages.
- MARTINET, André. *Grundzüge der Allgemeinen Sprachwissenschaft*. Stuttgart: Kohlhammer, 1963.
- MCWHORTER, John H. The world's simplest grammars are creole grammars. *Linguistic Typology*, 5(2-3), p. 125-166, 2001. DOI <https://doi.org/10.1515/lity.2001.001>
- PIANTADOSI, Steven T.; TILY, Harry; GIBSON, Edward. Word lengths are optimized for efficient communication. *PNAS*, 108(9), p. 3526-3529, 2011. DOI <https://doi.org/10.1073/pnas.1012551108>
- PIANTADOSI, Steven T.; TILY, Harry; GIBSON, Edward. The communicative function of ambiguity in language. *Cognition*, 122, p. 280-291, 2012. DOI <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2011.10.004>
- RÓŻCZA-TRAN, Joanna; BOSKI, Paweł; WOJCISZKE, Bogdan. Belief in a zero-sum game as a social axiom: A 37-Nation Study. *Journal of Cross-Cultural Psychology* 46(4), p. 525-48, 2015. DOI <https://doi.org/10.1177/0022022115572226>
- SAPIR, Edward. *Language: An Introduction to the Study of Speech*. New York: Harcourt, 1921.
- SHOSTED, Ryan K. Correlating complexity: A typological approach. *Linguistic Typology*, 10(1), p. 1-40, 2006. DOI <https://doi.org/10.1515/LINGTY.2006.001>
- SINNEMÄKI, Kaius. "Complexity trade-offs in core argument marking". In: MIESTAMO, Matti; SINNEMÄKI, Kaius; Karlsson, Fred, *Language Complexity: Typology, Contact, Change*. Amsterdam: John Benjamins, 2008, p. 67-88.
- SINNEMÄKI, Kaius. Word order in zero-marking languages. *Studies in Language* 34(4), p. 869-912, 2010. DOI <https://doi.org/10.1075/sl.34.4.04sin>
- SINNEMÄKI, Kaius. *Language universals and linguistic complexity. Three case studies in core argument marking*. PhD dissertation, University of Helsinki, 2011.
- SINNEMÄKI, Kaius. "Complexity trade-offs: A case study". In: NEWMAYER, Frederick J.; PRESTON, Laurel B., *Measuring Grammatical Complexity*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 179-201.
- SPIRITES, Peter; GLYMOUR, Clark; SCHEINES, Richard. *Causation, Prediction, and Search*. 2nd edn. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.
- WIJFFELS, Jan. *udpipe: Tokenization, Parts of Speech Tagging, Lemmatization and Dependency Parsing with the UDPipe NLP Toolkit*. R package version 0.8.4-1. 2020. <https://CRAN.R-project.org/package=udpipe>
- WRIGHT, Robert. *Nonzero: The Logic of Human Destiny*. New York: Pantheon, 2000.

ZEMAN, Daniel; NIVRE, Joakim; ABRAMS, Mitchell; *et al.*, 2020, Universal Dependencies 2.6, LINDAT/CLARIAH-CZ digital library at the Institute of Formal and Applied Linguistics (ÚFAL), Faculty of Mathematics and Physics, Charles University, <http://hdl.handle.net/11234/1-3226>.

ZIPF, George. *The Psychobiology of Language: An Introduction to Dynamic Philology*. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1965[1935].

ZIPF, George. *Human Behavior and the Principle of Least Effort*. Cambridge, MA: Addison-Wesley, 1949.

RESEARCH REPORT

A functionalist typology of redundancy

Sterre LEUFKENS 

Utrecht Institute of Linguistics OTS - Universiteit Utrecht (Uil OTS\UU)

ABSTRACT

Syntagmatic redundancy involves the multiple expressions of a single meaning within a phrase or clause. It is often claimed to be a linguistic universal that serves to facilitate expressivity, processing, and learnability. However, there is little empirical evidence supporting this theory. This paper combines a typological study of concord, a form of syntagmatic redundancy in which a lexical and a grammatical item with overlapping meanings are expressed in the same phrase or clause, with a functional analysis of concord. The purpose of the study was to find out if redundancy is indeed universal or whether there are cross-linguistic restrictions. The goal of the functional analysis was to provide better understanding of what motivates different forms of redundancy. Reference grammars of a 50-language variety sample were analyzed for the existence and communicative functions of four types of concord. The results show that argument concord and temporal concord are nearly universal, whereas only a subset of languages allow for negative concord and plural concord. Two functional principles are shown to motivate concord: the need to be precise, and the need to emphasize crucial information. These principles lead to distinct types of redundancy: The need to be precise results in accidental redundancy in the case of an obligatory grammatical marker, whereas the need to emphasize information invokes purposeful redundancy. The two types of redundancy are shown to be fundamentally distinct in their communicative nature as well as their characteristic diachronic development.



OPEN ACCESS

EDITED BY

- Andre Vinicius Lopes Coneglian (UFMG)
- Maria Helena de Moura Neves (UNESP)
- Lachlan Mackenzie (VUA)

REVIEWED BY

- Natalia Levshina (MPI)
- Peter Petr  (UANTWERPEN)

DATES

- Received: 17/10/2020
- Accepted: 20/11/2020
- Published: 17/12/2020

HOW TO CITE

Leufkens, S. (2020). A functionalist typology of redundancy. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 3, p. 79-103, 2020.

RESUMO

A redundância sintagmática consiste na expressão múltipla de um único significado dentro de um sintagma ou ora o. Defende-se frequentemente que se trata de um universal linguístico que serve para facilitar a

expressividade, o processamento e a aprendizibilidade. No entanto, há pouca evidência empírica que apoie essa teoria. A concordância é uma forma de redundância sintagmática em que um item lexical e um item gramatical com significados sobrepostos são expressos no mesmo sintagma ou oração. Este artigo conjuga um estudo tipológico da concordância com uma análise funcional do fenómeno. A finalidade do estudo foi descobrir se a redundância é de fato universal ou se existem restrições interlinguísticas. O objetivo da análise funcional é atingir uma melhor compreensão do que motiva as diferentes formas da redundância. Foram analisadas gramáticas de referência de uma amostra de 50 idiomas variados para averiguar a existência e as funções comunicativas de quatro tipos de concordância. Os resultados mostram que a concordância de argumento e a concordância temporal são quase universais, enquanto apenas um subconjunto de línguas permite a concordância negativa e a concordância plural. Mostra-se que dois princípios funcionais motivam a concordância: a necessidade de ser preciso e a necessidade de enfatizar informações cruciais. Esses princípios levam a tipos distintos de redundância: a necessidade de ser preciso resulta em redundância fortuita no caso de um marcador gramatical obrigatório, enquanto a necessidade de enfatizar a informação implica uma redundância propositada. Os dois tipos de redundância mostram-se fundamentalmente distintos em sua natureza comunicativa, bem como em seu desenvolvimento diacrônico característico.

ABSTRACT

Syntagmatische redundantie behelst het uitdrukken van een enkele betekenis in meerdere vormen in één frase of zin. Vaak wordt verondersteld dat dit een linguïstisch universalium is, wat verklaarbaar is aan de hand van de veronderstelde functies van redundantie op het gebied van expressiviteit, verwerking, en leerbaarheid. Er is echter minimaal empirisch bewijs voor deze theorie. Dit paper combineert een typologisch onderzoek naar concordantie, een vorm van syntagmatische redundantie waarbij een lexicaal en een grammaticaal element een overlappende betekenis hebben, met een functionele analyse van concordantie. Het typologische onderzoek had als doel om uit te vinden of redundantie daadwerkelijk universeel is of dat er cross-linguïstische beperkingen zijn; de functionele analyse diende om beter te begrijpen wat het vóórkomen van redundantie motiveert. Referentiegrammatica's van 50 talen zijn doorzocht op het vóórkomen en de eventuele communicatieve functies van vier typen concordantie. De resultaten laten zien dat

argumentconcordantie en temporele concordantie (vrijwel) universeel zijn, terwijl niet alle talen negatieconcordantie en meervoudsconcordantie toestaan. Twee functionele principes verklaren waarom taalgebruikers redundante uitingen doen: de noodzaak om precies te zijn, en de noodzaak om cruciale informatie te benadrukken. Deze principes leiden tot twee verschillende vormen van redundantie: accidentele redundantie ontstaat wanneer een verplichte grammaticale marker gecombineerd wordt met een lexicaal element met een preciezere betekenis, en doelgerichte redundantie ontstaat wanneer een taalgebruiker doelbewust en vrijwillig bepaalde informatie benadrukt. Deze types redundantie zijn fundamenteel verschillend wat betreft hun communicatieve aard en hun karakteristieke diachrone ontwikkeling.

KEYWORDS

Redundancy. Functionalism. Typology.

PALAVRAS-CHAVE

Redundância. Funcionalismo. Tipologia.

SLEUTELWOORDEN

Redundantie. Functionalisme. Typologie.

Introduction

A common phenomenon in everyday speech is the repetition of information: Language users may express a single piece of information multiple times within the same phrase or clause. As illustrated in Example 1, information on person and number of the subject argument is expressed both by the independent NP and by pronominal marking on the verb; temporal specification is expressed both by a tense suffix and by a temporal adverb; and information on the plural number of the referent is expressed by a nominal suffix and by a >1 numeral.

Example 1.

Repetition of information in Dutch

<i>De</i>	<i>drie</i>	<i>taalwetenschapper-s</i>	<i>voer-den</i>	<i>gisteren een</i>	<i>diep</i>
DEF	three	linguist-PL	carry-PST.3PL	yesterday	INDEF deep

gesprek.
conversation

“The three linguists had a deep conversation yesterday.”

Such syntagmatic redundancy (terminology follows TRUDGILL, 2011, p. 22) has often been described by linguists as universal and fundamental to the architecture of language. Sadock (2012, p. 225), for example, states that “[r]edundancy is in fact a fundamental feature of the design of language.” Nevertheless, some forms of redundancy, such as object-verb agreement, are not at all common in the languages of the world, raising the question of why some types of redundancy are more frequent than others. In any case, the topic has hardly been studied empirically from a typological perspective, perhaps because redundant phenomena are so ubiquitous that cross-linguistic analysis seems like an impossible task. However, it is precisely this perceived ubiquity that makes syntagmatic redundancy such a worthwhile object of (cross-)linguistic investigation.

Studying syntagmatic redundancy from a functionalist perspective is especially relevant because the omnipresence of syntagmatic redundancy in the languages of the world is often attributed to its functionality. Proponents of this view theorize that repeating information serves important communicative and cognitive functions for both speakers and hearers. Syntagmatic redundancy has been claimed to increase the likelihood of successful transmission of messages, as well as to increase saliency, distinctiveness, processability, and learnability of redundantly expressed features (e.g. DAHL, 2004; PETRÉ, forthcoming, among many others). At the same time, it is generally acknowledged in the literature that syntagmatic redundancy has clear communicative disadvantages, as it violates the principles of economy and transparency (e.g. KUSTERS, 2003; DAHL, 2004; SINNEMÄKI 2009; LEUFKENS, 2015). Many linguists believe the non-transparency of redundancy decreases learnability (SLOBIN, 1973; AKSU-KOÇ; SLOBIN, 1985; HENGEVELD; LEUFKENS, 2018), which leads to the question of whether syntagmatic redundancy is ultimately advantageous or disadvantageous to the language learner. This apparent paradox can partly be resolved by distinguishing the learnability of the redundantly marked feature from the learnability of redundancy itself, as will be demonstrated in Section 1. Still, a cross-linguistic investigation of redundant phenomena and their functions is required to get a complete picture of the motivations at play and understand why language users employ this way of expressing themselves.

Since a systematic study of all instances of syntagmatic redundancy would indeed be an impossible task, this endeavor is delimited in the current paper to the investigation of four varieties of concord, the overlap in meaning between a lexical and a grammatical marker. The four types of concord are illustrated in Table 1, in which the multiple expressions of a single meaning (given in the third column) are underlined:

Type	Example	Meaning expressed multiple times
Argument concord	<u>she</u> speaks	3SG
Temporal concord	he arrived <u>yesterday</u>	PST
Negative concord	<u>ain't</u> nobody got time	NEG
Plural concord	<u>three</u> linguists	PL

TABLE 1 – Four types of concord

In an explorative typological study, the cross-linguistic attestation of these four types of concord is mapped out. A functional analysis is then carried out, reviewing the communicative effects of the four types of concord in the languages under consideration and reducing them to two underlying functional motivations. This functional analysis leads to the evaluation of claims regarding the supposed functions that redundancy fulfills and provides a better understanding of the competing motivations behind redundancy in different languages. In this way, I demonstrate that a functionalist analysis is able to account for the ubiquity of syntagmatic redundancy, as well as for the variation in types of redundancy present in the languages of the world.

Section 1 addresses claims about redundancy in the literature, both about its universality and its alleged functions, and argues for the relevance of a functionalist account. Section 2 describes the typological study of concord, including its methodology and results. Section 3 presents a functional analysis on the basis of the acquired typological data, which results in the establishment of two functional principles motivating different types of redundancy: accidental and purposeful redundancy. Section 4 looks at the nature of these types and discusses their diachrony. Finally, Section 5 presents conclusions.

1. The universality and functionality of syntagmatic redundancy

The term “redundancy” has been used in the literature to refer to a broad range of phenomena; it is therefore necessary to establish a precise definition and delimitation of its use in this paper. In the current study, “syntagmatic redundancy” involves the use of more than one form relating to a single meaning within the same phrase or clause, as, for example, in the case of agreement between an argument and a verb. This use of redundancy has also been referred to as doubling (BARBIERS *et al.*, 2008), and repetition of information (TRUDGILL, 2009). Redundancy is related to the concept of “degeneracy”, which involves the combination of structurally different elements fulfilling the same function. For example, in English, past tense can be expressed by means of ablaut (speak, spoke) or by a suffix (talk, talked), so that two morphological elements express the same meaning (VAN DE VELDE, 2014). In the interpretation of redundancy adhered to in this paper, the term only applies to situations in which the

structurally different elements occur within the same phrase or clause. Hence, redundancy is viewed as a subtype of degeneracy: agreement marking is both a case of degeneracy and of redundancy, while past tense inflection in English is a case of degeneracy but not of redundancy.

Trudgill (2011, p. 22) sets apart syntagmatic from paradigmatic redundancy (also known as semantic or cross-linguistic redundancy), which involves the morphosyntactic expression of features that are not grammatically expressed in other languages and are therefore, in the words of Dahl (2004, p. 55), “cross-linguistically dispensable”. An example is tense marking, which is obligatory in English but absent, for example, from Mandarin. The fact that speakers of Mandarin are perfectly able to provide the temporal information expressed by tense in English shows that grammars do not need tense marking to function properly and it is, in that sense, redundant. Paradigmatic redundancy is not the object of investigation in this study: Throughout the paper the term “redundancy” denotes syntagmatic redundancy only. Furthermore, the study deals only with “system-level” redundancy (DAHL, 2004, p. 11), i.e. redundancy that is required or regulated by grammar, as opposed to “user-level” redundancy (*ibidem*) that is purely occasional and does not involve a stable means of expression. Finally, it is important to note that in the common interpretation of the word, redundancy entails complete superfluousness of a redundant item. That is not how it is interpreted in this study. As many linguists have argued, redundancy can have a variety of functions that render it useful and even indispensable to language users and their grammars (see PETRÉ, forthcoming); in fact, the multiple functions of redundancy are exactly what is under investigation here.

It is generally acknowledged that redundancy is a highly frequent phenomenon, both cross-linguistically and within languages. Many linguists, therefore, readily assume that redundancy is a universal feature of language. McWhorter (2009, p. 144), for example, states that “Of course, no language lacks redundancy,” and Trudgill (2009, p. 100) writes, “All languages contain redundancy.” In fact, empirical evidence for such claims to universality is limited: the only typological investigations being Leufkens (2015) and Hengeveld; Leufkens (2018), who demonstrated that the 30 languages in their combined samples indeed all display some instance of redundancy. The designation “some instance,” however requires further explanation: Although some types of redundancy are attested in 100% of the tested languages (e.g. cross-reference), others, such as negative concord and certain forms of agreement¹, are not. Hence, while these studies confirm that redundancy is universal in general terms, such a generalization ignores the fact that languages display large variation as to the types of redundancy they allow and the degree to which they do so.

Assertions to the universality of redundancy often go hand in hand with claims about its alleged functions. Redundancy is said to benefit speakers because it increases the chances that their utterance reaches the hearer even in noisy circumstances (DAHL, 2004, p. 10). This relation between redundancy and communication over a noisy channel is also prominent in information theory (e.g. AYLETT, TURK, 2004; LEVY, 2008; GIBSON *et al.*, 2019). Furthermore, redundancy is said to be

¹ In both Leufkens (2015) and Hengeveld; Leufkens (2018), agreement is not analyzed as redundancy but as an abstract copying operation in which the copied element is semantically empty and therefore not an additional expression of a single meaning. In the current paper I refrain from making this distinction and include agreement under syntagmatic redundancy.

advantageous because it “enhances the saliency of an utterance” (PETRÉ, forthcoming). The hearer, too, supposedly benefits from redundancy: Nichols (2009), Coles-White (2004), and Gibson *et al.* (2019) posit that redundancy facilitates processing, and Petré (forthcoming) argues that it helps hearers in the interpretation of novel constructions. Finally, redundancy is claimed to increase the learnability of the redundantly marked feature. Audring (2014), for example, argues that the acquisition of grammatical gender is facilitated by redundant (i.e. repetitive) marking of gender, as this increases the amount of evidence available to learners that indicates the gender of nouns. The idea that redundant marking of a feature facilitates acquisition of that feature is supported by experimental studies (e.g. KEMPE; BROOKS, 2001; TARABAN, 2004).

Although redundancy has been shown to be advantageous to speakers, hearers, and learners, it also bears distinct disadvantages. First, it is not economical, since more linguistic material is used than what is strictly necessary to convey the communicated meaning (KUSTERS, 2003; DAHL, 2004; TRUDGILL, 2011), at least under the – admittedly, idealized – assumption of a proper reception of the message. This constitutes a disadvantage to speakers, who have to invest more time and energy into their utterance, and to hearers, who have to process more forms while not necessarily gaining more information. Trudgill (2011, p. 41) argues that, for this reason, redundancy is also disadvantageous for language learners: “[L]oss of redundancy reduces the burden for learner speakers.” A second drawback of redundancy is its violation of transparency (SINNAMÄKI, 2009; LEUFKENS, 2015; HENGEVELD; LEUFKENS, 2018), defined in this paper as a one-to-one relation between form and meaning.² Non-transparency in grammar has been claimed to decrease intelligibility and learnability (SLOBIN, 1973; AKSU-KOÇ; SLOBIN, 1985; KUSTERS, 2003; LEUFKENS, 2015).

The above dichotomy illuminates an intriguing paradox regarding the effect of redundancy on learnability. While, on the one hand, redundancy is contended to make a language learner’s life easier by facilitating processability and acquisition, it is at the same time alleged to aggravate precisely those tasks. The contradiction is resolved, in part, by distinguishing between the learnability of redundancy, as such, and the learnability of the redundantly expressed feature: While the acquisition of grammatical gender is facilitated by redundant marking (as argued above), the acquisition of the rules for redundant gender marking itself may still cause a problem for learners. But even when the learnability of the redundantly marked feature is taken out of the equation, redundancy still has contradictory effects on learnability. Consider, for example, creole languages. One might expect that, in a situation of creole emergence, language users will leave out all linguistic material that does not directly add to the core message they want to communicate, i.e. all redundant marking. At the same time, because pressure on intelligibility is so high, one could expect language users to be extra

² The one-meaning-one-form principle is known in morphology as isomorphism (RAINER *et al.*, 2014). Studies on the topic often differ in which linguistic phenomena they include as transparent or isomorphic. For example, nominal apposition is considered non-transparent in Hengeveld; Leufkens (2018) because of the two-to-one relation between pragmatic and semantic elements, but could also be argued to be transparent because one of the nouns in an apposition construction contributes additional information, which would render them separate semantic elements. In this paper, I will adhere to the strict interpretation of transparency, and view every overlap in meaning between two elements as an instance of a many-to-one relation. This means that syntagmatic redundancy is non-transparent by definition, regardless of the additional meaning that one of the redundant items may contribute.

repetitive, i.e. increase redundancy, because that will increase their chances of successful delivery of their message. Redundancy thus has functions that are in direct opposition.

The above suggests that, as with universality claims, generalizations about the alleged functions of redundancy may be true in a general sense but obscure the fact that redundancy is able to fulfill many, potentially conflicting functions. While the overall functionality of redundancy explains its universality, not all types of redundancy have the same function(s), or have a function at all, and not all types of redundancy are universal. Understanding the omnipresence of redundancy in languages, as well as the rarity of some forms of redundancy, requires a “non-simplistic” functional explanation, as elaborated by Dik (1986, p. 21):

A functional explanation of a (synchronic or diachronic) linguistic phenomenon is a statement in which that phenomenon is shown to follow from one or more principles which crucially refer to any of the functional prerequisites imposed on natural languages.

As this quote makes clear, in a functional analysis of redundancy, the presence or absence of redundancy in a grammar will be seen as the outcome of competing motivations (BUTLER, 2003, p. 14), where both intra- and extra-linguistic circumstances may determine the strength of those motivations in a particular language and sociohistorical context. In Section 3, a functional analysis is presented that leads to the description of two functional principles that underly and motivate the use of redundant structures in languages.

2. An explorative typological study of concord

2.1. Defining concord

In order to gain a complete picture of the cross-linguistic attestation of redundancy and the functions that it may fulfill in different languages, a typological study of concord has been carried out. Concord involves the combination, in one phrase or clause, of at least one lexical with at least one grammatical item that share a single semantic element in their meaning.³ Four types of concord have been investigated:

- A. ARGUMENT CONCORD involves the expression of person, number, and/or gender properties of an argument by independent lexical means (e.g. a pronoun, noun, or NP) and grammatical means (e.g. pronominal inflection on the predicate) within the same clause. In Example 2, both the

³ In the linguistic literature, the term concord often refers to agreement; for example ‘nominal concord’ involves agreement between a noun and its modifiers (e.g. NORRIS, 2019). The definition adopted here is broader, including a larger range of phenomena than what would normally be classified as concord or agreement. This ensures a broad, inclusive view on the phenomenon, as appropriate in an explorative study that aims to map out linguistic variety rather than zoom in on a specific phenomenon.

pronouns and the verbal prefixes express information on number, person and/or gender of the argument. The second pronoun contributes additional information on the gender of the referent with respect to the second person verbal marker, but this does not take away from the fact that pieces of information (i.e. second person and singular) are expressed twice in one clause.

Example 2.

Argument concord, Abkhaz (HEWITT, 1979, p. 155)

(sarà) (barà) (yarà) Ø-bə-s-te-yt'
 1SG 2SG.F 3SG 3SG-2SG.IO-1SG-give-PST.PFV
 'I gave it to you.'

In the linguistic literature, pronouns are often not seen as lexical elements, but rather as elements with a status somewhere in between lexical and grammatical (see KEIZER, 2007 for a discussion of the lexical/grammatical dichotomy and pronouns as an in between category). For this reason, it may seem unwarranted to label pronouns as lexical elements. However, pronouns are still relatively lexical compared to the other element involved in argument concord, which is pronominal marking on the predicate. A more suitable denomination for pronouns would be 'less grammaticalized units' as opposed to 'more grammaticalized units', but for reasons of space and readability, I will adhere to the label of 'lexical item'.

It has been shown that subject-verb agreement and object-verb agreement are fundamentally different processes, with markers having different diachronic origins and different functions (e.g. HAIG, 2018). Even though both are cases of argument concord, object-verb agreement has been excluded from the study in order to avoid conflation of functions and communicative effects.

Not all languages exhibit grammatical marking of argument information at all. For example, Berbice Dutch Creole only expresses arguments by means of (semi-)lexical elements, as illustrated in Example 3.

Example 3.

Argument concord cannot exist because there is no grammatical argument marker, Berbice Dutch Creole (KOUWENBERG, 1994, p. 61)

o mute, stati andaka
 3SG go.PFV town other=day
 'She went to town the other day.'

This type of language, in which one of the constituent parts of a concord construction is lacking, has been distinguished in this study from languages in which the constituent elements exist, but are not used together in a single phrase or clause. The reason for this is that one of the aims of the study is to establish speakers' motivations for using or avoiding concord. Grouping the two types of

languages together would run the risk of conflating functional motivations to avoid concord with the practical impossibility of using concord.

- B. TEMPORAL CONCORD involves the expression of temporal information by means of at least one lexical item (e.g. a temporal adverb) and at least one grammatical item (e.g. tense marking on the predicate) within the same clause. In Example 4, both the temporal adverb and the verbal tense suffix express a past temporal reference. Again, this is a case of multiple expression of meaning in one clause, even though the adverb clearly extends on the temporal information conveyed by the tense marker.

Example 4.

Temporal concord, Korean (SOHN, 1999, p. 362)

<i>Mia</i>	<i>ka</i>	<i>ecey</i>	<i>Mikwuk</i>	<i>ulo</i>	<i>ttena-ss-e.yo</i>
Mia	NOM	yesterday	America	to	leave-PST-POL

'Mia left for America yesterday.'

In languages that have no tense marking, this type of concord can of course not arise at all. Analogous to argument concord, such languages have been distinguished from languages that do have tense marking, but do not allow it to appear overtly together with a temporal adverb.

- C. NEGATIVE CONCORD involves the expression of a single semantic negation by means of at least one lexical item (e.g. a negative quantifier) and at least one grammatical item (e.g. a negative particle or affix) within the same clause. In Example 5, both the negative quantifier and the negating particle express negative polarity, so even though the negative quantifier expands on the meaning of the particle, this classifies as redundancy.

Example 5.

Negative concord, Hungarian (ROUNDS, 2009, p. 130)

<i>Itt</i>	<i>senki</i>	<i>sem</i>	<i>beszél</i>	<i>magyarul</i>
here	nobody	not	speak	Hungarian

'No one speaks Hungarian here.'

What has not been counted as negative concord in this study is double negation: constructions in which a lexical and a grammatical negative element do not relate to a single semantic negation, but each relate to separate semantic negations that cancel each other out. This is illustrated in Example 6. The negative quantifier and the grammatical negator each relate to a semantic negation, which results in an affirmative interpretation. The two negative elements do not relate to the same meaning, and therefore, this is not a case of negative concord.

Example 6.

Double negation, Dutch (example based on ZEIJLSTRA, 2004, p. 59)

Niemand wordt niet geraakt door deze film.
nobody becomes not touched by this movie
'Nobody is not touched by this movie.'

Note that for negative concord to exist, it is crucial that both negative elements are able to express a semantic negation by themselves: Only then can we speak of two negating items with an overlapping meaning. This excludes two cases from being labelled 'negative concord'. First, if negation is performed by means of a circumfix, this is not considered negative concord. For example in French, verbs are negated by means of the circumfix *ne V pas*, but since both 'ne' and 'pas' only receive their negative value in each other's presence, this cannot be seen as a case of overlapping meanings; rather, this construction combines two incomplete units to form one semantic negation. A second case that has not been considered negative concord in this study occurs in languages that lack a lexical negative element altogether. In such languages, negative quantification is expressed by combining a grammatical negator with, for example, a Negative Polarity Item (e.g. 'anybody'), or an indefinite (e.g. 'somebody') or interrogative pronoun (e.g. 'who'). Such constructions do not constitute cases of redundancy, as there is only a single expression of semantic negation, while the lexical element has a positive polarity. This is illustrated by Example 7, in which (a) shows that Ngalakan has no inherently negative quantifier, so that there is only one negative element in (b).

Example 7.

Negative concord cannot exist because there is no lexical negative element, Ngalakan (MERLAN, 1983, p. 77)

- a) *nu-were-yi?* *burun-bo?bo*
M-who-ERG 3SG/3NSG-hit.PST
'Who hit them?'
- b) *nu-were-yi?* *ɲun-wili-wuniwuni-koro* *nugu-jeñ* *ɲaykani²-gin*
M-who-ERG 3SG/1SG-CMP-give.RED.POT-PRS.NEG M-fish 1SG-GEN
'Nobody will give poor me my fish.'

As with argument concord and temporal concord, a distinction has been made between languages that have the elements to create negative concord (i.e. an inherently negative lexical element and a grammatical negator) but do not exhibit it, such as Dutch (Example 6), and languages that lack the means to create negative concord because there is no inherently negative lexical element, such as Ngalakan (Example 7).

D. PLURAL CONCORD involves the expression of plural number by means of at least one lexical item (a >1 numeral or a quantifier) and at least one grammatical item (a nominal plural marker). In

Example 8, both the numeral and the nominal plural suffix express the plural number of the referent. While the numeral adds information on the precise numerical quantity of the referent, the items still overlap in meaning, and this is, therefore, a case of concord.

Example 8.

Plural concord, Pipil (CAMPBELL, 1995, p. 104)

ne ye:y pipu-tsi-tsin

the 3 boy-PL-DIM

'the three boys'

In the case of plural concord, too, a distinction has been made between languages that have the constituent elements but do not allow plural concord on the one hand, and languages that lack nominal plural marking altogether so that plural concord is impossible.

In this paper, concord serves as a test case to examine the cross-linguistic spread and functions of redundancy. Concord is suitable for this purpose because it involves phenomena that are easy to diagnose and that are usually well-described in reference grammars (with the exception of temporal concord, which is not commonly described explicitly, but that is still easy to attest in examples as both tense and temporal adverbs are frequent and well-described phenomena). The four types of concord selected are structurally similar since they all involve a combination of lexical and grammatical items, but still have sufficiently diverse properties to render a comparison between them worthwhile.

2.2. Language sample

A typological study of concord has been carried out on a 50-language variety sample. The sample is copied from Rijkhoff (2002): His cross-linguistic analysis of the Noun Phrase includes an investigation of plural concord⁴, so his data could be used directly for the purposes of this study. The sample⁵, shown in Table 2, was drawn by Rijkhoff by applying a variety sampling technique (RIJKHOFF *et al.*, 1993; RIJKHOFF; BAKKER, 1998) to the language classification of Ruhlen (1987, 1991). This procedure guarantees both typological and genealogical diversity. Ruhlen's classification is nowadays regarded as partly obsolete (see, for example, CAMPBELL, 1997 for a critique on Ruhlen's Amerind language

⁴ Rijkhoff (2002) does not use the term 'plural concord', but he investigates whether there is a nominal plural marker and its behavior in the presence of an attributive numeral.

⁵ Rijkhoff's sample originally included 52 languages, but 3 languages (Nahali, Etruscan, Meroitic) were excluded because of a lack of adequate descriptions. However, since some information on Nahali could in fact be found, this language is included in the current study.

family), but within the scope of the study it was not feasible to compose a sample based on a more up to date classification. Moreover, in an explorative study like this, the obsolescence of Ruhlen's classification is not expected to have meaningful consequences for the outcomes. However, representativity of the sample is not warranted.

Sample language	ISO 639-3	Language family	
		RUHLEN, 1991	EBERHARD <i>et al.</i> , 2020
Abkhaz	abk	Caucasian	Abkhaz-Adyghe
Alamblak	amp	Indo-Pacific (Sepik-Ramu)	Sepik
Babungo (Vengo)	bav	Niger-Kordofanian (Niger-Congo, Niger-Congo Proper, Central Niger-Congo)	Niger-Congo
Bambara (Bamanankan)	bam	Niger-Kordofanian (Niger-Congo, Mande)	Niger-Congo
Basque	eus	Basque	Basque
Berbice Dutch Creole (Berbice Creole Dutch)	brc	Pidgins and Creoles	Creole
Bukiyip	ape	Indo-Pacific (Torricelli)	Torricelli
Burmese	mya	Sino-Tibetan (Tibeto-Karen)	Sino-Tibetan
Burushaski	bsk	Burushaski	Burushaski
Cayuga	cay	Amerind (Northern Amerind, Almosan-Keresiouan)	Iroquoian
Chinese, Mandarin	cmn	Sino-Tibetan (Sinitic)	Sino-Tibetan
Chukchi	ckt	Chukchi-Kamchatkan	Chukotko-Kamchatkan
Dutch	nld	Indo-Hittite (Indo-European)	Indo-European
Galela	gbi	Indo-Pacific (West-Papuan)	West Papuan
Georgian	kat	Kartvelian	Kartvelian
Gilyak (Nivkh)	niv	Gilyak	Gilyak
Guarani (Guaraní, Paraguayan)	gug	Amerind (Equatorial-Tucanoan)	Tupian
Gude	gde	Afro-Asiatic (Chadic)	Afro-Asiatic
Hittite	hit	Indo-Hittite (Anatolian)	Not listed
Hixkaryana	hix	Amerind (Ge-Pano-Carib)	Cariban
Hmong Njua	hnj	Austic (Miao-Yao)	Hmong-Mien
Hungarian	hun	Uralic-Yukaghir	Uralic
Hurrian	xhu	Hurrian	Not listed
Ika (Arhuaco)	arh	Amerind (Chibchan-Paezan)	Chibchan
Kayardild	gyd	Australian (Pama-Nyungan)	Australian
Ket	ket	Ket	Yeniseian
Kisi (Kisi, Southern)	kss	Niger-Kordofanian (Niger-Congo, Niger-Congo Proper, West Atlantic)	Niger-Congo
Koasati	cku	Amerind (Northern Amerind, Penutian)	Muskogean
Korean	kor	Korean-Japanese-Ainu	Koreanic
Krongo	kgo	Niger-Kordofanian (Kordofanian)	Nilo-Saharan
Lango	laj	Nilo-Saharan (East Sudanic)	Nilo-Saharan
Nahali (Nihali)	nll	Nahali	Nihali
Nama Hottentot (Khoekhoe)	naq	Khoisan	Khoe-Kwadi

Nasioi (Naasioi)	nas	Indo Pacific (East Papuan)	South Bougainville
Ngalakan (Ngalakgan)	nig	Australian (Gunwinygun)	Australian
Ngiti	niy	Nilo-Saharan (Central Sudanic)	Nilo-Saharan
Nung	nut	Austriac (Austro-Tai, Daic)	Kra-Dai
Nunggubuyu (Wubuy)		Australian (Nunggubuyu)	Australian
Oromo (Oromo, Borana-Arsi-Guji)	gax	Afro-Asiatic (Cushitic)	Afro-Asiatic
Pipil (Nahuat)	ppl	Amerind (Central Amerind)	Uto-Aztecan
Quechua, Imbabura (Quichua, Imbabura Highland)	qvi	Amerind (Andean)	Quechuan
Samoan	smo	Austriac (Austro-Tai, Austronesian, Malayo-Polynesian)	Austronesian
Sarcee (Sarsi)	srs	Sarcee (Na-Dene)	Eyak-Athabaskan
Sumerian	sux	Sumerian	Not listed
Tamil	tam	Elamo-Dravidian	Dravidian
Tsou	tsu	Austriac (Austro-Tai, Austronesian, Tsouic)	Austronesian
Turkish	tur	Altaic	Turkic
Vietnamese	vie	Austriac (Austroasiatic)	Austro-Asiatic
Wambon	wms	Indo-Pacific (Trans-New Guinea)	Trans-New Guinea
West Greenlandic (Greenlandic)	kal	Eskimo-Aleut	Eskimo-Aleut

TABLE 2 - Language sample⁶

2.3. Results

Data on the occurrence of the four types of concord and on their functions have been collected from reference grammars and, when possible, through consultation with experts and native speakers of the languages involved. A language was scored as exhibiting a certain type of concord if there was evidence that lexical and grammatical items with overlapping meaning were allowed to occur in the same clause or phrase, regardless of the frequency of the construction, morphosyntactic restrictions, or prescriptivist disapproval. If combining a lexical and a grammatical item with overlapping meaning was considered ungrammatical in the language, that type of concord was scored as “non-existent” in that language. This means languages have been scored on the basis of what their grammar allows, rather than on the extent to which speakers of the language actually make use of the opportunities their grammar offers them. Measuring the attestation of concord in the latter way,

⁶ Language names in the table follow Rijkhoff (2002), with alternate names used in Ethnologue (EBERHARD *et al.*, 2020) given between brackets. The language family columns provide the family names according to the classifications by Ruhlen and Ethnologue. For languages that belong to the same family in Ruhlen's classification, the names of deeper branches are given between brackets.

i.e. measuring language use rather than the language system, requires a corpus study, which would certainly enrich the findings of the current study but is outside its scope.

As addressed when defining the four types of concord in Section 2.1, languages in the sample did not always possess all the constituent parts of each type of concord. For example, the sample contains languages without grammatical pronominal markers, tense markers, or nominal plural markers, and not all of the languages possess a lexical item that is able to express negation by itself. If a language lacked a constituent element of concord, that type of concord was scored as “not applicable”. As explained in Section 2.1, the distinction between non-existent and not applicable was necessary to keep apart two reasons for the absence of concord in a language: the first being that speakers do not want to use it, the second that they cannot use it. Taking the categories together would obscure the functional motivations behind the avoidance of concord constructions.

For some types of concord in some languages, no sufficiently extensive grammar description was available at the time of study, and no expert could be consulted; as a result, some data points have been labelled “no data”. The complete dataset, including precise references to grammatical resources, has been published and can be accessed online (LEUFKENS, 2020). Because of the relatively small language sample and the explorative nature of the study, quantitative results have not been tested for their statistical significance.

Table 3 gives an overview of the cross-linguistic attestation of the four types of concord. It shows that both argument concord and temporal concord are attested in all languages investigated, in line with statements that they are universal⁷. However, 7 of the 8 languages that have the means to do so exhibit negative concord (i.e. 88%), and the occurrence of plural concord is restricted even further: 18 of the 44 languages with a nominal plural marker allow for that marker to co-occur with a >1 numeral (i.e. 41%). These results confirm that it is overly simplistic to claim that redundancy is universal. While some types of redundancy approach universality, other forms of multiple expression of information are clearly not permitted in at least some languages. Section 4 will explore the question of why certain types of concord are cross-linguistically more frequent than others.

⁷ In the case of temporal concord, at least one counter example exists: Zucchi (2009) shows that in Italian Sign Language, tense marking and lexical temporal items are mutually exclusive. Therefore, strictly speaking, temporal concord cannot be said to be universal (as perhaps no linguistic feature ever can) but on the basis of this study it is safe to say that nearly all languages with tense marking allow for temporal concord.

	Attested	Non-existent	Not applicable	No data	Attested / (50 - not applicable - no data) (%)
Argument concord	35	0	13	2	35/35 (100)
Temporal concord	25	0	7	18	25/25 (100)
Negative concord	7	1	20	22	7/8 (88)
Plural concord	18	26	6	0	18/44 (41)

TABLE 3 - Attestation of concord in sample languages based on data from Leufkens (2020).⁸

The typological study also included the mapping of communicative effects of concord, i.e. the added semantic or pragmatic value of the combination of a lexical and a grammatical item in a language. For example, in pro-drop languages, lexical expression of an argument by means of an explicit pronoun often functions to put emphasis on the argument, contrast it with a potential other referent, as well as having other communicative effects. The study examined the communicative effects of concord in the 50 sample languages to determine which—if any—functions are present. Not all of the functions commonly included in functional linguistics and in the literature on redundancy (see Section 1) were investigated: The typological study and the functional analysis (Section 3) focused on the functions that native speakers can describe and that have been recorded in reference grammars, and did not address higher order cognitive effects (such as facilitation of processing) and communicative effects on the level of the language system (such as regularizing a rule to increase learnability), which would have required a more in-depth analysis and psycholinguistic research.

Table 4 provides an overview of the attested communicative effects per type of concord. This overview clearly shows that argument concord and, to a lesser extent, negative concord perform a number of different functions, whereas plural concord and temporal concord serve only one communicative goal: to lexically expand on the semantics of the grammatical marker (see Section 3). The overt use of an independent argument or a lexical negation in combination with a grammatical marker can also accomplish this goal, and has, in addition, in many languages a range of pragmatic effects, such as emphasizing the argument or the negation, disambiguating the referent, contrasting an argument to another, or assigning information structural value (e.g. marking focus or topic).

Argument concord	Specification, disambiguation, apposition, part of conjunctive NP, reference in quoted speech, emphasis, raised emotion, contrast, focus, topic, topic switch, subject switch, reflexivity
Temporal concord	Specification
Negative concord	Specification, emphasis, raised emotion
Plural concord	Specification

TABLE 4 - Communicative effects of concord (complete data in LEUFKENS, 2020).

⁸ The final column of the table indicates how many languages that had the means to exhibit this type of concord (computed by subtracting the number of 'not applicable' and 'no data' languages from 50) did in fact permit concord.

An immediate conclusion that can be drawn from the combination of Tables 3 and 4 is that there is no direct correlation between the number of communicate effects of types of concord, and the frequency of their attestation in the languages of the world. However, the difference in functionality between argument and negative concord on the one hand, and plural and temporal concord on the other, is an interesting finding that has relevance to the understanding of why languages allow for redundancy in the first place. Section 3 examines the motivations for redundancy and establishes two functional principles underlying the four types of concord investigated.

3. Functional analysis

The results from the explorative typological study in Section 2 raise a number of questions. How can we explain that all languages in the sample allow for argument concord and temporal concord, whereas only 88% of the languages allow for negative concord and 41% for plural concord? Why would a grammar allow for multiple expressions of a single meaning in one place, yet restrict it in another? Is this in any way related to the different semantic and pragmatic communicative effects that the various types of concord have been shown to exhibit?

A closer look at argument concord shows that there is no language in the sample that disallows the use of a lexical argument expression in combination with a grammatical argument marker. This might be related to the fact that pronominal markers often offer limited information compared to their lexical counterparts (expressing only person, number, and/or gender of the referent). As such, grammatical marking may not always be sufficient to identify referents unambiguously, making it necessary—or at least helpful—to provide more specific information by means of a lexical item. Hence, redundancy in this case stems from the need to specify the information conveyed by a grammatical marker. This motivation is presented here as Functional Principle 1.

Functional Principle 1.

Since grammatical markers provide limited information, a lexical item is likely to be added when there is a need to be unambiguous and precise.

Speakers of various languages in the sample indeed mentioned this as the main reason to express a free pronoun when it is optional. For example, language expert Ekaterina Gruzdeva (in personal communication) explains that “since agreement in Nivkh is not completely unambiguous and, without an overt subject, it is often not clear, whom we are talking about, the speaker may choose to use the pronoun.”

Functional Principle 1 may motivate the other three types of concord as well. As with grammatical argument marking, tense marking provides only basic information. Even the most extensive systems distinguish between past, present, and/or future, at most with some degrees of

remoteness, but this is nothing in comparison to the precise temporal information that an adverb can provide. Therefore, it seems logical for language users to want to elaborate on a grammatical tense marker by means of a lexical temporal element that enables them to provide much more precise information. Similarly, although a grammatical negation marker often marks negation only, a lexical negation element is able to provide more information on what is being negated. In the examples “I did not see nothing” and “I did not see nobody,” it is the lexical element that specifies whether the argument not being seen refers to a person, or to an object or event. Finally, in the case of plural concord, grammatical plurality markers can, at most, distinguish between an amount of two (dual), three (trial), a few (paucal), or more (plural) referents, while lexical items (numerals) are able to specify an exact quantity.

All four types of concord can be said to follow from Functional Principle 1. However, as noted in Section 2, argument and negative concord have additional pragmatic functions in many languages. First, argument concord functions in many languages as a way to assign pragmatic functions to arguments, such as contrastive or presentational focus, or topic, especially in the case of a topic switch. The use of the lexical item is not only an elaboration on the semantic information provided by the grammatical marker, but also conveys pragmatic information about the role of the argument. Lexical negation markers, too, can be focused, whereas their grammatical counterparts cannot. Second, in many languages both argument and negative concord have the effect of emphasizing the expressed information, i.e. the referent and the negation. But what accounts for the fact that both argument and negative concord convey these additional pragmatic values, whereas temporal and plural concord do not?

The reason that information on arguments and negation is often pragmatically highlighted could very well stem from the fact that such information is much more important for successful communication than information on quantity and time. Reference to arguments is a crucial part of all communicative acts, warranting additional and potentially uneconomic ways of making sure reference (especially to a newly introduced referent) is unambiguous. Negation, too, is of such crucial importance to the proposition brought forward, that it is understandable that language users will use all possible means to convey it, even if that results in inefficiency and non-transparency. The communicative importance of reference and negation leads to the need to somehow signal their relevance, which is exactly what happens when an item is marked for a pragmatic role or if it is emphasized. This leads to a second principle motivating argument concord and negative concord.

Functional Principle 2.

When a piece of information is relatively crucial in the main proposition of the message, the more likely it is that it will be expressed redundantly.

Principle 2 accounts for the omnipresence of argument concord and the high cross-linguistic frequency of negative concord. However, neither of the functional principles can explain why plural concord is relatively infrequent. Section 4 argues that the two functional principles lead to two

distinct types of redundancy and offers an explanation for the asymmetrical attestation of plural and temporal concord.

4. Accidental versus purposeful redundancy

Two functional principles underlie the reason that language users express a single meaning multiple times. Both principles lead to redundancy, but the nature of the resulting redundancies is fundamentally different. Redundancy resulting from Functional Principle 1 is accidental: If the speaker could leave out the grammatical marker, she might do so, but since grammatical markers are often obligatory, the sentence would be ungrammatical if they were omitted. Thus, if the speaker wants to follow Functional Principle 1 but still form a grammatical sentence, she has no other choice than to be redundant. In contrast, Functional Principle 2 leads to purposeful redundancy: The speaker could convey the same message without being redundant, in a perfectly grammatical sentence, but chooses a redundant expression in order to signal the importance of a specific piece of information. Functional Principle 1 leads to unintentional redundancy without pragmatic effect – from a synchronic point of view –, and Functional Principle 2 creates intentional redundancy that adds pragmatic content to the message conveyed.

As argued in Section 3, all four types of concord can be motivated by Functional Principle 1, but only argument concord and negative concord can be motivated by Functional Principle 2. This entails that all types of concord may be cases of accidental redundancy, if they are motivated solely by the need to be precise, i.e. by Principle 1. Argument concord and negative concord are the only types of concord that may be cases of purposeful redundancy, when they are motivated by Functional Principle 2. In other words, while temporal concord and plural concord are cases of accidental redundancy by definition, argument concord and negative concord may be accidental in some cases but purposeful in others.

It is important to note that Functional Principle 1 only leads to accidental redundancy when the grammatical element is obligatory. If it is optional, the speaker may easily avoid redundancy by dropping the grammatical marker in the presence of the lexical item. That speakers indeed actively and consciously avoid accidental redundancy is demonstrated, for example, by Imbabura Quechua. Speakers of that language feel that in combination with a >1 numeral, “the plural marker on the noun is redundant in those cases so they prefer not to use it” (according to linguist Peter Cole in personal communication). If the grammatical marker is obligatorily expressed, accidental redundancy cannot be avoided. Of course, the extent to which grammatical marking is obligatory in a language is a relevant topic of investigation by itself. It is an interesting question why some markers are obligatory while others are optional, and this question, too, could be answered by an analysis of functional motivations. For the current analysis of redundancy, however, I will take the extent to which markers are obligatory as a synchronic fact, leaving a functional explanation for future research.

The occurrence of accidental redundancy is related to the obligatoriness of the grammatical marker. This helps explain the different cross-linguistic frequencies of temporal and plural concord. While temporal concord is (nearly) universal, plural concord was attested in less than half of the languages in the study sample. As we have seen, both of these concord types always involve accidental redundancy, so that their different frequencies cannot be a result of different underlying motivations. The World Atlas of Language Structures (WALS) records 263 languages with nominal plural markers, from which 90 (34%) are expressed optionally (HASPELMATH, 2013). This is a remarkably low percentage compared to past tense markers, which appear to be obligatory in all 134 cases in WALS⁹ (DAHL; VELUPILLAI, 2013). The conclusion must be that, in principle, all languages allow for accidental concord. It is (only) the optionality of the grammatical marker that determines whether or not accidental concord actually arises. Since nominal plural marking is often optional, unlike the grammatical marking of tense, plural concord is relatively infrequent as compared to temporal concord.

The separation of the classification of redundancy into accidental and purposeful redundancy is not superficial, but in fact represents a structural division between fundamentally different redundancies. This becomes clear when we look at the characteristic diachronic pathways of the different types of concord. As has been well established, negative concord follows a distinct pathway, better known as Jespersen's cycle (JESPERSEN, 1917). At the first step in the cycle, a lexical negation is introduced alongside an existing grammatical negator to add emphasis, giving rise to negative concord. Over time, the grammatical negator disappears, while the formerly lexical negation grammaticalizes into the new grammatical negator, and the process starts over. A similar pathway could be said to exist for argument marking. In this case, the cycle starts with the introduction of free pronouns alongside pronominal argument marking, leading to argument concord. The pronominal markers disappear over time, while the pronouns grammaticalize into the new grammatical markers, and the cycle may start again. This process is observed in contemporary French (FONSECA-GREBER; WAUGH, 2002), Northern-Italian dialects (e.g. BRANDI; CORDIN, 1989; CARDINALETTI; REPETTI, 2008), and Brazilian Portuguese (KATO, 1999; ZILLES, 2005), among others.

The interesting thing to note here is that both concord types undergoing this cycle involve purposeful redundancy (see PETRÉ, forthcoming, for similar observations). Their diachronic pathways clearly involve a back-and-forth between the introduction of a redundant lexical marker for its desired pragmatic effects and the disappearance of the former grammatical marker for reasons of

⁹ It is interesting to speculate about why plural markers would more often be optional than tense markers. One possibility is that this is a consequence of a fundamental difference between nouns and verbs. Seifert *et al.* (2018) find that nouns take longer to process than verbs and argue that nouns somehow require more conscious planning from speakers. If this is true, it could be the case that the automaticity of the use of verbs makes verbal inflection automatic too, whereas speakers may be more conscious of nominal inflection and better able to leave it out if they feel it is redundant. A second hypothesis is that the difference in optionality between plural and tense marking stems from a difference in predictability. Presumably, it is quite normal to have an expectation of the number of a noun's referent, while it would be unusual to have an expectation of (non-present) tense on the basis of a verb. This would render plural marking unnecessary relatively often in comparison to tense marking. I am grateful to Natalia Levshina for suggesting this alternative hypothesis to me.

economy, and so on and so forth. It is precisely the intention to reach two conflicting communicative goals – being expressive and being economical – that motivates and drives the continuous cycle. To my knowledge, a similar functionally driven cycle has never been attested for temporal concord or plural concord: Tense and nominal plural markers may originate in the grammaticalization of lexical elements and may disappear over time, but those diachronic processes bear no relation to the introduction of lexical elements, nor to any pragmatic effects that lexical elements would introduce or lose over time. While purposeful redundancy reflects a stage in the constant interplay between expressivity and economy, accidental redundancy is something that can always occur when there is an obligatory grammatical marker. Hence, the two types of redundancy reflect two very different communicative processes; a difference that surfaces typologically and diachronically.

Note that purposeful redundancy is only purposeful in part of the diachronic cycle of argument concord and negative concord. Although a lexical negation or argument may be introduced with the purpose of providing emphasis, this highlighting effect is lost over time, when the cycle reaches the point at which both the lexical and the grammatical marker have become obligatory but still exist side-by-side. In that phase of the cycle, argument concord and negative concord are just as accidental as temporal and plural concord: Redundancy only arises from the fact that being non-redundant would result in ungrammaticality. What comes into being with a functional motivation loses that function over time and becomes a grammatical automatism.

5. Conclusions

This paper has presented an explorative typological study and a functional analysis of syntagmatic redundancy. Four types of concord, a variant of redundancy in which a lexical and a grammatical item have overlapping meanings, were studied in a 50-language variety sample. Whereas argument concord and temporal concord were attested in all sampled languages, negative concord was attested in 88% of the languages and plural concord in 41%. Argument and negative concord were shown to have a range of pragmatic co-effects, while temporal and plural concord served the function of specifying the meaning of the grammatical marker only.

On the basis of the typological study, it has been argued that redundancy is motivated by two basic functional principles: first, the need to lexically specify and disambiguate information that is not specified by a grammatical element (Functional Principle 1); and second, the need to emphasize information that is crucial to the proposition conveyed in the message (Functional Principle 2). These principles lead to two different types of redundancy: purposeful redundancy, which reflects the active choice of a language user to highlight certain information because of its importance; and accidental redundancy, which occurs as a by-effect of the use of a lexical item when the semantically overlapping grammatical marker cannot be left out. Purposeful redundancy and accidental redundancy differ fundamentally, not only in their communicative nature but also in their diachronic

behavior. Purposeful redundancy is a stage in a continuous, functionally motivated cycle of language change, whereas accidental redundancy arises wherever there is an obligatory grammatical marker that can be elaborated upon by a lexical item.

The typological study and functional analysis have shown that it is overly simplistic to claim that redundancy is universal because of its functionality. Only some types of redundancy are (near-)universal, and redundancy is not simply functional but may have a range of functions, which are sometimes in conflict with each other. Moreover, while purposeful redundancy is indeed a result of functional motivations, accidental redundancy does not result from a deliberate choice by a language user but is merely a by-effect of the choice to elaborate on an obligatory grammatical marker.

REFERENCES

- AKSU-KOÇ, Ayhan; SLOBIN, Dan. The acquisition of Turkish. In: SLOBIN, Dan (Ed.). *The crosslinguistic study of language acquisition*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1985, p. 839-878.
- AUDRING, Jenny. Gender as a complex feature. *Language Sciences*, Amsterdam, v. 43, p. 5-17, 2014. DOI: 10.1016/j.langsci.2013.10.003.
- AYLETT, Matthew; TURK, Alice. The smooth signal redundancy hypothesis: A functional explanation for relationships between redundancy, prosodic prominence, and duration in spontaneous speech. *Language and Speech*, Thousand Oaks (CA), v. 47, n. 1, p. 31-56, 2004.
- BARBIERS, Sjeff; KOENEMAN, Olaf; LEKAKOU, Marika; VAN DER HAM, Margreet (Eds.). *Microvariation in syntactic doubling*. Bingley: Emerald, 2008.
- BRANDI, Luciana; CORDIN, Patrizia. Two Italian dialects and the null subject parameter. In: JAEGGLI, Osvaldo; SAFIR, Kenneth J. (Eds.). *The null subject parameter*. Dordrecht: Springer, 1989, p. 111-142.
- BUTLER, Christopher S. *Structure and function: A guide to three major structural-functional theories*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2003.
- CAMPBELL, Lyle. *The Pipil language of El Salvador*. Amsterdam: Mouton de Gruyter, 1995.
- CAMPBELL, Lyle. *American Indian languages: The historical linguistics of Native America*. New York: Oxford University Press, 1997.
- CARDINALETTI, Anna; REPETTI, Lori. The phonology and syntax of preverbal and postverbal subject clitics in northern Italian dialects. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 39, n. 4, p. 523-563, 2008.
- COLES-WHITE, D'Jaris. Negative concord in child African American English: Implications for Specific Language Impairment. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*, v. 47, n. 1, p. 212-222, 2004. DOI: 10.1044/1092-4388(2004/018).
- DAHL, Östen. *The growth and maintenance of linguistic complexity*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2004.

- DAHL, Östen; VELUPILLAI, Viveka. The past tense. In: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (Eds.). *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Available on: <https://wals.info/chapter/66>. Accessed on: 2020-10-04.
- DIK, Simon. On the notion "Functional explanation". *Belgian Journal of Linguistics*, Amsterdam, v. 1, p. 11-52, 1986.
- EBERHARD, David M.; SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (Eds.). *Ethnologue: Languages of the World*. Twenty-third edition. Dallas, Texas: SIL International, 2020. Available on: <https://ethnologue.com>. Accessed on: 2020-10-13.
- FONSECA-GREBER, Bonnie; WAUGH, Linda R. "The subject clitics of Conversational European French. Morphologization, gramatical change, semantic change, and change in progress. In: CAMERON, Richard; LOPEZ, Luis, NÚÑEZ-CEDEÑO, Rafael (Eds.). *A Romance perspective on language knowledge and use: Selected papers from the 31st Linguistic Symposium on Romance Languages (LRSL)*, Chicago, 19-22 April 2001. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2002, p. 99-117.
- GIBSON, Edward; FUTRELL, Richard; PIANTADOSI, Steven P.; DAUTRICHE, Isabelle; MAHOWALD, Kyle; BERGEN, Leon; LEVY, Roger. How efficiency shapes human language. *Trends in Cognitive Sciences*, Cambridge (MA), v. 23, n. 5, p. 389-405, 2019. DOI: 10.1016/j.tics.2019.02.003.
- HAIG, Geoffrey. The grammaticalization of object pronouns: Why differential object indexing is an attractor state. *Linguistics*, Berlin, v. 56, n. 4, p. 781-818, 2018.
- HASPELMATH, Martin. Occurrence of Nominal Plurality. In: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (Eds.). *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Available on: <https://wals.info/chapter/34>. Accessed on: 2020-10-04.
- HENGEVELD, Kees; LEUFKENS, Sterre. Transparent and non-transparent languages. *Folia Linguistica*, Berlin, v. 52, n. 1, p. 139-175, 2018. DOI: 10.1515/flin-2018-0003.
- HEWITT, B. George. *Abkhaz*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1979.
- JESPERSEN, Otto. *Negation in English and other languages*. Copenhagen: A.F. Høst, 1917.
- KATO, Mary A. Strong and weak pronominals in Brazilian Portuguese. *Probus*, Berlin, v. 11, n. 1, p. 1-38, 1999. DOI: 10.1515/prbs.1999.11.1.1.
- KEIZER, Evelien. The lexical-grammatical dichotomy in Functional Discourse Grammar. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 35-56, 2007.
- KEMPE, Vera; BROOKS, Patricia J. The role of diminutives in the acquisition of Russian gender: Can elements of child-directed speech aid in learning morphology? *Language Learning*, v. 51, n. 2, p. 221-256, 2001. DOI: 10.1111/1467-9922.00154.
- KOUWENBERG, Silvia. *A grammar of Berbice Dutch Creole*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1994.
- KUSTERS, Wouter. Linguistic complexity. PhD Dissertation – Faculteit Geesteswetenschappen, Universiteit van Amsterdam, Amsterdam, 2003.
- LEUFKENS, Sterre. Transparency in language. A typological study. PhD Dissertation – Faculteit Geesteswetenschappen, Universiteit van Amsterdam, Amsterdam, 2015.
- LEUFKENS, Sterre. A typology of concord (1.0). [Data file and code book]. 2020. DOI: 10.24416/UU01-O8ZD60.

LEVY, Roger. A noisy-channel model of rational human sentence comprehension under uncertain input. In: Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing, 2008, Honolulu. *Proceedings...* Association for Computational Linguistics, 2008, p. 234-243.

MCWHORTER, John. Oh n̄so! : a bewilderingly multifunctional Saramaccan word teaches us how a creole language develops complexity. In: SAMPSON, Geoffrey; GIL, David; TRUDGILL, Peter (Eds.). *Language complexity as an evolving variable*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 141-163.

MERLAN, Francesca. *Ngalakan grammar, texts and vocabulary*. Canberra: Pacific Linguistics, 1983. DOI: 10.15144/PL-B89.cover.

NICHOLS, Johanna. Linguistic complexity: a comprehensive definition and survey. In: SAMPSON, Geoffrey; GIL, David; TRUDGILL, Peter (Eds.). *Language complexity as an evolving variable*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 110-125.

NORRIS, Mark. A typological perspective on nominal concord. *Proceedings of the Linguistic Society of America*, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2019. DOI: 10.3765/plsa.v4i1.4515.

PETRÉ, Peter. The interaction between extravagance and competition in syntactic change. Presentation given at SLE 52, 21 August 2019, Leipzig, forthcoming.

RAINER, Franz; DRESSLER, Wolfgang U.; GARDANI, Francesco; LUSCHÜTZKY, Hans Christian. Morphology and meaning: An overview. In: RAINER, Franz; DRESSLER, Wolfgang U.; GARDANI, Francesco; LUSCHÜTZKY, Hans Christian (Eds.). *Morphology and meaning*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2014, p. 3-48.

RIJKHOFF, Jan. *The Noun Phrase*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

RIJKHOFF, Jan; BAKKER, Dik; HENGEVELD, Kees; Kahrel, P. A method of language sampling. *Studies in Language*, Amsterdam, v. 17, n. 1, p. 169-203, 1993.

RIJKHOFF, Jan; BAKKER, Dik. Language sampling. *Linguistic Typology*, Berlin, v. 2, p. 263-314, 1998.

ROUNDS, Carol H. *Hungarian: An essential grammar*. Londen: Routledge, 2009.

SADOCK, Jerrold M. *The modular architecture of grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SEIFART, Frank; STRUNK, Jan; DANIELSEN, Swintha, HARTMANN, Iren, PAKENDORF, Brigitte, WICHMANN, Søren, WITZLACK-MAKAREVICH, Alena, DE JONG, Nivja, BICKEL, Balthasar. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, Washington D.C., v. 115, n. 22, p. 5720-5725, 2018. DOI: 10.1073/pnas.1800708115.

SLOBIN, Dan I. Cognitive prerequisites for the development of grammar. In: FERGUSON, Charles, SLOBIN, Dan I. (Eds.). *Studies of child language development*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1973, p. 175-208.

SOHN, Ho-Min. *The Korean Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TARABAN, Roman. Drawing learners' attention to syntactic context aids gender-like category induction. *Journal of Memory and Language*, Amsterdam, v. 51, n. 2, p. 202-216, 2004. DOI: 10.1016/j.jml.2004.03.005.

TRUDGILL, Peter. Sociolinguistic typology and complexification. In: SAMPSON, Geoffrey; GIL, David; TRUDGILL, Peter (Eds.). *Language complexity as an evolving variable*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 98-109.

TRUDGILL, Peter. *Sociolinguistic typology: Social determinants of linguistic complexity*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

VAN DE VELDE, FREEK. Degeneracy: The maintenance of constructional networks. In: BOOGAART, Ronny, COLLEMAN, Timothy, RUTTEN, Gijsbert, (Eds.). *Extending the scope of construction grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2014, p. 141-179.

ZEIJLSTRA, Hedde. Sentential negation and negative concord. 2004. PhD Dissertation – Faculteit Geesteswetenschappen, Universiteit van Amsterdam, Amsterdam, 2004.

ZILLES, Ana M. S. The development of a new pronoun: The linguistic and social embedding of *a gente* in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, v. 17, n. 1, p. 19-53, 2005. DOI: 10.1017/S0954394505050027.

ZUCCHI, Sandro. Along the time line: Tense and time adverbs in Italian Sign Language. *Natural Language Semantics*, Berlin/Heidelberg, v. 17, n. 2, p. 99-139, 2009. DOI: 10.1007/s11050-008-9032-4.

THEORETICAL ESSAY

Typology and nuance: relativization

Marianne MITHUN 

University of California, Santa Barbara (UCSB)

ABSTRACT

Much of linguistic typology is inherently categorical. In large-scale typological surveys, grammatical constructions, distinctions, and even variables are typically classified as present, absent, or embodying one of a set of specified options. This work is valuable for a multitude of purposes, and in many cases such categorization is sufficient. In others, we can advance our understanding further if we take a more nuanced approach, considering the extent to which a particular construction, distinction, or variable is installed in the grammar. An important tool for this approach is the examination of unscripted speech in context, complete with prosody. This point is illustrated here with Mohawk, an Iroquoian language indigenous to the North American Northeast. As will be seen, the two types of construction which might be identified as relative clauses are emergent, one less integrated into the grammar than the other. Examination of spontaneous speech indicates that the earliest stages of development are prosodic, as speakers shape their messages according to their communicative purposes at each moment.



OPEN ACCESS

EDITED BY

- Andre Vinicius Lopes Coneglian (UFMG)
- Maria Helena de Moura Neves (UNESP)
- Lachlan Mackenzie (VUA)

REVIEWED BY

- Roberto Camacho (UNESP)
- Riccardo Giomi (CELGA-ILTEC)

DATES

- Received: 06/11/2020
- Accepted: 19/11/2020
- Published: 17/12/2020

HOW TO CITE

Mithun, M. (2020). Typology and nuance: relativization. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 104-130, 2020.

RESUMO

Uma grande parte da tipologia linguística é inerentemente categórica. Em levantamentos tipológicos de grande envergadura, as construções, as distinções e até mesmo as variáveis gramaticais são normalmente classificadas como presentes ou ausentes, ou como decorrentes de uma de um conjunto de opções especificadas. Este modo de trabalhar é de grande utilidade para múltiplos efeitos, e em muitos casos, essa categorização é suficiente. Noutros, porém, avança-se ainda mais o nosso entendimento se se adotar uma abordagem mais matizada, ao considerar até que ponto uma determinada construção, distinção ou variável está instaurada na gramática. Uma ferramenta importante para esta

abordagem é a transcrição de fala espontânea gravada no contexto de enunciação, aumentada por uma análise prosódica. Ilustra-se esta questão, aqui, por referência ao mohawk, língua iroquesa indígena do nordeste da América do Norte. Como se verá, os dois tipos de construção que poderiam ser identificados como orações relativas são emergentes, estando um menos incorporado na gramática do que o outro. A análise da fala espontânea indica que os primeiros estágios de desenvolvimento são prosódicos e os/as falantes moldam suas mensagens de acordo com seus propósitos comunicativos de cada momento.

KEYWORDS

Grammaticalization. Mohawk. Relativization. Typology.

PALAVRAS-CHAVE

Gramaticalização. Mohawk. Orações relativas. Tipologia.

Introduction

Some of the primary questions in linguistics are what languages share, how they can vary, and why. This inquiry involves the identification of categories for comparison and dimensions of variation. The resulting typologies can be a boon to those documenting and describing languages: they can facilitate the identification of constructions and distinctions, and alert the researcher to seek out information not yet part of the record. Much of typology is inherently categorical, both in terms of the constructions investigated and the variables checked off. The cross-linguistic comparability of typological categories has evoked discussion, such as that by Haspelmath (2018) and Evans (2020). But also underlying some typological work may be an assumption that the particular grammatical construction under study is crystallized to the same degree in all languages, an assumption flowing naturally from procedures necessarily involved in large-scale typological work. No single researcher can know hundreds of languages intimately, but a person or a team can read that many grammars in search of the crucial examples. The work can be streamlined if the grammars are grounded in a shared background in the typological literature, ensuring that all pertinent distinctions have been checked and specified.

Relative clause constructions provide a good example. There is now a wealth of typological work on relative clause types and points of variation within them, including that by Downing (1978), Comrie (1981; 1998), Lehmann (1984; 1986), Andrews (1986; 2007), Givón (2001), De Vries (2002; 2005), Comrie and Estrada-Fernández (2012), Hendery (2012), among others. It is generally agreed that basic

relative clause constructions may be restrictive (*the man who lives there*) or non-restrictive (*the man, who lives there*). Free relatives may be definite (*what you want*) or indefinite (*whatever you want*). Within these categories, there are recognized points of variation. One is position. Within headed relative clauses, the head may precede the relative clause (a head-initial construction), it may follow the relative clause (head-final), it may be contained within the relative clause (head-internal), or the relative clause may be adjoined outside of the nuclear clause. Another variable is the marking of the relative clause. There may be an invariant relativizer like English *that*, relative pronouns like English *who*, a verbal affix, or an obvious gap within the relative clause where the shared referent would otherwise be, as in English *the man [I met __]*. The relative clause itself may be fully finite, or it may show a less finite form. Still other points of variation are the possible grammatical roles of the shared referents (KEENAN; COMRIE 1977) within the relative clause and how these roles are indicated.

As techniques and technologies for language documentation have advanced, it has become possible to bring more nuance to our understanding of variation across languages, which can allow us to delve more deeply into the kinds of factors which shape variation. With the availability of corpora of unscripted speech, we can go beyond simple classification of the presence or absence of a variable to looking at contexts of use, prosody, frequency, and the extent to which a construction is installed in the grammar. Such considerations can, in turn, shed light on factors which might shape the development of grammar and the steps by which this might take place. These points are illustrated here with relative clauses in Mohawk, an Iroquoian language indigenous to the North American Northeast.

1. Mohawk

There are six main Mohawk communities, located in Quebec, New York State, and Ontario. The language is often cited as a prototypical example of polysynthesis: morphology can be complex, and single words can constitute full sentences in themselves. Lexical categories are traditionally defined for Iroquoian languages in terms of their internal morphological structure as particles, nouns, or verbs.

Particles are by definition monomorphemic, though they may be compounded.

(1)	<i>kwáh</i>	'gee'
	<i>skáthne</i>	'together'
	<i>áhsen</i>	'three'
	<i>íáh</i>	'not'
	<i>ki'</i>	'in fact'
	<i>wáhi'</i>	TAG

They serve a wide variety of affective, adverbial, syntactic, discourse, and social functions.

Nouns can have relatively simple internal structure, consisting minimally of a gender or possessive prefix, a noun stem, and a noun suffix, though the noun stem may be complex, and additional enclitics may be added.¹

- (2) ò:niare'
 o-niar-e-'
 N-snake-EP-NS
 'snake'
- (3) ake'shatsténhsera'
 ake-'shatsten-hser-a'
 1SG.AL.POSS-be.strong-NMLZ-NS
 'my power'
- (4) ohniare'kó:wa
 o-hniar-e-'=kowa
 N-snake-NS=AUG
 'serpent'

¹ Transcriptions here are in the community orthography, which is essentially phonemic. Symbols are generally close to their IPA counterparts in the sounds represented. There are just 9 consonants (t, k, s, h, ', n, r, w, i), 6 vowels (i, e, a, o, en, on), and distinctive tone on stressed syllables. Obstruents are automatically voiced before voiced segments. The apostrophe <'> represents glottal stop. The letter i represents a palatal glide [j] before a vowel, and a high front unrounded vowel otherwise. The digraphs <en> and <on> represent single nasal vowels [ɛ̃] and [ɔ̃] respectively. Stress is basically penultimate, though epenthetic vowels do not enter into the determination of stress. Open stressed syllables are lengthened, indicated with a colon <:>, though h can close a syllable. Stressed syllables marked with an acute accent <á> are pronounced with a high tone on short vowels as in áhsen 'three' and a rising tone on long syllables, as in the hearsay evidential iá:ken'. In open syllables, the tone may continue to rise into the following syllable, as in wahón:níse' 'long ago'. If a stressed vowel is followed by a glottal stop, the pitch rises abruptly then falls steeply, as in rotòn:'on 'he became'. If that glottal stop is followed by another consonant, it then disappears. A similar pitch contour results when a stressed syllable is closed by h and the following syllable begins with a resonant n, r, w, or the glide i. The h then disappears, as in ò:niare' 'snake'.

The following abbreviations are used in glossing:

agt = grammatical agent; al = alienable; art = article; aug = augmentative; ben = benefactive applicative; caus = causative; csl = cislocative; cont = continuative; contr = contrastive; dec = decessive; dim = diminutive; dir = directional applicative; distr = distributive; du = dual; dv = duplicative; ep = epenthetic; ex = exclusive; fac = factual; fi = feminine-indefinite gender; fut = future; fz = feminine-zoic gender; hab = habitual aspect; hrsy = hearsay evidential; imper = imperative; in = inclusive; inch = inchoative; ins = instrumental applicative; lk = linker; m = masculine; mid = middle voice; n = neuter; neg = negative; nmlz = nominalizer; ns = noun suffix; opt = optative (=irrealis); pat = grammatical patient; pfv = perfective; pl = plural; poss = possessive; prog = progressive; proth = prothetic; prt = partitive; refl = reflexive; rep = repetitive; rev = reversible; st = stative; trl = translocative; 1 = 1st person; 2 = 2nd person; 3 = 3rd person.

Morphological nouns function syntactically and semantically only as referring expressions.

Verbs contain, minimally, a pronominal prefix identifying the core argument(s) of the clause, a verb root, and an aspect suffix. They may, in addition, contain a number of additional prefixes and/or suffixes, as well as an incorporated noun stem.

- (5) *Ionsahahnekóntsienhte'*
 i-onsa-ha-hnek-ontsien-ht-e-'
 TRL-REP.FAC-M.SG.AGT-liquid-draw-CAUS-EP-PFV
 'He dipped out some more water.' Sonny Edwards, speaker
- (6) *Tentehsheia'ténhawe'*
 t-en-te-hshe-ia't-enhaw-e-'
 DV-FUT-CSL-2SG>3PL-body-carry-EP-PFV
 'You will bring them back here.' Sonny Edwards, speaker
- (7) *Tha'kahnekaién:ta'ne'*
 th-a'-ka-hnek-a-ient-a'n-e-'
 CONTR-FAC-N.AGT-liquid-LK-lie-INCH-EP-PFV
 'The water calmed right down.' Sonny Edwards, speaker

The pronominal prefixes in verbs are fully referential in their own right. They may be coreferential with other elements in the clause, such as additional nominals or demonstratives. They may 'agree' with them, but they are not simply 'agreement markers'.

All Mohawk verbs are finite. They can serve not just as predicates, but also sentences and referring expressions without necessarily any further marking. The degree to which particular verbs are lexicalized as nominals varies along a continuum.

- (8) *iakenheion'taiéntáhhkwa'*
 iak-enhei-on-'t-a-ient-ahkw-ha'
 FI.PAT-die-ST-NMLZ-LK-lay-INS-HAB
 'one lays out the dead with it' = 'hospital'
- (9) *ronnatén:ro'*
 ronn-at-enro-'
 M.PL-REFL-be.friends-ST
 'they are friends to each other' = 'his friend(s)'

- (10) *ioronkienèn:’en*
 io-ront-ienen-’-en
 N.PAT-log-toppled-INCH-ST
 ‘it (a log) has toppled over’ = ‘fallen log’

2. Prototypical relative clauses

A skilled first-language Mohawk speaker, who is also a skilled English speaker, was asked to translate the sentence ‘The children who are smart will pass’ into Mohawk. She produced the sentence in (11).

- | | | | |
|------|--------------------------------|--------------|----------------------------|
| (11) | <i>Ratiksa’okòn:’a</i> | <i>ne:ne</i> | <i>roti’nikonhrowá:nen</i> |
| | rati-ksa’=okon’a | nene | roti-’nikonhr-owan-en |
| | M.PL-child=DISTR | that | M.PL.PAT-mind-be.big-ST |
| | ‘The children [who are smart]’ | | |

tenhontóhetste’.
 t-en-hon-at-ohetetst-e-’
 DV-FUT-M.PL.AGT-MID-pass-EP-PFV
 ‘will pass.’

She noted that the prosody can affect the interpretation. If there is a prosodic break after *ratiksa’okòn:’a* ‘the children’, a better translation would be ‘The children, they are very smart, will pass.’ The distinction is thus similar to that in many other languages, including English, whereby prosody can distinguish restrictive from non-restrictive relative clauses.

In terms of the kinds of variables usually mentioned in relative clause typologies, the construction in (11) could easily be classified as i) head-initial, ii) marked by a relativizer *ne:ne*, iii) with a finite relative clause, and iv) with the role of the shared argument in the relative clause specified by the pronominal prefix *roti-* ‘they’ on the verb ‘they are smart’

In unscripted speech, however, both monologue and conversation, such constructions are actually exceedingly rare.²

² Material cited here is drawn from a corpus of nearly 300 recordings of monologue and conversation, varying in length from a few minutes to a few hours, totaling together just over 60 hours. Seventy-six speakers are represented.

2.1. Relativizer?

The particle *ne:ne* is relatively frequent in speech, usually appearing at the beginning of a clause. Its occurrence after a noun in what might be interpreted as a relative clause construction is rare, however. To illustrate the functioning of this particle in context in unscripted speech, examples in this section are drawn from a tale told by Sonny Edwards of Ahkwesáhsne about a man who became a serpent. The tale was transcribed, translated, and discussed at length with Mohawk speakers Margaret Edwards of Ahkwesáhsne and Annette Kaia'titákhke' Jacobs of Kahnawà:ke, who contributed valuable insight into the precise meanings of constructions.

The essence of the legend is as follows. Three friends went out to fish and beached their boat on an island, where they spent the night. The next day they fished without success. One of them, Teharensákhkwa³, walked around to the other side of the island, where he found some fish in a log. He brought the fish back to his friends, but the friends were suspicious. He cooked the fish and ate them anyway. He then became very thirsty and began to drink furiously. When his friends woke up the next morning he was missing. They found him on the other side of the island, still drinking. His body was becoming longer. He crawled into the water. When he resurfaced they saw that he was changing into a snake. He advised his friends to go back home and return with seven strong men, which they did. When Teharensákhkwa' again resurfaced, they saw that he had turned into something horrifying, but he promised to watch over the water and help fishermen through eternity. One man was chosen to watch over the winds, and another to watch over the rain. Teharensákhkwa' then explained to the group at length how they could summon him whenever they needed help.

The particle *ne:ne*, seen in the elicited sentence in (11) above, appears in (12), translated with an English relative clause construction.

- (12) *Shaià:ta*,
 s-ha-ia't-at
 REP-M.SG.AGT-body-be.one
 'One'
- ronkwe'tarákwen*,
 r-onkwe-'t-a-r-akw-en
 M.SG-be.a.person-NMLZ-EP-be.in-REV-ST
 'man was chosen'

³ There are two variants on the name of this character. This speaker used the form *Teharensákhkwa* 'he picks up the chain' with the incorporated noun root *-renhs-* 'chain', also used for a rosary, resulting in the translation of 'He Picks Up Beads'. Other speakers know this figure as *Teharásákhkwa*, a term which evokes high rubber boots instead.

ne:ne ówera' enhaten'nikòn:rare',
 nene o-wr-a' en-ha-ate-'nikonhr-a-r-e-'
 that N-wind-NS FUT-M.SG.AGT-mind-LK-be.on-EP-PFV
 'who would take care of the winds,'

ne Kaié:ri Nikawerá:ke ratina'tónhkhwa'.
 ne ka-ieri ni-ka-wer-ake rati-na'ton-hkw-ha'
 ART N.AGT-be.right PRT-N.AGT-wind-be.multiple M.PL.AGT-call-INS-HAB
 'what they call the Four Winds.' Sonny Edwards, speaker

It is not immediately clear what the head of the construction translated 'one man who would take care of the winds' might be in the Mohawk. Is it the incorporated noun stem *-onkwe't-* 'person'? Incorporated nouns are not normally referential, though they may evoke a referent. They serve primarily to narrow the semantic scope of the verb. The verb stem *-rakw-* on its own might be translated 'pick out, choose', but with the incorporated *-onkwe't-* 'person', it might be translated 'delegate' or 'elect'. Perhaps this is an adjoined relative clause with the head *shaià:ta*, used as a classificatory numeral for persons?

This example and others here are formatted according to their prosody. Each new intonation unit or prosodic phrase, characterized by a pitch reset and a coherent prosodic contour, begins flush left. Commas represent non-final terminal contours, usually a partial fall in pitch or sometimes a rise. Periods represent final terminal contours, usually a full fall. Intonation units are often combined into prosodic sentences. Within a prosodic sentence, each intonation unit shows a pitch reset on the first stressed syllable, but that reset is typically slightly lower on each successive unit. A pitch trace of the sentence in (12) is in Figure 1. The pitch reset can be seen on the first stressed syllable in each intonation unit (*shaià:ta*, *ronkwe'tarákwen*, *ówera'*, *kaié:ri*). Each began after a pause, a common but not universal feature of intonation units.

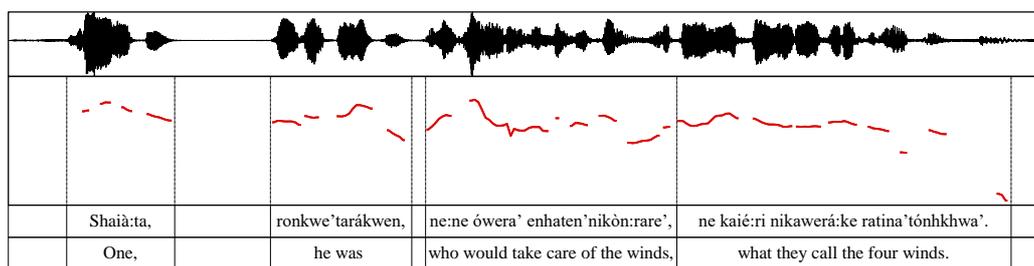


FIGURE 1: Example (12)

The sentence in (12) was followed by that in (13).

(13) *Shaià:ta* *ne:ne* *enhate'nikòn:rare'*
 s-ha-ia't=at nene en-ha-ate-'nikonhr-a-r-e'
 REP-M.SG-body-be.one that FUT-M.SG.AGT-MID-mind-LK-be.on-EP-PFV
 'One will guard'

ne *tsi* *iokennó:ron's.*
ne *tsi* *io-kennor-on-'s*
 ART as N.PAT-rain-ST-DISTR
 'the rains.'

Ne:ne *Ratiwè:rahs* *ronwatí:iats.*
 nene rati-wehr-ahs ronwati-iat-s
 that M.PL.AGT-thunder-HAB FI>M.PL-call-HAB
 'These are the ones called the Thunderers.'

Sonny Edwards, speaker

The passage in (13) consisted of two prosodic sentences. As can be seen in Figure 2, each sentence began with a full pitch reset and ended in an audible terminal fall (partly obscured by the fact that each ends in a voiceless s). (Stressed syllables marked with a grave accent, like *ia* in *shaià:ta*, *kòn* in *enhate'nikòn:rare'* and *wè*: in *Ratiwè:rahs* here, show a distinctive prosodic contour, consisting of a steep rise in pitch followed by an abrupt fall.)

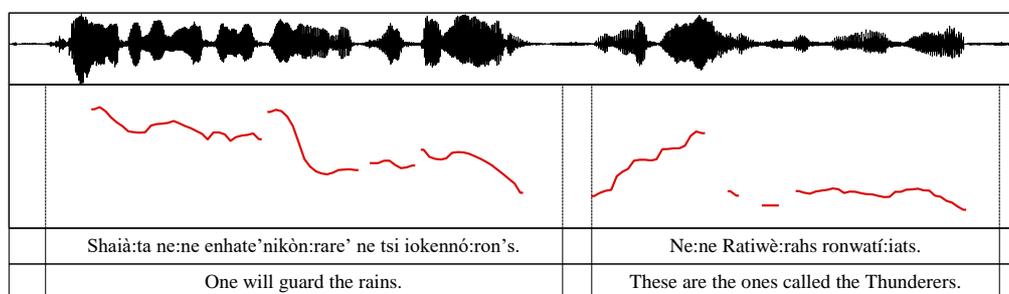


FIGURE 2: Example (13)

The first sentence, 'One will guard the rains', has the same structure as what was interpreted as a relative clause in the preceding example: it begins with the word *shaià:ta* 'one' and contains the particle *ne:ne*. But it was translated by speakers as an independent sentence and has the prosodic profile of an independent sentence. The second sentence, 'These are the ones called the Thunderers', began with the particle *ne:ne*, was also translated as an independent sentence, and showed the prosody of an independent sentence, but it contained nothing that could be interpreted as a head noun. This is a common pattern.

A similar pattern can be seen in example (14), the beginning of the tale. The particle *ne:ne* began a new sentence here as well, picking up a referent mentioned in the preceding sentence.

- (14) Né: iá:ken ne' kí: rotikstenhokon'kénha' ratiká:ratonhskwe' ne wahón:nise'.
 'The old people long ago used to tell a story.'

Né: iá:ken rón:kwe ohniare'kó:wa rotón:'on.
 'That one was about a man who became a serpent.'

Ne:ne Teharensákhkwa' ronwá:iatskwe'.
 nene te-ha-renhs-ahkw-ha' ronwa-iat-s-kwe'
 that DV-M.SG.AGT-chain-pick.up-HAB 3PL>M.SG-call-HAB-PAST
 'That's the one who was called "Teharensákhkwa"'.
 Sonny Edwards, speaker

There is no doubt that this last line was a separate sentence. It was translated by speakers as an independent sentence. As can be seen in Figure 3, the preceding sentence ended in a full terminal fall in pitch. This sentence began after a pause with a full pitch reset, then showed a steady declination in pitch until its own final terminal fall. Like all clauses, it is finite and contains full specification of its core arguments.

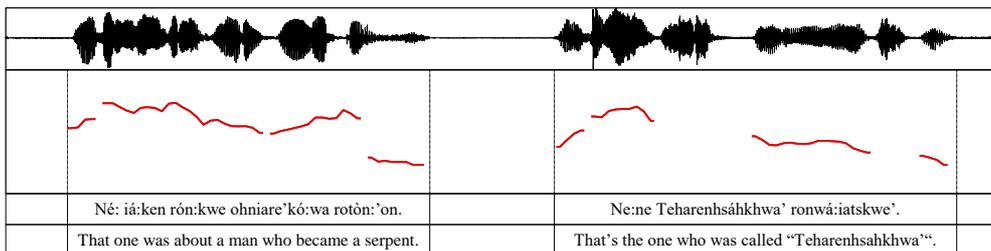


FIGURE 3: Example (14).

As can be seen, a basic function of *ne:ne* is as a discourse anaphor, an indicator that a referent has been mentioned sometime before, not necessarily with precisely the same words, and not necessarily in the same sentence, or even in an immediately preceding sentence.

Like many other languages, Mohawk has no copula. Predicate nominal constructions are formed by simple juxtaposition. The particle *ne:ne* often appears in such constructions. Speakers had been discussing some old gates in the village, trying to remember what they were for. It was suggested that they may have been used by livestock. The sentence in (15) added further detail.

- (15) Ta' nòn:wa' **ne:ne** tionhnhónhskwaron.
 towa' nonhwa' nene t-io-onhnhonskwar-ont-e'
 perhaps now that CSL-N.PAT-jowl-be.attached.at.one.end-ST
 'Maybe **it** was the cows.'

Katsi'tsenèn:tha' Ida Nicholas, speaker

The particle *ne:ne* also appears with nominalized clauses. As noted, verbs and larger clauses can and often do serve as referring expressions with no further marking. The particle *ne:ne* can make this function overt, with no obvious difference in meaning. The nominalization may refer to a core argument of the clause (participant nominalization) or to the whole assertion (event nominalization). An example of participant nominalization is in (16).

- (16) ***Ne:ne eniakothón:te'ne'***,
 nene en-iako-at-hont-e'
 that FUT-FL.PAT-MID-listen-ST
'The one that hears this,'

nè:'e tenieia'tó:rehte' nahò:ten' enki:ron'.
ne'e t-en-ie-ia't-ore-'n-e-' naho'ten' en-k-ihron-'
 that DV-FUT-FL.AGT-body-balanced-INCH-EP-PFV what FUT-1SG.AGT-say-PFV
 'that one will decide what I'm saying.'

Billy Kaientarónkwen Two Rivers, speaker

An example of event nominalization is in (17), part of a discussion about the forthcoming Mohawk grammar, designed for the community to be user-friendly. The particle *ne:ne* introduced the idea 'anybody could pick it up and understand what is written'. This clause served as a complement of the verb 'it would be possible', elaborating on what the 'it' referred to.

- (17) *Aontonhseke'* *ken kí:ken ne:ne,*
aa-w-aton-hs-ek-e-' ken kiken nene
 OPT-N.AGT-be.possible-HAB-CONT-EP-PFV Q this that
 'Would it be possible'

tsik ónhka'k tá:iehkwe' tanon'
tsi=k onhka'=k t-aa-ie-hkw-e-' tanon'
 that=just who=just DV-OPT-FL.AGT-pick.up-PFV and
 '[for just anybody to pick it up and'

aiako'nikonhraién:ta'ne' *tsi nahò:ten' kahia:ton?*
aa-iako-'nikonhr-a-ient-a'n-e-' tsi naho'ten' ka-hiaton
 OPT-FL.PAT-mind-LK-lie-INCH-EP-PFV that what N.AGT-write.ST
 'understand what is written?']

Annette Kaia'titáhkhe' Jacobs, speaker

Speakers note that the particle *ne:ne* can provide time to formulate the next part of the message. The prosodic break between the first and second lines of (17) shows how this might occur. (Certain speakers are known to use such a strategy pervasively.)

The use of the particle *ne:ne* could lead to some misanalyses. One might be tempted, for example, to interpret the particle in the second line of (18) (still part of the Teharenhsákhwa' tale) as a relative pronoun referring to the incorporated noun 'power' in the preceding verb.⁴

- (18) *Wake'shatstenhserowá:nén,*
 wake-'shatsten-hser-owan-en
 1SG.PAT-be.strong-NMLZ-be.big-ST
 'I am powerful / I have great power,'

ne:ne	<i>karonhià:ke</i>	<i>thèn:teron</i>	
nene	ka-ronhi-a'-ke	t-ha-i'ter-on	
that	N-sky-NS-PLACE	CSL-M.SG.AGT-dwell	
that	in the sky	he lives	
<i>né</i>	<i>thakwá:wi</i>	<i>ne</i>	<i>ka'shatsténhsera'...</i>
ne	t-hakw-awi	ne	ka-'shaten-hser-a'
that	CSL-M.SG>1SG-give.ST	the	N-be.strong-NMLZ-NS
that one	he gave me	the	strength

Sonny Edwards, speaker

Example (18) consisted of two intonation units, packaged together as a prosodic sentence. The first intonation unit, *Wake'shatstenhserowá:nén* did not end in a terminal fall, but, rather, showed the continuing rise in pitch to its final syllable which can indicate that more is to come.

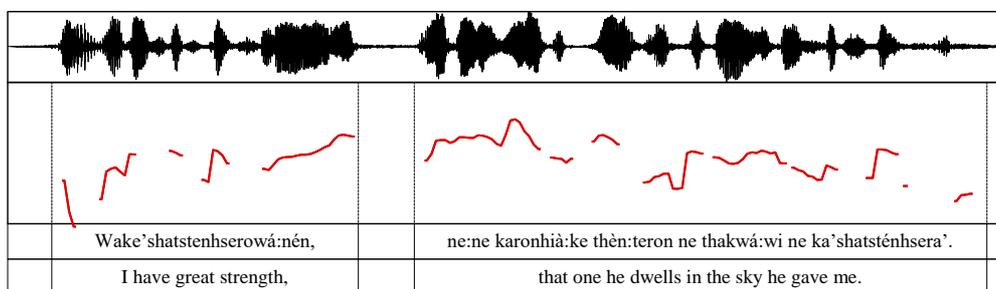


FIGURE 4: Example (18)

In fact the particle *ne:ne* does not refer to anything in the previous context, such as the incorporated -'shatstenhser- 'strength'. As confirmed by the speakers, it is part of the participant nominalization of 'he dwells in the sky'.

Though the particle *ne:ne* appears in some of the relatively rare constructions in Mohawk speech that might be translated with English relative clauses, it is not a dedicated marker of relativization. It functions primarily as a discourse anaphor, referring to anything in the previous context, or marking the referent of a nominalized clause, one of its core arguments.

⁴ The particles *ne:ne* and *né* are not the same, though both have histories involving demonstratives.

2.2. Unmarked relativization?

The particle *ne:ne* is also by no means obligatory in the few examples in the Mohawk corpus that could be translated with English relative clauses. The opening of the tale about Teharenhsákhwa' contained such an example, 'a man [who became a serpent]'.
 (19) Né: iá:ken ne' kí: rotikstenhokon'kénha' ratiká:ratohskwe' ne wahón:nise'.
 'They say the old people used to tell a story long ago.'

Né:	iá:ken'	rón:kwe	ohniare'kó:wa	rotòn:'on.
ne'e	iaken	r-onkwe	o-hniar-e-'=kowa	ro-aton-'-on
that	HRSY	M.SG-person	N-snake-EP-NS=AUG	M.SG.PAT-become-INCH-ST
that	they say	man	serpent	he became
'That was about a man [who became a serpent] .'				

Sonny Edwards, speaker

This last line was pronounced as a single prosodic sentence, consisting of just one intonation unit, as can be seen in Figure 5. (The special pitch contour mentioned earlier of syllables marked with a grave accent, consisting of a steep rise then abrupt fall, can be seen here on the penultimate syllable *tòn* of the word *rotòn:'a*, though the fall itself was not picked up in the pitch trace.)

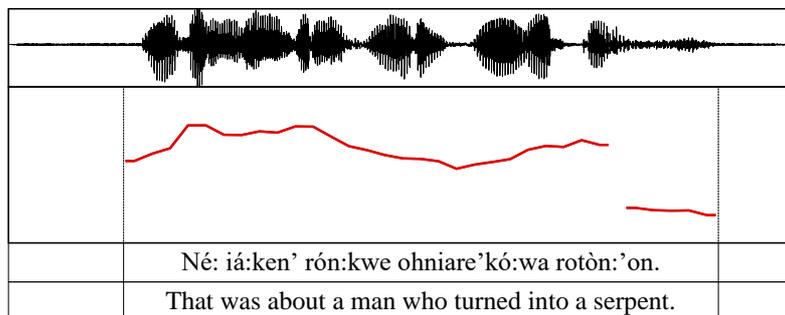


FIGURE 5: Example (19)

Speakers note that this sequence of words would be a perfectly acceptable sentence on its own: 'They say a man turned into a serpent'.

Another example of an unmarked clause which might be translated as a relative clause occurred later in the narrative, that in (20) 'this man [who was called Teharenhsákhwa]'.
 (20) Sok kí: shaià:ta ki: rón:kwe
 sok kiken s-ha-ia't-at kiken r-onkwe
 so this REP-M.SG.AGT-body-be.one this M.SG-person
 so **this one** **this man**
 'So this **one man**'

Teharensákhkwa'

te-ha-renhs-ahkw-ha'
DV-M.SG.AGT-chain-pick.up-HAB

Teharensákhkwa'

['who was called Teharensákhkwa'],'

ronwá:iatskwe',

ronwa-iat-s-kwe'
3PL>M.SG-call.by.name-HAB-PAST

they called him

<i>né:</i>	<i>íá:ken'</i>	<i>wahahtén:ti'</i>	<i>ki:</i>
ne'e	iaken'	wa-ha-ahtenti'	kiken
that.one	HRSY	FAC-M.SG.AGT-go-PFV	this
'that one went'			

<i>wahréhson</i>	<i>tsi</i>	<i>wehnóhkote'</i>
wa-hr-e-hson'	tsi	ka-wehn-o-hkw-ot-e'
FAC-M.SG.AGT-go-DISTR-PFV	at	N.AGT-island-be.in.water-NMLZ-stand-EP-ST
'and strolled around on the island.'		

Sonny Edwards, speaker

Here the distinction between an interpretation as a relative clause construction 'this one man [who was called Teharensákhkwa] and an independent sentence 'This man was called Teharensákhkwa' is even less obvious. This sequence of words could constitute a fully grammatical sentence on its own. As in the preceding example, there is no relativizer. Like all clauses in the language, it is fully finite. Furthermore, the prosody was similar to that of an independent sentence.

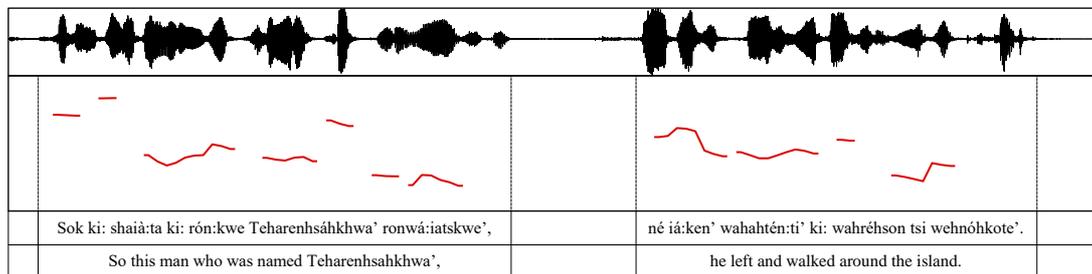


FIGURE 6: Example (20)

It began with a high pitch reset and ended with a fairly low fall. The following clause began after a pause with a pitch reset of its own. (The initial pitch resets of the two clauses here are more similar than they might first appear: the first appears higher only because that stressed syllable has the special tone contour marked with a grave accent *shaiá:ta*, a tone contour which consists of an initial steep rise then precipitous fall, often not picked up on the pitch trace because of creakiness.) The second clause ended with an audible full terminal fall, slightly lower than the first, but because it was nearly voiceless, it was not picked up in the pitch trace.

This sentence shows the special prosodic pattern of a topic shift construction. Such constructions begin with the shifted topic, here 'this man named Teharensákhkwa', then are followed, often after a pause, by the nuclear clause, which always begins with another pitch reset. The new topic was picked up with the particle *né*: 'that one', though such is not always the case in topic shift constructions. The referent is always repeated in the pronominal prefix on the verb in any case.

Here perhaps the strongest cue for interpretation as a relative clause is the discourse context. The opening to the tale was seen in (14): ‘They say the old people used to tell a story long ago. That was about a man who became a serpent. That’s the one who was called Teharenhsákhwa’. Example (20) occurred later in the story, after the account of the friends setting out, beaching the boat on the island, spending the night, then fishing all day without success. Since Teharenhsákhwa’ had been introduced at the beginning of the story, this clause was not asserting new information.

Evidence for the formal status of (20) as a prototypical relative clause construction is thus less than robust. There is no relativizer. There is no diagnostic gap within the clause comparable to English *the man [I met __]*, because all Mohawk clauses contain pronominal reference to their core arguments. There is no special marker of the role of a shared referent in a relative clause, but then all Mohawk verbs contain obligatory pronominal reference to their core arguments. The clause is fully finite: it could stand alone as a perfectly grammatical sentence on its own.

The absence of a prosodic break in (19) ‘the man (who) became a serpent’ and (20) ‘this man (who) was named Teharenhsákhwa’ would be in keeping with an interpretation of these constructions as restrictive. Similar constructions, with a prosodic break, might be analyzed as their non-restrictive counterparts: ‘He saw a tree, [which had fallen]’.

- | | |
|---|---|
| <p>(21) <i>Wahatkátho’</i>
 wa-ha-at-ka-tho-’
 FAC-M.SG.AGT-MID-see-PFV
 ‘He saw,’</p> <p><i>kérhite’</i>,
 ka-erh-it-e-’
 N.AGT-tree-stand-EP-ST
 ‘it tree stands’ = ‘a tree’,</p> <p><i>ioronkienèn:’en.</i>
 io-ront-ienen-’-en
 N.PAT-log-toppled-INCH-ST
 ‘it has log toppled’ = ‘a fallen log’.</p> | <p><i>kwi’</i>,
 ki’=wahi’
 in.fact=TAG</p> |
|---|---|

Sonny Edwards, speaker

But such an analysis would miss patterns of speech that pervade the language as a whole. Speakers often present information in a sequence beginning with one intonation unit, often a verb and perhaps some particles, then augment it in successive intonation units. The verb *wahatkátho’* in (21) could be a complete sentence on its own: ‘He saw it’. (Neuters are not represented overtly in the pronominal prefixes on verbs if another participant is present.) But it ended in a non-terminal fall in pitch, marked here with a comma. Both *kérhite’* and *ioronkienèn:’en* are morphological verbs. Both can be used referentially, but the degrees to which they are lexicalized as such differ subtly. The first is the usual term for ‘tree’ in some of the Mohawk communities; it is not normally used predicatively. The second is used both to assert a fact (‘What happened to the tree?’ ‘It fell.’) and to refer (‘fallen log’). One could perhaps force an analysis of this as ‘he saw a tree [which had fallen], but a more likely interpretation, particularly in light of the prosody, is a pattern of statement plus elaboration. Such patterns of information

packaging in discourse are certainly not uncommon across languages. It is of a type of what is sometimes referred to as ‘incremental discourse information structure’ (ASHER; VIEU 2005; COSME 2008; HASSELGÅRD et al. 2002; MODER; MARTINOVIC-ZIC 2004).

In sum, on the basis of the elicited example in (11) ‘The children who are smart will pass’, it would seem easy to check off the typological variables pertinent to classifying Mohawk relative clause constructions. But a closer look shows that this construction, consisting of a noun followed by the particle *ne:ne* and a modifying clause, or even followed by just a modifying clause, is actually infrequent in speech. The particle *ne:ne* usually functions either as an anaphoric demonstrative or cataphorically to the referent of a following nominalized clause. The interpretation of those constructions translated with relative clauses comes in most cases from prosody and context. And prosody, in this case the prosodic integration of clauses, is not strictly categorical. The factors that typically signal integration, namely pitch contours, potential pauses, and rhythm (initial rush, final lag) are all continua.

2.3. Incipient relativization?

There is a body of literature on the pathways by which relative clauses develop in languages, including that by Lehmann (1984; 1986), Heine and Kuteva (2006, 2007), Givón (2008; 2009), and Hendery (2012). On the basis of a survey of a large number of languages, Heine and Kuteva (2007, p. 224-229) describe one which originates in constructions containing demonstratives.

- (22) Demonstrative channel: Heine and Kuteva (2007, p. 226)
1. From [S_1 to S_2] juxtaposition to S_1 [S_2] relativization
 - a. *There is the car; **that** (one) I like.*
 - b. *There is the car [that I like].*
 2. Reinterpretation
 - a. The demonstrative pro of S_2 refers anaphorically to a participant of S_1 .
 - b. The demonstrative is grammaticalized to a relative clause marker.
 - c. S_2 is grammaticalized to a relative clause.
 - d. The demonstrative pronoun loses spatial deixis and can no longer be used as a demonstrative attribute.
 - e. The demonstrative pronoun undergoes erosion (loss of stress)
 - f. The two clauses tend to be united under one intonation contour.

Some of the processes they list under Reinterpretation evoke features of the relatively rare Mohawk constructions translatable with English headed relative clauses. a) There may be a demonstrative pronoun *ne:ne*, which can refer anaphorically to a participant of the preceding clause. But when it is not present, speakers do not feel that anything has been omitted, and that particle may actually be marking the following clause as a nominalization. b) It is not entirely clear that *ne:ne* has become a full-fledged relative clause marker; it is certainly not a dedicated one. c) It is similarly not clear

that the clause in question is a full-fledged relative clause. d) The demonstrative *ne:ne* includes no spatial deixis, and there is no evidence within the modern language that it once did, though it may once have; there are other demonstratives in the language with spatial deixis. e) The particle *ne:ne* is usually, though not always, pronounced with little stress. f) There is, however, always some prosodic integration of two clauses.

Mohawk may, then, show very early stages of development toward a relative clause construction. A consideration of usage patterns, including frequency, context, and variation, might provide a snapshot of a moment in such a development, helping us to refine our ideas about sequencing of the various processes involved.

3. Free relatives

Many languages also have what are termed ‘free relatives’ or ‘headless relatives’, like the English *I’ll have [what she’s having]*, or *[whoever wants it] can have it*. Mohawk contains a full set of these, and they occur pervasively in speech.

3.1. Mohawk free relatives

Some examples of free relatives built on *ónhka* ‘who, someone, anyone’ are in (23) – (25). It is often but not necessarily combined with the article *ne*, yielding *nónhka*.

(23)	<i>Thó ni’</i>	<i>nón:</i>	<i>tewakatkáhthon</i>
	tho ni’i	nonwe	te-wak-at-kahth-on
	there 1	where	CSL-1PL.PAT-MID-see-ST
	‘That’s where I saw’		

<i>nónhka’</i>	<i>teioratahnó:tes</i>	<i>taionráhta’.</i>
ne=onhka’	te-io-rat-a-hnot-es	t-aa-ie-ara-hta-’
ART=who	DV-N.PAT-heel-LK-depth-be.long	DV-OPT-FL.AGT-be.shod-INS-HAB
‘someone wearing high heels.’		

Watshenni:ne Sawyer, speaker

- (24) *Iakherihonnién:ni,*
iakhi-rihw-onni-enni
 1EX.PL>3PL-matter-make-BEN
 ‘We teach them,’

ónhka'	í:ienhre'	aontá:ien'	wáhi'.
onhka'	i-ie-ehre-e'	aa-onta-ie-e-'	wahi'
who	PROTH-FLAGT-want-ST	OPT-CSL-FLAGT-goo-PFV	TAG

‘**whoever wants to come** don’t we.’

Charlotte Kaheerákwas Bush, speaker

- (25) **Ónhka'** *tiotierénhton*
 onhka' t-io-at-ierenht-on
 who CSL-N.PAT-MID-be.first-ST
 ‘**Whoever is the first to return**’
- éntsionwe'**
 en-ts-ie-ew-e-'
 FUT-REP-FLAGT-arrive-EP-PFV

ne **aten'ehrákta'**
 ne aten'ehre-akta'
 ART fence-beside
 ‘**here beside the fence,**’

kí: ó:nen kí' eniontkwé:ni'.
kiken onen kí' en-ie-at-kweni-'
 this then in.fact FUT-FLAGT-MID-win-PFV
 ‘will be the winner.’

Ima Johnson, speaker

As noted earlier, the pronominal prefixes on verbs are fully referential in their own right. The relation between them and coreferential elements, including indefinite pronouns like *ónhka'*, is one of apposition.

There are also free relatives built on the indefinite pronoun *nahò:ten'* ‘what, something, anything’, which may or may not be preceded by the particle *tsi*, again with no discernible effect on meaning. (The particle *nahò:ten'* originated as a verb *na-h-o'ten-'* PARTITIVE-NEUTER-be.a.kind.of-STATIVE ‘it is such a kind of. It is now often shortened to *nahoten'*.)

- (26) *Tó:ske iáh tewakatahonhsatá:ton* **nahò:ten'** **wahsekhró:ri'.**
toske iah te-wak-at-ahonhs-atat-on *naho'ten'* *wa-hsek-hrori-'*
 truly not NEG-1SG.PAT-MID-ear-stand-ST what FAC-2SG>1SG-tell-PFV
 ‘I certainly didn’t listen to **what you told me.**’

Sonny Edwards, speaker

- (27) *Wahonnetáhko'*
wa-honn-et-ahkw-'
 FAC-M.PL.AGT-be.in-REV-PFV
 ‘They took out’

tsi nahò:ten' wá:tahkwe' ne kahón:wakon.
 tsi naho'ten' w-at-ahkw-e-' ne ka-honw-a-kon
 that what N.AGT-MID-put.on-EP-ST ART N-boat-EP-interior
 'whatever was on the boat.'

Josephine Kaierithon Horne, speaker

(28) **Se'nikòn:rarak nahò:ten' enhsì:ron'!**
 se-'nikonhr-a-ra-k naho'ten' en-hs-ihron-'
 2SG.AGT.IMPER-mind-LK-be.on-CONT what FUT-2SG.AGT-say-PFV
 'Watch **what you say!**'

Annette Kaia'titáhkhe' Jacobs, speaker

There are also free relatives based on the phrase *tsi niká:ien'*, 'the ones'.

(29) **É:so' iaken' tetiattíhen ne**
 eso' iaken' te-ki-at-tih-en ne
 much HRSY DV-3DU.AGT-MID-be.different-ST ART
 'There was a big difference with'

tsi niká:ien' ne thó iehonnehthahkwe' Totáhne.
 tsi ni-ka-ien-' ne tho ie-honn-eht-ahkwe' tota=hne
 that PRT-N.AGT-lie-ST ART there TRL-M.PL.AGT-go-HAB.PAST gram=PLACE
 'the ones that used to go there to Totáhne (the Language Nest).'

Tewateronhiákhwa' Mina Beauvais, speaker

(30) **É:so' wa'kèn:ron' ne kawiri:io's**
 eso' wa'-ka-ihron-' ne ka-wir-iio-'s
 much FAC-FZ.AGT-say-PFV ART N.AGT-child-be.good-ST.DISTR
 She said they were really good kids,'

tsi niká:ien' ne Totáhne iehoné:non.
 tsi ni-ka-ien-' ne tota=hne ie-hon-e-n-on
 that PRT-N.AGT-lie-ST ART gram=PLACE TRL-M.PL.PAT-go-DIR-ST
 'those who had gone to Totáhne (the Language Nest).'

Tewateronhiákhwa' Mina Beauvais, speaker

(31) **Khna' ne' tho ní: tsi enhatiweientéhta'ne'**
 ok=na'a ne'e tho ni-io-ht tsi en-hati-weiente-ht-a'n-e-'
 and-guess it.is there PRT-N-be.so as FUT-M.PL.AGT-know.how-CAUS-INCH-PFV
 'In that way they'll learn,'

tsi niká:ien' ne iethirihonnién:ni.
 tsi ni-ka-ien-' ne iethi-rihw-onni-enni
 that PRT-N.AGT-lie-ST ART 1IN.DP-matter-make-BEN
 'those that we teach.'

Annette Kaia'titáhkhe' Jacobs, speaker

Free relatives referring to place are built on the phrase *tsi nón:we* 'where', often shortened to *tsi nón:*.

- (32) Né: ki' thí: ronathró:ri thí:ken--
 ne: ki' thiken ron-at-hrori thiken
 it.is in.fact that M.PL.AGT-MID-talk that
 'What they were talking about'

tsi nó:n nihontkari'sheronnia:tha' wáhi'.
 tsi nonwe ni-hon-at-kari-'sher-onni-a't-ha' wahi'
 at place PRT-M.PL.AGT-MID-amuse-NMLZ-make-CAUS-HAB TAG
 'where they play, you know.'

Charlotte Kaheerákwas Bush, speaker

- (33) Tekaniehtóhtárhon **tsi nó:n:we ní:ien'.**
 te-ka-nieht-ohtarh-on tsi nonwe ni-ie-e-'
 DV-N.AGT-snow-tidy-ST at place PRT-FL.AGT-go-ST
 'The snow had been removed **where she was walking.**'

Mae Niioronha:'a Montour, speaker

- (34) **Tsi nó:n:we ièn:re'**
 tsi nonwe i-en-hr-e-'
 at place TRL-FUT-M.SG.AGT-go-PFV
 'Wherever he goes.'

ó:nenk iá:ken' tsi enhathahíta'.
 onen=k iaken tsi en-ha-at-hah-it-'a-'
 now=only HRSY that FUT-M.SG.AGT-MID-road-be.in-INCH-PFV
 'he goes on foot.'

Karihwénhawe Dorothy Lazore, speaker

Some free relatives are built on particles originally descended from verbs meaning 'be an amount'. The forms are *tsi nít(s)ion* for inclusive first persons (1+2DP), *tsi níiátion/níiákion* for exclusive first persons (1+3DP), *tsi nít(s)ion* for second persons (2DP), *tsi ní:kón* for neuters (N), *níkón:ti* for female persons or animals (FZ.DP), and *nihá:ti* for males or a mixed group.

- (35) Akwé: wa'tkwanonhwerá:ton',
 akwek-on wa'-t-kwa-nonhweraton-'
 be.all-ST FAC-DV-1EX>2PL-greet-PFV
 'We greet you all,

tsi nítson sewatahónhsate'.
 tsi ni-tsi-on sewa-at-ahonhs-at-e-'
 so PRT-2PL.AGT-amount 2PL-MID-ear-standing-EP-ST
 'those of you who are listening.'

Né: ki: ni:' kí:ken,
 nè:'e kiken ohni' kiken
 that this also this
 'Also'

wà:kehre'	akwé:kon,
wa'-k-eh-r-e'	akwek-on
FAC-1SG.AGT-think-EP-ST	be.all-ST
'I thought'	

tenkhenonhwerá:ton'
t-en-khe-nonhweraton-'
DV-FUT-1SG>3PL-greet-PFV
'I would greet all these who

kí:ken	tsi	nihá:ti	sahontáweia'te' ,
kiken	tsi	ni-hati	sa-hon-at-aweia't-e-'
this	so	PRT-M.PL.AGT	REP.FAC-M.PL.AGT-MID-enter-EP-PFV
'those who got back in'			

wi'	tsi	thi:	iethina'tónhkhwa'
wahi'	tsi	thiken	iethina'ton-hkw-ha'
TAG	so	those	1IN.DP>3PL-call.by.name-INS-HAB
'those we call'			

kwi'	ratitsénhaiens.
ki'=wahi'	rati-tsienh-a-ien-s
in.fact=TAG	MPL.AGT-fire-lay-HAB
'councilors.'	

Joe Awenhrathen Deer, speaker

3.2. Development through time

The development of relative clauses from constructions containing demonstratives was described in Section 3.3. A second common pathway is from constructions containing interrogative pronouns. Based on an examination of the documented development of relative pronouns in European languages, Heine and Kuteva (2006) provide a detailed scenario of the steps involved.

(36) Interrogative channel: Heine and Kuteva (2006, p. 209)

Stage 1 The marker begins in lexical gap questions.
Who came?

Stage 2 The marker is extended to introducing indefinite subordinate clauses.
I don't know **who** came.

Stage 3 The marker is extended to definite subordinate clauses.
You also know **who** came.
These structures may be interpreted as headless relative clauses.

Stage 4 The marker is extended still further to headed relative clauses.
Do you know the woman **who** came?

Mohawk shows clear evidence of these first three stages.

Each of the markers of free relatives described in the previous section appears in Stage 1 of the Heine and Kuteva scenario: simple content questions. The particle *ónhka* ‘who’ occurs on its own or in a distributive form *onhkahrè:shon* ‘who all’.

- (37) **Ónhka**’ *nontà:re*?
onhka’ n-onta-hr-e-’
who PRT-CSL.FAC-M.SG.AGT-go-PFV
‘Who came?’

An interrogative particle *oh* precedes *nahò:ten* ‘what’, but it is often dropped.

- (38) (**Oh**) **nahò:ten**’ *tesatonhontsó:ni*?
oh nahò:ten’ *te-sa-at-onhontsio-ni*
 what thing DV-2SG.PAT-MID-want-BEN
‘What do you want?’

An interrogative particle *ka*’ precedes *niká:ien* ‘which’.

- (39) **Ka**’ **niká:ien**’ *tesatonhontsó:ni*?
ka’ ni-ka-ien-’ *te-sa-at-onhontsio-ni*
 wh PRT-N.AGT-lie-ST DV-2SG.PAT-MID-want-BEN
‘Which one(s) do you want?’

The same interrogative particle *ka*’ precedes *nón:we* ‘where’.

- (40) **Ka**’ **nón:** *nisewèn:teron*?
ka’ nonwe *ni-sewa-i’teron-’*
 wh place PRT-2PL-reside-ST
‘Where do you all live?’

A particle *tó* ‘how much/many?’ appears in questions about quantities. *To ní:kon* asks about the amount of a mass or the number of inanimate objects, and *to nihá:ti* and other forms based on the verb *-on* ‘to number’ ask about the number of people or animals.

- (41) **To** **ní:kon** *tesatonhontsó:ni*?
to ni-ka-on *te-sa-at-onhontsio-ni*
 how.much PRT-N.AGT-amount. DV-2SG.PAT-MID-want-BEN
‘How much do you want?’

- (42) **To** **nihá:ti** *tho wahón:ne*?
to ni-hati *tho wa-honn-e-’*
 how.many PRT-M.PL.AGT there TRL-M.PL.AGT-go-ST
‘How many (people) are going?’

All of these forms are used pervasively in Stage 2 constructions of the Heine and Kuteva scenario as well: embedded questions and other indefinite subordinate clauses.

- (43) a. *Iáh tewakaterièn:tare'* [**óhka'** *tahón:ne'*].
iah te-wak-ate-rien'tar-e-' *onhka'* *ta-honn-e-'*
 not NEG-1SG.PAT-MID-know-EP-ST who CSL-M.PL.AGT-go-ST
 'I don't know [**who's** coming].'
- b. *Wa'kheri'wanón:tonhse'* [**óhka'** *tahón:ne'*].
wa'-khe-ri'wanonton-hs-e-' *onhka'* *ta-honn-e-'*
 FAC-1SG>FI-ask-BEN-EP-PFV who CSL-M.PL.AGT-go-ST
 'I asked her [**who's** coming].'
- c. *Iáh tewakaterièn:tare'* [(**oh**) **nahò:ten'** *tesatonhontsón:ni*].
 'I don't know [**what** you want].'
- d. *Iáh tewakaterièn:tare'* [**ka' níka:ien'** *tesatonhontsón:ni*].
 'I don't know [**which one(s)** you want].'
- e. *Iáh tewakaterièn:tare'* [**ka' nón:** *nisewèn:teron'*].
 'I don't know [**where** you live].'
- f. *Iáh tewakaterièn:tare'* [**to ní:kon** *tesatonhontsió:ni*].
 'I don't know [**how much/many** you want].'
- g. *Iáh tewakaterièn:tare'* [**to níhá:ti** *thó wahon:ne'*].
 'I don't know [**how many** are going].'

The same indefinite pronouns are used in the Stage 3 constructions proposed by Heine and Kuteva, in definite subordinate clauses. The interrogative particles *oh*, *ka'*, and *to* seen in Stage 1 and Stage 2 constructions are often replaced with *tsi*, however.

- (44) a. *Wa'khehró:ri'* [**onhka'** *tahón:ne'*].
wa'-khe-hrori-' *onhka'* *ta-honn-e-'*
 FAC-1SG>FI-tell-PFV who CSL-M.PL.AGT-go-ST
 'I told her [**who's** coming].'
- b. *Wakaterièn:tare'* [**óhka'** *tahón:ne'*].
wak-ate-rien'tar-e-' *onhka'* *ta-honn-e-'*
 1SG.PAT-MID-know-EP-ST who CSL-M.PL.AGT-go-ST
 'I know [**who's** coming].'
- c. *Wakaterièn:tare'* [(**tsi**) **nahò:ten'** *kenòn:we's*].
wak-ate-rien'tar-e-' *tsi* *nahò:ten'* *ke-nonhwe'-s*
 1SG.PAT-MID-know-EP-ST that what 1SG.AGT-like-HAB
 'I know [**what** I like].'
- d. *Wakaterièn:tare'* [**tsi níka:ien'** *kenòn:we's*].
 'I know [**which one(s)** I like].'

- e. *Wakaterièn:tare' [tsi nón: wahón:ne']*.
'I know [**where** they're going].'
- f. *Wakaterièn:tare' [tsi nihá:ti thó wahón:ne']*.
'I know [**how many** are going].'

An interesting fact is that there is current variation between the use of the interrogative particles *ka'*, *oh*, and *to* and the particle *tsi* in constructions at this stage. Speakers feel that both are correct.

Heine and Kuteva note that their Stage 3 constructions, definite subordinate clauses, are sometimes reinterpreted as headless relative clauses, along the lines of *You know who came* > *You know the one who came*. These are precisely the structures seen in the preceding section on Mohawk free relatives.

Stage 4 of the Heine and Kuteva scenario, whereby the markers are extended from headless relative clauses to headed relative clauses, has not generally taken hold in Mohawk. A few instances of incipient structures can be found in the corpus, however. The last line of (45) could be interpreted either as a non-restrictive relative clause or simply an added thought.

- | | | | |
|------|------------------------------------|-----------|----------------------------|
| (45) | <i>Wa'akwatshenón:ni</i> | <i>ne</i> | <i>wa'akwaie:na'</i> |
| | <i>wa'-akwa-at-shenon-ni</i> | <i>ne</i> | <i>wa'-akwa-iena'</i> |
| | FAC-1EX.PL.AGT-MID-become.glad-BEN | ART | FAC-1EX.PL.AGT-receive-PFV |
| | 'We were glad that we got' | | |

kahiatonhsera'shòn:'a,
ka-hiaton-hser-a'-shon'a
N-write-NMLZ-NS-DISTR
'the letters,'

tsi	nahò:ten'	kari:wes	ionkwarhá:re'
<i>tsi</i>	<i>nahò'ten'</i>	<i>ka-rihw-es</i>	<i>ionkwa-rhar-e'</i>
that	what	N.AGT-matter-be.long.ST	1PL.PAT-wait-ST
'something we had been waiting for for some time.'			

Watshenni:ne' Sawyer, speaker

The sentence in (46) is from an account of the Pear Film⁵. The speaker had watched the brief film, which contains no language, then recounted what she had seen. The film was designed among other things to investigate strategies in different languages for keeping reference straight in challenging situations.

⁵ The Pear Film was designed by Wallace Chafe in 1975 as a tool for comparing different languages without the intermediary of translation. Slightly less than 8 minutes long, it contains sound but no speech. It was engineered to provide examples of such things as referent tracking, event packaging, and more. Speakers of different languages are shown the film then asked to describe it to another person who has not seen it.

(46) *Kí:ken,*
kiken
this one,

raksà:'a
ra-ksa'=a
M.SG-child=DIM

tsi
tsi
that

niká:ien',
ni-ka-ien-'
PRT-N.AGT-lie-ST

ne,
ART

rohianenhskwenhátié',
ro-ahi-a-nenhskw-en-hatie'
M.SG.PAT-fruit-LK-steal-ST-PROG

sok tontahó:ion'
sok t-onta-ho-ion-'
then DV-CSL.FAC-M.SG>M.SG-give

ki' ne raonòn:warore'.
ki' ne rao-nonhwar-or-e'
in.fact ART M.SG.AL.POSS-brain-cover-ST

'This guy gave [the boy who was going along with the stolen fruit] his hat back.'

Annette Kaia'titáhkhe' Jacobs, speaker

The existence of such constructions, in combination with their rarity in speech, might provide a snapshot of a very early stage of development along the interrogative channel of relative clause constructions, from the Stage 3 to Stage 4 of the Heine and Kuteva scenario.

4. Nuance in the quest for explanation

Work in linguistic typology has been extremely valuable for exploring what all languages have in common, how they can differ, and possible correlations among variables. Recurring correlations can move us toward certain kinds of cognitive explanation, such as deeper generalizations or recurring patterns of development through time, as speakers extend a marker or structure from one domain to another.

Some work of this type can be enriched with a recognition of the fact that the categories and variables which are part of the typological toolkit are not always starkly categorical in individual languages. Examination of unscripted speech can be revealing, providing, among other things, snapshots of moments in the development of grammar, allowing us to refine our ideas about the precise order in which small changes might take place, and the circumstances which might facilitate those changes. These points were illustrated here with an examination of incipient relative clause constructions in Mohawk.

Elicitation of prototypical headed relative clauses in Mohawk via translations of English sentences is a simple matter. These appear to provide all one might need to check off typological boxes: they are head-initial, marked by a relativizer *ne:ne*, and finite. But such constructions are actually

extremely rare in Mohawk spontaneous speech. The particle *ne:ne* is not a dedicated relativizer. It usually functions as a general discourse anaphor, referring to an entity or idea established at some point in the previous context, or cataphorically to the referent of a following nominalized clause. Furthermore, it is not necessarily present in the few constructions translated as relative clauses, and speakers note that they do not feel that anything is missing from them. Overall, relative clause constructions do not appear to be well installed in the grammar.

Nevertheless, hints of incipient developments can be detected along the two pathways most frequently observed cross-linguistically: via demonstratives and interrogative pronouns. Among the set of processes listed in the demonstrative channel outlined by Heine and Kuteva (2007), the most robust one observable in Mohawk is prosody: the clause interpreted as a relative clause in translations is integrated prosodically with a preceding main clause. Among the four stages of development in the interrogative channel listed by Heine and Kuteva (2006), Mohawk shows the first three robustly, with a few possible faint instances of the fourth.

In sum, as opportunities are increasing for the careful examination of stretches of unscripted speech, it is becoming more possible to take a nuanced view of typological categories and variables, recognizing that they are not always as categorical as they may seem.

REFERENCES

- ANDREWS, Avery. *Studies in the syntax of relative and comparative clauses*. New York: Garland Press, 1986.
- ANDREWS, Avery. Relative clauses. In: SHOPEN, T. (ed.) *Language typology and syntactic description II*, 2nd edn. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 206-236.
- ASHER, Nicholas; VIEU, Laure. Subordinating and coordinating discourse relations. *Lingua* v. 115, p. 591-610, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lingua.2003.09.017>
- COMRIE, Bernard. Relative clauses. In: COMRIE, Bernard. *Language universals and linguistic typology*, Oxford: Blackwell, [1981] 1989. p. 138-164.
- COMRIE, Bernard. Rethinking the typology of relative clauses. *Language Design*, v. 1, p. 59-86, 1998.
- COMRIE, Bernard; ESTRADA-FERNÁNDEZ, Zarina (eds.) *Relative clauses in languages of the Americas: A typological overview*. Amsterdam and Philadelphia, PA: John Benjamins, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1075/tsl.102>
- COSME, Christelle. A corpus-based perspective on clause linking patterns in English, French, and Dutch. In: FABRICIUS-HANSEN, Cathrine; RAMM, Wiebke. *Subordination versus coordination in sentence and text*. Amsterdam and Philadelphia, PA: John Benjamins. p. 89-114, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1075/slcs.98.06cos>
- DOWNING, Bruce. Some universals of relative clause structure. In: GREENBERG, Joseph (ed.) *Universals of human language* 4, Stanford, CA: Stanford University Press, 1978. p. 357-418.

EVANS, Nicholas. Introduction: The comparability problem is central in typology. *Linguistic Typology*, v. 24, n. 3, p. 417-425, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1515/lingty-2020-2055>

GIVÓN, Talmy. *Syntax: An introduction II*. 2nd edn. Amsterdam and Philadelphia, PA: John Benjamins, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1075/z.syn2>

GIVÓN, Talmy. Toward a diachronic typology of relative clauses, 2009. Available at: <http://www.ruf.rice.edu/~eivs/sympo/papers/complexrel108.pdf>.

GIVÓN, Talmy. *The genesis of syntactic complexity: Diachrony, ontogeny, neuro-cognition, evolution*. Amsterdam and Philadelphia, PA: John Benjamins, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1075/z.146>

HASPELMATH, Martin. How comparative concepts and descriptive linguistic categories are different. In: VAN OLMEN, Daniël; MORTELMANS, Tanja; BRISARD, Frank (eds.) *Aspects of linguistic variation*, Berlin: De Gruyter Mouton, 2018. p. 83-114. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110607963-004>

HASSELGÅRD, Hilda; JOHANSSON, Stig; BEHRENS, Bergljot; FABRICIUS-HANSEN, Cathrine (eds.) *Information structure in a cross-linguistic perspective*. Amsterdam and New York: Rodopi, 2002.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *The changing languages of Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199297337.001.0001>

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *The genesis of grammar: A reconstruction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HENDERY, Rachel. *Relative clauses in time and space*. Amsterdam and Philadelphia, PA: John Benjamins, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1075/tsl.101>

KEENAN, Edward; COMRIE, Bernard. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, v. 8, n. 2, p. 63-99, 1977.

LEHMANN, Christian. *Der Relativsatz: Typologie seiner Strukturen, Theorie seiner Funktionen, Compendium seiner Grammatik*. Tübingen: Gunter Narr, 1984.

LEHMANN, Christian. On the typology of relative clauses. *Linguistics*, v. 24, n. 4, p. 663-681, 1986. DOI: [10.1515/ling.1986.24.4.663](https://doi.org/10.1515/ling.1986.24.4.663)

MODER, Carol Lynn; MARTINOVIC-ZIC, Aida (eds.) *Discourse across languages and cultures*. Amsterdam and Philadelphia, PA: John Benjamins, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1075/slcs.68>

DE VRIES, Mark. *The syntax of relativization*. 2002. Ph.D. dissertation, Universiteit van Amsterdam.

DE VRIES, Mark. The fall and rise of universals on relativization. *Journal of Universal Language*, v. 6, p. 1-33, 2005. DOI: <https://doi.org/10.22425/jul.2005.6.1.125>

ENSAIO TEÓRICO

Espectro funcional de *bem* e *bom* no português falado: instâncias de gramaticalização

Edair Maria GÖRSKI 

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO

Numa abordagem funcionalista de gramática (cf. GIVÓN, 2001; 2018), o trabalho objetiva (i) apresentar uma descrição qualitativa e quantitativa do leque de funções desempenhadas por *bem* e *bom*, considerando tanto o estatuto gramatical prototípico de advérbio e adjetivo, respectivamente, quanto os usos discursivos como marcadores e outros possíveis usos, a partir do exame de situações dialógicas em 72 entrevistas sociolinguísticas (Projeto VARSUL); (ii) tratar comparativamente os usos discursivos, buscando padrões contextuais de comportamento; e (iii) analisar as mudanças envolvidas como instâncias de gramaticalização (cf. HIMMELMANN, 2004; TRAUOGOTT, 2010a; DIEWALD (2011b)). Entre os resultados destacam-se: (i) em termos frequenciais, o uso de *bem* adverbial é significativamente maior que o uso de *bom* adjetival; como marcador discursivo, *bom* é largamente mais usado que *bem*; e em outros usos, *bem* supera *bom*, apresentando um comportamento mais polissêmico; (ii) como marcadores discursivos, os itens compartilham uma propriedade geral textual/interpessoal e sinalizam um duplo movimento (de estruturação discursiva e de negociação), com presença significativa encabeçando respostas imediatas, mas apresentam especificidades contextuais de uso: enquanto *bom* predomina em abertura de turno, particularmente introduzindo preâmbulo, *bem* prevalece em posições intraturno, em contextos de organização tópica, especialmente de sequenciação e retomada do fluxo discursivo, incidindo sobre a fala do próprio informante; (iii) os marcadores apresentam padrões contextuais distintos na fala do informante e na fala do entrevistador. Conclui-se que o funcionamento dos itens é dependente do tipo de situação



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- André Vinicius Lopes Coneglian (UFMG)
- Maria Helena de Moura Neves (UNESP)
- Lachlan Mackenzie (VUA)

AVALIADO POR

- Gaston Hilgert (MACKENZIE)
- Marcelo Modolo (USP)

DATAS

- Recebido: 11/10/2020
- Aceito: 18/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Görski, E. M. (2020). Espectro funcional de *bem* e *bom* no português falado: instâncias de gramaticalização. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 131-158, 2020.

comunicativa e aponta-se a necessidade de as análises considerarem os gêneros textuais/ discursivos e suas particularidades, especialmente em estudos comparativos.

ABSTRACT

In a functionalist approach to grammar (cf. GIVÓN, 2001; 2018), the work aims (i) to present a qualitative and quantitative description of the range of functions performed by *bem* (well) and *bom* (good), considering both the prototypical grammatical status of adverb and adjective, respectively, as for the discursive uses as markers and other possible uses, from the examination of dialogical contexts in 72 sociolinguistic interviews (VARSUL Project); (ii) to treat comparatively the discursive uses, seeking contextual patterns of behavior; and (iii) to analyze the changes involved such as instances of grammaticalization (cf. HIMMELMANN, 2004; TRAUGOTT, 2010a; DIEWALD (2011b). Among the results we highlight: (i) in terms of frequency, the adverbial use of *bem* is greater than the adjectival use of *bom*; as a discourse marker, *bom* is more widely used than *bem*; and in other uses, *bem* presents a more polysemic behavior than *bom*; (ii) as discourse markers, the items share a general textual / interpersonal property and they signal a double movement (of discursive structuring and negotiation), with significant occurrence introducing immediate responses, but they present contextual specificities of use: while *bom* predominates in opening shifts, introducing particularly preamble, *bem* prevails in intraturn positions, in contexts of topical organization, especially of sequencing and resuming the discursive flow, focusing on the informant's own speech; (iii) the markers present different contextual patterns in the informant's speech and in the interviewer's speech. It is concluded that the functioning of the items is dependent on the type of communicative situation and the need for the analysis to consider textual / discursive genres and their particularities is pointed out, especially in comparative studies.

PALAVRAS-CHAVE

VARSUL. Contextos dialógicos. Multifuncionalidade. *Bem* e *bom*. Gramaticalização.

KEYWORDS

VARSUL. Dialogical contexts. Multifunctionality. *Bem* (well) and *bom* (good). Grammaticalization.

Introdução

Os itens *bem* e *bom*, categorizados em sua origem como advérbio (do latim *bene*) e adjetivo (do latim *bonus, a, um*), respectivamente, apresentam em português, ao lado de seu uso categorial prototípico, também a função de marcadores discursivos (MDs), além de alguns outros usos. Sob perspectivas teóricas distintas, inúmeros trabalhos descrevem o funcionamento dessas partículas e seus correlatos em diferentes línguas, dentre os quais mencionam-se os seguintes: Risso (1999; 2006) e Martins (2003) analisam *bem* e *bom* em amostras do português falado contemporâneo; Travis (1998) e Serrano (1999) analisam *bueno* no espanhol falado; De Fina (1997) investiga o uso de *bien* no espanhol falado; Waltereit e Detges (2007), além de abordarem sincronicamente o uso de *bien* e *bueno* no espanhol, descrevem diacronicamente o uso de *bien* no espanhol e no francês; Defour (2007) faz um estudo diacrônico de *well* no inglês; Sakita (2013) e Heritage (2015) analisam o uso de *well* em dados sincrônicos de interação conversacional natural no inglês. Tais autores focalizam especificamente o funcionamento de *bem* e/ou *bom* (e correlatos em outras línguas) como partículas discursivas, pragmáticas ou MDs.

A proposta deste estudo é de apresentar um panorama do funcionamento dos itens *bem* e *bom* no português falado, com base no exame de dados gerados a partir de entrevistas sociolinguísticas do Projeto VARSUL¹. São considerados tanto as categorias gramaticais de advérbio e adjetivo, respectivamente, quanto os usos discursivos como marcadores e outros possíveis usos, buscando depreender padrões de comportamento. As mudanças envolvidas são interpretadas como instâncias de gramaticalização.

Cabe registrar que este trabalho reexamina parte do *corpus* analisado por Martins (2003), constituindo uma nova amostra a partir da qual são categorizadas todas as ocorrências desses itens (não só como marcadores) e reanalisados os contextos de atuação dos MDs sob outros critérios, de modo a captar o espectro da multifuncionalidade dos itens e instâncias de gramaticalização.

O artigo se desenvolve com as seguintes seções: uma que apresenta a concepção de língua, gramática e gramaticalização assumida; outra que expõe alguns trabalhos sobre o funcionamento discursivo de *bem* e de *bom* (e correlatos em outras línguas); uma terceira que descreve o encaminhamento metodológico; e, por fim, uma seção que apresenta a análise da multifuncionalidade desses itens no português falado, seguida de considerações finais.

1. Abordagem teórico-conceitual

¹ Informações disponíveis em: <<http://www.varsul.org.br>>

Ao se tratar de fenômenos linguísticos em mudança, é necessário inicialmente explicitar, no âmbito geral de uma abordagem funcional, qual é a concepção de língua, de gramática e de gramaticalização adotada, bem como definir MDs, no caso específico deste artigo. Assume-se a concepção funcionalista de língua e de gramática de Givón (2001; 2018): (i) a língua desempenha duas funções principais: de representação mental e de comunicação do conhecimento/experiência; (ii) o sistema de representação mental recobre o léxico conceptual, a semântica proposicional e o discurso multiproposicional (ou a pragmática discursiva), que correspondem a três “megadomínios” funcionais da linguagem – palavras, proposições e discurso; e (iii) a gramática codifica, articuladamente, os níveis da semântica proposicional e da pragmática discursiva, e seu escopo recai “predominantemente sobre as relações de coerência entre a proposição (oração) e o contexto comunicativo mais amplo, seja o texto corrente, seja a situação de fala face a face e, nesta última, a interação falante-ouvinte”² (GIVÓN, 2018, p. 35). Nessa visão alargada, portanto, a gramática envolve além do nível estritamente estrutural também o nível semântico-pragmático.

Nessa mesma linha, Degand e Evers-Vermeul (2015) – fazendo eco a Traugott (1995; 2003), Brinton e Traugott (2005), entre outros – consideram que a pragmática não deve ser excluída da gramática, uma vez que categorias tidas como estritamente gramaticais (como tempo, aspecto e modo) desempenham funções pragmáticas, assim como categorias discursivas (como tópico e foco) podem exibir uma dimensão gramatical. Nos termos de Traugott (2003, p. 626):

A gramática abrange fonologia, morfossintaxe e semântica funcional da verdade, e é rica o suficiente para licenciar a interação com as habilidades cognitivas gerais, como as que estão envolvidas na negociação falante-ouvinte que dá origem à *gramaticalização*. Essas incluem processamento de informações, gerenciamento de discurso e outras habilidades centrais à pragmática linguística de focalização, topicalização, dêixis e coerência discursiva.³ (TRAUGOTT, 2003, p. 626; grifo acrescido)

Diewald (2011a) acrescenta outro componente na definição de gramática que é pertinente à presente discussão: o significado relacional (além da obrigatoriedade e da integração paradigmática), que diz respeito à indexicalidade inerente de itens gramaticais, que “estabelecem um elo entre dois pontos [...] o ponto de ancoragem da relação é o dêitico *origo* ou um de seus ‘derivados’⁴ (DIEWALD, 2011a p. 360). A ideia de dêitico *origo* refere-se à noção Bühleriana de um ponto abstrato tipicamente localizado no falante, mas que pode ser transferido para outros locais, de modo a se estabelecer uma ligação entre um elemento linguístico com outro ou com alguma entidade não linguística relevante. Assim vista, a

² No original: “[...] predominantly about the coherence relations between the proposition (clause) and the wider communicative context, be it the current text, the face-to-face speech situation and, within the latter, the speaker-hearer interaction.”

³ No original: “Grammar encompasses phonology, morphosyntax, and truth-functional semantics, and is rich enough to license interaction with the general cognitive abilities such as are involved in the speaker-addressee negotiation that gives rise to grammaticalization. These include information processing, discourse management, and other abilities central to the linguistic pragmatics of focusing, topicalization, deixis, and discourse coherence.”

⁴ No original: “[...] a relational structure which establishes a link between two points [...] the anchoring point of the relation is the deictic *origo* or one of its ‘derivatives’.”

conectividade não se limita ao nível sintático/textual, mas pode ser estabelecida com elementos do contexto comunicativo. A autora defende que a gramática é fundamentalmente enraizada na pragmática, como já postulava Givón (1979), em obra seminal que teve edição revisada (2018).

O segundo conceito que requer explicitação é o de gramaticalização. Parte-se da seguinte definição: “mudança pela qual itens e construções passam, *em certos contextos linguísticos*, a desempenhar funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver *novas funções gramaticais*”⁵ (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. xv; grifos acrescidos). Note-se que tal definição se distancia da noção clássica que contempla a trajetória léxico > elemento gramatical > elemento mais gramatical (voltada para perda e redução de elementos semânticos, morfológicos e fonéticos)⁶, colocando relevo na ideia de “novas funções gramaticais” em vez de “funções mais gramaticais”, e no papel do contexto, uma vez que a mudança não atinge um item isoladamente e nem um item em todos os seus usos de uma vez.

Dada a natureza dos MDs, o tipo de abordagem de gramaticalização mais adequado para esse fenômeno é aquele identificado como expansão (cf. HIMMELMANN, 2004; BRINTON; TRAUGOTT, 2005; TRAUGOTT, 2010a; entre outros), em que ganham destaque: a participação ativa dos interlocutores como criadores de novos usos, com expansão contextual e fortalecimento pragmático mediante reinterpretação induzida pelo contexto, podendo envolver instâncias de (inter)subjativização (cf. TRAUGOTT, 1995, 2002, 2008; 2010b; TRAUGOTT; DASHER, 2002; HOPPER; TRAUGOTT, 2003); bem como o papel da frequência na rotinização e convencionalização de novos usos (cf. BYBEE, 2003); entre outros aspectos. Movimentos de (inter)subjativização são relacionados ao direcional proposicional > textual > interpessoal (cf. HALLIDAY, 1994), sendo esta última função – considerada por Traugott como expressiva – desdobrada nos componentes subjetivo > intersubjetivo (TRAUGOTT; DASHER, 2002).

É na perspectiva da gramaticalização como expansão que Himmelmann (2004), focando nos ganhos, propõe que as mudanças se acomodam, em alguma medida, aos seguintes critérios: (i) expansão de classe hospedeira – aumento na coocorrência com diferentes tipos de constituintes (incluindo entidades discursivas); (ii) expansão sintática – ampliação do escopo estrutural, por exemplo, em relação à posição; e (iii) expansão semântico-pragmática – multifuncionalidade (principal traço definidor da gramaticalização, segundo o autor).

Tanto a concepção de gramática como a de gramaticalização apresentadas colocam em cena a pragmática. Tem havido um amplo debate na literatura contemporânea acerca do processo envolvido no desenvolvimento de MDs: gramaticalização ou pragmaticalização, ou nenhum deles (cf. DIEWALD, 2011b; HEINE, 2013; DEGAND; EVERS-VERMEUL, 2015; entre outros). Diewald (2011b), por exemplo, sugere tratar a gramaticalização como um processo superordenado que envolve

⁵ A palavra *construção* é usada nessa definição e neste artigo em seu sentido pré-teórico, designando um constituinte.

⁶ Cf., por exemplo, a definição de Kurylowicz (1965, p. 69): “gramaticalização consiste no aumento do alcance de um morfema, passando de um status lexical para um gramatical ou de um status menos gramatical para um mais gramatical”. No original: “grammaticalization consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status.”

subjetivização e pragmaticalização, posição também assumida neste trabalho, admitindo-se que o primeiro é mais abrangente e abriga o segundo: “pragmaticalização é um tipo específico de gramaticalização” (DIEWALD, 2011b, p. 384). Considera-se, pois, que os MDs fazem parte da gramática, uma vez que desempenham funções gramaticais ao “relacionar um enunciado à situação do discurso, mais especificamente à interação falante-ouvinte, às atitudes do falante e/ou à organização de textos”⁷ (HEINE, 2013, p. 1211). Como este trabalho é de natureza sincrônica, busca-se identificar instâncias de gramaticalização em usos emergentes e em padrões recorrentes em contextos discursivos pragmaticamente motivados (TRAUGOTT; HEINE, 1991), notadamente em situações dialógicas⁸ (TRAUGOTT, 2010c).

Acredita-se – como Defour (2007), em seu estudo sobre a multifuncionalidade de *well* no inglês – que a gramaticalização pode explicar tanto a coexistência sincrônica de uma forma com diferentes significados proposicionais e pragmáticos, como o desenvolvimento e diversificação funcional de múltiplos significados a partir de um dado elemento proposicional, especialmente movimentos que, em situações dialógicas, envolvem aumento de subjetivização (base para consideração ativa do turno precedente e desenvolvimento de uma posição pessoal) e de intersubjetivização (atenção à face do interlocutor e criação de uma base comum de compreensão).

Outro aspecto relacionado à gramaticalização que é relevante a este artigo diz respeito aos princípios postulados por Hopper (1991), especialmente: estratificação – camadas/formas novas e antigas podem coexistir dentro de um mesmo domínio funcional; divergência – formas lexicais originais podem permanecer em uso ao lado de formas inovadoras; persistência – traços de significado lexical original tendem a aderir à forma em gramaticalização; especialização – num amplo domínio funcional, uma dentre as formas disponíveis em dado estágio assume significados gramaticais mais gerais (generalização); ou ainda, as formas podem coexistir dividindo funções (especialização) (TAVARES, 1999).

2. Sobre o funcionamento de *bem* e *bom* como MDs: alguns estudos prévios

Alguns estudos voltados ao uso discursivo de *bem* e *bom*, e correlatos *bien*, *bueno* e *well* em outras línguas, são brevemente apresentados a seguir como subsídios à análise na seção seguinte.

⁷ No original: “The main function of DMs is to relate an utterance to the situation of discourse, more specifically to speaker–hearer interaction, speaker attitudes, and/or the organization of texts.”

⁸ O termo *dialógico(a)* é usado neste trabalho em referência à situação de interlocução que envolve não só a troca de turnos (com a estratégia dialogal de pergunta-resposta), mas também a expressão/invocação de pontos de vista (contestação, construção de um argumento etc.).

Waltereit e Detges (2007) abordam o uso dos marcadores *bien* ('bem') e *bueno* ('bom') no espanhol, afirmando que ambos costumam ser tratados em conjunto como mecanismos de negociação da coerência discursiva em situações em que a coerência se mostre em risco: em fechamento de tópico em curso na fala do interlocutor e começo de um novo tópico pelo falante; quando o falante discorda da argumentação do interlocutor; em abertura de turno, em respostas que não convergem diretamente com as expectativas contidas na pergunta. No caso de pergunta-resposta, ambos os marcadores são usados para sinalizar a existência de algum tipo de incompatibilidade entre o conteúdo da pergunta e o teor da resposta – o falante sinaliza que vai modificar, em alguma medida, o rumo da conversa –, mas com uma diferença: *bueno* pode ser usado para reparar qualquer tipo de incompatibilidade entre o que é projetado na pergunta e a resposta a ser dada (o falante aceita parcialmente e ratifica), ao passo que *bien* parece ser especializado em contextos em que a resposta exige mais esforço de elaboração e maior complexidade do que a pergunta sugere. Os autores mencionam ainda a possibilidade de os itens serem usados para introduzir uma resposta direta em consonância com o que a pergunta pressupõe.

Num olhar diacrônico, Waltereit e Detges verificam que *bien* como MD é encontrado no espanhol entre os séculos XVIII e XIX. Em seu desenvolvimento, a partir do traço de avaliação positiva contido no significado de origem do item, ainda como advérbio passa a indicar, por transferência metonímica baseada em inferência, (i) que o falante concorda com o que foi dito antes; (ii) que o falante primeiro admite a validade do argumento, mas depois apresenta um contra-argumento mais forte [valor concessivo: *bien... pero (bem... mas)*] Esse tipo de contexto específico poderia explicar o surgimento de *bien* como conector concessivo [*si bien que (se bem que)*]. Os autores interpretam as mudanças envolvidas como casos de subjetivização (cf. TRAUGOTT; DASHER, 2002).

Analisando *bueno* numa perspectiva da metalinguagem semântica natural (cf. WIERZBICKA, 1996), Travis (1998) identifica quatro funções para seu uso como MD em gravações de conversa do espanhol colombiano: de aceitação, de aceitação parcial, de reorientação de tópico e de correção. Dado o fato de que as três últimas são inter-relacionadas e apresentam traços de sobreposição, acaba propondo duas funções: uma de aceitação plena e outra de resposta parcial, que agrega também reorientação e correção (o falante aceita, mas acrescenta algo mais).

Serrano (1999), por sua vez, num estudo sociolinguístico examina o funcionamento discursivo de *bueno* em amostra de entrevistas realizadas na cidade espanhola Santa Cruz de Tenerife, com informantes estratificados por sexo/gênero, faixa etária e nível sociocultural. A autora classifica os usos de *bueno* em dois tipos de acordo com suas funções discursivas e pragmáticas: marcador de início de turno na conversação e marcador de contraposição. No primeiro caso, *bueno* serve para manter e orientar a interação comunicativa e tem seu uso associado ao valor positivo original, podendo ser parafraseado por algo como “está bom”, “certo, agora eu vou falar”. No segundo caso, *bueno* sinaliza que o falante vai expressar um conteúdo que não está exatamente em conformidade com a posição anterior, discordando de algo que o interlocutor enunciou e introduzindo sua própria ideia sobre o assunto. Como marcador de contraposição, *bueno* desenvolve um valor oposto ao do seu significado básico, em decorrência de uma “negociação”, podendo ser parafraseado por algo

como “não estou de acordo e vou dizer algo contrário”. Os resultados do estudo indicam que esses dois tipos se distribuem de forma relativamente equilibrada entre os informantes.

De Fina (1997) investiga o uso de *bien* em eventos comunicativos específicos: interações gravadas em aulas de espanhol como língua estrangeira em uma universidade americana, ministradas por professores falantes nativos de espanhol. A autora mostra que *bien* desempenha duas funções no jogo interativo em sala de aula: uma função transicional, sinalizando movimento de uma situação ou atividade a outra (uma espécie de marcador de continuidade), e outra avaliativa, sinalizando uma resposta positiva do professor no movimento de *feedback* de um ciclo pergunta-resposta-*feedback* (uma espécie de marcador de concordância). De Fina (1997) alerta que os marcadores assumem funções especializadas em certos tipos de discurso, que podem ser diferentes daquelas já descritas para os mesmos itens em outros contextos conversacionais, sendo necessário conhecer a natureza do evento comunicativo em questão. No caso de sua amostra, trata-se de uma situação típica em que há nítido controle da interação por parte de um dos participantes.

No inglês, Defour (2007) realiza uma análise diacrônica a partir de diferentes gêneros discursivos e interpreta a multifuncionalidade de *well* no escopo de estratégias retóricas, atentando para a influência das relações entre os interlocutores. Na linha da distinção entre significados ideacional, textual e interpessoal (cf. HALLIDAY, 1994), Defour correlaciona o significado semântico dos marcadores ao nível proposicional (uso adverbial de *well*) e o significado pragmático aos níveis textual (marcador que atua na estruturação do discurso, delimitando turnos e tópicos) e interpessoal (marcador que sinaliza a expressão de um ponto de vista ou de uma atitude subjetiva do falante direcionada a um destinatário). A autora ancora sua análise na abordagem de gramaticalização.

Sakita (2013) analisa o uso de *well* em dados de interação conversacional natural no inglês à luz da noção de relações sociocognitivas de intersubjetividade construídas pelo engajamento dos participantes num quadro dialógico (cf. DU BOIS, 2007), considerando o item como um “operador de metapostura”⁹ (p. 82), recurso que gerencia o modo como os falantes se posicionam em relação ao conteúdo proposicional, avaliam, negociam e compartilham posturas, buscam um alinhamento de suas próprias posturas e com as posturas dos interlocutores. O autor encontra a maior parte das ocorrências de *well* em dois tipos de contexto: sinalizando que a resposta a seguir é inconsistente com o discurso precedente (postura de não conformidade ou divergência com a postura de outros ou com a própria postura precedente – nível interpessoal); e sinalizando mudança ou encerramento de tópico (nível textual). Sakita propõe que a função de operador de metapostura abriga as várias funções já descritas na literatura: marcador de resposta, marcador de insuficiência, prefaciador de uma resposta negativa ou inesperada, sinalizador de mudança de turno ou de tópico, indicador de hesitação diante de uma resposta inconsistente, marcador de atenuação, de polidez etc.

Heritage (2015), numa perspectiva da análise da conversação, investiga o uso de *well* em aberturas de turnos (*well-prefaced turns*), basicamente em conversas telefônicas gravadas e transcritas, considerando que, nessa posição de abertura, a partícula envolve dois movimentos:

⁹ No original: “meta-stance operator”

um movimento não marcado, que indica que o próximo turno é congruente com as expectativas estabelecidas no turno precedente; e um movimento marcado, que sinaliza uma espécie de desacordo ou distanciamento em relação a projeções do turno anterior. Seus dados são agrupados em três grandes tipos de contexto: resposta a perguntas polares e *wh-*; mudança e fechamento de tópico; mudança pessoal de perspectiva, com expressão dos próprios pontos de vista do falante; e ‘subcategorias diversas’, que reúne os casos que não se encaixam nesses contextos. O autor destaca o papel agentivo do falante e a função de *well* em início de turno como “um alerta geral de que, no turno subsequente, a perspectiva ou projeto do falante será privilegiada sobre a dos interlocutores”¹⁰ (HERITAGE, 2015, p. 101).

No português, Risso (1999; 2006), numa abordagem textual-interativa, examina pares de pergunta-reposta extraídos de inquéritos do projeto NURC e reúne os itens *bom*, *bem*, *olha* e *ah* como marcadores discursivos de abertura em estruturas de pares adjacentes, identificando-os como elementos “prefaciadores textual-interativos” (2006, p. 470) com os quais o falante procura ganhar tempo na elaboração de sua resposta ou exposição. Na troca de turnos, funcionam “como sinalizadores de uma sequencialização estrutural dependente do contrato de interlocução firmado no fluxo do diálogo” (RISSO, 2006, p. 471), o que indica seu caráter bidirecional (anafórico e catafórico). Podem atuar também em outros contextos de abertura intratópicas, numa posição intermediária, incidindo sobre aspectos novos de uma informação já em curso: encabeçando “operações de exemplificação, de citações, de reintrodução de uma sequência expositiva temporariamente suspensa, de movimentos argumentativos de ressalvas, concessões, entre outros aspectos” (1999, p. 262). Mesmo em posição intratópica, a autora considera que os itens são usados em processos de abertura e compartilham o papel de prefaciação de algum tipo de operação. No entanto, segundo Risso (2006), enquanto *olha* e *ah* apresentam uma natureza predominantemente fática e de automonitoramento, mantendo aberto o canal de interlocução (função mais interpessoal, voltada para a primeira e segunda pessoa), *bem* e *bom* são mais direcionados para o caráter argumentativo-referencial da informação (função mais ideacional, voltada para a “não-pessoa”) – o que os caracteriza como um fenômeno graduável, com funções não estanques. Os marcadores *bem* e *bom*, de acordo com a autora, apresentam por vezes um valor concessivo, na mediação entre concordância e discordância com o ponto de vista do interlocutor, o que lhes confere um caráter polifônico.

Martins (2003), inspirada inicialmente em Risso (1999), caracteriza *bem* e *bom* pela propriedade comum de chamada de atenção para a informação numa situação interativa e distribui os dados oriundos de 288 entrevistas sociolinguísticas do Projeto VARSUL em duas macrofunções – articuladora interacional e articuladora textual –, identificando-as em termos de traços contextuais. Com caráter mais interacional, os itens aparecem em contextos de prefaciação, atenuação, questionamento, avaliação e planejamento verbal; com caráter mais textual, os marcadores se manifestam em contextos de sequenciação, finalização, retomada, especificação, enumeração, uso retórico e diretivo. A autora realiza uma análise variacionista ancorada numa perspectiva sociofuncionalista, evidenciando uma

¹⁰ No original: “[...] a generalized alert that in the subsequent turn the current speaker’s perspective or project will be privileged over that of interlocutors.”

frequência bem mais alta de *bom* em relação a *bem* e uma tendência de *bom* se manifestar em contextos com traços mais interacionais e *bem* em contextos mais textuais.

Observa-se, desse apanhado de trabalhos, que o funcionamento de um dado marcador discursivo varia não só de uma língua a outra como também entre diferentes situações comunicativas dentro de uma mesma língua, uma vez que os itens podem assumir funções especializadas em certos tipos de discurso, que podem estar relacionadas com papéis específicos na interação. Uma entrevista é diferente de uma conversa ordinária, que é diferente de uma sessão terapêutica e de uma interação em sala de aula etc. Daí a importância de se analisar o funcionamento dos itens em diferentes amostras/gêneros, de modo a se ter uma análise geral dos mesmos marcadores, considerando a potencial interferência de variáveis situacionais.

Nota-se também que, embora realizados sob perspectivas teóricas distintas, há uma convergência, explícita ou implícita, entre os estudos quanto ao fato de que (i) a multifuncionalidade dos itens envolve expansões semântico-pragmáticas que permeiam as funções textual e interpessoal, apresentando algum tipo de (inter)subjativização; (ii) há dois movimentos principais envolvidos: um de organização discursiva, sinalizando abertura/fechamento de turno/tópico (de caráter mais textual); e outro de negociação, sinalizando algum tipo de distanciamento/desacordo/contraposição em relação ao discurso precedente (de caráter mais interpessoal); (iii) o contexto dialógico é o *locus* privilegiado para a realização dos itens como MDs; (iv) o funcionamento dos itens é dependente do tipo de situação comunicativa. A abordagem de gramaticalização assumida neste trabalho é congruente com essas características gerais.

3. Encaminhamento metodológico

Como já antecipado na Introdução, parte do *corpus* investigado por Martins (2003) foi retomado e nova amostra foi constituída, ampliando-se o escopo de atuação do fenômeno e reanalisando-se parte dos dados. Para este trabalho, foram examinadas 72 entrevistas sociolinguísticas (24 por capital – Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre) do banco de dados VARSUL, gravadas na década de 1990. Os informantes são estratificados quanto à idade (de 25 a 49 anos e acima de 50 anos), sexo (masculino e feminino) e escolaridade (primário, secundário e colegial – classificação usada à época).¹¹

A configuração de uma entrevista sociolinguística envolve uma relação dialógica entre um entrevistador e o entrevistado, o informante. Em geral, segue um roteiro pré-determinado, embora não rígido, de tópicos a serem abordados com maior ou menor profundidade e extensão a depender da disposição e das características do entrevistado: alguns são mais lacônicos e apenas responsivos, limitando-se a responder as perguntas que lhe são dirigidas; outros são mais expansivos e dialogicamente colaborativos, com uma atitude agentiva por vezes se antecipam às intervenções do

¹¹ Os fatores sociais não são analisados neste artigo.

inquiridor e conduzem o rumo da conversa (cf. VALLE; GÖRSKI, 2014). De qualquer modo, a natureza da entrevista envolve uma situação comunicativa peculiar que requer uma postura colaborativa dos interlocutores e uma predisposição favorável à conversa, especialmente da parte do entrevistado; além disso, trata-se de um evento em que há controle da interação, em maior ou menor grau, por parte de um dos participantes. Esse tipo de situação dialógica relativamente planejada pelo entrevistador deve ter reflexos no funcionamento dos marcadores discursivos.

As entrevistas consideradas são marcadas por sucessivas trocas de turno e, na maior parte das vezes, é o informante que mantém por mais tempo o turno. O entrevistador nem sempre faz perguntas, podendo intervir com comentários; e o entrevistado nem sempre espera o entrevistador concluir sua formulação para tomar o turno. Então, embora se fale em resposta do entrevistado a perguntas do inquiridor, nem sempre a situação dialógica se dá no formato explícito de pergunta-resposta.

Foram levantadas todas as ocorrências de *bem* e *bom* na fala dos entrevistados e distribuídas, num primeiro momento, em três grupos para cada item: advérbio/ adjetivo, MD e outros. Além disso, foram também extraídas as ocorrências de *bem* e *bom* como MD na fala do entrevistador. Uma vez feita a distribuição categorial geral, passou-se à análise do funcionamento discursivo dos itens, identificando-se os diferentes tipos de contexto em que as partículas atuam tanto na fala do informante como na do entrevistador. Na sequência, foi feito um apanhado de outros usos, de modo a se delinear o espectro de multifuncionalidade dos itens.

4. Análise e discussão

Embora o foco principal do trabalho recaia sobre a atuação dos itens como MDs, um panorama geral de todas as ocorrências permite perceber com mais propriedade o funcionamento discursivo dos marcadores. Nesse sentido, esta seção contempla inicialmente um levantamento comparativo dos itens distribuídos em três categorias por capital da Região Sul (cf. Tabela 1). Na sequência, a atenção recai sobre os MDs, tanto na fala dos informantes como na fala dos entrevistadores, e sobre os tipos de contexto encabeçados pelos itens *bem* e *bom* (cf. Tabelas 2 e 3). Por fim, são observados outros usos desses itens (cf. Tabelas 4 e 5).

MDs	<i>Bem</i>				<i>Bom</i>			
	Adv N / %	MD N / %	Outro N / %	Total	Adj N / %	MD N / %	Outro N / %	Total
Fpolis	424/86%	11/02%	58/12%	493	119/76%	33/21%	04/02%	156
Curitiba	368/87%	14/03%	40/10%	422	241/63%	132/35%	08/02%	381
P. Alegre	337/83%	04/01%	66/16%	407	194/66%	82/28%	19/06%	295
Total	1.129/85%	29/02%	164/12%	1.322	554/66%	247/30%	31/04%	832

TABELA 1 – Distribuição dos usos de *bem* e *bom* na fala dos informantes

Fonte: elaboração própria

Observando as cidades, nota-se que cada um dos itens apresenta uma distribuição frequencial equilibrada das três categorias entre as localidades, diferindo apenas em relação ao número total de ocorrências: Florianópolis é a cidade que apresenta a maior polarização no uso dos dois itens e Curitiba é a que apresenta uma distribuição mais aproximada entre eles.

No total de dados, chama a atenção a grande diferença no número de ocorrências de cada item (1.322 dados de *bem* e 832 dados de *bom*, o que corresponde a 61% e 39% do total de dados, respectivamente), bem como o fato de que o uso prototípico como advérbio (85%) e adjetivo (66%) ultrapassa grandemente os demais usos de cada item; além disso, *bem* adverbial supera em quase 20% o uso de *bom* adjetival. Tal comportamento pode ser explicado em termos de escopo e de características morfossintáticas: *bem* como advérbio prototípico tem escopo sobre um verbo ('canta *bem*'), um adjetivo ('*bem* bonito') ou outro advérbio ('muito *bem*'); *bom* como adjetivo prototípico tem escopo apenas sobre um substantivo (nome ou pronome), funcionando sintaticamente como adjunto adnominal ('lugar *bom*') ou como predicativo ('ele é *bom*'). Além disso, *bem* é invariável e *bom* é flexionado em número e gênero (*bons*, *boas*) em contextos de concordância nominal, e somente as ocorrências de *bom* foram consideradas neste trabalho.

Entre os usos adverbiais, encontram-se algumas particularidades: 14 construções em que ao uso proposicional se sobrepõe um uso discursivo (como em "E ele fica calmo, porque, *você veja bem*, ele fica [...]"¹² (CTB Inf. 01); 12 construções em que *bem* intensifica um nome que funciona como adjetivo (como em "Ela é *bem* gasolina mesmo" (POA, Inf. 23); e 08 construções de reparo que rumam para a cristalização, com significado de "exatamente" (como em "Era premiação assim, era o mais bonito, não era *bem* um prêmio [...]") (FLP Inf. 24).

Nas colunas de MD, nota-se que em apenas 2% das ocorrências do item *bem* a partícula atua como MD; *bom*, por sua vez, desempenha essa função discursiva em 30% dos dados desse item. Já em outros usos, essa distribuição praticamente se inverte: 12% para *bem* e 4% para *bom*. Esses resultados indicam que (i) no português, *bom* é o item privilegiado para atuar como MD no domínio funcional de chamada da atenção do interlocutor para a informação; e (ii) *bem* provavelmente apresente um espectro funcional mais alargado. A seguir, são examinados os usos de *bem* e *bom* como MDs.

4.1 Bem e bom como MDs

Considerando-se as características do gênero entrevista sociolinguística, bem como as funções das partículas *bem* e *bom* identificadas em outros trabalhos, foram estabelecidos alguns critérios para orientar a análise. Para a fala do informante, foram observados os tipos de contexto encabeçados pelos marcadores em questão: (i) em abertura de turno – o informante responde de imediato a

¹² Embora tais dados tenham sido considerados na categoria advérbio, mostram etapas do desenvolvimento do MD *veja (bem)*, sendo registrados aqui a título de ilustração de um *continuum* categorial.

pergunta do entrevistador, faz algum tipo de rodeio antes de responder ou se contrapõe ao interlocutor; (ii) intraturno – o informante rompe em alguma medida o fluxo discursivo; dá continuidade ao fluxo discursivo; retoma algo interrompido para dar sequência; introduz algum tipo de esclarecimento à informação precedente; introduz discurso direto; fecha o turno/tópico. Foram encontrados os tipos de contexto descritos a seguir.

- Resposta imediata convergente: o MD introduz uma resposta direta, colaborativa, pertinente ao teor da pergunta, conforme o esperado pelo entrevistador.
- Preâmbulo: o MD introduz um fundo/contextualização/repetição da pergunta que retarda, em alguma medida, o atendimento ao tópico proposto pelo entrevistador.
- Redirecionamento com ressalva: o MD introduz um reparo/contraposição na própria fala, redirecionando o conteúdo da resposta.
- Redirecionamento do (sub)tópico: o MD sinaliza uma espécie de ruptura, desviando, em alguma medida, o fluxo da informação.
- Sequenciação: o MD introduz um novo fato/comentário dando continuidade à resposta em curso, podendo retomar parcialmente a informação precedente para então prosseguir.
- Fechamento de turno/tópico: o MD encabeça uma conclusão em alguma instância.
- Retomada: o MD sinaliza retomada do fluxo informativo interrompido por digressões de diferentes extensões (não deixa de envolver também um certo redirecionamento).
- Justificativa/avaliação: o MD introduz uma justificativa/avaliação, explicando ou avaliando algo mencionado pelo próprio informante.
- Especificação de informação genérica: o MD introduz uma especificação de um tópico genérico desenvolvido pelo próprio informante.
- Introdução de discurso direto: o MD introduz um discurso direto.

Esses tipos de contexto são ilustrados no Quadro 1, com uma ocorrência para cada item, quando possível.¹³

- (1) E [...] Aqui o Bom Pastor, que é uma igreja que tem aqui que é da mesma paróquia que a minha ali perto, né? [...] não são sei se você frequenta muito lá...
F Bem, eu vou aos domingos algumas reuniões, mas não é sempre. (CTB Inf. 01) – Resposta imediata
- (2) E E me dizes, tu disseste que faz bolo, assim, né? Como é que a gente faz bolo, Ana, me explica.
F Bom, tem que ter ovo, farinha açúcar, óleo ou manteiga, margarina, né? Uma gordura, alguns vai maisena, depende do bolo. (POA Inf. 08) – Resposta imediata
- (3) E E em relação aos seus planos de futuro? [...] Quais os outros planos de futuro?
F Bem, nós temos um terreno em Viamão, estamos construindo uma casa, então o nosso plano é terminar essa casa, e talvez morar em Viamão, né? um lugar um pouco mais afastado, é menos barulho, mais tranquilo pra se morar [...]. (POA Inf. 04) – Preâmbulo
- (4) E E depois mais tarde, quando o senhor foi ficando mais moço assim quais eram os divertimentos?
F Bom, divertimento aqui em Curitiba, quando eu era, tempo de rapaz, era mais [pra] no meu caso era mais o futebol, que eu gostava muito de futebol. [...] (CTB Inf. 17) – Preâmbulo
- (5) E A mulher não perde-
F Não. Bem, isso aí é Forças Armadas. Mas que eu estou falando é do papai. E isso o Getúlio Vargas tirou. [...] (FLP Inf. 22) – Redirecionamento com ressalva
- (6) F [...] Então ali tinha [um <esgo>] um rio, onde nós morávamos, aqui desse lado, subindo do lado esquerdo, onde enchia muito, fazia muito era uma casa de madeirinha, tudo simples, mas era muito bonito. A gente tinha criação, a gente tinha cavalos, carroça, meu pai tinha tudo isso! Quando enchia, todos os bichos tinham que ir pra dentro de casa, porque vinha água até aqui assim, né? faltava um dedo pra entrar dentro de casa.
[...]
E E a senhora era criança, achava muito engraçado mesmo, né?
F Era bem engraçado. Era uma farra! Bom, daí meu pai disse assim- Aí nós juntávamos osso pra vender, tinha fábrica de osso. É, tudo isso, né? Minha vida foi sacrificada, também, né? Então nós íamos pelas ruas juntando osso. (CTB Inf. 14) – Redirecionamento com ruptura
- (7) [...] Nisso aí começou o movimento do laboratório, chegar o pessoal, aí contei pra Maria. Disse: "Meu Deus da minha alma", disse: "Que coisa", e tal. Bem, voltei lá para o hospital e durante um, dois, três, no quarto dia, tá? a menina já tinha voltado, a barriga, ao normal, já estava evacuando normalmente, e foi indo, foi indo, até que ela saiu do hospital. Bem, nisso aí, talvez que tenha levado uns quinze dias, mais ou menos, ela já estava quase com um mês de idade, aí foi aquela coisa. (FLP Inf. 23) – Sequenciação
- (8) F [...] Chegou cá e disse: "Senhores não viram meu vaca Chérie"? E ficou Bacacheri.
E Por causa da vaca dele.
F Da vaca que sumiu, que fugiu. Bom, de certo saiu namorar, né? porque ali era tudo fazenda de certo saiu namorar, e ele saía de atrás. Bom, lá é é sobre lá. (CTB Inf. 24) – Fechamento
- (9) F [...] E eu, aí, fui trabalhar no SESI. [...] Agora, durante esse tempo, sem ser com caminhão, eu já viajei muito também, né? É Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Minas, e essa zona toda eu andei muito, assim, andava de carro, saía. Bem, mas [eu]- mas eu estava falando, inclusive, do SESI, né? Até aí fui, durante vinte e dois anos. (FLP Inf. 23) – Retomada/redirecionamento

¹³ Os códigos dos dados significam: E = entrevistador; F = falante/informante; I = interveniente; POA = Porto Alegre; CTB = Curitiba; FLP = Florianópolis. Os códigos são seguidos pelo número do informante.

(10) F [...] eu já fui fazer o serviço, e estava aquela turma no Centro, né? agitando, fazendo aquela coisa, aquela onda, houve aquela- uma depredação enorme em lojas [...] Mas havia uma situação política muito tensa no país, aquela história do Lacerda, do Major Vaz, que foi assassinado, né? então o povo se revoltou muito, porque o povo era muito getulista, realmente o Brasil era getulista, tanto prova a vitória esmagadora que ele teve quando ele foi eleito presidente do Brasil, não quando ele foi ditador, quando ele foi eleito realmente pelo povo, foi consagradora a vitória dele, a volta dele, né? pra presidência. *Bom*, e então eu fui pro Centro, estava com aquela pistola na cintura, pesava uma barbaridade, arma desse tamanho, né? [...] (POA Inf. 21) – Retomada/redirecionamento

(11) E [Nem] nem jogava assim?.

F Eu jogar aqui, nunca joguei assim. Jogar assim eu nunca- jogar assim já às vezes eu jogava, mas jogava pouco, né? Tinha- tinha as pessoas que perdiam bastante, né? Perdiam quantias assim vultuosas, perdiam, né? Mas eu assim, jogava pouco, né? *Bem*, e aquele tempo também eu era garotão ainda, tinha quanto? Vinte e dois anos, vinte e um anos, né? Não era muito afeito assim ao jogo. (CTB Inf. 21) – Justificativa/avaliação

(12) E Eu sempre tive a impressão que agora era mais difícil criar os filhos, por causa do custo de vida

F Ah bom! só não, pelo custo de vida não. *Bom!* eu falo porque eu trabalhei por minha conta toda vida, e agora quem trabalha por conta própria leva muita vantagem, porque tudo que tu pegares tu vendes, não tem nada que tu não vendas, tudo é vendável, tudo é fácil de vender. (POA Inf. 18) – Justificativa/avaliação

(13) E E você falou que você é espírita. E é uma coisa que eu tenho curiosidade, eu acho que você pode me esclarecer alguma coisa no que diz respeito à reencarnação. Você pode me falar alguma coisa sobre isso?

F Posso. Posso falar bastante coisa. *Bom*, eh os católicos diziam que Lázaro ressuscitou, né? Na verdade, ele morreu e levantou no mesmo corpo, né? Eu já não acredito. Eu já acredito num mundo paralelo a este, um mundo espírita. (CTB Inf. 09) – Especificação

(14) F Aqui no bairro todo mundo conhece eles. [...] Pode perguntar em qualquer casa aí que todo mundo elogia ele. Ele era muito alegre, muito divertido assim, muito brincalhão. Todo mundo gostava dele. E eu digo pro meu irmão: "*Bom*, esse orgulho a gente tem, né?" Que que me adiantava meu pai me deixar uma fortuna e eu sair na rua, dizerem assim: "Olha lá, o pai daquela ali era um vigarista, um sem vergonha." né? (POA Inf. 24) – Discurso direto

QUADRO 1 – Dados ilustrativos dos MDs *bem* e *bom* na fala dos informantes

Após a análise inicial e quantificação dos dados, esses contextos foram reorganizados com alguns agrupamentos em razão de comportamentos afins: os dois tipos de redirecionamento foram reunidos, os casos de fechamento se agregaram à sequenciação e os dados de especificação foram agrupados com justificativa/avaliação. Chegou-se, então, aos tipos de contexto expostos na Tabela 2. Esta tabela e as seguintes apresentam os dados das três capitais reunidos, pois o interesse aqui é focar nos contextos discursivos.

MDs Contextos	Bem		Bom		Total	
	N	%	N	%	N	%
Abertura de turno						
Preâmbulo	02	07	90	36	92	33
Resposta imediata	07	24	71	28	78	28
Total parcial	09	31	161	65	170	62
Intraturno						
Redirecionamento ¹⁴	03	10	35	14	38	14
Sequenciação ¹⁵	07	24	17	09	24	09
Justificativa/avaliação ¹⁶	02	07	16	06	18	06
Retomada	08	28	10	04	18	06
Discurso direto		-	08	03	08	03
Total parcial	20	69	86	35	106	38
Total geral	29	100	247	100	276	100

TABELA 2 – Distribuição funcional dos MDs *bem* e *bom* na fala dos informantes de acordo com o tipo de contexto que encabeçam

Fonte: elaboração própria

Primeiramente, cabe esclarecer que no universo de 72 informantes considerados: (i) 12 utilizaram *bem* como MD, 04 dos quais usaram apenas esse item; (ii) 50 fizeram uso de *bom*, 42 dos quais usaram apenas esse item. Nota-se, pois, que a ampla maioria dos falantes da amostra que usa esses marcadores prefere somente *bom*, enquanto 08 falantes fazem uso alternado de *bem* e *bom* e 04 utilizam apenas *bem*. Temos aqui um indicativo que, somado ao total de dados de *bom* (247 ocorrências) – quase nove vezes mais do que de *bem* (29 ocorrências) –, evidencia a larga preferência pelo uso desse marcador na fala dos informantes da Região Sul.¹⁷

Não obstante o desequilíbrio na quantidade de dados de *bem* e *bom*, os números da Tabela 2 indicam que todos os tipos de contexto introduzidos pelos marcadores (à exceção de discurso direto) são compartilhados pelos dois itens. O resultado mais relevante é o que diz respeito à posição dos MDs e funções associadas: embora a maioria do total dos itens se encontre em abertura de turno (correspondendo a 62% do total de MDs), com predomínio de preâmbulo – e essa proporção seja relativamente mantida quando *bom* é tomado isoladamente –, essa taxa se inverte em relação a *bem*, com predomínio de resposta imediata sobre preâmbulo. Aliás, é interessante verificar que o percentual total de respostas imediatas (28%) não fica tão distante do percentual total de preâmbulos (33%), resultado de certa forma inesperado, uma vez que, de acordo com a literatura sobre o tema, esses

¹⁴ Redirecionamento inclui 08 dados de *bom* em ruptura/desvio do tópico. Os demais são de redirecionamento com reparo.

¹⁵ Sequenciação inclui 02 dados de *bom* e 02 dados de *bem* em fechamento de turno/tópico.

¹⁶ Justificativa/avaliação inclui 06 dados de *bom* em contexto de especificação.

¹⁷ Uma busca adicional por MDs em 12 entrevistas realizadas em Florianópolis com jovens (14 a 24 anos) mostrou apenas uma ocorrência de *bem* e 20 ocorrências de *bom* como MD, deixando ainda mais evidente que *bom* é o item preferencial para codificar o domínio funcional em questão.

MDs teriam basicamente a função de adiar em alguma medida a resposta. Observando-se ainda os dois itens em posição de abertura de turno, há um resultado percentual aproximado em contexto de resposta imediata (*bem* = 24% e *bom* = 28%), o que, aliado aos resultados associados a preâmbulo (*bem* = 07% e *bom* = 36%), também não deixa de causar um certo estranhamento, pois a expectativa inicial era de que *bem* apareceria em contextos que demandassem mais esforço de elaboração.

Além disso, considerando os contextos reunidos, nota-se que enquanto *bom* predomina em abertura de turno, *bem* prepondera em posição intraturno, notadamente em retomada e sequenciação. O percentual de 38% do total dos MDs funcionando no escopo da fala do próprio informante (somatório dos contextos intraturno) é bastante significativo à medida que aponta para estratégias de organização textual/discursiva do falante, que vai sinalizando tanto para o encadramento sequencial das informações, como para retomadas, rupturas, esclarecimentos ou citações. Mais significativo ainda (apesar do número reduzido de dados) é o percentual de 69% de *bem* nesses contextos. Dentre as funções associadas aos tipos de contexto, preâmbulo, redirecionamento e justificativa/avaliação parecem ser as que demandam maior custo de processamento e maior posicionamento dos falantes, o que se esperava que propiciasse o uso de *bem*; mas não é o que ocorre na amostra, pois esse marcador se concentra mais em retomadas e sequenciação, sinalizando organização tópica.

Em um ângulo de visão distinto de Risso (1999; 2006) – que identifica esses itens como “prefaciadores textual-interativos” que atuam em contextos de abertura seja de turno, seja de segmentos intraturno –, prefere-se considerar como abertura apenas as situações prototípicas de abertura de turno (e eventualmente a introdução de discurso direto), que têm caráter mais fortemente interativo, e analisar os usos intraturno como recursos de caráter mais textual. Nesse caso, caberia a *bem* o papel mais textual enquanto *bom* se concentraria em abertura de turno, com caráter mais interacional. Essa caracterização geral converge com a análise de Martins (2003), não obstante as diferenças que especificam os tipos de contexto. Note-se, porém, que não se trata de contrapor e discretizar interativo *vs.* textual, e sim conferir um peso maior a um ou outro componente em razão dos traços caracterizadores dos diferentes tipos de contexto.

As ocorrências dos MDs em contextos de redirecionamento com reparo ou com desvio de tópico – terceiro tipo de contexto mais frequente na amostra (total de 14%) – apresentam resultado percentual aproximado para *bem* (10%) e *bom* (14%), sendo a grande maioria de ressalvas com atenuação ou uma certa contraposição a uma informação precedente, com traços de concessividade. Um dado interessante é que, tomados em conjunto o redirecionamento com ressalva e a introdução de preâmbulo sinalizando adiamento de resposta – contextos que expressam uma (re)elaboração do falante em relação ao tópico em pauta –, o percentual de *bem* nessas funções é de apenas 17%, ao passo que o percentual de *bom* sobre para aproximadamente 50%.

Contextos de sequenciação, justificativa/avaliação e retomada são responsáveis por 21% do total de dados analisados (59% das ocorrências de *bem* e 19% das ocorrências de *bom*), revelando o caráter mais textual de *bem* em relação a *bom*. Por fim, a abertura de discurso direto aparece na amostra apenas com o marcador *bom*.

Em síntese: Como MDs, *bem* e *bom* (i) compartilham um amplo domínio funcional de chamada da atenção do interlocutor para a informação a ser proferida numa situação dialógica, num movimento simultaneamente interpessoal e textual; (ii) retêm, em alguns contextos e em algum grau, traços de avaliação positiva do significado de origem, inferíveis da validação do falante acerca do que foi dito, e também apresentam novos traços com gradientes de distanciamento/ discordância, percebidos nos movimentos de ruptura, ressalva, explicação; (iii) ocorrem tanto em abertura de turno como em posição intraturno; (iv) coexistem com os itens lexicais de origem [cf. princípios da estratificação, da persistência e da divergência de Hopper (1991)]. Esse comportamento geral comum permite que os itens sejam tratados conjuntamente.

Paralelamente, contudo, os MDs apresentam especificidades funcionais na fala dos informantes: além do largo predomínio de *bom* sobre *bem*, este ocorre mais em posição intraturno do que aquele, notadamente sinalizando retomada e sequenciação; *bom* ocorre preferencialmente em abertura de turno; nessa posição, *bem* aparece mais em resposta imediata, enquanto *bom* ocorre majoritariamente em contexto de preâmbulo. Tais comportamentos convergem com o princípio de especialização: tanto por generalização (HOPPER, 1991) – mais claramente –, quando uma forma assume a codificação do amplo domínio funcional; como por especificação (TAVARES, 1999) – menos claramente –, quando há contextos preferenciais para uma e outra forma no mesmo domínio.

Os resultados obtidos apontam que ambos os marcadores coexistem num mesmo domínio funcional de chamada de atenção para a informação numa situação dialógica, mas apresentam especificidades de uso. Tais especificidades, na amostra analisada, convergem apenas parcialmente com as funções descritas para os itens correlatos em outras línguas, notadamente no que diz respeito ao traço de discordância/contraposição em relação ao interlocutor, que se mostra bastante tênue nos dados aqui analisados, com certos traços presentes apenas em alguns contextos de preâmbulo. Os redirecionamentos, contextos que mais se aproximam de algum tipo de contraposição, ocorrem intraturno e têm escopo sobre a fala do próprio informante. Provavelmente, em amostra de conversas cotidianas espontâneas o posicionamento do falante emerge mais fortemente, sem receio de se contrapor ao interlocutor.

Como já dito, foram levantadas também as ocorrências dos MDs *bem* e *bom* na fala do entrevistador, dado o caráter dialógico das entrevistas sociolinguísticas. Como adiantado na seção precedente, o pesquisador segue em geral um roteiro previamente estabelecido de tópicos a serem abordados, buscando fazer com que o informante discorra o máximo possível sem interferências. Essa característica da amostra naturalmente se reflete nos usos desses marcadores pelo entrevistador, que vão aparecer sempre em abertura de turno, seja dando início à entrevista, seja em troca de turno.

Os seguintes tipos de contexto contendo os MDs foram encontrados na fala do entrevistador.

- Abertura da entrevista: o MD introduz a entrevista.
- Introdução de novo (sub)tópico: o MD sinaliza mudança no rumo da conversa.

- Retomada de tópico: o MD sinaliza retomada de um assunto já abordado, dando sequência ou introduzindo um novo (sub)tópico.
- Comentário/pergunta e sequenciação: o MD introduz um comentário ou uma pergunta em relação à fala do informante, mantendo a sequenciação tópica.¹⁸

(15) E Bem, então vamos começar a nossa entrevista. Tu vais nos contar tudo o que tu sabes do bairro desde a tua infância até agora.

F Sim. (POA Inf. 13) – Abertura da entrevista

(16) E Bom, estamos aqui na casa da Dona Maria, né? Dona Maria da Silva, e vamos começar agora a gravação da fita maior, né? A gente já fez a fita menor e agora vamos continuar, né? a conversa com a Dona Maria.

F Pois é, né? Vamos lá, ver o que resolvemos conversar hoje. (CTB Inf. 20) – Abertura de entrevista

(17) E E a família dele na época. Bom, ele era casado já na época ou não?

F Não, era solteiro. Ele era solteiro e casou depois.

E Bem, sobre a sua vida profissional. Eu gostaria que o Senhor falasse um pouco sobre como foi a sua vida. O serviço do Senhor, o que que o Senhor fazia?

F Bom, como funcionário público eu ingressei em cinquenta e oito, na função de tesoureiro, que eles diziam o pagador, não é? (CTB Inf. 15) – Introdução de novo (sub)tópico

(18) E Uma pessoa querida, né?

F É, muito querida.

E Marca, né?

F Marca.

E Bom, mudando um pouquinho de assunto, né? Aqui, na tua casa, quem faz o trabalho doméstico? É mais tu ou são divididas as tarefas? (FLP Inf. 17) – Introdução de novo (sub)tópico

(19) F Bom, você vê, há muita exploração nessas seitas. Acabei de ver, agora na televisão aí, um que comprou a TV Record, os milhões que arrecadou e está sendo processado por curas, que não foram feitas- realizado cura nenhuma, só engano do povo, não é? [...]

E Sei. Bem, passando agora [pra] novamente pra parte dos estudos. É, o senhor me falou que quando o senhor começou a fazer o científico e depois teve que parar, né? porque o seu pai era guarda-livro e queria que o senhor continuasse com a profissão.

F Exato. (CTB Inf. 15) – Retomada de tópico

(20) E Então tu trabalhas sessenta horas semanais e ganhas?

F Doze pela efetividade, né? E pela substituição, que são vinte horas, dá cinco mil e pouco.

E Só pra esclarecer. Bom, e tu falaste que tu gostas muito de carnaval, né? Tu participas das escolas de samba?

F Carnaval. Sim.

E Ah, então conta pra mim como é que é. (FLP Inf. 17) – Retomada de tópico

(21) F Pois então. É- Aí eu disse assim pra mulher: "Eu comprei coxa de peru." Ela: "Não, quanto está hoje? Não sei como-." "Eu comprei porque está muito na promoção". Ela disse assim: "Só compra coisa na promoção." Está certo! Se eu fosse comprar coisa mais- Que que é? Eu não sou capitalista.

E Está barato mesmo. Quarenta e cinco.

F Está quarenta e cinco. Um quilo de galinha, setenta.

¹⁸ Houve apenas um caso de comentário e fechamento da entrevista, que foi computado junto a comentário/pergunta.

E É. E *bem*, e galinha, a gente tira a carcaça, sobra pouca coisa.
 F É- é perfeitamente. É é quarenta e cinco e noventa. (FLP Inf. 06) – Comentário/pergunta e sequenciação

(22) F Eu acho que vai melhorar. Acredito que vai melhorar. É só o Collor não voltar atrás nas suas decisões, né? que a tendência é melhorar. No começo foi difícil, hoje já melhorou um pouco. Vamos ver pra frente. A tendência é melhorar.
 E Você então concorda com as medidas? *Bom*, pelo menos algumas?
 F Em termos. Em termos, eu concordo. Não concordo com todas, né? Mas em termos eu concordo. (CTB Inf. 11) – Comentário/pergunta e sequenciação

QUADRO 2 – Dados ilustrativos dos MDs *bem* e *bom* na fala dos entrevistadores

Há uma incidência alta de MDs na fala do entrevistador (110 ocorrências), como mostram os resultados na Tabela 3.

MDs	Bem		Bom		Total	
	N	%	N	%	N	%
Contextos						
Abertura da entrevista	01	10	08	08	09	08
Introdução de novo (sub)tópico	04	40	48	48	52	47
Retomada de tópico	02	20	22	22	24	22
Comentário/pergunta e sequenciação	03	30	22	22	25	23
Total	10	100	100	100	110	100

TABELA 3 – Distribuição funcional dos MDs *bem* e *bom* na fala dos entrevistadores de acordo com o tipo de contexto que encabeçam

Fonte: elaboração própria

No geral, os MDs são relativamente pouco usados na abertura da entrevista (aparecem em 09 das 72 entrevistas) e o item *bom* ocorre dez vezes mais do que *bem*, sendo a forma largamente preferida também pelo entrevistador. Os MDs se concentram mais na introdução de novo (sub)tópico, redirecionando a entrevista – o que era esperado, pois cabe ao pesquisador controlar as trocas de turno –, e aparecem também tanto em retomadas de tópico como em comentários, em que o entrevistador atua colaborativamente buscando assegurar a coerência e coesão discursiva tanto em nível macro como em nível micro.

Observa-se, pois, que mesmo no âmbito de um gênero particular (a entrevista sociolinguística), os mesmos marcadores apresentam-se com comportamento diferenciado na fala do informante e na fala do entrevistador. Os itens *bem* e *bom* compartilham entre os interlocutores a tendência de frequência de uso (*bom* dispara como marcador preferencial) e o fato de ambos aparecerem em vários tipos de contexto. Na fala do entrevistador, porém, diferentemente da fala do informante, a distribuição dos itens por tipo de contexto é equilibrada. Essas distinções funcionais podem ser atribuídas aos diferentes papéis desempenhados pelos interlocutores no gênero discursivo em questão. É interessante observar também que em (17) *bem* e *bom* aparecem em abertura de turno na fala do entrevistador e do informante, respectivamente.

4.2 *Bem e bom*: outros usos

Além de aparecerem como advérbio/adjetivo e MD, os itens *bem* e *bom* apresentam também outros usos. As tabelas a seguir mostram os usos encontrados na fala dos informantes.

Outros usos	N / %	
Expressão cristalizada	98	60
Substantivo	23	14
<i>Se bem que</i>	28	17
<i>Bem que</i>	07	04
<i>Ainda bem que</i>	05	03
<i>Ainda bem</i>	03	02
Total	164	100

TABELA 4 – Outros usos de *bem* na fala dos informantes
Fonte: elaboração própria

Foram consideradas como expressões cristalizadas: *tudo bem* (77 ocorrências), *bem dizer* (12 ocorrências), *por bem* (03 ocorrências), *bem de vida* (02 ocorrências), o *bem estar* (02 ocorrências), *bem feito!* (01 ocorrência) e *gente de bem* (01 ocorrência).

Seguem alguns dados ilustrativos desses outros usos.

(23) E Ah, tu já tens um filho de quinze e uma de dezessete anos, é?

F É. Hoje, apesar do meu filho estar trabalhando, *tudo bem*, mas ele ainda depende um pouco de mim, né? Mas hoje não. Hoje depende mais dele, que ele ganha o salário dele. (FLP, Inf. 18)

A expressão *tudo bem* aparece – tanto na fala do próprio entrevistado como em discurso direto reportado – em contextos de concordância, aceitação ou avaliação positiva de uma situação precedente enunciada por um interlocutor ou pelo próprio falante, sendo seguida ou de algum tipo de ressalva ou contraposição (cf. 23), ou de continuidade do tópico, com explicações ou simples sequenciação, e eventualmente em fechamento de tópico. Normalmente significa “está/tudo certo”, “ok”. Embora faça um movimento fórico duplo (à exceção do fechamento), tem um caráter mais fortemente anafórico, diferentemente do marcador *bem que*, na amostra analisada, apresenta também um acentuado escopo catafórico. Parece haver um deslizamento funcional gradiente: *tudo bem* = movimento anafórico de concordância; *bem/bom* = movimento catafórico de abertura de turno, ou de sinalização de ruptura ou de introdução de novas informações no fluxo discursivo. É interessante notar a diferença numérica entre os dados de *tudo bem* (77 ocorrências) e do MD *bem* (29 ocorrências). A relação entre a emergência e desenvolvimento dos usos de *tudo bem*, *bem* e *bom* é uma questão que fica em aberto.

Há ainda uma ocorrência de cumprimento em que as fórmulas *tudo bom?* e *tudo bem?* se alternam numa conversa entre um interveniente e o entrevistado, mostrando mais um contexto de coexistência de usos de *bem* e *bom*.

(24) I *Tudo bom?* Eu só vim trazer a chave.

F Oi, Lenir, *tudo bem?* Está ok, tá? (FLP Inf. 22)

A expressão *bem dizer* ocorre com valor de modalização, significando “praticamente”.

(25) F [...] Tinha que ficar até às nove acordado, não podia deitar e depois do pernoite podia dormir e de manhã cinco e meia os primeiros a acordar éramos nós. Nossa! minha revolta veio toda daí e virei, *bem dizer*, um mau elemento dentro do quartel. (CTB Inf. 09)

Como substantivo, *bem* aparece em contextos como (26).

(26) F [...] Uma coisa que poderia ser usada a serviço do *bem*, a serviço do ser humano, né? Está servindo para destruição, destruir o ser humano. (POA Inf. 02)

As expressões *se bem que*, *bem que*, *ainda bem que* e *ainda bem* somam 43 ocorrências, dentre as quais a primeira é a mais frequente na amostra. Os dados a seguir exemplificam esses usos.

(27) E Ô, Ana, e o que você está achando do Governo do Collor?

[...]

E Será que vai melhorar?

F Ah! Eu acho que não, né? Do jeito que ele- que está, como diz que nosso salário só vai ser aumentado em janeiro, eu acho isso um absurdo! Como eu hoje: o meu salário veio dezesseis mil, aí tem o desconto da Associação, ficam quinze mil. Eu, no supermercado, gasto dez, doze, quer dizer, é a metade pra mim, metade pro meu marido. Vamos que seja cinco pra cada, eu vou ficar com nove- Fico com dez. Tenho coisa pra pagar. *Se bem que* eu almoço no RU, né? mas eles, em casa. E eu, eu como bem, agora eles... (FLP Inf. 09)

(28) E E hoje quais são os problemas que a senhora vê aqui no bairro além desses de infraestrutura assim, não ter bancos, né? Escolas têm aqui?

F Tem escolas. Tem. Tem aqui perto da minha casa, na mesma quadra da minha casa tem a Rafael Pinto Bandeira, tem o Emílio Massot, tem o Fernando Ferrari um pouquinho mais adiante, tem o colégio Padre Reus, é na Tristeza, tem o segundo grau, mas *bem que* poderia ter mais, né? (POA Inf. 02)

(29) F [...] Mesmo no emprego, não dou moleza pra patrão. Nem pra patrão, nem pra gerente. Encheu o saco, eu mando à merda. Eu acho que ninguém tem obrigação de escutar desaforo, entende? Eu acho que não é só porque é funcionário que é escravo. E eu gosto de trabalhar. *Ainda bem que* nessa empresa eu trabalho à vontade. Não tem ninguém que te enche o saco. (CTB Inf. 11)

(30) E O senhor está casado há muito tempo?

F Vai pra lá de vinte anos, e sou muito bem com a minha mulher, graças a Deus. A minha família, todo mundo bem, com saúde. *Ainda bem*, né? (FLP Inf. 14)

O valor concessivo de *se bem que* é evidente em (27). A entrevistada emitia sua opinião sobre o baixo salário na época do governo Collor e gastos de supermercado, quando interrompe a sequência de fatos desfavoráveis e redireciona a linha expositiva ao introduzir um aspecto positivo – ela almoçava no RU, portanto se alimentava bem –, contrapondo a seguir o fato de que seus familiares almoçavam em casa, donde se infere que não se alimentavam bem. O significado concessivo também está presente em *bem que* (28), reforçado por “mas” precedente. A informante enumerava as escolas existentes no bairro e faz a ressalva de que poderia ter mais.

Em (29) e (30), *ainda bem que* e *ainda bem* introduzem um comentário de avaliação positiva, no sentido de “que bom”, “menos mal”. Por guardarem traços de avaliação positiva presentes no significado original do advérbio *bem*, provavelmente essas expressões tenham antecedido o uso concessivo de *(se) bem que* em sua trajetória de gramaticalização.

Na amostra analisada não foi encontrada nenhuma ocorrência de *bem* funcionando como partícula modal, no sentido de “recursos linguístico-discursivos utilizados com a função de modalizar informações não explícitas durante a interação” (AQUINO; ARANTES, 2020 p. 166), tal como em: “Você *bem (que)* recebeu a minha mensagem, né?” (p. 182) – uso em que a partícula “faz referência a uma contraexpectativa forte por parte do ouvinte” (p. 183).

Outros usos	N	%
Expressão cristalizada	14	45
Interjeição	11	36
Substantivo	06	19
Total	31	100

TABELA 5 - Distribuição de outros usos de *bom*
Fonte: elaboração própria

Entre as expressões cristalizadas encontram-se: *(nada/tudo/algo) de bom* (11 ocorrências), *tudo bom* (02 ocorrências) e *bota bom* (01 ocorrência). Exemplos:

(31) E Tu chegaste a conhecer a cidade? Um pouco?

F Pouca coisa. Muito pouca coisa. Conheço a Avenida Paulista só e A Santa Ifigênia, que é a rua das eletrônicas, né? E conheci a boca: Major Sertório, aquela bocada lá. Que mais, os shoppings, né? Morumbi. Mas o povinho lá é brabo! Diz que a noite paulista é boa, mas eu não vi *nada de bom* lá. O que eu vi é muito paulista trancado em pizzeria comendo, só. (POA Inf. 23)

(32) F Eu comecei a fumar com catorze anos. (Dirigindo-se ao interveniente) Oi, Roberto, *tudo bom?* Que que tu queres? (FLP Inf. 04)

(33) E Gosta de morar em Porto Alegre?

F Gosto. Bah! *bota bom* nisso! (POA Inf. 11)

Foram considerados usos interjetivos as expressões *ah bom!* como em (34), como expressão de reação subjetiva sinalizando concordância com a fala do entrevistador.

(34) E Eu sempre tive a impressão que agora era mais difícil criar os filhos, por causa do custo de vida.

F *Ah bom!* só não, pelo custo de vida não. Bom! eu falo porque eu trabalhei por minha conta toda vida, e agora quem trabalha por conta própria leva muita vantagem, porque tudo que tu pegares tu vendes, não tem nada que tu não vendas, tudo é vendável, tudo é fácil de vender. (POA Inf. 18)

As expressões interjetivas retêm mais claramente traços positivos do adjetivo *bom*, o que sugere que, historicamente, usos com esse valor tenham antecedido o uso de *bom* como MD conforme os dados analisados. É provável que expressões interjetivas desse tipo tenham derivado de *está bom*, como em (35), dado computado como adjetivo neste trabalho e que merece atenção em uma análise da trajetória de mudança a partir de *bom* adjetival.

(35) E É, nós estávamos falando da televisão.

F: *Está bom*. É parte de futebol, né? (FLP Inf. 05)

Por fim, o uso de *bom* como substantivo é ilustrado em (36).

(36) E Aí fica como tapeçaria.

F: Fica que nem tapeçaria. Eu tenho duas encomendas dessa bonequinha aqui, não sei quando eu vou poder fazer. Mas eu já estou super a fim de fazer. O *bom* é que uma já fiz, esse aqui, com esses eu já fiz essa bonequinha aqui, esse aqui, esse e agora eu estou fazendo esse aqui, ó. (POA Inf. 20)

Em síntese: o item *bem* mostra-se mais recorrente em outros usos (164 ocorrências) do que *bom* (31 ocorrências). Outros usos de *bem* são distribuídos em seis categorias, com destaque para expressões cristalizadas (notadamente *tudo bem*) e para a construção concessiva gramaticalizada (*se bem que*). Outros usos de *bom* são classificados em três categorias, com destaque também para expressões cristalizadas (especialmente *nada/tudo de bom*). Esse resultado evidencia que *bem* tem um comportamento mais polissêmico do que *bom* e que vem desenvolvendo mais instâncias diversificadas de gramaticalização.

5. Considerações finais

Sob uma perspectiva funcionalista que incorpora aspectos discursivo-pragmáticos no escopo da gramática e sob a ótica da gramaticalização como expansão, notadamente expansão semântico-pragmática que atravessa os planos textual e interpessoal, este artigo apresentou uma descrição sincrônica da multifuncionalidade dos itens *bem* e *bom*, com ênfase em seu uso como MDs, em dados gerados a partir de entrevistas sociolinguísticas, com foco no contexto dialógico.

O controle da frequência mostrou que (i) os usos inovadores – MDs e “outros usos” – ocorrem concomitantemente aos usos de base – *bem* adverbial e *bom* adjetival – (cf. princípio da divergência de Hopper (1991)); (ii) o item *bem* é o mais recorrente na amostra (61% de *bem* e 39% de *bom*); (iii) os usos prototípicos das categorias de base são os mais produtivos (85% de *bem* como advérbio e 66% de *bom* como adjetivo); (iii) no âmbito do domínio funcional da chamada de atenção para a informação, onde os itens atuam como MDs (cf. princípio de estratificação de Hopper (1991)), *bem* é menos usado do que *bom* (02% de *bem* e 30% de *bom*); (iv) *bem* supera seu concorrente em “outros usos” (12% de *bem* e 04% de *bom*), mostrando um leque mais amplo de expansões polissêmicas. No domínio funcional em questão, *bom* tem praticamente uso generalizado (247 ocorrências/89%) ao passo que *bem* apresenta uso marginal (29 ocorrências/11%) (cf. princípio da especialização por generalização de Hopper (1991)).

No que diz respeito aos contextos de uso dos MDs, as partículas aparecem em abertura de turno (62%) e em posição intraturno (38%). No primeiro tipo de contexto, especialmente em respostas diretas, ambos os itens retêm, por transferência metonímica, o traço de avaliação positiva de origem (cf. princípio da persistência de Hopper (1991)), inferível da postura de concordância do informante aceitando falar sobre o que lhe foi proposto. Tomados isoladamente, porém, os itens se manifestam em distribuição complementar: *bem* predomina em posição intraturno (69%) com menor frequência em abertura de turno (31%), ao passo que *bom* prevalece em abertura de turno (65%) com presença menor em posição intraturno (35%). Além disso, em termos frequenciais, *bem* se destaca em contextos de retomada (28%), de sequenciação (24%) e de resposta imediata (24%) – os dois primeiros intraturno e o último em abertura de turno; *bom*, por sua vez, se concentra encabeçando preâmbulo (36%) e resposta imediata (28%) – ambos em abertura de turno. Esse comportamento diferenciado sugere traços ainda incipientes de especialização de uso (cf. princípio da especialização por especificação, nos termos de Tavares (1999)).

Em consonância com outros estudos realizados sobre os usos discursivos dessas partículas, verificou-se que o uso dos MDs sinaliza um duplo movimento: de estruturação discursiva – encabeçando abertura/fechamento/sequenciação –, e de negociação – iniciando algum tipo de posicionamento do falante em relação ao discurso precedente (do entrevistador ou dele próprio). Em outras palavras, os itens tanto acomodam o enunciado na situação dialógica da troca de turnos, como organizam o fluxo informacional atuando como estratégias retóricas de chamada de atenção e contribuindo para a coesão e coerência discursiva.

Diferentemente dos resultados de outros estudos, porém, que atestam fortemente o uso dos marcadores correlatos, notadamente *bien/well*, como alerta de desacordo ou contraposição em relação ao enunciado precedente do interlocutor, na amostra aqui analisada esse tipo de confronto com a fala do entrevistador não aparece ou aparece de forma tênue em respostas com preâmbulo. A postura do informante no que diz respeito à expressão de seus pontos de vista, por exemplo, fica mais evidente com o MD em posição intraturno, em situações de redirecionamento e/ou de retomada e de elaboração de justificativas ou explicações, que demandam certo esforço de processamento; e tais usos incidem sobre a fala do próprio informante e não sobre a fala do entrevistador.

Essas diferenças provavelmente tenham relação com a natureza da amostra analisada. As entrevistas sociolinguísticas, no caso, envolvem uma negociação colaborativa – o entrevistador deseja obter dados vernaculares, por isso procura deixar o informante à vontade; o entrevistado, por sua vez, busca ser cooperativo, já que se dispôs à conversa. Considera-se, pois, que o funcionamento dos itens é dependente do tipo de situação comunicativa. Na análise levada a cabo neste artigo, essa dependência do contexto fica visível quando se comparam os usos dos MDs na fala do informante e na fala do entrevistador. Os gêneros discursivos e suas particularidades, a partir dos quais os dados são gerados, precisam ser considerados nas análises, especialmente em estudos comparativos e na formulação de generalizações.

Como desdobramento deste trabalho e de modo a melhor delinear o espectro funcional dos itens, a próxima etapa seria uma análise diacrônica para captar as trajetórias de mudança a partir das formas e significados fonte, contemplando a emergência de usos e o desenvolvimento de diferentes instâncias de gramaticalização ao longo do tempo, em diferentes gêneros textuais/discursivos, buscando encontrar também usos de *bem* como partícula modal.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, M.C.; ARANTES, P.C.C. Partículas modais em alemão e seus equivalentes funcionais em português brasileiro: proposta de análise e classificação para o uso. *Pandaemonium Germanicum*, v. 23, n. 40, p. 166-190, 2020. DOI: 10.11606/1982-88372340166. Acesso em: 15 julho 2020.
- BRINTON, L. J.; TRAUGOTT, E. C. *Lexicalization and language change*. Cambridge University Press, 2005.
- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (eds.) *The handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003, p. 602-623.
- DE FINA, A. An analysis of Spanish *bien* as a marker of classroom management in teacher-student interaction. *Journal of Pragmatics*, v. 28, p. 337-354, 1997.
- DEFOUR, T. *A diachronic study of the pragmatic markers well and now*: Fundamental research into semantic development and grammaticalisation by means of a corpus study. 2007, PhD dissertation. Universiteit Gent, Faculteit Letteren en Wijsbegeerte, Vakgroep Engels, 2007, 339p.

DEGAND, L.; EVERS-VERMEUL, J. Grammaticalization or pragmaticalization of discourse markers? More than a terminological issue. *Journal of Historical Pragmatics*, v. 16, n. 1, p. 59-85, 2015. DOI:10.1075/jhp.16.1.03deg. Acesso em: 15 julho 2020.

DIEWALD, G. Pragmaticalization (defined) as grammaticalization of discourse functions. *Linguistics*, v. 49, n. 2, p. 365-390, 2011a. DOI 10.1515/LING.2011.011. Acesso em: 15 julho 2020.

DIEWALD, G. Grammaticalization and pragmaticalization. In: NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011b, p. 450-461.

DU BOIS, J. W. The stance triangle. In: ENGLEBRETSON, R. (ed.). *Stancetaking in discourse: subjectivity, evaluation, interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 2007, p. 139-182.

GIVÓN, T. *Syntax*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York, Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. Revised edition. Amsterdam: John Benjamins, 2018.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994 [1985].

HEINE, B. On discourse markers: Grammaticalization, pragmaticalization, or something else? *Linguistics*, v. 51, n. 6, p. 1205-1247, 2013. DOI 10.1515/ling-2013-0048. Acesso em: 15 julho 2020.

HERITAGE, J. Well-prefaced turns in English conversation: A conversation analytic perspective. *Journal of Pragmatics*, v. 88, p. 88-104, 2015. DOI 10.1016/j.pragma.2015.08.008. Acesso em: 18 julho 2020.

HIMMELMANN, N. P. Lexicalization and grammaticization: Opposite or orthogonal? In: BISANG, W.; HIMMELMANN, N. P.; WIEMER, B. (eds.). *What makes grammaticalization: A look from its fringes and its components*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2004, p. 21-42.

HOPPER, P. On some principles in the grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*, v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 7-35.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MARTINS, L. 'Bom' e 'bem' e suas multifunções na fala da Região Sul do Brasil. (2003). 106f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

RISSE, M. S. Aspectos textuais-interativos dos marcadores discursivos de abertura *bom, bem, olha, ah*, no português culto falado. In: NEVES, M. H. de M. (org.). *Gramática do português falado*, v. VII. Novos estudos. São Paulo: Humanitas/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 259-296.

RISSE, M. S. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*, v. 1. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 427-496.

SAKITA, T. Discourse markers as stance markers: Well in stance alignment in conversational interaction. *Pragmatics & Cognition*, v. 21, n. 1, p. 81-116, 2013. DOI 10.1075/pc.21.1.04sak. Acesso em: 18 julho 2020.

SERRANO, M. J. Bueno como marcador discursivo de inicio de turno y contraposición: estudio sociolingüístico. *International Journal of the Sociology of Language*, v. 140, p. 115-133, 1999.

TAVARES, M. A. *Um estudo variacionista de AÍ, DAÍ, ENTÃO e E como conectores sequenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. (1999). 175f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

TRAUGOTT, E. C. *The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization*. Manchester: Stanford University, p.1-29, 1995.

TRAUGOTT, E. C. From etymology to historical pragmatics. In: MINKOVA, D.; TOCKWELL, R. (eds.) *Studying the history of the English language: Millennial perspectives*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2002, p. 19-49.

TRAUGOTT, E. Constructions in Grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003, p. 624-647.

TRAUGOTT, E. C. All that he endeavoured to prove was...": On the emergence of grammatical constructions in dialogic contexts. In: COOPER, R.; KEMPSON, R. (eds.) *Language in Flux: Dialogue Coordination, Language Variation, Change and Evolution*. Londres: Kings College Publications, p. 143-177, 2008.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization. In: LURAGHI, S.; BUBENIK, V. (eds.) *Continuum companion to historical linguistics*. London/New York: Continuum International Publishing Group, 2010a, p. 269-283.

TRAUGOTT, E. C. Revisiting subjectification and intersubjectification. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (eds.) *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2010b, p. 29-70.

TRAUGOTT, E. C. Dialogic contexts as motivations for syntactic change. In: CLOUTIER, R. A.; HAMILTON-BREHM, A. M.; KRETZSCHMAR, W. A. (eds.) *Variation and change in English grammar and lexicon: contemporary approaches*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2010c, p. 11-27.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E.; HEINE, B. Introduction. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*, v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 01-14.

TRAVIS, C. *Bueno*: a Spanish interactive discourse marker. In: BERGEN, B. K.; PLAUCH'E, M. C.; BAILY, A. C. (eds.), *PROCEEDINGS OF THE 24TH ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY, LINGUISTICS SOCIETY*, February, 14-16. Berkeley: University of California, Berkeley, p. 268-279, 1998.

VALLE, C. R. M.; GÖRSKI, E. M. Por um tratamento multidimensional da variação estilística na entrevista sociolinguística. In: GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L.; NUNES DE SOUZA, C. M. (Org.). *Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Florianópolis: Insular, 2014, p. 93-121.

WALTEREIT, R.; DETGES, U. Different functions, different histories. Modal particles and discourse markers from a diachronic point of view. *Catalan Journal of Linguistics*, v. 6, p. 61-80, 2007.

WIERZBICKA, A. *Semantics: primes and universals*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

THEORETICAL ESSAY

Extra-clausal constituents in Functional Discourse Grammar: function and form



OPEN ACCESS

EDITED BY

- Andre Vinicius Lopes Coneglian (UFMG)
- Maria Helena de Moura Neves (UNESP)
- Lachlan Mackenzie (VUA)

REVIEWED BY

- Erotilde Gorete Pezatti (UNESP)
- Daniel García Velasco (UNIOVI)

ABOUT THE AUTHORS

- Ricardo Giomi
Conceptualization, Formal analysis, Investigation.
- Evelien Keizer
Conceptualization, Formal analysis, Investigation.

DATES

- Received: 14/10/2020
- Accepted: 19/11/2020
- Published: 17/12/2020

HOW TO CITE

Giomi, R.; Keizer, E. (2020). Extra-clausal constituents in Functional Discourse Grammar: function and form. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 159-185, 2020.

Riccardo GIOMI

CELGA-ILTEC, University of Coimbra (UC)

Evelien KEIZER

University of Vienna (UNIVIE)

ABSTRACT

This paper presents a first outline of an encompassing account of extra-clausal constituents (ECCs) within the framework of Functional Discourse Grammar (FDG). Drawing primarily on English corpus data, we investigate both the functional and the formal properties of this heterogeneous class of constituents, focusing in particular on their underlying pragmatic structure and contribution to the ongoing discourse, and on the communicative factors relevant to their placement within the larger linguistic expressions within which they occur. More specifically, we suggest that each ECC forms a separate, though invariably dependent unit of communicative behaviour (i.e. a Subsidiary Discourse Act). Moreover, we argue that the mechanism governing the placement of ECCs vis-à-vis both their hosts and each other is fundamentally different from the placement rules proposed in FDG for morphosyntactic units belonging to the clause, phrase or word; the result is a system that captures both the functional constraints on the placement of ECCs and their greater positional freedom.

RESUMO

O artigo apresenta um primeiro esboço de uma abordagem abrangente aos constituintes extra-oracionais (CEOs) no quadro da Gramática Discursivo-Funcional (GDF). Baseando-nos principalmente em dados de corpus do inglês, investigamos as propriedades funcionais e formais desta classe

de constituintes heterogénea, focando em particular a sua estrutura pragmática subjacente e a sua contribuição para o desenvolvimento do discurso, bem como os fatores comunicativos que determinam seu posicionamento dentro dos enunciados em que ocorrem. Mais especificamente, propomos que cada CEO forma uma unidade de comportamento comunicativo separada, se bem que invariavelmente dependente (i.e., um Ato Discursivo Secundário). Além disso, defendemos que o mecanismo que regula o posicionamento dos CEOs face à unidade comunicativa principal que eles acompanham e a outros CEOs é basicamente diferente das regras de posicionamento propostas pela GDF no que toca a unidades morfossintáticas que pertencem à oração, ao sintagma ou à palavra. O resultado é um sistema que catura tanto as restrições funcionais sobre o posicionamento dos CEOs como a maior liberdade posicional de que gozam estes constituintes em comparação com os que pertencem a camadas mais baixas da organização morfossintática.

KEYWORDS

Extra-clausal constituents. Functional Discourse Grammar. Word order rules. Subsidiary Discourse Acts. Rhetorical functions.

PALAVRAS-CHAVE

Constituintes extra-oracionais. Gramática Discursivo-Funcional. Regras de ordem das palavras. Atos Discursivos Secundários. Funções retóricas.

Introduction

Although theoretical accounts of extra-clausal constituents (ECCs) go back several decades (e.g. HAEGEMAN, 1991; DIK, 1997a; 1997b), it is only in recent years that their importance in everyday communication has come to be fully appreciated, leading to a surge of studies on this broad group of expressions. Much of this research stresses the peripheral status of these elements, relegating them to the domain of communicative competence. Studies on grammaticalization and pragmaticalization, for instance, often regard extra-clausal expressions serving discourse-related functions as being external to the grammar proper (see DEGAND; EVERS-VERMEUL, 2015 for an overview). Similarly, Discourse Grammar (e.g. KALTENBÖCK *et al.*, 2011; HEINE *et al.*, 2013) distinguishes between a Sentence Grammar and a Thetical Grammar, to deal with intra- and extra-clausal relations, respectively.

Functional Discourse Grammar (FDG: HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), does not accept this distinction. For FDG, what determines which expressions belong to the grammatical component is not their intra- or extra-clausal status, but whether their pragmatic and semantic content receives explicit, systematic encoding in language structure. This means that any aspect of the speaker's communicative intention that is morphosyntactically or phonologically expressed in a language is dealt with within the grammar. This does not mean that FDG does not acknowledge the specific functional and formal features of ECCs – it certainly does, but within the grammar, by modelling their distinctive properties at all levels of grammatical analysis (pragmatics, semantics, morphosyntax and phonology).

Nevertheless, no full account of ECCs is as yet available within FDG. Although the theory provides a sophisticated system of rules for the placement of morphosyntactic constituents at the layers of Clause, Phrase and Word, no such mechanism exists for the highest morphosyntactic layer in FDG, that of the Linguistic Expression. A first attempt to formulate such rules will be presented in Section 3. Before we do so, however, we need to address the tricky question of what exactly qualifies as an ECC and how these elements may be characterized from an FDG perspective. These questions will be addressed in Section 2: in Section 2.1 we will show that the criteria for identifying ECCs proposed so far are vague and often contradictory; in Section 2.2 we will demonstrate how the distinctive features of FDG allow for a more precise and consistent characterization of this heterogeneous group of elements. First, however, we will provide a brief sketch of the overall organization of the FDG model, and its functional approach to the linear placement of constituents.

1. Functional Discourse Grammar: a brief introduction

1.1. General characterization

Functional Discourse Grammar has been characterized as a “structural-functional” theory of language (BUTLER, 2003, p. 30), in that “it seeks to reconcile the patent fact that languages are structured complexes with the equally patent fact that they are adapted to function as instruments of communication between human beings” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. ix). The result is “a form-oriented function-to-form” model: it is “function-to-form” in that it starts with the Speaker's communicative intention and ends with the articulation of a linguistic expression, and “form-oriented” in only representing those pragmatic and semantic phenomena that are systematically reflected in the morphosyntactic and phonological form of an utterance (e.g. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 39-40).

In FDG, linguistic expressions are analysed at four independent levels of representation, capturing their discourse-pragmatic, semantic, morphosyntactic and phonological aspects. The levels are hierarchically organized in such a way that pragmatics is taken to govern semantics, pragmatics and

semantics to govern morphosyntax, and pragmatics, semantics, and morphosyntax to govern phonology. The privileged role of pragmatics is further reflected in the fact that in FDG the basic unit of analysis is not the clause (a morphosyntactic unit) but the Discourse Act (a communicative unit).

As shown in Figure 1, the Grammatical Component of FDG interacts, within a wider theory of verbal interaction, with a Conceptual Component, containing a speaker's pre-linguistic communicative intention; a Contextual Component, which hosts information about those aspects of the immediate discourse context that affect the form of a linguistic utterance; and an Output Component responsible for the production of spoken, signed or written forms.

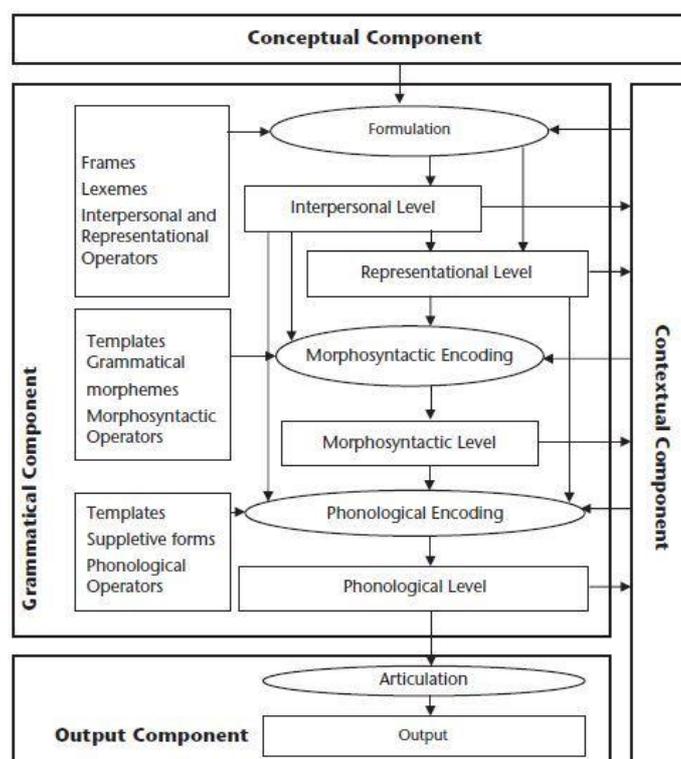


FIGURE 1 – General layout of FDG
Source: Hengeveld and Mackenzie (2008, p. 13)

1.2. Four levels of analysis

The four levels of representation used in FDG are the outcome of two separate operations. Starting from the top, the first operation is that of Formulation, which deals with all the meaningful elements of a linguistic expression. This operation results in representations at the higher two levels of analysis, the Interpersonal and Representational Levels. The second operation, that of Encoding, subsequently takes care of an expression's formal properties, and leads to representations at the

Morphosyntactic and Phonological Levels. Each of these four levels is hierarchically organized into a number of different layers.

The highest level of representation, the Interpersonal Level, deals with “all the formal aspects of a linguistic unit that reflect its role in the interaction between the Speaker and the Addressee” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 46). The most inclusive layer at this level is that of the Move (M), which serves as “an autonomous contribution to an ongoing interaction” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 50). Each Move consists of one or more Discourse Acts (A), “the smallest identifiable units of communicative behaviour”, which, unlike Moves, “do not necessarily further the communication in terms of approaching a conversational goal” (KROON, 1995, p. 85; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 60). Examples of Moves consisting of more than one Discourse Act are given in (1) and (2) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 53):

- (1) a. A: What happened yesterday in the Scottish Premier League?
 B: Celtic won. And Rangers lost.
 b. (M_I: [(A_I: -Celtic won-(A_I)) (A_J: -Rangers lost-(A_J))] (M_I))
- (2) a. Watch out, because there will be trick questions in the exam.
 b. (M_I: [(A_I: -watch out-(A_I)) (A_J: -there will be trick questions in the exam-(A_J))_{Motiv}] (M_I))

In (1), the Speaker gives equal communicative status to each of the two Discourse Acts, resulting in a relation of equipollence. In (2) we have a relation of dependence, i.e. a relation between a Nuclear and a Subsidiary Discourse Act: the Subsidiary Discourse Act is therefore assigned a rhetorical function (here the function of Motivation, since the Subsidiary Discourse Act provides the Speaker’s reasons for uttering the Nuclear Discourse Act).

Discourse Acts, in turn, maximally consist of an Illocution (F), the Speech Participants (P₁ and P₂, representing the Speaker and the Addressee) and a Communicated Content (C), which “contains the totality of what the Speaker wishes to evoke in his/her communication with the Addressee” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 87). Within the Communicated Content, one or more Subacts of Reference (R) and Ascription (T) are performed by the Speaker. Each of these layers is provided with a slot for operators and modifiers, providing additional grammatical and lexical information, respectively, about the layer in question. A sentence like (3a) would thus be given the representation in (3b):

- (3) a. They unfortunately resigned yesterday.
 b. (A_I: [(F_I: DECL (F_I)) (P_I)_S (P_J)_A (C_I: [(T_I)_{FOC} (+id R_I) (+id R_J)] (C_I): (D_I: unfortunately (D_I)) (C_I))] (A_I))

Within the Declarative Discourse Act (A_I), the Communicated Content consists of two Subacts of Reference, one evoking the entity referred to as *they* (R_I) and the other one evoking the temporal entity described as *yesterday* (R_J), as well as a Subact of Ascription, evoking the property ‘resign’ (T_I,

which in this particular case is assigned the pragmatic function Focus). Both Subacts of Reference are specified by the operator +id, indicating the Speaker assumes the Addressee to be able to identify the referent evoked. Finally, the Communicated Content is modified by the attitudinal adverb *unfortunately*, here represented as heading a Lexical Deed (D_l).¹

The second level of Formulation, the Representational Level, deals with the semantic aspects of a linguistic expression, i.e. with those aspects of a linguistic expression that reflect the way in which language relates to the extra-linguistic world it describes. The units at this level thus represent the different linguistically relevant types of entities in the extra-linguistic world (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 131). The highest layer at this level is that of the Propositional Content (p), which represents a mental construct which can be evaluated in terms of its truth. The Propositional Content consists of one or more Episodes (ep), i.e. sets of States-of-Affairs (e) that are coherent in terms of time, space and participants. Each State-of-Affairs (e) is, in turn, characterized by a Configurational Property (f^c), consisting typically of a lexical (typically verbal) Property (f^l) and one or more arguments, typically headed by a nominal lexical property (f^l). Here, too, each layer is provided with a slot for operators and modifiers. A Representational Level analysis of the sentence in (3a) above is provided in (4):

(4) (p_i: (past ep_i: (e_i: (f^c_i: [(f^l_i: resign (f^l_i)) (m x_i)_A] (f^c_i)) (e_i)) (ep_i: (t_i: (f^l_k: yesterday (f^l_k)) (t_i)) (ep_i)) (p_i))

Here the Propositional Content (p_i) contains a single Episode (ep_i), which in turn consists of a single State-of-Affairs (e_i). This State-of-Affairs is headed by a Configurational Property (f^c_i), consisting of the verbal Property *resign* (f^l_i) and its argument (the Individual *they*, represented as x_i). The representation further contains a modifier (the time-denoting element *yesterday*, t_i, modifying the Episode), and two operators: 'past' at the layer of the Episode, and plurality ('m') at the layer of the Individual. Finally, the argument (x_i) is provided with the semantic (macro-)role of Actor (A).

The output of the operation of Formulation forms the input to the operation of Encoding; at this stage, it is no longer possible to add any meaning components to the utterance. At the first level of Encoding, the Morphosyntactic Level, the largest unit of analysis is that of the Linguistic Expression (Le), which typically contains one or more Clauses. Clauses (Cl), in turn, may consist of one or more Phrases and Words, as well as of other Clauses. Phrases may contain one or more Words, as well as other Phrases or Clauses.² Phrases and Words are further categorized on the basis of the kind of head they have; thus there are Verbal Phrases (Vp) and Verbal Words (Vw), Nominal Phrases (Np) and Nominal Words (Nw), etc. Finally, it is at this level that the syntactic functions Subject and Object are assigned. A morphosyntactic analysis of the sentence in (3a) is given in (5):

¹ Following Giomi (2020) Lexical Deeds are used for the representation of lexical elements at the Interpersonal Level, performing the communicative act of specifying or modifying another interpersonal unit by lexical means.

² Words consist of one or more Morphemes; these are not included in the analyses given in this paper.

(5) (Le_i: (Cl_i: [(Np_i: (Nw_i: they (Nw_i)) (Np_i))_{Subj} (Advp_i: unfortunately (Advp_i)) (Vp_i: (Vw_j: resigned (Vw_j)) (Vp_i)) (Np_j: (Nw_i: yesterday (Nw_i)) (Np_j))] (Cl_i)) (Le_i))

Finally, the Phonological Level converts the input from the three higher levels into phonological form. Once again the layers at this level are hierarchically organized. The highest layer, the Utterance (U), consists of one or more Intonational Phrases (IP), which in turn consist of Phonological Phrases (PP).³ A possible (simplified) phonological representation of example (3a) is given in (6). This representation contains one operator, 'f', indicating a falling intonation at the layer of the Intonational Phrase (triggered by the presence of a Declarative Illocution at the Interpersonal Level).

(6) (U_i: (f IP_i: [(PP_i: /ðeɪlɪnfɔ:tʃənətli/ (PP_i)) (PP_j: /rɪzəɪndʒestədeɪ/ (PP_j))] (IP_i)) (U_i))

1.3. Linear ordering in FDG

1.3.1. Ordering at the layer of the Clause

In order to account for the possibilities of and restrictions on the linear ordering of elements within the Clause,⁴ FDG offers a set of, to some extent language specific, placements rules. These rules are functionally-inspired in that the placement of constituents is (almost) entirely determined by information contained in the two Formulation levels, with elements being placed in a top-down, outside-to-inside manner (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 310-316; KEIZER, 2015, p. 184-191); in other words, units from the Interpersonal Level are placed before units from the Representational Level, and, within each level, units from hierarchically higher (outer) layers before units from lower (inner) layers.

Hengeveld and Mackenzie (2008, p. 311-312) suggest that for the placement of clausal constituents, languages make use of one or more (up to four) absolute positions. English, for instance, has three absolute positions: an initial (P^I), a medial (P^M) and a final (P^F) position. As soon as one of these positions is filled, one or two relative positions can be created (e.g. P^{M+1}, P^{F-1}). In order to illustrate how the placement rules apply, consider the following (rather contrived but grammatical) example:

(7) She will luckily probably meet him again next week.

³ PPs in turn divide into Phonological Words, which are made up of Feet, which contain Syllables; these are not included in the representations given here.

⁴ Similar rules apply to the Phrase and the Word; in what follows, however, we will restrict ourselves to the placement of clausal elements.

As the only interpersonal modifier, the adverb *luckily* (modifying the Communicated Content) is the first element to be placed in one of the three absolute positions, ending up in position P^M . The adverb *probably*, as the highest representational modifier (scoping over the Propositional Content), is the next element to be placed, going to the newly created position P^{M+1} . Subsequently, the modal auxiliary *will* (expressing an operator at the layer of the Episode) is placed in P^{M-1} , the Episode modifier *next week* in clause-final position (P^F), and the frequency adverb *again* in the pre-final position (P^{F-1}). Finally, the main verb, subject and object and are placed in positions P^{M+2} , P^I and P^{M+3} , respectively.

(8) P^I P^{M-1} P^M P^{M+1} P^{M+2} P^{M+3} P^{F-1} P^F
 she will luckily probably meet him again next week

1.3.2. Ordering at the layer of the Linguistic Expression

In strong contrast to this highly detailed system for the linear placement of clausal elements, very little has been said in FDG about the placement of elements at the layer of the Linguistic Expression. At this layer, Hengeveld and Mackenzie (2008, p. 312) distinguish three positions, labelled pre-clausal (P^{Pre}), clausal (P^{Centre}) and post-clausal (P^{Post}), as shown in (9):⁵

(9) Linguistic Expression: P^{Pre} | P^{Centre} | P^{Post}
 Clause: | P^I P^M P^F |

As for the kind of elements that may fill the extra-clausal positions, Hengeveld and Mackenzie (2008, p. 313) observe that interpersonal modifiers prefer the pre-clausal position. In that case, the hierarchically-driven rules illustrated above apply: in (10), the highest interpersonal element, the illocutionary adverb *honestly*, goes to pre-clausal position, and the next highest element, the reportative adverb *reportedly*, to clause-medial position.

(10) P^{Pre} | P^I P^M ...
 Honestly, she reportedly has been drinking again.

In addition, extra-clausal positions may be filled by Subsidiary Discourse Acts: in (11) the Orientational Discourse Act *as for his ideas* takes the pre-clausal position, while in (12) the Corrective Discourse Act *his ideas* goes to post-clausal position (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 55-56):

⁵ Note that the central position may also be filled by elements smaller than the Clause (as in A: *Who wrote this?* B: **Peter, my brother.**). For the sake of simplicity, however, we will retain the terms pre-clausal and post-clausal.

(11) P^{Pre} | P^{Centre}
 As for his ideas, I don't like them.

(12) P^{Centre} | P^{Post}
 I don't like them, his ideas.

Subsidiary Discourse Acts may, however, also interrupt the Nuclear Act, as in the case of non-restrictive relative clauses, which are analysed as Subsidiary Discourse Acts with the rhetorical function Aside (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 58, 284):

(13) The game, which began at 7.30, ended in a draw.
 (M_i: [(A_i: -the game ended in a draw - (A_i)) (A_j: -which began at 7.30 (A_j))_{Aside}] (M_i))

At the Phonological level, the Subsidiary Discourse Act, as well as both segments of the Nuclear Discourse Act, correspond to separate Intonational Phrases. At the Morphosyntactic Level, however, the two Discourse Acts are assumed to integrate syntactically (into a single Noun Phrase), by applying the general mould for (restrictive and non-restrictive) relative clauses (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 284).

In what follows, however, we prefer to analyse these Asides as ECCs at the Morphosyntactic Level. This means that we need to distinguish a third extra-clausal position, the Interpolated position (P^{Int}), which hosts all extra-clausal elements that interrupt the Clause. Strong support for this analysis comes from the fact that recognizing an Interpolated position is unavoidable given the placement rules operating at the layer of the Clause (KEIZER, 2020a, p. 114). Consider the position of the (lexicalized) reporting clause *so they say* in (14):

(14) John had frequently, *so they say*, insulted her.

If the interpersonal element *so they say* were to be assigned a position within the Clause, it would have to go to the absolute position P^M, since, according to the hierarchical placement rules, it would be the first element to be assigned a position (and it clearly does not occupy P¹ or P^F). This, however, turns out to be impossible: if *so they say* were to go to P^M, then the auxiliary *had*, expressing the Episode operator Past, and as such the second element to be placed, would have to go to the relative position P^{M-1}. In (15), however, the position preceding *so to say* is already taken by the hierarchically lower State-of-Affairs modifier *frequently*. The only logical conclusion is that *so they say* is not part of the Clause at all, as, in fact, signalled by its prosodic non-integration (indicated here by the presence of commas). Instead, it goes to a third extra-clausal position, the "interpolated position" (P^{Int}); in that case, the clausal constituents *had* and *frequently* can take the clausal positions P^M and P^{M+1}, respectively (KEIZER, 2020a, p. 114):

- (15) P^I P^M P^{M+1} | P^{Int} | P^{M+2} P^{M+3}
 John had frequently so they say insulted her

Hengeveld and Mackenzie do mention some factors determining the placement of elements in one of the extra-clausal positions, but do not offer a systematic account of the placement of ECCs or any general principles governing the internal organization of the extra-clausal positions (or fields). We will come back to this issue in Section 3. Before we do so, however, we need to have a closer look at the question of what qualifies as an ECC.

2. What qualifies as an ECC?

2.1. Previous approaches

2.1.1. Formal properties of ECCs

Dik (1997a; 1997b) was one of the first functional linguists to propose a systematic account of the functional and formal properties of ECCs. Most of the prototypical features of ECCs identified by Dik are in fact still maintained in more recent functionally-oriented work on the subject, e.g. in *Discourse Grammar* (KALTENBÖCK *et al.*, 2011; HEINE *et al.* 2013) or in Haselow's (2016) "macrogrammar". As regards the formal properties of ECCs, Dik (1997a, p. 310-311; 1997b, p. 104-105, 197, 379ff.) mentions the following features:

- (16) a. "[ECCs] either occur on their own, or are typically set off from the clause proper by breaks or pause-like inflections in the prosodic contour; they are 'bracketed off' from the clause by such prosodic features".
- b. "They are never essential to the internal structure of the clause with which they are associated; when they are left out, the clause still forms an integral whole".
- c. "They are not sensitive to the grammatical rules which operate within the limits of the clause, although they may be related to the clause by rules of coreference, parallelism, and antithesis"; "They are rather loosely associated with the clause, and cannot easily be described in terms of clause-internal rules and principles".
- d. "[They] are in general more difficult to subordinate than intraclausal elements".
- e. ECCs can occur on the following four positions: (i) absolute or free-standing, (ii) pre-clausal, (iii) parenthetical, (iv) post-clausal; and although "[s]ome ECCs are by their very

function tied to one of these positions”, “others may occur, with much the same function, in any two, three, or all four of them”.⁶

As far as syntax is concerned, (16) provides quite an extensive list of typical properties of ECCs. Nevertheless, it will be clear that these properties are very general and rather vague. Property (16b), for instance, does not only apply to ECCs, but also to clausal and phrasal adjuncts (whose omission never results in grammatical ill-formedness), while property (16e) should at least be phrased in relative terms, i.e. that elements have greater mobility when used as ECCs than when they occur as clausal elements (e.g. *That was a mistake, probably* vs. **That was a mistake probably* – where the comma indicates a prosodic break). In addition, the way (16e) is formulated suggests that this property only refers to *some* ECCs, or at least applies differently to different types of ECCs. Clearly, the same may be said of properties (16a) and (16d), which are explicitly presented as strong tendencies and not as necessary features of ECCs.

That the properties in (16) are not sufficient diagnostics of extra-clausality is in fact recognized by Dik himself when he observes that these properties do not always “provide an unequivocal answer to the question whether a given constituent occurs outside or inside the clause” (1997b, p. 383). In the very same passage, however, the author also claims that “this question can be satisfactorily answered in most cases”, thus implicitly suggesting that the best way to identify ECCs is to consider each instance individually. As we shall see in Section 2.2, most of the formal properties mentioned in (16) are, in fact, useful, but only when applied to specific types of ECCs. An exception in this respect is the property of prosodic non-integration, which is a strong indicator of extra-clausal status, irrespective of the type of ECC in question, in the sense that any constituent which is not prosodically integrated in the expression it accompanies is almost certainly syntactically independent. As is well-known, however, prosodic non-integration is often harder to establish than syntactic non-integration (as defined by the criteria in (16b-e)), especially because, due to purely articulatory phenomena such as rate of speech, the distinctive phonological properties of ECCs are not always clearly reflected in phonetic realization. In other words, prosodic non-integration is a strong indicator, but not a necessary feature, of ECC status (see DEHÉ, 2007, 2014).

Despite the increase in studies dedicated to ECCs, subsequent functionally-oriented research does not seem to have added much to Dik’s formal characterization of ECCs. More formally-based approaches, on the other hand, have traditionally suggested more specific tests for establishing the syntactic non-integration of a constituent. Among the criteria most often invoked are the impossibility of clefting or questioning an ECC, as well as the fact that ECCs do not fall within the scope of negators, proforms, quantifiers and ellipses (e.g. QUIRK *et al.*, 1985, p. 612-631; PULLUM; HUDDLESTON, 2002, p. 575-576; HUDDLESTON *et al.*, 2002, p. 1350-1362). The longest list of such tests to our knowledge can be found in Espinal (1991), who proposes no fewer than fifteen criteria to

⁶ Unlike Dik, we will not regard free-standing, “holophrastic” expressions as ECCs: with respect to what would a summons (e.g. *Hey*), greeting (e.g. *Hello*) or vocative (e.g. *Bert!*) be “external”, when occurring in isolation?

distinguish between clausal and extra-clausal constituents, including such additional properties as the (non-)existence of restrictions on *consecutio temporum*, the (im)possibility of filling an argument slot, and the question of whether the constituent can trigger subject-verb inversion in V2 languages.

Now, as argued by Keizer (2018; 2020b), some of these properties of ECCs are essentially the syntactic reflexes of more fundamental functional properties, in particular of the fact that, as we will also see below, all ECCs are by necessity non-restrictive/non-truth-conditional. Thus, clefting, questioning and pronominalization/negation/ellipsis can only be successfully applied to elements that are part of the (extended) predication (and as such of the proposition), i.e. to truth-conditional elements. It is no surprise, then, that it is precisely these tests that give the most consistent results and can be applied to the largest variety of ECCs. As regards the strictly syntactic tests that have been proposed in the literature, their main limitation is that they are either only relevant to specific languages (e.g. subject-verb inversion in V2 languages) or to specific syntactic types of ECCs (e.g. the non-application of *consecutio temporum* rules, which obviously only concerns ECCs that contain a verb form), or indeed to both of the preceding (e.g. the possibility of omitting the relative pronoun in English restrictive relative clauses but not in non-restrictive ones, ESPINAL, 1991, p. 732).

All of this does not, however, mean that purely syntactic tests for extra-clausality are not useful. An important reason why none of these tests provides a definitive criterion, in fact, is the structural diversity of the expressions that may function as ECCs. This limitation is acknowledged by Espinal (1991, p. 729), who also observes that “[n]ot all of the tests apply uniformly to all disjuncts, so it may be fruitful, in future research, to attempt to develop a detailed typology of disjunct constituents”. Such typologies have indeed subsequently been proposed (e.g. KALTENBÖCK, 2007 for English parentheticals), which makes it possible to establish exactly which tests are or are not relevant to each specific type of ECCs. By applying this method, some of the syntactic criteria which have been put forth in the literature may indeed turn out to be necessary and/or sufficient for at least some types of ECCs. As a result, the diagnostic power of these tests will be greatly enhanced compared to a methodology which does not discriminate between different syntactic types of ECCs. In addition, the specific assumptions of a particular linguistic theory may provide the analyst with more specific criteria: even if such criteria may not be acceptable for linguists of other theoretical persuasions, they can at least lead to internally consistent and operationally effective accounts of the syntactic properties of ECCs. An example of such a theory-specific criterion was given in Section 1.3.2, where it was shown that the set of functionally-based rules for syntactic placement postulated by FDG may be invoked as a useful indicator of intra- or extra-clausal status in the context of this specific framework.

2.1.2. Functional properties of ECCs

According to Dik (1997b, p. 383ff.), ECCs fulfil one (or more) of four major clusters of discourse functions:

- (17) (i) *Interaction management*: e.g. greetings (*Hello*), leave-takings (*Goodbye*), summonses (*Hey there*), addresses (*John!*), minimal responses (*yes, no, okay*).
- (ii) *Attitude specification*, e.g. expressives (*Ouch! Damn it!, Hurrah!*).
- (iii) *Discourse organization*:
- a. Boundary marking: initiators (*hey, by the way*), “push-and-pop” markers (e.g. the discourse-oriented uses of *but/’cause* and *so*, respectively, see Hengeveld and Mackenzie (2008, p. 51-52)), finalizers (*okay, how about you, anyway*).
 - b. Orientation: ECCs that serve to “[anchor] each new contribution to the discourse [...] in the discourse representation as built up so far”. Orientational ECCs are divided into those with the discourse functions Theme, Condition and Setting (providing temporal, spatial and/or other information).
 - c. Tail: “adjoined constituents which add bits of information which may be relevant to a correct understanding of the clause”.
- (iv) *Discourse execution*: “those ECCs which play a role in the expression of the actual content of the discourse”, e.g. full responses, response initiators (e.g. *well*) and tags.

The purpose of Dik’s typology of ECCs is essentially descriptive, and from this point of view, the classification he offers is again quite exhaustive, in the sense that most naturally occurring ECCs can unproblematically be classified as belonging to one of the four general types distinguished. From a theoretical viewpoint, however, some aspects of this taxonomy are no longer tenable in FDG. Most importantly, from the perspective adopted in this study, it is crucial that semantic notions like Condition and (temporal or spatial) Setting be kept separate from strictly interpersonal ones such as that of discourse organization, rather than being subsumed under the latter, as in Dik’s classification. Organizing discourse, in our view, is an inherently metacommunicative activity: true discourse-organizing devices are those that express rhetorical relations between linguistic units such as Discourse Acts (or parts thereof), e.g. *first and foremost, in addition, to conclude, I mean, briefly, by the way*, etc. By contrast, specifying the conditions under which an event takes place, or the temporal, spatial or other circumstances relevant to that event, is not a matter of discourse organization (in the sense just defined): such relations do not hold between units of discourse but between events in the real world, that is, they concern the denotational properties of linguistic utterances. This does not mean that a conditional, temporal or circumstantial phrase or clause may not *also* play a role in the structuring of discourse, for instance by serving as an Orientation for the following Discourse Act: it is, however, a fundamental tenet of FDG that these two dimensions of linguistic analysis must be clearly distinguished from each other, by capturing semantic/descriptive relations at the Representational Level and discursive/rhetorical ones at the Interpersonal Level.

As in the case of the formal properties of ECCs discussed in the previous section, the bulk of Dik’s functional classification is maintained in most later work on the topic. For instance, Kaltentböck *et al.* (2011, p. 861-862) characterize the meanings of theticals as being “shaped by the entire *situation of discourse*” (original emphasis), which in turn is described as a “network of components” including

the three macro-functions in (17i-iii), as well as a number of additional components: (a) the specification of the source of the information, (b) the immediate discourse setting of the ongoing interaction and (c) any longer-term encyclopaedic knowledge “presumed to be shared by the interlocutors” that may be relevant to the interpretation of the utterance. From a strictly descriptive point of view, these concepts may be regarded as useful additions to Dik’s classification of ECCs. From a more operationally-oriented perspective, however, the functions (or meaning components) identified by Dik (1997b) and Kaltenböck *et al.* (2011) can hardly be used as heuristics for extra-clausal status. This is mainly because a great many constituents that are – or, at least, can be – part of a larger clause can also serve one or more of these functions (e.g. titles like *Mr* or *Mrs*, or adverbs like *kindly*, as used in requests, for interaction management; evaluative adverbs like *rightly* or *wrongly* for attitude specification; various types of conjunctions and sentence connectives for discourse organization; reportative adverbs or auxiliaries for the source of the information; any kind of deictic expression for discourse setting, etc.).

Importantly, Kaltenböck *et al.*’s (2011) six components of the “situation of discourse” are presented as an attempt to capture the invariably *non-restrictive* character of the meaning of theticals/ECCs, a semantic property of ECCs which has been frequently emphasized in the literature (see Keizer (2018; 2020a; 2020b) and references given there). However, although non-restrictive meaning does indeed appear to be a universal property of ECCs, in the sense that they never restrict the extension of their host, it has also been stressed that there is no one-to-one relation between semantic non-restrictiveness and syntactic non-integration. In fact, just like the various components of the “situation of discourse” themselves, non-restrictiveness is by no means an exclusive property of ECCs. This becomes evident when one considers such pairs of sentences as (18a-b), from Dutch (a V2 language): while the attitudinal adverb *helaas* (‘unfortunately’) is in both cases non-restrictive in meaning, subject-verb inversion is obligatory in (18a) (where the adverb is prosodically integrated) but impossible in (18b) (where the adverb is prosodically independent). This clearly indicates that this constituent is syntactically integrated in the clause in the former case, while functioning as an ECC in the latter.

- | | | | | | | | |
|---------|----------------|-------|-------|-----|------|--------|--------|
| (18) a. | <i>Helaas</i> | vond | ik | de | film | nogal | saai. |
| | unfortunately | found | I | the | film | rather | boring |
| b. | <i>Helaas,</i> | ik | vond | de | film | nogal | saai. |
| | unfortunately | I | found | the | film | rather | boring |

Thus, contrary to what is often assumed (see e.g. Fraser (1996, p. 169-170) on *truthfully*), there is no straightforward correspondence between non-restrictive use and extra-clausal status, nor between restrictive use and clausal status. Rather, as we will argue in the next section, extra-clausality can in most cases only be explained with reference to the particular discourse function of the constituent in question, more specifically with regard to its status as a separate unit of communicative

behaviour (a separate Discourse Act in FDG), related to, but crucially not part of, the expression it precedes, follows or interrupts.

2.2. Defining ECCs in FDG

2.2.1. ECCs as Subsidiary Discourse Acts: definition

In this section we will offer a syntactic definition of ECCs in terms of their position outside the clausal template at the Morphosyntactic Level (see Section 1.3.2). It will be clear, however, that the “function-to-form” nature of the model, and in particular the functionally-inspired placement rules of FDG, dictate that the extra-clausal status of these constituents is triggered by some aspect of their interpersonal and/or representational analysis. We therefore propose that the extra-clausal status of an expression at the Morphosyntactic Level is a reflection of its status as a Subsidiary Discourse Act at the Interpersonal Level.⁷ In addition, a Discourse Acts analysis of these expressions also – independently – leads to their default representation as separate Intonational Phrases at the Phonological Level. On such an approach, the formal (syntactic and prosodic) features of an expression may serve as a diagnostic for its extra-clausal status; the explanation for these features can, however, only be provided in terms of the expression’s interpersonal, discourse-pragmatic function.

Naturally, analysing all ECCs as separate Discourse Acts at the Interpersonal Level raises a number of questions, first and foremost what it means for an element to function as a (Subsidiary) Discourse Act. Recall from Section 1.2 that in FDG Discourse Acts are defined as “the smallest identifiable units of communicative behaviour”; Subsidiary Discourse Acts, in addition, depend for their proper interpretation on the presence of a Nuclear Discourse Act. Moreover, as we have seen, each Discourse Act is characterized by the presence of an Illocution. In most cases, this Illocution has an abstract head, resulting in the conventionalized morphosyntactic and/or prosodic expression of declarative, interrogative, imperative (etc.) Illocution. While this is clearest in those cases where the ECC takes the form of a Clause, as in (19a), non-clausal ECCs, such as Orientations, can also have their own illocutionary force, as illustrated in (19b), and are indeed already analysed as separate Discourse Acts in FDG. The same applies to vocatives like *Steve* in (19c), which have an interpellative Illocution:

(19) a. Once this happens, remove pan from heat (*be sure to wear oven mitts!*) and stir in the pretzels immediately. (COCA⁸, newspaper)

⁷ The expressions dealt with in this paper are all dependent on the presence of a host expression; as such they will be analysed as Subsidiary Discourse Acts. Expressions such as interjections or vocatives can, however, also be used independently (as a free-standing or equipollent Discourse Act); a discussion of these uses is, however, beyond the scope of this paper.

⁸ The Corpus of Contemporary American English. <http://corpus.byu.edu/coca/>. Accessed 2020.

- b. My brother? I promise not to betray him. (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 55)
- c. Well, somebody has to do that work, Steve. (COCA, spoken)⁹

Illocutions can, however, also take a lexical head, as in the case of performative verbs, interjections and social formulas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 69-78); in those cases, the lexeme (or rather the Lexical Deed it heads) is regarded as the direct expression of the illocutionary force of the Discourse Act (see below). Whenever these expressions are used in combination with a Nuclear Discourse Act, as in (20), they will be given the interpersonal status of Subsidiary Discourse Acts, which in turn triggers their realization as ECCs.

- (20) a. It sounds like you have either Classic mail (*yuck*), or the new Beta Mail (*double yuck*) (COCA, web)
- b. I totally respect the work that you had to put in to do that, and I think that you have a beautiful, gorgeous voice, so *congratulations*. (COCA, TV)

In addition, however, we would like to argue that many elements that have so far been analysed as modifiers can also plausibly be regarded as Subsidiary Discourse Acts, as, for instance, in the following examples, where interpersonal *frankly* and *I hear*, as well as representational *quickly* and *very, very slowly* behave as separate communicative units, with their own illocutionary force (KEIZER, 2018; 2020a; 2020b):

- (21) a. And I hope this works out for him, *frankly*. (COCA, spoken)
- b. You come from a big family, *I hear*. (COCA, movie)
- (22) a. *Quickly*, you have to help my husband. (COCA, TV)
- b. And so, unlike my siblings, who were racing through books, I read slowly - *very, very slowly*. (COCA, spoken)

Finally, we would like to extend our analysis to also include elements that, when functioning as grammatical operators or rhetorical-function markers, are (syntactically and prosodically) integrated in the Clause; these, too, can be used to make their own separate contribution to the discourse, in which case they will be realized as ECCs. Cases in point are *so*, *now* and *well* (the latter only in its mitigating use):

- (23) a. We still have something. *Now*, let's build from here. (COCA, newspaper)

⁹ Unlike in these examples, ECCs serving as comments tend to have the same Illocution as the Nuclear Discourse Act. Still, even in such cases, this is not a strict requirement, as combinations of different Illocutions do occur – e.g. *Though such a move would make Dish exactly zero dollars, it will (hopefully?) stanch the number of viewers who decide to jump ship for a different cable provider* (COCA, magazine).

b. As for romance, *well*, over-achievers usually don't have room for that (COCA, web)

It is not difficult to see that an analysis of ECCs as Subsidiary Discourse Acts can account for all the functional and formal properties of ECCs provided in the literature. As for their function, the ECCs in (19)-(23) clearly perform one (or more) of the typical functions of ECCs identified by Dik (1997b) and Kaltenböck *et al.* (2011) (see Section 2.1.2 above).

Moreover, as separate Discourse Acts, these expressions cannot, at the Representational Level, be part of the Propositional Content(s) corresponding to the Nuclear Discourse Act; they are therefore, by definition, non-truth-conditional (non-restrictive) with regard to the proposition(s) expressed in the Nuclear Discourse Act. As we have seen, this explains some of the syntactic properties typically associated with ECCs, such as the fact that they cannot be clefted or questioned, and fall outside the scope of (predication) pronominalization, negation and ellipsis (see Section 2.1). The same is true for other syntactic properties, such as their failure to trigger *consecutio temporum* (which requires an element to be part of the SoA or Episode), the fact that they cannot function as arguments (which requires an element to be part of the Configurational Property), and, of course, the fact that they are (semantically as well as syntactically) optional.

As far as the purely syntactic criteria are concerned, one important consequence of the analysis of ECCs as separate Discourse Acts is that their linear placement is not subject to the usual placement rules for clausal constituents. This accounts for the fact that they (generally speaking) have a higher degree of positional mobility, as evidenced by the fact that they can occur in linear positions which – had they been part of the clausal template – would not have been available (see Section 1.3.2, example (15)). This also explains why they can interrupt the complement of any verb, even if this complement corresponds to a low layer (see also KEIZER, 2018; 2020b). In (24), for instance, the verb *continue* takes a Configurational Property as its complement (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 263-265); as such it cannot contain the illocutionary adverb *frankly* (which modifies a higher, interpersonal layer). However, as soon as this adverb functions as a separate Discourse Act, it will occur in an extra-clausal position, which is available irrespective of the kind of complement involved.¹⁰

(24) And then the leisure elements in Charlotte continue to, *frankly*, outperform many other markets ... (Internet, Charlotte Business Journal)

The fact that Subsidiary Discourse Acts are not sensitive to the hierarchically defined placement rules for clausal elements is a crucial feature of all types of ECCs. Other syntactic criteria, however, are only relevant to specific types of ECC, e.g. the impossibility to leave out (non-subject) relative pronouns (which only applies to relative clauses) or the fact that ECCs do not trigger subject-verb

¹⁰ Note that, if syntactically and prosodically integrated, *frankly* in this position can only be interpreted as a manner adverb, an interpretation that is highly unlikely in (24).

inversion in V2 languages (which is only relevant to elements that can conceivably go to the clause-initial position).

Finally, an analysis of ECCs as separate Discourse Acts also explains why they are typically prosodically non-integrated. Discourse Acts, we have seen, have their own illocutionary force, which is often expressed prosodically; this leads to a default relation between Discourse Acts at the Interpersonal Level and Intonational Phrases at the Phonological Level (see HANNAY; KROON, 2005; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 432). This default relation may, of course, be overridden in both directions. Thus, not all separate IPs correspond to separate Discourse Acts (IP status can, for instance, also be triggered by pragmatic factors, like the presence of emphasis, or by syntactic factors such as weight/complexity), while Discourse Acts need not always correspond to full IPs (as in the case of syntactically light elements, especially in rapid speech, and deaccented expressions).¹¹ Having said that, there are many cases in which speakers have to rely on prosodic non-integration for the coding of extra-clausal status. For instance, if one were to judge from linear order only, the adverbial *very slowly* in (25) could in principle also be in a clause-internal position (P^F): it is only the prosodic realization of the adverbial that clearly indicates that this constituent is an extra-clausal one:

(25) “Let us retreat, *very slowly*,” said Spar. (COCA, fiction)

2.2.2. ECCs as Subsidiary Discourse Acts: analysis

If, as we suggest, extra-clausal status at the Morphosyntactic Level is triggered by the Subsidiary Discourse Act status of the corresponding unit at the Interpersonal Level, this raises the question of what the internal structure of these Discourse Acts looks like. In some cases, their representation is quite straightforward. Thus, for ECCs with a lexically specified Illocution, such as performatives, interjections and social formulas, we can simply adopt the analysis proposed by Hengeveld and Mackenzie (2008), the difference being that, when used as Subsidiary Discourse Acts, these elements need to be assigned a rhetorical function. In the case of the interactive expression *so congratulations* in (20b), this would lead to the following representation (where the Subsidiary Discourse Act is regarded as elaborating the Nuclear Discourse Act):

(26) (A_I: [(F_I: (D_I: congratulations (D_I)) (F_I)) (P_I)_S (P_J)_A] (A_I))_{Elaboration}

Similarly unproblematic is the analysis of ECCs with representational content, such as Orientations or Asides, which can simply be represented as Discourse Acts with an abstract Illocution and

¹¹ Such exceptions have been described in detail in studies on the relation between syntax and prosody (e.g. CRYSTAL, 1969; BOLINGER, 1989; CRUTTENDEN, 1997; GUSSENHOVEN, 2004; DEHÉ, 2007, 2014).

a Communicated Content consisting of at least one Subact. Thus, the Subsidiary Discourse Act *My brother?* in (19b) will be analysed as follows:

(27) (A_i: [(F_i: INTER (F_i)) (P_s)_I (P_A)_J (C_i: (R_i: [...] (R_i)) (C_i))] (A_i))_{Orientation}

A little more challenging are those ECCs which contain interpersonal lexical information which is not expressed in the form of a Subact of Ascription. This concerns many elements that have so far always been analysed as modifiers of a particular interpersonal layer, such as *finally* (at the layer of the Move or the Discourse Act), *frankly* (at the layer of the Illocution) or *unfortunately* (at the layer of the Communicated Content). A representation of the modifier *unfortunately* was given in (3), repeated here in somewhat simplified form):

(28) a. They *unfortunately* resigned yesterday.

b. (A_i: [(F_i: DECL (F_i)) (P₁)_S (P₁)_A (C_i: [...] (C_i): (D_i: unfortunately (D_i)) (C_i))] (A_i))

However, when these elements function as Subsidiary Discourse Act, they do not modify any interpersonal layer – they will, of course, be interpreted as commenting on a particular part of the Nuclear Discourse Act, but the element itself is not explicitly linked to any particular layer within the Nuclear Discourse Act. Since the lexical content is identical in both cases, we propose that these elements be again analysed as Lexical Deeds, but now heading the Communicated Content contained in the Subsidiary Discourse Act. For the adverb *unfortunately* in (29a), this would lead to the representation in (29b):

(29) a. *Unfortunately*, we have not learned from their experience.

b. (A_i: [(F_i: DECL (F_i)) (P₁)_S (P₁)_A (C_i: (D_i: unfortunately (D_i)) (C_i))] (A_i))_{Comment}

Such an analysis has a number of advantages. First of all, it allows us to distinguish clearly between two different uses of the same element: as interpersonal modifiers (realized as intra-clausal elements) and as Subsidiary Discourse Acts (realized as ECCs). Secondly, since the element in question is not explicitly linked to a particular layer, this kind of analysis can be used for all interpersonal adverbs/adverbials, irrespective of the layer they belong to as modifiers. Finally, these elements differ from interpersonal dummies like *bladibla*, which are also analysed as heads of the Communicated Content (HENGEVELD; KEIZER, 2011, p. 1973), but which are not analysed as Lexical Deeds (GIOMI, 2020, p. 348).

This leaves us with elements such as *so*, *now* and *well*, which in their prosodically integrated form express operators or functions at the Interpersonal Level. When these elements are used as ECCs, such an analysis is clearly not available: firstly, because, if they express a Discourse Act by themselves, they cannot specify a layer within the Nuclear Discourse Act, and, secondly, because every Discourse Act has to contain some lexical information. Therefore, when used as ECCs, these

elements must be analysed as lexemes. Given that, unlike interpersonal adverbs, they do not comment on another Discourse Act, we propose that these lexemes be represented not as lexical heads of the Communicated Content, but rather, in analogy with performatives, interjections and social formulas, as lexical heads of the Illocution. This would lead to the following representation for the element *now* in (23a), where the rhetorical function Connection captures the fact that *now* in this use establishes a link between the previous discourse and the following (Nuclear) Discourse Act:

(30) (A_i: [(F_i: (D_i: now (D_i)) (F_i)) (P_i)_S (P_i)_A] (A_i)_{Connection})

In this section we have emphasized that one crucial feature of ECCs is that they are not sensitive to the hierarchically inspired placement rules for clausal elements. This leaves us with the question of what determines the – by no means random – placement of ECCs at the layer of the Linguistic Expression and the kind of placement rules needed to account for these positional preferences. This question will be addressed in the next section.

3. The placement of extra-clausal constituents

Although systematic accounts of the placement of ECCs, vis-à-vis their hosts or each other, seem to be lacking so far, a number of determining factors have been mentioned in the literature (e.g. DIK, 1997a; 1997; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; HANNAY; GÓMEZ GONZÁLEZ, 2012; KEIZER, 2020a). As mentioned in Section 1.3.2, one important factor for the placement of ECCs is the rhetorical function of the Subsidiary Discourse Act (e.g. DIK, 1997b, p. 388, 403; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 55, 56). Thus, as shown in examples (11)-(12), ECCs with the function Orientation will take a pre-clausal position, while Corrections and Clarifications tend to follow the host. In other cases, however, the main clause and the ECC may occur in either order, their linear position reflecting the order of the corresponding Discourse Acts within the Move (as in the case of Motivations, which may either precede or follow the Nuclear Act; see HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 54).

Another important factor is that of “targeting” (see e.g. HUDDLESTON *et al.*, 2002, p. 1351; POTTS, 2005, p. 104; BLAKEMORE, 2006, p. 1685). Thus, in accordance with the principle of domain integrity (DIK, 1997b, p. 402; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 285), many ECCs are adjacent to the clausal constituent to which they are functionally related, as is typically the case, for instance, with appositional NPs and relative clauses.

In addition, the placement of an ECC may be the result of the informational status of the elements involved, in the sense that ECCs may be used to separate topic from comment, or to indicate emphasis or contrast. An example is given in (31), where the ECC *I believe* serves to emphasize the information that follows:

(31) But, but, but it does not ever apply to rich people, such as Donald Trump, who got, I believe, \$14 million from his father. (COCA, spoken)

Furthermore, ECCs may function to enhance discourse coherence, as in those cases where a non-restrictive relative clause is used, not so much to provide background information (as for instance in (13) above), but rather to move the discourse forward, by providing new, salient information (e.g. HANNAY; MACKENZIE, 1996, p. 112-113). An example is given in (32), where the non-restrictive relative clause in final position not only provides additional information about the *thousands of ostensibly Palestinian protesters* referred to in the main clause, but in addition provides the link between the previous clause and the following one, thus lending coherence to the passage:

(32) While struggling to remain in power, the Assad regime in Syria sought to divert public anger against it by busing thousands of ostensibly Palestinian protesters to the Israeli border, *who then proceeded to try to cross into the Jewish state*. Jerusalem will find it necessary to station larger forces along its frontiers to defend against an array of security threats arising from the turmoil in neighboring states (COCA, academic)

This particular example also shows that several factors may be at work at the same time, and may be in competition. Thus, although targeting is a strong factor in the placement of certain ECCs, it can be overridden by the need to indicate discourse coherence. In other cases, targeting may be overridden by such production factors as incrementality and self-monitoring. An example is given (33), where we find a Correction in post-clausal rather than interpolated position (cf. (37) below for a comparable example of non-adjacent Clarification):

(33) At one point, 20 percent of *our roads* were impacted, *our state highways*, *that is*. (COCA, spoken)

The same (combinations of) factors are at work when more than one ECC occurs in the same extra-clausal field. In (34), the Orientation *My daughter* takes the leftmost position, followed by the Labelling Discourse Act *Leila* and the Descriptive Discourse Act *who is eighteen*. The order of the three pre-clausal ECCs is clearly dictated by the respective rhetorical functions: reversing the order of the proper name and the relative clause, for instance, would not be possible, while if *Leila* occurred before *my daughter* the former would be interpreted as an Orientation and the latter as either a Label or a Specification:¹²

¹² On the rhetorical functions 'Labelling', 'Specification' and 'Description' see Hannay and Keizer (2005).

(34) *My daughter, Leila, who is eighteen, she came home all excited.* (COCA, spoken)

When more than one Discourse Act with the same rhetorical function co-occurs in the same field, different factors must of course be invoked to explain the relative order of the various ECCs. In (35), for instance, the crucial factor determining the placement of the two interpolated ECCs is again the principle of domain integrity (the two consecutive, elaborating non-restrictive relative clauses are adjacent to their respective targets):

(35) *Claire, who is the youngest competitor in the club single by two years, got into the over-subscribed event through a lottery system, which irked her big sister, who had to sweat it out on the waiting list.* (COCA web)

In (36), from Chinese, each of the three Orientational Discourse Acts progressively narrows down the macrotopic of the discourse. According to Paul and Whitman (2017, p. 12) “[d]isrupting the superset > subset ordering [...] leads to unacceptability”. The reason for the ordering of the three Orientations must thus be sought in the long-term extralinguistic knowledge associated with the referents introduced in each Discourse Act, namely the arrangement of those referents along the generic/specific axis:

(36) *Zhōngguó, dà chéngshì, Shànghai, jiāotōng bǐjiào luàn.*
 China big city Shanghai traffic relatively chaotic
 “As for China, as for big towns, Shanghai, the traffic is rather chaotic.”

In other cases, however, the order of Discourse Acts with the same rhetorical function is much freer. In (37), from French (TESNIÈRE, 1976, p. 175), all three post-clausal NPs function as Clarificational Discourse Acts:

(37) *Il la lui a donné, à Jean, son père, sa moto.*
 he it to-him has given to Jean his father his motorbike
 “He gave it to him, to Jean, his father, his motorbike.”

Unlike the pronominal arguments expressed in the Nuclear Discourse Act, the three ECCs could in principle surface in any order. This indicates that their relative positions can only be explained with reference to matters of incremental language processing, which in turn is likely to be influenced by the information contained in the Contextual Component.

Summing up, the factors relevant to the placement of ECCs within the Linguistic Expression are partly grammatical in nature (rhetorical function, information structure) and partly related to context, conceptualization or language processing (e.g. targeting/domain integrity, incrementality,

complexity). Although Hengeveld and Mackenzie are certainly right in arguing that interpersonal adverbials like *honestly* in (10) are more likely to be realized as ECCs than adverbials with representational meaning, we have argued that ECCs never express modifiers, operators or functions but always correspond to separate (Subsidiary) Discourse Acts: as such, ECCs are never part of the Nuclear Discourse Act, and therefore their position within the Linguistic Expression cannot be determined by differences in interpersonal or representational functional scope.

An important corollary of this conclusion is that the distinction between absolute and relative positions would not seem to apply to the layer of Linguistic Expressions. The reason for drawing this distinction at the layer of the Clause (and lower layers) is, in fact, precisely the fact that the order in which constituents expressing non-core elements of the Formulation levels are assigned a position at the Morphosyntactic Level is assumed to be determined by the interpersonal or representational layer to which these elements belong (see Section 1.3.1). As Hengeveld (2013, p. 15), puts it, “the place occupied by hierarchically higher constituents is crucial in deciding what the absolute positions relevant for a language are”: so, if hierarchically-driven placement is irrelevant to the extra-clausal syntax, this entails that it is not possible to identify any absolute (or relative) position at the layer of Linguistic Expressions. We therefore suggest that the mechanism that governs the creation and assignment of extra-clausal positions is not one of expansion (of absolute positions by means of relative ones) but rather one whereby each extra-clausal position can be repeated indefinitely in accordance with the speaker’s communicative needs. That is, whenever a Move contains more than one Subsidiary Discourse Act, the Encoder will successively create as many slots within each extra-clausal field as are needed to host all the ECCs assigned to that field. Accordingly, rather than distinguishing between, say, an absolute position P^{Pre} and one or more relative positions P^{Pre+n} , in sequences of more than one ECC we will simply identify each slot in the relevant extra-clausal field with a separate Arabic number. For instance, the place taken by the various Clauses and Phrases in (34) and (37) will be as indicated in (38)-(39):

p^{Pre1} p^{Pre2} p^{Pre3} p^{Centre}

(38) My daughter, Leila, who is eighteen, she came home all excited.

p^{Centre} p^{Post1} p^{Post2} p^{Post3}

(39) Il la lui a donné, à Jean, son père, sa moto.

The important advantage of the notational convention introduced in (38)-(39) is that it straightforwardly reflects the differences in both the nature of clausal and extra-clausal positions and the mechanisms governing the placement of constituents in these positions.

4. Conclusions

In this paper, we have proposed a first outline of an encompassing FDG account of ECCs. The main claims put forth are as follows:

- At the Interpersonal Level, all ECCs are analysed as Subsidiary Discourse Acts, that is, as separate units of communicative behaviour that depend for their interpretation on a discursive relation with an independent (Nuclear) Discourse Act. These relations are expressed by a restricted set of rhetorical functions (Orientation, Clarification, etc.), which can be assigned to the Subsidiary Discourse Act.
- At the Representational Level, ECCs may take several forms, but the common feature of all these expressions is that they are never restrictive/truth-conditional. This follows from the fact that, as separate Discourse Acts, they are never part of the Propositional Content(s) corresponding to the Nuclear Discourse Act.
- As the very term “extra-clausal constituent” indicates, ECCs are characterized by the fact that, at the Morphosyntactic Level, they are always external to the Clause (or other morphosyntactic unit) corresponding to the Nuclear Discourse Act. Various theory-independent syntactic tests can be applied as diagnostics for extra-clausal status, most of which are syntactic reflexes of semantic or pragmatic properties. Other, purely syntactic tests also prove to be useful, but with the proviso that, not being functionally motivated, these only apply to specific syntactic types of ECCs and/or in specific languages.

From a theory-internal FDG perspective, strong evidence for the extra-clausal status of an element is provided by the fact that the position of such elements can often not be accounted for by the hierarchically-driven placement rules that govern the linear order of constituents at the lower layers of the Morphosyntactic Level. Instead, we have proposed that the placement rules relevant for the placement of ECCs at the layer of Linguistic Expression are not informed by matters of interpersonal or representational hierarchy, but by a variety of (sometimes conflicting) grammatical and extra-grammatical factors. Given the irrelevance of interpersonal and semantic hierarchy for the placement of constituents within the Linguistic Expression, we have suggested that the distinction between absolute and relative positions does not apply to this layer; accordingly, the mechanism responsible for the placement of multiple ECCs in one and the same extra-clausal field is not one of expansion but one of repetition.

- At the Phonological Level, ECCs are by default analysed as separate Intonational Phrases (even if, for shorter elements, this will not always be reflected in phonetic

realization), which is explained as a direct consequence of their Discourse Act status at the Interpersonal Level.

Despite the obvious advantages of the analysis of ECCs proposed in this paper, we realize that it is, indeed, only a first outline, and that more research will be needed to justify the approach taken, especially as regards the syntax and prosody of ECCs. We do hope, however, that the hypotheses put forth in this paper will stimulate further research on this topic in the context of a discourse-functional approach to the structure of grammar.

REFERENCES

- BLAKEMORE D. Divisions of labour: the analysis of parentheticals. *Lingua*, v. 116, p. 1670-1687, 2006.
- BOLINGER, D. *Intonation and its uses*. London: Arnold, 1989. 484p.
- BUTLER C. S. *Structure and function: a guide to three major structural-functional theories, part 1: approaches to the simplex clause*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. 573p. DOI: 10.1075/slcs.63.
- CRUTTENDEN, A. *Intonation*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 218p. DOI: 10.1017/CBO9781139166973.
- CRYSTAL, D. *Prosodic systems and intonation in English*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. 396p.
- DEGAND, L.; EVERS-VERMEUL, J. Grammaticalization or pragmaticalization of discourse markers? More than a terminological issue. *Journal of Historical Pragmatics*, v. 16, n.1, p. 59-85, 2015. DOI: 10.1075/jhp.16.1.03deg.
- DEHÉ, N. The relation between syntactic and prosodic parenthesis. In: DEHÉ, N.; KAVALOVA, Y. (Ed.). *Parentheticals*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 261-284. DOI: 10.1075/la.106.15deh.
- DEHÉ, N. *Parentheticals in spoken English: the syntax-prosody relation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. 261p. DOI: 10.1017/CBO9781139032391.
- DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar, part 1: the structure of the clause*. 2. ed. Berlin and New York: De Gruyter Mouton, 1997a. 509p. DOI: 10.1515/9783110218367.
- DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar, part 2: complex and derived constructions*. Berlin and New York: De Gruyter Mouton, 1997b. 477p. DOI: 10.1515/9783110218374.
- ESPINAL, T. The representation of disjunct constituents. *Language*, v. 67, n. 4, p. 726-762, 1991. DOI: 10.2307/415075.
- FRASER, B. Pragmatic markers. *Pragmatics*, v. 6, p. 167-190, 1996. DOI: 10.1075/prag.6.2.03fra.
- GIOMI, R. *Shifting structures, contexts and meanings: a Functional Discourse Grammar account of grammaticalization*. 2020. 598f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

GUSSENHOVEN, C. *The phonology of tone and intonation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 380p. DOI: 10.1017/CBO9780511616983.

HAEGEMAN, L. Parenthetical adverbials: the radical orphanage approach. In: CHIBA, S.; OGAWA, A.; FUJIWARA, Y.; YAMADA, N.; KOMA, O.; YAGI, T. (Ed.). *Aspects of modern English linguistics: papers presented to Masatomo Ukaji on his 60th Birthday*. Tokyo: Kaitakusya, 1991. p. 232-254.

HANNAY, M.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. d. I. A. Thematic parentheticals in Dutch and English. *Linguistics and the Human Sciences*, v. 6, n. 1-3, p. 99-127, 2012. DOI: 10.1558/lhs.v6i1-3.99.

HANNAY, M.; KROON, C. Acts and the relationship between discourse and grammar. *Functions of Language*, v. 12, n. 1, p. 87-124, 2005. DOI: 10.1075/fol.12.1.05han.

HANNAY, M.; MACKENZIE, J. L. *Effective writing in English: a resource guide*. Groningen: Martinus Nijhoff, 1996. 385p.

HANNAY, M.; KEIZER, E. A discourse treatment of English non-restrictive nominal appositions in Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ GONZÁLEZ, M. d. I. A. (Ed.). *Studies in Functional Discourse Grammar*. Bern: Peter Lang, 2005. p. 159-194.

HASELOW, A. A processual view on grammar: macrogrammar and the final field in spoken syntax. *Language Sciences*, v. 54, p. 77-101, 2016. DOI: 10.1016/j.langsci.2015.12.001.

HEINE, B.; KALTENBÖCK, G.; KUTEVA, T.; LONG, H. An outline of Discourse Grammar. In: BISCHOFF, S.; JANY, C. (Ed.). *Functional approaches to language*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2013. p. 155-206. DOI: 10.1515/9783110285321.155.

HENGEVELD, K. A new approach to clausal constituent order. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (Ed.). *Casebook in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2013. p. 15-38. DOI: 10.1075/slcs.137.02hen.

HENGEVELD, K.; KEIZER, E. Non-straightforward communication. *Journal of Pragmatics*, v. 43, n. 7, p. 1962-1976, 2011. DOI: 10.1016/j.pragma.2011.01.001.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008. 528p. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199278107.001.0001.

HUDDLESTON, R.; PAYNE, J.; PETERSON, P. Coordination and supplementation. In: HUDDLESTON, R.; PULLUM, G. K. (Ed.). *The Cambridge grammar of the English language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 1273-1362. DOI: 10.1017/9781316423530.016.

KALTENBÖCK, G. Spoken parenthetical clauses in English: a taxonomy. In: DEHÉ, N.; KAVALOVA, Y. (Ed.). *Parentheticals*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 25-52. DOI: 10.1075/la.106.05kal.

KALTENBÖCK, G.; HEINE, B.; KUTEVA, T. On Thetical Grammar. *Studies in Language*, v. 35, n. 4, p. 848-893, 2011. DOI: 10.1075/sl.35.4.03kal.

KEIZER, E. *A Functional Discourse Grammar for English*. Oxford: Oxford University Press, 2015. 360p.

KEIZER, E. Interpersonal adverbs in FDG: the case of frankly. In: KEIZER, E.; OLBERTZ, H. (Ed.). *Recent developments in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2018. p. 48-88. DOI: 10.1075/slcs.205.03kei.

KEIZER, E. The placement of extra-clausal constituents in Functional Discourse Grammar. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, La Laguna, v. 80, p. 89-121, 2020a. DOI: 10.25145/j.recaesin.2020.80.06.

KEIZER, E. The semantics, syntax and prosody of adverbs in English: an FDG perspective. In: KALTENBÖCK, G.; HASELOW, A. (Ed.). *Grammar and cognition: dualistic models of language structure and language processing*. Amsterdam: John Benjamins, 2020b, p. 191-231. DOI: <https://doi.org/10.1075/hcp.70.06kei>.

KROON, C. *Discourse particles in Latin*. Amsterdam: Gieben, 1995. 412p. DOI: 10.1163/9789004408999.

PAUL, W.; WHITMAN, J. Topic prominence. In: EVERAERT, M.; VAN RIEMSDIJK, H. C. (Ed.). *The Wiley Blackwell companion to syntax*, volume 8. Oxford: Wiley-Blackwell, 2017. p. 4473-4504. Available at: <https://ling.auf.net/lingbuzz/002399>. Accessed on: 02 October 2020.

POTTS, C. *The logic of conventional implicatures*. Oxford: Oxford University Press, 2005. 259p. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199273829.001.0001.

PULLUM, G. K.; HUDDLESTON, R. Adjectives and adverbs. In: HUDDLESTON, R.; PULLUM, G. K. (Ed.). *The Cambridge grammar of the English language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 525-595. DOI: 10.1017/9781316423530.0072002.

QUIRK, R.; GREENBAUM, S.; LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A comprehensive grammar of the English language*. London: Longman, 1985. 1779p.

TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 2. ed. Paris: Klincksieck, 1976. 674p.

ENSAIO TEÓRICO

Orações adverbiais de modo introduzidas por “sem”/“sem que”: um olhar na tradição gramatical e outro nos usos



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Andre Vinicius Lopes Coneglian (UFMG)
- Maria Helena de Moura Neves (UNESP)
- Lachlan Mackenzie (VUA)

AVALIADO POR

- Beatriz Decat (UFMG)
- Sanderléia Longhin (UNESP)

SOBRE OS AUTORES

- Marta Anaísa Bezerra Ramos
Curadoria de dados, Investigação, Escrita – análise e rascunho original.
- Camilo Rosa Silva
Conceptualização, Análise formal, Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 24/08/2020
- Aceito: 17/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Ramos, M. A. B.; Silva, C. R. (2020). Orações adverbiais de modo introduzidas por “sem”/“sem que”: um olhar na tradição gramatical e outro nos usos. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 186-210, 2020.

Marta Anaísa Bezerra RAMOS

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Camilo Rosa SILVA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

RESUMO

Neste artigo, abordamos a recategorização da preposição “sem”, que se configura como conjunção seja quando integra a perífrase “sem que”, seja na estrutura “sem + verbo no infinitivo”, introduzindo orações adverbiais. Damos destaque à flutuação semântico-discursiva experimentada por essa forma gramatical, defendendo que, embora o referido item integre o rol das preposições medianamente gramaticalizadas, é suscetível à mudança, exibindo matizes semânticos diversos. Tomando como suporte a Teoria Funcionalista (Halliday, 1985; Hopper e Traugott, 1993; Neves, 2002; Castilho, 2010), inventariamos os matizes semânticos nas estruturas oracionais presentes em artigos de opinião, editoriais e entrevistas de periódicos semanais que compõem o *corpus* investigado. Da análise dos dados, revelaram-se muito frequentes as estruturas a que conferimos o valor modal, levando-nos a defender que esse matiz constitui um domínio particular e não um domínio amplo, que seria diluído nas relações semânticas de comparação, conformidade ou concessão, prática passível de revisão na abordagem das gramáticas consideradas tradicionais.

ABSTRACT

In this paper, we approach the recategorization of the preposition “sem”, which is configured as a conjunction, either when integrating the periphrasis “sem que”, or in the structure “sem” + verb in the infinitive, introducing adverbial clauses. We highlight the semantic-discursive fluctuation experienced by this grammatical form, advocating that, although the referred item integrates the roster of medianly grammaticalized prepositions, it is susceptible to change, exhibiting diversified semantic nuances. Taking as basis the Functionalist Theory, we inventory the semantic nuances in the clause structures present in opinion articles, editorials and interviews of weekly journals that compose the investigated *corpus*. From the analysis of the data, the structures to which we confer the modal value were revealed very frequent, leading us to defend that these nuances constitute a particular domain and not a broad domain, which would be diluted in the semantic relations of comparison, compliance or concession, a practice that should be reviewed by traditional grammar.

PALAVRAS-CHAVE

Recategorização semântica. Preposição. Conjunção. Relação de modo.

KEYWORDS

Semantic recategorization. Preposition. Conjunction. Manner relation.

Introdução

Este artigo explora a variação funcional patente nos usos dos itens gramaticais “sem” e “sem que”, considerando a flutuação categorial que permite ao “sem” transitar da classe de preposição à de conjunção. Coligada a essa variabilidade, emerge a produtividade de orações hipotáticas adverbiais modais, tipologia, em geral, negligenciada pela tradição dos estudos gramaticais¹, cuja classificação, a nosso ver, carece de atualização.

Trata-se, assim, de um estudo de base teórica funcionalista, o que nos instiga a iniciar alçando uma concepção de gramática fundada em pressupostos que assumem sua relação com o discurso como também com a cognição. Alguns conceitos básicos, segundo Neves (2002, p. 176), são cruciais para a caracterização de uma gramática pautada nos usos: “a) o caráter não-discreto das categorias

¹Vale ressaltar, de antemão, que alguns gramáticos, a exemplo de Luft (1989) e Kury (1991), manifestam entendimento nessa direção.

gramaticais; b) a fluidez semântica, com valorização do papel do contexto; c) a gradualidade das mudanças e coexistência de etapas”.

Apontamos esses pilares como âncora do presente estudo, na medida em que abordamos a re-categorização sintático-semântica do item gramatical “sem”. O item é visto como preposição, que já atua como transpositor no nível suboracional, por habilitar um sintagma nominal a desempenhar uma outra função (sintagma adjetival ou adverbial) e que passa a atuar em um plano superior, ao transpor sintagma adverbial de base nominal para o nível oracional. Isso significa que ele ocupa um ponto não-discreto, no intermédio preposição/conjunção. Entendemos que, seja a estrutura “sem + [Sn/SAdv.] + verbo no infinitivo”, seja “sem que + verbo no subjuntivo”, em cada uma, tomado como uma unidade, o “sem” constitui uma marca conjuncional² atuante no âmbito das orações adverbiais.

A observação do comportamento funcional do “sem (que)”, nos moldes sinalizados, nos anima a ampliar o escopo da análise, fazendo-nos interessar pelas orações introduzidas por esse item. Na esfera semântica, é corrente a prática de categorizar as orações subordinadas adverbiais conforme o tipo de circunstância sinalizado pelo primeiro elemento – advérbio ou preposição – que integra a locução conjuntiva³. A tradição gramatical limita-se a atribuir a essas marcas os valores de condição e concessão, com prevalência do primeiro. Porém, quando da observação de uma amostra de textos jornalísticos, de caráter argumentativo, evidenciamos, dentre outros matizes semânticos, a expressão do valor modal⁴, aspecto ignorado por grande parte dos “gramáticos tradicionais”, o que provavelmente se deve à tendência de as explicações centrarem-se nos exemplos prototípicos de perspectiva normativa.

Essa percepção nos estimulou a tentar demonstrar que a circunstância de modo não se trata de um domínio amplo, virtualmente diluído nas relações semânticas de comparação, conformidade ou concessão, prática corrente na abordagem das gramáticas. Esse é o objetivo básico do presente artigo, levando em conta estruturas adverbiais introduzidas por “sem + infinitivo”/“sem + que”.

Sabemos que se, por um lado, a renovação no quadro das conjunções se dá pelo deslocamento de itens de uma classe para outra, evidenciando alteração sob o aspecto formal, por outro, a mudança também se revela na esfera da significação, dado o valor polissêmico de uma mesma forma linguística, em contextos diferentes, o que tem motivado muitas investigações, sendo as transferências explicadas como projeções ora de natureza cognitiva ora pragmática. Logo, cabe-nos ressaltar

² Na verdade, admite-se que a preposição é um transpositor; mas que, ao contrário da conjunção, atua no nível suboracional. Somando-se a isso o fato de o infinitivo não ser considerado um verbo propriamente dito, mas uma forma verbinominal, tem-se outro argumento favorável à ideia de que a preposição não antecede oração, mantendo-se o postulado de que o *sem* é sempre preposição. Mas, tal como Azeredo (2000), entendemos que essas formas se assemelham às formas verbais plenas quanto à possibilidade de apresentarem sujeito e objeto, distinguindo-se, porém, destas últimas, por serem inflexíveis quanto à expressão de tempo e modo.

³ Esse procedimento, ainda que válido, não é suficiente para uma categorização dessas orações, pois uma única forma linguística pode acionar vários sentidos, viabilizando diferentes interpretações.

⁴ As gramáticas pedagógicas só reconhecem o valor modal nas orações gerundiais, embora contemplem tal circunstância na relação dos adjuntos adverbiais. Bechara (1999) faz a ressalva de que alguns gramáticos não incluem esse matiz semântico no rol das adverbiais em virtude de a Nomenclatura Gramatical Brasileira excluir tal noção quando da abordagem das relações semânticas adverbiais.

que, no decorrer da presente discussão, explicitaremos o percurso de gramaticalização das marcas aqui focalizadas, tendo por base os critérios indicados pela vertente do chamado Funcionalismo Norte-americano, mas também resgataremos noções afeitas do funcionalismo europeu.

Para sistematizar a exposição, organizamos o texto de modo a, inicialmente, apresentarmos esclarecimentos sobre como ocorre o trânsito das palavras entre as classes gramaticais; na sequência, tecemos considerações gerais sobre a gramaticalização de itens conjuncionais e/ou como se articulam os enunciados, até chegarmos à análise semântica das formas gramaticais em apreciação, contemplando e requerendo o valor modal de orações adverbiais presentes no *corpus*.

1. Gramática em emergência: classificação rígida ou maleável?

1.1 As conjunções e as relações inter-oracionais

É sabido que o sistema linguístico está em constante (re)organização, exibindo formas/estruturas fixas e outras fluidas – as primeiras já estabilizadas no sistema, as últimas podendo vir a se acomodar à gramática. Uma vez adaptadas, novo ciclo se inicia, dada a capacidade que tem a língua de se renovar a cada situação de interação. Nesse processo de mudança, podem-se demarcar três linhas conceituais quanto ao processo de gramaticalização, conforme o foco de observação seja o *léxico*, o *discurso* ou o *sentido*⁵ – no primeiro caso, observa-se se a mudança de estatuto de uma forma linguística resulta da passagem do léxico para a gramática; no segundo, se ocorre a passagem de um item já gramatical para um uso ainda mais gramatical⁶, no terceiro, levando em consideração aspectos da cognição, avaliam-se as mudanças de sentido, partindo do princípio de que na migração do papel lexical para o gramatical ocorre um enfraquecimento semântico.

O que rege a segunda linha de investigação é o princípio defendido por Givón (1979) de que o discurso, ou o modo pragmático, interfere na gramática, ou seja, no domínio da sintaxe, favorecendo o surgimento de novas estruturas gramaticais, razão de, em 1979, esse autor ter ampliado o mote precedente “*A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem*”, para “*A sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem*”. A gramaticalização, nesse caso, é definida em sentido *lato*, considerando-se as motivações externas atuantes na criação de novas formas que vão moldando a língua.

⁵ Não descartamos as abordagens que abrigam a compreensão de que o ponto de partida pode ser mais lexical ou menos lexical (cf. Hopper; Traugott, 1993). No entanto, remetemo-nos a essas especificidades teóricas que rastreiam o foco de observação como recurso metodológico, o que pode auxiliar na tentativa de uma descrição mais detalhada do processo.

⁶ Martelotta (2003, p. 60-63), analisando o fenômeno da mudança linguística, cita vários itens adverbiais que passam a ocupar lugar de conjunção. Como ilustração, cita o uso do vocábulo “mal”, tipicamente classificado como advérbio de modo, mas que, no enunciado “Mal saiu de casa, começou a chover”, assume papel de conjunção com sentido temporal.

A concepção de gramaticalização com a qual lidamos envolve as alterações tanto no estatuto categorial dos itens linguísticos quanto nas funções semânticas, dadas as extensões de sentido decorrentes de associação de ideias (via metáfora ou metonímia). No que concerne à classe das conjunções, não é novidade que esta seja uma classe heterogênea, pois é comum os gramáticos diferenciarem conjunções propriamente ditas de expressões, algumas das quais responsáveis por enlaces adverbiais, que, por compartilharem dos traços invariabilidade e papel relacional, acabam recebendo a mesma denominação. Ou seja, conjunções, preposições e advérbios têm traços semelhantes, a ponto de ser difícil distinguir as três classes ou incluir um determinado exemplar em uma delas apenas.

Carvalho (2001) menciona um tipo particular de uso em que a preposição, junto ao nominalizador, introduz sentenças (argumento válido também para o conjunto “advérbio + que”: *antes que, depois que, etc.*). A autora argumenta que as verdadeiras conjunções subordinativas seriam as do tipo integrantes, já que as orações hipotáticas adverbiais sempre são introduzidas por elementos de outras classes, principalmente advérbios - no caso, trata-se de unidades constituídas de dois elementos (preposição/advérbio/verbo + que).

Longhin-Thomazi (2004), previamente à descrição do processo de gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial, faz um esboço sobre o surgimento das conjunções, tendo como suporte Meillet (1948 [1912]) e Paul (1886), entre outros estudiosos. Conforme a autora, a expressão literária que marcou o latim clássico favoreceu o uso intensivo das conjunções, dada a preferência do recurso da subordinação na articulação textual. Por outro lado, poucas das conjunções dessa norma foram aproveitadas no latim vulgar, que serviu de base para a formação das línguas românicas. Consequentemente não só foram criadas outras conjunções como surgiu um outro recurso de grande produtividade para configuração da subordinação - a partícula *quod* e as variantes *quid* e *quia*. Derivam desse mecanismo as perífrases conjuncionais de base adverbial e preposicional, em que o *quod* figura como segundo elemento do construto. Corroborando o que foi descrito nos parágrafos precedentes, é esta a estratégia que, ainda segundo Longhin-Thomazi (2004), explica a formação do quadro conjuncional do português, incluindo palavras de diferentes categorias, inclusive verbos, como ilustram as locuções logo que, já que, sem que, visto que, dado que, etc.

Em se tratando da gramaticalização de orações, funcionalistas como Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988), Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), ancorados na premissa de que, no processo de junção das frases complexas, as orações exibem diferentes graus de vinculação sintática, categorizam as estruturas oracionais, sob a ótica de um *continuum*, em paratáticas, hipotáticas e subordinadas.

Halliday (1985) estabelece como estratégia de análise das orações complexas dois eixos - o sistema tático e o sistema lógico-semântico. O primeiro leva em conta a correlação entre elementos, e o segundo, o papel semântico-funcional das orações. Dentro do primeiro eixo, distinguem-se relações paratáticas e hipotáticas, conforme a relação entre os elementos seja de mesmo estatuto ou de

estatuto diferente⁷. O segundo eixo determina a divisão entre relação de expansão e de projeção. Especificamente sobre o que se chama expansão, situam-se as relações lógico-semânticas como: elaboração, extensão e realce. Esta última, de interesse deste trabalho, corresponde aos casos em que uma oração qualifica a outra imprimindo noções de tempo, lugar, modo, causa ou condição.

A combinação das orações adverbiais, segundo Matthiessen e Thompson (1988), reflete a organização retórica do discurso. Em suas análises, os referidos autores levam em conta as motivações pragmático-discursivas, uma vez que a verificação do grau de interdependência das orações está relacionada não apenas à análise da estrutura interna da frase, mas também das funções discursivas. Nessa linha, situam-se as relações de listagem (parataxe) e relações núcleo-satélite (hipotaxe). Quanto a esse último tipo de estrutura, entendem que uma informação realiza o objetivo central do autor e a outra serve de suporte para esses objetivos ou um objetivo suplementar.

A noção de *continuum* é visível na proposta de Lehmann (1988), quando a divisão das tipologias oracionais⁸ obedece a um trajeto conforme o qual, no polo à esquerda, situam-se as orações cujo vínculo é mais fraco, a exemplo das sentenças de igual estatuto sintático (paratáticas); no polo à direita, ficam as orações cujo vínculo é mais forte, ou seja, as sentenças que se integram a outro constituinte da oração principal (é o caso das sentenças encaixadas ou subordinadas), e no ponto intermediário, estão cláusulas adverbiais, cláusulas nominais dessentencializadas, cláusulas correlatas, etc. Quanto a Hopper; Traugott (1993), considerando parâmetros sintáticos e semântico-discursivos, e adotando a ideia de *continuum*, também sugerem que o processo de junção das orações segue a direção de menor para maior integração de cláusulas e, em decorrência desse fator, o elo oracional é mínima ou maximamente explicitado.

Essas abordagens possibilitam o reconhecimento mais eficaz das propriedades das diversas tipologias oracionais, por conciliarem os critérios dependência e encaixamento. A consideração do eixo lógico-semântico sinalizado por Halliday (1985), segundo Braga (2001, p. 25), “fornece respaldo à intuição de que uma mesma relação semântica pode ser codificada por diferentes estratégias sintáticas”. Com isso, evita-se que o estudo dos processos de combinação oracional se restrinja à mera associação entre tipologia de oração e/ou tipologia de relação semântica, em conformidade com o conector que faz o elo oracional.

Antes de adentrar na esfera semântica, no campo da articulação oracional, convém caracterizarmos, dentre os três mecanismos de combinação referidos, o mecanismo da hipotaxe adverbial.

⁷ As estruturas de encaixamento (completivas e adjetivas restritivas), sendo constituintes da oração, não correspondem a um mecanismo de relação entre orações, razão de não serem contempladas no eixo tático; são, pois, um mecanismo à parte – a subordinação propriamente dita.

⁸ Os critérios indicados por Lehmann (1988) são resgatados, sobretudo, em estudos que tratam da gramaticalização de orações que representam atitudes dos falantes, as chamadas orações modalizadoras, advindas de orações complexas formadas com orações completivas. Mas também se aplicam a orações adverbiais que tendem à nominalização. Ilustram casos de modalização estruturas tais como “acho” e “parece”, em que ocorre redução ou dessentencialização de orações; e estruturas cristalizadas como “vai ver que”, que revela o uso gramaticalizado do verbo da oração principal, correspondendo ao advérbio “provavelmente”. Quanto às adverbiais, servem de ilustração as orações finais.

Conforme Castilho (2010) as adverbiais são estruturas em que não há encaixamento, estando uma oração em relação de adjunção⁹ com outra, servindo-lhe para adicionar uma informação ou circunstância. O autor faz a ressalva de que as orações adverbiais, se comparadas às subordinadas substantivas e adjetivas, têm uma ligação mais fraca em relação à matriz, mas, de outro modo, são mais suscetíveis às demandas do discurso.

Considerando o exposto nessa seção, reforçamos que o estudo da conexão entre orações, embora não possa ignorar o papel dos nexos que as inter-relacionam, não deve privilegiá-lo com exclusividade. Na seção que segue, nos deteremos em comentários acerca desse tópico.

1.2 Preposições/conjunções/orações: as relações semânticas

Nesta seção, tratamos do comportamento dos dois transpositores – a preposição e a conjunção –, sob o aspecto das relações semânticas que estabelecem entre uma oração matriz e os satélites adverbiais. Contestamos o enfoque tradicional das preposições, que deixa à margem a função relacional ou textual enquanto transpositor, sob a alegação de que elementos desta classe não antecedem uma oração. Nesse sentido, compartilhamos da visão de Neves (2000, p. 601) de que ambas as categorias gramaticais atuam “na esfera semântica das relações e processos, sendo responsáveis pela junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem”.

Para a discussão ora proposta, recorreremos aos trabalhos de Ilari *et al.* (2008) e Castilho (2009). A compreensão de todo o funcionamento do sistema preposicional, tão bem delineado por esses autores, se ancora no cognitivismo. Na perspectiva defendida por eles, sendo a linguagem o produto da mente, três expedientes concorrem para a construção linguística – as percepções físicas da espécie, a exemplo da audição; as experiências motoras, a exemplo do deslocamento; e as experiências culturais.

Quanto à classe das conjunções, Ilari (2008) considera restrita uma abordagem em cujo fundamento esteja a dicotomia coordenação/subordinação, daí afirmar que “Num estudo semântico das conjunções, uma das consequências pode ser a de recusar à oposição coordenativas/subordinativas o lugar privilegiado de que tem desfrutado” (ILARI, 2008, p. 828).

A base da reflexão levantada por Castilho (2009) sobre o sentido das preposições reside na concepção dessa classe como operadora de predicação. Significa dizer que as preposições viabilizam ligações semânticas entre o antecedente (também denominado figura) e o conseqüente (ou ponto de referência); este último, por intermédio da preposição, predica a figura, que pode ser representada por um nome ou por um verbo. No primeiro caso, tem-se a predicação de primeira ordem, ou

⁹ Considerando-se os parâmetros universais de independência/dependência sintática propostos para diferenciar a coordenação da subordinação bem como o critério de encaixamento, as adverbiais se situam entre as coordenadas e as subordinadas.

predicação de referente; no segundo, predicação de segunda ordem, ou predicação de outro predicado, como revelam os exemplos: “goiabada com queijo”, “veio de casa”, respectivamente.

Castilho (2009) argumenta que as preposições têm um sentido original, vinculado às noções de espaço/tempo, mas que delas derivam outros sentidos resultantes de extensões metafóricas, processo que também é decorrente da criatividade humana. Mais precisamente, nas palavras do autor: “Processos de alteração semântica distanciam as Preps de seus sentidos de base, via alteração de esquemas imagéticos, levando-as a desempenhar outros papéis” (CASTILHO, 2009, p. 293).

Ainda segundo Castilho (2009), o sentido de base espaço/tempo se organiza em conformidade com as seguintes categorias: posição no espaço/tempo; disposição no espaço/tempo e distância no espaço/tempo. As duas categorias cognitivas nas quais se enquadra a preposição “sem” – disposição e proximidade no espaço/tempo – subdividem-se nos eixos: *continente/conteúdo*, no primeiro caso, e *longe/perto*, no segundo; cada eixo, por sua vez, se subdivide em papéis: *dentro/fora* e *proximal/distal*.

Em relação ao eixo proximal/distal, Ilari *et al.* (2008, p. 667) já argumentam que as noções que representam essa categoria são expressas normalmente por advérbios, mas quando uma determinada noção é expressa por preposições “acarreta noções de co-presença para o traço PROXIMAL, e de ausência para o traço DISTAL”. Para os autores, por ser difícil imaginar, a princípio, o esquema imagético espacial para as preposições “com” e “sem”, é preciso conceber um esquema dessa natureza como “presença simultânea em um mesmo espaço”. No caso específico, o “sem” evoca a noção de ausência em oposição à noção de co-presença, derivando ainda a noção de distância.

Nesse sentido, as noções de ausência, de negação, próprias da preposição “sem” se associam, no plano físico, à noção de distância, expandindo-se ainda mais, de modo a abarcar, no plano conceitual, o valor de distância de ideias, ou seja, conteúdos que não se combinam, que contrastam, daí a noção de adversidade ou *concessão*. O mesmo tipo de associação se dá com as *condicionais* em que a negação da primeira proposição acarreta a negação da segunda, e vice-versa. Quanto às *consecutivas*, têm uma proximidade com as coordenadas adversativas, no sentido de que se nega um possível resultado inferido da oração precedente. Cabe aqui destacar que, embora Ilari *et al.* (2008) destinem uma seção à exploração dos sentidos expressos por diferentes preposições, fazendo a correlação com os esquemas imagéticos, eles não apresentam a diagramação da preposição *sem*, sob o argumento de esta preposição ter um único modelo cognitivo, que é uma forma de ligação (negada). E acrescentam: “representações de ausência são possíveis mas menos intuitivas” (p. 767). Esse talvez seja o motivo da dificuldade de perceber como ocorre a transferência do sentido base de negação/exclusão para o de condição. Logo, a transferência de conceitos de base espacial – ausência e distância – para conceitos mais gerais, como os citados, confirma a direção da mudança rumo à abstração.

Apresentamos, na sequência, três sentenças retiradas do *corpus*, para demonstrar como os matices de concessão (1), condição (2) e consequência (3) se codificam nas orações adverbiais (atente-se para o fato de que, nesse contexto estrutural, concebemos o item gramatical como *conjunção*):

- (1) “Quais são os temas mais comuns da conversa em um jantar desses? Filhos são um tema recorrente. [...] Sempre se fala mal dos Estados Unidos, mas Barack Obama é um deus. Fala-se mal de Israel, **sem conhecer** patavina da história do conflito israelo-palestino. [...]” (VJ, E, 13/07/11)

- (2) “Há clima político para aprovar o projeto ainda neste ano? Há. O governo tem hoje uma das mais amplas maiorias já vistas no Congresso Nacional. [...] Não há como você enfrentar o déficit, por exemplo, **sem ter** uma idade mínima para se aposentar”. (IÉ, E, 02/11/11)
- (3) “Qual é o caminho para os juros baixos até que essa diferença inexista? Estamos falando de um problema com razões históricas que remontam aos tempos de quase hiperinflação e à série de planos heterodoxos implementados para combatê-la. (...) Foi para saber onde cortar **sem produzir** efeitos danosos à economia que se instalou no Palácio do Planalto um conselho de gestão coordenado pelo empresário Jorge Gerdau”. (IÉ, E, 27/07/11)

Em (1), há claramente o contraste de ideias (o desconhecimento do conflito israelo-palestino não invalidou a afirmação inicial - falar mal de Israel). Em (2), a falsidade da primeira informação implica a falsidade da segunda, pois está implícita a informação de que o enfrentamento do *déficit* depende de que se tenha uma idade mínima para se aposentar. Por fim, em (3), afirma-se que foi instalado um conselho de gestão para saber onde cortar, mas de modo a não acarretar efeitos danosos. Logo, a segunda proposição apresenta uma consequência (negada), depreendida da afirmação precedente.

As gramáticas tradicionais, geralmente, norteando-se pela divisão entre coordenativas e subordinativas, distinguem conectores de transpositores; e, guiando-se pelo sentido expresso por esses elementos gramaticais, delimitam uma tipologia semântica, incluindo no primeiro grupo (das coordenativas¹⁰) as categorias aditivas, alternativas, adversativas, explicativas e conclusivas; e no segundo (das subordinativas), as causais, condicionais, concessivas, consecutivas, comparativas, conformativas, temporais, proporcionais e finais. Essa compartimentalização, porém, tem sido questionada, dada a dificuldade de, no uso efetivo da língua, estabelecer limites quanto aos matizes semânticos das conjunções, que não são econômicas em sua feição polissêmica, de forma que uma determinada interpretação não veda a possibilidade de outras. Azeredo (2000), Mira Mateus *et al.* (2003), Neves (2006), Ilari (2008) e Castilho (2010) são alguns dos autores que chamam a atenção para a dificuldade de determinar uma única classificação para as conjunções - prova disso é a proximidade dos conceitos de temporalidade, causa, condição e concessão.

Comprovação de que os valores semânticos das conjunções se superpõem, a ponto de não ser sustentável uma classificação estanque e categórica, pode ser visualizada na forma como Azeredo (2000) e Castilho (2010) agrupam as orações adverbiais. Com base nas afinidades de sentido, o primeiro distribui tais orações em quatro grupos; e o segundo, em três, conforme dispomos a seguir:

¹⁰ Autores como Perini (1996) e Bechara (1999) excluem do conjunto das conjunções coordenativas determinados elementos que, apesar da proximidade semântica com os conectivos propriamente ditos - e, ou e mas -, atuam no nível do texto, como ocorre com os itens: contudo, entretanto, portanto, logo, assim, então, pois, entre outros. Para os autores, trata-se de elementos que, não obstante ligarem sentenças, são percebidos como advérbios.

AZEREDO	CASTILHO
Causalidade: causais, condicionais, finais e consecutivas	Causalidade: causais, condicionais, concessivas, explicativas e conclusivas
Situação: temporais, locativas e proporcionais	Temporalidade: temporais e proporcionais
Comparação: comparativas e conformativas	Finalidade: finais
Contraste: contrastivas e concessivas	

QUADRO 1 - Distribuição das orações adverbiais conforme afinidade de sentido

Fonte: os autores

Do confronto entre as propostas, fica patente que a divergência entre ambas envolve a determinação dos valores que integram as relações de causalidade e contraste. Se, para Azeredo, as noções de finalidade e consequência pertencem à esfera da causalidade, enquanto a de concessão, à de contraste, Castilho, por outro lado, inclui concessão, explicação e conclusão no campo da causalidade, deixando as finais num eixo à parte.

Um paralelo entre a proposta dos autores citados e a visão de Brito (2003) e de Neves (1999) sinalizaria outras conclusões, mas não nos deteremos nesse aspecto, já que o foco desta exposição, conforme indicado na introdução, é a reflexão acerca do matiz de modo, o que faremos na seção a seguir.

Antes, porém, de adentrarmos na explicação sobre o valor modal, consideramos conveniente apresentar, a título de ilustração, um inventário dos tipos de relações semânticas (explícitas ou inferidas) identificados nos textos que compõem o *corpus* sob investigação, para uma melhor compreensão dos usos dos transpositores “sem”/“sem que”, uma vez que os dados sob investigação ratificam sua polissemia. Ressalte-se que dentre as 367 (trezentos e sessenta e sete) ocorrências coletadas nos periódicos, 27 (vinte e sete) correspondem aos casos por nós considerados ambíguos¹¹.

Abaixo, apresentamos uma tabela contendo a distribuição de frequência dos conectores de acordo com cada valor semântico, excetuando-se os casos ambíguos, e, na sequência, ilustramos esses valores, com sentenças que compõem o *corpus*. Ressaltamos que, embora a tradição gramatical registre *condição* e *concessão* como os sentidos prototípicos¹² desses conectores, o primeiro teve menor frequência em comparação aos valores de *consequência* e *modo*.

¹¹ Das 27 (vinte e sete) ocorrências, 22 (vinte e duas) correspondem ao uso de “sem” e 05 (cinco) de “sem que”.

¹² Se podermos tomar a frequência de uso como indicio de gramaticalização, sugerimos que os matizes de *consequência* e *modo* estão se gramaticalizando, o que talvez leve autores como Kury (1991), Bechara (1999), Azeredo (2000), entre outros, a dedicarem espaço para eles. Sabemos, entretanto, da dificuldade que consiste em definir baixa, média ou alta frequência (BYBEE, 2006).

FUNÇÕES	SEM	SEM QUE	TOTAL
Concessão	108	23	131
(negação) de consequência	66	17	83
Modo	66	3	69
Condição	27	2	29
Adição	21	-	21
Causa	3	-	3
Modalização ¹³	3	-	3
Tempo	1	-	1
TOTAL	295	45	340

TABELA 1 - Frequência de uso dos transpositores conforme os matizes semânticos

Fonte: os autores

Dado o propósito de demonstrar os vários sentidos¹⁴ expressos pelo item em estudo, relacionamos, abaixo, exemplos de cada uma das categorias, excetuando-se os valores de concessão, condição e consequência, já ilustrados.

- (4) A que se deve, em primeiro lugar, isso que o senhor qualifica como um empobrecimento musical? A questão começa na transição para o meio digital do que foi efetivamente gravado no estúdio. (...) O resultado é que os músicos se acostumaram com essa baixa resolução e, talvez **sem se dar conta**, adaptaram sua produção. (VJ, 26/10/11); (**Causa**)
- (5) “[...] Infelizmente, Chris se foi poucos dias depois, mas não **sem** antes **tornar** seu sonho real. Seus últimos dias foram de alegria, força e esperança. [...]” (VJ, E, 03/11/10) (não (foi) enquanto seu sonho não se tornasse real) (**Tempo**)
- (6) “Lucília - Se eu não me gostava, como poderia querer que alguém me desejasse? Aliás, não me sentia desejada nem como mulher nem como ser humano. Falo isso **sem querer generalizar**. Estou dizendo como me sentia, não querendo dizer que toda gorda se sente assim. [...]” (IÉ, E, 15/06/11); (**Modalização**¹⁵)
- (7) “[...] Obras essenciais não andam e muitos projetos da Copa ainda parecem ser apenas projetos. **Sem falar** nos impactos políticos. [...]” (IÉ, A, 28/12/11); (**Adição**)
- (8) “[...] Quer dizer: não é possível avaliar a escola de alunos pobres e ricos da mesma maneira. Não se pode esperar que pobres aprendam o mesmo que ricos, por causa da influência do meio sobre o aprendizado. De forma que colocar uma placa com o aprendizado em uma escola **sem atentar** para o contexto social em que ela está inserida seria dar uma falsa impressão na verdadeira qualidade daquela escola e do esforço de seus profissionais. [...]” (VJ, A, 13/07/11) (**Modo/Condição/Concessão**- usos ambíguos)

¹³ A categoria *Modalização* se mostra dissonante nessa distribuição, no entanto, optamos pela sua inclusão, considerando que esse valor parece sobressalente em relação a outras possibilidades interpretativas, como a de ressalva, por exemplo.

¹⁴ Rotulamos de *adição* os casos em que ocorre a expressão cristalizada (sem falar; sem contar).

¹⁵ Ressalte-se que é possível atribuir o valor de concessão à oração em destaque; porém, entendemos que a *modalização* sobressai, pois a estrutura funciona como um parêntese, cuja função é de atenuar uma informação apresentada anteriormente, ou de corrigir uma avaliação; tanto que, se retirada, a oração seguinte preenche a função de esclarecimento.

- (9) “A morte da jornalista Marcela Coutinho é notícia velha. Velha de três semanas. Na noite de 28 de novembro, uma segunda-feira, ela foi covardemente asfixiada. Deixou a vida **sem dar** o último suspiro. Puseram-lhe um travesseiro na cara”. (ÉP, A, 19/12/11) (**Modo**)

Ilari e Castilho acreditam que a preservação do sentido de origem da preposição “sem” pode ter concorrido para a sua inclusão no rol das preposições medianamente gramaticalizadas. Ou seja, a manutenção do valor de negação ou exclusão – que reflete o princípio da persistência (HOPPER, 1991) – poderia ser a princípio um impedimento à ampliação do significado; mas, na realidade, eles apresentam outras razões de essa preposição ser menos gramaticalizada: “não pode ser amalgamada a outros itens lexicais, [...] não tem frequência representativa, não é formadora de locuções prepositivas e não introduz complementos. (ILARI *et al.*, 2008, p. 768).

Sabemos que novos valores podem ser agregados às preposições e que os sentidos básicos convivem com sentidos derivados. Os dados coletados no *corpus* revelaram um novo matiz semântico, o de adição, que, por sua vez, acarretou mudança estrutural, pois a estrutura resultante apresentando-se, muitas vezes, como um parêntese (informação complementar), não funciona propriamente como estrutura de realce, função típica das adverbiais, mas como estrutura de expansão. Logo, é notória a transferência de significado decorrente de pressões contextuais, o que conduz a novas inferências, comprovando que o conector vai incorporando novas subfunções e perdendo especificidade. Como o uso inovador, com o passar do tempo, torna-se fixo, diz-se que se gramaticalizou e novos usos podem dele ser derivados, fazendo o sistema linguístico se renovar.

Esse panorama de recortes dos usos dos itens em tela dá uma amostra substancial de sua capacidade polissêmica. No entanto, o que nos guiará a atenção a partir desse ponto será sua presença e atuação como introdutor de orações hipotáticas adverbiais de modo, taxonomia aqui defendida.

2. A Relação semântica de modo

Antes de discorrer sobre o tratamento da relação semântica de modo nas gramáticas, cabe-nos retomar as lacunas anunciadas na introdução quanto à abordagem do tema: i) o não acolhimento desse tipo de circunstância, em grande parte dos compêndios gramaticais, no rol das orações adverbiais; ii) o entendimento do valor de modo como um domínio amplo que integra os matizes de conformidade, comparação ou concessão; e iii) a aceitação do matiz semântico de modo apenas quando expresso por orações adverbiais reduzidas de gerúndio.

Para comprovar as restrições quanto à caracterização/delimitação desse tipo de circunstância, consideremos a Gramática da Língua Portuguesa, de Vilela; Koch (2001), cujos tópicos temáticos são distribuídos em três segmentos: gramática da palavra, da frase e do texto. Ao abordarem as “determinações adverbiais”, equivalentes a advérbios, na seção relativa à gramática da frase, os autores mencionam os adverbiais modais, definindo-os como elementos que caracterizam, explicam e

especificam o estado de coisas representado no enunciado, “do ponto de vista do falante ou do escrevente” (p. 381).

Nesse contexto, eles distinguem a caracterização da “qualidade de um acontecer”, que é marcada pelos advérbios em “-mente” ou equivalentes, a exemplo de “Ele aprende facilmente/com facilidade” (grifo dos autores, p. 382); da quantidade e intensidade; da indicação de matéria, do meio/instrumento, entre outras noções. Em seguida, referem-se a diferentes tipos de determinações adverbiais como comparação, proporção, companhia, restrição; e indicam sua forma de apresentação – por meio de grupos de palavras ou frase subordinada. Antes, porém de tratar das determinações causais, que, em sentido “amplo”, nos termos de Vilela; Koch (2001), contemplam as determinações finais, condicionais e concessivas, os referidos autores recorrem a um tipo de determinação rotulada de “indicação de outras circunstâncias mais ou menos delimitáveis”. Essas circunstâncias podem ser expressas seja por frase subordinada seja por grupo infinitivo, como ilustram as duas sentenças citadas pelos autores: a) “Ele foi-se embora sem que apresentasse cumprimentos de despedida a ninguém”; e b) “Ele foi-se embora sem se despedir de ninguém”.¹⁶ (VILELA; KOCH, 2001, p. 383).

Por outro lado, no segundo segmento, “gramática do texto”, quando tratam das relações lógico-semânticas, os autores definem a relação de modo como aquela em que uma das orações indica o modo como se realiza a ação ou evento expresso na outra. E exemplificam: “Sem levantar a cabeça, a criança ouvia as reprimendas da mãe.” (VILELA; KOCH, 2001, p. 503).

Geralmente, autores que se referem às orações modais apontam como sinalizadores dessa noção os conectivos “como, como se, sem que” e referem-se à estratégia da pergunta. Bechara (1999) destaca as perguntas “como? De que maneira?”. Já Vilela; Koch (2001) apresentam alguns mecanismos responsáveis pelo reconhecimento da relação modal: 1. perguntas, por meio do advérbio interrogativo “como” ou da locução “de que modo/forma”, cuja resposta pode igualmente ser preenchida por advérbio de modo terminado em “-mente” ou estruturas similares, formadas de “preposição + substantivo ou adjetivo”; 2. a substituição do conector em uso por outro de valor equivalente; e 3. a paráfrase com estruturas de gerúndio (VILELA; KOCH, 2001, p. 246; 287). Observemos, na sequência, o posicionamento de Luft (1989), Kury (1991) e Bechara (1999), autores que de alguma forma reconhecem a existência de orações adverbiais modais.

Luft (1989) critica a não incorporação das adverbiais modais nas gramáticas, porque, segundo ele, uma oração adverbial modal nada mais é que um adjunto adverbial com predicado. Especificamente em relação ao “como”, discorda de sua classificação enquanto conformativa, já que não significa o mesmo que “conforme”. Para o autor, “derivam de orações adjetivas a que se suprime o antecedente [Trabalha da maneira [como lhe apraz]] – [Trabalha como lhe apraz] (LUFT, 1989, p.63). Kury (1991) também reclama um lugar para as orações modais, pois, se, por um lado, alguns casos podem ser incluídos nas concessivas, por outro lado, há exemplos que não admitem outra leitura a não ser a de modo. Eis a posição deste autor: “não é possível, com toda boa vontade, deixar de

¹⁶ Esses exemplos, na visão de outros autores, poderiam ilustrar a determinação concessiva, caso se infira que a oração subordinada expressa uma condição não atendida (apresentar cumprimentos de despedida/não se despedir), a ponto de não impedir a realização do fato expresso na oração matriz.

reconhecer o valor modal a orações desenvolvidas com a locução ‘sem que’, ou as suas equivalentes reduzidas com a preposição ‘sem’” como demonstram os exemplos: a) “Em casa estudo à vontade, [sem que ninguém me perturbe]”; e b) “Retirou-se à francesa, isto é, [sem se despedir de ninguém].” (KURY, 1991, 101)

Bechara (1999, p. 442), tratando dos “adjuntos adverbiais modais”, esclarece que tais adjuntos “se reportam ao verbo ou ao sintagma verbal da oração, para qualificar ou descrever como o processo verbal se realiza”, e apresenta o exemplo “Os ladrões fugiram sem que fossem percebidos”. Particularmente, na seção intitulada “análise do ‘sem que’”, o autor destaca que essa locução se enquadra no grupo das conjunções condicionais, mas elenca outros sentidos contextuais, dentre os quais o de modo, e faz a seguinte observação: “denota simplesmente que tal ou qual circunstância não se deu, aproximando-se da ideia de modo”; acrescenta, ainda, que em lugar da locução pode ser usado “sem + infinitivo”, como revela o exemplo “Saiu sem ser percebido” (BECHARA, 1999, p. 506). Ressalte-se que a presença do operador discursivo “isto é”, no exemplo citado por Kury (1991), reforça a interpretação de que se está oferecendo uma explicação em referência a um acontecimento, confirmando a afirmação de Bechara (1999) sobre a não ocorrência de uma circunstância.

Face ao exposto, o que justificaria o não reconhecimento desse tipo de circunstância quando materializada sob a forma desenvolvida ou reduzida de infinitivo, já que se admite a forma reduzida de gerúndio¹⁷? Uma possível razão da resistência em admitir esse matiz semântico pode ser o fato de um só conector denotar múltiplos valores. Assim, o conector “como”, além de expressar causa, apresenta valores que muito se aproximam, a exemplo de comparação, conformidade e também modo. De fato, o “sem que”, ao mesmo tempo em que admite os valores de condição e concessão, pode expressar causa/explicação, consequência/conclusão e modo.

Uma vez que já fora proposto um *continuum* de relação assim referido: *lato sensu* condicional/*lato sensu* causal (HALLIDAY, 1985), por que não acrescentar ao percurso condição-causa/causa-condição, um terceiro componente - modo, resultando em modo/causa/condição? Ou considerar a noção de modo como pertencente a um domínio funcional com o qual as noções de concessão e condição manteriam um vínculo? Uma evidência desse amálgama de sentidos pode ser confirmada ao contrapormos as ocorrências abaixo ilustradas, expostas em Bechara (1999):

- a) “Retirou-se sem que chamasse seus colegas”.
- b) “Saiu sem ser percebido”.
- c) “Não sairá sem apresentar os exercícios”.

O autor confere a (a) e (b) o valor modal, e a (c), o condicional. O que chama a atenção do confronto entre os exemplos (b) e (c) é que ambos apresentam o mesmo verbo (sair), diferenciando-se apenas na marcação do tempo verbal; logo, o que parece favorecer a leitura condicional de (c) é o

¹⁷ Kury (1991, p. 102) reporta-se a Said Ali, que, na Gramática Secundária da Língua Portuguesa (1927) já asseverava: “Com o gerúndio absoluto constituem-se orações implícitas [= reduzidas] de várias espécies [...] Muitas vezes o gerúndio denota o Modo, meio ou instrumento.”

fato de o verbo estar flexionado no futuro, além da forma negativa da oração principal, daí a interpretação “Não sairá se não apresentar os exercícios”. Consideremos uma outra sentença:

d) “Saiu sem apresentar (ou sem ter apresentado) o trabalho.”

Em (d), a troca do verbo na forma não-finita pelo sintagma verbal apresentado sob a forma composta serve de pista para a apreensão do valor de concessão, na medida em que conduz à interpretação de que a apresentação do trabalho seria uma condição para a saída de alguém. Ou seja, ocorreu a negação de uma condição, daí a equivalência com a sentença “Saiu embora não tivesse apresentado o trabalho”. Isso confirma, como também defendemos, que a especificação do sentido não está exclusivamente sob a tutela do conectivo, pois, aliado a este, o tempo verbal parece ter influência para a compreensão do propósito comunicativo.

Silva (2007)¹⁸, em sua dissertação de mestrado, após discorrer sobre a aproximação entre as orações modais e outros tipos de orações, propõe três critérios que seriam definidores das adverbiais modais:

- I. Comparação de orações modais com orações fronteiriças: na busca de apreender traços distintivos, analisa-se a possibilidade de alternância da locução “sem que” por (Se não) ou por (Embora não). As orações marcadas positivamente quanto a esses traços são classificadas como tendo valor condicional e concessivo, respectivamente. Feito esse confronto, chega-se a indicação dos traços [- Se não] e [- restrição abandonada]¹⁹, para caracterizar a oração modal. Ou seja, a identificação da oração modal se faz por eliminação, uma vez que, não sendo condicional nem concessiva, ela é modal.
- II. Contraposição de orações supostamente modais (sob a estrutura reduzida de gerúndio) com a estrutura coordenada²⁰, com o auxílio do conector “e”: objetivando elucidar a distinção entre uma modal e uma coordenada, Silva (2007) aplica o teste da alternância dos dois modelos oracionais, para apreender uma propriedade da oração adverbial modal. A escolha da estrutura gerundial ocorre porque, conforme assinala o autor, “O principal aspecto responsável pela semelhança entre as modais e as coordenadas é o tempo verbal, mais precisamente, o gerúndio”. (SILVA, 2007, p. 24)

¹⁸ Silva (2007) investiga as diferentes formas de manifestação da expressão de modo, observando a relação entre estrutura oracional e o tipo de conector selecionado (como, sem que, conforme, entre outros), de modo a identificar o recurso mais recorrente em textos de gêneros diversos.

¹⁹ Não se faz necessário demonstrarmos esse teste porque, quando da categorização das sentenças que compõem o *corpus* da pesquisa, a identificação/confirmação dos valores de condição e concessão se realizou exatamente através da permuta com as formas – “se não” ou “embora não”.

²⁰ Essa estratégia é apresentada em Kury (1991, p. 66), quando do tratamento das orações coordenadas (aditivas), momento em que o autor reporta-se a Said Ali para explicar que uma oração coordenada pode se apresentar sob diferentes formas: sindéticas, assindéticas, com correlação, reduzida de gerúndio e de infinitivo.

- III. Observação do tipo semântico do verbo presente nas orações²¹ principal e subordinada: esse critério consiste na verificação do sentido expresso pelo verbo (excetuando-se os verbos relacionais).

Vislumbrando a consistência e aplicabilidade desses critérios, tratamos os dados do *corpus*, mas ampliamos o refinamento da abordagem, chegando, por isso, a resultados relativamente distintos dos do autor, o que, para nós, se impõe como uma contribuição deste estudo para a temática. É o que evidenciamos a seguir.

3. Ampliando a discussão a partir dos dados

Cotejando nossos dados a partir da aplicação do Critério I (SILVA, 2007), a identificação dos matizes condicional e concessivo depende da marca que tem equivalência com a locução “sem que”. Salientamos que se este é um critério útil para a identificação desses dois valores – uma marca correspondendo a cada um deles – porém, dois aspectos questionáveis põem em dúvida sua validade: que marca identificaria a noção de modo e como explicar os casos que autorizam duas possíveis interpretações? Logo, uma alternativa seria admitir a substituição da oração supostamente modal pelo item anafórico “**assim**”, ou pela estrutura “**dessa forma**”, ou ainda por um advérbio; porém, a próforma “**assim**” parece encapsular diferentes sentidos.

Consideremos como ilustração desse tipo de uso, a ocorrência (10) abaixo, seguida das possíveis paráfrases: (10a), com interpretação *modal* e (10b) com interpretação *concessiva*:

- (10) “[...] Mas a questão, no fundo, não é que a Fiesp tenha conseguido montar uma diretoria com mais de 100 cidadãos **sem colocar** entre eles nenhuma mulher. É que as mulheres não reclamaram; provavelmente nem perceberam. [...]”. (VJ, A, 25/05/11)
- (10a) “[...] Mas a questão, no fundo, não é a Fiesp ter conseguido montar uma diretoria com mais de 100 cidadãos (**assim/dessa forma**), isto é, excluindo as mulheres de cargos de direção. É que as mulheres não reclamaram [...]”.
- (10b) “[...] Mas a questão, no fundo, não é a Fiesp ter conseguido montar uma diretoria com mais de 100 cidadãos, (**assim**), apesar de não colocar/embora não colocasse as mulheres de cargos de direção. É que as mulheres não reclamaram [...]”.

Casos como os exemplificados em (10) ratificam o que foi sinalizado quando da apresentação da tabela, sobre a possibilidade de dupla interpretação dos itens; nesse caso, provavelmente o contexto

²¹ Embora o autor mencione o interesse em investigar qual a relação existente entre os verbos das orações principal e subordinada, ele só apresenta a tipologia semântica dos verbos presentes na oração modal.

mais amplo do texto em sua totalidade possa orientar qual a leitura mais apropriada. Uma outra prova de que a oração hipotática pode ser classificada como modal é que ela também responde positivamente ao teste da permuta com a estrutura paratática, de que se depreende o traço [+ simultâneo], indício de oração modal – o que significa dizer, em (10b), que durante o processo de composição da diretoria, não houve convocação das mulheres para se integrarem ao grupo.

De acordo com o proposto no critério II, acima relatado, se a situação retratada na oração reduzida de gerúndio ocorrer simultaneamente ao fato descrito na matriz, a oração se caracteriza como modal, “já que a modal indica o modo como um acontecimento se deu e, por isso, representa uma situação simultânea à apresentada na oração principal.” (SILVA, 2007, p. 27), como demonstra a sentença²² abaixo, cuja paráfrase confirma o traço [+ simultâneo]:

- (11) “A mocidade ama a vigília, aborrecendo o sono”.
 (11a) A mocidade ama a vigília, [e aborrece o sono].

Por outro lado, se a simultaneidade não se revela, ou seja, se há sequenciação de acontecimento, de modo que um fato ocorre, necessariamente, após o outro, está-se diante de oração coordenada, marcada [- simultâneo]:

- (12) “Recebeu a joia, entregando-a depois à esposa”.
 (12a) Recebeu a joia [e entregou depois à esposa].

Embora a testagem realizada pelo autor envolva apenas a estrutura gerundial, acreditamos ser possível aplicar este critério²³ às sentenças sob a forma infinitiva, pois o que está sob avaliação é a propriedade de ser ou não simultâneo. Na sequência, apresentamos algumas ocorrências coletadas no corpus da pesquisa, cuja testagem dos traços [+ simultâneo] e [- simultâneo] resultou na classificação de adverbial modal:

- (13) “[...] Por que, durante tanto tempo, o amor paterno por seu filho, o cantor Enrique Iglesias, não foi tão expressado? Pelo contrário, você passou muito tempo **sem ter contato** com ele”. Fabio Adriano Ribeiro (ÉP, E, 17/10/11)
 (13a) “[...] Pelo contrário, você passou muito tempo [e não tinha contato com ele]”
 (14) “[...] Rosany caiu **sem respirar** direito [...]” (ÉP, A, 17/10/11);
 (14a) “[...] Rosany caiu [e não respirava direito [...]]”

²² O exemplo sob a forma reduzida de gerúndio é citado por Said Ali (apud KURY, 1991, p. 67), na seção destinada ao estudo da coordenação, momento em que o autor comenta que “[...] o gerúndio, denotando fato imediato, equivalerá a uma coordenada iniciada pela conjunção e.”

²³ Em algumas ocasiões, acreditamos não ser problemático fazer uma adaptação que consiste em utilizar o “mas” em vez do “e”, em virtude de as estruturas em estudo envolverem a negação.

- (15) “[...] Dilma terá de montar uma estrutura dupla de coordenação de governo, uma gerencial e outra para lidar com a base governista. O melhor caminho seria ter um ministro para cada uma das tarefas e conseguir escolher pessoas que joguem entrosadas, **sem disputar** quem manda mais. [...]” (ÉP, A, 15/11/2010)
- (15a) “[...] O melhor caminho seria ter um ministro para cada uma das tarefas conseguir escolher pessoas que joguem entrosadas [**e não** disputem quem manda [...]].”
- (16) “Elisabete Miranda, uma brasileira do interior de São Paulo que chegou aos Estados Unidos **sem falar** uma palavra de inglês, aprendeu rápido e viu a chance. [...]” (IÉ, A, 30/11/2011);
- (16a) “[...] uma brasileira do interior de São Paulo que chegou aos Estados Unidos [**e/mas não falava** uma palavra de inglês, aprendeu rápido e viu a chance [...]].” (IÉ, A, 30/11/2011)

Nos pares de sentenças acima, reconhecemos o valor modal da oração adverbial, pois o teste revela que não há encadeamento de fatos, de modo que um fato seja descrito em uma oração assindética e outro na sindética. Ou seja, as orações são marcadas pelo traço [+ simultâneo]²⁴. Além disso, há, na verdade, a descrição/qualificação de um fato/situação mencionado(a) na oração principal ou a indicação de uma circunstância. Assim, “não ter contato com o filho”, em (13), indica uma circunstância que transcorreu, segundo o entrevistador, por um longo intervalo de tempo, ideia sinalizada no verbo “passar”, podendo ser parafraseada por “durante um longo tempo,...”, corroborando a noção de simultaneidade; “não respirar”, em (14), indica uma circunstância momentânea, decorrente de um fato pontual, revelado pelo verbo “cair”; em (15), mencionam-se características/circunstâncias que se julgam não poderem estar ausentes quando da ocorrência da ação (jogar), mencionada na oração matriz. E, em (16), “não falar” indica uma propriedade/qualificação ausente, no momento que uma cidadã brasileira se depara em um país que não é o seu de origem, como denuncia a flexão modo/temporal em “chegou” e “falava”.

No que tange ao Critério III do estudo realizado por Silva (2007), a atenção se volta para o verbo presente na oração adverbial, sendo adotada a classificação semântica proposta por Halliday (1994, apud SCHEIBMAN, 2001, p. 66), que contempla sete categorias às quais se somam outras duas, indicadas por Dixon (1991, apud SCHEIBMAN, 2001, p. 67). O quadro abaixo, adaptado de Silva (2007, p.120), apresenta as categorias e sua descrição.

²⁴ Considerando que as transferências de sentido têm como ponto de partida a noção espacial, que se expande para o campo das ideias, a negação de copresença é o que explica a impossibilidade de haver sequencialidade; logo, a negação da simultaneidade.

CARACTERIZAÇÃO	ILUSTRAÇÃO
Material: verbos de ação	<i>Fazer, ir, proceder</i>
Existencial: referem-se ao fato de algo existir, estar presente, acontecer	<i>Acontecer, estar, haver</i>
Cognitivo: referem-se ao ato de pensar, raciocinar	<i>Presumir, saber, entender, pensar</i>
Corpóreo: referem-se a ações que ocorrem relacionadas ao corpo	<i>Repousar, fumar</i>
Sensitivo: referem-se a sentimentos e sensações	<i>Prezar, sofrer, querer, sentir</i>
Perceptivo: referem-se à percepção, observação	<i>Verificar, ver</i>
Relacional: verbos de ligação da GT	<i>Ser, tornar-se</i>
Possessivo relacional: referem-se à ideia de posse, da capacidade de obter algo	<i>Ter, conter, conseguir</i>
Verbal: referem-se ao ato de dizer, falar	<i>Dizer, sublinhar</i>

QUADRO 2 - Categorização semântica dos verbos do *corpus*

Fonte: os autores

Convém esclarecer que para categorizar as relações lógico-semânticas resultantes da combinação das orações adverbiais introduzidas pelo “sem”/“sem que”, guiamo-nos pelo tipo de conector a partir do qual se pudessem fazer alternâncias, além das pistas do entorno textual. Se a identificação das condicionais e concessivas é facilitada pela substituição do conector pelas marcas “se não”/“embora não”, por outro lado há uma resistência à incorporação do valor modal ao grupo das adverbiais, razão de buscarmos outras propriedades que validem a sua identidade, daí a recorrência ao parâmetro da tipologia semântica de verbo quando da análise da determinação modal.

Essa opção também foi motivada por percebermos a repetição dos verbos “entrar” e “chegar”, que, embora classificados na tradição como intransitivos, partilham o traço “exigência de complemento”, ainda que de natureza não-argumental. Logo, partimos do princípio de que a natureza semântica do verbo poderia influenciar a noção expressa pelo adjunto. Mas, diferentemente de Silva (2007), atentamos para o verbo presente na oração matriz, na tentativa de identificar um vínculo entre a definição oferecida em relação ao valor modal e os usos, já que entendemos por “modo” a indicação da maneira como se realiza a ação ou evento descrito na oração matriz.

Na tabela que segue, discriminamos e quantificamos os verbos presentes nas orações matrizes, identificados no *corpus* relativamente às estruturas oracionais de que fazem parte as adverbiais por nós classificadas como modais, considerando a leitura contextual depreendida em cada situação de uso:

CLASSIFICAÇÃO	VERBOS	TOTAL DE OCORRÊNCIAS
Existencial	ter (1); viver (1); viver – localização (1)	3
	Aparecimento/desaparecimento em cena: morrer (1); chegar (3); sair (3); entrar (3); deixar (1); cair (1); crescer (4); completar (1); viver (1); melhorar (1)	19
Material	multar (1); legislar (2) fazer (2); jogar (1); disparar (1); cumprir (1); votar (2); governar: (1); trabalhar (2); revelar (1); avaliar (1)	15
	Verbo de movimento: caminhar (1); transitar (1); ir (1); seguir (2)	5
Relacional	passar ²⁵	11
Verbal (de comunicação)	transmitir (1); responder (1); revelar (1); compartilhar (1); falar (1); dizer (1)	6
Cognitivo	percorrer = compreender (1); equivocar (1); pensar (1); questionar (1)	4
Corpóreo	tocar (1); andar (1); brigar (1); chorar (1)	4

TABELA 2 - Tipologia semântica dos verbos no *corpus* investigado

Fonte: os autores

Considerando a circunstância de modo, nos termos de Kury (1991, p. 100), como a que “exprime a maneira, o meio pelo qual se realiza o fato enunciado na oração principal”; ou ainda, retomando Vilela; Koch (2001), como a caracterização/especificação da qualidade de um acontecer, ou o modo como se realiza uma ação ou evento descrito, é possível deduzir que há uma sintonia entre esse conceito e os verbos presentes nas orações classificadas como modais.

Seguem ocorrências representativas de orações modais, nas quais chamamos atenção para os verbos nas orações matrizes, conforme as categorias verbais descritas na tabela (2):

- Existencial

(17) [...] Aí a gente se arrepende das besteiras, das bobagens, não daquelas naturais, normais – porque não somos perfeitos, que os deuses nos livrem das pessoas exemplares –, mas da grande bobagem de ter vivido **sem perceber, sem curtir**. (VJ, A, 23/11/11)

(18) “Na educação, cansei de falar. Cada dia uma nova notícia: não se reprova mais ninguém antes de tal série, os alunos entram na universidade **sem saber** escrever, coordenar pensamento, ler e entender. Não todos. Não sempre, mas cada vez com mais frequência.” (VJ, A, 02/03/11)

²⁵ Classificamos o verbo “passar” como relacional por associação com o verbo “ficar”, já que, nos contextos de uso, sugere a interpretação de estado de permanência.

- Material

(19) “[...] Estamos perdendo a “guerra mundial por empregos” em incrível episódio de “fogo amigo”, quando disparamos **sem cessar** contra nossa própria base produtiva”. (ÉP, A, 15/11/2010)

(20) “**Época** – É possível governar sem loteamento de cargos e **sem aceitar** práticas como o escândalo do mensalão” (ÉP, E, 11/04/11)

- Relacional

(21) “[...] Passei muitos anos **sem ter** contato com meu pai, só fui conhecê-lo quando eu tinha 25 anos, já estava na TV.” (VJ, E, 18/08/10)

- Verbal (comunicação)

(22) “[...] Nas escolas ruins, os diretores normalmente não sabiam quantos alunos estudavam lá. Diziam coisas como “uns 700”, “na faixa de 350”. Nas escolas boas, o diretor sabia o número exato e respondia **sem titubear**. [...] (VJ, A, 08/06/11)

- Cognitivo

(23) “O que vimos nos 12 minutos de *Jornal Nacional*? Uma mãe dos pobres que aprendeu a mentir, ignorar fatos históricos e até a se equivocar com desenvoltura **sem gaguejar**”. (VJ, A, 16/08/2010)

- Corpóreo

(24) “**Atkinson** – Desde criança, sempre gostei de carros. (...) Sinto a necessidade de andar à beira do precipício de vez em quando. De preferência, **sem despencar dele**, claro (risos)” (IÉ, E, 09/11/2011).

Devemos destacar que os verbos agrupados na categoria existencial são classificados nas gramáticas como intransitivos (inacusativos/ergativos), alguns deles também rotulados de transitivos adverbiais, comprovando que a informação expressa no adjunto adverbial modal funciona como complementação do sentido. Isso justifica a caracterização dos advérbios de modo como “quase argumentais”, na terminologia de Castilho (2010). O autor se refere a advérbios terminados em “-mente” que têm um adjetivo correlato, podendo-se aplicar o teste da permuta do advérbio por um sintagma preposicional (inteiramente/de modo inteiro; calmamente/de modo calmo; etc.). Acrescente-se que no “interior do sistema semântico, eles qualificam semanticamente seu escopo” (CASTILHO, 2010, p. 546)

Se a presença de conectores opositivos e de advérbios de negação pressionaram os matizes concessivo e consecutivo, o tipo semântico do verbo parece ser um aliado para a determinação do valor modal. Conforme a análise realizada, predominam nas orações modais os verbos classificados

como existencial (22), material (20) e relacional (11); os tipos verbal cognitivo e corpóreo somam (14); já nas orações condicionais, sobressaem os tipos: existencial (9), seguindo-se material e verbal (7); cognitivo (6) e sensitivo (5); havendo apenas 01 ocorrência do verbo relacional. A sobreposição de matizes semânticos, incluindo o valor modal, conforme revelaram os dados em investigação, é indício de maior generalização ou abstração, revelando a existência de um contínuo significativo, inerente a sua gramaticalização.

Nos dados analisados, foi feita a classificação semântica dos verbos das orações condicionais (um universo de 28 orações) com o objetivo de confirmar possível divergência de comportamento entre eles e os demais. Considerando que os casos ambíguos envolvem normalmente concessão/modo, não analisamos os verbos das orações concessivas, pressupondo que haveria coincidência, a ponto de o tipo de verbo não ser determinante para a distinção desses dois matizes.

Destacamos, por fim, que embora a proposta de Halliday inclua os verbos relacionais (os de ligação da GT), para evitar confusão entre os critérios sintático e semântico, preferimos desconsiderar, na classificação das adverbiais, a estrutura “sem + v. relacional + predicativo”, de que faziam parte ora o verbo “ficar” ora o verbo “ser”; mas as 17 ocorrências rotuladas de função predicativa expressam, sim, a noção de modo. Por outro lado, tais estruturas poderiam fazer parte de uma mesma categoria.

4. Conclusões

Nesta exposição, demonstramos que “estabelecer nexos oracionais” é um traço comum às classes das conjunções e das preposições, confirmando a possibilidade de diferentes marcas gramaticais, materializando o princípio de “estratificação”, assumirem uma só função; e que, na esfera semântica, embora a alta frequência do matiz concessivo confirme a classificação proposta pela tradição gramatical, o valor modal se revelou produtivo no *corpus* investigado, justificando a sua abordagem tanto quanto os demais valores.

Nosso ponto de chegada, nessa reflexão, nos remete ao ponto de partida, ao considerarmos a gramaticalização do “sem” e do “sem que” como conectores oracionais, portanto, exercendo um papel que extrapola aquele tradicionalmente considerado típico da preposição. Essa perspectiva nos encaminhou para a análise das orações adverbiais introduzidas por esses itens, seja refletindo sobre posições de estudiosos que consideram incidentalmente essa condição, seja aplicando estratégias formuladas pela teoria linguística que busca ratificar a existência das orações adverbiais de modo.

A análise nos conduziu por contextos nos quais o valor modal se sobrepõe aos condicionais e concessivos, sendo esses dois dos valores semânticos que maior grau de ambiguidade podem trazer para a interpretação das intenções do falante. Consideramos, nesse cenário, o propósito da escolha que mobiliza o falante a sinalizar linguisticamente a maneira como uma determinada situação se desenvolve, isto é, codificando a expressão de modo. Acreditamos que, dadas algumas restrições

quanto aos critérios responsáveis pela identificação do matiz modal, faz-se necessário considerar o conjunto dos critérios para confirmação desse valor; e que diante da insuficiência de um deles, o analista deve atentar para o contexto discursivo, que certamente irá orientar a definição dos casos nos quais se verifica maior congestionamento de sentidos.

A observação do comportamento dos itens “sem” e “sem que” permitiu constatar, ainda, que a ampliação funcional ocorrida com o “sem” obedeceu à trajetória de gramaticalização manifestada, na esfera semântica, na migração do sentido concreto (espacial) para o abstrato. Salientamos, também, que o estudo da hipotaxe adverbial não deve se limitar à mera classificação dos processos de combinação tendo por base a dicotomia coordenação/subordinação, para evitar que a atribuição dos matices semânticos fique restrita à correspondência com os valores das conjunções, estes já fixados pela prescrição gramatical. Essa prática estaria fadada a inconsistência, pois, na dinâmica do uso, os conectores vão naturalmente incorporando novos sentidos.

Além de observar um virtual valor semântico inerente ao conector, é necessário perceber como o co-texto se estrutura em sua volta. Deve-se, portanto, atentar para a diversidade de recursos disponíveis no texto: seleção lexical, tempo verbal, ordem de disposição das sentenças, todos eles também responsáveis por orientar a interpretação textual.

Do exposto, parece-nos relevante insistir na defesa da existência de orações adverbiais modais, reforçando a apreensão da especificidade que esse rótulo viria a revestir, pautados na densidade das observações acerca do comportamento de dados como os aqui investigados. Assim, estaríamos ajudando a preencher uma lacuna nos estudos sobre a hipotaxe adverbial de modo, cuja apropriação pela tradição gramatical parece titubear entre assumir essa percepção ou dela fugir construindo generalizações insustentáveis se/quando confrontadas com a realidade dos usos.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BYBEE, Joan. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, Washington, n. 82(4), 2006, p. 529-551.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999/2003.

BRAGA, Maria Luiza. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. In: *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.23-34, 2º semestre, 2001

BRITO, Ana Maria. Subordinação adverbial. In: MIRA MATEUS, Maria H. M. *et alii*. *Gramática da língua portuguesa*. 5. edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003.

CARVALHO, Orlene L. S. *Lexicografia bilingue português-alemão: teoria e aplicação à categoria das preposições*. Brasília: Thesaurus, 2001.

- CASTILHO, Ataliba T. Para uma análise multissistêmica das preposições. In CASTILHO, A. T.: *História do português paulista*. Campinas: Unicamp/Publicações IEL, 2009.
- CASTILHO, Ataliba T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. New York/San Francisco/London: Academic Press, 1971/1979.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- HALLIDAY, Michael. *An introduction do functional grammar*. 2 ed. London: Edwards Arnold Publishers Ltd., 1985.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. p. 17-35.
- HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ILARI, Rodolfo. As conjunções. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena Moura (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. VOL. 2, Campinas: Unicamp, 2008, p. 809-860.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John e THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1988.
- LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. *Veredas – Rev. Est. Ling., Juiz de Fora*, v.8, n.1 e n.2, p. 215-232, jan/dez 2004.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 1989.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra. The structure of discourse and “subordination”. In: HAIMAN, John.; THOMPSON, S. (Eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988. p. 275-392.
- MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- NEVES, Maria Helena Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M. H. M. As construções concessivas. In NEVES, M. H. M. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Unicamp, 1999
- NEVES, Maria Helena Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- NEVES, Maria Helena Moura. *A Gramática. História, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- NEVES, Maria Helena Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

SCHEIBMAN, Joanne. Local patterns of subjectivity in person and verb type in American English conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

SILVA, Anderson Godinho. *Orações modais: uma proposta de análise*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em <http://files.combinacaodeclausulas.webnode.com.br/200000007> (acesso em 20 maio de 2020).

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa: gramática de palavra, gramática de frase e gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 2001.

RESEARCH REPORT

Reactions to Social Quotas: a study of Facebook comments in Brazilian Portuguese

Rodrigo Esteves de LIMA-LOPES 

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

ABSTRACT

This paper aims to discuss how Facebook users reacted to the news that the Federal University of Bahia (Brazil) introduced social quotas for socially vulnerable transsexuals, immigrants and refugees. It tries to understand how lexicogrammatical choices might represent the various social entities which are present in users' comments. Data was automatically scraped from Facebook using Netvizz, and "R" scripts were written to process and analyse linguistic features. Results show that most of the comments are related to the interactions amongst users during the process of taking a stand in favour and against the system of quotas. There are also comments related to prejudice against northeast citizens and states. Grammatical patterns could be identified for each of those general themes present in the comments.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir como os usuários do Facebook reagiram às notícias de que a Universidade Federal da Bahia (Brasil) introduziu cotas sociais para transexuais, imigrantes e refugiados socialmente vulneráveis. Este trabalho tenta entender como as escolhas lexicogramáticas podem representar as várias entidades sociais presentes nos comentários dos usuários. A metodologia incluiu a raspagem automática de dados do Facebook, usando o software Netvizz. O processamento e a análise de dados empregavam o software "R", uma linguagem de programação de análise estatística computacional que permite, além de outras funções, extrair e analisar dados textuais. Os resultados mostram que a maioria dos



OPEN ACCESS

EDITED BY

- Andre Vinicius Lopes Coneglian (UFMG)
- Maria Helena de Moura Neves (UNESP)
- Lachlan Mackenzie (VUA)

REVIEWED BY

- Renata Condi (FMU)
- Juliano Antonio (UEM)

DATES

- Received: 05/10/2020
- Accepted: 11/11/2020
- Published: 17/12/2020

HOW TO CITE

Lima-Lopes, R. E. (2020). Reactions to Social Quotas: a study of Facebook comments in Brazilian Portuguese. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 211-239, 2020.

comentários dos usuários está relacionada às interações entre os usuários durante o processo de tomada de posição a favor ou contra o sistema de cotas. Também existem comentários relacionados ao preconceito contra cidadãos e estados do nordeste. Padrões gramaticais podem ser identificados para cada um desses temas gerais presentes nos comentários.

KEYWORDS

Systemic-Functional Linguistics. Transsexuals. Refugees. Corpus Linguistics. Appraisal.

PALAVRAS-CHAVE

Linguística Sistêmico-Funcional. Transexuais. Refugiados. Linguística do Corpus. Avaliatividade.

Introduction

This article aims to analyse the lexicogrammatical patterns in a set comments made by users of a social media in Brazilian Portuguese (BP). The comments were a response to a Facebook post publicising that Federal University of Bahia (UFBA) had instituted a specific system of quotas for socially vulnerable transsexuals, transvestites,¹ immigrants and refugees. The responsible for the post was “Quebrando o Tabu”,² a Brazilian internet news media. “Quebrando o Tabu” replicated a piece of hard news from a news website (Bahia Notícias),³ and it praised UFBA’s announcement. Such an announcement had an important impact in the present political context in Brazil, since it took place a couple of weeks after a far-right candidate was elected for the Brazilian presidency.

This paper has its theoretical basis on the Systemic-Functional Linguistics (hereafter SFL) and Corpus Linguistics (hereafter CL). The main focus is to establish the transitivity and appraisal patterns that represent the social actors (VAN LEEUWEN, 2005) in such comments. This relationship between CL and SFL is possible on account of some common aspects both share as neo-Firthian approaches to language study (HASAN, 2014; STUBBS, 1996). Firstly, CL and SFL rely on empirical

¹ In this paper, the use of the words *transvestite* and *transsexual* is aligned with some cultural practices in the Brazilian context. Although such terms might seem offensive in some cultures, they are common use in Brazilian Portuguese, mostly because they have reflected a search for identity and visibility of some members of the LGBTQI+ community.

² <https://www.facebook.com/quebrandootabu/>

³ <https://bit.ly/2ZuHCmb>

data analysis as their main source of linguistic insight, as they investigate instantiation patterns within the various linguistic and social contexts based on real-occurring language data (BEAUGRANDE, 2002; BIBER; CONRAD; REPPEN, 1998). CL and SFL see form and meaning as indissociable, recognising that meaning is motivated by the relationship between the different lexicogrammatical elements in the different contexts of situation (HALLIDAY, 2003; HASAN, 2014; KRESS, 1993; MARTIN, 2016). For both, language is a social construct and an integral part of how we represent the world and our experiences (HALLIDAY, 2003). Consequently, language changes as the world changes, as also so do our choices at the lexicogrammatical level. Therefore, mapping our language choices is an important part of understanding how different social groups are represented in different contexts of interaction.

The relevance of this study lies in the protagonism that social media have gained in our society. They are no longer just seen as the expression of youth culture (ELLISON; BOYD, 2013), being recognized for their importance as a political platform (MERCURI; LIMA-LOPES, 2020; RODRIGUES; FERREIRA, 2020; VISCARDI, 2020). They have had a decisive influence on contemporary elections (ALMEIDA, 2018; SILVA, 2018; VARIS, 2020) and a pivotal part in the dissemination of hate speech (BEN-DAVID; MATAMOROS-FERNANDEZ, 2016; LIMA-LOPES, 2018; OTTONI *et al.*, 2018). Social media have also played an important role in processes of disinformation and misinformation (LAZER *et al.*, 2018; PORCELLO; DIAS, 2018) and their consequences in everyday life, such as virtual lynching (MACEDO, 2018). Online social media, such as Facebook and Twitter, have aided the flourishing of several social movements, such as women's rights (GABARDO; LIMA-LOPES, 2018; LIMA-LOPES; GABARDO, 2019; LIMA-LOPES; PIMENTA, 2017) and mobilisation against censorship (LIMA-LOPES, 2019). Besides they have also been of paramount relevance to the LGBTQi+ community, as they offer a space for the construction of new identities that go beyond social conventions (BANKS, 2018; LIMA-LOPES; CÂMARA, 2019).

Data analysis was based on both qualitative and quantitative approaches. Data collection was performed by a social media scraping software, responsible for collecting all comments, as well as their reactions. A corpus clusterisation was calculated as a way of recognizing its main aboutness. Then, the comments were classified according to their position in relation to the UFBA's quota system and the meanings they instantiate. The functions and patterns of the most relevant clusters and lexical items were analysed using scripts for concordance. The analysis was based on a series of scripts written in R programming language written specially for this research. These scripts are available at the author's website and Git Hub repositories.⁴

Results showed that the discussions moved beyond the simple expression of opinions for or against the quota system. Racial and geographical prejudice (against Brazil north-eastern citizens) and intense interaction, not always friendly, amongst commenters were common. In the case of the latter, there is the presence of polarized political discussions and personal offences that are often

⁴ All scripts will be available at: <http://www.iel.unicamp.br/rll307> or <https://github.com/rll307>

not even related to the main topic of the post. Finally, systems of choices regarding the evaluation and transitivity representations were drawn based on the meanings observed in the comments.

In order to fulfil the research objective, the next section presents the literature review, followed by the methods. The analysis of the data and the final remarks close this article.

1. Literature review

SFL is an approach that renders meaning and structure in order to describe how wordings are instantiated through paradigmatic system of socially motivated choices (HALLIDAY, 1994, 2004). The way the linguistic constituents are organised results from a deep relationship between the context and the communicational functions people perform (KRESS, 1993). According to Hasan (2014), Martin (2016) and Thompson (1996), language would be a probabilistic system of choices (HALLIDAY, 2005), which is conditioned by the context in which the speaker is. SFL takes all elements of text and context into account: form and meaning are equally important within a system that understands them as inseparable (HALLIDAY, 1994, p. 15), as any choice at the structural level reflects at the semantic and expression levels and vice versa.

For Martin and Rose (2003), social activity, discourse and grammar are phenomena operating at a different level abstraction. Such an interface becomes possible because cultures manifest themselves through texts constituted by smaller units such as sentences, periods and words. The instantiation process would be the translation of our social meanings into grammatical structures build into texts, allowing more abstract levels to become tangible language-level choices. Therefore, symbolizing is an essential and indispensable aspect; grammar would codify speech as it would instantiate social activity as texts (MARTIN; ROSE, 2003). So, a text is result of choices that occur at different levels (or strata), each responsible for some aspects of meaning and its translation into a language system. Consequently, each time meaning is instantiated, it represents a set of non-arbitrary and motivated choices (HALLIDAY, 2003; KRESS, 1993).

In SFL tradition, there are two levels of context: situation and culture. The context of culture can be understood as the background in which the interaction is, as it provides the social potential for realisation of meanings. The context of situation (or register) is related to the immediate situation of text realisation (HALLIDAY; HASAN, 1991) and it should be configured according to:

- **Field** or what the text is about;
- **Tenor** or the social structure, their hierarchical relationships and of solidarity;
- **Mode** or the role of language and its organization.

The register variables are instantiated through three *Language Metafunctions*. Given the semantic-functional nature of communication, choices are not only structural, but they also reflect the ideological context a speaker is in. According to Halliday (1994), such metafunctions would be:

- **Interpersonal:** encompasses attitudes towards others and our social roles.
- **Textual:** organizes the text and gives it its status as a message.
- **Ideational:** refers to the representation of our experience.

Ideational metafunction could be defined as the grammatical resource by which language reaches its representational potential (HALLIDAY, 1994, 2004; THOMPSON, 1996). Such potential is instantiated by choices through the *System of Transitivity*, a system responsible for the expression of what Halliday and Matthiessen (2014) call a *quantum of change*. As one represents the world through language, she or he would actually be modelling this *quantum* into something similar to images of 'doing', 'happening', 'feeling', 'existing', 'saying' or 'being', images which depict the relationship amongst the entities present in the world. Hence, the system of transitivity provides the resources needed to transform this *quantum* of change into event streams through process choices and their arguments. Each process unfolds over time and establishes relationships with participants, who play roles in the proposition, and circumstantial elements, whose primary function would be to represent the background of such processes.

According to Halliday (1994), our meanings are expressed by means of six processes types: 1) material, which represents actions performed in the physical world; 2) mental, which represents our inner world; 3) relational, which brings meanings related to identification, possession and attribution; 4) behavioural, which is between the material and the mental, performing actions of our inner world that are externalized in material actions; 5) verbal, which is between the relational and mental, instating meanings of saying; and 6) existential, which are between the material and the relational, instantiating phenomena recognised as existing.

The analysis of appraisal is a further development of SFL, and it is a response to our constant feeling that our language choices are evaluating other people, our context as well as characterising our ideological stand (ALBA-JUEZ; THOMPSON, 2014; HUNSTON; THOMPSON, 2000). In order words, the system of appraisal is concerned with how users express their subjective stances in language, how speakers/writers approve/disprove the world they represent and the people they communicate to (MARTIN; WHITE, 2005). The analytical approach Martin and White (2005) propose concerns three subsystems according to the kind of evaluation they express. The first is attitude, responsible for mapping feelings as they are built into text. The attitude is divided into three subsystems (1) *Affection*, expressing positive and negative feelings, (2) *Judgment*, focusing on attitudes

towards behaviours, which we may praise, criticise or condemn, and (3) *Appreciation*, representing aesthetic ideas.

The second is the system of engagement, and it makes possible for the writer/speaker to enlist (or not) him/herself interactively within the text. As any text would be the result of interaction with various other texts and voices, this system would be responsible for the systematic processes of performing commitment or non-commitment linguistically (MARTIN; WHITE, 2005, p. 93). Graduation, finally, can be defined as a form of intensification or mitigation of the meanings instantiated by the two other subsystems, which instantiate meanings regarding 1) Force – amount or intensity –, and 2) Focus – prototyping and accuracy. Focus can be described in terms of taxonomies which define the specificity of participation, while force instantiates meanings that would be quantified or intensified.

This article focuses on the system of attitude and its relationship with transitivity choices. Although the simultaneous analysis of these two systems is not the most orthodox analytical practice in SFL, several papers have shown its potential for identifying the ideological and discursive patterns in Brazilian Portuguese (LIMA-LOPES, 2018; LIMA-LOPES; GABARDO, 2019; LIMA-LOPES; PIMENTA, 2017; MERCURI; LIMA-LOPES, 2020).

2. Methods

Collocation could be defined as units of formulaic language choices which might be considered prominent in language use (GABLASOVA; BREZINA; MCENERY, 2017). Corpus analysis plays an essential role in understanding how lexical elements might combine to become identifiable as units of meaning. Of particular relevance to the approach in this paper is the idea that a word does not occur in isolation (SIYANOVA-CHANTURIA; MARTINEZ, 2014; WILLIAMS, 1998).

Gablasova *et al.* (2017) observe that collocation can be studied employing two main frameworks. The first is phraseological, which focuses on the semantic relationship between two or more terms, while the second would concentrate on the frequency responsible for drawing evidence on lexical co-occurrence in a corpus. This article takes the first approach as a means of analysing Facebook comments. It is believed that the use of lexical analysis associated with an interpretation in the SFL framework may lead to an in-depth understanding of how the social actors are represented. Such collocational patterns ought to be considered as a single lexical item (SWINNEY; CUTLER, 1979), creating a network of conceptual clusters (WILLIAMS, 1998) that might shed some light of how ideology is instantiated in lexical choices.

Phillips' (1989) research is relevant in the context of this study. The author develops a methodology for the study of aboutness as large-scale regularities that can define our perception of the subject of a text. To achieve its goals, Phillips (1989) performs hierarchical cluster-based computational processing, treating collocated items as a network of macro and micro textual references, plotting a dendrogram that shows the relationships of co-occurrence and hierarchy.

This research uses Phillips' (1989) model in order to study the lexical clusters in the comments and their collocate patterns in order to interpret them using the transitivity and appraisal frameworks.

2.1 Data collection, data processing and corpus definition

Data was collected using Netvizz,⁵ a software that scrapes data from Facebook's pages and communities. The software can scrape information such as posts, comments on posts, general statistics of a page over a period. It only works with pages/communities that have set their status as public and, by default, anonymises usernames as it generates *.tab delimited data files.

All comments were treated using R,⁶ a statistical software that also offers many packages for working with textual data. R was a tool for processing clusters, data cleansing and concordancing. The cluster calculation was performed using the Ward's (1963) Hierarchical Grouping Method. Ward (1963) developed a method for creating hierarchical and mutually exclusive groups, in which members tend to be maximally similar concerning a given characteristic. In the case of this research, calculation took into account the co-occurrence of bi-grams (binary relationship) in order to understand how the main topics in the comments were defined in terms of their strongest collocates.

Later, all comments were sorted manually. As any function-based classification, the interpretation of such system of choices is rather subjective – since they might be a result of the one's interaction with his/her contexts of culture and situation (FAWCETT, 2013) – and time consuming – since each comment was read a few times in order to validate its classification. Other quantitative studies in SFL (BEDNAREK, 2006; TABOADA; GRIEVE, 2004) also observe that any corpus analysis of the appraisal system would require a great deal of manual classification, with a high degree of subjectivity in the results.

In this study I chose to perform such categorisation with the aid of concordances and collocates in order to observe each bi-gram in context. On the one hand, I believe that such procedure might have minimised possible bias in the sorting, on the other hand, it was responsible for the process to take longer. However, some comments seem to instantiate more than one meaning, a fact which led me to consider some comments as instances of more than one category.

Such a classification aimed at observing how each theme developed in comparison to the word associations calculated earlier. Four main categories were found: 1) those in favour of the quotas, 2) those against the quotas, 3) those bringing some prejudice against Bahia and other Northeast States and 4) those regarding interaction amongst users.

The next step was to generate an ordinary two-gram wordlist of each topic to observe which of such associations were more frequent in the corpus. The five most frequent terms present in the

⁵ <https://wiki.digitalmethods.net/Dmi/ToolNetvizz>

⁶ <https://www.r-project.org>

cluster association and at the wordlist were submitted to a matrix association calculation. This association takes the matrix of word co-occurrence and observes the most common via a co-relation (Pearson) test. These words were also submitted for concordancing in order to qualitatively observe their meanings.

Finally, this research followed this algorithm for data collection and analysis:

1. Collecting data from Facebook using *Netivizz*
2. Anonymise manually all personal data present in the comments
3. Import data into R
4. Process a document term matrix network for the cluster's calculation
5. Calculate and generate clusters visualisation (whole corpus)
6. Manually categorise all comments
7. Calculate and generate clusters visualisation (each subcorpora)
8. Generate wordlists (each subcorpora)
9. Generate concordances for each term studied

All scripts developed for article will be available on-line⁷ for future replicability at the researcher's website at the time of its publication. Unfortunately, data is not made public for ethical reasons.

Elements	Values
Original Comments	2647
Tokens	71788
Types	63054
Types/tokens ratio	1.14
Tokens per comment	27.12

TABLE 1 - Comments statistics

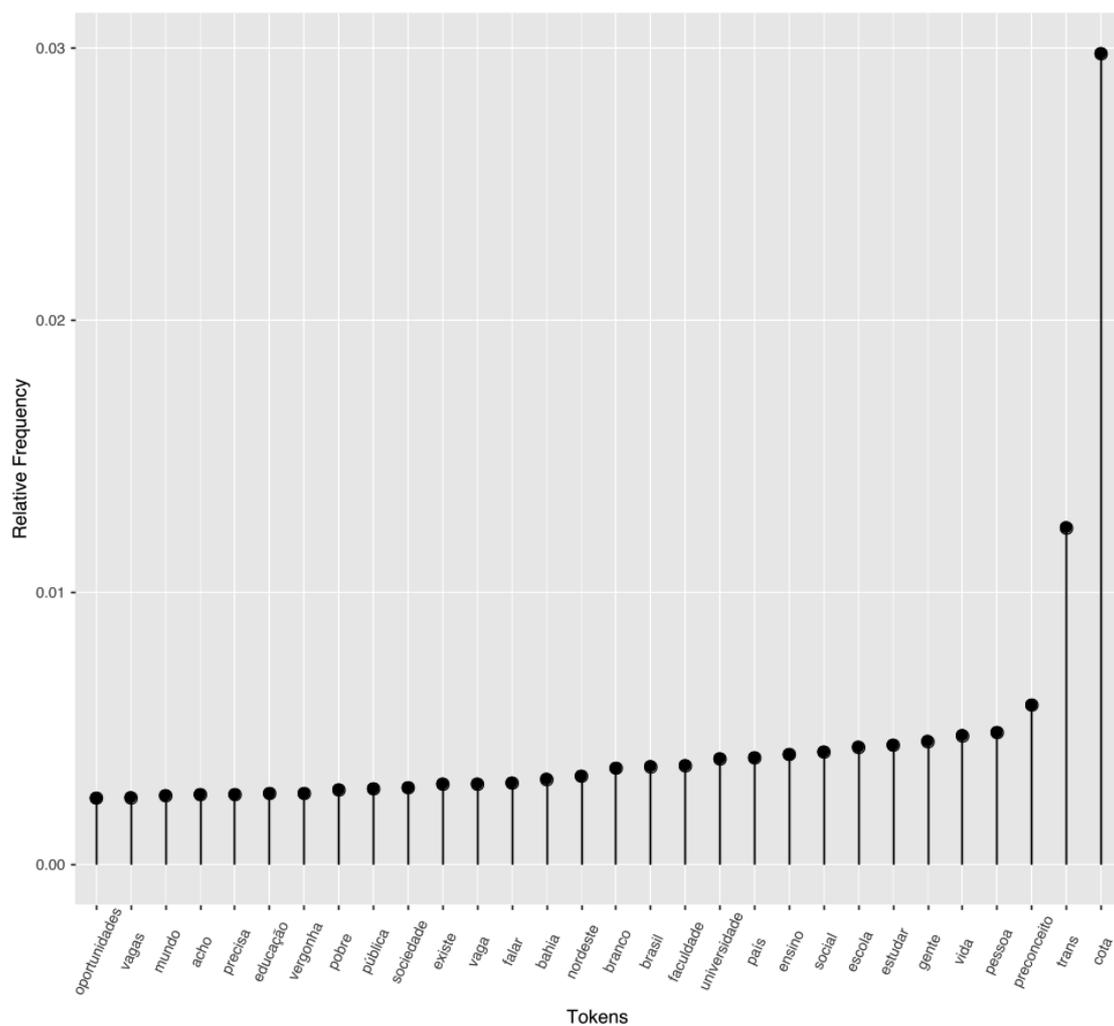
Table 1 shows the general metrics of the corpus. There are 2647 unique comments, more than 70,000 tokens and a little more than 63,000 types. The types/token ratio shows that there some variation in terms of lexis, since most of the comments seem to have mostly unique words.

3. Results

The general aboutness of the comments seems to be related to the Brazilian system of quotas (figure 1). *Cota* (quote) is the more frequent word (3%) and followed by *trans*, a short form of transsexual in

⁷ All scripts will be available at <http://www.iel.unicamp.br/rl307> and <https://github.com/rl307>

BP (1,4%). Words which seem to identify the discussion social locus, such as the Northeast of Brazil and UFBA and its nature as a public university, and the lack of opportunity of the people the systems of quotas is directed to, seem to occur in smaller numbers.



Source: Data

FIGURE 1 - Wordlist of the 30 more frequent words in the general Corpus ($t=24.031$, $p=2.2e-16$)

The results are also significant for the *t-test* regarding the difference between the mean occurrence of such words. This result shows that such choices did not happen by chance; they possibly related to the general topic of the comments. Such topics seem to have four main subjects: the system of quotas itself (e.g. *cota*, *vagas*), which includes the transsexuals as the beneficiary of such system (e.g. *trans*) and the university (e.g. *faculdade*, *universidade*, *escola*) which offers the quotas, the region of Northeast and its citizens (e.g. *nordeste*, *Bahia*), negative evaluation (e.g. *vergonha*), and racial-social issues (e.g. *pobre*, *branco*).

Figure 2 brings a Dendrogram cluster of the whole corpus. The main objective of such representation is to demonstrate how the most frequent words associate. It can bring us a very fair understanding of the aboutness (PHILLIPS, 1989) of such comments as it aids us to understand how the main social actors are discursively characterised.

Ten clusters resulted from the association of the different lexical items. The first cluster consists of three items, in which the expression *baixa renda* (low income, ex.1) is hierarchically subject to *existir* (exist, ex. 10). In this cluster, such collocation pattern is a result of the constant reaffirmation of the way the quota system works, as it will be discussed later.

Ex 1 Galera pesquisem existe cota pra quem tem renda baixa

Guys, research there is quota for those who have low income

Ex 2 Elas são voltadas aos públicos que estão em situação de vulnerabilidade social.

They are aimed at audiences who are in a situation of social vulnerability.

Ex 3 @Usuária empregos eu entendo, mas cota pra faculdade é outra história trans ou não, ainda existe o privilégio de cor, classe social etc.

@ User jobs I understand, but quota for college is another trans story or not, there is still the privilege of color, social class etc.

Ex 4 Esse povo tá aqui falando merda das cotas (...)

These people are here talking shit of quotas (...)

Ex 5 (...) como o fato da pessoa ser, trans, negra, indígena diminuir sua capacidade de entrar em uma universidade (...)

... it is like if the person is trans black indigenous it would diminish his/her ability to enter in a university

Ex 6 (...) eu branco e pobre e tenho direito a cota de escola pública

... I am white and poor and have the right to a public-school quota.

Cluster number 2 seems to bring meanings regarding the access of transsexual groups to the university. The quota system is portrayed as a solution to such an issue, as one might see in choices such as *transexual* (transsexual, ex.5), *preconceito* (prejudice, ex.21) *entrar* (get in, ex.5) and *universidade* (university, ex.5). Clusters 3 and 4 seem to be related to the *escola pública* (state school, ex. 6),⁸ and it expresses Brazilian free education system as a right of any social and ethnic group. Cluster 5 concerns the life and exclusion of transgender people from the labour market (ex. 40), while number 6 has as its central point the social vulnerability and the relationship between classes (ex. 2).

⁸ The Brazilian educational system has been undermined for the last 50 years of a policy that has taken away investments and made secondary and primary school teachers underpaid. As an extensive educational crisis emerges in the early 1990s, private schools rise as a solution for the educated Brazilian high and middle classes, but not for the poor. A long-term consequence was that only private school students were able to get the high scores necessary to the entrance in the Brazilian public university system. As a remedial policy, in early 2000 most of the Brazilian universities started to offer quotas for students who have finished their High School (or Secondary Upper School) in any state school. For a more comprehensive discussion on the Brazilian educational crisis, please see Frigotto and Ciavatta (2003).

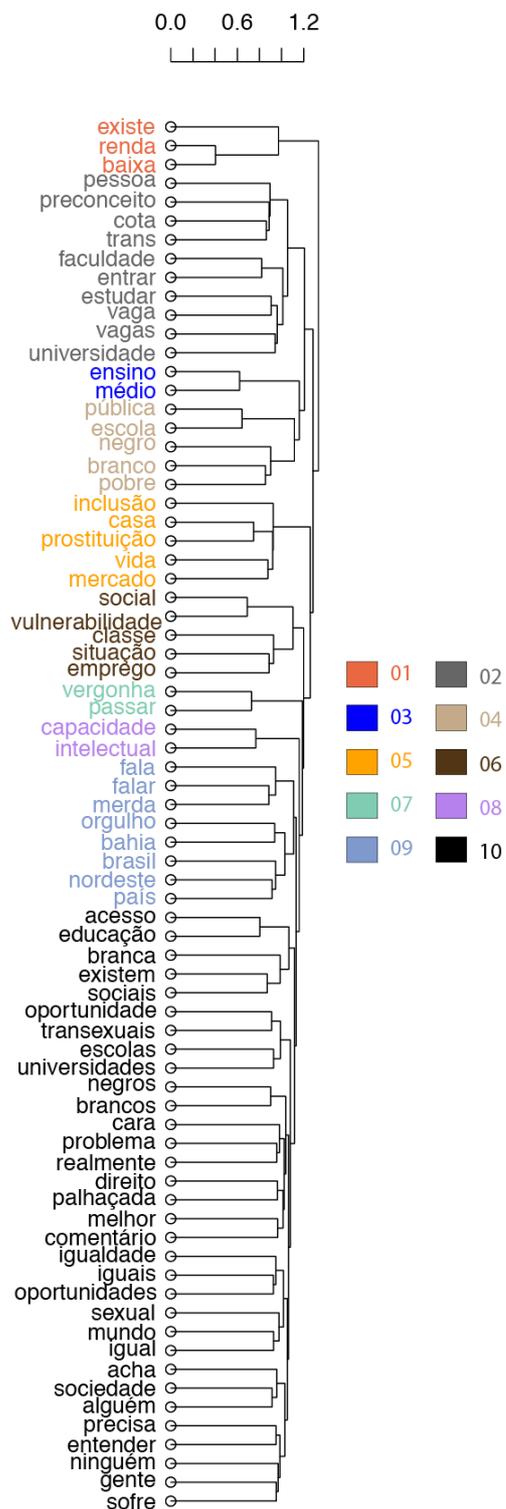


FIGURE 2 – Dendrogram clusters (binary association with Ward's (1963) model)

Cluster seven expresses opinions about what a particular user has posted, as comments are commonly related to the interaction amongst the speakers than to the quota system itself (ex.19). It is similar in cluster 9, which has a common phraseology in Brazilian Portuguese *falar merda* (say/talk shit, ex. 4), frequently used in an informal critical tone. This cluster also seems to bring meanings concerning the northeast states, especially Bahia.

Cluster 8 characterises the groups who benefit from quotas as individuals with limited intellectual capacity (ex. 28). Finally, cluster 10 provides an overview of the topics discussed in the posts, regarding race and access to universities. There are several evaluative elements such as clowning (*palhaçada*), better (*melhor*) and equal (*igual*), and processes such as existing (existential), suffering (mental) and understanding (mental). Issues such as sexuality are also present in words like sexual and transsexual. Some terms, such as problem (*problema*) and access (*acesso*), seem to justify a negative semantic prosody.

This preliminary cluster analysis seems to reveal that the comments are centred on four main topics: 1) interaction amongst/between users – which focus on way users criticise/slander other users due to lack of knowledge or different opinions regarding the system of quotas –; 2) negative evaluation – which accounts for comments that disprove quotas –; 3) positive evaluation – which stands for comments that evaluate the quotas positively –; and 4) manifestations of pride/prejudice in respect of the Brazilian Northeast states.

These four main groups (table 2) are the topics present in the comments. Interactions amongst users hold the highest numbers (45.5%) of the total of comments, while negative (24.3%) and positive (21.4%) are close to a quarter of the total. Prejudice is the least subject treated in the comments, a little shy from 9%.

Categories	Comments	%	Tokens	Types
Positive	567	21.42	20626	15853
Negative	649	24.51	20885	20885
Prejudice	225	8.5	3680	4439
Interaction	1206	45.57	26597	21877
Total	2647	100	71788	63054

TABLE 2 – Comments categorised by subject

The initial expectations were that positive or negative evaluations would be the more frequent themes discussed in the thread of comments. As table 2 shows, the interaction between the users is the topic with the more significant number of comments, meaning that almost half of what users discussed refers to the opinions that they expressed regarding one another. Each positive and negative opinions are less than a quarter of the total interaction. As the examples will show, more than a place for expressing political views, the comments also were a place for exchanging of personal insults.

The presence of offences and racism towards people from Bahia, and the Northeast, in general, was also an unexpected result. The initial hypothesis was that the questioning of such social quotas

would take place by the expression of a more conservative view of society but not by intolerance. Although the data collection could not map such comments in terms of their geolocation, the sort of tension they represent might be an indication that users who might have written them are from the southern areas of Brazil.

In terms of word distribution across these categories, the number of types/tokens seems to be disproportional. This so because the theme that produced the more significant number of comments is the one with least number of tokens per comment (figure 3). The positive comments are the ones with the larger number of tokens per comment (36.7 on average), while the negative opinions are the second longer streaming of texts (32.18 in average). Figure 3 also shows that expressions of prejudice against Bahia and Northeast have 19.72 words average.

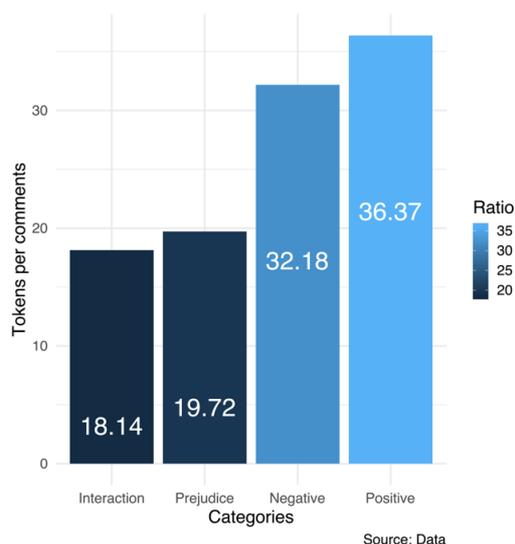


FIGURE 3 - Average distribution of tokens across themes
($t = -2.5118$, $p=0.06593$)

As one reads through figure 3, positive commenters may make longer texts and have longer pieces of argumentation in favour of their beliefs, it seems that users who are in favour of quotas took more time explaining and making their point of view clear to the reader. As negative interactions are shorter, it is likely their authors took less time in argumentation. Themes as interaction (18.15 average) and prejudice (19.72 average) are similar in terms of size.

The primary hypothesis in the t -test was that these averages would be different, and, therefore, uncommon. As the results came precisely the opposite, consequently it might indicate that this kind of word distribution seems to be the one expected in interactions like this.

As an outcome of the comparison between table 2 and figure 3, it would be possible to observe that the interaction amongst users is the most common topic discussed, while it is the smaller in terms of text extension. Positive and negative evaluations of UFBA's quotas are quite similar in terms of the number of comments, types and tokens. The results are relevant not only because they show

the natural polarity that would take place in a context like this, but also suggest that other social themes are relevant in such context.

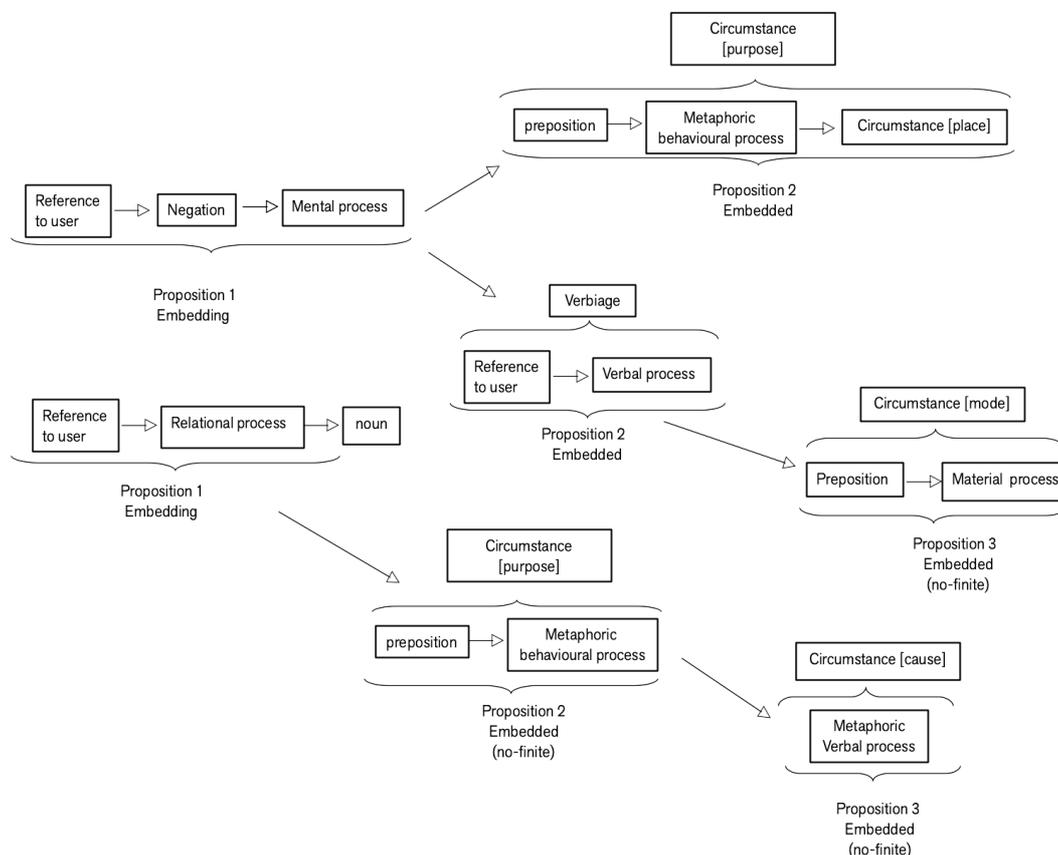


FIGURE 4 - System of choices: interaction amongst users

Interaction amongst users is the more frequent topic in the comments, and four seem to be the most frequent subtopics discussed here: 1) questioning one's knowledge regarding the system of quotas; 2) mocking or insulting users; 3) racial tensions. Figure 4 brings a system of choices that represents such meanings.

As one might see in figure 2, there are direct co-textual expressions, like *baixa renda* (low income), ex. 8, *escola pública* (State Schools, ex. 10), which relate to this topic strongly. Such a relationship occurs in comments that defend the socioeconomic criterion as the only acceptable for a quota system. As users express that a low-income programme should exist, they represent system “as it is” as ideologically biased for targeting specific social groups, making the way of the poor in the university more challenging in comparison to the black and transsexuals (ex. 18).

Ex 7 (...) não sou trans, não sou negra, não sou refugiada, mas sou pobre, não posso pagar uma faculdade, tenho direito de cota?

I'm not trans, I'm not black, I'm not a refugee, but I'm poor, I can't afford a college, do I have the right for quotas?

Ex 8 Eu sou a favor sim de cota para baixa renda para TODOS sem distinção de ideologia, cor ou etnia!

I agree to the quotas if they are for low-income people disregarding ideology colour or ethnicity

Ex 9 @User amigo as cota servem para pessoas de baixa renda tbm.

@User, my friend the quotes are for people of low income too.

Ex 10 Porque ja existe lindo, cota pra pessoa que estudou a vida toda em escola pública

Because it already exists, my darling, quotas for those who studied in state schools

On the other hand, these users are criticised for some lack of knowledge regarding the quotas in Brazil, since most of the major universities already offer quotas for underprivileged students (ex. 7, 9, 10 and 11). The common strategy is to make this person as a senser in a mental cognitive process. In most of the times, these processes come in the negative form in order to represent the user's incapacity to understand the system of quotas (ex. 11 and 12). The central argument lies in the negative characterisation of such users, who are judged in terms of normality (ex. 11) or appreciation (ex. 14). This appreciation is commonly expressed using adjectives (ex. 11 and 14), while normality is instantiated by either negation (ex. 12 and 13) or imperative (ex. 15).

Ex 11 Tá desinformado hein! Existem cota sociais caso não saiba!

You're uninformed huh! There are social quotas if you do not know!

Ex 12 vc nao sabe nem o que ta falando pra comecar

U don't even know what you are saying to begin with.

Ex 13 (...) esse bicho não estuda kkkkkkk

This animal does not study kkkkkkk

Ex 14 Burro do caralho

Stupid fucking ass

Ex 15 Vá estudar e se informar para não passar vergonha na internet!

Study and be informed for not getting ashamed on the internet!

The lack of familiarity with the system is interpreted not only as misinformation (ex. 11) but also as intellectual laziness (ex. 13) or stupidity (ex. 14). *Passar vergonha* (ex. 15) is also another way to represent this system that brings a strong personal offence, since the unfamiliarity with the system of quotas should be something to be ashamed of. In some cases, a response to a comment represents some users as *burro* (stupid) or as *bicho* (animal) in co-occurrence with a cognitive mental (*estudar*, study, or *saber*, know), in order to get a general tone of cognitive incapacity in a very negative semantic prosody. Mocking and swearing are also typical strategies and a common trace Brazilian culture for undermining one's argument.

Ex 16 É difícil ser Branco e hetero?

Is it hard to be White and Straight?

Ex 17 Tadinho do branco sofrido!

What a poor white boy!

Examples 16 and 17 represent quite negative feelings towards a “so called racial democracy”. They bring traces of irony as they put white people in the shoes of those who suffer prejudices. It is

possibly a reaction towards a fabricated racial harmony and racial democracy in Brazil (HASENBALG, 2005). According to Hasenbalg (2005), such phenomenon tends to replicate the master–slave relationship within a less aggressive discourse. Racism has an economic expression in which black people are present in a subservient social place. This so-called racial democracy is a commonplace in Brazilian traditional mass media (JOYCE, 2012; LIMA-LOPES, 2016), in which white and black live their social roles peacefully. In fact, some white segments of society have historically denied the existence of race related issues since the early 19th century (HASENBALG, 2005).

Example 18 expresses a different framework; it tries to identify the quotas as an attempt to exclude the white male from the educational system. This meaning relies on the use of *completamente* (completely or entirely) in association with the mental process *esquecer* (forget) in a context which the white male is the phenomenon in a passive voice.

Ex 18 (...) como as cota[s] são para os pobres, trans e pretos, os machos brancos serão **completamente** esquecidos!
 (...) as the quota [s] are for the poor, trans and black, white males will be completely forgotten!

Ex 19 Mais facil reclamar sem saber e passar vergonha do que tentar se informar né
 It is Easier to complain out of ignorance and be ashamed than trying to find out, right?

Ex 20 Tem direito de passar vergonha por falar merda
 You have the right to be ashamed of talking shit.

Collocates like *passar vergonha* (be ashamed),⁹ ex. 19, and *falar merda* (say shit), ex. 20, also express how users interact across the corpus. In most of the cases, the comments are much more related either to cursing or slandering.

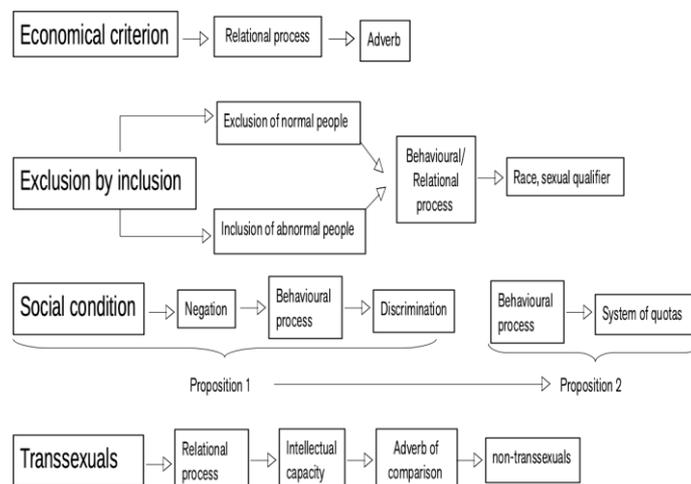


FIGURE 5 – System of choices: negative opinions

⁹ *Passar vergonha* (be ashamed) is a figure of speech in Brazilian Portuguese for expressing the feeling of shame that someone should have (but not necessarily has) for not behaving as expected in some situation.

The negative evaluation of the quotas is commonly related to three main topics: (1) that minority groups should not be eligible for such policy (ex.21); (2) that is a means of exclusion of white people (Ex. 25 and 26) and (3) that the minorities might be characterised as less capable (ex. 27). Figure 5 brings a system of choices that represents such meanings.

Firstly, comments discuss whether suffering discrimination and social vulnerability are acceptable criteria for quotas. In this context, the primary strategy is to make jokes by comparing such groups to other groups who might also suffer some sort of prejudice in order to under evaluate the problems of the people who quotas would benefit.

Ex 21 Por **sofrer preconceito** essas pessoas **merecem** uma facilidade pra entrar na faculdade?

Because of prejudice, do these people deserve an easier way to enter in college?

Ex 22 E os gordos? Pras pessoas com orelha de abano? Se a desculpa é quem **sofre discriminação** ter cota

How about quotas for fat people? For people with big ears? If the excuse is for quotas is a person to suffer prejudice/bullying(...)

Ex 23 Daqui a pouco pra entrar na universidade só se for negro, mulher, gay (...)

Soon you will enter the university only if you are black, woman, gay (...)

Examples ex.21 through 23 bring a refined system of disagreement which is typical of Brazilian Portuguese. *Merecer* (deserve) is present in an interrogative sentence and is associated with *por* (for/because) in propositions that bring a sarcastic tone. Characteristics such as *gordo* (fat) or *orelha de abano* (big ears) are physical features that represent the quota programmes as overprotective (ex. 31) by creating excuses for making their way into the university easier (ex.21). Propositions like ex. 22 compares different kinds of prejudice in order to argue in favour of the irrelevance of affirmative policies. The strategy is to associate expressions like *Se a desculpa* (if the excuse) to relational possessive processes like *ter* (have) to minimise the social issues that serve as a justification for the system of quotas, ex. 22. In this context *Sufrer* (suffer), ex. 22, is a behavioural process responsible for an important sense of irony.

In the context of UFBA's announcement, comments like ex. 16, 17, 18 and 23 tend to be a response to previous aggressions. Example 23 raises racial and gender issues, since women, black and gay are represented as people who should not belong in the university. A consequence of such quotas would be the exclusion white male from the higher education, a place which belongs to him as his right. Processes, adverbs and adjectives seem to have an important role expressing prejudice (ex. 23 and 18) and reaction to hostilities (ex. 16 and 17). *Tadinho* (what a poor, in an approximate translation) and *difícil* (difficult) express racial tensions, they evaluate people who are against the quotas by ironically comparing white people privileges to the difficulties fought by black and trans people. Example 18 uses the modalisation expression and the relational process *ser* (to be) determine the fact of being part of some of these groups should be mandatory in order to be in a university. The general tone in example 23 is negative, more likely due to two adverbs *daqui a pouco* (soon) and *só se* (only if): the first projects a near future motivated by the growth of the quotas, while the latter excludes those who are not part of minority groups.

Ex 24 Eu não sabia que **ser** trans, refugiado ou pobre ou negro, **tornasse** alguém **com limitações intelectuais** (...) *I did not know that being trans, refugee or poor or black would impose someone any intellectual limitation (...)*

Ex 25 Estou me sentindo excluída de tanta inclusão! Sou branca, idosa, heterossexual (...) *I'm feeling excluded because of so much inclusion! I am white, elder, heterosexual (...)*

In this discourse framework, the quota system represents a form of exclusion, since white people would be gradually rejected from the university for not participating in affirmative programmes. In most cases, this occurs through a reaffirmation of personal characteristics (ex. 25), as an explanation for not being part of the groups covered by the quotas. This strategy tries to generate a paradox: the absence of some racial, gender and transexual characteristics defines a *pessoa normal* (normal person), ex. 26, who would be disqualified for joining the university. In Brazilian Portuguese, *pessoa normal* (normal person) is a high evaluative expression, it praises the superiority of those who belong to it while it disregards all other people.

Circumstantial elements may be responsible for expressing attitude towards the quota system (ex. 25), a possible exclusion caused by the inclusion of those who were not at university before the quota's introduction. This grammatical and discursive strategy seems to build a new ideological representation: people who are now included would be responsible for excluding the ones who were already at university before them. It makes the system to look unfair in the eyes of the privileged white classes.

In Brazilian Portuguese, the future tense of *ser* (to be) (ex. 26), projects a clause instantiating a verbal form (*ir*(go)[present]+infinitive verb) meaning a possible and negative hypothetical future (ex. 26). Such a use demands some parallelism between the two verbal forms: *ser* and *ir*+verb must both be singular forms in the third person, while the future tense (*será*, will/going to) projects future meanings in the auxiliar verb (*vai*, goes/is going to) (ex. 26). Since BP is a pro-drop language, the process is impersonalised by the use of the singular third person inflection. On the one hand, such a grammatical choice reaffirms the feeling of exclusion by making it more objective and impersonal for those who read it; on the other, it pictures the exclusion as a "logical consequence".

Ex 26 Será q vai sobrar vaga pra alguém em situação "normal"? *I wonder if Will there be a place for someone in a "normal" situation?*

Ex 27 Sou a favor de cota socioeconômicas, **sou** branco, pobre, morei minha vida toda em comunidade, comecei a trabalhar adolescente, terminei meu 2 grau em um supletivo por não ter tempo pra estudar, quando prestei vestibular não tive direito a nenhuma cota, você acha isso justo ?!?! *I am in favour of socioeconomic quota, I am white, poor, I lived all my life in community, I started working as a teenager, I finished my high school in a supplementary course because I had no time to study, when I took the entrance exam I did not have any quota, you think is that fair?!?!*

Transsexuals are ironically represented as intellectually handicapped (ex. 27, 28, 29). In the context of these examples, relational processes (*ser*, to be) and some material (*morar*, live, *trabalhar*, work) and their relationship with some circumstantial elements (*em um supletivo*, in a supplementary course) are essential because they are used to characterize the user in socioeconomic terms (ex. 27).

From his/her characterization as an individual belonging to a specific social group (ex. 27), the user also identifies him/herself as authorised to perform a negative view of the system. Relational processes also take an important role, since they seem to relate the irony of these comments: transsexuals are always the possessors of such disabilities (ex. 28 and 29). In this context, the use of some modal verbs – *pode* (can/might ex. 28) and *tem que* (must/have to) (ex. 29) – bring a sense of indeterminacy/obligation to the irony.

Ex 28 Transexuais e etc Pode ter uma capacidade intelectual menor do que as outras pessoas?

Transsexuals etc. Do they have less intellectual capacity than other people?

Ex 29 Primeiro tem que ter capacidade intelectual

First of all, you have to have the intellectual capacity

Ex 30 Refugiados eu entendo, mas gay ou transgênicos não entendo porque.

Refugees I understand, but gay or transgenic do not understand why.

There were just a few references to refugees (66 occurrences) and immigrants (12 occurrences) in the comments, they are present almost exclusively in comments that criticise the quota system. This brings up an important finding: the discussion motivated by the post is focused mainly on racial issues (black vs. white) and gender identity (transgender vs. cisgender).

Ex 31 Refugiados é compreensível, agora, para as outras já é uma sacanagem

Refugees is understandable, now, to others is a joke

Ex 32 A! vsf Cota pra travesti ok Agora pra refugiado já é demais.

Ah! GFY Quota for transvestite ok Now for refugee is too much.

Já (already in a loose translation – ex. 31 and 32) plays an important comparative role in the comments. In Brazilian Portuguese, one of *já* uses defines that some attitude might be over the expected social limits. In this context, one of these groups (either transvestites/transsexuals or immigrants/refugees) is represented as the acceptable limit, while the inclusion of the other in the programme symbolises it has gone too far. Example 31 evaluates the quotas for refugees positively, while the others (representing black people, transsexuals and transvestites) are “too much”. In example 32, the strategy is to evaluate the quotas for transsexuals and transvestites positively in comparison to refugees, who are a “joke”. In semantic terms, both groups might be evaluated positively or negatively: the same strategy is present in propositions in favour or against the inclusion of both groups. In grammatical terms, *já* collocates with a relational process, *ser* (to be) and an evaluative adverb (*demais*, too much) or noun (*sacanagem*,¹⁰ joke in a loose translation).

Ex 33 Falta dinheiro para nós, mas imigrantes são os privilegiados?

There is no money for us, but are immigrants privileged?

¹⁰ *Sacanagem* is a noun that might have many possible meanings in Brazilian Portuguese. In this context, it might be a tentative to fool someone without getting ashamed of it.

Ex 34 (...) um transexual ou refugiado tem mais direito do que os filhos de nós trabalhadores?

(...) *does a transgender or refugee have more rights than the children of us workers?*

Ex 35 Um transexual ou um imigrante é menos inteligente que o brasileiro médio??

Is a transsexual or an immigrant less intelligent than the average Brazilian??

Transvestites/transsexuals and immigrants/refugees might be treated as privileged, both draining resources that should be directed to the 'normal people' (ex. 33, 34 and 35). Some grammatical patterns emerge in this context, as *trabalhadores* (workers ex. 34) are comparatively portrayed as having less privileges than quota-beneficiaries, as the adverb *menos* (less, ex. 34) modifies *ter* (have), a relational possessive process. The use of *nós* (us/we ex. 33) tends to exclude transsexuals and refugees, ascribing them the role of not deserving such affirmative actions. Here *nós* (us/we ex. 33) plays the role of client in a material process (*faltar*, lack ex. 33), which has a negative semantic prosody in BP, while immigrants play the role of carriers in attributional relational processes (*ser*, to be ex. 33). Relational attributive processes are also present in comparative propositions that question the intelligence of quota beneficiaries, who are portrayed as less intelligent (*menos inteligentes*, ex. 35), and, consequently, below the Brazilian average levels of intelligence.

The discourse in favour of the quota system recognises the problems faced by vulnerable communities it is intended to aid. The main argument takes the prejudice they suffer in their lifetime as causing exclusion from Brazilian educational system, thus moving them away from labour opportunities. Figure 6 brings a system of choices that represents such meanings.

The propositions have their most common focus in the transsexual population, as they try to portray them as victims of some form of social inequity. This occurs in propositions in which the idea of intellectual inability is denied (ex. 36), inasmuch as their social vulnerability is held responsible for making their lives harder. Relational clauses play an important role in this meaning framework, as they define the system of quotas as responsible for correcting social injustice (ex. 37).

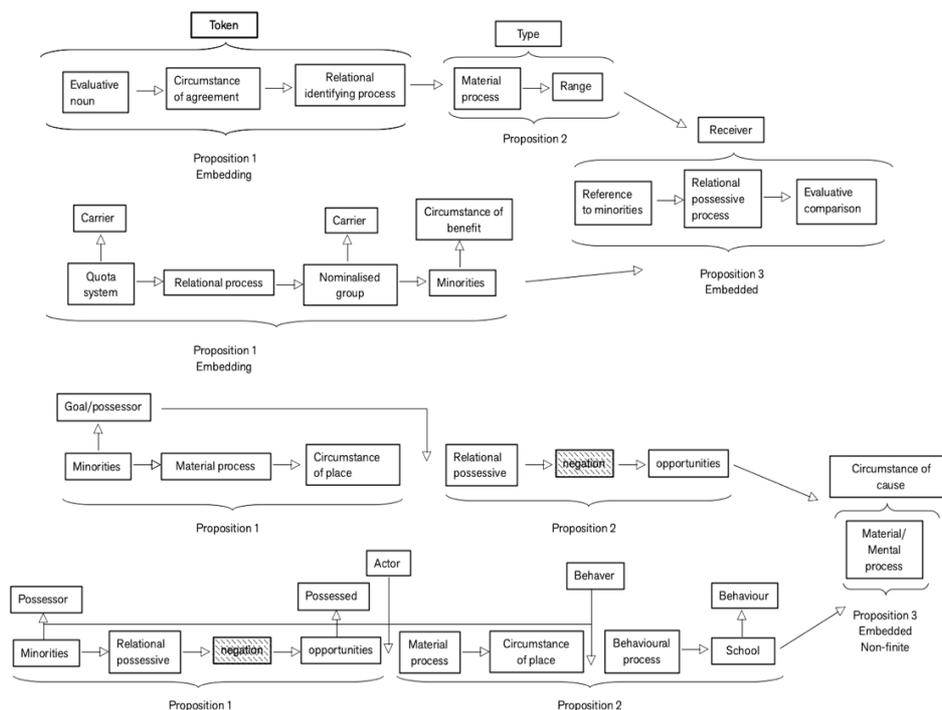


FIGURE 6 – System of choices: positive opinions

Ex 36 Cota é um sistema de inclusão com aqueles que não tem a vida tão fácil quanto a nossa (...)

Quota is an inclusion system for those who do not have a life as easy as ours (...)

Ex 37 (...) as cota pra transexuais servem para combater esse problema de desigualdade e inclusão de transexuais no mercado de trabalho e universidades.

Quotas for transsexuals are important to fight this problem of inequality and inclusion of transsexuals in the labour market and universities.

Ex 38 (...) os trans não têm as mesmas oportunidades pois são excluídos da sociedade e muitos não conseguem seguir os estudos por sofrer transfobia (...)

(...) transgender people do not have the same opportunities because they are excluded from society and many cannot follow their studies because they suffer transphobia.

Transexuais (transsexuals) (ex. 37) or *pessoas* (people) (ex. 39) are beneficiaries (receivers) (ex.39) or goals (ex. 38) in material processes, as well as possessors in relational processes (ex. 40). Such grammatical pattern represents them as eligible for quotas as they have fewer opportunities and are subjected to prejudice during their lifetime (ex. 36, 37 and 38). Circumstances of place (ex. 37) and cause (ex. 38) are responsible for including other participants in the proposition – labour market, transphobia etc. – in order to represent quotas as a reparation for their exclusion from society. The circumstances are, most of the times, complex including verbal nominalisation *inclusão* (inclusion,

ex. 37) – from *incluir* (include) – or hypotaxis *por sofrer*¹¹ (because they suffer, in a free translation, ex. 38) as they are responsible for the semantic prosody within the proposition. The processes are also evaluative, since *sofrer* and *incluir* carry strong cultural meanings, the first brings a negative prosody which contrasts and validates the need for affirmative policies, while latter takes an idea that the society should incorporate minorities.

Relational possessive processes establish a relationship between minorities and the need for inclusion. Transsexuals are related lexical items as like *mesmas oportunidades* (same opportunity, (ex. 38) and *dificuldade* (difficulty) (ex. 40), always expressing some non-positive evaluation. Negative propositions play an essential role, the wording reflects the verb in its negative form as well as adverbs that modify the process and bring about a negative meaning in BP.

Ex 39 Parabéns, é assim q se faz inclusão dando oportunidade as pessoas que não tiveram
Congratulations, this is how inclusion is done by giving an opportunity to people who have not had.

Ex 40 Mulheres trans têm muita dificuldade pra arrumar emprego, muitas desistem de estudar devido ao preconceito.

Trans women have a hard time getting a job, many give up studying due to prejudice

Ex 41 Travestis e transexuais são expulsos de casa, não têm condições de sobreviver e estudar
Transvestites and transsexuals are sent away from home, unable to survive and study

Ex 42 Vc sabia que 7 de cada 10 trans acabam caindo na prostituição por não ter acesso ao mercado de trabalho?
Did you know that 7 out of 10 trans end up into prostitution for not having access to the job market?

There are few material processes in which transsexuals are goals (ex. 40, 41 and 42), typical examples are *cair* (to fall) and *expulsar* (to send away from) (ex. 41 and 42). *Expulsar* (ex. 41) sets the interpretation background to with *ter* (have): transsexuals are goals in a transformative material process that are in parataxis with a negative relational possessive process which defines their lack of options and their school dropout. Elseways, *cair*, a delexicalized process that depends mostly on the circumstantial element (*na prostituição*, into prostitution, ex. 42), represents transsexuals as unable to take a different path due to the prejudice which drives them to prostitution. Some similar pattern is present in *Desistir* (to give up, ex. 40), a behavioural process which much of the prosody comes from *ter* (have, ex. 40). This parataxic meaning of cause vs. consequence seems to be an outcome of the semantic relationship that the processes establish, as they create a wave of appraisal choices that work as justification for the quotas.

As we can notice from examples 43 and 44, the comments evaluate UFBA as a provider of a new and excellent service for the transsexual community, to whom this sort of programme might be an important benefit (ex. 45).

Ex 43 Ações como esta da universidade da Bahia proporcionam maior igualdade às oportunidades de ensino.
Programmes like this one at the University of Bahia provide greater equality of teaching opportunities.

¹¹ *Por sofrer* is a reduced adverbial of infinitive proposition in BP. Such a structure is possible because prepositions followed by verbs have to be followed by an impersonal form of infinitive.

Ex 44 No país da desigualdade, cota é o mínimo pra tentar começar a mudar isso (...)

In the country of inequality, quota is the minimum to try to start changing this (...)

Ex 45 Negro sofre preconceito? Sim Viado sofre preconceito? Sim Pobre? Muito também mas nenhuma classe é tão marginalizada quando as trans

Do the black people suffer prejudice? Yes! Does a queer suffer prejudice? Yes! Poor? Yes, very much but, no class is so marginalized as transsexuals

As I have discussed earlier, a result that drew my attention during data analysis was the presence of attacks against some ethnic and social groups as well as some expression of proud for being part of these very groups. Figure 7 brings a system of choices that represents such meanings.

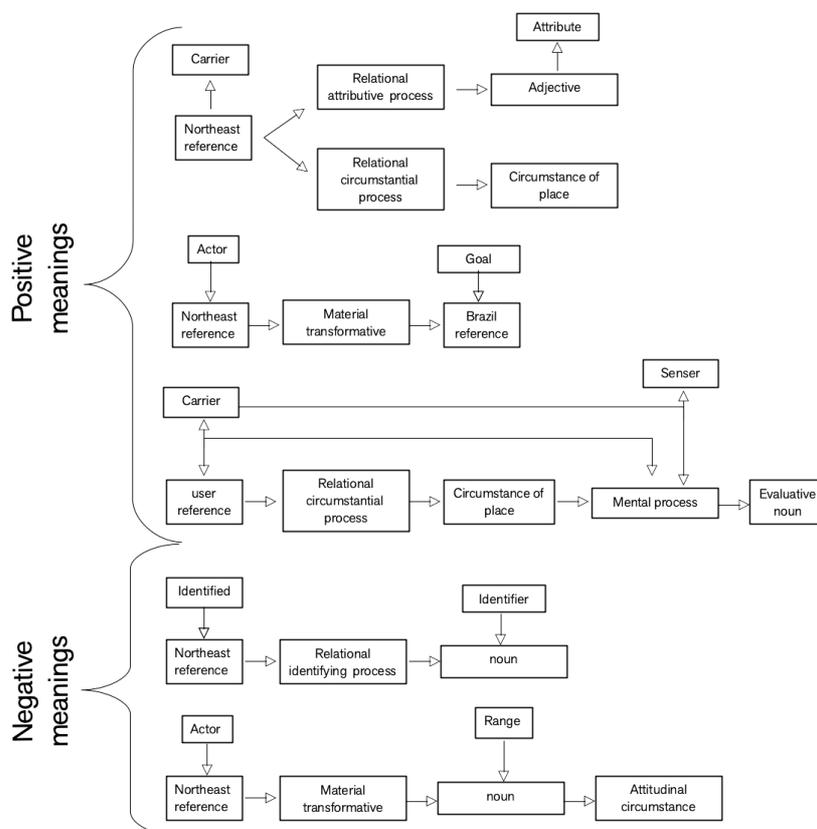


FIGURE 7 - System of choices: prejudice/pride

Attacks are primarily against the residents of Brazilian Northeast, where UFBA is located, and they express racial/social tensions amongst users by questioning the way that the quota programme is organised. Examples 46 and 48 instantiate common negative meanings. The first advocates that the Northeast should not be part of the country, while the second ascribes a meaning of shame to the region. Northeast is represented as a goal in a material process (ex. 46) without a clear actor, a pattern represents a modalisation strategy in most of the propositions in which this meaning is present. As

Northeast states should be excluded from Brazil, *o resto do país* (the rest of the country) actualises a role of circumstance of place within the proposition and it is indirectly ascribed the role of actor.

Rachar a cara de vergonha (ex. 48) is a Brazilian expression for getting oneself ashamed, or for bringing shame to oneself without necessarily noticing it. The proposition instantiates a material process (*rachar*),¹² a goal (*cara*, face) and an attitudinal circumstance (*de vergonha*, of shame) in order to actualise such meaning. In interpersonal and ideational terms, it should be considered a single lexical package, actualising a very complex and cultural judgment towards the states of Northeast.

Ex 46 eu também gostaria que o Nordeste fosse separado do resto do país (...)

I would also like the Northeast to be separated from the rest of the country (...)

Ex 47 Meu país nordeste é top!!!

My northeast country is the best!!!

Ex 48 Nordeste rachando a cara de vergonha novamente.

Northeast full of shame again.

The expression of prejudice seems to be related to both aggression Bahia and other northeast states (ex. 49, 50 and 51). Much of the aggression is not related to the quota system, but to geographic-racial tensions between the South and the Northeast of the country. In some propositions, Bahia (ex. 49) is a superordinate of all Northeast states, which denotes a rather offensive way of representation. The irony is common, it usually combines the use of material and behavioural processes followed by a circumstantial element that indicates an attitude. The idea is to establish a semantic prosody in which Bahia (and all the Northeast States) should not be taken seriously.

Example 49 is an attempt to make the quotas sound ridiculous. The user actualises the Actor in two material process *mudar* (move)/*ganhar* (win/get) and the behavior in a behavioural process *usar* (wear). Bahia and quotas are present in a circumstance of location or play the goal, respectively. The circumstance of mode *de leve* (easily) plays an important role in the ironical approach, as it represents how easy would that be.

Ex 49 Vou mudar pra Bahia e usar batom, ganhar uma cota de leve (...)

I'll move to Bahia and use lipstick, get quota easily (...)

Ex 50 Por isso que é os estados mais fodido (...)

That's why it's the most fucked up states (...)

Ex 51 Vocês [nordestinos] são estados QUEBRADO (...)

You [nordestinos] are BROKEN states (...)

Economic disputes are a relevant thematic element. In this context, the Northeast play the role of Carrier in relational attributives processes in order to represent it as economically dependent on the South (ex. 50 and 51). Adjectives are a means to evaluate some states negatively – *quebrado*

¹² *Rachar* could be translated literally as to crack, but since its use in this context is somewhat metaphorical, I have chosen to keep the original meaning in Portuguese.

(broken), *fodido* (fucked up) –, while others – like *primeiro mundo* (first world) – and praise the economic development of the South. The use of all caps (QUEBRADO, broken) also brings a critical evaluative stance, since they represent shouting in internet language.

Some comments are reactions to the prejudice, they commonly are responses to other comments, and they praise the state of Bahia or the Northeast region. Such pride is expressed by identifying relational processes, in which Bahia plays the type while another noun (like *país*, country (ex.52) which plays the role of token. Mental processes of affection are also common choices, the user plays the Senser (ex. 54), while *nordeste* (Northeast), or any other state, plays the phenomenon. In some cases, both *Bahia* and *Nordeste* also actualise the role of behavior in a process which the beneficiary is the whole country (ex.53).

Ex 52 A Bahia é o meu país!

Bahia is my country!

Ex 53 E, mais uma vez, o Nordeste salva o país

And once again, the Northeast saves the country

Ex 54 Por isso eu amo o Nordeste

That's why I love the Northeast

Ex 55 (...) não sou da Bahia, mas senti orgulho!

(...) I am not from Bahia, but I was proud!

Ex 56 Infelizmente nasci no estado do preconceito Grande do Sul.

Unfortunately, I was born in the state of prejudice Grande do Sul.

Users also express shame and pride simultaneously, as they describe themselves as not originally from Bahia or the Northeast region however showing some admiration for the quotas system (ex. 55 and 56). Two grammatical patterns express this meaning. First, there is a parataxis relationship in which the first sentence identifies the origin of the speaker, while the second establishes the positive evaluation. The second brings a modalisation adverb at the beginning of the comment followed by the location of origin, usually expressed by a material process (ex. 56), a typical configuration in BP.

4. Final remarks

This article aimed at studying choices in comments made on Facebook at the time of the announcement that the quota system at the Federal University of Bahia would include immigrants, transsexuals, refugees and transvestites. The theoretical foundations are in Systemic-Functional Linguistics and Corpus Linguistics. The first provided the interpretative background necessary for understanding meanings and patterns, while the second was responsible for the systematic survey of language patterns.

The methodology was based on data scraping and automatic processing. Scraping was performed using the *Netvizz*, while processing was performed using R programming language. Word

lists were created, and statistical tests of significance were applied, while the resulting lexis was analysed using concordances. A document term matrix network chart for the cluster's calculation was created from binary association.

Lexical association was an important tool, as hierarchical association between clusters defined the main themes in within the comments. The main themes discussed are the interaction of users, the role of the public school and the quota system, as well as prejudice against universities and states of the Brazilian Northeast. It was observed that the interaction between users is centred on offences questioning the unawareness regarding the quota system. The negative evaluation is instantiated in three main discursive patterns. In the first, there is a criticism of any policy that is not based on a socioeconomic criterion, while the second arises from the interpretation of this system as necessarily excluding the heterosexual and white population. Finally, the situation of social vulnerability is not considered a valid criterion. The system positive evaluation lies on the perception that they would be a reparation or form of inclusion to the minorities. Prejudice against UFBA, North-eastern states and their citizens manifests itself through economic issues or evaluations that place such states and institutions as not serious. Manifestation of pride for Bahia, Northeast and the system of quotas is the common reaction to such prejudice. Some grammatical patterns regarding each of these most common meanings were systematised (figures 4 through 7) and their relevance is in helping to understand how the different themes are instantiated.

This research has important social contributions, since shed some light in the way interaction occurs on social media, especially in contexts of political debates. This paper is corroborating some others already carried out in BP (LIMA-LOPES, 2018; MERCURI; LIMA-LOPES, 2020), observing the need for research on the of daily political discourse.

Acknowledgments

I would like to thank CNPq for the funding that made this research possible (process 422111/2018-0).

REFERENCES

- ALBA-JUEZ, L.; THOMPSON, G. The many faces and phases of evaluation. In: THOMPSON, G.; ALBA-JUEZ, L. (Eds.) *Evaluation in context. Pragmatics & beyond* new series. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 3-27.
- ALMEIDA, R. DE Q. Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. *Ciência e Cultura*, v. 70, n. 2, p. 9-12, abr. 2018.
- BANKS, W. P. Beyond Modality. In: ALEXANDER, J.; RHODES, J. (Eds.) *The Routledge Handbook of Digital Writing and Rhetoric*. 1. ed. [s.l.] Routledge, 2018. p. 341-351.

BEAUGRANDE, R. Descriptive linguistics at the millennium: Corpus data as authentic language. *Journal of Language and Linguistics*, v. 1, n. 2, p. 91-131, 2002.

BEDNAREK, M. *Evaluation in media discourse analysis of a newspaper corpus*. London: Continuum, 2006.

BEN-DAVID, A.; MATAMOROS-FERNANDEZ, A. Hate Speech and Covert Discrimination on Social Media: Monitoring the Facebook Pages of Extreme-Right Political Parties in Spain. *International Journal of Communication*, v. 10, p. 1167-1193, 2016.

BIBER, D.; CONRAD, S.; REPPEN, R. *Corpus linguistics: investigating language structure and use*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1998.

ELLISON, N. B.; BOYD, D. Sociality through Social Network Sites. In: DUTTON, W. H. (Ed.) *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford Handbooks. Oxford/New York: Oxford University Press, 2013.

FAWCETT, R. P. Choice and choosing in Systemic Functional Grammar: What is it and how is it done? In: FONTAINE, L.; BARTLETT, T.; OGRADY, G. (Eds.) *Systemic Functional Linguistics: Exploring Choice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 115-134.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação & sociedade*, v. 24, n. 82, 2003.

GABARDO, M.; LIMA-LOPES, R. E. DE. Ni una menos: ciência das redes e análise de um coletivo feminista. *Humanidades & Inovação*, v. 5, n. 3, p. 44-58, 2018.

GABLASOVA, D.; BREZINA, V.; MCENERY, T. Collocations in Corpus-Based Language Learning Research: Identifying, Comparing, and Interpreting the Evidence: Collocations in Corpus-Based Language Learning Research. *Language Learning*, v. 67, n. S1, p. 155-179, 2017.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. New Ways of Meaning: The Challenge to Applied Linguistics. In: *On language and linguistics*. Collected works of M. A. K. Halliday. London: Continuum, 2003. p. 139-176.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. *Computational and quantitative studies*. London: Continuum, 2005.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Halliday's introduction to functional grammar*. Fourth Edition ed. Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.

HASAN, R. Towards a paradigmatic description of context: systems, metafunctions, and semantics. *Functional Linguistics*, v. 1, n. 9, p. 1-54, 2014.

HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; IUPERJ, 2005.

HUNSTON, S.; THOMPSON, G. Evaluation: An introduction. In: THOMPSON, G.; HUNSTON, S. (Eds.) *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 1-25.

- JOYCE, S. N. *Brazilian Telenovelas and the Myth of Racial Democracy*. Lanham: Lexington Books, 2012.
- KRESS, G. Against Arbitrariness: The Social Production of the Sign as a Foundational Issue in Critical Discourse Analysis. *Discourse & Society*, v. 4, n. 2, p. 169–191, 1993.
- LAZER, D. M. J. et al. The science of fake news. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1094–1096, 2018.
- LIMA-LOPES, R. E. DE. Some reflections upon Internet TV in the Brazilian context. *New Review of Hypermedia and Multimedia*, v. 22, n. 4, p. 2–21, 2016.
- LIMA-LOPES, R. E. DE. O Conservadorismo como ideologia: Contribuições da ciência das redes para a linguística sistêmico funcional. *Letras*, v. 28, n. 56, p. 43–69, 2018.
- LIMA-LOPES, R. E. DE. Artes, Militância e Ciência das Redes. *Letras em Revista*, v. 10, n. 01, p. 141–156, 2019.
- LIMA-LOPES, R. E. DE; CÂMARA, M. T. Arco-íris na cruz: a multimodalidade no midiativismo em vídeos no YouTube. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 4, n. 2, p. 78–102, 2019.
- LIMA-LOPES, R. E. DE; GABARDO, M. Ni una menos: A luta pelos direitos das mulheres na Argentina e suas representações no Facebook. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 19, n. 4, p. 801–824, 2019.
- LIMA-LOPES, R. E. DE; PIMENTA, I. #Mulheresnofutebol: transitividade e avaliatividade na identificação de padrões sexistas. *Humanidades & Inovação*, v. 4, n. 6, p. 116–132, 2017.
- MACEDO, K. T. M. Conflitos sociais contemporâneos: possíveis causas e consequências dos linchamentos virtuais. *Humanidades & Inovação*, v. 5, n. 4, p. 197–208, 4 jul. 2018.
- MARTIN, J. R. Meaning matters: a short history of systemic functional linguistics. *Word*, v. 62, n. 1, p. 35–58, 2016.
- MARTIN, J. R.; ROSE, D. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. London/New York: Continuum, 2003.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- MERCURI, K. T.; LIMA-LOPES, R. E. DE. Discurso de ódio em mídias sociais como estratégia de persuasão popular. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 2, p. 1216–1238, ago. 2020.
- OTTONI, R. et al. *Analyzing Right-wing YouTube Channels: Hate, Violence and Discrimination*. Proceedings of the 10th ACM Conference on Web Science - WebSci '18. *Anais...* In: THE 10TH ACM CONFERENCE. Amsterdam, Netherlands: ACM Press, 2018. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?doid=3201064.3201081>>. Acesso em: 19 set. 2018
- PHILLIPS, M. A. *Lexical structure of text*. Birmingham: University of Birmingham, 1989.
- PORCELLO, F. A. C.; DIAS, F. DE B. C. *Verdade x mentira: a ameaça das fake news nas eleições de 2018 no Brasil*. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (41.: 2018 set. 02-09: Joiville, SC). *Anais* [recurso eletrônico]. São Paulo: Intercom, 2018. *Anais...*2018
- RODRIGUES, T.; FERREIRA, D. Estratégias digitais dos populismos de esquerda e de direita: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 2, p. 1070–1086, 20 maio 2020.

SILVA, R. O. *Um mapa da «direita» no YouTube do Brasil através dos métodos digitais*. Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação – Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias–Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2018.

SIYANOVA-CHANTURIA, A.; MARTINEZ, R. The Idiom Principle Revisited. *Applied Linguistics*, p. amt054, 2014.
STUBBS, M. British Traditions in Text Analysis: Firth, Halliday and Sinclair. In: *Text and corpus analysis*. London: Blackwell, 1996. p. 23–50.

SWINNEY, D. A.; CUTLER, A. The access and processing of idiomatic expressions. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v. 18, n. 5, p. 523–534, out. 1979.

TABOADA, M.; GRIEVE, J. *Analyzing appraisal automatically*. Proceedings of the AAAI Spring Symposium. *Anais...*
In: AAAI SPRING SYMPOSIUM ON EXPLORING ATTITUDE AND AFFECT IN TEXT: THEORIES AND APPLICATIONS. 2004

THOMPSON, G. *Introducing functional grammar*. London: Arnold, 1996.

VAN LEEUWEN, T. *Introducing social semiotics*. London; New York: Routledge, 2005.

VARIS, P. Trump tweets the truth: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 1, p. 428–443, 24 abr. 2020.

VISCARDI, J. M. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, n. 2, p. 1134–1157, 21 maio 2020.

WARD, J. H. Hierarchical Grouping to Optimize an Objective Function. *Journal of the American Statistical Association*, v. 58, n. 301, p. 236–244, mar. 1963.

WILLIAMS, G. Collocational Networks: Interlocking Patterns of Lexis in a Corpus of Plant Biology Research Articles. *International Journal of Corpus Linguistics*, v. 3, n. 1, p. 151–171, 1998.

APRESENTAÇÃO

Discursos da cena política brasileira em análise: a (des)construção da educação e da ciência na nossa formação social

Evandra GRIGOLETTO 

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Bethania MARIANI 

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Gian Luigi DE ROSA 

Università degli Studi Roma Tre - Itália (Uniroma3)



OPEN ACCESS

COMO CITAR

Grigoletto, E.; Mariani, B.; De Rosa, G. L. (2020). Discursos da cena política brasileira em análise: a (des)construção da educação e da ciência na nossa formação social. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 3, p. 240-246, 2020.

A proposta deste dossiê foi pensada com vistas a contemplar parte das atividades previstas no projeto de pesquisa, *Discurso político e políticas públicas a partir do acontecimento do impeachment: análise dos discursos sobre ciência, educação e cultura* (2019 - 2021), que conta com financiamento do Edital Universal do CNPQ¹. Sob a coordenação da professora Evandra Grigoletto, a equipe do projeto é composta por mais seis pesquisadores: Bethania Mariani e Silmara Dela Silva (UFF); Helson Flávio da Silva Sobrinho e Belmira Magalhães (UFAL); Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE) e Fernanda Lunkes (UFSB). Com o propósito de ampliar essa discussão sobre a cena política brasileira atual, tão urgente e premente no nosso país, este dossiê que ora apresentamos à comunidade científica da Abralin, e aos diferentes estudiosos da linguagem, concretiza o nosso desejo de produzir uma reflexão sobre o funcionamento da linguagem na constituição e formulação dos dizeres políticos em

¹ Processo nº 422259/2018-7. Registramos nosso agradecimento ao CNPQ pelo apoio financeiro concedido ao projeto.

circulação, no período que compreende o espaço-tempo entre o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff até os dias atuais.

Entendemos que a área das ciências da linguagem tem muito a contribuir com o debate sobre esse cenário político brasileiro na atualidade. Pensar sobre a relação da língua com o social e o político, a partir de perspectivas teóricas como a Análise do Discurso e a Sociolinguística, como era a proposta de chamada ao dossiê, no momento em que vivenciamos uma crise econômica, política e sanitária, só para citar algumas, exige da Linguística uma forte tomada de posição no seu fazer científico. Ou seja, a Linguística não pode negligenciar como tais questões atravessam a língua, os sujeitos, e, sobretudo, os modos de explicação e compreensão dos fatos/dados de linguagem. Assim, a organização deste número temático da Revista da Abralín possibilitou, não só a ampliação do *corpus* proposto no projeto acima mencionado - que contempla um recorte temporal que se estende do dia da votação, pela câmara dos deputados, do impedimento de Dilma Rousseff até o final do mandato do governo Temer - mas também e, sobretudo, uma análise mais aprofundada dos meandros da política brasileira, dos seus desdobramentos e seus efeitos perversos no social, a partir desse acontecimento político-histórico e discursivo que foi o processo de *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff.

Nesse sentido, este dossiê pode vir a se constituir como um lugar de memória (NORA, 1993), já que vai nos ajudar a compreender como o *impeachment*, e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, como um dos desdobramentos desse acontecimento, vão/vem se inscrever/ndo na nossa memória social, considerando as profundas modificações pelas quais vem passando a formação social brasileira. Ainda, considerando os embates ideológicos em curso na atual conjuntura histórico-política brasileira, e considerando que esses embates se organizam em torno de violentas disputas verbais e sociais, o conjunto de artigos que compõe o dossiê nos apontam caminhos para a compreensão sobre o modo como os processos de produção de sentidos constituem e são constituídos pelas relações de poder, determinadas sócio-historicamente, no todo social. Contribuem, igualmente, para a crítica dos (des)caminhos que a sociedade brasileira vem trilhando, ao proporem outros modos de ler os dizeres políticos e compreender a política brasileira, deslocando os sentidos hegemônicos.

Vislumbrando os referenciais teóricos dos estudos da linguagem propostos para este dossiê - Sociolinguística e Análise de Discurso -, verificamos a prevalência dos estudos discursivos em relação aos sociolinguísticos. Em relação à inserção da sociolinguística, contamos com um artigo de um importante pesquisador da área, Emílio Pagotto. Entendemos que trabalhar com o discurso político brasileiro da atualidade, a partir da leitura da Sociolinguística, pode apontar para um *continuum* (com resultados distintos conforme o gênero discursivo), cujos pólos seriam representados por uma variedade mais formal e mais burocratizada (principalmente na comunicação institucional escrita e falada) e por uma variedade semiformal, menos burocratizada e com um léxico de uso comum (na comunicação semi-institucional e nas redes sociais). E essa é, justamente, a direção em que se encaminha o artigo de sociolinguística sintetizado mais adiante.

Amplamente mobilizado nos diferentes artigos, observamos a importância do pensamento de Michel Pêcheux para lermos os discursos políticos atuais, a partir da sua proposição da teoria da Análise do Discurso, na França, no final da década de 1960. Além de Pêcheux, comparecem outros

importantes autores do campo do discurso, como Foucault, Bakhtin, Maingueneau, Orlandi, entre outros, que nos permitem ressaltar a atualidade de suas reflexões.

Considerando o número de artigos que se inscrevem na Análise de Discurso pecheutiana, e também o lugar desse autor na fundação desse campo teórico, vamos, antes de passar à apresentação dos artigos, trazer brevemente a discussão sobre o modo como a AD toma o político e a política. Vejamos.

No cenário de surgimento da Análise do Discurso na França, em pleno maio de 1968, a política e o político até podiam parecer se fundir em um só sentido: a AD é proposta como um projeto de estudos dos processos de sentido em discursos da esfera política francesa, não se interessando por “discursos ordinários” inicialmente. No entanto, Pêcheux sempre entendeu que o político estaria presente em discursos de outras ordens. Portanto, tanto o discurso político, como objeto de análise, como a política sempre estiveram no bojo central das preocupações da AD, embora hoje as materialidades sobre as quais os analistas do discurso têm se debruçado se estendam para campos muito diversos, nem sempre da política, mas sempre atravessados pelo político.

A AD estabelece, assim, uma distinção entre a política e o político: a política pertence à esfera responsável pelo funcionamento de atividades políticas definidas por partidos e instituições em seu funcionamento; o político, por sua vez, é compreendido como o incessante trabalho da língua no processo de divisão dos sentidos, das significações em disputa; ou seja, enquanto objeto simbólico, na materialidade da língua, se inscrevem diferentes processos de produção de sentidos em condições de produção determinadas de uma formação social. O político está para a AD como paráfrase do ideológico inexorável e inescapável às relações entre os sujeitos, e está presente nas diversas instituições sociais (como família, escola, igreja, justiça etc.), inclusive, e, sobretudo, na “arte política”, embora, nesse caso, a obviedade pareça esborrar os limites dos discursos.

Compõem o presente dossiê, além de uma entrevista inédita com Eni Orlandi, 14 artigos de pesquisadores brasileiros, do nordeste ao sul do país, trazendo ao leitor uma radiografia da cena política brasileira. De jovens a renomados pesquisadores, os textos trazem análises consistentes, que vão de discursos sobre o golpe/impedimento de Dilma Rousseff a declarações públicas de Jair Bolsonaro, passando por programas do governo Temer, decretos governamentais, lives presidenciais, discursos negacionistas que circulam nas redes, bem como discursos que circulam nas ruas sobre a ditadura. Assim, é possível compreender, a partir do conjunto de artigos, o modo como vêm sendo engendrados os processos de produção e gerenciamento de sentidos nesse cenário político de extrema violência, onde são forjadas práticas hegemônicas de destruição e desconstrução do patrimônio educacional, científico e cultural do Brasil.

Eni Orlandi, em entrevista realizada por duas das organizadoras do dossiê, professoras Bethania Mariani e Evandra Grigoletto, narra seu encontro com a Análise de Discurso, fala sobre sua formação, suas travessias entre diferentes países, especialmente a França, e sobre o modo como atuou politicamente, fazendo a AD ser socializada e institucionalizada. Discute, ainda, o político e o ideológico nas teorias linguísticas e na discursividade das minorias, ao refletir sobre a censura, o silêncio pelo excesso, a dessignificação, trazendo-nos questionamentos sobre as políticas linguísticas pensadas para os povos indígenas. Lembra-nos, ao responder sobre o silêncio, que a censura não existe só na

ditadura militar, levando-nos a pensar sobre a eleição de Jair Bolsonaro. Segundo Eni, ao experimentarmos a extrema-direita no poder, passamos do *inusitado* para o *inconcebível*. A entrevista inédita está disponível também para o leitor nas versões em inglês e espanhol, por entendermos que a importância dessa pesquisadora, em seu percurso ímpar em propor uma Análise de Discurso brasileira, deve ultrapassar as fronteiras do território nacional.

Seguindo os textos relacionados em ordem alfabética, Ana Paula El-Jaick, com o provocante título *Quarup: funeral para enterrar vivo o discurso fascista*, visa fazer um diagnóstico do tempo presente tomando como objeto de análise o discurso proferido pelo atual presidente, durante a 75ª edição da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 22 de setembro de 2020. Seu olhar teórico está centrado a partir dos pressupostos teóricos de Foucault, sobretudo quando de seu exame sobre as disputas, as lutas pelo e no discurso. Observando a presença de um discurso bélico e fascista, a autora conclui pela defesa dos discursos de resistência, um desejo de utopia.

Em *Discursos sobre ciência, tecnologia e deslocamento de pesquisadores: o político e o científico se (des)encontram*, Anderson de Carvalho Pereira traz como proposta, a partir do eixo teórico da Análise de Discurso materialista, analisar o embate discursivo entre as políticas governamentais para ciência e tecnologia e os discursos de resistência engendrados pela Academia Brasileira de Ciências e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O *corpus* analisado, composto por portarias governamentais expedidas entre 2005 e 2020, explicita o gesto de construção da necessidade de tecnologia e inovação como sentidos para ciência.

Os autores Eduardo Alves Rodrigues, Cármen Agustini, Luiza Castello Branco e Renata Chrystina Bianchi de Barros colocam em discussão o modo político de significar o Brasil em diminutivo, como podemos ler no instigante título do artigo: "*Isso é uma gripezinha*" – o Brasil em diminutivo. Com uma proposta de análise discursiva, na perspectiva de Michel Pêcheux, de uma teia de enunciados que se entre-sustentam nesse modo político de significar o Brasil, os autores concluem que se encontra em curso uma discursividade, em que o aparente contraditório para desenvolvimento /desmonte que atinge a sociedade como um todo, se encontra sustentado pelo econômico, ou seja, pelas evidências da lógica/retórica do capital.

Em *Pequeno livro do desassossego sociolinguístico*, Pagotto apresenta uma análise de rara lucidez sobre o uso discursivo das estratégias de colocação pronominal, no específico do discurso político brasileiro contemporâneo. O autor analisa o discurso político a partir da evolução de estratégias discursivas implícitas e explícitas, evidenciando o uso "explicitamente" político da mesóclise e da ênclise que, consideradas até a presidência de Temer como estratégias de prestígio manifesto, sofre uma exclusão no discurso populista, porque essas estratégias normativas são consideradas pelo conservadorismo político, no poder no Brasil, uma herança do discurso político e cultural da elite de esquerda.

Sob o título "*Lembrar é resistir*"(?): *discursos sobre o regime militar em disputa*, com mais uma parceria de trabalho, Fernanda Lunkes e Silmara Dela Silva tomam como tarefa a análise dos processos de significação que têm circulado sobre o regime militar no Brasil. Para tanto, a partir da Análise de Discurso materialista, organizam um dispositivo de análise para compreender um *corpus* constituído por um vídeo institucional, que se encontra no site do Museu da Resistência, em São Paulo, e,

também, o que chamaram de flagrantes urbanos, manifestações políticas de apoio ao regime militar em cartazes empunhados durante manifestações de rua. De acordo com as autoras, depreende-se uma tensão entre discursos de resistência ao que está sendo imposto, e aqueles de apoio cínico, que funcionam sob a forma 'eu sei, mas mesmo assim'.

Freda Indursky, nome mais do que conhecido da análise do discurso político, a partir dos pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, toma as falas públicas do atual presidente como principal objeto de reflexões em *O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil*. Chamando a atenção para o funcionamento de uma dupla face desse governo, Indursky destaca, de um lado, o teatro do absurdo político em que políticos apoiadores se contradizem, redizem, negam e afirmam, em processos visíveis publicamente nas redes sociais e em telejornais; e, de outro, nas coxias, como ela própria diz, a outra face do governo atua na desconstrução meticulosa e aniquilação de instituições, do meio ambiente, da educação, do patrimônio, da cultura, da ciência.

Os sentidos que sustentam o negacionismo científico formam o eixo de reflexão e análise de Helcira Lima, em seu artigo *Discursos negacionistas disseminados em rede*. A autora, no âmbito dos estudos da argumentação no discurso, analisa postagens do grupo anti-vacina e descreve o funcionamento das apropriações e ressignificações de dizeres que circulam socialmente, pautados em crenças pessoais, as quais se sobrepõem a fatos objetivos, indicando valores conservadores assentados em uma moral cristã.

Tendo como base teórica a Análise de Discurso materialista, em "*Uma ponte para o futuro*": *efeitos de sentido do discurso neoliberal no Brasil*, os autores João Francisco Tenório Neto e Sóstenes Ericson analisam um *corpus* organizado a partir do documento político "Uma ponte para o Futuro" (PMDB, 2015). A importante análise realizada permitiu compreender os gestos de interpretação que constituem o documento, ou seja, deu a ver o funcionamento discursivo da preponderância econômica que, no cenário político de 2015, funcionou como base para o que, a partir de 2016, o Brasil passou a viver politicamente.

A relação entre a imprensa, o acontecimento discursivo do golpe-impeachment e o desmonte das políticas públicas, artigo de João Paulo Martins de Almeida e Maria Virgínia Borges Amaral, cuja base teórica é a Análise de Discurso materialista, propõe-se a demonstrar a relevância do acontecimento discursivo do *impeachment* no processo de engendramento de sentidos que se abrem para o discurso do capital no Brasil. As densas análises demonstram o quanto a imprensa participou do processo histórico que foi o acontecimento discursivo do impedimento de Dilma Rousseff e o quanto essa mesma grande imprensa, de sua privilegiada posição de poder para interpelar os sujeitos, permanece produzindo e colocando em circulação sentidos que direcionam a política.

Já, Luciana Iost Vinhas, em seu artigo, *O messias que não faz milagre: notas sobre a ideologia da destruição*, fundamentado nos pressupostos teórico-analíticos da Análise de Discurso materialista, propôs a análise do funcionamento discursivo de dois enunciados formulados pelo atual presidente: *Já tá feito, já pegou fogo. Quer que faça o quê? O meu nome é Messias, mas eu não tenho que fazer milagre* (referente ao incêndio no Museu Nacional) e *Mas, e daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre* (referente ao número de brasileiros mortos pela Covid-19).

Relacionando as condições de produção com efeitos do nome próprio, Vinhas destaca, com rigor teórico-metodológico, os deslizamentos de sentidos entre "meu nome é Messias" e "Eu sou Messias", fazendo funcionar o que ela chama de ideologia da destruição.

De autoria de Luciane de Paula e Ana Caroline Siami, o artigo *Uma análise Bakhtiniana da necropolítica brasileira em tempos de pandemia*, traz como objetivo fazer a análise de certos pronunciamentos do atual presidente, estabelecendo como contraponto a presença de charges, pelas autoras compreendidas como enunciados-resposta. A base teórica para a realização das análises é a noção de necropoder, de Mbembe, em consonância a conceitos-chave de Bakhtin. De acordo com as autoras, a partir das precisas análises realizadas, pode-se depreender práticas de exclusão e de indiferença, marcas do funcionamento da necropolítica.

O artigo *A luta pelo poder dizer "impeachment" e "golpe" na narrativa midiática do impedimento de Dilma Rousseff*, escrito por Maria Alcione Gonçalves da Costa, tematiza a deposição da presidenta Dilma Rousseff, um acontecimento recente da vida política brasileira. Sua análise, realizada do ponto de vista da Análise de Discurso materialista, recorta, de modo bastante consistente, os modos de designação do acontecimento a partir de um *corpus* constituído por narrativas jornalísticas em *O Globo*, *Carta Capital* e *Veja*. Dentre suas conclusões, Costa destaca que o acontecimento de 2016 foi um golpe à semelhança do golpe de 1964, ambos patrocinados pela elite que domina o mercado, a mídia e a política.

Com o fio condutor teórico balizado por Foucault, o relevante artigo *E daí? O sujeito fora e dentro da cena de sua fala*, de Pedro de Souza, propõe uma análise do ato de enunciação presidencial "E daí?", realizado durante a pandemia. Os conceitos operatórios que regem o procedimento analítico são os da parresia, dramática do discurso e ato de fala performativo e, após densa análise, permitem ao autor concluir que a emergência do sujeito, desse sujeito que enuncia a partir de uma posição presidencial, jaz fora da ordem, fora da nova e imprevisível ordem da política contemporânea.

Fechando nosso dossiê, Roberto Leiser Baronas e Renata Carreon trazem um recorte analítico sobre o político no digital e o digital no político. Com o título *Lives presidenciais: reflexões iniciais sobre o discurso político digital*, e bem situados no âmbito das reflexões de Maingueneau e Paveau, os autores analisam o que chamam de um novo modo de se fazer política e de se criar um efeito de proximidade por meio de um pretense discurso que se finge de verdadeiro, no qual se constrói uma cena de enunciação com sentidos que produzem a ilusão da aproximação dos sujeitos e, também, a ilusão do próprio regime de verdade.

Esse passeio pelos textos do dossiê nos permite vislumbrar a potência dos campos teóricos mobilizados para promover uma escuta do social (PÊCHEUX, [1966, 1983]). Essa escuta que se impõe, cada vez mais, aos analistas de discurso, que se apresenta, como já nos dizia Pêcheux, como uma necessidade. Uma necessidade de ouvir as "circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido" (PÊCHEUX, [1983], 1997, p. 48). Vivemos, hoje, no Brasil, um momento político em que, ou se busca a todo custo apagar o político da política ou acentuá-lo ao extremo. Temos observado a tentativa de apagamento do caráter ideológico da prática política, do apagamento do partido político em detrimento de um candidato. Trata-se das práticas neoliberais e os interesses do capital que, fomentando

o ódio ao vocabulário marxista e ao comunismo, tem levado, por exemplo, à eleição de candidatos como Jair Bolsonaro, sob a justificativa de ser ele um político que não pratica a “velha política”, com a promessa de livrar o Brasil da corrupção e colocar Deus no comando da nação. Parafraseando Pêcheux ([1979], 2011), quando fala de uma espécie de hipnose hitlerista ao analisar propagandas políticas da primeira metade do século XX, estaríamos nós vivendo uma hipnose bolsonarista? Há, evidentemente, entre os brasileiros, aqueles que continuam sob o efeito dessa hipnose, mas há também, como as análises presentes nos artigos que compõem o dossiê nos mostraram, aqueles que teimam em resistir, em distorcer os sentidos hegemônicos, em não se submeter ao autoritarismo que assolou o Brasil. Sigamos, portanto, na resistência!

Por fim, e não menos importante, não podíamos deixar de registrar nosso agradecimento à Revista da Abralín, especialmente na pessoa de sua editora geral, professora Raquel Freitag, que acolheu nossa proposta e não mediu esforços para tornar esse dossiê possível, para que ele viesse a público. Registramos, também, nossos agradecimentos aos tradutores - George Gould, Mizael Inácio do Nascimento e María Esperanza Izuel - e às professoras Giovana Campos (UFF), pela consultoria terminológica da tradução para o inglês, Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE) e Joyce Palha Colaça (UFS), pelo importante trabalho com a revisão técnica da tradução para o espanhol, da entrevista concedida por Eni Orlandi. Ainda, gostaríamos de registrar um agradecimento especial a todos os pareceristas que atuaram nesse número e, considerando a política de ciência aberta proposta pela revista, dialogaram com os autores a partir de seus textos. Essa troca permitiu que os textos fossem aperfeiçoados e ganhassem qualidade teórico-analítica.

Fica, aqui, nosso convite à leitura.

REFERÊNCIAS

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara AunKhoury. In: *Projeto história*, nº 10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo. Dezembro, 1993, p. 7-28.

PÊCHEUX, M. [1966] Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: PÊCHEUX, M. *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2ª Ed., Campinas: Pontes Editores, 2011, p. 73 - 92.

PÊCHEUX, M. [1979] Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: PÊCHEUX, M. *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2ª Ed., Campinas: Pontes Editores, 2011, p. 73 - 92.

PÊCHEUX, M. [1987] *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2ª Ed., Campinas: Pontes, 1997.

ENTREVISTA

Entrevista com Eni Orlandi



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi de Rosa (UNIROMA)

COMO CITAR

Grigoletto, E.; Mariani, B. (2020). Entrevista com Eni Orlandi. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 247-268, 2020.

Evandra GRIGOLETTO

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Bethania MARIANI

Universidade Federal Fluminense (UFF)

O nome próprio Eni Orlandi é incontornável e inquestionável quando se discute a Análise de Discurso no Brasil. Como intelectual de forte presença nacional e internacional, Eni rompeu paradigmas nas universidades onde fez pesquisa, deu aulas e orientou bem mais do que uma centena de alunos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Seu percurso de reflexão não se inicia exatamente quando começou a atuar na universidade. Ele começa antes, nesse ponto de origem não detectável em que o sujeito se descobre impactado pela experiência da linguagem. Eni, com seu pensamento vivo, sem servilismos, aceitando o impensado, o contraditório, e sempre provocando deslocamentos, promoveu um trabalho inaugural problematizando os processos de produção e movimento dos sentidos a partir de dois campos de reflexão teórica: a Análise de Discurso, proposta por Michel Pêcheux e a História das Ideias Linguísticas, proposta por Sylvain Auroux.

Tendo o conceito de discurso como norte teórico, e colocando-se no entremeio das teorias de linguagem, as refinadas análises realizadas por Eni promoveram inovações teóricas e formulações próprias no campo do discurso, como o conceito de silêncio, de autoria, de discurso fundador, de historicidade, de compreensão, de interpretação, e de forma material, empírica e abstrata, dentre tantos outros. Reterritorializações conceituais e a necessidade epistemológica de construção de dispositivos de análise que engendrassem outros gestos de leitura de arquivos também reorganizaram o campo das Ideias Linguísticas no Brasil, pois o lugar teórico do discurso produziu efeitos nos modos de se analisar as relações entre a história da constituição da língua nacional e a história do conhecimento linguístico no processo de construção da sociedade. Assim procedendo, Eni trabalhou na desnaturalização das evidências do que seria língua, língua nacional, língua materna, política linguística e gramática.

Eni Orlandi é professora titular aposentada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Em seu percurso pela UNICAMP, Eni Orlandi foi fundadora do Laboratório de Estudos Urbanos,

espaço de uma discussão singular, qual seja, a da linguagem e saber urbano. Além disso, também foi responsável pela organização do fundo Michel Pêcheux e pela inclusão da disciplina História das Ideias Linguísticas no currículo de graduação do bacharelado em Linguística. Coordenou projetos, sempre coletivos, que inauguraram práticas e percursos originais: de seu primeiro projeto, registrado em 1981, *A construção da brasilidade*, aos mais recentes, *Saindo do lugar e atravessando limites: imigração e colonização*, e *Materialidade da ideologia: práticas discursivas, sujeitos e imaginário social*, o que se encontra é uma produção intelectual incessante, viva, inquieta e propositiva.

Nessa inédita entrevista para a Revista da ABRALIN, Eni Orlandi narra seu encontro com a Análise de Discurso, fala sobre sua formação, suas travessias entre diferentes países, especialmente a França, e sobre o modo como a AD foi socializada, mostrando ao leitor seu percurso ímpar em implementar essa teoria aqui no Brasil; discute, ainda, o político e o ideológico nas teorias linguísticas e na discursividade das minorias, ao refletir sobre a censura, o silêncio pelo excesso, a dessignificação, ao nos trazer questionamentos sobre as políticas linguísticas pensadas para os povos indígenas, entre tantas outras questões que nos ajudam a ler a cena política brasileira atual.

Com a palavra: Eni Orlandi.

Bethania e Evandra: Você introduziu a Análise de Discurso no Brasil e fez escola. Atualmente, a Análise de Discurso se encontra disciplinarizada de norte a sul em inúmeras instituições de ensino superior brasileiras. Poderia nos relatar um pouco como se deu seu encontro com a obra do Michel Pêcheux, com o próprio Pêcheux e como foi implementar uma teoria como a Análise de Discurso, que trabalha com a produção de sentidos na relação entre o linguístico, o histórico e o ideológico, aqui no Brasil, quando ainda vivíamos uma ditadura militar no país?

Eni Orlandi: São perguntas recorrentes as que me fazem sobre meu encontro com a Análise de Discurso. Muito do que digo se repete. Mas o faço porque imagino que diferentes deslizamentos nas formulações, na repetição de relatos, podem significar a minha experiência de formas um pouco diferentes e que seja útil para os que se interessam pela história das ideias discursivas. De todo modo, quando procuro responder questões como essas, olho para trás e o que percebo como visível, como contável, é só a ponta de um iceberg. E é isto o mais ou menos contado, o conhecido, o esperado. Mas há muito mais que fica submerso, abaixo da superfície do dizer. Que significou muito trabalho, luta, expectativas, vitórias, frustrações. Que são pouco visíveis, pois o que se vê, desse vivido, é só o que parece suficiente para a Análise de Discurso existir. E tudo foi muito mais.

Vou começar dizendo que eu sempre cheguei, e aqui vou falar especificamente da vida intelectual, um pouco antes do que viria a se instalar institucionalmente. O que nem sempre é confortável. E foi assim meu encontro com a Linguística e com a Análise de Discurso. Quanto à relação entre o linguístico, o histórico e o ideológico, desde minha graduação em Letras, em Araraquara, envolvi-me mais diretamente com a política acadêmica e a leitura do marxismo, que me abriu as portas para muitas outras leituras, envolvendo a história, a sociedade, a ideologia e o político. Além de, nesta época, eu ter me dedicado a ler muita literatura: inglesa, portuguesa, americana, brasileira e alemã.

Isto enriqueceu enormemente minha vida intelectual, afetou minhas certezas, aumentou meus questionamentos, me propiciou algumas respostas, que foram base para novas interrogações.

Minha formação em Letras foi forte, e a estrutura desses cursos, nos anos 1950/1960, anos de minha formação, permitiam uma abertura maior que a atual. No final do meu curso secundário, no curso Clássico, estudava Ciências Naturais, Matemática e Química, História Geral e disciplinas da área de Letras como latim, português, francês, inglês, espanhol e grego. Língua e Literatura.

Quando comecei minha vida “intelectual” mais adulta, na Faculdade, entrei em um contato mais sistemático com o que é político, e expandi meus estudos em Letras. O histórico e o ideológico foram entrando em minha vida intelectual por vias variadas, tanto pela leitura como pela prática política. A nossa formação, nos anos 1960, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Araraquara, reunia filosofia, disciplinas específicas de Letras, Psicologia, Educação, Economia, de modo harmonioso e instigante. E isto correspondia à nossa prática, seja intelectual, seja política.

Do mesmo modo, assim como minha busca pela Análise de Discurso já estava em minhas preocupações muito tempo antes de encontrar, em Paris, em 1969, um livro, o da AAD69, do Pêcheux, na livraria Maspero, também a Linguística, como ciência da linguagem, estava presente em minhas reflexões, antes mesmo que eu tivesse dado nome a ela. A formação que tive, em Filologia Portuguesa, na graduação em Letras Anglo-Germânicas, com o prof. Clemente II Pinho, me conduziu à Linguística. Foi este professor que me mostrou que *minhas questões*, nos trabalhos que ele solicitava, como o que fiz sobre “São Jerônimo e a Vulgata”, eram mais de Linguística do que de Filologia. Li Saussure, Martinet, Jakobson, Benveniste, que acendeu o meu interesse pela questão do sujeito na linguagem. Tinha começado meu caminho como linguista, antes mesmo que houvesse a disciplina de Linguística em meu currículo e que eu soubesse muito bem o que era. No ano seguinte, veio um professor para dar o curso de Linguística e passamos a ter a disciplina regularmente.

A Linguística já me encontrou apaixonada pela vida intelectual, pela política, pelo cuidado com o social e curiosa face à história e à ideologia. No último ano do curso, veio a ditadura, em março de 1964. Fui a oradora da turma, em 1965, e fomos “convidados” a nos retirarmos de lá. Meus mestres se dispersaram. Muitos foram para o exterior. Eu fui para São Paulo fazer minha pós-graduação, trabalhar, atuar politicamente. Não havia o curso de Linguística Geral, que eu pretendia fazer. Eu e mais dois colegas encontramos, no professor Maurer, catedrático de Filologia Românica, e professor de Linguística Indoeuropéia, apoio para a criação de um curso de pós-graduação em Linguística Geral. O curso, criado pelo prof. Maurer, a nosso pedido, em 1965, foi o primeiro curso de Linguística Geral da Universidade de São Paulo (USP). Eu fui estruturalista, e penso que toda boa teoria é política, em sentido abrangente. Aprendi muito com o estruturalismo e, principalmente, com L. Hjelmslev, que considerava a semântica uma questão antropológica.

Eu buscava uma semântica que não fosse a estruturalista. Em setembro de 1968, fui para a França como leitora, para estudar Linguística. Continuei linguista, mas esqueci que era. Estudei na Universidade de Vincennes, onde meu orientador foi o prof. L. J. Prieto, do departamento de Sociologia, e que ensinava a *Noologia*, uma semântica estrutural que trabalhava com a significação. Assisti, também, aulas de semântica, com O. Ducrot, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS).

Ouvi Ruwet, ouvi Lacan, ouvi muita filosofia, na Universidade de Vincennes. Universidade em que, nas paredes, durante a aula, se podia ler: “Marighella sera vengé”. Encontrei a política, passei a entender melhor a ideologia, nos corredores, nos pátios de Vincennes, e mesmo nas disputas que se davam nos arredores da Universidade, no Bois de Vincennes.

Encontrei a Semântica que procurava ao encontrar-me com a Análise de Discurso, em 1969, não no curso que eu fazia, mas em uma livraria, na rue St. Séverin, em um livro, publicado exatamente em 1969. Encontrava um autor que, vindo da Filosofia, encontrara uma forma teórica de flagrar a ideologia, pela materialidade da linguagem. Este livro de Pêcheux, sua tese de doutorado, obra fundadora da Análise de Discurso, já se anunciava, com sua força teórica e analítica, original, na proposta do estudo da necessária relação da linguagem com sua exterioridade. A noção de discurso inaugura, naquele momento, um novo território nos estudos da linguagem, em que a noção de efeito de sentidos, efeito metafórico se juntam às de condições e processos de produção, propondo, por aí, novos procedimentos de análise da linguagem. Na apresentação do livro, já se ressalta a importância da noção de discurso como processo, trazida pelo seu autor, cuja análise exige o recurso a um procedimento original que se distingue dos métodos frequentiais ou temáticos da análise de conteúdo clássica, sem, no entanto, fazer uso dos esquemas sintático-semânticos pressupostos. Abre-se um campo novo nas Ciências da Linguagem e, também, do interesse dos que trabalham nas Ciências Humanas e Sociais. M. Pêcheux, quando voltava de suas reuniões e trabalho, dizia que “incomodava”. E o fazia porque tirava do lugar o já estabelecido sobre a ideologia, mexia com os métodos de análise de linguagem, punha questões que tocavam o impensado.

Desde 1970, em meu retorno ao Brasil, com o país vivendo sob ditadura, pratiquei a Análise de Discurso, na Linguística da USP, além do curso que dei para tradutores e intérpretes, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, antes mesmo que houvesse uma disciplina com o nome de Análise de Discurso, em nenhuma das instituições. Eu lia o *Analyse Automatique du Discours*, de Pêcheux, de onde tirava o máximo que podia, e muitos artigos em revistas francesas. Na USP, eu dava cursos de Morfossintaxe, de Sintaxe, de Quadros da Matemática aplicados à linguagem, de Sociolinguística, e, no meio dos cursos, apresentava Pêcheux e a Análise de Discurso que ele propunha. Só não podia dar um curso com o nome de Análise de Discurso. Nem na graduação, nem na pós, havia um curso com este nome. Isto não me impedia de dar a aula que eu dava. Uma ciência clandestina? Uma forma de conhecimento de resistência? Eu não pensava muito nisso. Já havia, talvez, aprendido a usar o silêncio a meu favor. Eram tempos de ditadura e de cerceamento de liberdade. Os intelectuais eram, “naturalmente”, suspeitos. Como disse, no início, eu não esperava que as “coisas” existissem para me interessar por elas. Eu não nomeava meus percursos antes de fazê-los. Sempre comecei antes, e isto não foi fácil. Nesse início, em meu retorno da França, eu fazia o que eu achava que a Linguística também devia ser. Na PUC de Campinas, o diretor da Faculdade de Letras, o prof. Sampaio, era culto, amigo da inteligência, e muito cordial comigo. Não havia apoio político. Isto ficava em silêncio. Assim como ficava em silêncio o nome da disciplina, que, oficialmente, era dado pelo Programa de Linguística, no curso de Especialização para Intérpretes e Tradutores. O curso foi muito bem sucedido, pois a tradução é um campo de exploração excelente para a Análise de

Discurso. Traz questões fundamentais. Os alunos, que eram em grande número, adoraram, e isto foi muito estimulante. Eram os anos de 1970.

Só conheci Pêcheux, em 1982, em um congresso de ciência política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), ocasião em que ele falou dos furos da ideologia, ou melhor, de que a ideologia é um ritual com falhas. E conversamos em um barzinho próximo ao IUPERJ. Ele me aconselhou a não ir a Paris naquele momento e a aprofundar em meu trabalho. Me sugeriu a leitura do *Les vérités de la palice*, que eu ainda não havia lido. Ele viria dar um curso no Brasil. Não veio mais. Mas sua obra já estava posta. As repercussões de seus trabalhos se dariam de várias maneiras. Instalavam uma nova maneira de se trabalhar com o político e o simbólico, de significar a ideologia, fora do campo da Sociologia. Para mim foi um aceno para o futuro.

Em meu retorno a Paris, já em 1984, reencontrei a Análise de Discurso, em um Colóquio sobre Orwell, organizado por Pierre Achard, sobre Sociolinguística e Análise de Discurso, em que este “e” era um traço de união e, ao mesmo tempo, uma interrogação. Foi neste Colóquio que vi, ouvi, pela primeira vez, F. Gadet (que me vendeu o primeiro número da revista LinX), P. Sériot, D. Maingueneau. E fui convidada, por P. Achard e F. Leimdorfer, para uma reunião de trabalho, em que apresentei minha reflexão sobre o discurso das lideranças indígenas e o discurso da colonização, no Brasil, trabalhando com Análise de Discurso, explicitamente, e deslocando tanto o discurso da antropologia, sobre a questão indígena, como a questão étnica tradicional, e pondo à mostra os processos de significação que se instalam com a colonização. Fui interrompida muitas vezes por uma pesquisadora do grupo, que teimava que a Etnolinguística ou Bakhtine podiam dar conta desse assunto. Eu insisti nos princípios teóricos da Análise de Discurso e fui apoiada por P. Achard, que garantiu minha fala até o final. P. Achard, e os organizadores, publicou meu texto deste Congresso sobre Orwell, e, pouco mais tarde, publicou, na revista *Langage et Société*, um texto que fiz para o Congresso sobre Dialogia, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), em 1981, em que eu fazia uma análise crítica às regras conversacionais e falava de discurso. Embora todos os textos aceitos para o Congresso do IEL, como o meu foi, deversem ser publicados, o meu não foi. Censura. Submeti o texto à revista *Langage et Société*, que o publicou. Minha convivência com o grupo da *Maison des Sciences de L’Homme* (MSH) continuou por muitos anos.

Pêcheux tinha me dado o endereço do Laboratório de Psicologia Social, dirigido por Pagès¹, onde conheci Claudine Haroche, que convidei para vir ao Brasil para dar um curso e para participar de encontros na Unicamp e em São Paulo, na PUC, no departamento de psicologia social. A Análise de Discurso já tinha se instalado há algum tempo no departamento de Linguística do IEL, quando realizei o primeiro evento, que foi sobre discurso político, e tinha como convidados G. Gimenez (México), P. Sériot (Suíça), M. Tournier (França) e N. Goldmann (Argentina). Com a determinação de reunir e não dividir, promovi ainda muitos outros pequenos encontros que reuniam muitos interessados em Análise de Discurso. Meu procedimento foi sempre o de me defender fortemente frente às divisões,

¹ Foi nesse laboratório que Pêcheux escreveu sua tese que resultou no livro AAD69. Ele a defendeu em 1968. Mas foi na *École Normale Supérieure* (ENS), na rue d’Ulm, que Pêcheux seguiu seu curso de Filosofia, tendo sido aluno de Althusser.

mas não o de produzi-las. Como dizia R. Barthes, é preciso sustentar seu discurso, não impô-lo. Eu sustentava. Fizemos muitas destas reuniões, seminários, conferências sobre Análise de Discurso no IEL. Já não estávamos mais no início e havia já um forte desenvolvimento da Análise de Discurso no Brasil, agora já nomeada. Denise Maldidier, quando veio ao Brasil, se emocionou com o nome *Análise de Discurso* na porta da minha sala no IEL. Uma ponta do iceberg.

Em 1987, voltei à Paris, para meu pós-doutorado, na Universidade de Paris VII. Nenhuma universidade oferecia cursos de análise de discurso, na França, naquele momento. Fiz um seminário sobre Análise de Discurso, no Programa de Seminários, na Maison des Sciences de l'Homme (MSH), em 1987, convidada por P. Achard, que era, então, o diretor da revista *Langage et Société*, e que fazia da revista um lugar de encontros regulares. Mantivemos, até sua morte, uma grande amizade e respeito intelectual. No seminário estavam presentes Denise Maldidier, F. Gadet e Francine Mazière. Denise falou, no final, sobre a importância do trabalho que apresentei, reconhecendo a filiação a M. Pêcheux. Foi assim que a conheci. Muita gente gostou desse seminário, mas havia também os que se incomodavam. O que tinha sido produzido por Pêcheux, embora silenciado, depois de sua morte, se mantinha fortemente latente e desafiante. E, todas as vezes que eu ia à França, não só nessa época, mas em outras, muitas pessoas vinham para ouvir o que eu ia construindo, também do lado de lá, a partir de minha leitura da Análise de Discurso filiada a este autor. Penso que o que atraía os frequentadores era que eu me ligava à teoria do discurso, na filiação a Pêcheux, e produzia muitas análises, o que, para eles, era um pouco inusitado. As análises que eu fazia não eram análise automática, nem só do discurso político. Eu explorava a materialidade do discurso em suas diferentes manifestações. As noções de interdiscurso, de formação discursiva, de metáfora, de sujeitos, trabalhadas no *Vérités de la palice* de Pêcheux, já permitiam que eu encontrasse procedimentos analíticos, sobretudo a partir das noções de paráfrase e polissêmica, que elaborei em suas relações, apurando, assim, o método de análise.

Como frequentava diariamente a Biblioteca Nacional, fui apresentada, na Biblioteca, a J.J. Courtine. Ele me deu grande número de textos, publicados por ele e colegas da equipe de Pêcheux, textos que eu usei em aulas e depusitei, mais tarde, no nosso CEDU, no Laboratório de Estudos Urbanos (LABEUB-Unicamp), no Fundo Michel Pêcheux. Foi nessa época do meu pós-doutorado, em Paris VII, que Gadet me apresentou à Madame Pêcheux, e a um grupo muito grande de pesquisadores que tinham sido do grupo de Pêcheux no *Centre National Centre Nationale de la Recherche Scientifique* (CNRS). O primeiro com quem me encontrei foi Paul Henry. Como desenvolverei, mais adiante, a relação com Madame Pêcheux, e com este grupo, concorreu para a maneira como administrei a institucionalização da Análise de Discurso no Brasil.

Gostaria de deter-me sobre esta relação de trabalho com os colegas franceses, agora de uma perspectiva mais ampla. Não só com o grupo de Paris, mas, também outros grupos como o de Praxématique, de Montpellier. Minha relação com a França se inaugurou nos anos de 1968, quando fui leitora em Montpellier, e a França, sobretudo Paris, se tornou uma extensão da minha vida no Brasil. O que alinhavava tudo era meu trabalho incessante. Em Campinas, trabalhava, formava muitos pesquisadores, instituía a Análise de Discurso e a fazia circular. Viajava muito, pelo Brasil. Em Paris, trabalhava muito, e, muitos de meus colegas, além de me colocarem em contato com o que era feito

nas ciências, sobretudo nas Ciências da Linguagem, não só em Paris, mas no exterior, em geral, também me incluíam em programas que eu chamaria sócio culturais, políticos, importantes. Uns reservavam lugares no Teatro, toda vez em que eu ia. Outros me convidavam para belíssimas exposições de arte e espetáculos de música. Alguns gostavam de me apresentar lugares menos expostos, em Paris, em que havia alguma forma de arte ou de acontecimento político e cultural. Leitura de peças. Visitas a casa de autores de romances, de escultores, de pintores etc. Lugares em que havia pequenas exposições permanentes. Outros, me convidavam para espetáculos de dança. Também ia a reuniões de trabalho em bistrôs especialíssimos. Mas, a maior parte das reuniões de trabalho se deram, no início, com vários dos pesquisadores do grupo de M. Pêcheux, no que eles chamavam de Café Théorique e que era onde se reuniam, quando a equipe ainda era um grupo, com Pêcheux, no CNRS: Le Rostand, em frente ao Luxemburgo. Ali também tive inúmeras reuniões, com H. Parret, para a organização do Colóquio de Urbino, sobre Heterogeneidade e Silêncio. Foi ali que fui apresentada a colegas ainda não conhecidos. Estive, muitas vezes, em jantares menos formais, em casa de colegas, com quem trabalhei mais frequentemente e com quem trabalhava com mais proximidade. Era a ocasião de conhecer outros colegas. Também me reunia com pessoas que iam assistir meus seminários ou conferências e que vinham de instituições e países diferentes. Lembro de uma argelina, amiga de uma alemã, com quem eu me encontrava toda vez que ia a Paris, assim como de uma jovem malgaxe e de um amigo de cultura cigana que me mostraram como importava meu trabalho em relação a tantos colegas não franceses que se encontravam em minhas apresentações. Ocasão de encontros, de discussões, de projetos. Intelectuais e políticos. E assim fui tendo contato com um grande e diversificado grupo de intelectuais. Na região da Universidade de Paris III, eram muitos os encontros de trabalho em cafés ou restaurantes que nos serviam para “home office”. E muitos colegas me apresentaram livrarias ou bibliotecas que me trouxeram muita matéria de reflexão. Livros raros ou em edições fac-similares. Atividade intensa e que resultava em tanto ou mais trabalho no Brasil, mesmo que não houvesse um curso específico de Análise de Discurso, em Paris, naquela época. Conhecimento, cultura, arte, política se misturavam. Era sempre um grande passeio pela linguagem a cada ida a Paris. Ou a Lausanne, onde também trabalhei, com frequência, com P. Sériot, com quem fui à antiga URSS, ou Lyon III, onde trabalhei com os especialistas em Francofonia, que me levaram ao Canadá, ou Fontenay-aux-Roses, ou Lyon, onde desenvolvi um grande trabalho de equipe, financiado pelo Acordo Capes/Cofecub, em História das Ideias Linguísticas.

Todas estas minhas atividades e contatos reuniram colegas, mas também foram a ocasião da estada de muitos alunos de pós-graduação, na França. As reuniões da História das Ideias Linguísticas começaram em Paris, na Universidade de Paris VII, e na rue d’Ulm, onde se davam as reuniões de trabalho, seminários, conferências, mesas-redondas, seguidas de almoços, na rue St Jacques, com colegas de muitos países, em que se discutiam as teorias da linguagem amplamente, as políticas de língua e assuntos relacionados. Foram muitos anos de trabalho e de convivência, sobretudo com S. Auroux e F. Mazière, E. Bonvini, S. Delesalle, J-Cl. Chevalier. E sempre coloquei como objetivo a elaboração da Análise de Discurso. Isto se dava, mesmo nas longas conversas com S. Auroux, na universidade de Paris VII, na formulação do projeto que ia colocar as nossas questões da colonização,

da língua e do conhecimento linguístico, na pauta do amplo grupo de pesquisa internacional que Auroux dirigia. Também desenvolvi minha pesquisa em bibliotecas em Roma, para a escrita do meu livro *Terra à Vista*, na época de meu pós-doutorado e conheci, em Roma, um grupo de intelectuais dedicados à linguagem. Incluo no meu trabalho em Análise de Discurso a minha participação na Comissão de Língua Portuguesa, que me proporcionou uma boa convivência com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, também, com colegas portugueses. Eu olhava a(s) língua(s) de uma perspectiva discursiva. Se falo disso tudo, é para mostrar a importância de uma relação de trabalho internacional quando ela se dá efetivamente, sustentada em trabalhos concretos. Eram “trocas” culturais, científicas, políticas, acadêmicas, tanto quando meus colegas, de Análise de Discurso, ou de História das Ideias Linguísticas, vinham e, ou, quando eu ia, ou enviava alunos. E, mais recentemente, muitas novas relações surgiram e que alimentam nossas relações de trabalho acadêmico. Estendendo-se também para a Itália, com quem temos realizado frutuosa projetos, na área de discurso. A isso eu chamaria *internacionalização*. Que não são apenas Congressos, com alguns convidados do exterior, e em que, muitas vezes, as pessoas mal se conhecem e aos seus trabalhos.

Quanto a implementar uma teoria como a Análise de Discurso no Brasil, no período da ditadura militar, foi parte da minha vida intelectual e fiz o necessário: não abandonei minhas escolhas e fui em frente. Muita gente se interessou pela Análise de Discurso. Os que eram contra, em geral, estranhavam que o político, a ideologia, a historicidade, fizessem parte dos estudos da linguagem. Penso que o que importa é ter uma relação real com o trabalho. Tenho a convicção de que os obstáculos podem ser – e, para mim, sempre foram – muitos, e vêm e passam, mas o trabalho, se for real, fica. Atuei politicamente como pude e, também, coloquei meu empenho em que a Análise de Discurso, que eu fazia, trouxesse a possibilidade de mudar alguma coisa. Eu lia os autores, que encontrava, de Análise de Discurso ou correlatos, e jamais deixei de procurar pensar por mim mesma, no caminho que ia construindo com minhas opções e trabalho. Sempre pensando a conjuntura intelectual, social e política no Brasil. Em uma apresentação que fiz, há algum tempo, disse que a voz de Elis Regina era a política que ela fazia. O meu trabalho sempre foi minha voz política. Ao lado de outras práticas políticas, pois, penso que não se deve confundir Análise de Discurso com militância pura e simples.

A Análise de Discurso é antes de tudo uma ciência da interpretação, que trabalha com processos de significação. Não só do discurso político. O que ela produz como análise pode, por outro lado, nos tornar melhores em nossa capacidade de praticarmos o político. Mas a posição-sujeito analista e a posição-sujeito militante têm suas especificidades e se diferenciam. Gosto muito de fazer o trabalho que faço. Desde muito cedo me interrogo sobre a linguagem. Me significo com meu trabalho. Com uma inclinação especial pela escrita. E considero, com clareza, que o lugar da Análise de Discurso que pratico, que praticamos, institucionalmente, é no departamento de Linguística. Lutei por isso.

Volto-me, agora, para um outro aspecto que considero importante no trabalho intelectual: a *socialização* do conhecimento. Já na Unicamp, quando deixei a USP, no final dos anos 1970, procurei elaborar um processo de *institucionalização* da Análise de Discurso. Investi muito tempo e trabalho nisso. Penso que uma forma de conhecimento se faz com muito estudo e pesquisa, muito trabalho e muita insistência. E, também, pela criação de condições favoráveis à sua existência e à constituição

de uma conjuntura em que esse conhecimento se desenvolva e circule, produzindo seus efeitos. Era preciso criar condições para que houvesse uma prática de qualidade da Análise de Discurso. Em relação à institucionalização, a primeira coisa era trabalhar para que houvesse a disciplina na instituição tanto na graduação como na pós-graduação. E isso foi um empenho de muito tempo. Além disso, era necessário ter alunos, portanto oferecer cursos de qualidade e regulares. Formar os alunos, tanto como professores como pesquisadores. Foram muitos os cursos dados e muitos os alunos. Na graduação e na pós graduação. Fazermos circular o trabalho através da presença nos eventos, sermos reconhecidos nas instituições de fomento à pesquisa. Sermos bem avaliados pela Capes.

Para efeitos de institucionalização, mas não só, como veremos em seguida, foi importante o apoio de Madame Pêcheux e dos pesquisadores que fizeram parte do grupo de Pêcheux, no CNRS, pelo lado europeu. E, no Brasil, foi essencial o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Durante anos seguidos, e aos poucos, foi possível trazer todos os pesquisadores deste grupo com quem tinha contato. Foram, inicialmente, quinze pesquisadores. Um a um, a Fapesp concedeu financiamento para que todos viessem à Unicamp e dessem cursos, fizessem conferências, não só para os alunos de nossos cursos, mas também outros interessados em Análise de Discurso. A situação era muito paradoxal, eu diria. Já não existia o grupo de Pêcheux no CNRS. Quando eu ia à França, poucos ainda se identificavam como analistas de discurso. Muitos até recusavam essa denominação. Ou eram linguistas, ou historiadores, ou sociolinguistas, ou psicanalistas, ou filósofos. Mas eu tinha excelente convivência com todos eles, insistindo na Análise de Discurso que era minha área de conhecimento, e, além das conversas e reuniões de trabalho, feitas, como disse, em cafés, na Biblioteca da MSH, raramente nas universidades, pois o espaço de trabalho era exíguo, eles me convidavam para fazer conferências, participar de seminários e falar em Encontros, além de dar cursos, nas universidades. Abriam espaços para meu trabalho. Quando vinham ao Brasil, além de falarem de seus interesses atuais falavam de discurso. Mesmo porque, em geral, no que faziam, estava presente a passagem pela Análise de Discurso. E eles estavam interessados em falar da experiência que tiveram no grupo de M. Pêcheux, no CNRS. Foi assim que penso ter dado sentido à Análise de Discurso dos dois lados do Atlântico. Por outro lado, já era mais difícil, quando enviava alunos para a França, para cursos específicos em Análise de Discurso, pois não existiam. Mas os alunos, que foram, souberam realizar excelentes programas de trabalhos, em qualquer das instituições em que estiveram, e nossos colegas franceses foram extremamente responsáveis na relação com todos. Só mais tarde, começaram a aparecer de novo, e já em outro momento de seu desenvolvimento, cursos em Análise de Discurso.

Madame Pêcheux colaborou com nosso programa de implantação e institucionalização da Análise de Discurso da filiação a Pêcheux, nos disponibilizando textos e liberando a tradução e publicação deles no Brasil. Assim como colegas nos cederam seus textos para tradução no Brasil. Essas iniciativas auxiliaram na *institucionalização* da Análise de Discurso.

Mas há o outro lado desta questão que é o da *socialização* do conhecimento produzido pela Análise de Discurso. Esse é também um processo importantíssimo. Eles podem vir juntos, mas se distinguem. A institucionalização é uma prática necessária, já que a ciência, na conjuntura política em que vivemos,

é também objeto de interesse, mercadoria. A socialização é uma forma de relativizar o sentido da produção do conhecimento como mercado e, em um gesto político, trazê-la para a relação do homem com a história, a sociedade e a natureza, na direção de sua transformação. Desde que tive acesso à Análise de Discurso procurei colocar à disposição de meus alunos e interessados, não apenas o que eu tratava na aula, mas as minhas fontes de leitura, e os contatos que tinha conquistado, e a que tinha acesso, após muitos esforços de trabalho. Quanto às leituras, passei não só a disponibilizar os textos, em geral, em francês, que eram parte do meu trabalho com os alunos, mas também a traduzir estes textos para que pudessem circular mais largamente e produzir um campo de leitores, de forma crítica. A isso chamo *socializar o conhecimento*, algo que aprendi com meus mestres nos anos 1960. Insisto na data, pois cada vez mais, com o tempo, fui ouvindo pessoas da Universidade que falam em socialismo, sociedade, social e cada vez menos socializam seu conhecimento.

Mais recentemente, tem uma palavrinha chave que toma o lugar da socialização, na relação do conhecimento com a sociedade: é a palavra “empoderamento”². E, por ela, vem o discurso da mundialização e o das minorias, tomadas pela mundialização, significadas pela conjuntura política e ideológica capitalista. São novas formas do político, novas formas da divisão. A palavra empoderamento privilegia as relações de força às relações de sentido. Reivindica poder. E significa a partir do próprio sistema capitalista. Não toma distância da situação, na própria situação, como diria Nietzsche. E esta forma de produzir um gesto que se diz gesto de resistência é própria da mundialização, que equaciona as divisões não pela luta e pelo reconhecimento das divisões e da ideologia, mas pela vontade e pela disponibilização dos meios capitalistas. Somos todos iguais, aí, soa como somos “tropa”. Não há só isso na mundialização, mas é isto que, em geral, se disponibiliza, quando a prática é uma prática que desconhece a concretude do mundo e apela para a vontade e a consciência. E fala em “classes desfavorecidas”.

Mas voltemos ao processo de socialização da Análise de Discurso que procurei, procuro, praticar. Estou insistindo nesta palavra, porque, em geral, se fala mais da institucionalização da Análise de Discurso. E, é preciso distinguir institucionalizar e socializar. A institucionalização, no sistema capitalista, se faz através das instituições e discursos administrativos, e é necessária para que uma forma de conhecimento tenha um lugar específico no campo da ciência, e se possa disponibilizar para a formação e a pesquisa. Já a socialização é outra coisa. Com a socialização, não se intermedia as relações só pelas instituições, mas pela produção de condições de acessibilidade, de politização do campo de conhecimento. Ao trazer os pesquisadores do grupo de Pêcheux, ou disponibilizar a todos interessados os “bens” culturais e científicos aos quais eu tinha acesso, eu socializava a prática da Análise de Discurso, e a tornava permeável à sociedade em que vivo. Para mim, é uma necessidade social e um dever político dos que têm acesso à ciência. Eu poderia parafrasear Pêcheux, em um deslocamento do que ele diz, e afirmar que é “uma questão ética, uma questão de responsabilidade”. E foi assim que não fiquei apenas ao sabor dos jogos da instituição, nem a Análise de Discurso que

² “Ação de se tornar poderoso, de passar a possuir poder, autoridade, domínio sobre; exemplo: processo de *empoderamento* das classes desfavorecidas.”

eu pratico se fechou intra muros. Nós nos socializamos. Conceitos que formulei, noções que trabalhei se espalharam pelo Brasil. E mesmo para fora. São de uso social. Existem independentemente. É isso socialização.

Bethania e Evandra: Em sua obra *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (1992), livro que recebeu o prêmio Jabuti, você se propõe a escutar o dizível em circulação durante o período da ditadura militar. Na segunda parte desse livro, você analisa o movimento dos sentidos tanto no funcionamento da censura “que impede o trabalho histórico dos sentidos” (ORLANDI, 1992, p. 11), quanto no trabalho de resistência que se inscreve nesse sítio de significância dos sentidos censurados. Daí a importância em se pensar o silêncio fundador e suas formas, no movimento dos sentidos, pois, de acordo com a noção proposta, “o silêncio está na base da divisão dos sentidos.” (ORLANDI, 1992, p. 111). Com o verso do poema de E. Dickinson “Silêncio é infinidade”, epígrafe do texto *Política e silêncio na América Latina: quando se fala pelo outro*, publicado em 2019, você traz uma pontuação para a noção de silêncio pensando na atualidade, nos discursos das minorias. Você poderia falar um pouco mais sobre o engodo do “alarido” e a escuta do in-congoscível, do in-compreendido e do inusitado?

Eni Orlandi: A pergunta inicia dizendo que em meu livro, *As formas do silêncio*, eu me proponho a escutar o dizível em circulação durante o período da ditadura militar. Eu diria que o indizível também, mas é mais complicado um pouco. Gostaria de fazer uma observação que considero muito importante, porque constitutiva mesma da teoria do silêncio que proponho. Indicar as nuances que é preciso observar. Quando me propus trabalhar com o silêncio, e digo isto nas primeiras páginas do livro, viso o material concreto da significação, como uma materialidade distinta da matéria significante das palavras, do dizível, e mesmo da linguagem, como tal. O silêncio não fala, ele *significa*. Não se trata do dizível, pois, mas do significável. Se “traduzo” o silêncio em palavras, se o faço falar, os sentidos já não serão os mesmos, e implicam gestos de interpretação diferentes, dada sua matéria significante.

Deste ponto de vista, e aí lembro o que denomino de *silêncio fundador*, considero o silêncio como a própria condição da produção do sentido. Não estou falando do silêncio em sua qualidade física, mas do silêncio como sentido, como história, silêncio humano, matéria significante. Distinta da linguagem. Silêncio que não é falta, não é o vazio, é horizonte. Desse modo, e pela minha filiação ao materialismo, pude inscrever minha concepção de silêncio, tal como desenvolvi, nesta filiação, como *processo* de significação. Mesmo que não se estabeleça uma relação consciente do sujeito com o silêncio, em face do discurso, o sujeito tem necessidade do silêncio, como fundamento necessário ao sentido e que ele reinstala falando. É pensando a *política do silêncio*, esta que *divide* os sentidos, que separa o significável do não significável, e o dizível do não-dizível, que se poderia dizer que me proponho a escutar o significável e o dizível, mas também, eu diria, o não significável e o indizível, quando se trata da política do silêncio, da censura.

Lembro ainda que censura não existe só na ditadura militar. Esta é só um exemplar da presença da censura, na análise que fiz, sobretudo das músicas, em uma certa conjuntura política. Mas a política do silêncio - seja constitutiva ou local, como as denomino - é uma constante, que se apresenta em

qualquer conjuntura que for favorável, que crie as condições para o silenciamento. Basta lembrar o que acontece hoje com exposição de pinturas, com pichações, ou caricaturas de humor, ou textos, que são censurados a todo momento. E até mesmo cursos inteiros de pós-graduação que são silenciados.

Minha posição teórica é que se há censura, há também movimento de sentidos, e os sentidos censurados migram para outros objetos simbólicos. E significam. Relação que não se desfaz entre o silêncio fundador e a política do silêncio. Onde está a censura está a resistência.

Passo a comentar a segunda parte desta questão que acho extremamente importante para observarmos as discursividades atuais em suas formas de silenciamento e os consequentes possíveis modos de resistência. Para o analista de discurso, resta a responsabilidade de esclarecer, por às claras, com seu dispositivo teórico e analítico, o que se apresenta atualmente. Desde o início de meus trabalhos com o silêncio, fazia parte de minhas preocupações não opor o “ruído” ao silêncio. Porque, no barulho, também há silenciamento. Ruído aí significando “alarido” de vozes, a presença constante da linguagem em paredes, em panfletos, em vídeos, em rede, por toda a parte. Uma enxurrada constante. Excesso, algazarra que acaba por produzir a insignificância. A indiferença à significação.

Somos, desde muito tempo, e todo o tempo, alvejados por linguagens de todos os tipos, tamanhos e cores. E, por outro lado, penso, como E. Dickinson, que “silêncio é infinidade”. Esta é a abertura do simbólico, o silêncio pensado como silêncio fundador, que se abre para o horizonte de sentidos. Mas, não esqueçamos, há também o que chamo de silenciamento, o que fecha, divide, silencia. Respondendo a sua pergunta mais diretamente, nós não havíamos conhecido a extrema-direita no poder, explicitamente. A direita, sim. Já tínhamos experiência vasta com isso. As ditaduras também. O inusitado, eu diria, foi nos defrontarmos com a extrema-direita. O nazismo, o fascismo são tão inaceitáveis, grotescos mesmo, que parecem inconcebíveis. Principalmente se os considerarmos a partir da posição-sujeito de uma formação discursiva de esquerda. No entanto, foi eleito um presidente de extrema-direita, dizendo com todas as palavras ser de extrema-direita. Passamos do inusitado para o que, para nós, era inconcebível. Mas existente. Isso é real. Impossível que não seja assim. Olhando, agora, pela perspectiva analítica, podemos dizer que, no(s) discurso(s) político(s) atual(is), são muitas as formas de silêncio e de silenciamento. Já falei do que chamei de *volatilidade* da interpretação, em que se dilui o real da significação, apaga-se o real da história.

Gostaria de falar, agora, do silenciamento produzido pelo excesso, pelo ruído incessante das redes, e das falas que buscam atrair a atenção para distrair a escuta mais apurada dos sentidos que vêm junto, para fazer “passar a boiada” da extrema-direita. Há, como já disse, insegurança nas palavras, pela relação com o silenciamento que vem nelas.

Há guerra de sentidos, numa retórica que tenho chamado de “retórica da vantagem”: qualquer besteira vale para “bagunçar” sentidos, criar a confusão, o mal-entendido, a contradição, o desarrazoado. Porque essas são condições favoráveis para a sobrevivência do discurso da extrema-direita. Nessa conjuntura, o processo dominante, creio, é o da produção de *processos de dessignificação*. No Chile, lutam para que se possa ter uma nova Constituição. Imediatamente, começam a insinuar a ideia de que, no Brasil, temos também de fazer o *mesmo*. Que mesmo? Fala-se em pensar em uma nova Constituição para o Brasil, e apaga-se, silencia-se o sentido do que está se produzindo no Chile,

quando lá se vota para não ter mais a Constituição da época de Pinochet. Nesse momento histórico, a Constituição, no Brasil, tem o sentido da democracia. Dessignifica-se o político, pela guerra ideológica. Tentam-se silenciar formações discursivas, apagam-se distinções. Porque o que já vem posto, pré-construído, nessa formação discursiva da extrema-direita, é o apagamento da esquerda, o silenciamento de seu discurso. E erige-se a irracionalidade como modo de silenciar. É *inconcebível* que não se queira vacinar *todos* os brasileiros. É *inacreditável* que não se leve a sério o ponto de vista da ciência. São formulações que nos parecem absurdas. Roubam-se, roubam-nos, assim, os sentidos com a maior desfaçatez. E isso também faz parte do processo de dessignificação: algo que era dito pela esquerda, aparece dito pela extrema-direita, o que destrói a especificidade da significação. Se você responder ao pré-construído, fica preso a ele, no argumento do outro. Como distinguir-se, como tomar distância? Como desfazer o equívoco? Não há como apoiar-se no sentido, quando ele está sendo dessignificado. Penso que um modo de se produzir uma escuta nessas condições, é usar as formas de silêncio – “o silêncio é infinidade” – para apoiar-se: superar a compreensibilidade, como diria Nietzsche (2001, *A Gaia Ciência*, entre outros). Não se embrulhar com fake news, não responder diretamente à dessignificação, não querer compreender ou ser compreendido. Aceitar o desafio do incognoscível. Nestas condições vale arriscar-se no *non-sense*. Trabalhar e produzir nuances, delicadezas, finuras da linguagem, inteligência. Não ir nunca direto ao ponto. Isto é fatal. A mídia tem feito frequentemente isso e fica respondendo, girando em falso na insegurança das palavras, na dessignificação, aumentando o ruído. O ruído é a voz deste tipo de governo.

A superação da compreensibilidade é a recusa de que se possa ser compreendido universalmente. Quando Nietzsche (idem) propõe a superação da compreensibilidade, e do supra-individual, ele está questionando a interpretação, criticando a doutrina que afirma que se pode perfeitamente ser compreendido universalmente. Sua crítica leva a uma individualização, pois, segundo o autor, não se pode pensar que “a comunicação em nada altera o comunicado”. Quando ele diz isso, está negando a exigência de uma compreensão universal que, esta, des-individualiza o próprio homem (diríamos o sujeito) e suas condições peculiares de vida (diríamos condições de existência). Nesse sentido é que considero importante, como diz Nietzsche, “individualizar” a interpretação, no sentido em que tomo o sujeito-individuo (não mais o psicobiológico, mas o sócio-político) e levo em conta as condições de produção dos sentidos. Não há, desta perspectiva, uma compreensão supra-individual. A da tropa, diria Nietzsche. Esta pretensão, que Nietzsche chama de metafísica é a mesma a que se contrapõe o materialismo da Análise de Discurso, quando pensa as condições e o processo de produção de sentidos, a ideologia, a interpretação.

O que é preciso é distanciar-se da situação na própria situação; diz Nietzsche “eu sinto a distância para ser diferente em cada entendimento, igualmente inconfundível, e para estar acima em comparação com cada elemento opaco”. É também Nietzsche que diz que a vida não é argumento. E as minorias muitas vezes argumentam pela vida. A formação discursiva dominante dessignifica este argumento. Não se é compreendido univocamente por todos, em nenhuma circunstância. A linguagem pode sim soar de modo estranho. Também Pêcheux nos diz isso, quando fala de reversão e deslocamento. O elogio da in-compreensão. O que diz Nietzsche não nega a vida, mas seu uso como

argumento. Não se pode esperar uma compreensão universal. Isso, a meu ver, não desqualifica o(s) discurso(s) das minorias, ao contrário, prepara para a diferença, para o incompreensível, e para a ideia de que um argumento não é entendido do mesmo modo por todos. Não se iguala o que é dissimétrico. De novo intervém a ideologia na interpretação. Nietzsche trabalha, face à interpretação, com o paradoxo, nós, com a contradição, o equívoco. Argumentativamente, não se pode aceitar a briga corpo-a-corpo. Os sentidos estão sempre mais além. Tampouco se têm acesso direto aos processos de dessignificação. É no desvio, no *outro* lugar que os sentidos podem fazer sentido, que se podem descosturarem-se os processos de dessignificação. Fazer significar, de preferência, o que está silenciado. Ao desarrazoado se responde com o equívoco, a ironia, a reversão.

A ironia tem sido uma maneira de fazer significar o dessignificado, trazer à tona o incognoscível. O humor sempre se carregou dessa possibilidade. O músico que tem feito isso é Arnaldo Antunes. Uma de suas músicas é exemplar: *O real resiste*. Você não pode interpretar diretamente, tampouco pelo avesso. Trabalho da metáfora em alto nível de sofisticação, você tem de superar a compreensibilidade. Des-entender. “Autoritarismo não existe (...), homofobia não existe (...) fantasma, bicho papão não existe”. “É só pesadelo e depois passa”. Dizer que não existe, que tudo é ilusão e, ao mesmo tempo, afirmar: o real resiste. Seria então, possível pensar que o real, que existe, não existe? É ilusão? Mas o real resiste. E isto é significado por dizeres e imagens que atestam fortemente o real que está sendo negado. E que resiste. A linguagem, esticada ao seu limite, significa pela dessignificação como resposta ao processo de dessignificação. Veneno, contra o veneno, cura. Mas não é tão simples assim. “O real resiste/é só pesadelo e depois passa”, isso dito do fascismo que nos espia dia-a-dia é de uma beleza, uma força atordoante. Arnaldo Antunes, Nando Reis são os poetas que melhor lidam com este discurso. Outro exemplo é a música “Não vou me adaptar”, em que dizem, no começo: “Será que eu falei o que ninguém *ouvira*? Será que eu escutei o que ninguém *dizia*?” e terminam, afirmando: “Será que eu falei o que ninguém *dizia*/ Será que eu escutei o que ninguém *ouvira*?”. Pulos, derivas contínuas, desamarando equívocos, se expondo a eles. Indistintos, confusos, de difícil compreensão. A interpretação não tem a ver com a lógica, com o racional, nem também com o fantástico, com a fantasia. É com o incompreensível, com o improvável, com o insensato, o inusitado, o espantoso, o irracional.

O discurso que enfrentamos é o que busca desfazer sentidos e se dar o tempo de aparelhar o Estado como Estado Fascista. E isso sem ironia, mas com deboche, com ignorância escancarada, com a grosseria dos que não gostam, não respeitam a vida. Não é um discurso de desconstrução, mas de destruição, cabal e simples. O que a música de Arnaldo Antunes traz fortemente? Nega para afirmar mais fortemente. Isto, na retórica, se chama lítotes (H. Lausberg, 1966), ou seja, falar “não”, para afirmar o “sim”. Mais que isto, podemos compreender a lítotes como um misto de ironia e ênfase.

Já trabalhei sobre a ironia e gostaria, aqui, de fazer referência ao que acho fundamental na compreensão discursiva da ironia: a ironia produz o sentido de *interrogação*. Ao ironizar você está interrogando e fazendo o sujeito que é intérprete (se) interrogar. E isso vai-se dando gradualmente, em que aparece muito a repetição, a restrição do espaço de significação e a insistência. O paradoxo, de que se serve Nietzsche, está presente na música de Arnaldo Antunes, e é, também, uma das propriedades da lítotes. Contradição da contradição. Nega-se o contrário do que se quer afirmar, e, por aí,

se produz o repúdio forte pelo afrontamento com a violência do que é negado. Ao mesmo tempo que, na música, Arnaldo afirma que x não existe, ele exhibe imagens que mostram cenas do negado, e, no entremeio, repete o refrão “O real resiste”. A relação de existe e resiste atrapalhados por um “não”, impossibilita qualquer paralelismo, qualquer reversibilidade. E nos joga para o “onde”, o “o quê”, a interrogação que nos balança no ar ritmado pelo ressoar de palavras, sons e imagens. E por aí podemos ir além da compreensibilidade. Atravessando a designificação.

Penso que, nesta questão, respondi um pouco algumas outras. Mais especificamente, em relação à questão 7³, sobre o discurso político atual, eu só acrescentaria algo. À pergunta “Considerar o discurso do adversário: é sustentá-lo, apreendê-lo, invertê-lo, tomá-lo ao pé da letra?”, penso que já respondi, em parte, quanto ao *como* responder. Não é um corpo-a-corpo. Especificamente, diria que é tudo isso, e nada disso, ao mesmo tempo, porque a questão é a argumentação, observatório do político, concebida discursivamente, ou seja, como tenho proposto, a argumentação se estrutura ideologicamente e é aí que se pode confrontar ao discurso político atual. Não respondendo a ele, mas produzindo um distanciamento, tirando dele o sentido universal, evidente, que ele tenta passar e devolvendo-o a seus compromissos com as formações discursivas em que ele produz e faz sentido (o da extrema-direita), ir além da compreensibilidade e saber trazer o que ainda não está significado. Afinal, nesses processos de silenciamento, de apagamentos, de volatilização de sentidos, não podemos esquecer que o discurso tem materialidade e minha aposta é, pela análise, conseguir chegar ao real do processo de significação. O real resiste. O real (r)existe.

Bethania e Evandra: Entendemos que as teorias são políticas, fazem política, embora essa política não seja visível para aqueles que as praticam. Como você situa a teoria da Análise do Discurso na prática de produção de conhecimento? Pêcheux, na abertura do colóquio *materialidades discursivas* (1980), ponderava que a Análise de Discurso poderia constituir uma intervenção no campo das ciências humanas e sociais, produzindo uma leitura-trituração dos sentidos, engajando-se na “produção de acontecimentos.” (PÊCHEUX, 2016, p. 27). Você sempre recebeu orientandos de vários campos do saber e isso tem se repetido com vários colegas pesquisadores e estudiosos. Será que a Análise de Discurso praticada no Brasil estaria atingindo esse ideal formulado por Pêcheux?

Eni Orlandi: Quanto a afirmar que as teorias são políticas, fazem política, estou plenamente de acordo. É algo que me acompanha em minha formação e em minha produção.

³ N.E: Havíamos mandado para a autora um conjunto de questões mais amplas, de modo que ela poderia escolher quais responder. Assim, a questão número 7 a que a autora se refere aqui é a seguinte: No Brasil, tendo em vista o discurso político que vem circulando sobretudo a partir das eleições de 2018, o qual, para além do jogo sempre jogado de desdizer o outro, tem produzido uma discursividade do desdém e da ameaça, que orientações você daria para o trabalho com a análise do discurso político atual? Quais as contribuições que os analistas de discurso podem dar para compreendermos esse momento? Ou ainda, retomando uma pergunta de Pêcheux (2016, p. 19) na abertura do congresso *Materialidades discursivas*: “Considerar o discurso do adversário: é sustentá-lo, apreendê-lo, invertê-lo, tomá-lo ao pé da letra?”

Entre outros, meu trabalho sobre divulgação científica no laboratório de Jornalismo, fez-me analisar mais detidamente a produção e a circulação do conhecimento, e, também, refletir sobre como analistas de discurso, com seus estudos, podem afetar as políticas públicas científicas.

Na larga experiência de trabalho no programa de pós-graduação, que implantamos no sul de Minas, que tinha como núcleo a relação linguagem e sociedade, a questão da linguagem na produção da ciência era um tema de contínua pesquisa, já que o curso, Pós Graduação em Ciências da Linguagem, atraía pesquisadoras de áreas muito diferentes. Assim como muitos cursos de Análise de Discurso o fazem, no Brasil.

Mais recentemente, tenho estudado a posição e a contribuição teórica e metodológica da Análise de Discurso na prática do conhecimento, tomando como entrada a questão das Ciências Humanas e Sociais. Na realidade, pensando o percurso de Pêcheux, a questão da ciência, em geral, e das Ciências Humanas e Sociais, em particular, sempre estiveram em sua reflexão. *Formações ideológicas e objetos epistemológicos* sempre ocuparam seus projetos. A relação das Ciências com a linguagem está vastamente tratada, inclusive, no *Vérités de la palice*. A crítica que ele faz das Ciências Humanas e Sociais - que têm dificuldade em produzir a necessária ruptura entre teoria e prática, e que estão na continuidade da ideologia - corresponde à crítica que ele faz das Ciências da Linguagem que, para tratar do sujeito e da situação, tendem a fazer alianças com a psicologia, a sociologia ou a história. Daí sua crítica ao sociologismo, ao psicologismo, ao historicismo. Mais diretamente, quando ele retoma e comenta a afirmação de D. Lecourt de que “as ideologias práticas atribuem suas formas e seus limites às ideologias teóricas”, Pêcheux (1975) diz que isto significa que o sistema das ideologias teóricas próprio a uma época histórica dada é determinado pelo todo complexo com dominante das formações ideológicas. E a sua busca é a de constituir a Análise de Discurso em descontinuidade com a ideologia, rompendo a relação entre teoria e prática. Isso se dá, na Análise de Discurso, passando, na análise da linguagem, da noção de função para a de *funcionamento*; relacionando as condições com o processo de produção do discurso. O que resulta na possibilidade de *analisar* discursos. Assim como a Análise de Discurso afasta-se da análise de conteúdo e propõe expor o olhar leitor à opacidade da linguagem, desfazendo a transparência, o efeito de evidência produzido pela ideologia. Daí seu trabalho com noções como a mudança de terreno, o trabalho do impensado no pensamento, as questões novas que coloca em circulação no campo da linguagem, os deslocamentos.

O que estou querendo dizer é que a Análise de Discurso, filiada a Pêcheux, é propícia à discussão da ciência e, desde sua formação, esta é uma questão sempre presente. E penso que a Análise de Discurso permite realizar isso, teórica e metodologicamente, com maestria. Pensando no campo das Ciências Humanas, e na produção de uma intervenção, como Pêcheux pretendia, a minha resposta é sim, penso que a Análise de Discurso praticada no Brasil estaria, sim, constituindo uma intervenção no campo das Ciências Humanas e Sociais, e produzindo uma “leitura-trituração” dos sentidos, engajando-se na produção de acontecimentos. Não creio que é só no Brasil que a Análise de Discurso consegue realizar esse objetivo, dada a maneira como ela se constitui, tendo como campo metafórico, como diz Pêcheux, com que debate, o campo constituído pela Linguística, a Psicanálise e a Teoria das formações sociais (teorias da ideologia). A relação da constituição da Análise de Discurso

com estes campos, traz resultados fundamentais para o estudo da linguagem, dos sujeitos, dos sentidos. E isso mexe com as ciências em geral, não só no Brasil.

Esse campo de conhecimento, o da Linguística, Psicanálise e das Teorias do Social (da(s) ideologia(s)) adquire, pelo desenvolvimento da Análise de Discurso, importância muito grande na produção das ciências em geral. De modo plural e heterogêneo. A Análise de Discurso com seus resultados, ao longo de toda sua história, foi desenvolvendo um campo de questões que se tornaram imprescindíveis para a compreensão não só do homem, da sociedade, da história, do político, mas levantou novas questões postas pela ideologia para as ciências em geral. Penso, sim, que este desenvolvimento se dá, principalmente, ou primordialmente, no Brasil, com reflexo na Análise de Discurso produzida em outros lugares. Não porque as “influenciasse”, mas porque produzimos, com nossos estudos e pesquisas, deslocamentos no campo das ciências da linguagem, em geral. Isto se tornou objeto de interesse mesmo para os que desenvolvem seus estudos em outros países.

A Análise de Discurso produz um corte epistemológico no campo das Ciências Humanas. E vou falar pelo Brasil, e pelo trabalho que faço, mesmo que eu ache que isto pode-se estar dando também em outros lugares, como resultado do que a Análise de Discurso introduziu epistemologicamente no campo das Ciências. Ninguém mais pode desconhecer, na ciência, como se constroem seus objetos. E a questão do discurso, e estou falando do *objeto discurso*, está investida nisso. O que proponho em minhas reflexões sobre a relação da Análise de Discurso com as Ciências Humanas e Sociais é considerar o que significa, entre as Ciências, ser uma Ciência da Interpretação. Destaco, então, a questão da interpretação para mostrar como a Análise de Discurso, com seus princípios teóricos e metodológicos, produz um *corte epistemológico* em que a questão da interpretação deixa de ser um obstáculo a que essas ciências, as da interpretação, tenham sua importância, justamente por não ignorarem, mas se interrogarem sobre a interpretação, enquanto ciências. Discuto a natureza dos conceitos (resíduos de metáfora, como diz Nietzsche) e sobretudo a questão, na escrita das ciências da interpretação, do lugar da *metáfora*. Metáfora não como figura, mas como transferência, em que podemos observar a necessária abstração que se produz com a metáfora como *instrumento teórico*, parte dos procedimentos analíticos das Ciências Humanas, face à interpretação, à ideologia⁴. A metáfora, de que falo, pensada na escrita científica, relativamente ao conceito, demanda sofisticado processo de abstração.

Penso que, no campo das ciências em geral, são as Ciências Humanas, e nelas incluo a Linguística e a Análise de Discurso, que podem qualificar as novas questões que se impõem para o conhecimento contemporâneo, na conjuntura não só política, mas também científica e tecnológica. Uma ciência é ciência no meio das outras. São heterogêneas quanto a seus métodos, seus objetos. Não se podem hierarquizar. Não se é menos ou mais cientista porque se formaliza ou não se formaliza. Porque se

⁴ Em trabalho exposto no Labeurb, sobre a construção de artefatos que nos medeiam frente a nossos objetos de conhecimento, nossas pesquisas de campo, tendo a linguagem como constitutiva, considero o que chamamos *artefato* como espaço/lugar de construção conjunta de uma relação de trabalho, na produção de um *acontecimento de conhecimento*. Para a eficácia deste artefato é preciso que haja a metaforização, ou seja, que nossas palavras falem com outras palavras, no caso que expus, com um grupo social constituído por mulheres do bairro Eldorado do Carajás, em Campinas. É assim que, como analistas de discurso podemos “mexer” com as Ciências Humanas, inclusive, no caso de minha análise, deslocando o que se compreende, na Sociologia, por “relações sociais”.

interpreta ou não se interpreta. A natureza dos modelos se multiplica, quando se leva em conta a linguagem, as tecnologias e a construção dos diferentes objetos científicos. As políticas de validação e legitimação da ciência devem pensar o conhecimento em seu *processo de produção* e toda ciência tem de ter seus critérios fundamentados em seus processos de significação, em bases epistemológicas sólidas, de acordo com seus próprios princípios, respeitando as filiações teóricas e analíticas e a especificidade de seus objetos. Porque não há objeto de conhecimento que possa ignorar a questão da produção de sentidos como parte de sua reflexão, na construção de seus objetos. Seja por procedimentos informatizados, ou através da metaforização, como nos propomos tratar a questão da interpretação na construção de um acontecimento de conhecimento.

De todo modo, já não podemos pensar as Ciências Humanas e Sociais como as pensávamos no século XIX, mas como elas existem no século XXI. E a Análise de Discurso, tendo introduzido, com sua proposta, o objeto *discurso*, produz um deslocamento nesse campo científico. Quando refletimos sobre a ciência em sua história, e considerando como o acontecimento científico, produzido em um momento, tem consequências sobre passos dados em outro momento, e às vezes, muito indiretamente, penso que, em nossos estudos e pesquisas, em Análise de Discurso no Brasil, demos passos fundamentais para a consecução desses objetivos, criamos as condições. E não só. Dito isso, tenho convicção que a Análise de Discurso no Brasil, em sua elaboração e desenvolvimento, certamente criou as condições para esta intervenção no campo das Ciências Humanas e Sociais, engajando-se na produção dos acontecimentos. Estou certa de que nos preparamos para isso.

Bethania e Evandra: A situação das populações indígenas é uma questão do Estado. Em seu livro *Língua e conhecimento linguístico* (2002), você mostra que as políticas de Estado não podem negar a história dos indígenas, já que “tanto a identidade indígena quanto a sua cultura estão em movimento, sobretudo na situação de contato em que esses processos de identificação trabalham aguçada-mente.” Ao que acrescenta: “Melhor, a meu ver, é propor projetos de que o índio participe ativamente como sujeito que pratica sua cultura, e se transforma, transformando-a.” (ORLANDI, 2002, p. 233). Diante dessa sua proposta, pensada e elaborada em outro contexto sócio-histórico, como você vislumbra, no momento atual, as políticas públicas que permitam ao sujeito indígena praticar e transformar sua cultura? E os movimentos de resistência das populações indígenas contra políticas autoritárias, de destruição da sua população e, por sua, vez, de sua cultura?

Eni Orlandi: A questão indígena é uma questão que demanda muita atenção, reflexão e consistência teórico-política da parte tanto de linguistas, antropólogos e analistas de discurso. Porque seus trabalhos podem tocar as políticas públicas que afetam os Índios.

Trabalhei muitos anos com a questão indígena e senti-me, não raras vezes, nas várias pesquisas de campo que realizei, pouco apta, teórica e metodologicamente, para analisar, com consequência, situações de vida que eles têm de enfrentar em seu cotidiano. Relativas às suas línguas, a questões culturais, ou políticas. Fui, várias vezes, chamada a participar de processos de avaliação de projetos de educação indígena. Muitos projetos eram de excelente qualidade. A questão era que, ao ir para o

mundo, ao se tornar prática, se mostravam incapazes de compreender a real necessidade concreta dos índios. Vi muita contradição, muito equívoco, pois, se existe uma questão que tem de ser pensada em estreita relação com as condições de existência, as condições de produção em que algum projeto se proponha, é a questão indígena.

Sou, em princípio, avessa à chamada “revitalização” da cultura indígena. Não considero que se deva reensinar língua indígena para o próprio índio. Porque teríamos *usuários* da língua e não *sujeitos falantes*, em seus processos de identificação, na sua filiação à memória. Tenho proposto o que tenho chamado de polilinguismo, ou seja, o reconhecimento de que as línguas são polissêmicas, e, em suas relações, elas continuam a sê-lo, ou seja, há polissemia também nas relações entre línguas, havendo derivas, deslizamentos nas e entre línguas. Nenhuma língua permanece imóvel, fora de suas possibilidades de mudança.

Projetos devem ser abertos sobretudo à participação do próprio Índio, pois, eles podem e devem participar dos projetos, como sujeitos que praticam suas culturas, suas línguas, transformando-se e transformando-as. Tudo se mexe. Não sou favorável à imposição de reensinar os índios a fazerem alguns de seus rituais já esquecidos, ou deixados. Porque, enquanto *mediadores* entre o índio e sua própria língua, entre o índio e sua própria cultura, entre o índio e seus próprios rituais já somos interventores, não somos transparentes. E, se se constroem alianças, elas devem representar uma relação ponderada, respeitosa à liberdade, e às decisões dos interessados.

Não considero que se possa mediar o índio com sua história, suas histórias. Mediação foi a catequese, a pacificação, a colonização, enfim. Mas, eu mesma, em uma situação de risco para os Pataxó hãhãhã, fiz uma pesquisa, junto com a Aracy L. da Silva e o Greg Urban, para reencontrar palavras e frases da língua desses índios e fazer a cartilha que eles pediam, igual a qualquer uma que o Summer⁵ fazia, porque, apresentar, documentar sua língua às autoridades era um instrumento para eles serem reconhecidos como Índios e terem direito a sua terra. Pararem de serem expulsos de um lugar para outro. Já que eles viviam a diáspora tão comum entre os índios e tão destruidora de suas identidades. Não só com os Índios, mas com qualquer brasileiro, não devemos intervir, mediar, impor modelos, mas também não devemos ignorar, ficar alheios. São relações dinâmicas e que se movimentam. O que fizemos foi, a pedido deles, colocar a sua disposição nosso conhecimento.

E aí chegamos ao que considero a interrogação mais difícil de ser respondida. Identidade. Onde acaba o índio e começa o brasileiro? Como os Índios significam e se significam em suas relações? É realmente preciso manter o índio como temos o índio em nosso imaginário colonizatório, o índio aldeado, com tacape, com cocar? Para quem isso é necessário? Como estamos ouvindo o Índio quando nos dispomos a ouvi-lo? Lembro bem de meu susto quando, tendo ido às aldeias distantes dos Xerente - em uma viagem difícil porque naquele momento era bem difícil ter financiamento para trabalhar com índios - ao falar com um Índio, ouvi, na fala dele, a do linguista, a do antropólogo, a do Pastor. Ele mesmo disse, ao perguntar-lhe sobre sua língua, que quem sabia melhor sua língua era o Pastor. Nesse caso, da New Tribes. Desesperança. E surgiram em mim outras questões. Por que

⁵ N.E.: A referência é ao Summer Instituto of Linguistics (SIL).

queremos que o índio fale uma língua que queremos autêntica dele e que não se movimenta na história? Para quem interessa essa língua? Polilinguismo: eu ouvia português na língua indígena, e ouvia língua indígena no português. Para onde vão estas línguas “puras”, imaginárias? Para os arquivos, os museus, o pastor, para o linguista? O que pensa o índio sobre isso? O que pensa o índio sobre nós, da sociedade brasileira? O que pensa o índio dele mesmo?

Nessa longa história de contato, vale dar passos, e perguntar como significam e se significam os Índios, *hoje*, presentes na sociedade brasileira, os que resistiram e aí estão. Os aldeados, os urbanizados, os já parte de nossa sociedade há muitos anos. São distintas as suas formas de vida. E, falando em resistência, é preciso saber que alguns grupos indígenas são mais resistentes que outros às dificuldades da cultura ocidental, capitalista. Não há homogeneidade em nada. E é isto também que é preciso levar em conta nessas reflexões.

A resposta que encontrei para muitas destas questões foi que é preciso, na relação com a cultura indígena, constituir o Índio como nosso interlocutor real, pensar a posição-sujeito índio a partir dela mesma, hoje, e sempre deixar uma distância, politicamente significada, para que haja múltiplas possibilidades de interpretação, como se propõe a Análise de Discurso. E manter um princípio, que aprendi, frequentando as aldeias: a identidade é um movimento na história. Há diferenças muito grandes entre os diferentes grupos indígenas, há muita diferença entre as diferentes situações culturais, sociais, políticas, entre os índios. Há diferentes modos de contato, entre os índios e entre eles e a sociedade que os envolve, há distintas formas de relacionar-se à própria cultura e às do mundo ocidental.

Pensando a questão do ensino, tenho convicção que muitos deles querem, e podem, manter seu ensino tradicional, inclusive da língua, no momento, na forma material, em que ela estiver, e, ao mesmo tempo terem acesso ao ensino formal como os que produzimos em nossas escolas, mas escolas de qualidade e não arremedos de escolas. Eles sabem distinguir isso. Há muitos índios já vivendo na cidade. Índios de outros países nos ensinam sobre isso. No Chile, os índios participam da vida urbana, das universidades, da vida social e política. Com suas possibilidades. Suas diferentes condições de vida. Ou seja, considerar o Índio, como todo sujeito, que significa, se significa, que é um sujeito histórico e simbólico, portanto afetado também pela ideologia. Disponibilizar, sustentar projetos, que eles possam avaliar, é algo desejável, mas não acredito que nossos organismos, nossas instituições, do Brasil ou do exterior, possam se fechar como seus únicos intérpretes. E sou crítica a qualquer discurso, de dentro e de fora do Brasil, quando falam em “proteção”, em “salvar”. A proteção tem sido um modo de intervenção, de gerenciamento, de exploração. De um lado, ouve-se a vontade de proteger, de outro, o Índio que, nesta relação, seja com o Brasil, seja com o exterior, se transveste de índio imaginário, significado pela colonização. Não basta contar como o índio faz parte da sociedade brasileira, é preciso que o Índio *conte* na sociedade brasileira.

Projetos, propostas, devem funcionar como deveriam, para toda a sociedade, como projetos que atendam as demandas sociais tal como elas se constituem a partir dos movimentos da sociedade, em constante transformação. No caso dos Índios, como disse, considerando a possibilidade de sua participação como sujeito que se significa na prática de sua cultura e se transforma, transformando-a, assim como sua relação com a sociedade brasileira de que ele faz parte. O Índio é um sujeito sócio-político.

Entretanto, como sabemos, também na sociedade, que consideramos ocidental, o resto, o a-mais se multiplica em sua segregação face a sociedade e a história. Esta é uma condição do capitalismo, que divide sem cessar, no caso dos Índios, primeiro por sua cultura, depois por ser um ser social como os outros, sujeitos à dissimetria, à falta, à falha do Estado em seu modo de individuar sujeitos pela articulação simbólico-política, pelas instituições e discursos.

Em geral, quando se pergunta pela questão das populações indígenas se está visando só o primeiro plano dessa divisão, a que produz as “minorias”, estas que acabam por ser significadas pelo discurso da mundialização, apagando a sua concretude histórico-social. Mas são os muitos planos de divisão que o capitalismo gera e abriga. Porque a divisão é estruturante desse sistema. Por isso, ao dizer que penso que se deva propor projetos de que o Índio participe, ou ele mesmo proponha, como sujeito que pratica sua cultura, transformando-a, no movimento da história e da sociedade, acrescentaria, não desconhecendo que se está “numa sociedade capitalista”, que tem a divisão como forma de existência, e relações de poder que desqualificam a diferença.

Não há como “ajustar-se” histórica e culturalmente. O que é necessário é, como diz L. Giard, no prefácio do *A cultura no plural*, de De Certeau (2005), interrogar “os caminhos obscuros (...) pelos quais um grupo social consegue tirar proveito das condições impostas para inventar sua liberdade, se arrumar um espaço de movimento”. Ou, como diz Nietzsche, um espaço de manobra. É essa liberdade, esse espaço de movimento, de manobra, que deve orientar qualquer tomada de posição, considerando que toda cultura tem seus modos de apropriação, em suas trocas e suas formas de transformação. Não podemos evitar a contradição nas relações que propomos, reconhecendo as diferenças. Ninguém fica fora da história. É nela que significamos.

Para terminar, ainda uma referência à mundialização. A ideologia da mundialização não diminui a gravidade da situação indígena. Porque, tratando como trata as minorias, em geral, ela as tem significado pelo localismo, museificando-as, folclorizando-as, administrando-as de fora para dentro, submetendo-as, não raro, ao tratamento de múltiplas organizações que não são instituições do Estado. Este se estabelece por eleição, e pode ser cobrado em suas reponsabilidades sociais, o que é mais difícil com muitas destas organizações, atualmente fortemente comercializadas, pela disputa de mercado, ou mesmo pela religião. Isso, no entanto, não imobiliza as manifestações indígenas e seus movimentos de resistência. Estes que vão na direção de conquistar seu espaço social, politicamente significado pela sua cultura, tal como ela significa hoje, no real dessa história, e não no imaginário ocidental colonizador. Onde termina o Índio e começa o brasileiro? Identidade não tem início, nem fim. É só processo e movimento.

REFERÊNCIAS

GIARD, L. Prefácio. In: DE CERTEAU, M. *A cultura no plural*. Tradução de Enid Abreu Dobránsky. 4ª Ed., Campinas: 2005.

LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Gulbenkian, 1966.

NIETZSCHE, F. A gaia ciência. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. [1980] Abertura do colóquio. In: CONEIN, B. et al.(org.) *Materialidade discursivas*. Tradução de Débora Massmann. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. Política e silêncio na América Latina: quando se fala pelo outro. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; DA SILVA SOBRINHO, H. F. (org.). *Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 19 – 39.

ENSAIO TEÓRICO

Quarup: funeral para enterrar vivo o discurso fascista

Ana Paula EL-JAICK 

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

RESUMO

O objeto de análise deste artigo é o discurso proferido pelo atual presidente do Brasil na 75ª edição da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 22 de setembro de 2020. Nele me interessa a explícita vontade presidencial de estabelecer uma verdade sobre a Amazônia e o Pantanal, colocando em disputa o que deve ser chamado de “informação” ou de “desinformação”. Nesse caso estão em jogo a existência ou não de queimadas nas florestas, a ocorrência ou não de destruição do meio ambiente, e, conseqüentemente, a política ambiental em curso, a legislação de crimes contra a natureza em aplicação. O objetivo mais geral desta investigação é fazer, conforme propunha M. Foucault, um diagnóstico do tempo presente – aqui, mais exatamente do Brasil de agora. Como objetivos específicos quis observar as condições que permitem a produção de um discurso mentiroso pelo representante maior do Poder Executivo de um país diante de outros líderes igualmente representativos. Para tal exame, me valho da “caixa de ferramentas” proposta por Foucault como um método de análise de discurso não apenas da cena política brasileira contemporânea, como desta no cenário internacional. Tendo como resultado da análise a formação de um discurso bélico fascista, concluo pela chamada a uma boa utopia, acreditando poder haver resistência no e pelo discurso.

ABSTRACT

The object of analysis of this article is the speech given by the current president of Brazil at the 75th edition of the General Assembly of United Nations Organizations (UN), on September 22, 2020. I am interested in the explicit presidential will to establish a truth about the Amazonia and the Pantanal, putting into dispute what must be called "information" or



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Amanda Braga (UFPB)
- Antonio dos Santos (UFRN)
- Daniel Silva (UFSC)

DATAS

- Recebido: 19/10/2020
- Aceito: 21/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

El-Jaick, A. P. (2020). Quarup: funeral para enterrar vivo o discurso fascista. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 269-288, 2020.

"disinformation". In this case, the existence or not of burning in the forests is at stake, the occurrence or not of destruction of the environment, and, consequently, the environmental policy in progress, the legislation of crimes against nature in application. The most general objective of this investigation is to make, as proposed by M. Foucault, a diagnosis of the present time - here, more exactly of Brazil now. As specific objectives, I wanted to observe the conditions that allow the production of a lying speech by the largest representative of the Executive Branch of a country in front of other equally representative leaders. For such an examination, I use the "toolbox" proposed by Foucault as a method of discourse analysis not only of the contemporary Brazilian political scene, but of this one in the international scene. As a result of the analysis I see the formation of a fascist warlike discourse. Finally I conclude by calling for a good utopia, believing that there may be resistance in and by discourse.

PALAVRAS-CHAVE

Análise do discurso. Michel Foucault. Fascismo. Resistência.

KEYWORDS

Discourse analysis. Michel Foucault. Fascism. Resistance.

Se um chefe de Estado se enrolar na bandeira de um país estrangeiro, mesmo que ele seja muito amigável, isso significa submissão. Se um chefe de Estado bater continência para uma bandeira estrangeira, mesmo que seja para um país primo, irmão, *los hermanos*, isso pode ser considerado uma promiscuidade. Agora, se ele bater continência para a bandeira do Império, significa que ele já morreu.
(Ailton Krenak)

Introdução: início do ritual para a morte do mito¹

Com o objetivo de diagnosticar a cena política brasileira do presente, esta é uma análise discursiva foucaultiana do discurso gravado e transmitido na 75ª edição da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 22 de setembro de 2020, pelo atual presidente do Brasil.² Nesta investigação, tenho fundamentalmente como pressuposto teórico perspectivas analíticas de Michel Foucault,

¹ Quarup: "Nas tribos indígenas do Xingu, cerimônia em forma de dança para celebração dos mortos" (Dicionário Aulete Digital).

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l4K9Tk5z-po>>. Acesso em: 28 set. 2020.

sobretudo quando de seu exame sobre as disputas, as lutas pelo e no discurso. Performar uma análise discursiva foucaultiana hoje é, também, avaliar a aplicabilidade da “caixa de ferramentas” conceitual nos legada por Foucault de modo a fazermos um diagnóstico do presente como analistas do discurso. Conforme Foucault entendia que o intelectual deveria ser um filósofo do presente,³ a escritura deste texto quer ser uma forma de resistência a um mecanismo de poder vigilante e controlador atualmente em operação no Brasil, especialmente no que tange às posições sujeito educadores, pesquisadores e agentes culturais. Assim, é sintomático que o atual Estado brasileiro tenha contado nos últimos meses com ocupantes interinos tanto no ministério da Educação quanto no da Saúde até serem finalmente encampados como ministros de estado (sendo que o agora Ministro da Saúde é um general), e que o Ministério da Cultura tenha sido extinto em uma das primeiras ações desse atual governo de extrema-direita, transformando-o em uma Secretaria. Por tudo isso, ao se escrever este texto, o objetivo é também desconstruir uma aparente neutralidade de hegemonia, de repouso, de falta de tensão que o atual chefe de Estado brasileiro pretende vender ao estrangeiro.

Além disso, também me valho de alguma bibliografia recente, como do livro *Os engenheiros do caos*, de Giuliano Da Empoli (2020), em que o autor critica o fenômeno global das chamadas *fake news*, de proliferação de teorias da conspiração e discursos de ódio em plataformas digitais de modo a espalhar um medo que acabou por definir eleições pelo mundo, como no pleito de 2016 na maior potência econômica mundial, os Estados Unidos da América, e também no Brasil, em 2018. Essa bibliografia recente comparece também para melhor entendermos as condições de produção do discurso presidencial comprovadamente falso diante de outros chefes de Estado, não apenas para a população de seu país, mas para todos aqueles que compõem a ONU. Uma primeira indagação, então, pode ser o que, ou talvez “para quem” significa dizer que há enunciados mentirosos do presidente do Brasil.

Alguns outros analistas deste nosso tenebroso presente, entre os quais a historiadora Lilia Schwarcz (2020), têm se referido aos fiéis ouvintes dos discursos presidenciais como “ressentidos”. Schwarcz cita o livro *O cobrador*, de Rubem Fonseca, cujo conto que dá título à obra conta a história de um bandido revolucionário que sai às ruas cobrando uma dívida social infinda. Nessa analogia de Schwarcz, os cobradores de carne e osso vêm exigir de volta o espaço perdido em algumas instituições, como as educacionais, para sujeitos que, segundo os cobradores, não deveriam estar lá. De acordo com a historiadora, desde o *impeachment* da agora ex-presidenta Dilma Rousseff, encerrado em agosto de 2016, a intolerância foi estabelecida no Brasil com vários movimentos autoritários agindo na criação de mitologias de Estado: um “eles” contra um “nós”. Observamos que os ressentidos, essa direita que saiu do armário, não vêm reivindicar algum direito seu, mas o desejo é o de tirar direitos conquistados pelos outros: “eles”.

Essa violência recorre nas dobras da nossa história. Schwarcz lembra que não apenas nosso presente, mas nosso passado é muito violento.⁴ Ao mesmo tempo, o apagamento dessa violência

³ Em 1983, no curso *O governo de si e dos outros*, no Collège de France, Foucault começa a desenvolver essa ideia de *ontologia do presente* (FOUCAULT, 2010).

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6S8vsE3_0xE>. Acesso em: 1 out 2020.

também é histórico: representamos um papel de um país inclusivo quando, de fato, fomos construídos na submissão e na subordinação de corpos docilizados. Campo aberto e minado para populismos fajutos, a sociedade brasileira (re)elegeram como seu maior inimigo atual a violência – estrutural na história do Brasil. Para Schwarcz, desde 2016 nem a representação que os brasileiros gostavam de encenar de um povo tolerante, cordial, acolhedor sobreviveu. A lógica de ódio e de afetos cindiu discursivamente em forma de binarismos, cada um em sua máxima extremidade: “bandido” de um lado, “cidadão de bem” de outro, corrupto x honesto, mau x bom, degenerado x familiar, eles x nós.

No Brasil de 2020, talvez mais ainda do que há dois anos, todos que não estão com o bolsonarismo estão contra ele: são comunistas, traidores da pátria. A paranoia persecutória do atual presidente⁵ se consubstancia não só no conjunto de enunciados que será analisado um pouco mais à frente, como nas frases feitas ecoadas por seus seguidores como hinos. Os enunciados aqui são repetidos em sua materialidade discursiva: “os corruptos do PT”, a “Globolixo” em referência ao grupo midiático Globo, “o Estadão comunista”, a “Foice de São Paulo”, em um trocadilho com a foice do símbolo comunista e o nome do jornal *Folha de São Paulo*, “o Moro traidor” para denotar o ex-juiz Sérgio Moro, mandante da prisão do ex-presidente Lula e nomeado Ministro da Justiça do atual governo, mas cuja demissão foi concedida quando o presidente queria interferir na gestão da Polícia Federal, ao que parece, para encobrir escândalos de um dos seus filhos quando deputado do estado do Rio de Janeiro.

Essa lógica vem se operando no que tanto Foucault quanto Schwarcz denunciam como “intolerância”. A historiadora sublinha a ambiguidade da tolerância / intolerância: se etimologicamente há um sentido de tolerância como em “aceitar”, “suportar”, os termos atravessam a história com efeitos tanto de respeito à diferença quanto de uma espécie de concessão para lidar com o diferente, concedida por quem tem poder para não tolerar. A política do “nós” e do “eles” tem funcionado em discursos extremos, chegando a um “neofascismo” produto de discursos de ódio não apenas desarticulando a população, como, conforme já foi dito, ganhando eleições, elegendo dirigentes.

Esse “sentimento beligerante” diagnosticado por Schwarcz, discursivizado e muito criado pelas redes sociais, gerou distopias funcionais que selecionam um inimigo a legitimar o próprio discurso – que pode, então, não mostrar qualquer apego pela realidade. Esses sentimentos bélicos que se materializam no que o psicanalista Christian Dunker chamou de “retóricas da divisão” (apud Schwarcz 2020), ou seja, a transformação de adversários em inimigos que devem ser sumariamente eliminados, em verdade reatualizam uma velha divisão organizada por discursos autoritários. A violência da polarização se dá pelo rancor dos discursos: não basta mais discordar do outro, pois é preciso aniquilá-lo, humilhá-lo, destruí-lo. Flagra-se uma regularidade discursiva posta em circulação a partir de uma virada neofascista na linguagem, que quer expulsar governantes de centro-esquerda aqui e em outras partes do mundo. Esse movimento ganhou a expressão deleuziana “rizoma

⁵ Sobre isso recomendo a primeira temporada da série *Retrato Narrado* (podcast produzido pela Rádio Novelo), em que a repórter Carol Pires detalha a trajetória do atual presidente da República.

direitista” pelo psicólogo uruguaio Alfredo Perdomo (2020).⁶ Defenderei brevemente a seguir que, dado o reforço das redes sociais para o discurso fascista bolsonarista brasileiro, então esse discurso neofascista pode ser chamado de “rizomático algorítmico”.

No já mencionado livro *Os engenheiros do caos*, Giuliano Da Empoli (2020) reforça como a já tão enunciada polarização das massas foi criada, fabricada por algoritmos matemáticos que direcionaram mensagens específicas para um público distinto. Os principais dispositivos de poder utilizados foram as redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp. Este último aplicativo teve uma “vantagem” sobre os demais ao compartilhar mensagens de conteúdo falso em grupos inofensivos de amigos, sem deixar a autoria assinalada. A falta da marca autoral das mensagens de WhatsApp é reveladora: não se sabe quem compôs aquela mensagem, ao mesmo tempo que se conhece quem a repassou.

No artigo “A ponta de um iceberg de desconfiança”, as autoras Fernanda Bruno e Tatiana Roque apontam essa estratégia discursiva como uma das causadoras do sucesso eleitoral do atual presidente da República:

Um dos pontos fortes da estratégia eleitoral de Bolsonaro foi a difusão de mensagens em grupos de confiança nos quais as relações entre os participantes vêm sendo construídas há tempos – desde 2014 – e a partir de interesses que não se restringem à política. Mensagens produzidas pelo aparato de campanha eram compartilhadas nesses grupos, de modo voluntário, por apoiadores reais do candidato. Após receber as mensagens, essas pessoas decidiam passá-las adiante, enxameando a rede. Ao fazer isso, a campanha de Bolsonaro incorporou um pressuposto que vem sendo usado por estratégias de segmentação de propaganda: pessoas que repassam mensagens para seus grupos de afinidade têm papel particularmente relevante, pois geram confiabilidade, ou seja, a propagação de uma mensagem é mais efetiva quando feita por pessoas com as quais as outras se identificam, e não por agentes facilmente reconhecíveis como propagadores interessados (2019, p. 14).

O repassador da mensagem passa a ser o autor: meus familiares, meus amigos de igreja passam a ocupar a posição de sujeito autor. O último a repassar a notícia automaticamente ocupa a posição de autoria – e, mais importante, com seu *ethos* retórico: sua confiabilidade será aquela necessária para que a falcatrua não apenas seja lida, mas passada adiante, uma vez que se confia naquele enunciador. Então, mensagens falsas foram passadas pelo parceiro do futebol do fim de semana, pela comadre que corta o cabelo no mesmo salão de beleza. Da Empoli (2020) ressalta como a estratégia do dispositivo de poder aqui foi se embrenhar pelo conhecido: as mensagens escandalosamente falsas eram repassadas em grupos (“inocentes”) de vizinhos, familiares, irmãos da igreja, da escola.

Os marqueteiros falsos, esses novos comunicadores, dominaram o funcionamento discursivo do *fake*: memes engraçadinhos com o velho humor que se faz humilhando o outro – até porque o “politicamente correto” foi colocado em xeque junto com os “direitos humanos” – foram enviados junto a receitas de bolo e dicas em geral. Formalmente, muitas *fake news* emulam o gênero reportagem, em que uma agência de notícias inventada publica um “relato jornalístico” que em tudo conserva a estrutura textual de um jornal, inclusive uma manchete espalhafatosa e imagens chocantes – muitas

6 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Yx7dIY6xZlM>>. Acesso em: 23 set. 2020.

vezes manipuladas, ou tiradas de contexto. Esses tipos de mensagens falsas são as que foram enviadas junto com bons-dias e serviços de utilidade pública em grupos de conhecidos. Receber um meme-montagem nesse cenário está no mesmo nível de visualizar vídeos de cachorrinho: nem se cogita averiguar se a notícia corresponde ao real ou não. Além do mais, nesse jogo de fantoches, acredita-se em tudo que se vê – assim como a imagem representa o cachorrinho, ela também mostra a verdade da notícia falsa.

Quem me lê provavelmente sabe que os memes difundidos durante a campanha do atual chefe de Estado, em que figuravam políticos como a ex-presidenta Dilma Rousseff, os ex-presidentes Lula e Fernando Henrique Cardoso em montagens com, por exemplo, Fidel Castro, eram falsificados. Logo, como analistas do discurso, creio que nossa empreitada maior possa ser a investigação das condições de produção de discursos falsos (que continuam circulando), seu funcionamento discursivo que suporta um presidente fascista. Dessa forma, sem me deter em verificações da veracidade de notícias, vou buscar, muito brevemente nesta Introdução, descrever a formação desses discursos de piadas de mau gosto que performaram influências nada desprezíveis nas últimas eleições presidenciais brasileiras.

As *fake news* parecem ser exemplos paradigmáticos para o que estamos vivenciando nessa que já foi chamada *era da informação*, mas que, agora, seria mais bem designada como *era da desinformação*. O cenário é o de uma verdadeira guerra de informações, de narrativas, de discursos, como uma estratégia do dispositivo de poder-saber. Como todo poder, não obstante, Foucault já nos advertia não ser ele apenas negativo:

Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo [...] e também no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. (FOUCAULT, 2017[1969], p.148-149).

O poder-saber da máquina de produção de conteúdos para dispositivos virtuais é vigoroso: produz tantos saberes que, em um determinado momento, não importa mais em que posição-sujeito se está – não se consegue mais distinguir um discurso confiável de um discurso forjado num jogo de falso “sabe-tudo”. Não se visa incrementar conhecimentos, mas confundir informações. O poder está também agora na rapidez e no alcance dos discursos, como imperiosos solventes que a tudo corroem conforme são replicados, repassados, reencaminhados. O sujeito satisfaz sua vontade de verdade com a impressão de gozar de muitas explicações e de forma rápida – e, certamente, desnorteadora.

Aqui importa ver como essas discursividades respondem a um desejo de poder e de ser em relações de micropoderes (cf. FOUCAULT, 2018[1979]). Ao pulverizar saberes, instituições de ensino não são as únicas detentoras de poder-saber, pois todos os sujeitos são alçados a uma posição de potenciais intelectuais. Nessa esteira, é compreensível que um inimigo declarado do bolsonarismo tenha sido desde o início a Universidade Pública. Já no processo eleitoral, o então presidencialável se referia às Universidades públicas como “doutrinadoras”. Vencida a eleição, o processo de difamação contra professores e alunos universitários continuou, em uma sociedade em que a educação é direito

assegurado constitucionalmente, mas, como nação com um dos maiores níveis de desigualdade social entre ricos e pobres do planeta, na realidade, sem chegar igualmente a todos. Faltando consolidação de um pensamento crítico, se a democratização do saber pela internet parecia ser uma positividade, acabou por se mostrar de certa perversidade: em um lugar em que se acha de tudo, com capacidade de dizer tudo, a afirmação de algo e também seu contrário, um e outro como se fossem fatos, a era da desinformação se vale da falta de critérios que o sujeito experiencia nas disputas discursivas travadas intersubjetivamente. Assim, a vontade de verdade se engalfinha para sujeitos perdidos nos meandros das redes digitais. No entanto, essa desorientação não é sentida; pelo contrário, o sujeito experimenta o prazer de ver seus desejos atualizados em acontecimentos discursivos, mesmo que falsos, mas que realizam seu desejo narcísico por espelhar sua memória discursiva de um pré-construído – por exemplo, do comunista, do antifascista, do ambientalista.⁷

Já foi dito que vivemos na “era da pós-verdade”, em que se opta sistematicamente pelo falso. Foi o dramaturgo e romancista Steve Tesich quem primeiro utilizou a expressão “pós-verdade”, em um artigo intitulado “Um governo de mentiras” [“A Government of Lies”], no jornal *The Nation*, em 13 de junho de 1992. Em seu texto, Tesich analisa a política daquele momento dos Estados Unidos e conclui que vários escândalos do governo norte-americano eram “desculpados” por mentiras – os governantes mentiam desavergonhadamente para a população norte-americana. Para exemplificar sua tese, Tesich menciona as falsidades que o governo norte-americano havia espalhado para justificar a Guerra no Golfo Pérsico: sem quaisquer provas, afirmaram que Saddam Hussein possuía um arsenal diabólico de armas de destruição em massa. Mais tarde mostrou-se que a única autenticidade no caso era a falta de provas: foi comprovado que Saddam não possuía armas químicas. Contudo, isso não só não impediu que os Estados Unidos continuassem em guerra como o então presidente Bush não sofreu nenhuma sanção, mesmo depois de ter reconhecido publicamente seu engodo. Logo, Tesich defende que dizer a verdade ou falar mentiras descaradas eram a mesma coisa. A partir desse e de outros exemplos, o autor conclui: “De um modo bastante fundamental, nós, como um povo livre, livremente decidimos que queremos viver num mundo de pós-verdade” (TESICH, 1992, p.13, tradução nossa).⁸

Concomitantemente, para se livrar de sanções criminais, na descontinuidade da história⁹ vemos a defesa cínica pela “liberdade de expressão” retomada com o intuito de esconder atividades ilícitas – como, no mínimo, injúria e difamação. E se o discurso pela “liberdade de expressão” voltou a ser enunciado é porque a “expressão” deve ter ultrapassado algum limite do ético, do aceitável, do razoável. De fato, o caso chegou à esfera maior da nossa instituição jurídica: o Supremo Tribunal

⁷ Em artigo recentemente publicado na revista *Gragoatá*, defendo haver um cinismo mesclado a um ultranarcisismo na disseminação por reencaminhamento de notícias falsas que, narcisicamente, “noticiam”, tornam verdade o que já se queria ouvir – o que chamei então de *Self news*.

⁸ No original: “In a very fundamental way we, as a free people, have freely decided that we want to live in some post-truth world”.

⁹ Em *Arqueologia do saber*, Foucault explica como seu pensamento se alinha à perspectiva da Nova História, entendendo que a própria linearidade histórica é uma construção humana, posto que o que temos são acontecimentos descontínuos – é apenas uma visão antropocêntrica, positivista, que dá sentido a uma história que se desenvolveria como uma linha contínua.

Federal (STF). Ao votar pela abertura do inquérito das *fake news* no período eleitoral da presidência da República, o ministro do STF Alexandre de Moraes assim justificou seu voto: “Liberdade de expressão não é liberdade de agressão”.¹⁰

Na investigação conduzida pelo Supremo Tribunal Federal sobre *fake news* há fortes indícios de haver um autoproclamado “gabinete do ódio” de fabricação de notícias falsas eleitoreiras. O nome quase infantil fazia referência a um dispositivo de poder localizado no próprio Palácio do Planalto – e, não menos importante: financiado por grandes empresários. No inquérito das *fake news* que circularam no Brasil nas eleições presidenciais de 2018, vários milionários foram apontados como financiadores das propagandas mentirosas, entre eles Edgard Corona, dono da rede de academias de ginástica Smart Fit, e Luciano Hang, da cadeia de lojas Havan. Infelizmente, os milhões de usuários que tiveram suas discursividades vendidas para esses empresários não viram seu dinheiro de volta, nem esclarecidas as ligações entre candidato e esse fundo de campanha. Isso contribuiu para o aparente apartidarismo do agora presidente da república em sua campanha – cujo *slogan* como candidato era “Meu partido é o Brasil” –, uma vez que se apagam financiamentos eleitoreiros empresariais.

Além disso, evidências mostram que tal gabinete teria recebido consultoria do mesmo marqueteiro que trabalhou na eleição de Donald Trump em 2016, Steve Bannon (preso em agosto de 2020 em Nova York, acusado de fraude). Saber que a campanha para a presidência do Brasil teve um articulista que se utilizou de discursos falsos compartilhados em redes sociais deve mostrar não apenas o poder do discurso, mas, também, como o capital age na língua – isto é, no mundo.

No mundo, materialidades discursivas valem ouro. Independentemente da confirmação de existência do gabinete do ódio, já se provou o grande escândalo da venda de dados de milhões de usuários do Facebook para a empresa norte-americana Cambridge Analytica com o objetivo de fazer propaganda política. O que se comprou foi produção discursiva: perfis, informações pessoais, enfim, discursos sobre si e sobre o outro – talvez a relação intrínseca entre linguagem e poder, discurso e ideologia, discursividade e capital nunca tenha sido tão “didaticamente” explicitada. Esse é um ponto fundamental para a análise: se notícias foram espalhadas para se vencer eleições, então é porque alguém lucra com esses discursos.

A produção de sentidos é propositadamente gerenciada para angariar votos de um lado, enquanto, do outro, se pinta um inimigo. Essa “união de esforços” para eleger um presidente foi disfarçada, quando da campanha presidencial, como uma oposição nacionalista a uma força comunista – por mais anacrônico que possa parecer, o inimigo continua sendo a *esquerda maldita*.¹¹ Retomando memórias discursivas de um passado nem tão remoto, o Partido dos Trabalhadores (PT), da ex-

¹⁰ Em reportagem de Carolina Brígido. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/liberdade-de-expressao-nao-liberdade-de-agressao-diz-alexandre-de-moraes-ao-votar-favor-do-inquerito-das-fake-news-2-24483946>>. Acesso em: 2 out 2020.

¹¹ “Esquerda maldita” é como termina uma mensagem disseminada via WhatsApp quando este aplicativo decidiu dificultar o compartilhamento de mensagens – a partir de então, só se pode repassar conteúdo para um contato de cada vez. A mensagem em questão ensina um macete para burlar a proibição e termina dizendo: “Essa mudança era um grande desejo de todo sistema do Aparelhamento deixado pela Esquerda Maldita”.

presidenta Dilma Rousseff, encarnou o próprio diabo a ser exorcizado por toda uma nação de *homens de bem*. O bolsonarismo, então, se apresentou como o antipetismo.

Na descontinuidade da história, atualizando o discurso foucaultiano de 1971 para 2018, momento das últimas eleições presidenciais brasileiras, vemos que, na ordem do discurso, um inimigo já estava bem formado: o PT teria sido o grande responsável por todas as mazelas brasileiras, mesmo aquelas anteriores à sua existência. As condições que tornaram possível discursos absurdos (para nossos olhos) foram semeadas desde o *impeachment* de Dilma Rousseff. No jogo dos extremos binários, retomando velhos discursos de uma direita ressentida, a esquerda seria, novamente, contra a pátria, a família e, claro, Deus. O binarismo só foi se esticando, cada vez uma ponta mais distante da outra, quase no limite de rasgar – ou, talvez, algo tenha mesmo se rompido. Rompeu-se a interdição de não se ter o direito de dizer tudo (cf. FOUCAULT, 2011[1971], p.9) – um marco talvez tenha sido quando, dentro do Congresso Nacional, o então Deputado Federal agora presidente do Brasil enalteceu o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, notoriamente responsável por torturas durante o período da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985), ao declarar seu voto pelo afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Um exemplo de como o discurso fascista constrói novas verdades: jogando com a história, cria outra história, junto a um apagamento da memória.

A partir de reportagem da *Folha de S. Paulo* que entrevistara cerca de trinta participantes das manifestações pelo impedimento da continuação do mandato de Dilma Rousseff, a professora Vanice Sargentini (2020) encontrou uma recorrência discursiva: uma afirmação seguida de um “mas”. São enunciados que declaravam, por exemplo, um reconhecimento de que a posse do vice-presidente Michel Temer não seria melhor para o Brasil, *mas* era preciso tirar o PT do governo; ou uma confirmação de que a corrupção sempre existiu no Brasil, *mas*, com o PT, ela teria ficado insuportável.¹² São séries discursivas que revelam um dispositivo de *intolerância* para tudo que, certamente, teria sido feito pelo Partidos dos Trabalhadores. Consequentemente, são práticas discursivas que diziam, também, quem podia, porque tem o poder, não mais tolerar – logo, calava, destituía do cargo – aquela presidenta cuja cadeira ocupava democraticamente.

Dito isso, às vésperas de completar dois anos de mandato presidencial, com a contínua degradação das instituições brasileiras, a participação em manifestações que pedem o fechamento do STF e do Congresso Nacional – ou seja, passeatas que clamam pela destituição de dois dos três poderes do tripé republicano –, vemos que a ascensão do populismo de extrema direita no Brasil não é *fake*. Ao mesmo tempo, ainda acreditamos que mito não existe. E se mito não existe, é preciso, então, enterrá-lo – mesmo que vivo.

¹² Videoaula ministrada pela Profa. Dra. Vanice Sargentini no Evento de Extensão “Ciclo de palestras Michel Foucault: discurso, poder e sujeito”, realizado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), em agosto/setembro de 2020, *on-line*.

1. Gaia queima

É bastante significativo que o atual chefe de Estado do Brasil tenha tomado a palavra na ONU sugerindo que ele traria a verdade: “É uma honra abrir esta Assembleia com os representantes de nações soberanas, num momento em que o mundo necessita da verdade para superar seus desafios.” (2020). Mais uma vez temos uma demonstração explícita do imbricamento entre poder e linguagem, ideologia e discurso. Em assembleia com representantes de outras nações, o discurso do presidente do Brasil se pretende verdadeiro, tem “vontade de verdade” (cf. FOUCAULT, 2011[1970]).

Em *A ordem do discurso*, Foucault aponta três sistemas de exclusão que atingem o discurso: a interdição (a palavra proibida), a segregação (por exemplo, do discurso do louco), a vontade de verdade (2011[1970], p.19). A luta de poder que se opera no/pelo discurso é, assim, uma luta pela verdade. Depois de analisar a divisão estabelecida por Platão entre “o discurso verdadeiro” e “o discurso falso”, o que resultou no achincalhamento dos sofistas por parte dos socráticos, Foucault declara:

Tudo se passa como se, a partir da grande divisão platônica, a vontade de verdade tivesse sua própria história, que não é a das verdades que constroem: história dos planos de objetos a conhecer, história das funções e posições do sujeito cognoscente, história dos investimentos materiais, técnicos, instrumentais do conhecimento (2011[1970], p.17).

Para Foucault, a verdade é aquela que consegue “constranger” outras verdades, é aquela que sai vencedora na economia discursiva em disputa – foi assim que a verdade platônica derrotou a dos sofistas, permitindo-se divulgar pela história que só há, desde sempre, uma única e essencial verdade: a de Sócrates e Platão. Lembra Foucault que o que temos, ao contrário do que prega o dogmatismo platônico/socrático para quem a verdade se mostraria por si mesma àquele que ama o saber, ou seja, ao verdadeiro filósofo, são artes retóricas, argumentativas, discursivas – é na materialidade dos discursos e em sua disputa que verdades são criadas, construídas, discursivizadas. Então, conta nessa luta pelo/no discurso a posição do sujeito que enuncia, aquele que, conseqüentemente, será o portador de um saber/poder. Assim podemos entender o funcionamento discursivo do atual presidente do Brasil ao evocar a “verdade” (2020): em sua posição, na Organização das Nações Unidas, é ele quem diz o que o Brasil é, como vai, qual sua história. Como sublinha Foucault (2011[1970]), trata-se de quem pode falar – e no caso específico das sociedades de discurso, tal direito está ligado a instituições.

Na posição de presidente da República, pode-se criar como que uma nova história de um país, assegurando, por exemplo, que passa bem. Na materialidade discursiva de sua trama, a hipérbole parece ser a figura de linguagem a que o atual presidente do Brasil mais recorre em suas enunciações. A vontade de verdade se consubstancia na construção de uma imagem de um dirigente responsável, competente, vítima do discurso falacioso da imprensa brasileira. Misturando verdades a falsidades, meias verdades a exageros, aproximações de números, enfim, ordenando seu discurso a seus interlocutores, o discurso presidencial mantém no mínimo em suspenso aquele sujeito propenso a acreditar em mitos – aquele sujeito *sujeito* a encampar esse tipo de discurso, *sujeito* a reverberá-lo com força

capaz de eleger um presidente. O discurso do presidente na ONU continua repetindo a cínica mistura de verdadeiro, falso, e também valendo-se da gradação entre esses dois extremos, em que por vezes o enunciado não é completamente falso, mas tampouco é totalmente verdadeiro. Além disso, retoma o começo de sua fala, quando se diz o detentor da verdade, para acusar haver muito “interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente” por quem tem vantagens escusas em atacar essa nação (hiperbólica) que é, também, “o maior produtor mundial de alimentos”. Mais uma vez o discurso hiperbólico se coaduna ao discurso ufanista, de um nacionalismo de extrema direita: essa grande nação só pode suscitar orgulho de seus cidadãos, senão, não se é brasileiro.

O resultado é um texto como que de um romance histórico em que o leitor sempre suspende o juízo sobre o que é história e o que é ficção inventada pelo autor, sendo que tanto o possível fictício quanto o impossível real são materializados em hiperbólicos ultranacionalismos. O discurso presidencial (2020) continua recorrendo ao ufanismo que o elegeu: tudo no Brasil é maior, melhor, excelente:

Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta. Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.

A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha, escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil.

O presidente repete um jogo de inversão discursiva a que vem recorrendo desde antes das eleições que o elegeram: faz esquecer que sua campanha vem sendo investigada sobre produção e veiculação de *fake news* e se mostra uma “vítima” de “desinformação”. Invertendo posições e recheando sua enunciação de um vazio referencial, o presidente joga com palavras: “instituições internacionais” (sem dizer quais) teriam se mancomunado a “associações brasileiras” (não se sabe quem) com o único propósito de prejudicar o Brasil. Conclusão desse raciocínio lógico: tais associações nacionais são, obviamente, “impatrióticas”. De novo o presidente ratifica a apropriação simbólica que fez desde o *impeachment* de Dilma Rousseff: a bandeira brasileira, suas cores, essa pátria pertencem a um “nós” que não tolera aqueles “eles”.

Se o discurso do presidente brasileiro correspondesse ao real, então imagens apavorantes do Pantanal em chamas seriam montagens, *fake news*, mentiras. Novamente na descontinuidade da história, encena-se o percurso do cético antigo, aquele que, ao pôr em exame a verdade sobre uma questão, se depara com discursos contrários e de igual força. Analogamente, como um sujeito que quer conhecer a verdade sobre a Amazônia e o Pantanal, nos deparamos com argumentos contrários: de um lado, agências de notícia publicam fotografias desoladoras, aterrorizantes, desalentadoras de animais mortos, floresta em chamas, mundo que rui, e, de outro, um presidente que declara serem esses discursos midiáticos “desinformação”, falsidades, arquiteturas de enganação. O cético antigo, diante disso, suspenderia seu juízo (*époche*): sem poder se decidir sobre qual discurso é o verdadeiro, o cético nada afirmaria – nem que é, nem que não é verdade. Dois mil anos depois, nos caminhos discursivos da história, enunciações recorrem: a estratégia que leva o cético à suspensão também deixa o brasileiro hoje em suspenso.

Entretanto, observo que o cético antigo era levado a suspender seu juízo porque considerava os discursos contrários como de igual força (*isosthenia*). Como sujeitos que têm também vontade de verdade, podemos analisar o funcionamento dos discursos contemporâneos. A análise dessas práticas discursivas pode nos levar a um desfecho diferente daquele a que chegou o cético: o maior país da América do Sul não só vive uma aguda crise política em que sua democracia vem sendo questionada, como, consequência disso, atravessa uma grave crise ambiental. No rastro do discurso superlativo e despreocupado com comprovações reais como o do presidente da República, parece ser possível verbalizar “sensações” de verdade como o equivalente a um grito gutural legítimo.

Na era da pós-verdade, assistimos a como os sofistas, no final, tinham “o discurso verdadeiro”: “O discurso [*logos*] é um grande soberano que, por meio do menor e do mais inaparente dos corpos, realiza os atos mais divinos, pois ele tem o poder de dar fim ao medo, afastar a dor, produzir alegria, aumentar a piedade.” (GÓRGIAS apud CASSIN, 2005, p.293). Se tudo que temos são opiniões [*doxa*], o presidente do Brasil pode sustentar que possuímos “a melhor legislação ambiental do planeta” ao mesmo tempo que seu ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, aconselha em reunião ministerial que o governo aproveite a oportunidade de “alívio” da imprensa (uma vez que esta, no momento, está focada em noticiar a Covid-19) para “passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação” das leis de proteção ambiental.¹³ Com os olhos da imprensa voltados para o novo coronavírus, Salles sugere que o presidente aproveite o momento de “tranquilidade” para “ir passando a boiada”, isto é, ir “mudando todo o regramento, e ir simplificando normas” que, de outro modo, seriam barradas pelo Poder Judiciário. O discurso contraditório do ministério do meio ambiente do atual governo é evidenciado rotineiramente pela mídia e pelos órgãos civis de defesa ambiental: quem deveria se encarregar de proteger áreas contra desmatamento, queimadas, crimes contra a natureza vem fazendo exatamente o oposto disso.

Para além das contradições, encontra-se um encontro: é digno de nota que “nós” e “eles” concordam com o presidente do Brasil quando este diz, em seu discurso, que o agronegócio continua pujante. Essa foi, aliás, sua bandeira expressa desde antes da eleição que o levou ao cargo que ocupa agora – pode-se mesmo argumentar que os ruralistas tiveram um papel muito determinante na candidatura do atual chefe de Estado. Sem um programa claro de governo, o então candidato vestia a camisa verde-amarela e se colocava como uma espécie de salvador da corrupção petista. Na posição de antagonista dos “comunistas”, compunha as bancadas do boi, da bala e da Bíblia – referência aos políticos que atuam pelos interesses do agronegócio, dos militares e dos evangélicos. Foi nessa posição que o agora presidente encarnou a insatisfação popular crescente com denúncias de desvios de verbas na Petrobrás durante o governo petista. Ao mesmo tempo, esse deputado federal de segunda ordem angariou aliados à medida que foi assumindo um papel de líder dos pecuaristas.

¹³ Como se sabe, essa foi uma das afirmações bombásticas do ainda ministro do meio ambiente reveladas quando o ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, conseguiu, junto ao STF, a divulgação do vídeo da reunião entre o atual presidente da República e seus ministros, realizada no dia 22 de abril de 2020. Uma das muitas reportagens sobre o assunto está disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2020.

Do ponto de vista linguístico, é interessante sublinhar uma espécie de “mudança linguística” que parece ter acontecido no nível lexical nesse campo: os termos “latifundiário” e “latifúndio” foram gradualmente substituídos por um genérico “ruralista” (cf. AVELAR, 2020). Essa transformação, sutil e murmurante, opera efeitos de sentido que valem a pena serem destacados: enquanto “latifundiário” nomeia o proprietário de grande extensão de terras, a expressão “ruralista” realiza um apagamento da luta de classes, pois tanto o “latifundiário” quanto o trabalhador rural se veem representados por essa designação. Mais ainda: “ruralista” pode ser aquele que se preocupa com a causa rural – ou mesmo, no campo da cultura, pode designar o artista cujos temas são bucólicos (cf. Dicionário Aulete Digital). O pertencimento, então, a um grupo de defesa pelo campo, pelos negócios da terra, mesmo pelo trabalhador braçal, escamoteia, pelo discurso, a que interesses socioeconômicos a bancada ruralista atende – e a quem, de fato, interessa que o agronegócio siga passando boi, passando boiada.

Com esse *efeito de totalidade* na posição de governante e, portanto, porta-voz de um país, o presidente dá a impressão de que a *instituição* Brasil compactua com tudo que diz, por exemplo, com a declaração de que somos vítimas “de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal”. Esse efeito de referencialidade em um discurso presidencial na ONU quer amalgamar todos aqueles que vivem no território do Brasil como que compactuando com a ideia de que não existem incêndios criminosos em nossas reservas naturais, conforme anunciado pelo presidente. A destruição de nossas florestas, o desmatamento de nossas matas foram desmentidos pelo atual chefe de Estado. Segundo ele (2020), nosso patrimônio natural não está em nada ameaçado:

Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas. Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes. Lembro que a região amazônica é maior que toda a Europa Ocidental. Daí a dificuldade em combater não só os focos de incêndio, mas também a extração ilegal de madeira e a biopirataria.

Mais uma vez, nesta análise do discurso presidencial, meu gesto interpretativo relembra a urgência do presidente de afirmar uma verdade. De novo, essa série enunciativa contradiz relatos e reproduções recentes de nossas florestas queimando, ardendo. Novamente, se o que o presidente diz é a verdade, então tem outro alguém que não o faz. Realmente, se esse dirigente discursiviza essa espécie de “justificativa”, isso se dá porque o mundo tem acompanhado imagens terríveis da Amazônia e do Pantanal pedindo socorro.

Na luta discursiva pela vontade de verdade, as declarações do presidente foram rapidamente rebatidas por ambientalistas que trabalham nessas regiões há décadas – por exemplo, pela diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Ana Alencar, que nega a prerrogativa presidencial de que o incêndio se repita nos mesmos locais. Alencar é categórica: a floresta queima onde o fogo é tocado.

Como um franco atirador, o presidente atira pronunciamentos para seu “nós”, como quando diz combater “com rigor e determinação” crimes ambientais e exercer uma política de “tolerância zero” em relação a atos ilegais contra a natureza. Para nós (o “eles” do presidente), a regularização

fundiária que o governo vem atendendo é justamente o de diminuir áreas protegidas. Esse nosso (“deles” em relação ao governo) discurso se baseia em práticas discursivas governamentais em forma de revogação de leis de proteção: no fim de setembro, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), por articulação do já mencionado estranho ministro do meio ambiente, revogou três resoluções ambientais, sendo que uma delas garantia proteção de áreas de mangues, restingas e dunas.¹⁴

Além disso, a série enunciativa do presidente traz um novo dado interessante: o presidente da República culpa o caboclo, o índio pelas queimadas.¹⁵ Esse aparente paradoxo de um nacionalismo ufanista que deixa de fora, no “eles”, o povo autóctone desta terra mostra toda sua coerência na análise discursiva que, na descontinuidade histórica, flagra retomadas de discursos que são então atualizados. Aílton Krenak (2020), em aula magna pronunciada na abertura do segundo semestre de vários programas de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, lembra que “tapuia” era como eram chamados os índios insubmissos, aqueles que “não gostavam” de ser amansados, domesticados. Esses, os “tapuia”, são até hoje os índios – isso quer dizer que ser brasileiro significou, então, ter renunciado a si mesmo. Como vemos, neste momento do século XVI já se operava um “nós” e um “eles”: “nós”, brasileiros, não somos “eles”, tapuias. Ajunto que Krenak não condena aqueles que, digamos assim, deixaram de ser índios. Conforme Krenak lembra, a prática foi e continua sendo igual: aterrorizam-se as pessoas, e tanto, até que querem deixar de ser elas mesmas. Quando isso acontece, aí o sujeito será incluído, mesmo como escravo.¹⁶

Entendo que essa política discursiva é melhor entendida à luz da discursivização fascista que produziu retóricas de um poder autoritário em que se seleciona um inimigo para legitimar seu próprio discurso. Nesse entimema, voltar-se contra o índio é mais uma vez uma estratégia discursiva que legitima o discurso dos verdadeiros patriotas, nacionalistas: se o índio não é brasileiro, por que deve haver alguma área demarcada para esse povo? Mais: se o Brasil é um só, então não pode haver linhas imaginárias marcando fronteiras dentro do próprio e único território nacional. Com isso, naturalizam-se atrocidades – e discursos falaciosos:

O nosso Pantanal, com área maior que muitos países europeus, assim como a Califórnia, sofre dos mesmos problemas. As grandes queimadas são consequências inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição.

Assim como a enunciação anterior de que os incêndios em nossas florestas irrompem sempre no mesmo local foi desmentida por ambientalistas, também essa série enunciativa do atual presidente do Brasil (2020) foi julgada completamente falsa por eles. Alexandre Martins Pereira, analista

¹⁴ Uma das várias reportagens que noticiaram o fato está disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54461270>>. Acesso em: 11 out. 2020.

¹⁵ Dou os créditos à jornalista Malu Gaspar por ter chamado a atenção para isso no Foro de Teresina, *podcast* de política da revista *Piauí*, em seu número 119: “Bolsonaro entre o verde e as verdinhas” (publicado no dia 25 de setembro de 2020). Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/foro-de-teresina/>>. Acesso em: 11 out. 2020.

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6S8vsE3_0xE&t=5799s>. Acesso em: 11 out. 2020.

ambiental do Prevfogo-Ibama, explica que a única forma de um incêndio não criminoso se iniciar em florestas seria por descarga elétrica atmosférica – isto é, por raios. Porém, fontes da Nasa e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), instituição do próprio governo federal, mostram que o primeiro foco de incêndio no Pantanal localiza-se em uma fazenda, no dia 30 de junho de 2020 – sem ter caído um raio na região naquele dia. O inquérito da Polícia Federal concluiu que o fogo começou em quatro fazendas – ou seja: não se trata de um incêndio “inevitável”, mas de um ato criminoso, feito provavelmente para limpar áreas para o agronegócio.¹⁷

Ainda na Assembleia da ONU, o atual presidente do Brasil reforçou seus “compromissos com a proteção ambiental” (2020). Mais uma vez, se a enunciação presidencial está bem, então os discursos de funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ambientalistas que apontam a redução da fiscalização para vigiar atos criminosos seriam falsos. Afinal, de acordo com estes últimos, o que é dito pelo presidente é totalmente o oposto do que vem sendo efetivamente feito em seu governo. De novo, a indissociabilidade entre discurso e dispositivos de poder é escancarada diante de nossos olhos: mesmo com fotografias que evidenciam desmatamentos, queimadas em nossas florestas, mesmo com a assinatura de resoluções para se afrouxarem regulamentações de proteção ambiental, a enunciação presidencial acontece e tem repercussão internacional – sem interdição.

Parece *fake*, mas não é: um presidente da República mentiu descaradamente em uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – e ninguém fez nada. Nenhum dos presentes lhe deu as costas, vaiou. Com isso, podemos concluir (com Foucault) que, se um presidente discursa declarações que não correspondem a seus atos é porque há condições para que tais discursos sejam produzidos e legitimados. Nos termos de Tesich (1992), essa fala do presidente do Brasil confirma nosso “estado de pós-verdade”. Analogamente ao que disse Krenak (2020), esse discurso do atual chefe de Estado brasileiro deve fazer constatar que se um presidente deixa que sua pátria morra significa que ele já morreu.

2. Conclusão por uma boa utopia

Na descontinuidade histórica, nosso momento é o de retomada de discursos distópicos. São tempos sombrios. São também tempos paradoxais, contraditórios: um fundamentalismo crédulo acaba por levar a uma espécie de ceticismo que duvida de absolutamente tudo, produzindo uma sociedade paranoica, que vê conspirações em todo lugar; uma sociedade de sujeitos narcísicos esquizofrênicos.

O exemplo dos terraplanistas é paradigmático: a oposição à ciência vira um *slogan* compartilhado por crentes que se sentem pertencentes a uma espécie de movimento. Valendo-se do já (sempre) mencionado preceito da liberdade de expressão, negar certezas científicas com base em uma

¹⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/09/22/veja-o-que-e-fato-ou-fake-no-discurso-de-bolsonaro-na-onu.ghtml>>. Acesso em: 11 out. 2020.

geral teoria da conspiração que invadiria todas as instituições sociais humanas, a começar pela educação básica, a expressão “It’s flat” [É plana] é enunciada em adesivos e colada em carros que circulam como que com uma mensagem política. O embaraçoso da enunciação se descortina ao se operar uma desconstrução nos moldes derridianos: não há adesivos de carro com a declaração “É redonda”. Este é um demonstrativo de como, na era da pós-verdade, um assunto que antes era considerado matéria restrita a cientistas, sujeitos que sabiam provar teorias com cálculos inacessíveis para a maioria das pessoas, agora é alvo de disputa de poder-saber.

Para o exemplo dos terraplanistas é interessante lembrarmos aqui aquele que já foi chamado de “o filósofo da pós-verdade”, Bruno Latour. Latour foi uma das vozes a abalar a divisão filosófica tradicional entre *valores e fato*, segundo a qual a ciência comprovaria fatos independentemente do julgamento humano. Seu arsenal crítico se voltava contra essa separação cirúrgica, em favor de uma mútua construção de conhecimentos: tanto a história das sociedades construiu fatos científicos quanto a ciência fez a história humana.

Em entrevista ao jornal *The New York Times* (apud KOFMAN 2018), o filósofo mostra como desconstruir a autoridade da ciência *não* equivale à admissão de um vale-tudo discursivo – como permitir a afirmação de que a Terra é plana. Protagonista das chamadas *guerra das ciências* nos anos 1990 travada entre “realistas” de um lado e “construcionistas sociais” de outro, Latour, perfilado entre estes últimos, agora reflete que, se desenvolviam toda a crítica em relação à Verdade científica era porque, ao mesmo tempo, “tínhamos *certeza* da autoridade da ciência. [...] E que a autoridade da ciência seria compartilhada porque havia um mundo comum” (LATOURE apud KOFMAN 2018).¹⁸

Além disso, em um certo sentido, os terraplanistas e Latour deixam claro o mesmo ponto: não será por alguma insistência da referenciação dos enunciados, na ideia de que os fatos são objetivamente independentes de construções sociais que a ciência provará alguma verdade essencial. Latour, por exemplo, nunca buscou negar a existência da força da gravidade. Em vez disso, o que ele tem feito é contar como esse tipo de conhecimento é possível, conhecido: a gravidade foi criada e tornada possível pela pesquisa científica, o que inclui financiamento estatal, eletricidade das máquinas, maquinário, tradução de informação dos geofísicos para dados compreensíveis etc. O pensamento crítico aqui está em lembrar que a ciência não é uma descrição desinteressada de alguma *coisa em si*, mas uma tecnologia que passa a ser afirmada como verdade incontestável depois de passar pelo *fluxo* do discurso científico, com suas revisões por pares e sua burocracia daquilo que Latour chama de “ciência pronta”. O que parece testemunharmos hoje é o cinismo conservador se apropriar dessa *realidade* do fazer científico e colocá-la em seus próprios termos. O próprio Latour, conforme lembra Kofman que o entrevistou, já havia expressado publicamente o medo de que suas “armas” críticas, ou uma caricatura grotesca delas, pudesse *cair em mãos erradas* – como, por exemplo, de corporações interessadas em lançar dúvidas sobre o consenso científico em relação à mudança climática.

¹⁸ No original: “I think we were so happy to develop all this critique because we were so *sure* of the authority of science [...] And that the authority of science would be shared because there was a common world.”

Lee McIntyre, em seu livro *Pos-truth* (2018), considera a hipótese de que o ideário “pós-moderno” tenha sido um disparador da dita era da pós-verdade: concepções “pós-modernistas” como a de Latour teriam nos levado à aporia de que todo texto seria válido, mesmo se mentiroso. Considerando-se o descrédito que estudos de Filosofia têm no Brasil, creio que o poder dos acadêmicos das Humanidades não chega a ter tal penetração política. Ao mesmo tempo, reconhece-se uma cultura de desconfiança total, absoluta: como disse, um ceticismo mesclado a teorias da conspiração. A lógica parece ser a seguinte: se os discursos são a exposição de um ponto de vista, então dizer que a Terra é redonda é uma opinião tão válida quanto dizer que é plana.

Consequência ou não de certa visão pós-moderna de linguagem, esse descarrilamento às últimas consequências de teorias discursivas que reconhecem a falta de neutralidade da linguagem agora parece forçar o homem de ciência, o intelectual, a clamar por uma fé inabalável na ciência, a defender mesmo certo dogmatismo científico contra esses movimentos que têm levado a uma falsa rebeldia: clamamos por uma volta desesperada à cientificidade, a métodos rigorosos, a experiências, com todas as aspas, “objetivas”. A inversão é tamanha que as “mentes indóceis”, hoje, são aquelas que proclamam não palavras de ordem progressistas, mas propagandas fascistas, muitas vezes com traços de crenças fundamentalistas.

Em uma pesquisa que precisa ser aprofundada, problematizaria o que parece ser, nos termos de Foucault (2018[1977]), uma *ética do cuidado de si* como funcionamento de certo “preenchimento estratégico” cultural: é ao culto de fé que milhões de brasileiros se dirigem todos os fins de semana, e não ao teatro ou ao cinema. Assim, por um lado, é preciso reconhecer no discurso de fé uma performatividade de “resistência” de um grupo, de pertencimento a um grupo, de acolhimento social. Por outro lado, esse pertencimento tem se traduzido em um discurso cujo *conservadorismo* vem se avizinando a enunciações *fascistas*.

Conforme fala o filósofo Marcos Nobre (2020), nos anos 1980, com a queda das ditaduras militares na América do Sul, chamar alguém de “conservador” poderia significar, por exemplo, que aquele indivíduo apoiava a volta do regime ditatorial. O que se vê agora, contudo, é um uso *positivo* do termo – longe de ser pejorativo, tornou-se *respeitoso* dizer que alguém é “conservador”. Como Nobre aponta, neste que é um fenômeno global, não exclusivo da América latina, o verbete “conservador” contemporaneamente ganha muitos sentidos – tantos que, por vezes, se mostram incongruentes. De fato, são tantos os significados que Nobre fala de “conservadorismos”, no plural. Conforme mostra o filósofo, a reviravolta conceitual é tamanha que os “conservadores” se dizem *rebeldes*, ou mesmo *revolucionários*. Quero com isso dizer que, se o intelectual, o opositor, o progressista era aquele que não apenas incentivava como era ele próprio uma mente indócil, agora essa rebeldia é ressignificada por um pensamento ultraconservador que começa mesmo a influenciar decisões sobre a educação e a ciência, no Brasil e no resto do mundo. Se até há pouco tempo seria impensável ouvir alguém dizer seriamente que a Terra é plana, que em vez de se ensinar evolucionismo darwinista nas escolas devem ser ensinados os preceitos bíblicos do criacionismo, que não existe poliomielite de modo que não se devem vacinar crianças, agora esses movimentos não só existem como se mostram com força

“revolucionária”. Exemplo disso é um dos *slogans* adesivados em carros brasileiros quando da eleição presidencial de 2018: “Bíblia sim, Constituição não”.¹⁹

Vale ainda lembrar que um dos enunciados preferidos do atual presidente do Brasil é o de que “O Brasil é um país cristão e conservador, e tem na família sua base.” Essas foram suas considerações finais no discurso aqui em análise, conforme já dito, gravado e transmitido na 75ª edição da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 22 de setembro de 2020. Vê-se que esse saber compulsório sobre o que pensam os brasileiros é devedor do poder do governante que ocupa, atualmente, a posição de presidente da República. Com um “Deus abençoe a todos. Muito obrigado”, o atual presidente do Brasil se despediu em seu discurso negacionista na ONU. Recorrendo a Deus, o atual chefe de Estado brasileiro delega a Ele uma justiça – que, sabemos, pode nunca chegar, está sempre chegando.

Todavia, se este texto quer concluir por uma necessidade de uma boa utopia – de igualdade, liberdade, direitos humanos –, defendo que esta deve ser construída em uma democracia entendida como dispositivo divinamente humano. Ao mesmo tempo, ao finalizar este texto me vêm à cabeça alguns enunciados um tanto desencorajadores: a escritura de artigos científicos seria inútil, posto que falamos para nós mesmos, analistas de discurso – que falam para outros analistas de discurso, um mesmo “nós”. Logo afasto esse pensamento desanimador ao me lembrar de Beckett (1949): a existência de uma impossibilidade de se expressar somada a uma obrigação de se expressar.²⁰ Se há disputa de discursos, é preciso seguirmos na luta. Se a linguagem não esgota, é preciso falar mais, falar de novo, falar ainda. Se o discurso fascista foi retomado na descontinuidade histórica com as bênçãos de Deus, é preciso chamar os seres encantados, os *xapiri*, que dançam e conversam com os vivos no funeral em que se despedem dos mortos. É preciso chamar as fúrias das artes para enterrar o discurso fascista – ainda, de novo, mesmo que vivo.

REFERÊNCIAS

AVELAR, I. A rebelião do eles: léxico, morfologia e sintaxe do fascismo bolsonarista. *Estadão*, São Paulo, 3/7/2020.

BECKETT, S. *Três Diálogos com Duthuit*, 1949.

BOLSONARO, J. Discurso na 75ª edição da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l4K9Tk5z-po>>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRÍGIDO, Carolina. “Liberdade de expressão não é liberdade de agressão”, diz Alexandre de Moraes ao votar a favor do inquérito das fake news. *O Globo*. 17 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/liberdade-de-expressao-nao-liberdade-de-agressao-diz-alexandre-de-moraes-ao-votar-favor-do-inquerito-das-fake-news-2-24483946>. Acesso em: 2 out 2020.

¹⁹ Por via das dúvidas, esclareço não questionar crenças, mas defender um Estado laico.

²⁰ “A expressão de que não há nada a expressar, nada com que se expressar, nada a partir do que expressar, nenhuma possibilidade de expressar, nenhum desejo de expressar, aliado à obrigação de expressar”.

BRUNO, Fernanda; ROQUE, Tatiana. A ponta de um iceberg de desconfiança. In: BARBOSA, Mariana (Org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

CASSIN, Barbara. *O efeito sofisticado: sofística, filosofia, retórica, literatura*. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo: Ed. 34, 2005 [1995].

EL-JAICK, Ana Paula. *Self news: a ficção que é a sua cara*. *Gragoatá*, Niterói, v.25, n.Comemorativo, p. 291-309, julho 2020 DOI: [10.22409/gragoata.v25iEsp.34211](https://doi.org/10.22409/gragoata.v25iEsp.34211)

EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do caos*. Tradução: Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.

FORO DE TERESINA 119: Bolsonaro entre o verde e as verdinhas. Jornalistas: Fernando de Barros e Silva, Malu Gaspar e José Roberto de Toledo. [S.I.]: Rádio Novoel, 25 set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/foro-de-teresina/>. Acesso em: 11 out. 2020.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso* – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011[1970].

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017[1969].

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 7ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018[1979].

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros: curso dado no Collège de France (1982-1983)*. Tradução: E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 7ª. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018[1977].

GÓRGIAS. Elogio de Helena. In: CASSIN, B. *O efeito sofisticado: sofística, filosofia, retórica, literatura*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira; Maria Cristina Franco Ferraz; Paulo Pinheiro. São Paulo: Ed. 34, 2005 [1995].

KOFMAN, Ava. Bruno Latour, the Post-Truth Philosopher, Mounts a Defense of Science. *The New York Times Magazine*. 25 out. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/10/25/magazine/bruno-latour-post-truth-philosopher-science.html>. Acesso em: 19 nov. 2020.

KRENAK, Ailton. PPGs UFBA Aula Magna SLS. 16 set. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6S8vsE3_0xE. Acesso em: 1 out 2020.

MCINTYRE, Lee. *Pos-truth*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

NOBRE, Marcos. *Glossary: Conservatism*. 8 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=crxUJ3vfjus>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PERDOMO, Alfredo. *Deleuze e Guatarri Latinoamerica*. 25 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yx7dIY6xZlM>. Acesso em: 23 set. 2020.

QUARUP. In: *Dicionário online Caldas Aulete*. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/quarup>. Acesso em: 19 nov. 2020

RETRATO NARRADO 1: A origem em Eldorado. Apresentação, reportagem e roteiro: Carol Pires. [S.l.]: Rádio Novo, 30 set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/retrato-narrado/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

RURALISTA. In: Dicionário online Caldas Aulete. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/ruralista>. Acesso em: 28 nov. 2020

SARGENTINI, Vanice. Videoaula *Ciclo de palestras Michel Foucault: discurso, poder e sujeito*, Universidade Estadual de Maringá (UEM), ago./set. 2020.

SCHWARCZ, Lilia. PPGs UFBA Aula Magna SLS. 16 set. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6S8vsE3_0xE. Acesso em: 1 out 2020.

SEXTO EMPÍRICO. *Outlines of Scepticism*. Translated by J. Annas e J. Barnes. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SEXTO EMPÍRICO. *Outlines of Pyrrhonism*. Translated by R. G. Bury. Buffalo, New York: Prometheus Books, 1990.

TESICH, Steve. A Government of Lies. *The Nation*, p.12-14, 1992.

ENSAIO TEÓRICO

Discursos sobre ciência, tecnologia e deslocamento de pesquisadores: o político e o científico se (des)encontram

Anderson de Carvalho PEREIRA 

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

RESUMO

As políticas governamentais brasileiras para ciência passaram em período recente pela transformação do Ministério da Ciência e Tecnologia em Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicação. Em meio a este percurso, a revogação da portaria 2227/2019 pela 204/2020 foi considerada uma conquista de entidades no trato à restrição de reunião de pesquisadores tal como aquela portaria preconizava. O objetivo deste texto é analisar este embate discursivo também veiculado nas manifestações contrárias da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência à 2227/2019 de modo que puseram a funcionar discursos que recuperam um efeito de sentido de “tecnologia” e “inovação” já postos a circular desde a criação da “empresa brasileira” para “desenvolvimento tecnológico”. O *corpus* é formado por textos destas portarias emitidas pelo governo federal no período de 2005 a 2020 que tratam do estabelecimento de prioridades no investimento em ciência e tecnologia, bem como de manchetes de jornais da mídia online. Os resultados apontaram para uma alienação às formações discursivas de investimento e sustentabilidade que excluem as Letras e as Humanidades de modo geral e destituí as Políticas Públicas de seu valor de garantidoras de defesa dos interesses públicos para bem-estar social da coletividade.



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Fabiele de Nardi (UFPE)
- Vanise Medeiros (UFF)

DATAS

- Recebido: 09/10/2020
- Aceito: 11/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Pereira, A. C. (2020). Discursos sobre ciência, tecnologia e deslocamento de pesquisadores: o político e o científico se (des)encontram. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 3, p. 289-309, 2020.

ABSTRACT

Brazilian government policies for science have recently undergone the transformation of the Ministry of Science and Technology into the Ministry of Science, Technology, Innovations and Communication. Furthermore, the revocation of ordinance 2227/2019 by 204/2020 was considered an achievement of entities in dealing with the restriction of the meeting of researchers as that ordinance recommended. This paper aims at analyzing this discursive clash that was also conveyed in the opposite manifestations of the Brazilian Academy of Sciences and the Brazilian Society for the Progress of Science to 2227/2019 so that speeches that recover an effect of “technology” and “Innovation” already circulating since the creation of the “Brazilian company” for “technological development” by the federal government. The corpus consists of texts of these ordinances issued by the federal government from 2005 to 2020 that deal with the establishment of priorities for investment in science and technology, as well as headlines from online media newspapers. The results pointed to an alienation from the discursive formations of investment and sustainability that exclude Literature and Humanities in general and deprive Public Policies of their value as guarantors for the defense of public interests for the social well-being of the community.

PALAVRAS-CHAVE

Ciência. Análise do Discurso. Políticas Públicas.

KEYWORDS

Science. Discours Analysis. Public Policies.

Introdução

Em 7 de fevereiro de 2020, em sua edição número 6328, o jornal da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência noticiou a revogação da portaria 2227 do MEC com o título “Após manifestação das entidades científicas, MEC revoga portaria 2227”. A referida portaria restringia o deslocamento de pesquisadores. Ao lermos atentamente a reportagem, notamos que o corpo do texto traz marcadores que recuperam o percurso que se estende da publicação da portaria 2227 de 31 de dezembro de 2019 até a sua revogação pela portaria 204 datada de 6 de fevereiro de 2020.

Neste ínterim, houve várias manifestações contrárias de entidades, como a carta enviada pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ao então ministro da Educação Abraham Weintraub em 23 de janeiro de 2020; na sequência, houve a divulgação de uma nota pela assessoria de comunicação do MEC (23 de janeiro), seguida da proposição de três Propostas de Decreto Legislativo (PDLs).

Estas manifestações contrárias circularam até a publicação da portaria 204/2020 que revoga a 2227/2019 e que pode ser recuperada facilmente mesmo porque a referida reportagem da SBPC traz detalhes deste percurso.

A análise proposta neste artigo decorre do *corpus* (formado por estes “objetos” de análise) aqui descrito de forma introdutória. Por meio deste eixo, analisamos as manifestações de condução de sentidos hegemônicos orquestradores de ataques às ciências e ao patrimônio científico nacional em período recente. Reuniões, eventos e debates são patrimônios. Imateriais? Não. Estão determinados pela base material da ideologia, pela distribuição desigual do conhecimento, pelas línguas herméticas dos especialistas. Incluem-se as línguas de madeira¹ e suas *verdades*. Mas de que natureza simbólica se trata? Põem em questão quais posições discursivas? Estas indagações são nossos eixos condutores. Sem debate, sem encontro, concordância e divergências não se faz ciência.

Nosso objetivo é mostrar ao leitor uma análise (não definitiva e única!) do processo de constituição dos discursos envolvidos no confronto entre estas materialidades. Tomamos destarte os pressupostos da natureza do sentido e da eficácia material do imaginário (cf. PÊCHEUX, 1988) de modo que ao percorrer as nuances dos rumos dos sentidos sobre ciência e política ali dispostos interpretamos o jogo com a esfera do histórico e do político.

1. Formação do *corpus*

Como dito anteriormente, o texto da SBPC foi tomado de início como eixo condutor para formação de nosso *corpus* de análise. Neste texto-reportagem a entidade afirma que a nova portaria (204, que

¹ Línguas de madeira é um termo traduzido do francês (*langue de bois*) e que indica conforme Courtine (1989) um núcleo sintático “duro”, ou seja, fechado à interpretação.

revoga a 2227) versa sobre “[...] deslocamentos de pesquisadores, sem a restrição de número de representantes por instituição” e que foi publicada como “[...] atendimento à solicitação dos pesquisadores, professores e reitores das universidades e institutos federais” (KLEBIS, 2020).

Nota-se neste adendo certa “calmaria” neste movimento discursivo. Com a revogação, a questão do ataque à ciência estaria resolvida. O impedimento de número de pesquisadores na ida a eventos não vigoraria mais. No entanto, este nosso artigo a vê com cautela e pretende analisar os meandros de uma aparente “resolução” que teria dado um alívio e basta nos ataques à ciência. Isso porque entendemos que houve (e ainda há) um embate discursivo que continua a pulsar e a produzir sentidos. Afinal, que contorno é este à sanção da Lei?

Por isso, partimos deste evento-notícia da SBPC e esboçamos inicialmente para nossa análise a marcação de duas posições discursivas², a saber: P1 – posição discursiva de governo (P1- Gov.) e P2 – posição discursiva do universo acadêmico (P2 - UA).

O texto-reportagem também esclarece que “[...] a nova portaria traz poucas mudanças em relação à anterior, mas o artigo 55, que provocou imensa preocupação na comunidade científica foi suprimido”. Por meio destas pistas (GINZBURG, 1989) partimos em busca das portarias em questão.

A análise do artigo 55, integrada ao texto mais amplo de ambas as portarias, permitiu-nos, por meio do apoio em Orlandi (2001), tomar o texto para além da superficialidade lingüística de tal forma a debelar os efeitos de literalidade do núcleo sintático duro das línguas de madeira (cf. COURTINE, 1989), e debater o nível do jogo com o sentido afetado pelo político e pela História.

Uma das marcas deste embate discursivo é o jogo das formações imaginárias entre ambas as posições discursivas em questão. Disto resultam tomadas de posição. P2-UA surgiu em decorrência do que Pêcheux (1993, p. 83, itálicos no original) chamaria de disputa por um “objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física”. Quer dizer, embora na superficialidade a portaria 2227/2019 trate de “despesas” convertidas em “concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais”, que podemos denominar de realidade física nos termos de Pêcheux (1993, p.83), o que está em jogo é como o “emissor” (P1-gov.) ao decretar a portaria 2227/2019 faz funcionar no processo discursivo “[...] uma *antecipação das representações do receptor*, sobre a qual funda a estratégia do discurso”. Mesmo porque há um desnível entre as posições (P1 e P2).

A retirada do artigo 55 pelo MEC teria aquietado o ataque à ciência. Ou a comunidade acadêmico-científica teria mordido uma isca, como se diz na expressão popular? Coincidentemente, achamos em Courtine e Marandin (2016, p. 45) uma reflexão para esta metáfora sobre o sujeito: “[...] Esse jogo de palavras é correlativo a uma imagem: a da linha, da trama que toma em suas malhas sujeitos agitados que, por morder a isca, se vêem presos (sem que a isca dissimule o anzol ou o próprio anzol seja jamais evocado nessa pesca miraculosa)”

² A relação entre formação discursiva e posição-sujeito estabelece o que pode e/ou deve ser dito em uma dada conjuntura sócio-histórica (máxima pecheutiana), conforme os modos de funcionamento dos discursos e seus mecanismos de leitura (interpretação) e os processos de identificação. Uma posição do sujeito do discurso depende da assunção de um lugar sujeito entre significantes (para retomar a máxima lacaniana) cuja assunção somente ocorre a partir da identificação com ao menos uma formação discursiva. Voltaremos isto na seção 3 “Aprofundando a análise: onde o político e o científico se (des)encontram”.

Ou seja, aparentemente irrelevante e somente física (material) a primeira portaria (2227/2019), que provocou reboição na comunidade acadêmica, desvia o foco de alguns ataques já proferidos e que continuam a ser direcionados à ciência em dias mais recentes e que também se filiam aos sentidos sobre ciência vistos em anos anteriores. Essa “pesca miraculosa” (expressão dos autores, claro, irônica) teria magicamente, neste caso, resolvido os embates entre comunidade científica e governo. Mas os sujeitos “agitados” (expressão dos autores) continuam a pulsar, no jogo de sentidos, diante do real das “coisas a saber” (cf. PÊCHEUX, 1997a).

Ao notarmos que o artigo 55 destacava o papel centralizador de um “secretário-executivo” (invariavelmente da reitoria, neste momento, também sob intervenções sistemáticas do governo³) a agir em “caráter excepcional”, nos lembramos que tal medida poderia ter sido impetrada em função de interesses econômicos e tecnológicos, uma vez que esta zona de sentidos já estava instalada desde pelo menos a portaria 343 de 12/5/2005 que tratava da relação entre o “desenvolvimento tecnológico” e a “empresa brasileira”, sendo que nesta última incluem-se as Universidades. Deste modo, acabamos por elencar diversas portarias que em período mais recente entram nesta trama dos sentidos e serão aqui analisadas, a saber: 343, de 12/5/2005; 1112, de 19/3/2020; 1819, de 23/4/2020; além das duas já mencionadas.

A partir disto, vamos mostrar que a desvalorização das Letras e Humanidades é um lugar desta trama dos sentidos. Mas como esta desvalorização é naturalizada? Como aparece? Como analisamos, em termos de efeito de anterioridade, ela aparece como um ponto estratégico inserido nesse processo discursivo mais amplo.

Como se nota, o processo de análise não se esgota nos intercursos mais recentes das portarias. Isto porque a revogação é uma fatia do processo discursivo que, com suas antecipações e retomadas, permite alcançar pontos mais complexos e sutis do ataque recente à ciência.

2. Um início de análise

Ao explicar o pressuposto de que “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias” Pêcheux (1993, p.83) apresenta um quadro extenso para explicar como as posições dos “protagonistas do discurso” (expressão do autor) intercedem nas condições de produção. Para nós, serve o quadro mais sucinto que, em itálico, a partir de expressões do autor, denominamos como segue:

³ Conforme reportagem do portal UOL/grupo Folha de SP veiculada este ano de 25 reitores nomeados este ano em Instituições Federais, 14 não decorrem de nomeação do primeiro lugar da lista triíplice. a este respeito, ver: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2020/09/17/bolsonaro-escolhe-3-de-lista-triplice-como-reitor-da-ufrgs.htm>, acesso em 2/10/2020.

	Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	$I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

QUADRO 1 – Explicação encontrada em Pêcheux (1993, p. 84) acerca das representações do receptor. Este enquadre será nosso guia para entender ao longo deste artigo as representações do receptor (P2-UA) acerca do objeto imaginário (ciência).

Fonte: Pêcheux (1993)

Como reverso deste ponto das formações imaginárias, o sujeito estrategista (cf. PÊCHEUX, 1997a), renitente, resiste e não se cala. Disso decorre a carta da ABC e SBPC. Tal como na análise do enunciado “On a gagné” feita por Pêcheux (op.cit., p. 22), podemos dizer que a carta conjunta entre as duas entidades (ABC e SBPC) resulta do fato de que:

O “resultado” de um jogo é, evidentemente, objeto de comentário e de reflexões estratégicas posteriores (da parte dos capitães de equipe, de comentadores esportivos, de porta-vozes de interesses comerciais, etc), pois sempre há outros jogos no horizonte..., mas enquanto tal, seu resultado deriva de um universo logicamente estabilizado (construído por um conjunto relativamente simples de argumentos, de predicados e de relações) que se pode descrever exhaustivamente através de uma série de repostas unívocas a questões factuais (sendo a principal, evidentemente: “de fato, quem ganhou, X ou Y?”) (PÊCHEUX, 1997a, p. 22; aspas no original)

Está à vista a circulação dos discursos entre as portarias e as cartas (da ABC e da SBPC) e do MEC não tratar de um jogo como o de futebol, mas indicam que o que se “perde” ou “ganha” fica velado, oculto. E também que a disputa por este objeto imaginário (“ciência”) tem valor especial porque define desde a geopolítica rotineira de um governo, até o investimento em outras áreas fundamentais como saúde, educação e segurança pública.

Em período ainda afetado pela modernidade recente e em um país de ode positivista presente no lema da bandeira nacional, o do progresso (também do conhecimento), definir como este último é produzido em dada conjuntura (histórica e política), suas prioridades e modos de circulação, são determinantes desta dimensão simbólica das redes do sentido.

Em outros termos, entidades nacionais que assinaram a carta da ABC e SBPC não disputam apenas despesas e diárias, mas formas de interpretar e ocupar o simbólico. Esta cadeia de produção e circulação do conhecimento que engloba suas regionais, seus encontros e produzem um volume de conhecimento colocou o país entre os maiores produtores de conhecimento científico no período mais recente. Mas para entender a construção do “objeto” deste jogo, vejamos mais de perto o artigo 55, inserido na portaria 2227/2019 e depois suprimido (portaria 204/2020).

É definição comumente aceita e genérica a de que uma portaria tem por função instruir a aplicação de norma/regulamento/lei e respalda, portanto, execuções que, por sua vez, já interpretam, põem em circulação alguns sentidos e apagam outros. Em específico, o artigo 55 da portaria 2227/2019 se enquadrava no capítulo XVI (“das disposições finais”):

- (1) Art. 55 A participação de servidores em feiras, fóruns, seminários, congressos, simpósios, grupos de trabalho e outros eventos será de, no máximo, dois representantes para eventos no país e um representante para evento no exterior, por unidade, órgão singular ou entidade vinculada. Parágrafo único. Somente em caráter excepcional, e quando houver necessidade devidamente justificada, por meio de exposição de motivos dos dirigentes das unidades, o número de participantes poderá ser ampliado mediante autorização prévia e expressa do secretário-executivo.

Duvidamos do ineditismo completo deste artigo 55. Claro, a ênfase na restrição de reunião aprofunda um mal-estar. Todavia, suas condições de possibilidade se articulam com o aumento da centralização e da concepção de “gerência” acadêmica que vem se naturalizando em nossas Universidades. À tradição taylorista, tal como um gerente que daria conta de toda a produção, um ou dois pesquisadores em evento no exterior ou no país dariam conta de gerenciar a produção de um setor do conhecimento e comunicar a seus pares. Vale notar que o Ministério da Ciência e Tecnologia em período recente passou a se chamar Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação. Mas onde ficaria, nesta restrição, o debate como condição *sine qua non* para produção e circulação do conhecimento científico? Bastaria comunicar, no sentido de informar?

No artigo 55, fica em aberto e à deriva clamando por sentidos o que significaria “caráter excepcional” e “quando houver necessidade devidamente justificada”. O enunciado enfatiza que o referente para estes sentidos não é qualquer, e que está direcionado a uma posição central, de definição pelas reitorias, que, é sabido, cada vez mais vem sofrendo interferência governamental e ferindo a autonomia universitária.

Outrossim, a autonomia de circulação do conhecimento vinculada ao trânsito do pesquisador (indivíduo empírico) já era significada pela rede de sentidos em que predominava a utilidade, o pragmatismo, a materialidade concreta de um conhecimento e de uma tecnologia supostamente inovadora. Em um período imediatamente anterior, a portaria 343 de 2015, esta já marcava centralização e ingerência na autonomia universitária na seção de competências da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, na página do ministério da ciência tecnologia e inovação lemos artigo no primeiro:

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação compete:
I. propor, coordenar e acompanhar a política nacional de desenvolvimento tecnológico,

compreendendo, em especial, ações e programas voltados para a capacitação tecnológica da empresa brasileira; (Portaria MCT no. 343, de 12/5/2005. http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/migracao/Portaria_MCT_n_343_de_12052005.html. Acesso em 11/8/2020).

Portanto, o modelo gerencial sustentado pelo efeito de sentido de centralização já estava assinalado na transformação das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação em Pró-Reitorias voltadas à ciência, à tecnologia e à inovação. Veio como medida “externa” pautando com pretensão centralizadora e universal como e o que se define por conhecimento independente da realidade de cada região e de cada Universidade.

Afinal, o que seria a “empresa brasileira”? Qual a natureza desta “política nacional” voltada para “ações e programas voltados para a capacitação tecnológica”? Qual o lugar das Humanidades e das Políticas Públicas (para Direitos Humanos, Educação, Saúde, Segurança Pública, mobilidade urbana, meio ambiente) neste projeto?

A prioridade de tecnologia e inovação resultaria anos adiante na mudança do nome do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações (MCTI). Gostaríamos de ressaltar, portanto, que a atual desvalorização das Letras e Humanidades e ataques às ciências de modo geral em detrimento da produção de “tecnologia e inovações” é ratificada no atual momento e foi possível porque já havia um eixo distribuidor de sentidos da portaria 343/2015 materializada por indicativos de prioridades do investimento em ciência.

Esta é uma das antecipações da representação do receptor (P2-UA) que o embate entre as portarias 2227/2019 e 204/2020 põe em funcionamento. Já havia um sentido posto, de desvalorização do encontro do debate em nome da gerência e execução centralizadora de uma “empresa brasileira” voltado à tecnologia e inovação. Os sentidos já estavam postos, naturalizados, circulando inclusive em excesso.

De “empresa brasileira” à definição de prioridades, temos como ponto decisivo desta distribuição um efeito de “excesso”. A respeito do efeito ideológico, Orlandi (2016, p. 14, *itálicos no original*) afirma:

[...] o efeito ideológico não se relaciona à falta, mas ao excesso: é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito de evidência, que se assenta no mesmo, o já-lá. Estanca o movimento. O processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a uma interpretação que se apresenta como a interpretação.

Parafraseando a autora, defendemos que a promulgação das portarias 2227/2019 e 204/2020 se filia ao “já lá” (em discurso) já marcada pela portaria 343/2005. Há um projeto em curso de construção do conhecimento científico. Continua a haver movimento e a pulsar sentidos, que não se restringem propriamente ao cenário nacional, mas dizem respeito à relação da ciência com o Capital. Este artigo aborda apenas os recortes das portarias e alguns dizeres cotidianos que seguirão na análise.

Com a portaria 343 de 2005 notamos que já estava em circulação, em nome de uma suposta utilidade mais prática e de resultado mais imediato, reunir-se e debater apenas para angariar resultados objetivos, práticos, duradouros, concretos. Ocorre que a ciência lida com o real, no sentido das “coisas a saber” (PÊCHEUX, 1997a) em que o que está em jogo é de natureza imprevisível e de não possibilidade de controle das contingências.

Como exemplo, caso alguém se pergunte e queira saber por que se publica e debate em áreas consideradas “menos aplicadas” (como as chamadas Ciências Humanas e Sociais), que em tese pouco resultado trariam, deve também ponderar os ataques às continuidades das Políticas Públicas decorrentes destas áreas tão decisivas para o Estado de bem-estar social, bem como o fato contundente que em se tratando de lidar com uma miríade de problemas “humanos” não há soluções definitivas, previsíveis ou totalmente neutras e objetivas.

Em outras palavras, defendemos que nesta conjuntura mais ampla que extrapola os dizeres das portarias, seja a de 2005 ou as de 2019 e 2020 envolvendo o “deslocamento de pesquisadores”, aprofunda-se um abismo de deterioração do investimento em Humanidades. Por isso, seguimos o curso do movimento dos sentidos e dos excessos de saturação ideológica de que trata Orlandi (2016), de modo a problematizar estas evidências sobre prioridades. Entram “desenvolvimento tecnológico e inovação” no lugar de conhecimento acadêmico-científico em caráter plural. Então, qual seria neste cenário o lugar dos “homens de letras”⁴ (expressão de PÊCHEUX, 1997b)?

Em meio a este imaginário sabemos que, por exemplo, alguns *slogans* do cotidiano (como “agro é pop”, “Agro é tech”, “agro é tudo”) dialogam com o agronegócio de modo a filiar uma cadeia produtiva de conhecimento à cadeia do agronegócio tocado pelos interesses do grande Capital abastecido pelo modo como o Estado e o poder de Estado (cf. ALTHUSSER, 1999) renegociam formas espúrias de uso de questões públicas em benefício de interesses privados. Lembremos da cadeia produtiva que cerca a produção de soja, milho e gado bovino do Brasil, por exemplo, e que se relaciona com o desmatamento em larga escala, faz parecer que não há lacunas para debate sobre o propalado “desenvolvimento sustentável”, tal como aparece na portaria 1122, de 19/3/2020. Que cadeia de sentido impenetrável é esta? Como se enlaçam as portarias acima apresentadas e as portarias 2227/2019 e 204/2020?

A respeito do sentido de “sustentável”, para continuar a mostrar o movimento dos sentidos tomando o rumo do recobrimento do discurso da tecnologia e da inovação sobre a pluralidade do conhecimento acadêmico-científico entramos em outro ponto de inflexão da análise deste *corpus*. Trata-se de analisar mais de perto a definição de prioridades do MCTIC para o período de 2020-2023.

A portaria 1819 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (agora, MCTIC) de 23/4/2020 define prioridades. Com destaque para a “aplicação dos recursos e os limites máximos anuais de recursos para as operações especiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT”, no texto é possível ler:

Art. 5º Ficam definidos como critérios de julgamento para concessão da subvenção econômica em 2020: I - a aderência a temas prioritários definidos em políticas públicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, em especial à Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, com suas alterações, e outras diretrizes posteriores emitidas pelo Ministro de Estado desta pasta, bem como por demais instâncias do Governo Federal;

⁴ Embora consideremos esta expressão um pouco patriarcal, pois devemos considerar também o papel cada vez mais decisivo das mulheres nas Universidades em período mais recente.

O destaque à “aderência a temas prioritários” visto acima nos levou à busca deste enquadre no mesmo ano, na portaria 1122, de 19/3/2020. Destacamos o seguinte trecho:

Art. 2º Estabelecer como prioritários os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações voltados para as áreas de Tecnologias: I - Estratégicas; II - Habilitadoras; III - de Produção; IV - para Desenvolvimento Sustentável; e V - para Qualidade de Vida.” (portaria 1122, de 19/3/2020)

Mais adiante a mesma portaria complementa:

Art. 6º A Área de Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável contempla os seguintes setores: I - Cidades Inteligentes; II - Energias Renováveis; III - Bioeconomia; IV - Tratamento e Reciclagem de Resíduos Sólidos; V - Tratamento de Poluição; VI - Monitoramento, prevenção e recuperação de desastres naturais e ambientais; e VII - Preservação Ambiental. Parágrafo único. A área referida no caput tem como objetivo contribuir para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e preservação ambiental. Art. 7º A Área de Tecnologias para Qualidade de Vida contempla os seguintes setores: I - Saúde; II - Saneamento Básico; III - Segurança Hídrica; e IV - Tecnologias Assistivas. (portaria 1122, de 19/3/2020)

Cabe perguntar: como projetos de pesquisa (como no 2º. artigo) dariam prioridade à “IV - para Desenvolvimento Sustentável; e V - para Qualidade de Vida” e teriam “como objetivo contribuir para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e preservação ambiental” (artigo 6º.) sem incluir as áreas de Ciências Humanas e Sociais, Educação e Letras? Há uma inflexão discursiva para o apagamento das questões de interesse público.

É sintomática a repetição da palavra “tecnologia”; sintomática no sentido psicanalítico e discursivo de algo a ser simbolizado e da repetição de um sentido naturalizado, mas também de retorno do recalque e, com isso, de efeito do esquecimento número um, conforme Pêcheux (1988). O da ilusão de fundação fundamental de sentidos sobre “tecnologia”. Como é de se notar, as portarias mostram um sujeito disperso que em meio a uma injunção à interpretação que cerceia os sentidos de “ciência”, “tecnologia”, “inovação” estabelece deste modo um rumo material para o sentido fortalecido por uma miríade de textos que buscam normatizar e normalizar do ponto de vista de uma estabilidade semântica os ataques ao patrimônio científico e também ao educacional e cultural. São estas vozes discursivas que retornam na portaria 2227/2019 e 204/2020 que constituem a posição discursiva que nomeamos de P1-gov.

Ao dialogar com a portaria 343 de 2005, a definição de prioridades publicada na portaria 1122 de 19/3/2020 exclui o diálogo com as Políticas Públicas. Embora pouco definidas, estas últimas eram mencionadas no item II do artigo 5º afirmava-se:

II - propor e coordenar ações e estudos que subsidiem a formulação e implementação de políticas e programas que propiciem o desenvolvimento tecnológico ambientalmente sustentável de acordo com as políticas públicas em vigor; (portaria 343/2005)

A exclusão explicitamente marcada das Ciências Humanas e Sociais e das Políticas Públicas põe quais sentidos para circular? A AD nos ensina que é justamente na presença ausente que os sentidos

circulam. O valor do que deixou de ser dito. Esta miríade discursiva também aparece em manchetes da época de publicação destas portarias que abordaremos adiante.

3. Aprofundando a análise: o político e o científico se (des)encontram

A partir da leitura deste efeito de retroação entre as referidas portarias, percebemos que elas mantêm um aparente efeito de encaixe, de retomada, de ajuste e adequação. Como “[...] a análise de discurso não é senão um longo desvio para colocar em causa o postulado da autonomia da sintaxe e o esquecimento pela linguística de toda história, inclusive e, sobretudo, a sua.” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p.53), destrinchamos estes meandros e argumentamos que há a prevalência de uma Formação Ideológica (FI) denominada “ciência-tecnologia” que significa que ciência se reduz à tecnologia (doravante, FI_{CT}); bem como duas formações discursivas (FDs), a saber: FD investimento (doravante, FDI) e FD sustentável (doravante, FDS). Isto nos levou a um aprofundamento da análise.

A formação discursiva localiza o “objeto” em AD do ponto de vista da heterogeneidade, posto que “[...] em uma conjuntura dada, sujeitos falantes, tomados na história, possam estar de acordo ou se confrontar sobre o sentido a dar às palavras, falar diferentemente embora falem a mesma língua” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 38)

Ocorre que a possibilidade do dizível heterogêneo nesta conjuntura somente é possível no campo de formações discursivas que submetem o interdiscurso à “lei de desigualdade-contradição-subordinação” (PÊCHEUX, 1988, p. 162) a que também submetem estão submetidas as formações ideológicas. Vejamos o quadro 2:

Formação Ideológica “ciência é tecnologia” (FI _{CT})	Formação Discursiva investimento (FDI)	<ul style="list-style-type: none"> a. “Somente em caráter excepcional [...] mediante autorização prévia e expressa do secretário-executivo” (artigo 55 da portaria 2227/2019) b. “ações e programas voltados para a <u>capacitação tecnológica da empresa brasileira</u>” (portaria MCT 343 de 12/5/2005) c. “subvenção econômica [...] aderência a temas prioritários definidos em políticas públicas do MCTIC” (portaria 1819, 23/4/2020) d. “<u>prioritários os projetos</u> de pesquisa, desenvolvimento e 	Significa na zona da autorização de execução de prioridades; restringe ciência à tecnologia por via do investimento prioritário.
--	--	--	--

		inovações voltados para as <u>áreas de Tecnologias</u> ” (portaria 1122, 19/3/2020)	
	Formação Discursiva sustentabilidade (FDS)	<p>e. “prioritários os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações voltados para as áreas de Tecnologias [...] IV – para <u>Desenvolvimento Sustentável</u>” (portaria 1122, 19/3/2020)</p> <p>f. “Art. 7º - A Área de Tecnologias para Qualidade de Vida contempla os seguintes setores: I - Saúde; II - Saneamento Básico; III - Segurança Hídrica; e IV - Tecnologias Assistivas.” (portaria 1122, de 19/3/2020)</p> <p>g. “[...] <u>desenvolvimento tecnológico ambientalmente sustentável</u>” (portaria 343, 12/5/2005)</p>	Significa na zona de sentido de que o sustentável é o prioritário e o prioritário equivale ao tecnológico.

QUADRO 2 – Identificação da Formação Ideológica e das Formações Discursivas, a partir de recortes do *corpus*.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Como se nota, na FDI e na FDS pode ser dito que há um alinhamento entre prioritário-tecnológico-sustentável. Tocamos em um ponto trazido por Pêcheux acerca das FDs. Muitas vezes, estas veiculam palavras diferentes com o mesmo sentido. Ao debater este ponto, o de estabilidade, o autor toca na questão do sujeito ideal. Como aponta Pêcheux (1988, p. 161/162):

pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar etc. É por essa via, como veremos, que todo sujeito se “reconhece” a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a *condição* (e não o *efeito*) do famoso “consenso” intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento.

A produção de sentido em ambas as FDs indicam um sujeito ideal, idealizado a partir de um sentido indicado como consenso para “sustentável” e para “investimento”. Esta aliança pode ser vista em “g. desenvolvimento tecnológico ambientalmente sustentável”. Ou seja, tratar-se-ia de um investimento em “desenvolvimento sustentável” que depende do investimento em tecnologia ambiental. Como vemos também em “b. capacitação tecnológica da empresa brasileira” e em “d. prioritários os projetos [...] para as áreas de tecnologias”. Deste modo, FDS e FDI se alinham e ratificam a zona de sentido de uma FI_{CT}. Embora em formações discursivas distintas, estes significantes convergem para um efeito dominante do “consenso intersubjetivo” de que trata Pêcheux (1988) na citação acima.

Além disso, estes sentidos veiculados nestas portarias também circulam no imaginário do cotidiano do sujeito comum e, por vezes, são capturados nos discursos da imprensa. Vejamos:

- (1) Japão desistiu de política citada como referência por ministro da Educação brasileiro. retirado de <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2019/04/27/japao-desistiu-de-politica-educacional-citada-como-referencia-por-ministro-da-educacao-brasileiro.html>, acesso em 17/8/2020.
- (2) "O governo japonês prometeu acabar com cursos de humanas. Mas o que realmente aconteceu?" Retirado de: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/o-governo-japones-prometeu-acabar-com-cursos-de-humanas-mas-o-que-realmente-aconteceu-2g4294xar711bks4klx0i1rnj/> ("Por Maurício Brum e Murilo Basso, [19/08/2018] [19:30]")
- (3) Japão pede para que universidades cancelem cursos de humanas. A área de ciências sociais também será afetada. Ministro da Educação pede para que cursos 'contemplem as necessidades da sociedade' (postado em 15/9/2015, retirado de <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/japao-pede-para-que-universidades-cancelem-cursos-de-humanas.6ebd46a6261af0d724368316dde58525p9j1qquz.html>)

Como se nota pelas datas, muitas destas manchetes datam de 2018 e 2019, anos anteriores às portarias logo acima citadas, com destaque para a manchete do portal Terra que em 2015 informava que Universidades japonesas pediam que "cancelem os cursos de humanas". Em meio à "polêmica", o governo atual já trilhava uma decisão "acertada" que ignorou a escuta da comunidade científica da área de Humanas. A repetição das formulações "desistiu de política" (1), "prometeu acabar" (2), "Japão pede" (3) indica espaços de tensão e negociação que nas portarias brasileiras aparecem como atestados conclusivos.

Este apagamento do interlocutor, a ratificação de um projeto não consultivo e a proposição de um alinhamento com um tecnicismo como "temas prioritários definidos em políticas públicas do MCTIC" (c., quadro 2) destitui o caráter polissêmico do processo de significação indicado pelo plural do nome "Políticas Públicas". Como poderia um ministério definir "Políticas Públicas" sendo que o caráter propositivo de transformações sociais vindos destas requer um trabalho interministerial e multidisciplinar dos vários campos do conhecimento sistematizado?

Vale lembrar que após a publicação da portaria 343, de 12/5/2005 o que se viu no Brasil foi uma "corrida contra o tempo" para a instalação de "Pró-reitorias" que passaram a se chamar, sobretudo nas Universidades Federais, com pouca variação, não somente "Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação", mas acrescidas dos predicados "criação e inovação tecnológica". Basta um aceno nas portarias internas publicadas por diversas IESs federais e muitas estaduais para notar esta mudança no nome.

Em suma, a centralização da produção do conhecimento "mais técnico" e "aplicado" nas Universidades funciona desde ao menos a portaria que transforma as Pró-Reitorias e do ponto de vista dos interessados do mercado financeiro que as ronda não foram exorcizados neste passe de mágica que a revogação do artigo 55 da portaria 2227/2019 parecia indicar, garantindo assim o restabelecimento de uma Universidade mais crítica, politizada e menos elitista, plural entre diversas áreas. Há, em alcance mais amplo, efeito de pré-construído que retorna e que já havia estabelecido uma engrenagem de redução da ciência à tecnologia.

O assertivo questionamento em Pêcheux (1969/2014) acerca dos rumos da produção do conhecimento na Universidade nos leva também uma reflexão de natureza majoritariamente política no

que se refere aos dizeres sobre “capacitação tecnológica” (ver item “b”, quadro 2) nas Universidades brasileiras. O trânsito no uso dos significantes “capacitação” (ou “inovação”) e “tecnologia”, como se tratasse de um binômio genérico que atua ao nível do esquecimento número um que conforme Pêcheux (1988) interpelaria o sujeito de modo a naturalizar a anterioridade da disputa pelos sentidos.

A distribuição de sentidos acerca da circulação deste binômio nos âmbitos das universidades e dos órgãos de fomento à pesquisa, bem como da mídia, indicia uma “des-politização” do conhecimento científico em nome do “progresso da ciência”.

As reiteradas tentativas de ataque e desmantelamento do caráter estético e político das universidades públicas brasileiras têm sido demonstradas por governos alinhados nas últimas décadas aos ditames do grande capital e do neoliberalismo. A este respeito, podemos demarcar o efeito de paráfrase pelo qual a produção acadêmica no mundo ocidental tem sido acometida nas últimas décadas, de modo que a crítica ao empirismo britânico junto ao formalismo científico vem se somar a questionável função social das ciências sociais e o período de não engajamento por décadas das Ciências Humanas (PÊCHEUX, 1969/2014).

Desde que a ciência dita social e/ou do comportamento passou a dominar a Filosofia, esta unidade tentou pela fetichização do quantitativismo e também pela implicação dos efeitos dos custos e financiamentos clamar por um setor da sociedade que clamasse pelo divórcio entre o científico e o literário (PÊCHEUX, 1969/2014; PÊCHEUX, 1997b).

Esta aclamação está no cotidiano universitário, em que o retorno da crença nas mentalidades dos “mais esclarecidos” acusa as Letras e Humanidades de aglutinarem argumentos “vazios” em prol do político. É uma estratégia determinada por um valor político pautado na tentativa de destituição via portarias (dispositivos de execução de recursos, de planejamento) que se supõem des-politizadas. Supõem-se neutras e com mero caráter logístico, mas que jogam a todo tempo a linha e o anzol do político gerente e administrador, técnico, como também passou a circular nas propagandas políticas, sobretudo, para cargos do executivo.

Uma das decorrências deste efeito de crença, conforme Pêcheux (1969/2014) se consolida pelo revés desta posição; assim, as Ciências Humanas e Sociais (CHS) acabam por definir um modo de, ao invés de se posicionar pelo valor político que as define por herança e legado, assumir o lugar de ter que provar a “evidente” inoperância entre a ciência e a política. Conforme a regência da FI_{CT} em um alinhamento com esta onda de assepsia política do pensamento, tal como na escola “sem partido”, a Universidade também não seria mais um lugar a se misturar ciência, cultura, conhecimento e política.

O questionamento acerca d’ “a” ciência alinhada à sociedade des-politiza em um primeiro momento a possibilidade de se questionar uma espécie de valor “meta-científico” e ético do conhecimento científico, cujo aparato de suporte cotidiano é tecno-burocrático.

Quando Pêcheux (1969/2014) analisa criticamente a divisão entre produção do conhecimento, aplicação e prática pedagógica e denuncia o modelo totalitário de controle comportamental e social desta produção, o autor comenta:

no que concerne as ciências da natureza o modo de produção capitalista intervém sobre as finalidades da pesquisa, por meio de critérios políticos e econômicos, o que atinge uma orientação da pesquisa e

uma repressão indireta de certas tentativas: todavia, a ideologia prática dominante, ligada ao modo de produção capitalista, não estabelece de modo nenhum para o pesquisador das ciências da natureza as direções teóricas que ele deva empregar (PÊCHEUX, 1969/2014, p.194).

Indo além, vamos lembrar também que do ponto de vista geral da influência das ciências do comportamento de cunho estadunidense como prerrogativa do controle em ambiente acadêmico e laboral, no paradigma do controle total, Pêcheux (1969/2014) segue na crítica da antropo-filosofia que teria tomado o lugar o positivismo mais tecnicista que assolou as CHS em uma tentativa de se provarem politizadas, mas engolidas pelo monopólio da racionalidade e a construção de uma “nova elite política” assujeitada aos fetichismos da produção.

Sendo assim:

dito de outro modo, além do problema político ligado às finalidades da pesquisa (problemas que as ciências humanas partilham com as ciências da natureza), as ciências humanas são confrontadas com um problema específico, que é o do empreendimento da ideologia prática dominante sobre o próprio terreno de sua atividade teórica (PÊCHEUX, 1969/2014, p.195).

As clássicas ponderações do autor são da França da década de 1960, mas se aplicam sobremaneira às reflexões do contexto atual. No Brasil recente, vemos a valorização da inovação tecnológica em detrimento do debate e da ação política. Vemos uma judicialização do espaço acadêmico aparecendo por estratégias sutis como os “Comitês de Ética”. A este respeito ver o debate em torno da supremacia e autoritarismo das ciências de caráter experimental diante do modo de fazer das áreas de CHS e de Linguística, Letras e Artes cujas perspectivas de “coletas de dados” estão afinadas ao cotidiano e ao seu caráter de imprevisto.

A assepsia da linguagem também manipulada no conhecimento científico mascara a própria cisão de leitura do arquivo (cf PÊCHEUX, 1997b) que “desobriga” como vimos acima as ciências naturais de apresentar um referencial teórico ou de abordar uma pluralidade de políticas públicas como um dever ético que antecederia sua própria produção.

A partir desta polêmica chegamos aos efeitos ideológicos da ênfase na inovação científica e tecnológica e a “re-organização” da pesquisa na universidade brasileira. Deste modo, as contribuições de Pêcheux (1969/2014) retornam com força de atualidade porque podem indiciar um lugar entre a estrutura de repetibilidade sobre o sentido naturalizado da produção do conhecimento científico e seu *modus operandi* e a indagação sobre o efeito dominante de paráfrase bem como de debate sobre o acontecimento na estrutura.

Sem adentrarmos detalhes quantitativos das entidades subscritoras (quantas entidades de humanas, de exatas, etc?), mas também sem deixar de notar que em meio às próprias ciências na conjuntura do divórcio entre o científico e o literário (PÊCHEUX, 1997b) passou-se a naturalizar que uma patente de medicamento ou de tecnologia “facilitadora” do cotidiano seria “mais importante” que investimento em educação pública de base.

Conforme Ghiraldelli (1994), desde o período colonial as formações em Direito, Medicina e Engenharias também fizeram parte deste tecnicismo do patamar burocrático e do gesto de separar e impedir reuniões estava “já lá”, produzindo sentido alhures.

Por isso, analisamos também de que forma em período concomitante e pouco anterior à promulgação e revogação destas portarias este mesmo governo torna mais complexo o jogo discursivo entre as posições discursivas em questão.

Indo mais adiante, podemos recuperar outros articuladores no nível da formulação e do interdiscurso desta *antecipação das representações do receptor* acerca do *objeto imaginário* (ciência). Em outras palavras, para além de nosso quadro 1, temos também já na campanha presidencial e no primeiro ano de governo Bolsonaro, alguns dizeres tais como:

- (4) E nas Universidades...você vai na questão da pesquisa...é...você não tem...poucas Universidades tem pesquisa...e dessas poucas...aí, a grande parte...tá na iniciativa privada como a Mackenzie em São Paulo quando trata do grafeno (retirado de Endrigo política, Bozo contra as Universidades públicas!, 14/4/2019, <https://www.youtube.com/watch?v=edv6EINvAew>, acesso em 17/8/2020)
- (5) Governo Bolsonaro: cinco perguntas sobre o corte das bolsas de pós-graduação Júlia Dias Carneiro Da BBC News Brasil no Rio de Janeiro, 9/5/2019, retirado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48220071>, acesso em 17/8/2020

A respeito de (4), várias manifestações contrárias a esta declaração podem ser notadas em rápido acesso à mídia impressa e *online*. Em (5) temos a retomada indireta do projeto neoliberal de contingenciamento dos investimentos. Afinal, o que estes dizeres antecipam de um objeto imaginário que não engloba apenas despesas é uma redefinição da distribuição de sentidos sobre ciência e tecnologia que define a própria “linha do anzol” mencionada mais acima. O que P1-gov define e lança como cartas neste jogo de ataques às Universidades faz com que mesmo com a retirada do artigo “polêmico” da portaria 2227/2019 visto na portaria 204/2020 continuem a pulsar efeitos de interpelação sustentados do lugar de uma definição suprema de conhecimento científico vinculado ao Capital.

Esta interpelação como vimos nos quadros analisados se manifesta na linha do que Pêcheux (2016) chama de uma divisão entre uma “escrita de encaixe” (expressão do autor) como a do Direito em “[...] que nada do que existe fique sem nome” (p.233). Estas nomeações “adequadas e ideais” (expressão nossa) garantem por meio de recursos lingüístico-discursivos o espaço preciso de controle da interpretação da posição-discursiva de governo (P1-gov) que, em resumo, estabelece uma garantia de centralidade entre sujeito e sentido, como se não houvesse nuances entre as contingências da realidade e o porvir das “coisas a saber” (expressão de PÊCHEUX, 1997a).

Após a publicação do artigo 55 da referida portaria 2227/2019, em carta conjunta a ABC e a SBPC emitiram o que chamaram de “considerações” que, numeradas de 1 a 7 finalizam com “A Portaria do MEC inibe a interação entre os pesquisadores brasileiros, prejudica a internacionalização e o protagonismo da ciência e da tecnologia nacionais. Urge revisá-la.”

Este fechamento retroage com vários “esclarecimentos” que aparecem na carta em questão em uma sequência de tópicos aqui denominados de “objeto” de discurso (quadro 3). Elaboramos um quadro síntese para que possamos materializar mais adiante o que está em jogo na P2- UA. O objetivo do quadro é meramente mostrar uma pré-análise a partir da seleção feita de alguns significantes

considerados caros a cada item. A partir do quadro 1 acerca das “expressões” e “formações imaginárias”, chegamos ao seguinte quadro síntese extraído da carta base para a configuração de P2-UA.

Item	Objeto de discurso	O que significa
1	“agências de pesquisa e os pesquisadores brasileiros”	“melhorar a qualidade da ciência feita no Brasil”
2	“reuniões científicas”	“apresentam e discutem com colegas seus novos trabalhos”; “é condição necessária para o desenvolvimento científico e tecnológico do país”
3	“conhecimento científico”	“cientistas que, embora reunidos em torno de um tema, trabalham em projetos e subáreas distintas”
4	“formação do jovem pesquisador”	“requer que, desde cedo, ele participe de congressos científicos”
5	“sociedades científicas”	“inviabilizará suas reuniões anuais”
6	“conhecimento e a informação”	“Impacto significativo na vida das pessoas”; “[...] no papel da universidade e das instituições de ensino, pesquisa, extensão, tecnológicas e de inovação no mundo globalizado”
7	“Risco iminente”	“para missões bilaterais e grandes colaborações internacionais”

QUADRO 3 - Recortes da Carta da ABC em conjunto com SBPC.
 Fonte: Carta da ABC em conjunto com SBPC, *Jornal da Ciência*, SBPC, 7/2/2020.

Em outras palavras, o $I_{P1-gov}(R)$, ou seja, o ponto de vista de A (governo) sobre R (ciência) é que a participação em “eventos” não ultrapassará “um máximo” a não ser em “caráter excepcional”. Esta marcação mobiliza em P2-UA os dizeres do quadro 3 acima.

Os sete pontos acima elencados e que marcam $I_{P2-UA}(R)$ significa que as entidades reafirmam seu compromisso com uma ciência “comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico do país” em “um mundo globalizado” (quadro 3). Mas que ciência é esta? O que este processo de significação ao nível do intradiscurso oculta em termos de dizeres anteriores?

Ao tomarmos o pressuposto de que o sujeito se identifica com a FD que o assujeita vemos que, aparentemente des-identificado com as FDI (investimento), o sujeito de P2-UA, ao significar ciência “comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico do país”, traz implicitamente que nem toda ciência teria este compromisso. Ao indicar que do ponto de vista do “conhecimento e informação” haverá “impacto significativo” nas “instituições de ensino, pesquisa, extensão, tecnológicas e de

inovação no mundo globalizado” se filia à FDI e ao pacto e enlace de sentidos dominantes das portarias 343/2005 e 1122/2020 e ratifica o que procuravam combater nas 2227/2019 e 204/2020.

Isto porque, como recuperamos parcialmente em nossa análise, antes mesmo do embate discursivo aqui analisado por meio das portarias e da carta conjunta, as pró-reitorias foram incentivadas a tratar de ciência em termos de tecnologia e inovação.

Podemos cotejar que a carta indicia um sujeito estrategista (cf. PÊCHEUX, 1997b), posto que estranha o sentido e contorna o assujeitamento, mas que não dá conta de se destituir por uma des-identificação (PÊCHEUX, 1988) da FDI em questão. Como quisemos mostrar, a portaria 2227/2019 provoca efeitos de sentido porque sustenta uma “instauração de discursividades” (cf. expressão de ORLANDI, 2001).

Deste modo, as posições-sujeito P1 e P2 são definidas pelos sentidos anteriores definidos nas portarias e, por conseguinte, pela discriminação de FI e FDs vista no quadro 2 a que se filiam os dizeres do cotidiano (1) a (5). Neste ponto, ambas (P1 e P2) se filiam às FDs do quadro 2 e à FI_{CT}.

Uma das questões a serem investigadas poderia ser sobre os mecanismos de silenciamento, seja da publicação do artigo 55 na portaria 2227/2019, seja de sua retirada. Defendemos que sua retirada não estanca os diversos ataques, sobretudo, às áreas de Letras e Humanidades, ataques estes aqui em parte demonstrados pela análise de uma FI_{CT} e das FDI e FDS.

Para estas questões não temos respostas definitivas, mesmo porque

[...] O sujeito, em AD, é ou uma máscara (um lugar vazio) na qual um indivíduo indefinido molda sua voz, uma voz impessoal em que as regras da sintaxe e os olhos da significância operam sobre um puro conteúdo, ou um “locutor coletivo”, o que reduz a realidade social dos discursos à existência de aparelhos homogêneos, sujeitos plenos de seus discursos” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 45, aspas dos autores)

Nas portarias e nos dizeres do cotidiano veiculados na imprensa e aqui analisados, a ilusão de operar sobre este “puro conteúdo” e ao mesmo tempo fazer parecer que reflete diretamente um “locutor coletivo” (expressões dos autores) enverga para um reducionismo da realidade social preocupante porque aposta que as questões da condição humana traduzidas em nossas problemáticas sociais seriam resolvidas pelo desenvolvimento e aplicação de tecnologias em larga escala. Por outro lado, vemos o agravamento de diversos problemas ambientais, de educação, saúde, distribuição de renda, mobilidade urbana que tem trazido sofrimento à população de natureza variada, sobretudo, porque tem se apresentado de forma fragmentada e com um tipo de descontinuidade que põe em xeque a própria existência de Políticas Públicas.

Por meio de uma vasta pesquisa composta por um *corpus* formado por artigos científicos da área de biológicas, Coracini (2007) desconstrói o mito da neutralidade científica e coloca em questão o sujeito como leitor (intérprete) e o valor subjetivo do discurso da ciência. Ao analisar a enunciação, o uso de conectivos e as modalidades em uma perspectiva discursiva a autora a todo momento debate a relação entre ciência e política do ponto de vista das crises de ambos os campos. E afirma que “[...] a crise política reduz o papel das instituições vigentes, assim como na ciência a crise reduz o desempenho de um determinado paradigma. Quanto mais se aprofunda a crise, mais diverge a opinião pública” (CORACINI, 2007, p.46).

Acredito que a autora não quis indicar uma equação de variáveis inversamente proporcionais ao descrever este cenário. Esta observação coaduna com um caminho de análise aqui traçado que é o da análise da composição de um mosaico de portarias que, publicadas em um frenesi sintomático, parece não tanto contornar a crise vivida pela relação entre Capital e conhecimento científico, mas reivindicar e defender uma posição-sujeito (aqui denominada Plgov) que lança mão de medidas descontinuadas, sem planejamento e projeto político-científico definido, em nome de plataformas de ataque e desconstrução ao papel das entidades.

Este tino para o “embaralhamento das cartas do jogo” (expressão nossa) somente desarticula parte do legado de um patrimônio conquistado por entidades brasileiras ao longo de décadas. Em se tratando de sintoma, temos a crise do legado simbólico do Nome-do-Pai que enquadra um imaginário cujo espelhamento para os diversos setores acadêmico-científicos de desvirtuamento de seus projetos com foco no bem-estar social.

Sem reunião, debate, argumentação dispostos em “comunidades científicas” não há ciência. Há que haver algo comum, mas também plural e divergente em uma dada área. Não há número definido para definir quantos possam ou devam se reunir. Daria para avisar Rembrandt de que os cientistas retratados em sua belíssima tela “Aula de anatomia” são pouco ou muito numerosos? Não, e porque há algo de enigma e de real a clamar por sentido no universo da ciência e que transborda como excesso e que é possível de ser problematizado como fizemos aqui ao abordar algumas das bases materiais do sentido dominante de uma ciência “tecnologizada”.

Considerações finais

A tentativa de engendrar sentidos hegemônicos sobre ciência e reunião científica tem na portaria 2227/2019 um eixo articulador de duas principais matrizes discursivas. A análise mostrou que os enlaces em uma rede discursiva que indica alianças entre as portarias 1122/2020 e 343/2005 sustentam os ataques ao debate científico de que resultaram a portaria 2227/2019 como a que deu “as cartas de um jogo” (expressão nossa) que longe de acabar, faz da linha do anzol que fiska o sujeito do conhecimento um emaranhado de pactos governamentais difíceis de serem furados.

E que fomentam um mal-estar à medida que reduz ciência à tecnologia e inovação e define prioridades apagando a relevância das questões de interesse público e coletivo. Um gesto decisivo deste apagamento é a exclusão da menção às Políticas Públicas na portaria 1122/2020 de modo que retroage com alguns indícios da significação de um projeto “tecnologizante” já visto na menção à “empresa brasileira” pela portaria 343/2005. Outro ponto deste apagamento ganha respaldo no cotidiano, como vimos de (1) a (5).

As portarias 1122/2020 e 2227/2019 e 204/2020 enlaçam e formam um Pacto, pacto este que desvaloriza as Letras e as Humanidades. E esta estratégia é ratificada pela delimitação rígida de prioridade

(mesmo que nesta definição haja “furos”, como a deriva ao definir o “sustentável”) ratificada pela portaria 1819/2020. Que “homem de letras” (expressão de PÊCHEUX, 1997b) é este que está porvir?

A decorrência da análise do *corpus* aqui apresentado mesmo considerando outras interpretações possíveis é relevante porque indica que parte do apagamento do processo em questão permite aventar hipóteses de outros *corpora* e análises que contribuam também para acompanhar os mecanismos e a circulação de discursos sobre ciência, principalmente como pulverizados ao longo do cenário atual de pandemia da COVID 19.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro/RJ: Contraponto. 1ª reimpressão, 1999. PP. 145-153.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Portaria MCT n 343, de 12 de maio de 2005. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MCT n 2227, de 31 de dezembro 2019. Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do país e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Ministério da Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MCT n 204, de 6 de fevereiro de 2020. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Portaria MCT n 1112, de 19 de março de 2020. Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Portaria MCT n 1819, de 23 de abril 2020. Aprova os parâmetros de aplicação dos recursos e os limites máximos anuais de recursos para as operações especiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, propostos pela Resolução nº 4/2020/SEI-MCTIC, de 16 de abril de 2020, da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. 2ª. ed. Campinas/SP: Pontes. 2007. 212p.

COURTINE, J.J. Déconstruction d'une langue de bois. in: COURTINE, J.J. *Corpus et discours : éléments d'histoire des pratiques langagières et expressives*. 1989. pp. 30-59. Présentation de dossier de Thèse d'État sur travaux. Nanterre : Universidade de Paris X-Nanterre.

COURTINE, J.J.; MARANDIN, J.M. Que objeto para a Análise do Discurso? in.: COHEIN, B. et all (orgs.). *Materialidades discursivas*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP. 2016. p. 33-54.

GINZBURG, C. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História. São Paulo/SP: Cia das Letras, 1989. 139p.

SOCIEDADE Brasileira para o Progresso da Ciência, *Após manifestação das entidades científicas, MEC revoga portaria 2227*, Daniela Klebis, edições, 6328, 7 de fevereiro de 2020.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação*. 2ª. ed. São Paulo/SP: Cortez. 1994.

ORLANDI, E.P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas/SP: Pontes. 2001.

ORLANDI, E.P. Nota introdutória à edição brasileira. In.: CONEIN, B. et all (orgs.). *Materialidades discursivas*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2016. p. 9-16.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 1. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1988. 298p.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993. p. 61- 161.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou acontecimento?* Campinas/SP: Pontes, 1997a. 68p.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Em: ORLANDI, E.P. (org.). *Gestos de Leitura: da História no discurso*. Campinas/SP. Ed. da UNICAMP, 1997b. p. 55-67.

PÊCHEUX, M. As ciências humanas e o “momento atual”. In E.P. ORLANDI. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por E.P.Orlandi*. Campinas: Pontes. 2014, p. 175-202.

PÊCHEUX, M. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. in.: COHEIN, B. et all (orgs.). *Materialidades discursivas*. Campinas/SP: Ediora da UNICAMP, 2016. p. 227-236.

ENSAIO TEÓRICO

"Isso é uma gripezinha" – o Brasil em diminutivo

Eduardo Alves RODRIGUES 

Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP)

Cármem AGUSTINI 

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Luiza Castello BRANCO 

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS)

Renata Chrystina Bianchi de BARROS 

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Suzy Lagazzi (UNICAMP)
- Aracy Ernst (UFPEL)

SOBRE OS AUTORES

- Eduardo Alves Rodrigues
Escrita – análise e edição.
- Cármem Agustini
Escrita – análise e edição.
- Luiza Castello Branco
Escrita – análise e edição.
- Renata Chrystina Bianchi de Barros
Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 24/10/2020
- Aceito: 17/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Rodrigues, E. A.; Agustini, C.; Branco, L. C.; Barros, R. C. B. (2020). "Isso é uma gripezinha" – o Brasil em diminutivo. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 310-330, 2020.

RESUMO

As reflexões e as análises produzidas neste artigo derivam de um gesto de leitura filiado à Análise de Discurso sobre um arquivo constituído a partir de recortes midiáticos de circulação nacional e internacional. Analisamos nesse arquivo o funcionamento ideológico das formas discursivas – tais como "isso é uma gripezinha", "Eu sou, realmente, a constituição" e "E daí?" – que materializam a produção do "Brasil em diminutivo". Esse funcionamento estabiliza o universo semântico no qual se articulam sentidos de (des)compromisso com sujeitos, com espaços, com instituições, enfim, com trajetórias históricas, se ritmando por um trabalho partitivo em detrimento do coletivo, ou seja, esse funcionamento (re)produz uma política governamental que vai contra aquilo que seria próprio a um estado de direito: a responsabilidade com a(s) coletividade(s). Esse funcionamento ideológico que produz como uma de suas evidências "o Brasil em diminutivo" acirra a polaridade política, expondo a contradição de um governo que se retroalimenta pela prática da mistura entre evidência e absurdo, (re)produzindo formas totalitárias de poder e de dizer. A compreensão desse funcionamento torna visível, ainda, que, ao ser impactada discursivamente pela diminuição das questões sociais brasileiras, a cena política de hoje, no Brasil, é determinada pelo jogo político que (de)nega, silencia e censura as

condições reais nas quais e por meio das quais a(s) coletividade(s) se (de)bate(m), demandando o reconhecimento de sua existência.

ABSTRACT

The reflections and analyses produced in this article derive from a reading gesture affiliated with Discourse Analysis on an archive constituted from national and international media clippings. We analyzed in this file the ideological functioning of some discursive forms – such as "this is a little flu", "The constitution is me" and "So what?" – that materializes the way "Brazil in diminutive" is produced. This functioning stabilizes the semantic universe that articulates meanings of (dis)commitment with subjects, with spaces, with institutions, in short, with historical paths, pacing itself by a partitive work instead of the collective, in other words, this functioning (re)produces a government policy that goes against what would be proper to a rule of law: responsibility to the collectivity(ies). This ideological functioning that produces as one of its evidences "Brazil in diminutive" heightens political polarity, exposing the contradiction of a government that feeds on the practice of the mix between evidence and absurd, (re)producing totalitarian forms of power and of saying. The understanding of this functioning makes it visible that, for being discursively impacted due to the reduction of Brazilian social issues, today's political scene in Brazil is determined by the political game that denies, silences and censors the real conditions in which and through which the collectivity(ies) strike(s) and struggle(s), demanding recognition of its existence.

PALAVRAS-CHAVE

Ideologia. Brasil. Diminutivo. Coletividade. Política.

KEYWORDS

Ideology. Brazil. Undersizing. Collectivity. Politics.

Uma homenagem ao amigo, e grande analista de discurso,
José Simão da Silva Sobrinho,
quem sempre nos interpela, pela interlocução, também como analistas.

No Meio do Caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

Carlos Drummond de Andrade,
Revista de Antropofagia (1928)

Como pudemos acreditar que nossa sociedade mudou?
Está tudo aí.
José Simão da Silva Sobrinho

Introdução

Neste artigo, partimos da metáfora "no meio do caminho tinha uma pedra" (DRUMMOND, 1928) para analisarmos o processo discursivo que produz, na mistura da evidência e do absurdo, a narrativa do "Brasil em diminutivo". Como veremos, essa narrativa domina os sentidos que (des)estabilizam a cena (política) brasileira hoje. Veremos, também, como esse processo discursivo determina diferentes movimentos – disputas, deslizamentos, (des)alinhamentos – de sentidos, torcendo, no tempo-espaço histórico do jogo político-simbólico-ideológico, a conformação do prisma social brasileiro.

1. No meio do caminho tinha... uma "gripezinha"¹, talkei²

O poema de Drummond, na condição de discurso, torna efeito uma atualidade. Para a cena (política) brasileira de hoje, sua leitura faz ressoar os obstáculos que sequestram um horizonte polissêmico para o percurso histórico de formação da nação brasileira – disso resulta que tal percurso nos é apresentado pela monossemia de uma discursividade hegemônica que descreve o país como uma "democracia que se encontra em desenvolvimento". Ao afirmarmos isso, uma advertência ressoa como necessária: a formulação aspeada – o *Brasil é uma democracia que se encontra em desenvolvimento* – (re)atualiza um discurso transverso³ que fornece/replica um saber historicizado dominante que direciona o modo como o percurso histórico de formação da nação brasileira é (re)inscrito tanto na memória da evidência da *democracia* quanto na memória da evidência do (*em*) *desenvolvimento*. É esse funcionamento que sustenta formulações como "a democracia retorna ao Brasil na década de 1980 com o fim do período da ditadura" ou "não podemos deixar o Brasil se tornar uma Cuba", "nossa frágil democracia está em risco", "o desenvolvimento econômico brasileiro garante o bem estar da população", "por que o Brasil é um país rico e não é desenvolvido?", "afinal, o Brasil está pronto para se tornar um país desenvolvido?". Dessa maneira, podemos compreender como os pré-construídos⁴ "democracia" e "desenvolvimento" simulam-se como referentes para "Brasil", "o país/a nação Brasil". E, se a leitura destaca a locução adjetiva "em desenvolvimento", "democracia" e "desenvolvimento" contraem relação com um sentido de futuridade e simulam-se como referentes para "Brasil, o país do futuro". Assim advertidos, apoiamo-nos novamente no poema de Drummond.

¹ Segundo reportagem publicada na revista Carta Capital [Saúde], o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em pleno período pandêmico do SARS-CoV-19, referiu-se à covid-19 como "gripezinha" ao menos duas vezes. A primeira em 24 de março de 2020 em pronunciamento em rede nacional. Dias depois, afirmou, sem qualquer base em pesquisas científicas, que para 90% da população brasileira os efeitos da contaminação pela covid-19 seriam parecidos com uma "gripezinha", ou até mesmo que os efeitos da doença não seriam percebidos (cf. Carta Capital, edição de 16 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/coronavirus-como-o-brasil-virou-exemplo-negativo-no-mundo/>. Acesso em: set. 2020)

² "Talkei" é, nas discursividades que compõem o arquivo analisado neste trabalho, uma forma material que retorna repetidamente sobre o fio do dizer do atual Presidente da República. *Veja* (06 de janeiro de 2019) também identifica essa regularidade que aparece nos dizeres dele no "fim de todos os assuntos, [...]", e a interpreta como uma "expressão para certificar que a pessoa com quem ele fala está entendendo e, também, para ele conseguir completar a linha de raciocínio sem conseguir se perder" (cf. <https://veja.abril.com.br/politica/glossario-de-bolsonares-para-entender-o-novo-governo/>; acesso em out. 2020). Mais adiante, explicitamos, numa perspectiva discursiva, efeitos históricos que tal regularidade pode produzir.

³ Discurso transverso é um mecanismo de funcionamento discursivo que materializa o retorno do interdiscurso sobre o dizer, colocando em jogo relações de discrepância entre domínios do pensamento de modo a simular "uma evocação sobre a qual se apoia a tomada de posição do sujeito" (PÊCHEUX, 1995, p. 125). O discurso transverso incide sobre o dizer pelo mecanismo do encaixe/articulação de um saber/de saberes, produzindo como efeito o intradiscurso.

⁴ Pré-construído é um mecanismo de funcionamento do interdiscurso que "dá seu objeto ao pensamento sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência" (PÊCHEUX, 1995, p. 111). O pré-construído é encaixado/articulado no dizer sob a forma de uma "discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado 'antes, em outro lugar, independentemente'" (PÊCHEUX, 1995, p. 156).

Na condição de discurso, o poema faz funcionar uma prática de linguagem que materializa uma prática ideológica que é simbólica e histórica. Como prática ideológica, o poema (re)produz, entre outras, a evidência elementar de que o caminho, *qualquer que seja ele*, "encontra" suas "pedras". Trata-se de assumir, no modo como (re)lemos o poema, o "caminho" como o tempo-espaço político-simbólico em que o social – a realidade brasileira – se desdobra como sentido(s) possível(eis). O processo histórico que escreve esse caminho é marcado por sequestros que, no poema, lemos como "pedra(s)". É partindo dessa metáfora – *no meio do caminho tinha uma pedra* – que procuramos analisar/compreender o processo discursivo que produz a narrativa "o Brasil em diminutivo" na dispersão das redes de sentido que significam a cena (política) brasileira de hoje.

O poema se configura, assim, como um espaço possível a (re)leituras do social. Com Benveniste (2011), consideramos que a leitura do poema, como leitura de uma forma discursiva, oportuniza a seu leitor olhar o mundo por outras perspectivas, ou seja, oferece condições de leitura a outras formas discursivas que procuram (des)estabilizar seu(s) sentido(s). Nessa medida, o poema de Drummond não funciona como chave de leitura da realidade social brasileira atual. Aqui evocado, ao contrário, faz funcionar uma fissura no campo prismático que se (con)forma no e pelo movimento das articulações discursivas que determinam como a realidade brasileira atual pode/deve significar.

É desse modo que o poema, como ponto de metáfora, permite o jogo discursivo no qual "o Brasil em diminutivo" pode ser lido como uma torção metafórica de "o Brasil do Bolsonaro", ou seja, nesse ponto de metáfora, as narrativas "o Brasil em diminutivo" e "o Brasil do Bolsonaro" se torcem uma na outra, contraindo relações de sentido(s): a sintagmatização se torce no modo como ela evoca equivocadamente o interdiscurso⁵. Essa torção metafórica se torna visível na e pela sintagmatização do jogo parafrástico que (re)inscreve uma repetição que dissimula a produção do diferente no mesmo. Essa repetição torna visível também uma discrepância entre o enunciado e sua paráfrase, entre uma narrativa e outra (sua paráfrase), por meio da qual outras articulações discursivas ganham corpo e significância.

"o Brasil em diminutivo" "o Brasil do Bolsonaro"

"o Brasil do Bolsonaro" "o Brasil em diminutivo"

"no meio do caminho tinha uma pedra" "tinha uma pedra no meio do caminho"

"tinha uma pedra no meio do caminho" "no meio do caminho tinha uma pedra"

Entre uma paráfrase e outra, podemos ler a produção das seguintes relações de sentido: "O Brasil do Bolsonaro é o Brasil em diminutivo" e "Bolsonaro diminui o Brasil"; "O Brasil se diminui/é diminuído, se reduz/é reduzido no e pelo governo do Bolsonaro". Essas relações são assim evocadas introduzindo "sub-repticiamente [sic] um novo 'pensamento'" (PÊCHEUX, 1995, p. 111), e, nas palavras

⁵ Pêcheux (1995, p. 215) define interdiscurso como aquilo que "determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos 'em plena liberdade'". O interdiscurso, portanto, determina no discurso o processo histórico e ideológico de identificação-interpelação do sujeito com determinada(s) região(ões) de sentido, e corresponde, nas palavras do autor, ao "todo complexo com dominante" das formações discursivas" (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

de Leibniz (*apud* PÊCHEUX, 1995, p. 111), "muitas vezes elas não dizem nada de novo, mas nos fazem pensar corretamente naquilo que sabemos". Logo, pensamos na seguinte articulação possível: o *Brasil do Bolsonaro não constitui um novo Brasil*.

Assim, ambas as narrativas – "O Brasil em diminutivo" e "o Brasil do Bolsonaro" – fazem retornar nessa discrepância parafrástica a repetição como funcionamento discursivo que (des)estabiliza sentido(s) na e para a cena (política) brasileira atual. Nesse funcionamento, o interdiscurso se dobra fazendo movimentar a significação de ambas as narrativas, de modo que, se uma se reporta/é reportada à outra, o sentido desdobra sua contraface, o *nonsense*, expondo o olhar leitor à evidência do não-um do sentido como efeito. Portanto, por essa dobra interdiscursiva, em que a interpelação ideológica se torce à sua contraface incontornável (o inconsciente), o um do sentido, desdobrado da leitura parafrástica entre as referidas narrativas, indicia a "mistura surpreendente de absurdo e de evidência, e esse retorno do estranho no familiar" (PÊCHEUX, 1995, p. 155).

Por dobra interdiscursiva compreendemos⁶ um mecanismo de retorno do interdiscurso no discurso, que se diferencia dos efeitos de pré-construído (que produz o efeito de anterioridade de um saber no dizer) e de discurso transversal (que produz o efeito de sustentação de um saber no dizer), porque, no e pelo movimento histórico de dobra do interdiscurso (o interdiscurso dobra-se sobre o dizer e sobre o processo que o constitui), há a (re)produção do efeito de quebra do um do sentido, por onde irrompe um sentido outro, de tal modo que se flagra ali, ao mesmo tempo, o não-um do sentido e a abertura do dizer a outras articulações discursivas.

Desse modo, o um do sentido se esgarça abrindo-se ao não-um do sentido (em sua condição de *nonsense*), oferecendo lugar de acolhimento ao estranho familiar, ou seja, acolhimento a sentidos que irrompem no fio do discurso provocando efeito de estranhamento àquilo que parecia significar como familiar. Nessa direção, no batimento entre as narrativas "O Brasil em diminutivo" e "o Brasil do Bolsonaro", o estranho familiar se desdobra no fio discursivo indiciado, entre outras, nas seguintes formulações recortadas: (1) do slogan de campanha à Presidência⁷; (2) do discurso de Bolsonaro nos Estados Unidos durante cerimônia em que ele recebeu o prêmio de Personalidade do Ano, oferecido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos⁸; (3) da interpelação a um repórter na

⁶ Essa forma de nomear e compreender o funcionamento deste mecanismo advém, inicialmente, de uma experimentação teórica desenvolvida em Agustini (1999). Neste trabalho de 1999, a partir de um olhar localizado desse funcionamento no fio discursivo ali em análise, dobra interdiscursiva foi definida como efeito de sentido produzido num processo ininterrupto que inscreve um modo de determinação do intradiscurso pelo interdiscurso. No presente trabalho, o olhar sobre tal funcionamento procura dar consequências ao modo como o mecanismo da dobra interdiscursiva determina de maneira mais abrangente as relações entre os discursos e seus efeitos.

⁷ Fonte: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-05-16/nos-eua-bolsonaro-diz-que-esquerda-tomou-universidades-e-erra-proprio-slogan.html>. Acesso em 13 out. 2020.

⁸ Fonte: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-05-16/nos-eua-bolsonaro-diz-que-esquerda-tomou-universidades-e-erra-proprio-slogan.html>. Acesso em 13 out. 2020.

portaria do Palácio do Planalto quando perguntado sobre as mortes de brasileiros pela covid-19⁹; e (4) do discurso a apoiadores após ato pró-golpe militar em Brasília¹⁰.

- (1) "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos."
- (2) "Brasil-Estados Unidos acima de tudo. Brasil acima de todos."
- (3) "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre."
- (4) "Eu sou, realmente, a Constituição."

A formulação (2) parafraseia a formulação (1). Nessa perspectiva, "Brasil" está para "Deus" em uma relação metafórica. Se considerarmos as formulações (3) e (4), é possível dizermos que, por relação metonímica, "Messias" parafraseia simultaneamente "Brasil" e "Deus", de tal modo que se torna possível formular: (5) Messias acima de tudo, Messias acima de todos. Esta formulação (5) cauciona a formulação (4), funcionando como um discurso transversal que sustenta a mistura entre o absurdo e a evidência de (6) "Bolsonaro acima de tudo, Bolsonaro acima de todos", já que "Bolsonaro" parafraseia "Messias", assim como é parafraseado por "a Constituição" na formulação (4). Com base na exposição desse jogo de relações metafóricas e metonímicas, podemos desdobrar das paráfrases (1) a (6) a compreensão de que, no batimento entre as narrativas "O Brasil em diminutivo" e "O Brasil do Bolsonaro", o *Brasil em diminutivo* é o *Brasil do Bolsonaro*, ou seja, esse jogo coloca em cena a interpretação segundo a qual o país encontra-se "diminuído" a Bolsonaro. Assim, sustenta-se a articulação histórica que retroalimenta, pela prática sub-reptícia da mistura surpreendente entre evidência e absurdo, a (re)produção de formas totalitárias de poder e de dizer que procura dominar a atual cena (política) brasileira.

Com base no que acabamos de expor, entre as formulações (1) e (2), o jogo de inscrição do estranho familiar no fio discursivo que significa o totalitarismo se marca, materialmente, quando, sub-repticiamente, "Brasil" na formulação (2) toma o lugar de "Deus" na formulação (1). E, por conseguinte, "Messias" na formulação (3) toma o lugar de "constituição" na formulação (4) e o lugar de "Brasil" na formulação (5). Na formulação (6) "Bolsonaro acima de tudo, Bolsonaro acima de todos", podemos ler a forma do estranho familiar autorizando a dobra interdiscursiva a materializar-se em fios discursivos que se enovelam nas e pelas formulações (1), (2), (3), (4) e (5), configurando, assim, o novelo que produz a tessitura histórica entre "O Brasil em diminutivo" e "o Brasil do Bolsonaro". É esse mesmo funcionamento que permite a compreensão de como se estabiliza também nessa

⁹ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em 13 out. 2020.

¹⁰ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>. Acesso em 13 out. 2020.

tessitura a significação de Bolsonaro como "mito", tomado como "salvador do Brasil"¹¹, efeito de evidência que ancora a identificação à narrativa "o Brasil do Bolsonaro". Também é assim que aqueles que estão contraidentificados a esta narrativa a significam como "O Brasil em diminutivo".

No processo de identificação ideológica, compreendemos que se instaura um jogo de (contra)identificação. Sobre os três modos de inscrição dos sujeitos em formações discursivas e formações ideológicas, segundo Pêcheux (1995), identificação, contraidentificação, desidentificação, ou seja, sobre as três modalidades de funcionamento subjetivo, de formas de (des)dobramento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, compreendemos que esses três modos também constituem formas de resistência e de deslocamento possíveis. Isso porque o espaço-tempo dos processos históricos de produção de sentidos e de sujeitos é múltiplo e contraditório, havendo aí, por isso, espaços de manobras entre essas formas e os movimentos histórico-políticos que as determinam. Em nossa análise, constatamos formas de identificação e contraidentificação à formação discursiva capitalista, e compreendemos, em análise, que o movimento de desidentificação demandaria uma mudança radical da forma histórica sujeito universal da formação capitalista, o que em nossa formação social atual não se coloca. Ressaltamos, ainda, que esses modos de inscrição não se dão sem considerar o inconsciente (e suas formações) – "a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura" (PÊCHEUX, 1995, p. 300) – uma vez que esse insabido trabalha pelo esquecimento no batimento sentido/nonsense, no batimento o um do sentido/o não-um do sentido no sujeito cindido em seu modo de resistir, de se mover, de se constituir, de (sobre)viver.

Nessa direção, a identificação à narrativa "o Brasil do Bolsonaro" se dá na e pela (re)produção dessa evidência como familiar e, por isso, o Brasil discursivamente referido na narrativa "o Brasil em diminutivo" ganha sentido, naturalizando-se como efeito: o *Brasil reduzido a Bolsonaro* é significado como possível/desejável para aqueles aí identificados. O que se naturaliza nessa leitura como uma implicação lógica é: *se (com) Bolsonaro, então redução drástica do Estado*, o que, por sua vez, se sustenta sobre a primazia do capital (do econômico) sobre o social. Essa implicação lógica funciona discursivamente sustentando a posição que o atual presidente assume ao afirmar, por exemplo, em mensagem enviada ao Congresso Nacional em 03 de fevereiro de 2020 que: "necessitamos **reduzir** o Estado gigantesco, lento e oneroso" (negrito nosso)¹². Logo, é possível considerarmos que o ponto

¹¹ A leitura desse efeito faz ressoar a historicidade na qual se inscreve a narrativa "Collor: o caçador de marajás" (cf. GONTIJO; TOZATTO; CUNHA; LEMOS, 2005), quando, em 1989, o ex-Presidente Fernando Collor de Mello se apresentava também como outro salvador da pátria brasileira ao prometer em campanha que exterminaria a corrupção no país. Essa discursividade que associava a Collor também o pré-construído de "mito", por outros caminhos, sustentou de algum modo a eleição do atual presidente e sua falácia sobre o combate à corrupção (a este respeito, pode-se recorrer à leitura da reportagem "Na contramão do discurso eleitoral, Bolsonaro sufoca estrutura de combate à corrupção" (BRASIL DE FATO [Política, online, por Cristiane Sampaio], 2019)).

¹² Fonte: <https://jornaldebrasil.com.br/politica-e-poder/ao-congresso-bolsonaro-cita-necessidade-de-reducao-de-estado-gigantesco/>. Acesso em 13 out. 2020.

de identificação aí em jogo e em questão é a identificação com um projeto de governo que promove a redução do Brasil, uma identificação, em última instância, ao capital como evidência inequívoca¹³.

De outro modo, a contraidentificação à narrativa "o Brasil do Bolsonaro" se dá na e pela (re)produção do estranho como evidência e, por isso, o Brasil discursivamente referido na narrativa "o Brasil em diminutivo" pode ser interpretado como absurdo, naturalizando-se também como efeito: o *Brasil reduzido a Bolsonaro* é significado, para aqueles aí contraidentificados, como algo que expõe a indissociabilidade entre a compreensão e a não-compreensão, sendo o objeto do estranhamento a produção/irrupção daquilo que seria indizível, impensável, infactível, porque absurdo. O que se naturaliza nessa leitura como uma implicação lógica é: se (com) Bolsonaro, então "Tá na merda, porra!..."¹⁴, o que, por sua vez, se sustenta sobre a primazia do coletivo/público sobre o particular/privado. Essa implicação lógica funciona discursivamente sustentando uma posição de oposição àquela do atual presidente quando este declara, por exemplo, em reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020 que:

Mas é a putaria o tempo todo pra **me** atingir, mexendo com a **minha** família. Já tentei trocar gente da segurança nossa no Rio de Janeiro, oficialmente, e não consegui! E isso acabou. **Eu não vou esperar foder a minha família toda, de sacanagem, ou amigos meu**, porque **eu não** posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence a estrutura nossa. Vai trocar! Se não puder trocar, troca o chefe dele! Não pode trocar o chefe dele? Troca o ministro! E ponto final! **Não estamos aqui pra brincadeira.** (negrito nosso)¹⁵

Logo, é possível considerarmos que o ponto de contraidentificação aí em jogo e em questão é a contraidentificação ao projeto de governo que promove a redução do Brasil, o desprezo da coletividade (como se o outro – o diferente, o "eles" – não precisasse existir), a usurpação do público, uma contraidentificação, em última instância, ao capital como evidência inequívoca.

Mais uma vez, recorrendo ao jogo discursivo que (re)inscreve a tensão entre o estranho e o familiar no fio discursivo que significa o totalitarismo, a formulação (4) "Eu sou, realmente, a Constituição" faz ressoar os efeitos da torção metafórica que subjagam a governabilidade – as condições

¹³ Ao modo como o poema nos permite a leitura do social, da mesma forma, pensamos que a anedota faz esse mesmo movimento, já que seu funcionamento permite "colocar em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio" (PÊCHEUX, 1995, p. 301). Ou seja, pela anedota compreendemos a dobra interdiscursiva em seu efeito de mostrar o ponto de metáfora em que o absurdo reaparece sob a evidência: no palanque, o lobo candidato à presidência se dirige à plateia de ovelhas que se mostra(m) impressionada(s) pela sinceridade com o que o político candidato enuncia dizendo: "vou comer todas vocês, quando for eleito". Ao que duas ovelhas comentam entre si: "como ele é corajoso de dizer o que pensa!" Essa anedota circula sob a forma de charge pelo menos desde 1932 (cf. em <https://twitter.com/arielpalacios/status/1264729972725420032> e em https://lowres.cartooncollections.com/politics-sheep-wolves-admiration-tells_it_like_it_is-politics-CC143387_low.jpg; ambos os links acessados em out. de 2020).

¹⁴ Essa expressão "Tá na merda, porra!" foi dita por Bolsonaro durante reunião ministerial de 22 de abril de 2020, ao se referir ao isolamento social, recomendado pela OMS – Organização Mundial da Saúde –, como ação necessária ao combate à pandemia de Covid-19 (cf. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/bolsonaro-diz-que-pior-que-furar-isolamento-e-passar-fome-ta-na-m.htm>; acesso em out. 2020).

¹⁵ Transcrição de gravação audiovisual da Reunião Ministerial de 22 de abril de 2020, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nfgv7DLdCqA>; acesso em 30 de maio de 2020.

de existência do Brasil – ao paradigma de uma empresa familiar, um governo que se volta para os interesses particulares de uma única *família*, que, ao reduzir drasticamente o Estado, silencia os modos pelos quais a coletividade se (de)bate demandando o reconhecimento de sua existência. Dessa maneira, podemos compreender que, em quaisquer das narrativas – "o Brasil em diminutivo" e "o Brasil do Bolsonaro" –, o sentido de coletividade não *pega*.

Como ensinado por Benveniste (2011), a leitura do poema oportuniza ao leitor olhar a cena (política) brasileira atual com lentes diferentes. É assim que o poema oferece condições de leitura tanto à narrativa "o Brasil do Bolsonaro", quanto à narrativa "o Brasil em diminutivo". A narrativa "o Brasil do Bolsonaro" leva a significar "Bolsonaro" como "mito". Nesta direção dos sentidos, Bolsonaro é metaforizado por "salvador", de tal modo que "gripezinha" se torna interpretável como "pedra no meio do caminho" do "salvador", daquele que precisa "reduzir o Estado" para *garantir* a economia e, assim, *garantir-se* nesse lugar. A narrativa "o Brasil em diminutivo", por sua vez, leva a significar "Bolsonaro" como "pedra". Nesta direção dos sentidos, Bolsonaro é metaforizado por "gripezinha", de tal modo que Bolsonaro se torna interpretável como uma "pedra no meio do caminho" da coletividade brasileira e de sua (condição de) existência, como real absurdo, aerólito impensável e indizível.

É nesse funcionamento discursivo que a cena (política) brasileira atual desdobra-se instaurando certo efeito de polarização: ou se está com Bolsonaro ou se está contra Bolsonaro. Esse funcionamento discursivo, que parece estabilizar os sentidos da cena (política) brasileira atual, parece também apagar a possibilidade dos entremeios, uma vez que no pensamento fascista, "o líder da nação é análogo ao pai da família patriarcal tradicional [...] que conecta a uma estrutura autoritária hierárquica" (STANLEY, 2019, p. 22) a narrativa de um "passado fictício, patriarcal, duramente conservador, étnica e religiosamente puro" (STANLEY, 2019, p. 29). Essa posição fascista é repetidamente reivindicada no discurso do presidente, haja vista o seu *slogan* de campanha/governo ("Brasil acima de tudo, Deus acima de todos"), o seu discurso em plenário da Câmara em 11 de dezembro de 2008 ("Eu louvo o AI-5"¹⁶), e, mais recentemente, o seu pronunciamento na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU – Organização das Nações Unidas – ocorrida em 22 de setembro de 2020: "O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base"¹⁷.

¹⁶ Fonte: <https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>. Acesso em 13 out. 2020. Vale lembrarmos que o quinto Ato Institucional (AI-5), promulgado pela ditadura civil-militar em 13 de dezembro de 1968, permitia punir com prisão sem direito a *habeas corpus* quaisquer ações ou comportamentos interpretados como subversivos ao governo.

¹⁷ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em 13 out. 2020.

2. "Nunca me esquecerei desse acontecimento": encontro e pega e...

Uma vez mais, tomamos o verso de Drummond como uma lente discursiva que faz movimentar nossa leitura da cena (política) brasileira atual. Com essa lente, expomos nosso olhar leitor ao desconforto incontornável derivado da impossibilidade de tomarmos nossa questão – o *Brasil em diminutivo* – sob a redução teórica e política do real da história ao real da língua (ZOPPI-FONTANA, 2009). Essa exposição nos leva a questionar a ordem irredutível da história e faz nossa questão desdobrar-se:

Em que medida poderíamos ler "o Brasil em diminutivo", "o Brasil do Bolsonaro" constituindo um acontecimento? Em que medida essas narrativas decorrem de uma (im)previsibilidade do discurso, de uma (im)previsibilidade da história? Em que medida a evidência – o *Brasil reduzido a Bolsonaro* – toma corpo na materialidade da memória, na materialidade do esquecimento? Em que medida, uma vez tomada em seu percurso de retorno sobre o histórico, logo sobre o dizível, o interpretável, o pensável, essa narrativa, que faz ressoar sentidos de fascismo e de totalitarismo, impõe ao olhar leitor a impossibilidade de não esquecer o encontro – a pega – com o absurdo? Em que medida essa narrativa faz (não) esquecer as evidências que ela (re)produz? Em que medida esse movimento projeta um acontecimento, uma (re)inscrição na tensão entre memória e duração, na contingência determinada pela tensão entre "a falácia de encontrar um Sentido à história" (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 142) e a injunção a "não renunciar a fazer sentido(s) na história" (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 142)?

Essas questões nos levam a encarar a mistura de absurdo e de evidência, o retorno do estranho no familiar (PÊCHEUX, 1995), que lemos no batimento entre as narrativas "o Brasil em diminutivo" e "o Brasil do Bolsonaro", pela óptica do materialismo da chuva – do desvio, do encontro, da pega (ALTHUSSER, 2005). Nessa perspectiva, tanto a *evidência do absurdo* ("um presidente fascista eleito democraticamente") quanto o *absurdo da evidência* ("um presidente fascista eleito democraticamente") decorrem de um processo de produção de sentidos (de uma realidade, das realidades, de um mundo, dos mundos, conforme nos mostra Althusser (2005)) que se (re)inscreve historicamente na tensão entre contingência e necessidade cuja expressão teórica explícita como *inexplicável* a produção do sentido como efeito relacional. Inexplicável porque o sentido é produto de um encontro, que se dá, em tese, no movimento da (im)previsibilidade histórica, e que, por isso, acontece na tensão entre desvio e pega. Na perspectiva de Althusser, um átomo desvia e encontra outro átomo. Desse encontro, uma aglomeração de átomos constrói uma realidade, um mundo, um sentido, se suas relações pegam (duram). Logo, "o sentido", "qualquer sentido", é, teoricamente, inexplicável porque o encontro é da ordem do aleatório e da contingência. Portanto, a explicação do sentido é, em última instância, uma explicação tão-somente da produção de seu efeito, ou seja, das relações que um sentido *pega* com outro(s). Nas palavras do próprio Althusser (2005, p. 10-11),

que a origem de qualquer mundo, e portanto de qualquer realidade e de qualquer sentido, deva-se a um desvio, que o Desvio, e não a Razão ou a Causa, seja a origem do mundo, tudo isso dá uma ideia da audácia da tese de Epicuro. Que filosofia retomou, pois, na história da filosofia, a tese de que o *Desvio era originário* e não derivado? É preciso avançar ainda mais. Para que o desvio dê lugar a um encontro

do qual nasce um mundo, é necessário que ele dure, que não seja um "breve encontro", mas um encontro durável, que se torna, então, a base de qualquer realidade, de qualquer necessidade, de qualquer Sentido e de qualquer razão. Porém, o encontro pode também não durar e, então, não há mundo. Além do mais, observa-se que o encontro não cria nada da realidade do mundo, a não ser átomos aglomerados; pelo contrário, ele outorga sua realidade aos átomos mesmos, que, sem o desvio e o encontro, não seriam mais do que elementos *abstratos*, sem consistência nem existência; de maneira tal que se pode afirmar que *a existência mesma dos átomos só lhes advém do desvio e do encontro*, antes dos quais eles só levavam uma existência fantasmática. (ALTHUSSER, 2005, p. 10-11; grifos do autor)

No nosso modo de compreender, essa metáfora expõe o mecanismo próprio de construção do efeito de sentido – da evidência e do absurdo – como *relação a*. Em seu movimento próprio – desviante¹⁸ – um sentido encontra – e pega – outro. O efeito desse encontro significa, ressoa – dá pega – na história, ao dobrar-se sobre os sujeitos em seus discursos, isto é, no modo como encontram-se sujeitos às formações discursivas e ideológicas. Nessa direção, tanto *a evidência do absurdo* quanto *o absurdo da evidência* constituem-se como efeitos do jogo aleatório entre contingência – a ausência de causa/origem – e necessidade – o efeito da pega no processo histórico *sem origem e sem fim*. É na conjuntura histórica que significa esse jogo que a "pedra" de Drummond retorna nos expando a um real suposto como (im)previsível: a eleição democrática de um fascista. (*Como é que é?*)

Nessa conjuntura, ainda, os sentidos de ditadura, fascismo, redução drástica do Estado, jamais esquecidos, retornam à ordem do dia: passam a ser (re)formulados (re)produzindo a "pega" histórica (im)previsível. Sentidos que já significavam. Sentidos que significam. Sentidos que retornam diferentemente porque (re)produzidos no movimento infinitesimal do desvio. Relações de sentido que se mostram (re)produzidas a partir de um *encontro com pega* – um encontro que tem duração, pois tem ressonância na e pela história: "como pudemos acreditar que nossa sociedade mudou? Está tudo aí." A história não dá saltos.

É assim que a chuva do materialismo da chuva faz *molhar* sentidos já aí, sentidos que (per)duram, (re)inscrevendo um "fato consumado", um acontecimento discursivo – o Brasil **reduzido** a Bolsonaro, sob a forma de um perverso novelo de fios discursivos: sexismo, homofobia, cristianismo às avessas, (apologia ao) fascismo, (apologia à) ditadura, entreguismo, desmonte do Estado, sucateamento da educação e da saúde, o fantasma do retorno do AI-5, a cultura como "pum do palhaço" etc. "Fato consumado" que nos é apresentado como "outro mundo"/"outro sentido", mas que faz retornar diferentemente algo que teve pega nas coordenadas que fazem cruzar contingência e necessidade, o que, segundo advertência do próprio Althusser, está subordinado ao primado da contingência sobre a necessidade:

neste sentido, considerar o acontecimento do discurso em relação ao **real da história**, nos leva a afirmar o primado da contingência sobre a necessidade, tal como o postula Althusser (2005[1982]); do encontro sobre a forma, de acordo com a interpretação do texto althusseriano desenvolvida por Morfino (2006); da matéria sobre a materialidade (entendida por nós enquanto forma material), como proposto por Labandeira (2008) na sua leitura de Althusser e Pêcheux; do ser sobre o pensamento, conforme a primeira tese materialista defendida por Pêcheux (1975/1990); e das possibilidades

¹⁸ Orlandi (2007) esclarece que o sentido não pára; ele muda de caminho.

contingentes sobre a impossibilidade ou causalidade estrutural, no sentido que propomos [...]. (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 140; grifo da autora)

Assim, compreendemos que, pela contingência do real histórico, há sempre a existente possibilidade do vir a ser. É pela metáfora do movimento que a história pode ser interpretada como o lugar da possibilidade e da contingência, o lugar da (im)previsibilidade. Do contrário, nem o real da língua estaria sujeito à falha e nem o real da história passível de ruptura. Há um movimento contínuo do simbólico diante do real irrepresentável se inscrevendo na história, fazendo com que os acontecimentos peguem (ou não) sentidos por/para o sujeito, isto é, que os acontecimentos se historicizem.

O novo discurso que cerce as narrativas "o Brasil em diminutivo" e "o Brasil do Bolsonaro" instaura, nessa perspectiva, um reino que é o da razão e da necessidade, um mundo semântico aparentemente estabilizado no qual a mistura da evidência e do absurdo "pegou". No novo discurso em que essas narrativas se (de)batem, fio algum de absurdidade/perversidade foi capaz de barrar a irrupção do real da história: houve um encontro, houve uma pega – um fascista, que toma forma/corpo em Bolsonaro, tornou-se *presidente eleito pela maioria*. A perspectiva discursiva nos permite ainda acrescentar que esse acontecimento discursivo – "fato consumado" – não é dependente de um sobrenome atribuído a um sujeito (no caso, Bolsonaro/Messias), mas efeito da necessidade histórica que é preenchida e projetada como uma posição significativa que encarna a formação discursiva em que tal absurdo é forjado como evidência.

Nessa perspectiva, podemos compreender que o enunciado "Isso é uma gripezinha" (20 de março de 2020) pode ser lido como uma fórmula sintética – vulgata parafrástica (cf. PÊCHEUX, 1999) –, que indicia a repetição de um funcionamento regular que caracteriza a prática narrativa deste governo, ou seja, configura-se como uma das pontas possíveis do novo das narrativas que fornecem paráfrases que (re)formulam constantemente o absurdo como evidência. E, por isso, como normalidade.

Essa prática narrativa – novo parafrástico – é flagrada cotidianamente, desde quando o atual presidente nem aventava ainda sua candidatura ao cargo. E estampa profusa e difusamente notícias, matérias, postagens, comentários nas mais diversas mídias: "[dirigindo-se à ex-deputada Maria do Rosário:] jamais ia estuprar você porque você não merece." (novembro de 2003)¹⁹; "O Brasil não pode ser um País do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias. [...] Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade." (25 de abril de 2019)²⁰; "Os direitos humanos no Brasil só defendem bandidos, estupradores, marginais, sequestradores e até corruptos" (09 de dezembro de 2014)²¹; "[a

¹⁹ Fonte: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/jair-bolsonaro-repete-insulto-deputada-maria-do-rosario-so-nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-14781338.html>. Acesso em 13 out. 2020.

²⁰ Fonte: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/ansa/2019/04/25/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-diz-bolsonaro.htm>. Acesso em 13 out. 2020.

²¹ Fonte: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/12/bolsonaro-diz-que-sua-palavra-e-arma-e-que-nao-se-arrepente-de-ofensas.html>. Acesso em 13 out. 2020.

questão ambiental importa] só aos veganos que comem só vegetais." (20 de julho de 2019)²²; "[sobre os livros didáticos:] têm muita coisa escrita, tem que suavizar." (03 de janeiro de 2020)²³; "Obviamente, temos no momento uma crise. Uma pequena crise. Ou, no meu entender, muito mais fantasia, a questão do coronavírus." (10 de março de 2020)²⁴; "É a vida, todos nós vamos morrer um dia." (30 de março de 2020)²⁵; "O vírus é igual a uma chuva. Ela vem e você vai se molhar, mas não vai morrer afogado." (01 de abril de 2020)²⁶; "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre." (28 de abril de 2020)²⁷; "Tem muita coisa que eu assino que eu leio a ementa apenas. Tem decreto que tem 20 páginas, e às vezes tem um palmo de papel para assinar ali. E não é só ler, tem que interpretar também. Eu não tenho como interpretar." (28 de abril de 2020)²⁸; "[sobre as mortes decorrentes da covid-19:] A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo." (02 de junho de 2020)²⁹; "[sobre poluição ambiental:] é só você fazer cocô dia sim, dia não que melhora bastante a nossa vida" (09 de agosto de 2020)³⁰ etc. etc. etc.

Essa prática narrativa tecida em e por paráfrases como essas (re)atualiza uma rede de formações discursivas que fornece uma base interpretativa sobre a qual é erigido um "projeto de desmonte", que, por sua vez, nos remete ao imaginário de "projeto de desenvolvimento" que direciona a significação de projeto de país/nação. Essa posição analítica reconhece esse "projeto de desenvolvimento" como um efeito de sentido, portanto, um significante vazio de conteúdo semântico, que vem sendo (re)atualizado como evidência ideológica – prenhe de sentido – em que se articularam e se sustentaram os projetos de governo que se instalaram no Brasil até hoje. Uma evidência ideológica que projeta o

²² Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/questao-ambiental-e-para-veganos-que-so-comem-vegetais-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em 13 out. 2020.

²³ Fonte: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-critica-livros-didaticos-muita-coisa-escrita/>. Acesso em 13 out. 2020.

²⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml>. Acesso em 13 out. 2020.

²⁵ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/01/todos-nos-vamos-morrer-um-dia-as-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em 13 out. 2020.

²⁶ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/01/bolsonaro-virus-e-igual-chuva-voce-vai-se-molhar-mas-nao-morrer-afogado.htm>. Acesso em 13 out. 2020.

²⁷ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em 13 out. 2020.

²⁸ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/28/bolsonaro-revela-que-nao-le-tudo-que-assina-tem-decreto-com-20-paginas.htm>. Acesso em 13 out. 2020.

²⁹ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/a-gente-lamenta-todos-os-mortos-mas-e-o-destino-de-todo-mundo-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em 13 out. 2020.

³⁰ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/09/bolsonaro-sugere-fazer-coco-dia-sim-dia-nao-para-reduzir-poluicao-ambiental.ghtml>. Acesso em 13 out de 2020.

"desenvolvimento" como um "bem" apresentado como algo que só se poderia alcançar num futuro, ao mesmo tempo adiado e incerto. Por isso, ao tomarmos o Brasil como efeito de um projeto de nação/país, fica a imposição de considerarmos o processo histórico de determinação do sentido de "desenvolvimento" pelos sentidos que impõem a materialidade do capital como hegemônica em todas as sociedades e suas diferentes instâncias. Essa hegemonia, por sua vez, dita, em todos os projetos de governo supracitados, a usurpação do público pelo privado. Usurpação essa que é dissimulada sob a forma da dita "parceria" – diríamos "indistinção" (ORLANDI, 2011) – entre o público e o privado.

É nessa medida que podemos dizer que o governo atual procura materializar um projeto de desmonte, que (re)interpreta o projeto de desenvolvimento ao (re)apresentá-lo – (re)formulá-lo – sob uma espécie de lógica/retórica do absurdo, como dissemos e mostramos. Como efeito desse funcionamento, o sentido de "desenvolvimento" é sustentado por essa discursividade do absurdo, que permite o deslizamento segundo o qual "desenvolvimento" pode ser (re)lido como "desmonte". E esse sentido de "desmonte" passa a ser (re)lido, identificado e materializado na e pela prática política encarnada discursivamente em todos os setores do atual governo: meio ambiente, educação, saúde, economia, relações exteriores, mulher, família e direitos humanos, segurança etc.

E é nessa medida que tomamos o enunciado "isso é uma gripezinha[, talkei]" como enunciado emblemático que (re)atualiza o sentido histórico de desmonte para o projeto de governo em vigência. E lemos a marca do diminutivo "inha" como a marca discursiva que significa, no e pelo funcionamento da linguagem, a redução do Estado, o desmonte, a destruição, o aniquilamento das instituições e dos discursos que elas produzem e fazem circular de modo a administrar a vida social.

Nessa direção, a forma material "talkei" funciona como o arremate dos fios do novelo parafrástico produzindo como efeito a cola histórica – a pega – entre as narrativas "o Brasil do Bolsonaro" e "o Brasil em diminutivo", de tal modo que podemos (re)lê-la nas paráfrases como "e tenho dito" ou "cumpra-se". "Talkei", dessa maneira, arremeta o gesto totalitário que transforma em sentido único o que é da ordem do nonsense, a evidência em absurdo, o absurdo em evidência. (*E tenho dito!*)

Os projetos de governo que se instalaram no Brasil, a exemplo do atual, que define a cena política que produz o Brasil em desmonte, o Brasil em diminutivo, tomam o novelo parafrástico supramencionado pela evidência ideológica do "desenvolvimento". Na perspectiva discursiva, a evidência do "desenvolvimento" deve ser remetida à sua historicidade, o que nos permite situar o "desenvolvimento" como uma das "pedras" de toque do capitalismo. Nessa condição, a questão do desenvolvimento é inscrita na formação discursiva econômica cujo pré-construído pode ser assim representado: "o econômico [é] o nível que determina, em última instância, o funcionamento do 'todo' social complexo" (LAZAGNA, 2007). Se seguirmos esse raciocínio, um projeto de desenvolvimento é um projeto econômico, ou seja, um projeto que submete o todo complexo social ao regime da produção econômica (leia-se, da produção de lucro), subvertendo, no e pelo funcionamento dos modos de produção de lucro (acumulação de capital), o social em produtos consumíveis, nos seus diversos aspectos, como já citados, meio ambiente, educação, saúde, economia, cultura, segurança etc.

A discursividade lógica/retórica, na qual o econômico é determinante e o social transformado em mercadoria e que sustenta essa aparente contradição entre desenvolvimento e desmonte, é a

mesma que produz a evidência do absurdo sobre a qual o projeto de desmonte – tal como proposto na narrativa "o Brasil em diminutivo" – faz sentido. Neste caso, a "pedra" de toque do desenvolvimento funciona como a pedra de toque do desmonte – *uma pedra no meio do caminho* – porque faz parecer natural, evidente e necessária a lógica/retórica do capital. Naturaliza-se, em decorrência, o desmonte do todo social complexo: assim, na perspectiva do governo atual, saúde, educação, cultura, meio ambiente etc. só importam enquanto fonte de acumulação de capital.

3. "... desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas"

Na canção *O Real Resiste*, de Arnaldo Antunes (2020), (d)enuncia-se um todo complexo de evidências do absurdo que fatigam à exaustão a vida de nossas retinas já tão fatigadas: "autoritarismo **não** existe [...] Deve ser ilusão, **não, não** / É só ilusão, **não, não** / Só pode ser ilusão / Miliciano **não** existe / Torturador **não** existe / Fundamentalista **não** existe / Terraplanista **não** existe [...] O real resiste [...] **Não, não, não, não** / Trabalho escravo **não** existe / Desmatamento **não** existe / Homofobia **não** existe / Extermínio **não** existe [...] O real resiste [...] Esquadrão da morte **não** existe / Ku Klux Klan **não** existe / Neo-Nazismo **não** existe [...] Tirania eleita pela multidão / O real resiste / É só pesadelo depois passa [...] Opressão, **não, não, não...**".

Uma regularidade discursiva é também evocada na ótica da canção, entoada musicalmente por meio de um bloco fonético insistentemente repetido: /nãw/. De nossa perspectiva, tal excesso indicia fadiga. A repetição de /nãw/ parece parafrasear "basta!", assim como "chega!". E nos ajuda a (re)ler nossa questão – o Brasil em diminutivo – mais uma vez no e pelo verso de Drummond. Um acontecimento que nos impõe evidências que fatigam porque já objeto contra o qual revolta-se, resiste-se, numa formação social em que o capital ressoa hegemonicamente, escravizando sujeitos e discursos.

Essa sonoridade musicalizada – /nãw/ – também restitui aos versos da canção outra condição de leitura para as formas de negação ali formuladas – **não**, autoritarismo **não** existe, **não**. Podemos ler nesse jogo de negações a instauração de um regime afinado de denegações que suspendem a evidência negada, que passa a poder ser lida também como uma afirmação: (**não**) existe autoritarismo (**não**) – (**não**) existe miliciano (**não**) – (**não**) existe torturador (**não**) – (**não**) existe fundamentalista (**não**) – (**não**) existe neo-nazismo (**não**) – (**não**) existe tirania (**não**) – (**não**) existe opressão (**não**)... (**não**) eleita pela multidão (**não**). Esse jogo de denegações expõe, ainda, o modo como escapa a esse regime o estatuto fundamental e incontornável do real, que resiste à ilusão imaginária que o envelope, (re)interpretando-o a partir do um do sentido, apresentando-o como uma realidade única possível, ou, como mostramos acima, forjando o absurdo como necessidade. O real escapa pelas beiradas das retinas, pelos cantos e desvãos do esquecimento como força propulsora, pelo modo como esse real que resiste se (re)inscreve, na forma mesma da impossibilidade do assujeitamento perfeito desse

sujeito imposta pelo modo de produção capitalista, sujeito esse que se contraidentifica à existência disso que existe e não deveria existir, porque não faz sentido existir se se questiona a lógica capitalista – *resistência a* (resistência àquilo que faz o corpo/a forma do sujeito fatigar, alquebrar, arrastar-se, prostrar-se, moer-se, morrer), como nos mostra Pêcheux ao dar visibilidade à fala de um empregado da Citroën:

o organismo resiste. Algo, no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada. A vida: um gesto mais rápido, um braço que pende inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade, um falso movimento, a 'reconstrução', o 'escoamento', a tática do posto; tudo o que faz com que, nesse irrisório quadrado de resistência contra a eternidade vazia que é o posto de trabalho, haja ainda acontecimentos, mesmo minúsculos, que haja ainda um tempo, mesmo monstruosamente estirado. Esse desajeito, esse deslocamento supérfluo, essa aceleração súbita, essa solda fracassada, essa mão que retoma a vida que se liga. (PÊCHEUX, 1995, p. 307)

Se remetemos esse testemunho à canção de Arnaldo Antunes, é com uma arma (a repetição e o nada) aparentemente análoga – com a qual, ensina o empregado da Citroën, procura-se impedir a revolta e a resistência – que, sob a forma do bloco fonético /nãw/ /nãw/ /nãw/ /nãw/, o revoltar-se e o resistir-se (re)inscrevem-se e (re)escrevem-se – enquanto dobra no histórico – no único lugar que lhes pode oferecer materialidade e ressonância: na e pela linguagem, no e pelo movimento do sentido. *Não, não, não, não*, verso na canção, permite-nos a (re)leitura da recursividade da pedra no poema. É por esse mecanismo que o verso *não, não, não, não* produz uma ressonância discursiva (SERRANI, 1997) que fura a aparência de transparência e de obviedade do estado de absurdo, fura sub-repticiamente a surpreendente mistura entre a evidência e o absurdo. Efeito de um desvio infinitesimal, deslocamento em direção à re-ex-sistência.

Nessa direção, o discurso que a fala citada atualiza torce metaforicamente e faz dobra sobre os efeitos do batimento entre as narrativas "o Brasil em diminutivo" e "o Brasil do Bolsonaro", impondo à leitura desse batimento a restituição do alvo sobre o qual esses efeitos funcionam como sobre-determinação: o próprio sujeito, ou seja, os discursos que o constituem. E mostra que o real resiste também no modo como o sujeito responde à injunção a resistir, a revoltar-se... Diante do acontecimento *o Brasil reduzido a Bolsonaro*, a resistência se instala... ainda que minúscula, ainda que estirada num átimo. Essa resistência se apresenta na tensão entre contingência e necessidade, e tem como condição de produção os efeitos decorrentes do funcionamento discursivo que estabiliza o universo semântico no qual se articulam sentidos de (des)compromisso com sujeitos, com espaços, com instituições, com a(s) coletividade(s), enfim, com trajetórias históricas que se ritmam por um trabalho partitivo em detrimento do coletivo, ou seja, diminuindo – fatigando – discursivamente as questões sociais brasileiras. Resistência que move esperanças.

O estado de absurdo fatiga. Como repetição, fatiga. Retorna e fatiga. Fatiga o olhar. Fatiga o corpo. Fatiga a palavra. Fatiga a resistência. Fatiga a revolta. Fatiga a existência, e a esperança. Uma pedra no meio do caminho. Fatiga como condição que produz indistinção entre evidência e absurdo, abalando a possibilidade de compreensão desse Brasil (reduzido a Bolsonaro), desse (sobre)viver em diminutivo. Que Brasil é esse? – já questionava a canção do Legião Urbana (1987).

Compreendemos, dessa maneira, que o *Brasil reduzido a Bolsonaro* não é, contraditoriamente, uma narrativa tampouco uma prática política que se inaugura com o/no governo Bolsonaro. O que essa narrativa e essa prática atualizam é uma agenda política estabelecida para o país desde os últimos governos militares, alinhada ao regime de acumulação do capital internacional, que objetiva, por um lado, bloquear qualquer possibilidade de rearranjo, deslocamento dos lugares, e, por outro lado, promover protagonismos já definidos. Segundo essa agenda, a função desse projeto é servir aos ditames do capitalismo neoliberal, o que significa o desmonte como mecanismo de sobre-determinação do Brasil às potências estabelecidas, que, nesse jogo, buscam preservar suas posições hegemônicas, ao custo do que for preciso para manterem suas posições, privilégios, riquezas e poderes.

(E daí?)

Diante deste escárnio, insistimos na lição que Pêcheux nos ensina: resistir é preciso – marca do sujeito na língua em movimento na história –, possibilidade de desencaixe de sentidos: (in)esperados gestos de insurgência à submissão diária que surpreendem e fazem a história pegar outro sentido, outro caminho, outra duração, outro novelo, outra narrativa... quem sabe até *des-conhecendo* esse governo eleito e fazendo acontecer a intervenção da vontade da(s) coletividade(s).

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Íntegra do discurso de Bolsonaro na 75ª Assembleia Geral da ONU. Brasília, 22/09/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 06 out. 2020.
- AGUSTINI, Carmen Lucia Hernandes. *Dobras interdiscursivas: o movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos*. Dissertação. Mestrado em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270604>. Acesso em: 13 out. 2020.
- ALTHUSSER, Louis. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. *Crítica Marxista*, Trad. Bras., Rio de Janeiro, Revan, nº 20, p. 9-48, 2005. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica20-A-althusser.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.
- ANSA BRASIL. "Brasil não pode ser país do mundo gay; temos famílias", diz Bolsonaro. Portal UOL [Universa, Diversidade, online], 25/04/2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/ansa/2019/04/25/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-diz-bolsonaro.htm>. Acesso em 13 out. 2020.
- ANTUNES, Arnaldo. *O real resiste. O real resiste* [álbum]. Piracicaba: Rosa Celeste, 2020.
- BENVENISTE, Émile. *Baudelaire*. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2011.
- CAMPOS, João Pedroso. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. Revista Veja [Política, online]. Publicado em 1/11/2019, atualizado em 4/11/2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>. Acesso em: 04 outubro 2020.

CARVALHO, Daniel. Eu sou a Constituição, diz Bolsonaro ao defender democracia e liberdade um dia após ato pró-golpe militar. *Folha de São Paulo* [Poder, online], 20/04/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>. Acesso em: 13 out. 2020.

CARTA CAPITAL. Coronavírus: como o Brasil virou exemplo negativo do mundo. [Saúde, online]. 16/07/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/coronavirus-como-o-brasil-virou-exemplo-negativo-no-mundo/>. Acesso em: 13 out. 2020.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. No meio do caminho. *Revista de Antropofagia*, anno 1, nº 3, p. 1, jul. 1928, São Paulo.

GARCIA, Diego. Questão ambiental é para veganos que só comem vegetais, diz Bolsonaro. *Folha de São Paulo* [Cotidiano, online], 27/07/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/questao-ambiental-e-para-veganos-que-so-comem-vegetais-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em 13 out. 2020.

GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro Henrique; VIANA, Hamanda. 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'. *Portal G1* [Política] Brasília, 28/04/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.gh.html>. Acesso em: 13 out. 2020.

GONTIJO, Daniela; TOZATTO, Lucas; CUNHA, Olívia; LEMOS, Rafael. Fenômeno Collor: caçador de marajás? [A miopia da imprensa brasileira nas eleições de 1989 ainda é motivo de controvérsia entre estudiosos]. *Eclética*, Revista do Departamento de Comunicação Social, PUC-Rio digital, Rio de Janeiro, 21, 37-39, 2005. Disponível em: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/9%20-%20fen%C3%B4meno%20collor%20ca%C3%A7ador%20de%20maraj%C3%A1s.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

JORNAL DE BRASÍLIA. Ao Congresso, Bolsonaro cita necessidade de redução de Estado 'gigantesco' [Redação, Política e Poder, online], 03/02/2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/politica-e-poder/ao-congresso-bolsonaro-cita-necessidade-de-reducao-de-estado-gigantesco/>. Acesso em: 04 out. 2020.

LAZAGNA, Angela. Nicos Poulantzas e a teoria regional do político na transição socialista. Comunicação apresentada e publicada no 5º Colóquio Internacional Marx Engels. Sessão 1, GT7 [Socialismo no Século XXI - Transição socialista e poder operário]. *Anais [...]*, Campinas, Unicamp, 2007. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao1/Angela_Lazagna.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

LEGIÃO URBANA. *Que país é esse?* In: *Que país é esse?* [álbum]. Londres: EMI, 1987.

ORLANDI, Eni P. A Casa e a Rua: uma relação política e social. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 36, nº 3, p. 693-703, set./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/18491/14348>. Acesso em: 10 out. 2020.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Bras. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

PINTO, Ana Carolina; LUCCIOLA, Luísa. Jair Bolsonaro repete insulto a deputada Maria do Rosário: 'Só não te estupro porque você não merece'. *Extra* [O Globo, online], 09/12/14, atualizado em 17/09/15. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/jair-bolsonaro-repete-insulto-deputada-maria-do-rosario-so-nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-14781338.html>. Acesso em 13 out. 2020.

PORTAL G1. Bolsonaro diz que 'pequena crise' do coronavírus é 'mais fantasia' e não 'isso tudo' que mídia propaga. [Política, online], Brasília, 10/03/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml>. Acesso em 13 out. 2020.

Portal G1. Bolsonaro sugere 'fazer cocô dia sim, dia não' para reduzir poluição ambiental. [Política, online], Brasília, 09/08/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/09/bolsonaro-sugere-fazer-coco-dia-sim-dia-nao-para-reduzir-poluicao-ambiental.ghtml>. Acesso em 13 out de 2020.

PORTAL G1 [Rio Grande do Sul, RBS TV]. Bolsonaro diz que sua palavra é 'arma' e que não se arrepende de ofensas. Porto Alegre, 11/12/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/12/bolsonaro-diz-que-sua-palavra-e-arma-e-que-nao-se-arrepende-de-ofensas.html>. Acesso em 13 out. 2020.

PORTAL IG [Último Segundo, online]. Nos EUA, Bolsonaro diz que esquerda "tomou universidades" e erra próprio slogan. 16/05/2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-05-16/nos-eua-bolsonaro-diz-que-esquerda-tomou-universidades-e-erra-proprio-slogan.html>. Acesso em: 04 out. 2020.

PORTAL UOL. 'A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo', diz Bolsonaro. [Coronavírus, online], São Paulo, 02/06/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/a-gente-lamenta-todos-os-mortos-mas-e-o-destino-de-todo-mundo-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em 13 out. 2020.

PORTAL UOL. Bolsonaro revela que não lê tudo que assina: 'Tem decreto com 20 páginas'. [Política, online], São Paulo, 28/04/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/28/bolsonaro-revela-que-nao-le-tudo-que-assina-tem-decreto-com-20-paginas.htm>. Acesso em 13 out. 2020.

PORTAL UOL. Bolsonaro: Vírus é igual chuva; você vai se molhar, mas não morrer afogado. [Coronavírus, online], São Paulo, 01/04/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/01/bolsonaro-virus-e-igual-chuva-voce-vai-se-molhar-mas-nao-morrer-afogado.htm>. Acesso em 13 out. 2020.

SAMPAIO, Cristiane. Na contramão do discurso eleitoral, Bolsonaro sufoca estrutura de combate à corrupção. *Brasil de Fato* [Política, online], Brasília, 09/12/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/12/09/na-contramao-do-discurso-eleitoral-bolsonaro-sufoca-estrutura-de-combate-a-corrupcao>. Acesso em: 13 out. 2020.

SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

SETTI, Gustavo. Bolsonaro diz que pior que furar isolamento é passar fome: 'Tá na merda'. *Portal UOL* [Política, online], 20/05/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/bolsonaro-diz-que-pior-que-furar-isolamento-e-passar-fome-ta-na-m.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 04 out. 2020.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. A política do "nós" e "eles". Trad. Bras. Porto Alegre: L&PM, 2019.

TAJRA, Alex. Todos nós vamos morrer um dia: veja falas de Bolsonaro sobre o Coronavírus. *Portal UOL*. [Coronavírus, online], São Paulo, 01/05/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/01/todos-nos-vamos-morrer-um-dia-as-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em 13 out. 2020

VEJA. Bolsonaro critica livros didáticos: 'Muita coisa escrita'. [Redação, Política, online], 03/01/2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-critica-livros-didaticos-muita-coisa-escrita/>. Acesso em 13 out. 2020.

VEJA. Glossário de 'bolsonarês' para entender o novo governo. Do 'marxismo cultural' ao 'globalismo', conheça o que o alto escalão da administração federal quer dizer com as expressões que chegaram a Brasília. [Redação, Política, online]. Publicado em 4/01/2019, atualizado em 6/01/2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/glossario-de-bolsonares-para-entender-o-novo-governo/>. Acesso em 13 out. 2020.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. O acontecimento do discurso na contingência da história. In: FERREIRA, Maria Cristina L.; INDURSKY, Freda.; MITTMANN, Solange. (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 133-146.

ENSAIO TEÓRICO

Pequeno livro do desassossego sociolinguístico

Emilio Gozze PAGOTTO 

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

RESUMO

O episódio da mesóclise cometida pelo Ex-Presidente Michel Temer no seu discurso de posse é o ponto de partida para pensar a relação entre as categorias tradicionais por meio das quais se trabalha o significado social no campo da sociolinguística – como prestígio ou identidade – e a dimensão política da linguagem. A hipótese central é a de que categorias tradicionais da sociolinguística não são suficientes para explicar os efeitos de sentido presentes no uso da colocação pronominal na fala do presidente. De fato, é preciso lançar mão dos efeitos de memória incrustados nas construções sintáticas, e para explicá-los é necessário voltar à crise normativa do final do século XIX, que coincide com a instauração do regime republicano no Brasil. Nesse sentido, é notável como a colocação pronominal emerge em vários momentos significativos da história do Brasil, como um sintoma fundamental da relação entre ordem e desordem, bárbarie e civilização, nos nossos projetos de nacionalidade.

ABSTRACT

The episode of mesoclitic clitic placement in the Former President Michel Temer inauguration discourse is the point of departure to a reflection about the relationship between traditional sociolinguistic social meaning – like prestigious, or self-identity – and political dimension of language. The basic assumption made here is that the traditional sociolinguistic categories are not sufficient to explain the way the presidential use of clitic placement do works. Moreover, it is necessary take in place the memory effects attached to such syntactic structures and for explaining them, it is necessary to come back to XIX century linguistic normative crisis that coincides with the establishment of republican system in Brazil. It is



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi de Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP)
- Gian Luigi de Rosa (UNIROMA)
- Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF)

DATAS

- Recebido: 27/10/2020
- Aceito: 25/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Pagotto, E. G. (2020). Pequeno livro do desassossego sociolinguístico. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 331-347, 2020.

remarkable that clitic placement emerges in many significant moments in Brazilian history, as a symptom of crucial relationship of order and disorder, barbarism and civilization, in our projects of nationality.

PALAVRAS-CHAVE

Sociolinguística. Colocação Pronominal. Norma culta. Português Brasileiro.

KEYWORDS

Sociolinguistics. Clitic Placement. Standard Language. Brazilian Portuguese.

Destampando a pandorga

Por que então? Por que devo ser capaz de dizer meu tempo, nosso tempo, se tantas diacronias se digladiam pelo controle do agora?

Há uma massa imensa que se transforma em outra, toda ela toda, de uma vez, mas não é massa una, toda feita de fractais pastosos que é; mas se transforma em outra, se repõe em outros termos, quer se romper, deixar de significarmos uns aos outros como até então significávamos. Repor o antigo, mas sendo outra. Tristeza é não poder dizer tudo isto, fazer fazer sentido, no emaranhado de formas que às vezes soam translúcidas como em pautas musicais diatônicas, formas correndo paralelas, como estrelas num céu ajardinado por um Burlesco Marx neoclássico. Às vezes não, algaravia das medinas periféricas e ebulientes das nossas cidades, de onde vem o som radical, o corpo radical, a música radical, e a fatalidade de morrer inutilmente.

Tudo muito rápido pra eu me poder atento. Eu de dentro da besta-fera em que nos tornamos o caldo mais amargo e mais acidulento, capaz de corroer nossos estômagos empanturrados de gordura não trans- que trans é pecado. Tudo muito rápido, irredutível a esqueminhas *power ranges* de dentes no bruxismo das nossas noites de não dormir e de pesar cabelos empapados do suor desesperado dos que já sonharam.

Então, quede a língua e suas formas, seus sons carregados da estereotopia mais rasgada de caipiras sertanejos universitários descolados em suas calças apertadas de esbugalhar suas vergonhas encobertas; de baianos indolentes sacolejando carnavais pantagruélicos; de cariocas evangelizados pela boa-nova antigilbertiana? Quede a língua? A língua que sacoleja nos ombros das multidões despidoradamente dentadas e bem-nascidas e seu patriotismo de ocasião; no universo paralelo dos videozins memezoides que os tios assanhados escolheram pra chamar de seu espaço onisciente de clarividência; mas também no pancadão – orgiaco e libertador, fazendo estremecer os ossos mais

brochados; nos templos salomônicos e nos mirrados quadrados de azulejo até o teto, onde a fé descobre que pode mover poderes...

A língua se dobra também, se deixa afiar em facas grosseiras que rasgam mais que cortam, mais bordunas que adagas, e ferem, e ferem, ferem... a língua ensanguentada, poesia torpe de si mesma, poesia impossível. A língua mente também... não, não mente, é só o seu eterno deslize, tobogã de multipistas em que caímos todos – uns mais do que outros...

Devaneio. Sei. E pode ser diferente? Existe sã consciência que me permita seguir os ditames do possível desejável e alinhar de forma cristalina e transparente (trans não pode. É proibido. Parente pode.) a forma da língua (seus fonemas, seus morfemas, suas estruturas sintáticas tomados sociolinguisticamente)? Isto é, é possível dizer esse tempo nosso, não pela faca dos sentidos dos enunciados mas pelas agulhas e alfinetes das formas linguísticas – que não ferem menos, não mentem menos, mas de um modo diferente?

Então, é o que segue. Ou quereria ser. Vai ser assim, pra quem quer âncora: de tema, nossa relação pela língua, tomada aqui a tensão entre saberes normativos e língua fluida. Esse é o ponto, a mirada, o pato (ops!) a ser abatido. Aí a gente costura com o presidente de mãos melífluas e com o outro, de botas nas mãos (do fundo do coração, sem juízo de valor que extrapole o óbvio. Ando tão cansado...) e com o outro, óculos sapiensoides e bigode hitlerista de filme de comédia, e com outro, sábio da República nascente, lente luminar que brilha como águia fulgurante de Haia... aiaiai.

1. Proclítico ou enclítico, o clítico político (e mesoclítico!)

A cena é aquela da entronização meio atabalhoada do governo interino.

O cenário é o salão nobre do Palácio do Planalto. Um enorme entourage cerca o agora então presidente interino, Michel Temer, dirigindo a sua primeira fala à nação e às Instituições. Há um certo clima de festa decadente, ainda que contida. Parlamentares e outras autoridades se acotovelam gentilmente, centenas de metros de tecido brilhoso dos ternos e gravatas sobriamente ululantes.

As mãos do presidente. Melífluas, autoacariciantes, mas com um quê de mãos de vilão de filme mudo, cobertas com uma fina camada de suor delicadamente engordurado. Lá pelas tantas, no esforço hercúleo para emanar autoridade, sapecou:

Mas eu quero fazer uma observação. É que nenhuma dessas reformas alterará os direitos adquiridos pelos cidadãos brasileiros. Quando menos fosse, sê-lo-ia pela minha formação democrática e pela minha formação jurídica. (Discurso de posse de Michel Temer como presidente interino. 12/05/2016 - 7:43" Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4-oLVLqNJVI>)

Quem se dispuser a rever a cena perceberá que há uma pequena pausa antecedendo a sentença: *sê-lo-ia pela minha formação democrática e pela minha formação jurídica*. Teria premeditado o uso da construção, ou se deu conta na hora ele, que a julgar pelas gravações em horários escusos fora

da agenda, detém enorme controle sobre os gestos enunciativos? Eu juraria que, como um adolescente que marca sua identidade de grupo nos trabalhos de Penelope Eckert, o presidente interino realiza um ato de fala sociolinguístico, com um quase imperceptível riso de canto de boca.

Para quem não lembra – a velocidade desses últimos anos está nos transformando em desmemoriados funcionais (questão de sobrevivência) – a mesóclise ressoou sobranceira diante do mar da gentalhada amorfa anterior, de que o novo presidente buscava se distanciar, lustrando a fala com o sopesamento grave dos enunciados, sacrificando o calor da retórica em prol da contenção consequente que a gravidade do momento exigia.

Menos de um mês depois, pespegou outra dessas construções, numa reunião ministerial, com a presença de representantes do Legislativo. Esta é a transcrição da Agência Brasil:

Não temos compromisso com equívoco. Portanto, quando houver algum equívoco governamental, nós reveremos este fato. Eu ouvi que o "Temer está muito frágil, coitadinho, não sabe governar". Conversa. Eu fui secretário da Segurança Pública duas vezes em São Paulo e tratava com bandidos. Então, eu sei o que fazer no governo e saberei como conduzir. Quando eu perceber que há um equívoco, se o fizer, consertá-lo-ei, afirmou. (Fala do Presidente Interino Michel Temer em reunião ministerial em 24/05/2020. Fonte: <https://agenciabrasil.abc.com.br/politica/noticia/2016-05/nao-temos-compromisso-com-equivoco-diz-temer> acesso em 10/09/2020)

A gravação, resgatável na *big mother* mostruário da internet, permite uma percepção mais clara das sutilezas enunciativas contidas nos enunciados. Retomo a íntegra da gravação a partir do último enunciado acima:

Quando eu perceber que há um equívoco (a expressão facial muda para um sorriso contido. O dedo indicador faz um movimento de ida e vinda, apontado para baixo) ... conserta-lo-ei – As pessoas não gostaram muito (risos roucos e contidos) do elo// do lo-ei. Mas consertá-lo-ei. (risos) Quer dizer. Não há, né? ... De modo que (risos). Eu falei assim quase solenemente, mas apenas para revelar aos senhores a importância deste momento que nós estamos vivendo :: no país, né? E volto a dizer: não há – sem embargo de quererem a a... apontar-me como alguém que muda de posição...Ao contrário! Nós temos que perceber que isto é fruto do diálogo. Este será o governo do diálogo, não é? E é isto que eu espero dos senhores. (Fala do Presidente Interino Michel Temer em reunião ministerial em 24/05/2020. 26'04". Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=wal_d5puV8A.)

Tomei a liberdade de acrescentar alguma pontuação convencional, para deixar mais fluida a leitura, e indico o mínimo necessário da descrição da cena. Naquele momento, o presidente interino estava sendo acusado de certa tibieza, havia o risco de o país perder o rumo claro. O trecho em questão (pode-se dizer, o discurso como um todo) é eivado de polifonia: as vozes que o acusam de fraqueza aparecem relatadas tanto em discurso direto livre, como em discurso indireto. Aliás, a imprensa relatou, desse pronunciamento, os dois tapas que o presidente de mãos aveludadas dera na mesa (conferir, por exemplo, editorial do jornal *Folha de São Paulo* de 29/05/2016.), ou seja, os tapinhas na mesa também eram dialógicos.

Indo para o plano das formas, aqui, a mesóclise é abertamente polifônica. Mesmo o presidente, tão contido, não resiste à força do próprio chiste sociolinguístico. Há uma sequência de enunciados metalinguísticos tematizando a forma da fala: *As pessoas não gostaram muito do elo* (aqui o ato falho

da segmentação fonológica equivocada da mesóclise) /lo-ei. *Eu falei assim solenemente...* Dá pra ficar navegando nas múltiplas interpretações e funcionamentos discursivos (tipo: o que o **mas** está fazendo em *Mas conserta-lo-ei?*). Prato cheio para os analistas do discurso.

Imagine que o atento leitor já tenha percebido: é uma mesóclise que tematiza aquela do discurso da posse como interino, ambas, por sua vez, tematizando a ruptura que se deseja com o governo afastado. Podemos desdobrar essa análise em aspectos que podem ser importantes para o modo como o funcionamento sociolinguístico está sendo tomado aqui. De um lado, obviamente, as formas linguísticas se digladiam num eixo que se pode chamar de popular x erudito ou formal x informal ou escolarizado x não escolarizado. São categorias usadas na descrição sociolinguística que visam a captar a ação do funcionamento social sobre a variação e mudança linguística. De outro lado, temos claramente a apropriação das formas – no caso, a colocação pronominal – pela dimensão política – entendida aqui não como política partidária, mas como ação de forças ideológicas no interior da sociedade que opera na constituição de grupos de poder que se apropriam da nacionalidade e da ordem social.

Ou, por outra: por que a mesóclise permite isso?

O que nos leva ao logotipo e ao slogan do governo que se inicia. “Governo Federal: Ordem e Progresso”.

Outra cena (tempos velozes, capítulos de novela em ritmo de compacto com melhores momentos). Não deixava de ser irônico: o presidente interino vinha a público dar alguma satisfação sobre denúncias de corrupção.



FIGURA 1 – Logotipo adotado pelo governo do presidente Michel Temer.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1771597-marca-do-governo-temer-foi-escolhida-por-michelzinho-seu-filho-de-7-anos.shtml?origin=folha>

Ao fundo, o logotipo do novo governo, que, segundo a crônica jornalística, havia sido escolhido pelo filho mais novo do presidente interino, que, passando pela sala onde se discutia o futuro da

república, teria exclamado: Que bonito! – o globo da bandeira, como um sonho de valsa azulado sobre a palavra BRASIL, que me lembrou imediatamente uma charge do começo do século XX. O dístico, ode à escrita da república positivista, como mensagem cifrada aos 82% de analfabetos do país recém refundado.

Fui checar. O que trouxe a lembrança foi a esfera – o círculo azul da bandeira transformado em esfera. Hoje, imprensando o Brasil em letras; lá, esmagando os brasileiros – materializados na figura do Zé Povinho - levados a carregar nas costas as grandes figuras República, que já nascia paquidér-mica de corrupção e injustiça.



FIGURA 2- Capa da revista O Malho, 12/11/1904.

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=3630>

E esse é um ponto importante: nada de novo sob o sol sociolinguístico. Mas mais que mera repetição. Nada se repete na sua inteireza, se desloca. Fora da história não há sociolinguística, sempre é bom lembrar o óbvio, lembrando o admirável conservador que trouxe para o centro da cena, como personagem central, sua excelência, o óbvio ululante. O mesmo e a sua reificação ressignificada.

A ironia é que, na caricatura antiga, a crítica áspera à nova forma de governo que se iniciava talvez hoje motivasse processo com base na Lei de Segurança Nacional – por impatriotismo. (E um ato falho fez a bandeira do presidente interino com 22 estrelas – bandeira dos anos 1960, ao invés das 27 de hoje. Quanta coisa dizendo...).

É preciso voltar à mesóclise, que fala juntamente com o slogan e o símbolo do governo: “ordem e progresso” + mesóclise + esfera azul de estrelas oprimindo o Brasil. Nas minhas inquietações, há algo que me assombra e não consigo explicar: por que a posição dos clíticos emerge quando a política do país é posta em xeque? Por que, nas turbulências que obscurecem o jogo pelo controle do jogo, a posição dos clíticos – próclise, ênclise ou mesóclise? – sobe à superfície dos discursos como um problema ou uma solução que não é rima?

Exagero? Jânio Quadros e suas frases de oblíquos ribombantes; Rui Barbosa e a longa lista de acusações clíticas na polêmica pela aprovação do Código Civil. De onde vem essa nossa obsessão clítica? O Presidente de mesóclises aveludadas e seu bombom serenata azulado não fala a partir do nada. E os valores que governam a sociolinguística rasa de seus propósitos e comentários estão muito mais fortemente enraizados nas nossas entranhas do que se pode supor.

Vamos aos dados. Cassino liberado.

2. O Rio civiliza-se!

Corria o ano de 1904. O prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, remodelava a golpes de marretas a cidade, botando abaixo os casarões da elite passada, convertidos em cortiços objeto da curiosidade mórbida da literatura naturalista, para abrir avenidas e bulevares inspirados na capital francesa.



FIGURA 3 – Rua da Carioca, Rio de Janeiro, em obras – Augusto Malta 31/01/1906

Fonte: *Memória da destruição*. Prefeitura do Rio de Janeiro. 2002.



FIGURA 4 – Avenida Central e o Teatro Municipal. Marc Ferrez, 1909

Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2586>

O jornalista Fernando Pimentel, que se ocupava de notas mundanas, ao que tudo indica, cria um slogan que acompanhará o período: “O Rio civiliza-se!”. O slogan pegou, sendo reproduzido em

publicações diversas. A República e seus intelectuais vinham buscando colocar o Brasil nos trilhos da civilização, realinhando a nação nascente à linha europeia. É preciso civilizar, criar um povo, alfabetizá-lo e, quando isto for possível, dar-lhe direito de escolha. Afinal, não se faz uma civilização apenas satisfazendo vontades.

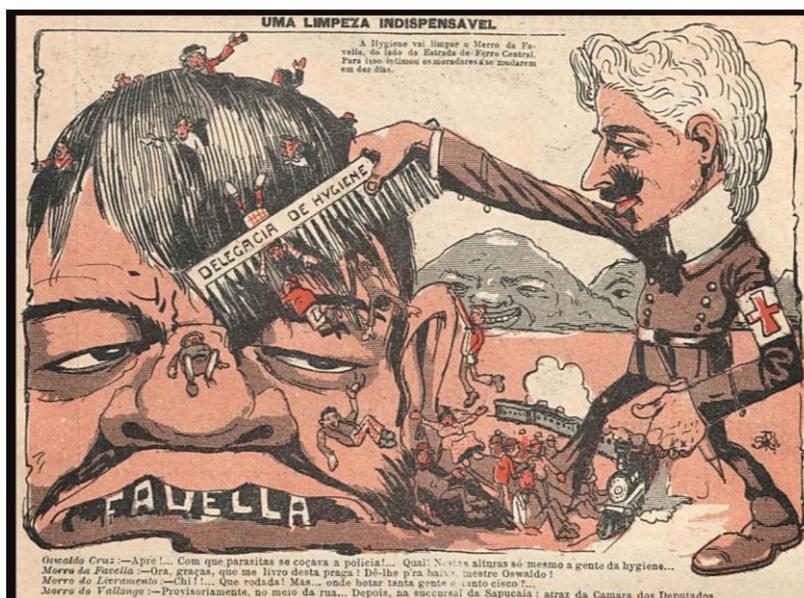


FIGURA 5 – Revista *O Malho*, 8/06/1907.

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=9446>

Em novembro do mesmo ano eclode a Revolta da Vacina, clímax das medidas sanitárias que buscavam livrar a cidade do Rio de Janeiro da febre amarela e outros males. Era preciso sanitizar a urbe porcalhona criadouro de endemias que nos envergonhavam, como se ainda jogássemos pela janela as águas dos urinóis e usássemos os tristes tigres escravos a recolher os dejetos dos sobrados e lançá-los ao mar, nas praias. Um absurdo... A vacinação se tornara obrigatória, a visita às casas pobres a fim de promover limpeza, compulsória. A Revolta popular promoveu um intenso quebra-quebra na cidade.



FIGURA 6 – Revista *O Malho*, 29/10/1904.

Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=3567>

(Me ocorre aqui outra coincidência – as voltas e as reiterações do discurso e da história: na gênese da Revolta da Vacina estava uma reação legítima da população pobre contra a imposição do governo que foi potencializada e direcionada por forças políticas a ele contrárias, alcançando uma dimensão muito maior do que teria sem esse direcionamento. Ou seja, a passagem de ônibus subiu...)

A euforia provocada pelas mudanças urbanísticas era acompanhada, como se vê, pela emergência das tensões de um país que precisava se reinventar após o desaparecimento do sistema escravocrata.

No slogan “O Rio civiliza-se” a ênclise fala a civilização que se deseja. Preciso apenas de sua boa-vontade, leitor, para chamar a atenção para a particularidade da construção, pois o enredo histórico-gramatical é cheio de nuances. Antes de tudo, a língua brasileira é proclítica. É esta construção que nos diz e que nos fala ao coração. Também era a próclise que falava ao português clássico, em construções com sujeito e verbo, como mais de um estudo já demonstrou, embora a ênclise não fosse estranha a ele, especialmente quando o verbo se achava em começo absoluto de sentença. Neste momento, uma pequena digressão se impõe: nos meandros do funcionamento da gramática da língua é que falarão depois os sentidos políticos que me atormentam e que tento fazer falar ao meu leitor. É fascinante como por vezes é necessária esta necropsia nos órgãos internos da língua, nas suas entranhas, pois é em pedaços específicos de sua carne, que se aninharão essas vozes políticas revirando o corpo que grita de dor e de medo.

As ênclises profundas do português europeu atual, nas construções com sujeito e verbo, são fenômenos relativamente recentes, tendo-se implementado a partir do século XVIII. Os brasileiros escolarizados vão ser arrastados por esta vaga enclítica, na segunda metade do século XIX, o que

criou uma clivagem sobressalente na nossa relação com a língua: seguissemos os clássicos e estaríamos confortáveis em um conjunto grande de construções (outras continuariam a nos perturbar, como os tais começos absolutos de sentença). Mas não, pulamos na vaga enclítica, com nossas pranchas de isopor frágeis e pouco letradas.

O resultado foi que, num dado momento, não se sabia mais o que era certo. Foi assim que Alencar foi acusado de não escrever corretamente. Posso parecer exagerado, mas foi mesmo assim. Uma crise normativa. Já argumentei em outro texto que o sintoma maior desta crise normativa terá sido a polêmica em torno do Código Civil, contemporânea do processo de reurbanização do prefeito Pereira Passos. A historinha é conhecida: durante o governo Campos Salles, a Câmara aprova o projeto de Código Civil, objeto de uma rápida revisão gramatical do professor Carneiro Ribeiro. Rui Barbosa, presidente da Comissão de Justiça do Senado, detona o projeto da Câmara, refazendo e criticando a língua em que se verteram seus artigos. A polêmica linguística ganha os jornais e revistas da época. Um assombro!

Pois bem, José Veríssimo, a propósito escreve:

Nós (parece-me escusado declarar que neste plural, sem afetação de modéstia, me incluo também) não sabemos a nossa língua. Este fato, não desconhecido dos que se ocupam da vida espiritual brasileira, que ainda os menos sabedores, como eu, tinham a cada passo ensejo de verificar, acaba o sr. Rui Barbosa, com a sua alta competência, de pôr de manifesto no seu luminoso parecer sobre o aspecto ver-náculo do projeto do nosso futuro Código Civil. (VERÍSSIMO, 1969, p. 106, apud PAGOTTO, 2011, p.123)

Não se sabia mais o que era certo ou errado em matéria de língua. E quem não sabia não eram os 70% de analfabetos, eram os letrados que se refestelavam em ênclises e mesóclises, vibrando das mesas das confeitarias enquanto o casario antigo era derrubado e avenidas limpas se abriam. E justamente a colocação pronominal será um dos temas quentes da polêmica linguística que se instala, envolvendo especialmente Rui Barbosa e o professor Ernesto Carneiro Ribeiro. No caso da colocação pronominal, a barafunda é enorme, pois os próprios contendores praticavam no passado construções que passam a recriminar. Lanço ainda mão do cronista para datar a incerteza:

(...) se, com a do café, a do câmbio, e quejandas há uma questão nacional no Brasil, é esta da colocação dos pronomes oblíquos. Tal colocação entrou a ser aqui a pedra de toque do escritor correto, o que é talvez um disparate porque a forma normal, necessária e, portanto, legítima de colocar êsses pronomes no Brasil é justamente essa que os nossos gramáticos, de 20 anos para cá, entraram a condenar. (VERÍSSIMO, 1969, p. 117, apud Pagotto, 2011, p.132)

A República civilizatória, que exterminará a febre amarela e Canudos, que lançará aviões sobre os caboclos no Contestado e brilhará nas cortes internacionais, que organizará o carnaval, enlouquece nos torneios sintáticos da belle époque, que se incrustarão para sempre o hino nacional e na colocação pronominal pavoneada nos artigos de jornal, na Constituição e no Código Civil, nas falas afetadas dos cafés-concerto e no slogan das mudanças urbanísticas “O Rio civiliza-se!” – em ênclise.

A República precisa pôr ordem na língua. Na ortografia, na fonologia, na gramática, no léxico... Mas é uma ordem que se estabelece na clivagem, no apartamento, na circunscrição: de que ordem és tu que vens assim querer entrar na ordem que proclamo no círculo azulado da bandeira? Não é à toa que o hino nacional tem a sintaxe que tem.

A posição dos clíticos, a partir da crise normativa, ficará inscrita de um modo muito especial na memória da língua. Esse efeito pré-construído até hoje opera sobre nossas práticas languageiras: quantas e quantas vezes sapecamos uma ênclise ou uma mesóclise, em construções que o próprio padrão idealizado as condena com veemência? Para além daquilo que poderíamos chamar de hiper-correção – efeito ela própria da nossa distância da língua de que precisamos desesperadamente nos apropriar, sem conseguir – há um outro funcionamento, que é aquele que decorre de a dimensão política ter cravado para sempre suas unhas nas construções da língua, e, de tempos em tempos, certas condições de produção deixam mais translúcidos os rasgos que o cinzel erudito aí riscou. É um sintoma. E não é gratuito que envolva ordem de palavras. Ordenar, reordenar as palavras produziu uma sorte grande de sentidos políticos entre nós: o saber pensar, o ser erudito, o falar difícil, o dominar a sutileza dos sentidos. Já a colocação pronominal é o tipo de construção em que a ordem das palavras – no plano da língua, em geral um efeito do estilo, do sentido, de regras sutis de funcionamento do significado – se deve reger por princípios cujo conhecimento demanda uma imersão em filigranas formais da gramática, quando não decorrem do funcionamento natural da língua, como é o nosso caso. Se tornam assim uma impossibilidade para o falante que não seja absolutamente tomado pelo desejo de pertencer a este mundo em que a língua de si se anula, em favor da língua do outro, superior e detentor dos destinos da nação.

O modo como esta sorte de sentidos incrustada na língua se manifestará em momentos históricos específicos não é unívoco. Tudo dependerá da maneira como é acionada, trazida à cena dos enunciados, funcionando numa relação dialética com os discursos que a mobilizam (como, aliás, é o caso sempre). Isso implica tomar precaução com a interpretação “sociolinguística” das construções, pois a contradição é senhora dos sentidos da nossa relação com a língua.

3. A desordem botando ordem

Depois d' O Rio civilisa-se, da crise com os pronomes no Código Civil, a colocação pronominal vai ressurgir com Jânio Quadros, nos anos 1960. Jânio Quadros pode nos ajudar a entender algumas coisas no jogo com a língua entre 2013 e 2020. Como se sabe, a presidência de Jânio Quadros está na raiz de um conjunto de eventos que redundarão no golpe de 1964 e a consequente implantação da ditadura que terminará em 1985. Foi um populista conservador de carreira meteórica que, tendo alcançado a presidência da República, a ela renunciou, aparentemente para tentar um autogolpe que não deu certo. Tendo montado sua campanha no discurso anticorrupção, colocando-se como um *outsider* dos grandes partidos, faz uma presidência errática que, como se sabe, se caracterizou por

medidas meio esdrúxulas concernentes ao banho de mar e às rinhas de galo. A crise que sua saída provocou foi imensa. Sobre ela teria dito, quando perguntado sobre as razões da renúncia:

- Fi-lo, porque qui-lo.

Aparentemente a história é outra, segundo nos conta o jornalista Sebastião Nery (cf. Nery, 2019). Mas a versão verdadeira não corresponde à verdade que fica. O enunciado funciona como fato pelos mecanismos que ele aciona. É fato que o presidente Jânio Quadros esgrimia ênclises e mesóclises em profusão, em frases rebuscadas que fizeram a delícia da crônica política – antes do trauma e da enorme turbulência que sua renúncia causou, ou após as dores serem postas de lado, quando o regime se fez outro.

E lá ia Jânio Quadros, o populista que varreria a corrupção, cometendo frases deliciosamente jocosas para os votantes bem educados. Quantos efeitos de sentido se extraem delas, se riso provocam – não é de desdém nem é de sarcasmo! O terno coberto de caspas, a frase em gramática escorregada e a ironia patriarcal grosseira das ruas:

Também candidato, Adhemar paga um repórter para que vá à entrevista coletiva de Jânio, pedindo ao jornalista que faça uma única pergunta:

– O senhor sabe que a família interiorana é moralista e conservadora. Gostaria de lhe perguntar: por que o senhor bebe?

A resposta veio bem ao estilo de Jânio:

– Bebo porque é líquido. Se fosse sólido, comê-lo-ia.

(SILVA, 2018)

Mas ninguém é um só, e em política partidária tudo é cálculo. Como já fizera fama pelo ordenamento da frase, é provocado e responde como se conversasse conosco aqui:

Em outra ocasião, o humorista Leon Eliachar lhe pergunta:

– Se eleito, colocará os pronomes nos seus devidos lugares?

Sua resposta:

– Os pronomes não aguardam a minha eleição para que se coloquem nos seus lugares. Estão sempre neles. A boêmia dos verbos é que mutila a boa ordem das frases. Há que lhes perdoar. Não se desgrudam da ideia de movimento.

(SILVA, 2018)

Sabe o que faz, joga com a própria fama etílica, e é capaz de elaborar poeticamente a dança das palavras na frase. Os clíticos pronominais, cuja colocação tanta dor de cabeça dera aos formuladores da República, agora restam submissos ao malabarista habilidoso, a serviço do apelo populista eleito-rei mais raso e comprometedor.

Pois assim, mais uma vez é sintoma a colocação pronominal. As ênclises e mesóclises, desde as primeiras acusações que se fizeram a José de Alencar, no século XIX, passando pela crise normativa em meio a qual a República se estabelece, foram inscritas para sempre do dilema civilizatório brasileiro; da sua desordem e da ordem almejada; da ignorância de seu povo e sua educação para chegar ao paraíso em que nos redimiremos do nosso passado amorfo de gritos da senzala, de pretos insolentes, de índios preguiçosos, de um povo sem vontade para ir além da baderna do carnaval (que se organiza em alas no desfile cronometrado – a disciplina rígida da ópera de rua a responder aos

reclames das autoridades e das redes de tv, transgredindo a lógica do dístico da bandeira e seus atos de fala implícitos: ordem e fantasia!).

Indo mais longe e já fazendo o caminho de volta: não foi o presidente Temer que se usou da mesóclise para fustigar cinicamente governos populares. Foi a mesóclise que se usou do Temer para recolocar as coisas nos seus lugares devidos e pagos. Com Temer, no simulacro sociolinguístico de sua fala, temos a retomada do processo civilizatório da primeira república (o fingimento do processo civilizatório): a rejeição dos avanços sociais, que ocasionariam a reconfiguração social colocando em cena, como atores relevantes do processo econômico e social, a massa ignara, os neo-bestializados (J.M. de Carvalho que me permita o neologismo), que é preciso fazer recuar aos cercados de onde saem, como zumbis, para as faxinas, os fazer almoços e carregar tijolos, que a urbanidade exige para o bem existir civilizado, mas que os quer bem longe a pelo menos duas horas de ônibus, ou perto, mas a uma altitude que não permita aproximação de janelas. O Brasil civiliza-se. Civilizar-se-ia mais se mais mesoclíticos fôssemos. Se fôssemos capazes de superar esse pré-construído morfossintático que assombra nossa identidade pela língua. O slogan do governo, seu logotipo e as mesóclises são todos faces diferentes de um mesmo dizer. A ordem das palavras na frase, a ordem social restabelecida.

Todo esse jogo mostra o quanto o funcionamento sociolinguístico está necessariamente permeado da dimensão histórica e da dimensão política, servindo a atos sociolinguísticos de fala que, muitas vezes pelo uso de uma única construção, marcarão sujeitos constituídos na arena política, reforçando a persuasão, reiterando formações discursivas específicas, conforme o modo como as formas linguísticas – muitas vezes as mesmas – são acionadas.

Mas os acontecimentos – policiais, jurídicos, políticos – atropelaram o simulacro com outros simulacros. Com todo o risco que representa a tentativa de produzir interpretações do presente, não podemos sair desse mergulho sem também mergulhar na vertigem do presente. Enquanto escrevo essas notas, o combate à pandemia patina, o jogo político-partidário-judicial urde as suas tramas e me é quase impossível conservar a sanidade para terminar essas notas. Aquele momento da mesóclise, do sonho de valsa azulado, já parece tão longe... Se me parece tão claro o acionamento da memória política na construção mesoclítica, em consonância com uma ordem superior a que se apela, contra a ordem de origem popular que antes se interpunha, como se dá, em seguida, o apelo à ordem? O que se demanda da ordem da língua, no apelo que se faz na nova ordem instituída? Longe de mim tentar compreender completamente.

O populismo político, desde a antiguidade, se usa de formas presentes nos dialetos populares para obter aproximação com a plebe. Jânio Quadros cultivou signos populistas, mas resguardou a língua imaginária. Lula, se não parecia enfatizar de propósito seus traços dialetais de origem, também não os disfarçava, e mesclava os enunciados com léxico apropriado ao mundo letrado. Temer, como vimos, tentou emplacar um governo ordeiro e ordenador, com o exercício de uma língua de máximo respeito à sintaxe de concordância e construção.

O caso de Bolsonaro é singular, porque articula a posição política ultraconservadora a um sistema de formas linguísticas que quer soar ultrapopular. O slogan do governo: “Pátria Amada Brasil”, com seu eco ao hino nacional, juntamente com o logotipo em que a bandeira é de novo a fonte,

aponta a opção por valores conservadores, no plano dos comportamentos e da relação com o Estado, e não é preciso alongar muito a conversa:



FIGURA 7 – Logotipo adotado pelo governo Jair Bolsonaro

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/01/marca-da-gestao-bolsonaro-e-antiga-mal-estruturada-e-usa-fonte-gratis-do-google.shtml>

Há um claro apelo à ordem. Ordem unida das marchas ao som de marchas; canto uníssono do hino; manutenção da ordenação social em prol da pátria como valor suprassocial. Nada de novo sob o sol conservador. No plano da língua, no entanto: balbúrdia, desordem. Sintaxe desconexa, calão indizível para crianças na sala em horário nobre, concordâncias estropiadas, ortografia vilipendiada, fonologia incapaz de lidar com proparoxítonos e sílabas pesadas em posição átona final ou polissílabos cujas pretônicas é preciso escandir em mais de um troqueu (até hoje acho – e me permita o leitor esta hipótese performaticopsicolinguística – que, na fatídica reunião ministerial de 22 de abril de 2020, terá sido apenas por pura inépcia fonológica que o presidente não proferiu a expressão *superintendência da polícia federal* (do Rio de Janeiro), que poderia tê-lo embaraçado mais nas acusações de interferência nas instituições da justiça, ora em curso).

Há um uso muito eficaz das formas linguísticas não padrão: por meio do emprego de formas linguísticas populares, promove-se a rejeição da intelectualidade por sua suposta associação às posições mais à esquerda do espectro político. Assim, enquanto em políticos como Lula, o apelo a formas populares parece ter o condão de realçar a imagem do trabalhador-que-é-capaz-de-falar-de-igual-para-igual-com-intelectuais-progressistas, em Bolsonaro o apelo a formas populares contém a rejeição à posição progressista intelectual, que seduz e corrompe o trabalhador, o homem comum, com sua pregação anticristã, antipatriótica, antifamiliar. Contraditoriamente, o apelo a formas populares é, fundamentalmente, neste caso, conservador. Como é engenhosa a apropriação do jogo sociolinguístico pela política partidária!

Em Bolsonaro, o processo civilizador é tomado como o construto progressista de esquerda que é preciso eliminar (reproduzo de propósito as reduções conceituais, para evitar paráfrases mais extensas). As formas precisas, o distanciamento lexical, a frase sopesada por suas eventuais ofensas identitárias são rejeitadas, porque corresponderiam aos avanços da esquerda destruidora de lares e de valores. É muito interessante como o moralismo conservador se associa ao primitivismo linguístico, à algaravia de formas que emergem das conversas de boteco mais torpes. Aí, não cabe a mesóclise, não cabem os erres vibrantes alveolares do presidente Temer, as marcas de concordâncias monocordicamente redundantes, como babados nas camisas, que estão no mundo apenas para vestir o corpo e não pra farfalhar ao vento. No belo, mora a contradição: o projeto conservador manda um foda-se à língua e seus maneirismos de quem pensa demais no que vai falar e só quer confundir nossa alma pura. A alma pura precisa de uma língua pura em seu primitivismo – não depurada como tanto desejaram nossos puristas mais radicais – uma língua que não desvirtue de seu caminho a pátria, com suas concordâncias e regências e léxicos carregados de significados sutis e sociais. Estas estão reservadas para o demônio da racionalidade, que maldosamente insiste em dissimular como do bem comum e da igualdade a estrada que nos conduzirá a subterrâneos bestiais e pervertidos.

Como é tristemente instigante a contradição!

Tudo isto bota a boa gente sociolinguística a pensar: deve-se defender os integrantes do governo conservador dos ataques – de resto conservadores – pelas formas incultas que estes usam? Por que não defender o presidente da chacota que circula nas hostes intelectuais progressistas por sua sintaxe claudicante, seu texto incompreensível, sua fonologia imperfeita, sua concordância esdrúxula? Não estou para provocar hordas virtuais de qualquer espécie. Flui por mim a contradição dos valores. A posição conservadora vem por fim defendida pela adesão a uma língua não conservadora, caótica, desordenada. O apelo à ordem social sustentado pela desordem linguística.

4. Meu pequeno livro do desassossego sociolinguístico

Reinventamos será as relações sociolinguísticas? Nosso tempo, vassalo de tantas torpezas na crista da onda de progressos tecnológicos inimagináveis para essas mesmas torpezas, delas fazendo uso ainda mais torpe, pela capacidade de fazê-las se infiltrarem na mais ínfima brecha da crosta social, nosso tempo será o tempo em que o mal transforma o bom em arma indefensável da vilania opressora?

Se são trocados os sinais com que o farol sociolinguístico iluminava a plebe rude a converter, como navegar no mar de metáforas cansadas e previsíveis da pregação sociolinguística, se o bem é mau, se o mal é bom, se a ordem cala e a desordem fala mais aos puros de coração ignorante?

Fora da memória não há significado social das formas linguísticas, não há variação linguística, não há identidades indiciárias que se marcam incendiárias, não há *burnouts* adolescentes que se digam nas periferias. E não há memória fora da política. E esta rasura as formas linguísticas, não

apenas os fones, morfes, lexias, mas mesmo aquelas mais abstratas na dança da cadeira dos movimentos sintáticos.

A um instante sou este; a outro, já aqueloutro. Fluido como pavio de vela, transformado em luz bruxuleante, ar quente e carvão minúsculo; criatura das cavernas e das brisas, dos mangues e das marés, da carne em contato com lâmina, das flores podadas no vaso. Mar de memórias que me envolvem e me sufocam, porção de arroz na panela imensa do tempo e da história, incapaz de dizer por si, na ilusão de falar por mim.

Agradecimento

Agradeço imensamente a Lara R. da Silva pelos comentários à primeira versão deste texto. Os equívocos seguem por minha conta.

Agradeço também aos pareceristas Gian Luigi De Rosa e Phellipe Marcel da Silva Esteves pela leitura afetuosa e a precisão dos reparos sugeridos com generosidade. Andamos precisando.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república o Brasil*. Companhia das Letras, 1990.

NERY, Sebastião. A verdadeira história de Jânio Quadros e seu “Fi-lo, porque qui-lo”. Disponível em: <<http://www.tribunadainternet.com.br/a-verdadeira-historia-de-janio-quadros-e-seu-famoso-fi-lo-porque-qui-lo/>>. Acesso em: 15/10/2020.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Rui Barbosa e a crise normativa brasileira. In CALLOU, D. e BARBOSA, A. *A Norma brasileira em construção: Cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)*. Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 2011.

SILVA, Deonísio da. O português de Jânio Quadros. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/o-portugues-de-janio-quadros/>>. Acesso em: em 15/10/2020.

VERÍSSIMO, José. Briga de Gramáticos. In: *Obras completas de Rui Barbosa , 1902 Anexos à Réplica*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, volume XXIX, TOMO IV, 1969.

VERÍSSIMO, José. Uma lição de Português. In: *Obras completas de Rui Barbosa , 1902 Anexos à Réplica*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, volume XXIX, TOMO IV, 1969.

ENSAIO TEÓRICO

“Lembrar é resistir”(?): Discursos sobre o regime militar em disputa

Fernanda LUNKES 

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Silmara DELA SILVA 

Universidade Federal Fluminense (UFF)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Luciana Vinhas (UFPE)
- Fernanda Galli (UFPE)

SOBRE OS AUTORES

- Fernanda Lunkes
Conceptualização, Análise formal, Investigação e Escrita – análise e edição.
- Silmara Dela Silva
Análise formal, Investigação e Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 07/10/2020
- Aceito: 20/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Lunkes, F.; Silva, S. D. (2020).
“Lembrar é resistir” (?):
Discursos sobre o regime militar
em disputa. *Revista da Abralin*,
v. 19, n. 3, p. 348-364, 2020.

RESUMO

Inscrito no quadro teórico-metodológico da análise de discurso de base materialista, que se desenvolve a partir das proposições de Michel Pêcheux, o presente trabalho tem como objetivo analisar discursivamente sentidos em curso para o regime militar no Brasil, em diferentes materializações no espaço urbano. Com foco nas tensões e contradições que inscrevem tais discursos na cidade, em nossa conjuntura sócio-histórica, traz para análise um *corpus* constituído pelo vídeo institucional disponível no site do Memorial da Resistência, em São Paulo, e flagrantes urbanos de cartazes que fazem apologia à ditadura e aos métodos de tortura e morte por ela empregados no Brasil. As análises realizadas possibilitam vislumbrar a contradição entre os discursos de resistência, que ganham o espaço do Memorial, e o discurso cívico e(m) gestos de violência, flagrado no espaço urbano. Tais flagrantes apontam para a necessidade de questionamento das evidências de sentidos, de modo a fazer da lembrança um gesto de resistência.

ABSTRACT

This paper, which embodies the theoretical-methodological framework of materialist discourse analysis deriving from the propositions of Michel Pêcheux, aims to analyze the current meanings of the Military Government discourse in Brazil through its different manifestations in the urban space. This work is focused on the conflicts and contradictions that surround such discourse in the cities, in our socio-historical context, to assess a *corpus* comprised by the institutional video of the *Memorial da*

Resistência [Memorial of Resistance] website, in São Paulo, and by urban manifestations in the form of posters supporting the return of the Brazilian dictatorship and their methods of torture and murder. This assessment aims to promote the understanding of the contradiction between the resistance discourse, which is gaining space at the *Memorial da Resistência* site, and the cynical discourse of the pro-violence posters displayed in the urban space. Such urban manifestations point to the need for questioning the evidence of meanings in an attempt to turn our memory into a gesture of resistance.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso. Regime Militar. Espaço urbano.
Memorial da Resistência.

KEYWORDS

Discourse Analysis. Military government. Urban space.
Memorial da Resistência.

Introdução¹

O presente trabalho, filiado à Análise materialista de Discurso, sustentada nos dispositivos teórico-metodológicos elaborados por Michel Pêcheux (2009 [1975]), na França, e Eni Orlandi (2001; 2004), no Brasil, tem em vista produzir uma análise que situe algumas das tensões e dos sentidos produzidos sobre o regime militar no Brasil nas primeiras décadas do ano 2000. Para tanto, elege como objetos de análise o vídeo institucional do “Memorial da Resistência” e alguns dizeres que circularam em cartazes em manifestações realizadas no espaço urbano, na última década.

A análise desses dizeres, compreendidos nesta pesquisa enquanto flagrantes urbanos², relaciona-se a um projeto mais amplo, intitulado *Discurso político e políticas públicas a partir do*

¹ Considerando um dos objetos de análise do presente trabalho, mobilizamos o título da peça teatral “Lembrar é resistir”, escrita por Analy Alvarez e Izaías Almada e dirigida por Silnei Siqueira. Exibida pela primeira vez em 1999 em comemoração aos 20 anos de anistia, a peça foi/é encenada no Memorial da Resistência. (Fonte: <http://www.memorialdarestenciasp.org.br/memorial/default.aspx?mn=72&c=249&s=#>. Acesso em: 16 de set. 2020).

² Posteriormente explicaremos como a noção de flagrantes urbanos é compreendida na pesquisa.

*acontecimento do impeachment: análise dos discursos sobre ciência, educação e cultura*³. O projeto tem como objetivo geral situar os modos de formulação e circulação do discurso político brasileiro a partir do acontecimento do *impeachment* e um de seus objetivos específicos consiste em analisar os efeitos do discurso político no espaço urbano.

O espaço urbano é mobilizado com base nos estudos de Orlandi (2004, p. 71), que define a cidade como “espaço social público em que sentidos e sujeitos se constituem em suas particularidades [...]”, estabelecendo para o sujeito que por ela circula – o cidadão – a dimensão jurídica. Para a autora, ao contrário de nação, que funciona de maneira mais abstrata, a cidade “tem dimensões, formas visíveis” (ORLANDI, 2004, p. 11), algumas das quais colocaremos em questão no batimento entre descrição e interpretação das análises aqui trazidas.

Mobilizar a cidade, para Orlandi (2004, p. 12), significa colocar em questão “localidade, aglomerado, concentração e quantidade”, questões caras ao presente texto, já que o espaço urbano – a rua, de forma mais específica – atua enquanto dispositivo analítico que, na articulação com o político, engendra tensões, aglomerações e mobilizações as quais fazem circular determinadas demandas sociais com diferentes filiações ideológicas.

Colocar em questão as diferentes discursividades que circulam pelo espaço urbano nos permite considerar, com base em Pêcheux (2009 [1975]), a contradição que trama a materialidade da língua e da história e(m) relações constitutivas. Isso porque, em uma mesma conjuntura, temos um espaço como o Memorial da Resistência, que se dedica a dizer, a mostrar, a fazer comparecer os efeitos político-econômico-sociais-afetivos de um regime autoritário cujas práticas são pautadas por dispositivos de coerção e violência, e o registro de mobilizações que ocorrem no espaço urbano com dizeres que aludem e reivindicam justamente as práticas de violência vinculadas ao regime militar no Brasil.

1. Os espaços do museu e do memorial

Para iniciarmos nosso percurso reflexivo em torno dos espaços do museu e do memorial, mobilizaremos os sentidos dicionarizados. Não está em questão, considerando a perspectiva que ancora nosso trabalho, conceber os sentidos como evidentes e transparentes; o dicionário, enquanto objeto de conhecimento determinado sócio-historicamente (ORLANDI, 2001, p. 09), atua enquanto objeto na/para a legitimação dos sentidos e(m) seus efeitos de evidência, em uma determinada formação social.

O verbete ‘memorial’ é assim definido no Dicionário Houaiss (2009, p. 1272): “Memorial: 1 relato de memórias 2 obra concernente a fatos ou indivíduos memoráveis; memórias [...] 7 digno de ser lembrado; memorável”. Já para o verbete ‘museu’ são apresentadas as seguintes definições: “[...] 2 instituição dedicada a buscar, conservar, estudar e expor objetos de interesse duradouro ou de valor

³ Coordenado pela professora Evandra Grigoletto (UFPE) e composto por uma equipe interinstitucional, com pesquisadores da UFPE, UFAL, UFSB e UFF. Desenvolvido com apoio do Edital Universal/CNPq-2018.

artístico, histórico etc. [...] 3 local onde tais objetos são expostos [...] 4 coleção, reunião de objetos raros, miscelânea, variedade” (HOUAISS 2009, p. 1335).

Pode-se depreender que os sentidos dicionarizados de memorial relacionam-se a uma especificidade temática; no caso do Memorial da Resistência, a um espaço do memorável destinado sobretudo ao funcionamento do regime militar e(m) seus traços mais vis e aos movimentos de oposição ao regime militar no Brasil. Deprendemos ainda sentidos que produzem um efeito de alinhamento entre o memorial e o museu: a conservação do que é memorável e pode/deve, por seu valor, ser posto à visibilização, exposição e lembrança públicas.

O museu pode ser definido, conforme Venturini e Schon (2018), como “espaço discursivo”. Com essa concepção em jogo, compreendemos o museu como um espaço que aponta para a visibilização de memórias, as quais, em uma tomada de posição que (re)convoca o não esquecimento, funciona de modo a resguardá-las e fazê-las comparecer; um espaço no qual os sentidos não cessam de ser produzidos. As autoras acrescentam em sua exposição:

[...] definimos o museu como espaço discursivo, pensando a noção espaço discursivo à luz de Pêcheux (2002) como o lugar do enunciável, que possibilita que um enunciado derive para outro enunciado e, também, referida por Courtine (1981) como domínio de memória, possibilitando a apreensão dos funcionamentos discursivos. (VENTURINI; SCHON, 2018, p. 546).

Diante dessa perspectiva, é preciso considerar ainda o jogo constitutivo entre aquilo que se diz/mostra e aquilo que não se diz/não se mostra, sentidos sobre e a partir do espaço do museu que colocam em questão o que ressoa por/em sua ausência. Designando o museu como um entre os “espaços discursivo-museológicos”, Sousa (2017) ressalta que, na urgente evidência de uma determinada visibilização de/em tais espaços, “também está posto o ausente, o inenarrável, o incompleto e o que não completará a série” (SOUSA, 2017, p. 78). A advertência da autora permite compreender a incompletude, o vazio, o furo, o lacunar, ou seja, os sentidos não previstos, não possíveis, não estabilizados em um gesto de leitura que, por sua vez, projeta em seu horizonte uma estabilização dos sentidos.

1.1 O Memorial da Resistência: um gesto de análise

Em nosso percurso teórico-analítico, voltaremos nosso enfoque ao espaço do Memorial da Resistência. Inaugurado em 1º de maio de 2008 e sediado na cidade de São Paulo, esse espaço surge a partir de uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo que, por meio da Secretaria da Cultura, funda-o com vistas a preservar e/ou a recuperar uma determinada memória sobre o regime militar, o golpe de Estado militar, deflagrado em 1964, no qual estavam envolvidas também lideranças civis e elites empresariais.

Diante das consequências produzidas por um golpe, demandado por diversos setores da formação social brasileira (TOLEDO, 2004), que tinha como um de seus alvos o processo democrático, o Memorial assume uma determinada tomada de posição nos dizeres e imagens que são postas a

circular; assim, esse espaço coloca em questão o processo ditatorial, a tortura e a falta de liberdade no país. Conforme apresentado no vídeo institucional, o Memorial é um espaço que se constitui em torno de três palavras: controle, repressão e resistência, consideradas “três palavras-chave para compreender os regimes autoritários no Brasil republicano”⁴.

O Memorial ocupa parte do edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP). Sua proposta prevê, “por meio da musealização”, constituir-se como uma “instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade)”⁵. Ao discorrer acerca dos “regimes autoritários no Brasil republicano”, o vídeo institucional do Memorial, que, como já exposto, constitui nosso objeto de análise, menciona dois períodos, assim designados: “Era Vargas 1930-1945” e “Regime Militar 1964-1985”.

Conforme Figueiredo (2017, p. 26), o Memorial é “o único lugar de memória dedicado à ditadura” no Brasil, caracterizando-se, em seus termos, por enfatizar “mais a resistência à ditadura do que a dor e a vitimização”, apesar de sua localização em uma prisão, onde foram encarcerados vários presos políticos, que ali também foram torturados. Um espaço cujo domínio de memória (VENTURINI; SCHON, 2018), portanto, permite a circulação de discursos sobre a ditadura, com seus dispositivos próprios de coerção, e opera ao mesmo tempo um deslocamento de sentidos quando passa a funcionar como um espaço público de visita; um espaço que coloca em evidência o discurso dos companheiros presos, torturados e mortos pelo regime militar⁶.

O termo ‘resistência’ e alguns de seus sentidos são mobilizados logo no início do vídeo institucional do Memorial, como se pode observar nas quatro imagens expostas a seguir:

⁴ Link de acesso ao vídeo institucional: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?c=130#>. Acesso em: 07 de set. 2020.

⁵ Informações retiradas do site: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?c=83#>. Acesso em 07 de set. 2020.

⁶ No museu, o visitante tem acesso às celas dos presos, o que possibilita a leitura das inscrições nas paredes. Uma escrita que se marca enquanto efeito de angústia e ao mesmo tempo de resistência, e que permite o retorno, pelo gesto de leitura (pro)posto pelo Memorial, enquanto memória que visibiliza esses efeitos. Na visita ao Memorial, foi possível ler em uma das paredes o texto assinado pela presa política Rose Nogueira: “Pegaram meu bebê para me ameaçar”.



FIGURA 1 - Print screen do vídeo institucional do Memorial da Resistência
Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=130#>

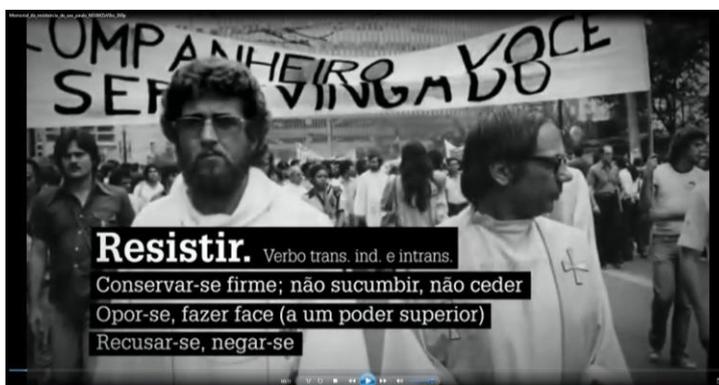


FIGURA 2 - Print screen do vídeo institucional do Memorial da Resistência
Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=130#>

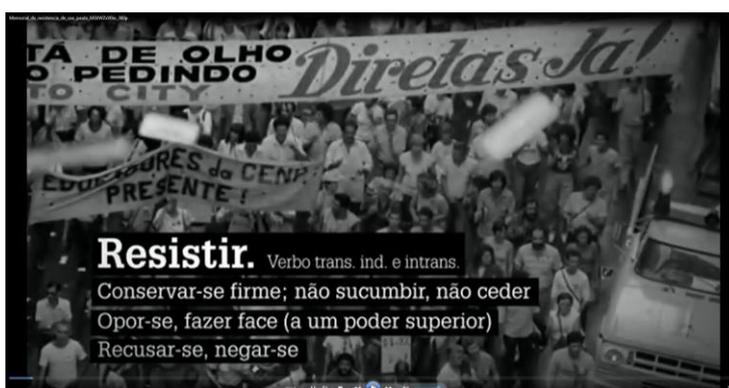


FIGURA 3 - Print screen do vídeo institucional do Memorial da Resistência
Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=130#>



FIGURA 4 - Print screen do vídeo institucional do Memorial da Resistência
 Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=130#>

Essa sequência de quatro imagens, que constitui nosso *corpus*, ganha foco no início do vídeo, permitindo, a partir de recursos técnicos, o efeito do comparecimento do texto e seu apagamento, a mobilização de alguns sentidos dicionarizados da palavra “resistir”. Nesse “processo de composição” (LAGAZZI, 2009) que coloca em questão o gesto de leitura do Memorial sobre os sentidos de resistência, são apresentadas imagens de manifestações populares realizadas no período do regime militar. Manifestações que clamam, por meio de palavras de ordem, cartazes e faixas, pelo direito à cultura, à liberdade, por eleições diretas no país e pelo desejo de reparação/punição pelos atos de perseguição, tortura e assassinato de companheiras e companheiros empreendidos pelo regime autoritário. A resistência, na relação de sentidos estabelecidos com a sequência de figuras, significa pela ação coletiva, suficiente e capaz de “opor-se, fazer face (a um poder superior)”, de “recusar-se, negar-se” a aceitar o controle e a repressão de um regime político de exceção.

Da perspectiva discursiva, situamos a resistência a partir do trabalho de Mariani (1998). Para a autora, a resistência atua sobre/com o deslocamento de sentidos esperados; um exemplo é a substituição de uma palavra por outra no fio do discurso. Sendo assim, a resistência se alinha à ressignificação dos sentidos, o que pode ser feito também a partir de processos de silenciamento; em outros termos, calar como gesto de resistência (ORLANDI, 2002).

A constituição do museu marca um gesto de resistência, a partir do que nos fala Figueiredo (2017, p. 26): circular dizeres e sentidos sobre as “atrocidades perpetradas por um regime de exceção” e sobre as quais foram operados processos de silenciamento, tanto de sentidos, como de sujeitos, em forte processo censório de silenciamento e por vezes de aniquilamento, físico e subjetivo.

Silenciar as violências de um governo autoritário pode ser então, neste caso, filiar-se ao discurso dominante, inscrevendo o jogo de sentidos posto em Figueiredo (2017) entre anistia e amnésia. Pode-se considerar ainda, a partir de Pêcheux (2015 [1984]), que a resistência, processo subjetivo de ordem ideológica e inconsciente, pode-se marcar na revolução (proletária) pelo ataque ao que foi contornado e conservado. Em nosso gesto de análise, podemos situar que propostas como a do Memorial produzem um efeito de contorno do processo de silenciamento censório (ORLANDI, 2002) de/sobre um regime autoritário pelo retorno de sentidos em jogo sobre esse período, no qual a formação social

brasileira esteve sob o funcionamento de uma política militar de violência e de tortura. Tal comparecimento estabelece uma relação outra de sentidos em relação a esse período e regime sobre os quais também repousam o imaginário de ordem social, progresso econômico e moralidade nos costumes.

Com base no trabalho de Ricoeur (1995), compreendemos que a constituição do espaço do Memorial da Resistência, planejada e executada no mesmo espaço onde outrora aconteceram torturas e assassinatos, convoca a formação social brasileira a um trabalho de elaboração do funcionamento de determinados períodos governamentais, equivocando uma evidência construída sobre tais regimes, como, por exemplo, aquela na qual se pauta a afirmação de que “no governo militar era bom”. As imagens que trouxemos do vídeo retomam, assim, movimentos e levantes sociais feitos à época diante da falta de liberdade nas artes, da impossibilidade de voto direto, de companheiros desaparecidos. A última figura, em seu gesto de enquadramento, joga também com possíveis efeitos de sentidos numéricos, permitindo a visualização de um amplo movimento que pode ser associado à insatisfação social. Um enquadramento mais próximo, por sua vez, permitiria jogar com um engajamento popular menor do que essa figura, restringindo a insatisfação a um grupo⁷ mais restrito – como no caso da Figura 3.

Ricoeur (1995, p. 07), abordando traumas sociais, trata do perdão e afirma que este “é o contrário do esquecimento de fuga; não se pode perdoar o que foi esquecido”. Com base em Freud, o autor propõe um trabalho social na elaboração dos diferentes traumas que um grupo/uma formação social enfrenta ao longo de sua história. Para tanto, faz-se necessário retomá-los, em um enfrentamento analítico sobre os fatos. Um esforço de reconstruir tais fatos abrangendo pontos de vista outros, segundo a tomada de posição do autor, para quem “Não só os acontecimentos do passado permanecem abertos a novas interpretações, como também se dá uma reviravolta nos nossos projectos, em função das nossas lembranças, por um notável efeito de ‘acerto de contas’” (RICOEUR, 1995, p. 04).

O perdão, na perspectiva do autor, consiste “não em exercê-lo, ou dá-lo, como se diz, mas em pedi-lo. O perdão é primeiro o que se pede a outrem, e antes de mais à vítima.” (RICOEUR, 1995, p. 7). Ao retomar o funcionamento de um espaço outrora de interrogatórios a sujeitos perseguidos, que lá eram sistematicamente torturados e assassinados, e mobilizar sentidos outros que não aqueles regularmente circulantes nos governos autoritários – mobilizando um jogo linguístico que permite o comparecimento do termo ‘resistência’ e não ‘terrorismo’, por exemplo –, o espaço do Memorial coloca(-os) em cena as/às vítimas e permite a formulação e circulação de outros dizeres sobre a ditadura e os diferentes movimentos de oposição e(m) diferentes gestos de resistência.

“Um mundo que não cessa jamais de se dividir em dois”. É com essa afirmação que Pêcheux (2015 [1984], p. 07) problematiza como as “formações ideológicas se referem aos ‘objetos’ (como a Liberdade, a Justiça etc.)”, simultaneamente como idênticos e diferentes. Assim é que, por exemplo, o aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1974) escolar possui um funcionamento contraditório

⁷ Não podemos deixar de mencionar que no discurso do regime militar o sentido de insatisfação é relacionado a alguns grupos, sobre os quais recai uma produção dominante de sentidos que os negativizam. Relacionando ao estudo de Mariani (1998), depreende-se a instauração de um processo metonímico que coloca esquerda, comunismo, inimigos, entre outros, em uma cadeia circular de significação que produz o imaginário de inimigos do povo e da nação.

na produção de suas formas de conhecimento, que podem ocorrer por um percurso de ensino voltado à formação de líderes e, ao mesmo tempo, à formação técnica de trabalhadores. Da mesma maneira, o aparelho de Estado cultural ressignifica um espaço antes pertencente ao aparelho repressor do Estado. O processo discursivo, portanto, se inscreve na luta ideológica de classes; estas, como nos lembra Pêcheux, não são indiferentes à língua.

Pêcheux ilumina, com essa afirmação, um outro ponto de nosso trabalho, qual seja, a contradição. Se, por um lado, a década de 1990 e os primeiros anos do século XXI propiciaram a emergência de sentidos e dizeres outros sobre o regime militar, dando as condições necessárias para a criação do Memorial da Resistência, por exemplo, por outro, foi possível verificar nos últimos anos, sobretudo em manifestações no espaço urbano, dizeres de homenagem e de reivindicação pelo retorno do regime militar no Brasil. Nosso trabalho prossegue analisando alguns desses dizeres, a partir do que estamos designando como flagrantes urbanos.

2. A emergência de discursos de apologia à ditadura

O que localizamos como um movimento de reivindicação do retorno da ditadura ganha forma material nas ruas de grandes cidades brasileiras, de modo mais expressivo, em meados de 2015. Em março e abril daquele ano, foram realizadas manifestações que se autodenominaram contra a corrupção⁸, organizadas principalmente com a finalidade de enfraquecer o governo da então presidenta Dilma Rousseff, após a sua vitória nas urnas, no final de 2014, momento político na formação social brasileira marcado pela polarização e pelas consequências sociais e políticas dos conflitos decorrentes das manifestações de 2013.

Trata-se de um movimento reivindicatório alinhado a um posicionamento político de direita que deve ser situado pelo acirramento radical dos sentidos postos em circulação. Casimiro (2018) apresenta um percurso que retoma a reorganização das classes dominantes a partir da década de 1980. Pode-se depreender, no entanto, que as condições de produção da/na formação social brasileira produzem uma (re)emergência desses discursos de direita a partir dos anos 2000, conforme ressalta o autor:

⁸ É importante destacar que esse não é o primeiro movimento empreendido pela oposição durante os anos de governos petistas. Em 2007, por exemplo, o movimento conhecido como “Cansei” reuniu instituições como OAB/SP e Associação do Comércio, empresários como João Dória, artistas como Ivete Sangalo, Hebe, Regina Duarte, Ana Maria Braga, Regina Casé, Seu Jorge, além de civis. Manifestações foram realizadas em São Paulo e entre as palavras de ordem estavam “Fora Lula” e “Lula, ladrão, vai pra prisão”, o que nos permite depreender nessas tensões e nesses conflitos mais marcados em (dis)curso uma prática discursiva de ódio à esquerda, materializada no fio do discurso pela mobilização da posição ocupada pelo então presidente Lula. (Fontes: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909369-ha-dez-anos-cansei-dava-a-doria-projecao-politica-e-pecha-de-golpista.shtml>; <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/cansei-lota-praca-da-se-contr-a-vontade-organizadores-manifestantes-gritam-fora-lula/>. Acesso em 13 set. 2020).

[...] a partir da segunda metade da década de 2000, o discurso da direita passa a ganhar maior dimensão e radicalidade. Abandona-se uma espécie de ‘constrangimento’ que mantinha suas manifestações mais extremadas silentes; depois, elas passaram a caracterizar esse avanço da direita no Brasil. A reprodução desse tipo de concepção passou a ganhar muita força em virtude dos novos meios de comunicação digital e das redes sociais. Além da maior difusão do pensamento liberal-conservador, narrativas revisionistas e as fakenews passaram a ‘redimir’ determinados discursos de ódio, tidos como inaceitáveis e repulsivos por décadas pela maioria da sociedade. (CASIMIRO, 2018, p. 43-44).

Casimiro (2018) aponta para o que está em jogo no funcionamento do/no ‘discurso de direita’: as narrativas revisionistas e as *fakenews*, que são impulsionadas pelas formas de circulação das tecnologias digitais e por seu funcionamento técnico (como a algoritmização). Miguel (2018) propõe em seu trabalho uma perspectiva mais ampla, permitindo-nos, assim, pensar em discursos de direita, uma vez que a direita pode ser vinculada a diferentes movimentos. O autor faz uma retomada e os reúne em três grandes vertentes: libertarianismo, fundamentalismo religioso e anticomunismo. O primeiro, estabelecendo uma relação tensa com o liberalismo clássico, “reduz todos os direitos ao direito da propriedade e tem ojeriza por qualquer laço de solidariedade social.” (MIGUEL, 2018, p. 19). Estabelece-se nos discursos alinhados a esse movimento uma prática discursiva que produz um efeito de oposição entre “Estado, esquerda, coerção e igualdade”, os quais devem ser eliminados, e “liberdade, mercado e direita”, que devem permanecer (MIGUEL, 2018, p. 19).

O segundo, o fundamentalismo religioso, pode ser definido, conforme Miguel, como “percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate” (MIGUEL, 2018, p. 21), e atua principalmente em pautas morais. E o terceiro, o anticomunismo, retoma o discurso da Guerra Fria, mas relacionando-o ao “bolivarianismo venezuelano”. Esse último, inclusive, pode ser compreendido como uma das condições de produção para a possibilidade de algumas equações linguísticas (MARIANI, 1998) que compareceram nos últimos anos nos discursos da direita, tais como: “petista=comunista” e “esquerda=comunista”.

Da perspectiva discursiva, pode-se situar esses movimentos de direita pela filiação a diferentes formações discursivas (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 147). Retomando a já bastante conhecida definição entre os analistas de discurso de que essas formações atuam como matriz de sentido que regula “o que pode e deve ser dito” (em formas diversas, como sermão, panfleto, programa) a partir de uma posição assumida pelo sujeito em uma determinada conjuntura, situamos tais movimentos a discursos que reivindicam distintas agendas, de pautas econômicas às morais. Em meio a estes, localizamos dizeres de apoio à tomada do poder pelos militares, com a conseqüente valorização de governos autoritários/protofascistas e de apologia à tortura.

A respeito do movimento de reivindicação do retorno da ditadura, retomamos a reflexão empreendida por Orlandi (2010). Nesse texto, a autora destaca que, na conjuntura sócio-histórica e política de 1968, alguns sentidos sofriam processos de silenciamento censórios, tais como aqueles relacionados à tortura, resistência e liberdade. A autora coloca em questão a não realização de um

trabalho social à época, a ausência de um “politicamente significado”⁹, que por estar “fora da memória não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado [...]. Está in-significado, de-significado” (ORLANDI, 2010, p.66).

A afirmação de Orlandi é corroborada por Figueiredo (2017) em suas reflexões acerca da literatura como arquivo da ditadura brasileira. Em seus termos: “No Brasil não se cultiva a memória política porque a anistia significou amnésia, o país se recusa a enfrentar seu passado, a rever os crimes cometidos, a expor as atrocidades perpetradas por um regime de exceção.” (FIGUEIREDO, 2017, p. 26). Retomando a teorização de Ricoeur (2005) que aproxima anistia e amnésia, a autora afirma que a anistia concedida às vítimas da ditadura no Brasil e que permitiu o retorno dos então exilados ao país também significou o perdão para “os torturadores e os assassinos”, funcionando, assim, como uma lei que impede o Brasil de “olhar para o seu passado” (FIGUEIREDO, 2017, p. 26).

O não olhar para o passado irrompe enquanto demanda urgente na atualidade a partir da formulação e circulação de dizeres reivindicando não apenas o retorno do regime militar, mas colocando como questão de ordem um dos traços mais perversos de seu funcionamento.

2.1 Discurso cínico e(m) gestos de violência

O ano de 2015 foi marcado por intensas manifestações. Indursky (2016, p. 65) traça uma análise contrapondo o que designa como “jornadas de junho de 2013” com as manifestações de 2015. Sobre estas últimas, a autora explica que foram inicialmente provocadas por lideranças políticas, diferentemente daquelas. Além disso, enquanto as jornadas de 2013 se caracterizavam pela “heterogeneidade ideológica” (INDURSKY, 2016, p. 78), em 2015 houve uma dissolução desse efeito heterogêneo, e as manifestações passaram a se configurar em grupos: de um lado, os que se manifestavam contrários ao governo e, de outro, os que apoiavam o governo, cada um com cores próprias. As cores utilizadas nas roupas e nos acessórios coloriam o espaço das ruas das cidades pelas quais passavam; enquanto os manifestantes contrários elegeram as cores pátrias, os apoiadores do governo utilizavam a cor vermelha.

A circulação das cores nas ruas, em seu efeito de polarização, marca diferentes tomadas de posição e de classe. Com base em Indursky, compreendemos as manifestações de 2015 como práticas discursivas que colocam em questão “um mal-estar vigente em relação não só ao poder instituído, mas também à democracia, forma de governo vigente hoje no Brasil” (INDURSKY, 2016, p. 67). De acordo com Souza (2017), esse momento das manifestações abrange um período – para o autor, de 2013 a 2016 – no qual a culpabilização e criminalização, decorrentes sobretudo das investigações da

⁹ A Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo era “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”, foi uma iniciativa extremamente relevante. O curto período de duração (de 2012 a 2014) para investigar um longo período histórico já aponta para questões outras e que vão ao encontro do exposto por Orlandi. (Fonte: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em 16 de set. 2020).

operação Lava Jato e de vazamentos, empreendidos de forma seletiva pela mídia, recaíram inteiramente sobre o Partido dos Trabalhadores.

Assim como nas manifestações realizadas em 2013, as de 2015, além de circularem nas ruas, ganharam desdobramentos outros nas mídias tradicionais e na internet; os dizeres dos cartazes geralmente eram postos em destaque e passaram a circular em diferentes páginas na internet e com diferentes perspectivas¹⁰. Dizeres que mobilizam o que Indursky (INDURSKY, 2016, p. 79) compreende como “ideologia do ódio”, os quais foram enquadrados em diferentes registros.

Propomos conceber tais registros enquanto flagrantes urbanos: de maneira preliminar, propomos compreendê-los como gestos cujo enquadramento produz efeito de maior ou menor espontaneidade. Gestos que colocam em questão, sobretudo, uma tomada de posição político-ideológica pelo/no espaço urbano por sujeitos e diferentes grupos. Flagrante urbano pode, assim, ser compreendido em nossa análise a partir de um duplo funcionamento: i) empiricamente, trata-se do registro efetuado da paisagem urbana e/ou de qualquer ação realizada no espaço urbano; ii) analiticamente, trata-se do que, pela força da repetição ou pela emergência produzida pelas condições de produção, comparece no espaço da cidade e constitui objeto de análise do/para o analista de discurso, que pode se dedicar a compreender o funcionamento de uma ou mais materialidades significantes em jogo. Nesse sentido, é preciso também considerar os espaços de circulação a partir dos quais tais flagrantes ganham relevo.

Portar um cartaz nas manifestações realizadas pelas ruas das cidades, por exemplo, é compreendido enquanto um flagrante urbano desse gesto que significa, nesse caso, portar determinadas demandas individuais e/ou coletivas/sociais. Para nossa análise, recortamos imagens desse tipo que, após terem sido flagradas no espaço urbano, ganharam circulação em sites na rede eletrônica, seguindo um curso de produção de sentidos. O recorte empreendido coloca em relação os diferentes sentidos em jogo sobre o regime militar.

Distintas demandas são mobilizadas pelos sujeitos nos cartazes que circulam. Em nosso gesto de leitura, trazemos três cartazes de alguns desses flagrantes: o primeiro (figura 5) é um cartaz que circulou nas manifestações realizadas em março de 2015; o segundo e o terceiro (figuras 6 e 7), nas realizadas em agosto do mesmo ano:

¹⁰ Embora não seja nosso intuito desenvolver uma análise dos desdobramentos desses dizeres, vale destacar o site no qual localizamos a figura 5, que traz um cartaz em que se protesta pelo não assassinato da então presidenta Dilma Rousseff. Trata-se de uma página que propõe apresentar os cartazes “mais engraçados e criativos” das manifestações de 2015. É necessário colocar em questão como dizeres desejando a morte de alguém, nesse caso, da única mulher que até o momento ocupou o cargo mais importante do Brasil em termos de representatividade, possam circular na evidência de sentidos de comicidade e criatividade.



FIGURA 5 - Flagrante urbano de manifestação realizada em março de 2015

Fonte: <https://www.criatives.com.br/2015/03/os-22-cartazes-mais-engracados-e-criativos-dos-protestos-do-dia-1503/>



FIGURA 6 - Flagrante urbano de manifestação realizada em agosto de 2015

Fonte: <http://nao-questione.blogspot.com.br/2015/08/brasil-por-que-nao-mataram-todos-em-1964.html>



FIGURA 7 - Flagrante urbano de manifestação realizada em agosto de 2015
 Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439908643_894361.html

Na primeira figura, dois homens comparecem e um deles segura um cartaz que traz os seguintes dizeres¹¹: “Protesto: quem era para ter morrido era a Dilma e não o cantor Reginaldo Rossi”. No segundo, não vemos os rostos, mas o enquadramento nos permite concluir que são duas mulheres sentadas na guia (da rua). Uma delas segura um cartaz com o seguinte enunciado: “Porquê não mataram todos em 1964”. O terceiro é segurado por uma mulher que esconde grande parte do seu rosto, em um cartaz que diz: “Dilma, pena q não tem enforcaram no DOI-CODI. Fora Dilma e PT”.

Alguns cartazes tiveram destaque na mídia. O segundo cartaz (figura 6) é um caso exemplar. O flagrante de uma senhora portando esse cartaz enquanto parece descansar na guia ganhou destaque nas redes sociais e despertou a atenção de colunistas de diferentes espaços midiáticos. Em trabalho anterior (DELA-SILVA; LUNKES, 2020, p. 104), nos voltamos a uma crônica do professor Pasquale. Nessa crônica, ao dizer sobre o emprego dos porquês na língua, se demarcava “uma posição de enfrentamento ao discurso de ódio que ganhou as redes sociais e, também, as ruas, com maior ênfase a partir da eleição de Dilma para seu segundo mandato, em 2014.”.

O retorno a esse cartaz permite-nos, neste momento, apontar para o não desconhecimento a respeito das torturas e assassinatos promovidos pela ditadura no Brasil, no período de 1964 a 1985. São sentidos que ecoaram também na votação ao processo de golpe/*impeachment* de Dilma na Câmara dos Deputados, em abril de 2016, quando um deputado dedicou o seu voto à “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff” (BARBA; WENTZEL, 2016).

Nos dizeres em análise, não se trata de apoios a governos autoritários por desconhecimento de suas ações, ou a apologias a torturas e assassinatos por acreditar que tais ações não existiram. Aqueles que seguram os cartazes e bradam por repressão sabem o que pedem e mesmo assim o fazem. Baldini e Di Nizo (2015) abordam as consequências do funcionamento social de tal enunciado (Eu sei, mas mesmo assim...) como uma exposição da forma cínica do discurso na atualidade, cujo “próprio

¹¹ Transcrevemos os dizeres da maneira como foram formulados nos cartazes.

funcionamento torna inócua a arma da crítica, na medida em que a tomada de posição cínica já pressupõe sua própria crítica...” (BALDINI; DI NIZO, 2015, p. 133).

Em nosso gesto analítico, propomos uma substituição. Sabemos que a conjunção *mas* funciona como elemento linguístico de excelência para a mobilização de sentidos de oposição no fio do discurso. O funcionamento do discurso cínico pode ser apreendido na não coincidência entre aquilo que a posição sujeito retoma do já-dito com aquilo que espera/deseja. Na oração “eu sei” se mobilizaria um determinado saber de uma formação discursiva, posto em suspenso a partir do encaixe do “mas”, que mobiliza uma rede outra de sentidos e torna inócua a aparente crítica que se produziria, conforme indicam Baldini e Di Nizo; daí a posição cínica que “... já pressupõe sua própria crítica” (BALDINI; DI NIZO, 2015, p. 133). Poderíamos, nesse caso, articular esse posicionamento teórico a alguns enunciados, tais como: “Eu sei o que foi a ditadura militar, mas mesmo assim reivindico a intervenção dos militares” ou “Eu sei o que é a tortura, mas mesmo assim a desejo para ‘comunistas’/opositores do regime militar.”.

Propomos substituir o “mas” por um “e”: “eu sei e por isso (...)”. Esse encaixe sintático permite situar uma posição sujeito que ao reconhecer o já-dito o assume como da ordem do esperado/desejado. Trata-se de um funcionamento a partir do qual se depreende a irrupção de um discurso marcado por efeitos de ódio em sua formulação. Nesse funcionamento, os gestos de violência não apenas são acolhidos nas fronteiras do saber desse discurso, mas também possibilita inseri-los nas práticas discursivas como ordem/agenda do dia, conforme se pode depreender nos dizeres em análise.

A expressão “gestos de violência” é aqui mobilizada a partir de pesquisas anteriores (LUNKES, 2019). Considerando que diferentes movimentos de sentidos estão em jogo em práticas discursivas nas quais a (necessidade de) violência coloca-se como evidente, compreendemos o termo ‘violência’ enquanto um amplo processo de designação, o que permite depreender os gestos de violência produzidos com base e a partir das materialidades significantes em análise. Dessa maneira, especificamos violência enquanto

[...] conjunto de gestos de violência que, pela evidência ideológica da formação social capitalista, corroboram e legitimam desigualdades de toda ordem, seja de classe, de raça e/ou gênero, que atuam não apenas no sentido de verticalizar/hierarquizar as relações, mas também de cristalizar os efeitos de superioridade e inferioridade colocados em jogo no discurso de um sujeito ou grupo sobre outro. (LUNKES, 2019, p. 194).

Com essa perspectiva em questão, vejamos o funcionamento de tais gestos de violência retomando os mesmos enunciados, mas com outra filiação de sentidos: “Eu sei o que é a tortura e por isso a espero/desejo para os de esquerda/‘comunistas’/opositores do regime militar.”.

3. Conclusão

Em nossa análise, mobilizamos o espaço urbano em diferentes movimentos: a cidade na constituição de espaços como o do Memorial da Resistência, a cidade que comparece para produzir sentidos de resistência no vídeo do Memorial, a cidade nas manifestações políticas de 2015. A cidade atravessada por diferentes sentidos e, conforme depreendemos, pela contradição. De um lado, pela demanda à vida no Memorial, que retoma uma memória de horror silenciada (ORLANDI, 2002) no discurso sobre/do regime militar; por outro, pelo efeito de urgente demanda da tortura e da morte do/de quem é considerado inimigo no discurso de manifestantes.

A fim de produzir o efeito de fechamento do presente trabalho, retomemos parte do título, em que procuramos estabelecer um jogo linguístico a partir de efeitos de declaração/interrogação: “lembrar é resistir(?)”. Apesar de iniciativas de constituir nas cidades espaços como o Memorial da Resistência, em que se coloca a ler/ver uma espécie de “acerto de contas” (RICOEUR, 1995), os flagrantes urbanos da última década permitem depreender a retomada de uma memória discursiva sobre/da política brasileira cuja demonstração é de que muitos dos sentidos em jogo no discurso sobre e do regime militar não foram significados e que, por isso mesmo, permite a mobilização nas manifestações dos traços mais perversos do funcionamento desse regime enquanto uma espécie de demanda social, naturalizando a tortura e a morte.

Por isso, com a mesma urgência e anseio dos discursos que reivindicam e naturalizam esses gestos de violência, insistamos em problematizá-los, em desconstruir as evidências que neles se produzem. Insistamos em nossa tomada de posição: lembrar e/é resistir.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1974.
- BARBA, Mariana D.; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarcidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. *BBC Brasil*, 20 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 4 jul. 2019.
- BALDINI, Lauro; DI NIZO, Patricia Leal. O Cinismo como prática ideológica, *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 13, n. 2, p. 131-158, dezembro de 2015.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. “As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo”. In: GALLEGO, Esther Solano. (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 41-45.
- DELA SILVA, Silmara; LUNKES, Fernanda L. Por que (não) dizer da língua? *Policromias – Revista de estudos do discurso, imagem e som*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 87-107, jan./abr. 2020.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

INDURSKY, Freda. "Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade". In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockamans de. *A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2016. p. 65-87.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAGAZZI, Suzy. "O recorte significativo da memória". In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L.; MITTMANN, Solange. *O discurso na contemporaneidade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2009, p. 65-78.

LUNKES, Fernanda. "Gestos de violência contra a mulher: uma análise discursiva". In: GARCIA, Dantielli A.; SOARES, Alexandre S. Ferrari (Orgs.). *De 1969 a 2019: um percurso da/na análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2019, p. 189-205.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MEMORIAL da Resistência de São Paulo. Disponível em:

<http://memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?c=130>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. "A reemergência da direita brasileira". In: GALLEGO, Esther Solano. (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.

ORLANDI, Eni. "Maio de 68: os silêncios da memória". In: ACHARD, P. et al. *O papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 3 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2010. p. 59-71.

ORLANDI, Eni. *Cidade dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

ORLANDI, Eni. *História das ideias linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

PÊCHEUX, Michel. [1984]. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. *Décalages*, v. 1, n.4, p. 01-22, jun. 2015. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15/>.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2009.

RICOEUR, Paul. *O perdão pode curar?* Tradução de José Rosa. 1995. Disponível em:

http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf. Acesso em: 4 jul. 2019.

SOUZA, Lucília Maria Abrahão. "De presença e ausência: trilhamentos discursivos em dois museus". In: VENTURINI, Maria Cleci (Org.). *Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso*. Campinas-SP: Pontes, 2017, p. 77-87.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VENTURINI, Maria Cleci.; SCHON, Suhaila Mehanman. Documentário, língua e o museu no/pelo olhar discursivo. *RUA*, Campinas, v. 24, n 2, p. 543-560, nov./2018. DOI <https://doi.org/10.20396/rua.v24i2.8653945>. Acesso em: 05 de ago. 2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002>. Acesso em: 13 de set. 2020.

ENSAIO TEÓRICO

O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil

Freda INDURSKY 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O presente artigo analisa, à luz da Análise do Discurso, a fala pública do presidente do Brasil, eleito em 2018. Uma distinção entre seguidores e apoiadores é estabelecida com base no jogo cruzado das formações imaginárias, através dos modos de dizer do governante em relação a esses dois grupos e também em relação a si mesmo. Seus seguidores são visíveis e ruidosos, vestidos de verde-amarelo, identificando-se plenamente com seu presidente, nele espelhando suas práticas. Eles produzem o efeito de uma massa de apoiadores, enquanto os apoiadores efetivos, em sua invisibilidade, sustentam seu presidente no poder para que ele realize as reformas próprias a um sistema neoliberal. Esse governo está desconstruindo o patrimônio cultural e ambiental e promovendo o desmonte da saúde e da educação. Esse presidente, que chegou ao poder por instrumentos democráticos, aproveita-se das liberdades próprias à democracia, aproximando-se, cada vez mais, dos saberes fascistas. Se, por um lado, é impossível ignorar tais avanços, por outro, não é possível afirmar que o atual governo instituiu um Estado fascista. A escuta discursiva mostrou que esse discurso se materializa em uma língua política fascista, inscrita em um regime de repetibilidade, que faz ressoar saberes do fascismo. Além disso, essa língua - desabrida e truculenta - pratica violência verbal. Seu léxico, extremamente vulgar, expõe sua homofobia e misoginia. Seu discurso se materializa através de uma fraseologia marcada por uma sintaxe rudimentar que produz frases curtas, truncadas e/ou desestruturadas. Sua língua é uma metáfora de seu governo.

RÉSUMÉ

Cet article examine, dans une perspective discursive, le discours du



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Claudia Pfeiffer (UNICAMP)
- Solange Leda Gallo (UNISUL)

DATAS

- Recebido: 25/10/2020
- Aceito: 16/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Indursky, F. (2020). O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 365-388, 2020.

président élu en 2018, au Brésil. Une distinction entre défenseurs et supporteurs est établie sur la base du jeu des formations imaginaires, observées à travers ses façons de dire à propos de ces deux différents types d'adeptes et à propos de soi-même. Ses défenseurs, visibles et bruyants, habillés en vert et jaune, s'identifient entièrement avec leur président, en reproduisant ses pratiques. Ils produisent l'effet d'une masse de supporteurs, tandis que les vrais supporteurs se maintiennent invisibles, tout en soutenant leur président, pourvu qu'il réalise des réformes inhérentes à un système capitaliste néolibéral. Ce gouvernement s'acharne contre le patrimoine culturel et environnemental et démonte la santé et l'éducation publiques. Ce président, qui est arrivé au pouvoir par un processus démocratique, profite de la liberté propre à la démocratie pour s'approcher au plus des savoirs fascistes. Si, d'un côté, il est impossible d'ignorer cette avancée vers le fascisme, d'autre part, il n'est pas possible d'affirmer que l'actuel système politique brésilien soit fasciste. L'écoute discursive a montré que ce discours se matérialise à travers une langue fasciste, inscrite dans un régime de répétibilité, qui fait résonner des savoirs fascistes. En outre, cette langue - truculente et débridée - pratique la violence verbale. Son lexique, extrêmement vulgaire, expose son homophobie et misogynie. Sa mise en discours se fait sur une phraséologie marquée par une syntaxe rudimentaire, aux phrases courtes, tronquées e/ou déstructurées. Cette langue est une métaphore de son gouvernement.

PALAVRAS-CHAVE

Seguidores. Apoiadores. Língua fascista. Formações imaginárias.
Modos de dizer.

MOTS-CLÉS

Défenseurs. Supporteurs. Langue fasciste. Formations Imaginaires.
Façons de dire.

Introdução

Se os fatos atestam algo diferente,

então é preciso alterar os fatos.
1984, Georges Orwell

Quando perdemos a capacidade
de nos indignar
com as atrocidades praticadas
contra outros,
perdemos também
o direito de nos considerar
seres humanos civilizados.
Vlado Herzog

Em texto anterior (INDURSKY, 2019), analisando os encaminhamentos de votos dos deputados federais por ocasião da admissão do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, comparei aquelas declarações a uma farsa e tomei aquele ritual como uma peça de Teatro do Absurdo.

Quatro anos se passaram. Entre as muitas coisas que sucederam desde então, aconteceram as eleições presidenciais de 2018 e o tenente-capitão¹, reformado por tentativa de explodir um alvo no interior do quartel em que servia para pressionar por aumento de soldo, foi eleito presidente do Brasil. Sim. Aquele mesmo deputado que, na votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, homenageou o Coronel Ustra, torturador de Dilma durante a ditadura militar. Aquele mesmo deputado que traduziu o slogan da Alemanha nazista - *Deutschland uber alles* (Alemanha acima de tudo) - ao votar pelo *impeachment*, alegando fazê-lo em nome do *Brasil acima de tudo*.

Hoje, não vivemos mais uma farsa, pois esse gênero provoca o riso, mesmo que amargo. E o desgoverno que aí está não se parece com o Teatro do Absurdo. Já ultrapassamos de longe as características desse gênero teatral. Hoje, o Brasil se assemelha a uma nave desgovernada que remete ao Teatro do Grotesco², o qual, em lugar do riso, provoca ranger de dentes. Esse teatro serve de cortina de fumaça para opacificar os atos de desconstrução do Brasil. São muitas as frentes que estão sendo atacadas: as reservas naturais, as reservas indígenas, os indígenas, as matas nativas, a educação, a ciência, a saúde, a cultura, os programas sociais, a Previdência...Essas são as condições de produção que presidem a escrita deste ensaio.

1. (Des)governo, adeptos e jogo cruzado de formações imaginárias

¹Sua patente no exército era a de tenente. Nas Forças Armadas brasileiras, ao ser reformado, o militar sai com o posto imediatamente superior. No caso aqui em tela, portanto, o tenente reformou-se como capitão. Neste artigo, ele será nomeado como tenente-capitão, capitão, capitão-presidente, (des)presidente. Essas designações foram estabelecidas em função das diferentes questões que serão analisadas.

²O teatro do grotesco põe em cena o caos do indivíduo e do corpo social, desenhando uma caricatura da própria existência humana e de seus dirigentes. O exagero e as excentricidades postos em cena representam uma realidade disforme, até mesmo monstruosa, da sociedade representada.

Mas, se o tenente-capitão pode desconstruir todo um patrimônio construído ao longo de muitas décadas e por inúmeros e sucessivos governos, aí incluídos os governos da ditadura militar, é porque tem adeptos. Cabe, então, perguntar: quem são eles?

Para refletir sobre essa questão, vou mobilizar as Formações Imaginárias, tal como formuladas por Pêcheux (2019 [1969], p.338-44), pois elas iluminarão as condições de produção do discurso posto em circulação em nossos dias:

Quem sou eu para que me falem assim? Quem sou eu para falar-lhes assim?

Quem são eles para que me falem assim? Quem são eles para que eu lhes fale assim?

Do que o tenente-capitão fala quando se refere ao Brasil e ao povo?

É preciso pontuar de imediato que, entre os adeptos do atual governante, há seguidores que não se confundem com apoiadores. Essa diferença é essencial para observar o jogo das formações imaginárias a serem analisadas.

Os apoiadores alavancaram, com seu poder econômico, o capitão à presidência e o mantêm lá. Eles se guardam cuidadosamente à sombra. Não é de seu interesse aparecer. Apoiaram antes e continuam a apoiar agora o tenente-capitão para que execute o trabalho de desconstrução do Brasil, razão pela qual o elegeram, facultando-lhes, desse modo, apropriar-se de bens patrimoniais que pertencem a todos, assegurados pela Constituição. Eis a imagem que os apoiadores fazem do tenente-capitão: o presidente certo para fazer o serviço que dele é esperado e para o qual foi eleito.

Os apoiadores se subjetivam em uma formação discursiva de direita, inscrevendo-se em uma posição-sujeito neoliberal, através da qual se relacionam com o tenente-capitão que foi eleito para servi-los. Basta lembrar algumas declarações de eleitores entre arrependidos e constrangidos: "Era o que havia de menos pior" dizem alguns. "Era ele ou o PT", dizem outros. Essas duas formulações apontam para sua tomada de posição: são eleitores inscritos em uma posição-sujeito que odeia o PT e seus programas sociais, e oscilam entre direita e extrema direita³. Ou seja, contraidentificam-se com o (des)presidente, mas, para eles, o capitão foi o melhor caminho para eliminar as políticas sociais e privatizar tudo, da saúde à educação, estabelecendo o tão desejado Estado Mínimo.

Os seguidores, ao contrário dos apoiadores, são extremamente visíveis e ruidosos. Exibem-se vestidos de verde e amarelo, como os torcedores brasileiros durante a copa do mundo. Apropriaram-se da bandeira do Brasil e a agitam, em suas manifestações, como se fosse a bandeira de seu clube. Gritam frases pré-fabricadas, cujo efeito de sentido é sempre o mesmo: "Bolsonaro, eu te amo!" "Mito!". Esses seguidores dedicam seu apoio e amor incondicionais ao seu ídolo. Atendem a suas convocações, espelham-se em sua práxis violenta, seja na mobilização da língua fascista⁴ como no tom de voz e atitudes, comportando-se a sua imagem e semelhança.

Trata-se de uma camada social cujas ideias estavam represadas desde o término da ditadura militar. Tais ideias correspondem ao que Laclau (2016) chama de impensabilidade e Vidal (2016) designa por mal de discurso, pois nem tudo pode ser dito em uma democracia, de modo que o

³ Essa posição-sujeito também tem sido designada de ultradireita e direita radical. Aqui, será sempre nomeada como extrema direita.

⁴ Essa noção será trabalhada na seção 2.

impensável torna-se indizível. O impensável estabelece os limites do dizer, determinando a fronteira entre o que pode ser dito e interditando o que não deve ser enunciado.

Mas, a partir de meados da última década, essa parcela da população sentiu-se cada vez mais encorajada a pedir a volta dos militares ao poder. Começaram, quase discretamente, nas manifestações de 2013. Contudo, a partir das manifestações de 2015 (INDURSKY, 2016), perderam a inibição e passaram a implorar pela volta dos militares ao poder. Daí em diante, não hesitaram em ofender a Presidente Dilma Rousseff, como, por exemplo, em um estádio de futebol, durante a copa do mundo, mandando-a tomar no "cu". Essa camada social atua como turba, no anonimato. E, quando toma a palavra, não o faz com um discurso estruturado. Serve-se de palavras isoladas, frequentemente chulas como acabamos de observar, ou de frases curtas. Essa turba pode ser aproximada ao que Freud designou de *massa*:

Na massa o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem se livrar dos recalcamientos, de suas moções de impulso inconscientes. As qualidades aparentemente novas que ele então mostra são justamente as manifestações desse inconsciente, que, afinal, contém tudo o que há de malvado na alma humana. (FREUD, 2017 [1921], p. 44).

Essa camada social, que se inscreveu na cena pública a partir de 2015, desde então tem crescido. O capitão veio preencher um vazio de liderança e, assim, mais do que seu presidente, tornou-se seu ídolo. Dele trazem a língua fascista e a práxis violenta, inscrevendo-se, desse modo, em uma mesma posição-sujeito de extrema direita⁵, pois "...a massa se dobra com submissão diante de uma autoridade forte. Sua coragem a seduz, sua autoridade se impõe sobre ela" (LE BON, *apud* COURTINE, 2015, p. 283)⁶. Embora esses seguidores não possam ser entendidos como "massa" agem como tal. Eis a imagem que fazem de si: estão a serviço do tenente-capitão, agindo como sua tropa de choque, como se apresenta(va) o grupo "300 do Brasil": "# fechados com Bolsonaro". Esse grupo representa a fisionomia de seus seguidores e faz ressoar/evocar uma versão caricata da juventude hitlerista.

Os seguidores, diferentemente dos apoiadores, identificam-se plenamente com seu ídolo. São os bons sujeitos de que nos fala Pêcheux (1988 [1975]). É para esses seguidores que o capitão tem tempo para parar no que se convencionou chamar de "cercadinho", sorrir, dizer algumas palavras, criticar a imprensa e atacar a oposição, enquanto esfrega o nariz e aperta algumas mãos. Não importa o que diga, sempre é apoiado de forma incondicional, aos gritos de "deixem o presidente trabalhar!". Esses seguidores agem como os crentes de seitas religiosas, movidos por uma fé cega, submetendo-se totalmente, sem hesitação. Nas palavras de Pêcheux (1988 [1975]), trata-se de uma identificação plena e, na formulação de Althusser (1970 [1967]), uma submissão sem falhas, que conduz esses seguidores a apoiar tudo que seu "mito" faz e diz. De modo que, espelhando-se no capitão, também recusam-se a usar máscara.

⁵ Essa posição-sujeito está sendo designada provisoriamente de extrema direita, mas será repensada mais adiante, nessa mesma seção.

⁶ A obra de LE BON, citada por Courtine - *La psychologie des foules* - foi publicada em 1896. O que chama a atenção é que os seguidores, aqui em observação, agem da mesma forma que a multidão, no século XIX.

Em seu imaginário, o capitão é o Messias, sem nenhum trocadilho com seu nome, e sua palavra soa como se fosse A Palavra. Esse é o imaginário que projetam sobre si e seu ídolo.

Nesse passo, cabe uma pergunta: se há apoiadores e seguidores, há algo que pode ser designado de bolsonarismo?

A seguir, passo a examinar as formações imaginárias que sustentam as práticas discursivas do tenente-capitão e seus modos de dizer sobre seus adeptos. Tais formações são da ordem do inconsciente e irrompem no discurso, feito a ponta de um iceberg, "trazendo 'já ditos' e 'já ouvidos', através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias" (PÊCHEUX, 2019 [1969], p. 42). Essas formações serão tomadas no presente ensaio como um observatório do político que se materializa na língua pelo viés das relações que o sujeito estabelece com o outro. Essa é a razão de propor aqui uma escuta discursiva da fala pública do tenente-capitão, pois "a fala pública é uma dimensão constitutiva da política" e nela residem "as distintas maneiras pelas quais o homem se dirige ao homem" sendo "reveladoras das diferentes construções sociais e históricas das identidades dos homens em sociedade" (PIOVEZANI, 2015, p.291). Para tanto, serão recortadas sequências discursivas (SD) de declarações que circularam em diferentes mídias: imprensa tradicional, imprensa alternativa, TV, YouTube, redes sociais, bem como da famosa reunião ministerial de 22 de abril que, por decisão do Supremo, também tornou-se pública.

Início com a imagem que o (des)presidente projeta sobre seus apoiadores. Para isso, tomo uma sua declaração, em discurso proferido durante uma homenagem que lhe foi prestada por membros do agronegócio de Sinop, MT:

SD1 - Eu sou empregado de vocês, vocês são nossos patrões. A vocês nós devemos lealdade absoluta, por vocês nós lutamos. (Estado de Minas, 19.09.20)

Esse modo de dizer-se a serviço dos empresários dá a ver o jogo de formações imaginárias que sustentam seu discurso e o efeito de sentido que lhe subjaz: eles, por serem os "patrões" são os que decidem os rumos do país, suas prioridades e desenham as políticas a serem seguidas. Curiosamente, essa formação imaginária assemelha-se muito ao imaginário que seus seguidores projetam sobre o capitão-presidente. Ambas correspondem ao bom sujeito que se submete ao Sujeito, com ele identificando-se plenamente (PÊCHEUX, 1988 [1975]).

Exploremos, a seguir, o imaginário que o tenente-capitão projeta sobre seus seguidores. Para tanto, tomo uma declaração produzida na tristemente famosa reunião ministerial de 22 de abril de 2020. Ao referir-se aos seguidores, afirmou:

SD2 - O campo fértil pra aparecer...uns porcaria aí, né? levando a...aquela bandeira do...do...do povo ao meu lado, não custa nada. (YouTube, Poder360)

A devoção que lhe é dedicada por seus seguidores é respondida, como é possível constatar em SD2, com total desprezo. Hesitando nomeá-los como povo, reformula-se e os qualifica de "porcaria".

E não poderia ser diferente. O "povo" a quem o tenente-capitão dedica verdadeira devoção é outro. São os donos do Brasil, os donos do capital, que importam. Por isso titubeia em nomear seus seguidores de povo. Já o povo, esse não passa de uma "porcaria".

Pode-se ir além: quando o (des)presidente diz estar "O Brasil acima de tudo", fala de um Brasil imaginário e altamente excludente, no qual cabem apenas os que o apoiam e os que comungam de seu posicionamento ideológico. Nesse Brasil, o povo não está incluído, nem os que se lhe opõem. E, certamente, cientistas, pesquisadores, professores e a classe artística tampouco fazem parte desse Brasil. Sob a nomeação Brasil, podemos identificar industriais, empresários, banqueiros, em suma, os membros da classe privilegiada, os detentores do capital e os verdadeiros donos do Brasil, os que possuem os meios para produzir riqueza. Em suma: um Brasil alicerçado em uma ditadura do capital.

O povo está excluído desse Brasil, pois ele só causa prejuízo aos empresários, gerando gastos com salários, direitos sociais, direitos trabalhistas, férias, repouso remunerado, aposentadoria, saúde e educação públicas. Em suma, o povo "quebra os pobres empresários". Quando ainda estava na Câmara dos Deputados, explicitou o que pensa sobre o povo pobre:

SD3 - Só tem uma utilidade o pobre nesse país: votar. Título de eleitor na mão e com diploma de burro no bolso. Só pra isso, mais nada.⁷

Explorando o jogo cruzado desse imaginário, pode-se concluir que o povo serve, por um lado, para trabalhar, para produzir a riqueza dos donos do poder, sem dela usufruir, e, por outro lado, para mostrar aos demais brasileiros - que o capitão-presidente chama, à semelhança dos ditadores, de "maus brasileiros" - que o povo está com ele, produzindo o efeito de sentido de uma massa de seguidores pronta a atacar o Congresso e fechar o Supremo. O povo representa a força de trabalho para os donos do poder e um "curral" eleitoral para o tenente-capitão, como podemos ver, a seguir, em uma manifestação feita na Reunião Ministerial de 22.04.2020:

SD4 - Tem de ser um governo com altivez. Mostrar que nós temos o povo do nosso lado. (YouTube, Poder 360

Ao que tudo indica, nada mudou em nossa formação social no que diz respeito ao trabalhador: ela é extremamente conservadora e autoritária, onde ressoam saberes escravocratas e fascistas.

Assim, tanto os seguidores quanto o tenente-capitão colocam-se em posição subalterna frente a seus ídolos. E seus ídolos, por sua vez, o desprezam solenemente. Essa é a formação imaginária que preside à práxis discursiva do capitão sobre seus apoiadores e seguidores.

Vejamos, a seguir, as formações imaginárias do tenente-capitão sobre o capitão-presidente. Esse imaginário é também bastante revelador. Frequentemente ele necessita reafirmar-se e o faz quase gritando:

⁷ https://youtu.be/WDA6_rzNhSs Acesso 20.09.2020.

SD5 - Eu sou o presidente! Sou eu que mando aqui, pô! (Estadão, 23.06.20)⁸

SD6 - Eu sou o chefe supremo das Forças Armadas. Ponto final. (YouTube, Poder360)

Seu tom de voz é sempre duro, áspero, beligerante e representa a voz de comando que, em seu imaginário, remete ao ditador que deseja ser. Aparentemente espelha-se na entonação e expressão facial bem como no olhar igualmente duro de Hitler e Mussolini que são, ao que tudo leva a crer, seus modelos políticos. No que tange à entonação que o (des)presidente assume, trago uma formulação dos estudos de Pedro de Souza sobre a voz: "dicção (modo de dizer) e voz (modo de ouvir) situam-se no mesmo nível e mutuamente se imbricam" (SOUZA, p.203). Penso ser a entonação que o capitão assume em suas falas públicas traço essencial de seu modo de subjetivação em uma FD de direita, inscrevendo-se em uma posição-sujeito fascista⁹.

Vejam mais uma manifestação discursiva, produzida frente aos seguidores que carregavam cartazes pedindo a volta do AI-5, o fechamento do Congresso e do STF:

SD7 - Não queremos negociar nada! Queremos ação pelo Brasil! Chega da velha política! Agora é Brasil acima de tudo e Deus acima de todos! (FSP, 19.04.20)¹⁰

Além do tom duro e beligerante, percebe-se sua adesão às demandas dos manifestantes. Posteriormente, ao ser cobrado pelo apoio dado com sua presença a uma manifestação nitidamente anti-constitucional, respondeu:

SD8 - Não sou contra a Constituição, ao contrário. Eu sou, realmente, a Constituição! (FSP, 20.04.20)

Essa autodefinição, que faz ressoar o enunciado "*L'État c'est moi*" (O Estado sou eu), atribuído a Louis XIV, expõe seu perfil autoritário, que flerta constante e abertamente com a ditadura.

Essa formação imaginária permite questionar: seria isso, então, o que chamam de bolsonarismo? Um governo que se identifica com o fascismo e sonha com a volta da ditadura, com o (des)presidente na posição de ditador?

Se assim é, diria que o efeito de sentido que esse imaginário projeta é o de alguém muito ressentido com o exército que o reformou após sua tentativa terrorista, pois "o ressentimento designa um afeto associado a formas de agressividade, raiva [...], provocando desejos de vingança [...]" (AN-SART-DOURLEN, 2001, p.351). Ressentimento esse que, no caso do tenente-capitão, é materializado ao dizer que a ditadura errou ao não matar uns 30.000, deixando implícito que seria um ditador

⁸ O jornal Estado de São Paulo será referenciado como Estadão.

⁹ Estou retomando nesse ponto o que apontei mais acima, nessa mesma seção, como uma posição-sujeito de extrema direita. Reformulo, agora com mais propriedade: o (des)presidente se subjetiva, não em uma posição-sujeito de extrema direita, mas em uma posição ainda mais radical, a fascista, no interior da FD de direita.

¹⁰ O jornal Folha de São Paulo será referenciado como FSP.

corajoso e eficiente, e faria o que os ditadores não tiveram a coragem de fazer. Esse imaginário também permite perceber que o tenente-capitão teve seu sonho de tornar-se ditador frustrado com sua expulsão do exército e o término da ditadura, razão pela qual tenta constantemente estimular seus seguidores a pedir o AI-5 ou fechar o Congresso, como pudemos constatar com a simulação de ataque ao Supremo, com fogos de artifício estourando sobre o prédio. Esse desejo é expresso claramente na reunião ministerial de abril:

SD9 - Olha eu tô... como é fácil impor uma ditadura no Brasil. Como é fácil. O povo tá dentro de casa. Por isso que eu quero, Ministro da Justiça e Ministro da Defesa, que o povo se arme! (YouTube, Poder360)

Seria então o bolsonarismo a nova versão do fascismo à brasileira?

2. A memória discursiva do fascismo e sua atualização

Há uma memória discursiva proveniente da Formação Discursiva nazifascista que se atualizou em determinados momentos históricos do Brasil. Foi assim com o integralismo, versão brasileira do fascismo e contemporânea do regime fascista de Mussolini e do III Reich de Hitler, sem contar com o Estado Novo de Getúlio Vargas, que também flertou à luz do dia com esses regimes. Anos depois, foi a vez da ditadura militar beber nessa mesma fonte. Como é possível perceber, nossa formação social é frequentemente atravessada por saberes e práticas autoritárias. E assim chegamos ao (des)governo do tenente-capitão e suas arremetidas nessa mesma direção.

É preciso, entretanto, lembrar que o capitão não empolgou o poder. Nem, tampouco, houve uma quartelada. Ele chegou ao poder através dos instrumentos democráticos e foi como presidente eleito que tomou posse. No entanto, já como presidente, aproveita-se da liberdade de expressão, própria da democracia e suas instituições, para atacá-la e corrompê-la, atentando constantemente contra o Estado de Direito.

Se assim é, seria o regime em que vivemos hoje uma espécie de "democracia iliberal"¹¹, para usar a designação cunhada por Orbán, primeiro ministro da Hungria? E ainda: uma democracia iliberal confunde-se com um regime fascista?

No quadro teórico da Análise do Discurso (AD), parte-se do fato de que os saberes estão inscritos em formações discursivas (FD) e representam o ideológico próprio da formação social de uma sociedade. E o sujeito, ao tomar a palavra, o faz a partir de uma posição-sujeito inscrita em uma

¹¹ A filósofa húngara Ágnes Heller relata que Orbán, primeiro ministro da Hungria, estabeleceu uma nova forma de tirania que denominou de democracia iliberal. "Democracia, pois o regime é fruto de uma votação majoritária. 'Iliberal' porque não há mais direitos humanos, nem pluralismo. É um governo totalmente centralizado; nada mais pode acontecer na Hungria sem que ele assim tenha querido". Entrevista concedida pela filósofa à Sarah Halifa-Legrand, *Le Nouvel Observateur*, 15.12.2018.

determinada FD com a qual se identifica. Assim, ao materializar através da língua sua tomada de posição, o sujeito do discurso se subjetiva.

Com isso em mente, vou proceder a uma escuta discursiva de falas públicas do tenente-capitão e analisar suas tomadas de posição com as lentes que o dispositivo teórico da AD disponibiliza. Para tanto, remonto inicialmente a um período anterior à presidência, quando ainda era um deputado bastante medíocre. Em uma entrevista de 1999, declarou:

SD10 - "Sou favorável ao pau de arara, à tortura". "Chegando à Presidência, daria um golpe e fecharia o Congresso no mesmo dia". "Na ditadura só desapareceram 282, a maioria, marginais". "Através do voto, não vamos mudar nada. Só quando partirmos para uma guerra civil, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30.000, começando por FHC. Vai morrer alguns inocentes? Tudo bem."¹²

Essa era a tomada de posição do tenente-capitão quando era deputado. Passo, agora, a observar a tomada de posição do capitão-presidente. Algo teria mudado de 1999 aos nossos dias?

Há algo muito peculiar que se depreende do modo como o (des)presidente se subjetiva na língua. Em função disso, passo a observar seus modos de dizer e a língua que pratica, agora a partir do lugar discursivo de presidente¹³, salientando, inicialmente, que lugar discursivo não se confunde com posição-sujeito. O lugar discursivo consiste em um espaço sempre-já-lá, ainda não afetado por uma Formação Discursiva, onde circulam discursos dispersos, próprios àquele lugar (DALTOÉ, 2011). E, no caso aqui em tela, trata-se de um lugar discursivo específico, o de presidente, no qual se pratica uma língua política que remete a "um dizer produzido no exercício do poder" (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 69).

Esta observação será guiada por uma interrogação: os modos de dizer do capitão-presidente são adequados ao lugar discursivo de presidente, inscrito em um regime democrático? E que efeitos de sentido produzem? Tomemos as SD que seguem, à luz desse questionamento.

Sobre as recomendações para prevenir-se da COVID, declarou:

SD11 - Ficar em casa é coisa de covarde. (Twitter, 25.03.20)

Em suas manifestações discursivas, com frequência refere-se a atitudes covardes do outro, aquele que dele diverge ou que o questiona. A coragem parece ser uma qualidade que procura projetar sobre sua imagem. Coragem, em seu discurso, produz o efeito de sentido de que não teme o perigo. E, em contraponto, ao referir-se aos jornalistas que teriam desqualificado seu pretendido histórico de atleta,

¹² Vídeo YouTube, Acesso em 12.09.2020.

¹³ A noção *lugar discursivo* foi formulada, em 2004, por Evandra Grigoletto, em sua tese *O discurso de divulgação científica: um espaço intervalar*. Foi retomada, em 2005, por Elizabeth Fontoura Dornelles em sua tese *A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados*. Andréia Daltoé, em 2011, retomou a formulação de Grigoletto, reformulando-a em função do objeto de sua tese, *As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política*. Neste ensaio, retomo essa noção com base nas formulações de Daltoé (2011, p.69-73).

chama-os de "bundões"¹⁴. Ou seja: trata-se de um atleta corajoso que enfrenta os "bundões" covardes. Questionado sobre depósitos feitos por Queiróz na conta de sua mulher, respondeu:

SD12 - Vontade de encher a tua boca com porrada, tá? Seu safado! (YouTube, 23.08.20)

À pergunta de um jornalista sobre empréstimo feito a Queiróz, retrucou:

SD13 - Pergunta pra sua mãe o comprovante que ela deu pro teu pai, tá certo? (Vídeo, Face, 20.12.19)¹⁵

A outro repórter que questionava sobre acusações contra Queiróz, disse:

SD14 - Você tem uma cara de homossexual terrível, mas nem por isso eu te acuso de ser homossexual. Se bem que não é crime ser homossexual. (G1.Globo, Vídeo, 20.12.19)

Esse conjunto de sequências discursivas (SD11 a SD14) estão em relação de paráfrase discursiva, projetando, como efeito de sentido, o que o (des)presidente entende por coragem: ser corajoso implica poder falar duro com seu inimigo, ter o direito de ofendê-lo, não respeitá-lo, e de expressar seu ódio e preconceitos.

Enquanto era deputado, subjetivava-se em uma FD de direita, inscrevendo-se em uma posição-sujeito fascista, ao retomar, defender e identificar-se com práticas da ditadura. Foram tais repetições que me fizeram afirmar, em trabalhos anteriores (INDURSKY, 2016; 2019a, 2019b), que o capitão pratica uma língua fascista, pois ela vem carregada daquela memória, com vimos anteriormente, em SD10.

Agora, já no lugar discursivo de presidente, além de manter-se na mesma posição-sujeito, inscrevendo seu discurso na ordem da repetibilidade (INDURSKY, 2011), sua língua fascista ganhou novas nuances, assumindo uma incontinência verbal, como as sequências discursivas acima (SD11 a SD14) evidenciam: seja pelo emprego de palavrões, seja pela violência verbal, seja ainda por trazer marcas explícitas de homofobia e misoginia. Agora, não se limita mais a repetir os mesmos bordões prediletos: torturar, matar *etc.* Em seu atual lugar discursivo, ao subjetivar-se em sua bruta língua fascista, ultrapassa todos os limites da civilidade e torna-se grosseiro, truculento e violento, ofendendo e agredindo a quem ousar questioná-lo. Assim procedendo, o "impensável" de que nos fala Laclau, como sinalizei na primeira seção deste ensaio, tornou-se o modo de dizer que a língua política assumiu na fala pública do capitão-presidente. Klemperer, referindo-se à língua do III Reich, pontua que "As palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico" (Klemperer, 1996, p.40).¹⁶ As palavras dessas sequências discursivas estão carregadas de afeto, elas destilam ódio, desprezo e

¹⁴ O Globo, 24.08.2020.

¹⁵ O Facebook será referenciado como Face.

¹⁶ A tradução de "Les mots peuvent être comme de minuscules doses d'arsenic" é da autora.

raiva, rompendo com o princípio ético da aceitabilidade que o lugar discursivo de presidente pressupõe, deixando explícitas as marcas do que estou designando de língua fascista. Vale dizer: não se trata mais de uma memória atualizada pelo discurso, como ocorria quando era deputado. Agora, no lugar discursivo de presidente, a língua fascista apresenta marcas de sua efetiva presença e atualidade. Dizendo de outro modo: a língua política com que o capitão-presidente exerce o poder é uma língua fascista.

Como o capitão-presidente não pode mandar "prender e arrebentar", pratica imaginariamente tais atos pelo viés dessa língua na qual se subjetiva. É, pois, pela língua fascista - desabrida, grosseira e chula - que ele realiza seu desejo de torturar o outro, seu inimigo. Ao dizer ao jornalista que quer "encher sua boca de porrada", em seu imaginário, está efetivamente quebrando a cara do jornalista. E assim, imaginariamente, pratica a tortura que tanto o excita. E, ao mesmo tempo, tortura todo aquele que, por azar, venha a escutar o que ele esbraveja. Através dessa língua fascista, em seu delírio, produz um simulacro de ditadura e experimenta o prazer perverso do torturador, equiparando-se ao seu ídolo, o coronel torturador Ustra (INDURSKY, 2019a), pois

O perverso goza com a angústia que provoca. Há aí uma atuação [...]. Se o sintoma é uma formação inconsciente, o ato perverso é a sua perversão [...]. O ato perverso é o avesso do sintoma, pois faz com que ecloda a angústia no outro. [...]. O perverso atua como forma de gozar [...]. (MALISKA, 2017, p.84-50).

A perversão do capitão-presidente está na origem do mal-estar social vigente hoje em parte substantiva do corpo social. Diria, então, que o (des)presidente, de certa forma, atinge seu gozo, pois, "o gozo não é a satisfação (dada pelo limite) nem o prazer (dado pela experiência corpórea), mas a passagem do prazer-satisfação pelo campo do Outro" (DUNKER, 2020). Só assim é possível interpretar suas ameaças, seu destempero, sua língua desabrida.

Observemos, a seguir, a forma linguística de suas manifestações discursivas.

SD15 - Não é 'tá bom?' o ministério fatura, 'deu merda?' no colo do presidente. Não pode ser assim. (YouTube, Poder360)

SD16 - O campo fértil pra aparecer...uns porcaria aí, né? levando a...aquela bandeira do...do...do povo ao meu lado, não custa nada. (YouTube, Poder360)

SD17 - Tem aí OAB da vida, enchendo o saco do Supremo, pra abrir o processo de impeachment porque eu não apresentei meu...meu exame de...de...de...vírus, essas frescuradas toda, que todo mundo tem que tá ligado. (YouTube, Poder360)

As sequências discursivas acima (SD15 a SD17) foram recortadas da Reunião Ministerial de 22 de abril de 2020. Tomo-as para observar sua estruturação linguística. A partir delas, percebe-se, além do uso de um léxico chulo e grosseiro, pouco adequado para um presidente se pronunciar em uma Reunião Ministerial, o emprego de uma fraseologia rudimentar, cuja sintaxe é pobre e desconexa. Salta aos

olhos uma falta de decoro total: na expressão, no tom de voz beligerante¹⁷, nas palavras brutas, na falta de respeito. Sua língua fascista desfigura o lugar discursivo de um presidente democrata.

Aqui cabe um contraponto entre os generais ditadores e o capitão-presidente. Os ditadores praticavam uma língua padrão e tinham um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Já ao capitão falta-lhe cultura e conhecimento, além de praticar uma língua pobre, desestruturada, de frases curtas e truncadas. Diria que sua língua fascista funciona como uma metáfora de seu projeto de desmonte do Brasil: da mesma forma que tritura a língua portuguesa, promove a liquidação do País.

Para sustentar o que estou afirmando, tomo um único ponto: a criação da Pós-Graduação no Brasil. Esse, que é o mais alto nível da educação superior brasileira, foi instituído na década de 60 do século passado, em plena ditadura militar! Já no atual (des)governo, a meta é destruir as Universidades Federais e, juntamente com elas, a Pós-Graduação e a pesquisa científica, pois, sabidamente, parte substantiva da pesquisa no Brasil é desenvolvida nas Universidades Públicas.

Esse contraponto põe em evidência que a admiração do tenente-capitão pela ditadura diz respeito apenas à violência de Estado por ela praticada. De resto, coloca-se na contramão do projeto desenvolvimentista dos ditadores, deixando claro seu pertencimento ao baixo clero militar.

Althusser nos lembra que "a História é certamente um 'processo sem Sujeito nem Fim(s)". (ALTHUSSER, 1978 [1973], p.71). Com base nessa premissa althusseriana, reformulo mais uma vez a pergunta que venho fazendo ao longo deste artigo: se o tenente-capitão é fascista, como vimos acima, isso implica vivermos hoje em um regime fascista?

Há historiadores e cientistas políticos que entendem ser o nazismo e o fascismo regimes datados. Há outros que defendem ser possível tais movimentos ressurgirem. Há, ainda, quem diga que, hoje, o que vemos se alastrar, não só no Brasil, mas também nos EUA e na Europa, seja o que designam de neofascismo, o qual sinaliza um sintoma da crise que o capitalismo atravessa, nas atuais condições de produção neoliberais, que são fortemente autoritárias. Não pretendo entrar nessa discussão, mas vou procurar pensar, à luz da AD, o que significa a presença desses fantasmas do fascismo que insistem em se materializar nas práticas discursivas do (des)presidente.

Como sabemos, os sentidos deslizam de uma FD para outra, pois suas fronteiras são porosas. E os saberes, ao deslizarem, trazem consigo pré-construídos carregados de um determinado espaço de memória. Quando esses saberes nazifascistas são atualizados, entendo que eles se inscrevem em uma FD de direita e em uma posição-sujeito fascista. Isso significa, vale sublinhar, que a FD de direita é extremamente heterogênea, pois há saberes nela inscritos provenientes de diferentes regiões do interdiscurso. Essa heterogeneidade indica que a forma-sujeito que organiza essa FD se fragmentou em várias posições-sujeito (INDURSKY, 2008), entre elas, uma posição-sujeito de extrema direita, na qual se inscrevem os defensores do neoliberalismo, que defendem privatizações, reformas previdenciárias e trabalhistas, respeitando, entretanto, as Instituições. Ou seja, tais reformas, embora não

¹⁷ Na seção 1, a entonação foi examinada, a partir de SD5 e SD6, como um traço constitutivo da subjetivação do sujeito na língua. Por essa razão, essa reflexão não é retomada aqui. No entanto, saliento que tanto a entonação quanto a expressão fisionômica e do olhar, em manifestações ao vivo e/ou gravadas em vídeo, são igualmente constitutivas da identificação do sujeito com a língua. E, no caso aqui em análise, com a língua fascista.

sejam consensuais, não são feitas ao arpejo da Lei. Por outro lado, também há, nessa FD de direita, uma posição-sujeito fascista, com a qual se identificam os que defendem a ditadura, a eliminação das Instituições, a censura, a tortura, a morte e onde o Estado de Direito passa ao largo. Com base nessa distinção, pode-se afirmar que nem todo sujeito que se identifica com uma posição-sujeito de extrema direita é fascista, embora ambas se aproximem em muitos aspectos, podendo mesmo estabelecer alianças entre si. Entendo que é uma aliança dessas duas posições-sujeito que sustenta o atual governo.

Vejam como a posição-sujeito fascista se projeta no discurso do atual governo brasileiro. Como veremos, não há como dizer que os saberes que, através do discurso do (des)presidente, se materializam sejam idênticos aos saberes fascistas, pois a conjuntura em que se produzem determina transformações e o discurso, na tensão entre o mesmo e o diferente, produz deslizamentos de sentido. No entanto, a presença do fantasma do fascismo é claramente perceptível.

O fascismo institui um inimigo a combater e eliminar, seja ele real ou imaginário. No nazismo, judeus, ciganos, homossexuais foram instituídos como o inimigo a eliminar. Em função disso, foram perseguidos, jogados em campos de concentração, reduzidos a escravos e mortos, em nome da raça pura. No Estado Novo, os inimigos eram os comunistas que também foram perseguidos e encarcerados, mas a prática da eugenia não presidiu essas ações. Na ditadura militar, o inimigo também era o comunismo e os comunistas eram presos, torturados, mortos e seus corpos, não raramente, desaparecidos.

No Brasil atual, o capitão-presidente também elegeu seus inimigos: a esquerda em geral e o PT, de forma específica, a imprensa, a educação e a ciência. A "limpeza eugênica" se transforma em uma "limpeza ideológica". Mas não só. Esse governo é movido por muitos ódios: ódio à cultura, ódio à educação, ódio à ciência e aos cientistas, ódio à pesquisa, ódio ao ensino público. Esses são os inimigos constituídos a serem combatidos e eliminados.

Cabe, então, a pergunta: o atual governo, sob a presidência do tenente-capitão, também exerce esse poder ilimitado sobre os corpos de seus cidadãos?

No presente, não há órgãos de repressão e tortura como durante a ditadura. Não pelo menos oficialmente. Mas o tenente-capitão estabeleceu forte aliança com a polícia e as milícias. Em função disso, os "porões da ditadura" não se fazem mais necessários. O aprendizado da ditadura foi absorvido e transformado. Agora, essas forças paralelas vão diretamente ao final e matam os desafetos e os adversários, enquanto mandantes não são identificados nem julgados. Como disse o tenente-capitão, quando ainda era um deputado obscuro: "o erro da ditadura foi ter torturado e não matado". E assim, a milícia está armada e revestida do direito de matar e de ficar impune, aproximando-se do que Mbembe (2018) chama de necropolítica. Ninguém é preso, a polícia investiga por anos e anos, mas não chega ao mandante dos crimes. De modo que gritos como "quem matou Marielle?", por exemplo, continuam ressoando, mas acabam por cair no vácuo, como foi o caso de Amarildo, que o manto do esquecimento praticamente já encobriu. Então, há, sim, uma nova forma de eugenia, praticada sem campos de extermínio e cujos alvos são os moradores das favelas, os negros, os indígenas. E, dessa forma, as práticas do governo se apresentam bastante similares às do fascismo.

Quanto aos políticos de esquerda, esses são objeto de uma "limpeza ideológica" e, mais uma vez, soa por traz dessa limpeza, o desejo do tenente-capitão, quando ainda era pré-candidato: "Vamos metralhar a petralhada toda!". Como podemos ver, o Estado Brasileiro, sob a presidência do tenente-capitão, também exerce poder sobre os corpos de seus cidadãos, embora sem os poderes absolutos de que os regimes totalitários costumam gozar.

A censura é outra marca desses regimes. E ela impedia que seus crimes fossem denunciados pela imprensa. No momento atual, a imprensa, com raras exceções, não está sob censura, embora seja continuamente atacada pelo capitão-presidente. E é através da imprensa que tomamos conhecimento das investidas contra as liberdades e as Instituições.

Os regimes autoritários sempre contaram com seus apoiadores entre os brasileiros que concordavam com suas práticas. No Estado Novo, Getúlio reunia uma massa de trabalhadores para seus comícios, pois ele introduziu leis trabalhistas que os protegeram, sendo por eles chamado de pai do povo. A ditadura militar também tinha sua massa de apoiadores: o povo brasileiro, que temia o comunismo e as reformas de base que a esquerda defendia. Os generais da ditadura tinham seus seguidores e discursavam através das telas de TV, reunidas em cadeia nacional. E, dessa forma, penetravam em todas as casas, convenientemente às 20h, quando os brasileiros estavam reunidos na sala de jantar, como os Mutantes cantaram, e aguardavam a novela das 8h. Já o atual (des)presidente fala com seus seguidores através das redes sociais e essas manifestações são repercutidas por eles. Difícil de mesurar, entretanto, seu real alcance. Poderíamos entendê-los como uma massa não visível?

De tudo quanto precede, percebe-se que o nazifascismo fascina o capitão. Esse fascínio se mostra na apropriação do discurso fascista, seja tomando de empréstimo o lema nazista, seja publicando uma frase famosa de Mussolini em sua página no Facebook, um dia após os protestos antifascistas - "melhor viver um dia de leão do que cem anos de cordeiro". Ou, ainda, atualizando em seu discurso práticas da ditadura militar de quem ele é descendente e admirador, a um só tempo saudoso e ressentido. Também sua língua fascista, desabrida, chula e tosca, marca sua identificação com esses regimes, como verificamos pela observação de seus modos de dizer. Entretanto, as Instituições, embora por vezes se mostrem muito fragilizadas e até certo ponto submissas, ainda reagem às investidas mais graves do capitão-presidente, desarticulando suas tentativas de autogolpe.

De tudo quanto precede, parece lícito pensar que não vivemos, pelo menos ainda, em uma ditadura; que a liberdade de expressão, apesar das frequentes investidas contra ela, ainda existe. Por conseguinte, também não vivemos em uma democracia iliberal. No entanto, observando as práticas discursivas do tenente-capitão, podemos perceber que, apesar dos intervalos de relativa democracia, vivemos fundamentalmente em uma sociedade conservadora e plantada no autoritarismo, traços esses que se materializam em seu discurso. As classes dominantes ainda estão presas a uma mentalidade escravocrata. São esses traços de nossa formação social que possibilitam a materialização e capilarização de saberes fascistas no discurso político ora em circulação no Brasil. Isso, entretanto, não transforma de pronto o Estado brasileiro em um Estado Fascista. No entanto, é impossível ignorar os fortes avanços nessa direção.

O capitão-presidente não é um ditador nem governa sozinho, embora perceba-se como o presidente de uma ditadura. Trouxe para dentro do governo um sem-número de militares, saudosos da ditadura, inscrevendo-se, todos, em uma posição-sujeito negacionista: denegam constantemente os crimes praticados durante o período ditatorial, trabalhando, desse modo, na manutenção de uma política do esquecimento (INDURSKY, 2013). Essa é a dimensão do real que afeta a língua: o impossível de dizer que é encoberto pelo esquecimento. Sobre a natureza desse real, Milner, refletindo sobre o Holocausto, afirma:

Existe algo real com o que os nomes colidem ou que os excede [...]. Essas memórias entretecidas têm exatamente a consistência de fantasma. Mas se existe o esquecimento, então há outra coisa além do fantasma da memória: tem havido um real, como acontecimento singular e contingente, o qual faz signo ao sujeito na forma de esquecimento (MILNER, 2017 [1988], p.84).

Mas, se o real da língua é o impossível de dizer e afeta o discurso dos militares que defendem a ditadura militar, interditando a simbolização dos acontecimentos terríveis ocorridos nos porões da ditadura, por outro lado, o real também atravessa as práticas discursivas do capitão, porém às avessas, indicando que, para ele, é impossível dizer de outro modo. Lembremos como Gadet e Pêcheux iluminam a quebra desse interdito: "Baseando-nos contraditoriamente nessa tese de Milner [do real da língua], tentamos aqui fazer trabalhar o real da história como uma contradição da qual o impossível não seria foracluído" (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1981], p.52). Vale dizer: é o real da história que autoriza simbolizar o que o real da língua interdita. Assim, o tenente-capitão materializa os fantasmas da ditadura, dizendo sobre os crimes nela praticados, como vimos mais acima, na SD10, na qual se refere explicitamente às mortes e à tortura praticadas durante aquele período sombrio. Essa é a contradição que o desencontro do real da língua com o real da história expõe.

Esses fantasmas, como vimos, povoam o teatro grotesco em que esse (des)governo atua. Desloco, então, meu observatório para essa instância.

3. Os (des)ministros, a montagem do teatro do grotesco e a desconstrução do Brasil

Marx, em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, retoma uma afirmação de Hegel - "todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes" - e comenta: "Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa" (MARX, 2011 [1852], p.25).

Como pontuei na introdução deste ensaio, entendo que o cenário político brasileiro não mais corresponde a uma farsa. Agora, vivemos um teatro do grotesco. E o (des)presidente não está só em suas performances. Seus ministros não são meros coadjuvantes. Bem ao contrário. Eles protagonizam papéis importantes no teatro do grotesco encenado pelo (des)governo. Assim, vou desenvolver um pouco mais a metáfora do teatro e dividi-la em quatro atos.

O primeiro ato tem lugar no Ministério da Educação e é desempenhado por seus sucessivos (des)ministros que têm colaborado fortemente para a encenação do grotesco. Nesse Ministério, vou focar apenas na Educação Superior, embora os demais níveis de ensino também estão sendo sucateados.

Detenho-me, inicialmente, no terceiro (des)ministro, Abraham Weintraub, que gostava de dançar com um guarda-chuva, à Gene Kelly, enquanto dizia "gracinhas". Caricaturou os chineses, fabulando um "plano cebolinha para dominar o mundo" e, com isso, armou um incidente internacional com um dos maiores importadores de carne do Brasil. Em um *twitter*, comparou a operação da Polícia Federal, em 27.05.20, no âmbito do inquérito das *fake news*, à ação da polícia política nazista, comparando-a à Noite dos Cristais e, com isso, desencadeou protestos da comunidade judaica do Brasil, bem como do embaixador israelense, Estado com o qual o (des)governo mantém "boas" relações, em função de seus apoiadores neopentecostais e de seu Israel bíblico e imaginário. Estabeleceu enfrentamento com as Universidades Federais ao afirmar que os estudantes universitários fazem orgias, plantam e fumam maconha enquanto correm nus pelos campi, apenas produzindo balbúrdia, sem retorno algum ao Estado. Desse modo, expôs as intenções privatistas do (des)governo. Em função de tais alegações, anunciou corte de bolsas e contingenciamento do orçamento das universidades. E, novamente, desencadeou protestos, dessa vez por parte das autoridades universitárias. Assim, sua "produção" ministerial foi bastante significativa para o teatro do grotesco. Por fim, caiu em função da declaração feita na reunião ministerial de abril: "Por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF".

Qual a função desse teatro grotesco para a Educação?

Início com uma declaração do primeiro (des)ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues:

SD18 - A ideia de Universidade para todos não existe. As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual. (Valor Econômico, 28.01.19)

A essa declaração, somam-se duas outras, dessa vez, por co-adjuvantes externos à pasta. A primeira delas (SD19) foi enunciada pelo (des)ministro da Economia, Paulo Guedes e a segunda (SD20), pelo vice-presidente, General Mourão:

SD19 - O livro é um produto de elite, logo, quem compra pode pagar um preço maior. (Correio Brasiliense, 20.10.20)

SD20 - É 'um paradoxo' no Brasil o atendimento educacional nas universidades federais para gente que poderia pagar os seus custos e está recebendo um ensino de graça, posteriormente não devolvendo nada para o País. (Agência Estado, 26.08.20)

Assim, desde os primeiros dias e atravessando diferentes setores do governo, estava explicitado o projeto de privatização da Educação Superior no Brasil. Para tanto, iniciaram por cortar os recursos destinados à Educação, de modo geral, e à Pós-Graduação de modo específico.

Uma das consequências desse desmonte da Educação é a liquidação da pesquisa no Brasil, num movimento anti-científico que denega a produção da comunidade acadêmica e desperdiça o conhecimento acumulado pelos cientistas brasileiros. O efeito dessa política predatória é a fuga de cérebros e importação de tudo: conhecimento, tecnologia, produtos, equipamentos, medicamentos, insumos. Ou seja: submissão plena, perda da autonomia e alto custo. O Brasil voltando a importar tudo, como sucedia no passado. Em suma: um Brasil de joelhos.

No entanto, não é possível creditar essa guerra às universidades e à pesquisa bem como o negacionismo a tudo que é científico exclusivamente ao fascismo. Com certeza, o fascismo se faz presente nessa desconstrução da Educação, mas a ele está associada uma outra variável: a forma atual do capitalismo, em sua modalidade neoliberal. Um capitalismo que visa exclusivamente à acumulação do lucro, sem considerar o social. O sucateamento das Universidades implica a mercantilização da Educação e sua entrega às mãos da iniciativa privada que não tem nenhum compromisso além do lucro. Além disso, não é difícil de antecipar que o corpo docente das Universidades públicas será precarizado, que os currículos serão empobrecidos, atendendo aos interesses dos empresários, que a pesquisa será descontinuada para dar ênfase à sala de aula, que as áreas humanas serão sacrificadas por serem consideradas perigosas e pouco rentáveis e o acesso à Universidade ficará restrito aos que podem pagar.

O segundo ato desse teatro do grotesco se desloca para a Cultura, parente próxima da Educação. A Cultura nesse (des)governo não merece crédito algum. De início, perdeu seu estatuto de Ministério, ficando reduzida a uma Secretaria vinculada ao Ministério do Turismo. Além disso, o (des)governo foi além e deu-lhe um duro golpe ao acabar com a Lei Rouanet, substituindo-a pela Lei de Incentivo à Cultura que incentiva apenas no nome. Essa pasta não fugiu à regra e teve muitos secretários, dentre os quais vou me deter apenas no terceiro, o dramaturgo conservador Roberto Alvim, que se envolveu em polêmicas com a classe artística, atacou a grande dama do teatro brasileiro, Fernanda Montenegro, chamando-a de bruxa. Investiu contra a classe artística, ao declarar:

SD21 - Eu luto pela preservação dos princípios, valores e conquistas da civilização judaico-cristã, contra o satânico progressismo cultural. (O Globo, 24.07.19)

Por fim, foi demitido após enorme polêmica causada por um vídeo em que se apropriou de passagens inteiras de um discurso de Goebbels, responsável pela propaganda do III Reich, numa clara demonstração de admiração dos saberes nazistas, utilizando-se da pasta da Cultura para fazer propaganda fascista em nome do (des)governo.

O que subjaz a esse esforço em atacar e destruir a Cultura?

A arte e demais áreas que se vinculam à Cultura - História, Filosofia, Antropologia, Sociologia, Literatura - analisam nossa sociedade, trazendo à tona aspectos menos evidentes, que permitem

entender nossa formação social e iluminar nosso presente. Essas áreas fazem pensar e a reflexão crítica, na atual conjuntura brasileira, não é vista com bons olhos. Não por acaso, o ex-secretário Alvim afirmou que lutava "contra o satânico progressismo cultural". Esta pasta escancara o desprezo e o desapeço pela Cultura e pelas ciências humanas em geral.

O terceiro ato se desenrola no Ministério da Saúde e sua colaboração para o teatro do grotesco, como veremos, é muito significativa. Nele atuaram inicialmente dois ministros, ambos médicos que, por não concordarem com a "prescrição medicamentosa" feita pelo capitão, caíram. Então, um general não-médico foi convocado, mostrando-se obedientemente inoperante frente à pandemia, tendo mesmo afirmado que, ao ser chamado para essa missão, "Não sabia nem o que é o SUS"¹⁸.

No quesito saúde pública, em tempos de pandemia, o capitão-presidente também teve seu papel assegurado no teatro do grotesco, como diversas manifestações discursivas suas dão a ver:

SD22 - Alguns vão morrer? Vão, ué, lamento. Essa é a vida.¹⁹

SD23 - E daí? Lamento. Quer que faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre. (G1.Globo.com, 28.04.20)

SD24 - Temos que ter coragem de enfrentar o vírus. Tá morrendo gente? Tá! Lamento? Lamento. Mas vai morrer muito, muito, mas muito mais se a economia continuar a ser destroçada por essas medidas. (OGlobo.globo.com, 14.05.20)

Essas sequências discursivas (SD22 a SD24) mostram sua incapacidade de solidarizar-se com a dor do outro, de colocar-se no lugar daqueles que não puderam despedir-se de seus queridos e fazem ressoar outras palavras, igualmente suas, quando ainda era deputado: "Sou Capitão do Exército, minha especialidade é matar"²⁰. Sinalizam também um dos pontos de discórdia com as medidas de confinamento social adotadas pelo Ministro Mandetta, deixando às claras que sua prioridade é a economia. Assim, entre a vida do povo trabalhador e a economia, é preciso salvar os CNPJ e o lucro dos donos do capital, numa clara sinalização de quanto o trabalhador é descartável para esse (des)presidente: morre um, muitos outros, desempregados, estão a postos para preencher a vaga no dia seguinte. E, desse modo, percebe-se, mais uma vez, que, nesse teatro do grotesco, a Saúde Pública está submetida à Economia.

Como funciona, então, esse teatro grotesco, no contexto econômico?

A resposta que salta aos olhos, por óbvia, é acabar com a saúde e os hospitais públicos. Esse projeto foi anunciado pelo primeiro (des)ministro da Saúde, Henrique Mandetta, ao propor a privatização do SUS. Vários programas sociais também foram descontinuados: Mais Médicos, Atenção à Saúde Básica, Farmácia Popular, deixando claro que não há compromisso com o bem estar social. E tudo é feito em nome do contingenciamento dos recursos destinados à Saúde.

¹⁸ General Pazuello, Folha. uol.com.br, 07.10.2020.

¹⁹ Entrevista concedida a Datena. Congresso em Foco, 28.03.2020.

²⁰ Gazeta do Povo, 30.07.2017.

Mas não só. Há outros fatores relacionados diretamente à pandemia que também incidem sobre a Pasta da Saúde, como podemos observar a seguir:

1. No dia 19.10.2020²¹, o presidente-capitão entrou novamente em confronto com a ciência, ao afirmar que "A vacinação não será obrigatória", contrariando infectologistas e virologistas que entendem ser a vacinação em massa crucial para controlar a pandemia. Como é possível interpretar essa declaração? Que não serão adquiridas doses da vacina em quantidade suficiente para imunizar toda a população? Que esse é um gasto muito grande e desnecessário? Ou essa é mais uma manifestação que se inscreve na série negacionista da ciência?

2. O Conselheiro da Segurança Nacional de Trump, em visita ao país, afirmou que "a parceria comercial com a China representa uma ameaça para o Brasil"²² e, no dia seguinte, acusou a China de ter roubado a vacina²³. Foi quanto bastou para que o (des)presidente decretasse:

SD25 - Não compraremos a vacina chinesa. O Brasil não será "cobaia" de ninguém. Não se justifica um bilionário aporte financeiro num medicamento que sequer ultrapassou sua fase de testagem. (Uol, 21.10.20)

A SD25 expõe algumas contradições, a saber:

a) A China pode ser um entrave comercial para o Governo americano, mas é um dos principais importadores da carne brasileira, para apenas levantar um ponto entre os muitos que poderiam ser explorados aqui. Para um país que valoriza suas exportações, como a SD1 deu a ver, como entender essa capitulação do (des)presidente? E como ficam seus "patrões" do agronegócio diante de tal decisão?

b) A vacina está sendo desenvolvida pela China em colaboração com o Instituto Butantan, e testada em hospitais de diferentes cidades brasileiras. Isso significa que há aporte financeiro brasileiro para essa etapa da pesquisa. Essa verba não conta? E o trabalho dos pesquisadores brasileiros deve ser descartado?

c) O (des)presidente gastou muito dinheiro para produzir a cloroquina sem que houvesse comprovação de sua eficácia e, agora, exige certificado de eficácia para adquirir a vacina que irá debelar a pandemia.

Frente a essas contradições, a vassalagem do (des)presidente frente aos Estados Unidos de Trump fica escancarada. E sua política de morte, uma vez mais, se faz visível.

O desfinanciamento da saúde pública, como se vê, não pode ser creditado exclusivamente ao fascismo. Esse desmonte é fortemente tributário da política econômica neoliberal e denuncia o caráter privatista do (des)governo, que entrega ao mercado o que a Constituição determina como dever do Estado. De modo que uma política de morte, própria ao fascismo, une-se a uma política neoliberal nesse projeto de desconstrução do SUS. Mas não só. É preciso somar a esses fatores, o negacionismo

²¹ G1.Globo, 19.10.2020.

²² Brasil de Fato, 21.10.2020.

²³ O Globo, 21.10.2020.

da ciência e a submissão a Trump. Pode-se, pois, observar que a pandemia foi fortemente politizada no interior dessa pasta. E, nessa guerra, quem de fato sai perdendo, é a população brasileira.

E, assim, chegamos ao quarto ato, realizado no Ministério do Meio Ambiente, pois não é possível ignorar a atuação do (des)ministro Ricardo Salles. Para tanto, limito-me às sugestões que fez na famosa Reunião Ministerial de 22 de abril:

SD26 - Nós temos a possibilidade nesse momento que a atenção da imprensa tá voltada quase que exclusivamente pro Covid [...] tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, e passar as reformas infralegais de desregulação, simplificação, todas as reformas [...] Tudo que a gente faz é pau no judiciário no dia seguinte. Então [...] precisa ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas [...] Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação que precisamos em todos os aspectos. (YouTube, Poder360)

Examinando a SD26, percebe-se que esse (des)ministro constitui um verdadeiro paradoxo, pois em lugar de proteger o meio ambiente, contraditoriamente, promove sua destruição. E, enquanto as barreiras legais vão sendo derrubadas, garimpeiros avançam em território indígena, o agronegócio desmata e queima a floresta amazônica e a fauna perece junto ela. Essa forma de tratar o patrimônio ambiental revela o alto apreço que o tenente-capitão nutre pelo agronegócio, pois esse setor avança pela Amazônia.

O mais inacreditável de tudo isso, é que esse (des)governo nega todas as evidências de destruição da Amazônia que lhe são apresentadas, seja pelo INPE²⁴, seja pela imprensa nacional e internacional, seja, ainda, por instituições internacionais, entrando em confronto com dirigentes de países como a França e a Alemanha, por exemplo, que bradam contra o desmatamento da Amazônia, a ponto de comprometer o acordo comercial entre da União Europeia e o Mercosul. O (des)presidente nega até mesmo as evidências das trágicas imagens registradas por satélite, colocando-se como vítima de uma pretensa campanha difamatória.

A prática discursiva do negacionismo tornou-se tão arraigada que não mais se limita a denegar os crimes da ditadura militar. Agora ela sobredetermina a práxis discursiva desse (des)governo como um todo. E o mais contraditório de tudo isso é que o negacionismo se produz à luz do Evangelho de João: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará".

Com base no que precede, pode-se afirmar que se trata de uma política econômica neoliberal que visa ao lucro acima de tudo, que valoriza, em lugar da produção de conhecimento, o extrativismo, a agricultura, a mineração e a criação de gado, visando prioritariamente à exportação, em uma curiosa similitude com o Brasil Colônia. Mas será somente isso? Meu questionamento surge em decorrência de uma forte contradição que atravessa as práticas do capitão, no que tange a seu posicionamento frente a seus "patrões" (conferir SD1). Entre os "patrões" brasileiros e o "patrão" americano, é a esse último que o (des)presidente deve "maior" lealdade. Em virtude disso, impõe-se, então, uma pergunta:

²⁴Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Como interpretar seu lema "O Brasil acima de tudo e Deus acima de todos"? De que Deus fala o capitão-presidente quando fala de Deus? Seria o deus-mercado? Ou o deus EUA? Ou, ainda, ambos?

Na coxia desse teatro do grotesco - os bastidores do Planalto, do Congresso e dos gabinetes ministeriais - o poder trama constantemente a destruição de tudo o que foi construído ao longo de muitas décadas. Tudo está à venda.

Nesse ponto, trago uma manifestação bastante significativa do General Rêgo Barros que, até bem poucos dias atrás, era o porta-voz do (des)presidente. Era, porque o cargo de porta-voz foi extinto, com ele ainda exercendo a função. Na entrevista que o ex-porta-voz concedeu ao programa *Conversa com Bial*, ao ser questionado sobre a razão que levou o capitão a extinguir essa função, afirmou:

SD27 - Ele percebeu ou foi convencido por outras pessoas de que talvez fosse melhor ele exercer esta função de vender a mercadoria governo e presidente junto à sociedade.²⁵

"Vender a mercadoria governo e presidente"? Vale dizer: tudo está à venda, inclusive o presidente e o governo! O Brasil está sendo oferecido em uma enorme liquidação. Observando a extensão desse desmonte, cabe lembrar Vladimir Safatle e sua noção de Estado suicidário. Trata-se, diz o autor, de um "ritual de liquidação de si em nome da crença na vontade soberana e na preservação de uma liderança que deve encenar seu ritual de onipotência" (SAFATLE, 2020). Dito diferentemente: desmontam, sucateiam e vendem tudo, visando ao lucro imediato, sem atentar, entretanto, que, ao final, nada restará, pois o Estado terá se suicidado.

4. Suspendendo a reflexão

De tudo quanto precede, é possível concluir que há um intenso processo de naturalização em torno de fatores vitalmente cruciais, postos em funcionamento pelo (des)governo: naturalização de saberes fascistas, produzidos a todo instante, sem nenhum pejo; naturalização do desmonte educacional, como se sucata fosse, para entregar a educação ao mercado; naturalização do desmonte da saúde pública, assumindo uma política da morte; naturalização da destruição de bens públicos, como o patrimônio ambiental e a biodiversidade, para entregá-los ao agronegócio; naturalização da liquidação do patrimônio cultural, tratado como inútil e "satânico"; naturalização das mortes; naturalização da precarização da vida do trabalhador. Esse complexo processo de desmonte naturalizado retrata, em todas as suas cores, a fisionomia do (des)governo que preside o Brasil e põe a nu a crise de civilização que o sistema neoliberal em seu entrelaçamento com saberes fascistas instituiu.

Concluindo: para interpretar esse (des)governo e seu teatro do grotesco, penso poder afirmar que ele apresenta uma dupla face. A primeira, de fachada, produz o teatro do grotesco, onde seus

²⁵ <https://gshow.globo.com/progr./conversa-bial>, 19.10.2020. Acesso em 20.10.2020.

membros entram em polêmicas, produzindo, desse modo, uma cortina densa que encobre suas ações. Essa é a face que todos vêem, exposta pelos jornais, pelas TVs, pelas redes sociais. E, enquanto esse teatro do grotesco é assistido e comentado, a outra face, nas coxias, trabalha, quase silenciosamente, produzindo a meticulosa desconstrução do patrimônio científico, ambiental, educacional e cultural. Essa é a face oculta da liquidação cuidadosa em curso do próprio Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 1970 [1967]. 121p.
- ALTHUSSER, L. *Posições 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978 [1973], 166 p.
- ANSART-DERLEN, M. O ressentimento - as modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. Reflexões sobre o uso da violência. In: BRESCIANI, S. ; NAXARA, M. (Orgs.). *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p.351-401.
- COURTINE, J-J. A voz do povo. A fala pública, a multidão e as emoções na aurora da era das massas. In: COURTINE, J-J.; PIOVEZANI, C. (Orgs.). *História da fala pública*. Uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis, RJ : Vozes, 2015. p. 261-289.
- DALTOÉ, A. da S. *As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política*. 2011. 219p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). PPG/Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- DUNKER, C. I. L. Prefácio à edição brasileira. In: ZIZEK, S. *Covid-19 e a reinvenção do comunismo*. São Paulo: Boitempo, 2020. Versão Online: <https://books.google.com.br/books> Acesso: 20.09.2020.
- FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM, 2017 [1921]. 172p.
- GADET, F; PÊCHEUX, M. O real da língua é o impossível. In: *A língua inatingível*. O discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004 [1981]. p. 51-53.
- INDURSKY, F. Que sujeito é este? In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SILVA SOBRINHO, H. F. (Orgs.). *Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso*. Campinas: Pontes, 2019a. p. 79-117.
- INDURSKY, F. O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje. In: MITTMANN, S. ; CAMPOS, L.J. (Orgs.). *Análise do discurso: da inquietude ao incômodo lugar*. Campinas: Pontes, 2019b. p. 27-41.
- INDURSKY, F. Os (des)caminhos do discurso político na contemporaneidade. In: GRIGOLETTO, E.; NARDI, F. DE (Orgs.). *A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2016. p. 65-87.
- INDURSKY, F. As outras vozes e as feridas ainda abertas (Posfácio). In: INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 2ª ed. rev. ampl. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013. p.323-342.
- INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p.67-89.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias. Sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p.9-33.

KLEMPERER, V. *LTR, la lange du III^e Reich*. Paris: Albin Michel, 1996.

LACLAU, E. A política como construção do impensável. In: CONEIN, B.; COURTINE, J-J.; GADET, F.; MARANDIN, J-M.; PÊCHEUX, M. (Orgs.) *Materialidades discursivas*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2016. p.103-120.

MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011 ([1851/1852]. 174p.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MILNER, J-C. O material do esquecimento. In: *Usos do esquecimento*. Conferências do Colóquio de Royaumont. Campinas: Ed. da Unicamp, 2017. p.81-98.

PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. Trad.: Eni P. Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes, 2019 [1969]. 181p.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988 [1975]. 317p.

PIOVEZANI, C. Falar em público na política contemporânea. A eloquência *pop* e popular brasileira na idade da mídia. In: COURTINE, J-J.; PIOVEZANI, C. (Orgs.). *Historia da fala pública*. Uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p.290-337.

SAFATLE, V. *Bemvindo ao Estado suicidário*. n-1 edições, n.4. <http://www.n-ledicoes.org>. Acesso em 10.06.2020.

SOUZA, P. Sobre o discurso e o sujeito na voz. *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas, n.34, jul./dez. 2014. p. 198-211. Versão eletrônica. Acesso em 15.09.2020.

VIDAL, D. O maldizer. In: CONEIN, B.; COURTINE, J-J.; GADET, F.; MARANDIN, J-M.; PÊCHEUX, M. (Orgs.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2016. p.73-84.

ZOPPI-FONTANA, M. Língua política: modos de dizer na/da política. In: ZANDWAIS, A; ROMÃO, L. M. S. (Orgs.). *Leituras do político*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p.65-82.

ENSAIO TEÓRICO

Discursos negacionistas disseminados em rede

Helcira LIMA 

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

O negacionismo tem como propósito não simplesmente revisar, passar a limpo algum evento histórico ou uma descoberta científica, mas, sobretudo, negá-los a partir de determinados valores e crenças pessoais. Há nele um desejo de fazer parecer que se trata de algo falso, mentiroso, a partir de uma aparência de racionalidade. São apresentados supostos fatos, versões de obras revisadas, gráficos, artigos, no intuito de criar um efeito de algo credível. Os efeitos de real visam garantir credibilidade ao discurso. Teses revisionistas sobre eventos históricos e descobertas científicas, ganham cada vez mais adeptos em todo o mundo, assim como os discursos negacionistas. O propósito deste artigo é, nesse contexto, apresentar, no âmbito dos estudos da argumentação no discurso, uma reflexão a respeito do negacionismo e, mais especificamente nesse momento, do negacionismo científico. Pretendemos articular ressentimento, emoções como medo, indignação e ódio a determinados valores de cunho conservador que parecem ser dominantes nos discursos em pauta. Essa articulação contará ainda com a construção discursiva da vitimização e tomará como objeto uma página do Facebook responsável pela disseminação de discursos contrários às vacinas. Pretende-se, desse modo, colaborar com uma melhor compreensão da estrutura e do funcionamento do discurso negacionista, uma vez que se trata de um discurso de larga difusão na contemporaneidade.

RÉSUMÉ

Le but du négationnisme n'est pas simplement de réviser, d'éclaircir un événement historique ou une découverte scientifique, mais, surtout, de les nier sur la base de certaines valeurs et de certaines croyances personnelles. Il y a en lui un désir de faire apparaître que c'est quelque chose de faux, un menteur, par une apparence de rationalité. Des faits supposés, des versions d'ouvrages révisés, des graphiques, des articles



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi de Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Debora Massmann (UFAL)
- Patrícia Massmann (UNICAMP)

DATAS

- Recebido: 31/10/2020
- Aceito: 28/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Lima, H. (2020). Discursos negacionistas disseminados em rede. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 3, p. 389-408, 2020.

sont présentés, afin de créer un effet de crédibilité. Les effets de réels sont utilisés pour assurer la crédibilité du discours. Thèses révisionnistes sur les événements historiques et sur les découvertes scientifiques, gagnent de plus en plus d'adeptes dans le monde, ainsi que les discours négationnistes. Le but de cet article est de présenter, dans ce contexte, dans le cadre des études de l'argumentation dans le discours, une réflexion sur le négationnisme et, plus précisément à ce moment-là, le négationnisme scientifique. Nous avons l'intention d'articuler le ressentiment, les émotions telles que la peur, l'indignation et la haine envers certaines valeurs conservatrices qui semblent être dominantes dans les discours en question. Cette articulation comprendra également la construction discursive de la victimisation et aura pour objet une page Facebook chargée de diffuser les discours contre les vaccins. L'article est destiné, de cette manière, à collaborer à une meilleure compréhension de la structure et du fonctionnement du discours négationniste, puisqu'il s'agit d'un discours très diffusé dans la contemporanéité.

PALAVRAS-CHAVE

Negacionismo. Vitimização. Emoção. Discurso. Argumentação.

MOTS CLÉS

Négationnisme. Victimisation. Émotion. Discours. Argumentation.

Introdução

Eppur si muove.
Galileu

As teses revisionistas sobre o holocausto e outros eventos históricos, assim como sobre descobertas científicas, ganham cada vez mais adeptos em todo o mundo. Acadêmicos e simpatizantes fazem do revisionismo uma nova bandeira. Figuras como historiador David Irving, que ficou famoso pelo processo movido contra a pesquisadora Deborah E. Lipstadt e por tentar provar que o massacre dos judeus no holocausto não aconteceu como mostrou a história, sinalizam que as verdadeiras motivações e desejos destes sujeitos são ideológicas e estão longe de visarem consertar um erro histórico¹. O caso

¹ Para saber mais sobre o assunto, ver: LIPSTADT, Deborah E. *Negando o Holocausto: O Crescente Ataque à Verdade e à Memória*. Tradução de Maurício Tamboni. São Paulo: Universo dos Livros, 2017. 432 p. formato kindle.

Dreyfus na França se tornou o ícone de todos os interessados em mudar a história, mas quase nunca as motivações são positivas. Na verdade, na maior parte das vezes, trata-se de teses negacionistas sob uma roupagem revisionista. Ao final do processo de Irving, ficou provado que, ao contrário do que ele defendia, suas razões eram ideológicas. Provou-se que se tratava de um uso oportunista de mentiras, de uma tentativa de negar o holocausto por motivações escancaradamente antisemitas.

O negacionismo tem como propósito não simplesmente revisar, passar a limpo algum evento histórico ou uma descoberta científica, mas, sobretudo, negá-los a partir de determinados valores e crenças pessoais. Há nele um desejo de fazer parecer que o tema em jogo se trata de algo falso, mentiroso, a partir de uma aparência de racionalidade. São apresentados supostos fatos, versões de obras revisadas, gráficos, artigos, no intuito de criar um efeito de algo credível. Os efeitos de real visam conferir credibilidade ao discurso.

As novas tecnologias e o acesso à internet abriram caminhos para a disseminação dos discursos negacionistas. Se antes eles estavam restritos a publicações em revistas e jornais distribuídos a grupos específicos, agora, são divulgados na internet para todo o mundo e chegam aos mais longínquos recantos do planeta. Com isso, podem se disseminar e atingir um público cada vez maior e também cada vez mais ávido por se opor a tudo que lhes parece ir contra os valores dos quais compartilham. A descrença nas instituições, na ciência, na educação, associada a um ressentimento, à constatação de que os sujeitos foram privados e mesmo impedidos de acessar as estruturas de poder aguça ainda mais o desejo de a tudo se opor, de revisar o passado e de reescrevê-lo de outro modo.

Na contemporaneidade, a denominada democracia digital contribuiu para superdimensionar essas relações e para fazer ouvir vozes antes abafadas, escondidas e, sobretudo, silenciadas. Essas vozes estão espalhadas no ambiente digital colaborando com a manutenção do sistema democrático, mas também, por outro lado, incitando a desconfiança sobre sua validade. Polêmicas públicas são detonadas a cada minuto na arena digital, o que acaba por “dar plateia” a muitos novos simpatizantes de teses negacionistas.

Aqui no Brasil isso se torna ainda mais agudo, uma vez que a suposta democracia digital convive lado a lado com a barbárie. Vivemos em um país marcado pela desigualdade social: altos índices de pobreza, fome, toda espécie de violência, associados a uma educação precária e excludente. Enquanto isso, uma ínfima parcela da população concentra em suas mãos a maior parte do capital. Além disso, convivemos com uma publicidade massiva nas televisões abertas e em outros meios, o que torna ainda mais sedutor o consumo de bens materiais. A ferramenta tecnológica que seria um meio para o sujeito obter algo, torna-se um fim, pois, mesmo diante de toda privação, de toda dificuldade financeira, muitos optam por adquirir um *Iphone* ou um *Smartphone*, no lugar de outro item de necessidade mais imediata. Esses aparelhos supostamente conectam os sujeitos e podem produzir o milagre da denominada “inclusão digital”, de modo a supostamente conceder aos excluídos e mesmo aos “corpos abjetos” o direito à fala. Dessa maneira, eles se sentem autorizados a participar dos debates no mundo digital, com a vantagem de não ser preciso mostrar a face. A simples proteção da tela já pode propiciar uma sensação de liberdade e segurança não antes experimentadas.

Na cena política contemporânea, podemos dizer que o Golpe de 2016 é uma espécie de divisor de águas que fez ecoar vozes antes escondidas, inclusive estas vozes mencionadas anteriormente. Estes sujeitos, amparados por representantes, em especial, do campo da religião e da política, sentiram-se autorizados a se manifestar na internet, a manifestar sua insatisfação, seu ressentimento, sua indignação e mesmo seu ódio. Tais emoções argumentadas e expressas no discurso contribuem para mobilizar outros insatisfeitos.

O propósito do artigo é, nesse contexto, apresentar, no âmbito dos estudos da argumentação no discurso, uma reflexão a respeito do negacionismo e, mais especificamente nesse momento, do negacionismo científico. Pretendemos articular ressentimento, emoções como medo, indignação e ódio a determinados valores de cunho conservador que parecem ser dominantes nos discursos em pauta. Essa articulação contará ainda com a construção discursiva da vitimização e tomará como objeto uma página do Facebook responsável pela disseminação de discursos contrários às vacinas.²

Segundo Recuero *et al.* (2020, p. 24), “o estudo das redes é, portanto, o estudo de padrões sociais”. Pretende-se, desse modo, colaborar com uma melhor compreensão da estrutura e do funcionamento do discurso negacionista, uma vez que se trata de um discurso de larga difusão na contemporaneidade.

1. Negacionismo no ambiente virtual

Nas redes sociais, com o uso de avatares, os sujeitos acreditam poder participar agora de um cena da qual foram excluídos por anos, para a qual não possuíam a senha de entrada. Nesse ambiente virtual tudo podem dizer e criticar; podem cobrar as dívidas. São os “cobradores” das redes sociais, para falar com Rubem Fonseca (2010, p. 172): “Estão me devendo xarope, meia, cinema, filé mignon e buceta (...)”.

As constantes crises econômicas, políticas e a desigualdade social que marca a história do Brasil fazem com que tenhamos aqui um terreno propício à disseminação de *fakenews* e discursos negacionistas. Essas notícias falsas e o negacionismo estão relacionados ao fenômeno da “pós-verdade”, o qual diz respeito a um ceticismo em relação aos benefícios da verdade. Ceticismo associado a um cinismo, a algo que relativiza tragédias históricas, por exemplo. Não há nada de ingênuo na pós-verdade, mas sim “uma combinação calculada de observações corretas, interpretações plausíveis e fontes confiáveis em uma mistura que é, no conjunto, absolutamente falsa e interesseira” (DUNKER, 2017, p. 38). A pós-verdade explora preconceitos de todos os tipos e os leva a conclusões tendenciosas. Existe apenas uma “verdade contextual” (DUNKER, 2017, p. 19).

² É importante destacar que, mesmo em se tratando de uma página aberta, de livre acesso, a identidade dos usuários será protegida. Não mencionaremos nomes, nem mesmo de figuras públicas. Isto porque nosso propósito é estritamente acadêmico e, como analistas dos discursos que somos, objetivamos uma melhor compreensão dos discursos sociais. Os nomes que aparecem nas postagens serão, portanto, omitidos.

Este cenário, gerado por uma descrença na economia, na política e nas instituições como um todo, contribui para promover um ressentimento generalizado e, com isso, abre caminhos para o crescimento e a disseminação cada vez maior dos discursos negacionistas. É o que o protagonista do conto *O cobrador*, de Rubem Fonseca, escancara de maneira crua e violenta: “Odeio dentistas, comerciantes, advogados, industriais, funcionários, médicos, executivos, essa canalha inteira. Todos eles estão me devendo muito.” (FONSECA, 2010, p. 166)

O ressentimento, como afirma Nietzsche (2000), é uma constelação afetiva; uma má consciência, na qual a raiva e a cólera, que deveriam se dirigir a um outro, voltam-se contra o próprio sujeito. Com isso, o indivíduo sente uma imensa dor. Podemos dizer que, assim como a vergonha, o ressentimento deriva do incômodo do sujeito diante de uma suposta relação de inferioridade frente a um outro suposto ou real. O ressentido deseja o que é do outro e, em uma atitude de impotência diante da suposta impossibilidade de realização de seu desejo, sente uma inveja maliciosa. O ressentido é, assim, um invejoso em potencial. Ele se ressent pelo não reconhecimento por algum ato de compaixão ou por suas qualidades não reconhecidas ou ainda por não possuir o que supõe merecer. A culpabilização é sua lei! O ressentido culpabiliza a todos e a tudo por sua dor; não assume a responsabilidade por seu fracasso, por seu infortúnio. Além disso, ele tende a se unir a outros ressentidos a fim de provar que está certo, a fim de provar suas teses conspiratórias. O problema é que o faz por meio do ataque à figura do outro, especialmente, por meio de argumentos *ad hominem* e *ad persona*.

Podemos afirmar que a subjetividade na pós-verdade – e manifestada nas redes sociais – é, assim, uma subjetividade ressentida. Há uma espécie de “ódio ressentido”, se é que assim se poderia dizer, uma vez que se implora por atenção nas redes sociais, mas se deseja vingança também, deseja-se eliminar a causa do problema, como afirmou Aristóteles ([s.d.], 2010, p. 189), acerca do ódio. Os “cancelamentos”³ não seriam uma forma simbólica de “matar o outro”, de eliminar a causa da dor, do problema, como fez o ciumento Otelo, na obra de Shakespeare, ou desejou fazer Bentinho, em *Dom Casmurro*? Evidentemente, essa relação pode sair do campo virtual e se efetivar com a morte de algum desafeto.

No que tange ao negacionismo, parece ser possível afirmar que o fenômeno congrega, reúne pessoas, entre outras, que se ressentem de algo, que se sentem lesadas e se unem atualmente nas redes sociais, por meio de uma construção discursiva assentada em um *ethos* de vítima. A vitimização promove a empatia e a identificação, necessárias à diminuição das distâncias entre os sujeitos, para me valer de Michel Meyer (2018).

O termo negacionismo, cuja autoria é do historiador francês Henry Rousso (2004), designa, inicialmente, a atitude de negar um fato histórico como o extermínio dos judeus da Europa pelos nazistas. Os negacionistas visam não rever ou reexaminar o fato histórico, mas falsear a história, a partir de motivações ideológicas. No caso do holocausto o que se deseja é apoiar a nostalgia do regime totalitário, a utopia eugenista de uma nação pura. Esse movimento é uma reação, é uma forma

³Segundo Cristina Cypriano em reportagem da *Cartacapital*, “(...) o cancelamento diz respeito à demarcação de limites e desautorização (...)”. Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cancelamento-nas-redes-sociais-vai-da-represalia-ao-linchamento/>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

de se opor à realidade. Trata-se de uma construção argumentativa que se apoia em valores comungados por determinados grupos sociais que se mostram abertos a tais construções discursivas, mas eles também podem visar a um público mais vasto, dependendo da pauta.

Como afirmaram Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996[1958]), os valores não são impostos, eles são admitidos pelo outro. Para o sucesso da argumentação, é preciso que o orador tenha em vista um alvo, um auditório, conheça o que lhe influencia e os valores pré-estabelecidos. É preciso que ele se adapte aos valores pré-estabelecidos pelos ouvintes. Nesses casos, os negacionistas agenciam grupos e constroem sua argumentação tendo em vista os valores possivelmente partilhados por este grupo, além de promoverem a adesão a outros valores. Isto porque os valores não são perenes, como alertam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996[1958]).

Os negacionistas podem, assim, encontrar brechas, encontrar sujeitos que comungam de valores eugenistas, de valores misóginos, que comunguem de uma insatisfação, de uma descrença nas instituições, na ciência, na história. São construções discursivas, cuja aparência de racionalidade, esconde, de fato, posições ideológicas de grupos radicais dispersadas em uma grande quantidade de sites e também nas redes sociais.

Um das figuras proeminentes do negacionismo climático, por exemplo, é Piers Corbyn, astrofísico inglês que se posiciona contrariamente à constatação dos efeitos do aumento do CO₂ na atmosfera⁴. Ele defende que tudo não passa de um complô de países industrializados e isenta o homem da responsabilidade pelas mudanças climáticas. Para Corbyn, as mudanças seriam um fenômeno natural, provocado pelo aquecimento do sol, portanto, não existiriam efetivamente. Atualmente, ele participa, inclusive, de protestos antivacina e se envolve em diversas temáticas conspiracionistas⁵.

São vários os *think tanks*⁶ que fundamentam essas e outras ideias e fazem com que elas ganhem aparência de científicas.⁷ Além dos Institutos, revistas pseudocientíficas, como o *Journal of Historical Review*, circulam nos *campi* americanos desde os anos de 1980, e colaboram para fomentar a desconfiança sobre a ciência e sobre a história, além de disseminar ideias falsas.

Em outras partes do mundo, há nomes já bastante conhecidos, como na França, por exemplo, onde Robert Faurisson, um negacionista do holocausto, chegou até mesmo a ter seus textos publicados pelo jornal *Le Monde* em 1979. Todavia, foi levado aos tribunais e condenado por duas vezes.

⁴ <https://www.telegraph.co.uk/men/thinking-man/covid-protests-climate-denial-family-nightmare-jeremy-corbyns/> Acesso em 10 de outubro de 2020.

⁵ <https://www.bbc.com/news/technology-52674949> e <https://www.independent.co.uk/news/uk/crime/coronavirus-protests-hyde-park-london-jeremy-corbyn-piers-brother-lockdown-a9518341.html>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

⁶ *Think tanks* são laboratórios ou fábricas de ideias.

⁷ O *Heartland Institute* é, por exemplo, um *think tank* de políticas públicas, que surgiu em 1984 nos Estados Unidos. Ele é conservador e se diz libertário. Desenvolve trabalhos em áreas diversas como reformas de ensino, cuidados da saúde, aquecimento global entre outros. Nos anos 2000 ele se tornou o mais importante instituto patrocinador do negacionismo climático, alegando que as políticas para combater os efeitos das mudanças climáticas podem ser prejudiciais à economia. Ainda nos Estados Unidos, em 1979, foi criado o *Institute for Historical Review* (IHR), por Willi Carto, com a intenção de garantir legitimidade ao movimento negacionista.

Na Espanha, outro conhecido negacionista, Pedro Varela, é um editor de livros e proprietário da Livraria Europa. Ele se filiou a grupos de extrema-direita desde os anos de 1970⁸. Como se vê, estes sujeitos estão espalhados por todo o mundo, difundindo suas ideias em jornais, revistas e, nos últimos tempos, em sites e redes sociais.

No Brasil, os adeptos à negação do holocausto⁹, da escravidão e da ditadura militar se organizam cada vez mais e, atualmente, apoiam seus discursos em proferimentos não só daqueles que se dizem revisionistas, mas de autoridades do campo da política. Aqui também temos *think tanks* como os *Institutos Millenium* e *Teotônio Vilela* e figuras midiáticas como Marco Antonio Villa, Rodrigo Constantino e Diogo Mainardi, por exemplo. Tais figuras incitam polêmicas públicas sobre temas diversos do cenário sócio-político contemporâneo de modo a fomentar as teorias negacionistas que por aqui também circulam.

2. O negacionismo científico no Brasil: o caso das vacinas

De acordo com estudos desenvolvidos em instituições ligadas à Universidade de São Paulo (USP) Ribeirão Preto, grupos antivacina usam redes sociais para dar eco a conteúdo falso e gerar desconfiança sobre a futura campanha de vacinação contra o covid-19. Tais grupos são responsáveis por incitar a dúvida sobre a importância das vacinas e mesmo a descrença e o descrédito na ciência. O site *União Pró-Vacina*, criado recentemente, visa a apresentar conteúdo informativo que possa vir a contribuir para evitar a disseminação de conteúdos falsos sobre vacinas no Brasil. Segundo os pesquisadores, trata-se de

uma iniciativa organizada pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) Polo Ribeirão Preto da USP em parceria com o Centro de Terapia Celular (CTC), o Centro de Pesquisa em Doenças Inflamatórias (CRID), os projetos de divulgação científica Ilha do Conhecimento e *Vidya Academics*, e o *Gaming Club* da FEA-RP.

O objetivo é unir instituições acadêmicas e de pesquisa, poder público, institutos e órgãos da sociedade civil para combater a desinformação sobre vacinas, planejando e coordenando atividades conjuntas.

Entre as ações realizadas estão: produção de material informativo; intervenções em escolas, espaços públicos e centros de saúde; eventos expositivos; combate às informações falsas e desenvolvimento de games.

Ao verificar o aumento de *fakenews* a respeito do assunto e, ainda, a adesão cada vez maior a esses discursos negacionistas, as universidades e os centros de pesquisa têm se esforçado para

⁸ Felix (2015) desenvolveu uma extensa pesquisa sobre a vida e a atuação de Varela.

⁹ Recentemente, uma polêmica pública tomou conta da cena pública brasileira, após ser ventilada a posse da atual governadora de Santa Catarina, cujo pai negava o holocausto. Ela foi questionada sobre sua posição a respeito do assunto e não deixou claro seu ponto de vista no discurso de posse. Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/10/polemica-envolvendo-nazismo-e-holocausto-desafia-inicio-de-gestao-de-governadora-interina-de-sc-ckgv61ox2001s012tdzm57mwt.html>. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

conter essa onda e evitar que as doenças já erradicadas retornem e promovam o colapso do sistema de saúde no Brasil. Eles apresentam informações por meio de diversos recursos, além de ensinar a lidar com os negacionistas, como se pode observar no site e nas figuras 1 e 2 a seguir.



FIGURA 1
Fonte: *União Pró-Vacina*¹⁰



FIGURA 2
Fonte: *União Pró-Vacina*

Entretanto, esta tarefa não é fácil, especialmente, porque é preciso lidar com um inimigo oculto, sem face, que se espalha, dissemina-se no ambiente digital sem que seja possível ter controle sobre ele. Além dos sites, os grupos encabeçados por negacionistas se expandem nas redes sociais e ganham a adesão dos insatisfeitos de toda ordem que circulam no mundo virtual. Grupos como “Vacinas. O maior crime da história”, com mais de 6000 seguidores, e “Vacinas: o lado obscuro das vacinas”, mais de 2000 seguidores, são abertos e estão disponíveis para a consulta de qualquer interessado no assunto. Os administradores afirmam nada ganhar com os grupos e mantêm uma relação de textos e vídeos para consulta. Ambos os grupos estão no suporte Facebook, “um site de rede social”¹¹, que permite ao usuário gerar e distribuir conteúdos.

Os textos exibidos referem-se a artigos publicados, em sua maioria, em páginas antivacinas norte-americanas. Além disso, os grupos se valem de publicações de jornais e revistas brasileiras ora para desqualificá-los, quando se referem a um conteúdo favorável à vacinação, ora para autorizar a afirmação, quando se trata de afirmações negacionistas, como aquelas publicadas pelo site *O Antagonista*, por exemplo.

A pandemia do covid-19 trouxe um novo fôlego a esses grupos de Facebook, uma vez que houve uma mobilização no sentido de negar a existência da epidemia, de negar a importância do isolamento

¹⁰ <https://sites.usp.br/iearp/uniao-pro-vacina-cria-produz-material-para-lidar-com-o-negacionismo-cientifico/>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

¹¹ Segundo Recuero et al (2020, p. 25), “sites de rede social correspondem a um tipo específico voltado para a criação e manutenção de redes sociais”.

social, do uso de máscaras e, agora, de negar a importância da vacinação, negando, dessa maneira, a ciência. Toda essa negativa alinha-se ideologicamente à posição do governo federal, o que se verifica nas seguintes publicações:



FIGURA 3
Fonte: página facebook¹²



FIGURA 4
Fonte: página facebook

¹² <https://pt-br.facebook.com/groups/OLadoObscuroDasVacinas/>. Acesso em: 01 de outubro de 2020.



FIGURA 5

Fonte: página facebook

Na primeira publicação em destaque (figura 3), a configuração da imagem em fundo preto com letras em branco e a figura da interdição da vacina em vermelho, associada ao texto verbal, colabora para incitar indignação e mesmo revolta a respeito do Projeto de Lei¹³ que tem como foco a obrigatoriedade da vacinação. O adjetivo “grave” no aumentativo – “gravíssimo” – encabeça a mensagem dando o tom de alerta que vem seguido do número do Projeto de Lei (PL) e do nome do deputado que o apresentou. Tanto o PL quanto o deputado que o propôs estão ali denunciados. Além disso, palavras de protesto: “não podemos aceitar esse absurdo!” são evidenciadas nesta publicação e na seguinte (figura 4) – “Para os presos, vitaminas! Para as crianças, Vacinas! Ouíé!” –, a qual é seguida da notícia de jornal “Presos recebem vitaminas para melhorar imunidade”.

Trata-se de uma tentativa de modificar os juízos do auditório, para dizer com Aristóteles, incitando a indignação. Para melhor indignar, é preciso se mostrar indignado. Isto faz o sujeito. Além dos sinais de pontuação e da estrutura do enunciado, a interjeição “ouíé” expressa essa emoção. Segundo Aristóteles ([s.d.], 2010, p. 182), uma pessoa é propensa à indignação quando

se acha digna dos maiores bens e os possui; pois não é justo que aqueles que não são nossos iguais sejam julgados dignos de bens iguais aos nossos; e em segundo lugar, se (...) é boa e virtuosa, porque neste caso julga rectamente e odeia a injustiça; e se uma pessoa é ambiciosa e aspira a certos privilégios, e, sobretudo, se aquilo que ambiciona, outros o conseguiram sem o merecer. De um modo geral, os que se consideram dignos de regalias que outros não merecem sentem-se tentados a indignar-se contra tais pessoas e coisas. [grifos nossos]

¹³<https://www.camara.leg.br/noticias/702002-projetos-buscam-garantir-vacinacao-da-populacao-brasileira-contra-covid-19/>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

Evidentemente, isso não indica que se trate de uma emoção sentida. Essa construção discursiva tem continuidade em outras publicações nas quais se argumenta contra a obrigatoriedade da vacinação apoiando-se, contraditoriamente, no Princípio da Dignidade Humana (PDH).

A posição do governo federal chancela a voz dos negacionistas e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que serve de apoio à liberdade de escolha, nesse momento não é o mesmo para todos, especialmente para os presidiários que eles atacam. O grupo se apresenta como único digno de valores como “liberdade”, “igualdade” e “dignidade”, esquecendo-se de que os direitos humanos são poderes e deveres de todos para com todos, de acordo com padrões de dignidade do momento histórico.

Ao negar o direito aos cuidados essenciais aos presidiários, nega-se o sistema carcerário como um todo, além do direito à vida a estes sujeitos. A negação também silencia o fato de que, segundo Frias e Lopes (2015, p. 655),

O art. 1º da Declaração Universal oficializa, portanto, a visão igualitária da dignidade humana: ela é agora a propriedade que une todas as pessoas, não a que as diferencia entre si. Sua função não é mais identificar aqueles que merecem mais poder, mas sim *impedir que algum grupo de pessoas se julgue inerentemente melhor do que outros grupos*, como aconteceu com os nazistas em relação aos judeus, ciganos e portadores de necessidades especiais. Trata-se da *função protetora* da dignidade, que funciona como um limite à atuação do Estado e da sociedade, protegendo, consequentemente, direitos fundamentais. Sarlet (2010, p. 135) se refere à essa função como “proteção pela dignidade”, referindo-se ao uso desse princípio como limite à restrição dos direitos fundamentais.

Com a ênfase ao suposto privilégio concedido aos presidiários, a publicação supostamente polemiza, ela ataca sem apresentar argumentos plausíveis que possam comprovar as razões de os encarcerados não poderem tomar vitaminas e, ainda, sem poder afirmar que não foram vacinados. Ainda, ao compará-los às crianças, estabelecem uma balança desigual, impossível de ser admitida dentro do universo de valores e crenças do brasileiro. A falácia da *falsa analogia*, cujo princípio relaciona-se ao equívoco de semelhança por se tomar uma coisa por outra, em virtude de semelhança acidental e não total entre uma e outra, é usada como recurso. A validade dos Direitos Humanos sempre incitou polêmica no Brasil e, nos últimos anos, essas polêmicas se acirraram com o aumento das campanhas pró-armamento, apoiadas por figuras do campo da política e da mídia, além de empresários.

De acordo com Amossy (2018), a polêmica é um modo de gestão de conflitos e constitui o motor da democracia, ao viabilizar o encontro, mesmo na diferença. A polêmica não se trata simplesmente de um debate violento, há nela um antagonismo marcado, um choque de teses contraditórias, mas o que realmente a define é a *dicotomização* e a *polarização*. A *dicotomização* é de ordem discursiva e consiste na oposição de duas respostas divergentes que exacerbam as diferenças entre as teses. Nesse caso, há uma hiperbolização do que as separa, não há nuances – *é isto ou aquilo*. A *polarização* é de ordem social e, nela, há uma oposição de teses, segundo a qual as pessoas se agrupam em dois campos inimigos (nós contra eles), de modo a recobrir fortes problemas identitários. O outro é alvo de ataque – sua tese e sua pessoa.

Em virtude disso, entendemos a razão de as polêmicas fazerem com que pessoas extremamente diferentes ideologicamente se agrupem em torno de uma posição, pois a polêmica “*autorise au moins la ‘coexistence dans le dissensus’*” (Amossy, 2018, p. 159). Todavia, o que se nota nas publicações da página

antivacina é que, na verdade, não se trata da apresentação de polêmica, mas sim de negacionismo travestido de polêmica. Não se deseja o choque de posições divergentes, mas sim escamotear posições já ideologicamente marcadas. Não há conflito de teses, não existem antagonismos verdadeiros, está tudo dado. É como se estivéssemos diante de um eterno “diálogo de surdos”, para falar com Angenot (2008). A pseudopolêmica funciona como “cortina de fumaça” para se negar a importância das vacinas, para se negar a importância dos avanços científicos, para se negar a importância da ciência.

Há nas postagens uma escolha deliberada das temáticas – pauta dos costumes (vacina contra HPV, uso de fetos abortados nas vacinas, uso de Viagra por jovens), pauta dos direitos humanos e uso de armas de fogo e munição (privilégios de presidiários), pauta da corrupção (descrédito das instituições: científicas – Instituto Butatã, OMS –, políticas: partidos políticos –, midiáticas: redes de televisão, jornais, revistas), colocadas em jogo. Tudo faz parte de um projeto racional, o que caracteriza o negacionismo. A violência verbal se faz presente por meio de argumentos que incitam o medo, a vergonha. Violentar o outro por meio da linguagem é um meio de silenciá-lo, de fazê-lo calar. Todavia, nas interações, que podem ser acessadas por todos na página, não temos trocas marcadas pela impolidez. A violência fica restrita aos comentários dirigidos a terceiros, como o dirigido a um ex-deputado do PSL, agora em outro partido, o que se notará a seguir. O insulto viola as regras de civilidade, e, em geral, vale-se de um vocabulário ligado à obscenidade, ao escatológico justamente para melhor arranhar a face do agredido.



FIGURA 6
Fonte: página facebook

As teorias conspiratórias sobre o covid-19 ou sobre outras vacinas (caso Bill Gates, por exemplo, na figura 8) funcionam como argumentos *ad baculum* e incitam medo. Além disso, na tentativa de descredibilizar as estatísticas apresentadas pelos Estados, são apresentados casos esporádicos de

mortes decorrentes de outras causas ou de mortes de pacientes com comorbidades; relatos de supostas vítimas de vacinas, com o uso de imagens impactantes, valendo-se também de argumentos *ad misericordiam* (figuras 7-9). Importante pensar que a misericórdia está ligada a algo individual, a uma obrigação, a um dever religioso. Trata-se de alguma maneira de uma lógica perversa, porque coloca em cena eternos devedores, de modo a gerar uma relação desigual. Ao realizar o ato de misericórdia, o sujeito não precisa gostar do outro, precisa somente cumprir um dever que é de cunho religioso. Nesses termos, não há, necessariamente, empatia pelo outro. Ajudamos por medo de acontecer o mesmo conosco. Essa seria a lógica da misericórdia. As postagens que são repetidas ao longo da página argumentam a misericórdia e solicitam ajuda financeiras às vítimas de vacinas.

A apresentação de vítimas é outro recurso recorrente na construção discursiva, pois colabora para a vitimização dos próprios negacionistas, que tanto se apresentam como se compadecendo da dor do outro quanto se apresentam como vítimas de um sistema corrupto, da falta de representatividade e de valor na cena política e social. A construção da imagem do outro como vítima colabora para sua vitimização. Isto porque “(...) être victime renvoie aux saints et aux martyrs, qu’il s’agisse de ceux qui sont morts pour la religion ou morts pour un idée” (Grinshpun, 2019, p. 2). Assim, apresentar-se como vítima é um argumento importante que pode suscitar emoções diversas.

A notícia sobre a médica que foi picada por um cobra e diagnosticada com o vírus no hospital é usada falaciosamente também, um *reductio ad absurdum*, uma vez que se desvia do caminho certo. “Em lógica, a redução ao absurdo consiste no raciocínio, que deriva uma contradição de uma premissa, mostrando que ela é falsa” (Fiorin, 2015, p. 143). Assim, teríamos o seguinte: “Picada de cobra também mata por covid, porque médica picada por cobra, e internada na UTI, foi diagnosticada com covid”.



FIGURA 07
Fonte: página facebook



FIGURA 08
Fonte: página facebook



FIGURA 09
Fonte: página facebook

Nesse processo de projeção de uma boa imagem de si e dos adeptos à causa, constrói-se uma imagem negativa do outro, de figuras do campo da política, de institutos científicos, de órgãos fiscalizadores. A polêmica apresentada na voz do deputado federal, escamoteia o verdadeiro ataque à ciência e à democracia, como se nota a seguir:



FIGURA 10
Fonte: página facebook



FIGURA 11
Fonte: página facebook



FIGURA 12
Fonte: página facebook

Ademais das notícias sobre o covid-19, a página apresenta também notícias e informações sobre outros assuntos relacionados às vacinas e a outras abordagens um pouco mais obscuras, como aquela relacionada ao uso de Viagra por jovens. A postagem incita, por meio de uma pergunta retórica, a dúvida sobre uma suposta relação entre a vacinação infantil e o uso de medicamentos para disfunção erétil pela população jovem.



FIGURA 13
Fonte: página facebook



FIGURA 14
Fonte: página facebook



FIGURA 15
Fonte: página facebook

A informação de que as vacinas são compostas de DNA de fetos abortados aparece em algumas postagens, assim como a menção aos inúmeros prejuízos causados pela vacina contra o vírus HPV (figuras 15 e 16). São reportagens, notícias de jornais e comentários que, mais uma vez, parecem maquiagem um projeto conservador, preconceituoso e separatista em andamento, o qual também se apoia no discurso religioso. Esse projeto não quer colocar nada em debate, não deseja nem mesmo a erística grega; parece haver nele um desejo de aniquilar o oponente e alimentar o fosso, a separação entre os campos inimigos. Não há desejo de diálogo, de conviver no dissenso, como assinala Amossy (2014). Não há desejo de se conviver na democracia. O projeto se alimenta da divisão social e almeja a erosão da democracia. O movimento é pelo silenciamento do outro, por meio da violência verbal e por meio de *fakenews* que baralham a percepção do real. Tudo isso sustentado no discurso religioso:



FIGURA 16
Fonte: página facebook



FIGURA 17
Fonte: página facebook

O negacionismo da voz da ciência sobre covid-19 no Brasil é, na verdade, a negação da educação, a negação do valor da educação. A partir dessa breve reflexão, notamos que o negacionismo cria um processo de vitimização, não por uma incapacidade de responder à altura do agressor por sentir-se fraco, mas por sentir uma superioridade moral. O negacionista é um “cobrador”, ele quer o que lhe foi supostamente tirado.

3. À guisa de conclusão

Nesse cenário em que a pós-verdade encontra seu lugar, em que as crenças pessoais se sobrepõem a fatos objetivos, as antigas dicotomias *dóxa* e *episteme* e, ainda, *dóxa* e *alétheia*, retornam com novos contornos. Não importa o fato em si, mas a desconstrução que pode ser gerada pela divulgação de uma *fakenews*, pela negação da ciência ou pela negação da história. O saber comum, as crenças partilhadas passam a ser banalizados em prol das ideias de determinados grupos cujo fortalecimento se dá justamente pela negação. Tudo se nega, tudo se contesta sob a máscara da polêmica.

A *dóxa*, valorizada na *polis* grega e fundamento da argumentação, foi subvertida, desvirtuada nesse cenário contemporâneo. Após anos de luta para que os valores pudessem ser considerados relevantes ao lado do conhecimento científico, essa nova onda vem nos alertar para o fato de que é preciso atentar para os limites, para o fato de que nem tudo está aberto ao debate, de que certos temas são indiscutíveis. Encontrar esse limite é o que nos resta nesse momento. Com isso, é preciso mais uma vez refletir sobre o lugar da retórica, sobre sua importância e seu valor na sociedade

contemporânea. É preciso perseguir um ideal de uma crítica ética, cidadã, como nos alerta Danblon (2004, p. 7): “*Bien sûr, le langage et l’argumentation constituent pour l’homme l’alternative à la force brutale. Mais le talent oratoire peut aussi être une pression, une violence exercée sur les plus faible*”.

Vivemos um momento em que não somente a história e a ciência estão sob ataque, mas o próprio pensamento está sob ataque. Pensar se transformou em algo perigoso e o medo se transformou em mais poderosa arma. Isto porque ele promove uma paralisia necessária ao crescimento e à manutenção desses grupos e de outros grupos espalhados pelo mundo. Como alerta Mia Couto (2011):

A Grande Muralha foi erguida para proteger a China das guerras e das invasões. A Muralha não evitou conflitos nem parou os invasores. Possivelmente morreram mais chineses construindo a muralha do que vítimas das invasões que realmente aconteceram. Diz-se que alguns trabalhadores que morreram foram emparedados na sua própria construção.

Esses corpos convertidos em muro e pedra são uma metáfora do quanto o medo nos pode aprisionar. [grifos nossos]

Com tanto discurso de ódio circulando, é natural que o medo se espalhe, pois, como afirmou Aristóteles ([s.d.], 2010, p. 174), “(...) tememos o ódio e a ira de quem tem o poder de fazer mal (...)” (p. 174). Nesse sentido, a pandemia pode ser vista como algo muito mais profundo, pode ser entendido como uma corrosão civilizatória e o negacionismo da pandemia é a última defesa, o último baluarte. A pandemia revela uma sociedade já anteriormente adoecida. As redes sociais e, nesse caso, o Facebook funciona como vetor que faz circular os vírus, pois “*la interface de Facebook pone en primer plano la necesidad de los usuarios de estar conectados, pero en parte oculta los mecanismos que emplea el sitio para compartir la información de un usuario con terceros*” (Van Dijck, 2016, p. 182). Desse modo, nem mesmo os usuários têm ideia do quanto suas mensagens e seus compartilhamentos vão circular...

As postagens do grupo antivacina analisadas no artigo revelam que os negacionistas mais que se opor a campanhas de vacinação se opõem a um sistema democrático, opõem-se à difusão do conhecimento, opõem-se à educação de qualidade para todos, opõem-se aos Direitos Humanos. Apoiam-se em valores conservadores assentados em uma moral cristã; valores sacralizados na sociedade brasileira – criança, família, casamento, heterossexualidade, entre outros. Apropriam-se de dizeres que circulam em nosso meio social, resignificando-os a seu modo e de acordo com seus interesses. Ademais, a vitimização, que é de ordem sociodiscursiva, não visa à compaixão dos seguidores e muito menos dos grupos inimigos, fruto da polarização social. Ao contrário, eles desejam cobrar pelo que pensam lhes ser de direito e lhes ter sido tomado. Além disso, desejam a identificação dos seguidores e, mais ainda, visam seduzir mais seguidores para sua causa. A vitimização, nesse contexto sócio-histórico e a partir de valores evocados, implica, finalmente, em um procedimento discursivo que transforma o sujeito em vítima mobilizando modos de encenação das emoções – indignação, a raiva, o ódio – e argumentando o medo.

Resta-nos saber como lidar com esses discursos. Como refutá-los? Como estabelecer o diálogo? É possível dialogar com esses sujeitos?

Em outro momento, Danblon (2011) nos alerta para a necessidade de se pensar na crítica em relação a um cidadão engajado na vida social, não por um cidadão *expert*. Talvez seja este o caminho

e a retórica tenha mesmo muito a contribuir nesse sentido se pensada como possibilidade de conscientização e de liberdade, como disposição para alcançar uma série de qualidades humanas, a *phrónesis*. Por meio da retórica, o cidadão pode ganhar confiança para agir no meio social. Ela deve ser assimilada e fazer parte da vida do cidadão, como sinalizaram Perelman e Olbrechts-Tyteca em sua obra. A retórica deve ser ensinada desde os primeiros anos a fim de propiciar uma formação crítica e uma ética cidadã. A *phrónesis* não é, nesse sentido, somente uma virtude que está na natureza do homem, mas uma disposição adquirida através do exercício da retórica. Talvez seja este o caminho para que possamos alcançar uma melhor compreensão da dinâmica dos discursos negacionistas, disseminados nas redes sociais e dirigidos ao público brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. Entretien avec Ruth Amossy. *La polémique est un modo de gestion socio-discursif du conflit dans les sociétés démocratiques*. Mots. Les langages du politique, n° 108, juillet, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/mots.22067>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.
- AMOSSY, Ruth. *Apologie de la polémique*. Paris: PUF, 2014.
- ANGENOT, Marc. *Dialogues de sourds. Traité de rhétorique antilogique*. Paris, Mille et Une Nuits, 2008, 450 p.
- ARISTÓTELES. *Retórica. 4a edição*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Casa da Moeda, 2010.
- COUTO, Mia. *Murar o medo*. Conferência de Estoril, 2011. Disponível em: <https://www.miacouto.org/murar-o-medo/>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.
- DANBLON, Emanuelle. *Argumenter em démocratie*. Bruxelles: Éditions Labor, 2004.
- DANBLON, Emanuelle. *La rhétorique : à la recherche d'un paradigme perdu. a contrario no 16*, 2011.
- DUNKER, Christian et al. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- FELIX, Daniela Ferreira. “Uma breve história dos negacionistas: o caso de Pedro Varela na Espanha”. *Revista Mosaico*. Volume 6. Número 9. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rm.v6n9.2015.64412>. Acesso em 05 de outubro de 2020.
- FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- FONSECA, Rubem. *O Cobrador*. 4 edição. Rio de Janeiro: Agir, 2010.
- FRIAS, Lincoln; LOPES, Nairo. *Considerações sobre o conceito de dignidade humana*. *Rev. direito GV* [online]. 2015, vol.11, n.2, pp.649-670. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-2432201528>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.
- GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coords.). *Direito de família e psicanálise*. São Paulo: Imago, 2003.

LIPSTADT, Deborah E. *Negando o Holocausto: O Crescente Ataque à Verdade e à Memória*. Tradução de Maurício Tamboni. São Paulo: Universo dos Livros, 2017. 432 p. formato kindle.

MEYER, M. *Principia rhetorica. Une théorie générale de l'argumentation*. Paris: Fayard, 2008.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral. Uma polêmica*: Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLANTIN, Christian. *Dictionnaire de l'argumentation. Une introduction aux études d'argumentation*. Paris: ENS Éditions, 2016.

ROUSSO, Henry. *Le dossier Lyon III: Le rapport sur le racisme et le négacionisme à l'université Jean-Moulin*. Paris: Fayard, 2004.

SOLOMON, Robert C. *Fiéis às nossas emoções. O que elas realmente nos dizem*. Tradução de Miriam Raja Gabaglia de Pontes Medeiros. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2020.

VAN DIJCK, José. *La cultura de la conectividad. Una historia crítica de las redes sociales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

ENSAIO TEÓRICO

“Uma ponte para o futuro”: efeitos de sentido do discurso neoliberal no Brasil

João Francisco TENÓRIO NETO 

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Sóstenes ERICSON 

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Lauro Baldini (UNICAMP)
- Andrea Rodrigues (UERJ)

SOBRE OS AUTORES

- João Francisco Tenório Neto
Escrita – rascunho original –,
Escrita – análise e edição.
- Sóstenes Ericson
Escrita – rascunho original –,
Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 28/10/2020
- Aceito: 23/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Tenório Neto, J. F.; Ericson, S. (2020). “Uma ponte para o futuro”: efeitos de sentido do discurso neoliberal no Brasil. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 409-428, 2020.

RESUMO

Com base na análise materialista do discurso (PÊCHEUX, 2015; 2014), este artigo tem por objetivo ressaltar a opacidade da linguagem, a partir dos efeitos de sentido do discurso neoliberal, no cenário brasileiro do golpe de 2016, analisando um *corpus* extraído do documento “Uma ponte para o Futuro” (PMDB, 2015). Considerando os domínios de antecipação, atualidade e memória (COURTINE, 2014), demonstra-se como o discurso neoliberal se apresenta, silenciando o antagonismo de classes sociais, enquanto recupera uma memória que historicamente funciona para reforçar uma unidade nacional em prol de um futuro que não chega. No intradiscurso, o efeito de atualidade materializa no presente a necessidade de romper com um passado, associado aos governos petistas, apresentando uma proposta de governo alinhada aos interesses dominantes, metaforizada numa ponte que conduzirá o país ao desenvolvimento. O que se tem em conta, por antecipação, é a tentativa de identificação da classe trabalhadora com as necessidades apontadas como sendo do conjunto da sociedade brasileira, representada pela burguesia, e a defesa dos interesses políticos e econômicos do Estado nacional, nos moldes do modelo neoliberal. Para quem ousa se revoltar, desconstruir esta ponte é o desafio histórico que está posto no tempo presente.

ABSTRACT

Based on the materialistic analysis of the discourse (PÊCHEUX, 2015; 2014), this article aims to stand out the opacity of language, based on the sense

effects of neoliberal discourse, in the Brazilian scenario of the 2016 coup, analyzing a corpus extracted from the document “A bridge to the future” (PMDB, 2015). Considering the domains of anticipation, actuality and memory (COURTINE, 2014), it demonstrates how the neoliberal discourse presents itself, silencing the antagonism of social classes, while recovering a memory that historically works to reinforce a national unity in favor of a future that not enough. In the intradiscourse, the effect of actuality materializes in the present the need to break with the past, associated with PT governments, presenting a government proposal aligned with dominant interests, metaphorized on a bridge that will lead the country to development. What is taken into account, in advance, is the need to identify the working class with the needs pointed out as belonging to the whole of Brazilian society, represented by the bourgeoisie, and the defense of the political and economic interest of the national State, along the lines of the model neoliberal. For those who dare to revolt, deconstructing this bridge is the historic challenge that is set in the present time.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso neoliberal. “Uma ponte para o futuro”. Efeitos de sentido.

KEYWORDS

Neoliberal discourse. “A bridge to the future”. Sense effects.

Introdução

Este artigo trata do discurso neoliberal e se inscreve sob uma base teórica materialista filiada às formulações apresentadas por Michel Pêcheux, particularmente à última fase de desenvolvimento de seus estudos. É nesse sentido que nos interessa a relação inseparável entre língua, história e ideologia, tendo em conta que o sujeito é produzido pela ideologia e só existe como resultado de processos de interpelação ideológica, não preexistindo a ela.

Para a vertente pecheuxtiana, o discurso acontece na articulação de um dado momento a uma rede de memórias, portanto, “é índice de agitação nas filiações sócio-históricas” (PÊCHEUX, 2015, p. 56), tendo em conta que o processo sócio-histórico da formação social capitalista sustenta o antagonismo de classes, a reprodução das relações de produção e dissimula as contradições sociais. Ao entender o discurso como prática social, a Análise do Discurso o toma como um movimento do ser humano e sua história, numa imbricação de sentidos produzidos e determinados. A partir do

funcionamento discursivo, é possível identificar os processos de deslocamento de sentidos, em seus diversos espaços de interpretação e construção.

Ao analista está posto, então, o texto como objeto de sua observação, enquanto materialidade do discurso. Assim, o discurso é o objeto teórico e o texto é o objeto analítico, o que permite ao analista o movimento, não de interpretação do texto, mas de interrogação da interpretação (ORLANDI, 2017). Segundo Amaral (2007), uma análise de discurso implica, então, em descrever e interpretar o funcionamento discursivo. Desse modo, deve haver “uma mediação na relação linguagem/pensamento/mundo que se materializa pela interpretação [...] e que se liga, teoricamente, ao funcionamento da ideologia” (ORLANDI, 2017, p.206).

Considerando o *corpus* discursivo como “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido com referência a um certo estado das condições de produção do discurso” (COURTINE, 2014, p.114), tomamos inicialmente como recorte da materialidade discursiva o documento “Uma ponte para o futuro”, a partir do qual foram feitas articulações com outros recortes, a exemplo de reportagens e imagens, o que possibilitou a formulação de um *corpus* de análise, com o objetivo de ressaltar a opacidade da linguagem a partir dos efeitos de sentido do discurso neoliberal no Brasil.

A exposição da análise empreendida inicia trazendo a relação do Estado Brasileiro com o neoliberalismo e a austeridade; em seguida, são analisados os efeitos de sentido da retirada da letra “P” da legenda partidária PMDB, e a partir do documento “Uma ponte para o futuro” são analisadas sequências discursivas que mobilizam teoria e método no nosso gesto de interpretação. Com base na postura teórico-metodológica e política aqui assumida, busca-se desvelar as contradições históricas a partir dos domínios de antecipação, atualidade e memória (COURTINE, 2014) e como estes domínios determinam a representação do real face às investidas do neoliberalismo dentro da formação social capitalista brasileira.

1. Estado neoliberal, austeridade e representação do político

A história da modernidade se confunde com a história da formação dos Estados Nacionais e a difusão do modo de produção capitalista. A partir das expedições ultramarinas surgiram espaços públicos de disputas políticas, possibilitando, assim, o estabelecimento do capitalismo nos moldes de como se conhece. O Estado se estabeleceu como manifestação política do capital, e esta, por sua vez, possibilitou a organização das forças produtivas sob o regime de propriedade privada em um emaranhado de regras e condutas que estabelecem e perpetuam as relações entre classes sociais, e sua finalidade maior é a viabilização da economia de mercado (JINKINGS, 2015). Desse modo, o Estado é necessário ao capitalismo, não sendo ocasionalmente capitalista, mas necessariamente capitalista, existindo apenas sob a lógica do capitalismo. Ao ancorar-se na forma política dos agentes de produção, o Estado reflete a forma-mercadoria, as formas de relações sociais (MASCARO, 2015).

Por sua vez, o Estado capitalista brasileiro é resultado da reorganização político-administrativa e da crescente expansão urbano-comercial-industrial, decorrente da transição de uma ordem social escravocrata e senhorial para um estágio de ampla difusão de técnicas, valores e instituições sociais da política de mercado capitalista (FERNANDES, 2011). Depois da década de 1930, a burguesia brasileira, outrora escravocrata, passou por uma crise do seu poder político, pressionada pelas estruturas e dinamismo do capitalismo monopolista mundial, que ameaçaram os seus interesses econômicos. Entretanto, um elemento político explícito emanou desse processo de tensão: a ratificação da permanência de condições precisas que assegurassem os interesses da classe dominante e possibilitassem o desenvolvimento com segurança de garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro e suas empresas, e ao seu crescimento (FERNANDES, 2011).

Nessa perspectiva, o Estado brasileiro traz consigo a marca inerente ao modo de produção capitalista, a sucessão de ciclos de crises, pois “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (NETTO; BRAZ, 2012, p.170). É o que se observa com a crise de 1990¹, uma crise da hegemonia burguesa, na qual seu projeto de classe social é posto em xeque, estando arraigada às crises globais do capital, bem como à deterioração das relações de trabalho, na periferia e no centro do mundo globalizado (BATISTA, 2015).

No Brasil, o Estado adotou a ideologia do neoliberalismo como política econômica, na tentativa de superar os efeitos da crise estrutural do capital no país. De acordo com Guilbert (2020), a ideologia neoliberal apoia-se no conceito de rentabilidade ao curto prazo e no quadro matemático e econômico geral para produzir a tópica da eficácia, a rentabilidade financeira e, ao objetivá-la, a austeridade apareceu como um braço executor das reformas necessárias para o retorno ao crescimento econômico.

Tem-se, então, o deslocamento do sentido de austeridade ressurgindo como algo novo, próprio da formação discursiva da economia. No entanto, sua filiação remonta à formação discursiva da filosofia e da moral, especialmente para intensificar um estilo rígido, disciplinador, compatível com sacrifícios, parcimônia, prudência e sobriedade, a fim de reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, perdulários. Este discurso produz sentido de moral, deslocando características próprias do indivíduo para o plano público, personificando e atribuindo características humanas ao Estado (DWECK et al., 2018).

O argumento contemporâneo para o termo austeridade sustenta que, para crises econômicas, devem ser implantadas políticas fiscais restritivas, ou seja, redução de gastos e aumento de impostos, assegurando um aumento do crescimento econômico e efeito expansionista. Na prática, a austeridade como política se estabelece com o corte de gastos com consequente perda de direitos (BLYTH, 2017).

Todos os esforços se voltaram para a justificativa de um social-liberalismo, como um primo bem-intencionado do neoliberalismo, mas que trazia no seu âmago as exigências do capital sob a bravata de estar à frente de uma transformação socioeconômica gigantesca, que perduraria por anos. Nesse sentido, o Banco Mundial, nos anos de 1990, defendeu a revisão da premissa

¹ O Brasil foi alvo da crise do Plano Collor, que ficou marcada por um profundo momento de recessão econômica e confisco dos ativos depositados nas cadernetas de poupança dos brasileiros.

constitucional, que atribui um papel de complementaridade ao setor privado no âmbito do sistema e sugeriu que o Brasil realizasse reformas que favorecessem maior participação do setor privado na economia (RIZZOTTO, 2012). É com base nesses pressupostos que avançaremos, dando ênfase a uma abordagem discursiva sobre a representação do político, considerando que o discurso aparece como extrato de diversos funcionamentos discursivos e, como tal, traz em si a relação com diferentes formações discursivas. É dessa forma que ele é tocado pela política e pelo político.

Na demarcação tradicional entre política e político, considera-se a política como governabilidade com a sociedade envolvida, retoricamente definida como a arte de falar pelos outros. No âmbito da política partidária, esta se faz pela estruturação de forças em torno de programas de grupos de poder, portanto, de diferentes distribuições e desenhos sócio-políticos. Trata-se, por conseguinte, o político como a divisão necessária de sujeitos e sentidos, na sua determinação histórico-social, e, na especificidade desta análise, sujeitos pensados na conjuntura capitalista. O político é, então, significado por relações que simbolizam o poder, organizando-se no nível da significação pelas relações entre formações discursivas, não se separando das formações ideológicas, o que implica ser o político da ordem do discurso (ORLANDI, 2019). Considerando-o como relação simbólica de forças, nele os sentidos adquirem direções determinadas pela forma de organização social que se impõe a um indivíduo ideologicamente interpelado (ORLANDI, 2001).

Dessa maneira, o discurso político se constitui na persuasão, movendo a opinião pública, os eleitores e a população em geral, ancorando-se em uma formação discursiva que atribui posições não apenas aos oradores autorizados, mas a todos os oradores, incluindo os de outras formações (CORTEN, 1999). Ideologicamente, produz-se uma ilusão política: “somos ‘representados’, há sujeitos, ou melhor, posições-sujeitos ‘autorizadas’ a falar, ou que falam, por nós, em nossa formação social” (ORLANDI, 2019, p.27, grifo da autora). Por isso, ao se falar como se fosse do lugar do outro, partidos políticos, como o MDB, elaboram documentos², propõem medidas de livre mercado, de austeridade, ou um vice-presidente da República elabora Carta aberta à nação³. Trata-se de um processo de autorização, que acontece no interior de uma formação discursiva, na qual se realiza o “assujeitamento” do sujeito ideológico do discurso.

Considerando que as palavras e proposições têm seus sentidos a partir e nas formações discursivas nas quais são produzidas, em se tratando do referido partido político, poderíamos perguntar, inicialmente, quais os sentidos produzidos pela retirada de uma letra de uma sigla partidária?

Entendemos tratar-se de um movimento que se constitui no domínio de antecipação, considerado dentro do funcionamento discursivo como prática social, uma vez que o sujeito do discurso se antecipa ao seu interlocutor, quanto ao sentido que suas palavras nele produzem, ou seja, dir-se-á isso ou aquilo, a partir do efeito que se pensa poder produzir em seu ouvinte (ORLANDI, 2015). “É pelo domínio de antecipação que buscamos um ‘sempre-já” (COURTINE, 2014, p.113, grifo do autor)

² Caso do Documento “Uma ponte para o futuro”, no qual são apresentadas diretrizes e recomendações para a então presidenta Dilma Rousseff, no período pré-impeachment.

³ Carta do vice-presidente Michel Temer para a então presidenta Dilma Rousseff.

do discurso, e, além disso, “acrescentemos que ao antecipar temos um ‘sempre-ainda’” (COURTINE, 2014, p.113). Desse modo, a retirada da letra “P” é uma antecipação aos efeitos de sentido quanto aos gestos de interpretação que se façam sobre um partido político.

Nessa lógica, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em uma convenção extraordinária, ocorrida em 19 de dezembro de 2017, aprovou a retirada da letra “P” da sigla do partido, passando a legenda a ser chamada pelo nome original MDB. Destaca-se que a retirada do “P”, e a retomada ao nome original à época dos movimentos pró-democracia da década de 1980, foi uma medida com a intenção de diminuir o desgaste do PMDB, bem como da política partidária junto à sociedade, e popularizar a legenda. No entanto, tal medida funciona discursivamente como uma tentativa de apagamento do golpe de 2016, uma vez que ao retomar a sigla à época de sua criação, que coincide com o pluripartidarismo, pretende-se marcar uma posição ideológica do partido com a democracia, afastando-se do processo de *impeachment*, enquanto ato antidemocrático, negando em si mesmo sua posição-sujeito do discurso. Tenta-se silenciar, dessa maneira, o papel que Michel Temer teve contra a democracia brasileira no curso do golpe jurídico-parlamentar de 2016.

Assume-se um compromisso, agora partidário, com o mercado ao qual são atribuídas virtudes que de modo equidistante são defeitos para o Estado. A “liberdade” da democracia é a liberdade de mercado, diante da qual a presidenta Dilma Rousseff era um empecilho, devendo-se considerar que ao mercado compete abertura, flexibilidade, movimento, dinamicidade. Por sua vez, na perspectiva do discurso, “a produção de efeitos de atualidade é ao mesmo tempo uma resultante do desenvolvimento processual dos efeitos de memória, que a irrupção do acontecimento, no interior de uma conjuntura, reatualiza” (COURTINE, 2014, p.113).

Em termos precisos, o domínio da atualidade se refere “ao funcionamento do discurso em relação a si mesmo” (PÊCHEUX, 2014, p.153), tendo relação com a coexistência de outros dizeres, o que se diz, pois, em um dado corte no tempo, em uma linearidade horizontal inerente ao enunciado. “[N]esse sentido, o sujeito opera imprimindo sua marca, estabelecendo a diferença entre o que diz, a forma, o estilo, e os outros dizeres. Esse é o eixo de denominação do *intradiscurso*” (AMARAL, 2007, p.31, grifo da autora). O *intradiscurso* pode ser denominado como “o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*, portanto, o conjunto de fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar de ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (PÊCHEUX, 2014, p.153, grifo do autor).

Assim, o retorno da sigla do partido à designação “MDB” tenta encarnar um “movimento” em prol do futuro, da novidade, do crescimento, da diversidade, da autenticidade, enquanto à designação PMDB é atribuída relação político-partidária de submissão ao Estado, postura que se quer abandonar, por estar associada às restrições legais, à rigidez da máquina estatal, ao imobilismo arcaico do Estado (GUILBERT, 2020). Desse modo, no processo discursivo, ao retomar ao passado, vislumbra-se o futuro.

Tendo em conta que as condições de produção permitem o funcionamento discursivo e compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, podem ser consideradas “as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato” (ORLANDI, 2015, p.28). Em se tratando das condições amplas de produção do discurso em tela,

considerando que após a crise financeira global o cenário econômico em mudança tornou difícil conciliar os interesses da burguesia, aponta-se a nova política econômica, a recessão cíclica e a insatisfação do empresariado.

No Brasil, em 2014, o disfarce de crise política culminou com o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Naquele contexto, as motivações ideológicas encontraram força em setores decisivos da economia, para iniciar as reformas com o objetivo de “salvar” o Estado capitalista brasileiro, ocasião em que o governo subsequente adotou o documento “Uma ponte para o futuro”, cujo objetivo era “preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento...” (PMDB, 2015).

O objetivo, também, era eliminar o rentismo da dívida pública como meio sistemático de acúmulo de capital (a maneira mais importante de ganho da burguesia brasileira desde o início dos anos 1980) e, assim, forçar a expansão dos investimentos produtivos e de infraestrutura. Isso permitiu que a força estrutural do capital financeiro se apresentasse como meramente técnica e não profundamente política, incluindo o uso de controles da grande mídia para designar a política econômica como “tecnicamente irresponsável” e “politicamente populista” (BASTOS, 2017).

Por seu turno, o projeto governamental tinha como objetivo principal a eliminação, ou na pior das hipóteses, a minimização do rentismo com dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital. Isso significava pôr em dúvida a força estrutural do capital financeiro na determinação das taxas de juros e das taxas de câmbio, violando pactos conservadores de outrora (BASTOS, 2012). Assim, a promoção do populismo de direita no Brasil se apoiou em uma revolta da classe média que se viu diante dos custos dos serviços privados afetados, da falta de emprego e do crescimento das camadas mais pobres da sociedade, o que para a referida classe seria decorrente do populismo e da demagogia dos políticos que compraram apoio às políticas sociais que eles custearam.

Políticos e empresários envolvidos em transações ilegais tinham interesse evidente em substituir um governo por outro que fosse capaz de barrar ou limitar as suas apurações. A unificação empresarial contra o governo Dilma, de um lado, e a perda de sua popularidade, de outro, seria resultado de processos e eventos ocorridos depois do resultado das eleições de 2014.

Sabemos que em escala planetária, a burguesia tende a preferir a interação social governada exclusivamente pelas assimetrias monetárias e de mercado, ficando menos convencida do que forçada a aceitar uma cidadania ampliada, ou seja, a invasão dos direitos sociais no capitalismo. Isso pode ser ainda mais evidente no caso do Brasil, devido às profundas desigualdades geradas pelo projeto escravocrata que orientou o desenvolvimento social. É nesse contexto que em março de 2015, dentre dos inúmeros protestos contra o governo Dilma, dois fantoches representando Lula e Dilma enforcados, pendentes em um viaduto foram noticiados por diversos veículos de comunicação (FIGURA 1).



FIGURA 1 - Bonecos de Lula e Dilma sendo enforcados num viaduto.

Fonte: Sul21 (2015)

As condições de produção que possibilitaram a cena materializada na imagem apontam para um contexto em que a classe dominante não conseguia mais admitir a perda do poder e privilégios de toda sorte, ao longo de mais de 12 anos de governos do PT. Produz-se, então, um efeito-intolerância, a exemplo do protesto, ocorrido em março de 2015, que pedia o extermínio físico da presidenta, de petistas, comunistas e esquerdistas em geral. Cabe considerar que, na imagem anteriormente apresentada, a figura do ex-presidente Lula foi recuperada devido a sua relação com a presidenta Dilma. Para além de serem do mesmo partido político, a presidenta foi ministra de Minas e Energia do Governo Lula e foi fortemente apoiada por ele nas campanhas presidenciais de 2010 e 2014, além dele ser apontado como seu potencial sucessor. Entretanto, a figura de um boneco do ex-presidente pode ser apreendida também enquanto efeito de sentido de um discurso de gênero, uma vez que, pela memória, a mulher (Dilma) também foi associada a uma posição de submissão, de coadjuvante do homem (Lula), como se a presidenta não tivesse autonomia, não conseguisse tomar decisões, como se o seu lugar não fosse a presidência. Nessa esteira, Dilma aparece como figura política produzida por Lula, como seu fantoche, cuja sentença deveria ser igual a de seu “criador”.

É expreso, assim, um ressentimento, enquanto efeito estrutural da soberania excessiva do outro (no caso dos partidos de esquerda), da “consolidação fantasmática” (DUNKER, 2015, p. 66). Observamos, então, como o ressentimento prospera naqueles que se sentem excluídos (classe dominante). Para a classe dominante, “é como se a senzala tivesse invadido a casa grande e dela se apropriado” (INDURSKY, 2016, p. 80). Desse modo, estavam postas as condições objetivas para a unificação da burguesia em torno de um programa regressivo que, finalmente, aconteceria caso uma alternativa política viável ao governo aparecesse, o que ocorreu quando, de *dentro* dele, Michel Temer anunciou o programa “Uma Ponte para o Futuro” (BASTOS, 2017).

O documento intitulado “Uma Ponte para o Futuro” foi apresentado em 29 de outubro de 2015, como um programa de preservação da economia brasileira, capaz de tornar viável o seu desenvolvimento. É dividido em títulos voltados à explanação do raciocínio que justificava as mediadas propostas pelo partido PMDB. Ao trazer “Um retrato do presente”, por exemplo, o documento tenta situar o leitor no quadro de crise que afligia o Brasil; em “A questão fiscal” são apresentados déficits elevados e tendência ao endividamento do Estado; em seguida, “Retorno a um orçamento verdadeiro” sinaliza a necessidade de cortes nos gastos públicos”; em “Previdência e demografia” há uma

tentativa de culpabilizar o envelhecimento da população brasileira pelos gastos com aposentadorias, mostrando um posicionamento a favor de uma reforma da Previdência mais radical; em “Juros e Dívida pública”, faz-se referência à inflação e à meta para seu controle, vinculando-a à queda do juros, reafirmando a necessidades de reformas estruturais; o último tópico do documento, por sua vez, propõe “Uma agenda para o desenvolvimento”, no qual as medidas de austeridade e a aproximação com a iniciativa privada são explicitadas.

Além do referido documento, assumiu relevância na cena política brasileira, uma Carta pessoal do então vice-presidente Michel Temer endereçada à presidenta Dilma Rousseff, aos 7 dias do mês de dezembro de 2015, na qual Temer utiliza como subterfúgio uma desconfiança da presidenta e de seu entorno para com ele e com o seu partido, o PMDB. Na referida carta, Temer diz que ocupou uma posição meramente decorativa, reclama dos ministérios perdidos pelo seu partido, faz cena de ciúmes, e menciona que “o programa ‘Uma Ponte para o Futuro’, aplaudido pela sociedade, cujas propostas poderiam ser utilizadas para recuperar a economia e resgatar a confiança foi tido como manobra desleal” (TEMER, 2015). Estava ali rompida a unidade partidária PT/PMDB, e explicitado que o governo Dilma não servia mais aos interesses do capital: “Jamais eu ou o PMDB fomos chamados para discutir formulações econômicas ou políticas do país; éramos meros acessórios, secundários, subsidiários” (TEMER, 2015). Em outro trecho, é possível notar a preocupação com o ajuste fiscal: “Quando a senhora fez um apelo para que eu assumisse a coordenação política, no momento em que o governo estava muito desprestigiado, atendi e fizemos, eu e o Padilha, aprovar o ajuste fiscal. Tema difícil porque dizia respeito aos trabalhadores e aos empresários” (TEMER, 2015).

Sendo o ajuste fiscal um “tema difícil porque dizia respeito aos trabalhadores e aos empresários”, é possível identificar na linguagem, enquanto um ato social, as suas implicações, neste caso, os conflitos e as relações de poder, a luta de classes. O que escapa no referido dizer é o “antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas. Mas para oprimir uma classe é preciso garantir condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência servil” (MARX; ENGELS, 2010, p. 63), o que reclama a necessidade da perpetuação de políticas que favorecessem o empresariado, mas que, ao mesmo tempo, simulassem coerência aos direitos dos trabalhadores.

Desse modo, o motivo para a ruptura PT/PMDB estava posto, mas as motivações nem tanto. Com o abandono ao governo Dilma, o terreno estaria pronto para as reformas, e, portanto, expressões como “ajuste fiscal”, “recuperar a economia”, “resgatar a confiança”, “crescer e consolidar”, presentes na referida Carta, inscritas numa formação discursiva neoliberal, permitiriam um funcionamento discursivo que fizesse ecoar um já-dito de um “Brasil, país do futuro”.

Cabe ressaltar que o enunciado “Brasil, um país do futuro” aparece pela primeira vez como título do livro do escritor vienense Stefan Zweig.

Seu desejo de querer ver no Brasil da década de 1940 uma terra livre das intolerâncias e violências que assolavam a Europa de então, fustigada pela 2ª Guerra Mundial, fez com que Zweig revivesse a imagem mitológica de que o Brasil era uma terra paradisíaca, um éden reencontrado. A descrição que faz do Brasil, mais que otimista, adquire um aspecto profético quando o autor reforça que a harmonia e paz reinantes no país faziam deste o locus para o acontecimento de um futuro utópico, messiânico. Curiosamente o escritor/profeta, muitas vezes, trai suas profecias, projetando no Brasil valores de sua

Europa e às vezes chega mesmo a se contradizer no que tange à questão da tolerância e harmonia que via no Brasil (CARVALHO, 2006, p.30).

No funcionamento discursivo do enunciado “Brasil, país do futuro”, a formação discursiva de referência (o discurso político) foi analisada considerando os domínios de memória, de atualidade e do domínio de antecipação (COURTINE, 2014), bem como o interdiscurso, enquanto um “conjunto complexo e contraditório [...] das formações discursivas em jogo numa dada formação social sob a dominação do conjunto das formações ideológicas” (AMARAL, 2007, p.24). Nesse percurso, partimos do domínio de memória para apreender o funcionamento discursivo do discurso neoliberal no discurso político, por meio do encaixe do pré-construído, a representação do interdiscurso (COURTINE, 2014).

2. “Uma Ponte para o Futuro”: memória, história, evidência

A primeira das três sequências discursivas (SD) em análise foi extraída do próprio título do documento (SD₁ – “**Uma Ponte para o Futuro**”), tratando-se de um enunciado que aparece durante um momento específico da crise estrutural do capital no Brasil, sob o disfarce de uma crise política. Na imediaticidade do dizer, a palavra “ponte”, em um sentido pretensamente estabilizado, consiste em uma construção que permite cruzar um obstáculo natural (desnível topográfico, cursos de rio, braços do mar) ou uma estrada pela qual outros veículos circulam. A esta definição estão associadas outras menos genéricas que estabelecem alguma característica específica, tais como viaduto – obra de grande altura e comprimento até transformar a ponte em uma passagem alta e apoiada em pilares ou outros suportes descontínuos (ZOIDONARANJO *et al.*, 2000).

No entanto, em nosso gesto de análise, o sentido de “ponte” vai além de uma estrutura arquitetônica, pois, antes de tudo, “é necessário lembrar que, no discurso, é a palavra que assegura a função de identidade semântica: é essa identidade que a metáfora altera” (RICOUER, 2000, p.11). Nessa perspectiva, “a metáfora apresenta-se, então, como uma estratégia de discurso que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder heurístico desdobrado pela ficção” (RICOUER, 2000, p.13).

Uma noção imediata de “ponte” remete ao que ela pode proporcionar, levar de um lugar ao outro, superar barreiras, transpor obstáculos, realizar uma ligação de uma época a outra. Na referida SD, mesmo sem a existência de um verbo, há uma ideia de movimento, abrindo-se espaço, portanto, para o silenciamento de outro caminho que deve ficar para trás, o que as condições imediatas do discurso permitem identificar: a restrição do campo da “esquerda”, que na relação com futuro é associada ao fracasso da economia (no tempo presente).

Em sua relação constitutiva com a ideologia dominante, a produção de sentido de unicidade, na relação do político com a prática política, produz a ilusão, ao “falar do outro”, que só há um caminho,

uma direção, uma ponte, entre o presente e o futuro, nos moldes apresentados pela pauta neoliberal, materializados no documento “Uma Ponte para o Futuro”.

Do ponto de vista metafórico, o enforcamento de Lula e Dilma num viaduto, conforme anteriormente abordado, é expressão não apenas de um julgamento negativo dos governos do PT, mas, sobretudo, da condenação máxima, a força, penalidade abolida no Brasil desde 1937, possível apenas em situação de guerra. Pondo em relação o viaduto e a ponte, nas metáforas que os constituem, alinham-se à perspectiva econômica os efeitos imediatos da crise estrutural do capital, deslocados para o campo político da administração petista no país. Desse modo, contribui-se para a produção de intolerância, enquanto efeito da relação entre diversos elementos de saber que circulam nos processos discursivos (corrupção, comunismo, socialismo, ideologias, esquerda, etc.), constituídos entre a força e o futuro.

Por seu turno, o simbolismo do enforcamento no discurso funciona como operador de uma memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar, onde na transparência de sua compreensão a imagem se mostra como ela se lê (PÊCHEUX, 2007). Ora, um viaduto com duas personalidades de esquerda enforcadas é lido como um linchamento simbólico e sinaliza um caminho único, no qual o viaduto liga o desejo da classe dominante à morte física e ideológica de seus adversários políticos.

Ao ligar uma época à outra, a ponte faz referência ao futuro, cuja noção só se dá na sua relação constitutiva com a demarcação do presente e do passado, pondo em perspectiva um processo histórico que se materializa no discurso. De acordo com Guimarães, numa abordagem histórica da linguagem “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. [...] O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2017, p.16). Para o referido autor, portanto, o tempo é uma representação na qual “o presente traz uma latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (GUIMARÃES, 2017, p. 16).

Em se tratando de temporalidade, a exemplo do sentido de futuro na SD1, cabe perguntar:

E o que é essa temporalidade? De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. [...] Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. [...] Esse passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações (GUIMARÃES, 2017, p.16, grifo do autor).

O futuro é, pois, um efeito de atualização na memória, investido do interdiscurso. É, antes de tudo, um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas de conflitos e regularização, um espaço de réplicas e contradiscursos (PÊCHEUX, 2007), e que traz, também, uma negação implícita: o que virá a ser ainda não é, uma vez que o futuro só existe enquanto perspectiva. Em termos mais precisos, trata-se de um futuro que constitui o sujeito a partir de uma projeção imaginária, que é projeção do desejo.

Esse o que virá a ser ainda não é, como também essa projeção do desejo, abre uma latência para algo que nunca chega, que nunca acontece. É esse tempo sempre esperado um elemento fundamental ao discurso religioso, que se materializa como esperança. Em se tratando de um presente caótico,

exemplificado pelo viés da economia, enquanto um tempo de escassez financeira, projeta-se a imagem de um futuro de prosperidade, com ancoragem, por exemplo, numa teologia que defende a bênção financeira como desejo de Deus e a fé, a resignação e as doações para os ministérios cristãos, como meios para aumentar a riqueza material do fiel. Por sua vez, o discurso messiânico materializa a espera do que está por vir, circulando no imaginário social para produzir sentidos da necessidade de um Messias. No plano político brasileiro, esse imaginário é recuperado para lhe atribuir a responsabilidade de acabar com a corrupção, com a velha política, com a exigência de superação da crise, bem como o desejo pelo milagre econômico.

Do ponto de vista discursivo, esse imaginário social continua a produzir sentidos porque surge como um recorte de um passado memorável, um deslizamento de discursos outros (FIGURA 2), que remontam a campanhas políticas eleitorais que, de maneira semelhante ao que vimos no Brasil em 2018, vislumbravam o desenvolvimento econômico: “50 anos em 5” (campanha eleitoral de Juscelino Kubitschek, 1955); “Collor é progresso. Um novo tempo vai começar” (campanha eleitoral de Fernando Collor, 1989); “O Brasil não pode voltar para trás. Avança Brasil” (campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, 1998).

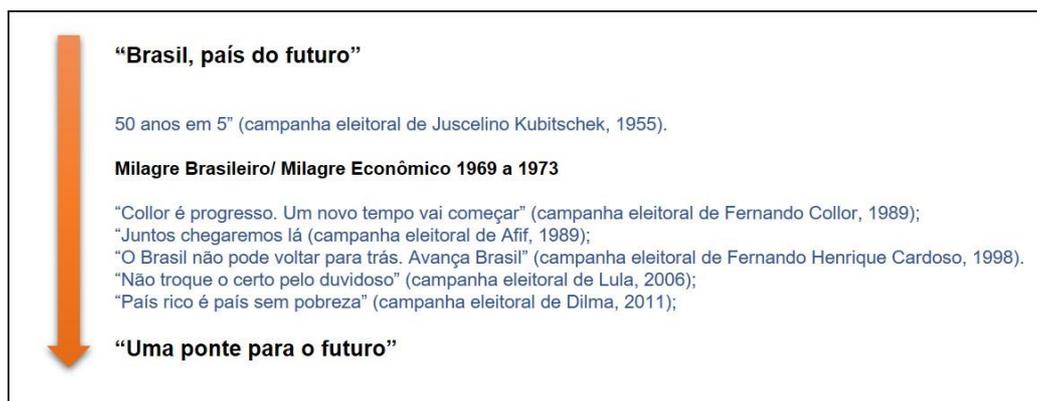


FIGURA 2 – Deslizamento discursivo do enunciado “Uma ponte para o futuro”.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No processo discursivo de retomada desses dizeres, observa-se uma sobreposição dos domínios de atualidade e memória, na SD1 – “Uma ponte para o futuro”. O papel da memória seria o de fixar um sentido sobre os demais enunciados, também possíveis, em uma dada conjuntura histórica. Mais especificamente, é o domínio da memória que reserva um espaço para a organização da linearidade entre passado, presente e futuro (domínio de atualidade), contribuindo para a manutenção da diacronia interna de uma formação social (MARIANI, 2001).

Desse modo, o domínio de memória atualiza o enunciado “Brasil, um país do futuro”, situando-o no campo do discurso político, como um Novo Mundo onde estaria o paraíso perdido, um Brasil, desprovido “da cultura histórica do velho continente, mas aberto ao futuro, ao desenvolvimento” (CARVALHO, 2006, p.34), como também “uma nova terra, fértil, vazia de gente, livre, aberta ao estrangeiro”

(CARVALHO, 2006, p.37), inscrevendo-se como propostas políticas para consolidação do Estado neoliberal a fim de garantir a construção de um Estado moderno, próspero e justo (MASSMANN, 2019).

Nessa direção, tomamos o deslizamento discursivo (FIGURA 2) do enunciado “Brasil, país do futuro”, produzido sob as condições políticas-ideológicas que antecederam a 2ª guerra mundial, mais precisamente na década de 1940, formulado por um judeu que enxergava o Brasil como a terra fértil para o desenvolvimento, como seu ideal de futuro. O realce em negrito marca a circulação desse enunciado em diversos momentos da política brasileira e a partir do efeito parafrástico, tal enunciado se atualiza em “Milagre Brasileiro/Milagre Econômico” (que circulou de 1969 a 1973, durante os governos ditatoriais), para designar o elevado crescimento econômico, aumento do Produto Interno Bruto (PIB), queda da inflação e a formação dos grandes conglomerados brasileiros.

Os sentidos oriundos desse enunciado circulam produzindo efeitos nas diversas campanhas eleitorais como demonstramos até chegarmos à linearidade do dizer “Uma ponte para o futuro”, tratando-se, portanto, do velho revestido do novo. É dessa maneira que o encontramos presente ao longo da formação social brasileira, na qual a preocupação com a economia foi e continua sendo a parte que interessa à organização social capitalista.

Por sua vez, na **SD₂ – “Uma agenda para o desenvolvimento”**, extraída do título do último tópico do documento “Uma ponte para o futuro”, deparamo-nos com a presença de uma formação discursiva neoliberal, para a qual a agenda remete a compromissos, a metas, fazendo parte do dia a dia de executivos, das grandes corporações capitalistas, denotando, pois um sentido de rotina, de circularidade e da racionalidade aparente do discurso neoliberal. A agenda transmite uma naturalidade dos acontecimentos, que devem seguir uma sequência lógica, previamente estabelecida, e apresenta como racional “deixar o mercado fazer”, o “*laissez-faire*”⁴ (GUILBERT, 2020).

Deixar o mercado fazer significa que a escolha das palavras e expressões não é anódina, uma vez que as palavras utilizadas propõem uma determinada leitura de mundo. A agenda nos remete, ainda, a uma permissão de programação das ações humanas subordinadas a tudo que seja delas oriundo em uma dimensão estritamente econômica. Para Guilbert (2020), é neste ponto que o discurso neoliberal e o discurso econômico se encontram, são considerados intercambiáveis.

O encontro dessas duas formações discursivas, neoliberal e econômica, induz a aceitar tornar produtivo, no sentido econômico, o que não pode sê-lo: a Educação, a Saúde, a Previdência. São suas palavras-chave: “ajuste fiscal”, “reestruturação das despesas públicas”, simplificação da “área tributária”, “redução de tarifas”, “realinhamento do câmbio”, “abertura dos mercados externos”, “comércio internacional”, “investimento privado”, “licenciamentos ambientais” (PMDB, 2015) – que estão presentes no tópico do documento que utilizamos na formulação da SD₂, para efeito de análise, evidenciando o discurso neoliberal e econômico.

⁴ “Doutrina que – quaisquer que sejam os fundamentos – divinos, científicos ou naturais –, afirmava que o campo de ação do Estado devia ser estritamente definido e que a vida econômica devia ser deixada, o menos regulamentada possível, aos talentos e ao bom senso de cidadãos privados movidos pelo honrado objetivo de fazer seu caminho na vida” (KEYNES, 1926, p. 8, apud GUILBERT, 2020, p.86).

Todos esses compromissos propostos na agenda, supostamente, têm por objetivo um bem maior, o milagre econômico, através do que considera desenvolvimento. Sob o manto ideológico de um compromisso com o futuro do Brasil, faz-se necessário produzir no senso comum a evidência de um discurso que silencia, no campo político, as determinações econômicas do discurso neoliberal. A partir desse silenciamento, toma a forma de um discurso racional de onde advém seu efeito simbólico e argumentativo. Ele significa ao silenciar seu aspecto de programa de “contra-governo petista⁵” e é sobre uma base ostentatória e dissimulada que, segundo Guilbert, a forma racional assume seu aspecto de evidência de normalidade e só se pode aderir naturalmente a este discurso devido ao “apelo às paixões” (GUILBERT, 2020, p.46), que “é legitimado e modalizado pelo recurso à racionalidade” (GUILBERT, 2020, p.46).

Desse modo, o desenvolvimento surge como consequência lógica de uma agenda neoliberal de compromissos econômicos a serem assumidos pelo Estado brasileiro. Essa lógica confere um efeito de sentido de naturalidade ao discurso neoliberal, apresentando-o como um discurso apartidário ou esvaziado de ideologia, sustentado na esfera do bom senso e da racionalidade. Na SD2, o desenvolvimento é apresentado como possível de ser acreditado, e, por conseguinte, o ato de crer na evidência do fato apresentado, em sua naturalidade, fornece um quadro natural à situação. Este forma de manipulação da naturalidade, própria do discurso neoliberal, é demonstrada na análise realizada por Guilbert, uma vez que os eventos apresentados, “(i) sendo naturais, eles parecem verossímeis, (ii) não tendo ‘causa nem intenção’, eles parecem neutros, (iii) determinados por um universo ‘puramente físico’, parecem inevitáveis” (GUILBERT, 2020, p.84).

Dessa forma, para que a justificativa da implantação da economia de mercado, como a única solução possível para a retomada do crescimento, faça sentido, são necessários deslocamentos oriundos da formação discursiva da economia no discurso neoliberal. Estas evidências discursivas levam os indivíduos a crer que são livres e iguais, sobrepondo as contradições de classes, com os mesmos deveres e direitos a escolhas. A escolha se põe, portanto, entre duas opções: uma que o discurso neoliberal pretende defender (desenvolvimento/futuro) e outra que, por antecipação, supõe que os sujeitos irão rejeitar, uma vez tornada mais aprazível a opção proposta.

O passado, o futuro e a ponte aparecem, então, como uma metáfora do hoje, do presente e, nesse jogo, a opção apresentada pelo discurso neoliberal é adornada por um apelo emocional da necessidade econômica; já a falsa alternativa (crise econômica/passado) é carregada de um sentido de constrangimento. Logo, não há uma escolha real, e a falsa alternativa ecoa: “eu ou o caos” (GUILBERT, 2020, p.127), ou seja, crise econômica/passado ou desenvolvimento/futuro. Mas nesses termos, quem escolherá o caos?

Supostamente tomando partido pelo país, a **SD3 – “Convidamos a nação a integrar-se a esse sonho de unidade”**, última frase do documento “Uma ponte para o futuro”, traz um sentido de unidade nacional, fazendo com que, pela memória, evoque-se, o que Orlandi (2009) considera como um

⁵ Chamaremos de “programa de contra-governo petista”, uma vez que quando o documento “Uma ponte para o futuro” foi publicado, o governo vigente era da então presidenta Dilma Rousseff, filiada ao PT, com posições ideológicas distintas do PMDB, partido político que encabeçaria o golpe de 2016.

imaginário romântico de nação, uma concepção positivista, burguesa, moderna de nação (Estado-nação). Por sua vez, o sonho do nacionalismo se sustenta na relação com uma união [política] nacional, como se o nacionalismo precedesse a nação, e não o contrário. Desse modo, o sentido de pertencimento de um povo, sob um contexto histórico particular, sustentado por línguas nacionais, faladas ou escritas, forma a nação. Como o nacionalismo se altera no tempo e no espaço, ou seja, na história, é a partir do efeito de memória que se requisita a identificação nacional como um fazer político, como práxis do discurso da ideologia dominante, uma vez que há um sentido já-dado.

Silencia-se, no entanto, um ideário que se constitui enquanto possibilidade de unidade de classes sociais, uma vez que na SD3 observa-se um funcionamento discursivo que pressupõe uma nação [politicamente] desintegrada. Todavia, considerando o momento histórico de crise estrutural do capitalismo, a crise política é necessariamente realçada, enquanto os interesses fundamentais das classes dominantes se voltam, sobretudo, para a retomada do plano de livre mercado, como defendido pelo neoliberalismo.

De acordo com Marx (2008), na formação social capitalista, as relações de classes (antagônicas por natureza) são postas a partir da esfera econômica, como um complexo histórico constituído pela “imbricação de diversos modos de produção, ou da existência de formas provenientes de diversos modos de produção e reestruturada em função da *dominância* de um dos modos de produção” (ROBIN, 1973, p. 108, grifo da autora). É por esse prisma que consideramos necessário ao funcionamento discursivo neoliberal silenciar, no sonho da unidade nacional, a impossibilidade histórica de conciliação das classes sociais, fundamentalmente, antagônicas. Há, no entanto, a retomada de outros dizeres que recuperam, pela memória nacional, a proposta do integralismo, conforme demonstramos na FIGURA 3.



FIGURA 3 – Cartaz do Movimento Integralista Brasileiro.
Fonte: Google imagens.

O enunciado recuperado acima - “O Brasil precisa de você” - circulou em cartazes do Movimento Integralista Brasileiro na década de 1930. Segundo Cândido (1978), o referido Movimento tinha caráter reacionário e conciliatório, centrado nos valores e interesses da pequena burguesia parasitária do capitalismo; sob “uma mística sentimental de superfície, um mundo a defender resumido no lema ‘Deus, Pátria e Família’” (CHASIN, 1978, p.34, grifo do autor), com elementos essenciais do fascismo, ou de um semi-fascismo verde-amarelo. O dedo em riste, o uso de fardamento, o uso de “você”, contribuem para a intimidação do interlocutor, não deixando outra alternativa senão apoiar o integralismo, como condição para o nacionalismo. Todavia, trata-se de um “convite” da classe dominante, simulando evidências de coesão das relações sociais em prol da suposta unidade nacional. Assim, o convite final da última frase do documento “Uma ponte para o futuro”, trazido na SD3, transpõe a fronteira do discurso de extrema direita e penetra na memória de um fascismo à brasileira.

Nesse sentido, entendemos o discurso neoliberal como expressão política e ideológica, e o Estado como o meio no qual o capital, a partir de forças materiais, estabelece condições administrativas e legalmente necessárias à reprodução das contradições que o sustentam. Como Engels afirma, “a ação surge sempre de forças diretamente materiais e não das frases que a acompanham; longe disso, as frases políticas e jurídicas são outros tantos efeitos das forças materiais, assim como a ação política e seus resultados” (ENGELS, 2008, p.278).

Nesse sentido, nada parece ser mais necessário para o desenvolvimento do país do que a ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora em seus direitos: reformas trabalhistas, terceirização, redução de investimentos em educação e saúde, privatizações, etc. Contraditoriamente, a classe expropriada dos meios de produção e explorada na sua força de trabalho é convocada a se unir aos seus exploradores para intensificar a sua exploração. O apelo emocional a um sentido de unidade nacional e de homogeneidade entre classes antagônicas é expresso na proximidade e empatia produzida pelos enunciados como: “o Brasil precisa de você” e por efeito parafrástico, “venha fazer parte desse sonho”.

Segundo Orlandi (2019), a linguagem é pensada como materialidade, os sentidos como relação e os sujeitos como efeitos-sujeitos. Com base nesses pressupostos, a linguagem não é transparente e não há sentidos ocultos. O que existe é, pois, inconsciente e ideologia. É pelo acesso à ideologia, que consideramos “uma exterioridade constitutiva, um fora dentro, uma dobra, em que o sujeito está inextricavelmente ‘envolvido’” (ORLANDI, 2019, p.22, grifo da autora). A partir do funcionamento da ideologia e do inconsciente é que o equívoco escapa à apreensão do sujeito e o faz aceitar como natural um sonho nacionalista com aproximações ao fascismo, sob o argumento de que “O país precisa de todos os brasileiros” (PMDB, 2015). A promessa de um futuro a partir da reconstituição de um Estado moderno, próspero, democrático e justo requisita, por pressuposto, a eficácia da interpelação ideológica, produzindo um efeito de identificação do sujeito, materializado numa posição voluntária de compromisso com a sociedade [burguesa] e com o Estado [neoliberal].

3. Considerações finais

Nossa interpretação explicitou o efeito de identificação de interesses diversos, que, de forma simulada, apresentam-se, ou para resistência (confronto e negação) ou para a ratificação da ideologia dominante, a exemplo do que vem acontecendo com diversas políticas públicas no Brasil pós-golpe de 2016. Em termos mais precisos, a influência econômica na esfera política expõe o antagonismo de classes sociais no documento “Uma ponte para o Futuro”.

A postura teórico-metodológica e política aqui assumida permitiu evidenciar que, pelos domínios de memória e de antecipação, as tentativas de reformulação dos sentidos de passado e futuro, metaforicamente representados pela ponte, estão intimamente entrelaçadas com a dinâmica das relações sociais, materializada no discurso neoliberal. Em seu efeito de evidência, tal discurso apaga significativamente a lógica do capital, valendo-se, por exemplo, do discurso religioso (pela esperança de um futuro próspero e pela intervenção divina simbolizada na figura de um Messias) e do discurso nacionalista para se sustentar, na sua relação constitutiva com o discurso econômico.

Por esta via, o documento “Uma ponte para o futuro” é apresentado como a única prescrição capaz de romper com o presente/passado, representado pelos governos petistas. Trata-se de um funcionamento discurso de viés econômico, utilizado no cenário político, unificando a um só golpe os interesses econômicos dominantes alinhados ao programa defendido pelo então PMDB, cujos desdobramentos foram levados a cabo pelo governo Temer (2016-2018), e continuam sendo, de modo ainda mais intenso, na atualidade.

Desse modo, a interpelação ideológica dominante buscou produzir no sujeito a identificação com um compromisso em defesa da nação, pelo funcionamento do discurso nacionalista, presente no imaginário nacional e acionado pelo domínio de memória. Ao mesmo tempo, a esperança atua no campo do desejo, antecipando para a atualidade uma imagem ideal de futuro, embora este nunca chegue, nunca aconteça. A construção da imagem dos inimigos na cena política nacional, materializada nas figuras de Lula e Dilma enforcados, é expressão de um processo discursivo próprio da referida cena, no qual amigos e inimigos são postos em polos distintos e, na arena política, os sentidos circulam para legitimar, no domínio de atualidade, os efeitos do processo histórico da luta de classes nas malhas do discurso.

A polaridade que daí é reforçada, bem como os retrocessos dos direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora são desdobramentos do que constitui a cena política brasileira atual, desenhando incertezas no futuro pelo qual, historicamente, o povo brasileiro tem sido obrigado a esperar. Para além da promessa [não cumprida] da salvação messiânica, tem restado mais a força, para quem tenta cruzar o viaduto, do que o futuro para quem se identificou com o percurso apresentado na ponte. Todavia, como viaduto e ponte são construções sociais, é preciso recuperar a coragem e unir forças para desconstruí-los. Eis, portanto, o desafio histórico do tempo presente!

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Maria Virgínia Borges. *O avesso do discurso: análise de práticas discursivas no campo do trabalho*. Maceió: EDUFAL, 2007.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Econ. soc. Campinas*, v. 21, n. spe, p. 779-810, dec. 2012.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Rev. econ. contemp.* Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-63, Aug. 2017.
- BATISTA, Gisely Vieira. Neoliberalismo, crise do capital e banco mundial: bases e premissas das políticas sociais contemporâneas. In: CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos (org.). *Reforma sanitária da saúde: interesses do capital em curso*. Maceió: Edufal, 2015.
- BLYTH, Mark. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- CÂNDIDO, Antônio. Prefácio. In: CHASIN, José. *Integralismo de Plínio Salgado: formas de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.
- CARVALHO, V. M. DE. Brasil, um país do futuro: projeções religiosas e leituras sobre um mote de Stefan Zweig. *HORIZONTE – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 5, n. 9, p. 30-42, 3 dez. 2006.
- CHASIN, José. *Integralismo de Plínio Salgado: formas de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.
- CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: O discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdufSCar, 2014.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro (coord.). *Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil*. 1. ed. v. 1. São Paulo: Brasil debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.
- ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a contribuição à crítica da economia política, de Karl Marx. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FERNANDES, Florestan. As mudanças sociais no Brasil. In: IANNI, Octávio (org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- GUILBERT, Thierry. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- INDURSKY, Freda. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans (orgs.). *Análise do discurso Discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas: Pontes Editores, 2016.

- JINKINGS, Ivana. O despertar da montanha (prefácio). In: MÉSZAROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- KEYNES, Jonh M. O fim do “Laissez-faire” (1926). In: GUILBERT, Thierry. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MASCARO, Alysson Leandro. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. In: PAULO NETTO, José (org.). *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.
- MASSMANN, Patrícia Cristina Brasil. *A constituição como discurso*. 2019. 284 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. As crises e as contradições do capitalismo. In: PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. v.1. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua e nação: uma questão e seu quadro de referência teórico. *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas, n. 23, v. 24, p.11-23, 2009.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso*. Princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Eu, tu, ele*. Discurso e real da história. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Política do silêncio na América Latina. In: GRIGOLETTO, Evandra et al. (org.). *Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (org.). *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso*. Estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015.
- RICOUER, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. *Capitalismo e saúde no Brasil nos anos 90: as propostas do Banco Mundial e o desmontado SUS*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- ROBIN, Régine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

SUL21. Suástica, golpe militar, ameaças de morte contra Dilma: para mídia, manifestações pacíficas. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/em-destaque/2015/03/suastica-golpe-militar-ameacas-de-morte-contra-dilma-para-midia-manifestacoes-pacificas/>>. Acesso em: 27 set. 2019.

TEMER, Michel. [Carta enviada para Presidenta Dilma Rousseff]. Destinatário: Dilma Rousseff, 7 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>. Acesso em: 27 set. 2019.

ZOIDONARANJO, Florencio et al. *Diccionario de geografía urbana, urbanismo y ordenación del territorio*. 1. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

ENSAIO TEÓRICO

A relação entre a imprensa, o acontecimento discursivo do golpe-*impeachment* e o desmonte das políticas públicas



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Fernanda Lunkes (UFSB)
- Verli Petri (UFSM)

SOBRE OS AUTORES

- João Paulo Martins de Almeida
Escrita – rascunho original.
- Maria Virgínia Borges Amaral
Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 26/10/2020
- Aceito: 19/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Almeida, J. P. M.; Amaral, M. V. B. (2020). A relação entre a imprensa, o acontecimento discursivo do golpe-*impeachment* e o desmonte das políticas públicas. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 429-454, 2020.

João Paulo Martins de ALMEIDA

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Maria Virgínia Borges AMARAL

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

RESUMO

Neste trabalho, intenta-se demonstrar como o acontecimento discursivo do *impeachment* engendra novos sentidos, os quais permitem que o discurso do capital no Brasil possa, através de sua expressão política, realizar reformas de natureza neoliberal. Busca-se analisar os sentidos produzidos pelo discurso da imprensa, correlacionando-o ao golpe-*impeachment* de 2016 e à ascensão de governos que promovem o desmonte das políticas públicas em educação, cultura, saúde e ciência. O descaso com os direitos sociais e a desconstrução dos investimentos em políticas públicas básicas, como nas áreas da educação e da saúde, que beneficiam a coletividade, são apontadas como consequências deletérias diretas desse processo. Analisa-se, para isso, o discurso imagético que circula em importantes meios de comunicação do país e que representam discursos em defesa de projetos de lei e emendas constitucionais, como o “teto de gastos”, que privilegiam um Estado mínimo. Aponta-se, para este intuito, a Análise do Discurso como a ciência que se ocupa de estudos da ideologia, da história, do sujeito e dos efeitos de sentidos produzidos no e por meio do discurso para operar mudanças na sociedade.

ABSTRACT

In the present work, we intend to demonstrate how the discursive event brought by the impeachment process engenders new meanings in 2016, which enables, from such occurrence, the capitalist discourse to pass neoliberal reforms, through its political expression. We seek to analyze the meanings produced by the press discourse, correlating them to the coup-impeachment of 2016 and to the production of meanings that allowed the rise of administrations which have promoted the dismantling of public policies in education, culture, health, and science. The neglect towards social rights and the deconstruction of investments in basic public policies, in areas such as education and health, which benefits the collectivity, are pointed out as direct and deleterious consequences of such process. For that purpose, the imagetic discourse taken from important Brazilian news outlets is analyzed. These media outlets put forward discourses in defense of bills and amendments to the Constitution, such as the one known as “spending ceiling”, prioritizing a minimal State. The Discourse Analysis is pointed out as the science concerned with the study of the ideology, the history, the subject, and the meaning effects engendered in and through the discourse to operate changes in the society.

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa. *Impeachment*. Neoliberalismo. Análise do Discurso.

KEYWORDS

Press. *Impeachment*. Neoliberalism. Discourse Analysis.

Introdução

Este artigo demonstrará a conexão entre o discurso da imprensa e sua ressonância no político a partir do golpe-*impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. O termo “golpe-*impeachment*”, aqui adotado, parte do pressuposto de que o mecanismo do *impeachment* pode ser compreendido como

um golpe de Estado¹, na medida em que ele desrespeita regras constitucionais e serve de pretexto para retirar do poder um projeto político e implantar outro em seu lugar, como o projeto neoliberal que se instala após a destituição de Dilma Rousseff da presidência, sem que tal projeto tenha obtido respaldo popular pelo debate público e pelo sufrágio. O termo sintetiza, ademais, o *acontecimento discursivo* do impedimento de 2016, que, no discurso, amalgamou sentidos de “golpe” e de “impeachment”², não sendo completamente estabilizados com um sentido unívoco.

Este evento instala o projeto do capitalismo brasileiro em curso para a desconstrução do campo da educação, da cultura, da saúde e da ciência; a saúde aqui compreendida como uma política pública especialmente atingida no contexto da pandemia da COVID-19 ocasionada pelo novo coronavírus e seus efeitos sociais. A imprensa, por estar ideologicamente inscrita numa posição de classe em conformidade com o grande capital (PÊCHEUX, 2014), inscreve-se na formação discursiva neoliberal³ para produzir efeitos de relativização dos impactos deste projeto nas políticas públicas ao adotar práticas apoloéticas de austeridade fiscal. Apresenta-se, pois, como se compreendesse a sociedade à maneira de uma grande empresa a ser gerenciada sob ações burocráticas, tendo como horizonte a propriedade privada, a acumulação de capital e o lucro, assim como diz Marx (2019), à revelia das necessidades sociais concretas (alimentação, saúde, educação, moradia, etc.).

Para atingir o propósito deste artigo, cabe investigar, na história da imprensa brasileira, alguns pontos que a consolidaram como um instrumento ideológico para a produção e a reprodução da prática social do capitalismo no Brasil. Não é exagero reconhecer que a função social da imprensa tem operado significativas mudanças nesta sociedade. Isto ocorre por vários meios comunicacionais, pela chamada “grande imprensa”, uma expressão lembrada por Martins e Luca (2018, p. 149) para, genericamente, referir-se à “porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. As autoras também explicitam em suas reflexões a trajetória da imprensa brasileira, sendo possível observar um ponto de inflexão do último quartel do século XIX ao início do seguinte. A incorporação dos avanços técnicos na imprensa começou a substituir a produção artesanal dos impressos por processos industriais, “marcados pela especialização e divisão do trabalho no interior da oficina gráfica e a consequente diminuição da dependência de habilidades manuais” (Idem, p. 149). A luta política, que constituía o mote do

¹ Löwy (2016, p. 64) assim entende o *impeachment* de Dilma: “O que aconteceu com o Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um *golpe de Estado*. Golpe de Estado pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado”. Grifo do autor.

² Filiamo-nos à visão de Sobrinho (2018, p. 595), ao dizer: “É preciso considerar que tanto a palavra Golpe como a palavra *impeachment* estão essencialmente marcadas, em seu caráter material linguístico-histórico, por sentidos controversos e posições-sujeito antagônicas inconciliáveis”. E mais adiante: “[...] a disputa pelos sentidos **Golpe-impeachment** também é uma disputa pela compreensão-transformação do real da história” (2018, p. 616). Grifo do autor).

³ Uma formação discursiva neoliberal atualiza os princípios do liberalismo que, segundo Montano e Duriguetto (2011, p. 49), “é uma tradição heterogênea, organizada [...] em dois aspectos que lhe garantem unidade interna: o primeiro é constituir uma corrente de pensamento organizada em torno dos interesses da classe da burguesia; em segundo lugar, consiste numa tradição centrada no conceito de liberdade”.

jornalismo progressivo, cede espaço também aos negócios e à publicidade, exigindo métodos de gerenciamento, distribuição, inversão de capital no parque gráfico, atenção às inovações que barateassem o preço da impressão e permitissem maior quantidade de impressos produzidos. Nesse ínterim, o horizonte capitalista, por meio do modelo taylorista-fordista⁴ de produção dominante, apresentava-se como inescapável à imprensa.

O discurso jornalístico recorre a estratégias discursivas para interpelar seu público; Mariani (1998, p. 60) elenca isso que dissemos ser estratégias discursivas: “nomeia, produz explicações, enfim, ‘digere’ para os leitores aquilo sobre o que se fala”. Assim, o discurso jornalístico cria a ilusão de causas e consequências, ordenando o mundo e os sentidos dos fatos ocorridos. Este funcionamento discursivo interpela os indivíduos a ponto de persuadi-los, de mantê-los alinhados à política dominante do jornal, que pode ou não estar em consonância com a linha dominante dos ditames políticos da nação. O papel da imprensa, pois, consolida-se como importante para a democracia, para o debate plural e dissonante do dominante. No Brasil, evidencia-se a tendência da imprensa em se alinhar ao poder dominante, que é o econômico, e que, não raro, também está ocupando o poder político.

Mas essa tendência da imprensa no Brasil não contraria as bases econômicas e políticas de natureza colonial sob as quais se originou. À época do sistema colonial brasileiro, o texto jornalístico tinha um tom político de contestação, de caráter opinativo, mas ainda surge de forma desorganizada, inconstante e irregular. Aos poucos, vai se conformando com a burocracia estatal da Imprensa Régia, implementada pela Corte Portuguesa a partir de sua instalação na colônia em 1808, e com as legislações que tratam da imprensa como uma instituição, ao longo do Império. Numa sociedade marcada por velozes transformações – a abolição da escravatura, as paulatinas tentativas de melhorias na urbanização e na universalização da educação, a troca de regimes políticos (de Império à República; da República do café com leite, em que o governo do país se alternava entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, ao Movimento de 1930; do Estado Novo à reabertura democrática e dela, enfim, à volta do fechamento com o regime militar de 1964) –, o direito e a imprensa acompanhavam estas constantes metamorfoses e, como diferentes, mas simbióticos, Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 2007), caminhavam juntos. Direito e imprensa retroalimentavam-se e integravam-se em um só painel que, a despeito das mudanças de costumes e de regimes, consolidavam a predominância da burguesia brasileira depois de séculos de experiência colonial e monárquica. A “grande imprensa”, vocacionada pelas demandas do mercado, vai se conformando a favor do lucro e, logo, dos grupos políticos que favoreciam este ambiente. A partir das transformações sociais pelos quais passava o país desde a proclamação da República, a imprensa se rearranja para ser menos opinativa e mais objetiva; aproxima-se, assim, do discurso jurídico que lhe assegurou o caráter institucional e

⁴ Lembra-nos Netto e Braz (2012) que, desenvolvida por Frederick W. Taylor, o taylorismo se refere à organização de forma hierarquizada e sistematizada do trabalho industrial, ou seja, cada trabalhador desenvolveria uma atividade específica no sistema produtivo da indústria (especialização do trabalho), sendo monitorado segundo o tempo de produção. Cada indivíduo deve cumprir sua tarefa no menor tempo possível, sendo premiados aqueles que se sobressaem. Dando prosseguimento a Taylor, Henry Ford aplica o taylorismo para o desenvolvimento da linha de montagem da produção automobilística em larga escala – aplicada a demais setores, o fordismo se caracteriza pelo método de produção em massa.

permitiu-lhe adotar um modo de noticiar os fatos de forma a privilegiar a tipologia textual referencial⁵, que é marca, também, do Direito.

Dessa maneira, os sujeitos à frente dos grupos midiáticos apresentam suas convicções ao denotar sobriedade e afastamento ideológico, de maneira “isenta” e “imparcial”, o que leva a crer que os fatos noticiados não têm marcas de interpretação, de subjetividade, que são apenas fatos tais como se apresentam, relatados pelo jornal. Neste diapasão, o discurso jornalístico assume um “tom didático”, assim como define Amaral (2016, p. 157) ao se referir ao sujeito porta-voz do discurso: “Reveste-se de competência para definir conceitos, divulgar novas ideias, definir e explicitar os sentidos de tais ideias; apresenta-se como aquele que detém o saber e está capacitado para ensinar, transmitir informações”. Mariani (1998) entende que o discurso jornalístico é semelhante ao discurso pedagógico autoritário⁶: o professor faz a mediação entre um saber científico e um aluno que, como *tabula rasa*, sempre carece de explicações, não podendo opinar, duvidar, debater, pois o que se coloca é uma verdade inquestionável. No professor, está a verdade; na imprensa, não é diferente: os fatos “falamos por si”, e os sujeitos midiáticos, tais quais professores, apresentam esses fatos de maneira didática para o leitor-aluno, usando-se do didatismo e de sua voz de autoridade, julgando-se capaz de ensinar a pensar e a interpretar o mundo. A imprensa intenta neutralizar o discurso ao camuflar o processo dialético entre leitor-imprensa mediado pela “mensagem”; direciona o sentido, como se fosse único, já-dado, já-interpretado, fala para o mundo como uma autoridade e produz um efeito ilusório da verdade e da informação. Esse funcionamento discursivo é decorrente de uma *desmemória jornalística*⁷, uma desmemória da instituição jornalística, que, como diz Mariani (1998, p. 81), ‘esquece’ o mundo como a base da interpretação, o que resulta na “ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos”.

Dado que a instituição jornalística também é social, o discurso que a representa na “grande imprensa” atua na institucionalização social dos sentidos (MARIANI, 1998) e contribui com a constituição do imaginário social, com a cristalização da memória do passado, mas também com a construção de uma memória para o futuro. Como instituição, a imprensa se aproxima do Direito, e tende a se apropriar dos sentidos que dali emanam e se institucionalizam. Ademais, é a partir do Direito que se compõe a matéria jornalística: as grandes decisões que impactam a vida da sociedade passam pela seara jurídica

⁵ A tipologia textual referencial prioriza o referente, ou seja, centra-se no contexto; o compromisso com o caráter de objetividade e de informatividade é sua principal característica, na clássica definição proposta por Jakobson (1974) sobre as funções da linguagem.

⁶ Orlandi (1987, p. 29), ao caracterizar o Discurso Pedagógico, observa “que tal qual ele se mostra em uma formação social como a nossa, ele se apresenta como um discurso autoritário, logo sem nenhuma neutralidade”. O que significa dizer que o Discurso Pedagógico, como todos os discursos, assume posições políticas e ideológicas.

⁷ “[...] chamo de desmemória discursiva um conjunto de fenômenos de discurso que possibilitam a revisão das linhagens discursivas, ou seja, das transmissões semânticas cultural e socialmente realizadas pelos instrumentos da tecnologia discursiva [...]. Essas revisões podem ser mudanças semânticas, neologismos semânticos, redenominações, reformulações etc., em suma, um conjunto de fenômenos de linguagem que produzirão efeitos transgressivos ou contraintuitivos num contexto no qual reine um acordo semântico [...]” (PAVEAU, 2015, p. 237).

em sua formatação em documentos, decretos, leis, súmulas, emendas constitucionais. Espera-se, pois, que os sentidos do jornalismo sejam acompanhados dos sentidos postos pelo campo jurídico.

Mostra-se, no desenvolvimento deste artigo, o funcionamento do discurso da imprensa na cobertura do político, desde o acontecimento discursivo do golpe-*impeachment* de Dilma Rousseff às subsequentes ações legislativas que diminuem a participação estatal na condução de políticas públicas nas áreas da educação, cultura, saúde e ciência. Analisa-se, com este intuito, dizeres do jornal *Folha de S. Paulo*, capas da revista *Veja* e matérias do *Jornal Nacional* para demonstrar a relação da formação ideológica destas empresas midiáticas com o ideário neoliberal⁸, responsável pela desconstrução do patrimônio público, especialmente ao aventar, hodiernamente, a manutenção do congelamento de gastos públicos em setores essenciais para o desenvolvimento da nação, e por pautar reformas que tornem ainda menor o papel do Estado na promoção de ensino, de cultura e de investimentos científicos no país.

1. O *impeachment* como acontecimento discursivo

A fim de compreender a situação atual do Brasil, em que se observa a velocidade no desmonte de políticas públicas nas áreas da educação e da ciência, é preciso remontar às condições que permitiram com que esse avanço da desconstrução da *res publica*⁹ fosse propiciado. O golpe-*impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff é o evento que dá prosseguimento ao projeto neoliberal radicalizado no país desde o governo Collor, com uma série de “reformas” que procuram minimizar o papel do Estado em diversas áreas de sua responsabilidade. Tais reformas procuram dar novo sentido à própria função do Estado, não mais incumbido de cuidar de seus cidadãos, mas, antes, de tão-somente gerenciar a política macroeconômica e financeira do país. Este sentido, que, ao longo da “Nova República”, convivia atrelado a certas agendas sociais, estabelece-se como hegemônico justamente a partir do golpe-*impeachment* de 2016, o qual permitiu que obstáculos jurídicos fossem sucessivamente

⁸ O conjunto ideológico que se difundiu como neoliberalismo remonta às teses defendidas pelo economista austríaco F. Hayek (1899-1992). O neoliberalismo, releitura ainda mais conservadora do liberalismo do século XVII, preconiza um Estado mínimo por meio de privatizações de empresas estatais e de reformas que, na verdade, são contrarreformas, pois preveem a supressão ou a redução de direitos e garantias sociais que são obstáculos à reprodução do capital. Segundo Netto & Braz (2012, pp. 238-239), “A ideologia neoliberal, maciçamente generalizada pelos meios de comunicação social a partir dos anos oitenta do século passado, [...] legitima o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. [...] o objetivo real do capital monopolista [no neoliberalismo] não é a ‘diminuição’ do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação dos direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um ‘Estado mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que **um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**”. Grifo do autor.

⁹ Expressão latina que significa “coisa pública”, “coisa do povo”, aqui referido aos patrimônios e aos direitos do povo brasileiro que vêm sendo deteriorados, de forma célere, desde 2016.

colocados para que não houvesse a promoção e o desenvolvimento do ensino, da cultura, da saúde e da ciência, como preconizados pela Constituição Federal de 1988.

Ao analisar o *impeachment* de Dilma Rousseff a partir da cobertura da imprensa, faz-se mister discutir o conceito de *acontecimento discursivo*. Para isso, toma-se a noção de *acontecimento* assim como o entende Pêcheux (2015, p. 16): “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Na exposição deste conceito, remete-se também ao *impeachment* de Fernando Collor de Melo, uma vez que foi ele o primeiro mandatário a ser impedido na história republicana brasileira. Os eventos aqui tratados serão chamados da seguinte maneira, obedecendo sua ordem cronológica: “acontecimento 1”, referindo-se ao impedimento de Collor; “acontecimento 2”, ao de Dilma. Busca-se demonstrar que, a partir deles, ocorre um rompimento com os saberes que organizavam a formação discursiva dominante na política de cada época e, em consequência, sucede-se o estabelecimento de uma nova ordem do discurso – portanto, a ocorrência de um *acontecimento discursivo*.

Entende-se que os impedimentos brasileiros foram *acontecimentos discursivos* na medida em que os dois eventos mobilizaram a memória discursiva¹⁰ e a história. Na análise do acontecimento – o *impeachment* –, verificam-se que os sentidos oscilam em decorrência da mobilização dos sujeitos, que transitam contraditoriamente entre o discurso do capital e o discurso do trabalho (AMARAL, 2007), ora fortalecendo este último, como em 1992, ora o enfraquecendo, como ocorrido em 2016. Ainda que em ambos os acontecimentos a sociedade brasileira tenha permanecido essencialmente a mesma em sua estrutura, tampouco havendo-se alterado o motor de seu funcionamento – a luta de classes –, há distinções importantes nos eventos em questão, não apenas referente ao espaço temporal a os separar, mas também no que tange à emergência dos novos sujeitos históricos oriundos de cada *impeachment* e aos diferentes sentidos por eles manifestos na expressão do político.

Historicamente, o discurso do *impeachment* se origina na esquerda brasileira, que fazia oposição ao governo Collor. No espectro político, representado pela figura de Lula e do PT, foi a esquerda quem disputou com Collor as eleições de 1989, perdendo o pleito e logo formando o bloco de oposição ao governo vitorioso.

¹⁰ “Introduzimos, assim, a noção de memória discursiva na problemática da análise do discurso político. Essa noção nos parece subjacente à análise da FD (Formação Discursiva) que realiza ‘A arqueologia do saber’: toda formulação possui em seu ‘domínio associado’ outras formulações, que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos [...]. A introdução da noção de ‘memória discursiva’ em AD nos parece assim ter por desafio a articulação desta disciplina com as formas contemporâneas da pesquisa histórica, as quais insistem no valor a ser atribuído ao longo do tempo” (COURTINE, 1981, p. 52).



FIGURA 1 – Contexto histórico das eleições de 1989. Note-se os valores – os sentidos – do que constituiria oposição e governo, à esquerda e à direita da capa.

Fonte: *Veja*, edição 1.109, 13 de dezembro de 1989.

O campo político de esquerda perde “a batalha final para mudar o Brasil” – ou seja, realizar a “reforma agrária a partir de 500 hectares”, confiar “na ação das empresas estatais” e crer “no papel do governo para melhorar a vida dos pobres” foram os sentidos vencidos pelo projeto de “privatizar estatais”, combater os “privilégios na máquina do governo” e de “aumentar o bolo para dividir a renda” (VEJA, 13 de dezembro de 1989), levando Collor, um político de direita, ao poder. Havia, assim, uma disputa de sentidos entre esquerda e direita: a primeira fazendo oposição à segunda, que conquistou o poder político. Enquanto a direita ainda orientava os sentidos discursivos que clamavam o Estado mínimo e o livre mercado, a esquerda alimentava sentidos contrários, de maior cobertura estatal e proteção ao trabalhador, reclamando, também, a partir dos escândalos de corrupção noticiados na imprensa, o *impeachment* do presidente. Os sentidos de *impeachment* no acontecimento 1, assim, provém da formação discursiva de fortalecimento do trabalho reclamado pelas esquerdas, ancorada na formação ideológica do trabalho (AMARAL, 2016).

A formação desta oposição a Collor foi fruto da construção de setores sociais e políticos que remontam ao regime militar, como o próprio PT, fundado durante a ditadura¹¹, quando já a questionava. A memória do “trabalhismo” (de Vargas/João Goulart/greves gerais da ditadura/da fundação

¹¹ O Partido dos Trabalhadores foi oficializado como partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Participou das *Diretas Já*, movimento de 1984 que reivindicava o voto direto para as eleições presidenciais ocorrido ao fim do governo do ditador João Batista Figueiredo. A história do partido pode ser vista em seu site oficial: <https://pt.org.br/nossa-historia/>.

do PT) e de seus valores e preceitos básicos – direito à greve, a salário digno, a direitos sociais, como educação, cultura, saúde etc., a um Estado garantidor destes direitos, logo, “máximo” – era reavivada, e seus sentidos, ainda que não hegemônicos do ponto de vista do exercício do poder, iam se discursivizando, sendo seus efeitos de sentido percebidos já no *impeachment* de Collor. Esse conjunto caracteriza, então, um *primeiro acontecimento discursivo*: uma memória do “trabalhismo” encontrando-se na atualidade que se colocava com o afastamento do presidente.

Não foram as esquerdas, no entanto, que ascenderam ao poder com a queda de Collor: assume, pelo viés constitucional, o seu vice, Itamar Franco (PMBD), político de centro-direita. Outros personagens, como Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ganham espaço na condução do país. FHC, na condição de Ministro da Fazenda à época, ajuda na elaboração e implantação do Plano Real; *a posteriori*, o próprio viria a se tornar presidente por dois mandatos. A oposição à esquerda a Collor, capitaneada por Lula e pelo PT, segue em oposição também ao governo Fernando Henrique, marcado pela estabilidade econômica trazida pelo Real, mas também pelo alto nível de desigualdade social e pelas privatizações do aparato estatal brasileiro. O discurso desta oposição, pedindo o “Fora, Collor” e orientando previamente o *impeachment*, terminou sendo apropriado pela centro-direita, servindo-lhe de ascensão ao poder. Desta forma, a oposição à esquerda passa a também reclamar o “Fora, FHC”: reivindicava-se tanto a saída do projeto do ex-presidente Collor quanto o do atual porque, em verdade, ambos os projetos políticos guardavam semelhanças, apesar de diferenças na superfície. Eram projetos cujas origens se davam na órbita da direita política do Brasil, cujo norte ideológico era o discurso do capital, manifesto econômica e politicamente pelo neoliberalismo, que privilegia a propriedade privada em detrimento do bem público.

Apesar da estratégia da direita brasileira de se apropriar do discurso orquestrado pela esquerda acerca do *impeachment* para se manter no poder, o impedimento de Collor representou um *acontecimento discursivo*, o qual pôs em funcionamento um discurso novo, “que reclamava novos sentidos”, que “construía a ruptura com o mesmo” (INDURSKY, 2003). O *impeachment* representou a expressão de uma resistência, no sentido de que havia (e ainda há) uma dominância do capital na configuração do Estado burguês brasileiro. A resistência pode ser assim compreendida como a força antagônica a essa dominação, como seu efeito reativo, assim como concebe Pêcheux (2014, p. 281): “Não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’”. O *impeachment* de Collor representou uma resistência social, capaz de derrubar um presidente; resistência que havia sido inclusive silenciada pelo longo processo da ditadura e que ganhou substância na cena política, do processo de anistia à reabertura democrática e às diretas; do processo de *impeachment* à eleição de um ex-metalúrgico. O *impeachment* de Collor, assim, rompe com os grilhões da ditadura e de uma direita totalmente descompromissada com questões sociais; uma direita a qual, ainda que no controle do poder do país, não encontrava mais respaldo social absoluto no discurso que a orientava, direita esta que precisaria ser sensível a pelo menos algumas demandas da sociedade para se conservar no poder. Os efeitos de sentido de resistência promovidos pela esquerda, com o *impeachment*, estabeleciam uma nova ordem discursiva em disputa no Brasil, e romperia com o longo “inverno discursivo” posto pela direita desde 1964.

Os sentidos deste *acontecimento discursivo* ganham maior projeção com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Com sua vitória eleitoral, parte significativa do campo progressista, alinhada à formação ideológica do trabalho, que fez oposição a Collor e a FHC, viu-se inicialmente representada no governo de centro-esquerda petista – e puseram a mobilizar os sentidos desse novo discurso que fortalecia os sentidos do trabalho, que finalmente havia alcançado a maioria da população a ponto de ser vitorioso numa disputa eleitoral. Representante da classe trabalhadora brasileira, a chegada de Lula ao Planalto representou, assim, o que Indursky (2003) entende como um *acontecimento discursivo*:

[...] Lula lá não era mais um sonho, um objeto inalcançável de desejo, uma utopia, um impossível. E foi exatamente esta transformação, que levou da utopia à realidade, que produziu o acontecimento. **Naquela noite de 27 de outubro de 2002, fomos testemunhas de um acontecimento histórico que clamava por discurso, que reclamava sentidos, por novos sentidos, sentidos ainda não ditos, desconhecidos.** [...] [...] Assistíamos a algo ainda não presenciado anteriormente, a algo ainda não nomeado na cena política brasileira. **E este novo, este inusitado construía a ruptura com o mesmo** [...]. E esta ruptura colocava pela primeira vez, nesses 500 anos de história, na Presidência da República Federativa do Brasil, um filho do povo. [...] **E esta ruptura certamente produz um acontecimento discursivo...** (p. 110, grifos nossos).

A partir de junho de 2013, contudo, já no contexto da Operação Lava Jato e da acirrada eleição de 2014, o discurso hegemônico das eras Lula e Dilma passa a ser contestado. Quando se torna uma realidade, naquele 17 de abril de 2016, dia da votação na Câmara dos Deputados pelo afastamento da presidenta, o *impeachment* de Dilma Rousseff apresenta-se como um novo *acontecimento*.

O processo de *impeachment* de 2016 (o acontecimento 2) inaugura uma série de novos dizeres e práticas que buscam sustar o discurso do governo Dilma, instaurando, também, novos sujeitos históricos, como Temer e Bolsonaro, o que representa uma *ruptura* em diversos aspectos; não se trata, aqui, de uma ruptura na perspectiva revolucionária, pois a sociedade permanecia a mesma em sua raiz; mas uma ruptura com os sentidos do discurso político vigente, a começar pela formação discursiva do governo petista de então, notadamente marcada pelo tom democrático conciliatório, que não pregava a revolução socialista, mas buscava tão-somente minorar os efeitos do capitalismo. Mesmo essa posição ambígua passa a ser questionada, e remete a seu exterior, ao seu contrário – à rejeição a *qualquer* projeto de traços trabalhistas. Agora, a direita, que fazia oposição ao governo, passa a reclamar o lugar ocupado pela esquerda e, também, a reclamar o próprio sentido de “*impeachment*”, historicamente colocado e posicionado no discurso da esquerda. No deslocamento de sentidos sobre o *impeachment*, nesta nova interpretação que se tem dele, há uma ruptura: a partir dela, há um novo *acontecimento discursivo*. Instauravam-se, assim, novos sentidos, novos discursos sobre o *impeachment*, diferentes daqueles referentes a Collor. O “Fora, Dilma”, embora se apresente linguisticamente semelhante ao dito anteriormente a respeito de outros presidentes, pedia, na verdade, mais do que a saída da presidenta: pedia-se a interrupção de um projeto político da esquerda. Esse é um enunciado que autoriza identificar o *impeachment* como um acontecimento discursivo, assim como os demais gritos de “Fora!”, dirigidos aos políticos de ontem e de hoje, visto que apontam para o anúncio de um novo *acontecimento discursivo* desta ordem.

No acontecimento 1, a imprensa adota uma posição de observadora ao retratar os sentidos de “impeachment” dados pelas vozes das ruas e das esquerdas que as orientavam (representadas pelos estudantes, sindicatos, políticos de esquerda, trabalhadores): pedia-se mais transparência no trato da coisa pública e maior presença do Estado, por exemplo; na fase final do processo, com as denúncias do irmão do presidente, Pedro Collor, na *Veja*, a imprensa é mais atuante e passa a orientar o *impeachment* como necessário para recompor um governo neoliberal errático e colocar em seu lugar um mais consolidado (representados nas figuras de Itamar Franco e FHC).

No acontecimento 2, a imprensa, que já estava em campanha contrária ao projeto político duradouro do PT, é mais atuante, *reorientando* os sentidos de *impeachment*, passando a orientar, assim, as ruas; pedia-se menos corrupção, por exemplo, sentidos que retornavam como efeito de memória (PÊCHEUX, 2014) do acontecimento 1, que remontavam aos sentidos veiculados no *impeachment* de Collor, *ao mesmo tempo em que outros eram inaugurados*: a consolidação da antipolítica e do punitivismo do Judiciário, sentidos que circulavam desde 2013 e 2014, como desdobramento dos protestos de junho e da Operação Lava Jato; a aceitação e a legitimação do discurso de ódio contra as minorias; a exaltação a certo conceito de família e de Deus; a exaltação à ditadura e a torturadores, celebrados no Congresso durante a própria votação do impedimento de Dilma; o aplauso irrestrito ao mercado, que preconiza menos Estado e mais controle de gastos públicos.

Por romper com a ordem discursiva dominante de então, a qual procurava harmonizar relações inconciliáveis entre o capital e o trabalho (e, talvez, rompida exatamente porque deixava muitas lacunas e contradições para ser questionada), o *impeachment* de Dilma também representa, assim, um *acontecimento discursivo*, como ponderado por Pêcheux (2015, p. 19): um “fato novo [...] em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar”. Ao reorganizar o discurso; ao reorganizar os dizeres; ao desestabilizar o que estava posto e ao provocar um novo vir a ser, “impeachment”, tantas vezes ensaiado, sem sucesso, contra FHC e Lula, ganha lastro no linguajar corriqueiro e na mobilização de seus sentidos, *discursiviza-se*, entra no discurso (portanto, na história): hoje, como desdobramento desse *acontecimento discursivo*, reclamam-se sentidos de *impeachment* como forma de retaliação, de ferramenta política de oposição, à direita e à esquerda, contra presidentes, prefeitos, governadores, ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal. O *impeachment*, antes excepcional, tornou-se hegemônico, banalizado, cuja onipresença semântica e discursiva representa uma ameaça constante a quaisquer atores envolvidos na luta política, ou, como posto por Pêcheux (2015, p. 21), estabilizado na ordem do discurso, “repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento” de 17 de abril de 2016.

2. Os sentidos de “golpe” e de “impeachment” em 2016: o golpe-*impeachment*

O *impeachment* de Dilma Rousseff representa uma mudança de paradigmas políticos e discursivos colocados no país ao longo de todo o período da Nova República, cujos desdobramentos ainda não são de todo conhecidos, pois suas consequências ainda estão em curso. A partir de 2016, os sentidos de “impeachment” passam a reclamar menos Estado e gastos públicos – porque o Estado passa a ser cada vez mais confundido como sinônimo de corrupção e, especialmente, porque os escândalos das más práticas políticas ganharam mais as manchetes na imprensa do que as conquistas sociais do período. Assim, os sentidos de “impeachment” veicularam uma carga fortemente pró-mercado e anti-Estado, uma vez que havia um entendimento de que a coisa pública era um antro de corrupção que se tornava um óbice ao desenvolvimento do país.

Para que fossem eficazmente mobilizados, estes sentidos precisaram interpelar os sujeitos a todo instante, na imprensa, a ponto, também, de interditar o contraditório – de censurar as denúncias do campo governista, o qual intentava demonstrar que, ao tentar impedir Dilma, estava-se, em verdade, impedindo-se a própria democracia através de um golpe, não mais do tipo militar, mas parlamentar¹². Golpe porque não havia robusta razão para o afastamento, tipificado em lei própria, mas um pretexto, uma manobra constitucional para distorcer o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)¹³, aplicada retroativamente, algo que foi entendido como natural no campo político, mas que carecia de sentido jurídico-formal. A imprensa, mesmo em face das muitas irregularidades que viciaram aquele processo, opta por chamá-lo de “impeachment”, censurando a circulação de “golpe” em suas manchetes e textos. Esta tensão discursiva representa um silenciamento dos sentidos que

¹² Santos (2017, p. 117) compreende que “[...] golpes parlamentares só ocorrem em sistemas de democracia representativa. Nestes, a ruptura tenta preservar o efeito-legalidade das instituições, a normalidade rotineira das operações, enquanto altera a hierarquia das preferências governamentais”. Adiante, o autor (2017, p. 159) distingue ainda mais o golpe militar desta nova modalidade de golpe: “[...] a novidade dos golpes parlamentares consiste em que as condições necessárias ao sucesso da nova empreitada se dissolvem em sua execução. Essa particularidade é crucial e desconhecida da bibliografia interessada na explicação idiossincrática do **golpe parlamentar no Brasil em 2016**. [...] Ao contrário de golpes militares [...], os golpes parlamentares em democracias representativas dispensam a liderança e a violência institucional escandalosa, armada ou jurídica. A cerimônia do golpismo parlamentar contemporâneo mantém quase intocados os ritos costumeiros, mas obedece a roteiro especial na proposição de leis e na utilização de rotinas conhecidas para extensa subversão política, econômica e social da ordem instituída” (grifo nosso). Ao golpe-*impeachment* de Dilma, cujos ritos jurídicos foram formalmente cumpridos, seguiu-se drástica mudança na condução da política socioeconômica do novo governo, o que parece preencher os requisitos postos por Santos para que possamos afirmar que o acontecimento de 2016 tratou-se de um golpe parlamentar.

¹³ Sobrinho (2019) nos lembra que as “pedaladas fiscais” foram o motivo para tipificar o crime de responsabilidade fiscal e dar sustentação jurídica ao processo de *impeachment*. “Tais pedaladas”, diz o autor, referiam-se às “operações orçamentárias de atraso no repasse de verbas aos bancos públicos e privados e autarquias, [...] praticadas pelo Tesouro Nacional [...] desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), tomadas no governo Dilma como ‘crime de responsabilidade’ e fundamentos para o *impeachment*. Paradoxalmente, após o *impeachment*/golpe, o Congresso Nacional tornou tal prática um procedimento legítimo” (p. 67). O autor se refere à decisão tomada dois dias após o impedimento de Dilma, em que o Congresso tornou legal a manobra fiscal, utilizado como argumento central para o *impeachment* da ex-presidenta.

“golpe” poderia produzir se tal discurso circulasse, o que ia de encontro aos interesses corporativos do segmento midiático naquele momento.

Um exemplo disto se deu na *Folha de São Paulo*, alinhada ideológica e discursivamente a demais meios de comunicação hegemônicos, como *Globo* e *Veja*, que puseram em circulação discursos que apontavam a saída para a crise político-econômica, instalada no governo Dilma desde o ano de 2014, apenas com o *impeachment* da presidenta. Quando discursos contrários apontam que, sem crime de responsabilidade fiscal tipificado, o que ocorre é um golpe, o jornal opta por colocar este termo entre aspas, não o adotando oficialmente. É o que ocorre no editorial de 1º de setembro de 2016, um dia após a formalização do afastamento de Dilma da presidência, em que a *Folha* diz:

O processo decorreu em estrita obediência à Constituição, assegurado amplo direito de defesa e sob supervisão de suprema corte insuspeita. As acusações de fraude orçamentária, porém, embora pertinentes enquanto motivo para *impeachment*, nunca se mostraram irrefutáveis e soaram, para a maioria leiga, como tecnicidade obscura – e, para uma minoria expressiva, como pretexto de um “*golpe parlamentar*”. (*Folha de S. Paulo*, 1º de setembro de 2016, grifo nosso).

Nesta tensão discursiva entre as materialidades “golpe” e “impeachment”, prioriza-se o discurso jurídico, que é da ordem do direito burguês, chamando o evento de “impeachment”. A construção do consenso na mídia se dá em torno da nomeação do processo como de ordem meramente burocrática e formal, não o nomeando como uma ruptura democrática: “impeachment” parece atender mais aos requisitos técnico-jurídicos que sustentam a matriz de sentidos estruturantes do discurso do capital.

Dessa forma, é possível sustentar a hipótese de que o silenciamento de “golpe” atinge o sentido pleno de “impeachment”, tanto no sentido lexical de impedimento quanto nos efeitos de sentido que produz no processo discursivo jurídico. O sentido de impedimento no discurso jurídico está conectado ao de instrumento jurídico e político pelo qual os regimes liberais desenham a limitação dos poderes de membros do Executivo. Mas o que se impede não é exatamente o exercício de uma pessoa no poder; antes, impede-se o exercício deste poder de forma que possa vir a comprometer o próprio arranjo burguês de Estado e de sociedade.

O “impeachment” se veicula na imprensa a partir de uma posição que o significa como impedimento pessoal ou de uma prática ilícita, apontando apenas para o sintoma, o patógeno ou o malfeito, mas não para a moléstia: o modo de produção capitalista, a primazia do mercado e da acumulação de bens sobre a vida e a sociedade. Impedia-se Collor, impedia-se Dilma – mas não se impedia a estrutura profunda, a essência de uma sociedade que se organiza a partir do capital, da produção, da acumulação e de sua reprodução – do confronto fundamental existente entre capitalistas e trabalhadores, ou seja, entre quem detém a posse dos meios de produção e quem não as detém. Por isso, compreende-se por que uma imprensa intimamente associada às engrenagens de funcionamento do capitalismo (que, para existir e sobreviver financeiramente como mercadoria *precisa fazer do jornalismo um produto*) precisou realizar uma produção jornalística que apresentasse o sentido de *golpe* como aspeado, como dito-por-outro, não como um fato. “Golpe”, assim entre aspas, embora simule a obediência à gramática normativa que as prescreve na citação de discurso direto, deslegitima a posição da formação ideológica do trabalho, também a isolando, sem encontrar lastro em

outras vozes da sociedade; confere, ademais, um caráter irônico e impreciso à palavra, que a imprensa, uma voz de autoridade na explicação e na veracidade dos fatos, trata de corrigir e chamar pelo nome “certo”: *impeachment*.

Silencia-se “golpe” para legitimar e consolidar o “*impeachment*”: silencia-se quem denuncia o golpe – as esquerdas, os sindicatos, os estudantes – enquanto se discursiviza *impeachment* da forma como entendem a direita, os altos funcionários do Judiciário, os empresários e os industriais. Silenciam-se os sentidos de “golpe” que denunciavam os reais motivos para a tomada de poder – a implantação de uma agenda econômica de diminuição de direitos sociais em um contexto de crise do capital. Silenciam-se os sentidos que partiam em direção antagônica à hegemonia dos sentidos midiáticos e políticos que normalizaram o *impeachment*; as aspas da imprensa em “golpe” e o pouco espaço para debatê-lo foram formas de engendrar o impedimento da produção de todos estes sentidos, de *censurá-los*.

3. Efeito metafórico na manifestação do político: do golpe-*impeachment* à ascensão da direita e da extrema direita ao poder

O enunciado “IMPEACHMENT”, na capa de *Veja*, estabiliza os sentidos que se estabelecem a partir do *acontecimento discursivo* do *impeachment* de Dilma Rousseff e sintetiza o processo que normaliza as rupturas políticas sistemáticas no Brasil e o desmonte do aparato público de acesso à educação, à cultura, à saúde e à ciência.



FIGURA 2 – “IMPEACHMENT”.

Fonte: *Veja*, edição especial 2474, 21 de abril de 2016.

Na edição extra de abril de 2016, *Veja* trazia uma capa que noticiava o *acontecimento discursivo* imediatamente após a votação do prosseguimento do processo de impedimento de Dilma ao Senado, com emblemáticos elementos linguísticos e visuais. O termo “IMPEACHMENT” ocupa a capa de maneira centralizada, em caixa alta. Porém, este enunciado é acompanhado por outras sequências que o orbitam, como o placar trazido logo abaixo, referente ao número de votos que permitiu o prosseguimento do processo (“SIM 367”) e os contrários (“146 NÃO”). O uso do SIM x NÃO remete às dualidades promovidas pelos efeitos de sentidos que permearam o processo de impedimento, efeitos que buscavam sua afirmação ou negação, sua aprovação ou desaprovação, o acordo ou o desacordo sobre o que se entendia por *impeachment* em 2016; efeitos que buscavam, enfim, fazer vitorioso ou derrotado o discurso pelo *impeachment*. Esses efeitos de sentido duais, contraditórios, próprios do processo discursivo do *impeachment*, expressam a contradição capital X trabalho.

A partir do exposto, é possível indagar: quem “ganhava” com o *impeachment*? A oposição política ao PT? A imprensa, que também lhe fazia oposição? O conjunto da sociedade? Os grandes financiadores do impedimento de 2016 – os empresários da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e demais colegas de classe, que pediram pelo afastamento da presidenta? Pode-se responder, *post festum*: com a retração nos direitos trabalhistas e previdenciários, com o “teto de gastos” e com as reformas neoliberais, quem ganha com o *impeachment*, certamente, é o capitalismo.

Esse jogo de ganha-perde é inclusive remetido, no enunciado do SIM x NÃO, aos placares esportivos, e produz um efeito metafórico (PÊCHEUX, 2015), um deslocamento do discurso esportivo no discurso político. A deriva de elementos de saber do esporte para o político é produzida na metáfora do *jogo democrático*, o que configura um *efeito metafórico*, assim como entende Pêcheux (1993, p. 96): “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y”. Nesta “partida esportiva”, diferentemente das massas francesas que celebraram a vitória da esquerda em 1981 com a eleição de François Mitterand, eram os donos do capital que agora cantavam a vitória que acabavam de conquistar: *On a gagné!*¹⁴.

O enunciado da capa de *Veja* aciona uma memória referente ao discurso político, composto em um cenário dominado pelas cores verde e amarela, as quais predominaram durante os protestos de rua contra o governo recém deposto. A bandeira do Brasil figura ao alto, como que sugerindo uma vitória da nação por sobre um sujeito, representante de uma posição de poder no cenário da política brasileira. Além dessas marcas simbolicamente instituídas, o cenário em que o enunciado produz sentido aciona elementos da subjetividade, sobretudo da conduta emotiva que toma conta do povo nos movimentos políticos: vê-se uma jovem branca, com o rosto pintado com as cores nacionais, gritando, como se em comemoração, em misto de êxtase com alívio. O momento é de catarse. O texto nos apresenta a esta neófita guerreira da democracia à brasileira: “Isabella Marquezine, 13 anos, na segunda manifestação popular de sua vida” (VEJA, edição extra de 21 de abril de 2016).

¹⁴ Em francês, “ganhamos”. A partir desta materialidade discursiva, Pêcheux (2015) elabora a concepção que entende o discurso como a articulação entre estrutura e acontecimento.

As materialidades discursivas da capa da *Veja* não apenas noticiam o *acontecimento discursivo* do *impeachment* de Dilma Rousseff, em que a Câmara dos Deputados votou pelo afastamento da ex-presidenta da República: atravessada pelo interdiscurso, entendido como “o todo complexo com dominante” de discursos (PÊCHEUX, 2014), e pelo acionamento da memória, a materialidade analisada remete ao processo político de 1992 na era Collor, resgatando elementos como os caras-pintadas, a bandeira brasileira e a predominância das cores verde e amarela. Há também o resgate, com sinais trocados, do protagonismo da luta estudantil que caracterizou o *impeachment* de Collor em 92, ao trazer uma jovem à frente de capa. Entendemos que os sinais estão trocados visto que a participação de organizações populares, como a UNE (União Nacional dos Estudantes, protagonista nos protestos de rua pelo impedimento de Collor), não ocorreu da mesma maneira em 1992 e em 2016, já que a organização se posicionou contrariamente ao golpe-*impeachment* chancelado pela mídia neste último evento. Vê-se que os sujeitos discursivos são outros nestes dois acontecimentos. Importa à matéria midiática, no entanto, emular que um novo Brasil, representado pela figura da adolescente, nascia a partir daquele momento; para isso, foi necessário recorrer ao acionamento da memória discursiva.

Na falta de representatividade e no caos deixados pelo golpe-*impeachment*, ocorre um ponto de inflexão da predominância do discurso da centro-direita, representada pelo transitório governo Temer/PSDB; porém, sob a influência de novas formas de comunicação digitais, saturado dos erros da centro-esquerda petista e do vácuo deixado pelo breve governo Temer, o eleitorado brasileiro de 2018 se vê representado na figura de um pretense *outsider*¹⁵ que “não controla” seu discurso, inaugurando uma “nova” forma de política diferente daquela orientada desde a reabertura democrática, interpretada pela população como “autêntica” e “honestas” – valores há muito perdidos desde a avalanche midiática que noticiava casos de corrupção que pareciam ser as causas de todas as carências da sociedade. A extrema direita brasileira encontra espaço para absorver estes novos sentidos postos (ser contra a corrupção, espetacularizada no noticiário; ser a favor da punição dos bandidos e dos corruptos; assumir este papel político por amor ao país), apropriando-se deles e os amalgamando, avançando também na radicalidade discursiva ao adicionar outro elemento pretensamente ordenador desta caótica sociedade: o discurso religioso, que, em sua manifestação mais fundamentalista, é anticientífico e anticultural, logo, diminui o papel da educação, da cultura e da ciência como projetos governamentais.

A narrativa midiática pelo *impeachment* forneceu, desta maneira, os alicerces simbólicos e discursivos que viriam a convergir no bolsonarismo, que estabiliza os novos sentidos hegemônicos advindos do sentido que “*impeachment*” passa a tomar – o sentido de que é preciso interditar a classe política, pois é toda ela corrupta; o do punitivismo, que é o único capaz de resgatar algum senso de ordem no Brasil, ainda que se dê de forma arbitrária e em desrespeito aos direitos humanos; o do messianismo, que reflete a profunda religiosidade cristã que vigora no Brasil, crescentemente evangélico; o de impedimento de projetos políticos calcados na inclusão social, ainda que mínima, e na solidariedade como valor para nortear as políticas públicas, abrindo uma avenida para o retorno de

¹⁵ “Um indivíduo que não pertence a um grupo determinado”, “alguém de fora” de um segmento social; no caso, da classe política. “Pretense”, aqui, precisa ser lido com ironia, porque não há como ser um “outsider” estando há 28 anos no sistema político brasileiro, tal é o caso do presidente eleito em 2018.

um ensaio neoliberal ainda maior do que aquele experimentado ao longo da década de 1990; o do próprio *impeachment* como um pressuposto, e não como uma excepcionalidade, do que resta da democracia burguesa brasileira.

4. Os efeitos do golpe-*impeachment* no desmonte das políticas públicas brasileiras

As forças políticas brasileiras que se uniram pelo golpe-*impeachment* de Dilma encontraram na imprensa a grande porta-voz do projeto político neoliberal que havia sido contido, em sua voracidade, durante os governos petistas. Michel Temer era o vice-presidente da chapa presidencial que garantiu a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 e, com o golpe-*impeachment*, assume a presidência, com o intuito de dar continuidade às reformas de austeridade fiscal. Temer foi tido, de início, como um grande estadista pela mídia. Veja-se a capa e o título “As apostas de Temer”:



FIGURA 3 - “As apostas de Temer”.
Fonte: *Veja*, edição 2476, 4 de maio de 2016.

Assim Temer foi retratado na capa de *Veja* de 4 de maio de 2016, há menos de um mês da votação do processo de impedimento na Câmara dos Deputados, representando a figura política que promoveria a privatização do patrimônio estatal, a organização das finanças e o enxugamento drástico da máquina pública – suas “apostas”. Apesar da popularidade irrisória, o presidente era respaldado pelo Congresso, pelo grande capital e pela imprensa, que o retratava como uma figura de autoridade (perceba-se o centro que ocupa na fotografia acima, com um semblante de empresário e vários dados e promessas a serem postos em prática). Por ter a chancela desses setores, Temer fez passar uma reforma trabalhista, que “flexibilizou” direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deteriorando a situação dos trabalhadores, além de haver pautado sua “aposta” mais controversa: a

Emenda Constitucional 95 (EC95/16), conhecida como “teto de gastos”¹⁶. Trata-se de uma regra fiscal que limita o gasto público, determinando que o dispêndio máximo do governo deve ser equivalente ao do ano anterior, podendo apenas ser corrigido pela inflação, através do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

A imprensa traduziu o discurso político (e assim ainda o traduz) de que o “teto de gastos” é necessário e deve ser mantido. Contudo, esta regra impõe um congelamento de vinte anos nos investimentos públicos em educação e em saúde. A retenção dos gastos também atinge a cultura e a ciência; impede o desenvolvimento de pesquisas em universidades, museus, centros culturais, laboratórios, hospitais etc. As medidas de limitação dos gastos preveem apenas o investimento mínimo instituídos pela Constituição. “As apostas de Temer” cancelam o dismantelo da já precária situação do atendimento e da universalização do ensino e da saúde, do desenvolvimento da ciência e do acesso à cultura no país. Fica patente o caráter de Estado mínimo deste projeto, que não reflete a crescente demanda por serviços públicos numa sociedade ainda em crescimento em sua base, como a brasileira. Depreende-se isso a partir da leitura dos artigos 106 e 110 da emenda à Constituição, artigos estes acrescentados aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da EC95/16; senão vejamos:

Art. 106. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

[...]

Art. 110. Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão:

I - no exercício de 2017, às **aplicações mínimas** calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 [que trata de saúde] e do caput do art. 212 [que trata da educação], da Constituição Federal;

II - nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as **aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior** [...]. *Grifos nossos.*

Ainda no governo Temer, intentou-se promover outra reforma de caráter neoliberal, a da previdência, nova ofensiva aos direitos sociais dos brasileiros, visto que ela aumentou o tempo de trabalho e de contribuição para que os cidadãos tenham seu direito à aposentadoria assegurado. Esta reforma, contudo, só veio a ser de fato consumada a partir do governo Bolsonaro, com o advento do neoliberalismo declarado de seu ministro da economia, Paulo Guedes.

¹⁶ Para mais informações sobre o “teto de gastos” e o que ele representa, sugere-se a leitura da matéria de Filipe Andretta (2020) para o portal UOL: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/05/teto-de-gastos-constituicao-calculo-limite-gastos-publicos.htm>.



FIGURA 4 – “Previdência ou morte”.

Fonte: *Veja*, edição 2636, 29 de maio 2019.

Novamente, a revista apresentava um empresário-economista a ocupar a perspectiva central da capa, em uma pose determinada e séria, emulando autoridade; abaixo da imagem do ministro, lê-se “Previdência ou morte”. Pode-se identificar o funcionamento da memória discursiva neste enunciado, que remete, por meio de efeito metafórico, ao episódio que levou à independência do Brasil colônia. Destarte, um engendramento de sentidos faz a reforma da previdência ser equivalente a uma escolha entre “vida” e “morte”, entre “Brasil independente (com a previdência)” ou “Brasil dependente (sem ela)”. A morte, inclusive, dar-se-ia sem a previdência, pois, no dizer do ministro à revista, “sem a reforma, o país quebra em um ano” (VEJA, 29 de maio de 2019).

O discurso neoliberal que circula na imprensa, que sustentou o golpe-*impeachment* e o “teto de gastos”, é, uma vez mais, vitorioso: a reforma da previdência foi aprovada no Congresso em 12 de novembro de 2019¹⁷. O texto final elevou o tempo para se aposentar e fixou regras mais restritivas para que se tenha acesso à aposentadoria integral por tempo de serviço. Ficaram as promessas de economizar bilhões de reais, aumentar os investimentos estrangeiros no Brasil e, assim, alavancar a economia – “as apostas de Temer” estabelecem, assim, relações parafrásticas com as expectativas de Guedes com a reforma da previdência. Nenhuma dessas promessas/apostas, ao menos no curto prazo, impactaram concretamente na economia.

No entanto, a pandemia do novo coronavírus, vivida a partir de março de 2020, impôs uma suspensão da agenda de reformas neoliberais, abrindo duas novas frentes no debate sobre o orçamento público: a concessão de auxílio financeiro emergencial aos economicamente vulneráveis, cujos empregos se desfizeram ante o isolamento social; e a revisão do “teto” de gastos públicos, que impunha restrições ao orçamento da saúde e da pesquisa científica, mas que, neste momento, precisava ser desrespeitado para que o sistema de saúde não entrasse em colapso. Ficou evidente que o “teto”, um indexador do desmonte de políticas públicas, não sobrevive a uma crise mais aguda.

¹⁷ Sobre o assunto, recomenda-se a matéria do G1 que trata dos pontos centrais da reforma: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/22/reforma-da-previdencia-entenda-ponto-a-ponto-a-proposta-aprovada-em-2o-turno-no-senado.ghtml>.

Na imprensa, o discurso do capital já procura antever os efeitos da pandemia para continuar sua reprodução, que passa, necessariamente, pela continuidade do ciclo de reformas neoliberais. Percebam-se as capas de *Veja* abaixo:



FIGURA 5 – “A estrada da perdição”.
Fonte: *Veja*, edição 2700, 19/08/2020.



FIGURA 6 – “A dose certa”.
Fonte: *Veja*, edição 2703, 9/11/2020.

Beneficiado com o aumento de popularidade advindo do auxílio emergencial, o presidente Jair Bolsonaro vem procurando articular maneiras de renomear o programa social mais famoso do país, o “Bolsa Família”, numa tentativa de reinventá-lo e fixar sua imagem à distribuição de renda, à moda petista. Entretanto, vê-se impedido em seu suposto projeto de reeleição porque, de Guedes à imprensa, seu discurso político encontra limites: suas fronteiras são ditadas pelas políticas econômicas austeras neoliberais, que não permitem que o presidente “fure” o “teto de gastos”.

Na capa de *Veja* de 19 de agosto de 2020, vê-se um Bolsonaro ante uma bifurcação: escolher o caminho dos gastos, logo, das trevas e da tempestade, colocado simbolicamente à esquerda; ou o caminho da austeridade e do ajuste fiscal, ensolarado e límpido – posto à direita. O vulto do presidente aponta-o a este último, orientando-lhe a olhar para a direção da bonança, alertando-lhe ademais: “A visão de que o governo pode gastar sem restrições para impulsionar a economia leva a um caminho que o Brasil já percorreu diversas vezes – e ele nunca termina bem” (VEJA, 19 de agosto de 2020). A memória discursiva sobre os governos do PT é acionada para engendrar efeitos de sentido de que aqueles governos, que gastavam com bens e serviços públicos, ampliando *campi* universitários, por exemplo, trilharam um “caminho” errôneo, que produziram efeitos deletérios para a economia.

Na capa de 9 de setembro de 2020, o auxílio emergencial concedido pelo governo federal (perceba-se o slogan/logotipo do governo, “Pátria Amada Brasil”, identificando a “farmacêutica” que produziu o “fármaco”) é retratado como um remédio que custou R\$ 260 bilhões aos cofres públicos, informados no canto inferior direito da caixa do medicamento. Esta, também, não é uma “droga” qualquer: ela possui uma tarja preta, indicando que deve ser utilizada com cuidado e com prescrição, “na dose certa”, uma vez que “o uso continuado [...] pode causar dependência” (VEJA, 9 de setembro

de 2020). Recorre-se, uma vez mais, ao efeito metafórico (PÊCHEUX, 2015), percebido anteriormente na capa de *Veja* de 2016 ao retratar “impeachment”; dessa vez, o discurso científico-farmacêutico é a matriz referencial de sentidos deslizados ao discurso jornalístico, sendo os sentidos de droga/remédio e droga/dependência mobilizados para comunicar que o socorro emergencial – um benefício temporário aos cidadãos, não uma forma de distribuir renda permanentemente – não pode ser entendido (e, por isso mesmo, apenas tido como um socorro). À vista disso, o auxílio emergencial é entendido também como uma forma de prestar socorro ao próprio capitalismo, adoecido em seu centro produtivo, que é seu motor de funcionamento, devido à paralisação de suas atividades pela peste. O ciclo de produção-consumo, no entanto, depende do “fim” da pandemia, do auxílio emergencial, enfim, da exploração dos homens, que precisam vender sua força de trabalho e não “apenas” viver de auxílios governamentais.

Nas capas acima analisadas, observa-se um claro recado à tentativa do governo de ampliar um projeto de renda mínima que precise desvincular a necessidade da manutenção do “teto” de gastos públicos. O socorro emergencial é inclusive tratado no passado, não mais sendo necessário continuar no presente ou no futuro próximo; note-se, por exemplo, o uso do verbo ser no pretérito perfeito do indicativo no intradiscorso que compõe o texto de capa: “O socorro financeiro foi crucial para ajudar milhões de brasileiros durante a pandemia. Mas a distribuição de dinheiro fácil [...] pode quebrar o país” (VEJA, 9 de setembro de 2020). A fim de se evitar isso, segundo o discurso veiculado pela revista, há uma solução: “Para uma economia mais saudável, a reforma administrativa é o melhor remédio”.

Nessa mesma direção, o *Jornal Nacional*, do Grupo Globo, defende uma reforma administrativa que venha a minimizar o tamanho do Estado e os gastos públicos, como forma de manter as finanças equilibradas.



FIGURA 7 – Reprodução do tweet do *Jornal Nacional*, 01 de setembro de 2020.

Fonte: *Jornal Nacional*, disponível em: <https://twitter.com/jornalnacional>.

A proposta da reforma administrativa ainda está sendo elaborada pelo governo no momento em que se escreve este artigo, mas as discussões políticas já circulam em torno da diminuição do quadro de funcionários públicos, da inclusão de metas de produção e mesmo acerca da perda da estabilidade

profissional, característica do funcionalismo público – diminuindo-se, assim, tanto a *quantidade* de servidores disponíveis ao Estado quanto a *qualidade* de serviços públicos por eles prestados, o que inclui aqueles envolvidos em educação, cultura, saúde e ciência. A imprensa vem pautando a reforma administrativa, como se observa na matéria do *Jornal Nacional* de 12 de agosto de 2020: “O teto de gastos é fundamental para a credibilidade do país. Passa para investidores do mundo todo a informação de que existe um controle das finanças públicas”. Como retratado acima pelo perfil oficial do noticiário no *Twitter*, o *JN* noticiava em 1º de setembro que: “Junto com o teto de gastos, a reforma é considerada fundamental pela equipe econômica como parte do esforço para o controle das contas públicas”.

Percebe-se que, junto a um novo governo profundamente fincado no fundamentalismo religioso, sendo contrário à ciência em larga escala (o que já o coloca como oposto à formação discursiva da educação, do trabalho, da cultura, do fazer científico), há um comprometimento irrestrito com o neoliberalismo, vocalizado não apenas pela política enquanto instância governamental, mas no próprio discurso – no próprio fazer – jornalístico. O apoio a tais projetos, que restringem o desenvolvimento de setores importantes para o progresso do país, como educação, cultura, saúde e ciência, quando não os destroem por completo, revela, assim, que a imprensa tem uma filiação ideológico-discursiva inscrita na formação ideológica do capital, que precisa, naturalmente, alinhar-se à lógica de mercado e do lucro, ainda que a expensas dos direitos e do patrimônio que beneficiem e que pertençam à sociedade.

Tudo isso é o resultado da manutenção de um projeto neoliberal para o Brasil que foi inicialmente aderido por Collor, intentado ser mitigado pelos governos petistas que, ao fim, conformaram-se ao neoliberalismo para governar. Como visto, o *acontecimento discursivo* do *impeachment* 1 não barrou a implantação do neoliberalismo; ao revés, aperfeiçoou-o. Tampouco o *acontecimento* 2 impediu a marcha neoliberal: aprofundou-a. O *impeachment*, portanto, pode ser compreendido como um acontecimento que realiza um golpe no próprio sistema democrático, um movimento geral pelo qual o capital se expressa, politicamente, no país, a fim de implantar a agenda neoliberal, seja a consolidando, seja a agudizando. Apesar de impedir presidentes, não houve *impeachment*, na experiência brasileira, que impedisse o projeto capitalista neoliberal de seguir sua marcha. Por isso, é possível dizer que o *impeachment* vem se consolidado como acontecimento em que se observa o rearranjo do Estado para que o capitalismo continue sua trajetória de destruição, de desmonte das políticas públicas e dos direitos sociais – mantendo o *status quo* de subdesenvolvimento, de dependência e de subalternidade dos países posicionados na periferia do sistema, como o Brasil, em relação aos países ditos desenvolvidos. A imprensa, como uma representante de classe – da classe dominante –, desempenha o seu papel de reproduzir o discurso dominante. O discurso da imprensa cumpre, assim, a sua função de produzir efeitos de sentidos diversos, criando a ilusão da mudança política (aquela que adviria do *impeachment* de Collor; a que se daria com o *impeachment* de Dilma; “as apostas de Temer”; a eleição de Bolsonaro e as promessas de seu ministro da economia). Essa ilusão, contudo, revela que, fundamentalmente, preserva-se o mesmo.

Considerações finais

A imprensa não é a grande vilã da vida nacional. Tal papel cabe ao discurso que reproduz a ideologia dominante. Em outras palavras, o mal que adoce a sociedade – privando-a de saúde, quando dela mais se necessita; de ciência, quando as condições urgem; de educação e cultura para o progresso humano, científico e social, enfim – reside em um sistema que tolhe a capacidade social de solidariedade e emancipação, orientando as forças existentes a penderem ao individualismo e à exploração. O vilão da vida nacional, se assim podemos caracterizá-lo, é o próprio capitalismo.

Há de se enaltecer o papel da imprensa numa sociedade que se pretende democrática. Não se nega a importância e a necessidade da imprensa no Brasil, pois é ela quem pode fiscalizar os poderes instituídos e publicar o que não se deseja que ganhe notoriedade: tal é a função que o próprio jornalismo evoca para si. Ainda que a imprensa brasileira seja vital para evitar arbitrariedades e autoritarismos de toda sorte, que refluem amiúde como fruto de nossa herança violenta de explorações e mandonismos, há que apontarmos suas contradições: fundada numa sociedade profundamente marcada pelas dualidades impostas pelo capitalismo, também na imprensa se desvela a luta de classes que está a constituir esta sociedade. Com o edifício teórico da Análise do Discurso, intentou-se demonstrar que a imprensa, por estar inserida na engrenagem de produção capitalista e da busca do lucro, filia-se a redes ideológicas que estão mais em conformidade com o capital. Seus textos – seus dizeres, ou seja, sua formação discursiva – estão assim marcados por essa filiação ideológica, opondo-se a discursos que fortaleçam o trabalho. Nesse sentido, compreende-se que o papel da imprensa em diminuir quaisquer manifestações do discurso do trabalho, mesmo o trabalhismo de bases conciliatórias, como os das eras Lula e Dilma, faz parte de sua constituição discursiva, alinhada à formação ideológica do capital (AMARAL, 2016), em permanente luta com a sua força oposta, pois esta é a base colocada pela formação social capitalista na qual se conformam e operam as relações sócio-históricas.

Persiste na mídia a influência da ideologia neoliberal, que prima pela gestão capitalista-empresarial, cujas práticas em defesa do privado em detrimento do público, observáveis através da relação das grandes empresas de comunicação com o mundo político, não são benéficas à sociedade – mormente uma como a brasileira, carente de acesso à educação (que vê seu terceiro ministro em menos de dois anos de governo), à cultura (que, inclusive, não possui sequer um ministério próprio, relegada à condição de secretaria de governo, cujas inócuas ações servem à promoção e à defesa ideológica do presidente), e, dada a situação trazida pela pandemia da COVID-19, necessitada de maior ampliação da rede de saúde e de investimentos na pesquisa científica.

Muito do desmonte que ora se vivencia nestes setores estratégicos de planejamento de políticas públicas tiveram sua origem em 2016, com o golpe-*impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. A imprensa participou ativamente para a irrupção deste *acontecimento discursivo* – e ainda vem pautando grande parte dos governos que sucederam este evento. Os meios de comunicação gozam do poder e detêm espaço privilegiado para interpelar sujeitos através da circulação de seus discursos pelos jornais, pela TV, mesmo pelas novas mídias digitais, produzindo sentidos fortes o suficiente para que, também, orientem a política. O *impeachment* do presidente vigente torna-se uma

possibilidade, nessa tradução do discurso do mercado e da política pela imprensa, caso não sejam observados alguns pré-requisitos para a governabilidade atual, essencialmente de cunho neoliberal: o respeito ao “teto de gastos”, a continuidade das reformas no Congresso, a política econômica afiançada pela bolsa de valores e pelos investidores estrangeiros, sem lastro com a situação real da maioria da população, alijada de direitos. Para a grande imprensa, todavia, o sucateamento da educação, da cultura, da saúde e da ciência não é motivo para o *impeachment* – não é suficientemente discursivo para fazer manchete nos jornais.

Percebe-se, portanto, uma tendência histórica do capitalismo brasileiro que, quando ameaçado em seu funcionamento, incita os sentidos de *impeachment* para derrubar governos que não se adequem às suas necessidades. Através da dimensão política, usam-se artifícios legais para que projetos político-sociais não perdurem no poder, especialmente se estes forem contrários à obtenção voraz de lucro e à acumulação de capital. O jornalismo hegemônico, que se alia ao grande capital em suas inscrições ideológicas e em suas práticas, procura dar vazão a este discurso, traduzindo-o para o público. Assim, apesar do desmonte que ora se vê, representado pela contenção de gastos em ciência e saúde (áreas que, como evidenciada pela crise sanitária da COVID-19, demandam urgente atenção) e pelas “reformas” que em nada melhoram a vida da sociedade, apenas servindo à diluição ainda maior do Estado, a “grande imprensa” relativiza o impedimento em nome de uma pretensa estabilidade política e econômica. Neste momento crucial da vida brasileira, o discurso da imprensa hegemônica, contraditoriamente ao consenso formado em 2016, procura desmobilizar sentidos que deem visibilidade à real necessidade do *impeachment* – um instrumento jurídico e político que, se bem utilizado, seria de grande valia para impedir a desconstrução das políticas públicas em curso no país.

Agradecimentos

Agradecimento ao CNPq pelo apoio às pesquisas desta pesquisadora – Maria Virgínia Borges Amaral.

REFERÊNCIAS

ACERVO das edições de Veja. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/acervo/#/editions>>. Acesso em: 10 out. 2020.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 105-142.

AMARAL, M. V. B. *O avesso do discurso: análise de práticas discursivas no campo do trabalho*. Maceió: EDUFAL, 2007.

AMARAL, M. V. B. *Discurso e Relações de Trabalho*. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

ANDRETTA, F. O que é o teto de gastos, alvo de disputa dentro do governo Bolsonaro? UOL, 13 de ago. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/05/teto-de-gastos-constituicao-calculo-limite-gastos-publicos.htm>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BOLSONARO defende controle de gastos e privatizações, após baixas na equipe econômica. *Jornal Nacional*, 12 de ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/08/12/bolsonaro-defende-controle-de-gastos-e-privatizacoes-apos-baixas-na-equipe-economica.ghtml>>. Acesso em: 09 out. 2020.

BRASIL, IBGE. IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 9 out. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

FLORÊNCIO, A. M. G. et al. *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Reimpressão da 1ª edição. Maceió: EDUFAL, 2016.

FOLHA de São Paulo. *Nem Dilma nem Temer*. São Paulo: Grupo Folha, 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>>. Acesso em: 14 out. 2020.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon – Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.30020>.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.

JORNAL Nacional. S.l., 01 set. 2020. Twitter: @jornal nacional. Disponível em: <<https://twitter.com/jornalnacional/status/1300962113322717185>>. Acesso em: 11 out. 2020.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, A. & et al. (Org.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R; et al. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v. 5).

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, E. P. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.

PARTIDO dos Trabalhadores. Nossa história. Disponível em: <<https://pt.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PAVEAU, M. A. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Trad. Ivone Benedetti. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. Péricles Cunha. In: F. Gadet; T. Hak (orgs.). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2015.

REFORMA da previdência: entenda a proposta aprovada, ponto a ponto. G1, 22 de out. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/22/reforma-da-previdencia-entenda-ponto-a-ponto-a-proposta-aprovada-em-2o-turno-no-senado.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTOS, W. G. dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. Edição Kindle.

SENADO, Agência. Dois dias após impeachment, Senado aprova lei que permite pedaladas fiscais. Portal IG. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/2016-09-02/lei-orcamento.html>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SOBRINHO, H. F. da S. Resistências ao golpe de 2016: universidade, ciência, política e ideologia. In: ABRHÃO e SOUSA et al. *Resistirmos, a que será que se destina?* São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2018.

SOBRINHO, H. F. da S. Estado, política e farsa: o golpe de 2016 e o discurso na reprodução do capital. In: GRIGOLETO et al. *Silêncio, memória e resistência: a política e o político no discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

ENSAIO TEÓRICO

O messias que não faz milagre: notas sobre a ideologia da destruição

Luciana Iost VINHAS 

Universidade Federal de Pelotas (UFPEl)

RESUMO

O presente estudo, fundamentado nos pressupostos teórico-analíticos da Análise de Discurso Materialista, tem o objetivo de compreender o funcionamento discursivo de dois enunciados formulados por Jair Messias Bolsonaro quando se refere a duas tragédias nacionais: em setembro de 2018, com o incêndio do Museu Nacional, e em abril de 2020, com o crescente número de mortos pela Covid-19 no Brasil. A análise é justificada por se observar uma mesma estrutura sintático-semântico nas formulações, que são organizadas, segundo nosso gesto interpretativo, em quatro posições. Com a descrição e a interpretação das duas sequências, é possível afirmar que, a partir dos enunciados, há a reprodução de saberes organizados por uma formação discursiva neoliberal, que reproduz, pela posição-sujeito com a qual o sujeito-enunciador se identifica, o que estamos designando como *ideologia da destruição*. Para o desenvolvimento da análise, considerando a emergência do significante “messias” nas duas sequências, ditas em momentos diferentes, mobilizamos a noção de pré-construído e, também, partimos de uma teorização de Mariani (2014) sobre o nome próprio.

ABSTRACT

The present study, based on the theoretical-analytical assumptions of the Materialist Discourse Analysis, aims to understand the discursive functioning of two statements formulated by Jair Messias Bolsonaro when referring to two national tragedies: in September 2018, with the fire of the National Museum, and in April 2020, with the increasing number of deaths by Covid-19 in Brazil. The analysis is justified by observing the same syntactic-semantic structure in the formulations, which are organized, according to our interpretive gesture, in four positions. With the description



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Gesualda Rasia (UFPR)
- Rodrigo Fonseca (UFSB)

DATAS

- Recebido: 30/10/2020
- Aceito: 21/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Vinhas, L. I. (2020). O messias que não faz milagre: notas sobre a ideologia da destruição. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 455-474, 2020.

and interpretation of the two sequences, it is possible to affirm that the statements reproduce senses that are organized by a neoliberal discursive formation, which reproduces, through the subject-position with which the subject-enunciator is identified to, what we are calling *the ideology of destruction*. For the development of the analysis, considering the emergence of the significant “messiah” in the two sequences, said in different moments, we mobilized the notion of preconstructed, and, also, we introduced a theorization about the given name according to Mariani (2014).

PALAVRAS-CHAVE

Pré-construído. Nome próprio. Ideologia da destruição.

KEYWORDS

Preconstructed. Given name. Ideology of destruction.

Quer dizer, as transparências não fazem ver melhor, não definem com maior precisão. Elas complicam, con-fundem. Dão espessura.
Eni Orlandi

Introdução

Quando algo se repete, não se repete por mera contingência. Existem condições materiais sócio-histórico-ideológicas que permitem a emergência da repetição. Isso foi trabalhado por Michel Pêcheux de forma aprofundada e irretocável no texto *O discurso: estrutura ou acontecimento*, quando um enunciado do domínio esportivo irrompe no domínio político. O filósofo traz o *On a gagné* [“Ganhamos”] para falar sobre o jogo metafórico em torno daquilo que é dito, sobredeterminando o acontecimento, “sublinhando sua equivocidade” (PÊCHEUX, 2006[1983], p. 22). O enunciado se constitui entre a evidência das cifras e das tabelas e a opacidade de sua materialidade léxico-sintática. Nesse entremeio, a aparente estabilidade lógica é colocada em xeque pela equivocidade irremediável, constitutiva da materialidade discursiva. A discursivização do acontecimento do dia 10 de maio de 1981, na França, não escapa à determinação ideológica própria da forma como os sentidos são colocados em circulação.

O trabalho no campo da Análise de Discurso Materialista (AD) envolve uma tentativa de mobilizar possibilidades de significação ancoradas em uma forma de existência material e vinculadas a uma posição política, ideológica e de classe. Essa tentativa é analisada através de processos de descrição e de interpretação de elementos materiais, tais como a língua, para se fazer trabalhar os efeitos de sentido possíveis de serem estabelecidos, dependentes de uma causalidade sócio-histórico-ideológica. A

analista de discurso precisa se manter atenta¹ às diferentes possibilidades daquilo que é dito, relacionando o dito ao não-dito, a fim de chegar ao processo discursivo que permite que algo seja dito como é dito. Nesse jogo, instável e dependente de movimentos ideológicos, há uma atenção para aquilo que retorna (para aquilo que se repete), tanto intra quanto interdiscursivamente, e que pode provocar efeitos no processo de constituição, formulação e circulação dos discursos (ORLANDI, 2005), instalados na tentativa de reprodução do modo de produção capitalista (em sua versão neoliberal).

No presente texto, também vamos trabalhar com uma repetição. Vamos sustentar a análise com base em um “mesmo” que se repete em dois momentos diferentes pelo mesmo sujeito-enunciador. Ao invés de uma diferença entre o domínio esportivo e político, vamos tratar sobre uma diferença entre os domínios da história e da saúde pública, conforme explicado a seguir.

Jair Messias Bolsonaro, ao ser questionado sobre o incêndio no Museu Nacional, ocorrido em setembro de 2018, refere a figura do messias que não faz milagre; da mesma forma, ao ser questionado sobre o número de mortos pelo novo coronavírus, em abril de 2020, respondeu que era messias, mas não fazia milagre. Duas tragédias incomensuráveis, que envolvem história, cultura, ciência e vida, são discursivizadas pelo mesmo sujeito-enunciador. Efeitos do processo de interpelação ideológica, as respostas materializadas linguisticamente para as duas tragédias é a “mesma”: apesar de ter o nome *messias*, não fazia milagre, e, além disso, questiona: “Quer que faça o quê?”. Temos, assim, as seguintes sequências, que constituem o *corpus* da presente discussão: *Já tá feito, já pegou fogo. Quer que faça o quê? O meu nome é Messias, mas eu não tenho que fazer milagre* (SD01 – referente ao incêndio no Museu Nacional) e *Mas, e daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre* (SD02 – referente ao número de brasileiros mortos pela Covid-19).

Essas respostas nos interessam por se colocarem como algo da ordem do repetível, advindo do funcionamento interdiscursivo, que mobilizam saberes importantes para um novo modo de dizer do político e da política, possível de se tornar natural no modo de produção capitalista em sua versão neoliberal. Na verdade, é um novo *modo de dizer* do político, ou seja, uma textualidade diferente, calcada em sequências léxico-sintaticamente estruturadas, que materializam saberes já anteriormente colocados em circulação e disponíveis no interdiscurso. Esse *novo modo de dizer* apresenta indícios de uma ideologia da destruição - destruição da vida, da ciência, da história, da cultura... e da própria linguagem.

Com base nas considerações apresentadas, pretendemos mobilizar a Análise de Discurso para promover um batimento entre a descrição e a interpretação daquilo que se repete intradiscursivamente, buscando compreender o seu funcionamento interdiscursivo. O que se repete são os dois dizeres colocados em circulação por Jair Messias Bolsonaro em dois momentos diferentes, conforme será observado. O estudo se justifica pela necessidade de se questionar a forma como a política se coloca frente às implosões sociais e históricas que têm afetado a nossa formação social brasileira

¹ Tomamos a iniciativa, no presente texto, de fazermos referência a quem executa a análise de discursos utilizando o emprego do gênero feminino, sendo feita menção, portanto, para “a” analista de discurso ao invés de se chamar “o” analista de discurso.

desde o processo de “impeachment” da Presidenta Dilma Rousseff², atentando, especificamente, para as duas ocasiões que mobilizaram aquilo que foi dito (e como foi dito) pelo atual Presidente. Para a reflexão, vamos mobilizar conceitos da AD como pré-construído e enunciado dividido, sendo necessário resgatar alguns elementos oriundos da necropolítica para o debate.

Passamos, primeiramente, para uma seção sobre o processo de interpelação ideológica e a sua relação com a linguagem, abordando conceitos da Análise de Discurso que se farão importantes para o empreendimento teórico-analítico exposto na seção seguinte, na qual serão colocados em análise os dois enunciados ditos por Bolsonaro. Após esse gesto interpretativo, passamos às considerações finais do trabalho.

1. O processo de interpelação ideológica e a linguagem

Para produzirmos a reflexão em torno dos dizeres de Bolsonaro, vamos, primeiramente, trazer alguns elementos para o debate sobre a forma como o processo de interpelação ideológica se articula à linguagem, o que justifica a compreensão da Análise de Discurso como uma teoria semântica de base materialista. Ela concerne a um arcabouço teórico-analítico voltado para a compreensão do processo de produção, formulação e circulação dos sentidos; tal processo não é possível de ocorrer sem a inscrição do ser humano na linguagem. Os efeitos de sentido são estabelecidos em virtude da relativa autonomia da língua, o que implica o reconhecimento de que, por um lado, a língua não contém, de maneira independente, uma significação a si inerente, e de que, por outro, a significação é ideologicamente determinada, sócio-historicamente contextualizada e estabelecida por sujeitos dotados de inconsciente.

Com isso, nesta seção, vamos tentar trazer uma resposta à pergunta “Por que dizemos o que dizemos da forma como dizemos?”. Michel Pêcheux, no texto *O discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 2006[1983]), realiza uma análise sobre o ponto em que a língua pode materializar enunciados que se deslocam e derivam, sendo, portanto, o efeito de sentido atravessado por elementos não determinados pela própria estrutura da língua; contudo, é pela estrutura que conseguimos vislumbrar como o processo de interpelação ideológica produz efeitos, e é por isso que a AD se calca sobre o *como se diz*.

A produção do sentido depende do processo de interpelação ideológica, e a base para esse processo é, principalmente, a língua. Quando Pêcheux (2006[1983]) analisa o enunciado *On a gagné* [Ganhamos], ele evoca o entrecruzamento entre três caminhos: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação. O discurso se constitui como um efeito dessa visada

² O emprego das aspas na palavra “impeachment” não é arbitrário. Ele tenta convocar a opacidade do acontecimento do processo de destituição da Presidenta Dilma Rousseff, instalado, no Brasil, em 2016; tal opacidade ganha forma material, principalmente, através das designações “golpe” e “impeachment”, trazendo à tona a equívocidade do encontro entre estrutura e acontecimento.

materialista sobre o processo de produção de sentido, alicerçada em uma base material que tensiona uma memória e uma atualidade pela determinação da ideologia manifesta nos processos semânticos.

Na AD, sujeito e sentido se constituem mutuamente, visto que a interpelação resulta da inscrição do sujeito no simbólico e produz assujeitamento (MAGALHÃES; MARIANI, 2010). Em função disso, resta incontornável tratar sobre a forma como se dá a interpelação, a qual permite a existência sócio-histórica do sujeito. Segundo Pêcheux (2014[1978], p. 07-08, grifos do autor), a interpelação depende da relação entre sujeito e Sujeito:

O sujeito ideológico se desdobra em *um sujeito singular*, tomado na evidência empírica de sua identidade (“este sou eu!”) e de seu lugar (“é verdade, eu estou aqui, trabalhador, patrão, soldado!”) e num *Sujeito universal*, Grande Sujeito que, sob a forma de Deus, ou da Justiça, ou da Moral, ou do Saber etc., veicula a evidência de que “é assim”, sempre e em toda parte, e que é mesmo assim.

Contudo, esse desdobramento possui falhas; o assujeitamento-recrutamento não é um processo pleno. Assim, o que não se deve negligenciar é que, embora Pêcheux tenha dado ênfase à instância simbólica no processo de interpelação, ele admite que há real, o que possibilita a emergência das ditas formulações irremediavelmente equívocas, alheias ao funcionamento das discursividades imaginariamente estáveis, lógicas, controláveis. É a partir do acontecimento da eleição de François Mitterrand que o autor lança a sua questão teórica: “a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, 2006[1983], p. 28).

Estamos, portanto, no terreno das formulações irremediavelmente equívocas. Nesse terreno, a referência feita ao *messias* na fala do sujeito-enunciador deputado e do sujeito-enunciador Presidente possui uma dependência semântica das coordenadas sócio-histórico-ideológicas que se movimentam nas disputas pelos recrutamentos dos indivíduos em sujeitos. A forma como o sentido se estabelece a partir do item lexical *messias* parece ter relação com aquilo que Pêcheux e seu grupo denominaram como *pré-construído*, considerado um *saber que todos sabem*, algo tão natural quanto saber que *Jesus morreu na cruz para nos salvar* (PÊCHEUX, 2009[1975])³. Desse modo, o *messias*, assim como *Jesus*, pode ser considerado um objeto discursivo de talhe estável, como diz Pêcheux (2006[1983]).

O funcionamento do *pré-construído* é constitutivo da eficácia da ideologia, isto é, a ideologia é bem-sucedida ao manter *palavras pegadas em tramas de reformulações*: de acordo com Zoppi-Fontana (1999, p. 21), a forma como essas palavras são reproduzidas/repetidas/reformuladas concernem à “repetição sob o modo do reconhecimento dos enunciados (ou seja, o efeito de reconhecimento/identificação produzido pelo funcionamento do *pré-construído* sobre o sujeito de enunciação na sua atividade de formulação) e sob o modo do desconhecimento do interdiscurso”. Então, para o nosso empreendimento teórico-analítico, reconhecer-se como *messias* implica um

³ Importante destacar que Pêcheux (2009[1975]) desenvolveu um estudo minucioso sobre o funcionamento discursivo das relativas determinativas e apositivas na obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. O exemplo referente a *Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu* foi discutido por Pêcheux na referida obra.

reconhecimento dos efeitos de sentido historicamente atribuídos a tal palavra, dependente de redes de formulações que estabilizam tal efeito de sentido como naturalizado, evidente, como aquilo que *todo mundo sabe*.

Há, assim, um efeito de evidência sobre o que é um messias, o que autoriza Bolsonaro a empregar tal item lexical em seu dizer através de uma construção de um imaginário de si com base na forma como foi nomeado: “[O meu nome] é [Messias], mas eu não tenho que fazer milagre” (SD01) e “[Eu] sou [Messias], mas não faço milagre” (SD02) são períodos compostos por coordenação, sendo que as primeiras orações dos dois períodos são orações com predicado nominal com o verbo *ser*, o que indica que o sujeito introduzido em ambas as orações é dependente do seu predicativo, apresentado após o verbo. A representação imaginária do referente expresso pelo sujeito sintático, relacionada aos significantes colocados na formulação, depende do efeito da ligação entre sujeito e predicativo.

O sujeito sintático, nas duas orações, faz referência ao sujeito-enunciador Jair Messias Bolsonaro: [O meu nome] e [Eu]. O referente, então, só é possível de ser representado a partir de uma relação entre a língua e a sua exterioridade, e, com isso, [meu] e [eu] possuem um funcionamento dêitico, relacionado com as condições imediatas de produção e, também, com as condições amplas de produção do discurso, posto que só é possível reconhecer o sujeito-enunciador com base no resgate dos elementos materiais sócio-histórico-ideológicos que permitem esse processo. O pronome pessoal e o adjetivo possessivo fazem referência àquele que enuncia, de modo que [O meu nome] poderia, portanto, ser substituído por [Jair Messias Bolsonaro], ou, simplesmente, por [Messias], ao passo que [Eu] poderia ser substituído também pelo nome completo do sujeito-enunciador. Assim, construímos duas paráfrases possíveis realizadas com base nas duas sequências: *O nome de Jair Messias Bolsonaro é Messias, mas ele não tem que fazer milagre* e *Jair Messias Bolsonaro é (M)messias, mas não faz milagre*. Chegamos à afirmação do óbvio (messias é messias), o qual ganha uma engrenagem discursiva singular por meio do recurso ao nome próprio para promover um novo funcionamento significante para si, o qual desliza para a negação do pré-construído vinculado ao imaginário de messias advindo do domínio religioso.

Com as paráfrases, compreendemos a diferença de funcionamento entre os dois períodos. O sujeito sintático do segundo período pode ser interpretado como Messias e como messias. Em outras palavras, sintaticamente, enquanto a primeira oração da primeira sequência fala no nome próprio, ou seja, *Jair Messias Bolsonaro tem o nome de Messias*, a primeira oração da segunda sequência fala tanto do nome quanto de uma predicação de Bolsonaro: *Jair Messias Bolsonaro é Messias* ou *Jair Messias Bolsonaro é messias*. No entanto, a representação de si como uma figura religiosa, possível a partir do nome próprio, é presente tanto no primeiro enunciado quanto no segundo. No primeiro enunciado, diz que tem o nome de messias, mas que não tinha que fazer milagre (podendo ter outras características referidas à representação da figura religiosa); no segundo enunciado, diz que é messias, mas que não fazia milagre (mantendo a possibilidade de promover outros feitos característicos de um messias).

Escolhemos realizar as duas paráfrases utilizando o nome próprio de Bolsonaro. Na primeira sequência, com o adjetivo possessivo [meu] e, na segunda oração do período, com o pronome pessoal

[eu], o sujeito-enunciador faz referência a si mesmo: O *meu* nome é *Messias*, mas *eu* não tenho que *fazer milagre*. Na segunda sequência, com o pronome pessoal [eu] na primeira oração e com a sua elipse na segunda oração, também faz referência a si: *Eu* sou *Messias*, mas *Ø* não *faço milagre*. Assim, nas duas orações, há a materialização de um processo significante ancorado, por um lado, naquilo que não se refere a nenhum indivíduo particular - o pronome pessoal *eu* e seu adjetivo possessivo correspondente *meu* - e, por outro lado, naquilo que é a expressão da singularidade do indivíduo, pois o nome próprio é insubstituível. Se o pronome não se refere especificamente a um indivíduo particular, o nome próprio funciona exatamente referindo a um indivíduo particular. Tomando emprestada de Benveniste (1991) a teorização sobre o pronome pessoal como pessoa do discurso, sabemos que o *eu* só possui referência atual, sendo identificado dentro de uma instância de discurso. Assim, conforme os pressupostos da AD, o pronome passa a significar com base nas condições de produção imediatas. Já o nome próprio significa independente das condições de produção, pois só existe em referência a um “indivíduo particular”. Esse funcionamento é necessário para aliar o estabelecimento de uma representação imaginária do sujeito-falante com o pré-construído vinculado ao seu nome próprio, passando o sujeito a ser único, insubstituível, assim como seu nome. Apesar de o nome próprio não ser traduzido, por não portar significado (MARIANI, 2014), com o enunciado colocado em marcha pelo sujeito-enunciador temos uma tentativa de significação de si através do nome próprio, e, por consequência, de significação do nome próprio a partir do efeito de pré-construído constituído pelo item lexical que compõe esse nome, cujo status na língua portuguesa é de substantivo simples, ao invés de ser substantivo próprio.

Messias, no discurso religioso cristão, representa o descendente humano do Rei Davi que viria para libertar o seu povo, sendo ele entendido como o próprio Jesus Cristo. Quando Bolsonaro, frente às duas tragédias que se apresentam, faz referência ao próprio nome, ele recorre a esse *saber que todo mundo sabe* sobre o que é um messias - assim como todo mundo sabe o que é um soldado, por exemplo, como diz Pêcheux (2009[1975]). No entanto, ao dizer que não faz milagre, reconhece em si a ausência de uma das características próprias de um messias, tornando-o um messias que não faz milagre e, ao mesmo tempo, aproximando-o de um imaginário de um cidadão comum. Por ser um cidadão comum, não pode fazer nada frente às tragédias que se colocam; por ser um cidadão comum, não tem poderes para evitar o inevitável; por ser um cidadão comum, não é deputado nem Presidente; assim, ele é um cidadão comum que se resguarda no discurso religioso para amparar suas declarações.

Retomando Pêcheux (2006[1983], p. 28), é importante referir que os objetos discursivos de talhe estável mencionados pelo autor detêm “o aparente privilégio de serem, até certo ponto, largamente independentes dos enunciados que produzimos a seu respeito, vêm trocar seus trajetos com outros tipos de objetos, cujo modo de existência parece regido pela própria maneira com que falamos deles”. Conforme já mencionado, isso é importante porque possui relação com o exposto sobre o funcionamento do pré-construído, que estabiliza o efeito de sentido referente a *messias* em dois dizeres de Bolsonaro. A referência ao messias, resgatada do domínio religioso, traz um significante importante para a compreensão dos processos de significação das duas sequências. Aí podemos retomar o papel fundamental da linguagem no processo de interpelação ideológica.

Podemos, então, resgatar a afirmação de Pêcheux sobre o caráter dos processos ideológicos, entendido como um caráter duplo, pois é tanto regional quanto de classe. É esse duplo caráter que “permite compreender como as formações ideológicas se referem aos “objetos” (como a Liberdade, a Justiça, etc.), ao mesmo tempo *idênticos e diferentes*, isto é, cuja unidade está submetida a uma divisão” (PÊCHEUX, 2014[1978], p. 07, grifos do autor).

Essa unidade dividida por um duplo caráter, calcado na divisão constitutiva da formação ideológica, é o que Pêcheux considera “o próprio da luta ideológica de classes”, ou seja, “se desenvolver num mundo que, de fato, não termina nunca de se *dividir em dois*” (PÊCHEUX, 2014[1978], p. 07, grifos do autor). A regionalidade e o caráter de classe da formação ideológica permitem que a língua não seja homogênea, literal, autônoma. A base linguística é dividida por colocar concretude à luta de classes, uma luta travada no seio da formação social capitalista, ideologicamente engendrada. Dizer, portanto, que é “messias” significa localizar o referido significante em uma determinada posição nessa divisão, como um objeto dado à interpretação situada e, portanto, sócio-historicamente determinada, cujo efeito de sentido representa a identificação de classe em uma região da ideologia.

A posição com a qual o sujeito se identifica é efeito do processo de interpelação ideológica duplamente articulado. Uma dessas articulações diz respeito ao esquecimento nº 1: “com o apagamento da interpelação ideológica, apaga-se a maneira pela qual nossas palavras se inscrevem dentro de uma formação discursiva e não de outra” (LAGAZZI, 1988, p. 26). Já a segunda articulação concerne ao esquecimento nº 2, a partir do qual “apaga-se, no interior da formação discursiva que nos domina, a maneira pela qual *selecionamos* certas palavras, certas expressões, e não outras” (LAGAZZI, 1988, p. 26, grifo da autora).

Desse modo, tudo o que dizemos não é efeito de algo aleatório e contingente, mas é produzido no âmbito de um jogo social, ideológico e histórico. O *messias* a que o sujeito-enunciador faz referência nas duas formulações passa a ser ressignificado a partir daquilo que se sabe sobre esse objeto discursivo: é o *messias* que não faz milagre (mas não deixa de ser *messias*, não deixa de ser divino). Ao adicionarmos a oração adjetiva restritiva como adjunto adnominal do nome *messias* negamos o pré-construído de que *messias faz milagre*. Há, portanto, a necessidade de se estabelecer essa diferença semântica através da base linguística, a qual coloca em circulação outros sentidos possíveis para o *messias*. O imaginário de *messias*, vinculado ao domínio religioso, é objeto de um deslize, de uma ressignificação, vinculada a um saber de outro domínio, ou seja, a um saber que não é do domínio religioso. Trata-se, segundo nossa interpretação, de uma ressignificação calcada em um imaginário de si, em um jogo político sobredeterminado pelo capital, pela urgência neoliberal, que tudo destrói. O *milagre* está vinculado, portanto, ao impossível da manutenção da vida, da memória, do patrimônio, vinculado às circunstâncias de emergência das duas formulações em análise. A impossibilidade do *milagre* autoriza a destruição. Colocar as mortes pela Covid-19 e o incêndio do Museu Nacional com referência ao discurso religioso cristão desloca do âmbito da política de Estado para o domínio religioso, retirando a necessidade de qualquer manifestação por parte do “*messias*” no sentido de preservação das vidas e dos patrimônios históricos da nossa sociedade.

O não comprometimento com a realização do milagre autoriza o vínculo com uma outra rede de saberes, entendidos como os saberes da destruição. O messias que não faz milagre coloca em circulação saberes da ordem da guerra. Trata-se de uma ideologia da destruição (que imaginariamente se calca a destruição da vida, do patrimônio, da linguagem, do simbólico), relacionada ao funcionamento do discurso neoliberal, e isso também fala da forma como a necropolítica afeta o processo de formulação e de circulação de sentidos.

Conforme Mbembe (2017, p. 05), “(...) a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. Poderíamos fazer um deslocamento para situar a nossa discussão com relação àquilo colocado pelo autor. Além de decidir quem podem viver e quem deve morrer, esse processo engloba o *que* deve viver e morrer em uma formação social, atentando, especialmente, para as instituições, ou, em outras palavras, os aparelhos de Estado, lugares e meios da reprodução da ideologia. O domínio dos saberes hegemônicos sobre os aparelhos de Estado garante o fortalecimento de alguns aparelhos e o enfraquecimento de outros, o que também faz parte do *modus operandi* neoliberal. Nesse sentido, afirmar que vidas e que o museu, enquanto instituição que, simbolicamente, também representa a vida e a memória, seriam somente objeto de *milagre*, reforça a compreensão de um funcionamento necropolítico de Estado, calcado na ideologia da destruição.

A teorização de Mbembe (2018) concerne ao estado de exceção, no qual se define quem vive e quem é passível de eliminação. O Estado de base necropolítica destrói a democracia juntamente com a tentativa de destruição da linguagem⁴. Trata-se, portanto, na nossa compreensão, de um funcionamento ideológico de destruição, de materialização de uma política de guerra, de um Estado que somente um milagre (o impossível) salvaria. Esse funcionamento necropolítico produz efeitos, portanto, no processo de interpelação/identificação dos indivíduos em sujeitos.

Antes de fechar a presente seção, vamos nos demorar um pouco nas observações de Teixeira (1997) sobre quatro pontos referentes à interpelação ideológica althusseriana pela interpretação de Michel Pêcheux, em uma tentativa de resumir alguns pontos principais sobre o processo de interpelação ideológica. São eles: (i) a interpelação é o papel do discurso nesse processo, pois a interpelação se dá pelas formações discursivas, as quais correspondem, linguisticamente, a formações ideológicas; (ii) o Sujeito (absoluto e universal) poderia ser referido ao Outro lacaniano, o que permite reconhecer a relação material entre o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico, posto que o inconsciente é o discurso do Outro; (iii) o pré-construído é “a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito, ao mesmo tempo em que é sempre-já sujeito (ibid., p. 156)” (TEIXEIRA, 1997, p. 67), sendo que essa discrepância diz respeito ao fora situado

⁴ Através da conversa estabelecida com a parecerista Profa. Dra. Gesualda Rasia, é necessário adicionar esta nota de rodapé com referência à ideologia da destruição, especificamente no que concerne à destruição da linguagem. A tentativa de destruição da linguagem, por mais que faça parte do *modus operandi* da ideologia da destruição, é da ordem do inatingível, pois, como disse a professora, *algo insiste e resiste, pela via das metáforas, pela via da arte, pela subversão ou mesmo pelo óbvio*. A ideologia da destruição, como disse o parecerista Prof. Dr. Rodrigo Fonseca, se constitui como *elemento ideológico que afeta a ordem da língua, como modo de dizer e de legitimar*. Aproveito para registrar meu agradecimento à professora e ao professor pelos pareceres enviados.

antes e de forma independente e o sujeito identificável; e (iv) a teorização sobre os esquecimentos, ou seja, do “acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito” (TEIXEIRA, 1997, p. 67), alarga a noção de interpelação ideológica. Tais pontos são importantes para produzir um efeito de contemplação sobre os principais elementos que constituem o objeto do debate da presente seção: a relação entre o processo de interpelação ideológica e a linguagem.

Desse modo, com base no que foi discutido na presente seção, conseguimos visualizar o vínculo do processo de interpelação ideológica com a linguagem. O dizer de Bolsonaro, portanto, só é possível de ser formulado pela determinação de formações discursivas que possibilitam o desdobramento da forma-sujeito no sujeito-enunciador, caracterizando o processo de identificação. Vamos aprofundar essa relação entre linguagem e discurso no momento seguinte, quando realizaremos outro gesto de análise calcado no batimento entre descrição e interpretação do *corpus*.

2. Descrição e interpretação do *corpus*

Na noite de 2 de setembro de 2018, teve início um incêndio em larga escala no Museu Nacional, situado na Quinta da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro. O Museu acolhia cerca de 20 milhões de itens que foram coletados ao longo de mais de 200 anos. Os itens contavam a história da ciência, contavam a história natural do Brasil. Com a ocorrência do incêndio, calcula-se que mais de 90% do patrimônio ali depositado foi destruído pelas chamas. O inquérito da Polícia Federal indica que o fogo foi iniciado por um aparelho de ar-condicionado localizado em um auditório, não existindo conduta omissa⁵ (G1 RIO, 2020).

Dois dias após a tragédia, no dia 4 de setembro, o então candidato à Presidência da República, o deputado Jair Messias Bolsonaro, foi interpelado por jornalistas sobre o incêndio ao sair de uma comissão da Câmara dos Deputados. Sua resposta à demanda dos jornalistas foi amplamente divulgada: *Já tá feito, já pegou fogo, quer que faça o quê? O meu nome é messias, né, mas eu não tenho que fazer milagre.*

O enunciado convoca as analistas de discurso a realizarem um gesto de interpretação, a realizarem uma mobilização simbólica frente a uma declaração isenta de luto. A manifestação do então candidato Bolsonaro rompe com a cadeia significante, instala uma brusca perda simbólica diferente da perda simbólica provocada pelo fogo – mas tão destruidora quanto o fogo. Suas palavras comovem não somente pela insensibilidade e pelo excesso de pragmatismo, mas, também, por se colocar no dito como alguém que seria um messias, uma figura religiosa capaz de feitos não humanos, mas que, por ser humano, não faz milagre. Ao dizer que é messias, também diz que não o é. E, com essa declaração, estanca-se o fluxo simbólico e rompe-se com as metáforas necessárias para trabalhar o luto. Esse processo fala de uma posição discursiva específica, que será objeto do nosso olhar neste texto.

⁵ A informação sobre a investigação foi publicizada no início de julho de 2020 (G1 RIO, 2020).

Assim, lançamos um questionamento frente àquilo que se materializa linguisticamente e mobiliza saberes anteriores, saberes do interdiscurso, que não se coadunam com a preservação da memória que o Museu abrigava. Aquilo que o museu busca simbolizar, como memória e patrimônio da humanidade, parece não ser significado a partir do enunciado colocado em circulação. O questionamento é: como o que é dito produz sentido?

Após o acontecimento aqui narrado, diferentes membros da comunidade política, acadêmica e científica se mostraram solidários à tragédia, manifestaram indignação, tristeza, revolta frente ao inominável da perda irreparável, insubstituível, imetamorizável. Parece que há um rompimento no fluxo significante, uma brusca perda simbólica. O fogo lança a impossibilidade de simbolização frente à perda, pois fala do impossível de ser dito. No entanto, uma determinada posição política, ideológica e de classe garante a estabilidade, a aceitação da perda como algo natural. Segundo nossa interpretação, o sujeito-enunciador Bolsonaro fala dessa posição, na qual a destruição faz parte de um certo modo de fazer política.

O enunciado trazido à tona entra em cadeia parafrástica quando mobilizado frente a outra declaração feita pelo mesmo sujeito-enunciador. A segunda declaração emerge diante de outra tragédia: a pandemia causada pelo novo coronavírus, a qual, desde o final do mês de fevereiro de 2020, tem causado milhares de mortes no país⁶. No dia 28 de abril de 2020, o Presidente Jair Bolsonaro (não mais deputado federal), conversou com jornalistas sobre a situação de pandemia, e, ao ser questionado sobre o fato de o país ter ultrapassado a China no número de mortos, a resposta do Presidente foi a seguinte: *Mas, e daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou messias, mas não faço milagre*. Mais uma vez, Bolsonaro traz à tona alguns elementos que se repetem: (1) O questionamento sobre o que ele pode fazer, como se a reação à pandemia exigisse uma ação, tal como um soldado respondendo a uma ordem do general; (2) Ele é messias ou tem o nome de Messias; e (3) Não tem que fazer/faz milagre. A “mesma” resposta emerge frente a duas situações de desamparo, de perda, de crise política, social econômica, científica. De crise humanitária.

Com base nos elementos citados, os dois enunciados foram escolhidos como as sequências discursivas que compõem nosso *corpus* de análise. Alguns elementos analíticos já foram apresentados na seção anterior. Vamos, aqui, dar continuidade à relação entre descrição e interpretação, atendendo para a organização desses dizeres e os efeitos que se produzem. Para a numeração das sequências, obedecemos à ordem de formulação cronológica, conforme exposto em (01).

(01) Sequências discursivas selecionadas para análise.

SD01: “Já tá feito, já pegou fogo. Quer que faça o quê? O meu nome é Messias, né, mas eu não tenho que fazer milagre”⁷. (04/09/2018)

⁶No momento do encerramento do presente texto, segundo dados do dia 21 de outubro de 2020, o Brasil contabilizava 155.459 mortes pelo novo coronavírus e 5,3 milhões de casos confirmados (G1, 2020).

⁷O enunciado transcrito pode ser observado no vídeo disponibilizado na reportagem (CALGARO, 2018).

SD02: “Mas, e daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”⁸.
(28/04/2020)

As duas formulações apresentam uma similaridade distribucional, conforme tentaremos expor com o quadro elaborado em (02), no qual dividimos os enunciados em quatro posições (P01, P02, P03 e P04) presentes nos períodos que compõem as duas sequências, organizadas linearmente conforme o que foi dito pelo sujeito-enunciador. Essas quatro posições, aqui, têm um papel importante na organização e apresentação do *corpus* da pesquisa, fazendo referência às quatro divisões operadas nos períodos que compõem as duas sequências discursivas⁹.

	P01	P02	P03	P04
SD01	Já tá feito, já pegou fogo.	Quer que faça o quê?	O meu nome é Messias,	mas eu não tenho que fazer milagre.
SD02	Mas, e daí? Lamento.	Quer que eu faça o quê?	Eu sou Messias,	mas não faço milagre.

QUADRO 1 – Formulações organizadas em posições.

FONTE: Elaborado pela autora.

Com base nisso, vamos promover um gesto de interpretação que alia o funcionamento horizontal, relacionando os diferentes períodos que compõem as duas sequências completas, e outro funcionamento vertical, comparando as quatro posições entre as duas sequências. Importante mencionar, neste momento, que, tomando como base a análise empreendida por Pêcheux (2006[1983]) sobre o enunciado *On a gagné*, no qual o autor analisa a passagem do enunciado do domínio do esporte para o domínio da política, identificamos, na reflexão proposta, dois enunciados similares quanto à estrutura léxico-sintática e ao funcionamento discursivo, colocados em circulação pelo mesmo sujeito-enunciador, que são ditos em dois domínios diferentes: em 2018, a formulação aparece vinculada ao domínio da história, da memória e do patrimônio brasileiro, ao passo que, em 2020, a formulação surge no domínio da saúde pública. No entanto, nos dois domínios, o intradiscorso materializa saberes em torno de destruições: o incêndio no Museu Nacional e as mortes ocasionadas pela Covid-19. Assim, o acontecimento de 2020 retoma o acontecimento de 2018 através da materialidade da língua, repetindo-se tanto intra quanto interdiscursivamente; isso é possível pelos efeitos do

⁸ No vídeo, a fala de Bolsonaro é apresentada após a seguinte introdução feita pelo repórter em matéria veiculada pelo site G1: “O Presidente Jair Bolsonaro falou aos jornalistas no final da tarde, como você disse, e, ao ser perguntado sobre o fato de o Brasil ter ultrapassado a China e já ter mais de cinco mil mortos pela Covid-19, Bolsonaro deu a seguinte resposta” (GARCIA; GOMES; VIANA, 2020).

⁹ A designação *Posição*, aqui, não é referente à sua compreensão no quadro teórico da Análise de Discurso, enquanto posição política, ideológica e de classe. As posições apresentadas em (02) são referentes ao lugar sintático ocupado por cada um dos recortes feitos nas duas sequências em análise.

processo de interpelação/identificação que determina o sujeito. Há, na forma como o sujeito se relaciona com a ideologia, algo que pode e deve ser dito na significação da morte, do incêndio, daquilo que é eliminado. Vamos tentar compreender os processos que levam a essa condição particular de enunciar, os quais parecem apontar, conforme já foi adiantado, para o funcionamento de uma ideologia da destruição, de *descarte* daquilo que não é considerado necessário a partir de uma posição política, ideológica e de classe.

Conforme exposto no quadro, as duas formulações, ditas em dois momentos diferentes, possuem uma estrutura que se repete. Essa estrutura é organizada em quatro posições textual-discursivas, segundo nossa interpretação, o que significa dizer que a distribuição dos elementos acima elencados não possui isenção semântica, ou seja, a ordem dos períodos possui efeitos no estabelecimento de efeitos de sentidos.

Na primeira posição, temos, de um lado, *Já tá feito, já pegou fogo* (SD01) e *Mas, e daí? Lamento* (SD02). Os dois períodos da P01 possuem duas orações. Na SD01, observamos duas orações que, conforme classificação da tradição gramatical, se encadeiam sem a presença de uma conjunção. Essa construção sintática é chamada de oração coordenada assindética. Na construção observada, parece que as duas orações funcionam parafraстicamente: *já tá feito* e *já pegou fogo*, e buscam estabelecer a mesma relação de sentido. Alguns elementos nessa construção chamam a nossa atenção.

Podemos nos perguntar: o que já tá feito? O que já pegou fogo? Há a elipse do sujeito nas duas orações articuladas assindeticamente. O sujeito sintático elipsado parece não ser o mesmo. Se tentarmos inserir um elemento na posição do sujeito sintático na primeira oração, podemos ter *O incêndio já tá feito*, *A destruição já tá feita*, *O problema já tá feito*; no entanto, ao tentarmos resgatar um possível sujeito para a segunda oração, chegamos à impossibilidade de usarmos os sintagmas nominais expostos nos três exemplos acima. *Já pegou fogo* não poderia ser *O incêndio já pegou fogo* ou *A destruição já pegou fogo*; entendemos que, na segunda oração, o elemento que poderia estar ali presente é *O Museu*. Assim, temos o sujeito sintático elipsado *O Museu Nacional já pegou fogo*. E aí vemos uma relação entre *Incêndio* e *Museu* nas duas orações que compõem o dito por Bolsonaro.

O apagamento do sujeito sintático das duas orações parece ter um duplo funcionamento discursivo. Por um lado, o sujeito interpretante pode construir imaginariamente esse referente introduzido via elipse, sem que o sujeito-enunciador se comprometa com os efeitos de sentido que são estabelecidos pelo lugar do interpretante, como se tudo fosse evidente; por outro lado, a não materialização do referente no enunciado pode ser uma tentativa de evitar que se coloque os significantes *incêndio* e *Museu* no nível intradiscursivo, eliminando sua circulação. A eliminação da circulação de referentes no nível intradiscursivo pode apontar para uma eliminação no nível interdiscursivo, coadunando-se com um funcionamento simbólico de uma política de eliminação, de destruição. O “outro”, a ameaça simbólica, começa a ser eliminada pela linguagem, possível imaginariamente a partir da identificação/interpelação de quem enuncia.

As duas orações presentes na P01 da SD01 empregam dois verbos no pretérito perfeito do indicativo, o que remete, segundo a tradição gramatical, a uma ação que aconteceu no passado e foi encerrada no passado. *Já tá feito, já pegou fogo*, então, remete a algo que já aconteceu e já foi

encerrado, não produzindo efeitos importantes para o presente, tampouco para o futuro. É importante lembrar da definição trazida por Benveniste (1989) sobre a temporalidade na língua: as formas temporais se determinam em relação ao centro da enunciação, sendo que o centro da enunciação é EGO. O esquecimento nº 2, que permite que o sujeito-enunciador organize, intradiscursivamente, aquilo que pode e deve dizer, dando-lhe o efeito de origem dos sentidos, é o mecanismo que possibilita a manifestação da temporalidade em relação com o reconhecimento do sujeito como *eu*, como aquele que enuncia, em um funcionamento consciente-pré-consciente.

Conforme exposto nas duas orações coordenadas, o sujeito-enunciador emprega dois verbos no pretérito perfeito, tomando como referência o momento “presente”, ou seja, o momento de produção dos enunciados. A dupla referência a esse passado que não persiste, já encerrado, é importante de ser problematizada, pois está vinculada à negligência, ao descarte, daquilo que já aconteceu e, ao mesmo tempo, à necessidade de se pensar no futuro. Há aqui, mais uma vez, o funcionamento daquilo que estamos chamando de *ideologia da destruição*, pois não há interesse na preservação da memória, na homenagem e na celebração daquilo que se encerrou no passado; há, na verdade, uma posição que atualiza a necessidade de compreender o fato como algo “natural”, “que acontece”, e precisa ser resolvido e descartado. Nesse processo discursivo, o que importa é a destruição, pois o que é destruído e o valor simbólico, histórico e social daquilo que é destruído fica no passado e não importa.

No que concerne à P01 da SD02, podemos fazer algumas considerações que vão ao encontro do funcionamento discursivo da SD01. A segunda sequência é introduzida por *Mas, e daí? Lamento*, a qual inicia com uma conjunção adversativa, e instala uma relação de oposição. Aquilo a que o sujeito-enunciador está se opondo não é materializado intradiscursivamente. Considerando que o enunciado se formula como uma resposta ao questionamento feito pelos repórteres sobre o número de mortos pela Covid-19 no Brasil, poderíamos pensar que há a elipse de uma oração coordenada sindética, que poderia ser formulada como: *O Brasil ultrapassou o número de mortos da China, mas, e daí? Lamento*. A introdução da conjunção adversativa vem acompanhada de um questionamento, que também poderia ser objeto de paráfrase: *O Brasil ultrapassou o número de mortos da China, mas... não tenho nada a dizer sobre isso; mas isso não faz diferença nenhuma; mas isso não significa nada; mas não posso fazer nada para resolver isso*. A indagação *e daí?*, tão característica das formulações do Presidente, parecem manifestar uma despreocupação, uma ausência de luto pelas vítimas, de consideração por aqueles que morrem pela doença. Esse “dar de ombros” verbal formula o desdém, a falta de importância sobre o que se está falando.

Segundo já foi dito anteriormente, estamos entendendo esse funcionamento como parte de uma ideologia da destruição, e esse processo ideológico, o qual coloca, aos sujeitos, a evidência dos sentidos, é determinado pela operação de uma formação discursiva (FD). Parece que uma das formas materiais que caracterizam o que a FD formula é a elipse. Não é possível, a partir do pequeno *corpus* que constitui a presente pesquisa, afirmar de forma mais assertiva que a elipse é uma estrutura intradiscursiva presente naquilo que é formulado a partir dessa formação discursiva, mas consideramos importante trazer tal reflexão para se pensar em outras análises possíveis de serem realizadas pelo viés discursivo.

Também é importante lembrar que, segundo Orlandi (2008, p. 48), a paráfrase se coloca como de extrema importância metodológica no desenvolvimento das análises: “por ela poder observar a relação entre diferentes, tanto no interior das mesmas formações discursivas, como entre distintas formações discursivas, pois são todas elas relações de paráfrases”. As elipses deixam para os efeitos imaginários que atuam no processo de interpretação o preenchimento daquilo que está elidido. Assim, ao mobilizarmos diferentes paráfrases no nosso gesto de análise, conseguimos avançar na compreensão do objeto de linguagem que colocamos em foco, observando aquilo que pode ser dito por uma rede de saberes que constitui o interdiscurso, regulada por uma forma-sujeito que, conforme a nossa interpretação, está determinada pelo discurso neoliberal necropolítico (que se baseia em um funcionamento ideológico/prático da destruição). Aqui, podemos fazer referência ao dito por Pêcheux quando da análise do enunciado *On a gagné*: “A alegria da vitória se anuncia sem complemento” (PÊCHEUX, 2006[1983], p. 26).

Quanto à P02, temos, nas duas sequências, a retomada do mesmo questionamento: *Quer que (eu) faça o quê?* Podemos, ainda, trazer uma reflexão de Orlandi (2008, p. 51-52) sobre a repetição. A autora diz que

O assujeitamento supõe a repetição. Há o repetível dos enunciados, mas também há enunciados que são feitos para serem repetidos (“O Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral”, “Nessa terra, em se plantando, tudo dá”); ou melhor, há enunciados que pertencem a essa zona de repetibilidade e que aí se representam na produção dos discursos.

Há algo que autoriza a repetição da estrutura do enunciado colocada em circulação por Bolsonaro, e entendemos que essa autorização tem relação com o imaginário de si, com aquilo que Pêcheux (2019[1969], p. 40) trabalha como Ia(a), ou seja, o imaginário que o sujeito-enunciador tem dele mesmo (“imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A”). O questionamento *Quer que (eu) faça o quê?* só é possível de ser dito por essa configuração imaginária que se articula à identificação com a formação discursiva que o subjetiva. Estar assujeitado a uma formação discursiva supõe, como diz Orlandi (2008), a repetição de formulações que podem (e devem) ser ditas. Interessa compreender que as formulações possíveis de serem ditas a partir da posição com a qual Bolsonaro se identifica colocam em circulação saberes disjuntivos (*é isso ou aquilo*), censores, autoritários, de pobreza simbólica e de desprezo pelo patrimônio histórico e pela vida.

O questionamento colocado na P02 das duas sequências em análise não espera uma resposta. É uma pergunta que coloca o sujeito-enunciador em uma posição de autoridade frente àquele que o interpela, objetivando a censura àquilo que se pergunta: tanto sobre o fogo no Museu quanto sobre o número de mortos pela Covid-19 no Brasil, que havia ultrapassado o número de mortos da China, país onde a pandemia teve início. Essa pergunta materializa o desdém, o desinteresse pelo passado, por aquilo que já é tido como acabado e encerrado. Os recortes presentes na PS02, apesar de se constituírem como perguntas, são, na verdade, uma interrupção no diálogo, uma tentativa de quebra da reversibilidade, podendo ser parafrazeados como *Cale-se!*, pois não há nada a ser feito e não há motivo para perguntas. A retrucada em forma de “pergunta” é mais uma tentativa de destruição do simbólico, das trocas linguísticas, da política própria do processo de circulação dos sentidos,

caracterizando a forma como opera a ideologia da destruição. É, na verdade, uma afirmação de que nada foi feito, de que nada pode ser feito e de que nada será feito.

Nossa atenção se volta, agora, às posições P03 e P04, as quais constituem dois períodos compostos por coordenação sindética. Na SD01, temos *O meu nome é Messias, mas eu não tenho que fazer milagre*, e, na SD02, *Eu sou Messias, mas não faço milagre*. A estrutura coordenada, nas duas sequências, é constituída por uma conjunção coordenativa adversativa que, ao mesmo tempo em que “liga” as duas orações, estabelece uma relação de sentido entre elas. Assim, a adversativa, nas definições da tradição gramatical, estabelece uma relação de oposição entre as duas orações coordenadas. Na teorização da Análise de Discurso, a adversativa proporciona a irrupção de saberes não previstos na formação discursiva de identificação daquele que enuncia, trazendo, para o fio do discurso, o discurso-outro, próprio do funcionamento do enunciado dividido (COURTINE, 2009).

Enquanto, por um lado, na P03, *Bolsonaro tem nome de Messias ou é Messias*, por outro lado, não possui uma das características que compõem o imaginário de Messias, introduzida na P04 das duas sequências. Na P03, resgata o imaginário de messias como *aquele que faz milagre*; no entanto, esse imaginário é negado na P04, quando diz que *não tem que fazer milagre*. Há, com isso, a negação do pré-construído referente ao imaginário de messias, conforme já foi trabalhado na seção anterior, e, ao mesmo tempo em que faz referência a uma figura religiosa para responder aos questionamentos dos jornalistas, baseando-se no discurso religioso e atribuindo a si o imaginário de messias, refuta uma das características principais que definem o messias. Ele se alia ao discurso religioso, mas, ao reconhecer-se como um mero cidadão, desobriga-se da responsabilidade de atuar frente às duas tragédias ocorridas em solo nacional. Ele é o *messias que não faz milagre*: é da ordem do divino, mas não tem os “poderes” que cabem a essa figura divina, o que o exime de uma responsabilidade frente à nação que lidera. A imobilidade de Bolsonaro frente aos fatos está ancorada na passividade religiosa.

Podemos falar mais um pouco sobre o significante “messias”, o qual é transformado em nome próprio. Os efeitos de sentido estabelecidos, via pré-construído, a partir do significante “messias” passam a significar imaginariamente aquele que recebe esse nome. A função morfológica é alterada, de substantivo simples para substantivo próprio, mas o nome é o mesmo, e, ao invés de operar como um elemento lexical “qualquer” da língua, passa a fazer referência a um ser único, mas que é significado pelo substantivo simples, pela referência que tem em relação com o discurso religioso.

Com isso, chegamos à teorização proposta por Mariani (2014, p. 140) sobre o nome próprio. A autora diz que “o nome próprio é um tipo de nome específico e pode ter valor significante no inconsciente, ou seja, pode ser tomado como significante”. É considerado um significante insubstituível, ou seja, “um nome próprio singular e específico em sua diferença única e primordial em cada sujeito” (MARIANI, 2014, p. 140). Se o nome próprio é um significante que pode ser usado para singularizar o sujeito, esse mesmo nome próprio não tem como significar totalmente o sujeito, pois a língua, que o nomeia, é opaca e incompleta, dando espaço para o discurso-outro, para a irrupção do equívoco.

Buscando informações sobre a biografia daquele que enuncia os enunciados em análise, conseguimos resgatar alguns fatos importantes de serem colocados em pauta. O sujeito-enunciador nasceu em

21/03/1955, no interior do estado de São Paulo¹⁰. O primeiro nome foi escolhido pelo pai em homenagem ao jogador de futebol Jair Rosa Pinto, acrescentado ao nome Messias, escolhido pela mãe, em função de o nascimento da criança ter sido atribuído a um milagre divino em função de complicações da gravidez. O nome próprio, como vimos, é algo da singularidade, da designação única, e, ao mesmo tempo em que evoca uma completude, desliza para o incompleto da língua. Assim, o registro do nome inaugura o discurso sobre o sujeito. Aqui vale citar Soler (1969, apud MARIANI, 2014, p. 133): “em nossa sociedade ocidental, cabe ao pai nomear o filho, entendendo-se o nomear, aqui, enquanto uma operação simbólica, que é extrair do Outro um significante para inseri-lo em um registro jurídico; e uma função simbólica, que é o acontecimento da nomeação em si, uma contingência”. Com o nome próprio, o sujeito-de-direito ganha existência na formação social regulada juridicamente, ao mesmo tempo em que passa a existir em uma dimensão simbólica, metafórica, incompleta.

A impossibilidade de realização de milagre, na P04; o autorreconhecimento como messias e o resguardo no divino, na P03; o questionamento autoritário e instaurador da irreversibilidade, na P02; e o desdém expresso na P01: a articulação entre os elementos dessas posições provocam a emergência disso que estamos chamando de ideologia da destruição, que funciona através de uma formação discursiva neoliberal (necropolítica). Ainda, o fato de termos duas sequências referentes a cada uma dessas posições, ditas em condições sócio-históricas de produção diferentes, mas ambas remetendo a situações de tragédia, também apontam para a identificação do sujeito com essa formação discursiva neoliberal, que permite que sejam colocados em circulação saberes da ordem da destruição, da guerra, do desamparo ao outro, do aniquilamento daquilo que não presta mais.

Do deputado federal (*O meu nome é Messias*) ao Presidente (*Eu sou Messias*), percebemos um deslizamento na formulação, a qual, do novo lugar discursivo (GRIGOLETTO, 2007), permite a transferência do reconhecimento do nome próprio para o reconhecimento de si, marcado por esse significante. Assim, os dois enunciados falam da identificação do sujeito-enunciador com uma posição-sujeito da formação discursiva neoliberal. Conforme Pêcheux (2014[1978], p. 08), a modalidade da identificação concerne ao desdobramento coincidente entre sujeito/Sujeito:

o sujeito coincide com o Sujeito, o indivíduo interpelado em sujeito se assujeita livremente ao Sujeito e “caminha sozinho”, conforme a expressão de Althusser, reconhecendo o estado de coisas existente “das Bestehende), com a convicção de que “é bem verdade que ele é assim e não de outro jeito”). Quando da eclosão da primeira Guerra Mundial, por exemplo, a grande maioria dos sujeitos franceses “caminhou sozinho”. A França está ameaçada/ somos todos franceses/ é a guerra! - uma cadeia de evidências da ordem do fato realizado, cunhadas e articuladas em diversas constatações e injunções carregadas de evidências pré-construídas inculcadas (“Um soldado francês não recua.”, “De pé, os mortos!” etc).

É assim que compreendemos os efeitos de sentido produzidos a partir daquilo que é dito por Bolsonaro, interpretando que a posição a partir da qual o sujeito-enunciador fala se identifica com saberes que legitimam e naturalizam a destruição: a destruição do país e da civilização, a destruição

¹⁰ Na ausência de outras fontes, recorremos ao site WIKIPEDIA (2020) para obter as informações sobre a biografia de Jair Bolsonaro. Sobre a biografia de Bolsonaro, também é interessante consultar o podcast *Retrato Narrado* (PIRES, 2020).

da vida humana, a destruição da linguagem. Isso se enquadra, portanto, na reprodução de saberes de uma formação discursiva neoliberal, a partir da qual é possível representar os bens materiais e imateriais da nação como destruíveis e elimináveis.

3. Considerações finais

A reflexão aqui apresentada teve o objetivo de compreender os efeitos de sentido possíveis de serem estabelecidos a partir de dois enunciados colocados em circulação por Jair Messias Bolsonaro em dois momentos diferentes, em resposta a questionamentos feitos por jornalistas. No primeiro momento, após o incêndio no Museu Nacional, Bolsonaro responde: *Já tá feito, já pegou fogo. Quer que faça o quê? O meu nome é Messias, mas eu não tenho que fazer milagre*; no segundo momento, após a constatação de um maior número de mortos de brasileiros em comparação com os dados da China referentes à Covid-19, Bolsonaro diz: *Mas, e daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre*.

Em dois momentos diferentes, em resposta a questionamentos feitos sobre duas tragédias ocorridas no país, o sujeito-enunciador em questão responde com a mesma estrutura textual-discursiva, apontando, conforme nossa interpretação, para a reprodução de saberes de uma mesma formação discursiva. Mesmo com a alteração no lugar a partir do qual enuncia – de deputado federal para Presidente da República –, Bolsonaro apresenta a mesma resposta para fatos semelhantes, o que ocasiona a inquietação para mobilizar uma análise sobre esses dizeres.

Com a análise, percebemos a reprodução de um pré-construído referente ao nome próprio Messias, o qual busca colocar em circulação a representação hegemônica sobre *messias*, como ser divino capaz de fazer milagres. Com isso, aproveitando-se do nome próprio, Bolsonaro enuncia como alguém vinculado ao discurso religioso; no entanto, por ser um cidadão comum, não podia fazer nada com relação às duas tragédias, por não poder fazer milagre.

Essa repetição que se instala em resposta às duas tragédias não é interpretada como da ordem da contingência. A repetição manifesta um *novo modo de dizer*, próprio de uma discursividade vinculada à ideologia da destruição, a qual materializa uma *tentativa* de destruição que não afeta somente a estrutura linguística propriamente dita, pelo excesso de elipses, pelo questionamento autoritário, pelo desdém colocado em palavra. Ela também atinge o simbólico, o processo de produção de sentidos, irrompendo como uma impossibilidade de dizer, de significar, como uma censura ao luto, à memória, ao respeito e à manutenção da vida.

A reflexão aqui proposta se situa em uma formação social em desamparo. Uma formação social que vê museus queimarem, florestas queimarem, vidas perderem o oxigênio que as sustenta. Se não há fumaça sem fogo, precisamos observar os fogos que estão se colocando cada vez mais como óbvios para que a prática da destruição não se torne hegemônica, natural, inquestionável.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989, p. 81-90.
- BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 3.ed. Campinas: Pontes, 1991, p. 284-293.
- CALGARO, F. 'Já está feito, já pegou fogo, que que faça o quê?', diz Bolsonaro sobre incêndio no Museu Nacional. G1, 4 setembro 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/04/ja-esta-feito-ja-pegou-fogo-quer-que-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-incendio-no-museu-nacional.ghtml>. Acesso em 22 outubro 2020.
- COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- GARCIA, G.; GOMES, P. H.; VIANA, H. 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'. G1, 28 abril 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em 22 outubro 2020.
- GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. (Orgs.) *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 123-134.
- G1 RIO. PF conclui inquérito no Museu Nacional e descarta 'conduta omissa' e incêndio criminoso. G1 RIO, 6 julho 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/06/pf-conclui-investigacao-sobre-o-incendio-que-destruiu-o-museu-nacional.ghtml>. Acesso em: 28 setembro 2020.
- G1. Brasil tem 5,3 milhões de casos confirmados de Covid, com médias de casos e mortes em estabilidade. G1, 21 outubro 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/21/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-21-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em 22 outubro 2020.
- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.
- MAGALHÃES, B; MARIANI, B. S. C. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 291-408, maio/ago. 2010.
- MARIANI, B. S. C. Nome próprio e constituição do sujeito. *Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 131-141, jan./jun. 2014.
- MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.
- ORLANDI, E. *Terra à vista - Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4.ed. Campinas: Pontes, [1983] 2006.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi [et al.] 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 2009.

PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar: ideologia, marxismo, luta de classes. *Décalages*, vol. 1, n. 4, p. 01-22, [1978] 2014.

PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. Tradução de Eni Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes, [1969] 2019.

PIRES, Carol. Retrato narrado: Bolsonaro. *Revista Piauí*, 2020. Disponível em:
<<https://piaui.folha.uol.com.br/retrato-narrado/>>. Acesso em 21 novembro 2020.

TEIXEIRA, M. O “sujeito” é o “outro”? Uma reflexão sobre o apelo de Pêcheux à psicanálise. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 61-88, março de 1997.

WIKIPEDIA, Jair Messias Bolsonaro. WIKIPEDIA, 2020. Disponível em:
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jair_Bolsonaro#:~:text=Jair%20Messias%20Bolsonaro%20\(Glic%C3%A9rio%2021,ao%20longo%20de%20sua%20carreira.&text=Em%201990%20candidatou%20Dse%20a,estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jair_Bolsonaro#:~:text=Jair%20Messias%20Bolsonaro%20(Glic%C3%A9rio%2021,ao%20longo%20de%20sua%20carreira.&text=Em%201990%20candidatou%20Dse%20a,estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro). Acesso em 30 outubro 2020.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Lugares de enunciação e discurso. *Leitura*, Maceió, n. 23, p. 15-24, jan./jun. 1999.

ENSAIO TEÓRICO

Uma análise bakhtiniana da necropolítica brasileira em tempos de pandemia

Luciane de PAULA 

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Ana Carolina SIANI 

Universidade Estadual Paulista (UNESP)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Pedro Farias Francelino (UFPB)
- Tatiana Simões e Luna (UFRPE)

SOBRE OS AUTORES

- Luciane de Paula
Conceitualização, Curadoria de Dados, Investigação, Supervisão, Escrita – rascunho original – e Escrita – análise e edição.
- Ana Carolina Siani
Curadoria de Dados, Investigação, Escrita – rascunho original – e Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 20/07/2020
- Aceito: 24/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Paula, L.; Siani, A. C. (2020). Uma análise bakhtiniana da necropolítica brasileira em tempos de pandemia. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 475-503, 2020.

RESUMO

Objetiva-se, neste ensaio, refletir, teórica e analiticamente, sobre alguns pronunciamentos do presidente da República, Jair Bolsonaro, em cotejo com três charges, entendidas como enunciados-respostas, como explicitação de uma necropolítica no período de pandemia causada pela COVID-19, tendo em vista a relevância social das ações de políticas públicas e sanitárias decorrentes de tais atos de linguagem. A fundamentação teórica se calca na noção de necropoder, de Mbembe; e de enunciado, ato, ideologia e responsividade, de Bakhtin e o Círculo. A metodologia interpretativa dialético-dialógica, marcada pelo cotejo, compõe a pesquisa qualitativa empreendida. Os critérios de seleção do *corpus* foram: temático, temporal, quantitativo e genérico. A justificativa desta reflexão se pauta na relevância social da temática, que leva a pensar as práticas sociopolíticas brasileiras, marcadas na e pela linguagem. Os resultados demonstram o quanto os atos de dizer semiotizam atos de fazer e o quanto o menosprezo e a falta de política pública inclusiva do chefe de Estado reverberam a voz de determinado grupo e ratificam, com sua necropolítica eugênica, a desigualdade social, em especial, em um momento extremo, como o vivido.

ABSTRACT

This essay aims to reflect, theoretical and analytically, about some of the Brazilian President Jair Bolsonaro's statements, collating it with three cartoons, understood as response-enunciation, to explain the government's necropolitics in the pandemic state caused by COVID-19, due to the social

relevance of sanitary and public policy actions that come from such acts of speech. Achille Mbembe's notion of necropower and Mikhail Bakhtin and Bakhtin Circle's notions of enunciation, act, ideology and responsivity compose this work's theoretical basis. The dialogic-dialectic interpretative methodology, defined by the collating of data, composes this qualitative research. The corpus was selected by theme, time-lapse, quantitative and gender methods. This reflection is justified by the social importance of the theme, on the matter of thinking sociopolitical practices in Brazil, marked in and by the language. The results show how the acts of speech semiotize the acts of doing and how much the disrespect and the lack of effective inclusive public policies from the Head of State reverberate the voice of a certain group and confirm, with their eugenic necropolitics, the social inequality, especially, in extreme times like the ones we've been living in.

PALAVRAS-CHAVE

Necropoder. Discurso. Ideologia.

KEYWORDS

Necropower. Discourse. Ideology.

Introdução

Fundamentadas na filosofia da linguagem bakhtiniana, no Brasil, compreendida como perspectiva dialógica do discurso, propomo-nos a analisar o discurso bolsonarista frente ao atual contexto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) no Brasil, tendo em vista a emergência de posicionamentos axiológicos que constituem uma política de morte, a partir da defesa do princípio de imunidade de rebanho (isolamento social vertical) e da priorização da atividade econômica do país, o que inscreve a voz social semiotizada por Bolsonaro na esteira de um projeto histórico de necropolítica à brasileira já em curso, como temos estudado (PAULA; LOPES, 2020), com ecos eugenistas.

Para empreendermos o encaminhamento reflexivo deste ensaio, debruçamo-nos sobre enunciados produzidos e veiculados na esfera midiática, em sua relação dialógica com a esfera política, aos moldes de um diálogo amplo que rege a cadeia da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2011). Compreendemos essas esferas como arenas axiológicas, uma vez que se comportam como "palco" da luta de classes, nas quais, pela atividade prática de linguagem, estabelecem-se embates entre grupos, sujeitos e seus interesses (VOLÓCHINOV, 2017).

Tomamos, como objetos de análise, algumas declarações proferidas pelo presidente da República acerca da pandemia do COVID-19, bem como voltamos aos enunciados-respostas produzidos e veiculados nas mídias a partir de tais declarações, uma vez que adotamos um enfoque dialógico de compreensão do enunciado e seus sentidos, a partir do gesto analítico-interpretativo do cotejo, como sugerido por Bakhtin (2011). Por uma perspectiva bakhtiniana, concebemos o enunciado como unidade de sentido responsiva e responsável (já que nasce como resposta na mesma medida em que gera outras respostas), ou seja, como materialização de uma posição ideológica em forma de ato ético que evidencia uma determinada prática sociocultural, pois inscrito em uma dada comunidade de valores.

O critério metodológico de escolha para a compilação dos pronunciamentos se pautou no tempo (período da pandemia no Brasil, com casos detectados, logo, de março a outubro de 2020, momento de produção deste artigo, com destaque para o início da tomada de decisão acerca do isolamento e do distanciamento social, ocorrido, na maior parte do país, em março, contra a vontade do presidente) e na repercussão das declarações do presidente à imprensa ou em suas redes, com respostas variadas a respeito (desde notas de repúdio, solicitações de suspensão de medidas, desobediência entre os poderes, até memes, charges, esquetes e comentários, seja para confirmar, seja para discordar e impedir ações anunciadas). Os enunciados-respostas, como cotejo, além dos dois primeiros critérios, também se pautaram no gênero discursivo, a charge, pela relação estreita com a esfera jornalística e ainda pela plataforma da esfera midiática *Facebook*, uma das redes sociais onde os debates políticos se instauraram, no Brasil, desde as eleições presidenciais de 2018.

A partir das práticas políticas de Bolsonaro, interessa-nos refletir acerca de valores como a eugenia, como elemento refletido e refratado em seus discursos, uma vez que suas declarações são atos de linguagem que conduzem a sentidos de desvalorização de determinadas vidas humanas, em sua maioria, aquelas pertencentes a grupos mais vulneráveis e já subalternizados na pirâmide social da população brasileira (a partir de marcadores sociais da desigualdade, como raça, gênero, classe, faixa etária etc), o que caracteriza uma prática de necropoder, conforme noção explicitada nas reflexões de Mbembe (2016).

Entendemos o contexto social como atmosfera ideológica tensa que confere sentido aos signos e às práticas de linguagem, marcado pelo espectro político de embate entre direita e esquerda brasileiras, como polarização catapultada por um movimento de avanço de valores de extrema-direita (que é expressão de uma crescente polarização pós-governos Lula e Dilma), a partir de elementos conservadores, reacionários, fundamentalistas, neonazi e negacionistas, que, agora, abarcam também a crise pandêmica, bem como evidenciam desigualdades sociais estruturais e históricas, a partir de determinado jogo de forças (centrípetas – centralizadoras; e centrífugas – dispersivas, conforme os estudos de Volóchinov, 2017) entre grupos, em um país marcado pela necropolítica desde antes da pandemia do novo coronavírus.

Partimos da concepção de necropoder e necropolítica (item 2); adentramos a seara bakhtiniana para refletirmos sobre enunciado e ato (item 3); analisamos alguns pronunciamentos do presidente

da República, em cotejo com três charges-respostas a suas declarações (item 4); e chegamos aos resultados do estudo elaborado (item 5).

1. Alicerces de uma necropolítica à brasileira

Como proposição relacionada com as noções foucaultianas de biopoder e biopolítica¹, cunhada por Mbembe (2016), a necropolítica pode ser entendida a partir de sua relação com a soberania, sendo esta concebida como “[...] capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135). Para o autor, a expressão máxima da soberania está relacionada com o exercício de um necropoder:

a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2016, p. 123).

A necropolítica explicita um modo de compreensão das formas de vida contemporâneas como determinadas e gerenciadas pelo poder da morte (necropoder). Para Mbembe (2016), as relações entre política, poder, soberania e sujeito se referem à vida e à morte como categorias fundantes. Isso se explicita de maneira mais evidente na hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004) e na hiperculturalidade (HAN, 2019), em que a “morte das democracias” (LEVITSKY, 2018) encontra-se anunciada pelo trabalho “24/7” (CRARY, 2016) da sociedade do cansaço e da transparência (HAN, 2014; 2017), marcada pelas culturas híbridas (CANCLINI, 2013). E, no Brasil, pelo autoritarismo (CHAUÍ, 2013; 2014), pelo conservadorismo da classe média (SOUZA, 2018; 2019) e pelo ódio (GALLEGO, 2018). Mbembe (2016) redireciona a noção de necropolítica para refletir acerca de contextos e Estados marcados pela colonização e pela neocolonização, que resguardam as marcas do sistema de escravização e da colonialidade, o que também caracteriza as relações racializadas entre os grupos, como é o caso do Brasil, com sua enorme desigualdade social e racial.

¹ Dentre diversos textos de Foucault sobre as questões de poder, destacamos o volume 1 de *História da Sexualidade: a vontade de saber* (2012a), onde o termo biopoder apareceu pela primeira vez, *Nascimento da biopolítica* (2010), *Em defesa da sociedade* (2012b), *Do governo dos vivos* (2014c), *Microfísica do poder* (2014b) e o volume II de *Ditos e Escritos* (2013). Foucault ministrou um curso no *Collège de France* sobre biopoder, entendido como a regulação do Estado sobre os sujeitos, para subjugar-los. Hoje, o conceito é usado em referência às práticas governamentais de saúde pública e à regulação hereditária da sociedade (muito relacionado à eugenia e ao darwinismo social). A partir do pensamento de Foucault, Mbembe (2016) desenvolve suas reflexões sobre necropoder e necropolítica, voltado às desigualdades sociais e à vulnerabilidade dos sujeitos diante do descaso do Estado que os usa como objetos lucrativos e os troca por outros mais produtivos (logo, mais rentáveis) a qualquer momento. A não lucratividade com determinados sujeitos e a compreensão de que são “despesas” ao sistema revela a desumanidade da máquina estatal que escolhe se livrar do que lhe gera custos e causa “prejuízo” (populações periféricas e de rua, doentes, senis, aposentados, deficientes e crianças).

Para o filósofo camaronês, em diálogo com a noção foucaultiana de (micro)poder (2014a; 2014b), nesses contextos, o limite da soberania não é a gestão da vida, mas a gestão da morte para a destruição de determinados corpos humanos e populações, a partir de formas não-restritas aos aparatos institucionais do Estado, que se estendem aos modos de existência social, configurados como “mundos da morte”, uma vez que relegam determinadas populações (em geral, as mais vulneráveis, como indígenas, negras, entre outras) a condições de existência que lhes concedem o estatuto de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2016).

As reflexões de Mbembe (2016) nos possibilitam uma compreensão da dimensão política como um trabalho de morte, sendo a “relação de inimizade” (ódio) o fundamento desse direito de matar (daí a facilitação e o estímulo ao armamento, aos maus tratos e demais formas de violência em geral), que se expressa na criação ficcional de um inimigo do Estado (no caso, o PT, o Lula, o comunismo, os professores, a ciência e os artistas), sobretudo em situações de estado de exceção e de sítio. O direito de matar a partir do estabelecimento de relações de inimizade/ódio encontra-se articulado com o sentimento de segurança frente à eliminação do outro, visto como ameaça, o que também confere a sensação de sobrevivência (relação constitutiva entre vida e morte): “A percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania [...]” (MBEMBE, 2016, p. 128-129).

Como explicam Silva e Silva (2020) acerca da concepção de necropoder,

[...] o poder pode ser necropolítico na medida em que não se apropria apenas da gestão da vida – modos como devemos agir, viver etc. – mas de quem deve morrer e como pode ou deve ser essa morte. Essa gestão não é exclusiva do Estado. Milícias, o narcotráfico e mesmo as ditas “pessoas de bem”, podem agir para legitimar as políticas da morte que nem sempre se apresentam como tal. Por vezes essas políticas adquirem status de normalidade, sob a opinião corrente de que determinados nichos de cidadãos são degradados socialmente e por isso descartáveis [...] (SILVA; SILVA, 2020, p. 368).

O necropoder estrutural pode se materializar e aplicar por meio de políticas de descaso sob o estatuto de “normalidade” (caso da pandemia no Brasil, pelos discursos do presidente). Afinal, a falta de ação é uma forma de ação (um ato) que atinge diretamente segmentos populacionais tidos como “inferiores” (e, aqui, encontra-se imbuída a noção de eugenia), vistos como corpos descartáveis, uma vez que objetos úteis ou não aos interesses econômicos.

Os autores ainda reiteram o fato de que a gestão da morte não se faz somente pelo aparato do Estado, mas por grupos e/ou sujeitos da sociedade civil, por aqueles que se autoneameiam “cidadãos de bem”, o que vemos, no Brasil, nas mais variadas esferas, tanto por líderes de determinados segmentos, quanto pela incorporação discursiva em atos de sujeitos que acreditam poder-fazer como as autoridades (pela função que ocupam e por se considerarem “superiores” ou especiais – de novo, aqui, há a presença de ecos da eugenia).

De acordo com Lima (2018), o genocídio da juventude negra (em sua maioria, homens jovens e periféricos) constitui uma das manifestações de uma necropolítica à brasileira. Tomando o contexto de nosso país como marcado por uma bio-necropolítica balizada pelo racismo estrutural (ALMEIDA,

2019; CARNEIRO, 2011; NASCIMENTO, 2016; SCHWARCZ, 1993; 2013; SILVA, 2020) e pelas desigualdades sócio-genérico-raciais, entre outras, a autora recupera a taxa de homicídios de negros em relação à de não-negros:

Segundo o Atlas da Violência 2018 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018) publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de homicídios no ano de 2016 foi de 65.517. Levando em consideração o recorte racial, a taxa de homicídios de negros é de 40,2% e a de não negros é de 16,0%, ou seja, a taxa de homicídios de negros equivale a 2,5 vezes a de não negros [...] (LIMA, 2018 p. 23).

Como reflexo da execução de uma determinada política de segurança pública (marcada por uma “guerra às drogas” que encobre uma “guerra” às populações periféricas, em sua maioria, negra), a população negra também é maioria no sistema carcerário (segundo matéria de Simões, publicada no portal *Alma Preta*, em 2019), bem como a maioria assassinada pela polícia (de acordo com matéria veiculada pelo UOL, em 2020). No que se refere à desigualdade de gênero e violência contra a mulher, as mulheres negras constituem a maioria das vítimas de feminicídio (conforme matéria de Velasco; Grandin; Caesar; Reis, no site *G1*, em 2020).

Ao refletirmos sobre uma necropolítica à brasileira, pensamos na simbiose entre três esquemas de dominação-exploração, “patriarcado-racismo-capitalismo” (SAFFIOTI, 1987), que caracteriza a intersecção “gênero, raça e classe” (DAVIS, 2016; 2017). Como explicita Saffioti (1987), da articulação e do imbricamento entre esses diferentes sistemas de dominação-exploração decorre que o centro do poder político e econômico é caracterizado como macho, branco, heterossexual, adulto e de condições socioeconômicas de destaque. Como consequência disso, o necropoder afeta diferentes grupos vulneráveis na estrutura social, o que entra em conformidade com o aumento da violência contra segmentos minoritários como negros, indígenas, população LGBTQIA+ e mulheres (conforme matéria de Moreira, do portal *Justificando*, de 2019). Como ratifica Lima (2018), a necropolítica à brasileira torna-se visível quando observadas as diferentes formas de existência e as condições materiais desiguais que marcam as diversas vidas precarizadas:

Assim, nos contextos brasileiros, o poder necropolítico se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos apartheids urbanos nas grandes e pequenas cidades brasileiras, em dados relevantes, no genocídio da população negra que em sua maioria é jovem e masculina, na eclosão dos grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares [...] (LIMA, 2018, p. 28).

A partir dessa discussão, bem como da complexidade dos mecanismos de controle sobre os corpos vulneráveis, consideramos as formas heterogêneas que deflagram o necropoder. Nesse sentido, uma política de morte, que pode ser exercida ou não pelos aparatos do Estado, implica sua negligência no combate e enfrentamento às desigualdades estruturais, a partir de uma determinada prática que envolve o ato de “deixar morrer”, com a minimização da gravidade das desigualdades e do combate à pandemia, com a falta de políticas públicas infraestruturais, como tem ocorrido no Brasil.

2. Atos de linguagem e práticas sociais: a unidade da responsabilidade

Como perspectiva teórica que nos possibilita não só determinada abordagem da linguagem e dos enunciados, mas também nos oferece reflexões filosóficas amplas, os estudos bakhtinianos conferem ao diálogo o papel central na relação constitutiva entre sujeito, vida e linguagem. Além disso, as reflexões do Círculo de Bakhtin nos permitem pensar de maneira privilegiada sobre a alteridade, uma vez que os estudiosos compreendem o outro como constitutivo da identidade e da linguagem, tomada em funcionamento, como ato² de dizer e de fazer.

A partir de uma dada unidade, que pode ser apreendida do conjunto de escritos do Círculo de Bakhtin, é possível compreendermos o estatuto ontológico e fundante do diálogo, tido como base do viver-agir humano no mundo. Para Bakhtin (2011), a consciência e a vida humana são dialógicas por natureza, pois

Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal (BAKHTIN, 2011, p. 348).

Pelo princípio dialógico, as vivências humanas se configuram como respostas, pois consistem em uma participação no “simpósio universal” (inconcluso, pois sem fim, em contextos restritos ou mais amplos), num irreduzível posicionar-se frente à outridade, ao que é alheio à consciência do “eu” (outros objetos, sujeitos, enunciados, valores). Desse diálogo amplo participa um sujeito integral, não abstrato, mas concreto, pelos gestos, corporalidade etc, em toda a sua expressividade de linguagem (que Paula, em seus estudos, junto com seu Grupo de Pesquisa, tem entendido como tridimensional, denominado como verbivocovisual, de maneira potencial ou explicitada, sempre integrada, conforme suas pesquisas e publicações – PAULA, 2017; PAULA; SERNI, 2017; PAULA; LUCIANO, 2019; 2020a; 2020b; 2020c; 2020d), que vai ao encontro da alteridade (eu-outro).

Em *Para uma filosofia do ato responsável* (2010), as reflexões de Bakhtin convergem para a defesa do caráter responsável do ato. Nesse aspecto, o filósofo russo compreende a vida do sujeito como um ato complexo constituído por diferentes atos singulares, os quais, por sua vez, constituem a unidade do seu “viver-agir” no mundo enquanto ser concreto, singular e insubstituível. De acordo com Bakhtin (2010), “[...] viver uma experiência, pensar um pensamento, ou seja, não estar, de modo algum, indiferente a ele, significa antes afirmá-lo de uma maneira emotivo-volitiva” (BAKHTIN, 2010, p. 87).

O caráter emotivo-volitivo do ato responsável está relacionado com as valorações, ou seja, com a construção de uma perspectiva e enquadramento do mundo, que nasce do entrecruzamento e do imbricamento do mundo da cultura com o momento singular e concreto em que participamos da

² Bakhtin (2010; 2017), Medviédev (2012) e Volóchinov (2019) compreendem o ato de linguagem como ato ético. Para os autores do Círculo russo, a ética não tem um valor moral, pois depende da visão de mundo concreta (a verdade *pravda*, ou seja, pragmática) do sujeito.

vida como sujeitos insubstituíveis. Bakhtin (2010) chama atenção para o não-álibi da existência, o inescapável dever que todo sujeito tem de responder, posicionando-se no mundo. Mesmo quando, aparentemente, não se posiciona, esse é o posicionamento do sujeito (o silêncio também significa, assim como a abstenção ou qualquer outra forma de manifestação).

A linguagem se configura como uma expressão das práticas enunciativas humanas. Segundo o filósofo russo, as esferas da atividade são caracterizadas pelos usos da linguagem e da língua: “O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (BAKHTIN, 2011, p. 261). Como materialização do viver-agir, por conseguinte, dos posicionamentos axiológicos dos sujeitos, a linguagem é constituída por relações dialógicas, como organismo vivo, pois funciona pelas diferentes formas de interação que compõem a comunicação discursiva entre sujeitos e enunciados.

A vida da linguagem é constituída pelas relações de sentido (dialógicas) estabelecidas na interação entre diferentes enunciados e seus contextos socioideológicos. Fundamentada pela irredutível relação eu-outro, a natureza da linguagem é social, pois sua função de intermediação (entre o sujeito-enunciado e o mundo, entre o sujeito-enunciado e outros sujeitos-enunciados) implica considerar seus usos concretos, a partir das condições reais da interação entre sujeitos socialmente organizados, em um dado contexto comunicativo. O enunciado materializa a unidade concreta da cadeia da comunicação discursiva, uma vez que, como unidade de sentido, semiotiza esse intercâmbio entre sujeitos e seus posicionamentos axiológicos. Assim, todo e qualquer enunciado é dialógico na medida em que é gestado como resposta (posicionamento) e encontra-se inscrito nessa cadeia (como elo), com a sua orientação social, da qual decorre a sua estrutura sociológica (VOLÓCHINOV, 2017).

Os sujeitos são socialmente organizados e constituídos, a partir do lugar que ocupam (o que RIBEIRO [2019] chama de “lugar de fala”) numa dada coletividade e comunidade de valorações. Como uma “ponte” entre os sujeitos, o enunciado parte de um eu para um outro e vice-versa, num jogo interminável dialético-dialógico (PAULA; FIGUEIREDO; PAULA, 2011) de embates valorativos. Essa relação, em todas as suas configurações (hierarquias, laços sociais, comunidade axiológica dos sujeitos, tempo e espaço em que se engendra a enunciação), determina a unidade de sentido. Disso decorre que a situação social, mais restrita e/ou mais ampla, determina a configuração do ato enunciativo, desde sua estrutura interna até o seu sentido completo (relações dialógicas históricas, entre outras).

A ideia de estrutura sociológica do ato de linguagem nos faz compreender o enunciado como um ato bilateral (unidade bivocal, uma vez que comporta sempre, pelo menos, duas vozes sociais, como explica Bakhtin, 1988) porque materializa uma interrelação (eu-outro):

Em sua essência, a palavra é um ato bilateral. Ela é determinada tanto por aquele de quem ela procede quanto por aquele para quem se dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o produto das inter-relações do falante com o ouvinte. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205, grifos do autor).

Como “faísca elétrica” engendrada pelo encontro-confronto entre duas consciências em um dado tempo e espaço, tomando aqui a metáfora mobilizada por Volóchinov (2017), o enunciado, seu sentido e estrutura são marcados pelo meio social em que se dão essas relações entre sujeitos do discurso. Como expressão de um sujeito a outro sujeito, o enunciado é determinado pelo

acontecimento social que o engendra, tanto pela situação comunicativa mais imediata, quanto pelo horizonte social mais amplo: “A situação social mais próxima e o ambiente social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, de dentro, a estrutura do enunciado” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 206, grifos do autor).

Como também desenvolve Volochínov (2013), a vida (entendida como horizonte social) é parte integrante do enunciado (e não elemento extralinguístico), pois os elementos internos da enunciação também são marcados pelas condições em que ocorre o intercâmbio social, ou seja, pela interação (nível de intimidade dos falantes, quem diz o que para quem e como diz, hierarquias sociais etc). O sujeito, ao fazer uso do arsenal de recursos da língua, por exemplo, para expressar um determinado posicionamento axiológico via enunciado, não toma as unidades de uma língua como elementos neutros. Pelo contrário. O sujeito as utiliza como signo ideológico, pois dotado de tons valorativos que figuram nos discursos.

A abordagem bakhtiniana acerca da linguagem e do discurso, como ressalta Ponzio (2016), oferece-nos uma definição “aberta” de ideologia, uma vez que essa noção aparece atrelada à ideia de tomada de posição e de materialização/encarnação valorativa, concretizada nas formas de linguagem (sígnicas) de uma “práxis” de grupos sociais. Nesse aspecto, as dimensões valorativa e avaliativa são centrais para essa perspectiva teórica, pois o valor aparece em seu fundamento relacional (interindividual), tendo em vista que o sujeito, ao enunciar, considera a compreensão responsiva de um outro e procura antecipar suas respostas, o que implica o interlocutor (o outro da escuta ativa) como um cocriador do enunciado:

[...] Neste caso, o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante (BAKHTIN, 2011, p. 271).

É a partir dessa unidade (sujeito, linguagem e vida), como atividade situada em um dado horizonte socioideológico, sob o prisma dos interesses de um corpo social, nos termos de uma relação de reflexo e refração entre o enunciado e o fundo valorativo social, que se dá a produção do discurso. O enunciado nasce sempre em determinado contexto ideológico: “A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 181, grifos do autor).

Como unidade avaliativa (encarnação de posicionamentos de sujeitos em interação), o enunciado é como um “palco”/arena de luta entre diferentes grupos. Embate dialético-dialógico dos signos ideológicos: “Contudo, assim como Janus, qualquer signo ideológico tem duas faces. Qualquer xingamento vivo pode se tornar um elogio, qualquer verdade viva deve inevitavelmente soar para muitos como uma grande mentira” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 113). Na situação social nasce o ato enunciativo e reside o seu peso axiológico:

Esses juízos e valorações se referem a uma certa totalidade, na qual a palavra diretamente entra em contato com o acontecimento da vida e se funde com ele em uma unidade indissolúvel. A palavra tomada isoladamente, como fenômeno puramente linguístico, não pode ser verdadeira, nem falsa, nem atrevida, nem tímida (VOLÓCHÍNOV, 2013, p. 77).

Ademais, apenas pela consideração de sua situação sociocomunicativa (mais restrita e/ou mais ampla), podemos falar em sentido. O enunciado concreto só é dotado de sentido a partir de seu entendimento como ato e atividade de linguagem, que surge frente um horizonte socioideológico, por sua emergência enquanto posicionamento axiológico em uma cadeia discursiva, que semiotiza a vida (VOLOCHÍNOV, 2013; 2017; 2019).

Por um prisma bakhtiniano, todo e qualquer tipo de enunciado já nasce como resposta e provoca resposta (em suas mais diferentes formas) quando da sua circulação e (re)tomada por seus interlocutores/outros, no solo social. O diálogo engendra a Inter constituição entre sujeito, linguagem e vida, compreende a singularidade ao mesmo tempo em que envolve uma retomada (para frente – memória de futuro – ou para trás – memória de passado). Daí a “relativa estabilidade” dos gêneros discursivos (BAKHTIN, 2016), dado determinado jogo entre forças centralizadoras e dispersivas ou, nas palavras dos estudiosos russos, respectivamente, centrípetas e centrífugas.

Cada enunciado é pleno dessas tonalidades axiológicas (entendidas como fermentação valorativa) e isso só é possível por sua relação com outros enunciados (que o confirmam ou combatem), como assunção de um dado valor, que compreende outros posicionamentos em disputa. Afinal, “É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições” (BAKHTIN, 2011, p. 297). O cotejamento como parte integrante do método dialético-dialógico bakhtiniano possui justamente a relevância de revelar o movimento desse jogo em ato, como veremos a seguir com alguns excertos do discurso de Bolsonaro e algumas respostas a eles para compreendermos o motivo de entendermos sua prática governamental como necropolítica, revelada de maneira ainda mais aguda na pandemia da COVID-19.

3. O discurso necropolítico bolsonarista durante a pandemia

Tendo em vista o caráter dialógico dos atos de linguagem, como compreendido pelos escritos bakhtinianos e a noção de necropoder preconizada por Mbembe (2016), analisamos aqui os modos pelos quais os enunciados proferidos pelo presidente da República Jair Bolsonaro acerca da pandemia do coronavírus refletem e refratam valores axiológicos que os inscrevem na esteira de uma prática de necropolítica. Nesse aspecto, tais enunciados estabelecem sentido quando situados pelo contexto sócio-histórico brasileiro, bem como estabelecem relações dialógicas com posicionamentos anteriores de

Bolsonaro (as vozes sociais que ele representa e que caracterizam sua vida pública) e ainda a partir da circulação e retomada ativo-responsiva pelos interlocutores do discurso, que a ele respondem.

Os primeiros diagnósticos e casos de infecção pelo novo coronavírus foram identificados na China, na cidade de Wuhan, em dezembro de 2019, sendo o primeiro caso brasileiro confirmado em 26 de fevereiro de 2020. Devido à sua rápida disseminação em escala global (também como reflexo da globalização e do fluxo de pessoas), no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia. Segundo dados do Ministério da Saúde (2020), a maioria dos casos pode ser assintomático ou com poucos sintomas, sendo que 20% dos casos necessitam de atendimento hospitalar:

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 pode ser assintomático ou oligossintomático (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, s/p)

De acordo com as recomendações da OMS e de outros órgãos competentes, como o próprio Ministério da Saúde, as práticas de isolamento e distanciamento social (que geram diminuição do fluxo de circulação de pessoas e evitam aglomerações) constituem as melhores alternativas para conter a disseminação do coronavírus, bem como medidas profiláticas e de higiene (como lavagem das mãos, uso de máscaras, uso de álcool em gel etc), que caracterizam o que vem sendo nomeado de “novo normal” (também como emergência de uma nova forma de organização social).

Tais recomendações (que engendraram dizeres na forma de campanhas muito difundidas nos últimos meses por empresas, por órgãos públicos e governamentais, como o movimento “Fique em casa”³) constituíram medidas frente à rápida disseminação do vírus e, sobretudo em países como

³ De acordo com o portal de notícias da UOL, desde 11 de março de 2020, data em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou como pandemia a infecção causada pelo novo coronavírus (COVID-19), Governos do mundo todo se posicionaram e iniciaram medidas de combate e contenção da doença. A mais urgente medida foi a recomendação de distanciamento e de isolamento social, com fechamento de divisas, escolas, comércio e indústrias, toque de recolher, aquisição de insumos e aparelhos para tratamento, preparação de hospitais, treinamento de agentes da saúde e políticas públicas de auxílio aos mais vulneráveis. Em todos os casos, a recomendação foi para que as pessoas ficassem em casa, por precaução, cuidado e responsabilidade (consigo e com os outros), numa tentativa de reter a circulação do vírus e diminuir o contágio, poupando vidas humanas. No Brasil, de 11 a 16 de março, 7 Estados já haviam declarado emergência e publicado medidas de segurança para a contenção do vírus, a fim de impedir o contágio por essa patologia. Com o agravamento da situação, muitas mensagens com orientações para a população ficar em casa começaram a circular em todas as mídias e chegaram às redes. Na internet, as recomendações ganharam adeptos e a população passou a sintetizar as recomendações por meio da movimentação “Fique em casa”, que recebeu uma *hashtag* e se transformou num bordão de precaução entre as pessoas, no cotidiano, nas mais variadas esferas de atividades e situações de interação. Cinco (5) dias depois da declaração da OMS, ou seja, em 16 de março de 2020, pessoas de todos os países já somavam mais de 350 mil *posts* no *Instagram* com a *hashtag* “*stayhome*” ou “*fiqueemcasa*”, levando o apelo ao *trending topics* do *Twitter*, entre outros *rankings* de principais assuntos do momento, em prol da quarentena para que o quadro de saúde mundial se estabilizasse. No Estado de São Paulo, o Governador João Doria, em todos os seus pronunciamentos (diários e, depois, semanais), apresenta-se oficialmente com a mensagem “Fique em casa” gravada em caixa alta nos púlpitos dos representantes do Estado (ele, o prefeito Bruno Covas e as autoridades da equipe de Saúde, com especialistas sanitários, voltados à política pública de saneamento do Estado). Da mesma forma, em muitas edições, o *Jornal Nacional* (jornal televisivo mais visto no país) também usou o bordão. Todas essas ações contribuíram, no início,

Brasil, uma maneira de não superlotar os sistemas de saúde, uma vez que os casos graves (em potencial, sujeitos portadores de doenças crônicas, fumantes, pessoas acima de 60 anos, gestantes etc), que apresentam dificuldades respiratórias (agravamento da infecção), necessitam de equipamentos como respiradores e leitos de UTI.

Após uma crescente curva de contágio com números alarmantes (confirmações de casos e óbitos em boletins diários veiculados na mídia), ainda hoje o Brasil ocupa as primeiras posições dos *rankings* de maiores casos de coronavírus (de acordo com matéria publicada pela *BBC News*, em 02/10/2020b). A crise de saúde causa impactos em campos como o econômico e, como em componentes da esfera política, caracterizada por polarizações diversas do espectro entre direita e esquerda brasileiras. As medidas de enfrentamento à pandemia, por parte das mais diferentes instâncias governamentais (prefeitos, governadores, ministros, presidente), configuram-se como um ponto de disputa de poder(es) a partir de jogos de valores pelos diferentes grupos e classes sociais, que nem sempre se preocupam com a saúde da população, mas sim com seus prestígios e campanhas políticas, como é o caso, dentre outros, do próprio presidente, que pretende se reeleger em 2022.

Nesse tempo-espço pandêmico, o discurso de Bolsonaro tem sido caracterizado por seu posicionamento contrário à prática do isolamento social horizontal (medida que abarca todos os segmentos da população, não apenas os sujeitos pertencentes aos grupos de riscos) e favorável a um isolamento vertical (condizente com o princípio de imunidade de rebanho, ineficaz do ponto de vista de especialistas do mundo todo), com a volta à “normalidade” em prol da atividade econômica e em detrimento das vidas humanas, que pagariam o preço de não deixar o país entrar em crise, segundo seu pensamento e de sua equipe governamental.

A partir de tais posicionamentos, declarados publicamente em diversas ocasiões, desde as mais informais (como suas *lives* transmitidas pelo *Twitter* toda quinta-feira, no período pesquisado – março a outubro de 2020) até as mais formais⁴, as relações de inimizade/ódio (como base de uma necropolítica), estabelecidas e já características do núcleo político bolsonarista, constituem seus posicionamentos axiológicos acerca do coronavírus.

para a conscientização do problema. O apelo também se caracterizou (e ainda caracteriza) como um posicionamento político de resistência ao Governo Federal, uma vez que Bolsonaro sempre foi contrário ao isolamento em suas declarações, minimizando a patologia, o quadro pandêmico e as mortes, cada vez mais crescentes. Com o passar do tempo, o movimento “Fique em casa” se tornou uma bandeira, defendida por um grupo e rejeitada por outro. Até a COVID-19 foi polarizada e usada na disputa política, especialmente entre Doria e Bolsonaro que, mais que preocupados com a vida da população, estão interessados em se autopromover, em campanha eleitoral desde já, com vistas nas eleições presidenciais de 2022, em plena pandemia. Essa contextualização mostra o quanto em nenhum dos casos, a vida é o centro das atenções, mas pretexto usado como objeto revelador da necropolítica estrutural que assola o país.

⁴ Alguns exemplos são uma coletiva de imprensa sobre a situação, em 20 de março de 2020 e em seu pronunciamento oficial nacional, em rádio e TV, de 24 de março do mesmo ano, ocasiões em que chamou a COVID-19 de “gripezinha”. Com seu Ministro da Economia, Paulo Guedes e um grupo de empresários, o presidente foi, sem agendamento ou consulta, ao STF solicitar a revogação da autonomia dos Estados para que ele, enquanto chefe da nação, pudesse reativar as atividades para que “CNPJs” que estavam “agonizando na UTI” econômica, não chegassem a óbito em prol de “CPFs”, comparando pessoas jurídicas a físicas e optando, claramente, pelas empresas e pela economia em detrimento das vidas humanas.

A plataforma política do chefe do executivo é constituída por imagens de diferentes “inimigos” da nação (a esquerda brasileira – reduzida ao PT, a Lula e ao que denominam “comunistas”; professores – considerados “doutrinadores”, “comunistas”; jornalistas – entendidos como “esquerdistas” e “vendidos”; movimentos minoritários – tratados e denominados como “vagabundos”; etc). Em tempos de pandemia, essa relação se manifesta pelo negacionismo científico (evidenciado pela difusão de *fake news* sobre possíveis tratamentos do coronavírus por parte de seus seguidores e eleitores, que se apegam à religiosidade fundamentalista, calcada na “vontade de Deus”⁵ e, como caso mais emblemático, a defesa do uso do medicamento da hidroxicloroquina, da ivermectina e da azitromicina, sem comprovação científica e com potenciais riscos à saúde, como kit “milagroso” de cura da COVID-19, segundo declarações do presidente, contra todas as pesquisas a respeito⁶).

Em termos de produção enunciativa, o discurso bolsonarista acerca da pandemia tem sido produzido e difundido por pronunciamentos do presidente, veiculados na esfera midiática, não apenas no país, mas também no mundo (dado o choque com as declarações opostas ao que vem sendo

⁵ A religiosidade fundamentalista tem contribuído em demasia para o negacionismo da ciência, com discursos de líderes que afirmam milagres de cura ou inexistência do vírus, com adeptos que espalham depoimentos falaciosos (vários, encomendados e pagos) pelos templos e cultos, além das redes e grupos de WhatsApp. Receitas caseiras (com ingredientes como alho, gengibre, álcool, limão, sol, lâmpadas ultravioletas, prata, óleo de gergelim, entre outros), sem quaisquer estudos científicos, têm sido espalhadas pela população como “instrução de Deus” no combate à COVID-19 (há várias notícias e agências de *fact check* a respeito, que tentam desmentir e alertam para os perigos de certas receitas). Esse fundamentalismo, no entanto, não se importa com o discurso científico. Pelo contrário. Nega-o. A palavra dos líderes religiosos, representantes de Deus na Terra, é o que vale. Com isso, a fúdiua ganha cada vez mais espaço em detrimento do saber científico. A crença na proteção, na superioridade, no merecimento etc colabora com a negação da doença (entre outras questões) e, com base em certas afirmações, a população voltou a se expor e passou a desrespeitar as normas de segurança sanitária, colaborando para o aumento da circulação do vírus, inclusive, na reprodução de afirmações proferidas por líderes religiosos e pelo presidente, como “todos vamos morrer um dia”, “quer que eu faça o que?”, “Eu sou Messias, mas não faço milagre”, “se Deus quiser, pego covid até dentro de casa”, entre outras.

⁶ A própria OMS negou, em comunicado oficial, a eficácia desses medicamentos, interrompeu pesquisas em andamento em 74 países por ela monitorados e alertou para o perigo dos efeitos colaterais desses remédios. No Brasil, o Conselho Federal de Medicina (CFM) não recomenda o uso dessas drogas, mas dá liberdade ao médico. Contrariamente a pesquisas desenvolvidas no Brasil e no mundo, o presidente recomendou, em diversas lives e em declarações públicas, o uso desses medicamentos, inclusive, exemplificando pessoalmente que se tratou e se “curou” com eles. Com a saída de Nelson Teich do Ministério da Saúde, o, na época, Ministro interino, Eduardo Pazuello, anunciou a recomendação da hidroxicloroquina em casos leves de COVID e indicou o tratamento ao SUS. Bolsonaro chegou a querer alterar a bula do remédio, conforme denúncia feita por Luiz Henrique Mandetta após ter saído do Ministério da Saúde. Uma das pesquisas que comprovam a ineficácia do uso da cloroquina no combate à COVID teve seus resultados publicados em 11 de maio de 2020, na revista científica *Jama (Journal of the American Medical Association)*. O estudo, feito por pesquisadores da Universidade de Albany, nos Estados Unidos, não encontrou relação entre o uso da droga e a redução da mortalidade pela COVID e os pesquisadores alertaram ainda para o fato de que os pacientes tiveram duas vezes mais chances de sofrer parada cardíaca com o uso desses remédios. Outros estudos, de diversos países, inclusive alguns desenvolvidos no Brasil, comprovaram a ineficácia desse kit e alertam para os riscos de seu uso. Um artigo publicado no dia 8 de abril, na revista científica *Canadian Medical Association Journal*, chamou atenção para a falta de evidências e para possíveis reações graves advindas desses remédios, como confusão mental, paranoia e hipoglicemia, além do que considerou “leve” (taquicardia e diarreia). A Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI) publicou, em 18 de maio, parecer científico contrário ao uso da hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina. O documento foi assinado por 22 médicos que compuseram o comitê científico da SBI e pela sua diretoria. Num trecho do texto, disponível na página da SBI, o parecer afirma que “A escolha desta terapia (com cloroquina), ou mesmo a conotação que a covid-19 é uma doença de fácil tratamento, vem na contramão de toda a experiência mundial e científica com esta pandemia. Este posicionamento não apenas carece de evidência científica, além de ser perigoso, pois tomou um aspecto político inesperado”.

disseminado e realizado em praticamente todos os demais países). Destacamos alguns pronunciamentos emblemáticos, compilados pelo UOL, em matérias de SAKAMOTO (2020) e TAJRA (2020):

1. “Não podemos entrar em uma neurose como se fosse o fim do mundo. Outros vírus mais perigosos aconteceram no passado e não tivemos essa crise toda. Com toda certeza há um **interesse econômico** nisso tudo para que se chegue a essa **histeria**” (UOL, 15/03/2020. Grifos nossos);
2. “Esse vírus trouxe uma certa **histeria**. Tem alguns governadores, no meu entender, posso até estar errado, que estão tomando medidas que vão prejudicar e muito a nossa **economia**” (UOL, 17/03/2020. Grifos nossos);
3. “Depois da facada, não vai ser **gripezinha** que vai me derrubar, não, tá [sic] ok? Se o médico ou o Ministério da Saúde recomendar um novo exame, eu farei. Caso contrário, me comportarei como qualquer um de vocês aqui presentes” (UOL, 20/03/2020. (Grifos nossos);
4. “Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma **gripezinha** ou **resfriadinho** [sic], como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão” (BBC, 07/04/2020a. Grifos nossos).

Como fundo valorativo que confere sentido aos enunciados, o tempo-espaço pandêmico constituiu-se como horizonte socioideológico povoado por signos ideológicos (como as próprias unidades lexicais “coronavírus” e “isolamento social”) e espaço de múltiplas acentuações axiológicas, a depender do grupo (VOLÓCHINOV, 2017; MEDVIÉDEV, 2012).

Nos enunciados proferidos por Bolsonaro, a mobilização de unidades lexicais como “histeria”, “neurose”, “gripezinha”, “resfriadinho”, tomadas em suas potenciais valorações atribuídas ao coronavírus, semiotizam uma tentativa de amenização da crise pandêmica (marcada pelo uso do diminutivo em “gripezinha” e “resfriadinho”, que denota tom emotivo-volitivo de desprezo), banalização do discurso científico (nomeado pelo exagero e pelo excesso – “histeria” e “neurose”) e priorização da economia (até com tentativa de deflagração de que a pandemia seria um “golpe”⁷ para prejudicar o seu governo e a nação).

⁷ A palavra “Golpe” não aparece nos excertos em análise neste ensaio, mas é explicitada em outros pronunciamentos do presidente, de sua equipe governamental e de seus filhos, em redes sociais, em referência à China, à imprensa – brasileira e internacional – e aos cientistas, todos designados como “comunistas” e “inimigos perigosos” que devem ser combatidos, em nome de um ufanismo crescente instaurado, estimulado pelo ódio, pela intolerância e pela violência crescentes contra o diferente/o outro, que deve morrer, uma vez que “torce” contra a nação. Esse outro é entendido como “não humano”, “não cidadão de bem” e “não brasileiro”, uma vez que não se sacrifica pelo país, ao contrário, desferiu “golpes” contra a economia, aguçando uma crise para, desse ponto de vista,

Como denota Bakhtin (2010), como mencionamos, uma mesma realidade de coisas é valorada diferentemente pelos grupos e/ou sujeitos a partir do lugar (de fala, segundo RIBEIRO, 2019) que ocupam no mundo, sendo as múltiplas axiologias encarnadas nos atos de linguagem. Nos reflexos e refrações ideológicos característicos da realidade sógnica, a partir do eixo paradigmático, a unidade lexical (como “coronavírus”) pode ser substituída (por palavras como “gripezinha” ou ainda “resfriadinho”, como fez Bolsonaro, por exemplo; bem como “pandemia” por “histeria” e “neurose”), como diferentes recortes da realidade refletidos e refratados pelo material verbal, o que revela posicionamentos (uma vez que escolhas) e valorações em atos (de linguagem e de fazer concreto. No caso analisado, governamental).

Como elos da cadeia discursiva, os pronunciamentos de Bolsonaro engendram enunciados-respostas como “não é só uma gripezinha” ou ainda “fique em casa, lave as mãos e ignore o presidente”, como ocorreu em repercussões às suas declarações. De acordo com um dado dizer-fazer, enunciado-ato, o discurso bolsonarista evidencia axiologias atreladas a um necropoder, como articulado a um “deixar morrer”, calcado em seu menosprezo frente à gravidade da crise pandêmica. “E daí? Quer que eu faça o que? Sou Messias, mas não faço milagre!” e “Eu não sou coveiro” foram algumas das respostas de Bolsonaro a jornalistas que perguntaram sobre o número de mortes e a postura do presidente para preservar a vida. Essa política associada à morte é refletida e refratada pela charge de Carlos Latuff (1ª fotografia da Figura 1 – os 2º, 3º e 4º prints se referem às extrações cromáticas realizadas por nós para a análise da verbivocovisualidade arquitetônica do enunciado), veiculada em 27 de março de 2020, no Facebook, em resposta crítica às falas supramencionadas do presidente.

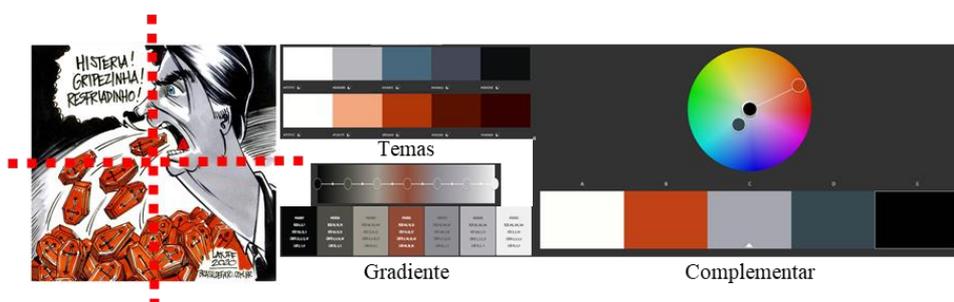


FIGURA 1 – Charge de Latuff (2020) e extração cromática
 Fonte: Facebook e montagem das autoras⁸

“atrapalhar” o governo. A disputa entre Bolsonaro e Doria, por exemplo, acirrou-se na pandemia e não foram poucas as vezes em que o presidente responsabilizou os Governadores (os Estados – e, em especial, São Paulo e o Doria) pela crise econômica de sua gestão, alegando que o movimento “Fique em Casa” seria uma sabotagem para travancar a economia e desprestigiar o seu governo, como se a crise sanitária nada significasse, pois minimizada ou sequer mencionada, quando feito, a menção se referia a uma “invenção” ou a um “golpe” da China contra os Estados Unidos e o Brasil, dos seus “inimigos”.

⁸ A extração cromática das figuras 1, 2 e 3 foi realizada pelas autoras com a utilização do Adobe Color, do Canva e do ColorDot. As análises das cores de todas elas se fundamentaram nos estudos de Goethe (2013), Guimarães (2001) e Heller (2013). Os estudos de Kandinsky (1970) inspiraram, além da interpretação das cores, também a dos planos e das linhas. O corte com as linhas pontilhadas na charge da figura 1 foi feito por nós para facilitar a visualização dos quadrantes da figura, assim como a paleta de tons de cinza na figura 3.

A charge de Latuff (2020) mobiliza a representação de Bolsonaro a partir de sua corporalidade em um ato de fala que acompanha a sequência verbal “Histeria! Gripezinha! Resfriadinho!”, grafada em caixa alta e negrito, num balão que também evidencia o tom vocal de grito de suas palavras. Da boca do sujeito que caricaturiza o presidente, visualmente, saem “caixões”, signos que refletem e refratam as mortes de vítimas do coronavírus, em desacordo com o pronunciamento verbal do balão de fala do sujeito-enunciado.

O elemento de gesticulação da boca no momento de acontecimento do ato de fala também evoca a transmissão do COVID-19, uma vez que ela pode acontecer por meio de gotículas de saliva (na forma de espirro, de tosse, de catarro e mesmo de fala – daí a recomendação do uso de máscaras, além do distanciamento social entre sujeitos). Na charge, a saliva que sai da boca do presidente é expressa como uma enxurrada branca (dada a sua densidade e o seu volume).

A expressão facial do sujeito do enunciado é de irritação. Aliás, o seu nariz foi transformado num focinho, animalesco, feroz. O seu ato de fala semiotiza mais que uma declaração ou um pronunciamento, pois se caracteriza como um protesto, uma ordem (marcada pela pontuação da exclamação) vociferante (marcada pela expressão dos olhos, pelo nariz, pela boca, as cores, a grafia e a pontuação), gigantesca/monstruosa (dada a proporção e a expressão do sujeito no enunciado).

A gradiência cromática trabalhada na composição visual da charge revela a predominância em tons de cinza (na verdade, do branco ao preto, com matizes variadas de cinza – prata, grafite, azul acinzentado), com a exceção dos caixões, em tonalidade alaranjada. A escala cromática demonstra, como pode ser visto pela extração captada na montagem da figura 1, a exploração de duas temáticas complementares opostas: uma, fria, que transita por variações de tons de cinza, metálico, fleumático e raivoso; e outra, quente, mistura de laranja e vermelho, mas com sombra para chegar a variações de marrom-telha.

Essa composição revela o posicionamento do autor-criador que, pela construção arquitetônica global, inverte as significações (a morte de vidas humanas é valorada pela coloração quente, logo, as mortes das vítimas da COVID-19 valem, aquecem e flagram a frieza e a desumanidade do chefe da nação raivoso, que colabora para a propagação do vírus, em prol da morte) e marca a axiologia crítica à postura e ao ato semiotizado do presidente da República (até pela maneira como é retratado, com traços hiperbólicos de ira – o nariz/focinho, pescoço alongado em demasia, os olhos azuis acinzentados arregalados, a boca aberta em grito/bramido feroz/histérico, a desproporcionalidade de sua imagem, a sobrelanceira, grossa, negra, cerrada e arcada, o cabelo desgrenhado e as marcas de expressão facial – linhas de envelhecimento em formato de contrariedade – dirigidas para baixo).

A exploração espacial da composição visual da charge confirma o posicionamento axiológico do autor-criador, pois o sujeito-enunciado encontra-se em primeiro plano, atravessando a metade da direita da imagem, avançando, da direita para a esquerda, e dirigindo-se, aos gritos/“latidos”, de cima para baixo, monstruoso-animalesco/agigantado (novamente, desproporcional), à população. A histeria expressa em seu discurso verbo-vocal é flagrada na charge visualmente, pela sua retratação corporal de ataque e disseminação de contágio, doença e mortes.

Dividida a charge em quadrantes, visualizamos, de maneira mais explícita a maneira como o autor-criador dispõe a verticalização do discurso do presidente-enunciado e seu lugar de fala (RI-BEIRO, 2019) autoritário e impositivo. O fato de estar à direita não é coincidente, assim como seu agigantamento (irado e pedante – de quem já se autodesignou, em diversas ocasiões, assim que assumiu a presidência do país, como o “dono do Brasil”, que não pode ser contrariado, porque “eu mando, porra”), revelador de uma determinada fíducia de liderança, que lhe daria (mas, não confere) poder “absoluto” sobre tudo e todos (acima de Deus, para pensarmos na relação com seu *slogan* institucional), até sobre a vida e a morte – e a não-obediência aos seus desígnios é o que o irrita, intolerante com o discordante.

Da mesma maneira, não é coincidente que os caixões que saem de sua boca caem e se acumulam nos quadrantes inferiores da charge, de maneira horizontal e nivelada. A morte, que sai da boca do Bolsonaro-enunciado verticalizada, horizontaliza-se visualmente porque se aparta dele, ou seja, sai de (a “boca”) o Estado (vertical, representante do poder institucional) e se afasta dele, caindo, literalmente, na parte inferior da charge, “amontoando-se” em massa, logo, semiotizando a população, indistinta, uma vez que a morte não escolhe classe, raça, gênero, faixa etária etc. Todavia, mesmo aparentemente igualitária, a morte, como dissemos, é inferior ao e se encontra atrás do sujeito ditador (que dita ordens em seu ato de fala). A hierarquia estabelecida pela disposição espacial visual das figuras tematizadas coaduna com a significação das cores utilizadas e, em conjunto, integralmente, constituem a unidade arquitetônica enunciativa que revela o posicionamento responsivo do autor-criador de crítica à postura e ao ato de dizer e fazer do presidente que, como uma fera animal, raivosa e um ditador intolerante, ataca a vida e produz a morte. A inversão é a estratégia discursiva da crítica re-velada na charge pelo autor-criador, pois, num ato contraditório, o presidente-enunciado se mostra como acusa ser o outro: histérico.

Em meio à crise pandêmica, o menosprezo de Bolsonaro com a COVID-19 também manifesta sua indiferença frente à perda de vidas humanas, como aparece na charge e dito por ele, citando a fala de um empresário ao então presidente do STF, Dias Toffoli, em 07 de maio do corrente ano: “Essa questão de ‘fique em casa’ não está funcionando. Está servindo para matar o comércio”, “A indústria comercial está na UTI. Depois da UTI é o cemitério” (BOGHOSSIAN, 2020).

Paulo Guedes iniciou a comparação entre vidas humanas e empresas nessa reunião, no STF, ao afirmar que “Os empresários vinham dizendo que estavam conseguindo preservar os sinais vitais e agora o sinal que passaram é que está difícil, a economia está começando a colapsar.” e, para fechar explicitamente essa metáfora esdrúxula, “Haverá mortes de CNPJs”. Declarações como essas do governo revelam a sua necropolítica, pois, nessa lógica, vidas precisam ser sacrificadas pela economia. Não foram poucas as vezes e em veículos midiáticos diversos que o presidente explicitou esse desprezo pela vida em prol do capital. Alguns exemplos compilados pelo UOL (2020), em matérias de Sakamoto (2020) e Tajra (2020) são:

1. “Vão morrer alguns [idosos e pessoas mais vulneráveis] pelo vírus? **Sim, vão morrer**. Se tiver um com deficiência, pegou no contrapé, **eu lamento**” (Ratinho, SBT, 20 de março. Grifos nossos);
2. “Infelizmente **algumas mortes terão. Paciência, acontece, e vamos tocar o barco**. As consequências, depois dessas medidas equivocadas, vão ser muito mais danosas do que o próprio vírus” (Datena, *Bandeirantes*, 27 de março. Grifos nossos);
3. “Vamos enfrentar o vírus com a realidade. **É a vida. Todos nós iremos morrer um dia**” (UOL, 29 de março. Grifos nossos);
4. “**E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?** Eu sou Messias, mas não faço milagre” (UOL, 28 de abril. Grifos nossos);
5. “O Brasil está quebrando. E depois de quebrar, não é como alguns dizem, ‘a economia recupera’. Não recupera. Vamos ser fadados a viver em um país de miseráveis, como tem alguns países da África Subsaariana. **Está morrendo gente? Tá [sic]. Lamento? Lamento, lamento. Mas vai morrer muito, muito, mas muito mais se a economia continuar sendo destruída** por essas medidas [de isolamento social]” (UOL, 14 de maio. Grifos nossos);
6. “**Alguns vão morrer? Vão, ué, lamento. Essa é a vida. A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo**” (UOL, 02 de junho. Grifos nossos).

Marx (2007), em *O trabalho alienado*, ao tratar do fetiche da mercadoria como consequência dos processos de constituição da alienação (a alienação de si; a alienação do outro; a alienação do produto do trabalho; e a alienação ente e espécie), ao se voltar, em especial, ao último mencionado (a alienação ente e espécie), reflete sobre a inversão homem-mercadoria (o que denomina como o processo de “humanização da coisa” e “reificação [ou coisificação] do ser”). Essa inversão é exatamente a estratégia discursiva valorativa alienada presente nos pronunciamentos de Bolsonaro, que coisifica o homem ao tratá-lo apenas como instrumento (mão-de-obra barata) de geração de riqueza para os donos do capital (ou, nos termos de Marx, das “condições de produção”). Compreender esse processo é fundamental para entendermos o motivo de banalização da vida (tão menosprezada, tratada como um mero “CPF”) em prol da economia, simbolizada pelas empresas/“pessoas” jurídicas (que, para acompanhar o tratamento em equivalência às vidas humanas, são chamadas de “CNPJ”).

A vida, então, nada vale porque passa a ser descartável, uma vez que instrumento, mercadoria; enquanto a empresa se torna “pessoa”, já que geradora do capital (“mais-valia” que leva ao lucro –

para aqueles que detêm as “condições de produção” e estão no poder). No sistema capitalista, em que o “mercado” é um “deus”, as vidas são apenas meros instrumentos que nada valem, e essa é a lógica do necropoder, sustentado por uma necropolítica, muitas vezes, acompanhada da noção de eugenia, sempre hierárquica e produtora da morte, em nome de uma “limpeza” social, racial e de gênero, em nome de uma suposta “superioridade” inexistente.

A partir da legitimidade que goza não apenas perante seus seguidores-eleitores, mas também pelo cargo de chefe de Estado que ocupa, o presidente acaba por influenciar e incitar, com sua postura, atos contrários ao isolamento social, além de promover aglomerações quando se reúne, como fez diversas vezes nesse período, com seus apoiadores em manifestações contra o STF, sem o uso de máscaras e sem respeitar as recomendações médicas mesmo quando foi contaminado pelo coronavírus.

O grupo político bolsonarista, chamado, muitas vezes, como “minion” (OLIVEIRA, 2020; PAULA; OLIVEIRA, 2020), como coletividade e corpo social, segue o presidente acima de todas as coisas e age no mundo de acordo com a ideologia de Bolsonaro, imita-o (seja nas falas, seja na postura). Passa, assim, a concretizar atos (de falar e fazer) contra o isolamento social, como organização de e participação em festas, não uso de máscaras, veiculação de *fake news* pelo negacionismo científico, quebra das normas de quarentena, carreatas pela abertura do comércio, participação na campanha “O Brasil não pode parar” etc.

A bandeira do Brasil, signo mobilizado por sua plataforma política e atrelado a seus seguidores como símbolo de nação (PAULA; OLIVEIRA, 2019; 2020), com atribuição de valores ufanistas, conservadores, militares, religiosos e saudosistas, é retomada pela charge de Ribs (Figura 2) para semiotizar o “Brasil de Bolsonaro”.

Postada no Facebook do chargista em 28 de abril de 2020, como unidade de sentido, a charge mobiliza o signo ideológico da bandeira nacional. A cor preta no lugar do amarelo (símbolo das riquezas da pátria) é polissêmica, pois faz referência: 1. às mortes causadas pelo coronavírus; 2. à morte como riqueza (o que remete à necropolítica adotada por Bolsonaro); 3. ao desmatamento e genocídio de comunidades vulneráveis (população indígena, ribeirinha, comunidades periféricas, quilombolas etc), bem como a animais. No Brasil, o preto, em certos contextos, simboliza a cor do luto que, junto com a expressão “e daí?” inscrita em seu centro, em diálogo (de intertexto e interdiscurso) com o enunciado proferido por Bolsonaro, no lugar da inscrição verbal oficial “ordem e progresso” da bandeira, revelam, como a charge da figura 1, o descaso do presidente com a vida.

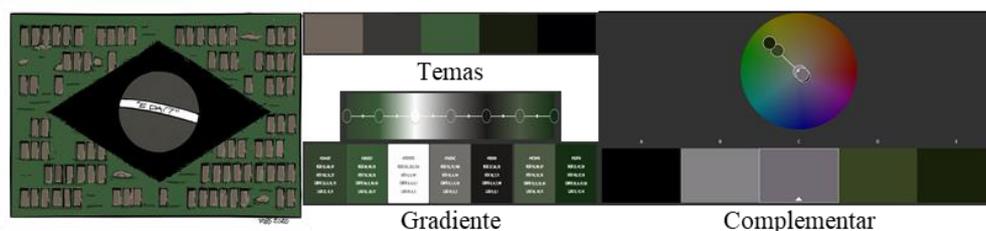


FIGURA 2 – Charge de Ribs (2020) e extração cromática
 Fonte: Facebook e montagem das autoras

O formato da charge, proporcionalmente, é idêntico ao da bandeira e o verde das matas e florestas, no enunciado de Ribs (2020), transformou-se num cemitério com túmulos cinzas, em variação de tom com o centro da bandeira, outrora azul. O mundo cinza remete à poluição como outra maneira de descaso com a vida, em prol do necropoder capital. Além disso, em consonância com a camiseta oficial da seleção brasileira de futebol (conhecida como “camiseta canarinho”, da CBF) e com a vestimenta habitual de Bolsonaro (camisetas de clubes de futebol, dos mais variados times, ainda que a prevalência seja a do Palmeiras – time para o qual torce), por analogia, a bandeira desenhada também remete a um campo de futebol (tanto pelo formato, quanto pela tomada, de frente e de cima).

A escala cromática explora temas que vão do branco ao preto, com variações de cinza e verde, ambos com filtro sombrio (preto/fumê), em gama escurecida e gradiência oscilante entre claro e escuro (branco e verde musgo, prata e preto etc). As cores trabalhadas exploram a técnica complementar da região de verde, como pode ser visualizado na figura 2. O filtro com a exploração de cores fechadas remete a um espectro sombrio (de morte e sofrimento).

Em perspectiva, apesar de a imagem ser bidimensional (“chapada”), o ângulo de longe, de frente e de cima permite visualizar planos de proximidade e longitude que revelam hierarquias e expressam axiologias. Em primeiro plano e no centro, destaca-se a faixa branca com a inscrição de Bolsonaro (em alusão direta – discurso direto, marcado com aspas, usado como está elaborado, transformado em discurso indireto livre), seguida da esfera cinza que semiotiza o planeta Terra ou as águas, envolto do losango negro. As vidas, no enunciado, semiotizadas como ouro preto, em referência à escravidão “voluntária” do trabalho assalariado calcado na produtividade 24/7 (CRARY, 2016) que, improdutivas, nada valem e podem ser descartadas/mortas, tanto quanto a natureza depois de explorada (afinal, trata-se de dois tipos de exploração diferentes, mas com práticas e finalidades idênticas).

Tudo isso assentado num verde opaco militar de um cemitério de mortos-vivos, seja pelo trabalho ininterrupto, seja pelo contágio de coronavírus, seja pela alienação da lógica do mercado e da lucratividade. Esse gramado cemitério-futebol que a todos acomoda, como plano de fundo que toma o espaço por completo, também engloba todos de maneira nivelada (não há, na charge, túmulos diferentes, pois a morte iguala todos). Ao mesmo tempo em que a bandeira-país ressignificada abriga o elemento mais distante do leitor, os túmulos/a morte, também amplifica seu (da morte) poder, pois abriga/acolhe todos.

A impressão que causa, se visualizada (a charge) em movimento, é a de que a Terra se encontra em movimento de queda em direção a um buraco/losango preto, embalado por um gramado de morte e que, mesmo para aqueles que queiram ver a gravidade da situação como algo menor (uma “gripezinha”, um jogo – de futebol e/ou de poder), o invólucro da aparência não os poupará (ou, como cantam os Engenheiros do Hawaii, “o pop não poupa ninguém”, pois o “mercado” é cruel e implacável). Conseguimos escutar ecoar no espaço apenas a entonação vocal (prosódica e discursiva) do “E daí?” da voz social fundamentalista negacionista e neoliberal de Bolsonaro que, alheio à vida, não percebe que é parte integrante dela e que também será engolido pelo buraco no qual todos nos encontramos e para o qual temos caminhado, principalmente com posturas como as do presidente, sua equipe e seus seguidores. Essa é a crítica expressa pelo autor-criador com e em seu enunciado.

O uso da expressão “e daí?” revela o valor de indiferença frente à perda de vidas humanas e, apesar de chocante, faz-nos compreender a negligência e o menosprezo revelados em enunciados-atos cotidianos, institucionalizados ou não, que, no limite, implicam formas socioculturais e político-econômicas que definem, para essa voz, lógica e sujeito, quem pode morrer (os CPFs, até porque eles causam despesas, logo, prejuízos ao Estado, que precisa investir em políticas públicas básicas para garantia de mínima qualidade de vida – e nem sempre faz isso: saúde, educação saneamento básico, alimentação, habitação e empregos com direitos trabalhistas necessários à humanidade) e quem deve viver (os CNPJs – que só pensam e querem lucrar, cada vez mais, com menos investimentos, despesas e deveres).

Tendo em vista as desigualdades estruturais que singularizam o contexto brasileiro de crise pandêmica, a indiferença e a insensibilidade frente à morte potencializada de determinados grupos populacionais já subalternizados na pirâmide social, com a necropolítica instaurada, agravam ainda mais as diferenças hierárquicas, uma vez que são aqueles com maior possibilidade de serem afetados pelo coronavírus devido à situação de sobrevivência que passam os grupos mais pobres e periféricos, além de serem afetados pelos impactos econômicos da crise, sobretudo pela impossibilidade de um rígido isolamento social (dadas as configurações das moradias em regiões periféricas), pela precarização das condições de trabalho (a impossibilidade do trabalho de casa por algumas ocupações profissionais e por falta de infraestrutura), pelas demissões em massa, pela falta de saneamento básico, entre outras condições ainda mais críticas se levarmos em conta sujeitos em situação de rua, população carcerária etc.

Esse potencial genocídio de camadas mais vulneráveis, causado pelo posicionamento de Bolsonaro, evoca, como mencionamos, elementos de cunho eugenista, na esteira de um darwinismo social em curso. Nada mais conveniente para o necropoder do que uma pandemia, pois toda a falta de política pública, ao mesmo tempo em que fica flagrante, contraditoriamente, também se esconde atrás de um falso alibi: a responsabilização das mortes atribuída ao vírus (como também tem feito o governo para se eximir a respeito da crise econômica). Então, menosprezar a pandemia compõe uma estratégia de necropoder, uma vez que nada precisa ser feito, basta deixar que o vírus faça a parte dele: “higienizar” a sociedade pelo extermínio em massa dos mais fragilizados, entendidos por Bolsonaro, por sua equipe e por seus seguidores como “inferiores” e “fracos”. De acordo com a ideologia dessa voz social, o ato de desprezo e mesmo de estímulo à intolerância, ao ódio e ao extermínio de determinados grupos é um ato “ético”, dada a crença que possuem em sua “superioridade”.

Schwarcz (1993; 2013) e Souza (2018; 2019), de modos diferentes, explicam o quanto o Brasil, historicamente, apresenta um discurso e uma prática eugenista de “limpeza” e embranquecimento geracional, com uma mentalidade e uma postura colonialista, calcada na servidão, numa suposta meritocracia e numa certa “generosidade” egoísta que explicitam uma postura eugenista/purista/“superior”. Os ecos de uma eugenia bolsonarista (como afirmam PAULA; LOPES, 2020) podem ser visualizados na charge do cartunista Flávio Luiz Nogueira, veiculada 19 de junho de 2020 em sua página no Facebook (Figura 3).

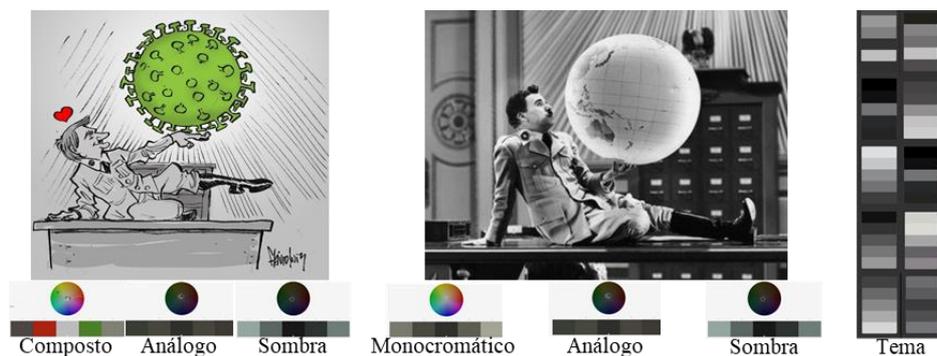


FIGURA 3 – Charge de Flávio Luiz Nogueira (2020) e cena do filme *O grande ditador*, de Charles Chaplin
 Fonte: Facebook e Cada Minuto (OMENA, 2018)

A produção de sentido na charge de Nogueira (2020) se fia por uma relação dialógica com a personagem de Charles Chaplin no filme *O grande ditador* (1940), enunciado que se constitui como uma sátira a Adolf Hitler e seu governo nazista. A partir de uma iconografia já canônica no tempo-espaço pandêmico, a personagem de Chaplin (Hitler) é transfigurada em Bolsonaro, que brinca com uma esfera verde (em contraposição valorativa com o globo terrestre do filme), como referência à tão difundida imagem microscópica do coronavírus.

O tema usado na charge assemelha-se ao do filme, inclusive cromático (em tons de cinza). O enunciado de Nogueira é quase que um fotograma em desenho da iconografia fílmica. O autor-criador também trabalha de forma análoga e com sombras. Contudo, se o filme, pelo aparato técnico da época, explora esteticamente a escala monocromática (conhecida como PB – Preto e Branco), o chargista utiliza duas cores, com um trabalho cromático composto, para destacar e marcar seu posicionamento axiológico crítico à voz social refletida e refratada pelo sujeito-enunciado: o globo, agora, coronavírus, verde (combinação das cores primárias azul e amarelo – também presentes na bandeira brasileira) e um coração vermelho acima da cabeça do sujeito semiotizado como “o grande ditador”.

O verde, para Goethe (2013), Guimarães (2001) e Heller (2013), remete à natureza, à cura e, também, ao mesmo tempo, à riqueza e à abundância. Assim, se, por um lado, o planeta-vírus do Hitler-Bolsonaro-enunciado é um brinquedo inofensivo – uma “gripezinha” –, por outro, extermina “indesejáveis”/“fracos”/“inferiores” e passa a ser tomado como falso-álibi de responsabilização alheia pelas mortes acometidas e pela crise econômica que assola o país.

O coração, ainda que fora de um balão, por estar posicionado acima de sua cabeça, em conjunto com a expressão facial do sujeito-enunciado e com o direcionamento do seu olhar, revela a crítica do autor-criador, que semiotiza a satisfação de Bolsonaro (o amor, pelo coração e pela expressão facial sarcástica) em brincar com o coronavírus. Brincadeira lucrativa e de delegação de responsabilidade (como fez também, por exemplo, com os governadores e o STF). Mais que isso, o prazer mórbido com o extermínio.

A partir de seus atos enunciativos, Jair Bolsonaro, na esfera política, como chefe de Estado, reflete e refrata uma voz social conservadora, tradicional, nacionalista, de direita, que diz prezar pela

família, pela moral e pela religião, como axiologia compartilhada por um grupo, que representa como governante, em detrimento dos demais.

No contexto pandêmico, os posicionamentos de Bolsonaro inscrevem-se ainda na esteira de discursos anteriores e de uma plataforma política marcada pela intolerância e pelo ódio ao diferente (axiologias manifestadas em diferentes tempos e espaços, de variadas formas): por suas declarações racistas, LGBTQIA+fóbicas, machistas e xenofóbicas, pela exaltação da ditadura militar brasileira (uma das materializações de necropolítica à brasileira), pelo nacionalismo ufanista e pelo alinhamento com valores conservadores, pelo combate à criminalidade (atribuída a negros e pobres, entendidos como “inimigos” do Estado), pela rejeição à esquerda, pela desvalorização da ciência e das universidades, pelas ameaças a direitos garantidos, pelo apoio a movimentos antidemocráticos, pela negligência no gerenciamento de crises (queimadas da Amazônia e Pantanal, resistência de parte da população à vacinação, entre outras). Todos esses atos compõem uma unidade que configura um dizer-fazer governamental. Dizer-fazer que legitima sua práxis marcada pelo extermínio de vidas de sujeitos subalternizados aos moldes de uma necropolítica eugênica à brasileira.

Considerações finais

Como vimos, segundo Mbembe (2016), “O poder se materializa pela expressão da morte”. Assim, quando ouvimos ou lemos o chefe de Estado de uma nação dizer que lamenta as mortes ocorridas por uma pandemia, mas que a vida é assim e que pessoas vão morrer, sem tomar providências e sem qualquer política pública infraestrutural para amparar a população mais fragilizada, o que temos em curso é uma necropolítica que, no Brasil, cresce e se explicita a cada dia, pela legitimidade de um grupo e de uma voz social que se encontra no poder, que se entende “superior” e que compreende o outro como mão-de-obra, logo, serviçal descartável, sem direitos e a seu dispor – um “não-humano”, então, uma vida “inútil”.

A falta de políticas públicas que protejam quem mais precisa e que, ao contrário, expõe parte da população sem condições de realizar o isolamento social e, de certa forma, impulsiona esse contingente de pessoas (trabalhadores informais, domésticas, entre outros) à morte, define quem vai sobreviver (em casa, por ter condições de realizar o distanciamento e o isolamento social) e quem pode/deve morrer (por ser considerado trabalhador essencial para que outro grupo possa sobreviver, às custas da exposição e das vidas dos primeiros). A estratégia de convencimento e persuasão de parte massiva da população para a adesão à falácia de que a pandemia não passa de uma “gripesinha”, como repetiu exaustivamente Bolsonaro, faz parte de um conjunto de políticas de controle social (conhecido como darwinismo social, calcado na eugenia) através da morte.

O Brasil, nascido e estruturado como colônia de exploração e com uma mentalidade colonialista até hoje, sustentado pelo racismo e pelo patriarcado, tem produzido práticas e relações sociais extremamente desiguais e os sujeitos que sofrem a precarização de suas vidas seguem os critérios de

intersecção classe, raça e gênero (DAVIS, 2016; SAFFIOTI, 1987). Precarizar vidas significa torná-las descartáveis. De novo, a história se repete, pois são os subalternizados, na base da pirâmide social, sustentando os privilegiados de seu topo.

No caso da pandemia, a política da morte é potencializada e generalizada. Estamos suscetíveis ao vírus – tanto para sermos infectados por ele quanto para transmiti-lo e, nesse caso, podemos efetivar a necropolítica, como se fôssemos hospedeiros ou máquinas de morte do Estado e dos dispositivos de morte que já atuavam antes da pandemia.

A necropolítica no Brasil não é uma exclusividade do governo Bolsonaro. Trata-se de um processo histórico de projeto de nação desde o desvendamento do Brasil pelos europeus – contra os indígenas, nativos. Entretanto, Bolsonaro explicita essa política de morte e, de certa forma, até chegou à presidência da república graças a seus intentos de extermínio, o que revela que suas declarações refletem e refratam a voz social de determinado grupo social – privilegiado, majoritariamente branco, masculino e eugenista.

Fundamentadas nos estudos bakhtinianos, podemos dizer que os pronunciamentos do presidente revelam suas práticas de exclusão e negligência ao outro, diferente de si. A necropolítica instaurada, apoiada por seus iguais, ainda que com respostas críticas de outras vozes sociais discordantes (como as charges analisadas), marca uma prática calcada em atos de dizer-fazer que confirmam a maior e mais grave “doença” que precisamos enfrentar, deflagrada pelo distanciamento e pelo isolamento (e que muitos se recusam a enxergar, por convivência e por conveniência, para, com falso-álibi, desresponsabilizar-se): a abissal desigualdade social que sustenta o sistema e define, como “deus” (talvez, o “deus-mercado”), quem pode e quem não pode morrer, com experiências de privilégio ou de mortos-vivos, como diria Marx (2007), alienados “de si”, “do outro”, “do produto do seu trabalho” e da relação “ente e espécie” que inverte as relações, transformando seres humanos em coisas e humanizando a *res* pelas “regras (de fetichização) do mercado”.

O lamento de Bolsonaro, sem atuação, nesse sentido, revela sua hipocrisia marcada pelo “E daí?”, pelo “Essa é a vida” e pelo “vamos [sic] tocar o barco”, já que, com seu “histórico de atleta”, ele se coloca “acima de todos” (para jogar com seu próprio *slogan*), “superior” que acredita ser. O fazer nada não é um não-saber lidar com a pandemia, mas sim uma estratégia cirúrgica para cumprir o que ele mesmo afirmou, em entrevista aberta a TV Bandeirantes, em 1999, ao ser indagado sobre como resolver os problemas do Brasil: com “uma guerra civil que matasse uns 30 mil”. Para que impedir, então, o coronavírus, uma vez que ele desempenha sem remorso o papel de extermínio preconizado por Bolsonaro? A falta de um Ministro da Saúde que entenda de saúde e seja da área, assim como de investimento eficaz de combate à pandemia, é sua política pública de extermínio. Outra estratégia que tem sido muito bem-sucedida (afinal, já ultrapassamos os 30 mil mortos pretendidos e ainda estamos a caminho de uma guerra civil, como explicitado por Bolsonaro como “solução para o país”). Ainda na mesma entrevista, segundo Bolsonaro: “Se vai [sic] morrer alguns inocentes, tudo bem, em tudo quanto é guerra morre inocente”. Há muito tempo, Jair diz a que veio. A necropolítica é seu *modus operandi* governamental, sua tática de guerra e extermínio.

REFERÊNCIAS

- ADOBE COLOR WHEEL. *Adobe Color*. Disponível em: <https://color.adobe.com/pt/create/color-wheel>. Acesso em: 27 set. 2020.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural* (Feminismos plurais). São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: UNESP e HUCITEC, 1988.
- BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João, 2010.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 6ª ed., 2011.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Rio de Janeiro: 34, 2016.
- BAKHTIN, M. M. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Rio de Janeiro: 34, 2017.
- BBC NEWS BRASIL. “‘Gripezinha ou resfriadinho’ e outras 7 frases controversas de líderes mundiais sobre o coronavírus”. *BBC News*. Publicado em 07 de abril de 2020a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52205918>. Acesso em: 05 out. 2020a.
- BBC NEWS BRASIL. “Em gráfico, os 10 países do mundo com mais mortes per capita por covid-19”. *BBC News*. Publicado em 02 de outubro de 2020b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54390838>. Acesso em: 05 out. 2020b.
- BOGHOSSIAN, B. “Enquanto CPFs morrem, Bolsonaro serve cafezinho para os CNPJs”. *Folha de S. Paulo*. Publicado em 08 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2020/05/enquanto-cpfs-morrem-bolsonaro-serve-cafezinho-para-os-cnpjs.shtml>. Acesso em: 10 out. 2020.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EdUSP, 2013.
- CANVA COLOR PALETTE GENERATOR. *Canva*. Disponível em: <https://www.canva.com/colors/color-palette-generator/>. Acesso em: 27 set. 2020.
- CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.
- CHAUÍ, M. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- COLORDOT HAIL PIXEL. *Colordot*. Disponível em: <https://color.hailpixel.com/>. Acesso em: 27 set. 2020.
- CRARY, J. *24/7: o capitalismo tardio ou os fins do sono*. São Paulo: Ubu, 2016.
- DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, A. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2012a.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. São Paulo: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014a.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz & Terra, 2014b.

FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Martins Fontes, 2014c.

GALLEGO, E. (Org.) *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GOETHE, J. W. *Doutrina das Cores*. São Paulo: Nova Alexandria, 2013.

GRELLET, F. "Negros são 75% dos mortos pela polícia no Brasil, aponta relatório". UOL. Publicado em 15 de julho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/15/negros-sao-75-dos-mortos-pela-policia-no-brasil-aponta-relatorio.htm>. Acesso em: 09 set. 2020).

GUIMARÃES, L. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. São Paulo: Annablume, 2001.

HAN, B-C. *Sociedade do Cansaço*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

HAN, B-C. *Sociedade da Transparência*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HAN, B-C. *Hiperculturalidade: Cultura e Globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

HELLER, E. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

KANDINSKY, W. *Ponto, Linha, Plano – contribuição para análise dos elementos picturais*. Lisboa: Edições 70, 1970.

LATUFF, C. Facebook. Charge publicada em 27 de março de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1546796252125653&set=pb.100003858796537.-2207520000.&type=3>. Acesso em: 02 out. 2020.

LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 70, no.spe, p. 20-33, 2018.

LEVITSKY, S. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MARX, K. "O trabalho alienado". *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. HTML 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016. p. 122-151.

MEDVIÉDEV, P. M. *O método formal nos estudos literários: uma introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo: Contexto, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. "O que é COVID-19". *Ministério da Saúde*. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: out 2020.

MOREIRA, R. A. “Atlas da Violência no Brasil – 2019: foram 65.602 homicídios em 2017, impulsionados pelo ‘aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTI+, e mulheres’”. *Justificando*. Publicado em 12 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.justificando.com/2019/06/12/atlas-da-violencia-no-brasil-2019/>. Acesso em: 17 set. 2020.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, F. L. Facebook. Charge publicada em 19 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3021080564614586&set=pb.100001380166731-2207520000.&type=3>. Acesso em: 04 out. 2020.

OLIVEIRA, N. R. de. *A febre amarela “minions”: uma análise bakhtiniana*. Dissertação 282p. (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista - UNESP. Araraquara, 2020 (mimeo).

OMENA, B. “Charlie Chaplin brinca com o mundo no clássico ‘O Grande Ditador’”. *Cada Minuto*. Publicado em 22 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2018/11/22/charlie-chaplin-brinca-com-o-mundo-no-classico-o-grande-ditador>. Acesso em: 07 out. 2020.

PAULA, L. de; OLIVEIRA, F. A. A. de. O signo “resistência” nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil. *Entreletras* (Araguaína), v. 10, n. 2, p. 350-371, jul/dez 2019. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2179-3948.2019v10n2p350>. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/6999>. Acesso em 10 out 2020.

PAULA, L. de; OLIVEIRA, F. A. A. de. A “nação” nas redes sociais e na política brasileira. *Entrepalavras*, Fortaleza, [S.l.], v. 10, n. 3, out. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-31858>. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1858>. Acesso em: 29 nov. 2020.

PAULA, L. de; OLIVEIRA, N. R. de. Minions nas telas e bolsominions na vida: uma análise bakhtiniana. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-19, abr.-jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.2.36198>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/36198>. Acesso em: 10 out. 2020.

PAULA, L. de.; LOPES, A. C. S. A eugenia de Bolsonaro: leitura bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira. *Revista Linguagem*, São Carlos, v.35, Dossiê Discurso em tempos de pandemia, setembro/2020, p. 35-76. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/769>. Acesso em: 10 out. 2020.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. A filosofia da linguagem bakhtiniana e sua tridimensionalidade verbivocovisual. *Estudos Linguísticos* (São Paulo), p. 706-722, jun 2020a. DOI: <https://doi.org/10.21165/el.v49i2.2691>. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2691/1713>. Acesso em: 16 set. 2020a.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. Filosofia da Linguagem Bakhtiniana: concepção verbivocovisual. *Revista Diálogos* (RevDia), p. 111-131, v. 8 n. 3 (2020): Intergrupos: estudos bakhtinianos, 2020b. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/10039>. Acesso em: 28 nov. 2020b.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. A tridimensionalidade verbivocovisual da linguagem bakhtiniana. *Linha D'Água*, (Online), São Paulo, v. 33, n. 3, p. 105-134, set.-dez. 2020c. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v33i3p105-134>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/171296>. Acesso em: 28 nov. 2020c.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. Recepções do pensamento bakhtiniano no ocidente: a verbivocovisualidade no Brasil. In: BUTTURI JÚNIOR, A.; BRAGA, S.; SOARES, T. B. (Orgs). *No Campo Discursivo: teoria e análise*. Campinas: Pontes, 2020d, p. 133-166.

PAULA, L. de; SERNI, N. M. A vida na arte: a verbivocovisualidade do gênero filme musical. *Raído*, Dourados, v. 11, n. 25, p. 178-201, jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.30612/raido.v11i25.6507>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/6507>. Acesso em: 10 out. 2020.

PAULA, L. de. O enunciado verbivocovisual de animação – a valoração do “amor verdadeiro” Disney – uma análise de Frozen. In: FERNANDES JR., A.; STAFUZZA, G. B. (Orgs). *Discursividades Contemporâneas: política, corpo, diálogo*. Série Estudos da Linguagem. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 287-314.

PAULA, L. de; FIGUEIREDO, M. H. de; PAULA, S. L. de. O Marxismo do/no Círculo. In: STAFUZZA, G. B. (Org.). *Slovo – O Círculo de Bakhtin no contexto dos estudos discursivos*. Curitiba: Appris, 2011, p. 79-98.

PONZIO, A. *A revolução bakhtiniana: O pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2016.

RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBS. Facebook. Charge publicada em 28/04/2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/matheusribsoficial/photos/a.234425240049820/1557850827707248>. Acesso em: 05 out. 2020.

SAKAMOTO, L. “Bolsonaro volta a dizer que morrer é normal no dia em que óbito é recorde”. UOL. Publicado em 02/06/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/06/02/bolsonaro-volta-a-dizer-que-morrer-e-normal-no-dia-que-obitos-batem-recorde.htm>. Acesso em: 10 out 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*. Rio de Janeiro: Claro Enigma, 2013.

SILVA, G. E. da. *Racismo: e eu com isso?* Belo Horizonte: Dialética, 2020.

SILVA, E. A. da; SILVA, M. M. da. O Brasil frente à pandemia de COVID-19: da bio à necropolítica. *Confluências: revista interdisciplinar de sociologia e direito*. Niterói/RJ, v. 22, n.2, p. 361-383, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/conflu.v22i2.43040>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/43040>. Acesso em: 02 dez 2020.

SIMÕES, N. “Negros e periféricos são os mais afetados pelo aumento da população carcerária no Brasil”. *Alma Preta*. Publicado em 22 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/negros-e-perifericos-sao-os-mais-afetados-pelo-aumento-da-populacao-carceraria-no-brasil>. Acesso em: 12 set. 2020.

SOUZA, J. de. *A classe média no espelho*. São Paulo: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, J. de. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Estação Brasil, 2019.

TAJRA, A. "Todos nós vamos morrer um dia: veja falas de Bolsonaro sobre o coronavírus". UOL. Publicado em 01 de maio de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/01/todos-nos-vamos-morrer-um-dia-as-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em 12 out. 2020.

VELASCO, C. GRANDIN, F. CAESAR, G., REIS, T. "Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro". G1. Publicado em 16 de setembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2020.

VOLOCHÍNOV, V. *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: 34, 2017.

VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia*. Rio de Janeiro: 34, 2019.

ENSAIO TEÓRICO

A luta pelo poder dizer “*impeachment*” e “golpe” na narrativa midiática do impedimento de Dilma Rousseff

Maria Alcione Gonçalves da COSTA 
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

RESUMO

O processo de impedimento de Dilma Rousseff foi um dos acontecimentos históricos mais emblemáticos e tensos de nossa história política recente, sendo marcado por uma luta acirrada pelo poder e pelo poder dizer. Diante desse confronto discursivo, surgiu o objetivo central da presente pesquisa, que é analisar os processos de designação desse acontecimento histórico na narrativa midiática do Jornal O Globo e das revistas Veja e Carta Capital, em suas versões *online*, observando os funcionamentos discursivos que produziram os sentidos de legalidade (efeito parafrástico) e de golpe (efeito metafórico), para o termo “*impeachment*”. Para tanto, filiemo-nos à teoria da Análise de Discurso Pecheuxtiana, a partir da qual desenvolvemos nossos gestos de análise sobre o funcionamento da memória discursiva nas narrativas midiáticas dos referidos órgãos de imprensa. Para efeitos de conclusão, podemos dizer que a narrativa midiática produzida sobre o evento de 2016 foi determinada por um jogo de forças que acabou institucionalizando o discurso da legalidade, o qual foi construído, essencialmente, por meio do funcionamento da paráfrase discursiva, que (re)atualizou os saberes da FD do *impeachment*, cristalizados no imaginário social brasileiro, após o processo de *impeachment* de Collor. Por seu turno, a narrativa midiática do golpe foi construída, essencialmente, por meio do efeito metafórico, que produziu a deriva dos sentidos em torno do significativo “*impeachment*” que, em meio ao jogo de forças existentes,



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Helson Sobrinho (UFAL)
- Silmara Dela Silva (UFF)

DATAS

- Recebido: 22/08/2020
- Aceito: 08/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Costa, M. A. G. (2020)
A luta pelo poder dizer
“*impeachment*” e “golpe” na
narrativa midiática do
impedimento de Dilma Rousseff.
Revista da Abralin, v. 19, n. 3,
p. 504-529, 2020.

gradativamente, tem se descolado do sentido de legalidade e tem funcionado como paráfrase de golpe.

ABSTRACT

The president Dilma Rousseff's impeachment process has been one of the most emblematic and unsettling historic events in Brazilian recent political history, what has generated a fierce dispute both for power and for having a voice. Based on this discursive confrontation, the main goal of this study is to analyze the ways the sense effects about this historic event in the texts published on websites by O Globo newspaper, Veja and Carta Capital magazines, observing the discursive functioning that has produced the senses of legality (paraphrastic effect) and the senses of coup (metaphoric effect) for the impeachment word. For that, this analysis is based on Pecheuxian Discourse Analysis, out of which we developed our plausible interpretation about the functioning of the discursive memory in the media narrative. It concludes that the media narrative produced about this 2016 event was determined by a power game that institutionalized the discourse of legality. Such discourse was mainly elaborated with discursive paraphrases, which refreshed the knowledge of the discursive formation about the impeachment. This discourse has been fixed in Brazilian social imaginary, especially after Collor's impeachment process. In turn, the media narrative about the coup was mainly elaborated with metaphoric effects that promoted a split in the senses of the significant "impeachment", which, in the middle of the power game, was gradually disconnected from the sense of legality and it has worked as a paraphrase of coup.

PALAVRAS-CHAVE

Ideologia. Discurso. Memória discursiva. Narrativa midiática.

KEYWORDS

Ideology. Discourse. Media narrative. Discursive memory.

Introdução

Em 2016, o Brasil foi palco de um dos acontecimentos políticos mais tensos de nossa história recente, no caso, o processo de impedimento de Dilma Vana Rousseff, que foi destituída do poder de Presidente da República, no dia 31 de agosto do referido ano. Processo esse que, desde sua fase inicial, foi

marcado por uma acirrada luta em torno de sua designação¹ como *impeachment*/processo legal e como golpe.

Esse processo - cujo início e fim não se pode datar, uma vez que ele se iniciou antes de 2016 e ainda se encontra em curso, apresentando novos desdobramentos com o surgimento de novos fatos que têm feito trabalhar a memória discursiva do golpe e do *impeachment*/processo legal - foi desencadeado por um conjunto de fatores, entre os quais destaca-se uma grave crise política que se instalou no país, uma longa e devastadora recessão econômica, uma série de escândalos de corrupção envolvendo os principais partidos políticos, inclusive, o Partido dos Trabalhadores (doravante PT) e uma enorme insatisfação e revolta popular.

Além disso, percebe-se que o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República foi fruto de uma acirrada luta de classes, movida por interesses socioeconômicos distintos, assim como foi marcada por um efeito de polarização político-ideológica que acabou determinando os processos de significação sobre esse acontecimento.

O clima de tensão, de revolta, de protestos, de confronto e até de agressões físicas e morais, que invadiu as ruas e as mídias virtuais em 2016, acabou por despertar meu interesse para esse momento histórico, não só enquanto cidadã brasileira que assumia uma posição nesse conflito e uma posição de classe, mas, principalmente, enquanto pesquisadora e analista do discurso, que se interessava por investigar a determinação histórica na constituição dos sentidos produzidos sobre esse acontecimento e na tomada de posição dos sujeitos nessa luta travada pela palavra e pelo poder.

Aqui, vale destacar que a Análise de Discurso que praticamos² é a de filiação pecheuxtiana que, segundo Eni Orlandi (2012), é a disciplina que trabalha a opacidade do texto, investigando a presença do político, do simbólico e do ideológico, no funcionamento da linguagem. Isso implica dizer que, de acordo com essa perspectiva teórica, os sentidos não se encontram na literalidade das palavras, mas são (re)produzidos pelos sujeitos, de acordo com suas posições de classe e suas filiações ideológicas.

No tocante à noção de sujeito, é importante dizer que, segundo Grigoletto (2005, p. 99), “O sujeito da AD não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, que carrega consigo marcas do social, do ideológico e do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido”. Compreensão essa que decorre do princípio básico da teoria pecheuxtiana de que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia.

1 A noção de designação é tomada de empréstimo de Guimarães (2017), para quem “A designação, de alguma maneira, constitui uma relação com o real pela qual podemos falar dele. A designação é uma relação entre a linguagem e o mundo. O mundo tomado não enquanto existente, mas enquanto significado pela linguagem” (GUIMARÃES, 2018, p. 154).

2 A partir de agora utilizarei a primeira pessoa do plural, quando estiver falando do lugar social de pesquisadora, pois entendo que as reflexões aqui propostas são frutos de muitas leituras e, também, dos questionamentos e sugestões de minha orientadora, Evandra Grigoletto. Nesse sentido, a escrita desse texto trata-se de uma escrita coletiva.

É desse lugar teórico, então, que surgiu o objetivo principal do presente artigo³, que é analisar o funcionamento da memória discursiva no processo de designação do acontecimento histórico em tela, observando os modos pelos quais os efeitos de sentido de golpe e de *impeachment* vêm sendo (re)formulados e postos em circulação na mídia digital.

Vale pontuar que a noção de memória discursiva, no campo teórico da Análise do Discurso, diz respeito ao funcionamento discursivo responsável pelo retorno dos saberes do interdiscurso⁴ na atualidade do dizer, por meio do qual os efeitos de sentido são (re)produzidos no interior de cada formação discursiva⁵ (doravante FD). Nos termos de Pêcheux (2015a, p. 46), “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita”.

Nesse sentido, podemos dizer que a memória discursiva é constituída por ditos anteriores que são retomados no processo discursivo, possibilitando, assim, a produção dos efeitos de sentido no interior de cada FD. Vale reiterar que, de acordo com Pêcheux ([1975]2009), a inscrição do dizer, no espaço da memória, se realiza por meio da repetibilidade e da regularização de sentidos. Em outros termos, dizemos que a repetibilidade, ao promover a regularização de determinados sentidos, é responsável pela construção de efeitos de sentido sobre os sujeitos e sobre os eventos/acontecimentos do mundo, no interior de cada FD. Efeitos esses que passam a ser (re)atualizados no intradiscurso, ou seja, na atualidade de uma dada formulação discursiva, por meio de alguns processos discursivos, entre os quais se encontram a paráfrase, a metáfora e o silenciamento.

No tocante à noção de paráfrase, podemos dizer que, na Análise do Discurso, ela pode ser entendida como um dos funcionamentos responsáveis pelo processo de constituição dos sentidos, uma vez que é por meio dos processos parafrásticos que os sentidos se repetem, constituindo o fio do discurso de uma dada narrativa, o que nos remete à definição pecheuxtiana de formação discursiva “como espaço de reformulação-paráfrase” (PÊCHEUX, [1975]2009, p. 161). No entanto, é importante pontuar que a paráfrase, na perspectiva do discurso, não produz sentidos, apenas, na ordem do mesmo, uma vez que, segundo Pêcheux e Léon (2014), é possível se produzir a diferença, na repetição.

Nesse sentido, podemos dizer que o funcionamento próprio da memória discursiva é restabelecer os implícitos, no presente da enunciação, produzindo, assim, a repetição e, conseqüentemente,

3 O presente artigo resulta da minha pesquisa de doutorado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, sob a orientação da profª Drª Evandra Grigoletto, cujo título é O funcionamento da memória discursiva na designação do evento político de 2016 como ‘*impeachment*’ e como ‘golpe’: uma luta na/pela palavra.

4 Na AD, o interdiscurso é entendido como um espaço saturado de sentidos, por ser o lugar onde coexistem todos os dizeres já ditos e esquecidos pelo efeito ideológico das formações discursivas. Nos termos de Pêcheux ([1975]2009, p. 149), o interdiscurso é concebido como “[...] ‘o todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas”.

5 Por sua vez, a formação discursiva é entendida como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, [1975]2009, p. 147).

a regularização dos sentidos no interior de cada FD. Entretanto, essa regularização de sentidos *pode* ser tensionada pelo acontecimento discursivo⁶, o qual acaba desestabilizando as redes de memória, produzindo a deriva de sentidos, ou seja, produzindo “novas” redes de memória. A respeito desse processo de desregulação dos sentidos no espaço da memória, Pêcheux (2015a, p. 47) afirma que “[...] sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase”.

Com efeito, podemos dizer que o acontecimento novo estabelece um jogo de forças com a memória, através do qual pode acontecer tanto a manutenção da regularização dos sentidos, produzindo a repetição da identidade material do item (efeito parafrástico), quanto a “desregulação” dos sentidos, produzindo a divisão da identidade material (efeito metafórico).

Nesse sentido, vale pontuar que estamos tomando a metáfora como um funcionamento discursivo de substituição de uma palavra por outra, por meio do qual se produz o deslizamento de sentidos. Nos termos de Pêcheux ([1969]2010, p. 96): “Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y” (grifos do autor), o que nos leva a pensar que o sujeito do discurso, ao substituir uma palavra por outra, em condições de produção específicas, acaba produzindo o deslize de sentidos entre os termos substituíveis. Deslizamento esse que pode levar a uma ruptura das redes de memória existentes.

Assim sendo, é possível afirmar que, no processo de (re)atualização dos sentidos, no presente da enunciação, a memória discursiva, que funciona reestabelecendo os implícitos, produz comumente a repetição e, conseqüentemente, a regularização dos sentidos (efeitos parafrásticos); no entanto, mediante o peso de um acontecimento “novo”, ela também pode produzir a desregulação dos sentidos (efeitos metafóricos), o que nos remete ao pensamento pecheuxtiano de que:

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 2015a, p. 50).

Por fim, vale dizer que, além de funcionar por meio da repetibilidade, que produz tanto regularização quanto a desregulação dos sentidos, a memória discursiva também funciona pelo viés do silenciamento que, segundo Orlandi (2007), é o funcionamento responsável pelo apagamento,

6 Aqui, vale pontuar que a noção de acontecimento discursivo na AD diz respeito ao encontro de uma atualidade com uma memória, por meio do qual se produz a ruptura com as redes de sentidos existentes. Nos termos de Freda Indursky (2008, p. 21), o acontecimento discursivo “se institui no exato momento em que o sujeito do discurso rompe com um domínio de saber já instituído e com o qual estava identificado até então para identificar-se com um domínio de saber que está em processo de constituição”. Nesse sentido, estamos tomando o evento político de 2016 como um acontecimento discursivo, por entendermos que ele produziu rupturas nas redes de sentido do termo “*impeachment*”.

embora parcial, dos sentidos indesejados no interior das FD. Isso significa que é no silêncio que os sentidos interditados no interior de uma dada FD habitam, podendo emergir a qualquer momento. Afinal, o silêncio, na perspectiva discursiva, não é da ordem da negação, mas sim da constituição. Nos termos de Orlandi (2007, p. 31), “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é”.

Com base nessas noções teóricas, passamos, então, a observar o funcionamento da memória discursiva no processo de designação do evento político de 2016 como *impeachment* e como golpe, na narrativa midiática da revista Veja, do Jornal O Globo e da revista Carta Capital, em suas versões *online*⁷, analisando os efeitos parafrásticos, os efeitos metafóricos e os efeitos de silenciamento responsáveis pela regularização/desregulação dos efeitos de sentidos no interior de duas FD, a saber: a FD do *impeachment* e a FD do golpe. Aqui, vale pontuar que a nomeação dessas duas FD é resultado de nossos gestos de análise sobre o modo como as narrativas midiáticas designaram esse acontecimento.

Como seria impossível dar conta de todos os textos jornalísticos (notícias, reportagens, editoriais, entrevistas, artigos de opinião, entre outros) divulgados, nesses sites, sobre o acontecimento político de 2016, e como a Análise do Discurso trabalha no nível da verticalidade dos discursos e não no nível da sua horizontalidade, optamos por selecionar o *corpus* da pesquisa, que é composto por sequências discursivas recortadas de textos jornalísticos que circularam nesses espaços midiáticos, tendo como referência os três momentos que, a nosso ver, foram determinantes para o desenrolar do processo de destituição de Dilma Rousseff, a saber: a admissibilidade do pedido de afastamento na Câmara dos Deputados, no dia 02 de dezembro de 2015; a votação na referida Casa Legislativa, no dia 17 de abril de 2016; o julgamento de Dilma no Senado, cujo encerramento se deu no dia 31 de agosto de 2016.

Em termos metodológicos, buscamos, a princípio, identificar os saberes regularizados na FD do golpe e na FD do *impeachment* que retornaram na atualidade do dizer sobre o acontecimento em tela como efeito de memória. Para tanto, selecionamos os enunciados “*Impeachment* é democracia. *Impeachment* é constitucional” e “*impeachment* sem crime é golpe” como sequências discursivas de referência (doravante SDR), a partir das quais foi possível reconhecer a unidade na dispersão dos enunciados que constituem os objetos dos discursos em questão: *impeachment* e golpe, o que confirma o ponto de vista de que a SDR é “um ponto de referência, a partir do qual o conjunto dos elementos do *corpus* receberá sua organização” (COURTINE, p. 107-108, 2014, grifos do autor).

Por fim, realizamos nossos gestos analítico-interpretativos em torno das práticas discursivas que circularam nos sites dos órgãos de imprensa mencionados, conforme podemos ver a seguir.

⁷ Aqui, vale dizer que entendemos que o espaço onde os discursos circulam, de certa forma, produz diferenças nos modos de dizer, no entanto, como o foco de nosso trabalho é a análise do funcionamento ideológico no discurso midiático, não nos debruçamos sobre a questão das especificidades das discursividades *online*.

1. A narrativa midiática do afastamento de Dilma Rousseff como *impeachment*

Em linhas gerais, podemos dizer que a formação discursiva em que se inscreveram os sujeitos favoráveis ao afastamento de Dilma se fundamentou, a princípio⁸, na naturalização do efeito de sentido de que a presidenta Dilma cometeu crime de responsabilidade, por meio das pedaladas fiscais e da assinatura dos decretos de crédito suplementar, devendo, pois, ser deposta do poder, por meio de um processo constitucional. Com efeito, o processo de afastamento de Dilma, enquanto referente construído no/pelo discurso, foi nomeado e designado de *impeachment*/processo legal, atualizando, assim, os sentidos cristalizados na FD do *impeachment*.

A designação do processo de afastamento de Dilma como *impeachment* pode ser vista nos enunciados abaixo, constantemente (re)atualizados no interior da referida FD:



FIGURA 1 - Manifestação pró-impeachment de Dilma

Fonte: <http://portaldozacarias.com.br/site/correio/movimentos-sociais-querem-repetir-grandes-manifestacoes-de-2013-na-onda-pro-impeachment-de-dilma--vai-cair-a-bastilha--/>.

Ao analisarmos os enunciados acima, notamos que o sujeito do discurso faz trabalhar a memória que cola o sentido de processo legal ao termo “*impeachment*”, por meio da mobilização de alguns funcionamentos discursivos de retomada, tais como o implícito, a paráfrase e o silenciamento. Ao dizer “*impeachment é democracia! Impeachment é constitucional!*”, implicitamente, o sujeito do discurso faz trabalhar o sentido de que Dilma cometeu crime de responsabilidade, produzindo o efeito

⁸ Dizemos a “princípio” porque, como podemos ver ao longo das análises, a discussão em torno do crime de responsabilidade acaba se dissolvendo na narrativa midiática do *impeachment*.

de paráfrase de que “*impeachment* com crime é constitucional”, o que fundamenta legalmente a instauração do processo contra a então presidenta.

Aqui, vale pontuar que a necessidade de se dizer “*impeachment* é democracia! *Impeachment* é constitucional!” faz ressoar o dito em outro lugar, ou seja, o discurso do sujeito que diz que “*impeachment* é golpe”, e mais, que é um “golpe contra a democracia”. Saberes esses que são (re)produzidos no interior da FD antagônica, a FD do golpe, e que colocam a legalidade do processo de afastamento de Dilma Rousseff e a própria democracia em questão, conforme apontamos no próximo tópico.

Ainda no tocante à figura acima, podemos dizer que o uso das cores verde e amarelo e de outros símbolos nacionais, como o Hino e a Bandeira Nacional, pelos manifestantes pró-*impeachment*, funciona como um efeito de memória, uma vez que esses símbolos têm se configurado, ao longo da história, como uma estratégia política de naturalização do caráter patriótico dos movimentos populares em determinados momentos de crise de representatividade política.

Com isso, estamos entendendo que o retorno das cores verde e amarelo e dos símbolos nacionais, nas manifestações pró-*impeachment* de Dilma Rousseff, funcionam como um efeito de memória, por meio do qual coloca-se em evidência o pretense patriotismo desse grupo, com vistas a ressaltar a luta anticorrupção e pró-democracia, reforçando, assim, o argumento da constitucionalidade do processo no interior da referida FD. Como o sujeito do discurso, ao colocar determinados sentidos em evidência, acaba apagando outros, notamos que, ao evidenciar o pretense patriotismo, os sujeitos pró-*impeachment* silenciam os interesses políticos e a luta de classes que motivaram o processo de impedimento, enfraquecendo, assim, o discurso do golpe.

Ao analisarmos os discursos veiculados no site da revista “Veja” a respeito do processo de impedimento de Dilma Rousseff, percebemos que os enunciados “*Impeachment* é democracia! *Impeachment* é constitucional!” servem como base de sustentação da narratividade, por meio da qual esse acontecimento foi designado de *impeachment*/processo legal. Isso porque esses enunciados, ao serem constantemente (re)atualizados no intradiscurso⁹ da FD do *impeachment*, por meio de relações parafrásticas, acabaram produzindo uma rede de sentidos que teceram discursivamente esse evento político como um processo legal, amparado pelo manto da Constituição Federal. Vejamos:

SD1 – Cunha aceita pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff

Presidente da Câmara acatou argumentos da peça apresentada pelos juristas Hélico Bicudo e Miguel Reale. Seguimento do processo agora terá de ser votado em plenário.

9 A noção de intradiscurso, na AD, diz respeito às formulações de dizeres anteriores no presente da enunciação, por isso dizemos que os saberes do interdiscurso são atualizados no intradiscurso, ou seja, os ditos anteriores retornam no presente da enunciação como efeito de memória.

Ao analisarmos a SD1¹⁰, percebemos que a designação do processo de impedimento de Dilma como *impeachment* aparece como transparente, ou seja, como um sentido cristalizado. Esse saber universal, produzido como evidência pelo funcionamento ideológico, acaba sendo atualizado no discurso do sujeito jornalista, por meio da ênfase dada à legalidade da admissibilidade do pedido de cassação realizada pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o qual, no dizer do sujeito jornalista, fundamentou-se nos *argumentos da peça (acusatória)*, (re)inscrevendo no fio do discurso o efeito de evidência de que houve cometimento de crime de responsabilidade. E se há crime, o processo é legal.

Nesse sentido, notamos que o enunciado “Presidente da Câmara acatou argumentos da peça apresentada pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale” encontra-se em relação de paráfrase com a SDR, uma vez que produz o efeito de sentido de que a abertura do processo foi motivada exclusivamente pelo teor jurídico da denúncia. Com efeito, podemos dizer que, na SD em análise, o processo de impedimento de Dilma é designado de processo legal, atualizando a rede de memória da FD do *impeachment* como um remédio constitucional, por meio do qual é possível destituir um presidente que cometa crime de responsabilidade, de acordo com os preceitos determinados pela Constituição Federal (GALINDO, 2016).

Vale pontuar, aqui, que o sujeito jornalista, ao colocar em evidência os trâmites do processo, acaba apagando o dito em outro lugar: Cunha age por vingança. Esse dizer, que circula na FD antagonica, remete ao fato de que a admissibilidade do processo de impedimento de Dilma, na Câmara, se deu logo após o anúncio de que a bancada do PT votaria contra Cunha no Conselho Ética¹¹. O esquecimento do dito em outro lugar é um funcionamento discursivo muito produtivo na narrativa midiática, conforme apontamos ao longo de nossas análises, uma vez que se esquece de dizer isso ao dizer aquilo e, assim, vai-se construindo os efeitos de “verdade” tão (in)consistentes que a opinião pública repete sem cessar.

No entanto, como entendemos que não existe unidade de sentido na língua, ou melhor, “não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 2009, p. 277), é possível dizer que o verbo “acatar”, na SD em análise, acaba inscrevendo o sentido de golpe, no interior da FD do *impeachment*. Isso se deve ao fato de que, segundo o Dicionário Online de Português¹², o verbo “acatar” funciona como sinônimo de “cumprir” e de “obedecer”. Assim, é possível dizer que o sujeito jornalista, ao dizer que Cunha “acatou” os argumentos da defesa, faz ressoar o efeito de sentido de que Cunha, movido por um ressentimento pessoal, não agiu de forma independente e neutra, mas agiu por “obediência” ao que lhe foi imposto

10 A SD 1 foi recortada da reportagem intitulada “Cunha aceita pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff veiculada no site da revista Veja, no dia 02 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/cunha-aceita-pedido-de-impeachment-de-dilma-rousseff/>. Acesso em 10 set. de 2018.

11 Na época, o Conselho de Ética investigava se Cunha havia quebrado o decoro parlamentar ao dizer, na CPI, que não possuía contas bancárias na Suíça para ocultar dinheiro advindo de vantagens indevidas. Processo esse que resultou na cassação do mandato do presidente da Câmara no dia 12 de setembro de 2016.

12 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acatar/>. Acesso em 20 de fev. de 2020.

por forças superiores, “cumprindo as ordens” da elite política e empresarial que, por ver no instituto do *impeachment* a possibilidade de voltar ao poder, vinha pressionando-o a “acatar” o pedido de cassação do mandato da presidenta, o que coloca em cena a tese de que o processo era inconstitucional. Assim, é possível dizer que o verbo “acatar” deixa escapar os sentidos produzidos em condições de produção heterogêneas, fazendo ressoar o sentido de golpe, além de colocar em evidência os interesses de classe que impulsionaram o processo de impedimento de Dilma.

Dessa forma, ao longo da narrativa do *impeachment*, o discurso do golpe acaba sendo deslegitimado pelo sujeito jornalista da Veja, assim como a discussão jurídica em torno da caracterização (ou não) das pedaladas fiscais como crime é, em certa medida, silenciada, conforme podemos notar nas SD¹³ a seguir:

SD2- Dilma e o PT insistem em dizer que a democracia brasileira sofre um golpe, e que seu *impeachment* representará uma ruptura institucional. Mas a votação de hoje está imune a qualquer questionamento. O governo teve ampla oportunidade de atacar na Justiça todos os aspectos da tramitação do processo de *impeachment* na Câmara. Seus argumentos foram analisados pelo Supremo Tribunal Federal, acolhidos em alguns casos, rejeitados na maioria. Disso resultou um rito que já não pode ser questionado (grifo nosso).

SD3 - Dilma, obviamente, repetiu reiteradas vezes que não cometeu crime algum. Mas o relatório do deputado Jovair Arantes, defendendo o contrário, é uma peça poderosa. Pedaladas fiscais e outros atentados à ordem orçamentária da República – os crimes de que Dilma é acusada – não representam, nas palavras de Arantes, “atos de menor gravidade ou mero tecnicismo contábil” (grifo nosso).

Conforme podemos ver, tanto na SD2 quanto na SD3, os saberes da FD do golpe são inscritos na FD do *impeachment*, porém são formulados na ordem da negação e da refutação. Para tanto, o discurso de golpe e o de inexistência de crime, além de serem marcados como pertencentes a Dilma e ao PT, por meio do uso do discurso indireto, são refutados pelo sujeito do discurso, por meio de argumentos genéricos, os quais (re)atualizam a significação de que o processo é legal, por estar seguindo os trâmites constitucionais e por estar sendo supervisionado pelo STF, sem apresentar argumentos técnico-jurídicos que comprovem a caracterização das pedaladas como crimes de responsabilidade.

Esse efeito de generalização dos crimes que embasaram o processo pode ser percebido no enunciado “Pedaladas fiscais e outros atentados à ordem orçamentária da República – os crimes de que Dilma é acusada – não representam, nas palavras de Arantes, “atos de menor gravidade ou mero tecnicismo contábil”, no qual notamos que a expressão “outros atentados” traz para a cena discursiva não apenas os crimes descritos na peça acusatória, mas todos os crimes que eram atribuídos ao governo petista, no interior da FD do *impeachment*. E, a partir desse efeito de generalização, o sujeito jornalista acaba saturando o efeito de legalidade do processo, uma vez que, para os sujeitos filiados

13 As sequências discursivas 2 e 3 foram recortadas do editorial intitulado “Câmara aprova processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff”, publicado no site da revista Veja, no dia 17 de abril de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/camara-aprova-processo-de-impeachment-contra-dilma-rousseff/>. Acesso em: 11 set. 2018.

à FD do *impeachment*, o efeito de sentido de que há crime(s) praticado(s) pela presidenta Dilma é produzido como evidente pelo efeito ideológico.

A designação do afastamento de Dilma como *impeachment*, por encontrar respaldo de instituições legitimadoras, como o STF e as Casas Legislativas, retorna no fio do discurso, conforme podemos notar no enunciado: “Mas a votação de hoje está imune a qualquer questionamento”, no qual apaga-se toda e qualquer possibilidade de o sentido ser outro. Para tanto, o sujeito do discurso produz como evidente o efeito de sentido de que a atuação do STF, supervisionando o processo e analisando os recursos da defesa, é inquestionável, do ponto de vista jurídico, apagando, assim, as contradições próprias dessa instituição que, ao longo dos tempos, tem se desgastado publicamente devido às constantes controvérsias nas decisões tomadas por seus ministros.

No tocante à questão do crime de responsabilidade, notamos ainda que a edição dos decretos nem é mencionada na descrição dos possíveis crimes praticados por Dilma, indicando, pois, que os saberes produzidos na FD jurídica sobre o crime de responsabilidade acabam sendo, paulatinamente, diluídos na narrativa midiática do *impeachment*. Com isso, notamos que os argumentos jurídicos que, inicialmente, foram a tônica da abertura do processo, vão se suavizando até desaparecer, mas a “certeza” do crime, que a narrativa midiática construiu, e o desejo do “Fora Dilma” se sobrepuseram ao longo do processo. Disso decorreu a dificuldade em se travar um diálogo pelo viés da argumentação jurídica, já que o importante do processo não era a comprovação ou não do crime, mas sim “tirar a Dilma” do poder.

Vale pontuar também que a discussão em torno da (in)existência da prática de crime de responsabilidade por parte da presidenta Dilma estava longe de alcançar uma unanimidade, no campo jurídico, ao contrário do que se pretendeu regularizar na FD do *impeachment*. No caso das pedaladas fiscais, a perícia realizada no Senado reconheceu que Dilma não agiu diretamente no atraso dos repasses de dinheiro aos bancos públicos, fortalecendo, assim, a tese da defesa de que o processo de impedimento não tinha base jurídica, tratando-se, pois, de um golpe travestido de legalidade.

Já no que diz respeito aos decretos de crédito suplementar, os peritos reconheceram a participação direta da presidenta, assim como reconheceram a existência de irregularidade em sua edição, entretanto os mesmos peritos chegaram à conclusão de que a edição dos decretos não feriu a meta fiscal anual. Conclusão essa que, no nosso entendimento, se configura como uma contradição discursivo-jurídica que coloca em questão a tese da constitucionalidade do processo¹⁴.

Nesse sentido, reiteramos que o crime que embasou a peça acusatória era alvo de uma série de controvérsias jurídicas que, embora tenham sido tratadas em notícias esporádicas, foram silenciadas ao longo da narratividade que se produziu na FD do *impeachment*, pelo viés da repetibilidade,

14 Essa controvérsia discursivo-jurídica pode ser verificada em: <https://oglobo.globo.com/brasil/laudo-da-defesa-de-dilma-nega-irregularidades-em-decretos-pedaladas-fiscais-19643058>. Acesso em: 01ago. 2019.

conforme podemos notar nas SD¹⁵ abaixo, que foram recortadas do editorial publicado no jornal O Globo, no dia 25 de agosto de 2016, já na fase final do julgamento de Dilma no Senado:

SD4 - Não faltam provas para o impeachment de Dilma

Processo chega à fase final, tendo sido dado todo espaço à defesa, mas que não consegue responder, *sem deixar dúvidas*, às acusações de crimes de responsabilidade

SD5 - O processo de *impeachment* da presidente afastada, Dilma Rousseff, entra hoje na fase final, *sem que o lulopetismo e o advogado da presidente, José Eduardo Cardozo, sejam convincentes* ao rebater a acusação de que ela cometeu crimes de responsabilidade no campo fiscal, como definidos pela lei 1.079, de 1950, e estabelecidos na Constituição. E foram muitas as etapas de debates e votações, garantida liberdade absoluta à defesa. E muito menos *convence a delirante acusação de que há um “golpe”*.

Conforme podemos verificar na SD4, o sujeito jornalista, para (re)produzir o efeito de legalidade do processo, (re)atualiza o efeito de naturalização da existência do crime de responsabilidade. Para tanto, ele atribui um efeito de realidade ao enunciado “*não faltam provas para o impeachment*”. Esse pretense efeito de realidade é produzido por meio do silenciamento dos argumentos da defesa que, conforme podemos ver com mais detalhes no próximo tópico, buscou comprovar que Dilma não participou diretamente das pedaladas fiscais, assim como questionou, com embasamento técnico-jurídico, a tese de que a edição dos decretos foi ilegal, indicando, pois, que as provas contra Dilma estavam longe de serem abundantes e indubitáveis, tal como se cristalizou na FD do *impeachment*.

O silenciamento em torno das alegações da defesa de Dilma também pode ser verificado na SD5, na qual podemos perceber que o sujeito jornalista, além de reiterar a existência dos crimes, citando inclusive a lei 1.079, conhecida como lei do *impeachment*, silencia e deslegitima a atuação da defesa, durante o processo.

Assim sendo, percebemos que o efeito de evidência da constitucionalidade do processo de impedimento de Dilma Rousseff da SDR é constantemente (re)construído nos discursos da Veja e do Globo, pelo viés do funcionamento da ideologia. Funcionamento esse que se materializa no discurso jornalístico, por meio do silenciamento e das relações parafrásticas entre os enunciados do domínio da memória, do domínio da atualidade e do domínio da antecipação, os quais têm regularizado e atualizado os sentidos produzidos na FD do *impeachment*. Esses domínios a que nos referimos dizem respeito aos domínios de objetos, a partir dos quais, segundo Courtine (2014), podemos identificar a unidade na dispersão das sequências discursivas em torno de uma SDR, sendo o domínio da memória “constituído por um conjunto de sequências que pré-existem à sdr” (COURTINE, 2014, p. 111), o domínio de atualidade “formado por um conjunto de sequências discursivas que coexistem com a sdr em uma conjuntura histórica determinada” (*idem*, 2014, p. 112), e o domínio de antecipação “constituído por sequências discursivas que sucedem à SDR (*idem*, 2014, p. 113, grifos do autor).

15 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/nao-faltam-provas-para-impeachment-de-dilma-19989091>. Acesso em: 01 ago. 2019.

Isso implica dizer que a SDR, ao ser reformulada por meio do regime de repetibilidade e do silenciamento, faz trabalhar a memória do passado, por meio do retorno de saberes já ditos em outro lugar e em outra época, assim como projeta a memória do futuro, por meio do efeito de antecipação dos sentidos que poderão se inscrever na memória coletiva do brasileiro.

A figura a seguir resume bem esse processo discursivo de regularização de sentidos no interior da FD do *impeachment*. Vejamos:

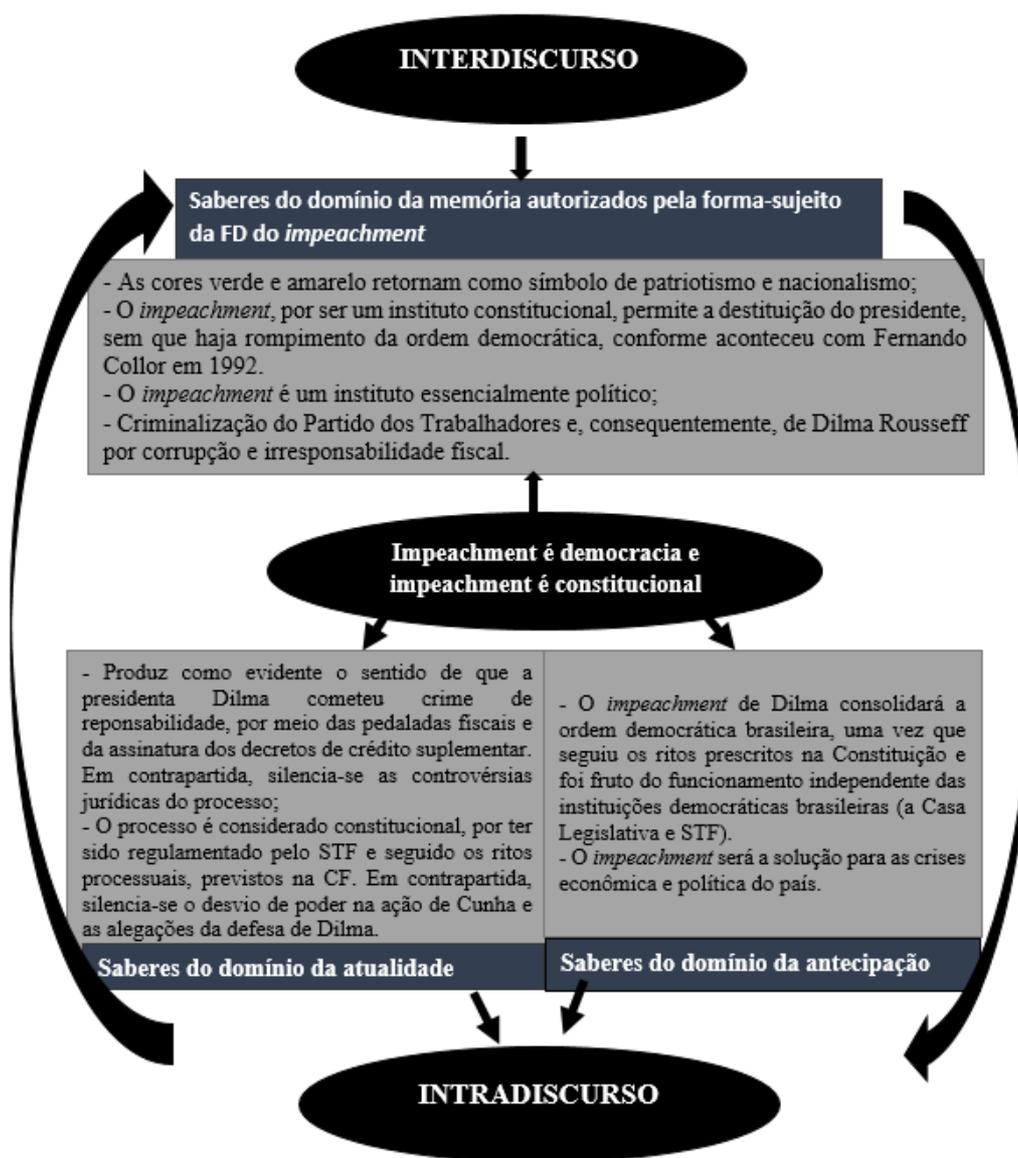


FIGURA 2 - O funcionamento da memória discursiva no processo de regularização dos sentidos no interior da FD do *impeachment*
 Fonte: figura elaborada pela autora

Conforme podemos notar, na figura anterior, defendemos a ideia de que o funcionamento da memória discursiva produz tanto o retorno dos saberes estabilizados no interdiscurso e autorizados pela forma-sujeito da FD do *impeachment* quanto a regularização dos sentidos no nível do intradiscurso. Processo de regularização esse que, por seu turno, se realiza por meio da repetibilidade e do silenciamento. Ademais, entendemos que, embora as FD, em sua essência sejam heterogêneas, por abrigarem o sentido outro, acabam estabilizando suas redes de memória no campo do mesmo. E, nesse processo de produção dos sentidos, notamos a circularidade dos pré-construídos entre o nível do interdiscurso e o nível do intradiscurso, sendo a memória discursiva a responsável pelo processo de regularização e de deslocamentos de sentidos.

Para efeitos de conclusão dos gestos de análise da narrativa midiática do *impeachment*, podemos dizer, então, que o impedimento de Dilma Rousseff foi pretensamente designado de *impeachment*/processo constitucional, por meio do funcionamento da memória discursiva que, entre o repetir e o apagar, discursivizou o acontecimento em tela na direção da legalidade, produzindo tanto a estabilização parafrástica quanto o deslizamento de sentidos, sem a ruptura com a FD do *impeachment*.

Posto isso, apresentamos a seguir a análise da narrativa midiática da revista Carta Capital, que discursivizou o processo de impedimento de Dilma Rousseff como golpe.

2. A narrativa midiática do afastamento de Dilma Rousseff como golpe

A entrada da designação do instituto do *impeachment* como golpe, na cena discursiva brasileira, é difícil de ser demarcada no tempo e no espaço. No entanto, é fato que ela passou a produzir eco nas formulações dos sujeitos que se posicionaram contrários ao impedimento de Dilma, em várias materialidades linguístico-discursivas: nos discursos de Dilma Rousseff e de seus aliados políticos, em cartazes de protestos hasteados nas manifestações contrárias ao afastamento, nos comentários publicados nas redes sociais, em notícias divulgadas por jornais e sites de linha editorial considerada progressista, em artigos e livros produzidos no campo das Ciências Sociais, em entrevistas e pronunciamentos de juristas e de ministros do STF, em cursos realizados em Universidades Federais Brasileiras, etc.

A repetibilidade à exaustão da designação do processo de impedimento de Dilma Rousseff como golpe acabou produzindo uma memória do dizer, sobre o acontecimento histórico de 2016, antagônica ao discurso oficial assumido pela grande mídia e pelas instituições responsáveis pela condução do processo - Câmara dos Deputados, Senado e STF - intensificando, assim, a batalha em torno da designação desse acontecimento, nos campos linguístico, político e jurídico.

A designação do afastamento de Dilma como golpe pode ser vista no enunciado a seguir, o qual, inclusive, será utilizado como SDR da FD do golpe. Vejamos:



FIGURA 2 - Anúncio publicitário contra o golpe de 2016
 Fonte: http://www.contextolivre.com.br/2016/05/impeachment-sem-crime-e-golpe-e_5.html

Ao analisarmos a SDR em tela, percebemos a existência de uma ruptura com a rede de memória da FD do *impeachment*, uma vez que, ao se acrescentar o adjunto adnominal “sem crime” ao termo *impeachment*, quebra-se com a regularidade parafrástica da FD do *impeachment*, a qual, conforme pontuamos no tópico anterior, se estrutura em torno da ideia de que o *impeachment* é uma garantia constitucional para proteger a nação dos governantes que cometam crime de responsabilidade, que percam sua governabilidade e que estejam envoltos em crises econômicas e políticas.

Como, no enunciado acima, o adjunto adnominal modifica a natureza do *impeachment*, atribuindo-lhe uma nova característica, por meio da locução adjetiva “sem crime”, instaura-se uma “nova” rede discursiva de formulações que, por sua vez, faz trabalhar o discurso do golpe. Isso porque o sujeito do discurso inscreve, no intradiscurso, ou seja, no presente da enunciação, o efeito de sentido de que o uso político do instituto do *impeachment* contra um(a) presidente(a) sem a prática do crime, mesmo seguindo o rito processual previsto na CF, é uma ofensa à ordem democrática brasileira, sendo, pois, designado de golpe.

Nesse sentido, é possível dizer que, no enunciado em análise, a relação entre os termos “*impeachment* e golpe” é da ordem da metáfora discursiva que, conforme pontuamos anteriormente, é concebida como um funcionamento discursivo de substituição de uma palavra por outra, por meio do qual se produz o deslizamento de sentidos. Deslizamento esse que pode levar a uma ruptura com as redes de memória existentes.

No tocante ao funcionamento metafórico entre os termos “*impeachment* sem crime” e “golpe”, partimos do pressuposto de que o sujeito do discurso filiado à FD do golpe, ao inscrever no intradiscurso o termo “*impeachment*”, o faz de outra posição-sujeito, produzindo, assim, a divisão dos sentidos em torno do significante “*impeachment*”. Com isso, a unidade imaginária do sentido de legalidade, que foi colada ao significante “*impeachment*” pela regularidade discursiva da FD do

impeachment, passa a ser tensionada pelos sentidos produzidos no interior da FD do golpe e, nesse jogo de forças e de disputa pela designação do evento político em tela, o significante *impeachment* passa a significar de modo diferente.

Aqui, vale ressaltar que, segundo Mariani (2007, p. 69):

[...] o deslocamento dos sentidos, embora fluido e ininterrupto na cadeia do dizer, é necessariamente barrado pelo enlaçamento pontual dos significantes em determinados pontos da cadeia. E esse enlaçamento, uma ancoragem semântica, não se processa indiferentemente, ele tem a ver com a história, com a tensão entre memória e esquecimento, e com a subjetividade.

Com efeito, estamos entendendo que, no processo metafórico, o sujeito do discurso tanto desregula os sentidos que constituem a “ancoragem semântica” do significante quanto produz efeitos de sentido(s) outro(s), inscrevendo na memória do dizer uma “nova” rede de significação para o mesmo significante. Nesse sentido, interessa-nos saber os modos pelos quais o significante “*impeachment*” passa a significar golpe, na narrativa midiática do golpe, observando as relações (de paráfrase, de metáfora e de silenciamento) que se estabelecem entre os saberes da ordem da memória (sentidos estabilizados na FD do *impeachment* e na FD do golpe) e da ordem da atualidade (sentidos postos em funcionamento a partir do acontecimento histórico de 2016).

Ao analisarmos os discursos que circularam no site da revista Carta Capital, percebemos que o evento político de 2016, em sua fase inicial, foi nomeado de *impeachment* devido a um conjunto de fatores, dentre os quais destacamos as relações de forças institucionais que legitimaram o discurso da legalidade, a posição social de jornalista, a formalidade e a complexidade do processo e o efeito de interdição do termo “golpe” produzido pelos sujeitos defensores do processo de afastamento de Dilma como *impeachment*/processo legal, os quais encontraram o amparo de instituições legitimadoras.

No entanto, no decorrer de nossas análises, percebemos que o processo de impedimento de Dilma, embora tenha sido nomeado de “*impeachment*”, foi designado¹⁶ de golpe, ao longo da narrativa midiática da Carta Capital, corroborando a tese pecheuxtiana de que os sentidos não se encontram na literalidade das palavras, mas são determinados pelas posições ideológicas sustentadas pelo sujeito do saber próprio de cada FD. Isso implica dizer que o termo “*impeachment*” foi (res)significado no interior da FD do golpe, a partir do acontecimento político de 2016, o que nos remete também ao pensamento de Guimarães (2017) de que a designação é o processo de significação dos nomes no acontecimento de linguagem.

Vejamos, na SD¹⁷ a seguir, como se dá esse processo de designação do evento político de 2016 como golpe, na narratividade midiática da Carta Capital, por meio do qual se produziu a divisão de sentidos em torno do termo “*impeachment*” (efeitos metafóricos):

16 Aqui, vale pontuar que, segundo Guimarães (2017, p. 12), a nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, enquanto que a designação é um processo histórico de significação dos nomes.

17 A SD 6 foi recortada de uma reportagem divulgada no site da revista Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-retaliacao-ao-pt-cunha-acolhe-pedido-de-impeachment-contra-dilma-5647.html>. Acesso em: 08 dez. 2018.

SD6 - Em retaliação ao PT, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma

Dilma Rousseff disse estar indignada com acusação e afirmou que não aceitará qualquer tipo de barganha política

Na SD acima, percebemos que, embora o evento em curso tenha sido nomeado de *impeachment*, o efeito de sentido de que o processo de afastamento de Dilma não tem base legal ressoa no plano discursivo e no plano linguístico, ao contrário do que vimos nos discursos da Veja e do Globo.

Essa ressonância do sentido de golpe, no plano linguístico, é produzida por meio da inversão sintática do adjunto adverbial “Em retaliação ao PT”, que põe em destaque a finalidade da ação de Cunha: vingar-se do PT; e por meio do uso do verbo “acolher” para descrever a ação de Cunha, que coloca em evidência o efeito de satisfação pessoal de Cunha ao “receber com agrado” o pedido de impedimento de Dilma, produzindo o efeito de sentido de que a tomada de posição de Cunha foi motivada por interesses pessoais, o que caracteriza, no dizer do sujeito do discurso, o desvio de poder e, conseqüentemente, a nulidade do processo. Nesse sentido, podemos dizer que o adjunto adnominal “Em retaliação ao PT” e o verbo “acolher” funcionam como paráfrases discursivas de “golpe”, uma vez que produzem a ressonância do sentido de ilegalidade.

O efeito de sentido da ilegalidade do processo é reiterado no subtítulo da reportagem, no qual o sujeito jornalista acrescenta a informação de que Dilma “está indignada” com a acusação e “não aceitará qualquer tipo de barganha política”, produzindo, assim, o efeito de evidência de que a então presidenta estava sendo vítima de uma chantagem praticada pelo presidente da Câmara, que condicionou a aceitação do pedido de sua cassação a uma troca de favores, (re)inscrevendo no fio do discurso o efeito de desvio de finalidade na ação de Cunha.

Nesse sentido, percebemos que os termos “*impeachment*” e “golpe”, devido aos deslizamentos de sentidos produzidos pelo efeito metafórico, passam gradativamente a funcionar como paráfrases discursivas. Disso decorre o enunciado “*impeachment* sem crime é golpe”, o qual coloca os termos “*impeachment* sem crime” e “golpe” no campo do mesmo. Vejamos mais algumas SD da narratividade do golpe, no discurso da Carta Capital, a partir das quais é possível identificar esse efeito metafórico:

SD7 - Por volta das 22h, o governo concedeu a derrota. “Os golpistas venceram aqui na Câmara, mas a luta continua, nas ruas e no Senado”, disse o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE).

SD8 - “Acredito que temos chance de reverter o jogo. Não é possível afastar uma presidenta que não cometeu nenhum crime de responsabilidade. É uma derrota momentânea. A luta está apenas começando, será lenta e gradual. Até porque o vice-presidente não reúne a menor condição de governar o País”, afirmou. “Perdemos porque os golpistas foram mais fortes, comandados por Eduardo Cunha.”

SD9 - Ao justificar os votos pelo *impeachment*, a imensa maioria dos parlamentares deixou de lado os argumentos jurídicos apresentados no pedido feito pelos juristas Janaina Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior – as pedaladas fiscais e a publicação de decretos orçamentários sem autorização do Congresso. Uma grande proporção dos deputados usaram as famílias e Deus como justificativas para afastar Dilma do poder. Houve também muitas manifestações em favor das cidades e dos estados dos parlamentares.

As SD acima, que foram recortadas da notícia intitulada “Câmara aprova abertura de *impeachment* de Dilma”, publicada no site da revista Carta Capital, no dia 17 de abril de 2016, trazem para a cena do discurso o sentido de golpe, de forma expressa, conforme podemos notar na SD7, na qual aparece o termo “golpista”, que é usado pelos aliados de Dilma Rousseff para designar os parlamentares que votaram a favor do processo de afastamento da presidenta. No entanto, notamos que esse termo só aparece no discurso direto dos parlamentares da base aliada do governo. O sujeito jornalista continua usando o termo “*impeachment*” para se referir ao processo em curso, embora faça ressoar o efeito de sentido de golpe no fio do discurso, indicando, assim, que o jogo de forças institucionais travado em torno da designação do evento em tela, nessa fase do processo, era mais favorável ao discurso do *impeachment* como processo legal.

Outro ponto que merece atenção, no conjunto das SD em análise, é a forma como o sujeito jornalista produz como transparente o efeito de sentido de inexistência do crime, naturalizando o sentido de que o processo é movido por interesses unicamente políticos. Além disso, destacamos o efeito de silenciamento produzido em torno da crise política do governo Dilma Rousseff que, paulatinamente, perdia sua governabilidade, e em torno da discussão jurídica sobre as pedaladas fiscais e da edição dos decretos.

Esse efeito de silenciamento pode ser notado na SD8, na qual o sujeito jornalista, por meio do discurso direto do deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara, produz o sentido de que o afastamento não se consumará por duas razões: por não haver crime e porque “o vice-presidente não reúne a menor condição de governar o País”, como se a presidenta Dilma possuísse tais condições na época. Se não há crime, no dizer dos sujeitos inscritos nessa FD, “é impossível afastar uma presidenta” do poder. E, ao categorizar o impedimento como impossível, apaga-se a possibilidade de o sentido ser outro, ou seja, apaga-se a possibilidade da comprovação da prática do crime de responsabilidade, durante o julgamento no Senado.

Entretanto, vale pontuar que o sujeito do discurso, embora produza o sentido de golpe como evidente, acaba sendo apanhado pela equivocidade da língua, produzindo o deslize de sentido, por meio do qual o sentido outro aparece. Esse deslizamento de sentido encontra-se materializado no enunciado “Acredito que temos chance de reverter o jogo”, no qual percebemos que, ao designar o processo de impedimento como um “jogo”, o sujeito coloca em evidência o sentido de que o processo de *impeachment* é uma luta travada no campo da política, cujo vencedor é aquele que possui mais forças e mais aliados, indicando, pois, que a questão jurídica em torno da caracterização das pedaladas fiscais e da edição dos decretos como crime de responsabilidade, no interior da FD do golpe, também não era a questão central, nessa fase do processo.

Na SD9, notamos que o sujeito jornalista da Carta Capital, para produzir o sentido de golpe como evidente, coloca em destaque a votação dos parlamentares favoráveis ao processo, os quais utilizaram a moralidade religiosa e a família como argumentos para justificar seus votos, ao invés da evidência do crime, expondo, assim, o jogo político que estaria por trás do processo de impedimento de Dilma Rousseff. Isso nos mostra que, enquanto o sujeito do discurso da FD do *impeachment* apaga

os interesses da classe política por trás do processo de Dilma, o sujeito do discurso da FD do golpe os expõe como estratégia de resistência e de legitimação de sua posição-sujeito.

No tocante à relação parafrástica entre os termos “*impeachment*” e “golpe”, notamos que ela passou a ganhar visibilidade na narrativa midiática do golpe, especialmente, a partir do vazamento dos áudios entre o então senador Romero Jucá e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, assim como a partir da divulgação¹⁸ das perícias realizadas no Senado.

A partir do vazamento dos áudios entre Jucá e Sérgio Machado, percebemos que a tese do golpe que, até então, vinha sendo construída à margem do discurso oficial, por ser este legitimado pelas instituições democráticas, começa a ganhar força, nos discursos jornalísticos veiculados na mídia alternativa. Isso porque os vazamentos trouxeram à cena do discurso a designação do processo como golpe, descortinando os interesses políticos dos congressistas que apoiavam o processo.

Por sua vez, as perícias realizadas no Senado foram vistas pela defesa como uma prova material da inexistência de crime por parte da presidenta, devido ao fato de os peritos terem concluído que não houve a participação de Dilma nas pedaladas e que os decretos não ofenderam a meta fiscal anual, confirmando, assim, a tese da ilegalidade do processo.

Ainda sobre as perícias, vale ressaltar que nós percebemos um deslocamento na narrativa do golpe, a qual deixa de se fundamentar no argumento de que as pedaladas não se configuram como crime de responsabilidade e passa a se fundamentar na ideia de que Dilma não teve participação no atraso dos repasses ao Banco do Brasil. No tocante ao parecer dos peritos sobre os decretos de crédito suplementar, notamos que o sujeito jornalista, por um lado, dá sustentação ao ponto de vista de que sua edição exigia a autorização dos parlamentares. No entanto, por outro lado, se contrapõe ao ponto de vista de que Dilma era a responsável por eles, uma vez que, de acordo com o próprio parecer dos peritos, Dilma Rousseff não foi alertada pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento a respeito da incompatibilidade com a meta fiscal ao emitir os decretos, (re)produzindo o efeito de sentido de que, mesmo que os decretos tivessem sido editados de forma irregular (o que não era um ponto de vista consensual entre os órgãos jurídicos competentes, inclusive, tais decretos tinham sido editados por presidentes anteriores), não houve dolo da presidenta na sua edição. Sem o dolo da presidenta, não há, pois, crime de responsabilidade.

Diante disso, podemos dizer que o parecer técnico do Senado é visto pelos sujeitos inscritos na FD do golpe como um documento importante para a legitimação do discurso do golpe, uma vez que ele corrobora, em grande medida, o ponto de vista de que Dilma Rousseff não cometeu crime de responsabilidade, reforçando, assim, a narrativa do golpe.

A seguir apresentamos mais algumas SD, recortadas de uma notícia¹⁹ sobre o discurso de Dilma Rousseff no Senado, cujo título é “**Estamos a um passo de um verdadeiro golpe de Estado, diz**

18 Não apresentamos, nesse artigo, a análise das SD sobre o vazamento dos áudios e sobre as perícias realizadas no Senado, devido à limitação própria deste tipo de trabalho científico, mas elas encontram-se disponíveis na tese.

19 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/estamos-a-um-passo-de-um-verdadeiro-golpe-de-estado-diz-dilma/>. Acesso em: 19 out. 2019.

Dilma”, a partir das quais percebemos que o uso do termo “golpe” passa a ganhar maior visibilidade na narrativa midiática da Carta Capital. Vejamos:

SD10 - Ciente de que o processo de *impeachment* chega à reta final praticamente definido, a presidenta Dilma Rousseff optou por fazer um discurso no Senado menos conciliador aos parlamentares que decidirão sobre seu afastamento e lançou mão de um tom de denúncia contra elites políticas, econômicas e setores da mídia. “Viola-se a democracia e pune-se uma inocente. Estamos a um passo de um verdadeiro golpe de Estado”, disse. Na avaliação de Dilma, o resultado eleitoral de 2014 foi um “rude golpe em setores da elite conservadora brasileira”, que se voltaram contra ela.

SD11 - A partir de então, lembrou Dilma, a possibilidade de *impeachment* passou a assombrar seu segundo mandato, tornando-se tema central tanto da pauta política quanto jornalística, sem necessariamente poder ser justificado pelos crimes de responsabilidade fiscal dos quais é acusada. “Eu não pratiquei atos ilícitos”, disse. “Dizem que esse processo de *impeachment* é legítimo porque respeita ritos e prazos. No entanto, para que seja feita justiça e a democracia se imponha, a forma só não basta. O conteúdo importa.”

SD12 - Dilma observou que enquanto Vargas “sofreu uma implacável perseguição” que o levou ao suicídio, JK “foi vítima de constantes e fracassadas tentativas de golpe” e Jango “superou o golpe do parlamentarismo, mas foi deposto” antes de a ditadura se instaurar em 1964. “Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática”, denunciou.

Conforme podemos notar, o termo “golpe” aparece no título da notícia, indicando, assim, uma certa estabilização da designação do termo “*impeachment*”, em referência ao processo de impedimento de Dilma, como golpe, na narrativa midiática da Carta Capital. Isso porque o enunciado, embora tenha sido produzido pela presidenta Dilma, coloca em evidência a posição de identificação do sujeito jornalista com o discurso do golpe. Com efeito, reiteramos que, de acordo com nosso ponto de vista, o sujeito do discurso, inscrito na FD do golpe, passa a utilizar o termo “*impeachment*”, referindo-se ao evento de 2016, como paráfrase de golpe.

Esse processo parafrástico pode ser percebido na SD10, na qual o sujeito jornalista, ao afirmar que “o processo de *impeachment* chega à reta final praticamente definido”, atualiza o efeito de sentido estabilizado na memória discursiva do golpe de que o processo se tratava de um jogo político, com cartas marcadas, já que a decisão pelo afastamento estava “praticamente” definida. Com efeito, podemos dizer que o enunciado em análise produz a seguinte ressonância de sentido: o *impeachment* de Dilma já estava definido, antes de seu julgamento, tratando-se, pois, de um golpe.

Na SD11, destacamos que a (re)inscrição do sentido de golpe se dá pela naturalização do efeito de sentido de que o processo de impedimento de Dilma está se realizando sem que haja crime de responsabilidade. Ao dizer que o *impeachment* era tema central da pauta política e jornalística, “sem necessariamente poder ser justificado pelos crimes de responsabilidade fiscal dos quais é acusada” (itálico nosso), notamos que o sujeito jornalista, que se encontra em relação de identificação com a posição-sujeito da presidenta, atualiza o efeito de sentido de que o processo de impedimento é um golpe articulado pela elite política e econômica, uma vez que não há “necessariamente” a comprovação do crime. Ao utilizar o advérbio “necessariamente”, o sujeito do discurso traz para a cena do

discurso a rede de memória que designa o processo de *impeachment* como legal, apenas, quando ele está fundamentado na comprovação do crime de reponsabilidade, o que não se aplica ao processo de impedimento de Dilma Rousseff. Disso decorre a sua designação como golpe.

Por fim, na SD12, é possível notar o retorno das redes de memória dos golpes de Estado como um funcionamento discursivo de estabilização do processo de designação do evento de 2016 como golpe. Esse retorno encontra-se materializado no discurso da presidenta Dilma que, ao comparar seu governo com os governos de Vargas, de Juscelino Kubitschek (JK) e de João Goulart (Jango), reinscreve, no fio do discurso, o efeito de sentido de que a elite econômica e política, quando se vê ameaçada por governos populistas, tem tomado o poder, por vias inconstitucionais. Esse efeito de memória encontra-se materializado no enunciado: “Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática”. Ao utilizar-se da locução adverbial “mais uma vez”, o sujeito do discurso, produz como evidente a ideia de que as elites brasileiras, em 2016, repetiram a estratégia golpista de tomar o poder, sem o crivo das urnas.

Com base nisso, podemos dizer que o sujeito jornalista da carta Capital, entre o repetir, o contradizer e o silenciar, discursivizou o evento na direção da inconstitucionalidade, conforme podemos notar na figura abaixo:

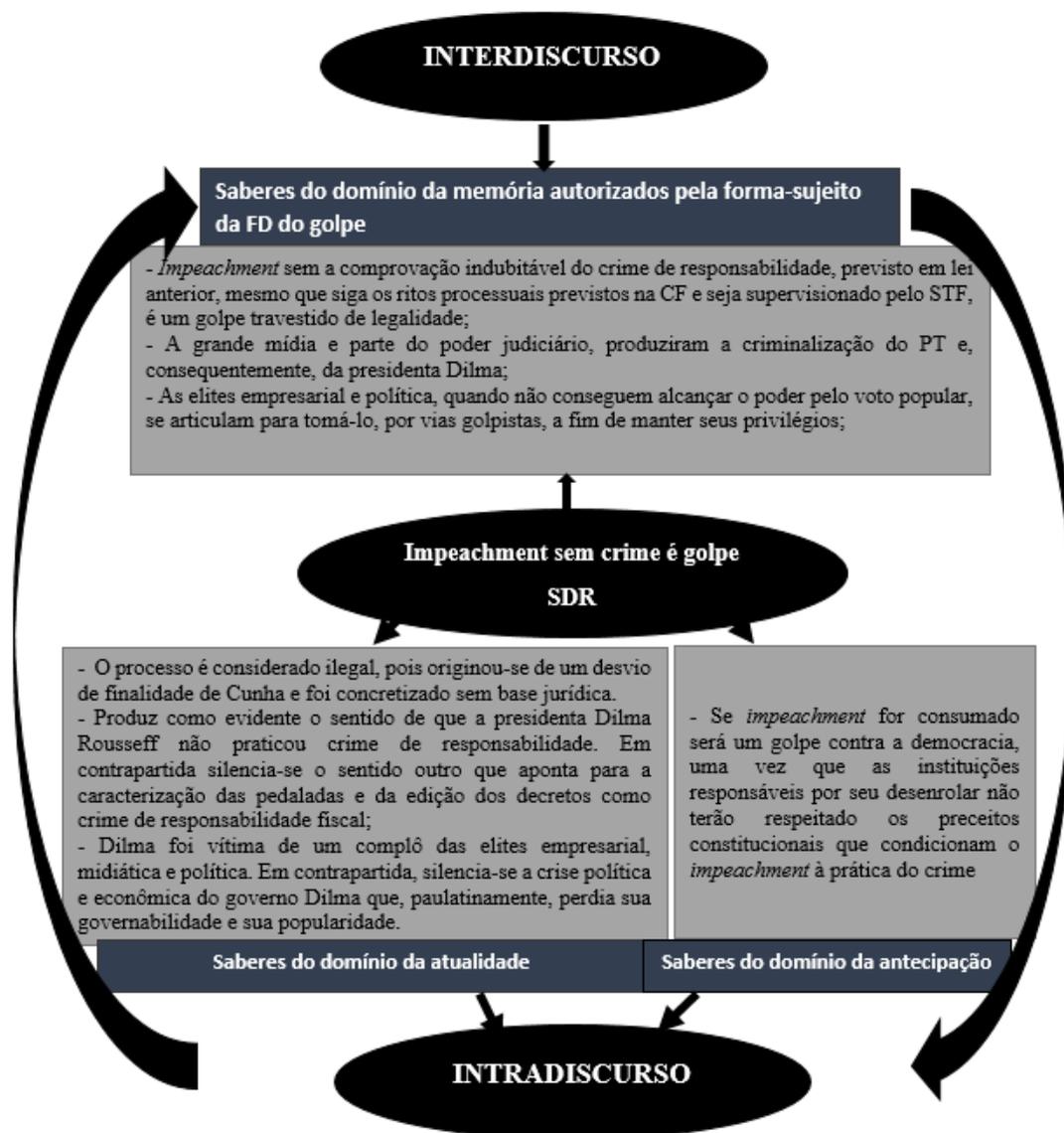


FIGURA 4 - O funcionamento da memória discursiva no processo de regularização dos sentidos no interior da FD do golpe
 Fonte: figura elaborada pela autora

Analisando a figura acima, percebemos que, a partir da SDR, foi possível identificarmos os saberes que, no processo discursivo, acabaram designando o impedimento de Dilma Rousseff, enquanto referente discursivo, como golpe. Aqui, vale pontuar que, para designar o evento em tela de golpe, o sujeito do discurso acabou articulando os saberes do domínio da memória, da atualidade e da antecipação. Com isso, os sentidos regularizados no interior da FD do golpe (domínio da memória) acabaram sendo (re)atualizados no acontecimento do dizer (domínio da atualidade) e abrindo uma latência de futuro (domínio de antecipação) e, nesse entrelaçamento, os saberes do interdiscurso, autorizados pela forma-sujeito da FD do golpe, retornaram no intradiscursos produzindo a

desregulação da rede de memória do *impeachment* como processo legal, o que vem implicando no desenlace entre o significante *impeachment* e o sentido de legalidade (efeito metafórico).

Assim sendo, é possível dizer que o processo de impedimento de Dilma, em sua fase inicial, foi nomeado de “*impeachment*”, na narrativa midiática da Carta Capital, atualizando, em certa medida, a memória do dizer desse nome que o caracteriza como processo constitucional, o que segundo Mariani (2007) representa o enlaçamento pontual do significante em um determinado ponto da cadeia. No entanto, notamos que, a cada nova inscrição no acontecimento do dizer, o termo *impeachment* foi sendo designado como um processo de destituição sem a existência/comprovação do crime de responsabilidade. E, nesse processo de deslizamentos, o termo “*impeachment*” passou a significar golpe, por meio do funcionamento metafórico, o que nos remete à afirmação de Pêcheux (2015b, p. 47) de que “sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase”.

3. Considerações finais

Com base na análise realizada sobre o funcionamento da memória discursiva nas narrativas midiáticas que designaram o evento político de 2016 como *impeachment*/processo legal e como golpe, nos deparamos com alguns efeitos de conclusão.

No que diz respeito à narrativa midiática do *impeachment*, percebemos que, no início do processo, o efeito de legalidade se sustentou na naturalização do cometimento de crime de responsabilidade por parte da presidenta Dilma Rousseff. Efeito de sentido esse que, por ser legitimado por importantes instituições democráticas, tais como a grande mídia, as casas legislativas, a OAB, a procuradoria Geral da União e o STF, acabou sendo produzido como efeito de realidade, nas práticas discursivas midiáticas da Veja e do Globo, essencialmente, por meio do funcionamento da paráfrase discursiva e do silenciamento: o primeiro responsável pela (re)atualização dos saberes do interdiscurso regularizados na FD do *impeachment* e o segundo responsável pelo efeito de silenciamento dos sentidos produzidos no interior da FD do golpe.

Outro efeito de conclusão que pode ser apontado a partir do nosso gesto de interpretação sobre a narrativa do *impeachment* é que, ao longo do processo, o efeito de sentido de que Dilma Rousseff praticou crime de responsabilidade acabou se diluindo na narrativa midiática e o processo passou a ser designado de *impeachment*, por seguir os ritos processuais e ser supervisionado pelo STF, o que acabou produzindo deslizamentos de sentido em torno da designação do termo “*impeachment*”, sem rupturas com a forma-sujeito da FD do *impeachment*. Desse modo, chegamos à conclusão de que, no interior das práticas discursivas da Veja e do Globo, novos sentidos foram sendo colados ao termo *impeachment* a cada nova enunciação, o que acabou sustentando o efeito de legalidade do processo e legitimando o discurso do *impeachment*/processo legal.

No que diz respeito ao crime de responsabilidade, percebemos que ele passou a figurar em segundo plano, ao longo da narrativa do *impeachment* (se é que, em algum momento, o crime foi a questão central dos discursos pró-*impeachment*). A diluição da discussão sobre a existência do crime de responsabilidade, no nosso entendimento, se deveu ao conjunto de indicativos políticos (vazamentos de áudio do senador Romero Jucá) e de contradições jurídicas (perícias no Senado) que acabaram enfraquecendo a tese da acusação de que o processo tinha uma base jurídica sólida.

Quanto ao funcionamento da memória discursiva no processo de designação do impedimento de Dilma como golpe, entendemos que ele se deu, essencialmente, por meio de três processos discursivos: a metáfora, a paráfrase e o silenciamento.

O efeito metafórico que, na narrativa midiática do golpe, se deu por meio da substituição do significante “*impeachment*” por golpe, acabou produzindo a divisão dos sentidos em torno do termo “*impeachment*”. Com isso, notamos tanto a desregulação dos sentidos que constituem a “ancoragem semântica” do significante *impeachment* como processo legal quanto a estabilização de uma “nova” rede de significação, na memória do dizer sobre o impedimento de Dilma Rousseff, a partir da qual o significante “*impeachment*” passou a funcionar como paráfrase de golpe.

Por fim, percebemos que a inscrição do efeito de sentido de golpe na narrativa midiática da Carta Capital foi feita no domínio da antecipação, ou seja, como uma memória do futuro, a qual se confirmaria a partir do momento em que os parlamentares consolidassem o afastamento definitivo de Dilma Rousseff. Como, ao longo do processo, surgiram indícios jurídico-políticos que fragilizaram, em grande medida, a tese da acusação, notamos que a designação do evento como golpe passou a se estabilizar na narrativa midiática desse órgão de imprensa, o que nos leva a concluir que o termo “*impeachment*”, paulatinamente, passou a funcionar como paráfrase de golpe.

Os indícios jurídicos que surgiram durante o processo dizem respeito ao conjunto de provas levantadas pela defesa de Dilma Rousseff e confirmadas pela perícia realizada pelo Senado, por meio da qual os peritos concluíram que as pedaladas se configuraram como crime de responsabilidade, porém a ex-presidenta não teve participação nelas, assim como concluíram que a edição dos decretos foi ilegal, mas não feriu a meta fiscal. Sem o dolo da presidenta, no caso das pedaladas, e sem o descumprimento da meta fiscal, no caso dos decretos, o processo de impedimento de Dilma acabou perdendo seu embasamento jurídico; por seu turno, os indicativos políticos dizem respeito aos vazamentos de áudios do Senador Romero Jucá, os quais indicaram os interesses dos políticos que viam, no processo de impedimento de Dilma Rousseff, uma forma de “estancar a sangria”, fazendo referência às investigações da Lava Jato, assim como indicaram que o processo fazia parte de um acordo nacional “com o supremo com tudo”.

Levando em consideração esse conjunto de indicativos jurídico-políticos que, no nosso entendimento, tem legitimado muitos dos efeitos de sentidos produzidos no interior da FD do golpe, é possível dizer, sim, que o processo de destituição de Dilma Rousseff tratou-se de um golpe jurídico-midiático e parlamentar, ou melhor, tratou-se de um neogolpe, termo cunhado por Monteiro (2018) para designar as novas formas de deposição presidencial surgidas após a redemocratização iniciada em 1980, especialmente na América Latina. Nos termos do autor, o neogolpe é “uma forma de

destituição complexa, relativamente nova na literatura política, que tem como principal característica a ausência do uso da força e a aparente manutenção da ordem institucional, por meio de um estrito, porém deturpado, respeito ao rito constitucional” (MONTEIRO, 2018, p. 61).

Vale pontuar, aqui, que a designação do impedimento de Dilma Rousseff como golpe encontra ressonância em discursos de muitos dos atores políticos que patrocinaram o golpe, dentre os quais encontra-se o vice-presidente, Michel Temer, que, em discurso proferido para empresários e investidores nos Estados Unidos²⁰, no dia 21 de setembro de 2016, afirmou que Dilma sofreu *impeachment* porque rejeitou o projeto neoliberal, confirmando que a motivação do processo era política e não jurídica. O efeito de sentido de golpe volta a encontrar eco no discurso de Temer, no dia 16 de setembro de 2019, proferido em uma entrevista dada ao programa Roda Viva²¹, na qual o ex-presidente afirmou “O pessoal dizia ‘o temer é golpista’ e que eu teria apoiado o golpe. Diferente disso, eu jamais apoiei ou fiz empenho pelo golpe”.

Diante disso, é possível dizer que a designação do impedimento de Dilma como golpe é um gesto de resistência de classe, e mais, da classe trabalhadora que, desde o afastamento definitivo de Dilma Rousseff, tem sofrido os efeitos da política neoliberal, implementada no governo Temer e consolidada no governo Bolsonaro, a qual tem se sustentado, essencialmente, na lógica perversa da privatização, da precarização dos serviços públicos e do trabalho, e do ataque às políticas públicas e aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Portanto, entendemos que o golpe de 2016 difere dos golpes de Estado tradicionais, no tocante ao rito processual; todavia, em sua essência, continua igual, uma vez que, ao compararmos o golpe de 2016 com o golpe de 1964, é possível dizer que, ressalvadas as suas diferenças, os dois processos foram patrocinados pelas elites política, econômica e midiática que, em meio à crise, articularam-se para tomar o poder e implementar o projeto de governo antissocial, o que nos remete à citação de Marx que, ao analisar o ponto de vista de Hegel sobre a repetição da história afirma: “Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25).

REFERÊNCIAS

COURTINE, J. J. *Análise do discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EduFScar, 2014.

GALINDO, B. *Impeachment: à luz do constitucionalismo contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2016.

20 Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/09/temer-dilma-sofreu-impeachment-rejeitou-projeto-neoliberal.html>. Acesso em: 09 dez. 2019.

21 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eu-jamais-apoiei-ou-fiz-empenho-pelo-golpe-diz-temer-sobre-impeachment-de-dilma-23953119>. Acesso em: 09 dez. 2019.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

GUIMARÃES, E. *Semântica*: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

GUISOLPHI, A. J. As marchas da família com Deus pela liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10, 2010, Santa Maria, RS. *Anais*. Santa Maria, RS: UFSM, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1274665716_ARQUIVO_TextoHistoriaPolitalanpuhRS2010.pdf> Acesso em 28 jun. 2018.

GRIGOLETTO, E. *O discurso de divulgação científica*: um espaço discursivo intervalar. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

INDURSKY, F. Unidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: CAZARIN, E. A.; GRIIGOLETTO, E.; MITTIMAN, S. (Orgs.) *Práticas discursivas e identitárias*: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

MARIANI, B. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. *Trama* (Unioeste), Marechal Cândido Rondon - Paraná, v.3, n. 5, p. 55-71, 2007.

MARX, K. *O 18 brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTEIRO, L. V. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. *Revista de Ciência Sociais*, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 55-97, 2018.

ORLANDI, E. *Discurso e Texto*: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução: José Horta Nunes. 4 ed. Campinas, SP, Pontes, 2015a.

PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015b.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M.; LÉON, J. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: *Análise de discurso*: Michel Pêcheux Textos escolhidos por Eni Orlandi. 4. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2014.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethania S. M. et al. Tradução 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 297-331.

ENSAIO TEÓRICO

E daí? O sujeito fora e dentro da cena de sua fala

Pedro de SOUZA 

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO

Este artigo tem como objeto de análise uma precisa declaração do presidente Jair Bolsonaro sobre o avanço da pandemia da COVID-19, em todo o território brasileiro, proferida nos dois primeiros meses daquele período. Metodologicamente, procedemos à análise deste evento pontual de fala no intuito de descrever o ato de enunciação realizado em primeira pessoa. Vamos considerar como fonte da declaração em foco no artigo tanto o que foi veiculado em telejornais, como o que foi noticiado em sites de jornais diários. Os conceitos operatórios que regem o procedimento analítico são os da parresía, dramática do discurso e ato de fala performativo. O fio condutor teórico é o de Michel Foucault. O objetivo é produzir um ensaio teórico e analítico a respeito do ato de enunciar como função de certo processo de subjetivação, atravessado pela ordem política, que sustenta práticas de governabilidade vigentes no país. O resultado esperado é um estudo que possa contribuir com novos procedimentos analíticos alinhados à perspectiva foucaultiana de discurso.

ABSTRACT

The purpose of this article is a certain statement by President Jair Bolsonaro about the progress of the COVID-19 pandemic throughout Brazil. It was delivered in the first two months of that period. Methodologically, we proceed to the analysis of this one-off speech event in order to describe the act of enunciation performed in the first person. We will consider as source of the statement in focus in the article both what was shown on news programs, and what was reported on daily newspaper sites. The operative concepts that must govern the analytical procedure are those of parresia, dramatic discourse and performative speech act. The theoretical guiding thread is that of Michel Foucault. The objective is to produce a theoretical and analytical essay about the act of enunciating as a function



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Alexandre Sebastião Ferrari Soares (UNIOESTE)
- Maria Cristina Leandro Ferreira (UFRGS)

DATAS

- Recebido: 02/11/2020
- Aceito: 21/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Souza, P. (2020). E daí? O sujeito fora e dentro da cena de sua fala. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 1, p. 530-540, 2020.

of a certain process of subjectification, crossed by the political order, which supports governance practices in force in the country. The expected result is a study that can contribute to new analytical procedures aligned to the foucaultian perspective of discourse.

PALAVRAS-CHAVE

Voz. Enunciação. Discurso. Política.

KEYWORDS

Voice. Enunciation. Discourse. Politics.

Introdução

Começo por esquadrihar o objeto da minha análise. Ele se encontra na cena política de um Brasil hoje em frangalhos. No momento em que havia quase 90 dias em isolamento, entretinha-me na escuta de seguidas autodeclarações do presidente Jair Bolsonaro. Eram falas simples e, ao mesmo tempo, intensa na violência com que atingiam seus destinatários. Seja para o regozijo de apoiadores, seja para o horror dos que dele tomavam distância.

Bolsonaro dizia em público o que, até então, um político de sua estirpe só diria em espaço privado de câmeras, microfones e holofotes. Suas repentinas declarações revelavam um homem sem conteúdo, subjetivamente, atribuível à posição que fora levado a ocupar na ordem do discurso político democrático, pelo menos no que se espera de um governante. Eram frases que, nas grandes mídias e redes sociais, colocavam a nu não somente o sujeito pontualmente já constituído e investido, mas um certo processo de subjetivação contemporâneo ao ato de enunciação. De presidente eleito, sob um regime democrático, seus atos de fala o conduziam a fazer-se sujeito governando em exercício ditatorial. Isso porque, dessa tóxica fonte de linguagem e consequente subjetividade, além do líder maior da nação, muitos outros indivíduos se servem para tornarem-se os sujeitos vitoriosos no triunfo da vontade de poder.

Essa forma disruptiva de tornar-se sujeito, enquanto governa uma nação, brota na e pela fala espontaneamente proferida, como que sem querer. Mas, claro, isso não se dava só nos estritos contextos em que espantosos dizeres, em primeira pessoa, eram pronunciados. Antes era parte de uma longa série de enunciações arquivadas, desde os porões dos anos de chumbo da ditadura militar no Brasil.

No entanto, ao analisar as enunciações aqui em foco, tomadas no percurso de uma historicidade política, não nos deixemos enganar. Seja qual for o procedimento analítico, não interessa o conteúdo insólito do que é dito. O que importa é considerar o dizer que aponta para o sujeito, flagrantemente,

produzindo-se na e pela enunciação. Estou me referindo a processos de subjetivação produzidos pelo simples fato de o indivíduo tomar a palavra e nela colocar em cena o sujeito que vem no acontecimento de sua fala. Nessa linha, trata-se de levar em conta a fala e as palavras, não por elas mesmas, mas enquanto acontecimento ou ato de linguagem que indica o modo enunciativo de o falante subjetivar-se na posição discursiva em que se situa como governante na ordem política contemporânea.

Há que se levar em conta atos que se originam e percorrem todo o corpo, desde a voz até diminutos gestos. Na imprensa, conforme as condições de produção em que coloco os dizeres de um governante em análise - o combate à pandemia da COVID19 -, era notório que locutores e redatores nunca perdiam a chance de ironizar toda vez que Bolsonaro levava os braços e os dedos à boca ou ao nariz. Até mesmo quando estendia as mãos para cumprimentar seus apoiadores e admiradores.

Em todos esses atos, sejam verbais ou não verbais, há enunciação corpórea. Justamente porque imagem e som se deixam incluir em arquivos que, depois, servem para balizar analiticamente a memória de um governo em falta.

Enfim, temos aí a matéria bruta de um certo processo discursivo de subjetivação. O fato é que, ao agir dessa maneira, Jair Bolsonaro não fazia só gestos casuais e quase instintivos. No contexto dos cuidados necessários para que cada indivíduo não se contaminasse e nem transmitisse o coronavírus para outros, tais gestualidades eram imediatamente interpretadas como atos contraprotocolares. Ao agir desta maneira, o presidente se expressava de modo a tornar-se, no interior de sua enunciação verbal ou não verbal, sujeito na posição do descompromisso em relação aos princípios oficialmente adotados para o combate coletivo da pandemia. O presidente Jair Bolsonaro, em exposições públicas, se exprimia em atos enunciativos com e sem palavras. Mas, para o que devo desenvolver a seguir, vou me ater apenas aos atos enunciativos verbais.

Passo agora a precisar que ferramentas conceituais emprego e que método construo para minha análise. Em uma das primeiras aulas do curso *O governo de si e dos outros*, Michel Foucault (2010) propõe um modo específico de definir e analisar discurso. Seu propósito é o de realizar, desde a Grécia Antiga, uma história outra do discurso da governamentalidade. Para isso, ele tomou como fio condutor o conceito operatório que chamou de “dramática do discurso verdadeiro na ordem da política”. Ele quer identificar as formas do que os gregos definiam como discurso verdadeiro.

Há, nesta forma, propõe Foucault, uma dramaturgia notadamente no que diz respeito ao estatuto de poder envolvendo destinador e destinatário. Destaca-se aí, analiticamente, a cenografia em que se assenta uma certa relação interlocutiva. Assim, faz-se a cena da política abordada nos termos daqueles que exercem a arte de governar. É a essa dimensão dramática do dizer verdadeiro que quero me ater. Sigo, aqui, as indicações de Danielle Lorenzini (2020), a que vou retornar mais adiante.

A ideia de cena enunciativa é, portanto, o meu foco. Este deve ser o elemento da análise. Em outros termos, na estrutura dramática do discurso tomado na ordem do político, o que se analisa é uma cena de interlocução que se estrutura por um encadeamento de enunciações em cuja trama se escuta e se vê um destinador dirigindo-se a um ou mais destinatários. Assim, compõe-se o teatro

próprio da linguagem, como diria Roland Barthes. Isso se passa na esfera da governabilidade, ordem de discurso que constitui sujeitos em relações mútuas de poder.

Importante atentar para a especificidade do conceito: dramaturgia do discurso verdadeiro. O que significa essa expressão, muitas vezes, repetida por Foucault em seu curso? Embora cunhada no contexto em que Foucault inventaria, historicamente, cenas de parresía, esse conceito está, intrinsecamente, ligado ao que Michel Foucault designa, num evento pontual e individual de enunciação encetada no domínio político, como a expressão do discurso verdadeiro. Em outros termos, na estrutura dramática do discurso tomado na ordem do político, o que se analisa é uma cena de interlocução que se estrutura por um encadeamento de enunciações em que há um destinador endereçando-se a um destinatário, na esfera da política, como ordem de discurso.

Por certo, tal processo de subjetivação pressupõe o discurso como ordem, como sistema de formação determinante desta ou daquela posição de sujeito. O que está em questão para Michel Foucault, na primeira etapa de sua pesquisa histórica sobre a noção de parresía, é a ordem do discurso político. Esta é a ordem que baliza as posições de poder no âmbito da arte de governar ao longo da história, desde a antiguidade grega até a passagem do século XIX ao XX.

Portanto, a expressão discurso verdadeiro, no contexto de sua investigação sobre a história da parresía, é empregada na específica acepção que é a de ato enunciativo. Analisar o discurso verdadeiro em sua componente dramática consiste, então, em atentar para o modo como se profere determinado enunciado. Deve-se observar como o que é falado afeta aquele que diz, determinando um imediato processo de subjetivação não atestável fora do dizer.

Da parte de Michel Foucault, trata-se de delimitar o processo de subjetivação implicado no ato de dizer, isto é, o sujeito derivado pela maneira de dizer, de proferir determinado enunciado. Por certo, tal processo de subjetivação pressupõe o discurso como ordem, como sistema de formação determinante desta ou daquela subjetividade. O que está em questão, para Michel Foucault, quando se trata da parresía, situa-se na ordem do discurso político que baliza as posições de poder no âmbito da governabilidade ao longo da história, desde a antiguidade grega até a passagem do século XIX ao XX.

Nessa perspectiva, Foucault entrevê, na história das governamentalidades, isto é, da arte de governar e seus respectivos modos de constituição do Estado, duas modalidades enunciativas estruturando certa dramaturgia do discurso verdadeiro. Essa dramaturgia corresponde ao ato de fala, marcando a verdade do dizer do político, a saber, a verdade do sujeito falante em posição precisa de governo. Foucault descreve, em meados do século XVI, certa forma discursiva que chama de “dramática discursiva”. Esse é o momento em que “a arte de governar começa a adquirir sua estatura e sua autonomia, a de definir sua técnica própria em função do que é o Estado” (FOUCAULT, 2010, p. 67).

Vê-se bem do que se ocupa essa analítica voltada para o discurso pensado cenicamente como estrutura dramática. É preciso atentar, portanto, para a especificidade do conceito de discurso verdadeiro, tomado como alvo da análise por Michel Foucault (2010).

Trata-se de um modo de enunciação atuado no âmbito que envolve o governante dirigindo-se a seus governados. Contudo, não se busca descrever qualquer ato de enunciação. Interessa marcar os elementos enunciativos em que o falante, ao falar com seu governado, subjetiva-se como efeito de

seu próprio dizer. A isso Foucault chama enunciado parresiástico, ou seja, aquele em que o ato de proferir coloca o enunciador como sujeito produzido em sua verdade, simultaneamente, ao instante em que enuncia.

Eis aí um traço em comum que liga o enunciado parresiástico ao performativo: a verdade do sujeito do mesmo modo que resulta de seu ato de fala acontece no tempo e na duração do dizer. Não vou entrar, a fundo, no problema dos critérios para que um dizer seja dado como parresiástico ou não. Já que trabalho aqui com um caso de enunciação de um sujeito governante no quadro da política contemporânea, minha questão não inclui investigar o quanto um enunciado comporta risco ou coragem para quem o diz.

Entretanto, é importante ressaltar as regras discursivas para tomada de fala no exercício da democracia na Grécia Antiga. Vou, para o momento, registrar uma definição de parresía. Para tanto, me baseio no que Foucault chamou de uso corrente do termo. Assim, fica mais preciso determinar, mais adiante, o procedimento da análise e fazer compreender o que significa falar de modo livre.

Detenho-me um instante na seguinte explicação de Foucault:

Em primeiro lugar, está entendido que o termo parresía tem um sentido corrente que significa liberdade de palavra. Unida a essa noção de liberdade de palavra, em que se diz tudo o que se quer, encontra-se a noção de franqueza. Quer dizer: não apenas se fala livremente e se diz tudo o que se quer, mas na parresía há também essa ideia de que se diz o que efetivamente se pensa, aquilo em que efetivamente se acredita. A parresía, nesse sentido, é franqueza. Poderíamos dizer: ela é profissão de verdade. Então, vou corrigir essa definição corrente da palavra parresía dizendo: não é simplesmente essa liberdade de palavra, é a franqueza, é a profissão de verdade. Dito isso, é evidente que essa noção, esse termo parresía é às vezes, muitas vezes mesmo, empregado num sentido de todo corrente e de qualquer contexto, de qualquer armadura técnica ou política. (FOUCAULT, 2010, p. 172)

Essa clara explanação do pensador francês já se encarrega de anunciar a que vem a análise e o ato de enunciação que é objeto dela neste artigo. Reportando um, dentre os mais inoportunos dizeres do presidente Jair Bolsonaro, trata-se de compreender o estatuto da franqueza com que qualquer cidadão pode tomar a palavra e dizer tudo o que pensa em um estado democrático.

Portanto, conforme Foucault destaca nos textos clássicos gregos, “falar com liberdade” corresponde a uma fórmula destituída de sentido em relação à fala franca do político ou do governante. Nesse contexto, o emprego da palavra parresía tem um sentido estrito ligado a duas formas de conceber o livre ato de falar na cidade grega. E todo modo “a liberdade de palavra é um problema político, a liberdade de expressão é um problema político, um problema técnico, um problema histórico também”, diz Foucault (2010, p. 172). Daí o sentido técnico e preciso atinente ao termo parresía:

[...] no que concerne justamente a esse sentido preciso e técnico, não creio que se possa simplesmente resumir os sentidos e os problemas postos sobretudo pela noção de parresía dizendo que a parresía é a liberdade de palavra dada a todo cidadão numa democracia, seja ele rico ou pobre. Não creio que isso baste, por quê? Primeiro porque, mais uma vez [...] na definição da democracia encontramos [...] essas duas noções: isegoria e parresía. A isegoria é o direito constitucional, institucional, o direito jurídico concedido a todo cidadão de falar, de tomar a palavra, sob todas as formas que essa palavra possa assumir numa democracia: palavra política, palavra judicial, interpelação, etc. (FOUCAULT, 2010, p. 172).

Encontra-se aí a diferença entre o que significa isegoria e parresía. A primeira designa o fato de um cidadão ser livre para dizer tudo o que pensa. Na prática política efetiva é outro o sentido de parresía. A parresía é parte do jogo da democracia, constitui a lei interna da democracia. Não é dado a qualquer um tomar a palavra, detendo o poder de agir, influenciando a decisão de outros, sendo capaz de persuadir, dizendo o que acredita ser a verdade.

É nessa medida que não creio que os problemas postos pela parresía são simplesmente, da ordem da distribuição igual do direito de palavra a todos os cidadãos da cidade, sejam eles ricos ou pobres. É nisso que essa definição da parresía não me parece suficiente. Em segundo lugar (...), não se deve acreditar de modo algum que essa questão da parresía no sentido político: quem vai falar, dizer a verdade, adquirir ascendência sobre os outros, persuadir e, por conseguinte, em nome da verdade e a partir da verdade, governar? - se coloca simplesmente no campo da democracia. (FOUCAULT, 2010, p. 172-173)

Para meus objetivos, limito-me a considerar o segundo sentido do dizer parresiástico, levando em conta o batimento do ato de enunciação sobre aquele que diz o que pensa no quadro do exercício do governo. Portanto, não sob o estatuto do cidadão comum na época atual. Na perspectiva da “dramática do discurso”, quero abordar a relação entre o ato de enunciar e a subjetividade observada naquele que enuncia. Vale, aqui, considerar aquilo que Michel Foucault afirma, vinculando confissão e dizer verdadeiro.

Dizer eu é então o elemento em comum, presente na forma do enunciado parresiástico e do enunciado confessional. Remeto ao momento em que analisando as cenas finais da peça de Sófocles, *Édipo, rei*, na aula de 30 de janeiro, do curso *Do governo dos vivos* (2014), o pensador francês alerta que uma fala não pode compor um discurso verdadeiro se não for realizada em primeira pessoa, isto é, se não compuser um enunciado que implique, explícita ou implicitamente, o *eu*. Em outros termos, é imprescindível considerar o emprego da primeira pessoa do singular como marca do sujeito, ligando o falante à sua própria fala. Contudo, não interessa tanto o emprego do pronome pessoal em sua especificidade linguística. O que importa é considerar o sujeito que se produz dizendo *eu* nas condições históricas e discursivas em que se enquadra um enunciado contendo o pronome *eu*.

Nesse ponto, Foucault (2014) conclui que, sem o ponto do que se poderia chamar de subjetivação, isto é, o emprego da primeira pessoa, a dramaturgia própria ao discurso verdadeiro fica inacabada. Daí que a expressão discurso verdadeiro, no contexto da investigação foucaultiana sobre a história da parresía, é empregada na específica acepção que é a de ato de enunciação. Da parte de Michel Foucault, trata-se de delimitar o processo de subjetivação contemporâneo no ato de dizer, isto é, o sujeito derivado na e pela maneira de proferir determinado enunciado.

Em função da análise que quero desenvolver, tomo a dramática do discurso como a colocação da língua em cena. Adoto, aqui, a perspectiva de Benoist, para quem, sobre o sentido tradicional da palavra linguagem, trata-se, segundo a ótica foucautiana desenvolvida em *A arqueologia do saber*, de levar a sério o fato de que não há “discurso” sem língua – isto sem desconsiderar a dimensão “não linguística” do discurso (BENOIST, 2016, p.56).

Se não há discurso sem língua, esta, no contexto dos estudos de Foucault sobre a parresía e a confissão, vale como signo encenado por uma dramaturgia discursiva estruturada a partir de certo

regime institucionalizado de dizer histórica e discursivamente estabelecido. Isso se pode deduzir, ainda que de modo implícito, nas elaborações do pensador francês em torno do que ele descreve como ato parresiástico atestado em diferentes momentos da história política da Grécia Antiga. Desse modo, a ideia é tratar a língua como sistema em movimento acontecendo em atos de risco ou de custo de enunciação, como o que se afigura na confissão e na parresía.

Certo de que haveria muito ainda a dizer, conceitualmente, sobre a materialidade discursiva que esbocei até aqui, vou tomar os elementos que introduzi e propor fazer com eles uma análise. Ocupo-me do momento da grande catástrofe da Covid-19 no Brasil, ligada à atuação do governo. Nesse quadro, delimito a maneira com que o presidente Jair Bolsonaro manifesta uma subjetividade política, mediante enunciações lapidares, toda vez que é inquirido sobre medidas a tomar para conter, naquele devido momento, o avanço da pandemia no país. É preciso considerar o regime que atravessa o acontecimento de sua fala para aí descrever o processo de subjetivação implicado nas palavras que diz.

É o caso de dizer que uma análise como a que proponho a seguir visa interrogar não quem é o sujeito em questão empossado como presidente da república, mas sim expor o modo de se fazer sujeito na enunciação atravessada por certa disputa política e ideológica. Ora, preocupar-se em julgar a honestidade de quem fala seria uma forma banal de ocultar a maneira com que se faz produzir a subjetividade no âmbito em foco. Mais do que insistir sobre as intenções escusas detectáveis no conteúdo da enunciação de um governante, a análise busca ressaltar um elemento comum na cena de embate político, isto é, a contínua e variável produção de subjetividades, no contexto em que a governabilidade diz respeito à gestão e à proteção da saúde da população.

Em termos analiticamente mais precisos, temos, em primeiro lugar, no quadro das condições imediatas de produção, a eclosão de uma peste, tomando a população de um país e as urgentes providências a serem adotadas pelo governante a fim de proteger a saúde pública. Em meio à crise política brasileira, aliada à pandemia do coronavírus, em abril de 2020, os espectadores observam o que se passa entre o protagonista do governo e seus governados.

Mediante formas heterogêneas de circulação de discurso, espectadores assistem ao modo com que o presidente se mostra, pela maneira como fala, ou seja, o que é e como é em dada posição política de sujeito. É dizer, em termos foucaultianos, que a verdade do falante só vale enquanto faz corresponder seu ato de fala a uma relação verdadeira entre o eu que enuncia e seu enunciado. A verdade, aqui, não diz respeito à correspondência entre o conteúdo do enunciado e a realidade a que se refere, mas à relação entre o enunciado e o sujeito falante. Refiro-me às circunstâncias em que dizeres quase inesperados do presidente produziam o efeito de colocar à prova seus destinatários diretos ou indiretos.

Pretendo, desta forma, focar os indicadores estruturantes do que Michel Foucault chamaria, no caso, a dramaturgia do discurso verdadeiro no âmbito político. Reitero que a palavra discurso, aqui, é precisamente o acontecimento da fala. O estatuto performativo do ato de fala a ser tomado como objeto de análise permite descrever processos de subjetivação pelo seu caráter imediato e concomitante à enunciação proferida.

Essa retroação, que faz que o acontecimento do enunciado afete o modo de ser do sujeito ou que, ao produzir o acontecimento do enunciado, o sujeito modifique ou afirme, ou em todo caso determine e precise, qual é seu modo de ser na medida em que fala, pois bem, é isso, a meu ver, que caracteriza um outro tipo de fatos de discurso totalmente diferentes dos da pragmática. E o que poderíamos chamar, vamos dizer eliminando tudo o que pode haver de patético na palavra -, de “dramática” do discurso é a análise desses fatos de discurso que mostra como o próprio acontecimento da enunciação pode afetar o ser do enunciador. (FOUCAULT, 2010, p. 66)

Vale lembrar a perspectiva mais ampla com que Danielle Lorenzini (2020) desenvolve o estatuto da parresía e da confissão em Michel Foucault. Lorenzini ressalta o ponto em que Foucault, no curso *O Governo de si e dos Outros*, focaliza a dramática do discurso como seu objeto de análise. Há, nesta proposição foucaultiana, diz Lorenzini, uma inflexão na perspectiva analítica que o afasta do viés performativo, conforme propõe a teoria dos atos de fala. Trata-se do “deslocamento da pragmática à dramática do discurso”. Importante salientar o que Danielle Lorenzini anota com precisão

[...] “pragmática do discurso” é “a análise do que, na situação real daquele que fala, afeta e modifica o sentido e o valor do enunciado”; em outras palavras, é “a análise dos elementos e dos mecanismos pelos quais a situação em que o enunciador se encontra vai modificar o que pode ser o valor ou o sentido do discurso”. (LORENZINI, 2020, p.5)

Mais precisamente isso diz respeito, segundo adverte Lorenzini, ao fato de o enunciado e o ato de enunciação afetarem o modo de ser do locutor, pelo simples fato de dizer. O autor justifica, repetindo as palavras de Michel Foucault: “ao produzir o acontecimento do enunciado, o sujeito modifica, ou afirma, ou, em todo caso, determina e especifica qual é o seu modo de ser enquanto fala” (LORENZINI, 2020, p.5).

Isso é o que atestam os estudos de Foucault sobre a confissão e a parresía. Mas o que me interessa é deter ponto de contato entre parresía e confissão, a fim de encontrar o procedimento analítico à situação enunciativa a que me concentro neste trabalho.

Neste quadro, quero inserir atos de tomadas de fala que situam posições de sujeito em jogo no exercício da governança. Tal se verifica tanto na relação do presidente com seus ministros, quanto na interação com o povo que governa. Dessa forma, a memória de curto prazo a ser trazida para análise só pode vir através das falas que apontam para a cena e o modo com que nela se produz o protagonista de sucessivas interlocuções.

1. O sujeito fazendo de si o descaso

No quadro da narratividade jornalística que produz o arquivo discursivo desta história, proponho então me deter unicamente na frase – *E daí.*-. Ela foi dita de roldão pelo presidente Jair Bolsonaro, em 28 de abril de 2020, em frente ao Palácio Alvorada, respondendo a uma pergunta de um jornalista sobre o aumento das mortes por coronavírus:

E daí? Sou Messias, mas não posso fazer milagre

O que chama atenção, portanto, é o inusitado de um dizer que acontece onde, quando e vindo da boca de quem não se espera. Ao responder dessa maneira, o que se coloca em suspenso não é o referente da frase, sintaticamente, bem articulada em sujeito e predicado. O que surpreende é o escancarar da subjetividade que se marca acumulando, na sintaxe frasal, sujeito do enunciado e sujeito da enunciação. O pronome eu funciona como sujeito dos predicados verbais - “sou Messias...não posso fazer milagres” - e como sujeito da enunciação.

Mais surpreendente, ainda, é que se verifica na introdução da resposta dada à pergunta que lhe foi dirigida por um jornalista acerca do que teria o presidente a declarar sobre o aumento exponencial do número de mortes pelo coronavírus, no dia em que o Brasil ultrapassava cifra de dez mil mortes pelo coronavírus: *E daí?*

Diferente de uma outra afirmação igualmente espantosa, dita em outra ocasião - *Eu não sou coveiro*, essa frase interrogativa traz, em uma indicação puramente temporal e espacial, o flagrante da verdade que produz sobre si o sujeito que diz. Não apenas porque a fala do inquirido pode se converter em prova contra si, mas porque a frase coincide, na duração em que é emitida, com a verdade de seu acontecimento, a do ato de dizer.

Daniele Lorenzini (2014, p. 415) tem razão quando, ao recuperar o valor performativo do enunciado parresíatico, demonstra que não se trata da verdade que antecede ou está fora do dizer, mas da que acontece pelo fato mesmo de dizer. Aí é que se tem o que Lorenzini categoriza como verdade-acontecimento, ou a verdade que não pode ser apontada a não ser no ato mesmo de enunciação. *E daí?*, evento de fala cuja realização remete ao próprio falante; voz que sonoriza um ato de subjetivação cometido na posição que desempenha na cena de certa ordem política de discurso. E, aqui, digo cena como traço inerente à dimensão performativa da linguagem e do discurso.

Duas séries de arquivos atestáveis de enunciação, aqui, aparecem a propósito desse caso representativo de um modo de exercer a democracia na contemporaneidade política brasileira. Primeiro, o da história interna da língua, atestando o modo como se coloca em cena e se estabelece um sistema gramatical. A palavra *daí*, lembremos, corresponde à locução adverbial formada da contração da preposição **de** + o advérbio **aí**. Tanto indica espaço como indica tempo. Ou seja, o momento da fala é o ponto de referência a partir do qual o falante se subjetiva espacial e temporalmente.

Considerando a frase interrogativa introduzida pela conjunção aditiva /e/, o uso da contração adverbial informa sobre a qualidade moral ou ética do enunciador. Perguntar *E daí?*, logo após a emissão de uma afirmação, significa desinteresse da parte de quem pergunta.

Na hora presente, tomado na relação entre o governante e o povo que governa, o mesmo fraseado vem da mesma linha e rede de enunciação, a saber, no mesmo plano do arquivo que, historicamente, confere-lhe força performativa, produz efeito de subjetivação imediatamente associado ao enunciado *E daí?*. Isso significa que essa maneira de dizer marca, mediante a apropriação dessa forma arquivada na língua e na história, o ato do sujeito se produzindo no instante em que fala.

O que interessa ressaltar, além disso, é o ato vocal que tem o corpo como lugar de realização. Trata-se da contraparte corporal da enunciação linguística, remetida, no caso, a uma posição de sujeito na ordem discursiva da arte de governar. Por mais que se meta-enuncie ou, digamos, por mais que o presidente tente se reformular, dizendo que a imprensa distorceu seu dizer, o enunciador não pode escapar à coincidência entre seu dizer e ele mesmo, ao se produzir como sujeito inscrito de modo incongruente em certa ordem de discurso politicamente estabelecido.

Quando formula, de roldão, *E daí?*, manifesta-se como aquele que, ao mesmo tempo, deve e não se ocupa em responder pela saúde pública. Isso fica reiterado ao se dizer o *Messias* que *não pode fazer milagres*. Palavras que, juntas, resultam numa figura de linguagem: **oxímoro**. O efeito desse ato de dizer não é o mesmo descrito por Michel Foucault (1978) quando fala do poder pastoral. Neste contexto, o poder governamental cuidaria dos indivíduos, ao mesmo tempo governando suas condutas.

Em vez disso, no quadro político atual, ao emitir palavras incongruentes, em uma só cadeia enunciativa, Bolsonaro faz recair sobre si, com e em suas palavras, a sua verdade de sujeito, indiferente à conduta dos governados. Isto porque põe no dizer uma aguda atitude de descaso. O sentido aqui não vem da intenção de quem fala. Aparece sim nas reações discursivas que sua maneira de dizer dá origem. Na genealogia do estado democrático vigente no Brasil, a análise de uma pontual enunciação pode fazer vir à tona diferentes posições políticas em disputa.

Vê-se como o enunciador indica, pelo seu modo de dizer em primeira pessoa, o lugar em que está rubricando prática de subjetivação, isto é, no limiar de uma ordem política. Como parte inerente ao estilo político de quem fala atento para o fato de que a enunciação, pontualmente realizada nas instâncias cênicas em que se reportam mutuamente, fica indissociável da maneira de mostrar o sujeito que está em vias de aparecer no momento em que abre a boca para falar.

2. Conclusão

O que mais resta a dizer sobre este pontual ato de enunciação? “*E daí?*” não pode ser a expressão frasal plena de referência; é somente ato que escancara o sujeito capturado fora da ordem do discurso em que se exhibe. Esse sujeito surge flagrado no vazio do significante, porque o acontecimento de sua realização, na boca do sujeito que o “*E daí?*” produz, nada leva a recuperar no mundo, a não ser o próprio sujeito rarefeito enquanto fala.

Talvez valha aceitar os limites da interpretação, porque de tanto interpretar, o acontecimento do dizer, contingente e espantoso, é conduzido ao abismo incontornável do que pode e não pode ser dito. Urgente nos entregar à escuta da fala, não no signo pleno, mas no vazio do sentido e do sujeito a que o dizer se abre. Difícil compreender se o analista de discurso já traz no gesto de interpretação o efeito de sentido, desde antes pretendido, como resultado da análise. Porque, enfim, não é possível identificar nenhuma das três figuras subjetivantes na dramática do discurso verdadeiro na ordem da política.

Os atos irruptivos de fala de Jair Bolsonaro, que surpreendem tanto a apoiadores quanto a adversários, não cabem nem no lugar de fala do governante, nem na do crítico e, muito menos, na do revolucionário. Seu dizer nada revela acerca de em nome de que efeito de subjetivação sua fala o faz ser sujeito na cena política. O que se observa no instante em que acontece é um ato de enunciação em que a verdade que diz o sujeito sobre si não conclama a qualquer revolução. Alguma coisa, no modo chocante de dizer e fazer aparecer o sujeito, jaz fora da ordem, fora da nova e imprevisível ordem da política contemporânea. Se algo pode ser concluído, em meio ao precário do dizer, é que este é o índice de uma democracia em coma. Quem há de falar por ela e com ela?

REFERÊNCIAS

BENOIST, J. Des actes de langage à l'inventaire des énoncés. *Archives de Philosophie* 2016/1 (Tome 79), p. 55-78.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População* Curso dado no Collège de France (1977-1978) "Tradução EDUARDO BRANDÃO Revisão da tradução Claudia Beruner . São Paulo Editora Martins Fontes, 2008, ISBN 978-85336-2377-4

FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos*. Curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010. , ISBN-978-85-7827-892-2

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*. Curso no Collège de France (1979-1980). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014. , ISBN-978-85-7827321-7

LORENZINI, D. De l'extralinguistique à la parrésia: pour une critique foucauldienne de l'archéologie du discours. In: SEMINÁRIO FOUCAULT ENTRETEMPOS. São Paulo: PUCSP, 2020.

LORENZINI, D. *La politique des conduites pour une histoire du rapport entre subjectivation éthique et subjectivité politique*. Thèse présentée et soutenue publiquement à l'Université Paris-Est Créteil, 2014.

ENSAIO TEÓRICO

Lives presidenciais: reflexões iniciais sobre o discurso político digital

Renata de Oliveira CARREON 

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Roberto Leiser BARONAS 

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi de Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Cristiane Dias (UNICAMP)
- Décio Rocha (UERJ)

SOBRE OS AUTORES

- Renata de Oliveira Carreon
Escrita – rascunho original.
- Roberto Leiser Baronas
Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 25/10/2020
- Aceito: 28/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Carreon, R. O.; Baronas, R. L. (2020). *Lives presidenciais: reflexões iniciais sobre o discurso político digital*. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 3, p. 541-561, 2020.

RESUMO

O desenvolvimento de novas tecnologias da comunicação faz com que, cada vez mais, surjam novas práticas discursivas – bem como o inverso também se faz verdadeiro –, sobretudo em relação àquelas ligadas ao uso das redes sociais, que *parecem* promover um estreitamento da relação entre cidadãos e instâncias do poder democrático. A partir disso, como analistas do discurso, somos instados a nos questionar sobre as categorias que utilizamos para observar, principalmente, o discurso digital. Neste artigo, buscaremos compreender como a utilização de *lives* por parte do Presidente da República, Jair Bolsonaro, orquestram um rearranjo de práticas político-discursivas que podem se materializar em novos objetos de análise para a Análise do discurso no/do Brasil. Mais especificamente, buscaremos compreender em que medida adotar as *lives* como forma de “fonte de informação para o povo” faz com que haja um novo modo de se fazer política e de se criar um efeito de proximidade por meio de um discurso verdadeiro, em que a cena de enunciação instaurada opera, na ordem do discurso, com sentidos que delineiam a aproximação dos sujeitos, mas também o próprio regime de verdade. Para tal empreendimento, mobilizaremos o arcabouço teórico-metodológico da Análise do discurso pensada por Dominique Maingueneau e Marie-Anne Paveau.

RESUMEN

El desarrollo de las nuevas tecnologías de la comunicación hace que surjan nuevas prácticas, especialmente aquellas relacionadas con el uso de las

redes sociais, que parecem promover uma relação mais próxima entre a cidadania e as instâncias de poder democrático. A partir de esto, como analistas del discurso, se nos insta a preguntarnos sobre las categorías que usamos para observar, principalmente, el discurso digital. En este artículo buscaremos comprender cómo el uso de lives por parte del presidente de la República, Jair Bolsonaro, orquesta un reordenamiento de prácticas político-discursivas que pueden materializarse en nuevas formas de producir teoría en el Análisis del Discurso en / desde Brasil, especialmente en lo que se refiere a la noción de escena de enunciación y discurso digital. Más concretamente, buscaremos comprender en qué medida la adopción de transmisiones en directo como forma de “fuente de información para las personas” conducirá a una nueva forma de hacer política y creará un efecto de proximidad a través de un discurso verdadero, en que la escena de la enunciación establecida opera, en el orden del discurso, con significados que perfilan el enfoque de los sujetos, pero también el régimen de la verdad. Para este empeño, movilizaremos el marco teórico-metodológico del Análisis del Discurso diseñado por Dominique Maingueneau y Marie-Anne Paveau.

PALAVRAS-CHAVE

Análise do discurso. Discurso político. Discurso digital. Live. Verdade.

PALABRAS CLAVE

Análisis del discurso. Discurso político. Discurso digital. Live. Verdad.

Introdução

Marie-Anne Paveau em *L'Analyse du discours numérique. Dictionnaire des formes et des pratiques* (2017) [A Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas] propõe “novos conceitos, ferramentas e limites para compreender o funcionamento dos discursos nativos da internet a partir de uma perspectiva qualitativa e ecológica” (PAVEAU, 2017, p. 8, tradução nossa), isto é, para a autora, é necessário repensar o chamado contexto “extralinguístico” como um *ecossistema* em que o discurso é elaborado e não como pano de fundo do discurso (PAVEAU, 2013, p. 3, tradução nossa). Embora possamos afirmar que o “extralinguístico” para a AD nunca foi pano de fundo, uma vez que a exterioridade constitutiva está ligada às condições de produção dos discursos, entendemos que a autora perscruta dar protagonismo, também, ao uso da máquina, entendido por ela como

“extralinguístico”. Em outras palavras, para Paveau, é preciso deslocar-se da visão dualista entre sujeito e língua para reconhecer o papel de agentes não humanos nas produções linguísticas e, por isso, levar em consideração, também, o instrumental e as funcionalidades disponibilizadas pela máquina. Nesse sentido, para a pesquisadora francesa

(...) os discursos digitais nativos não são de ordem puramente linguageira, as determinações técnicas coconstroem as formas tecnolinguageiras e as perspectivas logo- e antropocentradas devem ser descartadas em favor de uma perspectiva ecológica integrativa que reconhece o papel dos agentes não humanos nas produções linguageiras. (PAVEAU, 2017, p. 11, tradução nossa)

Dessa forma, preocupada com o modo de organização dos discursos em função do advento da Web 2.0, Paveau reflete sobre a singularidade dos discursos digitais, inerentemente sincréticos, uma vez que mesclam textos, imagens, sons. Autores brasileiros, como Cristiane dias, têm se debruçado há algumas décadas em mapear tal singularidade dos discursos digitais, o que envolve repensar desde as questões de circulação e a ilusão de centralidade do sujeito, até a própria questão de como o discurso digital significa. Nesse sentido, a autora afirma:

É preciso buscar a falha e compreender como esses aplicativos ou sistemas lógico-digitais significam pelo funcionamento do imaginário da tecnologia como a promessa de uma superação de “fragilidades” da vida. Sair desse lugar de transparência significa abrir espaço para a produção de outros sentidos para a tecnologia, deslocando os objetivos para os quais foram forjadas. Colocando sua eficácia em questão e subvertendo seu uso em prol das necessidades da vida em sociedade. (DIAS, 2018, p. 64)

Considerando esse novo olhar sobre o modo de se pensar o discurso, é preciso ainda afirmar que a forma de se fazer política se metamorfoseou, uma vez que as redes criam o *efeito de proximidade* entre político e cidadão, em que a relação entre ambos aparenta não ter intermediários e o último passa a ter acesso ao que parece ser a vida pessoal do primeiro. No campo do político, as redes perpetuam uma necessidade do processo democrático no qual o cidadão anseia se fazer ouvido, corroborando o efeito de proximidade que, segundo o historiador Rosanvallon, remete a uma radical particularização da relação entre cidadãos e o poder: “Eles [cidadãos] estão esperando que o poder esteja atento às suas dificuldades, que se mostrem verdadeiramente preocupados com o modo como vivem as pessoas comuns” (ROSANVALLON, 2008, p. 267, tradução nossa). Para além do fenômeno de conectividade das redes, as *lives*, vídeos realizados ao vivo, parecem promover e impor nova mutação ao discurso político. Defendemos, aqui, que as *lives* presidenciais brasileiras, protagonizadas por Jair Bolsonaro, têm se apresentado como um novo modo de se fazer política e de se governar, não mais o pronunciamento oficial como alhures, mas uma espécie de bate-papo político, pois além do efeito de *proximidade* com o eleitor, as *lives* parecem impelir ao analista um novo olhar sobre a própria configuração da cena de enunciação que, nativa do digital, pulveriza as restrições da cena genérica em função das cenografias digitais ali engendradas.

1. Redes e política

As novas tecnologias da comunicação imprimem não só novas práticas verbais, mas modificam a própria noção de discursividade e, particularmente, de gêneros do discurso. (MAINGUENEAU, 2015a). Para o autor,

As novas tecnologias da comunicação não são apenas instrumentos a serviço de uma comunicação verbal que permaneceria fundamentalmente inalterada elas modificam a materialidade do que se entende por “discurso”, com tudo o que isso implica em termos de relações sociais e de construção da subjetividade. (MAINGUENEAU, 2015a, p. 170)

Assim, tendo como horizonte as profundas modificações impostas ao discurso e, por consequência, às relações sociais é que passamos a observar um fenômeno específico: as redes sociais. Podemos afirmar que as redes aumentaram o efeito de proximidade entre político e eleitor: embora não ocupem fisicamente o mesmo espaço, virtualmente a relação é estreitada, já que agora o eleitor passa a ter acesso ao que aparenta ser a vida pessoal do político: seus posts, compartilhamentos e, além disso, ainda pode escolher comentar e ser lido. Se, por um lado a televisão causava um efeito de realidade (CARREON, 2018), porque o que era da ordem do mostrado parecia de fato ser real, há, com as redes sociais, o efeito de *proximidade*. O exaustivo compartilhamento de usuários na rede aproxima e torna tudo “à distância de um clique”. Tal proximidade, certamente, não põe os sujeitos na mesma relação de poder, mas cria efeitos de sentido em torno dessa relação, corroborando os imaginários do eleitorado acerca do que deve ou não ser e fazer o bom político.

Se, na fala de palanque, a massa se aglomerava e constituía uma unidade, a partir do rádio o processo passa a ser individualizado, fazendo com que as pessoas deixem de se reunir junto ao político e passem a ter acesso a ele de maneira individual em seu domicílio. Nesse sentido, por um lado, as redes levam à potência máxima o movimento que começou com o rádio, em que as pessoas têm acesso ao corpo político de maneira individualizada no celular ou computador, simbolicamente acessível a um clique. Não é necessário aglomerar-se para o que quer que seja e, além disso, não é necessário nem mesmo ser você: as redes permitem a escolha de pseudônimos, avatares, fazendo com que o usuário possa escolher quem ele *quer ser*. Por outro lado, as especificidades das redes fazem com que os indivíduos, de suas casas, possam estar conectados, promovendo, literalmente, uma *rede social* e construindo coletividades facilitadas pelos aparatos técnicos, sejam elas por meio de grupos no Facebook ou a adesão a uma *hashtag* (#). Sobre a ambivalência da comunicação na internet, que se dá tanto individual quanto no coletivo, Castells afirma:

É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. (CASTELLS, 2013, p. 15)

Assim, enquanto as redes corroboram a individualização da massa, mas, ao mesmo tempo, permitem que ela se conecte virtualmente, o efeito de proximidade de político-eleitor torna-se ainda maior, especialmente por, *aparentemente*, não haver mais intermediários entre ambos; não há jornalistas, entrevistadores ou toda uma rede de comunicações. As redes sociais produzem um efeito de *fazer sentir* que não há intermediação e o acesso é livre, mesmo quando se sabe, talvez, que, em se tratando de atores políticos, geralmente, seus perfis em redes sociais são gerenciados por toda uma gama de profissionais de diversas áreas, o que Maingueneau denominou “locutores problemáticos” para designar aquele que não é o locutor da “representação habitual da fala”, “único e identificável, ao mesmo tempo, agente da enunciação e responsável por ela” (2015a, p. 175). Dessa forma, acreditamos que as redes operem no âmbito de duplo esquecimento: (i) esquece-se, pelo efeito de proximidade, que pode haver intermediários no processo comunicativo; (ii) esquece-se que a proximidade é apenas efeito.

Ao descrever as figuras de legitimidade democráticas, Rosanvallon (2008) afirma que a “legitimidade de proximidade” consiste no estreitamento da relação entre cidadãos e instâncias do poder democrático, já que cada vez mais os cidadãos querem ser ouvidos e levados em conta. Para o historiador, tal necessidade de inclusão faz com que haja uma demanda por atenção à particularidade, forçando a generalidade comum da instância política a se aprofundar na vida, na prática, no real do cidadão. Assim, o cidadão passa a exigir uma política de presença, que cobra não só a honestidade de seu candidato, mas também sua presença, sua proximidade, sua empatia e em última instância o estar junto. A partir disso, podemos afirmar que as redes sociais refletem uma necessidade do sistema político democrático em que o cidadão quer falar, se fazer ouvido e compreendido em suas premissas, e o efeito de proximidade das redes, mesmo configurando um esquecimento do sujeito, faz com que as discursividades sejam legitimadas em ambas as instâncias.

Surge um novo modo de se governar: não mais o corpo a corpo, o *tête-à-tête*, mas o efeito de proximidade das redes, sem intermediários, criando laços discursivos, por meio da cena instaurada e seu *ethos* associado, com o sujeito que ali enuncia. Assim, emerge uma nova configuração política e, com ela, um novo tipo de governante.

2. Conceituação discursiva de “live”

Para Cristiane Dias, diferentemente de outros objetos, no nosso entendimento, o discurso digital é pensado em função de sua circulação, antes mesmo de se analisar a constituição ou formulação:

É nessa perspectiva que tenho trabalhado incessantemente sobre o momento da circulação ao refletir sobre o digital, pois entendo que é pela circulação (compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, links...) que o digital se formula e se constitui. De outro modo, diríamos que o digital se formula ao circular. E isso faz diferença na produção dos sentidos. Essa mudança na ordem não quer estabelecer uma relação de anterioridade de um momento em relação ao outro, mas de

perspectiva. Olhar o processo de produção dos discursos pela via da circulação tem a ver com um sentido que se produz no efêmero, no agora” (DIAS, 2018, p. 29)

Tendo esses pressupostos em vista, propusemo-nos a pensar as *lives* presidenciais por seu caráter aparentemente único e inédito em certo sentido. Apesar de não ser de fato novo um presidente se utilizar de suas redes sociais para criar um efeito de proximidade com seu eleitorado, o fato de fazê-lo por vídeo e ao vivo, numa espécie de bate papo político, faz com que essa cena genérica – tal qual pensada por Maingueneau (2015a) como associada ao gênero, realidade tangível, imediata, para os usuários do discurso – seja ressignificada em função de seus vínculos institucionais.

Conforme enunciado, entendemos que, em se tratando de redes sociais e discurso político, as redes operam um duplo esquecimento: (i) esquece-se, pelo efeito de proximidade, que pode haver intermediários no processo comunicativo; (ii) esquece-se que a proximidade é apenas efeito. Sobre essa questão, é possível afirmar que o atual modo de governar do Presidente da República, Jair Bolsonaro, está bastante associado ao seu uso peculiar das redes, já que ele declaradamente é o usuário delas, ou seja, é sabido por parte da população que é ele mesmo quem posta, compartilha, comenta, não sua assessoria. Se dermos uma espiada no retrovisor da história, veremos que Bolsonaro assim procede desde a sua campanha para presidente. Já aí temos um primeiro ponto de ruptura com o modo de se fazer política até então: o que antes era um efeito de proximidade criado a partir de um esquecimento do interlocutor em relação aos intermediários do discurso digital passa agora a, de fato, ser próximo, quase *íntimo*, uma vez que o sujeito se dispõe a estar ali, ele mesmo, junto de seus eleitores. Assim, o efeito de proximidade, já criado pelas redes, passa também a ser o de intimidade. Há cumplicidade quando o eleitorado vê o ator político se dispondo, ele mesmo, a responder. Em outras palavras, aquilo que “excede qualquer distinção simples entre público e privado: a ‘extimidade’ subverte as fronteiras entre o público e o privado” (MAINGUENEAU, 2015a, p. 175). Para Paveau (2017) “a extimidade na internet e, principalmente, nas redes sociais digitais da web participativa, consiste na externalização da privacidade dos usuários da internet para fins de validação da imagem de si.” (PAVEAU, 2017, p. 185, tradução nossa). Desse modo, a extimidade engendrada pelas redes faz com que esse sujeito político valide suas imagens de si, diante daqueles que aderem ao seu mundo *ético*, por meio desse efeito de proximidade.

Entretanto, quando se vai além do simples comentário ou compartilhamento, mas se produzem *lives* – vídeos realizados ao vivo nas redes de forma pública ou para o seu conjunto de seguidores – a intimidade parece aumentar. Ainda segundo Paveau:

Os dispositivos de webcam dizem respeito ao mesmo tipo de exteriorização de si: o sujeito que se filma se inscreve na relação com o outro possibilitada pela internet, em uma multiplicidade de trocas, dentre as quais trocas verbais; portanto, a web-íntima é suscetível de participar da tecnodiscursividade. (PAVEAU, 2017, p. 194, tradução nossa)

Desse modo, a exteriorização de si e o efeito de proximidade por meio da intimidade parecem confluir para criar uma relação única com o eleitorado. Assim, como o advento da televisão criou esse efeito de realidade ao trazer para a cena o corpo e, sobretudo, o rosto do sujeito, a *live* une os dois universos: tanto esse corpo que se propõe dar a ver, quanto as características específicas de

compartilhamento das redes, que fazem com que, como dissemos, a circulação seja pensada em sua primazia em relação à própria formulação de discursos. Implica dizer, portanto, que a circulação de um vídeo ao vivo nas redes empreende um movimento específico, distinto do da televisão. Na televisão, ainda que o programa seja realizado ao vivo, sempre haverá um mediador: o apresentador do programa, o repórter que entrevista, um mediador de debates; além disso, a interação com o público que assiste é bastante restrita. A *live*, geralmente realizada em redes sociais, não tem mediadores: o sujeito liga a sua câmera, podendo inclusive ser do próprio celular, não necessitando de aparatos técnicos mais específicos, e fala ao seu público; também a rede permite que aqueles que acompanham possam interagir em tempo real com a gravação, enviando comentários, perguntas ou reações; ainda, é preciso lembrar, que a *live* pode ser disponibilizada em outras plataformas depois, como o Youtube, onde o vídeo poderá ser assistido por mais pessoas, além de curtido e comentado, produzindo uma das características mais marcantes do discurso digital que é a sua ampliação. Além disso, a *live*, por meio de dispositivos técnicos, administra quem pode e quem não pode assistir, instituindo uma ordem do discurso totalmente nova, isto é, não são mais os locutores que podem ou não podem dizer, como outrora, mas agora também os destinatários passam por esse crivo de rarefação.

A partir da hipótese de que as *lives* empreendem um movimento específico em relação ao discurso político digital, é preciso compreendê-las à luz da cena de enunciação, conforme postulada por Maingueneau em diversos trabalhos. O autor toma de empréstimo do teatro o conceito de cena para pensá-lo a partir do arcabouço da Análise do discurso. Por isso, para ele, toda enunciação está ligada a certa teatralidade que lhe é mais ou menos imposta em razão do “ritual” que se estabelece em uma espécie de contrato entre os falantes. Assim, o autor divide a cena da enunciação em três: cena englobante, cena genérica e cenografia. A *cena englobante* corresponde ao tipo de discurso, uma rede de práticas discursivas que cortam um setor da atividade social: publicitário, religioso, político, filosófico. Sendo a cena englobante o quadro a partir do qual os enunciados podem ser produzidos e interpretados, a *cena genérica* é associada ao gênero, realidade tangível, imediata, para os usuários do discurso. Ainda, “enunciar não é somente ativar as normas de uma instituição de fala prévia, como ocorre em uma cena englobante e em uma cena genérica, é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia*.” (MAINGUENEAU, 2015b, p. 70, tradução nossa). Em outras palavras, os sujeitos desempenharão, na teatralidade que a cena de enunciação impõe ao sujeito, um papel frequentemente previsto pela cena genérica, e esse papel, entendido aqui como cenografia, estará diretamente ligado à construção do *ethos*. Nas palavras de Maingueneau:

Normalmente, a cenografia deve ser legitimada ou relegitimada pela própria enunciação que sobre ela se apoia: o universo construído pelo enunciado deve especificar e validar a cenografia através da qual ele surge. (MAINGUENEAU, 2020, p. 19)

Tais conceitos podem ser atribuídos ao que o autor chama de “sistema clássico” de gêneros do discurso que são estruturados pela hierarquia dos planos da cena de enunciação: Cena englobante > Cena genérica > Cenografia, sendo a cena genérica o centro desse sistema. Já em se tratando de Web, a cena genérica e a cena englobante são enfraquecidas (MAINGUENEAU, 2015a, p. 162) para dar lugar à cenografia, cujo papel-chave mobiliza recursos multimodais e operações hipertextuais.

Assim, passa a figurar na teoria do autor a noção de “cenografia digital” para pensar na encenação da enunciação nessa genericidade implicada pela Web:

Ao disponibilizar uma carta em um site da internet, ela será integrada a uma nova configuração, uma cenografia digital, que reveste a cenografia propriamente verbal: ela será ao mesmo tempo uma imagem e uma tela, um suporte de operações (por exemplo, pode-se clicar sobre determinada palavra ou grupo de palavras), um constituinte da arquitetura do site no qual ela figura. (MAINGUENEAU, 2015a, p. 162)

Portanto, as transformações em curso operadas pelo advento da Web fazem com que o analista seja impelido a (re)ler questões ligadas aos gêneros discursivos e a cena nele implicada para pensar em uma disposição de elementos que traga não mais o gênero, mas especialmente, a cenografia como centro do digital. O autor ainda afirma que é preciso tratar, também, da questão das novas textualidades da Web, uma vez que ela tende a desestabilizar a hierarquia entre o que seria o texto principal e os paratextos.

A Web pode integrar gêneros nativos (*hashtags*, *blogs*, *sites* de informação), que poderíamos opor ao que o autor chama de “clássicos”. Tais gêneros são “formatações pouco restritivas, que possibilitam muitas cenografias” (MAINGUENEAU, 2015a, p. 165), o que reitera a tese de que, na Web, cenas genérica e englobante são coadjuvantes na construção da teatralidade que envolve a enunciação, isto é, a englobante e a cena genérica são os ambientes necessários para que a cenografia se manifeste. Desse modo, a “textualidade navegante” da Web, em oposição à textualidade “planejada” de gêneros clássicos, faz com que haja uma “des-diferenciação” dos múltiplos domínios da fala e, assim, a própria noção de “remetente” e “destinatário” implicados na comunicação é questionada, uma vez que a concepção de “turnos de fala” passa por uma fragmentação ou ruptura quando se pensa que o destinatário não só não está presente espacialmente, mas também temporalmente e, ainda, muitas vezes, não é possível delimitar um destinatário preciso, já que algo publicado na Web circula de diferentes maneiras e de forma bastante imprevisível.

Pensemos na configuração particular da *live*. Como dissemos anteriormente, é um vídeo exibido ao vivo e que *aparentemente* elimina intermediários: o locutor fala diretamente a seu público. A configuração das novas tecnologias da Web faz com que não só usuários *on-line* possam assistir, como também, ao terminar, o vídeo ficará disponível em algum tipo de canal para ser acessado em qualquer outro momento, rompendo com a temporalidade e espacialidade típicos do processo de comunicação. Além disso, tal vídeo poderá ser localizado posteriormente em sites de busca ou no próprio site em que estará alojado. Essas primeiras considerações são importantes para que se disponha a *live* como um “cibergênero”, isto é, um gênero nascido no digital e, ao mesmo tempo, a distinga de outros gêneros ao vivo, como programas de televisão que, sincronamente, pressupõem a presença temporal do telespectador.

Tomaremos aqui as *lives* como cena genérica tal qual pensada por Maingueneau. Entretanto, é preciso observar também as particularidades da cena de enunciação que ampara a teatralidade da comunicação na/da Web. A cada gênero são associadas:

- *Uma ou mais finalidades*: é possível haver uma ou mais finalidades de um gênero, o que, em boa medida, regula as estratégias dos sujeitos tanto em relação à produção quanto à interpretação dos enunciados. As *lives*, tendo um formato e, conseqüentemente, uma cenografia, bastante diversificado a depender daquele que a mobiliza, pode ter diversas finalidades comunicativas que sempre pressupõem, em um primeiro momento, a sincronicidade entre locutores. Assim, as finalidades podem variar desde ministrar uma palestra, fazer a defesa de um doutorado, arrecadar fundos por meio de um show ao vivo, adquirir mais clientes etc.
- *Papéis para os parceiros*: Há papéis desempenhados em um gênero do discurso que atribuem direitos e deveres aos participantes. Para Maingueneau (2015a, p. 121) há papéis estatutários associados a certos *comportamentos discursivos* (professor, presidente, cantor, médico), a certos *papéis propriamente verbais* (interrogador, narrador, comentar, mediador) e a *certas atitudes* durante a enunciação (calma, benevolência). Cremos que ainda é preciso pensar, em função do próprio caráter de gênero nativo da Web, que há papéis associados a certos *comportamentos digitais*: curtir, comentar (com um texto ou com um emoji), compartilhar etc.
- *Um lugar apropriado para o seu sucesso*: pode se tratar de um lugar fisicamente descritível (escola, tribunal), mas o autor afirma que “para a Web, para emissões de rádio e de TV, para textos escritos, trata-se de espaços de outro tipo” (2015a, p. 121). Os exemplos dados pelo autor rompem com a lógica do espaço físico, uma vez que é possível determinar um espaço para a produção do enunciado, mas nunca o de recepção. A imprevisibilidade do controle sobre a circulação é característica inerente do digital: não é possível determinar com precisão o interlocutor, ainda que a cena englobante e a cena genérica selecionem mais ou menos previamente um determinado “público” a ser alcançado: as *lives* de palestras geralmente são vistas por professores e alunos; a de um político é vista por seus eleitores, a de um cantor por seus fãs. Ainda assim, o alcance de circulação não impede que pessoas entrem em palestras ao vivo para vandalizar, a oposição para questionar o ator político e curiosos que desconhecem o cantor para escutá-lo. Ponto importante: a palestra que sai do “presencial” para o virtual sai também da sala de conferências da universidade, o político sai do seu palanque, o cantor de seu palco; implica dizer que se o discurso não digital ou mesmo o “pré-digital” conferia ao espaço físico também um jogo regulatório de seus interlocutores, enquanto o digital adiciona um ponto importante de debate: sem espaço físico próprio, não há “portas” que se fechem ao desconhecido.
- *Um modo de inscrição na temporalidade*: referente à periodicidade ou à singularidade das enunciações, “sua duração previsível, sua continuidade, seu prazo de validade” (2015a, p. 122). Nessa esteira de pensamentos, podemos pensar em temporalidade

digital: sua composição digital leva a *live* também a outras relações com sua inscrição no tempo, uma vez que ela é *sempre síncrona*, por um lado, mas uma vez gravada, permanece por tempo indeterminado na Web, o que faz com que as próprias condições de produção da *live* sejam alteradas conforme vista ao vivo ou gravada. Mudam-se os interlocutores, o contexto sócio-histórico (e ideológico). Também haverá sua temporalidade de periodicidade, conforme prevista por Maingueneau, a ser realizada com frequência semanal ou única, dependendo de sua finalidade.

- *Um suporte*: relacionado à existência material do enunciado, o suporte é associado ao *transporte* e, eventualmente, o *arquivamento* do texto. Assim, para muitos autores, as redes sociais podem ser consideradas um suporte, uma vez que servem de veículo para a materialização dos enunciados. No entanto, concordamos com Paveau (2017): a noção de suporte é dualista e, ao ter em conta apenas sujeito e linguagem, exclui a participação mais ou menos ativa da máquina.
- *Uma composição*: um gênero de discurso é caracterizado por partes e modos de encaimento dos quais o falante tem mais ou menos certa clareza. A grande diversidade de planos de texto é o que vai caracterizar as *lives*, uma vez que há no vídeo ao vivo enunciados sendo produzidos pelo sujeito que preside a cena, mas também a própria rede que o hospeda terá caixa de comentários, sugestões de outros vídeos, *hiperlinks*, descrição do vídeo etc. Desse modo, a composição genérica das *lives* é heterogênea e engloba distintos rituais de fala.
- *Um uso específico de recursos linguísticos e de dispositivos técnicos*: há à disposição do locutor um repertório de variedades linguísticas que, para Maingueneau, sofrem restrições por parte do gênero do discurso. No entanto, tendo em vista o protagonismo da cenografia em detrimento da cena genérica na Web, podemos afirmar que são as cenografias, no caso das *lives*, que restringem e regulam as variedades linguísticas que lhe favorecem a encenação. Além disso, há uma gama de dispositivos (celulares - whatsApp, chats...) que constroem um efeito de interatividade com os destinatários e ampliam as *lives* para além das suas próprias delimitações.

Com base na compreensão, ainda que inicial, da heterogeneidade de constituição da cena genérica de uma *live* é que podemos observar que a cenografia engendradora parece tomar papel central na discussão, uma vez que em função dela vários dos tópicos anteriores sofrerão mutações. Com isso, a cenografia passa a ocupar o lugar de protagonista da encenação, determinando a constituição de outros elementos da cena mais do que sendo determinada. Pensando na disposição da cena de enunciação pressuposta por esse gênero nativo da Web, distintas cenografias podem ser mobilizadas: é possível fazer uma *live* a partir de uma *cenografia professoral*, em se tratando de alguém que se propõe a ensinar

algo aos internautas; uma *cenografia científica*, quando pesquisadores, por exemplo, explicam a pandemia de 2020; uma *cenografia íntima*, quando o sujeito expõe fatos de sua intimidade em tom confessional aos seus seguidores. As possibilidades são inúmeras, uma vez que cada vez mais os sujeitos têm aderido ao uso de vídeos ao vivo para as mais distintas funcionalidades. Sob o termo “*live*”, comportamos, com o advento da conectividade e consequente efemeridade, distintas condições de produção que levarão a distintas condições de circulação. Então, é sabido que a *live* de um cantor circule distintamente da *live* de linguistas que se propõem a discutir um tema, que também terá outros modos de circulação de uma *live* presidencial. Como afirma Paveau (2017), a especificidade especialmente das ferramentas ofertadas por cada rede social promoverá, também, essa distinção de circulação de enunciados, uma vez que a “clicabilidade” está ligada ao engajamento do público, o formato de compartilhamento (público ou entre amigos), se *hashtags* são utilizadas, divulgação etc.

Cabe, então, além de considerar as determinações técnicas de elementos não humanos, pensar que cada cenografia está ligada, de alguma maneira, ao seu agenciamento, aqui entendido como um conjunto de estratégias, de dimensão não verbal, ligadas à cena genérica: jogo de luz, uso ou não de microfone, ter ou não uma biblioteca ao fundo, escolha dos objetos que poderão ser vistos pelo outro etc. Para tratar da questão do agenciamento, conceito relativamente novo no conjunto da obra de Dominique Maingueneau, o autor cita como exemplo o uso do microfone em missas. Se antes, sem microfone, do alto do púlpito, o sujeito era levado a falar alto, com eloquência e deixava entrever apenas o seu busto “a parte nobre do corpo do orador, conferir autoridade a essa fala, que vinha do alto e era pronunciada com voz forte” (MAINGUENEAU, 2020, p. 147), a partir dos anos 1960 as igrejas passam a adotar o uso de microfone, o que tem efeito direto na construção do *ethos* dos pregadores: “Ao abandonarem o púlpito, eles passaram a falar no mesmo nível de seus ouvintes, diante deles, seu corpo pôde ser visto como um todo. Passou-se da cena retórica, que envolvia um orador, um “sobrelocutor”, para cenografias de *ethos* mais íntimo, mais familiar.” (p. 148). O agenciamento, que entendemos aqui como a composição não verbal da cena, restringe a cenografia: um sujeito atrás de uma escrivaninha favorece um *ethos* didático; um sujeito de jaleco branco favorece cenografias ligadas a um *ethos* científico, bem como um sujeito político que tira uma foto em sua casa, abre espaço para a criação de imagens de ordem íntima.

Com base nesse esboço teórico apresentado, podemos hipotetizar que, ao adotarmos um “cibergênero” como objeto de análise, que nasce na Web e não é meramente transposto para o digital, não podemos afirmar de maneira contundente que há enfraquecimento da cena genérica tal qual Maingueneau, mas entendemos que há uma pulverização de alguns aspectos do gênero: as cenografias verbais e digitais, que carregam consigo componentes específicos, como os iconotextuais, alargam as fronteiras genéricas rumo ao imprevisível. Em função disso, as *lives* surgem como um “guarda-chuva” genérico que abriga em si distintas finalidades, parceiros, temporalidade, composição, etc. Implica assim dizer que, ao tomar o discurso *político* como nosso objeto de estudo, observaremos movimentos distintos do que Maingueneau e Paveau vem propondo como uma teoria *geral* para se pensar novas situações de comunicação (MAINGUENEAU, 2015a) ou discursos digitais (PAVEAU, 2017).

3. Lives presidenciais

Mais do que intimidade, descontração, emoções, as *lives* dão a circular regimes de verdade. Para que um discurso seja legitimado e aceito, o sujeito deve posicionar-se de acordo com determinados procedimentos que, em um dado momento histórico, instauram um verdadeiro e um falso. Há condições históricas de aceitabilidade dos enunciados que inscrevem a(s) verdade(s) a partir de jogos de poder e saber em uma sociedade. Para Nietzsche, de quem Foucault foi um renhido leitor, não existe verdade absoluta, uma vez que a verdade está condicionada a uma perspectiva. Nesse sentido, devido à necessidade humana de se acreditar em uma verdade é que o filósofo vai afirmar que há uma “vontade de engano” por parte da sociedade, já que buscar a verdade é esquecer que ela não existe em sua forma absoluta. Assim, a verdade seria uma necessidade cultural que possibilita a vida em sociedade, o que faz com que um grande número de pessoas crendo na mesma coisa faça com que esta coisa se torne verdadeira: “A apreciação de valor ‘eu creio que isto e aquilo são assim’ enquanto ESSÊNCIA da ‘verdade’” (FP 13: 9[38], Outono 1887 – Março 1888). Portanto, a verdade estaria condicionada a uma interpretação ou crença, a uma perspectiva: “Onde é necessário que algo seja tido por verdadeiro; não que este algo seja verdadeiro.” (FP 13: 9[38], Outono 1887 – Março 1888)

Segundo Foucault (2011), a verdade se dá em uma relação entre o discurso e o saber, e é a partir do olhar sobre a história dessa(s) verdade(s) que se encontram o que o autor denomina “jogos de verdade”, ou uma política da verdade, compreendida como um conjunto de processos, mecanismos e estratégias que permitem a cada pessoa pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Para o autor, toda sociedade possui procedimentos discursivos que tomam por finalidade conjugar poderes e perigos do discurso e inseri-los em uma vontade de verdade. Assim, para Foucault, a verdade é estrategicamente construída:

(...) se olharmos a trama, o grão da nossa sociedade, de nossa civilização, de nossas instituições, perceberemos que no fundo temos, sempre, técnicas, rituais, instituições que tem por função determinar, isolar momentos específicos ou lugares diferenciados, momentos e lugares a partir dos quais a verdade poderia, enfim, eclodir; como se, finalmente, a verdade não estivesse em toda parte, nem o tempo todo, mas como se devesse haver lugares em que a verdade explode e aparece, momentos em que verdade pode ser apreendida, momentos em que ela vem à tona. Há, portanto, toda uma geografia cultural da verdade (FOUCAULT, 2014, p. 65)

Considerando a noção de verdade a partir das afirmações de Nietzsche, para quem a vontade de verdade das pessoas é apenas uma ilusão de perspectiva, isto é, uma vontade de engano, é que pensamos nos efeitos de verdade construídos no discurso do Presidente da República, uma vez que não só o sujeito se apresenta como o *detentor* da verdade contra uma mídia supostamente mentirosa, como lança mão de uma série de dados, fatos e argumentos para corroborar esse regime de verdade, o que implica dizer que a perspectiva da verdade apresentada por ele é tomada pelo interlocutor, por sua vontade engano, como *a verdade*; a partir disso, os sujeitos, sempre interpelados por seus posicionamentos, serão instados por uma verdade ligada à questão de perspectiva no engendramento da estrutura e do acontecimento dos discursos. Interessa-nos, aqui, compreender como

ocorre, por meio das *lives*, a produção de um discurso verdadeiro, suas técnicas, seus rituais, suas relações institucionais.

Jair Messias Bolsonaro, atual presidente do Brasil, teve inúmeros embates com a mídia, declaradamente, conforme suas afirmações, parcial e *mentirosa*. A partir da necessidade, então, não só de se dar a ver mas também de trazer *a verdade* para o eleitorado, o presidente passou a gravar vídeos ao vivo sobre os mais diversos temas, além de abrir *lives* “espontâneas” em diversos momentos do expediente. Assim, já em campanha eleitoral o então candidato passou a publicar distintos vídeos para informar o eleitorado. Depois de sua posse, o presidente viu a necessidade de formalizar tal empreendimento, agendando, desse modo, um horário com o público para a abertura de suas *lives*: toda quinta-feira às 18h30. Compreendendo a diversidade na constituição dessa cena genérica é que, a partir de nossas estratégias analíticas, tomaremos como material as *lives* produzidas pelo presidente às quintas. Acreditamos que a mobilização da cenografia presidencial, junto de um agenciamento específico, faz com que haja uma nova forma de se governar e de se pensar a própria governabilidade, criada a partir do efeito de proximidade e do discurso verdadeiro para o povo.

Desde 7 de março de 2019, data de sua primeira *live* presidencial¹, Bolsonaro produziu inúmeras *lives*, todas às quintas, trazendo diferentes convidados e sempre acompanhado por uma intérprete de Libras. Geralmente, são gravadas com apenas uma câmera no Palácio da Alvorada e têm duração média de 30 minutos. Na primeira delas, ele pontua:

Nós pretendemos toda quinta-feira, às 18h30, fazer uma live sobre os assuntos mais importantes da semana, nós trataríamos bem como colheríamos né as maiores dúvidas que vocês deixam nos comentários pra que a gente possa semana que vem tratar desse assunto e assim sendo dar uma resposta à demanda de todos vocês e buscar soluções. Gostaríamos muito que vocês apresentassem propostas e ideias do que nós poderemos fazer para atender à população e também obviamente deixar a vida de vocês mais fácil...sabemos que muita coisa tá errada (...) num primeiro momento nem tanto fazer, desfazer muita coisa que foi feito de errado ao longo desses 20 anos.

Tomando o recorte anterior como uma espécie de epígrafe do que estaria por vir em suas *lives*, ali já vemos importantes pontos que aparecerão em muitas delas: “os assuntos mais importantes da semana” são trazidos por ele, frequentemente para que possa revelar a verdade para o público; o “inimigo comum” surge no enunciado “muita coisa foi feito de errado nos últimos 20 anos” e, além disso, o efeito de proximidade promovido pela utilização das redes é construído quando o sujeito diz para o seu eleitorado que deixe dúvidas nos comentários, mostrando que o seu governo estaria aberto às sugestões do povo para tornar “sua vida mais fácil”, indo ao encontro do que Rosanvallon (2008) tem defendido como uma das formas de legitimidade da democracia: a necessidade do povo em se fazer ouvido faz com que se crie a necessidade de proximidade com instâncias do poder. Para além da reflexão linguística que envolve a questão, toda ela está entrelaçada aos recursos disponibilizados pela plataforma utilizada, que fazem com que o usuário possa estar *conectado* ao ator político. Observemos tais asserções, de forma mais detida, a partir dos recortes que se seguem.

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cOWIW_3zcw4> Acesso em: 30 jun. 2020

Nas *lives*, Bolsonaro utiliza o espaço de fala para, especialmente, trazer a verdade:

- i. A gente vê a imprensa, por outro lado, criticando, falando mal do PIB, falando “pibinho”, “pibinho”, falando não sei o que. Se a imprensa ainda produzisse alguma coisa, produzisse verdade, o Brasil estaria muito melhor com toda certeza, mas não produz verdade. Eu estou há quase duas semanas sem falar com a imprensa. O que acontece? Quando você fala, eles deturpam, quando você não fala, eles inventam. (*Live de 5/3/2020*²)
- ii. A economia deslanchou, foi muita coisa destravada, o Brasil tá crescendo, aqui em Brasília bateu o que 150% o volume de negócio, o que 150%? 150% o volume de negócio no comércio local, o Brasil todo tá nessa fase, é a economia crescendo, é a confiança na equipe do governo, e outros dados aí: o dólar fechou quase R\$4,00, está R\$4,06, quase R\$4,00, chegou a bater R\$4,28 se não me engano, então a economia tá reagindo bem. A taxa SELIC o pessoal já sabe 4,5% isso quer dizer que a gente vai pagar o ano que vem menos 110 bilhões de reais, esse ano nós pagamos mais de 1 bilhão de real de juros por dia, realmente pegamos uma dívida fantástica aí e realmente a equipe do Paulo Guedes, não é o Paulo Guedes sozinho, é um ministério muito grande vem fortemente trabalhando nesse pedaço. Até perguntei pra ele se no ano que vem vai ser a mesma batida, falou que vai, continua com o espírito aí de garoto do colégio militar de Belo Horizonte. (*Live de 26/12/2019*³)
- iii. O [Sérgio] Moro tem um potencial enorme, ele é adorado no Brasil, o pessoal fala dele candidato a presidente, pô, se o Moro vier, que seja feliz, não tem problema, vai estar em boas mãos o Brasil, tá certo? E eu não sei se vou vir candidato em 2022, eu não sei, se estiver bem, pode ser que eu venha, se não estiver, tô fora. E outra coisa, já cansei de dizer que tem milhões de pessoas melhor do que eu pra disputar uma eleição. Vocês não podem fazer aquele joguinho de fogo amigo pra entregar pra esquerdalha, como a Argentina fez, de entregar pra esquerdalha em 2023, vocês vão ver o que é bom pra tosse, esses caras vão ficar 50 anos pra sair daqui. (*Live de 26/12/2019*)

A partir dos trechos transcritos de seus vídeos, observamos que a construção desse discurso verdadeiro por meio de um efeito de proximidade possibilitado pelas redes repousa em quatro aspectos: (i) em se dizer alvo de mentiras e reafirmar que é ele quem diz a verdade; (ii) trazer dados, números e estatísticas para amparar o regime de verdade; ainda em (ii), demonstrar intimidade com outras figuras políticas mais do que uma relação profissional; (iii) reafirmar o inimigo da nação: a esquerda.

2 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K8z5SUbKZT8>>. Acesso em 10 mar. 2020.

3 Disponível em: <<https://youtu.be/YRkhkGbsYHw>>. Acesso em 10 mar. 2020.

Em (i), “*Se a imprensa ainda produzisse alguma coisa, produzisse verdade, o Brasil estaria muito melhor com toda certeza, mas não produz verdade*”, o sujeito desqualifica o discurso midiático a partir de um regime de verdade. Segundo Gregolin, “[n]a sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma ‘história do presente’ como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento.” (GREGOLIN, 2007, p. 16). Tal história do presente aparenta ser frequentemente questionada pelo sujeito que, por meio dos vídeos *on-line*, parece querer recriá-la a seu modo, em seu discurso e, assim, a partir do esquecimento de que ele não é a origem do sentido, recriar a própria cena de enunciação, engendrando cenografias - entendidas por Maingueneau como base de uma encenação singular da enunciação” (MAINGUENEAU, 2015b, p. 70, tradução nossa) - variadas: ele é o entrevistador e o entrevistado, o apresentador do jornal e o comentarista. Ainda em “*O que acontece? Quando você fala, eles deturpam, quando você não fala, eles inventam.*” o sujeito opera a desqualificação do outro para legitimar a sua cena de enunciação, na qual ele é a única fonte do dizer e a verdade. Afirmamos, portanto, que a *live* não só produz efeito de proximidade, mas produz a construção de um discurso verdadeiro, porque seu interlocutor não só está próximo a esse corpo que se dá a ver ao vivo, quase íntimo, mas também está próximo a essa verdade que os torna quase cúmplices em uma batalha contra o mal: a mídia mentirosa, a esquerdalha etc. Sobre isso, Gregolin, citando a microfísica do poder proposta por Foucault, afirma que

Pulverizados em todo o campo social, os micropoderes promovem uma contínua luta pelo estabelecimento de verdades que, sendo históricas, são relativas, instáveis e estão em permanente reconfiguração. Eles sintetizam e põem em circulação as vontades de verdade de parcelas da sociedade, em um certo momento de sua história. (GREGOLIN, 2007, p. 17)

Assim, esse eleitorado, em sua vontade de verdade (ou de engano, como diria Nietzsche), adere aos discursos ali instaurados na cena que se compõe pela produção e circulação do vídeo nas redes sociais.

Sobre a construção do efeito de proximidade instaurado pela *live*, o sujeito ainda vai trazer não só uma variedade linguística menos formal que lhe é típica, recriando um tom de descontração, mas também, a partir disso, vai se mostrar “íntimo” de outras figuras políticas. Em “*Até perguntei pra ele se no ano que vem vai ser a mesma batida, falou que vai, continua com o espírito aí de garoto do colégio militar de Belo Horizonte.*” o sujeito não só pontua que perguntou pessoalmente ao ministro, como ainda aparenta intimidade ao falar de sua infância. Isso faz com que o *ethos* de competência, sempre ligado ao sujeito político, seja tecido a partir dos signos da intimidade: ele não só governa o país, ele é íntimo de seus ministros. No entanto, atada a isso está a informatividade do enunciado: há diversos dados sobre economia sendo apresentados, o que também é da ordem do discurso verdadeiro, uma vez que tendo em vista que a mídia é mentirosa, então ali será o espaço para trazer a verdade sobre os reais dados da economia. Entrelaçando na cena a intimidade, a descontração e a informatividade, a cena de enunciação, em toda a sua inerente teatralidade, passa a (re)criar efeitos de sentido na ordem da verdade cúmplice, da verdade quase entre amigos.

Por fim, o inimigo em comum deve ser combatido. Em “*vocês não podem fazer aquele joguinho de fogo amigo pra entregar pra esquerdalha, como a Argentina fez, de entregar pra esquerdalha em 2023, vocês vão ver o que é bom pra tosse, esses caras vão ficar 50 anos pra sair daqui.*” o mecanismo de

construção do enunciado o leva para o tom de conselho/ameaça ao interlocutor. Dessa forma, as características desse tecnogênero, conforme nomenclatura de Paveau, permitem ao sujeito interagir, uma vez que ele pode não só se dirigir ao público, mas pode ler respostas e comentários em tempo real se assim desejar. O endereçamento de sua fala ao interlocutor, mais uma vez, assim defendemos, vai estreitar a proximidade entre eles, gerando uma cena cúmplice, dotada de uma vontade de verdade do seu eleitorado que vai sendo, pouco a pouco, construída e reconfigurada na abordagem de diversos temas.

Em relação ao agenciamento da cena, boa parte das *lives* são realizadas no mesmo ambiente, composto por vasta coleção de livros e uma mesa enorme, que deixa entrever grande quantidade de papéis, geralmente em desordem:



FIGURA 1 - Printscreen da live de 5 de março
Fonte: Youtube

O agenciamento da cena também constrói efeitos de sentido da ordem da verdade, amparada, semioticamente, pela intelectualidade socialmente atribuída aos livros. Assim, esse corpo político, que se dá a ver entre tantos livros, traz para a cena o que é da ordem do intelectual, do científico, do conhecimento, o que alicerça aquilo que está sendo dito, uma vez que dados e estatísticas são sempre apresentados nas *lives* como forma de se trazer a “verdade que a mídia não traz” para o público. Ainda é preciso observar que, apesar do outro estar de terno, o sujeito político que ocupa o maior cargo da nação está de camiseta. Mais uma vez, recria um mundo *ético* da ordem do popular, do homem do povo. Assim, o não verbal agencia o que é fiado na ordem do verbal: por um lado, o discurso verdadeiro ligado ao universo imagético da intelectualidade de *ter* livros, por outro, o homem descontraído, que se dirige ao povo, que é *próximo*. Ademais, esse efeito de proximidade é

corroborado pela presença de três pessoas que estão no mesmo nível, isto é, embora Bolsonaro figure ao centro da *live*, o seu assessor e a intérprete de Libras estão ao seu lado. Não há uma sobreposição, pelo menos em termos de efeito produzido, de uma pessoa sobre outra.

Cumpra destacar o papel da intérprete em Libras nas *lives*. A presença dessa intérprete para as pessoas surdas no mesmo nível em que está o locutor e o seu assessor contribui para conferir ao governo um *ethos* tanto de proximidade quanto compassivo, que tem a vontade de ajudar as pessoas da comunidade surda, buscando incluir todos indistintamente na comunidade nacional. A presença da intérprete no mesmo nível das outras pessoas que compõem a cena, diferentemente de outras em que os profissionais ficam restritos a um “cantinho” do vídeo, reforça o sentimento de um governo piedoso e inclusivo.

O efeito de proximidade também é corroborado pela aparente descontração em cena e certo caráter de “feito em casa” que pode ser associado à própria genericidade da *live*:



Presidente Bolsonaro: Live da Semana - ▼
30/07/2020

190.893 visualizações · 2 semanas atrás

FIGURA 2 - *Printscreen* da *live* de 30 de julho

Fonte: YouTube

Na *live* de 30 de julho, antes de iniciar, é possível ver dois homens ajustando a câmera, enquanto Bolsonaro se dirige a eles descontraidamente. O efeito de proximidade é criado por aquilo que a *live* engendra: o vídeo ao vivo em casa, sem grandes produções, fazendo com que a relação entre público e privado se reorganize em função do próprio agenciamento da cena.

Por fim, consideramos importante destacar alguns enunciados relacionados à COVID-19:

- iv. A gente lamenta aí o requerimento do senhor Humberto Costa, PT de Pernambuco, que quer fazer com que o pobre não tenha acesso a hidroxiclороquina. E se não tiver acesso, o que pode acontecer? Sumir das farmácias a hidroxiclороquina, vai pro câmbio negro

aí, vai valer mil reais, dois, cinco mil reais uma caixa de hidroxiclороquina. Eu apelo ao senhor Alberto Costa, que já foi Ministro da Saúde, como não tem outro remédio, deixe o pobre, o idoso, aquele que tem algum tipo de doença, fazer o uso da hidroxiclороquina de graça nos hospitais, eu peço quase que pelo amor de Deus, isso é vida. (*Live de 21/5/2020*⁴)

- v. O PT não pode tirar o direito de lutar pela vida de qualquer um. Cada vez mais eu me convenço que é uma briga ideológica, uma briga partidária isso aí. Desde o começo eu falo da hidroxiclороquina, por quê? Eu sei que não sou médico, eu cumpro qualquer missão, mas não sou médico não, sou mergulhador também (...) mas a gente tem que dar uma esperança. A minha mãe tem 93 anos de idade, estava previsto uma viagem (...) e por que eu cancelei? Porque fiquei sabendo que ia ter certas aglomerações e a imprensa ia bater em mim e vai que eu visito a minha mãe e ela pega o coronavírus, vão falar que eu infectei a minha mãe. (*Live de 21/5/2020*)
- vi. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) disse que aqui na América Latina, incluída aí o Brasil obviamente, o poder aquisitivo dos informais caiu 80%. Então vamos supor aí um trabalhador informal que leva 2 mil por mês vendendo aí churrasquinho de gato, biscoito Globo na praia, se ele ganhava 2 mil por mês, perdendo aí 80% tá passando pra R\$400 em média (...). Por isso a gente acha que o Brasil não suporta mais por parte em alguns estados ter esse bloqueio aí tão grande no comércio (*Live de 14/5/2010*⁵)

Ainda consideramos importante para o que se defende aqui levantar enunciados das *lives* em período de pandemia. A COVID-19, doença causada pelo coronavírus **SARS-CoV-2**, atingiu de forma pandêmica a população mundial, somando, em outubro de 2020, 42 milhões de casos e mais de um milhão de mortos no mundo⁶, o que fez com que protocolos de saúde fossem adotados pelos países como um todo, sobretudo aqueles divulgados pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Bolsonaro, declarando-se em diversos momentos na contramão de qualquer orientação da OMS, passou a divulgar em suas *lives* dados e informações sobre a pandemia, tratamentos etc. Um exemplo disso é o controverso uso de hidroxiclороquina, desaconselhado pela OMS por seus efeitos colaterais e por não apresentar eficácia comprovada. Apesar das recomendações da OMS estarem amparadas pelo

4 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CaTtyaM5Jlw&t=2017s>>. Acesso em 25 mai. 2020.

5 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=S28DvOuB6cM>>. Acesso em 25 mai. 2020.

6 Dados apresentados pelo Google diariamente. Disponível em: <<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR:pt-419>>. Acesso em 25 out. 2020.

discurso científico, que, geralmente, é tido como um argumento de autoridade ou aceito como um discurso de verdade, já que ampara as crenças de boa parte da sociedade, o discurso do presidente adquire igualmente efeito de verdade. Primeiramente, porque alicerçado no fato de que “a mídia mente” e de que há um “inimigo a ser vencido”, a construção da cena íntima, em que o sujeito possui a verdade e partilha com seu público cativo, vai sendo fiada.

Em (iv) o “inimigo da nação”, o PT, representado pelo senador Humberto Costa, é trazido para se afirmar que o médico de Pernambuco “*quer fazer com que o pobre não tenha acesso a hidroxicroquina*”. Na construção dos efeitos de verdade criados sobre o uso de medicamento, que o sujeito defende apesar das contraindicações da OMS e cientistas do mundo todo, o sujeito mobiliza o outro para apontá-lo como inimigo do pobre: “*deixe o pobre, o idoso, aquele que tem algum tipo de doença, fazer o uso da hidroxicroquina de graça nos hospitais, eu peço quase que pelo amor de Deus, isso é vida*”. Apesar do próprio site do Senado trazer como informação que os senadores estavam questionando o uso da cloroquina por falta de estudos científicos⁷, o sujeito afirma que a motivação seria puramente “politicagem do inimigo”, como se vê em (v) “*O PT não pode tirar o direito de lutar pela vida de qualquer um. Cada vez mais eu me convenço que é uma briga ideológica, uma briga partidária isso aí*”, o que cria efeitos de sentido da ordem do “mal”, afinal, o outro tira “o direito de lutar pela vida” dos mais pobres. Assim, na desqualificação do outro, seus valores morais são tecidos, e o sujeito passa a adquirir contornos humanos, empáticos, além de criar um discurso verdadeiro, o que se ressalta com “*Eu sei que não sou médico, eu cumpro qualquer missão, mas não sou médico não, sou mergulhador também (...) mas a gente tem que dar uma esperança*”. Como dito anteriormente, o discurso científico ou especializado é valorizado e tido como argumento de autoridade socialmente, o que faz com que seja tomado como verdadeiro por boa parte da cultura mundial. Retomando então o seu não pertencimento a esse discurso de autoridade, reafirma seu caráter missionário, muitas vezes exaltado em suas campanhas⁸, para dizer que é preciso dar esperança às pessoas. A vontade de verdade do interlocutor passa a ser preenchida por essa preocupação com o povo, preocupação esta que só pode estar ligada à verdade. Ainda, entrelaçado à cena, o efeito de proximidade é corroborado quando pessoas de sua vida pessoal são mobilizadas. O sujeito traz a mãe de 93 anos idade para dizer que cancelou uma viagem e, portanto, tem compromisso com a pandemia, ao contrário do que todos dizem: à cenografia do bom filho se soma a do bom gestor.

Por fim, em (vi), mais dados são trazidos: “*a OIT (Organização Internacional do Trabalho) disse que aqui na América Latina, incluída aí o Brasil obviamente, o poder aquisitivo dos informais caiu 80%*”. Considerando que a doença só é visível por meio de números, já que se trata de um vírus, dados e estatísticas também são socialmente da ordem da verdade, uma vez que, teoricamente, não podem ser contestados. Então, apesar desse dado não poder ser localizado em lugar algum dos informes da OIT, a vontade de verdade (ou de engano) do interlocutor faz com que este adira a esse

7 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/21/senadores-questionam-liberacao-de-uso-da-cloroquina-para-casos-leves-de-covid-19>>. Acesso em 25 mai. 2020.

8 Jogando com a palavra “messias”, que é também seu segundo nome.

universo de sentidos criados, sobretudo por conta do duplo efeito de proximidade da verdade, em que ao mesmo tempo em que verdades são ditas, o relacionamento entre político-cidadão se estreita. E ainda, sabendo que a grande parcela da população que não aprova o isolamento social é contra o fechamento do comércio, o sujeito ainda traz “*por isso a gente acha que o Brasil não suporta mais por parte em alguns estados ter esse bloqueio aí tão grande no comércio*”. Ao mesmo tempo em que se ausenta da responsabilidade, enquanto chefe de Estado, pela decisão de manter ou não o isolamento, tarefa repassada aos governos do Estado, ele reafirma que tem sido difícil de suportar, se colocando empaticamente ao lado do povo, embora contra todas as recomendações da OMS para que se mantenha a população em isolamento para evitar a transmissão comunitária do vírus.

É possível observar que os enunciados destacados apresentam um retorcimento de dados que convém em benefício de sua estratégia. No entanto, ao usar números, ainda que sem comprovação, o discurso adquire *status* de verdadeiro. Não existindo verdade absoluta, mas uma vontade de verdade que se condiciona ao apagamento de que tudo é questão de perspectiva, todo o engendramento da cena caminha para que isso seja corroborado. Assim, as redes criam o efeito de proximidade e o uso das *lives* para isso ampliou, também por conta do aparato técnico, essa relação político-cidadão; as *lives*, a partir da construção da cena, em que diversas cenografias são mobilizadas além de haver o agenciamento daquilo que o público pode ver, fortalecem o efeito de proximidade, além de passarem a fomentar a criação daquilo que é da ordem da verdade. A proximidade por meio da verdade criada pelas *lives* presidenciais é inédita: o uso da máquina para estreitar o vínculo com o eleitorado fez com que o discurso político digital circulasse de maneira nunca antes pensada, o que produz efeitos visíveis no modo de se governar.

4. Para efeito de conclusão

Na esteira da constante reconfiguração de práticas discursivas determinadas pelo discurso digital, estudar discurso político tem se mostrado um constante recriar de teorias e de métodos. A partir da compreensão de que o discurso político constantemente metamorfoseia-se, acreditamos que as *lives* presidenciais são uma nova forma de se fazer política, uma vez que criam um efeito de proximidade por meio de um discurso lido como verdadeiro: o eleitorado não só se sente próximo ao sujeito, mas adere a um regime de verdade, na ânsia de tornar-se cúmplice em uma cena de enunciação fabricada a partir da cenografia presidencial que engendra essa discursividade.

Com base no exposto, tentamos compreender, mesmo que minimamente, a estruturação das *lives* de modo a conceituá-las em vista das recentes propostas teóricas da Análise do discurso de orientação francesa. Considerando, assim, que a Web tem nos instado para que pensemos o discurso digital em função de sua circulação em detrimento das suas condições de formulação e que as especificidades fornecidas pelas redes sociais, tanto em termos de clicabilidade quanto em relação a sua efemeridade de circulação, somos impelidos, enquanto analistas do discurso, a repensar nossas

teorias e práticas analíticas, sobretudo no que concerne à cena de enunciação, para dar conta da análise do discurso político digital. O “guarda-chuva” *live* parece comportar-se como uma cena genérica engendrada por todo tipo de cenografia diretamente relacionado à circulação dos enunciados, o que faz com que pensemos nas fronteiras genéricas que passam a ser pulverizadas em razão de suas cenografias.

Em vista dessas reflexões, as *lives* presidenciais brasileiras parecem ser o fruto mais recentemente colhido de toda a ressignificação de práticas que tem sido imposta ao discurso político pelas redes sociais, mais particularmente e pela web de uma maneira em geral. A relação político-cidadão, amparada pelo efeito de proximidade do discurso de verdade, é reestabelecida de forma a criar uma relação única entre ambos e contra todos, constituindo um palco privilegiado para a governabilidade desse ator político.

REFERÊNCIAS

- CARREON, R. O. *Comunicação política e(m) imagens de si: percursos a caminho do ethos semiotizado*. 2018. 221 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.
- DIAS, C. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.
- FOUCAULT, M. Entrevista com Michel Foucault. In: M. FOUCAULT. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina: Ditos & escritos VII*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 157-168.
- FOUCAULT, M. História da loucura e antipsiquiatria. Conferência pronunciada em maio de 1973. In: ARTIÈRES, Ph. et all. *Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo: São Paulo*, vol. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e Análise do discurso*. São Paulo: Parábola editorial, 2015a.
- MAINGUENEAU, D. *La philosophie comme institution discursive*. Limoges: Editora Lambert-Lucas, 2015b.
- MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola, 2020.
- NIETZSCHE, F.W. *Fragments posthumes. Automne 1887 – mars 1888. Oeuvres philosophiques complètes*, XIII. Paris: Galimard.
- PAVEAU, M-A. Technodiscursivités natives sur Twitter. Une écologie du discours numérique. *Epistémè: revue internationale de sciences humaines et sociales appliquées* /, Center for applied cultural science, Korea university, Séoul, 2013, 9, p.139-176.
- PAVEAU, M-A. *L'Analyse du discours numérique. Dictionnaire des formes et des pratiques*. Paris: Hermann. 2017.
- ROSANVALLON, P. *La Légitimité Démocratique - Impartialité, réflexivité, proximité*. Paris: Seuil, 2008, 384p.

APRESENTAÇÃO

Tradição discursiva e historicidade da língua e do texto



OPEN ACCESS

COMO CITAR

Gomes, V. S.; Zavam, A.; Jungbluth, K. (2020). Tradição discursiva e historicidade da língua e do texto. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 562-567, 2020.

Valéria Severina GOMES

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Aurea ZAVAM

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Konstanze JUNGBLUTH

Europa-Universität Viadrina Frankfurt (Oder) (EUV)

Nos últimos anos, temos verificado uma virada nos estudos que envolvem a historicidade da língua e do texto no âmbito das pesquisas linguísticas, as quais, acreditamos, têm trazido implicações significativas não só para a Linguística, como para áreas afins. Essa virada, que busca integrar sincronia e diacronia, tem como pedra fundamental a Linguística Integral proposta por Eugênio Coseriu (1981). De acordo com Kabatek (2015, p. 12), “a linguística integral não é uma limitação, é o convite para descobrir o mundo dos fenômenos com toda sua riqueza: todas as dimensões possíveis da linguagem humana, das línguas e dos textos”. Em meados do século XX ainda em Montevideo, o linguista romeno, ao tratar da linguagem humana, a concebeu em três níveis: o primeiro nível, o universal, está relacionado ao falar como uma atividade humana em geral; o segundo nível, o histórico, diz respeito à língua como uma prática histórica que envolve a estrutura gramatical, o léxico e o seu funcionamento; o terceiro nível, o individual, refere-se ao texto (ou discurso) como uma forma concreta e única, um ato linguístico (COSERIU, 1980a).

Dando continuidade ao pensamento coseriano, Peter Koch (1997) propôs uma duplicação do nível histórico, dividindo-o entre as línguas históricas e as tradições discursivas. O conceito de Tradição Discursiva (TD) vem ganhando cada vez mais espaço entre pesquisadores que desenvolvem suas pesquisas no âmbito da Linguística, notadamente as de cunho sócio-histórico. Seu nascedouro se ancora na Linguística alemã, mais precisamente na Escola de Tübingen, transitando na seara da Pragmática (COSERIU, 1980b, 1982; SCHLIEBEN-LANGE, 1983; JUNGBLUTH, 1996; KOCH, 1997, no prelo). A origem alemã dos estudos em TD ocorreu na segunda metade do século XX, por volta de 1970 e 1980 no

contexto de aparecimento da Linguística de Texto e da Pragmática. Aqui no Brasil, os estudos à luz das Tradições Discursivas começaram a ser difundidos por volta de 2000, a partir de reuniões entre pesquisadores do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB) e de intercâmbios entre estudiosos brasileiros e alemães (GOMES, 2005; SCHLIEBEN-LANGE 1993; JUNGBLUTH, 2016, 2018a, 2018b). Posteriormente em outras instâncias de pesquisa, o modelo das Tradições Discursivas veio se mostrando relevante para discutir questões referentes à historicidade do texto e da língua. Essa relevância foi pontuada por Mattos e Silva (2008, p. 146), ao comentar que “sem dúvida, a mais recente orientação nos estudos histórico-diacrônicos é a das tradições discursivas (TD)”.

As pesquisas sobre o tema proposto para este dossiê estão em crescente projeção e articulação dentro e fora do Brasil. Em âmbito nacional, vale mencionar o capítulo sobre editoriais (GOMES; ZAVAM, 2018), publicado na obra de referência do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB). Em âmbito internacional, está em fase de redação o artigo intitulado “Discourse traditions in synchrony” (GOMES; JUNGBLUTH, no prelo), que será publicado na Alemanha. Na Argentina, as organizadoras também estabelecem interlocução com Guiomar Ciapuscio, que, ancorada no modelo das TD, vem investindo na análise diacrônica de fenômenos linguísticos da América Latina, a fim de melhor compreender as intrincadas relações entre expressão escrita e oral (CIAPUSCIO; JUNGBLUTH; KAISER 2005; CIAPUSCIO; JUNGBLUTH; KAISER; LOPES, 2006;). No México, o intercâmbio tem se revelado não menos fecundo com as interlocuções estabelecidas com Alfonso Shibya (2018), que se dedica a investigar a mudança linguística no espanhol. A expansão do espaço e a consequente difusão do conceito pode ser constatada ainda por meio de grupos de pesquisa, eventos realizados, muitos outros trabalhos publicados, razão pela qual se justifica a organização deste dossiê temático que agrega e socializa pesquisas nacionais e internacionais em torno do tema, que, apesar de contribuições já dadas ao conhecimento sobre a história da língua e dos textos/gêneros, ainda mantém seu caráter inovador.

O objetivo deste dossiê é, pois, fomentar discussões teóricas, metodológicas e analíticas que resultem de estudos desenvolvidos com base no modelo das Tradições Discursivas. Para tanto, três princípios da teoria de Coseriu (1980b) são norteadores: a) o princípio da historicidade, no qual os seres humanos são seres históricos por definição e a língua é a base da existência humana; b) o princípio do falar, que postula que a linguística deve considerar em primeiro lugar a atividade criativa dos falantes; c) o princípio da tradicionalidade discursiva, que responde pela relevância da tradicionalidade nas questões linguísticas (KABATEK, 2005, 2015). Quanto ao terceiro princípio, importa lembrar que a historicidade do texto envolve a sócio-história da língua, por meio da integração de algumas dimensões de análise: tradicionalidade dos gêneros; tradicionalidade composicional; tradicionalidade tipológica; tradicionalidade estilística; tradicionalidade linguística (ANDRADE; GOMES, 2018).

Esta obra reúne, portanto, pesquisas que, sob um ou outro aspecto, tomam essa historicidade do texto de que fala Coseriu como pressuposto fundamental que regula as lentes investigativas e subjaz às análises empreendidas. Assim, os artigos se conectam, por um lado, por reconhecerem a proficuidade do conceito de tradição discursiva, por outro por ancorarem a discussão e a análise nesse paradigma, ainda que em *corpora* diferenciados.

No ensaio intitulado *La compleja relación entre tradiciones discursivas y estilo*, Alfonso Gallegos Shibya analisa a relação entre tradições discursivas e estilo, propondo uma classificação das tradições discursivas segundo os aspectos tipológicos que condicionam sua transmissão interlinguística e uma distinção entre estilo individual e supraindividual. O pesquisador defende que o estilo supraindividual, ao revelar um uso coletivo, isto é sociocultural, consiste em um tipo de tradição discursiva. Ainda que não sejam equivalentes, os conceitos se interseccionam parcialmente.

Eliana Correia Brandão Gonçalves, no artigo *Tradição Discursiva, Filologia e Corpus Histórico-Diacrônico: análise de Requerimentos do século XVIII*, analisa as práticas históricas e socioculturais da escrita, com base tanto no modelo de Tradição Discursiva quanto na prática filológico-linguística. Para isso, analisa as edições de *Requerimentos* sobre a Bahia, produzidos no século XVIII, no âmbito da Administração Pública do antigo Conselho Ultramarino. Para produzir um texto jurídico-administrativo na América Portuguesa, era necessário conhecer os modos de dizer que regem a organização desse tipo de TD escrita, marcada por fórmulas obrigatórias e unidades lexicais que se articulam no texto. Portanto, a autora defende que, partindo do modelo de Tradições Discursivas, podem ser notadas certas regularidades e variações linguísticas nesse gênero textual.

Ainda com base em textos manuscritos, Elizabeth Christina Cavalcante da Costa e Cláudia Roberta Tavares Silva, no artigo *Os modos tradicionais de dizer do século XIX e XX: uma análise das cartas pessoais de pernambucanos*, objetivam verificar marcas composicionais em cartas de amigo e cartas de família. As pesquisadoras analisam como as formas recorrentes de dizer contribuem para uma maior ou menor implicação emocional das expressões comunicativas e fazem perceber quais marcas pragmático-discursivas são evocadas no gênero carta pessoal.

Ao analisarem cartas de amor portuguesas, Natanael Duarte de Azevedo e José Temístocles Ferreira Júnior, no artigo intitulado *Historicidade das cartas de amor*, buscam compreender a composição do gênero carta pessoal de amor a partir de sua circulação no Brasil durante o grande século XIX. A análise aponta para a identificação de marcas composicionais da carta de amor que se mantêm ao longo do recorte temporal, mesmo que haja mudanças significativas de ordens tipográficas, temáticas e de apropriação do sentido do amor.

Recorrendo também ao gênero carta pessoal, particularmente em exemplares oitocentistas e novecentistas, Luiz Fernando de Carvalho, em seu artigo *O imperativo em variação na escrita mineira: o papel do sujeito e das seções das cartas*, volta seu olhar investigativo para as formas variáveis do imperativo de 2ª pessoa do singular (*tu, você, tu/você, formas nominais*), empregadas por escritores cultos, buscando estabelecer a relação entre referência do sujeito de 2ª pessoa e movimentos retóricos do gênero (saudação inicial, captação de benevolência, núcleo, saudação final e *post scriptum*) na expressão do imperativo com formas indicativas e subjuntivas. Baseado em um percurso metodológico rigoroso, o autor comprova essa estreita imbricação, sustentada na força da tradição gramatical sobre os produtores das cartas aliada à presença de tradições discursivas próprias da carta pessoal.

Ainda no domínio dos textos manuscritos, Ticiane Rodrigues, no artigo *Uma análise do gênero denúncia à luz do paradigma das Tradições Discursivas*, analisa as categorias linguísticas e discursivas

que apontam traços de permanência e/ou mudança na peça introdutória dos processos-crimes registrados no estado do Ceará nos séculos XX e XXI, a fim de observar a repetição de um texto ou de formas textuais, “expressões formulaicas”, que possam ser tomadas como elementos da respectiva TD para descrever traços significativos de mudança e/ou permanência. Os resultados alcançados revelam que o gênero denúncia apresenta, em sua composição, o que se caracteriza como reelaboração interna, mudança ocorrida no interior dessa própria tradição discursiva.

Já no âmbito dos textos impressos, no artigo *Tradições discursivas no gênero editorial praticado no Brasil e na Argentina: a expressão do campo dêitico nos séculos XX e XXI*, Lucineudo Machado Irineu analisa o uso das expressões dêiticas pessoais, temporais, sociais e modais que evidenciam, diacronicamente, a construção das imagens de si reveladas por editorialistas de dois periódicos, *Jornal do Brasil* e o *Clarín*, publicados no período compreendido entre os anos de 1945 a 2014. Para empreender sua análise, o autor traz mais luz ao conceito de tradição discursiva ao aproximá-lo de estudos de Análise do Discurso. Fundamentado em uma análise criteriosa alicerçada em um exemplário contundente, o autor constata o predomínio de dêiticos na primeira pessoa (plural inclusivo) no periódico brasileiro, e o predomínio de dêiticos temporais de natureza adverbial (expressão de tempo) no periódico argentino, destacando, assim, mudanças e permanências no uso desses elementos linguístico-discursivos no recorte temporal estabelecido.

Jorge Luis Queiroz Carvalho, no artigo *Diacronic genre analysis: patterns of rhetorical organization in academic book reviews*, analisa vestígios de mudança e traços de permanência em resenhas acadêmicas produzidas entre os séculos XX e XXI. Para tanto, tem por objetivo analisar os movimentos retórico-composicionais mais frequentes em resenhas acadêmicas publicadas entre 1953 e 2015. Os resultados indicam quatro movimentos retóricos presentes nas resenhas: introdução à obra, sumarização do conteúdo, avaliação da obra e avaliação final. Esses movimentos se dividem em 16 passos retóricos, cuja frequência e modos de realização apresentaram traços de variação em cada uma das fases geracionais.

Encerrando a obra, Guiomar Elena Ciapuscio, no artigo *Text Genres in Cardiac Emergency: from activity to typology*, objetiva, em primeiro lugar, apresentar brevemente alguns fundamentos antecedentes da Linguística e revisar as principais perspectivas e tradições de pesquisa. Em segundo lugar, introduz conceitos elaborados dentro da Linguística de Texto alemã, que oferecem uma visão global e explicativa sobre os gêneros textuais. Em terceiro lugar, o artigo ilustra os aspectos teóricos com base em um *corpus* de entrevistas realizadas em um hospital público argentino, durante o tratamento de emergências cardíacas. O artigo mostra-se como uma relevante contribuição científica, sobretudo por apresentar aos leitores, além dos estudos clássicos na área, as discussões mais recentes sobre a Linguística Textual.

As contribuições mostram que o conceito de tradição discursiva está bem arraigado no Brasil. Durante décadas o conceito de TD não só foi usado como modelo norteador para trabalhos empíricos no País, mas também alcançou autonomia própria em questões teóricas enriquecendo os debates além das fronteiras nacionais entre os pesquisadores da Europa e da América. A coincidência temporal deste dossiê com a fase preparatória na Alemanha da publicação do *Manual de tradições*

discursivas no romance (WINTER-FROEMEL; TOLEDO y HUERTA 2022) pode ser interpretada como índice da influência recíproca da colaboração acadêmica e parceria de longa data. Nós, as três organizadoras, desejamos a todes uma leitura, não só produtiva, mas também prazerosa, que lhes permita descortinar um pouco mais a riqueza da linguagem humana, de forma a abrir novas perspectivas, permitindo, assim, uma melhor compreensão da interdependência histórica e sociocultural entre a língua e os textos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C.V.O.; GOMES, V. S. (Org.). *Tradições discursivas do Português Brasileiro: Constituição e mudança dos gêneros discursivos*. Ataliba T. de Castilho (Coord. Geral). *História do Português Brasileiro*, vol. 7, São Paulo: Contexto, 2018. p.23-43.
- CIAPUSCIO, G.; JUNGBLUTH, K.; KAISER, D. (Ed.). *Linguistik am Text / Lingüística en el texto. Contribuciones de Argentina y Alemania*. *Neue Romania* 32, 2005.
- CIAPUSCIO, G.; JUNGBLUTH, K.; KAISER, D.; LOPES, C. (Ed.). *Sincronía y diacronia de tradiciones discursivas em Latinoamérica*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2006.
- COSERIU, E. *Lições de linguística geral*. Tradução de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980a.
- COSERIU, E. *Vom Primat der Geschichte*. In: *Sprachwissenschaft* 5, 125-145, 1980b.
- COSERIU, E. *Fundamentos y tareas de la Linguística Integral*. In: *Plenario Inaugural del II Segundo Congreso Nacional de Lingüística*. Facultad de Filosofía, Humanidades e Artes, da Universidad Nacional de San Juan, Argentina. 16-19 de setembro de 1981.
- COSERIU, E. *O homem e sua linguagem: estudos de teoria e metodologia lingüística*. Tradução Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1982.
- GOMES, V. S. *História do editorial jornalístico em Pernambuco: o que mudou e o que permaneceu no curso desta tradição discursiva?* In: PESSOA, Marlos B. *Língua, texto e história*. Recife: UFPE, p.87-107, 2005.
- GOMES, V. S.; ZAVAM, A. *O editorial de jornal: revisitando a trajetória de um gênero*. In: ANDRADE, M. L. C.V.O.; GOMES, V. S. (Org.). Ataliba T. de Castilho (Coord. Geral). *História do Português Brasileiro - Tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudanças dos gêneros discursivos*. São Paulo: Contexto, p. 44-81, 2018.
- GOMES, V. S.; JUNGBLUTH, K. *Discourse Traditions in Synchrony*. In: Esme Winter-Froemel; Álvaro Octavio de Toledo y Huerta (Ed.). *Manual of Discourse Traditions in Romance, Part I: chapter 5*. Series Günter Holtus; Fernando Sánchez-Miret (Coord. Geral). *Manuals of Romance Linguistics*. Berlin: De Gruyter Mouton (no prelo).
- JUNGBLUTH, K. *Die Tradition der Familienbücher: Das Katalanische während der Decadència*. *Beihefte der Zeitschrift für romanische Philologie* Bd. 272. Tübingen: Niemeyer / Berlin: De Gruyter, 1996.
- JUNGBLUTH, K. *Messageiros e porta-vozes. Transmissão de assuntos jurídicos aos não-letrados. Uma prática discursiva histórica entre oralidade e escritura*. In: Marco Antonio Martins; Lucrécio Sá, (Ed.). *Rumos da linguística Brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino*, São Paulo: Blucher, p. 203-215, 2016.

JUNGBLUTH, K.; GAMAN, I. Como formar um público culto? Necrológio para a tradição discursiva Guia de Parque Zoológico, In: Valéria Severina Gomes; Cleber Alves de Ataíde (Ed.). *Tradições discursivas: faces e interfaces da historicidade da língua e do texto. LaborHistórico*, v. 3, n. 2, p. 13-33, 2018a.

JUNGBLUTH, K. Os livros de família pernambucanos do século XIX. O aporte das escrituras pessoais dos autores semicultos nordestinos para a pesquisa da História do Português Brasileiro. In: Maria Lúcia C.V.O. Andrade; Valéria Severina Gomes (Ed.). *Tradições discursivas do Português Brasileiro: Constituição e mudança dos gêneros discursivos*. Ataliba T. de Castilho (Coord. Geral). *História do Português Brasileiro*, vol. 7, São Paulo: Contexto, p. 332-353, 2018b.

KABATEK, J. Die Bolognesische Renaissance und der Ausbau romanischer Sprachen. Juristische Diskurstraditionen und Sprachentwicklung in Südfrankreich und Spanien im 12. und 13. Jahrhundert. [Sobre a historicidade de textos. Capítulo trad.: José da Silva SIMÕES, *Linha d'água* (São Paulo) 17, p.159-170, 2005]. Tübingen: Niemeyer, 2005.

KABATEK, J. *Tradición e innovación: La lingüística moderna desde Saussure hasta el siglo XXI*. ANADISS, 20, p. 15-32, 2015.

KABATEK, J. Discourse traditions and the historicity of language. In: Esme Winter-Froemel; Álvaro Octavio de Toledo y Huerta (Ed.). *Manual of Discourse Traditions in Romance*, Berlin/Boston: De Gruyter (no prelo).

KOCH, P. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas; TOPHINKE, Doris (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Series ScriptOralia, 99, Tübingen: Narr, p. 43-79, 1997.

KOCH, P. Discourse Traditions: On their status in language theory and on their dynamics. In: WINTER-FROEMEL, Esme; TOLEDO y HUERTA, Álvaro Octavio de (Ed.). *Manual of Discourse Traditions in Romance*, Berlin/Boston: De Gruyter (no prelo).

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SCHLIEBEN-LANGE, B. *Traditionen des Sprechens. Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*, Stuttgart: Kohlhammer, 1983.

SCHLIEBEN-LANGE, B. *História do falar*, Campinas: UNICAMP, 1993.

SHIBYA, A. G. La relación entre tradiciones discursivas y la dinámica de variedades de lengua. *LaborHistórico* vol. 4 (1), p. 13-30, 2018.

WINTER-FROEMEL, E.; TOLEDO y HUERTA, Á. O. de (Ed.), *Manual of Discourse Traditions in Romance*, Günter Holtus; Fernando Sánchez-Miret (Coord. Geral.). *Manuals of Romance Linguistics*. Berlin: De Gruyter (no prelo).

ENSAYO TEÓRICO

La compleja relación entre tradiciones discursivas y estilo

Alfonso Gallegos SHIBYA 

Universidad de Guadalajara (UDG)

RESUMEN

El modelo de tradiciones discursivas, surgido en la romanística alemana, ha ofrecido una nueva perspectiva de análisis para gran cantidad de estudios lingüísticos (tanto diacrónicos como sincrónicos); sin embargo, no existe un acuerdo definitivo sobre su extensión y límites. En este trabajo se analiza la relación entre tradiciones discursivas y estilo, para lo que se propone (a) una clasificación de las tradiciones discursivas en dos tipos, con base en la incidencia (o no) de factores tipológicos en su transmisión interlingüística, y (b) una distinción entre estilo individual y supraindividual. A partir del análisis de varios casos concretos, se argumenta que solo el estilo supraindividual corresponde a un tipo de tradición discursiva. Los estilos supraindividuales se basan en configuraciones funcionales genéricas interlingüísticas, que cada lengua actualiza de acuerdo con sus características tipológicas. De esta manera, los conceptos de tradición discursiva y estilo no son equivalentes, sino que se intersectan parcialmente.

RESUMO

O modelo de tradições discursivas, surgido na romanística alemã, tem oferecido uma nova perspectiva de análise para grande quantidade de estudos linguísticos (tanto diacrônicos como sincrônicos); sem dúvida, não existe um acordo definitivo sobre sua extensão e limites. Neste trabalho se analisa a relação entre tradições discursivas e estilo, para o que se propõe (a) uma classificação das tradições discursivas em dois tipos, com base na incidência (ou não) de fatores tipológicos em sua transmissão interlingüística, e (b) uma distinção entre estilo individual e supraindividual. A partir da análise de vários casos concretos, argumenta-se que só o estilo supraindividual corresponde a um tipo de tradição discursiva. Os estilos



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Valéria Severina Gomes

(UFRPE)

- Aurea Zavam (UFC)

- Konstanze Jungbluth

(EUV)

REVISADO POR

- Eliabe Procópio (UFRR)

- Mizael do Nascimento (UFRPE)

FECHAS

- Recibido: 22/08/2020

- Acepto: 08/11/2020

- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Shibya, A. G. (2020)

La compleja relación entre tradiciones discursivas y estilo. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 568-581, 2020.

supraindividuais se baseiam em configurações funcionais genéricas interlinguísticas, que cada língua atualiza de acordo com suas características tipológicas. Desta maneira, os conceitos de tradição discursiva e estilo não são equivalentes, mas que se interseccionam parcialmente.

ABSTRACT

The discourse traditions model, originated in the German Romance linguistics, has offered a new analytical perspective for many linguistic studies (both diachronic and synchronic). However, there is not a definite consensus about its extensions and limit. This paper examines the relationship between discourse traditions and style. To this aim, I propose (a) a classification of discourse traditions into two types, based on the influence (or lack thereof) of typological factors in their interlinguistic transmission, and (b) a distinction between individual and supraindividual style. After the analysis of various concrete cases, I argue that the supraindividual style corresponds to a type of discourse tradition. Supraindividual styles are based on interlinguistic generic functional configurations, which each language realizes according to its typological characteristics. Thus, the notions of discourse tradition and style, albeit not equivalent, partially intersect each other.

PALABRAS CLAVE

Tradiciones discursivas. Estilo. Lengua individual. Aspectos idiomáticos y supraidiomáticos.

PALAVRAS-CHAVE

Tradições discursivas. Estilo. Língua individual. Aspectos idiomáticos e supraidiomáticos.

KEYWORDS

Discourse traditions. Style. Individual language. Idiomatic and supraidomatic aspects.

Introducción

Durante las últimas décadas, los estudios de las lenguas romances se han visto enriquecidos con el modelo de las tradiciones discursivas¹. Esta propuesta se basa en el postulado de que “hablar no es sólo decir algo a alguien sobre las cosas de acuerdo con las reglas de un lengua (esto es, su sistema y su norma), sino que suele ser, además, decir algo según una determinada tradición textual de hacerlo” (KABATEK, 2005, p. 156). Las tradiciones discursivas representan modelos o esquemas histórico-contingentes que guían la producción y recepción de cualquier texto o discurso y que, si bien rebasan el marco de las lenguas individuales, seleccionan en estas, al menos parcialmente, el uso de una variedad lingüística o modelos de habla determinados (cf. OESTERREICHER 1997).

El modelo de las tradiciones discursivas supone que las lenguas históricas pueden ampliar paulatinamente sus espacios funcionales hacia todo tipo de situaciones comunicativas, lo que presupone (1) que son capaces de generar, adaptar o incorporar cualquier tradición discursiva (independientemente de su nivel de complejidad, cf. WILHELM, 2001), y (2) que pueden desarrollar los recursos lingüísticos necesarios para la consecución de tales fines expresivos (cf. BOSSONG, 1979; RAIBLE, 1985; KABATEK, 2005; KOCH, 2008). Esta propuesta ha permitido abordar una serie de fenómenos lingüísticos desde una perspectiva distinta, como la relación entre géneros textuales, variedades de lengua y cambio lingüístico (cf. KABATEK, 2005); el desarrollo de la escrituralidad de las lenguas (cf. FRANK-JOB, 2003; WILHELM, 2003); las tradiciones discursivas y la traducción (cf. ALBRECHT, 2003), etc.

Si bien el modelo de las tradiciones discursivas ha sido de una enorme utilidad en una multiplicidad de estudios lingüísticos, tanto sincrónicos como diacrónicos, no existe un acuerdo definitivo sobre los elementos que debe abarcar este concepto. Uno de los aspectos controversiales dentro del modelo es la relación entre estilo y tradiciones discursivas, sobre lo que es posible distinguir dos posturas bien diferenciadas:

- a) Algunos investigadores sostienen que los estilos no son tradiciones discursivas, sino variedades diafásicas (o registros) que se ubican en el marco de las lenguas históricas individuales, por lo que forman parte del saber idiomático de los hablantes (cf. COSERIU, 1982; LÓPEZ SERENA, 2012; KABATEK, 2018a).
- b) Otros investigadores, en cambio, señalan que los estilos son tradiciones discursivas al igual que los tipos textuales, los géneros, las formas de conversación, los actos de habla, etc., y por ello comparten el mismo carácter supraidiomático (cf. KOCH, 1997; KABATEK, 2007; KABATEK, 2018b).

¹ Este modelo se remonta a un trabajo de Schlieben-Lange (1983) sobre pragmática histórica, aunque la sistematización y el deslinde teórico fueron llevados a cabo por Koch (1997) y Oesterreicher (1997).

Esta falta de consenso se debe, entre otras cosas, a los diferentes conceptos de ‘estilo’ que asumen cada uno de los autores. Por tal motivo, resulta metodológicamente indispensable deslindar este término para establecer después las interrelaciones existentes entre el estilo y las tradiciones discursivas.

Con el término ‘estilo’ me refiero al conjunto de rasgos específicos de un acto discursivo que resultan de las elecciones de los hablantes con respecto a las posibilidades que ofrece una lengua determinada tanto en el léxico como en la gramática: vocabulario, colocaciones, construcciones sintácticas, morfología derivativa, combinación de frases, etc. (cf. BROWN; MILLER, 2013). Definido ‘estilo’ de esta manera, podemos distinguir entonces dos niveles diferentes: (i) individual y (ii) supraindividual (véase infra, §3). La tesis de este trabajo es que el estilo, solo en el sentido supraindividual, corresponde a un tipo de tradición discursiva. De esta manera, los conceptos de ‘estilo’ y ‘tradición discursiva’, sin ser equivalentes, quedan parcialmente traslapados.

En las siguientes secciones abordaré algunos aspectos teóricos relevantes del modelo de las tradiciones discursivas (§1), para después proponer una clasificación de las tradiciones discursivas de acuerdo con los aspectos tipológicos que condicionan su dinámica de transmisión interlingüística (§2). Posteriormente, analizaré las interrelaciones entre tradiciones discursivas y estilo (§3), y finalmente expondré algunas conclusiones (§4).

1. El modelo de las tradiciones discursivas

Los trabajos sobre tradiciones discursivas remiten generalmente a la distinción propuesta por Coseriu (1981) de tres niveles de lo lingüístico, cada uno de los cuales corresponde a un diferente grado de generalización y abstracción: (i) el ‘nivel universal’ está relacionado con la actividad del hablar en general como hecho filogenético o antropológico sin determinación histórica alguna; (ii) el ‘nivel histórico’ corresponde a las lenguas particulares (como el portugués, el japonés, el pirahã, etc., y sus respectivas variedades), y (iii) el ‘nivel individual’ se entiende como los actos lingüísticos concretos realizados por personas en situaciones determinadas. A cada uno de estos niveles es posible atribuir un tipo de actividad, de saber (‘técnica’) y de producto:

NIVEL	ASPECTO		
	ACTIVIDAD	SABER	PRODUCTO
universal	hablar en general	saber elocucional	totalidad de los enunciados
histórico	hablar una lengua	saber idiomático	lengua
individual	producir un discurso	saber expresivo	texto

ESQUEMA 1 - Niveles de lo lingüístico

Fuente: Kabatek (2007, p. 339)

Algunos autores, sin embargo, han señalado la necesidad de una diferenciación en el nivel histórico, ya que el saber expresivo comprende no sólo el dominio de la gramática y léxico de una lengua determinada, sino también la capacidad de producir textos según modelos históricos que, en principio, son independientes del saber idiomático de las lenguas individuales². Considérese, por ejemplo, que tradiciones textuales como la carta, la novela, el artículo científico, la crónica, etc. no están asociadas a ninguna lengua en particular –y su identidad incluso es reconocible más allá de los límites de las lenguas individuales. Por tal motivo, Koch (1997) y Oesterreicher (1997) proponen desdoblar el nivel histórico coseriano para distinguir claramente (i) la historicidad de la lengua (es decir, la gramática y el léxico de una lengua con su respectiva norma) de (ii) la historicidad de los textos (es decir, las tradiciones discursivas), aunque “la historicidad primaria de la lengua y la historicidad secundaria de los textos, la tradicionalidad, están relacionadas íntimamente” (KABATEK, 2007, p. 345)³.

NIVEL	DOMINIO	TIPO DE REGLAS
universal	actividad del hablar	reglas elocucionales
histórico	lengua histórica particular	reglas idiomáticas
	tradición discursiva	reglas discursivas
actual/individual	discurso	

ESQUEMA 2 - Niveles de lo lingüístico (modelo ampliado)

Fuente: Koch (2008, p. 54)

Las tradiciones discursivas consisten pues en “modelos normativos convencionalizados de la transmisión lingüística de sentido, que regulan la producción y la recepción de discursos”⁴ (OESTERREICHER, 1997, p. 20), por lo que la elaboración de un texto implica necesariamente considerar tanto las reglas de una lengua histórica (es decir, una gramática y un léxico particulares) como una determinada tradición discursiva. Estos modelos convencionalizados pueden desarrollarse a partir de cualquier elemento tanto de expresión como de contenido, y es precisamente esta repetición la que establece un vínculo semiótico entre un acto de enunciación concreto y una determinada tradición discursiva (cf. KABATEK, 2005).

Las tradiciones discursivas, en principio, no pertenecen a una lengua en particular. La relación existente entre una tradición discursiva y una determinada comunidad lingüística es el resultado de

² Véase en este sentido Schlieben-Lange (1983); Coseriu (1992 [1988]); Koch (1997); Oesterreicher (1997).

³ Una diferencia más en la historicidad de ambas entidades radica en que, mientras los grupos constitutivos de las lenguas históricas son comunidades lingüísticas, los de las tradiciones discursivas están definidos por variables socioculturales como profesiones, religiones, corrientes literarias, grupos políticos, actividades artísticas y lúdicas, etc. (cf. SCHLIEBEN-LANGE, 1983; COSERIU, 1992 [1988]; KOCH, 1997). La orientación de la delimitación también es distinta, ya que “las lenguas históricas (o sus variedades) definen a los grupos (es decir, las comunidades lingüísticas), mientras que son los grupos (profesionales, religiosos, literarios, etc.) los que definen a las tradiciones discursivas” (KOCH, 2008, p. 55).

⁴ Original en alemán: “normative, die Diskursproduktion und Diskursrezeption steuende, konventionalisierte Muster der sprachlichen Sinnvermittlung” (traducción propia).

eventos contingentes, ya que la historicidad de las reglas idiomáticas y de las discursivas es de naturaleza distinta:

Los aspectos históricos del saber expresivo pueden superar en extensión las comunidades idiomáticas abarcando varias de ellas (ser, por ejemplo, propios de la 'cultura occidental'), superar los límites de las comunidades idiomáticas sin abarcarlas (ser, por ejemplo, propios de los estratos cultos de las comunidades 'occidentales'), corresponder a comunidades menores dentro de las comunidades idiomáticas; y pueden hasta coincidir con las comunidades idiomáticas, en la medida en que los límites de ciertos hechos de experiencia o de cultura coincidan, precisamente, con los límites de esas comunidades. (COSERIU, 1956-1957, apud LÓPEZ SERENA, 2012, p. 270-271)

Ahora bien, el hecho de que las tradiciones discursivas sean supraidiomáticas tampoco significa que cualquiera de ellas puede 'emigrar' sin más de una lengua a otra; por lo contrario, en muchos casos la lengua huésped necesita realizar complejos procesos de acomodación o asimilación que le permitan incorporar algún modelo discursivo. En vista de ello, quisiera proponer dos tipos diferentes de tradiciones discursivas, considerando la dinámica que subyace a su transmisión de una lengua a otra. Esta clasificación nos servirá posteriormente para ubicar el estilo en este modelo teórico.

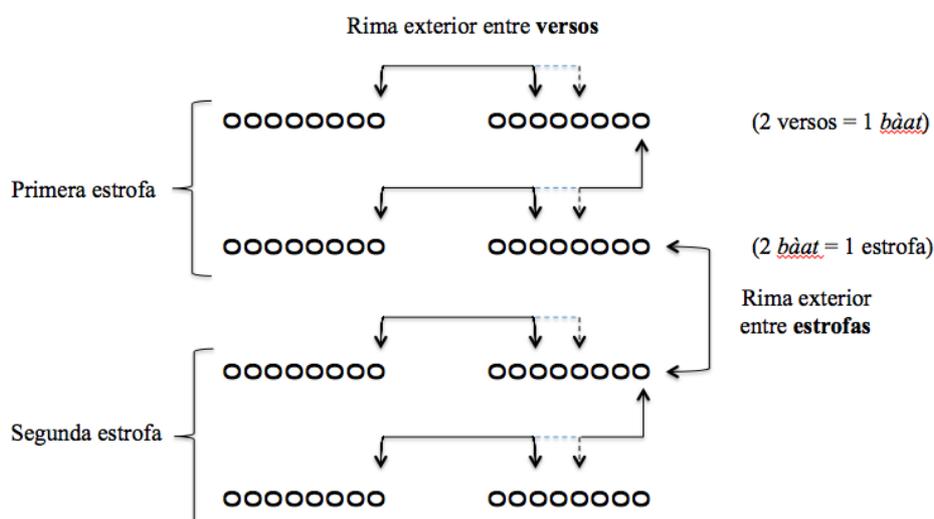
2. Dos tipos de tradiciones discursivas

Un grupo de tradiciones discursivas, a las que llamaré tradiciones discursivas de TIPO I, lo constituyen todas aquellas que pueden pasar libremente de una lengua a otra porque se basan en elementos de forma o de contenido que no dependen de las características tipológicas de ninguna lengua en particular. De esta manera, el soneto, el artículo científico, la fábula, la editorial, etc. no se limitan a lenguas como el italiano, griego, español, inglés, etc., sino que podrían realizarse, en principio, en cualquiera otra (independientemente de su configuración tipológica). Lo mismo puede afirmarse de las tradiciones discursivas basadas en la repetición de ciertos aspectos de contenido; por ejemplo, las obras basadas en *topoi* tales como el don Juan, el amor caballeresco, el descenso a los infiernos, el *locus amoenus* y el *locus horridus*, el viaje de regreso a la patria, etc.

A diferencia de estas, existen otras tradiciones discursivas, que denominaré de TIPO II, que sí dependen de rasgos tipológicos, y precisamente por eso no pueden transferirse libremente a cualquier lengua. Un caso serían los modelos preceptivos de la poesía clásica griega o latina, basados en unidades métricas llamadas 'pies', formados por un número reducido de sílabas breves y largas (de dos a cuatro). Las unidades de medida para cada sílaba se denominan 'moras' –una para las sílabas cortas, dos para las largas–, y su combinación crea estructuras métricas fijas de dos sílabas (pirriquo o díbraco, yambo, troqueo y espondeo), tres sílabas (tríbraco, dáctilo, anfíbraco, anapesto, etc.) y cuatro sílabas (tetrabraquio o proceleusmático, ditroqueo, diyambo, coriambo, antispasto, etc.) (cf. BROGAN; COLE, 1993). Estos modelos textuales no pueden ser incorporados sin más por lenguas que no distinguen la diferencia fonológica entre vocales cortas y largas. En este sentido, lo que hicieron

históricamente lenguas como el español o el portugués fue sustituir el pie latino con la sílaba como unidad métrica, utilizando un ritmo combinatorio de tónicas-átonas por analogía con el ritmo cuantitativo de largas-cortas (cf. BROGAN, 1993).

Un ejemplo aún más espectacular de tradiciones discursivas asociadas a rasgos tipológicos está representado por la poesía tailandesa, que recurre a una sofisticadísima métrica rítmica de tonos para generar efectos poéticos⁵. El tailandés es una lengua que distingue cinco tonos fonológicos – bajo, medio, alto, descendente y ascendente–, y su poesía adopta ciertas reglas para rima interior (es decir, en el mismo verso) y rima exterior (entre versos de la misma estrofa o de estrofas diferentes). Uno de los poemas mas básicos y populares desde la época antigua es el octosílabo, que se puede representar de la siguiente manera:



ESQUEMA 3 - Estructura del poema octosílabo tailandés
 Fuente: Tumtavitikul (2001, p. 30) y Chaichumporn (2013, p. 3)

En este género textual, ocho sílabas forman un verso, y dos versos un *bàat* (o *baht*); la estrofa, a su vez, está formada por dos *bàat*. El poema octosílabo en cuestión está integrado por dos estrofas (para un total de cuatro *bàat*, o bien ocho versos). Los tonos están determinados de tal manera que en el primer verso puede usarse cualquiera de los cinco tonos; en el segundo verso no se utilizan los tonos medio ni alto, mientras que en los versos tres y cuatro se usan solamente tonos medio y alto. Para complicar aún más las cosas, hay especificaciones muy estrictas en cuanto a la rima interior (en el mismo verso) y exterior (entre diferentes versos). En cuanto a la interior, la quinta palabra rima generalmente con la séptima palabra de cada verso. Y con respecto a la rima exterior, se debe seguir el siguiente modelo:

⁵ Agradezco a Jaruchai Chaichumporn que me haya señalado estas particularidades de la poesía tailandesa (comunicación personal).

- la última palabra del primer verso rima con la tercera o la quinta del segundo verso;
- la última palabra del segundo verso rima con la última palabra del tercer verso, así como con la tercera o quinta palabra del cuarto verso;
- la última palabra del cuarto verso rima con el segundo verso de la siguiente estrofa, de manera que la métrica rítmica de ambas estrofas queda enlazada;
- la métrica rítmica no permite vincular vocales cortas con largas, sino que vocales cortas deben rimar con otras del mismo tipo (cf. HUDAK, 1986; TUMTAVITIKUL, 2001; CHAI-CHUMPORN, 2013).

Como podemos apreciar, la poesía tailandesa contiene una compleja relación entre la métrica rítmica y el tono. Ahora bien, si una lengua no dispone de las mismas posibilidades fonológicas que el tailandés, ¿cómo podría adoptar esta tradición discursiva? En principio, otras lenguas tonales serían las mejores candidatas para hacerlo, pero esto no significa que carecerían de dificultades, dado que su sistema tonal no sería necesariamente paralelo al del tailandés⁶. ¿Y qué decir sobre lenguas no tonales como el inglés, el turco, el coreano, el náhuatl, etc.? Por supuesto que podrían incorporar este modelo textual –tal como las lenguas romances asimilaron, con modificaciones, la preceptiva poética latina–, pero requerirían muchísima adaptación (y creatividad) para llevar a cabo semejante empresa.

En resumen, las tradiciones discursivas tienen una historicidad diferente a la de las lenguas individuales. Aunque son supraidiomáticas, en el sentido de que no están limitadas al espacio de cada lengua, esto no implica que puedan trasladarse libremente de una a otra: las tradiciones discursivas que he llamado de TIPO II están asociadas con rasgos tipológicos que condicionan su asimilación.

3. El estilo y las tradiciones discursivas

He señalado previamente que al hacer referencia a ‘estilo’ me refiero al conjunto de rasgos específicos de un discurso que resultan de las elecciones de los hablantes con respecto a las posibilidades (tanto gramaticales como léxicas) de una lengua. Ahora bien, al igual que las tradiciones discursivas, es necesario distinguir dos tipos de estilo que remiten a diferentes niveles de lengua. El estilo puede

⁶ Las lenguas con sistemas tonales simples disponen esencialmente de solo un contraste binario entre tonos alto y bajo (como el tibetano, ewe, rutul, khmu’, etc.). Otras lenguas cuentan en sus sistemas fonológicos con tres, cuatro o más tonos diferentes (cf. MADDIESON, 2005).

ser individual, es decir, una configuración que corresponde al conjunto de reglas idiosincráticas del hablar (cf. KOCH, 2008). Si se considera, por ejemplo, el estilo individual de un autor, las elecciones permiten reconocer un uso particular de la lengua, y con ello textos de Jorge Luis Borges, José Saramago, William Faulkner, etc. La posibilidad de distinguir el uso individual de la lengua a partir de la selección de rasgos específicos es también el postulado fundamental de la lingüística forense.

No obstante, existen también estilos supraindividuales que preestablecen ciertas pautas para la realización de determinados tipos de discurso: hablamos de estilo científico, técnico, periodístico, religioso, jurídico, etc. pero también de barroco, manierismo, modernismo, etc. Estas variantes representan tradiciones de habla históricas que regulan la producción y la recepción del discurso, y están vinculadas con ciertos grupos establecidos a partir de una multiplicidad de variables. La pregunta sería, pues, si los estilos, concebidos de esta manera, deben ser entendidos (o no) como tradiciones discursivas. Pues bien, el estilo individual no representa *per se* una tradición discursiva, ya que se trata de un ámbito expresivo idiosincrático que no tiene ninguna historicidad idiomática ni discursiva. En cambio, el estilo supraindividual –esto es, la elección de determinadas pautas de uso de la lengua asociadas a ciertos ámbitos sociales (periodistas, científicos, técnicos, etc.) o corrientes literarias (romanticismo, modernismo, etc.)– representa una tradición discursiva de TIPO II, y está por ello sometido a las mismas dinámicas que las demás tradiciones discursivas de su clase.

Quisiera ejemplificar lo anterior a partir del estilo de los textos especializados (por ejemplo, científicos y técnicos). El estilo de los lenguajes especializados no se desarrolla *ex nihilo* al interior de los marcos idiomáticos de las lenguas históricas, sino que responde a ciertos principios funcionales que sobrepasan las fronteras de las lenguas individuales (BENEŠ, 1969). A este carácter supraidiomático se debe una serie de parámetros tales como la tendencia a la precisión y concisión, el predominio de la función referencial, la planificación macroestructural, la relación entre texto e imagen, la interacción con otros sistemas semióticos, la despersonalización del discurso, la reflexividad (esto es, la metainformación) del texto: definiciones, explicaciones, precisiones, introducción de términos, indicadores de estructuración, etc. Se trata, pues, de una configuración genérica que conduce a las siguientes tendencias verbalizadoras en las lenguas europeas (cf. KALVERKÄMPER, 1998; SCHMITT, 1992; SCHIFKO, 2001):

- Creación de términos especializados mediante terminologización, formación de palabras (derivación, composición, conversión), abreviaciones, siglas y préstamos de distintos tipos (calcos formales y de significado), entre otras.
- Establecimiento de referencia a partir de sintagmas nominales con fuerte carga de determinación (tanto extensional como intensional).
- Reificación de contenidos proposicionales mediante el uso de formas verbales no-finitas (gerundios, participios, infinitivos) (cf. LEHMANN, 1982).
- Uso frecuente de la técnica de nominalización (cf. GALLEGOS SHIBYA, 2010).

- Formas de pasiva como recurso de desagenticización de la estructura semántica de las proposiciones.
- Técnicas morfosintácticas de despersonalización (formas reflexivas, apersonales, impersonales, etc.).
- Uso de verbos que cumplen funciones sintácticas pero que muestran cierto vaciamiento semántico (como en español *efectuar, proceder, conferir, basar(se), hacer, ofrecer, permitir, introducir, establecer, realizar(se), conferir*, etc.), sobre todo al ser usados en estructuras verbales funcionales.

Si bien algunos de estos modelos verbalizadores pueden ser encontrados, en mayor o menor medida, en textos técnicos y científicos de muy diversas lenguas –como el uso de la voz pasiva para despersonalizar el texto o la condensación de información por medio de la nominalización–, la selección de rasgos idiomáticos para este estilo dependerá finalmente de las características tipológicas de la lengua en cuestión⁷. Ahora bien, a pesar de estas diferencias en la selección de rasgos, los lenguajes especializados de las diversas lenguas pueden considerarse como pertenecientes a un mismo estilo, ya que responden todos ellos a los mismos parámetros funcionales.

El siguiente caso ejemplificará mejor la dinámica interlingüística del estilo como tradición discursiva de TIPO II. Consideremos uno de los lenguajes especializados del español, el jurídico, y su traducción al huichol⁸. Los textos jurídicos en español (y otras lenguas europeas) tienen un estilo caracterizado, entre otros atributos, por una configuración discursiva argumentativa, exhaustividad referencial, abundante uso de terminología (*juicio, demanda, amparo, fiscalía, media filiación*, etc.), empleo particular de estilos directo e indirecto, intertextualidad, etc. (cf. ALCARAZ VARO; HUGHES, 2009). Se ha señalado, sin embargo, que las tendencias de los textos jurídicos responden en gran medida a las características tipológicas de las lenguas europeas, que se caracterizan más por un estilo nominal, mientras que “el huichol y otras lenguas americanas son lenguas centradas más en el evento que en los participantes o los objetos” (ITURRIOZ; RAMÍREZ, 2012, p. 143). El huichol es una lengua con un carácter muy centralizante, esto es, que tiende a “acumular la mayor parte de la información en el predicado, generalmente verbal, a costa de las restantes clases de palabras” (ITURRIOZ; GÓMEZ; RAMÍREZ, 2004a, p. 153), de manera tal que la palabra predicativa tiende a ser coextensiva con el enunciado. Estas características tipológicas tienen consecuencias muy importantes,

⁷ En este sentido, se ha señalado que los modelos verbalizadores anteriormente señalados son consecuencia de las características tipológicas de las lenguas indoeuropeas, por lo que su valor universal ha sido puesto en duda (cf. SCHIFKO, 2001)

⁸ Lengua de la familia yuto-azteca hablada por 49,509 personas en el occidente de México (de acuerdo con el XII Censo de Población y Vivienda 2010, http://atlas.inpi.gob.mx/?page_id=815; fecha de consulta: 20/10/2020).

como la reducción del número de constituyentes sintácticos nominales por elisión o incorporación, ya que resultan prescindibles en virtud de la información codificada en el predicado; la disminución del número de constituyentes sintácticos por cliticización y morfologización; la reducción de la complejidad sintáctica y morfológica de los constituyentes no predicativos, etc. (cf. ITURRIOZ; GÓMEZ; RAMÍREZ, 2004b).

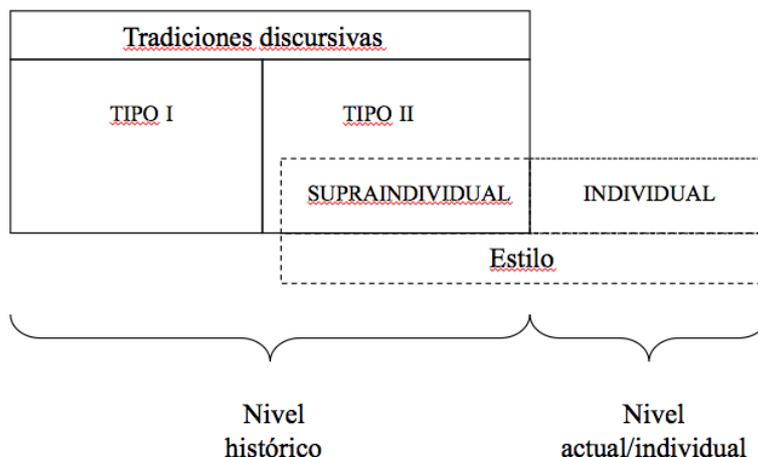
El reto se encuentra, pues, en traducir un texto de estilo jurídico a una lengua (a) que no dispone aún de esta tradición discursiva, y (b) que presenta características tipológicas muy diferentes a las lenguas europeas. Por tal motivo,

donde el español requiere un término técnico nominal, el huichol puede prescindir de él, porque puede expresar lo mismo dentro de la palabra predicativa [...] ¿Cómo se traduce del español, una lengua predominantemente nominal, fusionante y menos explícita, a una lengua como huichol polisintética, centralizante, verbalizante y explicitante, que tiende a hacer coextensivos la oración y el predicado? (ITURRIOZ; RAMÍREZ, 2012, p. 138 y 142)

Precisamente por sus rasgos tipológicos, el huichol tiene que seleccionar determinadas técnicas lingüísticas, que no coinciden necesariamente con las del español u otras lenguas europeas, para cristalizar la configuración genérica del estilo jurídico (esto es, precisión referencial de participantes y eventos, despersonalización, argumentación, uso de discurso directo e indirecto, etc.). De esta manera, el carácter supraidiomático de los estilos no radica en la selección de determinados modelos verbalizadores o técnicas lingüísticas –que pueden variar en virtud de los rasgos tipológicos de cada lengua–, sino en la transmisión e incorporación de configuraciones discursivas que tienen un valor funcional y que, en última instancia, orientan a los hablantes en la selección de rasgos idiomáticos para la elaboración de textos vinculados a ciertos ámbitos socioculturales y corrientes literarias.

4. Reflexiones finales

¿Es posible, entonces, entender el estilo como un tipo de tradición discursiva? La respuesta es que no existe una identificación plena entre ambos conceptos. Por una parte, el estilo excede el ámbito de las tradiciones discursivas en tanto que abarca también el ‘estilo individual’ (resultado de elecciones idiosincráticas y elementos expresivos que no están incluidas en aquellas). Por otra, el ‘estilo supraindividual’ responde a la dinámica de las tradiciones discursivas de TIPO II, es decir, de modelos funcionales interlingüísticos a los que cada lengua responde de acuerdo con sus características tipológicas. La relación entre tradiciones discursivas y estilo aquí propuesta se puede apreciar mejor en el siguiente esquema:



ESQUEMA 4 - Relación entre tradiciones discursivas y estilo

Fuente: Elaborado por el autor

Cuando una lengua, debido a necesidades comunicativas específicas, tiene que adoptar cierto estilo funcional (técnico, científico; barroco, modernismo, etc.), puede recurrir a alguna de las siguientes dos estrategias: (a) una tendencia asimilativa, es decir, intentar incorporar en su acervo las estrategias lingüísticas de la lengua fuente, o (b) una tendencia acomodativa, en la cual se favorecen las técnicas lingüísticas de las que dispone la propia lengua meta para dar respuesta a esos fines comunicativos (cf. ITURRIOZ; RAMÍREZ, 2012). En cualquier caso, el desarrollo de estilos funcionales para los diferentes ámbitos discursivos implica un proceso histórico por el cual la lengua en cuestión amplía paulatinamente su presencia hacia esferas más alejadas de la vida cotidiana como el derecho, los medios de comunicación, la educación, la ciencia y la técnica, etc.

REFERENCIAS

- ALBRECHT, Jörn. Können Diskurstraditionen auf dem Wege der Übersetzung Sprachwandel auslösen? In: Aschenberg, Heidi; Wilhelm, Raymund (eds.). *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*. Tübingen: Gunter Narr, p. 37-53, 2003.
- ALCARAZ VARÓ, Enrique; HUGHES, Brian. *El español jurídico*. Barcelona: Ariel, 2009.
- BENEŠ, Eduard. Zur Typologie der Stilgattungen der wissenschaftlichen Prosa. *Deutsch als Fremdsprache*, Berlin, v. 6, n. 3, p. 225-233, 1969.
- BOSSONG, Georg. *Probleme der Übersetzung wissenschaftlicher Werke aus dem Arabischen in das Altspanische zur Zeit Alfons des Weisen*. Tübingen: Niemeyer, 1979. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783111590189>
- BROGAN, Terry V. F. Prosody. In: Preminger, Alex; Brogan, Terry V. F. (eds.). *The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*. Princeton: Princeton University Press, p. 982-994, 1993.

BROGAN, Terry V. F.; COLE, A. Thomas. Classical Prosody. In: Preminger, Alex; Brogan, Terry V. F. (eds.). *The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*. Princeton: Princeton University Press, p. 211-215, 1993.

BROWN, Keith; MILLER, Jim. *The Cambridge Dictionary of Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1017/cbo9781139049412>

CHAICHUMPORN, Jaruchai. *Características de la poesía tailandesa*. Manuscrito –Universidad de Guadalajara, Guadalajara, 2013.

COSERIU, Eugenio. *El problema de la corrección idiomática*. Manuscrito inédito resguardado en el Archivo Coseriu de la Universidad de Tübingen – Montevideo, 1956-1957.

COSERIU, Eugenio. *Lecciones de lingüística general*. Madrid: Gredos, 1981.

COSERIU, Eugenio. *Sentido y tareas de la dialectología* (Cuadernos de lingüística 8). México, D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1982.

COSERIU, Eugenio. *Competencia lingüística: Elementos de la teoría del hablar*. Madrid: Gredos, 1992 [1988].

FRANK-JOB, Barbara. Diskurstraditionen im Verschriftlichungsprozeß der romanischen Sprachen. In: Aschenberg, Heidi; Wilhelm, Raymund (eds.). *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*. Tübingen: Gunter Narr, p. 19-35, 2003.

GALLEGOS SHIBYA, Alfonso. Un acercamiento operacional a la historia de la lengua. *Lexis*, Lima, v. XXXIV, n. 2, p. 307-350, 2010.

HUDAK, Thomas. Toward an understanding of a Thai poem. In: BICKNER, Robert; HUDAK, Thomas; PEYASANTIWONG, Patcharin. *Papers from a Conference on Thai Studies in Honor of William J. Gedney*. Ann Arbor: Center for South and Southeast Asian Studies, University of Michigan, p. 185-198, 1986.

ITURRIOZ, José Luis; GÓMEZ, Paula; RAMÍREZ, Xitákame (Julio). Morfología y sintaxis del nombre. In: ITURRIOZ, José Luis (ed.). *Lenguas y literaturas indígenas de Jalisco*. Guadalajara: Secretaría de Cultura del Gobierno del Estado de Jalisco, p. 143-156, 2004a.

ITURRIOZ, José Luis; GÓMEZ, Paula; RAMÍREZ, Xitákame (Julio). La morfología verbal. In: ITURRIOZ, José Luis. *Lenguas y literaturas indígenas de Jalisco*. Guadalajara: Secretaría de Cultura del Gobierno del Estado de Jalisco, p. 171-203, 2004b.

ITURRIOZ, José Luis; RAMÍREZ, Julio. El proceso de traducción entre español y huichol. *Estudios de traducción*, Madrid, v. 2, p. 133-145, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5209/rev ESTR.2012.v2.38982>

KABATEK, Johannes. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis*, Lima, v. XXIX, n. 2, p. 151-177, 2005.

KABATEK, Johannes. Las tradiciones discursivas entre conservación e innovación. *Rivista di filologia e letteratura ispaniche*, Pisa, v. 10, p. 331-345, 2007.

KABATEK, Johannes. Algunos apuntes acerca de la cuestión de la 'hibridez' y de la 'dignidad' de las lenguas iberorrománicas. In: BLEORȚU, Cristina; GERARDS, David Paul. *Lingüística coseriana, lingüística histórica, tradiciones discursivas*. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana-Vervuert, p. 107-121, 2018a. DOI: <https://doi.org/10.31819/9783954877508-007>

KABATEK, Johannes. "Las tradiciones discursivas del español medieval: Historia de textos e historia de la lengua". In: BLEORȚU, Cristina; GERARDS, David Paul (eds.). *Lingüística coseriana, lingüística histórica, tradiciones discursivas*. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana-Vervuert, p. 185-198, 2018b. DOI: <https://doi.org/10.31819/9783954877508-011>

KALVERKÄMPER, Hartwig. Rahmenbedingungen für die Fachkommunikation. In: HOFFMANN, Lothar et al. (eds.). *Fachsprachen: Languages for Special Purposes*, vol. 1. Berlin: de Gruyter, p. 24-47, 1998.

KOCH, Peter. Diskurstraditionen: Zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, Barbara et al. (eds.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Gunter Narr, p. 43-79, 1997.

KOCH, Peter. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: El ejemplo del tratamiento *vuestra merced* en español. In: KABATEK, Johannes (ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana-Vervuert, 2008, p. 53-88. DOI: <https://doi.org/10.31819/9783865278623-003>

LEHMANN, Christian. Nominalisierung: Typisierung von Propositionen. In: SEILER, Hansjakob; LEHMANN, Christian; LEHMANN, Christian (eds.). *Apprehension. Das sprachliche Erfassen von Gegenständen. Teil I: Bereich und Ordnung der Phänomene*. Tübingen: Gunter Narr, p. 66-83, 1982.

LÓPEZ SERENA, Araceli. Lo universal y lo histórico en el saber expresivo: Variación situacional vs. variación discursiva. In: MARTÍNEZ DEL CASTILLO, Jesús (ed.). *Eugenio Coseriu (1921-2002) en los comienzos del siglo XXI*. Málaga: Universidad de Málaga, p. 261-281, 2012.

MADDIESON, Ian. Tone. In: HASPELMATH, Martin et al. (eds.). *The World Atlas of Language Structures*. Oxford: Oxford University Press, p. 58-61, 2005.

OESTERREICHER, Wulf. Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: FRANK, Barbara et al. (eds.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Gunter Narr, p. 19-42, 1997.

RAIBLE, Wolfgang. Nominale Spezifikatoren ('Artikel') in der Tradition lateinischer Juristen oder Vom Nutzen einer ganzheitlichen Textbetrachtung für die Sprachgeschichte. *Romanistisches Jahrbuch*, Berlin, v. 36, p. 44-67, 1985.

SCHIFKO, Peter. ¿Existen lenguas de especialidad? In: BARGALLÓ, María et al. (eds.). *Las lenguas de especialidad y su didáctica: Actas del Simposio Hispano-Austriaco*. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili, p. 21-29, 2001.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *Traditionen des Sprechens: Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*. Stuttgart: Kohlhammer, 1983.

SCHMITT, Christian. Spanisch: Fachsprachen. In: HOLTUS, Günter et al. (eds.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, vol. VI, 1. Tübingen: Niemeyer, p. 295-327, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110939644.295>
TUMTAVITIKUL, Apiluck. Thai poetry: A metrical analysis. In: TINGSABADH, M. R. Kanlayá; ABRAMSON, Arthur S. (eds.). *Essays in Tai Linguistics*. Bangkok: Chulalongkorn University Press, p. 29-40, 2001.

WILHELM, Raymund. Diskurstraditionen. In: HASPELMATH, Martin et al. (eds.). *Language Typology and Language Universals: An International Handbook*. Berlin: de Gruyter, p. 467-477, 2001.

WILHELM, Raymund. Von der Geschichte der Sprachen zur Geschichte der Diskurstraditionen. Für eine linguistisch fundierte Kommunikationsgeschichte. In: Aschenberg, Heidi; Wilhelm, Raymund (eds.). *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*. Tübingen: Gunter Narr, p. 221-236, 2003.

ENSAIO TEÓRICO

Tradição Discursiva, Filologia e *Corpus* Histórico-Diacrônico: análise de Requerimentos do século XVIII

Eliana Correia Brandão GONÇALVES 

Universidade Federal da Bahia (UFBA)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Valéria Severina Gomes (UFRPE)
- Aurea Zavam (UFC)
- Konstanze Jungbluth (EUV)

AVALIADO POR

- Sandra Helena Dias de Melo (UFRPE)
- Ticiane Rodrigues Nunes (UECE)

DATAS

- Recebido: 21/11/2020
- Aceito: 28/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Gonçalves, E. C. B. (2020) Tradição Discursiva, Filologia e *Corpus* Histórico-Diacrônico: análise de Requerimentos do século XVIII. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 582-598, 2020.

RESUMO

Este texto propõe uma análise teórica e das práticas históricas e socioculturais da escrita, com base no modelo de Tradição Discursiva e na prática filológico-linguística. Serão analisados Requerimentos sobre a Bahia, produzidos no século XVIII, no âmbito da Administração Pública do antigo Conselho Ultramarino. A Filologia promove o resgate e a reconfiguração de dados linguísticos em edições de textos institucionais setecentistas, considerando os modos de produção dos agentes da escrita. Ao se produzir um texto jurídico-administrativo na América Portuguesa, era preciso que o escrevente conhecesse bem o sistema do que nós chamamos hoje de Tradição Discursiva. Em outras palavras, era necessário conhecer os modos de dizer que regem a organização desse tipo de construção textual, marcado por fórmulas obrigatórias e unidades lexicais que se articulam no texto. Portanto, partindo do modelo de Tradições Discursivas, podem ser notadas certas regularidades e variações linguísticas nesse gênero textual. Nesse caminho, a ancoragem teórica deste trabalho fundamenta-se nos estudos do modelo de Tradição Discursiva (COSERIU, 1979; SCHLIBEN-LANGE, 1993; SCHMIDT-RIESE, 2010; KABATEK, 2004; 2006; 2012) e da Filologia (CAMBRAIA, 2005; MARQUILHAS, 2000; GONÇALVES, 2017; 2018; 2019). Por fim, os Requerimentos registram informações e pedidos, com base em atos legais ou de jurisprudência, apresentando-se como instrumentos relevantes na solicitação de petições da população às autoridades públicas.

ABSTRACT

This text proposes a theoretical analysis and the historical and socio-cultural practices of writing, based on the Discursive Tradition model and on the philological-linguistic practice. Requirements on Bahia, produced in the 18th century, within the scope of Public Administration of the former Overseas Council, will be analyzed. Philology promotes the retrieval and reconfiguration of linguistic data in editions of eighteenth-century institutional texts, considering the modes of production of the agents of writing. When producing a legal-administrative text in Portuguese America, it was necessary for the clerk to know well the system of what we today call Discursive Tradition. In other words, it was necessary to know the ways of saying that govern the organization of this type of textual construction, marked by mandatory formulas and lexical units that are articulated in the text. Therefore, based on the Discursive Traditions model, certain regularities and linguistic variations can be noticed in this textual genre. In this way, the theoretical anchoring of this work is based on the studies of the Discursive Tradition model (COSERIU, 1979; SCHLIBEN-LANGE, 1993; SCHMIDT-RIESE, 2010; KABATEK, 2004; 2006; 2012) and Philology (CAMBRAIA, 2005; MARQUILHAS, 2000; GONÇALVES, 2017; 2018; 2019). Finally, the Requirements record information and requests, based on legal acts or jurisprudence, presenting themselves as relevant instruments in requesting petitions from the population to public authorities.

PALAVRAS-CHAVE

Tradição Discursiva. Filologia. Historicidade Textual. Requerimentos. *Corpus* Histórico-Diacrônico.

KEYWORDS

Discursive Tradition. Philology. Textual Historicity. Requirements. Historical-Diachronic *Corpus*.

Introdução

O texto apresenta uma discussão sobre como as práticas históricas socioculturais da escrita e como os modos de dizer e escrever afetam historicamente a tradição textual no século XVIII. A pesquisa de *corpora* histórico-diacrônicos concentra-se na análise de textos administrativos e literários e se

constitui como estudo da tradição escrita. Para tanto, é necessário analisar criteriosamente a disposição de certas características que particularizam determinados tipos textuais. Dessa forma, para se estudar textos históricos, faz-se necessária a organização de edições conservadoras que adotam modelos de transcrição rigorosa e definam os objetivos e os métodos da edição, visto que os escreventes operavam com estruturas linguísticas pré-determinadas no discurso jurídico-administrativo.

O *corpus* desse estudo abrange a escrita burocrática-administrativa registrada em Requerimentos do Arquivo Histórico Ultramarino produzidos no século XVIII. Notem-se que esses textos apresentam caráter histórico-jurídico, pois foram produzidos pelo antigo e extinto Conselho Ultramarino (1642-1833), órgão da Administração Pública Portuguesa.

O Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) reúne os textos recebidos, produzidos, registrados e acumulados pelos órgãos mais diretamente relacionados à administração do vasto império colonial português. Nos seus acervos, constam também os documentos do Arquivo da Marinha (Secretaria de Negócios da Marinha e Ultramar – 1834-1910) e outros advindos das colônias, além de documentos cartográficos portugueses. Atualmente, os documentos do AHU foram catalogados pelo Projeto Resgate, em 2009, e estão disponibilizados na base de dados da Biblioteca Nacional Digital.

Principalmente no contexto da administração pública, os gêneros textuais são marcados por formas específicas de interlocuções, de acordo com os propósitos reais do assunto, o solicitante, o escrevente e o leitor, ou melhor, a autoridade à qual está direcionada a petição. A estruturação do gênero Requerimento redigido pelos diferentes escreventes revela que, apesar das relações existentes entre texto e língua, há uma história das tradições textuais não necessariamente vinculada à história das línguas.

Nesse caminho das tradições discursivas, enfatizam-se diversas trilhas que consideram os elementos linguísticos constantes nos textos, a composição micro e macro estrutural que se repete na escrita, a função comunicacional e o contexto situacional do texto, pois “os textos, independentemente da sua dimensão e meio de realização, bem como as relações de semelhança que os unem, constituem o modo de ser das tradições discursivas [tradução nossa]”¹ (SCHMIDT-RIESE, 2010, p. 3).

1. Filologia, Tradição Discursiva e a constituição de *corpora* histórico-diacrônico

A escrita apresenta, ao longo do tempo, mudanças vinculadas aos seus suportes, aos seus produtores, aos seus leitores e aos seus aspectos estruturais e discursivos. Nesse viés, o texto histórico que registra

¹ No original: “los textos, independientemente de su tamaño y medio de realización, así como las relaciones de similitud que los unen, constituyen la manera de ser de las tradiciones discursivas.”

essa escrita precisa ser estudado como instrumento de poder, a fim de recompor as mudanças nos papéis sociais na história da escrita. Particularmente, “só é possível conhecer a língua antiga na sua forma escrita e em registos pouco variados, normalmente o literário e o administrativo” (MARQUILHAS, 2000, p. 26). Mas o estudo desses textos produzidos em épocas pretéritas depende de uma análise criteriosa que evidencie a materialidade dos textos e a interpretação dos perfis escriturais e estruturantes dos tipos textuais, com suas variações socioculturais, temporais e espaciais.

Ampliando a discussão, os textos históricos podem ser objeto de investigação por parte de diversos pesquisadores. No entanto, o mapeamento e o inventário de textos serão realizados de acordo com os *corpora* histórico-diacrônicos e os objetivos do pesquisador. Nesse viés, entende-se que a edição e a análise interpretativa dos dados históricos e linguísticos do texto podem ser mediadas pela ação crítica e metodológica da Filologia. O filólogo entende que a construção linguística e discursiva do texto é resultante da ação do tempo, do espaço e da cultura escrita e, portanto, a história de um texto é complexa, pois sua produção está fundada no sujeito, na linguagem e no discurso.

A significativa produção de documentação histórica na Bahia Colonial se justifica pela necessidade de se fazer circular informações sobre as demandas sociais, políticas, eclesiásticas e militares da colônia, com o fim de possibilitar aos seus leitores – às autoridades e às instituições – o conhecimento das realidades e as demandas desses espaços colonizados, cumprindo também esses textos um importante papel na preservação e no controle de parte da memória linguística e histórica.

Em particular, no contexto burocrático-jurídico da Administração Pública, o Requerimento está ligado normalmente a assuntos de natureza particular, com base na jurisprudência. Esse tipo documental utiliza-se de repetições, a fim de cumprir seu propósito expressivo e de vincular o texto com outros textos produzidos na mesma tradição textual. Na perspectiva do estudo filológico de Requerimentos do Conselho Ultramarino, foram observadas estruturas formais que estão associadas às práticas de cultura escrita do século XVIII.

A análise filológica, aliada ao aporte teórico das Tradições Discursivas, possibilita a identificação de componentes linguísticos recorrentes nos Requerimentos que se traduzem em expressões formulaicas que são registradas com bastante frequência nos documentos editados.

A Filologia – considerada a ciência do texto – articula métodos de análise para o mapeamento e a organização de *corpora* histórico-diacrônicos, por meio da Crítica Textual (CAMBRAIA, 2005; GONÇALVES, 2017; 2018). A descrição e a comparação desses dados quantitativos comprovam a existência e a ocorrência de tradições histórico-discursivas e evidenciam as relações entre texto, língua e discurso, possibilitando “saber em quais TD uma inovação é criada, como se difunde ao longo das TD, e também onde há TD resistentes às inovações, TD que preservam elementos que em outras TD não se usam mais” (KABATEK, 2006, p. 516; SILVA; GONÇALVES, 2019).

A partir do estudo de *corpora* histórico-diacrônicos, observamos que os modos de dizer têm repercussões diretas na historicidade textual e na historicidade linguístico-discursiva, no tempo e no espaço. Nesse viés, o conceito de Tradição Discursiva se compõe a partir da ideia de que certos usos na escrita são transmitidos historicamente no plano textual-discursivo. Há uma

conscientização histórica do leitor de que há a utilização de certas estruturas por parte de certos grupos sociais, no contexto real da produção escrita.

Diante disso, as tradições são adotadas na construção do modelo textual por parte do escrevente e, portanto, é

[...] fundamental a distinção coseriana entre três níveis do falar, três aspectos da atividade lingüística cuja diferenciação é considerada requisito prévio imprescindível para qualquer questão do estudo da linguagem. [...] O segundo nível é o histórico, das línguas como sistemas de significação historicamente dados, atualizados, no terceiro nível, em textos ou discursos concretos. Corresponde ao primeiro nível a designação como atividade lingüística universal, atribuição de signos a um mundo de objetos, realizada desde o segundo nível com signos de uma língua particular que, na realidade, criam uma visão particular desse mundo, a partir de significados de uma língua e concretamente na atualização em atos individuais com a sua finalidade e o seu sentido particular. [...]. (KABATEK, 2006, p. 512)

A linguagem é uma atividade humana norteada historicamente por técnicas (COSERIU, 1979). Oesterreicher (1996; 2007), Kabatek (2006), Koch (1997; 2008) e Castilho; Andrade; Gomes (2018) entendem que a trajetória de um texto apresenta mudança e permanência, do mesmo modo que acontece com a língua. Assim nessa trilha, a leitura histórico-social de Requerimentos oficiais do século XVIII manifesta diversificados graus de habilidade dos escreventes, com a escrita de textos administrativos, e revela elementos sócio-históricos que marcam a estruturação da escrita, visto que é a sociedade que atribui função à escrita (GONÇALVES, 2019; PETRUCCI, 2003; SAÉZ SÁNCHEZ; CASTILLO GÓMEZ, 1999).

Para tanto, as narrativas historiográficas convertem os eventos em discurso. Em outras palavras, precisamos ficar atentos criticamente ao fato da historiografia ser uma arena de disputas, pois através dessas narrativas o nosso leitor contemporâneo tem acesso a aspectos de sua identidade e de seu passado – histórico-cultural, institucional, político e militar. É também por meio das narrativas que temos a oportunidade de destronar as leituras consensuais e/ou equivocadas, manifestando discursos aprisionados e promovendo outras leituras inclusivas que desmascarem, desconstruam, enfim libertem outras narrativas da nossa história.

Para Kabatek (2006), o conceito de Tradição Discursiva surge na Alemanha, no âmbito da Filologia Românica. Diante disso, a tradição discursiva é

[...] a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto, significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados. (KABATEK, 2006, p. 505-506)

Seguindo essa linha, as Tradições Discursivas são resultantes do processo de mudança diacrônica de certas modalidades textuais que apresentam determinados elementos linguísticos identificados cronologicamente e contextualmente. E, nesse caminho, apesar de ser incontestável a diferença entre história da língua e a história das tradições textuais (SCHLIBEN-LANGE, 1993; KABATEK, 2004; OESTERREICHER,

1996; 2007), destaca-se que as noções de historicidade do texto e historicidade da língua se articulam no conceito de tradições discursivas próprias de um gênero textual (KABATEK, 2012).

No Brasil, as análises no âmbito das tradições discursivas tem sido bastante profícuas nos estudos de Linguística Histórica do Português, com aplicações em variados gêneros textuais. Em particular, há diversas tradições do discurso registradas historicamente nos gêneros textuais produzidos no âmbito da Administração colonial², que ressaltam o caráter inter e transdisciplinar no estudo de dados linguísticos, como expressões e fórmulas obrigatórias. No entanto, é preciso destacar que – apesar das relações existentes entre gêneros textuais e Tradições Discursivas – esses termos não compartilham de uma relação sinonímica.

Essa noção é reiterada por Barbosa (2012) que problematiza as diferenças entre as variadas tradições discursivas e o gênero textual-fonte:

Em termos práticos, tratando dos estudos histórico-linguísticos com textos escritos pretéritos, a distinção entre TDs e gêneros é clara, quando analisamos o dinamismo entre a história social e as práticas sociais de escritas. Mas devemos dizer que, no referido âmbito de tratamento de fontes em corpora históricos, quando analisamos fenômenos linguísticos em TDs materializadas em gêneros textuais escritos, é inevitável que usemos uma coisa pela outra, pois estamos operando com a materialização de um dos elementos do conjunto de TDs e obedecendo à máxima: se nem toda TD é gênero textual, todo gênero textual, pelas regularidades que se transformam em habituações, é TD. (BARBOSA, 2012, p. 591)

A análise de Requerimentos do século XVIII elucidada bem essa questão. As Tradições Discursivas são mais abrangentes, pois envolvem o gênero textual, a utilização de pronome de tratamento e o nome – por vezes, também, a localização espacial do requerente, relativa a sua vila, cidade ou Estado – além de fórmulas linguísticas de saudações finais que registram a espera de recebimento de uma graça ou benefício e singularizam os sujeitos-escreventes, dentro do âmbito institucional.

Em vista disso, as Tradições discursivas são práticas habituais nos modos de dizer. Há singularmente a repetição de usos linguístico-discursivos recorrentes e constantes na prática socioculturais dos escreventes do século XVIII e que estão registrados na materialidade textual. Desse modo, podem ser elencados alguns critérios que fundamentam nossa análise na reconfiguração das tradições discursivas em documentos da América Portuguesa: tipologia textual – Requerimento; cronologia desses documentos históricos – século XVII; e recorte espacial e arquivístico – Requerimentos da Coleção Bahia do Arquivo Histórico Ultramarino.

² Desde 2016, com o apoio do CNPq, FAPESB e PIBIC-UFBA, temos realizado o mapeamento, o catálogo seletivo, a edição e o estudo de documentos históricos do Arquivo Histórico Ultramarino e da Biblioteca Nacional, que tenham por recorte temático a violência estrutural, simbólica e institucional contra a população negra e indígena e contra a mulher nos séculos XVIII e XIX. Entre os documentos mapeados e editados citam-se: Requerimentos, Cartas, Ofícios, Consultas, Resoluções etc.

2. Tradições discursivas em Requerimentos do século XVIII

A materialização da linguagem se efetua em textos escritos ou orais em diversos âmbitos socioculturais. Na América Portuguesa, o controle administrativo, político e jurídico era realizado por Portugal e, portanto, esses tipos textuais eram amplamente divulgados e conhecidos no âmbito da escrita burocrática. Para a composição dos textos, era necessário que o escrevente recorresse a estruturas e elocuições básicas, a fim de informar às autoridades locais e coloniais tanto as conquistas, quanto os problemas que atingiam o cenário colonial brasileiro e baiano. Desse modo, era de competência tanto dos escreventes mais habilitados quanto dos menos habilitados o conhecimento dessas estruturas próprias da escrita jurídico-administrativa do século XVIII.

Contemporaneamente, é preciso pensar que se os Requerimentos do século XVIII eram compartilhados pelos sujeitos da colônia, como estudar a Tradição Discursiva presente na história sociocultural das práticas de escrita da América Portuguesa? Dessa forma, articulamos outros interrogantes:

- (1) Como eram produzidos os Requerimentos?
- (2) Quais os sujeitos envolvidos na construção discursiva do texto?
- (3) Como a história das maneiras de escrever é lida, por meio dos textos?
- (4) Quais tradições discursivas são adotadas na construção do modelo textual por parte dos escreventes nos usos práticos da cultura escrita?

O estudo de Requerimentos busca descrever justamente essa regularidade de dados linguístico-textuais que fundamenta a noção de gênero e as mudanças linguísticas apresentadas na utilização dos componentes lexicais registrados nos textos. Para tanto, os Requerimentos são interpretados como instrumentos de comunicação interinstitucional, constituindo-se como *corpus* de análise linguística, que viabiliza o estudo de um tipo de tradição discursiva, uma vez que articular a tradição discursiva é recorrer a expressões formulaicas que são próprias daquele gênero textual (CARVALHO; ZAVAM, 2018; ATAÍDE; GOMES, 2018).

As tradições discursivas constantes em Requerimentos do século XVIII eram compostas de recursos relativamente estáveis. Na produção do texto, era crucial para o escrevente redigir o pedido do requerente ao destinatário da solicitação, por isso essa construção precisava estar apropriada ao referido objetivo. É essa recorrência de normas e fórmulas habituais de usos linguísticos no discurso que diferenciam o Requerimento de outros textos escritos da Administração Pública na mesma época e que se traduzem no uso de certas unidades lexicais e de determinados tempos verbais.

Para Bellotto (2002), o Requerimento é um

[...] documento diplomático informativo, peticionário, ascendente. Instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública e que, ao contrário da petição, está baseado em atos legais ou em jurisprudência. Muitas vezes, o requerimento faz menção a esses atos, que toma como base jurídica. Embora a definição possa ser a mesma para os requerimentos antigos e os atuais, o seu discurso é um pouco diferente num e noutro caso. (BELLOTTO, 2002, p. 86)

Desse modo, os Requerimentos do século XVIII do Arquivo Histórico Ultramarino apresentam:

- (1) Protocolo inicial – pronome de tratamento – no geral ‘senhor’; ‘senhora’ – relacionado ao nome e à qualificação do requerente, acompanhado da unidade lexical "Diz", que antecede o nome do solicitante;
- (2) Texto – com a narração, o pedido e a fundamentação da solicitação, embasada normalmente nos direitos dos signatários;
- (3) Protocolo Final – normalmente “ERM” (Espera Receber Mercê/ E Receberá Mercê);
- (4) Assinatura do escrevente – opcional – e normalmente não apresenta a indicação da datação cronológica.

Historicamente, observamos que a mudança de uma tradição discursiva pode alterar a composição de um gênero textual. É o que acontece com os Requerimentos na atualidade. Segundo Bellotto (2002, p. 86), os Requerimentos contemporâneos apresentam expressões formulaicas bem diferentes compostas por:

- (1) Protocolo inicial – título e nome da autoridade a quem se destina o Requerimento;
- (2) Texto – com indicação do nome, qualificação profissional e função do interessado, seguido de “Requer...” e da exposição da solicitação, que é a indicação do embasamento legal da solicitação;
- (3) Protocolo final – expresso por fórmulas como “Nestes termos. Pede deferimento”;
- (4) Indicação da datação tópica e da datação cronológica.

O quadro a seguir mostra as diferenças entre Requerimentos do século XVIII e os Requerimentos atuais:

ESTRUTURA DO REQUERIMENTO	REQUERIMENTO SÉCULO XVIII	REQUERIMENTO SÉCULO XXI
PROTOCOLO INICIAL	- Pronome de tratamento "Senhor"; - Unidade lexical: "Diz", normalmente antes do nome do interessado; - Nome; - Qualificação e/ou origem do requerente; - Datação tópica: opcional.	Titulação e nome da instituição requerida/da autoridade a quem se destina o Requerimento.
TEXTO	Narração com a fundamentação da solicitação - o pedido é embasado normalmente nos direitos dos requerentes.	- Nome e dados do requerente (número dos documentos, qualificação profissional, função do interessado etc.); - Unidade Lexical: "Requer"; - Exposição da solicitação, com indicação da base jurídica da solicitação.
PROTOCOLO FINAL	"ERM" (Espera Receber Mercê/ E Receberá Mercê).	"Nestes termos. Pede deferimento".
ASSINATURA	Opcional ³ .	Obrigatória ⁴ .
DATAÇÃO TÓPICA E CRONOLÓGICA	No geral, ausência da datação cronológica e presença da datação tópica (no início ou no final).	Obrigatória ⁵ .

QUADRO 1 - Comparação Estrutural - Requerimentos do século XVIII e Requerimentos do século XXI

Fonte: elaborado e adaptado pela autora com base em Bellotto (2012)

A história dos modos e das práticas de escrita oscilam entre a continuidade histórica e a mudança por parte do tempo, da tradição e das funções socioculturais e comunicativas de escreventes e de leitores. No campo dos textos históricos da Bahia colonial, temos tradições discursivas vinculadas a instituições sócio-históricas conhecidas, no contexto do Brasil colonial, e adotadas na prática de um grupo coletivo. Essas tradições são marcadas por aspectos como regularidade do modelo da tipologia textual e identificação do gênero pela recorrência de componentes textuais da cultura escrita. Esse esquema permite que o leitor interprete formas já consolidadas no tempo em Tradições Discursivas, a exemplo de expressões com verbos constantes em Requerimentos.

³ Normalmente, a assinatura, quando é registrada no documento, aparece antes da datação.

⁴ A assinatura é apresentada ao final do texto.

⁵ A datação tópica e a datação cronológica podem aparecer no início ou no final do documento.

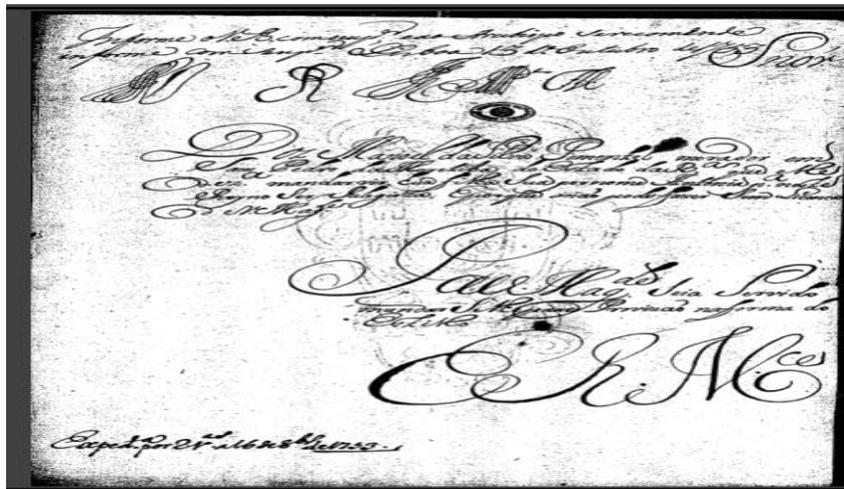


FIGURA 1 – Requerimento – Ant. 1753, Outubro, 13 - AHU_ACL_CU_005, Cx. 116, D. 9060

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

O Requerimento, produzido no século XVIII e apresentado anteriormente na Figura 1, traz expressões que são recorrentes em outros Requerimentos da mesma época. O texto é resultante da solicitação feita por Manuel da Silva Pimentel, ao rei [D. José] para pedir provisão de licença, para que sua filha pudesse viajar e assumir a possível vocação religiosa. Os padrões recorrentes localizados neste e em outros Requerimentos revelam alto grau de formalidade e polidez de tratamento por parte de autoridades de menor prestígio com autoridades de maior prestígio. Essas fórmulas foram bastante utilizadas nas relações entre os representantes legais nas terras ultramarinas e o Rei de Portugal e entre estes representantes e seus pares. Nesse contexto, a tradição discursiva é “[...] um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação etc., mas também relaciona esse texto com outros textos da mesma tradição” (KABATEK, 2006, p. 513).

O escrevente do Requerimento do Arquivo Histórico Ultramarino tinha a função administrativa de solicitar formalmente ao Rei D. José providências sobre determinada questão – provisão de licença, a fim de enviar sua filha ao reino e tomar o estado de religiosa – com base na jurisprudência. Dessa maneira, o escrevente representa essa categoria social que operacionaliza estruturas linguístico-discursivas que servem como mediação na criação de uma imagem de um pedido com bases legais – “Diz Manuel da Silva Pimentel morador em/Sam Pedro da Muritiba do Estado da Bahia⁶ [...] (Requerimento – ant. 13 de outubro de 1753, f. 1r, L. 2-3)”. Essa Tradição Discursiva é adotada como modelo pelo escrevente e por outros sujeitos ligados à administração pública, que recorrem ao discurso jurídico-administrativo próprio da produção burocrática manuscrita da sociedade colonial.

Essa ideia de recorrência de dados linguísticos, com base em *corpora* históricos, é reiterada no estudo de outro Requerimento do século XVIII, apresentado a seguir, na Figura 2. O referido texto é resultante da solicitação feita por Matias Fernandez Correia ao rei [D. José]. O escrevente do

⁶ As letras abreviadas presentes na unidade lexical Bahia são apresentadas com grifo itálico.

Requerimento do Arquivo Histórico Ultramarino, embasado em direitos legais e utilizando-se de estruturas que se repetem, assume a função de redigir um pedido ao Rei D. José sobre certo assunto – provisão de licença de viagem com destino ao Reino, para que suas filhas possam servir como religiosas. Esse assessoramento cria uma solicitação com bases legais – “Diz Mathias Fernandez⁷ Correa mo-/rador na Cidade da Bahia⁸ [...] (Requerimento – ant. 3 de janeiro de 1761, f. 1r, L. 2-3)”.

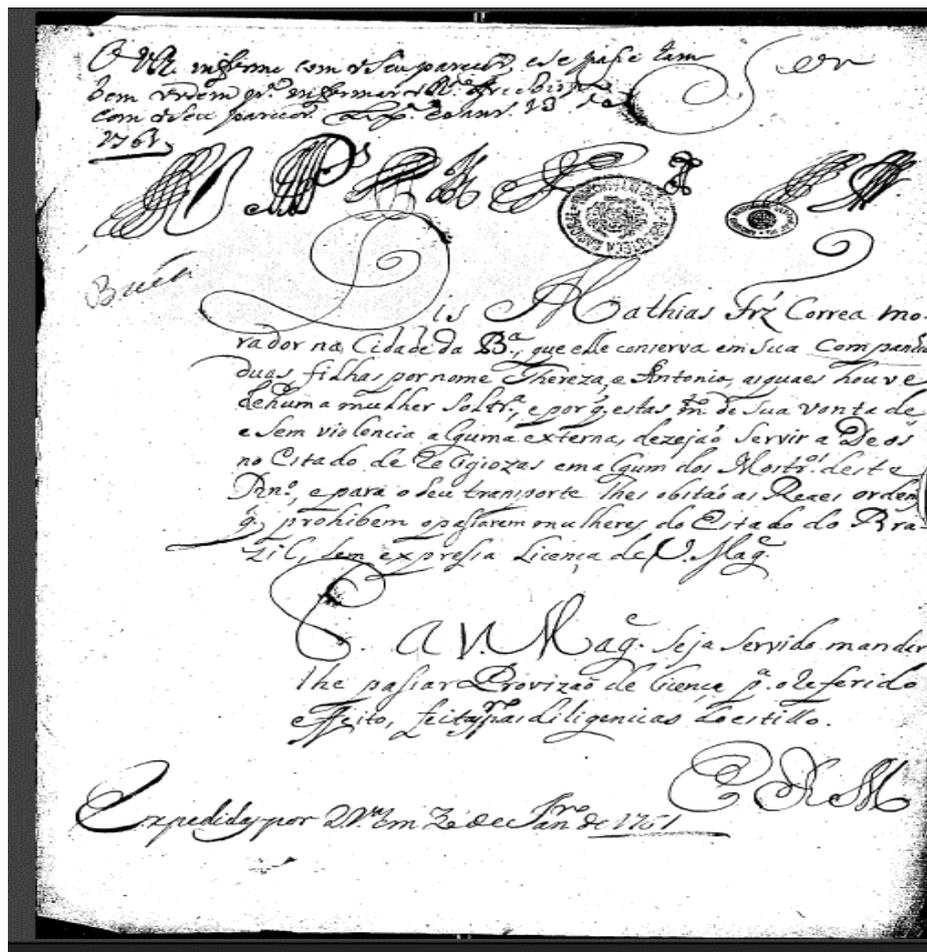


FIGURA 2 – Requerimento – Ant. 1761, Janeiro, 3 – AHU_ACL_CU_005, Cx. 146, D. 11170
 Fonte: Biblioteca Nacional Digital

⁷ As letras abreviadas presentes na unidade lexical Fernandez são apresentadas com grifo itálico.

⁸ As letras abreviadas presentes na unidade lexical Bahia são apresentadas com grifo itálico.

EXPRESSÕES FORMULAICAS REQUERIMENTO (ant. 13 de outubro de 1753)	EXPRESSÕES FORMULAICAS REQUERIMENTO (ant. 3 de janeiro de 1761)
Pronome de tratamento	Pronome de tratamento
<i>Senhor</i> (f. 1r, L. 1)	<i>Senhor</i> (f. 1r, L. 1)
Protocolo Inicial	Protocolo Inicial
Diz Manuel da Silva Pimentel morador em/ Sam Pedro da Muritiba do Estado da <i>Bahia</i> [...]. (f. 1r, L. 2-3).	Diz Mathias <i>Fernandez</i> Correa mo-/rador na Cidade da <i>Bahia</i> [...]. (1r, L. 2-3).
Protocolo Final	Protocolo Final
E <i>Receberá Mercê</i> ⁹ (f. 1r, L. 10)	E <i>Receberá Mercê</i> ¹⁰ (f. 1r, L. 14)
Pronome de tratamento ¹¹	Pronome de tratamento

QUADRO 2 – Expressões recorrentes utilizadas nos dois Requerimentos do século XVIII

Fonte: elaborado pela autora

A partir da análise comparativa, observamos que, no protocolo inicial dos Requerimentos, foi utilizado quantitativamente um pronome de tratamento bastante recorrente, *Senhor*, reiterando-se seu aspecto quali-quantitativo, por meio da repetição e da evocação. Essa é uma das tradições sociodiscursivas que são registradas até hoje no português brasileiro, ainda que atualmente seu uso tenha mais relevância estilística, com ênfase na tradição social, do que relevância gramatical. A necessidade dessa recorrência se dá para cumprir um protocolo de formalidade próprio de documentos burocráticos e administrativos, que distinguia pelo modo de tratar o *status* social do destinatário da petição e sua posição institucional de destaque na América Portuguesa.

É preciso lembrar também que, nas instituições jurídico-administrativas, foram utilizados além do pronome *Senhor* outros pronomes de tratamento, que marcavam formalidade e antecediam a unidade lexical *Senhor*, como *Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor*. Em Tradições Discursivas de Requerimentos do século XVIII também observamos uma estrutura inicial formada pela unidade lexical *Diz*, mais nome do solicitante – por vezes registra-se sua localização espacial, referente a sua cidade, vila etc. – e, por fim, saudações finais por meio da fórmula linguística *Espera Receber Merce* ou *E Receberá Merce*, vinculando o atendimento da solicitação a espera de uma graça alcançada.

No quadro a seguir, é apresentado um levantamento de algumas dessas variações nas estruturas das tradições discursivas registradas em Requerimentos do século XVIII do AHU:

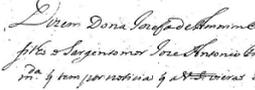
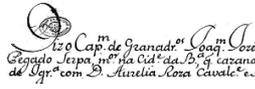
⁹ As letras abreviadas presentes na referida expressão são apresentadas com grifo itálico.

¹⁰ As letras abreviadas presentes na referida expressão são apresentadas com grifo itálico.

¹¹ Esse pronome de tratamento é normalmente encontrado no corpo do texto dos Requerimentos do século XVIII.

PARTES DO REQUERIMENTO	ESTRUTURA LINGÜÍSTICA DE FÓRMULAS TEXTUAIS RECORRENTES	IMAGEM DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS EM REQUERIMENTOS DO SÉCULO XVIII	EDIÇÃO ¹² DE FÓRMULAS RECORRENTES EM REQUERIMENTOS DO SÉCULO XVIII
PROTOCOLO INICIAL	PRONOME DE TRATAMENTO		Senhor
			Senhor
			Senhora
			Senhora
			Senhora
			Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor
EXPOSIÇÃO DO PEDIDO	VERBO; NOME DO REQUERENTE; ORIGEM OU INFORMAÇÃO SOBRE REQUERENTE;		Diz Dona Agueda Thereza de Suares e Seus filhos menores Joseph e Antonio mulher e filhos do Dezembargador Christovao' Gomes [...]. (Requerimento, 14 de março de 1728. Série: AHU-Bahia - AHU_ACL_CU_005, Cx. 32, D. 2870.)
			Diz Dom Sebastião Manuel Estayola natural da/ Cidade de Cadis que havendo padecido huma grande tormen/ta na Costa do Brazil [...]. (Requerimento, ant. 2 de setembro de 1777. Série: AHU - Bahia - AHU_ACL_CU_005, Cx. 173, D. 13050.)
			D. Anna Joaquina de Sao José da Vila da Cachoeira Capitania/da Bahia pelo requerimento junto roga a Vossa Alteza Real a graça de lhe/ conceder hum Juiz Comisario, [...]. (Requerimento, ant. 12 de março de 1800. Série: AHU-Bahia - AHU_ACL_CU_005, Cx. 216, D. 15183.)

¹² Na apresentação de excertos da edição de Requerimentos, as letras, que aparecem com grifo itálico, remetem ao desdobramento das abreviaturas.

		 <p><i>Manoel Jozé Froes</i> Cavalheiro Proffeco na Ordem de Christo e Comerciante da Praça da [...]. (Requerimento, ant. 17 de agosto de 1801. Série: AHU - Bahia - AHU - ACL_CU_005, Cx. 222, D. 15466.)</p>	<p>Diz Manoel Jozé/ Froes Cavalheiro Proffeco na Ordem/ de Christo e Comerciante da Praça da [...]. (Requerimento, ant. 17 de agosto de 1801. Série: AHU - Bahia - AHU - ACL_CU_005, Cx. 222, D. 15466.)</p>
		 <p><i>Dona Josefa de Amorim Coelho</i> filha do Sargento mor Sr. Antonio Fiuzade Al/ meida que tem por noticia que a V. S.¹³ vierao Requerimentos [...]. (Requerimento, post. 25 de maio de 1798. Série: AHU - Bahia - AHU_ACL_CU_005, Cx. 209, D. 14834.)</p>	<p>Dizem Dona Josefa de Amorim Coelho e Seo/ filho o Sargento mor Joze Antonio Fiuzade Al/ meida que tem por noticia que a V. S.¹³ vierao Requerimentos [...]. (Requerimento, post. 25 de maio de 1798. Série: AHU - Bahia - AHU_ACL_CU_005, Cx. 209, D. 14834.)</p>
		 <p><i>Joaquim Jozé da Rocha</i> Cap. de Granadeiros da Cidade da Bahia, [...]. (Requerimento, ant. 26 de setembro de 1787. Série: AHU - Bahia - AHU_ACL_CU_005, Cx. 189, D. 13902.)</p>	<p>Diz o Capitam de Granadeiros Joaquim Jozé da Rocha/ Pegado Serpa, morador na Cidade da Bahia, [...]. (Requerimento, ant. 26 de setembro de 1787. Série: AHU - Bahia - AHU_ACL_CU_005, Cx. 189, D. 13902.)</p>
<p>PROTOCOLO FINAL</p>	<p>SAUDAÇÃO FINAL</p>		<p>ERM (Espera Receber Merce/ E Receberá Merce)</p>
			<p>ERM_{ce} (Espera Receber Merce/ E Receberá Merce)</p>
			<p>ERM^{ce} (Espera Receber Merce/ E Receberá Merce)</p>
			<p>ERM^{ce} (Espera Receber Merce/ E Receberá Merce)</p>
			<p>ERM^{ce} (Espera Receber Merce/ E Receberá Merce)</p>
			<p>ERM^e (Espera Receber Merce/ E Receberá Merce)</p>

QUADRO 3 – Amostragem comparativa – práticas habituais nos modos de dizer em edições semidiplomáticas de Requerimentos do século XVIII
Fonte: elaborado pela autora

¹³ São inseridos dois traços horizontais de corte, sobre a V. S.

Atualmente, no Brasil, as estruturas formulaicas das tradições discursivas registradas nos textos de cunho jurídico-administrativo apresentam várias inovações nos modos de dizer, principalmente no que diz respeito ao uso de pronomes de tratamento, com o surgimento de outros modos de tratamento menos formais, e mudanças nas formas de expressões de saudação final.

3. Considerações finais

O gênero textual Requerimento foi uma espécie documental e histórica bastante utilizada durante os séculos XVIII e XIX, na Administração Pública da América Portuguesa. Em vista disso, o estudo desse tipo documental nos apresenta componentes linguísticos que atestam fórmulas discursivas indicativas de contextos socioculturais e políticos, além de permanências ou inovações de uma tradição discursiva.

As práticas socioculturais da escrita jurídico-administrativa, no século XVIII, como em qualquer outro século, estavam condicionadas à cultura de um grupo social composto pelos escreventes. Diante disso, consideramos de extrema relevância que sejam desenvolvidos estudos analíticos e qualitativos que remetam aos modos de escrever que regem a estruturação dos documentos históricos. Assim, partindo do estudo das tradições discursivas registradas em Requerimentos do século XVIII, “nasce a sensibilidade para o facto de os textos terem uma materialidade e uma sobrevivência (a tradição) ao longo da qual muitas coisas podem acontecer” (MARQUILHAS, 2000, p. 35).

Em linhas gerais, sem dúvida o modelo de Tradição Discursiva (TD) e a Filologia contribuem significativamente para a leitura de *corpora* histórico-diacrônicos, no que diz respeito à recorrência de fórmulas de tratamento e saudações estabelecidas para diferir autoridades da administração colonial de maior ou de menor prestígio, com base em edições criteriosas e na análise das tradições jurídico-administrativas de Requerimentos, que apresentam expressões obrigatórias na construção da sua modalidade textual.

Agradecimentos

Agradeço ao apoio do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), do Programa Permanecer UFBA e do ILUFBA.

REFERÊNCIAS

- ATAÍDE, Cléber Alves de; GOMES, Valéria Severina. Apresentação. *Labor Histórico*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-128, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/index.php/lh/article/view/17493/10741>. Acesso em: 28 agosto 2020.
- BARBOSA, Afrânio. Tradições discursivas e tratamento de corpora históricos: desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro. In: LOBO, T. et al. (Orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 589-606. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 27 janeiro 2020.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. (Projeto Como Fazer, v. 8). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p. 11 - 31.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARVALHO, Jorge Luiz Queiroz; ZAVAM, Aurea. Tradições Discursivas: conceitos e métodos para a análise diacrônica de gêneros. *Labor Histórico*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 41-54, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/index.php/lh/article/view/17489>. Acesso em: 28 agosto 2020.
- CASTILHO, Ataliba T. de; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; GOMES, Valéria Severina (Orgs.). *História do português brasileiro: tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos*. São Paulo: Contexto, 2018. v. 7.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história*. Tradução Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: EDUSP, 1979.
- GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Diálogos entre Crítica Filológica e Linguística Histórica: construindo trilhas para o estudo linguístico de textos históricos. In: ATAÍDE, Cleber et al. (Orgs.) *Estudos linguísticos e literários* [recurso eletrônico]: caminhos e tendências. São Paulo: Pá de Palavra, 2019, v. 1. p. 11-20.
- GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 153-174, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v20i2p153-174>. Acesso: 20 abril 2019.
- GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. *Revista da ABRALIN*, v.16, n.2, p. 191-218, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52006/32046%3E.%20Doi:http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v16i2.52006>. Acesso: 17 janeiro 2018.
- KABATEK, Johannes. Tradição discursiva e gênero. In: LOBO, Tania. et al. (Orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 579-588. Disponível em: [SciELO Books <http://books.scielo.org>](http://books.scielo.org). Acesso em: 05 agosto 2020.
- KABATEK, Johannes. Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes. (Ed.) *Lengua medieval y tradiciones discursivas em la Península Ibérica*. Frankfurt am Main: Vervuert/Madrid: iberoamericana, 2004. p. 97-132.
- KABATEK, Johannes. Tradições Discursivas e Mudança Linguística. In: LOBO, Tânia et al. (Orgs.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. 6: Novos dados, novas análises, tomo 2. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2006, p. 505-527.

KOCH, Peter. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas; TOPHINKE, Doris. (Hrsg.) *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tradução de Alessandra Castilho Ferreira da Costa. Tübingen: Narr, 1997. p. 43-79.

KOCH, Peter. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, Johannes. *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2008. p. 53-88.

MARQUILHAS, Rita. Textos portugueses do passado: para uma edição didáctica. *Máthesis*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade Católica de Viseu, Viseu, 2000, n. 9, p. 25-35. Disponível em: http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/Mathesis/Mat9/mathesis9_25.pdf. Acesso: 15 março 2013.

OESTERREICHER, Wulf. Competencia escrita, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas: aspectos del español europeo y americano en los siglos XVI y XVII. In: COLOQUIO INTERNACIONAL, Friburgo em Brigsovia, 26-28 de septiembre, 1996.

OESTERREICHER, Wulf. Gramática histórica, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas-esbozo programático. *Revista de Historia de la Lengua Española*, n. 2, 2007, p. 109-128.

PETRUCCI, Armando. Tipologías y funciones. In: *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Tradução Luciano Padilla Lopez. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003 [2002].

SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos; CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Paleografía e historia de la cultura escrita: del signo a lo escrito*. Madrid: Síntesis, 1999. p. 21-31. Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/6784/Paleografia%20Historia.pdf?sequence=1>. Acesso: 12 janeiro 2016.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e história da linguística*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

SCHMIDT-RIESE, Roland. Competencia escrita, tradición discursiva y selección de recursos lingüísticos en la historiografía colonial. In: *Función*, (Tradiciones discursivas. Vol. 1, Aspectos teóricos), 2010. [p. 1-25].

SILVA, Adriana dos Santos; GONÇALVES, Eliana Correia Brandão; SILVA, Adriana dos Santos. Estudo descritivo-comparativo de edições de Ofícios: as tradições no discurso jurídico. In: ATAÍDE, Cleber et al. (Orgs.). *Estudos lingüísticos e literários* [recurso eletrônico]: caminhos e tendências. São Paulo: Pá de Palavra, 2019. v. 2. p. 28-37.

RELATÓRIO DE PESQUISA

Os modos tradicionais de dizer dos séculos XIX e XX: uma análise de cartas pessoais de pernambucanos



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Valéria Severina Gomes (UFRPE)
- Aurea Zavam (UFC)
- Konstanze Jungbluth (EUV)

AVALIADO POR

- Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB)
- Huda da Silva Santiago (UEFS)

SOBRE OS AUTORES

- Elizabeth Christina Cavalcante da Costa Investigadora.
- Claudia Roberta Tavares Silva Supervisora.

DATAS

- Recebido: 30/10/2020
- Aceito: 27/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Costa, E. C. C.; Silva, C. R. T. (2020). Os modos tradicionais de dizer dos séculos XIX e XX: uma análise de cartas pessoais de pernambucanos. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 599-627, 2020.

Elizabeth Christina Cavalcante da COSTA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Claudia Roberta Tavares SILVA

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

RESUMO

Ao investigarmos os diferentes modos tradicionais de dizer presentes em 80 cartas pessoais (subgêneros cartas de amigo e cartas de família) de pernambucanos do século XIX e XX, objetivamos verificar quais marcas composicionais estão presentes nas missivas e como as formas recorrentes de dizer contribuem para uma maior ou menor implicação emocional das expressões e, também, o que isso, conseqüentemente, nos traz de evidência acerca do grau de proximidade/distância comunicativa a partir da observação das relações de poder (hierárquicas) ou igualitárias presentes (BROWN; GILMAN, 1960). Para isso, adotamos o modelo de abordagem das Tradições Discursivas (TD) (KOCH; OESTERREICHER; 2006; KABATEK, 2006), a fim de percebermos quais marcas pragmático-discursivas são evocadas no gênero carta pessoal. Os resultados nos mostram que o uso de expressões recorrentes da carta pessoal se apresentou nos dois subgêneros da missiva e nos dois séculos e que esse uso oscila e é atualizado de missivista para missivista, dependendo de com quem se fala, do objetivo da carta e da assimetria ou simetria no relacionamento construído entre os correspondentes.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the different traditional forms of discourse in 80 personal letters (subgenres friend and family letters) of Pernambuco from

19th and 20th century. Thus, we intend to understand which compositional marks are present in the missives and how the recurring forms of speech contribute more or less to the emotional implications of the expressions and, consequently, if that brings us evidence about the degree of communicative proximity/distance. Therefore, we intend to observe the hierarchical or egalitarian relations that are in the linguistic forms in the missives of Pernambuco (BROWN; GILMAN, 1960). For this, we adopt the Discursive Traditions (TD) model (KOCH; OESTERREICHER; 2006; KABATEK, 2006), in order to understand which pragmatic-discursive brands are evoked in the personal letter of the subgenres: friend and family letters. The results show that the use of recurrent expressions of the personal letter are manifested in these subgenres and in two centuries. Furthermore, we obtained the result that the usage varies and is updated by the letter's writer and depends on who you are talking to, the goals of the letter and the asymmetry or symmetry of the relationship between the interlocutors.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero textual. Carta pessoal. Tradição discursiva. Marcas composicionais.

KEYWORDS

Textual Genre. Personal Letter. Discursive Tradition. Compositional marks.

Introdução

Neste estudo, optamos por analisar 80 cartas pessoais de pernambucanos dos séculos XIX e XX nos seguintes subgêneros: cartas de amigo e cartas de família, tendo como objetivo geral abordar os modos tradicionais de dizer – que correspondem às Tradições Discursivas (TD), considerando a composicionalidade do gênero carta pessoal e expressões linguísticas que possam evocar usos tradicionais de dizer.

Acreditamos que as marcas de TD poderão revelar, nas relações de intimidade entre os correspondentes, certas preferências por elementos composicionais de maior expressividade emocional e isso estará presente em elementos como saudação, captação da benevolência, pedido, despedida e, até mesmo, a assinatura. Ademais, verificaremos possíveis modos de dizer tradicionais e a implicação emocional das expressões a partir do tipo de relação que os interlocutores possuem, sejam hierárquicas ou igualitárias.

Sob o viés teórico da historicidade da língua e do texto (KOCH; OESTERREICHER, 2006; KABATEK, 2006), aqui adotado, acreditamos que os textos, falados ou escritos, que produzimos são tradicionalmente usados e atualizados na história, assim como ocorre com a língua. O uso da língua é, portanto, uma tradição histórica e, por sua vez, evoca tradições no falar. Para Kabatek (2006), o texto é um acontecimento histórico, arquivado na memória cultural de uma determinada comunidade, que é atualizado e forma arquétipos tradicionais. Dessa forma, é evocado através de repetições na forma ou no conteúdo. É a repetição de um texto atual com um anterior que sustenta o conceito de TD, pois é esse movimento que compõe o texto em toda a sua historicidade. Portanto, é nesse caminho que a oralidade se conduz pela história e, assim, podemos verificar modos tradicionais de dizer na carta pessoal em que há proximidade com a oralidade, entendida por Marcuschi (2008) como uma modalidade discursiva, tal como o é a escrita.

Ademais, assumimos com Marcuschi (2008, p. 51) que língua é “um conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas” e o gênero, uma prática social e textual-discursiva, que não pode ser compreendido afastado do texto (objeto empírico) e do discurso (objeto do dizer).

Longhin-Tomazi (2014, p. 22), por sua vez, reafirma que “é a relação de tradição entre os textos que torna legítimo o conceito de TD” e, portanto, é a repetição juntamente com a atualização que tem definido a historicidade e tradicionalidade dos textos. Isso contribui para que, em um determinado evento comunicativo, haja um encontro entre um texto inédito que se relaciona com outro texto enunciado anteriormente, repetindo e evocando tradições (KABATEK, 1996, 2006). Tal compreensão sobre o texto e sua historicidade é fulcral para a compreensão do gênero textual-discursivo carta pessoal, com o qual analisaremos as TD tanto nos aspectos composicionais da estrutura do gênero (como vocativo ou saudação, captação da benevolência, despedida) quanto nos aspectos linguístico-discursivos, nos modos tradicionais de dizer (LONGHIN-THOMAZI, 2014).

Estando, portanto, este estudo embasado na perspectiva teórica das TD, vale dizermos que o *corpus* é constituído por 80 cartas dos séculos XIX e XX de remetentes pernambucanos ilustres e não ilustres, estando subdivididas nos subgêneros: cartas de amigo e cartas de família, conforme encontram-se distribuídas no quadro abaixo:

Subgênero	Quantitativo por século			
	2ª metade do século XIX (1951-1900)	1ª metade do século XX (1901 a 1950)	2ª metade do século XX (1951 a 2000)	Total
Amigo	11	6	4	21
Família	5	50	4	59
TOTAL	16	56	8	80

QUADRO 1 - Quantitativo geral do *corpus* por século e por subgênero da carta pessoal

Todas as cartas foram coletadas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (CCAA: N.º 2.590379) e encontram-se acessíveis nos acervos da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj-PE), do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE-PE) e do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* desenvolvido em Pernambuco (PHPB-PE). Essas cartas foram registradas fotograficamente nos acervos e transcritas segundo as normas de transcrição semidiplomática baseadas na discriminação dos símbolos de ordem filológica realizada por Guedes e Berlinck (2000, p. 12) e adotadas pelo grupo de investigadores que integram o PHPB¹.

Justificamos a escolha pela carta pessoal enquanto *corpus* histórico, pois, além de possuir proximidade com a oralidade, através dela temos acesso à língua de outros tempos, conhecemos o missivista e suas escolhas linguísticas, podemos construir o perfil social, saber o local, a data e, também, os modos tradicionais de dizer (ANDRADE; GOMES, 2018). Essa linha de pensamento vai na direção de Pessoa (2002, p. 197) ao afirmar que as cartas são um “dos gêneros mais importantes da história das línguas [...]. Hoje tem sido o gênero preferido por muitos para estudos diacrônicos da língua pela suposta proximidade com o oral”.

Ao longo da análise, foram adotados os métodos histórico e comparativo (LAKATOS; MARCONI, 2003): o primeiro, para compreendermos os modos tradicionais de dizer e o perfil social dos missivistas e do contexto de produção da carta em diferentes séculos e o segundo, para estabelecermos comparação entre os dados dos séculos XIX e XX e entre os subgêneros em análise. Para tanto, este artigo encontra-se assim estruturado: na seção 2, discutiremos o gênero carta pessoal sob o viés das TD; na seção 3, analisaremos as TD recorrentes na composição das cartas de pernambucanos, e, por fim, apresentaremos as considerações finais, reunindo os principais resultados encontrados.

1. Sobre o gênero carta

Ao considerarmos a carta pessoal como um dos gêneros fundamentais para o estudo da história das línguas e dos textos, é preciso termos em mente que os gêneros, assim como a língua, também se modificam ao longo do tempo. Através da carta, podemos estudar as transformações da língua, a função desse gênero em diferentes momentos históricos e, também, a contribuição para a formação de outros gêneros (PESSOA, 2002).

A carta pessoal, denominada na Retórica de *epistola familiaris*, conglobera uma série de realizações com propósitos comunicativos distintos, “desde o desejo de expressar amizade, o de falar

¹ O coordenador geral do PHPB, no período de 1998 a julho de 2019, foi o Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho (USP/ Unicamp). Atualmente, ocupa esse cargo o Prof. Dr. Sandro Marengo (UFS/UEFS). No que se refere à equipe regional do PHPB em Pernambuco, tem sido coordenada atualmente pelo Prof. Dr. Cleber Alves de Ataíde (UFRPE) em substituição à Profa. Dra. Valéria Severina Gomes (UFRPE).

sobre religião, o de fazer fofoca sobre a vida alheia, o de dar notícias sobre a família até o de declarar amor de forma íntima” (CASTILHO DA COSTA, 2012, p. 145).

A partir da compreensão de que “o gênero *carta pessoal* não é totalmente livre”, Castilho da Costa (2012, p. 146-151) afirma ser um gênero atravessado por um conjunto de tradições que determinam as escolhas linguísticas dos missivistas. A autora ressalta a carta como um *sermo absentis ad absentem*, ou seja, uma conversa entre duas pessoas ausentes. Conforme Castilho da Costa (2012, p. 151), boa parte das cartas pessoais obedece às tradições que remontam à Antiga Retórica grega e romana por estas serem divididas basicamente em cinco partes:

- a) *Salutatio* => diz respeito à saudação²;
- b) *Captatio benevolentiae* => refere-se à captação da benevolência do interlocutor;
- c) *Narratio* => contém informações sobre um estado das coisas, é o desenvolvimento da carta;
- d) *Petitio* => refere-se ao pedido;
- e) *Peroratio* => corresponde à conclusão (seguida da assinatura) e, também, poderá conter uma *recapitulatio*, um resumo do que já foi mencionado e, até mesmo, um apelo às emoções (solidariedade, indignação, entre outros).

São essas partes da carta pessoal que abarcam os modos tradicionais do dizer que vão desde um “bom dia!”, com a finalidade comunicativa de saudar o interlocutor (ou interlocutores) até expressões formulaicas de despedida e assinatura, com a finalidade de despedir-se e concluir a carta. Nesse sentido, as expressões formulaicas na estrutura composicional da carta interligam-se diretamente tanto ao propósito ou finalidade comunicativa que o remetente quer atingir quanto ao grau de intimidade estabelecido entre os missivistas. Podemos perceber o grau de intimidade, a partir, sobretudo, da implicação emocional estabelecida na expressividade ao empregar determinados elementos linguístico-discursivos (CASTILHO DA COSTA, 2012). Esse grau de intimidade – que se refere à distância entre os interlocutores –, portanto, irá estabelecer como será a constituição composicional de uma carta. Corroborando essa afirmação, Bazerman (2006, p. 87) defende que a carta, enquanto meio de comunicação que serve para aproximar distâncias entre os interlocutores,

fornece um espaço transacional aberto, que pode ser especificado, definido e regularizado de muitas maneiras diferentes. As relações e transações em curso são mostradas para o leitor e o escritor diretamente através das saudações, das assinaturas e dos conteúdos da carta. Além do mais, cartas podem descrever e comentar – frequentemente de modo explícito – a relação entre os indivíduos e a natureza da transação corrente [...] a organização e as transações podem alcançar distâncias maiores, como também os laços sociais entre os indivíduos podem ser reforçados e até criados através de relações indiretas com outras pessoas.

² Conforme Castilho da Costa (2012, p. 151), a saudação e a captação da benevolência, juntas, constituem o *exordium* e, portanto, esse esquema pode, por vezes, aparecer de modo simplificado na carta pessoal. Sendo assim, a missiva apresentaria tais partes: *salutatio*, *exordium*, *narratio* e *conclusio* (despedida, data e assinatura (*scriptio*)).

Ademais, a carta pessoal é um gênero que abarca outros subgêneros e, portanto, evoca tradições de acordo com a função discursiva em que está inserida e isso a identificará como sendo uma carta de amor (trocada entre namorados, amantes, noivos, casados), uma carta de amigo (trocada entre amigos e colegas) e uma carta de família (trocada entre familiares). Esses três subgêneros correlacionam-se com os tipos de relações estabelecidas entre os interlocutores (SOUZA, 2012; SILVA, 2018).

Nas palavras de Silva (2018), a carta é um hipergênero por englobar outros gêneros discursivos (como a carta comercial e a carta pessoal) que cumprem a função de acordo com características específicas e a partir da finalidade comunicativa de cada gênero, e é isso que permite a comunicação ser intermediada entre os interlocutores. No tocante a essa comunicação, Souza (2012) ressalta que são diversos os assuntos trocados entre os missivistas, desde notícias de familiares e de amigos distantes, reclamações, informações, agradecimentos, pedidos, intimação, até mesmo, correspondências enviadas a jornais e revistas. Sendo assim, a carta, cumprindo suas diferentes funções, transita em diferentes esferas de atividades, como em relações pessoais, situações públicas, etc. (SOUZA, 2012, p. 59). Além disso, sua estrutura composicional pode-nos revelar, por exemplo, a relação mantida entre os correspondentes no estabelecimento amizade/ intimidade (CASTILHO DA COSTA, 2012) em uma relação de proximidade comunicativa (KOCH; OESTERREICHER, 2006).

A fim de tratarmos da relação de proximidade comunicativa, recorreremos à Teoria do Poder & Solidariedade, de Brown e Gilman (1960). Nessa teoria, na relação de Poder, assimétrica, há a hierarquização das relações, sendo assim, elegem-se certas formas de tratamento diferentes, não-recíprocas na comunicação que é estabelecida entre os interlocutores. No tocante ao parâmetro da Solidariedade, relaciona-se com o nível igualitário das relações interpessoais e da hierarquia social. Assim sendo, o Tu remete ao tratamento igualitário, por exemplo, das relações de amizade e é nesse sentido que “[...] se outorga o uso mútuo do TU (recíproco ou igualitário), logo o uso simétrico de TU configuraria intimidade (sentimento de solidariedade entre os participantes da situação comunicativa)” (GOMES; LOPES, 2016, p. 141). Em contrapartida, a forma Você, por ter um caráter mais cerimonioso, estaria interligada com as relações hierárquicas ou de poder, como bem verificam Brown e Gilman (1960). Entretanto, conforme Gomes e Lopes (2016), o Você, no português brasileiro (PB), na virada do século XIX para o século XX, já ocupa e concorre com o Tu o lugar de segunda pessoa do discurso; por isso, ora conserva o caráter cerimonioso, respeitoso, em relacionamentos assimétricos e, ora, juntamente com o Tu, é usado nos relacionamentos de intimidade, a fim de estabelecer um tratamento igualitário, como de amizade ou amor. Com base nisso, é importante termos em mente as seguintes caracterizações de relação apresentadas por Gomes e Lopes (2016, p.141-142):

I. Relação simétrica: dizem respeito às relações entre amigos que constituem uma relação de igualdade. **II. Relação assimétrica:** relação hierárquica entre os interlocutores. **a) assimétrica descendente:** são as relações estabelecidas de superior para inferior, como de pai para filho, de mãe para filho. **b) assimétrica ascendente:** são as relações estabelecidas de inferior para superior, de filho para o pai ou de filho para a mãe. **III. Relação simétrico-solidária:** relações íntimas e amorosas estabelecidas entre um casal (GOMES E LOPES, 2016, p.141-142).

Através do olhar para as peculiaridades da composição estrutural da carta pessoal, para os tipos de relações interpessoais e para o que conseguimos mapear do perfil social dos missivistas, esperamos, portanto, que esses dados extralinguísticos evidenciem as TD presentes no gênero carta pessoal e quais são os modos tradicionais de dizer. Para tanto, assumimos neste artigo que a carta pessoal é a “[...] comunicação eminentemente pessoal, uma correspondência que efetiva um contato privado e, quase sempre, constante, entre indivíduos – familiares e amigos íntimos – que mantêm entre si um relacionamento estreito” (NOVAES, 2006 *apud* SOUZA, 2012, p. 59). Essa carta, enquanto gênero discursivo, é marcada pela espontaneidade devido, sobretudo, à relação de intimidade estabelecida entre os missivistas e à tentativa de aproximação entre “os distantes”.

2. Compreendendo as Tradições Discursivas em cartas pessoais de pernambucanos

Sabendo-se que a historicidade do texto se constrói através de textos ditos e escritos arquivados na mente de uma comunidade, consideramos a repetição de elementos linguísticos tradicionais (seja na forma ou no conteúdo) como crucial para garantir a historicidade de modelos linguísticos orais e escritos. Por isso, no tocante às 80 cartas pessoais, observamos que a maioria das missivas possuíam um formato tradicional que remonta à Antiga Retórica. Como podemos observar, na carta latina de Cícero³, a seguir, existem algumas características composicionais do gênero carta pessoal que alcançaram os séculos XIX e XX das cartas de pernambucanos. Nessa carta, Pessoa (2018) atenta para a importância da marca de pessoa verbal, haja vista que, na carta pessoal, as pessoas do discurso assumem seus papéis na enunciação, havendo um jogo de alternância (seja eu/tu ou nós/vós). Além disso, há presença da saudação, captação da benevolência, cobrança para o interlocutor enviar mais missivas e, por fim, expressões formulaicas de despedida:

<p>Tullius S. D. Terentiae suae S. v. b; e. v. Da operam ut conualescas, quod opus erit, ut res tempusque postulat, provideas atque administres, et ad me de omnibus rebus quam saepissime litteras mittas. Vale.</p> <p>TRADUÇÃO Túlio (Cícero) saúda a sua Terência (mulher de Cícero) Se vais bem; eu vou bem. Te esforça para que conualesças, porque é necessário, como as coisas e o tempo exigem, te precavenha e administres, e me envies cartas sobre todas as coisas muito mais frequentemente. Adeus.</p>

QUADRO 2 - Tradução da carta de família de Cícero (PESSOA, 2018)

³ Traduções livres feitas em 2018 pelo professor de *História da Língua e Latim* da UFPE, Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa, de trechos retirados das apostilas de Latim I e II.

Segundo Pessoa (2018, p. 1-2), marcas do gênero carta pessoal são encontradas no quadro 2, a saber:

I. Textualidade: **a.** no alto da missiva, há a pessoa que escreve e depois aquela a quem se escreve; **b.** aparecem abreviaturas (S., S. D., etc.) que expressam o vocativo; **c.** aparecem outras abreviaturas (s. v. b., e.v.), que expressam saudação; **d.** o corpo do texto; **e.** a despedida (vale). **II. Fórmulas:** **a.** Em “Tullius S. D. Terentiae suae”, temos S. D. como abreviaturas de “salutem dicit” (salutem acusativo de dicit) e “Terentiae suae” (dativo) = Túlio saúda sua Terência; **b.** Na saudação, temos a abreviatura “s. v. b; e. v.” (si vales bene, ego valeo) = se estás bem, eu estou bem). Valeo/valere = estar bem de saúde; **c.** Na despedida, temos o “vale” (adeus); **III. Formais verbais:** **a.** Imperativo presente: uso do imperativo “Da”, do verbo “do” (dare); **b.** 2ª pessoa do presente do subjuntivo: “[...] as formas do subjuntivo presente (PS) precedidas da conjunção **ut**: conualescas, provideas, administres, mittas. Como Túlio Cicero escreve para a filha, é claro que ele usa a 2ª. pessoa singular, aquela com quem se fala. Marca **-s** [...]” (PESSOA, 2018, p. 1-2).

A ação de cobrar mais cartas, de saudar, de captar a benevolência e de se despedir utilizando-se de expressões formulaicas é constantemente empregada nas cartas dos missivistas pernambucanos dos séculos XIX e XX, como veremos ao longo da análise. Para além dessas questões, os assuntos das missivas englobam notícias sobre si e outros, assuntos políticos, acontecimentos importantes e recomendações. Também são recorrentes esses assuntos nas cartas de Cícero e os próprios modos de dizer tradicionais, como o pedido como voto de amizade, mostrar ser íntimo da pessoa recomendada ao amigo interlocutor; além de haver um emolduramento da missiva com expressões formulaicas de vocativo, saudação, despedida e, por vezes, assinatura.

Conforme será visto nas próximas subseções, o formato tradicional da composição da carta é encontrado nas cartas de amigo e de família e está inserido em um conjunto de tradições internas ao gênero. Entretanto, as cartas de amigo do século XIX e XX que têm como assunto convite, negócios, breves relatos sobre política ou viagem, não seguem esse formato. Segundo Costa, Silva e Gomes (2018), essa “instabilidade” apresenta-se em algumas cartas por serem curtas e com uma finalidade muito específica, quando os correspondentes passam a enfocar na passagem de mensagens rápidas. Isso corrobora o que defende Bakhtin (2003, p. 279), uma vez que a forma e o conteúdo dos gêneros do discurso, por estarem inseridos em práticas sociais, não são estáticos e podem ser modificados, readaptando-se ao longo do tempo. Portanto, são considerados, pelo autor, “tipos relativamente estáveis” (p. 279).

Diante do exposto, seguiremos com a análise dos modos de dizer tradicionais presentes nas cartas de pernambucanos dos séculos XIX e XX.

2.1. Os modos de dizer tradicionais das cartas de amigo e de família de pernambucanos do século XIX

Conforme Silva (2018) destaca, os missivistas empregam nas cartas modos de dizer tradicionais que se aproximam mais de uma relação comunicativa face a face, denominada por Koch e Oesterreicher (2006) de proximidade comunicativa. É justamente essa proximidade comunicativa que revela a carta

pessoal como um gênero “[...] panorâmico de transições linguístico-discursivas no contexto pernambucano” (SILVA, 2018, p. 17). Nessa direção, Castilho da Costa (2012, p. 151) afirma que são traços típicos de proximidade comunicativa: “[...] a familiaridade com que interlocutores se tratam, a privacidade da comunicação (quer dizer, busca-se um público restrito) e a forte implicação emocional.”

As cartas de amigo da segunda metade do século XIX do nosso *corpus* pertencem a Joaquim Nabuco, líder abolicionista, jurista e político brasileiro, que nasceu em Recife em 19 de agosto de 1849 e faleceu em Washington, em 17 de janeiro de 1910. Desse modo, suas cartas compreendem a década de 1867 (tendo ele 18 anos) a 1896 (tendo ele uns 47 anos de idade) e, de modo geral, têm como temática principal assuntos acerca de política, abolição, viagens e convites. Nesse sentido, destacamos algumas aberturas (saudação) das cartas abaixo:

(1) **Expressões de abertura (saudação) da carta de amigo do século XIX:**

- a. Meo caro Barros (CA06)⁴
- b. Meo Caro Adolpho (CA07)
- c. Meu Caro Salvador (CA04)
- d. Meu caro Alberto (CA05)
- e. Meu caro José Mariano (CA08)
- f. Barrinhos (CA01)

O uso de possessivos e diminutivos no vocativo (ou saudação) aparece com frequência tanto nas cartas de amigo quanto nas cartas de família do século XIX. Nos exemplos acima, percebemos uma grande intimidade, apesar do assunto das cartas ser sobre política ou convite, na escrita das missivas direcionadas ao amigo Barros. Essa intimidade é evidenciada, no primeiro momento, por, na saudação, empregar-se o nome do correspondente no diminutivo, o que não ocorre em outras missivas.

Temos como exceção às cartas de Joaquim Nabuco apenas uma carta de outro missivista, a carta de amigo de João Gonçalves para o pernambucano Arthur Orlando. O que sabemos é que os dois eram amigos e aliados políticos. Na carta, o remetente inicia a saudação usando o segundo nome do destinatário e encurta a parte de captação de benevolência:

- (2) a. **Saudação da carta de amigo do século XIX:** “Orlando[...]” (CA10)
b. **Breve captação da benevolência:** “Ultimamente não tenho recebido cartas suas l além das que acusei” (CA10).

Durante toda a carta, João Gonçalves trata Arthur Orlando de maneira igualitária, empregando a forma *Você* e o possessivo de 3ª pessoa do discurso (“seu”). Manda notícias sobre acontecimentos políticos e avisa que não tem recebido cartas do amigo. O remetente da missiva se direciona ao correspondente apenas citando o segundo nome uma única vez (cf. (2a)) e, a partir disso, transcorre a carta. Segundo Castilho da Costa (2012, p.154), tanto a abertura quanto o fechamento da carta

⁴ A codificação CA significa Carta de Amigo e o número é seguindo como consta nos arquivos do *corpus* selecionado, conforme Costa (2019).

“são a expressão da construção de um relacionamento”. Diante disso, podemos dizer que, na carta de amigo de João Gonçalves – e em outras missivas que tenham a finalidade de passar mensagens rápidas e informações sobre acontecimentos –, são a abertura e o fechamento que cumprem a função de demonstração do estabelecimento da amizade, intimidade, como podemos ver no fechamento (conclusão, despedida e assinatura) abaixo:

- (3) Os seus gosam saúde. I Recummende-me a sua *Excelentíssima Senhora* e desponha do II Amigo certo. || João Gonçalves. (CA10).

O mesmo caminho das cartas de amigo enviadas por Joaquim Nabuco, seguem as cartas de família da segunda metade do século XIX, pois os missivistas Izabel Maria Fragoso, sogra de Arthur Orlando da Sila, e José Mariano Carneiro da Cunha fazem uso recorrente de possessivos, adjetivos e diminutivos na construção do relacionamento na abertura da carta. A diferença reside na relação de assimetria do interlocutor que envia a missiva para os destinatários, pois são missivas escritas de pai ou mãe para seus filhos:

- (4) **Expressões de abertura (saudação) da carta de família do século XIX:**
a. **Minha** Filha (CF01)
b. **Minha** Filha (CF02)
c. **Minha** Filha (CF03)

Através dos exemplos acima expostos, percebemos uma recorrência no modo de realizar a saudação na abertura da carta. Em termos gerais, mãe e filha compartilham assuntos sobre si, saúde dos familiares e lembranças para os seus parentes. As mensagens enviadas por Izabel Fragoso são rápidas e conservam um certo grau de distanciamento, ainda assim, a intimidade se estabelece na captação da benevolência (cf. (5)) e na temática livre do *narratio* (ou desenvolvimento do texto), como podemos ver em (6):

- (5) [...] Todos os dias espero receber car- | ta sua perguntei a Joãosinho | disce elle q' voce a muito não | escreve a elle q' já se esqueceo de | escrever não basta o cuidado | q' tenho em Eduardo. (CF01)
- (6) [...] Continuo | em caza de Sinha não tenho po | dido alugar uma caza com | dições em que Doutor quer, acaza deve ser em beiramar para mim tem | sido custoso, hai outra razão | que eu não heide hir. Só Generosa | tinha tratado devir porem | **deu em beber não vale nada** [fol. 1v] estou vendo se encontro ou- | tro o que é bem custozo em O- | linda se encontra criados. (CF01)

Ademais, observamos que, nas cartas de Izabel Maria Fragoso, há uma atualização no modo de assinar as missivas. Os diferentes modos de assinar evidenciam uma sinalização de possível não manutenção dessa tradição mesmo em uma relação de relativa intimidade e, isso, pode ter relação com

a própria assimetria descendente dessa relação mãe-filha, como em (7). Nesses dois exemplos, há uma relativa manutenção do modo de despedir-se:

(7) **Expressões de despedida e assinatura da carta de família do século XIX:**

- a. Todos ficamos de saude e | todos mandão muitas lem | branças Pupu fica de saude | manda muitos beijos Papai | e amamãe e abelua e muitos | abraços atodos e de sua mãe | as saudades que nunca terafim | Lembranças a [Sianinha] Izabel M^a Fragozo (CF01)
- b. Todos mandam | lembanças. Pupuzinha manda muitas | saudades a Papai e a mamãe [inint.] | [fol. 1 v] [mui]tos abraços. Lembranças de | seus manos e muitas saudades de | sua mãe || **Izabel Fragozo** || Deis lembranças a [Sianinha] | Ubaldo manda lembranças | a todos. (CF02)

Dando prosseguimento, José Mariano Carneiro da Cunha, pernambucano abolicionista e político, emprega, nas cartas para a filha, o uso de possessivos, adjetivos e diminutivos. Esse modo de dizer recorrente na escrita de José Mariano tem forte implicação emocional. Sendo assim, tanto a saudação quanto a despedida emolduram a carta com a finalidade de estabelecer intimidade e simetria na relação entre os interlocutores, embora seja uma relação de assimetria descendente, isto é, uma carta remetida do pai para a filha:

(8) **Expressões de saudação na carta de família do século XIX:**

- a. Minha querida filhinha | Yayá. (CF04)
- b. Querida filhinha Yayá. (CF05)

(9) **Expressão de despedida na carta de família do século XIX:**

- [...] Adeus *minha filhinha*. Não | deixa de mandar-me sem-| pre noticias de Olegario. | Aceitem a *minha* benção || **Teu pae do coração** || J. Mariano (CF04)

Além disso, as cartas de José Mariano para a filha são iniciadas com cobranças para enviar mais cartas, ou ainda, avisando quais as datas das cartas que as recebeu ou enviou, correspondendo a captação da benevolência, no interior do *narratio*, como em (10):

- (10) a. Tenho recebido apenas | três cartas tuas -, uma | de 6 de junho no dia 20 | e ante-hontem as | de 24 e 36 de junho que | vieram no mesmo envelope | e a de 3 de julho. Li | outras que teus escriptos | não tenho recebido. A | *minha* ultimas, se não me | engano, foi a 15 de ju-| nho, por intermedio de Galhardo. Depois disso, | por causa dos atropellos | [fol. 2] do serviço da fazenda | onde tenho estado qua- | si sempre e perdi as ma-| las de outros vapores. (CF04)
- b. Escrevi-te a 21 deste pelo “Cor-| delliere” e hoje novamente es-| crevo-te pelo “Magdalena” para | dar-te a compensação de não | teres recebido cartas pelo Da-| nubé. É mesmo cumpro a pro-| messa que te fiz em *minha* ul-| ti-| ma carta de te escrever sem-| pré. || Recebi hontem uma cartinha tua, sem data, mas que pro-| vavelmente devia ser de 19 ou | 20. || A esta hora já deves estar | mais satisfeita porque já | terá recebido a carta que | foi pelo Cordelliere. (CF05).

Retornando à análise das cartas de amigo do século XIX no que diz respeito à captação da benevolência do interlocutor, as cartas de amigo de missivistas pernambucanos têm como

particularidade forte caráter emotivo em seus modos de dizer permeados de adjetivos e advérbios que auxiliam na exacerbação de sentimentos através de expressões para descrever algum acontecimento ou opinião:

(11) **Captação da benevolência nas cartas de amigo do século XIX:**

- a. Acabo de ter a **triste** noticia que| dá hoje o Jornal e mando-te| as **minhas** mais **sentidas**| saudades de amigo n'este| **cruel** transe de tua vida. | O laço que te prendia a| teu pai era mais **profundo**| e **complexo** do que costuma| ser a affeição filial (CA09)
- b. Ultimamente não tenho recebido cartas suas | além das que acusei. (CA10)
- c. O anno começa bem para mim porque | recebi hontem a tua carta. (CA06)

A implicação emocional das expressões contribui para firmar a relação de amizade estabelecida entre os correspondentes e, portanto, contribui para constituir a proximidade comunicativa, pois, a partir de expressões que indiquem o estado emocional do missivista em relação com quem se fala, o interlocutor poderá presumir sentimentos de empatia, tristeza, alegria, amor, saudade, raiva, etc. As cartas que tratam de assuntos rápidos, como algumas de Joaquim Nabuco, simplificam o formato composicional e a captação da benevolência acaba por aparecer, por vezes, através de um convite:

- (12) a. Como eu tenho hoje a noite tomado por| um compromisso anterior e o Saldanha| só chegou esta manhã, não posso convi-|dar-te senão para jantar commigo- quando| esperava poder ler-te depois o meu| drama (CA04).
- b. Ahí são os estatutos do Atheneo e do culto a scien_| cia para que organises os 10 artigos[inint] || Convida a todos amanhã ás 6 horas.| se quizeres passar á noite por aqui, vem para con|versarmos e fazermos um passeio (CA01).

Esses convites aparecem no começo das cartas desse correspondente pernambucano do século XIX e, por ser uma carta curta, tem o *exordium* simplificado. Então, a carta já se inicia como uma espécie de captação de benevolência e *narratio*. Sabemos, pois, que o *narratio* é o desenvolvimento da carta que abriga a narrativa de acontecimentos e informações sobre o estado das coisas, como em (13a) e (13b). No *narratio* percebemos também que acaba abarcando, por vezes, outros gêneros, funcionando como uma espécie de jornal (cf. (13b)):

- (13) a. **Morte de um amigo ou ente querido:** Infelizmente | estou sob a terrivel impressao da morte | do Gambetta. Lembras te dos nossos | tempos da Academia? Do entusiasmo | que nos causava a leitura dos ultimos | actos [ilegível] politicos do Imperio - | a estréa de Gambetta, o discurso do | Plebiscito, a guerra ainda depois | de Metz ! Enfim, a morte representa | ha ' muito esse mesmo papel ; somos | nós que demasiado o esquecemos e | temos fe ' na vida (CA06).
- b. **Notícias políticas:** Seguio para o Rio o Capitão Rego Barros que vai de- | l por no processo de José Mariano Il Elle aqui veio buscar a familia, mas fez crer que l vinha em commissão em busca de documentos con- | l tra o Barbosa, para por este meio obtel-os mais l facilmente, como aconteceo (CA10).

Castilho da Costa (2012, p. 161), fundamentada em Schronder (2007), afirma que a carta tem como principal papel o estabelecimento da amizade e, nesse sentido, escrever cartas é corresponder a regras determinadas. Por isso, destacamos abaixo uma das regras apresentadas pela autora que encontramos nas cartas de amigo do século XIX, no interior do *narrativo*:

- **Caritas – a obrigação de elogiar a obra lida do amigo:**

(14) Meu caro Alberto, || Muito obrigado pelo seu volume, cuja duplicata expedi ao meu a- | migo Rio Branco. || Eu tinha lido o exemplar do Dantas, de uma assentada, como o | C. de Laet. O Gaspar está muito penhorado com as sua palavras a | respeito delle. É inútil repetir-lhe quanto divirjo do seu ideal, | dos métodos Você é | um monarchista que não se conhece a si mesmo, ou por outra que to- | ma certos impulsos literarios de sua intelligencia por verdadeira característica do seu tempo. || Lamento político em vez de tomar os instictos profundos do | seu coração. Um desses Catolicos que se julgam atheus e só se sen- | tem religiosos em face de morte, isto é, a primeira que enca- | ram o problema face a face. O fermento litterario ou a fermenta- | ção do meio, não se confunde com o sentimento que brota das fon- | tes da vida. Lamartine republicano de 1848, o que foi? Agora está | se vendo o que foi Michelet (!) e todo o mundo sabe o que V. Hugo | era quando era só poeta. Monarchistas, meu caro, como V. Exelência. o seu livro | (que revela uma tendencia para a reconsideração do caminho feito | e da direção seguida) torna isso evidente para mim. Literariamen- | te **fa-lando o que Você escreveu é a única medida verdadeira e exata | que Você deu até hoje das proporções e da flexibilidade, da sua vida- | de do seu talento e sinceramente o felicito[...]** (CA05).

Ainda que o missivista tenha tecido críticas à obra lida, não deixa de elogiar a obra do interlocutor. Outras regras devem ser seguidas, como exprimir modéstia, mostrar interesse pelo interlocutor, lembrar que as missivas podem ser extraviadas, mas, a primeira delas, é a obrigação em responder a carta que foi recebida, como lemos as reclamações que temos observado nas cartas. Um aspecto interessante em (14), assim como em outras cartas, é que a forma de tratamento *Você* é escrita com letras maiúsculas. Isso pode indicar um conservadorismo do caráter cerimonioso dessa forma de tratamento. O exemplo acima refere-se a uma carta de fins do século XIX, trocada entre amigos de vida pública e, portanto, embora o tratamento seja igualitário, conserva-se um tratamento altamente respeitoso.

Diante do exposto, ao direcionarmos o olhar para as missivas de família e de amigo do século XIX, percebemos que, no desenvolvimento de algumas cartas, os missivistas, por meio de expressões modalizadoras (com o uso do subjuntivo), ou ainda, o uso de imperativo, em um dado momento da missiva, tem intenções de pedir ou indicar que o destinatário realize algo que o missivista deseje:

(15) **Expressões de pedido em cartas de amigo do século XIX:**

- [...] **Peço-lhe** que torne publico|o meo prothesto contra o novo trafico de ingenuos que| começa[...] (CA07)
- [...]Mas como tu és bom pai de| família e **não te custa deixar** nehuma| companhia as dez horas para voltar|[fol.1.r]para casa, **se quiser** dar-me o | prazer de estares aqui ás sete horas| hoje – nos jantaremos[...] (CA04).
- [...]A carta junta **Você remeterá** para Santos (CA10).

(16) **Expressões de pedido da carta de família do século XIX:**

- a. [...] **Manda** dizer todos como tem passado. [...] Pupuzinha **manda** muitas | saudades a Papai e a mamãe [...] (CF02)
- b. [...] **Mande** dizer <↑voce> como tem | passado e Belluquinha e Doutor Orlando | **não deixe** de escrever dando notícia | izata[...] (CF03)
- c. [...] **Não deixes** de me es-|crever sempre. [...] **Não | deixa** de mandar-me sem-| pre notícias de Olegario. | **Aceitem** a minha benção[...] (CF04)

A conclusão das cartas de amigo do século XIX é bem diversificada com a presença de expressões formulaicas de despedida (17 a), de expressividade emocional no uso linguístico, em (17a) e (17b), e votos (17c):

- (17) a. **Adeus**, meu querido Amigo. | Eu que passei por um golpe | igual sei o que é essa primeira | morte que se morre na | vida. **Do teu Velho Querido** || Joaquim Nabuco. (CA09).
- b. Soa muito incon [ilegível] | como sabes, mas nunca mudei de principios | nem de amidades. **Teo sempre o mesmo** || Joaquim Nabuco (CA06).
- c. Cada dia | mais eu te invejo - fazendo **votos** para que | não voltes tão cedo á esta <↑capital> do café. [inint.] à Voz || **Joaquim Nabuco** (CA02).

Todas as cartas acima são do missivista Joaquim Nabuco para diferentes interlocutores. Nesse sentido, o remetente adequa o fechamento da missiva de acordo com a finalidade comunicativa. Enquanto nos exemplos (17a) e (17b) há forte implicação emotiva, demonstrando sentimentalidade e compadecimento pelo outro (este último caso em (17a), já em (17c) o remetente é mais objetivo, não formula uma expressão de despedida e, logo após, finaliza com a assinatura. É notado que as expressões de despedida, quando há, são carregadas de expressividade e carregam o compromisso de firmar o estabelecimento da amizade (CASTILHO DA COSTA, 2012). Diante desse fato, o uso de possessivos e adjetivos ressaltando valores ou qualidades de si ou de outros (como em “Do teu velho querido”, ou ainda, em “Teu sempre o mesmo”) indica a intimidade e a relação de uma amizade duradoura.

Na carta de João Gonçalves, ao nos voltarmos para despedida, encontramos a mesma expressão formulaica de despedida do exemplo (18), “Amigo certo”. Para além disso, a presença de verbos como recomendar, mandar e lembrar aparece como modos tradicionais de dizer, geralmente no fechamento do texto, nas missivas do século XIX. Esses modos tradicionais de dizer não são escolhidos livremente no acervo da língua, mas são reproduzidos ou repetidos de modelos linguísticos já anteriormente conhecidos, assim também atesta Castilho da Costa (2012). Sendo assim, o verbo recomendar, presente no exemplo (18b) da CA10, é evocado no contexto de querer transmitir cumprimentos ao coenunciador, seja de terceiros ou ainda podendo ser o coenunciador do próprio remetente:

- (18) a. Amigo certo || João Gonçalves (CA10)
- b. Os seus gosam saúde. | **Recummende-me** a sua *Excelentíssima Senhora* e desponha do || **Amigo certo** || **João Gonçalves** (CA10)

Por fim, após apresentar na despedida um apelo às emoções, lembranças, pedidos, conselhos e cumprimentos, o enunciador finaliza a carta com uma expressão formulaica, que também indica emotividade e, finalmente, coloca o ponto final após a assinatura ou rubrica:

(19) **Expressões formulaicas de despedida e assinatura da carta de amigo do século XIX:**

- a. Todo teu| Joaquim Nabuco.| Buckingham (CA04)
- b. Teo sempre o mesmo || Joaquim Nabuco. (CA06)
- c. Seo do Coração. [assinatura] (CA07)

Dessa maneira, os interlocutores das missivas de família e amigo do século XIX se utilizam de diversos modos de dizer tradicionais, evocando, repetindo e, também, atualizando-os de acordo com a finalidade comunicativa da carta e com a relação estabelecida entre os interlocutores.

2.2. Os modos de dizer tradicionais nas cartas de amigo e de família do século XX

Em relação ao contexto de produção das missivas, no século XX, o Brasil passa por intensas transformações, mais especificamente, o estado de Pernambuco é marcado por intenso e acelerado processo de urbanização e industrialização. Conforme afirma Silva (2018, p. 63), no século XX, houve mudanças consideráveis no que diz respeito a acontecimentos históricos e sociais:

No contexto brasileiro, passamos por um acelerado processo de urbanização e internacionalização da economia, principalmente a partir da década de 1930, com a Era Vargas. O Brasil viveu 21 anos de regime militar e foi regido por seis constituições no século XX. Linguística e textualmente, o Brasil passou por várias mudanças ao longo do século XX. Ao todo, no país, houve duas reformas ortográficas: em 1943 e em 1979. Várias mudanças no português brasileiro foram ocasionadas por estrangeirismos, neologismos e gírias.

Diante desse contexto de produção, de modo geral, as cartas de amigo e de família do século XX abarcam assuntos relacionados à política, ao estado das coisas, à apresentação de terceiros, à tentativa de reaproximação de uma amizade, ao falecimento de terceiros, à falta de tempo e dinheiro, à solicitação de empréstimo, notícias sobre si, notícias sobre o interlocutor e sobre familiares, amigos do remetente ou de terceiros, recomendações, lembranças, elogios, etc. Essas missivas se diferenciam das do século XIX, pois, ao longo do século XX, vamos percebendo, nas escolhas de tratamento, que as relações (igualitárias ou hierárquicas) vão se transformando, a exemplo do uso da forma *Você* que vai sendo usada de forma generalizada em substituição a forma *Tu* para indicar o grau de intimidade da relação.

Os modos de dizer tradicionais das cartas de amigo e de família do século XX nos mostram algumas pequenas atualizações (de vocativo ou saudação da carta) em relação às cartas de amigo e de família do século XIX. Nas cartas do século XX, verificamos alguns conjuntos de tradições além do gênero, ou seja, diferentes conjuntos de tradições presentes nas interlocuções de missivista para

missivista, dependendo da relação existente entre eles. Isso ocorre, sobretudo, por cada carta do século XX ter um autor diferente, tendo, portanto, modos tradicionais de dizer que, por vezes, se diferenciam um do outro, ou ainda, são recorrentes:

(20) **Expressões de abertura (saudação) da carta de amigo da primeira metade do século XX:**

- a. Arnaldo, **meu grande amigo** (CA15)
- b. **Meu caro** Arnaldo (CA16)
- c. **Borba** (CA14)
- d. **Meu caro** Paranhos (CA12)
- e. Antonio Correia (CA13)
- f. **Meu muito caro Decio Silveira** (CA17)

(21) **Expressão de abertura (saudação) da carta de amigo da segunda metade do século XX:**

- a. **Meu querido** Caio [Benjamin Dias] (CA18)
- b. **Meu caro** Gilberto Freyre: (CA20)
- c. **Meu querido** NELSON FERREIRA (CA18)

Utilizam-se ainda com frequência do possessivo *e*, em (20a), ao saudar o amigo, acrescenta-se a explicação ao vocativo. Há atualizações nas missivas, também, compostas por novos elementos linguísticos atuando na expressividade, na saudação de uma carta de amigo do final do século XX, conforme exemplo a seguir:

(22) **meus Cordial bom dia || querida Amiga** (CA21)

Sobre a abertura da carta de família, podemos perceber as diferenças de tratamento, ou seja, a assimetria ou simetria entre os interlocutores e isso é, sobretudo, evidenciado pelo vocativo da missiva, como mostram os seguintes exemplos:

(23) **Expressões de abertura (saudação) da carta de família da primeira metade do século XX:**

- I. Carta enviada de filho(a) para mãe:
 - a. **Minha** Mãe. (CF39)⁵
 - c. **Mamãe** || Abenção (CF54)
 - d. **Minha boa** mãe (CF09)
 - e. **Minha adorada** (CF08)
 - f. **Cara Mamãe** (CF17)
 - g. **Minha boa** (CF23)
 - h. **Minha querida** (CF24)
 - i. **Minha querida mãesinha** (CF25)
 - j. **Querida Mamãe** (CF28)

⁵ A codificação CF significa Carta de Família e o número é seguindo como consta nos arquivos do *corpus* selecionado, conforme Costa (2019).

- II. Carta enviada de mãe para filho(a):
 - a. **Maria** (CF13)

- III. Carta enviada de filho(a) para o pai:
 - a. **Papai**|| Abençam (CF52)
 - b. **Papai**|| Abenção (CF55)

- IV. Carta enviada de pai para filho:
 - a. Ighes (CF31)
 - b. Rita (CF33)
 - c. Mercês (CF34)
 - d. **Querido** Hoel (CF40)
 - e. **Meus queridos** Hilton, Lucia e Bibizinha. (CF47)
 - f. **Meus queridos** filhos. (CF46)

- V. Carta enviada de irmã para irmã:
 - a. **Minha** irmã (CF07)

- VI. Carta enviada de primo para primo:
 - a. **Caro** Gilberto (CF48)
 - b. **Meu caro** Gilberto (CF50)

Nas cartas familiares, os pais, em uma posição de assimetria descendente, utilizam principalmente apelidos carinhosos, diminutivos, adjetivos antes do nome para estabelecer um diálogo mais íntimo com os filhos, mandando notícias e falando das saudades, como em (23 I) (23 IV (d, e, f)). Alguns pais apenas escrevem o primeiro nome do filho e, conseqüentemente, o assunto dessas cartas geralmente fala de notícias dos pais, burocracias documentais, saudades, com uma menor expressividade emocional nas palavras, como em (23 II) e (23 IV (a, b, c)). No que diz respeito aos filhos, estão em uma relação de assimetria ascendente, fazem uso das expressões “mamãe”, “papai”, “mãezinha”, “pai”, “mãe”, às vezes, precedido de adjetivos, como podemos observar em “minha boa mãe”, às vezes, precedido de adjetivos, como em (23 I, II e III)). Em (23 III), há também o ato respeitoso de pedir a benção, o que indica uma relação mais cerimoniosa. Nas cartas trocadas entre irmãos (23 V) e primos (23 VI), estabelece-se uma relação de igualdade.

As missivas de fins⁶ do século XX obedecem à presença de maior parte das características composicionais da carta pessoal, com duas missivas mais curtas e com o formato simplificado. Nessas missivas de família, temos formas mais atualizadas de saudação, com os missivistas utilizando expressões mais comuns da época como “Prezado” ou ainda “Meu abraço”, esta última muito presente no fim de cartas de amigo do século XIX. Outro fato interessante é em relação às cartas de (24c) e (24d) serem direcionadas a todos os entes da família. Observamos também a presença da palavra “saudação” indicando uma forma de dizer que conscientiza sobre a estrutura da carta:

⁶ No tocante às expressões tradicionais de abertura ou saudação das missivas de família de fins da segunda metade do século XX, são distintas no que diz respeito ao perfil social dos missivistas da primeira metade, pois eles têm maior grau de escolaridade em relação aos missivistas da segunda metade.

(24) **Expressões de abertura (saudação) da carta de família da segunda metade do século XX:**

- a. **meu abraço** || J. (CF56)
- b. **Prezado Tio J.** (CF58)
- c. **Saudação ao longe de todos** || **Presado mano e cunhado** (CF59)
- d. **Saudade** Ao longe de todos (CF57)

A Captação da benevolência do interlocutor nas cartas de amigo do século XX possui um teor altamente emocional que é expresso através de elementos linguístico-discursivos agindo na argumentação do remetente para o convencimento e manutenção da interação entre os interlocutores (CASTILHO DA COSTA, 2012):

(25) **Captação da benevolência na 1ª metade do século XX em cartas de amigo:**

- a. **Estava em falta contigo, | Por não poder te escrever,** | Mas não foi por pouco caso,| Ao contrario, o grande atrazo| Foi bem contra o meu querer || Foi a causa deste mal,| A minha vida actual,| Que sendo activa de mais,| Tem sempre prejudicado,| O cumprimento sagrado,| Dos deveres sociaes.(CA15)
- b. **Mando a Você** meus parabens pelo dia de| hoje, **cuja data ha de sempre recordar a| do dia feliz em que Você pode, com honra| e desassombro,** desencarregar-se, enfim, de| governar o estado. (CA16)
- c. **voce não ia de acreditar, e entre- | tanto é a verdade,** que eu agora ando | mais quebrado do que sempre andei (CA13)
- d. Tendo ido a São Paulo e não podendo ver Você, por estar ausente da ca-|pital, **tive uma impressão parecida a de haver ido a Paris, sem visitar o Louvre;| á Napoles sem conhecer Pompeia; á Lisboa sem subir até Cintra; á Hollanda sem |admirar suas tulipas[...]** (CA17)

Nos exemplos acima, observamos que em (25a) o missivista procura justificar suas faltas para com o amigo dizendo que tem uma grande quantidade de atividades diárias que não o deixam escrever. É praticamente categórico encontrar no *corpus* cobranças de respostas do remetente ao destinatário. Assim, mais uma vez, reforçamos que a primeira regra de interação entre os missivistas é a obrigatoriedade em responder e, conseqüentemente, ser respondido. Já em (25b) e (25d), observamos a manutenção da amizade através de uma regra de escrita de cartas denominadas *bienveillance*, isto é, apresentar interesse pelo interlocutor, e a *bienséance*, que corresponde a buscar diminuir-se, para então, elogiar o destinatário (BRUGYSSER, 1993 *apud* SCHRODER, 2007, p. 156). Em (25c), acreditamos que a sentença destacada representa uma validação do afirmado pelo missivista da previsão de um possível julgamento negativo que o destinatário poderia pensar sobre o seu interlocutor. Nos exemplos (25b) e (25c), podemos visualizar, mais uma vez, a grafia da forma de tratamento *Você* ser diferenciada em maiúsculo e minúsculo, ainda que, na escrita de dois missivistas diferentes, os dois são da primeira metade do século XX.

As cartas de amigo ou de família que têm como assunto pêsames pela morte de algum ente querido, independentemente se são do século XIX ou XX, possuem forte implicação emocional, através de termos linguístico-discursivos (como adjetivos, advérbios modalizando o discurso, lembranças sobre o ente, etc.), que garantem a estas cartas emocionalidade, empatia, compadecimento ou tristeza. A carta CA16 tem um caráter muito poético e, após o remetente, Lourival, mostrar-se

compadecido com o seu interlocutor (Arnaldo Guedes), escreve um poema de sua autoria para “[...]soar aos ouvidos de tua alma amiga[...]”:

- (26) Pae, como tu, **bem aquilato** da tua dôr **immensa**, ven- | do fugir para o desconhecido, si bem que para mim este desço- | nhecido seja a eternidade feliz, o ente **querido** que era bem | um **pedaço de tua alma esplendida**. Recebi, ha poucos dias, um postal – photographia do | **teu filhinho no seu leito de morte**. Escusado é dizer que a - | **impressão causada no meu espirito foi bastante emocionante**, | fazendo uma Idea do quanto Vocês ahi soffreram, paes, avós, | toda a familia. || **Foi justamente pensando na | tua dôr, da qual compartilho, que fiz e faço soar aos ouvidos | de tua alma amiga[...]** (CA16)

A captação da benevolência em cartas de amigo da 2ª metade do século XX também apresentam as regras de *bienveillance* e de *bienséance*, como visualizamos a seguir:

(27) **Captação da benevolência na 2ª metade do século XX em cartas de amigo:**

- a. **De alma embandeirada, radiante, amanheci mergu- | lhado num oceano de felicidade**, pois sabia que um **grande | amigo** amanheceria enriquecendo as páginas dos jornais, an-|te a **noticia alviçareira** de ter recebido o pomposo titulo | de CIDADÃO DO RECIFE. (CA19)
- b. Estive apenas dias na Cosal | em Dortmund e cada vês mais **me orgulhei | pernam bucanamente, do prestígio do seu nome | e de sua obra aqui na Alemanha**. (CA20)
- c. **é com | muita saudade que pego | este lapis para darte as | minhas noticia e ao | mesmo Tempo saber das | Tuas** (CA21)

As missivas dos exemplos acima são permeadas por exageros e simbolismos, têm características bastante poéticas. Os correspondentes se utilizam de hipérboles (27a), adjetivações (27b) como recurso linguístico para expressar afetividade e emocionalidade. A carta CA21, exemplo (27c), foi escrita por um missivista com pouca escolaridade e, ainda assim, percebemos presentes na carta os modos recorrentes de dizer, igualmente, seguindo regras de interação, como o estabelecimento da amizade. Sobre essa questão, Koch e Oesterreicher (2006) expõem que o estabelecimento da amizade se constrói na carta através do grau de intimidade com que o enunciador de forma expressiva e afetuosa enaltece o coenunciador. Sendo assim, para que a amizade seja estabelecida, deve haver sempre uma espécie de ativação da emocionalidade sendo dirigida ao interlocutor (KOCH; OESTERREICHER, 2006).

Destacamos seis principais exemplos de captação da benevolência, dos quais três são do missivista Manoel Borba para suas filhas e os outros três exemplos são de Valdemar de Oliveira para sua mãe. Logo, buscamos observar nos exemplos abaixo uma relação assimétrica descendente (carta escrita por um interlocutor em uma posição hierárquica superior à posição do destinatário, como pai escrevendo para filho) e uma relação assimétrica ascendente (carta escrita por um interlocutor em uma posição hierárquica inferior à posição do destinatário, como filho escrevendo para a mãe):

(28) **Captação da benevolência na 1ª metade do século XX em cartas de família:**

- a. Mercês|| **Aqui em Goianna recebi hontem | sua cartinha que me deu muito | praser** (CF32)
- b. Rita|| Recebi sua **cartinha muito| pequenininha muito laconica| mas mesmo assim me deu| muito praser**. (CF33)

c. Ignes || Hontem lhe telegraphiei em resposta ao seu | telegramma em que me dava a opinião. (CF31)

Nas missivas acima de Manoel Borba para as filhas, a captação da benevolência em (29a) e (29b) tem como forma recorrente “sua cartinha me deu muito prazer”, buscando estabelecer a amizade e a intimidade entre os missivistas. Essas cartas são de grande expressividade emocional que é fixada na captação da benevolência e na despedida; o *narratio* é o lugar no qual o missivista fala sobre seu estado de saúde e realiza algum pedido. As cartas que não têm captação da benevolência são aquelas que tratam de assuntos mais urgentes, como o pedido para realizar algum favor (cf. 29c). Já as cartas enviadas pelo filho Valdemar de Oliveira a sua mãe Maria da Penha, de modo geral, são bem intimistas, levam notícias sobre si, sobre suas viagens e sobre os estudos que tem realizado, além de pedir dinheiro para ele se manter e pagar as despesas, conforme apresentado a seguir:

(29) **Captação da benevolência na 1ª metade do século XX em cartas de família:**

- a. **Cheguei e com saúde | Fis a viagem bem**, só com o incove- | niente de muito pó (CF17)
- b. **Com grande satisfação** recebi a | sua encommenda trasida pela sr. Alves (CF16)
- c. Recebi e **podes avaliar bem a mi- | nha alegria ao ler a sua cartinha** | de 8 deste, trasida pelo bom amigo (CF18)

As cartas de família da segunda metade do século XX englobam, em sua captação da benevolência, o modo de dizer tradicional em desejar bonanças aos seus interlocutores, como podemos observar no início das missivas (cf. (30a), (30b) e (30d)). Ainda no exemplo (30b), o missivista adianta na captação da benevolência uma espécie de resumo das notícias sobre si e sobre a família dizendo que está bem. No exemplo (30c), a captação da benevolência adianta o objetivo da carta e, durante a carta, a missivista pergunta pelos seus entes queridos:

(30) **Captação da benevolência na 2ª metade do século XX em cartas de família:**

- a. **desejo** que | linhas o encontre com saúde e felicida- | de. (CF58)
- b. [...] primeiro do que tudo **Deus ti a bençoi**, | ti proteija juntamente com tua familia | Quanto a **eu, e minha familia estamos em | paz graças a Deus**. (CF56)
- c. Ao te escrever estas **pequenas linha** | É para da as minhas notícias | E ao mesmo tempo Saber as suas (CF59)
- d. Primeiro do que tudo **espero** que estas | Pequenas linhas o encontre todos da familia | gozando saude e muita felicidade. (CF57)

Sabendo que o desenvolvimento ou núcleo da carta (*narratio*) é a parte na qual os interlocutores articulam a razão pela qual estão escrevendo, dentro do próprio *narrativo*, situam-se conjuntos de tradições, uma delas diz respeito a uma das diversas funções sociais da carta. Como já mencionamos, uma dessas diversas funções é o estabelecimento da amizade. Esse estabelecimento ocorre através da consolidação do contato que se dá ao se responder a missiva recebida a partir do grau de intimidade entre os missivistas e que se é revelado através da expressividade emocional nas escolhas linguístico-discursivas da missiva. Por isso, para além do que verificamos nas missivas do século XIX,

observamos o caráter poético presente no interior do *narratio* em cartas de amigo e família do século XX. Percebemos também que esse caráter auxilia no exagero das expressões, a fim de causar emoção e consolidar a amizade.

Os modos de dizer do *narratio* nas cartas de família do século XX apresentam-se através das notícias sobre si e sobre os entes queridos, igualmente às missivas do outro século e do outro subgênero, mas as cartas de família do século XX trazem também o diferencial das assimetrias nas relações (BROWN; GILMAN, 1960). Nesse sentido, observamos que as cartas remetidas pelos filhos às mães têm temática mais livre e uma maior implicação emocional, revelado através do caráter apelativo das expressões, do que as cartas remetidas aos pais, ou ainda, em relação às cartas que os pais remetem aos filhos. Estas geralmente abarcam questões pragmáticas sobre realizar algum favor ao pai, falar sobre algum acontecimento familiar e, em algumas dessas cartas, a implicação emocional para o estabelecimento da amizade fica contida apenas na abertura e fechamento da missiva, como em (31):

(31) **Modos de dizer no narratio da carta de família da primeira metade do século XX:**

- a. Rio 23 de Agosto de 1925. || Ighes. || **Como vão todos os nossos? Eu vou passan-| do bem**, não levando em conta a comida do | hotel que anda muito ruim, mesmo para | mim que sou facil de contentar. || Pelo telephone me communiquei com | Tonita que me disse para deixar o dinheiro | de suas ecommendas na rua sete de setembro | 101, o que fis no mesmo dia. Depois não a | vi e nem pelo telephone fallei com ella, mas certa-| mente Ella procurava o dinheiro. || Miss Helena que vi [init.] | mais feia do que sempre, disse a Cotia que | **Você** estava noiva. A Cotia me perguntou disen-| do que estava com vontade de mandar pa-| rabens o que não tem por lhe haver eu dito | com a noticia era maluquice de Miss Helena. [Folha 1v.] isto de com os remedios que ella estava to- | mando. | G^o A. Vasconcelos está na Europa. | Escrevi hontem por Ademar Tavares. || Já dei nosso nome para o “Galvia” que | deverá passar de volta aqui no dia 18, de | hoje a 15 dias. Deus queira que corra | tudo bem e possamos ir, melhorada | e estabelecida ella. || Nada mais disse de mamãe. || **Adeus. Saudades e abraços | do Pai e amigo | M. Borba.** (CF36)

As cartas de família da segunda metade do século XX que compõem o nosso *corpus* apresentam, em seu desenvolvimento, notícias sobre a saúde dos familiares e sobre a saúde do próprio remetente. A relação é respeitosa e há pouca implicação emocional na escolha dos modos de dizer, entretanto, como já vimos em exemplos anteriores da carta de família do século XX (segunda metade), por vezes, essa implicação emocional fica relegada às partes de abertura e fechamento da missiva:

(32) **Modos de dizer no narratio da carta de família da segunda metade do século XX:**

[...] **eu recebi as suas carta | fiquei muito contente.** || olha eu não respondeo não foi por | nada que quem escreveu sempre para | mim e a I. mais este dias | Ela teve uma grande luta com o marido | Que foi enternado duas vezes | Então não deu para ele escrever. | Agora estou na casa do B. | Ele foi quem escreveu para | mim esta carta. || S. como que passou o natal | E o Ano novo? | **por aqui foi Tudo Bem graças Deus | S. eu já fiquei Boa | Do meu sangue eu me tratei muito | E compri com o regime direitinho.** || **Já fiz trez ezame e não deu mais | nada.** || S. **Você** [rasura] e Sandra | Já escreveram para mandaram | todas as noticia mais não mandou | me dizer nada soubre o S. **como que ele vai de saúde.** || E a ana tambem Se já apozentou | **Eu fico preocupada com Vocês[...]** (CF59)

Por conseguinte, encontramos uma breve carta de amigo da primeira metade do século XX cujo tamanho se iguala ao de um simples bilhete, entretanto, ao lê-la, vemos que tem o formato composicional e modos de dizer da carta pessoal, sendo que de modo simplificado:

(33) **Modos de dizer no narratio da carta de amigo da primeira metade do século XX:**

Meu caro Paranhos, ||Quero ter o prazer de apresentar-lhe| <o meu> amigo desembargador| Domingos Alves Ribeiro. É um dos meus| mais íntimos amigos, e devo essa amizade| ao Dantas, e também, indireta-| mente, ao José Bonifacio. De ambos elle| foi amigo dedicadíssimo. <Por minha vez>| [inint. 2 linhas] a [init.] ao nos| do Eduardo Prado, que| não teve no fim da vida amigo maior. Como Você vê, não| é uma apresentação commum| que [inint.]lhe faço. <O meu papel limita-se a>| pol-o em contacto com Você <O resto [init.] | me dirão algum dia.> || **Do seu sempre dedicado|| J. Nabuco 14 de março de 1904 (CA12)**

Assim como nas cartas de amigo da primeira metade do século XX, em muito se exalta o interlocutor no interior do *narratio* com adjetivos, expressões interjetivas para expor emoções, apelos, sentimentos, sensações e estado de espírito na carta pessoal, como verificamos em (34):

(34) **Modos de dizer no narratio da carta de amigo da segunda metade do século XX:**

No gabinete do diretor do Instituto, o Prof. (Stieger) | lá estava um **bom retrato** seu e o prof. Stieger | se referiu a voce e à sua obra com um carinho | e um respeito **que muito sensibilizaram a | minha “pernambucanidade”**. Em Colonia, Ham | burgo, Berlim **ouvi também um verdadeiro hi- | no de louvor a seu nome ilustre e à Casa | Grande & Senzala**. Isso é bom porque dá uma | ideia de alto nível da cultura brasileira. No | Instituto Ibero Americano de Berlim seu nome foi | referido não somente como a mais alta expressão |do pensamento brasileiro, mas como o de um | dos maiores sociologos contemporâneos. (CA20)

De igual modo, encontramos missivas de amigo e de família, em fins da segunda metade do século XX, com o *narratio* tendo o *exordium* simplificado, contendo o início e o final das cartas condensados com o intuito de receber respostas rápidas:

(35) **Carta de amigo da segunda metade do século XX:**

Timbaúba e de Fevereiro de 1980 || meus Cordial bom dia || querida Amiga é com | muita saudade que pego | este lapis para darte as | minhas noticia e ao | mesmo Tempo saber das | Tuas: A. S. Você | não escreveu mais par | mim porque Você já | Esqueceu de mim pois | eu lembro de Você Todos os | dias so não escrever mais | par Você porque não | tinha Tempo pariso uma metira A. | eu trabalhava no Hospital e | não tinha tempo nem par | me cosar mais graças a Deus | agora eu sair trabalho na Associação dos fornecedores de | cana de acucar agora eu | tenho mais Tempo espero | que Você me entenda: | Termino com beijo e abraço | da amiga G (CA21)

A carta acima, apesar de ter a estrutura condensada, provavelmente para repassar informações que o missivista acredita serem mais urgentes, possui local, data, abertura (saudação), cobra-se por resposta, fala sobre o estado das coisas e ainda possui fechamento, com despedida breve e assinatura. O mais importante é que ainda assim a carta segue o conjunto de tradições do gênero carta pessoal e procura seguir a regra de interação de escrever e querer ser respondido, mostra interesse no interlocutor. Ademais, pelo assunto da missiva, identificamos alto grau de intimidade. Em

contrapartida, encontramos também uma carta passiva (cf. 36) muito longa de um amigo não identificado de Nelson Ferreira, compositor recifense de frevos, na qual exalta o destinatário sem poupar palavras, usando expressões sentimentais e interjetivas. Esta carta de amigo é da segunda metade do século XX:

- (36) [...]Era NELSON FERREIRA. Era o símbolo | de uma época **inolvidavel** nas dobras do Século XX, **um nome | que é uma bandeira, que é uma constelação inteira no bri- | lho de um céu** de sinceridade; de bondade espiritual; de no- | breza de caráter; de tudo quanto possa elevar o nome de um | homem sadio que nunca soube chorar. Rir foi sempre o apa- | nágio do novo agraciado pelos poderes municipais. Com o co- | ração transbordante daquela clareza que sempre foi minha | irmã gêmea, posso afirmar que, muitos e muitos dê- ses expre | sivos títulos teem sido conferidos a vultos de todas as es | pecies, de todas as classes, mas nunca de tanta expressão | como o que lhe coube: VOCE FOI SEMPRE FELICIDADE PARA A CI- | DADE DO RECIFE, FOI SEMPRE ALEGRIA, FOI SEMPRE PAZ DE ESPI- | RITO, FOI SEMPRE O VENDEDOR DE VIDA E BOM- HUMOR EM FAVOR DA | FELICIDADE DOS OUTROS, FOI SEMPRE O DONO DO RECIFE QUE, A- | GORA, LHE TIRA O CHAPÉU, EM SOBERBA REVERENCIA[...]. (grifos do autor da carta) (CA19)

Ainda sobre as cartas de amigo da 2ª metade do século XX, localizamos um pedido, este pouco frequente nas cartas de amigo nas duas metades do século. Entretanto, esse pedido encontra-se no início da missiva, diferente da localização em cartas de amigo e família do século XIX, pois, nessas, o pedido, geralmente, estava inserido no final da carta, antes da despedida e da assinatura.

- (37) **Pedido no início da carta de amigo da segunda metade do século XX:**

Meu querido Caio [Benjamin Dias]|| Junto lhe envio uma carta afim de Voce me fa-|zer o especial favor de faze-la chegar às mãos de | Dona Neusa Brizola, pois não sei se ela permanece | em Palacio, com essas andanças do Governador[...]. (CA18)

Os pedidos da carta de família do século XX das duas metades do século são muito frequentes e não só no final da carta, conforme ilustram os exemplos abaixo. Independentemente do tipo de relação, podem aparecer no começo após a saudação; no meio da missiva após informar o objetivo e, por fim, pode aparecer antes da despedida, no final da carta:

- (38) **Expressões formulaicas de pedido na carta de família da primeira metade do século XX:**

- a. **Pedido no começo (exordium) da missiva:** Mercês || Aqui em Goianna recebi hontem | sua cartinha que me deu muito | praser. || **Quando** me escrever novamente | (**si ainda houver tempo**) **diga** si | Foi por doente que a Noemia foi | para o interior de Minas. (CF32)
- b. **Pedido no meio (narratio) da missiva:** **Se não lhe custar** | um sacrificio acima do | que for possivel **veja** se | e acertado mandar logo os | meus troços porque eu | agora tenho que entregar | esta casa porque acaba-se | o contracto e vou ficar | mesmo com uma casa | completamente vazia. (CF39)
- c. **Pedido no final (peroratio) da missiva:** **Da** uma busca na gaveta de minha se-| cretaria e n'uma pasta (a menor) de papeu | carta que costumava estar na mês de | centro do meu gabinete e me manda | todos os recibos e papeis da "Sul America". || Há na pasta e na gaveta, apolices reci-| bos, um contrato de emprestimo etc. Manda | tudo que achares. Eu deixei ahi duas | pastas, a menor e a que tem os papaeis e do- | cumentos a que me refiro. (CF37)

Relativo aos modos tradicionais de pedir, os interlocutores das cartas de família da primeira e segunda metades do século XX utilizam-se de expressões do modo subjuntivo para indicar possibilidade de realizar a tarefa ou favor que o remetente deseja e, ao mesmo tempo, usam verbos no imperativo para indicar a tarefa ou favor que deseja ou dar as instruções para o destinatário realizá-las. Observem-se os exemplos abaixo:

(39) **Expressões formulaicas de pedido na carta de família da segunda metade do século XX:**

- a. Tio J. **entregue** este Bilhete | Para madrinha S. (CF57)
- b. **nunca se esquece** de mim | meu filho (CF56)
- c. A mãe | é que anda muito doente devido aos pro- | blemas que *Você* já conhece, **ela manda** lem- | branças à todos e pede o endereço de Tio (CF58)
- d. [**se**] **der** lembrança para *lia* | **fala** para ela que eu ainda estou vivo | **fala** para ela escrever para min. | madrinha E. **manda** muita | lembrança para Senhora (CF59)

Como já comentado, o *peroratio* da carta é formado pela conclusão, seguido da assinatura (*subscrito*). Segundo Castilho da Costa (2012), o *peroratio* pode contar com um apelo às emoções (solidariedade, indignação) e com um *recapitulatio* (ou recapitulação), que seria um resumo do que foi apresentado. Passemos, então, a observar as expressões de despedida e assinatura das cartas de amigo e de família do século XX:

(40) **Expressões de despedida e assinatura (fechamento) da carta de amigo da primeira metade do século XX:**

- a. *Você* quando se resolve a dar um passeio até o Recife? Não preciso | lhe repetir que estarei sempre ansioso de acolhel-o. || **Por hoje só**. Vamos a ver si *Você* agora me escreve: **Abrace com affecto e gratidão o || M. Sete** (CA17)
- b. **Um abraço emotivo para todos os teus. Para a tua querida | pessoa, a alma entristecida mas sempre amiga do || teu** [inint.] corde || Rio, 24 de Julho de 1930. || **Lourival** || [endereço] (CA16)
- c. Cada passo encurta o caminho do tu-|mulu. Console-se com a visão e com a| esperança do seio bem aventurado da| natureza, do repouso eterno! [fol. 2v] || Para ora [inint.] do aconchego acolhe-|dor, leal e bem [inint.] da família - da| esposa e dos filhos que são os unicos| amigos de *Você*. || **Que Deus abençoe a todos!** || **São os votos pollidos do pequeno amigo. || Aurelio Domingues** || Recife, 18-12-919 (CA14)

Os exemplos acima expõem a expressividade dos modos tradicionais de dizer atuando a partir de elementos linguísticos que indiquem proximidade comunicativa, como: “por hoje só”, “Abrace com affecto e gratidão”, em (40a); “Um abraço emotivo para todos os teus”, em (40b) e, por fim, a expressão interjetiva como apelo emocional “Que Deus abençoe a todos!”, em (40c). Ao analisarmos as missivas, observamos que o assunto e o modo tradicional de assinar dos diferentes missivistas podem dar pistas sobre o grau de intimidade entre os interlocutores.

De igual maneira, nas cartas acima, também observamos que os correspondentes seguem (de forma não consciente) regras tradicionais de interação, por exemplo, a missiva (41a) tenta ser descontraída e humorada (*agrément*, cf. SCHRONDER, 2007) para não entediar o destinatário, e, na missiva (40c), o missivista segue a regra de não falar tanto de si para exaltar, confortar ou elogiar o

destinatário (*bieséance*, cf. *ibid.*). A missiva, a seguir, destinada a Arnaldo Guedes, segue a regra interacional de não preocupar o amigo com importunações ou problemas (*retenue*, cf. *ibid.*):

(41) **Expressões tradicionais de despedida e assinatura (fechamento) da carta de amigo da primeira metade do século XIX:**

[...] Arnaldo! **Abusei** de ti, | E só agora é que eu vi, | Eu não tinha este direito | **Por isso peço perdão**, | Eu tinha bôa intenção, | O que me faltou foi geito... || Folgo muito em te mandar, | quando estou a terminar | Esta carta tão modesta, | (P'ra que não fiques zangado) | Um beijo muito apertado | E um grande abraço na testa. **Caramuru** (CA15)

Nessa mesma carta de teor poético, há um *Post scriptum*, o único que encontramos em todas as missivas analisadas:

(42) *Post scriptum*: [...] **P.S.**: Se eu que não sou poeta, | Não deixei a Lyra quieta, | Em missiva tão custosa, | Julgo ser de teu dever. | Se algum dia responder. | Não fazel-o nunca em prosa. (CA15)

Os modos tradicionais de dizer no *peroratio* ou *conclusio* encontrados nas cartas de amigo da segunda metade do século XX são:

(43) **Expressões tradicionais de despedida e assinatura (fechamento) da carta de amigo da segunda metade do século XX:**

- a. [...] **Receba, meu caro** Gilberto, com Dona Madalena | **os meus cumprimentos** e de Maria da Penha | e o **testemunho da minha afetuosa admiração**. || Jordão Emerenciano. (CA20)
- b. [...] **Termino com beijo e abraço** | da amiga G. (CA21)
- c. [...] **Com um abraço forte**, para Voce e os demais | amigos, Uchôa o general [ate], **assigna-lhe, seu do coração**. [espaço] **Ascenso Ferreira**. Obs: meu endereço é. [endereço] (CA18)

As expressões destacadas acima são da carta de amigo da segunda metade do século XX. Não diferente das outras cartas de amigo e de família dos séculos XIX e XX, possuem grande emotividade e seguem as regras interacionais da carta pessoal. É preciso deixarmos claro que essas regras são inconscientes, arquivadas na memória social através de textos já escritos e lidos, modos de dizer como em: (43a): “[...] o testemunho da minha afetuosa admiração”. Mais uma vez, temos, em (43b) e (43c)), expressões que indicam uma comunicação próxima do face a face como em “Termino com um beijo e abraço[...]” e em “Com um abraço forte[...]”, respectivamente.

Dando prosseguimento, as expressões tradicionais de despedida e assinatura na carta de família parecem indicar uma maior intimidade entre os interlocutores, sobretudo, devido ao frequente uso de assinar apenas o primeiro nome ou apenas o apelido do missivista, como em (44 I (a) e (c)) e (44 II):

(44) **Expressões tradicionais de despedida e assinatura (fechamento) da carta de família da segunda metade do século XX:**

I. Despedida entre irmãs:

- a. 1 **abraço saudoso** e | as meninas a | **mana**. || **Elvira**. (CF13)
- b. **Recomendações** a Dr. Orlando. Abraço [nas] | meninas a João e a si da || **sua mana** || **Elvira Fragoso**. (CF06)
- c. Aceite de Emilia as mais verdadeiras | **expressões de sentimento e dor** pelo seo esta- |do, **um abraço** em todos seus **filhinhos** e | me escreva já. **Sua irmã e amiga** || **Ardimilra** (CF07)

II. Despedida de filho(a) para os pais (mãe ou pai):

- a. **com saudosos abraços** meus e **Doutor Antonio**. **Os beijinhos de** [inint.] para | todos **Vocês** || **Biluca**. (CF30)
- b. **Aqui termino** enviando para todos **Vocês** um **apertadíssimo** | **abraço**, e para **Você** um **abraço especial** do **filho** que | sempre a quiz muito bem , **Breno**. (CF54)
- c. o **filho** que **muito** os quer bem || **Breno** (CF52)
- d. **Aqui fica** o **filho** amigo que **sempre** os quiz muito bem, **Breno** (CF55)

Ademais, os exemplos de fechamento acima possuem expressões linguísticas recorrentes que indicam uma comunicação de proximidade entre os interlocutores, como: “Aqui fica”, “apertadíssimo abraço”, “Aqui termino”. Na despedida dessas missivas, também há recomendações, sentimentos de empatia, dor, alegria, prazer, saudade que contribuem para a expressividade de emoções. Nesse mesmo viés, as expressões tradicionais de despedida e assinatura da segunda metade do século XX nas cartas de família estão presentes nas cartas mais longas e nas menores e ainda apresentam no fechamento desejos e lembranças aos familiares. Há também a presença de possessivos, adjetivos e advérbios intensificando a expressividade da missiva e expressões como “Finalizo esta carta”, “Vou terminando por falta de assunto”, que é mais uma marca da proximidade comunicativa.

As duas cartas da missivista B. que constam em nosso *corpus*, a remetente da missiva encerra a carta com a expressão “Por falta de assunto”:

(45) **Expressões tradicionais de despedida e assinatura (fechamento) da carta de família da segunda metade do século XX:**

aqui eu vou terminando | **Por falta de asunto deixando um abraço** | Para madrinha A. madrinha B. | muita lembrança Para o P. e S. | um abraço Para o Senhor | A minha mulher manda muita lembrança | Para o senho e dona V. e as minhas | Tias que ela não conhece. || mãe manda um abraço Para o senhor | e V. e a dona Z. || Para S. || **Embreve nois mandamos carta novamente | mande resposta Para nois** | [fol. 2v] Tio eu Tenho serteza que Se eu | ganha de Veriado eu Vou logo | Em Pernambuco. || **Aqui eu Termino com um forte | Abraço Para Todos** || **Assina-se B.** (CF57)

Vale referirmos aqui que a expressão “por falta de assunto” é recorrente nas missivas em geral e parece ser um recurso com a finalidade de cumprir o *retenué* (não querer preocupar ou enfadar o interlocutor), regra tradicional de interação das cartas pessoais.

3. Conclusão

Através da análise dos modos recorrentes de dizer nas cartas de amigo e de família do século XIX e XX, observamos a implicação emocional atuando na intimidade entre os interlocutores para o estabelecimento da amizade (CASTILHO DA COSTA, 2012). Assim, o uso de expressões recorrentes da carta pessoal se apresentou nos dois subgêneros da missiva e nos dois séculos. Além disso, verificamos que esse uso oscila de missivista para missivista e também depende de com quem se fala, do objetivo da carta e da assimetria ou simetria no relacionamento construído entre os correspondentes.

Nesse sentido, o estabelecimento da amizade tem papel fundamental entre o tempo de escrita e a espera de resposta; por isso, vimo-lo a todo o momento atuando desde a abertura ou saudação, na captação da benevolência, no desenvolvimento do texto, na despedida e, até, nas expressões que precedem a assinatura. Isso demonstra que é o estabelecimento da amizade (ou *amicita*), através de elementos linguísticos que envolvem o correspondente e o mantém em uma relação de intimidade, que atua na proximidade comunicativa nas cartas pessoais. A manutenção de relação de intimidade e de proximidade comunicativa é concretizada a partir do cumprimento da regra interacional tradicional em responder a carta recebida. Portanto, a resposta é esperada e, com isso, o missivista deseja não apenas ter sido lido, mas correspondido em todos os sentidos desta palavra.

Ademais, vale referirmos que, para trabalhos futuros, esperamos não só ampliar os *corpora* de Pernambuco (incluindo os subgêneros: cartas de amigo, cartas de família e cartas de amor), mas também replicar a nossa opção teórico-metodológica aos novos achados, a fim de mapearmos as marcas tradicionais de dizer e suas implicações no estabelecimentos das relações à distância e aproximadas através da carta pessoal, tendo sempre em mente como o gênero carta pessoal, ao longo do tempo, evoca e atualiza tradições na história do texto e da língua.

Sobre a história da língua, em particular, ampliar o universo das cartas pessoais será crucial para uma maior compreensão de fenômenos linguísticos que emergem de contextos espontâneos de uso da língua (sobretudo, quando observadas cartas em que relações mais simétricas são verificadas). Nesse sentido, essas cartas, ao lado de outros gêneros como as peças de teatro amplamente analisadas em estudos diacrônicos, servem como um excelente expediente na constituição de *corpora* significativos baseados em registros mais próximos da oralidade ao longo das épocas⁷.

⁷ Agradecemos ao parecerista *ad hoc* pelos apontamentos feitos relativos à contribuição do trabalho com as cartas pessoais para os estudos históricos da língua.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi financiada com uma bolsa de estudos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

ANDRADE; C. V. O.; GOMES, V. S. *História do Português Brasileiro: Tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos*. São Paulo: Contexto, 2018.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, [1953] 2003.

BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2006.

BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEEK, T. A. (Ed.). *Style in Language*. Cambridge: Massachusetts, The MIT Press, 1960. p. 253-276.

CASTILHO DA COSTA, A. Ação –Formulação –Tradição: A correspondência de Câmara Cascudo a Mário de Andrade de 1924 a 1944, entre proximidade e distância comunicativa. In: MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A (Org.). *História do português Brasileiro no Rio Grande do Norte: análise linguística e textual da correspondência de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade–1924 a 1944*. Natal: EDUFERN, 2012. p.145-181.

COSTA, E. C. C.; SILVA, C. R. T.; GOMES, V. S. Marcas da oralidade na carta pessoal: apontando traços de tradição no discurso. In: SINALGE, 4, 2017, Campina Grande. *Anais do IV SINALGE*, Campina Grande: Realize, 2017. v. 1. p. 1-12.

GOMES, V. S.; LOPES, C. R. S. Formas tratamentais em cartas escritas em Pernambuco (1869-1969): Tradição Discursiva e Sociopragmática. *Revista de Estudos da Linguagem (RELIN)*, v. 24, n. 1, p. 157-189, 2016.
DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.24.1.137-165>

GUEDES, M.; BERLINK, R. A (Eds.). *E os preços eram commodos: anúncios de jornais brasileiros século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2000.

KABATEK, J. *Os falantes como linguistas: tradición, innovación e interferencias en galego (español) actual*. Galicia: Edicions xerais, 1996.

KABATEK, J. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. In: CIAPUSCIO, G.; KONSTANZE, J.; K., D.; LOPES, C. R. S. (Eds.). *Sincronía y Diacronía de Tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt a.m.: Vervuert, 2006. p. 151-171.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. Oralidad y escrituralidad a luz de la Teoría del Lenguaje. In: KOCH, P.; OESTERREICHER, W. *Lengua Hablada en La Rumania: español, francés, italiano*. Madrid: Editorial Gredos. 2006. p. 20-42.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Métodos científicos. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 83-113.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. *Tradições Discursivas: conceito, história e aquisição*. São Paulo: Cortez, 2014.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PESSOA, M. B. *Latim II: Cartas de Cícero*. Trad. Marlos de Barros Pessoa. Recife: UFPE, 2018.

PESSOA, M. B. Da carta a outros gêneros textuais. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/LETRASFAPERJ, 2002. p. 198-205.

SCHRONDER, B. *Bildung und Briefe im 6. Jahrhundert*. Berlin: de Gruyter, 2007.

SILVA, A. G. *Os subgêneros da carta pessoal em correspondências pernambucanas do século XX*. 145f. Dissertação (Mestrado em Linguística). PPGL/UFPE, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SOUZA, J. P. F. *Mapeando a entrada do você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX*. 148f. Dissertação (Mestrado em Linguística). PGLV/UFRI, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ENSAIO TEÓRICO

Historicidade das cartas de amor: circulação de manuais epistolares portugueses no Brasil do século XIX



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Valéria Severina Gomes
(UFRPE)

- Aurea Zavam (UFC)

- Konstanze Jungbluth
(EUV)

AVALIADO POR

- Renata Ferreira Costa
Bonifácio (UFS)

- Camila de Lira Santos
(Linguarte e.V.)

SOBRE OS AUTORES

- Natanael Duarte de Azevedo
Conceptualização, Curadoria de dados, Investigação, Metodologia, Análise formal e Escrita – análise e edição.

- José Temístocles Ferreira Jr.
Curadoria de dados, Análise formal e Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 30/10/2020

- Aceito: 27/11/2020

- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Azevedo, N. D.; Ferreria Jr., J. T. (2020). Historicidade das cartas de amor: circulação de manuais epistolares portugueses no Brasil do século XIX. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 628-653, 2020.

Natanael Duarte de AZEVEDO

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

José Temístocles FERREIRA JÚNIOR

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

RESUMO

O presente ensaio sobre a historicidade das cartas de amor portuguesas busca compreender a composição do gênero carta pessoal de amor a partir de sua circulação no Brasil durante o grande século XIX: *Secretario Portuguez, ou methodo de escrever cartas* (1786), de Francisco José Freire; *Mensageiro dos Amantes: Carcaz de Fréchas Amatorias; Manual Epistolar Galante* (18--), de Damião Casamenteiro; *Secretario Completo dos Amantes* (19--), Imp. Lucas & C^a. Com essa investigação, podemos apresentar algumas contribuições para a História da Leitura e da Literatura, ancoradas no paradigma teórico das Tradições Discursivas, no que diz respeito ao gênero textual como objeto de pesquisa. Dada a natureza do trabalho, assumimos duas frentes do referencial teórico: para compreensão da carta de amor como gênero literário, nos apoiamos em Romero (1888), Barbosa (2011; 2012) e Castillo Gómez (2002); para os estudos diacrônicos do gênero, tomamos Kabatek (2005; 2012), Gomes (2007) e Zavam (2009). Com esse ensaio, identificamos que marcas composicionais da carta de amor se mantêm ao longo do recorte temporal, mesmo que haja mudanças significativas de ordens tipográficas, temáticas e de apropriação do sentido do amor.

ABSTRACT

The present essay on the historicity of Portuguese love letters aims to understand the composition of the genre personal love letter during its circulation in Brazil in the nineteenth century: *Secretario Portuguez, ou methodo de escrever cartas* (1786), by Francisco José Freire; *Mensageiro dos Amantes: Carcaz de Fréchas Amatorias; Manual Epistolar Galante* (18--), by Damião Casamenteiro; *Secretario Completo dos Amantes* (19--), Imp. Lucas & C^a. With this investigation, we intend to present some contributions to the History of Reading and Literature, anchored in the theoretical paradigm of Discursive Traditions, regarding the textual genre as an object of study. Given the nature of the work, we assume two fronts of the theoretical framework: in order to understand the love letter as a literary genre, our research is based on the studies of Romero (1888), Barbosa (2011; 2012) and Castillo Gómez (2002); for diachronic studies of the genre, we take Kabatek (2005; 2012), Gomes (2007) and Zavam (2009). We identified that compositional marks of love letters remain throughout the time even if there are significant changes in typographic, thematic orders and appropriation of the meaning of love.

PALAVRAS-CHAVE

Cartas de amor. Tradição Discursiva. História da Leitura e da Literatura. Análise de gêneros escritos.

KEYWORDS

Love letters. Discursive traditions. History of Reading and Literature. Analysis of written genres.

Introdução

A produção epistolar circulou durante séculos no cenário das Belas Letras, sendo sua presença evidenciada nos séculos XVII, XVIII e XIX, na França, na Inglaterra, na Espanha, em Portugal, até chegar no Brasil, em oitocentos. Vale destacar que na Espanha, por exemplo, a circulação de manuais epistolares em meados do século XVI e início do XVII era considerada um sucesso através de edições e reedições, promovendo uma determinada política de escritura (CASTILLO GÓMEZ, 2002).

A cultura da escrita de missivas no grande século XIX¹ tinha grande circulação nos suportes livro e jornal, tendo neste último, por seu caráter heteróclito e multifacetado, um porto de ancoragem para o gênero epistolar e, justamente por sua recorrente presença no impresso, tornou-se “um dos gêneros fundadores da escrita em jornais e periódicos” (BARBOSA, 2012, p. 332). Por essa razão, o gênero carta foi tomado como objeto de investigação em pesquisas desenvolvidas no campo da Historiografia da Literatura.

O caráter histórico e as particularidades observáveis em sua escrita fazem do gênero carta um bem simbólico e, ainda assim, é um tema pouco explorado no campo da literatura. Naturalmente, tomar o gênero carta como objeto de investigação em um campo que não o considera como integrante do cânone demanda implicações de ordem teórico-metodológicas e epistemológicas para o investigador. Nesse aspecto, cabe ressaltar algumas observações feitas por Chartier (1991, p. 178), que destaca a organização do seu trabalho na história da literatura em torno de três polos: a) o estudo crítico dos textos, literários ou não, canônicos ou esquecidos; b) a história dos livros e de todos os objetos que contêm a comunicação do escrito; c) a análise das práticas que se apreendem dos bens simbólicos, produzindo, assim, usos e significações diferenciadas.

Por outro lado, no campo da Linguística, alguns trabalhos ganham corpo no Brasil, a partir da década de 1990, através do paradigma das Tradições Discursivas (doravante TD), levando em consideração a análise por meio de conceitos variados, que vão dos aspectos linguístico-discursivos ao arcabouço epistemológico dos estudos diacrônicos do texto (CARVALHO; ZAVAM, 2018).

Em relação às TD, o foco de nossa análise será a partir dos estudos diacrônicos do texto e não entraremos nas discussões que tomam as TD como sinonímia, ou, novo modo de dizer, de gêneros textuais.

Em diferentes trabalhos, ambos os termos são equiparados a tal ponto, que, às vezes, parece que a tradição dos estudos de gênero é renovada com um termo novo em aparente inovação que, na realidade, não é mais do que vinho velho em odres novos. (KABATEK, 2012, p. 580).

Nesse sentido, nosso estudo busca compreender como as cartas de amor, enquanto gênero textual que circulou nos manuais epistolares portugueses, no território brasileiro de oitocentos, podem ser analisadas a partir de pressupostos metodológicos emprestados das TD, mas não como uma pura tradição discursiva. Dessa forma, como bem pontuou Kabatek (2012, p. 587), “todos os gêneros são tradições discursivas, mas nem todas as tradições discursivas são gêneros”.

Interessa-nos para análise, em especial, o gênero carta pessoal de amor, uma vez que, ao reconhecer a pluralidade temática da carta, é necessário estabelecer um recorte para construção de nosso *corpus*, composto por 14 cartas de amor. Vale destacar que quando analisamos as cartas de amor é preciso perceber as recorrências de expressões que buscam construir a representação de sentimentos ternos. Por meio da temática amorosa, esses manuais epistolares ganharam destaque de divulgação nas livrarias e nos jornais brasileiros de oitocentos, principalmente após as décadas de 1880 e 1890 (EL FAR, 2004). Uma possível razão é a sua multiplicidade de temas e o seu caráter

¹ Também chamado “longo século XIX”, compreende o período de 1776 a 1914 (HOBSBAWM, 1988).

intimista, fazendo com que a carta de amor ganhasse destaque no cenário literário amoroso e *vo-yeurístico* das Belas Letras finisseculares (LAJOLO, 2002).

A escolha por esse gênero carta se deu pela grande circulação que ele teve no Brasil do século XIX (EL FAR, 2004), e também pela possibilidade de apreendermos a representação que ele traz do amor, uma vez que as cartas de amor são modelos da literatura cortês – da arte de cortejar o amor da mulher pretendida.

É importante compreender, que a *priori*, o gênero epistolar não era visto como uma das representações da literatura no século XIX, e isso se dava porque a erudição e os modelos importados da Europa moldavam o padrão brasileiro conceitual de literatura: “[...] até o fim do século XIX o que parece ser Literatura são textos que mantêm certo caráter didático, aquele antigo, que englobava a eloquência, a poesia, a história, a crítica e também as ciências” (BARBOSA, 2005, p. 6).

Logo, assim como as epístolas de modo geral, as cartas de amor não continham as características necessárias para serem consideradas representantes da arte do escrever. Nesse sentido, as cartas que possuíam em sua mais intensa forma uma composição amorosa e subjetiva se eximiam das obrigatoriedades de ter de referenciar a poesia, a história ou a ciência. O conteúdo primordial encontrado nas cartas de amor no século XIX era o sentimento amoroso e todas as intempéries e infortúnios, aos quais o indivíduo poderia subjugar-se.

A arte de escrever cartas também mantém uma estreita relação com a materialidade do suporte em que circulavam. Esse olhar cuidadoso para o suporte se deve ao fato de que ele pode influenciar, determinando e/ou modificando, em alguns casos, os gêneros e os modos de ler (CHARTIER, 1998), incidindo na produção de sentido e nos modos de interpretação em uma dada época. Assim, não basta ao texto literário existir, pois ele é materializado pelo sentido empreendido pelo sujeito leitor; é preciso considerar sua relação com o suporte em que circula. Em outros termos, a apropriação do livro pelo leitor será responsável por toda representação de sentido da obra e da sociedade na qual ela foi lida.

É no jogo fronteiro entre a representação do amor e as marcas composicionais da carta de amor que propomos uma investigação que contribua tanto para os estudos da História da Leitura e da Literatura como das Tradições Discursivas, uma vez que buscamos compreender a composição do gênero carta pessoal de amor, através dos manuais epistolares, bem como identificar se há ou não mudanças significativas de ordens tipográficas, temáticas e de apropriação do sentido do amor numa perspectiva diacrônica, pois é no questionamento sobre o sujeito leitor e suas práticas de leitura que entendemos a necessidade de uma contextualização física, espacial e temporal para poder fazer significar um determinado texto.

1. Dos manuais epistolares e das cartas de amor: composição e conceitos

De forma recorrente, o conteúdo temático das cartas de amor no grande século XIX se voltava para a mulher e, nesse sentido, a representação da mulher nas cartas de amor era feita por um viés estigmatizado do sentimento, visto que se observa nos manuais epistolares portugueses que circularam no Brasil oitocentista a figura da amada caracterizada no imaginário coletivo como pura, casta, frágil e inocente. Percebemos uma preocupação maior em descrever as formas que o amor possui, ou seja, os caminhos de validação do sentimento por parte do amante (embora também haja uma exaltação divina ao sentimento). De fato, não há foco nos sintomas que acometem os apaixonados e sim nas intempéries que terão de ser superadas para que o indivíduo se mostre digno do amor, e esse comportamento equivale para ambos os sexos.

O amor permite que o sujeito faça qualquer coisa para manter a pessoa amada, mesmo que à custa de muito sofrimento. Nas cartas de amor, mostrar-se cavalheiresco e digno parece ser uma estratégia recorrente de representação dos sentimentos do homem para conquistar a mulher amada. Esse aspecto constitui uma apropriação da representação do amor cortês nas poesias medievais. Conforme C. S Lewis:

[...] o sentimento, é claro, é de amor, cujas características podem ser enumeradas como Humildade, Cortesia, Adulterio e a religião do amor. O amante é sempre servil. O atendimento aos menores caprichos da donzela, por mais extravagantes, e a aquiescência silenciosa de suas censuras, por mais injustas, são as únicas virtudes que ele ousa reivindicar. (LEWIS, 2012 p. 14).

Nesse sentido, temos uma representação de amor como sacrifício em forma de concessão, pois o amante é capaz de submeter-se aos maiores atos de injustiças para ver a amada contente. É importante apontar que tanto em Lewis como em Ovídio as prerrogativas aparecem do ponto de vista masculino, mas nos *Secretarios* e manuais epistolares, as definições e padrões servem para ambos os sexos. Uma coisa é certa nos três conceitos propostos por Lewis (2012): amor é subserviência, e esse comportamento necessitará de empenho e renúncia da parte de quem ama.

Destacamos, entretanto, que é no século XVIII, na história da literatura, em um período de significativas mudanças de organização social, que as cartas de amor também apresentam uma outra configuração diferente do amor terno e casto. Os romances epistolares eróticos surgem com elevado destaque. Podemos citar alguns exemplos, como os romances epistolares libertinos da arte de amar e da arte de gozar: *Teresa filósofa ou Memórias para servir à história do Padre Dirrag e da Senhorita Éradice* (1748), de Jean-Baptiste de Boyer/Marquês d'Argens (França); *Fanny Hill ou Memórias de uma mulher de prazer* (1749), de John Cleland (Inglaterra); *As relações perigosas* (1782), de Choderlos de Laclos (França). Vale destacar que, como bem pontuou o crítico literário brasileiro Sílvio Romero, o século XVIII não foi “um grande século somente na Europa; ele o é também na América. É a fase da preparação das colônias para a vida livre, é o tempo das primeiras tentativas de libertação no continente” (ROMERO, 1888, p. 187).

Nesse sentido, precisamos demarcar temporalmente e geograficamente os nossos objetos de análise: manuais epistolares portugueses que circularam no Brasil durante o longo século XIX. Os estudos desenvolvidos acerca das cartas necessitam de uma compreensão acerca da função social que esse gênero exerceu na sociedade luso-brasileira do século XIX, do lugar assumido por ele no mercado editorial, da caracterização física dos livros (secretários e manuais epistolares) que continham tais cartas e da representação que as missivas produzem acerca do amor.

Para tanto, iremos nos apoiar nas considerações de Alain Choppin (2002), no que tange à produção dos manuais como reveladores do perfil de uma sociedade e do caráter transformador que esses manuais exerceram nos leitores:

[...] os autores de manuais não pretendem somente descrever a sociedade, mas também transformá-la [...] Se um livro de classe é necessariamente redutor, as escolhas que são operadas por seus idealizadores tanto nos fatos como na sua apresentação (estrutura, paginação, tipografia, etc.) não são neutras, e os silêncios são também bem reveladores: existe dos manuais uma leitura em negativo! (CHOPPIN, 2002, p. 22).

Para além do lugar assumido pelos autores, editores e tipógrafos dos manuais epistolares, em relação ao papel instrutivo e transformador, é importante destacar que há na produção das cartas uma relação dual, dialógica, de um eu para um outro, uma vez que a missiva revela “uma estética da sedução, concebida tanto como busca de si como conquista do outro” (RIAUEDEL, 2000, p. 95).

Barbosa (2011) vê que no caso da circulação desses manuais no território brasileiro em oitocentos, principalmente as obras oriundas de Portugal, há a hipótese de que a circulação e a popularidade desses livros no país se deram a partir da segunda metade do século XIX: “[os secretários e manuais] deixam de pertencer ao gênero dos manuais de civilidade, destinados à educação dos membros das classes abastadas, fato que garantia aos seus autores o status de ‘agentes’ deste processo e passam a constituir fórmulas gastas, ‘utilíssimo a todas as classes’” (BARBOSA, 2011, p. 81).

2. O *Secretario Portuguez*, o *Mensageiro dos Amantes* e o *Secretario Completo dos Amantes*: erudição e perfeições do secretário

O *Secretario Portuguez, ou methodo de escrever cartas* (1786), de Francisco José Freire, é um manual que consiste na disseminação da prática epistolar, sendo composto por códigos regrados que orientavam a escrita de missivas. Nesse sentido, torna-se válido construir uma linha temporal sobre a produção epistolar, uma vez que é notável a refiguração dos *Secretarios* ao longo do tempo, bem como a necessidade do funcionamento de uma dada sociedade a partir das práticas epistolares.

A primeira edição do *Secretario Portuguez, ou methodo de escrever cartas* aconteceu em Lisboa, pelas Oficinas de Antonio Izidoro da Fonseca em 1745, e a última, segundo hipóteses historiográficas,

ocorreu em 1823. Já a segunda edição, publicada em 1746, foi o livro de maior circulação do Brasil no século XVIII, conforme Araújo (1999). Fato que contribuiu para tal circulação nesse período foi o desenvolvimento tardio da prática epistolar em Portugal, pois as primeiras práticas missivas eram voltadas aos secretários, visto que essas pessoas continham o status de letrados, o que representava bons exemplos de civilidade. Aqui nós trabalhamos com a quinta edição, publicada em 1786, em Lisboa, conforme Figura 1 abaixo:



FIGURA 1 – Capa da quinta edição do *Secretario Portuguez*
Fonte: Freire (1786)

Esse caráter de civilidade e instrução não foi inaugurado por Francisco José Freire, também conhecido como Candido Lusitano. É possível encontrar tal característica no primeiro manual de civilidade português de grande circulação, *Corte na Aldeia* (1619), de Francisco Rodrigues Lobo. Tal sucesso é explicado, segundo Chartier (2004), por dois elementos editoriais: a) ter sido publicado em latim, o que caracterizou uma unificação da civilidade na Europa Ocidental; b) tradução e adaptação às línguas genuínas com fins didáticos.

A exemplo disso, percebemos em *Cândido Lusitano* alguns mecanismos de leitura os quais Hansen (2008) compreende como instrumentos de leitura histórica discursiva. Portanto, dada a noção de autoridade do letrado é atrelada aos seus escritos uma grande significação, o que explica a circulação densa e duradoura dos *Secretários e Manuais de Civilidade*:

Naõ ha cousa commum como o escrever Cartas: e com tudo naõ he cousa commum o sabellas compor. [...] Para isto valem-se de preceitos, e de exemplos, os quaes, por serem muitos, (pois são muitas as diversidades de Cartas) mais servem a alguns para lhes confundir, que para lhes illustrar o entendimento. (FREIRE, 1786, p. VII)

O *Secretario Portuguez*, ou *methodo de escrever cartas*, aqui analisado, é composto por três momentos:

- Instrução Preliminar: nesse momento é colocada em questão a construção de um secretário de qualidade, o qual precisa corresponder aos bons modelos de cartas utilizadas para ilustrar inúmeras situacionalidades.
- Modelos de cartas: aqui há, segundo o editor, uma maior quantidade de cartas relacionadas ao comércio.
- Suplemento: por fim, há uma ampliação de temas relacionados ao comércio a partir de um Tratado sobre teoria/prática do comércio.

Nesse contexto, observa-se o principal endereçamento da obra, ou seja, a comunidade leitora à qual a escrita do *Secretario* estava atrelada, visto que no primeiro momento a obra é dirigida ao secretário, esperando deste que reproduza os bons costumes.

Houve hum subtil engenho, que disse que a Arte de escrever ensina hum maravilhoso segredo, o qual he, de pintar a palavra, fallar aos olhos, e dar côr, e alma aos pensamentos. Se isto convem a qualquer Escrito, quanto melhor convirá ás Cartas, por meio da quaes se explicaõ, e manifestaõ os conceitos dos ausentes? (FREIRE, 1786, p. XXVI)

Já os suplementos são propostos aos homens do comércio, apesar de tais não constituírem, na maioria das vezes, uma classe letrada. Essa relação da produção das missivas é sugerida por Barbosa (2011):

Por isso, o modelo pronto de várias cartas sobre os mais variados assuntos concernentes ao comércio. Tal fato se justifica porque o comerciante ou aquele que exerce estas funções não são exigidas posições que representem a posição de letrado, com capacidade de ornar as matérias a partir do engenho. (BARBOSA, 2011, p. 95)

Ademais, o *Secretario Portuquez, ou methodo de escrever cartas* arrola inúmeras tipologias de missivas, por meio da retórica, de cunho: i) judicial: desculpa, lamúria e defesa; ii) demonstrativa: felicitações, advertência, louvor, agradecimento, oferecimento; iii) deliberativa: condolências, indicação, boas festas, conforto, exortação e conselho.

Além das várias construções de cartas-modelo, o *Secretario* apresenta relações de situacionalidades, a depender das formas de representação da escrita, bem como do destinatário e emissor do texto.

Os modelos e as circunstâncias da escrita epistolar tradicional estão longe, portanto, de serem adequadas a pessoas comuns ou às práticas sociais mais corriqueiras, visto que supõem sempre um alto grau de formalidade. (BARBOSA, 2011, p. 97)

Entretanto, ao longo das décadas os manuais foram adquirindo características distintas, visto que é retirado deles, no século XIX, o proposto didático. Por conseguinte, os manuais começam a ser apropriados por um público-alvo heterogêneo e popularizado.

Nesse sentido não podiam faltar modelos de cartas de galanteio, além de indicações em relação à erudição, sobre as perfeições do trabalho de um secretário na produção de tais cartas de amor. Mesmo o número de cartas de amor, ou com um caráter de galanteio, sendo bem reduzido no manual, o autor traz um destaque acerca da preocupação do secretário com a *ars dictaminis*, ou seja, uma prática de retórica antiga (medieval) de escrita de cartas.

O Secretario deve em mutas cousas ser geral, principalmente na invenção, a qual com elegante descobrimento de Figuras veste os conceitos despidos de todo o adorno Rhetorico. Por exemplo: Eu vos amo. A invenção faz-se por tres modos: ou eh facil, ou profunda, ou ornada. O primeiro modo deriva-se dos Lugares, que se chamaõ proximos: [...] os vossos predicados me estimulaõ a amar-vos. O segundo deriva-se das causas, assim proximas, como remotas: e sempre com magnificencia usa de hum pomposo ornato de palavras graves: como: *Enriqueceo-vos o Cco com taõ raros dotes, que movem a todos, para vos amar, e mui particularmente a mim, que tendo mais distincto conhecimento delles, lhes faria huma notavel injuria se com a grandeza delles não igualasse a do meu affecto.* Deste modo se ajuntaraõ as cousas, que geraõ o amor. A invenção ornada toda consiste nos elegantes ornatos, que a vestem v.g.² *Como os Vossos olhos vencem em luz as Estrellas, assim tambem saõ hum vivo argumento da vossa formosura, e do meu amor.* (FREIRE, 1786, p. XXVI-XXVII – grifos do autor)

Nessa perspectiva, vale contextualizar as noções moralizantes e puritanistas que embasavam os valores éticos da sociedade oitocentista. Esse fato justifica a grande produção e circulação dos manuais epistolares com modelos de carta de amor, pois, devido às estigmatizações sociais, os/as jovens encontravam uma forma discreta de galanteio.

O *Mensageiro dos Amantes: Carcaz de Fréchas Amatorias; Manual Epistolar Galante*, por Damião Casamenteiro, pretende apresentar em suas páginas preceitos teóricos e exemplos práticos de galanteio na tentativa de alcançar um feliz casamento.

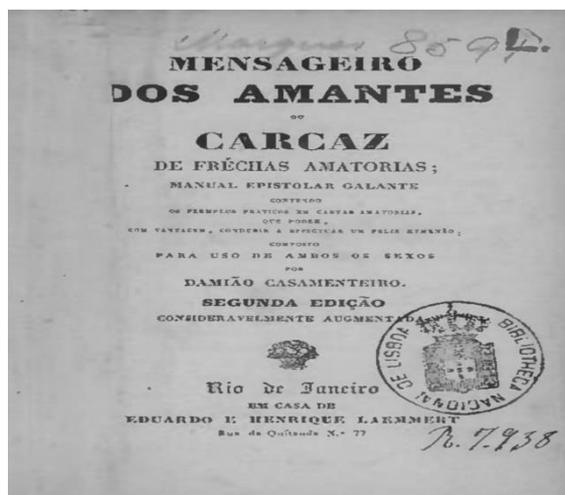


FIGURA 2 – Capa do Mensageiro dos Amantes: Carcaz de Fréchas Amatorias; Manual Epistolar Galante
Fonte: Casamenteiro (18--)

² Abreviatura do latim *verbi gratia* [por exemplo]. In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2008-2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/vg>. Acessado em: 27/10/2020.

O *Mensageiro dos Amantes: Carcaz de Fréchas Amatorias; Manual Epistolar Galante*, com sua 2ª edição impressa no Rio de Janeiro, pela Casa de E. & H. Laemmert em 18-- , atribuído de forma jocosa a Damião Casamenteiro, é dividido em duas partes:

- Primeira parte: Prefácio, modelos de cartas de amor (105 cartas) e um Apêndice (advertência dos editores) sobre a publicação no prelo das cartas de Napoleão e Josephina. Não fica claro se a tipografia dispunha de uma versão ampliada para venda ou se as cartas traduzidas do original são as que estão publicadas no manual.
- Segunda parte: Cartas de Napoleão a Josephina, traduzidas do francês (21 cartas).

Por fim, apresentamos o *Secretario Completo dos Amantes* (19--), impresso em Lisboa pela Livraria Barateira, Imp. Lucas & C.^a, um manual que apresenta modelos de cartas de declaração de amor e respostas.

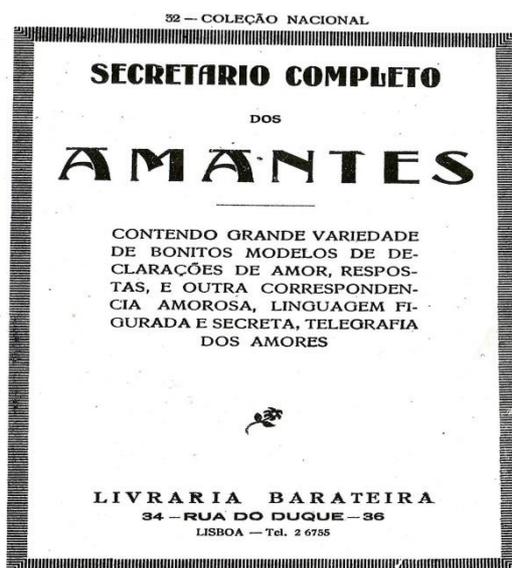


FIGURA 3 - Capa do *Secretario Completo dos Amantes*
Fonte: *Secretario Completo dos Amantes* (19--)

O *Secretario Completo dos Amantes* apresenta, além de cartas e respostas, um manual de linguagem figurada e telegrafia dos amores. Em relação a sua estrutura, esse *Secretario* é composto por três momentos:

- Linguagem das mãos: duas gravuras com as letras do alfabeto e os algarismos com a linguagem de sinais, seguido de uma explicação das gravuras, na qual destaca que para resolver os impasses que os namorados têm em trocar correspondências, através das

gravuras autoexplicativas, será possível auxiliar os enamorados por meio da “telegraphia amorosa, o que sem duvida será novidade para muitos dos nossos leitores” (*Secretario Completo dos Amantes*, 19-- , s/p).

- Introdução: representação do amor e conselhos para os leitores sobre a arte de conquistar a mulher, esclarecimentos acerca do amor, da mulher, do namoro, do casamento, além de uma apresentação sobre o perfil do matrimônio a partir da idade.
- Modelos de cartas: a primeira parte é dedicada à apresentação de cartas de declaração de amor. Destacamos que todos os modelos (16 cartas) são de enunciadores homens para enunciatárias mulheres; na segunda parte, dedicada às respostas às declarações de amor (22 cartas), temos a presença significativa de respostas das mulheres (16 modelos) e a resposta de homens às cartas que tiveram como enunciatórias as jovens enamoradas (6 cartas). Outra questão curiosa é que as cartas de declaração de amor (todas escritas por homens) são assinadas por seus enunciadores, enquanto que nas cartas de respostas (escritas em sua maioria por mulheres) apenas 12 delas são assinadas por mulheres (as demais apresentam a primeira letra do nome).

Percebemos que, diferentemente do *Secretario Portuquez*, que era uma obra dirigida, principalmente, ao secretário, no *Secretario Completo dos Amantes*, a comunidade leitora e público-alvo eram os jovens que estavam em fase de galanteio, em busca de pretendentes para um possível matrimônio.

3. Das cartas de amor: composição e análise

José Francisco Freire, em o *Secretario Portuquez*, estabelece uma regra geral para produção das cartas, exceto quando se tratar de cartas narrativas ou descritivas. Para o autor, o secretário deve considerar quatro ações obrigatórias: a) narrar um fato; b) rogar por um agradecimento ou agradecer por algo; c) oferecer préstimo ao receptor da carta; d) felicitar o enunciatário da carta.

Todas as Cartas (reservando as de narração, e descrição) se dividem em quatro periodos. No primeiro se narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça, ou respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se offerece o prestimo; e no quarto se desejaõ felicidades. (FREIRE, 1786, p. VIII)

É importante observamos que, por mais que se proponha um formulário ou um estilo da arte de escrever cartas (CASTILLO GÓMEZ, 2002), construindo assim uma proposta de cânone epistolar, por meio de fórmulas e expressões consagradas pela epistolografia portuguesa, não se garante uma

rigidez no ato de escrever, uma vez que, dependendo da natureza da carta e de seu enunciatário, tais fórmulas se moldam à finalidade da missiva.

Nesse sentido, tomamos como ponto de partida a definição da composição de carta de Freire (1786) para analisar se o gênero segue uma estrutura rígida da estrutura dos períodos (aqui considerados como ação). O recorte seguiu o que buscamos com a TD a partir dos estudos diacrônicos dos gêneros escritos. Vale destacar que nossa análise se assenta na proposta que trata o “gênero em seu percurso histórico de produção e circulação” concebendo-o “como tradição discursiva, pois esse conceito possibilita a apreensão do objeto de estudo em sua historicidade” (ZAVAM, 2009, p. 226).

A análise das 14 cartas, então, consistiu em estabelecermos uma ordem temporal de produção do impresso (1786, 18-- , 19--) a partir do que o primeiro manual caracteriza como regra de escrita epistolar. Dessa forma, as regras de Freire (1786) serviram de ponto de partida para observarmos se a reelaboração das cartas ao longo dos três séculos mantém estruturas fixas ou mutáveis. A numeração presente na análise segue a ordem da narratividade das cartas de amor. Assim, serão evidentes os possíveis deslocamentos das ações, uma vez que não há uma ordem canônica que obrigatoriamente deve ser seguida na produção das missivas. Vale destacar que, para seguirmos as regras de produção das missivas (FREIRE, 1786), foi necessário compreender a proposta teórico-metodológica para análise diacrônica e co(n)textual de gêneros³ (ZAVAM, 2009).

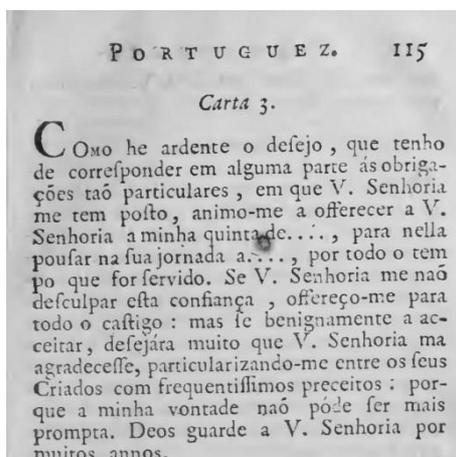


FIGURA 4 – Carta (1)⁴
Fonte: Freire (1786, p. 115)

³ Não replicaremos aqui a proposta teórico-metodológica, dada a natureza desta publicação, uma vez que deixaria o trabalho muito extenso. Por conseguinte, destacamos que analisar as cartas pelas regras de Freire (1786) só foi possível por meio da compreensão das seguintes categorias: ambiência, interlocutores, finalidade, conteúdo, norma e forma (ZAVAM, 2009).

⁴ A fim de não causar confusão entre os números nas imagens das cartas e os números nas legendas da figura, optamos por seguir uma ordem numérica nas legendas, independentemente dos números que porventura apareçam nas imagens.

Podemos perceber que em C1 (Figura 4) as quatro ações, ou os quatro períodos, encontram-se na composição da carta de amor, porém não seguem exatamente a ordem do que foi proposto por Freire (1786):

Período/Ação	Trecho da carta
1) Narrar um fato	Como he ardente o desejo, que tenho de corresponder em alguma parte ás obrigações taõ particulares, em que V. Senhoria me tem posto,
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	animo-me a offerecer a V. Senhoria a minha quinta de, para nella pousar na sua jornada a....., por todo o tempo que for servido. Se V. Senhoria me não desculpar esta confiança, offereço-me para todo o castigo:
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	mas se benignamente a acceitar, desejaria muito que V. Senhoria ma agradecesse, particularizando-me entre os seus Criados com frequentissimos preceitos: porque a minha vontade não pôde ser mais prompta.
4) Felicitar o enunciatário da carta	Deos guarde a V. Senhoria por muitos annos.

QUADRO 1 – Carta 1

Fonte: os autores

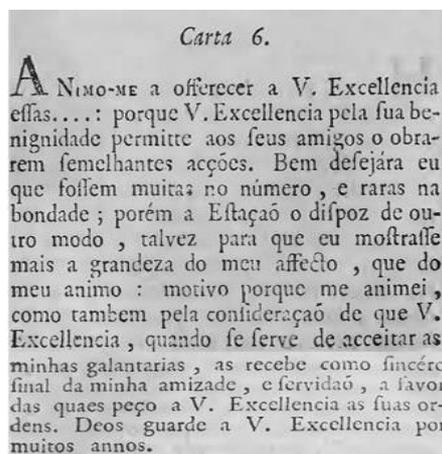


FIGURA 5 – Carta (2)

Fonte: Freire (1786, p. 116-117)

Em C2 (Figura 5) encontramos novamente as quatro ações na composição da carta, sem seguir a mesma ordem de C1:

Período/Ação	Trecho da carta
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Animo-me a offerecer a V. Excellencia essas....:
1) Narrar um fato	porque V. Excellencia pela sua benignidade permite aos seus amigos o obrarem semelhantes acções. Bem desejava eu que fossem muitas no número, e raras na bondade; porém a Estação o dispoz de outro modo, talvez para que eu mostrasse mais grandeza do meu affecto, que do me meu animo:
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	motivo porque me animei, como tambem pela consideração de que V. Excellencia, quando se serve de acceitar as minhas galantarias, as recebe como sincero final da minha amizade, e servidaõ, a favor das quaes peço a V. Excellencia as suas ordens.
4) Felicitar o enunciatário da carta	Deos guarde a V. Excellencia por muitos annos.

QUADRO 2 – Carta 2

Fonte: os autores

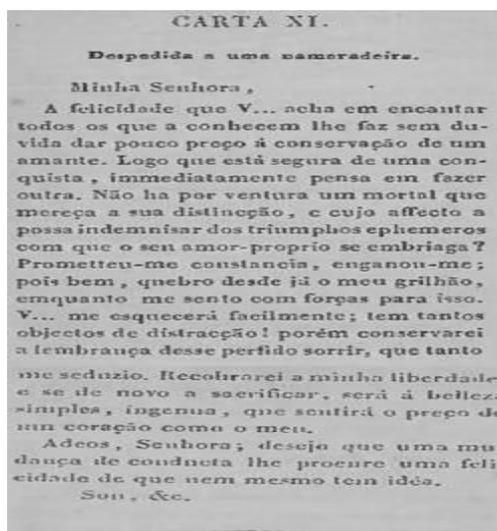


FIGURA 6 – Carta (3)
 Fonte: Casamenteiro (18-- , p. 33-34)

Em C3 (Figura 6) identificamos três das quatro ações e acrescentamos uma nova ação na composição da carta. Para mantermos a ordem da identificação das ações, conforme as transcrições, seguiremos nos quadros seguintes a alternativa de apresentar a ação de composição e marcar como “Não identificado”⁵:

Período/Ação	Trecho da carta
1) Narrar um fato	A felicidade que V... acha em encantar todos os que a conhece lhe faz sem duvida dar pouco preço á conservação de um amante. Logo que está segura de uma conquista, immediatamente pensa em fazer outra. Não ha por ventura um mortal que mereça a sua distincção, e cujo affeto a possa indemnisar dos triumphos ephemeros com que o seu amor-proprio se embriaga? Prometteu-me constancia, enganou-me
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	Não foi identificado
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Não foi identificado
4) Felicitar o enunciatário da carta	desejo que uma mudança de conducta lhe procure uma felicidade de que nem mesmo tem idéa.
*Encerrar o relacionamento	quebro desde já o meu grilhão, emquanto me sento com forças para isso. V... me esquecerá facilmente; tem tantos objectos de distração! porém conservarei a lembrança desse perfido sorrir, que tanto me seduzio. Recobrarei a minha liberdade, e se de novo a sacrificar, será á belleza simples, ingenua, que sentirá o preço de um coração como o meu.

QUADRO 3 – Carta 3
 Fonte: os autores

⁵ Será possível ainda em algumas cartas identificarmos novas ações, considerando a categoria de finalidade (ZAVAM, 2009). Para tanto, acrescentaremos mais uma linha no quadro que será identificada por meio de “*”, seguido do nome atribuído à finalidade.



FIGURA 6 – Carta (4)
 Fonte: Casamenteiro (18-- , p. 52-54)

Em C4 (Figura 6), entre as quatro ações apontadas, só foi possível identificar a ação de “Narrar um fato”. Além disso, identificamos uma nova ação na composição da carta:

Período/Ação	Trecho da carta
1) Narrar um fato	O seu coração sensível, a sua imaginação brilhante fazem-lhe gostar de leituras que podem ser fataes. Sem duvida que os livros que V... lê respirão a moral mais sã, pois que nada faz sem a approvação da Senhora sua mãe. Assim aconteceu a uma menina, que morreu de pena por não poder achar um esposo com as qualidades de Telemaco.
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	Não foi identificado
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Não foi identificado
4) Felicitar o enunciatário da carta	Não foi identificado
*Aconselhar	Digne-se, minha Senhora, olhar para baixo e perdoar as imperfeições que temos da natureza. Bem vê que este conselho é interessado.

QUADRO 4 – Carta 4
 Fonte: os autores



FIGURA 7 – Carta (5)
 Fonte: Casamenteiro (18-- , p. 170-171)

Em C5 (Figura 7) só encontramos, das quatro ações propostas por Freire (1786), a ação de “Narrar um fato”. Acrescentamos uma outra ação na composição da carta:

Período/Ação	Trecho da carta
1) Narrar um fato	Mil vezes me asseverastes, ó doce amiga! amares-me tão ternamente que sentirias infinito o separar-te de mim. O teu apreço tinha-se-me tornado tão agradável e necessario, que eu avallára imperdoavel crime o duvidar da sinceridade de teus sentimentos. Mas ai! A tua partida me abre os olhos e teu silencio me desengana inteiramente! Ainda memoro o dia, e com quanta dôr! esse dia para ti tão risonho e tão triste para mim, em que me abraçaste com tal jubilo, que, não cabendo elle em teu peito, transbordava-te pelos olhos! Oh! sim, tu pagaste então o ardente pranto que me lavrava as faces com uma serenidade d'aspecto que me affligio em extremo. E são essas, indifferente Cecilia, as mostras dessa amizade que tão terna parecia? Dês que me deixaste, ainda não recebi uma só carta tua! E pudeste esquecer-me assim que me perdeste de vista?
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	Não foi identificado
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Não foi identificado
4) Felicitar o enunciatário da carta	Não foi identificado
*Declarar amor	Entretanto, bem que injusta sejas para comigo, eu me confessarei, até ao ultimo suspiro, teu, &c.

QUADRO 5 – Carta 5
 Fonte: os autores

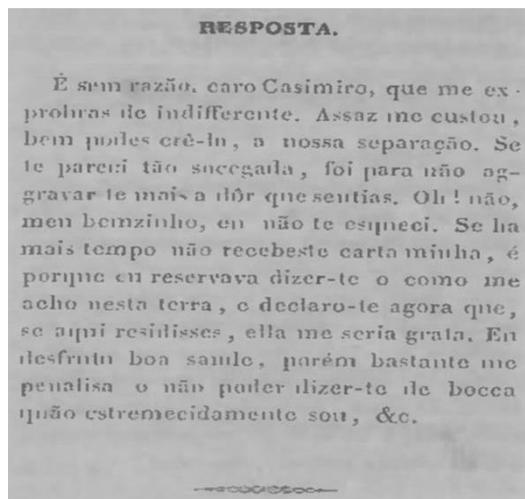


FIGURA 8 – Carta (6)
 Fonte: Casamenteiro (18-- , p. 172)

Em C6 (Figura 8), uma carta de resposta, só identificamos uma ação na composição da carta:

Período/Ação	Trecho da carta
1) Narrar um fato	Assaz me custou, bem podes crê-la, a nossa separação. Se te pareci tão socegada, foi para não agravar te mais a dôr que sentias! Oh! não, meu bemzinho, eu não te esqueci. Se ha mais tempo não recebeste carta minha, é porque eu reservava dizer-te o como me acho nesta terra, e declaro-te agora que, se aqui residisses, ella me seria grata. Eu desfruto boa saude, porém bastante me penalisa o não poder dizer-te de bocca quão estremecidamente sou, &c.
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	Não foi identificado
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Não foi identificado
4) Felicitar o enunciatário da carta	Não foi identificado

QUADRO 6 – Carta 6
 Fonte: os autores

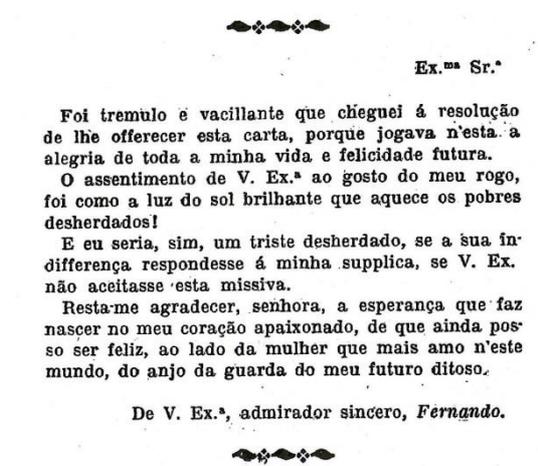


FIGURA 9 – Carta (7)
 Fonte: *Secretario Completo dos Amantes* (19-- , p. 10)

Em C7 (Figura 9), das quatro ações, encontramos apenas duas na composição da carta:

Período/Ação	Trecho da carta
1) Narrar um fato	Foi tremulo e vacillante que cheguei á resolução de lhe offerecer esta carta, porque n'esta a alegria de toda a minha vida e felicidade futura. O assentimento de V. Ex. ^a ao gosto do meu rogo, foi como a luz do sol brilhante que aquece os pobres desherdados!
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Não foi identificado
4) Felicitar o enunciatário da carta	Não foi identificado
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	Resta-me agradecer, senhora, a esperança que faz nascer no meu coração apaixonado, de que ainda posso ser feliz, ao lado da mulher que mais amo n'este mundo, do anjo da guarda do meu futuro ditoso.

QUADRO 7 – Carta 7

Fonte: os autores

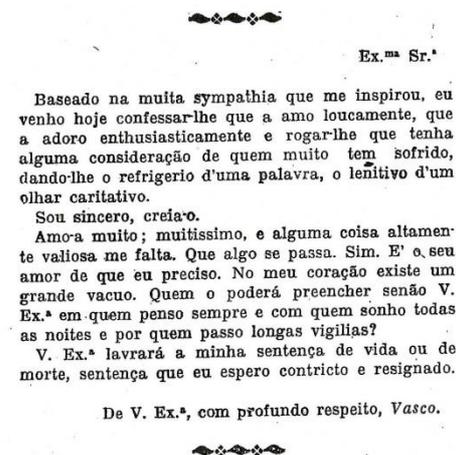


FIGURA 10 – Carta (8)

Fonte: *Secretario Completo dos Amantes* (19-- , p. 13)

Em C8 (Figura 10) conseguimos identificar apenas uma das quatro ações na composição da carta:

Período/Ação	Trecho da carta
1) Narrar um fato	Não foi identificado
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	rogar-lhe que tenha alguma consideração de quem muito tem sofrido, dando-lhe o refrigerio d'uma palavra, o lenitivo d'um olhar caritativo.
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Não foi identificado
4) Felicitar o enunciatário da carta	Não foi identificado

QUADRO 8 – Carta 8

Fonte: os autores

Ex.^{ma} Sr.^a

Ao iniciar esta carta peço indulgência para as faltas que, porventura, n'ella posso commeter, e, sciente de que me não negará o seu perdão, venho rendido pelas bellas qualidades moraes e physicas que fazem de V. Ex.^a a figura mais encantadora que me é dado conhecer.

Desde esse solemne momento experimento tormentos atrozes que me cruciam dolorosamente o meu coração, e, que veem abafar os transportes da alegria, que me arrebatam quando recordo o extasis sublime que me deteve na contemplação de V. Ex.^a.

Essa lucta entre a esperança e o receio da desillusão faz-me soffrer. E é para V. Ex.^a que eu appello, porque só V. Ex.^a com os preciosos dotes de belleza e candura de que é possuidora, foi a causa d'esse soffrimento.

Um seu olhar me certificará de que não foi em vão que appelei para o seu amor. Solicito o favor d'uma palavra que me venha assegurar, que crê no meu amor e o accetta

De V. Ex.^a, com toda a consideração, *Salvador*.

FIGURA 11 – Carta (9)

Fonte: *Secretario Completo dos Amantes* (19--., p. 14)

Em C9 (Figura 11) identificamos duas das quatro ações na composição da carta. Acrescentamos uma nova ação a partir da categoria de finalidade:

Período/Ação	Trecho da carta
4) Felicitar o enunciatário da carta	venho rendido pelas bellas qualidades moraes e physicas que fazem de V. Ex. ^a a figura mais encantadora que me é dado conhecer.
1) Narrar um fato	Desde esse solemne momento experimento tormentos atrozes que me cruciam dolorosamente o meu coração, e, que veem abafar os transportes da alegria, que me arrebatam quando recordo o extasis sublime que me deteve na contemplação de V. Ex. ^a .
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	Essa lucta entre a esperança e o receio da desillusão faz-me soffrer. Não foi identificado
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Não foi identificado
*Pedir resposta	E é para V. Ex. ^a que eu appello, porque só V. Ex. ^a com os preciosos dotes de belleza e candura de que é possuidora, foi a causa d'esse soffrimento. Um seu olhar me certificará de que não foi em vão que appelei para o seu amor. Solicito o favor d'uma palavra que me venha assegurar, que crê no meu amor e o accetta.

QUADRO 9 – Carta 9

Fonte: os autores

❖❖❖❖

Ex.^{ma} Sr.^a

Meu coração está preso dos seus maravilhosos encantos: segue-a a minha imaginação por toda a parte.

A ignorancia que se affigura V. Ex.^a ter do imperio dos seus encantos falia ainda mais seductora, e, para que eu considere uma creatura completa, falta-lhe apenas um coração terno—estou convencido de que o possui.

Como eu seria feliz se alcançasse fazer penetrar no de V. Ex.^a uma parcella do amor que me anima!

Via-a ha dias, minha senhora, e a sua elegancia, o seu porte distincto sem affectação fizeram de mim um louco de amor por V. Ex.^a.

Venho, pois, prostrar-me ante a sua seductora imagem, a pedir-lhe permissão para a amar e uma esperança do seu amor.

Aguardando anciosamente uma resposta, sou

De V. Ex.^a, cr.^o att.^o ven.^o, Octaviano.

FIGURA 12 – Carta (10)

Fonte: *Secretario Completo dos Amantes* (19--., p. 18)

Em C10 (Figura 12) identificamos três das quatro ações na composição da carta:

Período/Ação	Trecho da carta
4) Felicitar o enunciatário da carta	Meu coração está preso dos seus maravilhosos encantos: segue-a a minha imaginação por toda parte.
1) Narrar um fato	Via-a ha dias, minha senhora, e a sua elegancia, o seu porte distincto sem affectação fizeram de mim um louco de amor por V. Ex. ^a .
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Venho, pois, prostrar-me ante a sua seductora imagem, a pedir-lhe permissão para a amar e uma esperança do seu amor.
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	Não foi identificado

QUADRO 10 – Carta 10

Fonte: os autores

❖❖❖❖

Ex.^{mo} Sr.

E' inutil persistir no seu intento, porque o facto de não responder á sua primeira carta equivale a uma recusa formal.

Foi talvez peor para V. Ex.^a obrigar-me a esta franqueza; mas... assim o quiz...

Não posso acceder ao seu pedido nem me sinto inclinada a amal-o.

Perdôe-me, mas não o julgo susceptivel de fazer a minha felicidade, porque não o amo.

Nem os rogos de V. Ex.^a nem a interferencia de outras pessoas me farão demover do seti proposito.

Desculpe e creia-me muito respeitadora

De V. Ex.^a, creada attenciosa, F...

FIGURA 13 – Carta (11)

Fonte: *Secretario Completo dos Amantes* (19--., p. 22)

Em C11 (Figura 13) identificamos apenas a ação de “narrar um fato” na composição da carta. Acrescentamos uma nova ação:

Período/Ação	Trecho da carta
1) Narrar um fato	É inútil persistir no seu intento, porque o facto de não responder á sua priemira carta equivale a uma recusa formal. Foi talvez peor para V. Ex. ^a obrigar-me a esta franqueza; mas... assim o quiz...
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	Não foi identificado
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Não foi identificado
4) Felicitar o enunciatário da carta	Não foi identificado
*Pedir desculpas	Desculpe e creia-me muito respeitadora

QUADRO 11 – Carta 11

Fonte: os autores

Ex.^{mo} Sr.

Se o que lêmos n'uma folha de papel de carta bastasse a conhecermos e acreditarmos sem sombra de duvida o que lá se escreve, amal-o-ia eu, senhor, sem vacillar um momento sequer.

Mas não, que, quando nos enganamos sobre os sentimentos que animam as pessoas que nos fallam, grande razão temos para pôr em duvida o que nós escrevemos.

Não posso, nem devo affirmar que me é grato o amor que me confessa um homem que não conheço nem tão pouco posso decidir-me a amal-o tambem.

Isso seria uma loucura, uma leviandade sem classificação.

Perdôe-me V. Ex.^a a minha franqueza, mas eu comprehendo que só devo, e posso amar um homem de quem conheça as qualidades de coração e cuja honestidade e rectidão de character me não offereça duvida.

Eis o motivo de eu não corresponder ao amor que me confessa.

Creia que não é outro o motivo, senão o receio de um desengano no futuro.

Perdôe-me e creia-me

Sinceramente attenciosa, *Rosalina.*

FIGURA 14 – Carta (12)

Fonte: *Secretario Completo dos Amantes* (19-- , p. 23)

Em C12 (Figura 14) nenhuma das quatro ações foi identificada na composição da carta. Acrescentamos duas novas ações:

Período/Ação	Trecho da carta
1) Narrar um fato	Não foi identificado
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	Não foi identificado
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Não foi identificado
4) Felicitar o enunciatário da carta	Não foi identificado
*Descrever uma situação hipotética	Se o que lêmos n'uma folha de papel de carta bastasse a conhecermos e acreditarmos sem sombra de duvida o que lá se escreve, amal-o-ia eu, senhor, sem vacillar um momento sequer.
*Pedir desculpas	Perdôe-me e creia-me

QUADRO 12 – Carta 12

Fonte: os autores

❖❖❖❖

Querido.

Quando li a tua carta e pensei bem na tua arrojada pretensão desejei uma penna molhada em fel para te descrever a tempestade que se desencadeou na minha alma.

Cheguei a ter a ideia de te não tornar a escrever e procurar esquecer-te.

Tu, que dizes amar-me, ousas pedir-me uma entrevista. Não sabes que para annuir ao teu pedido era imprescindível fallar n'esse sentido a meus paes? Quando elles me julgassem entregue aos meus deveres, estaria eu escutando e retribuindo ao amante as suas expressões de amor! Quem assim aconselha uma namorada, faz que se duvide do seu amor e da sua virtude.

Apressa-te, portanto, a reconhecer o teu erro, e a alcançar o meu perdão, se não desejas que eu persista nas desagradáveis conjecturas em que me collocaste, e que, se não forem destruídas pelo teu prompto arrependimento, farão com que retire o meu amor, e te trate com o desprezo de que é merecedor um homem de tão baixos sentimentos.

Com consideração, *Virginia*.

FIGURA 15 – Carta (13)

Fonte: *Secretario Completo dos Amantes* (19-- , p. 28)

Em C13 (Figura 15) apenas a ação de “narrar um fato” foi identificada na composição da carta. Acrescentamos uma nova ação:

Período/Ação	Trecho da carta
1) Narrar um fato	Quando li a tua carta e pensei bem na tua arrojada pretensão desejei uma penna molhada em fel para te descrever a tempestade que se desencadeou na minha alma. Cheguei a ter a ideia de te não tornar a escrever e procurar esquecer-te.
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	Não foi identificado
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Não foi identificado
4) Felicitar o enunciatário da carta	Não foi identificado
*Pedir reconhecimento	Apressa-te, portanto, a reconhecer o teu erro, e a alcançar o meu perdão, se não desejas que eu persista nas desagradáveis conjecturas em que me collocaste, e que, se não forem destruídas pelo teu prompto arrependimento, farão com que retire o meu amor, e te trate com desprezo de que é merecedor um homem de tão baixos sentimentos.

QUADRO 13 – Carta 13

Fonte: os autores

❖❖❖❖

Minha Noemia

Queres que eu te diga o que eu li no teu rosto? Pareceste-me expansiva de contentamento.

Li as lagrimas intimas de uma alma que sabe que é adorada.

Resplandecia d'esses olhos, unicos em formosura e expressão, o intimo ardor em que se ha de queimar o coração que ouvir as palpitações do teu. Mal te fitei nos olhos temeroso de ser surpreendido.

Eu não tenho nem quero amigo intimo de quem confie este segredo.

Queria que toda a gente soubesse que té amo, e ao mesmo tempo guarda como avarento este thesouro. Manda-me as flôres promettidas, e um beijo na rosa unica. «Uma só!»

Teu adorador, *Christiano*.

FIGURA 16 – Carta (14)

Fonte: *Secretario Completo dos Amantes* (19-- , p. 32)

Em C14 (Figura 16) identificamos apenas duas ações na composição da carta:

Período/Ação	Trecho da carta
1) Narrar um fato	Li as lágrimas íntimas de uma alma que sabe que é adorada. Resplandecia d'esses olhos, únicos em formosura e expressão, o íntimo ardor em que se ha de queimar o coração que ouvir as palpitações do teu. Mal te fitei nos olhos temerosos de ser surpreendido.
2) Rogar por um agradecimento ou agradecer por algo	Não foi identificado
3) Oferecer préstimo ao receptor da carta	Não foi identificado
4) Felicitar o enunciatário da carta	Manda-me as flôres prometidas, e um beijo na rosa única “Uma só!”

QUADRO 14 – Carta 14

Fonte: os autores

Após a análise da C14, apresentamos a hipótese de que a última ação (Felicitar o enunciatário da carta) se deu por uma prática comum da comunidade leitora jovem do Brasil oitocentos: a circulação e a leitura do *Diccionario da Linguagem das Flores* (1868). Essa obra servia como um manual de códigos de galanteio, por meio de uma linguagem secreta estabelecida pelos tipos de flores – “cada flor nos traz com um prazer uma nova expressão; temos procurado fixar algumas d'estas expressões, buscando na natureza de cada planta uma relação com nossas afeições moraes” (DICCIONARIO DA LINGUAGEM DAS FLORES, 1868, p. 8) –, suas características e a posição em que se apresenta:

Para fazer uso da linguagem das flores poucas regras bastam. A primeira consiste em saber que uma flor apresentada direita exprime um pensamento, e que basta invertê-la para que represente o contrario; assim um botão de rosa de musgo com seus espinhos e folhas que dizer: *eu espero, mas receio*; dando-se o mesmo botão voltado significa: não há que temer nem esperar. [...] Algumas modificações feitas na flor que se offerece lhe alteram a significação. Tomemos o botão que nos serviu de exemplo desguarnecido de seus espinhos, e elle nos dirá: *ha tudo a esperar*; e desguarnecido de folhas e não de espinhos, significa: *ha tudo a temer*. (DICCIONARIO DA LINGUAGEM DAS FLORES, 1868, p. 4 – grifos dos editores).

Nesse sentido, no trecho em que o jovem autor da carta se despede com um pedido: “Manda-me as flôres prometidas, e um beijo na rosa única ‘Uma só!’”, é possível perceber, tomando por base a linguagem secreta do *Diccionario*, que a estratégia adotada pelo enunciador ao usar plural para se referir a uma flor teria o propósito de destacar a intensidade da ação designada. De acordo com o *Diccionario* (1868), a rosa rainha significa beleza: “Ella é a imagem da mocidade, da innocencia, e do prazer; ella pertence a Venus, e rival da belleza possui a rosa como ella a *graça, mais bella ainda que a propria belleza*.” (DICCIONARIO DA LINGUAGEM DAS FLORES, 1868, p. 172). A rosa única pode ser lida como a rosa rainha, por ser considerada a rainha das flores. Dessa forma, o enunciador estava elogiando a jovem amada, destacando a sua beleza.

Em relação aos dados obtidos por meio das análises das cartas de amor, a partir das regras de Freire (1786), pudemos identificar que, das 14 cartas, apenas as 2 do *Secretario Portuguez* apresentam as quatro ações em sua composição. Outro dado que nos chamou a atenção foi o fato de que nenhuma das cartas que compõem o nosso *corpus* seguem de forma rígida a ordem das ações apresentadas por Freire (1786): 1) narrar um fato; 2) rogar por um agradecimento ou agradecer por algo; 3)

oferecer préstimo ao receptor da carta; 4) felicitar o enunciatário da carta. Há alternâncias na posição das ações: C1 – 1/3/2/4 e C2 – 3/1/2/4.

Das 14 cartas analisadas, 5 eram cartas de respostas, sendo apenas uma dessas escrita por um homem (C14). Identificamos que, nas cartas de respostas, 3 delas só apresentam a ação “1) Narrar um fato” (C6, C11, e C13), ou seja, 1 do século XIX e 2 do século XX, respectivamente. Observamos também que, em 3 cartas do século XIX, foi identificada só a ação de narrar (C4, C5, e C6 – apenas C6 era carta de resposta); no século XX, 2 cartas com a ação de narrar (C11 e C13).

Uma vez que a ação de narrar vem se destacando nas cartas, percebemos que, das 14 cartas, 12 apresentam essa característica. Em apenas C8 e C12, ambas do século XX, não identificamos a ação de narrar na composição. Importante destacar que 9 cartas são iniciadas por essa ação (C1, C3, C4, C5, C6, C7, C11, C13 e C14), mantendo-se uma certa equivalência, ou permanência, entre dois séculos: XIX e XX, cada um com 4 cartas. Apenas 1 carta do século XVIII (C1) apresenta essa característica de iniciar pela ação de narrar.

Em relação à ação “4) felicitar o enunciatário da carta”, ela apareceu em 6 cartas no total. Dessas 6 cartas, 4 apresentam a ação de felicitar na posição final (C1, C2, C3 e C14), duas do século XVIII, uma do século XIX e outra do século XX, respectivamente, e 2 na posição inicial (C9 e C10), ambas do século XX.

Por fim, apenas a carta C12 (século XX) não apresentou nenhuma das quatro ações propostas na composição. Identificamos que havia uma descrição de uma situação hipotética e um pedido de desculpas ao longo da narratividade da missiva.

4. Considerações finais

A partir da análise das cartas de amor publicadas em manuais epistolares portugueses ao longo de três séculos (XVIII, XIX e XX), pudemos verificar o comportamento de mudanças e permanências em tradições discursivas através da análise diacrônica do gênero carta, em seu subgênero carta de amor.

Os manuais aqui apresentados foram publicados ao longo de três séculos, mas não podemos deixar de destacar que nosso intuito foi compreender o lugar das TDs nas cartas que circularam pela comunidade leitora brasileira do grande século XIX. A prática de traduções de obras de parte da Europa e as vendagens de livros e jornais portugueses, vindos de além-mar, caracterizam o interesse dos leitores brasileiros por tais obras, além de nos indicar a representação da sociedade oitocentista.

A permanência das cartas de amor e as inúmeras reedições dos manuais demonstram o interesse pela leitura e apropriação de textos dessa natureza. Outro fator importante de se destacar nessas considerações é que a abordagem analítica aqui utilizada foi motivada pela própria noção de regimento da arte de escrever cartas (FREIRE, 1786). Assim, reforçamos que o trabalho de análise diacrônica dos gêneros textuais não se restringe a um único modelo teórico-metodológico pré-estabelecido, bem como podemos recorrer a diferentes perspectivas de análise.

Nesse sentido, percebemos que os modelos de missivas propostos no século XVIII, em relação às ações, não atendem a regras fixas ao longo dos séculos XIX e início do XX. Considerando que as TD se caracterizam por esse entre-lugar de mudança e permanência, o corpus aqui analisado pode confirmar que:

[...] as tradições discursivas dispõem de espaços para variação e para a mudança nos eixos sincrônico e diacrônico, sem perder o tronco comum que determina o seu pertencimento a uma dada linhagem de textos (GOMES, 2007, p. 196)

Dessa forma, vimos que os espaços de mudança se confirmaram nas ausências de ações na composição de 12 cartas de amor, além da criação de outras ações não previstas por Freire (1786) em 7 cartas, enquanto que o tronco comum, ou a permanência, ficou evidente na reelaboração das ações de narrar um fato e de felicitar o enunciatário da carta, aparecendo em 12 e 6 cartas, respectivamente, além do tema central das declarações de amor. Vale destacar que dos três manuais aqui analisados, apenas o de Freire (1786) tinha como principal finalidade comunicativa a arte de ensinar a escrever cartas, principalmente, para profissionais da pena. Os outros dois manuais tinham um caráter mais vulgar, destinado aos jovens que estavam em fase de galanteios.

5. Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desse estudo através da Chamada MCTIC/CNPQ Nº 28/2018 - UNIVERSAL.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. S. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA; Ilhéus: UESC, 1999. 502p.
- BARBOSA, S. F. P. O conceito de literatura nos jornais do século XIX: um estudo dos jornais paraibanos. In: X Encontro Regional da ABRALIC, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2005, p. 1-6.
- BARBOSA, S. F. P. Códigos, regras e ornamentos nos secretários, manuais e métodos de escrever cartas: a tradição luso-brasileira. *Veredas*, Santiago de Compostela, n 15, p. 79-106, 2011.
- BARBOSA, S. F. P. A escrita epistolar como prosa de ficção: as cartas do jornalista Miguel Lopes do Sacramento Gama. *Revista Desenredo*, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 331-344, 2012.
- CARVALHO, J. L. Q.; ZAVAM, A. Tradições Discursivas: conceitos e métodos para a análise diacrônica de gêneros. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 41-54, jan./jun. 2018. DOI <https://doi.org/10.24206/lh.v4i1.17489>. Acesso em: 15 outubro 2020

CASAMENTEIRO, D. *Mensageiro dos Amantes: Carcaz de Fréchas Amatorias; Manual Epistolar Galante*. 2ª ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 18--. 300p.

CASTILLO GÓMEZ, A. Del tratado a la práctica. In: CASTILLO GÓMEZ, C.; SÁEZ, Antonio y. *La correspondencia en la Historia. Modelos y práctica de la escritura epistolar: Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*, vol. I. Valencia/Espanha: Calambur Editorial, 2002, p. 79-107.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173- 191, 1991. DOI <http://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>. Acesso em: 08 outubro 2020.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998. 162p.

CHARTIER, R. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Trad. Álvaro Lorencine. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 396p.

CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação/ASPHE/UFPEL*, Pelotas, v. 6, n 11, p. 5-24, 2002.

DICCIONARIO DA LINGUAGEM DAS FLORES. 3 ed. Lisboa: Thypographia Lusitana, 1868. 295p.

EL FAR, A. *Páginas de Sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 376p.

FREIRE, F. J. *Secretario Portuguez, ou methodo de escrever cartas*. 5 ed. Lisboa: Officina de Antonio Gomes, 1786. 500p.

GOMES, V. S. *Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. 314f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

HANSEN, J. A. Para ler as cartas do P.e Antônio Vieira. *Teresa*. Revista de Literatura Brasileira. DLCV, FFLCH, USP, São Paulo, n.º 8/9, p. 264-299, 2008.

HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 588p.

KABATEK, J. Sobre a historicidade dos textos. Trad. José da Silva Simões. *Linha d'água*, n. 17, p. 159-170, 2005. DOI: <http://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i17p157-170>. Acessado em: 20 de setembro de 2020.

KABATEK, J. Tradição discursiva e gênero. In LOBO, T. et al (Org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, p. 579-588, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-42.pdf>. Acesso em: 20 de outubro 2020.

LAJOLO, M. Romance epistolar: o voyeurismo e a sedução dos leitores. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, p. 61-75, 2002.

LEWIS. C. S. *Alegoria do Amor: um estudo da tradição medieval*. São Paulo: Realizações Editora, 2012. 400p.

RIAUDEL, M. Correspondência secreta. In: GALVÃO, W.; GOTLIB, N. B. (Orgs.). *Prezado senhor, Prezada senhora – Estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 95-99.

ROMERO, S. *História da literatura brasileira*. BL Garnier, Rio de Janeiro, 1888. 720p.

ZAVAM, A. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornais*. 420f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

RELATÓRIO DE PESQUISA

O imperativo em variação na escrita mineira: o papel do sujeito e das seções das cartas

Luiz Fernando de CARVALHO 

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

O estatuto variável do imperativo de 2ª pessoa do singular, fenômeno profícuo no português brasileiro (PAREDES SILVA *et al.*, 2000; SCHERRE, 2003; 2007; 2012; RUMEU, 2016; 2019; CARVALHO, 2020) é o tema central deste artigo. Assim, a partir do exame de cartas mineiras oitocentistas e novecentistas (1868-1993) autografadas por escritores cultos, procura-se averiguar o efeito que a referência ao sujeito de 2ª pessoa (CARDOSO, 2012; DINIZ, 2018) e às seções do gênero carta pessoal (SILVA, 2017) pode exercer sobre o fenômeno. Essa análise, orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística (LABOV, 1972; ROMAINE, 1982; HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012), comprova essa influência, tendo em vista a força da tradição gramatical (ROCHA LIMA, 2013 [1972]) sobre os escreventes e a presença de Tradições Discursivas (KABATEK, 2006) do gênero textual.

ABSTRACT

The variable status of the 2nd person singular – Imperative Mood, a fruitful phenomenon in Brazilian Portuguese (PAREDES SILVA *et al.*, 2000; SCHERRE, 2003; 2007; 2012; RUMEU, 2016; 2019; SILVA, 2017; CARVALHO, 2020) is the central theme of this paper. Thus, based on the examination of the letters from the nineteenth and twentieth century (1868-1993) autographed by educated writers from the state of Minas Gerais, we seek to ascertain the effect that the reference to the 2nd person subject (CARDOSO, 2012; DINIZ, 2018) and to the sections of the personal letter genre (SILVA, 2017) may have on the phenomenon. This analysis, guided by the



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Valéria Severina Gomes
(UFRPE)

- Aurea Zavam (UFC)

- Konstanze Jungbluth
(EUV)

AVALIADO POR

- Herbertt Neves (UFCG)

- Ana Karine Bastos (UFPE)

DATAS

- Recebido: 29/10/2020

- Aceito: 27/11/2020

- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Carvalho, L. F. (2020)

O imperativo em variação na escrita mineira: o papel do sujeito e das seções das cartas. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 654-675, 2020.

theoretical and methodological assumptions of the Sociolinguistics (LABOV, 1972; ROMAINE, 1982; HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012), proves this influence in view of the strength of the grammatical tradition (ROCHA LIMA, 2013 [1972]) on the scribes and the presence of Discursive Traditions (KABATEK, 2006) of the textual genre.

PALAVRAS-CHAVE

Modo imperativo. Variação linguística. Variação *tu/você*. Carta pessoal. Tradição discursiva.

KEYWORDS

Imperative Mood. Linguistic Variation. Variation *tu/você*. Personal letter. Discursive Tradition.

Introdução

Esta pesquisa¹, orientada pelos princípios metodológicos da Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 1982; HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012) que, por sua vez, inspira-se na Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 1972), analisa cartas mineiras produzidas por escritores ilustres entre os anos de 1868 e 1993, com o intuito de depreender o estatuto variável do imperativo de 2ª pessoa do singular (doravante 2SG) no português brasileiro (doravante PB). Nesse sentido, com base em diferentes estudos sobre o assunto (PAREDES SILVA *et al.*, 2000; SCHERRE, 2003; 2007; 2012; CARDOSO, 2012; RUMEU, 2016; 2019; SILVA, 2017; DINIZ, 2018; CARVALHO, 2020) e a partir da utilização de métodos quantitativos de análise linguística (GUY; ZILLES, 2007; ANTHONY, 2013), o fenômeno é analisado, tendo em vista a incidência do contexto de sujeito (*tu*, *você*, *tu/você* e outras formas nominais de tratamento – FNT) e das seções das cartas (saudação inicial, captação de benevolência, núcleo, saudação final e *post scriptum*) na expressão imperativa.

O imperativo de 2SG no PB manifesta-se, cf. Scherre (2007), por formas verdadeiras, associadas ao indicativo (*deixa/recebe/abre/dá/diz/vai*), e supletivas, associadas ao subjuntivo (*deixe/receba/abra/dê/diga/vá*), que, segundo a tradição gramatical (BECHARA, 2009 [1961]; ROCHA LIMA, 2013 [1972]; CUNHA; CINTRA, 2007 [1985]), devem estar alinhadas aos sujeitos de 2SG *tu* e *você*, respectivamente. Entretanto, o avanço do *você* em relação ao espaço funcional do *tu* (LOPES, 2007; LOPES; CAVALCANTE, 2011) afetou essa distribuição e promoveu a emergência do *imperativo brasileiro* (forma imperativa verdadeira em contexto de *você-sujeito*, cf. PAREDES SILVA *et al.*, 2000),

¹ O artigo constitui um desdobramento realizado por Carvalho (2020) de sua pesquisa para a obtenção do título de mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

uma construção comumente utilizada no PB como no conhecido slogan comercial *Vem pra Caixa você também! Vem!*. Sendo assim, é possível afirmar que o imperativo no PB consiste em uma expressão variável, podendo ser verdadeiro ou supletivo, como em (01) e (02), respectivamente, e, a depender da referência de sujeito de 2SG, *abrasileirado*, como em (03)². Os exemplos (01), (02) e (03) encontram-se a seguir, ilustrados com seus respectivos fac-símiles representados pelas figuras (01), (02) e (03).

(01) Nada li até hoje tão bom, tão bem escrito, tão profundo. [...] Dize ao [...] estou á espera dos cobres. Não mandes a carta do Cashley, que já paguei. (AR. Belo Horizonte, 15.01.1930)

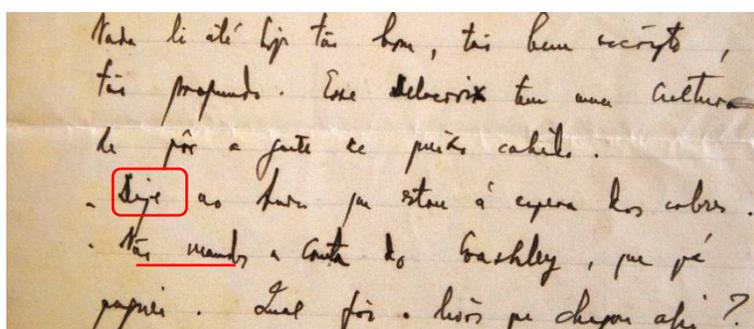


FIGURA 1 – Trecho fac-símilar da carta de AR. Belo Horizonte, 15.01.1930
Fonte: Acervo dos Escritores Mineiros (AEM)

(02) Você tem escrito? A Lucia Miguel Pereira gostou muito do seu livro, – o que não é de admirar. Adeus; mande-nos notícias da sua saúde. (AM. Rio de Janeiro, 12.07.1944)

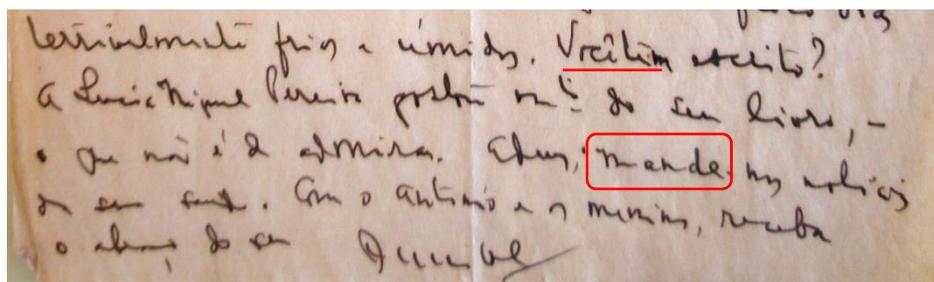


FIGURA 2 – Trecho fac-símilar da carta de AM. Rio de Janeiro, 12.07.1944
Fonte: Acervo dos Escritores Mineiros (AEM)

² Neste trabalho, optou-se por demarcar as formas imperativas em itálico e seu contexto de sujeito, nulo (01) ou pleno, (02) e (03), com um grifo.

(03) Recebeu o berço? Como é que você diz que eu não lembro [...] Manda o Raymundo despachar o meu clach como encomenda pela estrada de ferro [...]. (JP. Ouro Preto, 09.11.1890)³

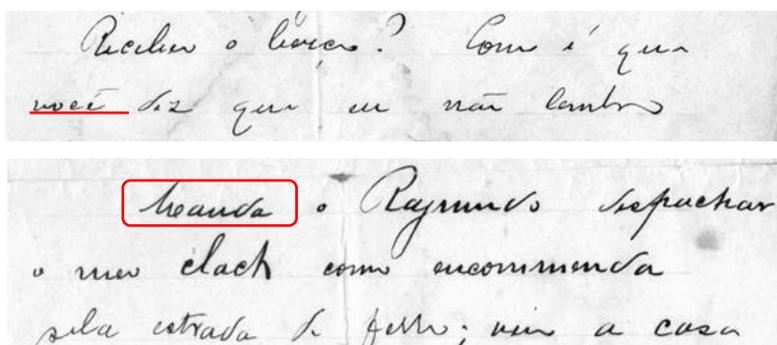


FIGURA 3 – Trecho fac-similar da carta de JP. Ouro Preto, 09.11.1890
Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM)

A carta pessoal, um gênero de natureza dialógica (BAKTHIN, 2003 [1953]; MARCUSCHI, 2008), apresenta-se geralmente com as seções de saudação inicial, captação de benevolência, núcleo, saudação final e *post scriptum* (MARCOTULIO, 2008; SILVA, 2017). Essas seções, que podem ser mais fixas ou mais livres a depender da presença ou não de tradições discursivas (KABATEK, 2006), podem influenciar a expressão variável do imperativo, tendo em mente que, conforme Silva (2017), o imperativo verdadeiro é favorecido por contextos mais livres (núcleo e *post scriptum*) e o imperativo supletivo é impulsionado por contextos mais fixos (saudação inicial, captação de benevolência e saudação final). Para tecer essa reflexão, Silva (2017) se apoia em Scherre (2007), segundo a qual contextos menos formais e mais dialógicos (seções livres) favoreceriam o imperativo verdadeiro, ao passo que situações mais formais e menos dialógicas (seções fixas) impulsionariam o imperativo supletivo.

Nesse sentido, no intuito de verificar a expressão variável do imperativo de 2SG nas cartas mineiras, testando ainda a influência do contexto do sujeito de 2SG e das seções das cartas em que as formas imperativas atuariam na escrita mineira de sincronias passadas, apresentam-se as seguintes questões norteadoras desta análise:

- I. Em que medida o contexto de sujeito (*tu*, *você*, *tu/você* e outras formas nominais de tratamento – FNT) influenciaria a distribuição das formas imperativas nas cartas, com base nos resultados de Cardoso (2012) e Diniz (2018)?
- II. Em que proporção as seções da carta pessoal (saudação inicial, captação de benevolência, núcleo, saudação final e *post scriptum*) atuariam sobre a expressão variável do imperativo, tendo em mente o estudo de Silva (2017) apoiada, por sua vez, em Scherre (2007)?

³ Trecho de carta editada por Luz (2015) em trabalho sobre a variação *tu* vs. *você* nas cartas de João Pinheiro.

As hipóteses em relação a essas questões são duas. A primeira, à luz de Cardoso (2012) e de Diniz (2018), é que as referências de sujeito das cartas teriam um papel na variação do imperativo, de modo que o contexto de *tu-sujeito* favoreceria o imperativo verdadeiro e o contexto de *você-sujeito* deflagraria o imperativo supletivo, como um possível reflexo da atuação da norma padrão (BECHARA, 2009 [1961]; ROCHA LIMA, 2013 [1972]; CUNHA; CINTRA, 2007 [1985]) na escrita dos missivistas mineiros em questão. A segunda, à luz de Scherre (2007) e de Silva (2017), é que as seções do gênero “carta pessoal” influenciariam a manifestação do imperativo de 2SG, de forma que as seções mais livres (núcleo e *post scriptum*) impulsionariam o imperativo verdadeiro e as seções mais fixas (saudação inicial, captação de benevolência e saudação final) estimulariam o imperativo supletivo, em decorrência de evidências de tradições discursivas presentes em expressões formulaicas (KABATEK, 2006).

Assim, a fim de promover a análise que aqui se propõe, sobre o estatuto variável do imperativo de 2SG, este artigo apresenta 5 seções além das considerações iniciais e finais. Após uma breve abordagem do tema da pesquisa com os objetivos, as questões e as hipóteses nas considerações iniciais, passa-se para a primeira seção, em que são expostos alguns resultados de pesquisas sociolinguísticas sobre o fenômeno em relação à referência de sujeito. Posteriormente, na segunda seção, são feitas algumas considerações sobre o gênero carta pessoal com base nas tradições discursivas, e, em seguida, na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos voltados para a organização da amostra de cartas pessoais. Por fim, na quarta e na quinta seção, os dados de imperativo são analisados, respectivamente, segundo os contextos de sujeito de 2SG e a seção da carta, para, enfim, nas considerações finais, tecerem-se algumas generalizações acerca de uma possível influência da norma-padrão e das tradições discursivas em relação à manifestação variável do imperativo do 2SG.

1. O imperativo de 2SG e a referência de sujeito: estudos norteadores

O modo imperativo caracteriza-se, conforme Searle (1969 *apud* FARIA 2006), pela presença de uma força ilocucionária própria de situações interativas que exprimem a semântica da ordem, do pedido e da súplica. Em contexto de 2SG, à luz de diversos estudos sociolinguísticos (PAREDES SILVA *et al.*, 2000; SCHERRE, 2003; 2007; 2012; RUMEU, 2016; 2019; CARVALHO, 2020), esse modo realiza-se no PB por meio de formas verdadeiras (*deixa/recebe/abra/dá/diz/vai*) ou supletivas (*deixe/receba/abra/dê/diga/vá*) em variação com *tu* e *você* como opções de sujeito. Nesse sentido, a partir de um breve resgate histórico (CAMARA JR., 1976; FARIA, 1958) e normativista (BECHARA, 2009 [1961]; ROCHA LIMA, 2013 [1972]; CUNHA; CINTRA, 2007 [1985]) relativos ao uso dessas formas e suas referências de sujeito, analisam-se os resultados de Cardoso (2012) e Diniz (2018) sobre o papel do sujeito no estatuto do imperativo.

Desde o latim, Câmara Jr. (1976) salienta que a utilização das formas indicativas e subjuntivas já se intercambiavam na expressão de ordens no modo imperativo. Nesse sentido, cf. Faria (1958), na língua latina o imperativo de 2SG se expressava por formas verdadeiras (indicativo) quando formalmente alinhado à segunda pessoa, como em (04), e por formas supletivas (subjuntivo) quando formalmente alinhado à terceira pessoa, como em (05), usos que perpetuaram no português na visão prescritiva das gramáticas normativas.

(04) *Cura, amabo te, ciceronem nostrum.* (Cíc., At., 2,2,1) – Por favor, peço-te, olha pelo nosso querido Cícero. (cf. FARIA, 1958, p. 381)

(05) *Cautus sis, mi Tiro.* (Cíc., Fam., 16,9,4) – Sejas cauteloso, meu caro Tirão. – (cf. FARIA, 1958, p. 382)

Os gramáticos da tradição (BECHARA, 2009 [1961]; ROCHA LIMA, 2013 [1972]; CUNHA; CINTRA, 2007 [1985]) são unânimes ao afirmar que as formas imperativas verdadeiras, advindas do indicativo com apócope do morfe número-pessoal “-s”, são utilizadas em contexto de *tu-sujeito*, enquanto as formas imperativas supletivas, emprestadas do subjuntivo sem nenhuma alteração mórfica, são empregadas em contexto de *você-sujeito*. Apesar da força que a tradição gramatical pode exercer sobre os indivíduos quanto à complementariedade entre forma imperativa e referência de sujeito, essa influência não é determinante ao ponto de impedir a variação. Afinal, pesquisas sociolinguísticas (PAREDES SILVA *et al.*, 2000; SCHERRE, 2003; 2007; 2012; RUMEU, 2016; 2019; CARVALHO, 2020) atestam que não existe uma correlação absoluta entre forma imperativa e sujeito de 2SG no uso corrente da língua, fato que propiciou a emergência do *imperativo abrsileirado* (forma imperativa do indicativo com *você-sujeito*, cf. Paredes Silva *et al.* 2000). Ainda assim, a perspectiva normativa parece atuar com intensidade nesse fenômeno, como atestam os estudos de Cardoso (2012) e Diniz (2018).

Cardoso (2012) dedica-se ao entendimento da expressão variável do imperativo no Sul do Brasil em uma pesquisa com 464 dados de fala de 48 entrevistas do Varsul relacionadas às cidades de Lages e Florianópolis. Levando em consideração que na região Sul o *tu* (com ou sem concordância) predomina sobre o *você* (SCHERRE, 2012)⁴, Cardoso (2012) encontra os seguintes resultados quanto ao efeito da referência de sujeito sobre o fenômeno. Com o imperativo associado ao indicativo como valor de aplicação, o *tu* (87%, 41 oco, 0.60) determinou decisivamente a expressão do imperativo verdadeiro, ao passo que o *você* (59%, 29 oco, 0.21) parece ter favorecido o imperativo supletivo. Nessa pesquisa, o linguista também avaliou a incidência de formas tratamentais na deflagração do fenômeno, evidenciando que as formas nominais (77%, 34 oco, 0.57) e as formas de tratamento não explícito (82%, 241 oco, 0.56) impulsionaram o imperativo verdadeiro enquanto as formas senhor/senhora (68%, 11 oco, 0.24) tenderam a propiciar o imperativo supletivo.

Ao passo que Cardoso (2012) aborda a variação do imperativo na fala dos sulistas da atualidade, Diniz (2018) volta seu olhar para o passado em uma pesquisa com base 226 cartas cariocas em que

⁴ Dado abordado no estudo de Scherre (2012, p. 17) referente ao estado de Santa Catarina (SC) cuja capital Florianópolis apresenta 76% de *tu* e 100% de *imperativo verdadeiro* (LOREGIAN-PENKAL, 2004; BONFÁ; PINTO; LUIZ, 1997).

foram encontrados 732 dados de imperativo. Tendo em vista que no Rio de Janeiro o *you* parece prevalecer sobre o *tu* predominantemente sem concordância (SHERRE, 2012)⁵, Diniz (2018) expõe resultados percentualmente semelhantes aos de Cardoso (2012) sobre a relação entre sujeito das cartas e a expressão imperativo. Nas cartas de *tu* (70%, 161 oco) houve a preferência pelo imperativo verdadeiro, enquanto nas cartas de *you* (86%, 266 oco) ocorreu a prevalência do imperativo supletivo. Além disso, embora nas cartas com outras formas nominais de tratamento tenha sido encontrado tão somente 1 dado referente, nesse caso, ao imperativo supletivo, nas cartas mistas verificou-se uma significativa alternância entre imperativo verdadeiro (45%, 85 oco) e o imperativo supletivo (55%, 106 oco).

As duas pesquisas (CARDOSO, 2012; DINIZ, 2018) atestam o efeito da referência de sujeito sobre a expressão variável do imperativo de 2SG no PB. Nesse caso, a complementaridade entre as formas indicativas e o sujeito *tu* bem como entre as formas subjuntivas e o sujeito *you*, existentes nos *corpora* analisados, parecem ser um indício da influência da tradição gramatical sobre os indivíduos, que, apesar da variação, ainda tende a exercer uma forte atuação sobre a expressão imperativa. Assim, de modo semelhante aos estudos realizados por Cardoso (2012) e Diniz (2018), procura-se averiguar como as formas imperativas das cartas mineiras se comportarão diante do contexto de sujeito. Antes disso, entretanto, passa-se, na seção seguinte, à abordagem sobre a carta pessoal, tendo em vista as tradições discursivas próprias desse gênero.

2. A carta pessoal: gênero e tradição discursiva

A carta pessoal constitui um gênero textual na medida em que apresenta características formais e discursivas relativamente estáveis tendo em vista sua composição estrutural e sua situação comunicativa (BAKTHIN, 2003 [1953], MARCUSCHI, 2008). Esse gênero surge da necessidade de estreitamento das relações entre interlocutores que se encontram a distância (BERLINK *et al.*, 2008) por meio de uma estrutura básica composta por seção de contato inicial, núcleo e seção de despedida (PAREDES SILVA, 1988; MARCOTULIO, 2008). Nesse sentido, a fim de apreender o papel de cada uma das partes constitutivas do gênero (SILVA, 2017) na expressão binária do imperativo (verdadeiro *vs.* supletivo, cf. SCHERRE, 2007), a carta pessoal é abordada como um gênero que apresenta uso recorrente de algumas tradições discursivas (KABATEK, 2006) constantes em expressões formulaicas.

Existe uma distinção terminológica fundamental entre gênero discursivo (BAKTHIN, 2003 [1953]) e gênero textual (MARCUSCHI, 2008). Rojo (2005) entende que, enquanto a Teoria dos gêneros discursivos enfatiza os aspectos sociointeracionais, a Teoria dos gêneros textuais destaca a materialidade do texto. Neste trabalho, porém, considerando os aspectos discursivos e estruturais que compõem a carta

⁵ Dado abordado no estudo de Scherre (2012, p. 17) referente ao estado do Rio de Janeiro (RJ) cuja capital apresenta pelo menos 35% a 94% de *you* e 95% de *imperativo verdadeiro* (PAREDES SILVA, 2003; LOPES; MARCOTULIO; SILVA; SANTOS, 2011; SAMPAIO, 2001).

peçoal, usa-se o termo “gênero textual” para dar conta dessas duas abordagens teóricas, por entender que essa diferença não afeta os propósitos desta pesquisa. Desse modo, a carta pessoal é entendida como um gênero que se realiza por meio de enunciados relativamente estáveis (BAKHTIN, 2003 [1953]) concretamente realizados em situações comunicativas (MARCUSCHI, 2008) com o objetivo de estabelecer um diálogo a distância entre interlocutores (BERLINK *et al.*, 2008).

A estabilidade dos enunciados que contribuem para a constituição do gênero carta pessoal pode ser analisada segundo o conceito de tradições discursivas (KABATEK, 2006). Como explica Kabatek (2006), tradições discursivas são elementos recorrentes que adquirem um valor significativo próprio dado seu uso que evoca determinados elementos linguísticos ou determinadas formas textuais. Assim, as tradições discursivas podem constituir desde uma estrutura simples, como a expressão “Bom dia!”, passando por elementos que compõem um texto, como as seções de um artigo acadêmico, até uma estrutura complexa, como o próprio gênero textual. Neste artigo, entende-se que a carta pessoal tende a apresentar algumas tradições discursivas em sua composição estrutural que evocam esse gênero, tornando-a, desse modo, facilmente reconhecida.

A carta pessoal é composta basicamente por seção de contato inicial, núcleo da carta e seção de despedida (PAREDES SILVA, 1988; MARCOTULIO, 2008). No contato inicial, é comum encontrar o local e data, a saudação inicial com o destinatário e captação de benevolência; no núcleo, localiza-se o assunto a que o texto se dedica; e, por fim, na despedida, é possível observar geralmente a saudação final e a assinatura, seguida, algumas vezes, por uma observação na forma de um *post scriptum* (PS). Essas seções estão ilustradas através da figura (04) de uma carta do jovem mineiro João Pinheiro cuja edição se deu por Luz (2015, p. 17), sendo também tal carta parte do *corpus* em análise.

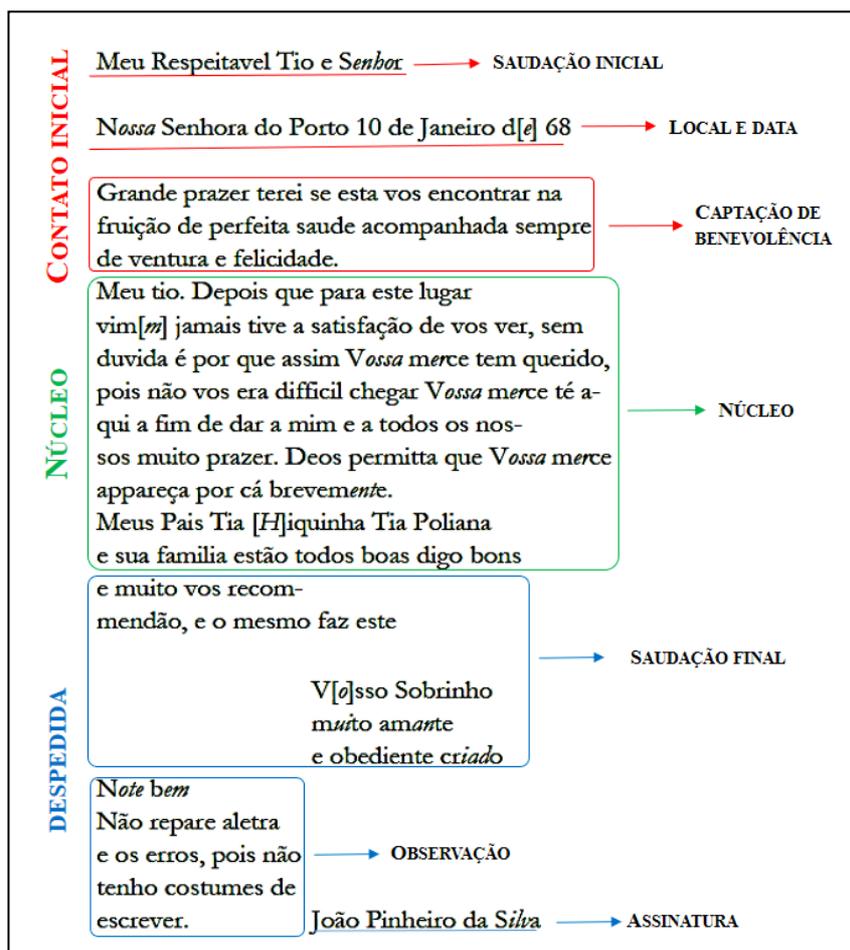


FIGURA 4 – Transcrição de carta de João Pinheiro com destaque para as seções do gênero
 Fonte: Elaboração do autor com base na edição de Luz (2015, p. 17)

Na carta em questão, percebe-se na seção de contato inicial que o texto se remete ao tio de João Pinheiro (saudação inicial), tendo sido escrito em Nossa Senhora do Porto em janeiro de 1868⁶ (local e data), e que o sobrinho espera que o tio esteja saudável e feliz (captação de benevolência). No núcleo, nota-se que a carta tem como objetivo pedir que o seu parente lhe faça uma visita e, na seção de despedida, que o sobrinho e seus pais lhe recomendam muito bem (saudação final). Nesta seção, ainda se observa um comentário sobre a escrita do texto (observação ou *post scriptum*) acompanhada da assinatura do remetente. Em geral, as cartas utilizadas nesta pesquisa tendem a seguir essa disposição, entretanto é relevante pontuar que essa estrutura não deve ser vista de maneira rígida, uma vez que as amostras analisadas nem sempre apresentam as seções nessa ordem e que algumas seções, como a captação de benevolência e o *post scriptum*, podem não estar presentes.

⁶ Embora o número que representa o ano não faça referência ao século XIX, a transcrição de Luz (2015), com base em um rígido aporte filológico, levando em consideração dados biográficos do ilustre João Pinheiro, atesta que a carta em questão foi escrita em 1868.

A explicitação dessa estrutura é relevante, na medida em que por meio dela é possível entrever a presença de tradições discursivas em algumas seções da carta que se manifestam em expressões formulaicas. É muito comum que, na captação de benevolência, ocorram frases semelhantes à exposta em (06) e que, na seção de saudação final, estejam presentes sentenças similares à que se observa em (07), com seus respectivos fac-símiles representados pelas figuras (05) e (06).

(06) Muito heide estimar que estas tortas linnha vá encontrar a Vossa merce; gozando perfeita saude pois é o que de coração lhedezejo. (JP. Ouro Preto, 21.12.1869)

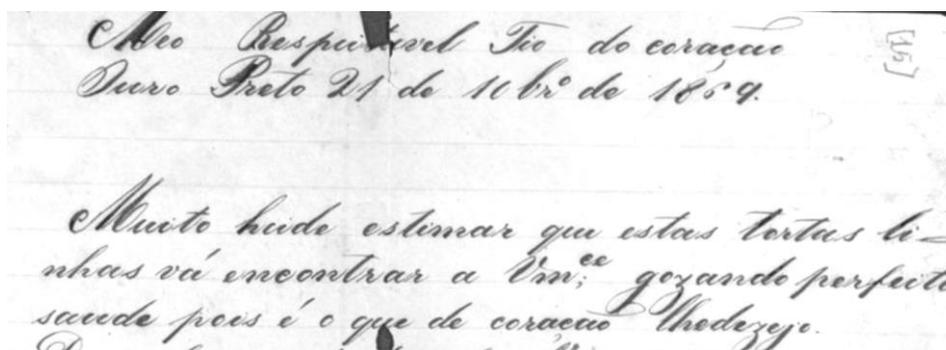


FIGURA 5 – Trecho fac-similar da carta de JP. Ouro Preto, 21.12.1869
Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM)

(07) Disponha dos nossos préstimos aqui. Aceite os afetuosos abraços de Saüdade do seu velho amigo e admirador Murilo. (MM. Roma, 26.10.1960)

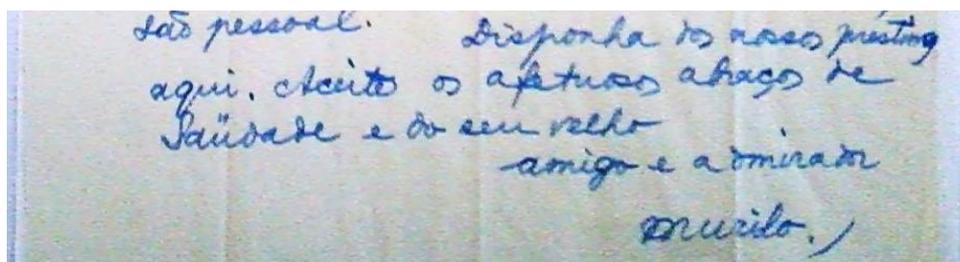


FIGURA 6 – Trecho fac-similar da carta de MM. Roma, 26.10.1960
Fonte: Acervo dos Escritores Mineiros (AEM)

Esses excertos podem ser tomados como exemplos de tradições discursivas (KABATEK, 2006), na medida em que apresentam estruturas recorrentes que evocam o gênero carta pessoal. Expressões, como “Muito heide estimar que estas tortas linnha vá encontrar a Vossa merce; gozando perfeita saude” ou “Aceite os afetuosos abraços de Saüdade do seu velho amigo” que se cristalizaram pelo uso ao longo do tempo, constituem expressões formulaicas próprias desse gênero textual. Nesse sentido, considerando a recorrência de fragmentos assim, as seções saudação inicial, captação

de benevolência e saudação final tendem a apresentar uma rigidez formal maior do que as seções núcleo e *post scriptum*, nas quais há uma maior liberdade criativa por parte do escrevente. Nesse caso, a hipótese, aventada por Silva (2017) apoiada em Scherre (2007), é que as seções da carta influenciariam a expressão do imperativo de modo que as mais livres (núcleo e *post scriptum*) deflagriam o imperativo verdadeiro e as mais fixas (saudação inicial, captação de benevolência e saudação final) impulsionariam o imperativo supletivo.

Em sua pesquisa sobre essa atuação, Silva (2017) apresenta resultados instigantes em relação às seções de saudação final, núcleo e *post scriptum* com base na análise de 772 dados de construções imperativas de 2SG retiradas de cartas cariocas produzidas no século XIX e XX. A linguista dividiu a amostra em 4 fases conforme a manifestação das formas imperativas (I-1861-1900: leve favorecimento do imperativo verdadeiro; II-1901-1920: coexistência entre o imperativo verdadeiro e supletivo; III-1921-1940: forte predomínio do imperativo verdadeiro; IV-1941-1980: aumento do imperativo supletivo). A predominância das formas imperativas supletivas na saudação final ocorreu, como previsto, na fase II (53%, 24 oco) e na fase IV (83%, 47 oco), mas não na fase I (39%, 27 oco) e na fase III (23%, 23 oco). Já no núcleo, o imperativo verdadeiro prevaleceu, como estipulado, na fase I (61%, 43 oco), na fase II (51%, 62 oco) e na fase III (80%, 88 oco); só na fase IV (10%, 15 oco) que essa prevalência não ocorreu. Por fim, quanto ao *post scriptum*, o imperativo verdadeiro mostrou-se proeminente somente na fase III (16%, 25 oco), uma vez que, se, na fase I, houve uma alternância entre as formas imperativas indicativas (50%, 2 oco) e subjuntivas (50%, 2 oco), nas fases II (110 %, 5 oco) e IV (100%, 8 oco), o imperativo supletivo predominou. Assim, mesmo não sendo em todos os casos, fica atestado, através da pesquisa de Silva (2017), o papel das seções da carta sobre o estatuto variável do imperativo do PB.

Desse modo, de maneira semelhante à proposta de Silva (2017), busca-se neste trabalho, tendo em vista os graus de rigidez das tradições discursivas manifestos em expressões formulaicas, evidenciar a atuação das seções da carta pessoal para a expressão variável do imperativo nas cartas mineiras dos séculos XIX e XX. Mas, antes, procede-se a seguir à abordagem metodológica aplicada ao *corpus* deste estudo.

3. Cartas mineiras em foco: o tratamento do *corpus*

O *corpus* da pesquisa, compilado por Carvalho (2020), apresenta 202 cartas autógrafas com dados de imperativo produzidas por escritores mineiros cultos, durante os séculos XIX e XX (1868-1993). Essas cartas, disponíveis em acervos públicos (Acervo dos Escritores Mineiros – AEM, Arquivo Público Mineiro – APM, Museu Abílio Barreto – MAB, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH), passaram por um rigoroso processo de edição pelos integrantes do projeto de pesquisa *Para uma sociolinguística Histórica do português*

brasileiro: *variação sincrônica e mudança diacrônica*⁷. Nesse sentido, são trazidos à cena os desafios metodológicos que cercam os sociolinguistas no trabalho com amostras históricas (LABOV, 1972; ROMAINE, 1982; HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012; JENSET; MCGILLIVRAY, 2017) bem como o tratamento computacional utilizado para a obtenção dos dados da pesquisa (GUY; ZILLES, 2007; ANTHONY, 2013).

No trabalho com *corpora* de natureza histórica, o linguista vai ao “reino das traças” (LOBO, 2009, p. 307) em busca de documentos que resistiram à ação impetuosa do tempo. Nesse movimento, o aforismo de Labov (1972, p. 100), segundo o qual a arte de linguista histórico consiste em fazer “o melhor uso dos maus dados”⁸ ecoa na mente daqueles que retornam às sincronias passadas para a realização de um trabalho desafiador. De fato, como explica o linguista, os “maus” dados não devem ser tomados como “ruins”, tratando-se, na verdade, de dados fragmentados, corrompidos e distantes do vernáculo. Ainda assim, não se pode perder de vista que toda pesquisa linguística envolve desafios que não devem ser encarados de maneira pejorativa, mas sim como singulares em termos de sua realização sincrônica ou diacrônica.

No caso das pesquisas históricas, que não lidam com *corpora* orais, coube a Romaine (1982)⁹ a proposição de um aporte metodológico eficiente para lidar com amostras pretéritas. Nesse contexto, é relevante destacar, como desafios que se impõem ao pesquisador, a questão da *autenticidade*, da *autoria* e da *validade social e histórica*, propostas por Hernández-Campoy e Schilling (2012)¹⁰, que se relacionam à pesquisa desenvolvida com as cartas mineiras. A *autenticidade* se refere à dificuldade de rastrear o vernáculo nos textos históricos, que, uma vez escritos, não refletiriam o uso real da língua; a *autoria* está relacionada à necessidade de constatação de que os manuscritos são escritos pelo próprio autor (autógrafo), já que na diacronia é comum encontrar textos produzidos copistas (apógrafos); por fim, a *validade social e histórica* faz referência à necessidade de reconstituir os perfis sociais dos escreventes, mesmo diante da dificuldade de se obter informações sobre a estrutura social da época. Na pesquisa com as cartas mineiras, a questão da *autenticidade* está assegurada pelo gênero carta pessoal utilizado, que, dada a sua natureza dialógica, permite entrever rastros do vernáculo na escrita (AGUILAR, 1998); a *autoria* está certificada pelo aporte filológico utilizado para a

⁷ O projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tem como intuito pesquisar fenômenos morfossintáticos do PB associados à reorganização do quadro pronominal com base na produção de edições de manuscritos oitocentistas e novecentistas disponíveis em acervos públicos na cidade de Belo Horizonte. O projeto, que se encontra em sua segunda fase, pode ser acessado pelo site http://www.letras.ufmg.br/sistemas/cpq/projeto_site.php?id=9.

⁸ The great art of the historical linguist is to make the best of this bad data, “bad” in the sense that it may be fragmentary, corrupted, or many times removed from the actual productions of native speakers (LABOV, 1972, p. 100).

⁹ Romaine (1982) foi precursora no desenvolvimento da metodologia necessária para aplicação dos fundamentos da Sociolinguística Laboviana a dados históricos. A linguista realizou um estudo diacrônico da variação das cláusulas relativas na língua inglesa com base em fatores linguísticos e extralinguísticos, consolidando a emergência da Sociolinguística Histórica.

¹⁰ Hernández-Campoy e Schilling (2012) abordam, além das questões de *autenticidade*, *autoria* e *validade social e histórica*, as questões de *representatividade*, *validade empírica*, *invariação* e *ideologia padrão*. Nesta pesquisa as primeiras foram escolhidas em lugar das últimas por se mostrarem mais adequadas à análise do *corpus* deste estudo.

produção de edições conservadoras que atestam que a assinatura presente nas cartas pertencem de fato aos seus autores; e, enfim, a questão da *validade social e histórica* está garantida pelo reconhecimento dado aos assinantes desses textos, escritores como Carlos Drummond de Andrade, João Pinheiro e Henriqueta Lisboa, mineiros ilustres cujos perfis biográficos podem ser levantados nos acervos públicos em que as cartas estão armazenadas¹¹. Dessa maneira, a pesquisa atende, em termos metodológicos, às proposições feitas pela Sociolinguística quando está voltada para a realização de estudos de natureza histórica.

Neste artigo, entendendo à luz de Jensen e McGillivray (2017) que a linguística histórica não pode prescindir do aparato tecnológico para análise de *corpora* históricos, as cartas pesquisadas foram submetidas ao tratamento de dois programas computacionais. São eles o Antconc (versão 3.5) e o GoldVarb (versão 3.0). O Antconc¹², como explica seu criador Anthony (2013), executa com rapidez e precisão uma diversidade de *corpora*, oferecendo tratamento de *tags*, metadados e codificações de linguagem e uma variedade de funções e recursos. Esse programa foi utilizado no processo de identificação e codificação dos dados do imperativo através da análise das concordâncias das formas imperativas encontradas, tendo em mente a variável dependente e as variáveis independentes. A variável dependente consistiu na expressão binária do imperativo (verdadeiro *vs.* supletivo). As variáveis independentes estão representadas através da análise do contexto de sujeito de 2SG prevalente na missiva como um todo – cartas de *tu-sujeito*, cartas de *você-sujeito*, cartas de *tu/você-sujeito* e as de FNT – e do controle das seções das cartas (saudação inicial, núcleo, saudação final, *post scriptum*). De acordo com Guy e Zilles (2007), o pacote de programas Goldvarb¹³ é voltado principalmente aos cálculos estatísticos e probabilísticos em análises multivariadas de uma dada regra variável. Neste trabalho, o programa foi utilizado para gerar as frequências de uso (*makecell*) e os pesos relativos (*binomial*) referentes à expressão variável e a seus grupos de fatores.

Assim, uma vez abordadas as questões metodológicas que “atormentam” os linguistas no trabalho com amostras históricas bem como descritas as ferramentas computacionais utilizadas para análise das construções imperativas presentes no *corpus*, procede-se à seção seguinte com a primeira parte da análise dos resultados.

¹¹ Nesta pesquisa, optou-se por preservar a identidade dos escritores das cartas, que ainda estão em análise. Nesse caso, a autoria será retomada com as letras iniciais dos seus nomes. Uma descrição mais completa da amostra pode ser vista em Carvalho (2020).

¹² O Antconc está disponível para acesso no endereço eletrônico <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>.

¹³ O Goldvarb (Pacote de Programas VARBRUL – VARiABLE RULE) está disponível para acesso no endereço eletrônico <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>.

4. O imperativo de 2SG em análise: a influência da referência de sujeito

Na pesquisa com as 202 cartas mineiras (1868-1993), foram encontrados 375 dados de formas imperativas com prevalência do imperativo supletivo (*deixa/recebe/abre/dá/diz/vai*: 81%, 304 oco) sobre o imperativo verdadeiro (*deixe/receba/abra/dê/diga/vá*: 19%, 375 oco)¹⁴. A distribuição das formas imperativas em correlação aos contextos de sujeito das cartas (*tu, você, tu/você, FNT*) com os pesos relativos associados ao subjuntivo pode ser averiguada na tabela (01) produzida com base em Carvalho (2020). A hipótese, cf. Cardoso (2012) e Diniz (2018), é que as referências de sujeito das cartas influenciariam a expressão do imperativo de maneira que o contexto de *tu* impulsionaria o imperativo verdadeiro (indicativo) e o contexto de *você* propiciaria o imperativo supletivo (subjuntivo).

SUJEITOS DE 2SG	CONSTRUÇÕES IMPERATIVAS DE 2SG			PESO RELATIVO ¹⁵ (SUBJUNTIVO)
	INDICATIVO	SUBJUNTIVO	TOTAL	
Cartas de <i>tu</i>	22/39 (56%)	17/39 (44%)	39/375 (10%)	0.097
Cartas de <i>você</i>	8/190 (4%)	182/190 (96%)	190/375 (51%)	0.760
Cartas de <i>tu e você</i>	21/33 (64%)	12/33 (36%)	33/375 (9%)	0.074
Cartas de FNT	20/113 (18%)	93/113 (82%)	113/375 (30%)	0.394
TOTAL	71/375 (19%)	304/375 (81%)	375/375 (100%)	- -

TABELA 1 - Distribuição dos dados de imperativo de 2SG em função do contexto de sujeito das cartas
Fonte: Elaboração do autor com base em Carvalho (2020, p. 120)

Os dados da tabela (01) confirmam as hipóteses de Cardoso (2012) e Diniz (2018) na medida em que o contexto de *tu* (peso relativo: 0.097) deflagrou o imperativo verdadeiro (56%, 22 oco) sobre o supletivo (44%, 17 oco) e o contexto de *você* (peso relativo: 0.760) favoreceu o imperativo supletivo (96%, 182 oco) sobre o verdadeiro (4%, 8 oco). De (08) a (11) são ilustradas algumas ocorrências dessas formas imperativas no *corpus* com destaque para o contexto de sujeito.

¹⁴ Esses números se mostram alinhados com as pesquisas sociolinguísticas de natureza histórica de Rumeu (2016, p. 322 - indicativo: 45%, 242 oco; subjuntivo: 55%, 302 oco), Diniz (2018, p. 79 - indicativo: 40%, 290 oco; subjuntivo: 60%, 442 oco) e Carvalho (2020, p. 117 - indicativo: 19%, 73 oco; subjuntivo: 81%, 304 oco) nas quais a predominância do imperativo supletivo também foi verificada.

¹⁵ Os pesos relativos foram gerados na segunda rodada binomial do programa Goldvarb (*Best stepping up run: #2*) que selecionou o sujeito de 2SG como único fator estatisticamente relevante. A rodada apresentou *input* inicial 0.811 e final 0.877, logaritmo de verossimilhança (*log likelihood*) -134.261 e significância (*significance*) 0.000, atestando a confiabilidade dos resultados. O valor de aplicação escolhido foram as formas subjuntivas tendo em vista a prevalência do imperativo supletivo no *corpus*.

(08) Podes reformar o Directorio consulte o Dr Jose Pedro Araujo, consulte a quem quizer *ve* si o Sabino entra na rasã tudo combinado me-passe um telegramma pedindo as medidas communicando e Directorio criado. (JP. s/local, s/ data) – *imperativo verdadeiro em contexto de tu-sujeito*

(09) Quanto ao dinheiro que necessitas e que me encarregaste de arranjar-t'o aqui com alguns de meus amigos, não me foi possivel obtel-o [...] Tenha a bondade de mandar-me noticias de Mandinha, aquem muito me recommendo. (FAPJ. Caeté, 14.10.1916) – *imperativo supletivo em contexto de tu-sujeito*

(10) Caso Você não queira falar-lhe, provoque um encontro delle com o Baêta, deixando-os a sós para que o Baêta lhe fale novamente. (AR. Belo Horizonte, 06.06.1936) – *imperativo supletivo em contexto de você-sujeito*

(11) Aposto sem medo de perder como foi voce quem pintou o palhacinho no cartão? [...] Recebe lembranças do Barbosa Regina, Levy e muitos beijinhos. [...] Abraça por mim a tia Sinhá e as meninas. (L. Thebas-MG, 24.01.1925) – *imperativo verdadeiro em contexto de você-sujeito*

Nesse caso, a relação entre as formas imperativas (verdadeiras vs. supletivas) e os contextos de sujeito (tu vs. você) pode ser vista como uma forte influência da tradição gramatical sobre os escreventes. A gramática normativa (CUNHA; CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 2010 [1972]; BECHARA, 2009) prescreve que o imperativo verdadeiro se construa com forma indicativa em contexto de *tu-sujeito* e que o imperativo supletivo se manifeste com forma subjuntiva em contexto de *você-sujeito*. Assim, tendo em vista que os escreventes mineiros, tal como descrito por Carvalho (2020), sejam legítimos representantes da escrita culta, é lícito pensar que eles tenham sido impulsionados pela norma-padrão no uso das formas imperativas, promovendo o imperativo supletivo em correlação com o *você* e o imperativo verdadeiro em correlação com o *tu*.

De todo modo, salta aos olhos a predominância significativa do imperativo supletivo (81%, 304 oco) sobre o imperativo verdadeiro (19%, 375 oco). Essa prevalência pode ser vista como um possível efeito da inserção do *você* no sistema pronominal (LOPES, 2007; LOPES; CAVALCANTE, 2011) como um fator impulsionador da utilização do subjuntivo com valor imperativo. Nesse sentido, cabe ressaltar as análises de Silva (2017) e Rumeu (2019) sobre a expressão do imperativo em correlação às referências de sujeito de 2SG em cartas de escritores cariocas cultos com base nas pesquisas de Souza (2012) e Diniz (2018). Nesses trabalhos, Rumeu (2019) e Silva (2017) confirmam que a expressão do imperativo verdadeiro e do imperativo supletivo acompanha *pari passu* as modificações no sistema pronominal ao longo do tempo com o ingresso do *você* nos espaços do *tu*, indicando o papel da tradição gramatical sobre os escritores cultos.

Os dados da tabela (01) também permitem analisar a influência dos outros casos de contexto de sujeito na expressão do imperativo. Tendo *tu* e *você* juntos na referência de sujeito, prevalecem as formas indicativas (64%, 21 oco) sobre as subjuntivas (36%, 12 oco), consistindo em um fator pouco propulsor do imperativo supletivo (0.074). Além disso, com as formas nominais de tratamento (FNT) na posição de sujeito, caso também pouco retentor do imperativo supletivo (0.394), houve predominância das formas subjuntivas (82%, 93 oco) sobre as indicativas (18%, 20 oco). Essa aparente contradição entre predominância quantitativa e peso relativo provavelmente se deve à correção da falta

de equilíbrio numérico entre as amostras, situação muito comum em *corpora* históricos. De (12) a (15), essas ocorrências estão exemplificadas com os contextos de sujeito (nulos ou plenos) devidamente demarcados.

(12) Também foram logo aproveitadas as photographias dos vasos que Você mandou. [...] *Desculpa* o cumprimento da carta. Ao menos verás que as ideias aqui fructificação logo, e não se-transformão em conversa fiada. (JP. Caeté, 28.01.1901) – *imperativo verdadeiro em contexto de tu/você-sujeito*

(13) Adelaide, como sabes, é nervosa em excesso e está em uso de remedios; eu; por minha vez, sou também nervoso, a nossa casa é pequena e mal nos comporta; o que hei depois fazer?! [...] Você não deixe de vir aqui passar uns dias connosco. (FAPJ. Caeté, 02.08.1913) – *imperativo supletivo em contexto de tu/você-sujeito*

(14) Bôa Quequeta, Recebi meus livros e com eles tua cartinha ha muito já, desejava que me informasse sobre si “Pandora” Do Da Costa e Silva ficou alí porque não recebi e veiu fracturada da Livraria. *Manda-m’a, sim?* (JCL. Pouso Alegre, 03.05.1927) – *imperativo verdadeiro em contexto de FNT*

(15) Bondosa d. Alice, Saúdo- a affetuosamente. [...] Não se *incomode* com a importância das passagens para as empregadas, porque darei a D. Bellinha o que fôr preciso. (AR. Belo Horizonte, 02.10.1925) – *imperativo supletivo em contexto de FNT*

Ainda que não tenha sido o foco deste artigo, é válido ressaltar que os exemplos (11) e (12) expostos anteriormente evidenciam os rastros do *imperativo abrasileirado* (forma imperativa indicativa em contexto de *você-sujeito*, cf. PAREDES SILVA *et al.*, 2000), uma construção imperativa que emergiu a partir do ingresso do inovador *você* que invadiu os ambientes do *tu* no sistema pronominal (LOPES, 2007; LOPES; CAVALCANTE, 2011).

Assim, tendo analisado a distribuição geral das formas imperativas no *corpus*, confirmando a hipótese de Cardoso (2012) e Diniz (2018), procede-se à próxima seção com a análise da influência das seções das cartas sobre o fenômeno.

5. O imperativo de 2SG em análise: a atuação das seções da carta

Na análise do papel das seções da carta (núcleo, saudação final e *post scriptum*)¹⁶ sobre a expressão binária do imperativo de 2SG (verdadeiro vs. supletivo), é possível chegar aos resultados expostos na tabela (02). A hipótese, à luz de Silva (2017) que toma por base Scherre (2007), é que as formas

¹⁶ Não foram encontrados dados de imperativo nas seções de saudação inicial e captação de benevolência, provavelmente porque as tradições discursivas dessas seções não favoreceram as ocorrências desse modo verbal.

supletivas predominem na saudação final, seção mais fixa com maior presença de tradições discursivas comuns em expressões formulaicas, e as formas verdadeiras predominem no núcleo e no *post scriptum*, seções que oferecem maior liberdade de expressão ao escrevente.

CONSTRUÇÕES IMPERATIVAS DE 2SG: SEÇÕES DA CARTA					
SUJEITO NAS CARTAS	FORMAS	NÚCLEO	SAUDAÇÃO FINAL	POST SCRIPTUM	TOTAL
CARTAS DE TU- SUJ.	INDICATIVO	11/24 (46%)	9/13 (69%)	2/2 (100%)	39/375 (11%)
	SUBJUNTIVO	13/24 (54%)	4/13 (31%)	-	
CARTAS DE VOCÊ-SUJ.	INDICATIVO	3/114 (3%)	5/71 (66%)	-	190/375 (50%)
	SUBJUNTIVO	111/144 (97%)	66/71 (93%)	5/5 (100%)	
CARTAS MISTAS (TU/VC)	INDICATIVO	17/24 (71%)	4/9 (44%)	-	33/375 (9%)
	SUBJUNTIVO	7/24 (29%)	5/9 (56%)	-	
CARTAS DE FNT	INDICATIVO	12/55 (22%)	7/50 (14%)	1/8 (12%)	113/375 (30%)
	SUBJUNTIVO	43/55 (78%)	43/50 (86%)	7/8 (88%)	
TOTAL	INDICATIVO	43/217 (20%)	25/143 (17%)	3/15 (20%)	375/375 (100%)
	SUBJUNTIVO	174/217 (80%)	118/143 (83%)	12/15 (80%)	

TABELA 2 - Distribuição dos dados de imperativo de 2SG em função do contexto de sujeito das cartas

Fonte: Elaboração do autor

À primeira vista, os dados da tabela (02) não parecem corroborar totalmente a hipótese, uma vez que, embora na saudação final (indicativo: 17%, 25 oco; subjuntivo: 83%, 118 oco) as formas supletivas tenham sobreposto as formas de imperativo verdadeiro, diferentemente do que se supunha, essa sobreposição também ocorreu no núcleo (indicativo: 20%, 43 oco; subjuntivo: 80%, 174 oco), e no *post scriptum* (indicativo: 20 %, 3 oco; subjuntivo: 80%, 12 oco) com níveis de variação semelhantes. De (16) a (21), são ilustradas as ocorrências do imperativo de 2SG por seção da carta.

(16) Dize ao J. Carlos que apreciei escrever a peça de ontem. O Sonho das Esmeraldas, como composição e interpretação - D. Fernão estava admirável [...]. (MJLB. Lambari, 04.08.1941) - *imperativo verdadeiro no núcleo da carta*

(17) Peço que telephone (48495 ou 20334) a Maria Casasanta e diga a ella que ainda não retorne porque C. M. está doente e só agora começa a melhorar. (AR. BH, 05.07.1960) - *imperativo supletivo no núcleo da carta*

(18) Recebe lembranças do Barbosa Regina, Levy e muitos beijinhos 55 das meninas. (L. Thebas-MG, 24.01.1925) - *imperativo verdadeiro na saudação final*

(19) Abraçe, por nos, todos os parentes e amigos comuns. (CLB. Santiago, 19.07.1967) - *imperativo supletivo na saudação final*

(20) Guarda na geladeira. (AR. BH, 05.07.1960) - *imperativo verdadeiro no post scriptum*

(21) Post Scriptum Procure ver a 1 pagina do suplemento do "Correio da Manhã", de hoje. (HL. RJ, 09.07.1933) - *imperativo supletivo no post scriptum*

Ainda que tenda a não se confirmar quanto aos dados gerais, a hipótese a respeito do núcleo e do *post scriptum* pode ser comprovada em alguns contextos ao conjugar os dados de imperativo das seções da carta com a referência de sujeito. Enquanto no núcleo, isso ocorre de modo expressivo nas cartas mistas (indicativo: 71%, 17 oco; subjuntivo: 29%, 7 oco); no caso do *post scriptum*, ainda que com ínfimos dados, isso acontece nas cartas de *tu-sujeito* (indicativo: 100%, 2 oco). Nesses contextos a hipótese sobre o predomínio do imperativo verdadeiro pode ser comprovada muito provavelmente em razão da referência de sujeito que, juntamente às seções das cartas, parece ter influenciado a expressão do imperativo. De todo modo, cabe salientar os contextos em que essa hipótese não se confirmou: núcleo das cartas de *tu-sujeito* (indicativo: 46%, 11 oco; subjuntivo: 54%, 13 oco – alternância expressiva), de *você-sujeito* (indicativo: 3%, 3 oco; subjuntivo: 97%, 111 oco) e de outras formas nominais de tratamento (indicativo: 22%, 12 oco; subjuntivo: 78%, 43 oco); *post scriptum* das cartas de *você-sujeito* (subjuntivo: 100%, 5 oco) e das cartas de outras formas nominais de tratamento (indicativo: 12%, 1 oco; subjuntivo: 88%, 7 oco). Nesses casos, a referência de sujeito de 2SG, principalmente em relação ao *você*, parece ter atuado de modo mais significativo do que essas seções da carta na variação do imperativo.

Desse modo, uma vez analisada a incidência das seções das cartas sobre a expressão do imperativo, confirmando ainda que parcialmente a hipótese de Silva (2017) apoiada em Scherre (2007, p 207), procede-se, enfim, às considerações finais deste trabalho.

Considerações finais

Esta pesquisa analisou o estatuto variável do imperativo de 2SG (verdadeiro *vs.* supletivo) em cartas mineiras históricas (1868-1993) assinadas por escritores ilustres. O trabalho, orientado pelos princípios teóricos e metodológicos da Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 1982; HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012) inspirada, por seu turno, na Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 1982), examinou o *corpus* por meio de ferramentas computacionais (GUY; ZILLES, 2007; ANTHONY, 2013), a fim de averiguar o efeito da referência de sujeito (CARDOSO, 2012; DINIZ, 2018) e das seções das cartas (SCHERRE, 2007; SILVA, 2017) sobre as formas variantes do imperativo. Desse modo, tendo em vista a demarcação do alcance das generalizações, que devem se limitar às missivas analisadas, retomam-se as questões propostas.

- I. Em que medida o contexto de sujeito (*tu*, *você*, *tu/você* e outras formas nominais de tratamento – FNT) influenciaria a distribuição das formas imperativas nas cartas, com base nas pesquisas de Cardoso (2012) e Diniz (2018)?

Nas cartas mineiras o contexto de sujeito foi relevante para a distribuição das formas imperativas. Enquanto o *tu*-sujeito conduziu a prevalência do imperativo verdadeiro (56%, 22 oco, 0.097), o *você*-sujeito (96%, 182 oco, 0.760) levou ao predomínio do imperativo supletivo. Essa disposição pode ser vista como um reflexo da tradição gramatical sobre os escreventes, que, uma vez cultos, parecem ter obedecido à distribuição complementar entre formas imperativas e contexto de sujeito segundo a prescrição gramatical (BECHARA, 2009 [1961]; ROCHA LIMA, 2013 [1972]; CUNHA; CINTRA, 2007 [1985]). Ainda assim, cabe ressaltar que essa atuação não foi determinante a ponto de impedir a variação, haja vista as evidências imperativas em cartas mistas (*tu/você*-sujeito) e os rastros de *imperativo abasileirado* na amostra (imperativo verdadeiro em contexto de *você*-sujeito). Cabe ressaltar, entretanto, a necessidade de mais pesquisas sobre a influência das formas nominais de tratamento (FNT) sobre a expressão variável, para as quais as relações de Poder e Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960), tal como proposto por Marcotulio (2008) e Cardoso (2012), poderiam conduzir uma linha de investigação.

- II. Em que proporção as seções da carta pessoal (saudação inicial, captação de benevolência, núcleo, saudação final e *post scriptum*) atuariam sobre a expressão variável do imperativo tendo em mente o estudo de Silva (2017) apoiada em Scherre (2007)?

No *corpus* analisado, as seções do gênero carta pessoal contribuíram para a manifestação do imperativo, de modo que a saudação final impulsionou o imperativo supletivo (83%, 118 oco), ao passo que o núcleo e o *post scriptum* estimularam o imperativo verdadeiro, respectivamente, nas cartas de *tu/você*-sujeito (71%, 18 oco) e nas cartas de *tu*-sujeito (100%, 2 oco). A predominância do imperativo supletivo na saudação final se deve à presença de tradições discursivas (KABATEK, 2006) que podem constituir expressões formulaicas (“Muito heide estimar que estas tortas linnha vá encontrar a Vossa merce; gozando perfeita saude” ou “Aceite os afetuosos abraços de Saüdade do seu velho amigo”), tornando essa seção mais fixa e menos dialógica, diferentemente do que ocorre no núcleo e no *post scriptum*, seções mais dialógicas que permitem uma maior liberdade do escrevente, favorecendo, assim, o imperativo verdadeiro (Scherre, 2007). O fato de que, a depender do contexto de sujeito, as formas imperativas não foram influenciadas pelas seções do gênero textual do modo como previsto carece maior investigação. Uma possível pista a ser seguida para compreensão dessa atuação seria, conforme proposto por Silva (2017) com base em Bybee (2003), a correlação do fenômeno com a frequência de dado (*token frequency*) e frequência de tipo (*type frequency*) dos verbos encontrados nessas seções.

Desse modo, considerando essas generalizações em relação ao fenômeno estudado nas cartas mineiras sob uma perspectiva histórica, foi possível atingir os objetivos pretendidos pelo artigo e responder às questões propostas, asseverando as hipóteses. A expressão variável do imperativo constitui um fenômeno instigante, fonte para inúmeras pesquisas que ajudam a entender a diversidade linguística do português brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Rafael Cano. Presencia de lo oral en lo escrito: la transcripción de las declaraciones en documentos indios del siglo XVI. In: OESTERREICHER, Wulf; STOLL, Eva; WESCH, Andreas (Coords.). *Competencia escrita, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas: aspectos del español europeo y americano en los siglos XVI y XVII*. Tübingen: Narr., 1998. p. 219-242.
- ANTHONY, Laurence. Developing AntConc for a new generation of corpus linguists. In: PROCEEDINGS OF THE CORPUS LINGUISTICS CONFERENCE (CL 2013), July 22-26, 2013. *Abstract Book*. UK: Lancaster University, 2013. p. 14-16.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1953]. p. 261-306.
- BECHARA, Evanilo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERLINCK, Roseane de Andrade; BARBOSA, Juliana Bertucci; MARINE, Talita de Cássia. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 2, p. 169-195, 2017.
- BROWN, Roger & GILMAN, Albert. (1960). The pronouns of power and solidarity. In: Sebeok, Thomas A. (Ed.). *Style in language*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1960. p. 253-276.
- BYBEE, Joan Lea. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: BRIAN, D. Joseph; RICHARD, D. Janda (Eds.). *The handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602-623.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CARDOSO, Bruno. *Um estudo variacionista sobre as formas verbais imperativas nas cidades de Florianópolis e Lages: uma questão de encaixamento?*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- CARVALHO, Luiz Fernando de. *O estatuto variável do imperativo de 2ª pessoa do singular em missivas mineiras: um estudo sociolinguístico de cunho histórico (séculos XIX e XX)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.
- DINIZ, Juliana Sander. *A expressão variável do imperativo de 2ª pessoa do singular no português brasileiro: análise de cartas pessoais dos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- FARIA, Isabel Hub. O uso da linguagem. In: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sônia; MATOS, Gabriela; OLIVEIRA, Fátima; VIGÁRIO, Marina; VILLALVA, Marina. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2006. p. 55-84.
- GUY, Gregory.; ZILLES, Anna. *Sociolinguística Quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; SCHILLING, Natalie. The application of the quantitative paradigm to Historical Sociolinguistics: problems with the generalizability principle. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel;

CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo (Eds.). *The handbook of Historical Sociolinguistics*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012. p. 63-79.

JESSENT, Garb B., MCGILLIVRAY, Barbara. Methodological challenges in historical linguistics. *Quantitative Historical Linguistics: a corpus framework*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 1-35.

KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, Tânia Conceição Freire; RIBEIRO, Ilza Maria de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de (Eds.): *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 589-606.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LOBO, Tânia Conceição Freire. Arquivos, acervos e reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson Souza, HIRÃO, Fernandes Cunha; COELHO, Juliana Soledade Barbosa (Orgs.) *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFUBA, 2009.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Pronomes pessoais. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 103-114.

LOPES, Célia Regina dos Santos; CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Linguística*, v. 25, p. 30- 65, jun. 2011.

LUZ, Ricardo Dias. *O tratamento na produção epistolar de João Pinheiro da Silva: análise sociopragmática de tu x você e respectivas formas gramaticais*. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015.

MARCOTULIO, Leonardo Lenertz. *A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês de Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez lingüística*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia; SANTOS, Gilda Moreira; RIBEIRO, Tatiana de Oliveira. Variação na 2ª pessoa: o Pronome sujeito e a forma do imperativo. *Gragoatá*, v. 9, n. 9, p. 115-123, 2000.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010 [1972].

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In.: MEURER, José Luiz, BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desiree (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.

ROMAINE, Suzanne. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. New York: Cambridge University Press, 2010 [1982].

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. Formas variantes do imperativo de segunda pessoa nos séculos XIX e XX: a expressão do social. *Signum: Estudos da Linguagem*, 2016. v. 19, n. 2, p. 310-41. DOI: 10.5433/2237-4876.2016v19n1p310.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. A inserção do você no português brasileiro escrito dos séculos XIX e XX: reflexos nas construções imperativas de 2SG. *Labor Histórico*, v. 5, n. Especial 1, p. 15-38, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v5iespecial.24395>.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Norma e uso na expressão do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. In: SILVA, Denize Elena Garcia da; LARA, Gláucia Muniz Proença; MENEGAZZO, Maria Adélia (Orgs.). *Estudos de Linguagem: inter-relações e Perspectivas*. Campo Grande: Editora UFMS, 2003. p. 177-191.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no Português Brasileiro. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 189-222, 2007.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista. *Tabuleiro de Letras*. n. 4, p. 01-32, jun. 2012.

SEARLE, John Rogers. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SILVA, Érica Nascimento. *Formas imperativas de segunda pessoa no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, Janaina Pedreira Fernandes de. *Mapeando a entrada do você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ENSAIO TEÓRICO

Uma análise do gênero denúncia à luz do paradigma das Tradições Discursivas

Ticiane RODRIGUES 

Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO

O presente trabalho objetiva descrever e analisar categorias linguísticas e discursivas que apontam traços de reelaboração na peça introdutória dos processos-crimes registrados no estado do Ceará nos séculos XX e XXI. O *corpus* da pesquisa é constituído por denúncias, parte introdutória dos processos-crimes, os quais se encontram abrigados no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Para o desenvolvimento da análise, utiliza-se o arcabouço teórico das Tradições Discursivas a fim de observar a repetição de um texto ou de formas textuais que possam ser tomadas como tradições discursivas para, então, descrever traços significativos de reelaboração do gênero. Para melhor chegar aos resultados de análise, optou-se por aplicar alguns princípios relativos à compilação de *corpora*, para isso, utiliza-se uma das ferramentas computacionais de análise disponíveis, o concordanciador *AntConc 3.4.3w*. Nesse sentido, servem de base teórica os estudos de Kabatek (2001, 2006), Koch (1997) e Koch e Oesterreicher (2007). Fazendo um recorte da proposta teórico-metodológica de Zavam (2009), esta investigação focaliza a análise em uma categoria que trata da materialidade dos elementos linguísticos e discursivos empregados. Os resultados alcançados revelam que o gênero denúncia apresenta em sua composição traços do que se caracteriza como reelaboração interna, que é uma mudança ocorrida no interior do próprio gênero. Tal constatação evidencia que entre os dois séculos analisados, o gênero apresenta sinais de uma possível reelaboração devido às exigências de suas práticas sociais, como é o caso das informações apuradas para compor a acusação do réu e que são fundamentais para que se instaure a denúncia.



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Valéria Severina Gomes

(UFRPE)

- Aurea Zavam (UFC)

- Konstanze Jungbluth

(EUV)

AVALIADO POR

- Arivaldo Sacramento de Souza

(UFBA)

- Leonardo Lennertz Marcotulio

(UFRJ)

DATAS

- Recebido: 29/10/2020

- Aceito: 27/11/2020

- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Rodrigues, T. (2020)

Uma análise do gênero denúncia à luz do paradigma das Tradições Discursivas. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 676-698, 2020.

ABSTRACT

The present work aims to describe and analyze linguistic and discursive categories that point to re-elaboration traces in the introductory piece of the criminal proceedings registered in the state of Ceará in the 20th and 21st centuries. The research corpus consists of denunciations, an introductory part of the criminal proceedings, which are housed in the Public Archives of the State of Ceará (APEC). For the development of the analysis, the theoretical framework of the Discursive Traditions is used in order to observe the repetition of a text or textual forms that can be taken as discursive traditions to then describe significant features of the genre reworking. To better arrive at the results of the analysis, it was decided to apply some principles related to the compilation of corpora, for that, one of the computational analysis tools available is used, the concordant AntConc 3.4.3w. In this sense, the studies of Kabatek (2001, 2006), Koch (1997) and Koch and Oesterreicher (2007) serve as a theoretical basis. Making a cut of the theoretical-methodological proposal of Zavam (2009), this investigation focuses the analysis in a category that deals with the materiality of the linguistic and discursive elements used. The results achieved reveal that the complaint genre has in its composition traces of what is characterized as internal rework, which is a change that occurred within the genre itself. Such finding shows that between the two centuries analyzed, the genre shows signs of a possible reworking due to the requirements of its social practices, as is the case of the information obtained to compose the defendant's accusation and which are fundamental for the initiation of the complaint.

PALAVRAS-CHAVE

Tradições discursivas. Gêneros jurídicos. Reelaboração de gêneros.

KEYWORDS

Discursive traditions. Legal genres. Genre rework.

Introdução

A língua pode ser concebida como o resultado da interação entre homem e realidade social que carrega em si uma produção sócio-histórica que não se traduz como instrumento, mas como ação que modifica e que transforma. Dessa forma, o estudo da língua não pode estar longínquo da

sociedade que a produz, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Não por acaso, as variações que ocorrem na língua são percebidas nos gêneros que se reelaboram, se mesclam, ou simplesmente se adaptam às novas necessidades exigidas pela sociedade. Pensando nessa necessidade de inovação linguística, investigamos as transformações ocorridas no gênero denúncia, a peça introdutória do processo-crime responsável por dar início ao processo criminal.

Em nossa pesquisa, o objetivo geral é a análise de exemplares do gênero denúncia, abrigados no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) o qual buscamos, numa perspectiva diacrônica, contemplar-lhe as formas linguísticas que o caracterizam. Para avançarmos rumo aos nossos objetivos, utilizamos fundamentalmente o paradigma das Tradições Discursivas (doravante TD), para então procedermos à observação da composição das TD no referido gênero com o intuito de descrever vestígios significativos de mudança e/ou permanência que contribuíram para sinalização de uma possível reelaboração no gênero praticado na esfera do judiciário cearense.

Justificamos a importância de nossa pesquisa dentro do campo em que nos inserimos tendo como base que a noção de TD vem conquistando estatuto privilegiado nos estudos da linguagem desde a última década, notadamente, nas pesquisas em Linguística Histórica, pelo subsídio dado a essa área, especificamente, no que se refere à representatividade do *corpus*. Desse modo, a seleção de textos baseada na distinção de TD é uma via de acesso, não a única, para a pesquisa que envolve mudança e/ou variação (seja da língua ou do texto), visto que, em razão da temática, das finalidades comunicativas do produtor e das demais condições gerais da produção dos enunciados, as TD pre-dispõem o uso, a frequência e a distribuição de determinadas construções linguísticas. É pela observação de determinados fenômenos que existem textos mais propícios a apresentarem variação ao passo que outros textos não revelam tanto a mesma relevância à investigação de um tipo de fenômeno linguístico específico.

Ressaltamos que levamos em consideração os estudos da Diplomática que em muito tem contribuído para o debate sobre a autenticidade documental uma vez que esta ciência

ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata-se, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito (BELLOTTO, 2002, p. 8)

Surgida como uma disciplina concreta ainda no século XVI, a Diplomática originou-se para lidar com as questões da falsificação e das dúvidas em torno da autenticidade de documentos medievais. Nos tempos atuais, seus estudos concentram-se na gênese, na constituição interna dos documentos, bem como na transmissão e na relação desses documentos entre seu criador e seu próprio conteúdo. Desse modo, não se objetiva simplesmente averiguar a autenticidade formal dos documentos como na época de seu surgimento, mas identificar, avaliar e demonstrar a verdadeira natureza que os compõem.

A partir da concepção da Diplomática como eixo de estudo, tomou-se o documento diplomático como o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico. Logo, esse documento pode ser tido como uma espécie de testemunho escrito de natureza jurídica, redigido com observância a certas formas estabelecidas que se destinam a dar-lhe a força probatória necessária. Sendo assim, a

estrutura formal do documento torna-se o objeto central da Diplomática e como especificidade dessa estrutura sua construção semântica será obrigatório, pois cabem dados fixos que ocorrerão em todos os documentos que utilizaram como veículo a mesma espécie documental e os dados variáveis pertencentes a cada documento da mesma espécie documental.

Cabe aqui, mesmo que superficialmente, a distinção entre tipologia e espécie documental. Como já mencionado, a Diplomática se ocupa da configuração interna do documento, do estudo jurídico de suas partes e dos caracteres necessários para que se atinja sua autenticidade. Por sua vez, a tipologia documental, além de se preocupar com as questões internas do documento também se preocupa em estudá-lo enquanto integrante da mesma série documental que se origina da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. Em outras palavras, o tipo documental é a especificidade que qualifica a espécie de documento de acordo com a atividade ou função do documento que a gerou. Por outro lado, a espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas, seria, portanto, o aspecto formal de um documento que obedece a fórmulas convencionadas, estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial.

A opção pelo gênero peça introdutória do processo criminal para fundamentar empiricamente o trabalho não se justifica aleatoriamente, pois se trata de um documento que circula na esfera judiciária há bastante tempo e sobre ele projeta-se a imagem de um gênero com estruturas formais rigidamente pré-estabelecidas. Acreditamos, portanto, que se trata de um gênero em que a reelaboração se dê de forma mais lenta, em outro compasso, como queremos crer, se compararmos, por exemplo, com gêneros da esfera jornalística.

Como gênero, a peça inaugural do processo-crime, a exemplo de qualquer outro, estabelece relação com outras formas textuais, presentes na memória cultural das sociedades em que circulam, e, como tradição discursiva, é possível que tenha influência de outras línguas, e que essa interferência se manifeste através da adoção de elementos no nível da língua, da forma, do conteúdo e do discurso.

Nossa pesquisa tem como objetivo, além de demonstrar que algumas estruturas linguísticas são mais ou menos recorrentes na composição de determinado gênero textual, com base em categorias linguístico-discursivas, reconhecer e analisar expressões que venham servir de identificadores do gênero.

Realizamos um levantamento de formas textuais que podem ser tomadas como tradições discursivas dentro da peça inaugural do processo-crime ao longo do século XX até o início do século XXI. Para isso, o *corpus* da pesquisa é constituído de 46 exemplares da peça introdutória de processos-crime, crimes estes de natureza distintas, registrados no Estado do Ceará, no século XX. Para contrastar com a amostra referente ao século XX, também colhemos alguns exemplares do século XXI que se encontram no sítio do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE).

Para melhor chegarmos aos nossos resultados de análise, optamos por aplicar alguns princípios relativos à compilação de *corpora*, para isso, usamos uma das ferramentas computacionais de análise disponíveis, o concordanciador *AntConc 3.4.3w*¹. Por essa razão e, por ter sido muito útil em nossa

¹ Disponível gratuitamente em: <http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html>

pesquisa, detalharemos, neste artigo, a contribuição dada por essa ferramenta para que chegássemos aos resultados almejados.

1. Discutindo o conceito de Reelaboração de Gêneros

Em nossa pesquisa, temos como objeto de investigação exemplares do gênero discursivo peça inaugural do processo criminal, concebidos como denúncia, datados do século XX e algumas amostras concebidas no século XXI. Para isso, baseamo-nos em Bakhtin ([1979] 2011) no que se refere ao conceito de reelaboração, com o intuito de tecermos nossa observação acerca dos vestígios de mudança e/ou permanência do gênero em foco.

Com Bakhtin, tomamos conhecimento da noção desse fenômeno chamado reelaboração nos gêneros². De acordo com as transformações pelas quais as sociedades passam, os gêneros que nelas circulam podem acompanhar tais mudanças e, assim, podem desaparecer ou migrar para outros gêneros, passar por um contínuo processo de reelaboração, intercalação. Sabemos que esse é um processo natural quando se trata de algo que está em constante dinamismo dentro de uma sociedade.

Contudo, a “reestruturação e renovação dos gêneros” (BAKHTIN, 2011, p. 286) de que fala o autor não ocorre sem que delas não nos apercebamos, pois é comum que elas deixem seus rastros como pistas dessa transformação. Segundo Bakhtin (2005, p. 106, grifo do autor), “o gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. [...] O gênero vive do presente, mas sempre *recorda* seu passado, o seu começo”. É por meio dessa recordação que é possível encontrar, de alguma forma, indícios do processo de reelaboração pela qual um gênero passou.

O termo reelaborar foi empregado por Bakhtin para falar da transformação pela qual os gêneros primários, aqueles correspondentes aos gêneros simples ou do cotidiano, passam ao serem inseridos nos chamados gêneros secundários, que são os complexos, mais elaborados.

A principal diferença entre eles é que os primários são produzidos onde cada esfera da atividade humana se realiza, materializando-se em seu contexto específico, sendo mais comum no registro oral da língua, como é o caso da conversação informal face a face ou dos bilhetes pessoais, informais. Os secundários, por sua vez, são desenvolvidos com base em um convívio cultural mais formalizado, e são, geralmente, produzidos na modalidade escrita da língua.

Depois de realizada a distinção acerca do que seria gênero primário e secundário, Bakhtin afirma que

Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e reelaboram os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários,

² Ressaltamos que o termo reelaboração aparece na edição traduzida do original em russo por Paulo Bezerra. Em edições anteriores traduzidas da versão em francês, o termo correspondente é transmutar.

transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios [...]. (BAKHTIN, 2011, p. 281)

A partir dessa afirmação, concordamos com Zavam (2009) ao entender a reelaboração como um processo constituinte dos gêneros, pois nenhum gênero, sendo ele primário ou secundário, permanece inalterável no decorrer de suas manifestações, pois sobre ele recaem as mudanças sociais, culturais, históricas e ideológicas pelas quais passam a sociedade de um modo geral. Mais uma vez, devido ao pensamento bakhtiniano, nos vemos diante do fato de que existe uma relação estreita entre a história da sociedade e a história dos gêneros discursivos.

Zavam (2009, p. 50) discute a reelaboração dos gêneros em sua tese de doutoramento e sobre esse fenômeno diz que

Quando um gênero absorve e transmuta³ outro, está concomitantemente transmutando-se também. Assim, o romance (da “esfera dos sistemas ideológicos constituídos”), ao tomar a carta (da “esfera da ideologia do cotidiano”) como componente, para nos valermos do exemplo de Bakhtin, transforma não só a carta, que passa a integrar uma nova realidade, mas também a si próprio, que passa a exibir uma nova forma composicional.

Pensando nos problemas advindos da exploração de um conceito ainda tão pouco explorado, Zavam (2009, p. 54-55), depois de travar diálogo com a tese de Araújo (2006), que busca em sua pesquisa explicar a transmutação⁴ operada no gênero chat, e baseando-se na noção de transmutação de Bakhtin, evidencia a transmutação como elemento constitutivo dos gêneros e, para isso, destaca três proposições inerentes à manifestação do fenômeno, que em linhas gerais seriam:

- 1º) O gênero incorporado (ou transmutado) é agregado à estrutura composicional do gênero incorporante (ou transmutante);
- 2º) O gênero incorporante transmuta e é transmutado;
- 3º) O gênero incorporado e o gênero incorporante podem fazer parte tanto de esferas diferentes quanto de uma mesma esfera. (ZAVAM, 2009, p. 54-55).

Segundo a mesma autora, “o gênero conserva, em sua estrutura composicional, tema e/ou estilo⁵, marcas da transmutação, que podem ser percebidas em sua história, isto é, que podem recordar o seu passado, recente ou remoto.” (ZAVAM, 2009, p.55). É com base nesse aspecto de conservação da estrutura composicional que observaremos ser possível a análise dos traços de mudança ocorridos na peça introdutória dos processos criminais.

³ Zavam (2009) adota o termo transmutar entendendo-o como o processo de reelaboração de que estamos falando, por ter trabalhado com a edição de *Estética da criação verbal*, de 2000, traduzida do francês por Maria Ermantina G.G. Pereira, quando não havia sido publicada a versão por Paulo Bezerra, que é de 2011.

⁴ Araújo (2006), assim como Zavam (2009), trabalhou com a edição traduzida do francês.

⁵ Aqui tomamos o gênero em sua totalidade assim como propôs Bakhtin (2011)

2. O paradigma da Tradição Discursiva

A noção de tradição discursiva (TD) é um paradigma teórico que se apresenta como um elo fértil entre a história da língua e a história dos textos e da história social. As TD surgiram no âmbito da Filologia Românica alemã, mais especificamente dentro dos estudos de mudança e permanência linguística de Eugenio Coseriu entre as décadas de 1950 e 1970. Seguindo a linha de Coseriu, trazemos como base para fundamentar nosso diálogo acerca das TD, autores precursores como Peter Koch (1997) e Johannes Kabatek (2001; 2006). O termo tradição discursiva nos remete aos modos de dizer que se tornam uma tradição em uma determinada cultura devido a sua repetição.

Tomados na perspectiva das TD, os textos compreendem conjuntos de enunciados linguísticos que se relacionam a uma realidade, a uma situação e a todos os outros textos já enunciados. Tais textos apresentam o que chamamos de tradicionalidade, que reside no fato de se repetir completa ou parcialmente quaisquer aspectos temáticos, de forma e/ou de conteúdo de um texto enunciado anteriormente produzido. Para exemplificar o que se afirma, apresentamos a seguir dois textos, o primeiro de uma revista científica da área de Linguística e o segundo extraído de Longhin (2014): um resumo de artigo científico e um boletim de ocorrência policial.

Este artigo apresenta uma pesquisa a respeito de crenças linguísticas feita com falantes escolarizados de Fortaleza, bem como uma apresentação teórica prévia do assunto, a partir de estudos da Sociolinguística. Foram entrevistadas seis pessoas e feitas dez perguntas a cada uma. As perguntas enfocam questões como o falar das diferentes classes socioeconômicas, o falar regional de Fortaleza e as diferenças nos modos de falar que os falantes percebem. Os resultados, ainda que iniciais, devido a pouca quantidade de entrevistados, mostram que muitas crenças a respeito da língua estão presentes no pensamento das pessoas.

TEXTO 1 - Resumo de artigo científico

Fonte: Extraído de *Entrepalavras*, Fortaleza - ano 1, v.1, n.1, p. 25, ago/dez 2011

Foi repassado na rede de rádio que havia a necessidade de uma guarnição policial no Hotel Prive a fim de dar apoio aos militares do policiamento velado da 6ª Cia. De acordo com o PM, através de denúncia anônima ficaram sabendo que havia um casal hospedado no quarto nr. 17 daquele hotel e que pelas suas atitudes suspeitas poderiam estar com alguma transação ilícita (drogas), uma vez que foram observadas várias pessoas que entraram no hotel e se dirigiam para o quarto nr. 17 e após o contato estas pessoas saíam rapidamente. O policiamento velado da 6ª Cia. sabendo da situação se dirigiu até o hotel e foi ter com os ocupantes do referido quarto. Foi procedida uma vistoria no local onde os objetos e pertences foram revistados sendo que foram encontrados drogas e dinheiro. A droga estava bem embalada e o dinheiro com cédulas de diversos valores. Em tempo, o segurança do referido hotel disse que o recinto é equipado com circuito interno e que foram vistas várias pessoas adentrando ao hotel e se dirigindo até o aludido quarto nr. 17 onde entravam e após alguns segundos saíam rapidamente. [Boletim de ocorrência produzido na cidade de Belo Horizonte.]

TEXTO 2 – Boletim de ocorrência policial
 Fonte: Longhin (2014, p. 11)

Nos dois exemplos acima, temos dois modelos textuais que seguem TD por estarem em relação de repetição e variação com vários outros textos similares anteriormente escritos ou ditos, em contextos e com propósitos comunicativos semelhantes. Logo, tanto o resumo quanto o boletim de ocorrência apresentam similaridades com outros resumos científicos e outros boletins policiais, cada qual em suas respectivas esferas de circulação. Isso é o que condiz com a tradicionalidade aludida anteriormente, que se refere a essas repetições da qual fazemos uso ao nos reportarmos a um modelo textual já conhecido.

O conceito de tradição discursiva surgiu no âmbito dos estudos da Filologia Pragmática alemã, na década de 1980. Mais pontualmente, esse conceito parte das concepções de linguagem como uma atividade criadora e mudança linguística desenvolvida pelo linguista romeno Eugenio Coseriu, para quem a língua é vista como um sistema em movimento, em permanente sistematização. Nesse sentido, o linguista romeno propõe que a linguagem seja como

[...] uma atividade humana *universal* que se realiza *individualmente*, mas sempre segundo técnicas *historicamente* determinadas (“línguas”). Com efeito, todos os seres humanos adultos e normais falam e, em certo sentido, falam, sempre [...]. Por outro lado, todo falante fala individualmente (mesmo no diálogo): a linguagem não é nunca atividade “coral”. Por fim, a linguagem se apresenta como *historicamente* determinada, como “língua” (italiano, português, francês, alemão, etc.); não há *falar* que não seja *falar uma língua*. (COSERIU, 1980, p. 91, grifos do autor).

A partir dessa noção, Coseriu concebeu os três níveis de fala, que inspiraram o surgimento das tradições discursivas. O primeiro nível diz respeito ao nível universal, que é o falar em geral; o segundo é o nível histórico das línguas; e o terceiro, é o nível individual de textos ou discursos concretos. Os três níveis são coexistentes, uma vez que não se pode falar sem utilizar uma língua e sem gerar um texto (KABATEK, 2006).

A cada um dos níveis referidos acima corresponderia um ponto de vista que pode ser resumido no seguinte quadro extraído de Coseriu (1980, p. 93):

pontos de vista / níveis	<i>ἐνέργεια</i> atividade	<i>δύναμις</i> saber	<i>ἔργον</i> produto
nível universal	falar em geral	saber elocucional	totalidade do "falado"
nível histórico	língua concreta	saber idiomático	(língua abstrata)
nível individual	discurso	saber expressivo	"texto"

QUADRO 1 - Estrutura geral da linguagem
 Fonte: Coseriu (1980, p. 83)

O nível universal refere-se à língua como instrumento que permite ao homem se comunicar, independentemente do idioma que esteja sendo empregado, trata-se da atividade do falar; do ponto de vista da competência, refere-se ao falar em geral, concebido como o saber elocucional, que diz respeito ao conhecimento das coisas; e do ponto de vista do produto, trata-se da totalidade dos enunciados.

O nível histórico diz respeito à língua como sistema de significação historicamente dado, a língua concreta, particular; do ponto de vista da competência, corresponde ao saber idiomático que se refere ao conhecimento das regras, formas e conteúdos de uma determinada língua; e quando se trata do produto, refere-se à língua abstrata, que podemos entender como a língua objetivada pelas gramáticas e dicionários.

Por fim, o nível individual corresponde ao discurso ou texto como enunciação particular e única, figurando, concomitantemente, como expressão da capacidade universal da fala e de uma tradição histórico-cultural; o saber expressivo abarca o conhecimento de uma situação de fala determinada; e como produto trata-se do texto em qualquer que seja a modalidade, oral ou escrita.

De forma sumária, esses três níveis se fazem presentes sempre que alguém fala, quando um determinado enunciador dirige-se ao interlocutor com uma determinada intenção comunicativa, por exemplo, numa situação corriqueira quando duas pessoas encontram-se e iniciam um diálogo. Primeiro, temos o nível universal, uma vez que as pessoas envolvidas na conversa utilizam-se de uma atividade inerente a todos os homens, o falar. Segundo, temos o nível histórico, pois os falantes utilizam um mesmo idioma. E, por último, temos o nível individual que corresponde a uma utilização concreta e particular que é feita no momento em que o(s) indivíduo(s) fala(m).

Foi fundamentado nessa noção dos três níveis de fala que filólogos romanistas alemães retomaram a concepção de tradição discursiva de Coseriu e a integraram ao sistema de estrutura geral da linguagem, mais precisamente no nível histórico.

Para Koch (1997), tanto a história dos textos quanto a história das línguas se encontrariam abrangidas no segundo nível proposto por Coseriu, que seria o nível histórico. Assim, Koch propõe,

baseado nos postulados de Coseriu e Schlieben-Lange, a bipartição do nível histórico, acrescentando, ao lado da história da língua, a história das tradições discursivas. Nas palavras dele:

Considero, portanto, indispensável duplicar o modelo de Coseriu no nível histórico. Paralelamente, ou melhor, dizendo: transversalmente às tradições e normas intralinguísticas, devem ser colocadas também as tradições textuais ou – como as denomino – as tradições discursivas ou normas discursivas. (KOCH, 1997, p. 03)

Desse modo, o nível histórico que foi bipartido passaria a responder por duas dimensões: a língua como sistema, abrangendo a gramática e o léxico; e a tradição discursiva, com o texto. Para esclarecer e melhor visualizar, segue o quadro retirado de Koch (1997):

NÍVEL	DOMÍNIO	TIPO DE REGRAS
Universal	atividade de falar	regras do falar
Histórico	línguas particulares	regras da língua particular
	tradição discursiva	regras discursivas
Individual/atual	Discurso	

QUADRO 2 - A reduplicação do nível histórico coseriano
 Fonte: Koch (1997, 03)

Com a bipartição do nível histórico, temos as seguintes projeções: a língua como sistema, em que se abriga a gramática e o léxico, e a tradição discursiva em que se encontra o texto. Podemos dizer que o nível histórico foi subdividido a fim de esclarecer o fato de que as línguas particulares não devem ser confundidas com tradições discursivas, mesmo que ambas sejam tradições históricas.

No campo das línguas particulares, encontramos as regras inerentes a cada língua particular, isto é, regras intralinguísticas que tratam dos aspectos, por exemplo, morfológicos, fonológicos, sintáticos como é o caso das regras do português, espanhol, francês etc. Quando um indivíduo qualquer, falante do português, sabe que o determinante deve concordar com o nome ao qual se refere como em *A menina era a única que se importava com o pai*, ele está se valendo de regras idiomáticas de uma língua histórica particular.

Quanto às tradições discursivas, estas dizem respeito tanto às formas textuais típicas quanto aos gêneros discursivos, por exemplo, quando um falante, ao escrever uma carta, a inicia com a fórmula *Fortaleza, 15 de julho de 2015*, ele recorre neste momento a regras discursivas estabelecidas pelas similaridades com outros textos de mesma finalidade comunicativa, no caso, os textos epistolares. Logo, sabemos que se trata de saberes distintos, pois um não pressupõe o outro, necessariamente, mas ambos são historicamente determinados.

Portanto, de acordo com Longhin (2014), na esfera dos textos, sua historicidade está no acervo de textos já ditos e escritos, armazenados na memória da comunidade, na forma de modelos linguísticos tradicionais e tal acervo, sempre que mobilizado nas situações de enunciação, requer a repetição de elementos tradicionais, trazendo-os novamente para a cena. A construção do enunciado se faz a partir da conjunção inédita entre os textos previamente estabelecidos que são evocados e

repetidos total ou parcialmente, com a novidade da situação que permite que toda nova enunciação seja um evento único.

3. O programa AntConc e sua contribuição na análise de dados

Para que pudéssemos chegar melhor aos nossos resultados de análise, optamos por aplicar alguns princípios relativos à compilação de *corpora*, para isso, decidimos usar uma das ferramentas computacionais de análise disponíveis, o concordanciador *AntConc 3.4.3w*⁶.

As ferramentas que são utilizadas para a análise de *corpora* têm, nos dias atuais, em estudos linguísticos, um papel bastante importante. Apesar de tais ferramentas terem por base um critério tão somente quantitativo, os dados obtidos são de grande valia para uma análise qualitativa, pois ajudam a perceber variáveis distintas, além de possibilitar um olhar mais aguçado sobre o fenômeno investigado.

Tendo em vista nossos objetivos, escolhemos a ferramenta *AntConc* por se tratar de um *software* livre e que tem a vantagem de ser leve, além de dispensar a instalação, o que facilita o manuseio para pesquisadores/usuários iniciantes. Percebemos que, por meio de seu uso, podemos proceder à análise de modo mais preciso quanto à identificação de determinados termos e expressões (palavras ou frases), uma vez que o programa permite buscas e faz o cálculo estatístico de ocorrência de palavras em seu modo contextualizado.

Desenvolvido por Lawrence Anthony, da Universidade de Waseda, no Japão, o *AntConc* é um *freeware* que está disponível para *download* e apresenta versões para os sistemas Windows, Linux e Mac. De modo resumido, o *AntConc* é um concordanciador que é utilizado para listar as ocorrências de uma determinada palavra ou frase em uma quantidade definida de contextos, para possibilitar buscas e fazer o cálculo estatístico das palavras em um *corpus* escrito.

De acordo com Alberts-Franco (2015, p. 186-187), o *AntConc* é:

um programa escrito em Perl 5.8 utilizando o editor de texto *ActiveState Komodo* e roda em qualquer ambiente *Windows*, bem como em *Macintosh OSX* e *Linux*. As ferramentas que compõem o *AntConc* são: *Concordance*; *Concordance Plot*; *File View*; *Clusters*; *Collocates*; *Word List* e *Keyword List*. *Concordance* gera linhas de concordância de um determinado termo a partir dos textos analisados pelo pesquisador. *Concordance Plot* é um gráfico, semelhante a um "código de barras", que mostra a distribuição, no arquivo em questão, do termo que se está pesquisando. *File View* localiza, no arquivo com o qual se trabalha, as diferentes ocorrências do termo pesquisado. *Clusters* gera uma lista do termo que se pesquisa em ordem ou de frequência, alfabética, de probabilidade ou de suas terminações. *Collocates* gera uma lista ordenada das palavras próximas ao termo pesquisado. *Word List* gera uma lista, ou em ordem alfabética ou por frequência, de todas as palavras que constam dos arquivos selecionados

⁶ Disponível gratuitamente em: <http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html>

para a análise linguística. Por fim, Keyword List gera uma lista de palavras-chave comparando-se a frequência das palavras do corpus de estudo com a frequência das palavras do corpus de referência.

Para nosso objetivo, o programa cumpriu bem seu papel e ajudou na nossa análise do *corpus*. Uma das maiores comodidades para se utilizar esta ferramenta é que após fazer o download do arquivo não é necessário instalá-lo.

Buscamos em nossa pesquisa expressões que possam se configurar como tradições discursivas e possam dar indícios de uma possível reelaboração do gênero denúncia, peça inaugural do processo criminal. Para que consideremos uma expressão como TD, é necessário que esta mesma expressão seja evocada e repetida diante de determinada cena enunciativa; por isso o contexto em que as formas textuais aparecem é fundamental.

O uso desta ferramenta se torna útil tanto para a coleta quanto para a análise de nossos dados, uma vez que a interface do programa é simples e, em uma mesma janela, é possível navegar por diferentes opções de análise. O que mais chamou nossa atenção para a utilização dessa ferramenta em nosso estudo reside no fato de que observamos o contexto em que determinadas expressões se repetem e, conseqüentemente, se configuram como uma tradição discursiva.

Embora não exclua o trabalho manual, o concordanciador facilita e permite um trabalho mais pontual no trato do *corpus*, já que pode ser programado para eliminar elementos que não interessem ao pesquisador.

4. Discussão e análise de dados: as expressões e as tradições discursivas da denúncia

A Linguística, como sabemos, se caracteriza por não ser uma ciência pronta, tampouco definitiva, mas que está em constante evolução, com novas perspectivas de análise, novos paradigmas e novos olhares. Sob esta perspectiva, lançamos nosso olhar para uma categoria específica de texto redigido dentro da esfera jurídica. O tratamento linguístico que os operadores da Justiça dão aos processos criminais e, ainda, a forma como estes textos são percebidos por quem os produz e por quem os recebe são alvo de investigação dentro da área da Linguística. Enfim, são múltiplos os segmentos que podemos considerar quando se trata da análise de gêneros.

Com o intuito de tornar nosso percurso analítico mais claro e objetivo, elaboramos um esquema para melhor mostrar como se deu nossa investigação, que cobriu aspectos ligados ao entorno discursivo e à materialidade textual, propriamente dita:

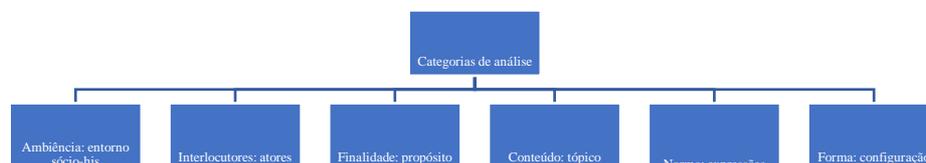


FIGURA1 – Categorias de análise

Fonte: Elaboração própria

Em nosso estudo, focalizamos a categoria da Norma, pois contempla os elementos linguísticos e discursivos mais abrangentes e previsíveis no gênero. A Norma, quando associada à realização de elementos em um contexto coletivo, está diretamente ligada às tradições presentes em uma determinada sociedade, deixando mais evidente o que é utilizado pelos falantes de forma mais regular. Dessa forma, analisaremos as expressões, isto é, as formas textuais de abertura e fechamento que compõem as tradições discursivas do gênero denúncia.

É interessante comentarmos a respeito do tipo de linguagem que encontramos nos textos do nosso corpus, uma vez que se trata de um gênero pertencente à esfera comunicativa jurídica. A linguagem, como sabemos, é o lugar de interação humana, é por meio dela que é possível realizar a interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre os interlocutores, em uma dada situação de comunicação, que por sua vez se insere em um contexto sócio-histórico e ideológico previamente estabelecido. De acordo com Possato (2012, p. 99),

a palavra permeia todos os nossos atos, em todas as instâncias da realidade social, forma-se em todo setor do conhecimento humano uma linguagem e, conseqüentemente, um diálogo particular. À medida que aumenta o grau de especialização de um determinado conhecimento, o vocabulário técnico também se especializa, aumentando a distância entre o diálogo dos iniciados nesse conhecimento e dos não iniciados. Podemos dizer que temos o idioma - a Língua Portuguesa - e os subidiomas de cada área de conhecimento produzindo e alimentando particularidades terminológicas. Dentre esses subidiomas, no Brasil, destaca-se a linguagem jurídica devido à fascinação exercida pela atividade profissional jurídica, atividade reconhecida como espaço de extremo poder.

É dentro desse contexto que nosso corpus está situado, uma vez que o produtor das denúncias, sendo um profissional da área jurídica, portanto, um operador do Direito, utiliza a linguagem especializada que lhe compete para o exercício de sua profissão. Além disso, de um modo geral, os documentos manuscritos, ou não, que se acumulam nos acervos dos arquivos brasileiros representam uma fonte inesgotável de informações, permitindo a comunicação através do tempo e do espaço. Os documentos revelam a escrita de uma época e esta traz à tona a natureza do texto com seus argumentos, propósitos e intenções, e, também, termos particulares, o léxico próprio da área.

O *corpus* da pesquisa é constituído de exemplares da peça introdutória de processos-crime, crimes estes de natureza distintas, registrados no Estado do Ceará, no século XX, os quais se encontram abrigados no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Também, colhemos alguns exemplares do século XXI que encontram-se no sítio do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE). O processo-crime, na íntegra, reúne os feitos ou fatos necessários para que um crime possa ser investigado. Retomando o que já foi dito, trata-se de um gênero que abriga diversos outros gêneros, por isso mesmo revela uma expressiva riqueza de elementos capazes de subsidiar pesquisas quer de cunho histórico, quer de cunho linguístico-discursivo, ou mesmo jurídico.

Para a constituição do *corpus* desta pesquisa, a amostra foi coletada no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Essa constituição seguiu os seguintes passos:

- i) primeiramente as denúncias foram colhidas e avaliadas de acordo com sua relevância em relação à pesquisa;
- ii) em seguida foram fotografadas;
- iii) posteriormente foram transcritas, preservando-lhes a grafia original, bem como o sistema de pontuação e as notações encontradas no texto original.

A transcrição utilizada é a semidiplomática, de acordo com Spina (1994, p. 85) aquela que “representa uma tentativa de melhoramento do texto, com a divisão das palavras, o desdobramento das abreviaturas”, constituindo-se assim em “uma formas de interpretação do original, pois elimina as dificuldades de natureza paleográfica suscitadas pela escritura. Além disso, Cambraia (2005, p. 95) afirma que esse tipo de transcrição se caracteriza pelo baixo grau de intervenção do editor, sendo, por isso, destinada a um público mais restrito e especializado, entre os quais linguistas, historiadores, antropólogos, e seguiu os sinais e as convenções empregados pela equipe nacional do Projeto para a História do Português Brasileiro - PHPB (cf. Anexo).

Para a realização desta pesquisa, a coleta foi feita a partir de escolhas aleatórias dos processos registrados no Ceará, pois julgamos relevante levarmos em consideração os anos em que os crimes foram praticados e não a tipologia criminal, pois isso limitaria muito a nossa pesquisa. Para isso, utilizamos 46 amostras de denúncias, sendo 41 delas correspondentes ao século XX e apenas 05 que correspondem ao século XXI. Tal diferença se deu por conta de utilizarmos as amostras do presente século apenas para contrastar com as amostras do século passado a fim de verificar as possíveis mudanças e/ou permanências no percurso do gênero. Dividimos o *corpus* da seguinte maneira:

Fases	Século XX	Século XXI
Fase 1	1911 – 1940	2001 – 2010
Fase 2	1941 – 1970	-
Fase 3	1971 – 2000	-

QUADRO 3 - Distribuição do corpus por período e quantidade
Fonte: Elaboração própria

Reconhecendo a peculiaridade do discurso jurídico, analisamos algumas expressões, tão recorrentes nesse tipo de discurso. Tais expressões, interpretadas à luz do paradigma das tradições discursivas, revelam-se como formas textuais que fazem parte do acervo da memória cultural de uma comunidade, isto é, modos tradicionais de dizer ou escrever. São justamente essas expressões, essas tradições discursivas, que nos permitem reconhecer um gênero, um subgênero ou mesmo uma unidade retórica de um texto/gênero.

Nas denúncias, identificamos como expressões formas de abertura e de fechamento, e também focalizamos as manifestações linguísticas e discursivas presentes nos textos que demonstram a relação texto-sociedade por meio dos usos linguísticos registrados nessa TD que é o gênero denúncia.

As expressões de uso constante nas aberturas e encerramentos das peças têm grande valor histórico porque são usadas convenientemente mediante regras. Os textos jurídicos, em sua maioria, apresentam documentos que apresentam alto grau de fixidez quanto à organização estrutural e formal. Apresentamos como se estrutura formalmente o gênero denúncia com as partes mais relevantes que se organizam não apenas do ponto de vista da estrutura típica do gênero, mas também linguisticamente, dando destaque para as formas textuais que emergem do texto, o léxico, os pronomes de tratamento, o tempo verbal predominante, entre outras.

O juiz, mencionado no vocativo do texto, é a autoridade judicial máxima a quem o texto da denúncia é destinado, é representado por meio de uma forma honrosa que o distingue dos demais atores sociais presentes no gênero: “Ilustríssimo Senhor Doutor Juiz [...]”. Como percebemos, há dois pronomes de tratamento que caracterizam uma fórmula textual com a qual se inicia a petição jurídica, os quais evidenciam rigor formal e demonstração de respeito inerente ao procedimento jurídico pelo uso dessa expressão, embora para os não conhecedores da área jurídica, este uso possa soar como exagero, já que apenas um pronome seria suficiente para cumprir a função que lhe cabe no texto.

Chama-nos atenção o fato de o pronome de tratamento empregado ser V.Sa. (Vossa Senhoria), e não V.Exa. (Vossa Excelência), como vemos empregado em textos dessa natureza mais atuais. O pronome de tratamento V.Sa., empregado para autoridades de um modo geral, nesses textos também é empregado para uma autoridade em particular: Juiz de Direito. Esse dado, também atestado nos outros exemplares do *corpus*, sinaliza para uma variação no uso do pronome V.Exa., ou uma possível mudança que tenha se operado na forma de dirigir-se aos magistrados.

Após ser referido no vocativo, o juiz passa a ser referenciado em segundo plano nas demais ocorrências. Há um encobrimento do juiz por meio de nominalizações das atividades que cabem a ele realizar, como é o caso da instauração do processo legal, da citação do(a) acusado(a) para comparecer em juízo, da inquirição das testemunhas e da condenação do(a) denunciado(a).

No texto, o promotor faz referência a si mesmo em terceira pessoa, como uma forma de se distanciar do texto. Ele se autorrepresenta, de modo implícito, no texto por meio de expressões como “oferece denúncia”, “vem denunciar”. “pede-se [...] que se instaure”, “que se ouçam[...]”. Essa forma de encobrimento de si pode ser devido ao fato de assumir que os leitores, dentro do contexto jurídico em que estão inseridos, têm o conhecimento prévio sobre o agente e, com isso, evita a

redundância. A sua personalização se dá apenas no momento da assinatura, em que é mencionado seu nome e sobrenome, seguido de sua função, Promotor de Justiça.

Há a tendência em usar a terceira pessoa do discurso à primeira. Pensamos ser uma forma de mostrar polidez e soar menos pretensioso em sua petição, uma vez que ele está falando em nome do órgão que está representando e o que se pretende é alcançar êxito e obter a condenação do réu, tentando mostrar, portanto, imparcialidade.

Ressaltamos que as escolhas léxico-gramaticais no texto apresentado na denúncia fortalecem a argumentação presente no enunciado do produtor para que as ações do acusado sejam interpretadas pelo juiz como intencionais e, portanto, passíveis de condenação.

Nas denúncias identificamos o constante uso de abreviaturas como é o caso de [fls]. para se referir a folhas, [art]. para artigo, [cod]. para código, entre outras, ressaltamos que todas as abreviaturas foram desenvolvidas na transcrição seguindo a norma de edição do PHPB. No entanto, o que mais chama atenção reside na ortografia de algumas palavras que se distinguem da forma como escrevemos atualmente, como é o caso de assignado, atribuições, facto, deshonestas, phisicamente, delicto, ella, sciente, réos, legaes, etc.

Durante a produção de uma denúncia, expunha-se seu objetivo central, sua razão de ser. Sempre que esse momento se fazia necessário pelo desenvolvimento do texto, utilizava-se uma fórmula composta pelo ato de fala de “tornar conhecido determinada ação criminal”, por meio de uma narração que tem início com a expressão que ora se realizava como “pelo | facto delictuoso que:”, com a variação “pelo fato delituoso que:”, e ainda na forma “pelo facto criminoso que:”, seguido dos dois pontos indicando que teria início o resumo narrativo. Para melhor contextualizar o leitor acerca de como essas expressões compunham as denúncias, mostraremos a seguir um excerto transcrito de uma denúncia:

[fl 1 frente] Ilustríssimo Senhor Doutor Juiz Substituto da 2a vara. A. Como pede, o Escrivão designa | dia, hora para proceder-se á | das testemunhas|| Fortaleza, 18 de Fevereiro, 1911. | Gabriel Cavalcante. || O Promotor de Justiça desta Capital, | no desempenho de suas funcções, vem a-|presentar a Vossa Senhoria denuncia contra Julio | Nunes dos Santos, pelo facto criminoso que | passa a relatar: || No dia 1º de Dezembro do anno pas-|sado por volta de 10 horas da manhã, na | rua Barão do Rio Branco, areias, o de-|nunciado, após um incidente de pequeno al-|cance moral com sua noiva Raymunda | Paulina da Silva, sacou de um rewover, | e disparando um tiro, alvejou a cabeça da | inditosa rapariga, produzindo-|lhe um feri-|mento grave, do qual veio a falecer no dia | 5 do referido mez, conforme os autos de cor-|po de delicto ‘e exame cadaverico de folhas. [...]

TEXTO 3 – Denúncia de ferimentos

Fonte: APEC

A expressão ‘pelo facto delictuoso que’, utilizada para dar início ao processo narrativo que leva ao juiz o conhecimento acerca da motivação do delito cometido, é repetida em 10 textos de autores diferentes. Essa ocorrência demonstra que a escolha de inseri-la em sua petição vai depender da

opção do autor do texto, portanto, não há regras para o uso dessa fórmula, cada promotor utiliza aquela que mais está acostumado a usar, por isso existem variações desta mesma expressão.

Em outros textos, mais precisamente em 12 denúncias, vemos o emprego de uma fórmula textual semelhante à anterior, por isso dizemos que ela é uma variação, que pode ser descrita como “[x] fato delituoso [y]”, em que o [x] pode ser preenchido por “pelo”; “o”; “no” e “seguinte”, no caso de textos do século XXI, e no [y] pode ser usado “que”; “seguinte”; “descrito”; ou ainda seguido de dois pontos [:], como podemos ver no quadro;:

Pelo	fato delituoso	que:
O		seguinte:
No		descrito:
Seguinte (Séc. XXI)		(:)

QUADRO 4 - Distribuição da expressão de abertura
 Fonte: Elaboração própria

A expressão adotada nas denúncias nos mostra também que aparece em textos de autores diferentes, mas que cumpre a mesma função no que se refere ao projeto de dizer da fórmula anteriormente descrita.

Acreditamos haver uma tendência que pode estar ligada ao estilo que o produtor empresta ao seu texto, uma vez que não existe apenas um modo de dizer dos crimes, pois encontramos uma terceira fórmula textual, “pelo facto criminoso que”, que cumpre a mesma função das outras no que diz respeito à narração da motivação do delito e encontramos apenas quatro ocorrências.

Salientamos que nem todas as denúncias apresentavam tal forma textual; algumas não indicavam o início da narrativa, apenas continuavam o texto sem nenhuma indicação de limite entre unidades retóricas. Como ocorre no trecho a seguir:

[fl.1 frente] *Ilustríssimo Senhor Doutor Juiz Municipal da 1a Vara de Fortaleza:* || A. Recêbo a denuncia. Faça-se a citação do | denunciado para se vêr processar e julgar | e para o [ilegível] em dia [ilegível] || O Primeiro Promotor de Justiça da Capital vem, no uso de suas | atribuições legais e baseado no inquerito policial incluso, apresen-|tar a Vossa. *Senhoria*. Denuncia contra JOSÉ PAULO DA SILVA, brasileiro, na-|tural de Aracaty, deste Estado, estivador, casado, maior, residente á | rua Braga Torres, n. 483, alfabetisado. || Vivía na companhia do denunciado a sua cunhada MARIA ESTELA | DA SILVA, maior, pessoa de bons costumes, tendo então ele achado que | em vista disso Estela deveria obe[de]cer-lhe totalmente, chegando a | querer proibir sua cunhada de entreter palestras com suas amigas. [...].

TEXTO 4 - Denúncia de ferimentos
 Fonte: APEC

No que diz respeito ao encerramento da peça inicial processual das denúncias coletadas, a forma textual que mais se repete é a que apontamos como ‘requer que’

A fórmula textual “requer que” é o modo de enunciar mais usado pelos promotores para finalizar as denúncias. Do total de 46 textos, ela se repete em 13 denúncias abrangendo os dois séculos. Tal forma é bem característica do gênero devido ao projeto de dizer inerente tanto ao gênero quanto à forma textual, pois, para finalizar o documento, o promotor faz sua petição de acordo com o relato que fez e embasado na lei que determina que punição o infrator deve sofrer por ter cometido qualquer que tenha sido o delito criminoso. Apesar de aparecer em menos da metade do *corpus*, essa forma de texto mostra que a mudança não foi concretizada, porém demonstra que houve pelo menos uma sinalização para que uma possível mudança ocorresse, salientamos ainda que essa mudança não ocorreu por que não houve, de fato, uma substituição das formas.

Além das formas textuais encontradas anteriormente, outra fórmula textual que tomamos como tradição discursiva de encerramento e que se destaca nas peças acusatórias iniciais é a que tem início com a forma “e que se”, seguida das formas verbais “ouçam” ou “observem”.

No que se refere a esta tradição discursiva, ela é evocada e repetida sempre que o promotor de justiça deseja pedir a convocação das testemunhas, uma vez que, para a completa formação da culpa do acusado, torna-se necessário que se peça a inquirição das testemunhas arroladas por ele na denúncia. Dessa forma, o verbo “pedir” é bastante recorrente nas denúncias e raramente é conjugado em primeira pessoa, sendo por diversas vezes utilizado na forma impessoal, na forma “pede-se”.

A forma verbal repete-se em 15 textos de autores diferentes nas denúncias, seguida, na maioria das vezes pela conjunção conclusiva “portanto”, e pelo pronome relativo “que”, o que evidencia que o promotor se dirige a seu enunciatário com a intenção conclusiva de fazer um pedido após narrar as informações criminais embasadas na lei.

É esperado observarmos que a língua, com o passar do tempo, sofra modificações. Essas modificações também são percebidas nos usos que são feitos. Em denúncias registradas no início do século XXI, identificamos alguns traços de mudança e vestígios de permanência quanto à norma linguística. De imediato, percebemos que os promotores mantiveram o emprego da norma culta, pois a prática discursiva não mudou e continua requerendo esta variedade da língua, embora não seja raro encontrar discrepâncias sobretudo de natureza ortográfica.

Percebeu-se, no decorrer da análise, que o conteúdo das denúncias do século XXI tornou-se mais extenso devido ao acréscimo de informações prestadas no inquérito policial, fato este que não constava nas denúncias produzidas no século passado. Assim, os promotores passaram a utilizar a linguagem cada vez mais a seu favor no momento de construir sua argumentação perante o juiz ordinário, pois, além de relatar o crime, eles também justificam mais detalhadamente a razão do oferecimento da denúncia, diferentemente da forma como faziam os promotores do século XX, pois, enquanto aqueles mencionavam quais leis haviam sido infringidas, os contemporâneos fazem um relato minucioso acerca da ação criminoso na tentativa de suceder positivamente na petição.

Abaixo podemos averiguar como essa justificativa de se oferecer a denúncia é extensa:

A EXORDIAL LIBELÁRIA E A INCIDÊNCIA || DE UMA EXCLUDENTE DE ILICITUDE || Indagar-se -ia: Es-
tando pois, o Representante do Ministério Público, diante de uma excludente de ilicitude, mormente a
legítima defesa, | não poderia requer o arquivamento das peças de informação, pedindo a absolvição do
pretense indiciado? || "Pode o promotor de justiça no Plenário do Júri pedir a absolvição do réu, sem que
o fato constitua nulidade. Dos termos dos artigos. 471 | e 564, n.º III, "I", do Código de Processo Penal não
se infere que o representante do Ministério Público seja sempre obrigado a acusar, | ainda contra sua
consciência, desde que não encontrou elementos para refutar a defesa" (RT 496/265). || Contrariando a
todos s, devemos confessar que o assunto não é tranqüilo entre os doutrinadores. || O Promotor de Jus-
tiça, no momento da denúncia, não pode presumir que o réu é inocente, e conseqüentemente deixar de
oferecê-la, | justamente porque estaria retirando o direito do próprio réu de ver-se julgado por seu juiz
previamente competente, que é o juiz togado | - competência singular -, o Tribunal - competência origi-
nária -, ou juiz popular - competência do Tribunal do Júri. Deve deixar que o seu | verdadeiro julgador
faça as vezes do julgamento, tendo incidência o in dubio pro reo quando da sentença final, ao analisar a
prova (O | in dubio pro reo também tem incidência na interpretação da lei, se o intérprete não conseguir
descobrir a intenção da lei depois da | utilização de todos os meios interpretativos. Damásio Evangelista
de Jesus, Direito Penal, Volume.1, página. 37, diz, citando Asua e Alípio | Silveira: "se a vontade da lei não
se forma nítida, se não chegar o juiz a saber se a lei quis isso ou aquilo, ou se nem ao menos | consegue
determinar o que ela pretende, deverá seguir a interpretação mais favorável ao réu (desde que usados
todos os meios | interpretativos)" || Acerca do tema, nos reportamos as lições do professor Romeu de
Almeida Salles Junior, em seu festejado livro publicado pela editora JALÓVI Inquérito policial e ação penal:
|| Diz o Representante do parquet Bandeirante: || "Em nosso trabalho intitulado " Do crime"(S.Paulo, Bra-
silivros,1980,p.44) formulamos uma pergunta: pode haver tipicidade sem que | haja antijuricidade" ? . É
evidente que a resposta é afirmativa, e no trabalho mencionado citamos, como exemplo, a excludente do
| Estado de necessidade, prevista no art 19I, do Código Penal. || A lançado ás águas do mar por ocasião de
um naufrágio, consegue apoiar-se numa taboa. Quando ali se encontrava B, que também se | achava no
navio, busca apoio na mesma tábua. Esta não resiste ao peso de ambos e irá ao fundo provocando a morte
a morte dos dois | naufragos.. || A, par preservar a sua vida, investe contra B, matando-º Com isso consegue
a tábua para si, safando-se com vida do desastre. || Atháide Monteiro da Silva, Procurador -Geral da Jus-
tiça do Estado de mato grosso e na época Presidente da Associação Mato - | grossessense do Ministério
Público, publicou n Revista Justitia da APMP(A)ssociação paulista do Ministério Público),, falando sobre o
| rigorismo técnico processual, do qual aduzimos nossa libelaria peça prefaciante , nos remete o seguinte
comentário, que ,por interessante | transcrevemos in verbis: || Não é defeso ao Ministério em recebendo
os || De inquérito policial ou conhecendo de || Elementos outros de informação, deixar de || exercer o "Jus
denunciandi, se se || convencer, fundamentalmente, de que o indiciado || agira sob o pálio da legítima
defesa"(pág. 93) || Como afirmamos anteriormente, o agente da pretensão punitiva, em situações análogas
ao caso sub lite, fica atrelado ao formalismo | técnico processual em cumprimento do andamento cons-
titucional do tradicional Juízo natural crimes dolosos contra a vida. || A ação física do tenente David Serra
Nóbrega é cristalina de legítima defesa, quando arriscando a sua própria vida, atirou em dois | marginais
perigosos, que, com certeza, se assim, não fizesse, este dois mórbidos e indesejáveis indivíduos ceifaria a

vida do brilhante | militar e de sua noiva, ficando a nossa milícia desfalcada de homem tenacidade e coragem. || Qualquer estudante de direito, não importa o nível, amoldaria a conduta do Tenente Davi Serra Nóbrega como excludente de legítima defesa || Júri. "A lei assegura aos acusados ampla defesa, ainda quando o defensor transpõe os limites da ética e da moral" (Rel. Lívio da | Fonseca Prates, RJTJRS, 36/95).

TEXTO 5 - Denúncia de assalto
Fonte: APEC

No excerto acima, verificamos que o promotor escreve este trecho da denúncia demonstrando que constrói seu discurso tentando justificar sua denúncia, por estar sempre na defensiva de que se faz necessário oferecê-la, visto que o alvo é um oficial da polícia militar que reagiu a um assalto e matou os assaltantes. O enunciador faz referência a obras escritas por juristas que justificam a legítima defesa para fazer valer seu discurso por meio da argumentação por autoridade. A utilização da linguagem em termos técnicos parece demonstrar que há uma preocupação maior em atingir o destinatário e impressionar através do discurso.

No final do texto ainda é possível perceber como o promotor procede para o encerramento de sua petição. Abaixo vemos que não se diferencia do que já expusemos acima quando tratamos de denúncias do início do século XX:

|| Deste modo e porque o denunciado praticou o ato, amoldado ao aquetipo semântico do art 121 do do Código Penal Brasileiro, é contra | ele oferecida a presente peça vestibular acusatória, iniciadora da ação penal pública incondicionada, esperando o agente da pretensão | punitiva, que Vossa.Excelência a receba, ordenando a citação do acusado par os atos e termos do processo, até final julgamento, e |, posteriormente, levado a´tribunal do júri.

TEXTO 6 - Denúncia de assalto
Fonte: APEC

Essas constatações nos remetem a Koch (1997), que defende que os enunciados, além das regras da língua histórica, também seguem regras de modelos textuais, que são as tradições discursivas. Portanto, percebemos que o gênero ainda mantém muito do que era produzido no início do século XX com o emprego da variedade culta, fórmulas de abertura e encerramento, salvo a introdução de latinismos, vocabulário especializado, informações apuradas pela investigação policial para ajudar na condução argumentativa.

5. Considerações finais

Ao observarmos o desenvolvimento de uma tradição discursiva, no caso, a denúncia, vimos como os gêneros estão suscetíveis às mudanças, mesmo aqueles que julgamos mais rígidos.

A categoria aqui analisada torna possível reconhecer as expressões que evocam as tradições de abertura e de encerramento das denúncias. Nossa análise evidenciou aspectos linguísticos que compõem a denúncia, como as expressões que caracterizam a abertura e o encerramento da peça processual.

As denúncias produzidas até meados do século XX seguiam os mesmos padrões formais e discursivos, tanto que as fórmulas de abertura e encerramento se repetiam e evocavam uma mesma tradição discursiva em diversas denúncias, no entanto, com o passar dos anos, um novo século adentrou e marcou uma nova fase do judiciário. Agora surgia uma nova forma de se dar início à petição, com recursos mais variados, e não menos polêmicos, de uso da linguagem, como referências a obras de autores especializados, emprego de expressões latinas para demarcar o discurso, expressões arcaicas tão criticadas pela sociedade leiga no assunto.

A linguagem utilizada pela Justiça é uma linguagem pública, social e cívica. Os operadores que utilizam essa linguagem não falam só para si, sobre eles recai o dever de conservar e aprimorar a capacidade de interlocução com o auditório mais amplo que é a sociedade. Neste universo tão particular e ao mesmo tempo tão aberto, falar ou escrever nunca é um ato banal, pelo contrário, é a construção da argumentação, a utilização da linguagem como instrumento de racionalidade e de convencimento.

Ainda que de forma breve, os resultados nos permitiram apresentar sucintamente as transformações pelas quais a denúncia passou no curso de sua trajetória. Os resultados foram obtidos graças ao estudo de cunho diacrônico, pois nos ajudaram a nos debruçar sobre essa tradição discursiva em busca de investigar o que antes era completamente desconhecido e distante da realidade com que víamos o gênero denúncia.

A linguagem empregada em denúncias que remontam ao início do século XX demonstra ser bem mais acessível, do ponto de vista de ser entendida por especialistas e leigos, que a empregada nos dias atuais; aquela forma de escrever simples e mais sucinta foi perdendo seu espaço para uma escrita mais elaborada. Essa mesma linguagem passou a ser utilizada de forma distinta pelos representantes da lei em função das novas demandas sociais, agregou-se a ela expressões latinas, vocabulário mais rebuscado, riqueza na apresentação dos detalhes das informações colhidas pela investigação, o fato é que a linguagem cumpriria bem sua função na interação entre os interlocutores, isto é, entre o Promotor e o Juiz.

Essa mudança interferiu diretamente na extensão das denúncias. Até 1950, os textos eram escritos em até no máximo 4 laudas; a partir dos anos de 1990, por exemplo, as petições iniciais costumavam ser escritas em até 8 laudas, visto que os promotores, atendendo as mudanças sociais, como é o caso da chegada da informática no judiciário, passaram a pormenorizar o modo como o crime ocorreu, a fim de evitar o rito sumário e, conseqüentemente, o conteúdo transmitido pela peça processual tornou-se mais extenso.

É evidente que, em nossa análise, percebemos que o aspecto da norma que caracteriza o gênero não se manifesta exatamente do mesmo modo ao longo dos séculos XX e XXI. É justamente essa a contribuição do olhar para os textos de sincronias passadas, pois nos permite mostrar as transformações observadas no interior de um gênero. Essa contribuição se deu também para mostrar que uma característica tida como marcante naquela prática discursiva é resultado de uma construção histórica, além de evidenciar que a forma como conhecemos um gênero em nosso tempo pode não ter se manifestado sempre da mesma forma.

Por último e não menos importante, salientamos a importância das ferramentas criadas para análise de *corpora* por exercerem papel muito importante na pesquisa linguística, em especial, nesta. Sem dúvida alguma a utilização do concordanciador foi decisiva no momento de contabilizar as ocorrências. Pudemos melhor visualizar as frequências com que uma expressão se repetia no texto e se configurava como uma tradição discursiva.

REFERÊNCIAS

ALBERTS-FRANCO, Cristina. Linguística de corpus e terminologia bilíngue: o programa AntConc e a extração de termos em alemão. In: *The ESpecialist*, São Paulo, vol. 36, nº 2, p.182-202, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/download/23977/17279>. Acesso em: 10 set. 2020.

ARAÚJO, Júlio César R. *Os chats: uma constelação de gêneros na internet*. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: arquivo do estado, imprensa oficial, 2002. 120 p. (PROJETO COMO FAZER, vol. 8).

COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral* (edição revista e ampliada pelo autor). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

KABATEK, Johannes. Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: JACOB, D.; KABATEK, J. (Ed.) *Lengua medieval y tradiciones discursivas em la Península Ibérica*. Frankfurt am Main: Vervuert/Madrid: iberoamericana, 2001.p. 97-132.

KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança linguística. In: Tânia Lobo / Ilza Ribeiro / Zenaide Carneiro / Norma Almeida (Orgs.): *Para a História do Português Brasileiro*, Vol. VI: Novos dados, novas análises, Tomo II, Salvador, Bahia: EDUFBA 2006, 505-527.

KOCH, Peter. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B., HAYE, T., TOPHINKE, D. (Hrsg.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. p.43-79. Tradições discursivas: de seu status linguístico teórico e de sua dinâmica. Tradução: Profa. Dra. Alessandra Castilho da Costa.

KOCH, Peter; ÖSTERREICHER, Wulf. *Lingua hablada em la Romania: Español, Francês, Italiano*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. *Tradições discursivas: conceito, história e aquisição*. São Paulo: Cortez, 2014.

POSSATO, Maria Carmem Guimarães. As interfaces da linguagem jurídica. *Âmbito Jurídico*, v. Ano XV, p. 99, 2012.

Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11494

Acesso em: 8 set. 2020.

ZAVAM, A. S. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornais*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

RELATÓRIO DE PESQUISA

Tradições discursivas no gênero editorial praticado no Brasil e na Argentina: a expressão do campo dêitico nos séculos XX e XXI

Lucineudo Machado IRINEU 

Universidade Estadual do Ceará (UECE)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Valéria Severina Gomes (UFRPE)
- Aurea Zavam (UFC)
- Konstanze Jungbluth (EUV)

AVALIADO POR

- Rose Mary do Nascimento Fraga (UFRPE)
- Robson Carapeto Conceição (UFF)

DATAS

- Recebido: 16/11/2020
- Aceito: 27/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Irineu, L. M. (2020) Tradições discursivas no gênero editorial praticado no Brasil e na Argentina: a expressão do campo dêitico nos séculos XX e XXI. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 699-714, 2020.

RESUMO

Este artigo objetiva analisar os recursos dêiticos que evidenciam a expressão diacrônica do conjunto de imagens de si projetadas por editorialistas do *Journal do Brasil (JB)* e do *Clarín (CL)* em textos publicados nos séculos XX e XXI, mais precisamente entre os anos de 1945 e 2014. Para dar conta desse objetivo, do ponto de vista teórico, debruçamo-nos sobre o conceito de tradições discursivas a partir dos trabalhos de Kabatek (2001) e outros pesquisadores, ampliando-o na direção de um diálogo com os estudos em *Análise do Discurso*. Do ponto de vista metodológico, voltamo-nos ao exame de recursos dêiticos pessoais, temporais, sociais e modais e sua realização como elementos linguístico-discursivos indiciadores da emergência das imagens de si nos 50 textos que compõem o *corpus*, segundo cada periódico selecionados, em termos de mudanças e permanências no recorte temporal estabelecido. Do ponto de vista analítico, constatamos, de modo amplo: (i) nos dados relativos à primeira geração de textos (1945 a 1979) do JB, predomínio de dêiticos na primeira pessoa, ou seja, no plural inclusivo (expressão do ponto de vista enunciativo), seguido de vestígios de mudança nesta categoria na segunda geração de textos (1980 a 2014); e (ii) nos dados relativos à primeira geração de textos (1945 a 1979) do CL, predomínio de dêiticos temporais de natureza adverbial (expressão de tempo presente que se reporta a um passado próximo e/ou a um passado distante), seguido de vestígios de mudança nesta categoria na segunda geração de textos (1980 a 2014).

ABSTRACT

This article aims to analyze the deictic resources that show the diachronic expression of the set of images of themselves projected by editorialists from *Jornal do Brasil* (JB) and *Clarín* (CL) in texts published in the 20th and 21st centuries, more precisely between the years 1945 and 2014. To achieve this objective, from a theoretical point of view, we focus on the concept of discursive traditions based on the work of Kabatek (2001) and other researchers, expanding it towards a dialogue with studies in Discourse Analysis. From a methodological point of view, we turn to the examination of personal, temporal, social and modal resources and their realization as linguistic-discursive elements that indicate the emergence of images of the self in the 50 texts that make up the corpus, according to each selected journal, in terms of changes and permanences in the established time frame. From an analytical point of view, we found, broadly: (i) in the data relating to the first generation of texts (1945 to 1979) by JB, predominance of deictics in the first person, that is, in the inclusive plural (expression of the point of view enunciative), followed by traces of change in this category in the second generation of texts (1980 to 2014); and (ii) in the data related to the first generation of texts (1945 to 1979) of the CL, predominance of temporal deictics of an adverbial nature (expression of present time that refers to a near past and / or a distant past), followed by traces of change in this category in the second generation of texts (1980 to 2014).

PALAVRAS-CHAVE

Tradições discursivas. Editoriais. Campo dêitico. Séculos XX e XXI.

KEYWORDS

Discursive traditions. Editorials. Deictic field. 20th and 21st centuries.

Introdução

Tomando como pressuposto que “não se deve esquecer que tradições discursivas estão relacionadas ao linguístico, mas não são, de modo algum, puramente linguísticas” (KOCH, 1997, p. 79) e que áreas como a Análise do Discurso “não rejeitam, na atualidade, a perspectiva histórica para oferecer uma confirmação genética a suas respectivas hipóteses” (KABATEK, 2001a, p. 07), neste artigo, parto dos estudos discursivos e filológicos para analisar os recursos dêiticos que evidenciam a expressão diacrônica do conjunto de imagens de si projetadas por editorialistas do *Jornal do Brasil* (JB) e do

Clarín (CL) em textos publicados nos séculos XX e XXI. A execução desse objetivo orienta-se pela tese que postulo de o conceito de tradições discursivas (doravante TD) lança luz à investigação de fenômenos discursivos, a exemplo da expressa diacrônica de imagens de si.

Em uma pesquisa qualitativa, analiso 50 exemplares de editoriais organizados em duas grandes gerações de 35 anos cada (de 1945 a 1979 e de 1980 a 2014) e coletados/editados, entre 2013 e 2014, quando estive na Universidade de Buenos Aires (doravante UBA) como pesquisador-bolsista em estágio doutoral realizado com financiamento do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES), experiência essa que me possibilitou o acesso aos arquivos públicos do Clarín preservados na Biblioteca Nacional Argentina, bem como o acesso às técnicas de manuseio e tratamento de material histórico para a realização de pesquisas científicas nos acervos do CL e do JB.

Por sua natureza interdisciplinar, a pesquisa empreendida se mostra como uma possibilidade de ampliação dos estudos sobre tradições discursivas na medida em que se volta para a análise de questões textuais, genéricas e, sobretudo, discursivas, como vemos a seguir. Assim, de início, situo o conceito de tradições discursivas do qual parto para a análise que empreendo nos dados selecionados.

1. Tradições discursivas do campo dêitico em editoriais do JB e do CL: notações conceituais

Johannes Kabatek dedicou-se ao estudo de tradições discursivas, redimensionando-o a partir da análise dos vestígios de mudança e de permanência pelos quais passam os índices linguístico-textuais ao longo de dado período histórico.

Segundo Kabatek (2001a), as pesquisas em Análise do Discurso não devem descartar a perspectiva diacrônica para oferecer uma confirmação histórica a suas questões de pesquisa (e para oferecer uma interpretação histórica a seus objetos de pesquisa) com relação aos mecanismos e princípios que regem a comunicação verbal. Ao tomar as TD como modos de comunicação analisáveis “em categorias da pragmática universal e que servem para identificar os traços universais próprios de cada constelação discursiva no plano histórico” (KABATEK, 2001a, p. 08, tradução nossa¹), o teórico argumenta que as tradições discursivas são espécies de moldes históricos e normativos que se repetem com valor de signo, ou seja, que se apresentam segundo formas textuais, textos ou modos de dizer no curso histórico, no plano da significação.

Ao investigar as tradições discursivas medievais em textos jurídicos castelhanos, Kabatek (2001b) estabelece uma relação entre transformação linguística e tradição que passa a ser observada

¹ No original: “modos de comunicación, que se miden en categorías de pragmática universal y que sirven para identificar los rasgos universales propios de cada constelación discursiva en el plan histórico”.

nos estudos linguísticos de modo mais evidente no que se refere à busca da autenticidade da variação diacrônica, priorizando-se a análise comparada de textos de mesma natureza ao longo do tempo.

Neste sentido, a maior contribuição dada pelo autor à Teoria das Tradições Discursivas foi o fato de haver postulado que, além de estarem situadas em um nível histórico da linguagem distinto do nível em que estão situadas as línguas, as TD apresentam traços definidores ligados à significação, ou seja, apresentam valor de signo próprio, enfatizando que: (i) nem toda tradição é discursiva (as pinturas, por exemplo, são tradições, mas não do discurso) e que (ii) nem toda repetição linguística é uma TD.

Este pensamento de Kabatek (2001b) destaca que a repetição de uma forma textual, de um texto e/ou de um modo de dizer só pode ser tomada como uma TD a partir do momento em que se estabelece no curso histórico de modo recorrente e com valor de signo (ou seja, com sua expressão para além do plano do significante), o que significa dizer que as combinações linguísticas que realizamos diariamente na construção de frases/períodos não necessariamente são TD.

Partindo do reconhecimento de que as TD estão circunscritas, de início, ao nível histórico proposto por Coseriu (1980), Kabatek (2001, p. 99, tradução nossa²) confirma que a historicidade das tradições discursivas de fato é distinta da historicidade das línguas na medida em que:

A historicidade das línguas corresponderia às línguas históricas como o francês, o alemão e o espanhol com suas variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas; ao passo em que a historicidade discursiva seria, por exemplo, a da história dos gêneros textuais, dos atos de fala, dos gêneros literários e retóricos e dos estilos. Falar seria, pois, uma atividade universal que se realizaria através de um duplo filtro tradicional: a intenção do ato comunicativo teria que passar em cada momento pela ordem linguística que encadeia os signos de uma língua segundo suas regras sintáticas e pela ordem textual que atualiza certas tradições discursivas.

Das palavras de Kabatek (2001), depreende-se que as imagens de si de editorialistas, quando estudadas sob a prisma da diacronia, estão relacionadas à “historicidade discursiva”, ou seja, à historicidade “dos gêneros”, “dos estilos”, dos modos de dizer.

Em termos composicionais, uma TD pode se configurar com base em qualquer elemento significável, seja de forma ou de conteúdo. Este elemento está envolvido em um processo de evocação que estabelece um laço de união entre atualização e tradição de dado elemento no discurso. Trata-se de uma relação que se estabelece semioticamente, entre pelo menos dois enunciados “seja enquanto ato de enunciação em si, seja enquanto elementos referenciais”, em função da forma textual ou dos elementos linguístico-discursivos empregados (KABATEK, 2006, p. 09).

Destaque-se que a relação entre as tradições se dá em função de um conteúdo, de uma língua e/ou de uma forma com base em duas situações (ou mais) que evocam textos relacionáveis. A estas situações dá-se o nome de constelação de entornos (KABATEK, 2006), o que, a nosso ver,

² No original: “la historicidad de las lenguas correspondería a las lenguas históricas como francés, alemán o español con sus variedades diatópicas, diastráticas y diafásicas; mientras que la historicidad discursiva sería, por ejemplo, la de la historia de los géneros textuales, los actos de habla, los géneros literarios y retóricos y los estilos. Hablar sería, pues, una actividad universal que se realizaría a través de un doble filtro tradicional: la intención del acto comunicativo tendría que pasar en cada momento por el orden lingüístico que encadena los signos de una lengua según sus reglas sintácticas y por el orden textual que actualiza ciertas tradiciones discursivas”.

corresponde ao conjunto de fatores contextuais e/ou circunstanciais (tempo, espaço, dentre outros) em relação aos quais se concretizam os atos de linguagem executados pelos indivíduos.

Neste tocante, na concepção de Kabatek (2006), no plano da enunciação, sempre há uma ação historicamente determinada em duas direções: produz-se um texto segundo a tradição histórica de uma língua (uma gramática e um léxico) e segundo uma TD. Por este pressuposto confirma-se a hipótese de que a historicidade de uma tradição no discurso reside de fato na repetição de algo (uma forma textual, um texto ou um modo de dizer), com valor significável, em termos de continuidade ou de ruptura. Assim, Kabatek (2007, p. 07) conceitua TD como:

A **repetição** de um **texto** ou de uma **forma textual** ou **de uma maneira particular de escrever** ou falar **que adquire valor de signo próprio** (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma **relação de união entre atualização e tradição**; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (**atos de enunciação** ou elementos referenciais) **que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados** (grifos meus).

O conceito proposto por Kabatek (2007) me parece crucial para a compreensão da face diacrônica das imagens de si e de suas evidências linguístico-discursivas, na medida em que trata das TD como uma repetição, no plano da significação, em três dimensões basilares: o texto, a forma textual e a maneira particular de escrever ou falar. Por “forma textual”, compreendem-se as estruturas textuais recorrentes que se constituem como TD no curso de dado recorte temporal (uma forma verbal, por exemplo); por “texto”, compreendem-se segmentos textuais (porções de textos) mais complexas que estruturas (a exemplo da abertura de uma carta) consideradas TD; por “maneira particular de escrever ou falar” (dimensão que me interessa particularmente), compreendem-se os modos de dizer, a exemplo das formas de interação em dados gêneros.

Para Kabatek (2007), assim como as formas textuais, os textos e os modos de dizer, os gêneros são também tradicionais e podem ser conceituados como TD. Esta afirmação, feita à luz dos postulados de Maingueneau (2008), pode ser assim compreendida: a construção das imagens de si (ethos) e de fenômenos discursivos em diacronia relacionados ao estilo está, de certo modo, condicionada à inscrição destes fenômenos em uma cena genérica.

O valor de “signo próprio” a que se refere o autor está relacionado ao fato de uma repetição só poder ser tomada como TD quando significa, ou seja, quando constrói significado para além do significante, para além da forma linguística. Se, então, uma TD é uma repetição “com valor de signo próprio”, é no curso do tempo que o elemento repetido estabelece uma relação de união entre “atualização e tradição” no plano da mudança ou da inovação.

Ao conceber ethos como a imagem de si que o enunciador faz revelar no ato enunciativo através da instauração de uma voz social, ou seja, como um fenômeno discursivo que deixa marcas de sua existência na cadeia enunciativa, toma-se a noção de TD proposta por Kabatek (2007) como um requisito conceitual que estabelece um diálogo epistemológico com a Análise do Discurso.

O conceito proposto por Kabatek (2007) iluminou e segue iluminando desdobramentos dos estudos sobre TD. É graças aos trabalhos dos representantes da Filologia Românica alemã que os

estudos sobre o fenômeno tradicional no discurso expandiram-se de modo surpreendente para outros domínios da Linguística nos últimos tempos, a exemplo de sua inserção na Análise de Gêneros.

Assim como a postura epistemológica que assumo nesta pesquisa, outros pesquisadores assumiram para si a tarefa de relacionar seus trabalhos sobre TD às “diferentes heranças das distintas escolas”, como é o caso de Zavam (2009), na tese de doutorado em que delineia uma metodologia para a análise de gêneros do âmbito jornalístico, considerando os processos de modificação pelos quais passa um gênero, no que se refere aos traços de mudança e de permanência que apresentam em suas dimensões textual e contextual.

Acredito que a repetição destes modos de dizer, na constituição do ethos, revela certos índices linguístico-discursivos que sinalizam para tradições discursivas que, em conjunto, ao longo dos séculos XX e XXI, expressam o modo cultural e social de ser dos povos latinos cuja identidade se constrói em perspectiva híbrida (mesclas culturais) e intercultural (contato entre culturas heterogêneas), em constante mudança, entre a tradição e a atualização.

Todo este processo se dá no plano da significação: os índices que sinalizam para as TD se repetem com valor de signo ao longo dos séculos; as imagens de si que os enunciadores deixam revelar no discurso jornalístico se constroem com valor de signo de uma geração a outra de textos. Em síntese, a expressão das imagens de si nos editoriais do JB e do CL se dá essencialmente no plano da significação, na integração entre forma e sentido.

Percorrendo o campo da significação, analisamos os 50 editoriais que compõem nosso *corpus*. O percurso operacional traçado como rota norteadora para a compilação e para a análise dos dados, assim como todo o marco teórico desta pesquisa, foi constituído em perspectiva interdisciplinar, a fim de oferecer condições para que nosso objeto de análise fosse analisado em sua face discursiva, como vemos a seguir.

2. Tradições discursivas no gênero editorial praticado no Brasil e na Argentina: a expressão do campo dêitico nos séculos XX e XXI

Os elementos dêiticos estão no plano da enunciação para revelar “as coordenadas do falante no âmbito dos espaços físicos textuais” (CAVALCANTE, 2000, p. 03). Sobre estes elementos, Maingueneau (2008) destaca que as imagens de si se expressam nas cenografias em termos de cronografia, topografia e participantes, em função dos dêiticos expressos na cena de enunciação.

A análise das diversas imagens de si nos dois jornais revelou recorrências de elementos dêiticos que se repetem com valor de signo próprio, ou seja, para indicar o ponto de vista enunciativo (dêiticos pessoais), as coordenadas cronográficas e topográficas (dêiticos temporais e espaciais), bem

como as circunstâncias, os papéis sociais dos enunciadores e a referência metalinguística a porções do discurso (dêiticos modais, sociais e discursivo-textuais, respectivamente).

A seguir, analisamos textos do Jornal do Brasil (JB) e do Clarín (CL), nessa ordem.

3. Os editoriais do Jornal do Brasil (JB)

Nos textos do JB, observa-se a recorrência de dêiticos de primeira pessoa (pronomes e verbos, principalmente), marcando o plural inclusivo (BENVENISTE, 1995) nos exemplares cuja enunciação se dá segundo um ponto de vista enunciativo em que o “nós” representa um “eu + tu (vós)”, na projeção de uma pessoa amplificada, de um eu dilatado. Esta forma tradicional de dizer configura-se como uma estratégia de captação dos coenunciadores, pelo enunciador, com o objetivo de que venham a aderir ao posicionamento crítico defendido pelo periódico nos editoriais.

Nos dados, verifica-se a ocorrência do dêitico “nós” como plural inclusivo em toda a primeira geração de textos do JB, mais especificamente em 11 (onze) dos 13 (treze) editoriais analisados. Exemplos desta ocorrência nas décadas de 40, 50, 60 e 70 do século XX são expostos a seguir:

*(JB 02/1946) Hoje transcorre a data mais | importante de **NOSSA** historia. | Em 7 de setembro de 1822, | uma nação americana entrou | para o concerto das nações li- | vres. O Brasil adquiriu sua po- | sição no mundo, iniciando a | marcha na estrada da civili- | zação.*

*(JB 06/1958) O ministro Macedo Soares se tem | mostrado incansável na execução deste plano, que foi | sempre o objetivo da **NOSSA** política externa, quando | se trata de proteger a confiança que deve reinar sem- | pre entre povos, fadados dentro de algum tempo a | formar um conjunto de interesses comuns.*

*(JB 09/1967) Guevara com seu temperamento militante | de revolucionário autêntico passou a afastar-se | cada vez mais das tendências aburguesantes do | médio comunismo soviético dos **NOSSOS** dias.*

*(JB 13/1979) Ainda sob os ecos da feliz conclusão dos | acordos de Itaipu, passo importante na pacificação | da fronteira Sul da diplomacia brasileira, a visita | do Presidente Figueiredo a Caracas - sua primei- | ra viagem ao exterior como Chefe de Estado - | aprofunda uma outra linha fundamental dos **NOSSOS** | contatos externos*

Somente nos editoriais de 1949 e 1976, que debatem a posição assumida pelo Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial e o marasmo da política brasileira na década de 1970, há a ocorrência de terceira pessoa como ponto de vista enunciativo. Devemos destacar que, nesta geração, registra-se a ocorrência de “Este Jornal” (JB 04/1952) com valor dêitico, pelo qual o enunciador fala em nome dos que fazem o JB e revela um ponto de vista institucional marcado pelo uso desta expressão.

Do mesmo modo que com os dêiticos pessoais, registramos a ocorrência de dêiticos temporais, pelos quais se instaura a cronografia na cena enunciativa. Estes dêiticos circunscrevem a enunciação em um tempo presente (uma tendência no discurso jornalístico, mais especificamente nos editoriais), que se reporta a um passado próximo e/ou a um passado distante, tomando-os como elemento

de reflexão sobre o passado histórico e cultural do povo portenho como uma tradição. A dêixis temporal traça as coordenadas da enunciação e a consequente instauração do enunciador no tempo discursivo. Dos 13 exemplares analisados, somente o de 1955 não apresenta dêiticos temporais de natureza adverbial, estando a cargo dos tempos verbais o estabelecimento das coordenadas temporais, como vemos nestes trechos:

(JB 01/1945) **AGORA** quando estamos no li- | miar de um novo ano, que todos | esperamos e desejamos seja o do | triunfo e da paz, não poderia ser | mais oportuna a palavra do Mi- | nistro do Exterior do Brasil, avi- | ventando na memória dos povos | estrangeiros as linhas gerais e | definitivas da nossa política in- | ternacional.

(JB 04/1952) Mais uma etapa vence o Jornal do Brasil ao completar, | **HOJE**, 62 anos de existencia. Fazendo retrospecto de sua | caminhada, é-nos grato salientar que, tendo adotado, | desde a sua fundação, patriótica orientação, **ATÉ HOJE** tem | demonstrado absoluta fidelidade os princípios que inspira- | ram sua ação orientadora da opinião pública.

(JB 08/1964) Muito se fala e muito se procura fazer **HOJE | EM DIA** no Brasil acêrca da “imagem nacional”, | isto é, da imagem que o Brasil projeta de si mesmo no exterior.

(JB 11/1973) A notícia das agências fala de um comboio | ferroviário que saiu **NA SEXTA-FEIRA PASSADA** de | Antofagasta, no Chile, com um carregamento de | 60 toneladas de cobre da mina de Mantos Blancos, com destino a São Paulo.

Por sua vez, os dêiticos espaciais cumprem, nos editoriais analisados, a função de situar a enunciação em termos de topografia, em coordenadas espaciais do geral para o particular (do contexto latino-americano para o contexto brasileiro), ou o contrário, como em alguns casos. A tradição se instaura na retratação de temas no contexto Brasil-América Latina. Dos 13 editoriais analisados, 11 apresentam dêiticos espaciais de natureza adverbial (somente nos exemplares de 1949 e 1952 não há registro destes elementos dêiticos, depreendendo-se as coordenadas topográficas por informação do cotexto e do contexto). Destaque para esses fragmentos:

(JB 05/1955) Disse o Ministro do Interior da Argentina que existe | liberdade de imprensa **NO SEU PAÍS**. O que tem havido | é má interpretação, **NO EXTERIOR**, em certas providencias | contra jornais, como “La Prensa”.

(JB 07/1961) Destacamos, de propósito, antes de | mais, que o Senhor Lincoln Gordon falou, | ontem, aos norte-americanos **AQUI** radica- | dos.

(JB 10/1970) Por isso mesmo não é de estranhar que, | encerrando ontem, **EM BRASÍLIA**, o Encontro Nacional de Defesa do Patrimônio tenha aprovado | mais de 20 propostas para a defesa, preservação e aprimoramento desse tesouro que reluz, | **AQUI E ALI**, em tôda extensão dos oito e meio | milhões de quilômetros quadrados do Brasil.

Registra-se também a ocorrência de outros dêiticos nos editoriais analisados da primeira geração de textos do JB. Observam-se: (i) presença de dêiticos sociais nos anos de 1945, 1961 e 1964; (ii) raros casos de dêiticos modais (presença do modal “assim” somente nos exemplares de 1945 e 1970); (iii) total ausência de dêiticos discursivo-textuais nos 13 exemplares. Destaca-se a ocorrência de

certo modo significativa dos dêiticos sociais, pelos quais os enunciadores representam a si e aos coenunciadores com quem interagem em termos de papéis sociais assumidos e pretendidos (FONSECA, 1996). Os dêiticos sociais exprimem respeito do enunciador pelo coenunciador, representado como autoridade, como vemos nestes exemplos:

(JB 01/1945) Isso acaba de dar incisiva | resposta a entrevista do Minis- | tro do Exterior, **SENHOR** Leão Veloso, | que, depois de passar em rápida | revista as características per- | manentes da nossa orientação | internacional, responde assim á | pergunta do jornalista sobre o | lugar previsto para o Brasil na | Conferencia da Paz.

(JB 07/1961) Ontem, perante seus concidadãos que | trabalham no Brasil, o Embaixador norte- | americano, **SENHOR** Lincoln Gordon, fêz um | discurso que pode representar, na área bra- | sileira, um ponto de partida tão simbólico | quanto o discurso de posse do Presidente | Kennedy na área norte-americana e inte- | rnacional.

(JB 08/1964) O movimento militar que resultou na | queda do **SENHOR** João Goulart pode ser explicado nas | suas intenções mas só será aceito na medida das | suas realizações.

Na sequência, é possível observar vestígios de mudança no modo como os editoriais do JB constroem o ponto de vista enunciativo nos exemplares da segunda geração de textos, notadamente a partir do século XXI. Em síntese, no século XX, na primeira geração, há predominância do plural inclusivo; já na segunda geração, há um princípio de mudança, já que, nos textos de 1982, 1988 e 1991 (03, ao total), a enunciação se dá em terceira pessoa, enquanto que, nos textos de 1985, 1994, 1997 e 2000 (04, ao total), há ocorrência de dêiticos de primeira pessoa, evidenciando o plural inclusivo (BENVENISTE, 1995). Nos exemplares do século XXI, mais especificamente nos anos de 2003, 2006, 2009, 2013 e 2014, a enunciação se concretiza também em terceira pessoa, como evidenciado nos trechos a seguir:

(JB 21/2003) Ao se aproximar dos últi- | mos dias, **O ANO DE 2003** | ressaltou alguns traços | como garantia para ser | lembrado a título de referência | futura. Antes de tudo, pela apro- | vação das reformas tributárias e | da previdência, mediante | emendas constitucionais que | não conseguiram reunir apoio su- | ficiente para vencer a inércia | histórica.

(JB 22/2006) **A CADA DIA** vai se | ampliando a já extensa | galeria de exemplos que fa- | zem da política brasileira um | mundo do faz-de-conta. A úl- | tima fantasia acrescentada à | expressão utilizada pelo mi- | nistro Marco Aurélio Mello, ao | assumir a presidência do Tri- | bunal Superior Eleitoral | (TSE), é a relação de cerca de | 2.900 nomes de políticos im- | pedidos de disputar as elei- | ções.

(JB 23/2009) O resultado do Exame Nacional do Ensino | Médio (ENEM), disponível **DESDE ONTEM** na página do Ministério | da Educação na internet, evidencia o grau de degradação a que | chegou a educação pública no país.

(JB 24/2012) **DIA 15 DE NOVEMBRO** - data da Proclamação da República - | coincidiu com a data em que o Supremo Tribunal Federal | expediu as ordens para execução das prisões dos | condenados no caso do mensalão.

(JB 25/2013) O jornal espanhol El País publicou reportagem **NESTE DIA | 1º**, intitulada “O polêmico ‘jeitinho’ brasileiro”, na qual | analisa o comportamento da população e conclui que o | artifício, que de tempos pra cá tem sido denegrido, nada | mais é do que “arranjar uma saída para uma situação sem | saída”.

Ao total, no período de 1980 a 2014, 04 exemplares apresentam o ponto de vista enunciado em primeira pessoa, marcando o plural inclusivo, e 08 textos apresentam o ponto de vista enunciativo em terceira pessoa, evidenciando vestígios de mudança, da primeira para a segunda geração, neste modo de dizer. Por outro lado, podemos afirmar que os dados apresentam traços de permanência no que diz respeito à expressão da cronografia por dêiticos temporais de natureza adverbial.

Dos 12 exemplares analisados na segunda geração, somente três não apresentam elementos dêiticos temporais de natureza adverbial, cabendo aos tempos verbais (expressos pelas desinências) o estabelecimento das coordenadas cronográficas nas cenografias variadas. Os trechos a seguir, de exemplares das décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010 ilustram a ocorrência dos referidos elementos dêiticos temporais:

(JB 16/1988) Voltou o presidente Sarney da Argentina, onde | foi consolidar e projetar para o futuro as | iniciativas **ATÉ AGORA** tomadas no sentido da forma- | ção de um mercado comum regional.

(JB 17/1991) O papa João Paulo II inicia **HOJE**, por Natal, sua | segunda visita pastoral ao Brasil, com dez | dias de duração. Sua presença não poderia ser | mais oportuna, num momento em que o país | parece viver sua grande crise de fé.

(JB 20/2000) O que tem sentido **HOJE** é que | **AGORA** estamos todos juntos, queremos todos o | respeito aos índios, a demarcação de suas ter- | ras, a defesa de sua cultura.

(JB 25/2014) O jornal espanhol El País publicou reportagem **NESTE DIA | 1º**, intitulada “O polêmico ‘jeitinho’ brasileiro”, na qual | analisa o comportamento da população e conclui que o | artifício, que de tempos pra cá tem sido denegrido, nada | mais é do que “arranjar uma saída para uma situação sem | saída” e, portanto, tem ares de inteligência, além de uma | “criatividade ancestral”.

Os dados da segunda geração também apresentam traços de permanência no que diz respeito à expressão da topografia por elementos dêiticos. Neste bloco de textos, assim como nos exemplares da primeira geração, a tendência é a marcação das coordenadas textuais por índices de natureza adverbial (dos 12 editoriais, 10 registram a ocorrência de advérbios e/ou locuções adverbiais de lugar; nos demais, depreende-se a topografia por informação cotextuais e/ou contextuais). Nos fragmentos expostos a seguir, é possível observar a ocorrência destes elementos dêiticos:

(JB 14/1982) Decorre, principalmente, do fato de | que do dia para a noite está criado um | precedente alarmante para a convivência | dos povos **DESTE CONTINENTE**.

(JB 19/1967) É irreparável o dano, **NO PAÍS E NO EXTERIOR**, | enquanto o episódio for lembrado – e por muito | tempo será lembrado – exatamente pela completa | inexistência de qualquer motivo para cinco ho- | mens, quatro dos quais recém-chegados à maioria- | dade, praticarem um ato gratuito ao preço de uma | vida humana.

(JB 21/2003) A esquerda chegou ao gover- | no **NO BRASIL** por via eleitoral. | Não gerou transtorno político | nem inquietação econômica | nem atritos sociais.

(JB 24/2013) Na ocasião, o império perdia a força **NO BRASIL** tanto com a ala conservadora quanto com a | progressista.

Assim como na primeira geração, há poucas ocorrências de dêiticos sociais (editorial de 1985: “no discurso pronunciado ao | assumir o cargo, o **SENHOR** Marco Maciel resumiu o seu | pensamento em uma frase digna de registro”), dêiticos modais (editorial de 2000: “**ASSIM**, do 4 de outubro de | 1582 passou-se não para o | dia 5, mas para o dia 15 de outubro”) e dêiticos discursivo-textuais (editorial de 2006: “Defendem-se | **AQUI** não mudanças super- | ficiais, aprovadas sobre o ca- | lor das crises políticas”).

4. Os editoriais do Clarín (CL)

Por sua vez, os textos do CL apresentam recorrência de dêiticos de primeira pessoa (pronomes e verbos, notadamente), evidenciando o plural inclusivo como ponto de vista enunciativo, assim como nos textos do JB. Esta tradicional forma de dizer configura-se também no periódico argentino como uma estratégia de captação dos coenunciadores, pelo enunciador, no plano da argumentação, como se observa em sua recorrência ao longo dos séculos XX e XXI.

Na primeira geração de textos do CL, no período de 1946 a 1979, 11 (onze) exemplares apresentam o ponto de vista enunciativo expresso pela primeira pessoa, isto é, pelo “nós” com valor inclusivo. Somente o exemplar de 1976 apresenta a terceira pessoa como ponto de vista enunciativo. Os exemplos abaixo, organizados por décadas, ilustram a ocorrência de dêiticos (pronomes e verbos) na primeira pessoa do plural:

(CL 01/1946) En lugar de una solución así, | genuinamente argentina, con varios e fecun- | dos antecedentes en **NUUESTRA** historia, se pre- | firió un expediente crudamente partidario, | en reminiscencias de “frente popular”.

(CL 05/1958) En la actualidad, las estadísticas | **NOS ASIGNAN** unas 120.000 hectáreas de sauces y ál- | mos, una cifra no muy alta de eucaliptos y apenas | 7.000 hectáreas de pinos y araucárias.

(CL 06/1961) Ya | **OBSERVAMOS** oportunamente, las cir- | cunstancias excepcionales en que ella | tendrá lugar, pero a la vez el acendra- | miento del espíritu de la unidad conti- | nental con que los pueblos de esta par- | te del mundo se disponen a encarar | sus presentes y eventuales dificulta- | des.

(CL 10/1973) Resulta así impres- | cionante una nueva estructuración | del sistema, fundado sobre sólidas | bases que no lesionen las soberanías | nacionales y la perspectiva de que | **NUUESTROS** países alcancen al desa- | rrollo independiente.

A análise dos índices linguístico-discursivos pelos quais as diversas cenografias do CL se instauraram na cena de enunciação revelou recorrências também dos dêiticos temporais e espaciais no plano da cronografia e da topografia, respectivamente.

Neste tocante, todos os 12 exemplares da primeira geração de textos do periódico argentino apresentam elementos dêiticos temporais de natureza adverbial que, ao lado dos tempos verbais expressos pelas desinências, marcam o presente, com recorrente referência ao passado, como tempo da tradição editorialística. Os exemplos que destacamos a seguir ilustram esta projeção temporal:

(CL 01/1946) **HOY**, ante el hecho | consumado, no cabe sino reconocer paladi- | namente la legitimidad del triunfo del [...] en consecuencia.

(CL 03/1953) Con expresivo fervor patriótico la República celebró | **AYER** el Día de la Bandera.

(CL 08/1967) Como lo señalamos **DÍAS PASADOS**, resulta | urgente una nueva definición argentina | en el campo de la política continental.

(CL 09/1970) Los pueblos latinoamericanos abrumados | por el subdesarrollo y sedientos de jus- | ticia y liberación enfrentan **HOY** no solo la | resistencia de quienes medran con el estanca- | miento.

Do mesmo modo, 10 exemplares da primeira geração do CL apresentam elementos dêiticos de natureza adverbial no estabelecimento da topografia nas diversas cenografias analisadas. Em geral, parte-se do geral para o particular (do contexto latino-americano para o contexto argentino), ou o contrário, em alguns casos. Somente os textos de 1946 e 1979, o primeiro e o último desta geração, não apresentam dêiticos temporais de natureza adverbial, cabendo às informações do contexto e do contexto o estabelecimento das coordenadas espaciais. Abaixo, destacam-se exemplos das décadas de 40, 50, 60 e 70 do século XX, em que a topografia se expressa por meio de elementos do campo dêitico espacial:

(CL 02/1949) La comunidad argentina ha visto fielmente | reflejada su concepción de | la vida, de la existencia y del destino a que aspira con | plena conciencia, en el enjundioso discurso | pronunciado por el presidente de la Repú- | blica en la sesión de clausura del Primer | Congreso Nacional de Filosofía reunido **EN | MENDOZA**.

(CL 04/1955) Un tango ruso. Eso tocaban en | una “boite” de un puerto del | Mar Negro el día en que pararon en | ella algunos marinos argentinos, | según ha referido recientemente | el médico de una de nuestras na- | ves mercantes, que en un periódico | italiano que se publica **EN BUENOS | AIRES**.

(CL 07/1964) Rindamos tributo a aquellas ge- | neraciones arriesgadas, compuestas | por hombres temblados en el servi- | cio de armas – milicos y paisanos | improvisados en la acción de guerra | contra el desierto y el salvaje –, y | hombres y mujeres llegados de todas | partes del mundo sin más bagaje que | su ánimo de trabajar y afincarse con | su hogar **EN NUESTRO SUELO**.

(CL 11/1976) El año de 1975 pasará a la histo- | ria económica de la mayoría | de los países subdesarrollados co- | mo uno de los períodos más nefas- | tos. **EN AMÉRICA LATINA**, Brasil y Mé- | xico debieron desace- lerar sus | ritmos de crecimiento, mientras | que otros, como la Argentina, Chile, | Perú y Colombia, vieron descender | sus productos por debajo del | nivel del año anterior.

Ainda com relação à primeira geração de textos do CL, destaque-se que as ocorrências de dêiticos modais, sociais e discursivo-textuais são mais recorrentes que no JB. Nesta geração de textos, registram-se: (i) 04 ocorrências do dêitico modal “asi”, com valor circunstancial, nos exemplares de

1946, 1949, 1964 e 1970; (ii) 02 ocorrências de dêiticos discursivo-textuais, “aquí” e “desde esas columnas”, com valor metalinguístico, nos exemplares de 1961 e 1979; e (iii) 01 ocorrência do dêitico social “señor”, expressando respeito do enunciador pelo coenunciador, no exemplar de 1961.

Já com relação aos textos da segunda geração no CL, que compreende o período de 1980 a 2014, observam-se traços de permanência na expressão do ponto de vista enunciativo. No período mencionado, registram-se 11 ocorrências de editoriais em primeira pessoa, com ocorrência do plural inclusivo. Somente dois exemplares, exatamente dos anos de 2013 e 2014, apresentam-se em 3ª pessoa. Exemplos dos dois casos são expostos a seguir: os de 1985 e 1991, referentes às ocorrências de primeira pessoa do plural, e os de 2013 e 2014, referentes às ocorrências de terceira pessoa:

(CL 14/1985) Este retoque a la ideología | sirve para mostrar que ningún | país del mundo moderno, ni si-
| quiera la segunda superpotencia | a pesar de inmensa concen- | tración de poder y recursos que | abarca,
puede desdénar en **NUES- | TROS** días la modernización.

(CL 16/1991) La relativamente breve histo- | ria de cuanto ocurrió con el edi- | ficio de Esmeralda y Co-
rrientes | revela a las claras que es pro- | ducto de un Estado y de una po- | blación sin recursos económicos
| suficientes para intentar salvar | de la destrucción algo que, por | ser parte del patrimonio común, | **NOS**
PERTENECE a todos y, por lo | tanto, no debería poder ser moti- | vo de compra o venta.

(CL 24/2013) En un país en el que en broma o en serio casi | todos piensan que todo puede pasar, **ESTALLÓ**
LA | SORPRESA. UN SHOCK DE EMOCIÓN Y ENTUSIASMO | en la gente, **QUE MEZCLÓ AL HASTA**
AYER CARDENAL | BERGOGLIO con Messi y Máxima y otro que | encadenó fastidio y desconcierto en el
Gobierno.

(CL 25/2014) En los últimos 26 años **HUBO TRES | GRAVES CRISIS CON LA LUZ.** || En 1988 El Chocón
dejó de funcionar por el bajo caudal del río Limay. | En febrero de 1999 se rompió la central Azopardo de
Edesur y la actual | se atribuye a la extendida ola de calor. || La diferencia es que en los casos anteriores
los presidentes | dieron la cara.

Os editoriais da segunda geração do CL sinalizam para traços de permanência na expressão da cronografia e da topografia, nas cenografias, por elementos dêiticos de natureza adverbial. Dos 13 (treze) exemplares analisados, somente 01 (ano de 2009), não apresenta expressões adverbiais temporais, sendo as coordenadas de tempo recuperadas pelas desinências verbais. Do mesmo, somente 02 exemplares (1994 e 2006) não apresentam expressões adverbiais espaciais, cabendo às desinências verbais a função de expressar as coordenadas topográficas. Os exemplos a seguir ilustram a ocorrência dos elementos dêiticos temporais e espaciais, respectivamente, em textos dos séculos XX e XXI:

(CL 13/1982) La foto que este diario publicó **AYER** en su | primera plana [...] tiene tal vez | más elocuencia
que muchas de las palabras | que hasta ahora hayan podido escribirse.

(CL 18/1997) Es cierto que **HOY** los extranjeros residentes en la | Argentina son apenas el 0,5% de la
población.

(CL 23/2012) Cuesta encontrar en la historia argentina una | movilización popular como la de **AYER.**
Además | de una multitud nunca vista, varias cosas más | la hacen única.

(CL 15/1988) En las últimas décadas se re- | gistró **EN LA MAYORÍA DE LOS | PAÍSES LATINOAMERI-
CANOS** un pro- | ceso de rápida urbanización que | devino en la creación de grandes | asentamientos con
diferentes | grados de precariedad.

(CL 18/1997) El Día del Inmigrante, celebrado desde hace muchos años **EN NUESTRO PAÍS** | cada 4 de
setiembre, evoca el surgimiento de una nación moderna que, | desde el vamos (sic), fue el resultado de una
confluencia de procesos | migratorios de distintas procedencias y contextos históricos y culturales.

Por fim, se comparada ao primeiro bloco de textos, a segunda geração apresenta menos ocorrências de dêiticos modais (a expressão circunstancial “así” aparece em três editoriais, nos anos de 1988, 2006 e 2014) e nenhuma ocorrência de dêiticos sociais e discursivos-textuais. Assim como no JB, a totalidade de ocorrências dos referidos elementos é bem menor se comparada à dos dêiticos de pessoa, de tempo e de espaço

5. Considerações finais

Para finalizar o debate dos dados expostos, destaco que, pela relação que estabelecem entre si em diferentes momentos da história dos textos, como indícios que se repetem no plano da diacronia, estes índices linguístico-discursivos sinalizam para a formação de tradições do dizer, como vemos no seguinte quadro-síntese:

	1ª GERAÇÃO (1945 a 1979)	2ª GERAÇÃO (1980 a 2014)
JB	<p>Dêixis pessoal: predomínio de dêiticos na primeira pessoa, ou seja, no plural inclusivo (expressão do ponto de vista enunciativo);</p> <p>Dêixis temporal: predomínio de dêiticos temporais de natureza adverbial (expressão de tempo presente que se reporta a um passado próximo e/ou a um passado distante);</p> <p>Dêixis espacial: predomínio de dêiticos espaciais de natureza adverbial (contextualização da enunciação no eixo Brasil-América Latina);</p>	<p>Dêixis pessoal: predomínio de dêiticos na terceira pessoa (expressão do ponto de vista enunciativo), evidenciando vestígios de mudança nesta categoria;</p> <p>Dêixis temporal: predomínio de dêiticos temporais de natureza adverbial (expressão de tempo presente que se reporta a um passado próximo e/ou a um passado distante), evidenciando traços de permanência;</p> <p>Dêixis espacial: predomínio de dêiticos espaciais de natureza adverbial (contextualização da enunciação no eixo Brasil-América Latina), evidenciando traços de permanência nesta categoria;</p>

	Dêixis social, modal e discursivo-textual: poucas ocorrências	Dêixis social, modal e discursivo-textual: poucas ocorrências.
CL	<p>Dêixis pessoal: predomínio de dêiticos na primeira pessoa, ou seja, no plural inclusivo (expressão do ponto de vista enunciativo);</p> <p>Dêixis temporal: predomínio de dêiticos temporais de natureza adverbial (expressão de tempo presente que se reporta a um passado próximo e/ou a um passado distante);</p> <p>Dêixis espacial: predomínio de dêiticos espaciais de natureza adverbial (contextualização da enunciação no eixo Argentina-América Latina);</p> <p>Dêixis social, modal e discursivo-textual: poucas ocorrências.</p>	<p>Dêixis pessoal: predomínio de dêiticos na primeira pessoa, ou seja, no plural inclusivo (expressão do ponto de vista enunciativo), evidenciando traços de permanência nesta categoria;</p> <p>Dêixis temporal: predomínio de dêiticos temporais de natureza adverbial (expressão de tempo presente que se reporta a um passado próximo e/ou a um passado distante), evidenciando traços de permanência;</p> <p>Dêixis espacial: predomínio de dêiticos espaciais de natureza adverbial (contextualização da enunciação no eixo Argentina-América Latina), evidenciando traços de permanência nesta categoria;</p> <p>Dêixis social, modal e discursivo-textual: poucas ocorrências.</p>

QUADRO 1 – Tradição e atualização do campo dêitico do JB e do CL

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise exposta em síntese no quadro acima disposto permite confirmar que o discurso é, de fato, “um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008, p. 15) observáveis em termos de sua expressão no plano diacrônico e que o diálogo estabelecido, nesta pesquisa, entre Filologia e Análise do Discurso se mostra promissor para empreendimentos investigativos em que história, língua e cultura se encontram em função da análise de objetos de estudo diacrônicos. Trata-se, a meu ver, de uma interface promissora para os estudos enunciativos contemporâneos que se interessam, cada vez mais, pela análise de fenômenos relacionados à história da língua, em perspectiva micro, e à história dos textos, dos gêneros e dos discursos, em perspectiva macro.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995.

CAVALCANTE, M. M. *Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. 2000. 218 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

COSERIU, E. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 1980.

FONSECA, F. I. Dêixis e pragmática linguística. In: FARIA, I. H.; PEDRO, E. R., I. DUARTE, I.; GOUVEIA, C. (Orgs). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996, 437-445

KABATEK, J. ¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? In: KABATEK, J.; JACOB, D. *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Iberica: descripción gramatical, pragmática histórica, metodología*. Madrid: Ibero-americana, 2001b, p. 97-132.

KABATEK, J. Prólogo. In: COSERIU, E. *Lenguaje y discurso*. Pamplona: EUNSA, 2006, p. 09-12.

KABATEK, J. *Tradições discursivas e mudança linguística*. Alemanha, set. 2007. Disponível em: <<http://www.romling.uni-tuebingen.de/discurso/itaparica.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2013.

KABATEK, J.; JACOB, D. Lengua, texto y cambio lingüístico en la Edad Media iberorrománica. In: KABATEK, J.; JACOB, D. *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Iberica: descripción gramatical, pragmática histórica, metodología*. Madrid: Ibero-americana, 2001a, p. 07-18.

KOCH, P. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997, p. 43-79.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 11-29.

OESTERREICHER, W. La 'recontextualización' de los géneros medievales como tarea hermenéutica. In: KABATEK, J.; JACOB, D. *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Iberica: descripción gramatical, pragmática histórica, metodología*. Madrid: Ibero-americana, 2001, p. 199-231.

ZAVAM, A. S. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de Tradição Discursiva: um estudo com editoriais de jornais*. 2009. 420 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

RESEARCH REPORT

Diachronic genre analysis: patterns of rhetorical organization in academic book reviews

Jorge Luis Queiroz CARVALHO 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

ABSTRACT

This study investigates vestiges of change and traces of permanence in academic book reviews produced between the 20th and 21st centuries. To this end, it aims to analyze the more frequent rhetorical moves in academic book reviews published between 1953 and 2015. The diachronic analysis covers a time continuum of 62 years which we divided in three generational phases: a) 1953-1970; b) 1971-2000; and c) 2001-2015. The division was based on the methodological parameters proposed by the Discursive Traditions paradigm. Each phase consists of 15 texts, adding up to a total of 45 samples that were collected from Brazilian scientific journals in the field of Languages and Linguistics. Epistemologically, we are based on the studies of John Swales (1990; 2004), as well as those of Motta-Roth (1995), Araújo (1996) and Bezerra (2001) to support the analysis of the rhetorical organization of reviews. In order to instrumentalize the diachronic analysis of genres, we found support in the works of Coseriu (1980), Zavam (2009), Castilho da Costa (2010) and other scholars in the already mentioned field of Discursive Traditions. The results have indicated four rhetorical moves present in the reviews: introducing to the book, summarizing the content, evaluating the book and issuing a final opinion. Those moves are divided in 16 rhetorical steps and their frequency and execution forms show traces of variation in each generational phase.

RESUMO

Este estudo analisa vestígios de mudança e traços de permanência em



OPEN ACCESS

EDITED BY

- Valéria Severina Gomes
(UFRPE)

- Aurea Zavam (UFC)
- Konstanze Jungbluth
(EUV)

REVIEWED BY

- Ewerton Ávila dos Anjos Luna
(UFRPE)
- Lucineudo Irineu (UECE)

DATES

- Received: 10/11/2020
- Accepted: 27/11/2020
- Published: 17/12/2020

HOW TO CITE

Carvalho, J. L. Q. (2020)
Diachronic genre analysis:
patterns of rhetorical
organization in academic book
reviews. *Revista da Abralín*, v. 19,
n. 3, p. 715-739, 2020.

resenhas acadêmicas produzidas entre os séculos XX e XXI. Para tanto, tem por objetivo analisar os movimentos retórico-composicionais mais frequentes em resenhas acadêmicas publicadas entre 1953 e 2015. A análise diacrônica compreende um contínuo temporal de 62 anos que dividimos em três fases geracionais: a) 1953-1970; b) 1971-2000; e c) 2001-2015. A divisão tomou por base os parâmetros metodológicos propostos pelo paradigma das Tradições Discursivas. Cada fase é composta por 15 textos, somando um total de 45 exemplares que foram coletados em periódicos acadêmicos brasileiros da área de Letras e Linguística. Epistemologicamente, nos fundamentamos nos estudos de John Swales (1990; 2004), bem como em Motta-Roth (1995), Araújo (1996) e Bezerra (2001) para subsidiar a análise da organização retórica de resenhas. Para operacionalizar a análise diacrônica de gêneros, dialogamos com Coseriu (1980), Zavam (2009), Castilho da Costa (2010) e outros estudiosos do supracitado campo. Os resultados indicaram quatro movimentos retóricos presentes nas resenhas: introdução à obra, sumarização do conteúdo, avaliação da obra e avaliação final. Esses movimentos se dividem em 16 passos retóricos, cuja frequência e modos de realização apresentaram traços de variação em cada uma das fases geracionais.

KEYWORDS

Genre analysis. Discursive traditions. Rhetorical organization. Academic reviews.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de gêneros. Tradições discursivas. Organização retórica. Resenha acadêmica.

Introduction

Research focused on the rhetorical analysis of genres in the academic domain has become an important and fructiferous niche for investigations, contributing not only to produce knowledge about the most diverse genres that have been analyzed over the past years, but also to build a teaching pedagogy based on them.

We may say that pioneering research, like the one of Swales (1990), have influenced an important investigative movement whose main concern was to identify how the genres are organized based on

the recurrence of their rhetorical organization patterns. This applicability is observed in the wide variety of studies dedicated to investigate the moves and the rhetorical steps that constitute different artifacts of scientific communication.

The analytical framework outlined by Swales (1990) has proved to be productive for the analysis of different genres, especially those in the academic field. In this sense, stand out the researches that are been developed since the 90s, such as those conducted by Motta-Roth (1995), Araújo (1996; 2011) and Bezerra (2001), who have studied the rhetorical organization of academic book reviews, in addition to those by Motta-Roth and Hendges (1998), Biasi-Rodrigues (1998) and Araújo (1999), who analyzed abstracts. Different sections of the research project genre were recently investigated under this same field, like the rationale section, in the research of Oliveira and Alves-Filho (2017), and the one of methodology by Monteiro and Alves-Filho (2018).

The rhetorical structure was also the subject of Ciapuscio's (2006) studies about scientific articles. Her work related the analytical approach inspired by Swales (1990) to the paradigm of Discursive Traditions, with the purpose to describe the compositional model of the first scientific articles in the Linguistic field published in Argentina.

Similar to Ciapuscio (2006), in this study, we present a theoretical dialogue between the studies of genres based on John Swales (1990)'s perspective and the theoretical-methodological orientation of Discursive Traditions, field that instrumentalizes the study of genres in a diachronically oriented approach. Based on this theoretical intersection, we analyzed the evolutionary path of academic book reviews published in Brazil between the years of 1953 and 2015. We selected specifically texts published in Portuguese in Brazilian Linguistic journals.

Among the numerous studies that have already focused on aspects related to the structure of academic book reviews, we can highlight researches dedicated to observing the similarities and differences between academic reviews produced in different fields, such as the areas of Linguistics, Chemistry and Economics (MOTTA-ROTH, 1995). Other studies have also investigated the differences between academic reviews produced by experts and by novice researchers (BEZERRA, 2001). We even point out the research on the differences in the use of evaluation strategies in academic reviews produced by students from Brazilian and American universities (ARAÚJO, 2011).

Despite the great relevance of those contributions, we agree with Motta-Roth (1995, p. 291) that "other interesting questions have to do with diachronic studies concerning the origins of academic genres". Thereby, we noticed that, although the referred genre has already been the subject of different reflections, there is still a gap regarding the investigation of how it and the other genres of the academic sphere were historically constituted.

This study is also justified by the perception that the rhetorical action of reviewing is present and is significant for the Brazilian academic community of Linguistics since the first periodical publications in that area started, in the 50s decade. Despite being a genre already described by other analysts, we believe that the researches that have explored it have not exhausted its possibilities for analysis, but rather offer important subsidies for its characterization in specific synchronisms. This

study, thus, aims to go beyond the analysis of this synchronic axis, in order to investigate its diachronic path.

The reviews published in the past century have also aroused research interest due to the fact that we noticed how significant they were for the academic community at the time. It could be evidenced when looking at the large number of reviews that were published by issue in academic journals in the area of Languages¹ and Linguistics in the middle of the 20th century. Most journals from that period used to publish dozens of copies by issue, while after the mid-80s, this number decreased considerably, given priority to the publication of scientific articles.

This initial observation about the relevance of academic reviews to the area of Languages and Linguistics in the Brazilian context of the 1950s, contrasts with the fact that, nowadays, it has been defined as a genre of small expression in the academy (MOTTA-ROTH, 1995). Our investigation, however, takes into account the fact that our study object is associated with social situations that have also undergone different transformations and that, possibly, this genre have not always presented a character of small expressiveness. Our study, thus, aims to describe the rhetorical-compositional changes this genre has gone through during the time continuum of 62 years.

However, regardless of its *status*, it is known that the book review is, until today, an essential genre for its field as it aims to influence the academic community to accept a book or other academic production as a valid reading or not (ARAÚJO, 1996). Thus, it is a genre that presents a paradox between having little expression, since it is rarely cited as a reference in articles and/or books, but, at the same time, carries the great persuasive power of influencing experts and students to read (or not) certain intellectual productions.

This characteristic has caught our attention by the fact that, although currently there are genres with more prestige in the academy, the book reviews still occupy a prominent space there. This is verified by observing that none of the other academic genres present communicative purposes or social functions that are similar or competing with theirs. Besides that, this genre remains present in several specialized journals, as well as in the university context of the reading and text production classes. The permanence of this genre in the educational environment is due to the potential that it can have in stimulating students' critical sense and the evaluative ability.

Thus, this article aims to analyze the most frequent rhetorical moves in academic reviews published between 1953 and 2015. The analysis will be operationalized through the division of three synchronisms that will cover three generational phases: i) 1953-1970; ii) 1971-2000; and iii) 2001-2015. Therefore, the work will be divided, in addition to this introduction, as follows: a) the conceptual foundations that support this research, that is: the studies in Discursive Traditions and the perspective of the rhetorical structure analysis of genre; b) the methodological procedures of

¹The translation of the expression *Letras* (Letters), from Brazilian Portuguese, was adopted as Languages for lack of expression with equivalent semantic content in English language. Bearing in mind that, in the Brazilian context, "Letters" is a great field of knowledge, which includes the studies of Linguistics, Literature, as well as Portuguese and foreign languages. So that Brazilian students who intend to work as teachers or researchers in the areas previously mentioned must have a college degree in *Letras*.

analysis and data gathering; and, finally, d) the conclusion of the article, where we will resume the main findings.

1. Theoretical background

The notion of Discursive Traditions, however relatively recent, goes back to a series of assertions that have been elaborated since 1980 within the scope of the German Pragmatic Philology that make it possible for us to understand how linguistic elements as well as genres and discursive aspects of language transform and establish themselves throughout their various synchronisms.

As a theoretical paradigm, the studies in Discursive Traditions are based on the conceptions of Coseriu (1980), who resumed Humboldt's propositions to say that the language production is not a finished product (*ergon*), but an activity in constant performance (*enérgeia*). The Greek expressions indicate an adherence to the Aristotelian thought, that defines *energéia* as an endless creative activity. The realization of language, in this sense, is understood in two ways: as a product – from the synchronic perspective –, or as an uninterrupted process – according to a diachronic bias. This concept was initially borrowed by the Discursive Traditions Paradigm to study the language, however, Coseriu (1980) extended this discussion to the analysis of objects more related to text and discourse studies. In this sense, the studies in this field are also dedicated to analyze genres, understanding them as part of an uninterrupted historical process, in which they undergo different changes throughout the historical course.

When analyzing objects of a more complex nature, such as genres, the studies in Discursive Traditions have commonly adopted an integrative perspective, in which incorporate the contributions of other theoretical perspectives. In this study, we will resort to the studies of Swales (1990; 2004) to support the understanding of genres and rhetorical structure analysis.

Swales (1990) understands the genre as a class of communicative events that have the same purposes and are recognized by the members of a discursive community. This notion of genre involves an apparatus of crucial concepts to its understanding, among which stand out as pertinent to genre analysis the notions of discursive community, communicative purpose and rhetorical structure. Our work will focus on the last of these notions.

The studies about how the academic genres are organized based on their rhetorical structures, as we discussed earlier, found fertile ground after Swales's research (1990). Examining the organizational patterns of introductions in scientific articles, the author elaborated the Creating A Research Space (CARS) Model. This model resulted from the analysis of different samples of research article introductions from different areas in which the author drafts three rhetorical moves that we present below:

MOVE 1: ESTABLISHING A TERRITORY	
Step 1 - Claiming importance of the research	and/or
Step 2 - Making topic generalizations	and/or
Step 3 - Reviewing items of previous research	
MOVE 2: ESTABLISHING A NICHE	
Step 1A - Counter-claiming	or
Step 1B - Indicating gaps	or
Step 1C - Question-raising	or
Step 1D - Continuing a tradition	
MOVE 3: OCCUPYING THE NICHE	
Step 1A - Outlining purposes	or
Step 1B - Announcing present research	
Step 2 - Announcing principle findings	
Step 3 - Indicating article structure	

CHART 1 – The CARS model
 Source: Swales (1990, p. 141)

In Chart 1, we present the three moves that are part of the introduction of academic articles: 1) Establishing a territory; 2) Establishing a niche; e 3) Occupying the niche. Each of them has subdivisions that the author calls *steps*. We highlight that not all the rhetorical moves and steps were present in all the research article introductions analyzed by him. Given that the author considers genres as objects that oscillate between permanence and flexibility, the CARS model consists in a descriptive and non-prescriptive model about the rhetorical patterns and gave rise to a series of studies about the rhetorical structure of genres.

Swales (2004) pointed out that the rhetorical moves perform communicative functions in genres and that their delimitation criteria are intuitive and functional. Paltridge (2009, p. 71), on the other hand, understands that these communicative units must be delimited taking into account the identification of their semantic attributes and, above all, using categories essentially based on *content*, and not on the way the content is linguistically expressed.

The CARS model was the pioneer of several studies, among which we understand as pertinent to our work the models of rhetorical organization of academic book reviews. The models proposed from analyzes such as those of Motta-Roth (1995), Araújo (1996) and Bezerra (2001) are detailed in the chart below:

MOTTA-ROTH MODEL (1995)	ARAÚJO MODEL (1996)	BEZERRA MODEL (2001)
M1. Introducing the book	M1. Establishing the field	M1. Introducing the work
1 - Defining the general topic of the book 2 - Informing about potential readership 3 - Informing about the author 4 - Making topic generalizations 5 - Inserting book in the field	1 - Making topic generalizations 2 - Claiming centrality 3 - Indicating the intended audience 4 - Informing the reader about the origin of the book 5 - Stating the aim of the book 6 - Referring to previous publications	1 - Making topic generalizations 2 - Arguing about the relevance of the book 3 - Informing about the author 4 - Making topic generalizations 5 - Informing about the origin of the work 6 - Referring to previous publications
M2. Outlining the book	M2. Summarizing the content	M2. Summarizing the work
6 - Providing general view of the organization of the book 7 - Stating the topic of each chapter 8 - Citing extra-text material	7 - Describing the organization of the book 8 - Reporting/discussing the content of the book 9 - Evaluating the book 10 - Presenting suggestions for improvement	7 - Describing the organization of the book 8 - Presenting/ discussing the content 9 - Citing extra-text material
M3. Highlighting parts of the book		M3. Criticizing the book
9 - Providing focused evaluation		19 - Evaluating positively/negatively 11 - Pointing out editorial issues
M4. Final closing evaluation of the book	M3. Providing final assessment of the book	M4. Completing the analysis of the book
10A - Definitely recommending/disqualifying the book 10B - Recommending the book despite indicated shortcomings	11 - Recommending/disqualifying the book 12 - Making suggestions for future applications	12A - Recommending the book completely 12B - Recommending the book despite indicating limitations 13 - Informing about potential readership

CHART 2 - Rhetorical structure of academic reviews.
Source: Motta-Roth (1995), Araújo (1996) and Bezerra (2001).

These models will be useful in our work because they present both points of convergence and divergence and make it possible to intensify the debate about the rhetorical organization of reviews.

It should be noted, however, that these models will guide our analysis, but they are not delimiting and, therefore, we do not rely exclusively on them, as we believe it is possible to identify different rhetorical moves and steps in texts published both in the past and in the present, as well as launch our own interpretation of them.

2. Methodology

Given our interest in analyzing the constitution of the genre mentioned since the beginning of its circulation in a specific area, we gathered a *corpus* of 45 academic reviews in the field of Linguistics published between the years of 1953 and 2015. This material was divided in three generations, each one corresponding to a period of time equivalent to thirty years. Starting from there, we have gathered fifteen texts for each generation. We decided to collect the texts produced from the 50s of the last century since that is the decade that marks the inauguration of periodic academic publication in Brazil focused on our area of interest and that precedes the institutionalization of Linguistics as an academic discipline in the country.

Thereby, for the formation of the *corpus* we delimited some selection criteria. To make the gathering viable, we selected texts published in journals whose collection were available on internet pages. From these journals, we have chosen samples that discuss works of Linguistics, in order to conduct an analysis of the genre since the beginning of its circulation in a field of knowledge. In addition, we have given priority to texts produced by different authors as a way to ensure that the individual styles of reviewers would not directly interfere in the results, given that we are interested in examining the constitutive characteristics of the genre itself and not the elements of a more subjective nature.

The *corpus* gathering was made using the indirect documentation technique and from consultations to bibliographic sources, since the texts were already written and published in academic journals of free access. Furthermore, as Gil (2008) points out, compilation of data through bibliographic research is indispensable for historical studies. In the case of our study, this technique was adopted due to the fact that only through consulting published and socially distributed journals at different times we could gather the material necessary to carry out this investigative work.

As a form of ensuring that our *corpus* would be formed by samples produced within the established period of time, we collected the data that were available on reliable sources such as the journals websites and the SciELO digital library. Therefore, among the pioneering academic journals that present at least one section dedicated to the publication of reviews, we have chosen journals such as *Letras* (UFPR) and *Alfa* (UNESP), whose first issues date, respectively, from the years of 1953 and 1962. These journals have made their entire archive available online and served as a source for the gathering of the *corpus*.

In addition to these two journals, we collected samples from journals that were launched in the 80s and 90s, such as *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada – D.E.L.T.A.*² (PUC-SP), that is published since 1985, and *Filologia e Linguística Portuguesa – FLP*³ (USP), that have made their issues available on the internet since 1997. The reviews from all the four journals were originally written and published in Portuguese although some examples from the texts were translated to English in this article order to exemplify some rhetorical moves and steps identified throughout the study.

The *corpus* of 45 texts was divided in three generational phases. We have adopted this division considering what has been applied in other research on DT which start from the principle that this gap “represents a life generation, estimated time for changes to occur” (CASTILHO DA COSTA, 2010, p. 4). In our analysis we investigated a time lapse of 62 years and, even though collected only texts produced starting from 1953, we have followed Zavam’s characterization (2009), according to which the 20th century can be divided in three generational periods: a) 1901 – 1940; b) 1941 – 1970 and c) 1971 – 2000. Our *corpus* also includes the texts produced in the first half of the 20th century, that is: 2001-2015. Therefore, the data from the first generation cover the continuum of sixteen years (1953-1970); with regard to the second generation, we were able to gather data that cover the thirty years equivalent to that phase (1971-2000) and, finally, the third generation covers the first decade and a half from the 21st century (2001-2015). The data of the first generation correspond to the manifestations of the genre published in the journals *Letras*⁴ and *Alfa*⁵, considering that the journals *D.E.L.T.A.*⁶ and *FLP*⁷ emerged in the decades of 1980 and 1990 and, therefore, form the base of the second and third generational periods along with *Letras* and *Alfa*.

The following chart shows the way how each generational phase covered by this research is represented, indicating the years in which the samples were collected:

² Documentation of Studies in Theoretical and Applied Linguistics – DSTAL

³ Philology and Portuguese Linguistics – PPL

⁴ Available from <https://revistas.ufpr.br/letras/issue/archive>. [Accessed 11 April 2016]

⁵ Available from <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/issue/archive/4> [Accessed 11 April 2016]

⁶ Available from <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/issue/archive> [Accessed 11 April 2016]

⁷ Available from <http://www.revistas.usp.br/flp/issue/archive/5> [Accessed 11 April 2016]

Generational phases	Years when the samples were published
Phase 1 – 20th c. (1953 – 1970)	1953, 1954, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1969, 1970.
Phase 2 – 20th c. (1971 – 2000)	1971, 1975, 1980, 1981, 1982, 1985, 1987, 1989, 1991, 1995, 1997, 1998, 1999, 2000.
Phase 3 – 21st c. (2001 – 2015)	2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015

CHART 3 – Distribution of the generational phases and years when the samples were published

In order to keep this material organized and to facilitate the recognition of each one of the samples, we codified the *corpus* by naming and assigning to each text: a) the letter R, which indicates Review; b) a number indicating the order in which each review was published in relation to the other texts; and c) the year of publication. This coding will be also used in the analysis section where we show examples from the *corpus* so that we can indicate the text to which we refer. Thus, “R01-1953” refers to the first academic review published among the ones that were collected and “1953” indicates the year of this publication, “R45-2015”, by its turn, indicates the forty-fifth view collected and the year of publication is 2015 and so on.

3. Analysis

As we have already stated, our analysis is based on the models of rhetorical organization produced by Motta-Roth (1995), Araújo (1996) and Bezerra (2001), seeking convenient meeting points and that fit the specificities of the academic book reviews we have taken as our study object. It should be noted that some of the rhetorical moves and steps we have analyzed here do not find equivalents in the work of these authors and some others have suffered adaptations according to what the data in this study revealed.

The analysis has shown that the rhetorical structure of the samples has four moves:

Move 1 – Introducing the book
Move 2 – Summarizing the content
Move 3 – Evaluating the book
Move 4 – Issuing a final opinion

CHART 4 – Rhetorical structure of academic book reviews

The first move, called *Introducing the book*, regards the content inside the initial paragraphs of the reviews. The topics that state it provide information related to the subject and to the origin of the book reviewed, authors, the targeted audience and the research area in which it is inserted. It is important to make it clear that these information represent a favorable occasion for the reviewer to build his own space within the academic environment (BEZERRA, 2001). In order to do that, the reviewer uses some strategies that project him as an informed subject about what happens in the academic scenario, such as: suggest familiarity with the author of the book, show knowledge about other publications in the area and indicate gaps in the line of research to demarcate how the book fills them. Move 1 is the most typical of academic reviews, along with Move 2.

The second rhetorical move, *Summarizing the book*, normally presents an overview of the general organization of the book, the topics of each chapter, the research methodology adopted by the author of the book, as well as offering a discussion on the content. On some occasions, although less frequently, the reviewers approach materials that are not necessarily concerned with the content of the publication, dealing with graphics, rates, charts and bibliography. Based on this observation, we can say that this move has a strong descriptive feature, even though it anticipates the evaluation of the work that gains clearer outlines from the third move identified for this genre.

Throughout the Move 3, the reviewer most clearly marks his evaluative positions by an analysis directed at certain points in the text or an evaluation of the overall plan of the publication. When *Evaluating the book*, some improvement suggestions are highlighted intending to indicate aspects that can be improved or revised. Evaluations do not always focus on negative criticism, but also on recommendations, highlighting the positive aspects and comparisons with other publications. Although it was not so frequent in the first generational phase, this component of the reviews has a high frequency in the later phases.

In regard to the fourth move, *Issuing a final opinion*, we observed the prescriptive character of the academic book reviews, as they make recommendations or disqualifications of the book, designating whether the reading is valid or not. On the other hand, it must be mentioned that it does not always focus on assessment. The results in the first generational phase showed us peculiar characteristics of this constituent, especially when we it is compared to the most recent reviews. At the beginning of the circulation of this genre, we noticed that encouragement statements for future publications were transmitted, which suggested that the reviewers while revealing politeness were concerned with expressing cordiality in the critiques and/or suggestions and as well as with the productivity in their field of studies.

Regarding the recurrence of each of these rhetorical moves, we created the chart below, that illustrates the number of occurrences (O) and the frequency (%) in each generational phase:

RHETORICAL MOVES	Phase 1		Phase 2		Phase 3	
	O	%	O	%	O	%
Move 1. Introducing the book	15	100%	14	93.3%	15	100%
Move 2. Summarizing the content	14	93.3%	15	100%	15	100%
Move 3. Evaluating the book	11	73.3%	14	93.3%	14	93.3%
Move 4. Issuing a final opinion	12	80%	11	73.3%	14	93.3%

CHART 5 – Frequency of the rhetorical moves of the reviews in each generational phase.

As noted, in Phase 1, the *Move 1 – Introduction of the book* was the most recurrent move, being present in all the reviews collected for that period. *Move 2 – Summarizing the content* was the second more prototypical, accounting for 93.3% of the cases. The *Move 3 – Evaluating the book* and the *Move 4 – Issuing a final opinion* are characteristics that do not present the same rates as the other components in Phase 1, considering that they were present in 73.3% and 80% of the samples, respectively. In the second generational phase, the most recurrent move was the one regarding the summary of the content (*Move 2*), appearing in 100% of the cases. The introduction (*Move 1*) and the evaluation (*Move 3*) reached high levels, being recurrent in 93.3% of the academic reviews published between 1971 and 2001, while the final opinion (*Move 4*) on whether the book was worth reading or not was recurrent in 73.3% of the samples. Phase 3 is the one we found the greatest percentage of distribution of the rhetorical organization, given that the *Moves 1 and 2* were updated in 100% of the cases, while *Moves 3 and 4* appear in 93.4% of the reviews.

Each one of these moves is composed of different steps, which are rhetorical components of a lower hierarchy. With regard to these components, we present in Chart 6 the descriptive pattern with all the steps found in the *corpus* of this study:

RHETORICAL STRUCTURE	Phase 1		Phase 2		Phase 3	
	O	%	O	%	O	%
MOVE 1 – Introducing the book	15	100%	14	93.3%	15	100%
Step 1.1 – Making topic generalizations	8	53.3%	6	40%	6	40%
1.2 – Defining the general topic of the book	8	53.3%	8	53.3%	7	46.6%
1.3 – Informing about the author	9	60%	8	53.3%	7	46.6%
1.4 – Informing about potential readership	9	60%	5	33.3%	6	40%
1.5 – Informing the origin of the book	5	33.3%	4	26.6%	5	33.3%
1.6 – Inserting book in the field	8	53.3%	8	53.3%	9	60%
MOVE 2 – Summarizing the content	14	93.3%	15	100%	15	100%
2.1 – Describing the overall organization	8	53.3%	11	73.3%	10	66.6%
2.2 – Presenting the topics of the book	8	53.3%	9	60%	14	93.3%
2.3 – Discussing the content of the book	9	60%	13	86.6%	14	93.3%
2.4 – Reporting the methodology	7	46.6%	2	13.3%	3	20%
2.5 – Citing extra-text material	3	20%	2	13.3%	4	26.6%
MOVE 3 – Evaluating the book	11	73.3%	14	93.3%	14	93.3%
3.1 – Providing general assessment	6	40%	13	86.6%	11	73.3%
3.2 – Providing focused assessment	9	60%	6	40%	7	46.6%
3.3 – Presenting suggestions for improvement	7	46.6%	5	33.3%	3	20%
MOVE 4 – Issuing a final opinion	12	80%	11	73.3%	14	93.3%
4.1 – Recommending/disqualifying the book	5	33.3%	10	66.6%	14	93.3%
4.2 – Expressing wishes for future publication	7	46.6%	1	6.6%	–	–

CHART 6 – Rhetorical moves and steps of academic reviews in three generations.

As we can see, academic reviews are accomplished through different components that are grouped in four moves and sixteen steps. According to Kabatek (2006), each traditional aspect of the texts and genre – we may include the rhetorical moves and steps – acquire a significant value due to their frequency. Considering that some moves and steps are more frequent than others, we can assume that some of them are more traditional or, in other others, more prototypical according to a Swales' point of view (1990). Although each of these components is numbered, it must be made clear that they are not arranged in the reviews in a specific sequence and, therefore, the numbering is attributed as a way of distinguishing them and not ordering them. Over the next paragraphs, we describe this rhetorical structure in more details.

3.1 Move 1 – Introducing the book

The Move 1 – Introducing the book, concerns the content provided in the initial paragraphs of the book reviews. The reviewers may mobilize six different rhetorical steps that present various types of information. These six compositional elements have been recurrent in the three generations and appear to inform the topics covered in the books; information about the authors; targeted audience; origin; as well as to indicate the field in which the book is inserted. We will, from now on, focus on the description of each step.

Step 1.1 – Making topic generalizations, for example, is one of the most recurrent ways for introducing the book. This step takes place when the reviewer presents general information related to the subject matter of the reviewed work. We named this compositional item after the CARS model, by Swales (1990), who forged the term to refer to ways of introducing content impartially. Although Swales (1990) have identified it in the analysis of scientific articles, other researchers, when investigating the reviews, adopted the same term to refer to the textual portions that indicate the main subject of the book (ARAÚJO, 1996) and that provide information about its context of publication (MOTTA-ROTH, 1995).

Our data revealed that, when making generalizations about the topic, the reviewers are concerned with introducing the book based on some argumentative strategies, such as: exposition of previous information; indicating the importance of the book, as well as pointing out the gaps and difficulties by the discursive community to produce and have access to academic publication. We can observe some examples in the following excerpts:

(Excerpt #1) Unfortunately, publications in the North and Northeast of the country do not reach us easily, so that the faculty members of the Portuguese team at the State School of Ceará can only now be read and judged with admiration and respect by many professors in our academic discipline. (R04_1957)

(#2) It is not so common, in Discourse Analysis, that the same work can reunite an original and rigorous theoretical formulation to a broad and cautious corpus survey and analysis (R38_2008)

In the samples of reviews published in the first two generational phases (1953 to 1970 and 1971 to 2000), the informative focus was on showing that language studies were beginning to overcome difficulties related to access to academic publications, as we can see from the Excerpt #1. The Excerpt #2, from the third generation (2000 to 2015), on the other hand shows a focus more on describing the state of the art – the same strategy was identified in examples from Phase 2. In both cases shown, topic generalizations are made to introduce the book. Regarding the frequency, the Chart 6 illustrates that this informational unit was more frequently found in samples of the first generation, that is, in 53.3% of the analyzed texts. In generational phases 2 and 3, the presence occurred in 40% of the reviews.

Step 1.2 – Defining the general topic of the work, deals specifically with the thematic content of the publication instead of contextual information. When analyzing the diachronic path of the genre, we detected that this second step has not undergone significant changes, maintaining a regular frequency in the three generations considering that, in both the first and the second phases, it was found in 8 of the 15 samples collected. This means a manifestation in 53.3% of the texts that correspond to each group. In the third generation, it could be identified in 7 reviews, making up 46.6% of the material gathered from this phase.

This component can be exemplified in the excerpts 3 and 4, below:

(#3) It is a book that should teach “the basic notions of Portuguese needed for those who wish to take action, with solid foundations, a fruitful secondary course”. (R08_1960)

(#4) Right from the start, the book makes it very clear for what it came: to disclose one of the theories and methods of Discourse Analysis. (R35_2005)

As the examples above illustrate, the focus of step 1.2 is to indicate the theme addressed to inform the readers what subject the book is about. In addition to present the theme, academic reviews are also carried out through *Step 1.3 – Informing about the author*. Introducing the book based on this step was a strategy recurrent in the three generations, although a decreasing frequency can be observed during each one of them. In the first generational phase, this step was manifested in 60% of the texts, while in the second generation the percentage decreased to 53.3%. In the third phase, the data pointed to the presence in 46.6% of the academic reviews that are part of the corpus, equivalent to the occurrence in 9, 8 and 7 samples in each phase, respectively. The gradual decline of this step can be interpreted as indicating a possible decrease in its social relevance, when compared to the first performances of this genre.

The most common lexical items from this step mention the writer, through terms such as: “professor”, “author”, “collaborators”, in addition to the proper names of these scholars. This observation can be seen in the following excerpts:

(#5) We point out among the collaborators two professors from the University of Paraná, Mansur Guérios (Portuguese language) and Pinheiro dos Reis (Romanic Philology). (R01_1953)

(#6) A contribution in this regard is the work translated into Portuguese and recently launched in Brazil called *The Linguistic policies*, by Louis-Jean Calvet, professor of Sociolinguistics at the University of Provence, France. (R39_2009)

In continuity with the information about the authors described and illustrated earlier, academic reviews, in the three generations, also presented *Step 1.4 – Informing potential readership*. With regard to regularity, we noticed that this element was manifested in 60% of the samples in the first

generational group, in 33.3% of the second group and in 40% of the third one. This finding suggests that, among the reviews published in the years of 1953 and 1970, the indication of the audience seemed to have a greater relevance in the constitution of the genre. This is possibly due to the fact that, during this period, many of the publications were difficult to access and, therefore, reviewers usually indicate, with greater frequency, the targeted audience of certain publications, in order to direct the readers to books of their interest:

(#7) Saying that the pretensions of his book were modest, Gladstone Chaves de Melo intended it “for Portuguese teachers who could not have a college degree” (...) However, even the people specialized in these studies will be able to gather new guidelines for their teaching practices. (R03_1954)

The example illustrated in #7 is an excerpt from the first generational phase, in which many reviews were dedicated to teachers in basic education schools, or even to notorious-knowledge teachers, that is, who did not have college education due to the difficulty to access higher education. In the three generations, however, academic reviews also used to recommend the works analyzed for professors and college students.

In addition to Step 1.4, we also identified Step 1.5 – *Informing about the origin of the book*, which appears in less than half of the samples. The textual portions that express it were registered in 5 academic book reviews of the first generation (33.3%), in 4 texts of the second (26.6%) and in 5 of the third (33.3%). Araújo (1996), who first defined this step, presented it as a rhetorical artifice characteristic of academic reviews that examined collections. However, in our analysis, we found that information about the origin is also frequent in reviews produced about books signed by a single author.

This rhetorical step is also carried out through informational units such as the following:

(#8) The linguistic lessons from professor Câmara Júnior were first published in the “Revista de Cultura⁸”, from Rio, in 1939-1941, and later improved and expanded, they were present in the issue with the same title above, edited by F. Briguier & Cia., Rio, 1942. (R02_1954)

(#9) Work by Dominique Maingueneau launched in France in 1984, which now has its version in Portuguese through the translation of Sírio Possenti and the publication by *Criar Edições*, from Curitiba. (R38_2008)

The main attribute of this step concerns the fact that it has disseminated information about the historical context of the publication, indicating the period of publication, information about editors, translators or, even, related to the publishing companies and the place of publication.

The last rhetorical component referring to the ways in which Move 1 was carried out was Step 1.6 – *Inserting the book in the field*. This sixth compositional element presents, as its main

⁸ Journal of Culture

argumentative strategy, the description of in which field of knowledge the work reviewed is inserted and how the book fills a gap in this area.

This step was found in 8 samples of generational phases 1 and 2, that is, in 53.3% of the academic reviews referring to these historical periods. Contrary to the trend of the other informational units that constitute the Move 1, this step of the rhetorical structure presented a higher frequency in the data of the third generation, appearing in 60% of the samples. The ways of carrying it out occur very similarly in all generations. Sample 10 can summarize it:

(#10) The importance of this work, in the field of Applied Linguistics, can be attributed to the fact that it is the first work published in Brazil's editorial market to bring practical and systematic activities with the use of *corpora* for the teaching of the English language in the Brazilian educational context. (R45_2015)

Examples with this content were present in the three generations, which revealed a similar way to perform, that is: informing that the book fills gaps in the field of knowledge and that it presents innovations when compared to previous works.

Once we finished the discussion of Move 1, as well as its respective steps, from now on, we will present the description of Move 2 - Summarizing the content.

3.2 Move 2 - Summarizing the content

Move 2 - *Summarizing the content* concerns the description, synthesis and discussion of content conveyed in the book. Considering its characteristics, we noted that it is an essentially descriptive rhetorical move, in which the reviewers outline aspects concerning the organization of the book, the topics that are addressed, the methodology and extra-text aspects. As shown in Chart 6, Move 2 consists of 5 steps. The first one, *Step 2.1 - Describing the overall organization*, showed an incidence in 53.3% of the first-generation samples, 73.3% in the second generation and 66.6% in the third one.

It can be said that the description of general organization of the book and the ways of carrying out this description do not manifest evident changes in the diachrony of academic reviews in terms of argumentative strategies used by the reviewers as they typically present how the book is presented in terms of general organization:

(#11) The book has the following disposition: Chapter I - Origins of the language, pp. 1-51; Chapter II - Old High German, pp. 52-132; Chapter III - Middle High German, pp. 133-227; Chapter IV - Transitional Period, pp. 228-257; Chapter V - Modern German, pp. 258-315; Chapter VI - Word formation, pp. 316-334; Chapter VII - Syntax in modern German pp. 335-425; Bibliography, pp. 426-434. (R12_1963)

(#12) The book consists of eleven chapters, four of which describe the cognitive processes of general domain that act in structuring of the language. The remaining seven chapters deal with different aspects linked to an integrated theory of language use and linguistic change. At the end of each chapter, the author summarizes the main points discussed, which facilitates the understanding of the material read. (R43_2013)

To inform about the disposition of the book, the reviewer continues this descriptive rhetorical action from the presentation of the book's content with *Step 2.2 – Presenting the topics of the book* found in most of the samples gathered. Its recurrent mobilization in the structure of the genre can be seen as a result of its social relevance and presented increasing rates. Step 2.2 has been verified in 53.3% of samples of the first phase, in 60% of texts of the second and in 93.3% of the third. This percentual is equivalent to the occurrence in 8, 9 and 14 review, respectively. These data reveal its greater prototypicality in the reviews published between 2000 and 2015, indicating the importance that rhetorical actions of a descriptive nature can play in the most recent reviews.

This second step from Move 2 diverges from the one previously described in the way that, while Step 2.1 presents the general organization of the book, Step 2.2 concerns the description of themes, concepts that may be of interest to potential readers on specific pages or sections of the book. In our analysis, we observed that the rhetorical action of describing specific parts of the book does not always concern the general description of the work – the rhetorical action that consists of Step 2.1.

With this observation, we report to some excerpts that illustrate this Step 2.2:

(#13) On page 76. J. K. concludes part of his considerations on the narrative aspect, remembering that the dialogical discourse comprehends three types: the one from carnival, the one from menippe and the one from the novel (polyphonic). (R17_1975)

(#14) In chapter I, “In the origins of the linguistic policy”, Calvet exposed the emergence and evolution of the binomial policy and linguistics planning in the second half of the 20th century, seeking to correlate with some political challenges of that time. (R39_2009)

The two samples illustrate cases in which certain topics of the work are described in a more particular way: in sample 13, illustrating the page on which a content is addressed and, in sample 14, presenting the description of a specific chapter. These cases present the two most common ways of performing the Step 2.2. In addition to it, and complementarily, we highlight *Step 2.3 – Discussing the content of the book*. We consider that the strategy of discussing content differs from the rhetorical action of presenting the topics of the work.

We understand that the act of discussing is related to the exposure of a deeper analytical look in which the reviewer displays the points of view, establishes relationships with others studies or even exemplifies and didacticizes the content. This rhetorical component appeared in 60% of the texts in the first group, 86.6% in the second and in 93.3%, in the third.

These numbers mean that Step 2.2 had a lower number of occurrences than Step 2.3 in generational phases 1 and 2. This may indicate that the most recent reviews may be more argumentative than the older ones. Examples appear below:

(#15) In this point of view we disagree a little with the Author, who is, in our view, a little too intransigent; the experience has not shown us enough yet, but it may prove that reasonable exercises of version can be of great help in acquiring good grammatical, lexical and stylistic knowledge on the part of students. (R10_1960)

(#16) One of the points highlighted by Calvet (attribution) is that there must be a “language equipment”, in the sense that they are equipped with necessary and sufficient resources to fulfill certain functions assigned by the State. An example of this is what happens in Brazil with indigenous languages since the 1988 Constitution and the 1996 National Education Guidelines and Bases Law. (R39_2009)

The examples presented show us that, in the step under discussion, the reviewers relate ideas, discuss the content based on comparisons, disputes, convergences and the exemplification of what is exposed in the reviews work. For this to happen, the reviewer can either refer to the discourse of the author of the book or express his own positions.

In continuity with this critical-descriptive character, we also identified *Step 2.4 – Reporting the methodology*, which had not been observed in previous studies on academic reviews. Its frequency, however, was not high, appearing in 46.6% of generation 1 samples, declining to 13.3% and 20% in generations 2 and 3, respectively.

We consider it pertinent to discuss this constituent of the genre because we observed a considerable presence, especially, in the first generational phase. In the reviews of that period, we found that the methodology was known from the methodological aspects and the categories addressed by the authors in their books, especially in reviews that analyzed works that published research results:

(#17) To arrive at this reconstitution, he applied the only viable method in similar research: the historical-comparative one. [...] Starting from the conformity between the Romanic Languages, inductively, it reaches the previous stage of these languages and gets the confirmation of the results obtained through the writers' texts, the information of the Latin grammarians and through the Latin epigraphy. (R09_1961)

As we informed, this step appeared less frequently in the following generations, manifesting itself in passages when the reviewers felt the need to describe the methodological aspects that supported the approach of the reviewed book:

(#18) The work is, according to A.'s words, within a historical-comparative scheme. [...]. With regard to methodology, the work, which is essentially structuralist in nature, does not deviate much from traditional models of historical description of linguistic phenomena. (R20_1981)

(#19) Using the approach known as Used-Centered Linguistics (Usage-based Theory), Bybee seeks to explain the essence of grammar, focusing on its variant and gradient character. Consistent with the theoretical posture she adopts, the author bases her studies on extensive *corpora* of spoken and written language, applying a consistent set of hypotheses to phonology, morphosyntax and semantics. (R43_2013)

This descriptive bias goes through all of Move 2 and it is also emphasized in *Step 2.5 – Citing extra-text material*, component that is equally descriptive, although it may be linked to evaluative postures. Its percentage indexes suggest that it is an unusual rhetorical device, used in less than half of academic reviews published. We verified its occurrence in 3 samples (20%) of the first phase, 2 samples (13.3%) of the second phase and in 4 samples (26.6%) of the third. This rhetorical unit was first cataloged by Motta-Roth (1995) to refer to reviewing parts of the book that did not concern the main content of the genre. In this case, the extra-text material that is cited focuses mainly on pre-textual and post-textual elements, or even physical characteristics of the work examined by the reviewer:

(Sample 20) The outline of the work is presented in the preface. [...]. An explicative note justifies this subdivision. The author regrets that he can not go beyond das generalities, since syntax has always been treated superficially, both in expository and historical grammars. (R09_1961)

(Sample 21) The book comes with a hardcover and book jacket in paper. On the book jacket, on the back page, there is a general presentation of the work and information about the organizers. (R40_2010)

Excerpts show that the reviews also describe aspects that are not necessarily related to the thematic content of the books. In addition, the data from our research certify that, more than outlining extratextual parts of the book, as already pointed out by other studies, step 2.5 also manifests axiological postures when attributing positive properties to the book. As we have shown throughout this analysis, evaluative positions are present in all moves of this genre. However, we understand the evaluation also appears as a centralized resource that reveals the reviewer's subjectivity, as we will discuss in the analysis of the next move.

3.3 Move 3 – Evaluating the book

With fewer rhetorical steps than the previous ones, the *Move 3 – Evaluating the book*, presents a critical exam of the book through evaluative comments on the book itself, as well as on its specific parts, in addition to presenting possible suggestions for improving the work. This move signals a shift from the rhetorical action on content description, typical of Move 2, to a more explicit critical-argumentative posture.

Step 3.1 – Providing general assessment, for example, contemplates occasions when the reviewer promotes a general criticism about the book as a whole. At the beginning of its circulation in the field of Linguistics, general evaluations of the book were performed in 6 texts of Phase 1, that is, in 40% of cases. The next generation shows the permanence of this unit in 13 samples, equivalent to updating in 86.6% of the reviews in the period. In Phase 3, despite an evident decrease in relation to the previous phase, we still noticed a high occurrence, in 11 texts, reaching the frequency of 73.3%.

(#22) What most impresses, undoubtedly, in Professor Bahamani's work, is the effort to be clear and exhaustive. A clarity is witnessed in the impeccable presentation of the four volumes, in the organization of the content of each volume. (R25_1991)

(#23) The book is presented in a well-careful format, showing excellent internal organization interna. The letters, the layout, the paper, etc. show special care with the setup of the book. The translation of the work is of excellent quality. (R40_2010)

In our study, however, we observed two types of evaluation. Besides the general assessment of the book as a whole, described in Step 3.1, we identified *Step 3.2 – Providing focused assessment*. Its incidence was more typical in Phase 1, detected in 9 samples, which add up 60% of frequency. In Phase 2 the opposite happens, since the assessment focused on a given aspect was recurrent in 6 texts, that is, it was present in 40% of the academic reviews gathered, a lower number than the one of the criticisms of the overall structure of the publication. This characteristic is preserved in the third phase, being present in 7 texts, totalizing 46.6% of the occurrences. The evaluative focus described in Step 3.2, therefore, is to specifically criticize some passages, such as book chapters:

(#24) This chapter and the first of the work in question, although of great linguistic interest, are the ones with the least original contribution, since they disseminate widespread ideas in General Linguistics, as well as in previous works by the author. (R16_1971)

The sample 24 illustrates and summarizes the main ways of implementing this rhetorical component, since Step 3.2 is a step in which the reviewer critiques specific chapters, sections or parts of the book. On other occasions, however, the reviewer highlights some points that need to be revised in the book, as it happens in *Step 3.3 – Presenting suggestions for improvement* also identified in our analysis. This rhetorical-compositional strategy, taken from the model by Araújo (1996), is not found in prototypes by other researchers and, even in the study of this author, it was identified only in a few samples.

Despite this, we described and included this step as a characteristic of the rhetorical structure of reviews in the Languages and Linguistics field in Brazil. Thus, we point out the percentage in which it appears, given that we detected it in seven samples (46.6%) from Phase 1, five texts (33.3%) from Phase 2 and in three (20%) from Phase 3. These numbers reveal that, in the diachrony of this

step, there is a decline in the number of occurrences, since, in each generation, it has been running at increasingly lower rates.

Spite of this decrease, the textual portion that expresses suggestions for improving the book contribute to the evaluation of the academic material in a specific way, as well as show the reviewer's concern with the scientific production in the field, suggesting characteristics to be reformulated, as we can see in the excerpt 25:

(#25) Some aspects could deserve additions or modifications in a possible reissue [...] a list of suggested parallel readings – that is, a brief list of commented bibliographic references – would further contribute to the didactic value of the work. (R29_1999)

The presence of Step 3.3 reinforces the interpretation that the social objectives of reviews are not only related to the description and recommendation of a book. Through suggestions, the reviewer collaborates with the development of language studies based on constructive criticism, that aim the improvement of the studies in the field.

This critical and evaluative posture also stands out, in the last rhetorical unit we have described. Move 4 – Issuing a final opinion, that promotes a final analysis of the work, aiming its recommendation or disqualification. In addition to the statements concerning the opinion on whether the work is or not valid reading, we point out in this last move the presence of a rhetorical strategy typical from phase 1, in which the reviewers end their texts expressing cordiality to the authors of work that they reviewed.

3.4 Move 4 – Issuing a final opinion

Move 4 – Issuing a final opinion is divided into two rhetorical steps. The first one, *Step 4.1 – Recommending/disqualifying the book*, manifested itself in 5, 10 and 14 samples, respectively. In percentage indexes, it appeared in 33.3% of the texts that set Phase 1, in 66.6% of the samples in Phase 2, and in 93.3% of the academic reviews gathered for Phase 3.

As we are based on the assumption that the genre reflects characteristics of the social situations that originate it, we can interpret that the rhetorical action of recommending (or not) the book seems to be more significant in recent reviews. In addition to that, the data obtained from the analysis of our *corpus* point to the presence of evaluative postures both favorable and unfavorable to the reading of the reviewed book:

(#26) In our view, the work reviewed here presents a valuable contribution and can be considered a must-read for both teachers and students of Language Teaching Practice. (R28_1998)

(#27) The conclusion is somewhat sad: a laudable initiative by the publisher ended up being rendered useless by an unfortunate choice, and the least that can be said is that the gap remains as serious as before – or perhaps more, because of this type of gap it can be said that it is better blank than poorly filled. (R34_2004)

Motta-Roth (1995) and Bezerra (2001), when discussing the recommendation of books in academic reviews, propose that the Recommendation/disqualification of the book can unfold another rhetorical step: Recommending the book despite indicating limitations. Our data showed that this distinction would be unproductive to the analyzed reviews, given that we identified cases like these only in one sample from Phase 1, two from Phase 2 and none in Phase 3. Therefore, we kept Step 4.1 called recommending/disqualifying the book. In the second and third generation, this is the textual item that traditionally concludes the review.

However, in the first generation we found another unit that, although it was relevant at the time it was published, has been disappearing diachronically. *Step 4.2 – Expressing wishes for future publication*, draws our attention because even though it has not been cataloged in other studies on this genre, it is configured as a traditional element of the first generational phase. This component is textualized by a short statement in which the reviewer expresses the desire that the works of the author are fruitful and have continuity such as the #28 example highlighted:

(#28) I submit these considerations to Herculano de Carvalho as a modest contribution to his valuable study, and I close this Review with the hope that we will soon have the following volumes, which together will give the scientifically modern version of the curious language of Miranda's Land. (R06_1959)

These wishes were expressed, probably, as a way of providing an academic incentive so that publications in this field of studies, under development at the time, were not interrupted and the language scholars continued to make contributions to the area in a period of low productivity and search for the consolidation of Linguistics in the Brazilian academy. This Step 4.2, also, creates a social representation of the reviewer as a concerned member that the studies in his area will continue in full development.

This proves a series of changes and permanencies in the rhetorical structure of academic reviews of Linguistics. The traditions of each historical phase reveal specificities in the percentage indexes in which each move and step. Following these evidences, we finished our study on this investigative object. We intend to show, through the analysis presented in this article, that the academic book review is as a genre that has undergone different changes and also reveals some enduring features that do not change from one generation to another.

In this sense, our goal was to present both transformations and traces of permanence in the historical course of the review over 62 years. In the following conclusion, we return to some aspects raised and summarize the results of this historical-comparative study.

4. Conclusion

This research aimed to analyze vestiges of change and traces of permanence in the academic book review through the examination of samples produced between the 20th and 21st centuries. We expected to illustrate that each historical phase reveals specificities in the percentage indexes in which each rhetorical move and step appear. In terms of diachronic erasure, we examined that Step 4.2 – Expressing wishes for future publication, typical of Phase 1, does not reveal any permanence features.

Items such as Step 1.3 – Informing about the author and Step 3.3 – Presenting suggestions for improvement, although recurrent in all phases, also show a decreasing continuum, since they have percentage indexes that gradually decrease in each generational period. On the other hand, in other components, as in the case of Steps 2.2 – Presenting the topics of the book; 2.3 – Discussing the content of the book and 4.1 – Recommending/disqualifying the book, we realized that each generation reveals a greater frequency of these rhetorical elements, suggesting that their social relevance has increased at the same time as its linguistic updating becomes more frequent.

In short, our interest was to show these differences in organizational patterns, in order to understand the genres, which are not ready and finished objects, are precisely in constant update in our society, are mutable – although, naturally, they retain several characteristics. We hope, therefore, that this investigation might be considered valid by those who understand and recognize the need for new theoretical and methodological practices to analyze the genres, especially in a diachronic perspective.

We also know that no research exhausts the investigative possibilities of its object and, therefore, we are aware that our study evokes many other questions that may be addressed in researches to come. Thus, we hope that the next studies will continue the work we started here.

REFERENCES

ARAÚJO, A. D. Academic genres in university contexts: an investigation of students' book reviews writing as classroom assignments. In: BAZERMAN, C. et al. (Orgs.) *International advances in writing research: cultures, places, measures*. Fort Collins: The WAC Clearinghouse; Anderson: Parlor Press, 2011, p. 319-334.

ARAÚJO, A. D. *Lexical signalling: a study of unspecific-nouns in book reviews*. 1996. 274f. Tese (Doutorado em Letras-Inglês) – Programa de Pós-Graduação em Letras-Inglês, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ASKEHAVE, I.; SWALES, M. J. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Org.) *Gêneros e sequências textuais*. Recife: Edupe, 2009, p. 221-247.

BEZERRA, B. G. *A distribuição das informações em resenhas acadêmicas*. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

CASTILHO DA COSTA, A. Tradições discursivas em A Província de São Paulo (1875): gêneros textuais e sua constituição. In: *Anais...* Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2008, São Paulo. p.1-27.

CIAPUSCIO, G. E. Tradiciones discursivas y variación diacrónica de los géneros académicos: el artículo de investigación em la filología y la lingüística de la Argentina. In: CIAPUSCIO, G. E. et al. *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert, 2005, 13-25.

COSERIU, E. *O homem e sua linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

KABATEK, J. Prólogo. In: COSERIU, E. *Lenguaje y discurso*. Pamplona: EUNSA, 2006, p. 09-12.

MOTTA-ROTH, D. *Rhetorical features and disciplinary cultures: a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics*. 1995. 365f. Tese (Doutorado em Letras-Inglês) – Programa de Pós-Graduação em Letras-Inglês, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

PALTRIDGE, B. Análise de gêneros e a identificação de fronteiras textuais. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Orgs.). *Gêneros e sequências textuais*. Recife: EDUPE, 2009, p. 61-78.

SWALES, J. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ZAVAM, A. S. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornais*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

THEORETICAL ESSAY

Text Genres in Cardiac Emergency: from activity to typology

Guiomar Elena CIAPUSCIO 

University of Buenos Aires; Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Buenos Aires, Argentina

ABSTRACT

Different lines and research traditions from contemporary Linguistics share an interest for text genres. The aims of this article are, firstly, briefly presenting some fundamental antecedents on the subject for Linguistics and reviewing the main research perspectives and traditions. Secondly, it intends to introduce conceptual developments elaborated within the German Text Linguistics (TL) framework, which in my opinion offer a global and explanatory vision of text genres. Thirdly, the article illustrates the corresponding theoretical aspects, based on a corpus of verbal interviews from an Argentine public hospital, during the treatment of cardiac emergencies. The analysis performed applies a qualitative methodology, which combines the conversational analysis methods (GÜLICH; SCHÖNDIENST; SURMANN, 2003; GÜLICH, 2007) in the case of oral data, and the methods of genre linguistics for the typologizing of texts (HEINEMANN, 2000; ADAMZIK, 2004; CIAPUSCIO, 2005). The theoretical-descriptive paper describes and addresses two complementary angles of analysis for text genre, developed within the TL framework: both as speakers' communicative activities and theoretical-analytical instruments for the typologizing of texts.

RESUMO

Diferentes linhas e tradições de pesquisa da Lingüística contemporânea compartilham um interesse por gêneros textuais. Os objetivos deste artigo são, em primeiro lugar, apresentar brevemente alguns antecedentes fundamentais sobre o assunto para a Lingüística, e revisar as principais perspectivas e tradições de pesquisa. Em segundo lugar, pretende-se introduzir desenvolvimentos conceituais elaborados dentro dentro da abordagem teórica



OPEN ACCESS

EDITED BY

- Valéria Severina Gomes
(UFRPE)

- Aurea Zavam (UFC)
- Konstanze Jungbluth
(EUROPA-UNI)

REVIEWED BY

- Vicentina Maria Ramires Borba
(UFRPE)

- Eduardo Penhavel (UNESP)

DATES

- Received: 19/10/2020

- Accepted: 27/11/2020

- Published: 17/12/2020

HOW TO CITE

Ciapuscio, G. E. (2020). Text Genres in Cardiac Emergency: from activity to typology. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 740-762, 2020.

da German Text Linguistics (TL) que, em minha opinião, oferecem uma visão global e explicativa dos gêneros textuais. Em terceiro lugar, o artigo ilustra os aspectos teóricos correspondentes, com base em um corpus de entrevistas orais de um hospital público argentino, durante o tratamento de emergências cardíacas. A análise realizada aplica-se a uma metodologia qualitativa, que combina os métodos de análise conversacional (GÜLICH; SCHÖNDIENST; SURMANN, 2003; GÜLICH, 2007) no caso dos dados orais, e os métodos da linguística de gênero para a tipologização de textos (HEINEMANN, 2000; ADAMZIK, 2004; CIAPUSCIO, 2005). O artigo teórico-descritivo descreve e aborda dois ângulos complementares de análise para o gênero textual, desenvolvidos no âmbito da TL: tanto como atividades de comunicação dos locutores quanto como instrumentos teórico-analíticos para a tipologização de textos.

RESUMEN

El interés por los géneros textuales es compartido por distintas corrientes y tradiciones de investigación de la lingüística contemporánea. Este artículo tiene por objetivos, en primer lugar, presentar de manera somera algunos antecedentes fundamentales del tema para la lingüística y pasar revista a las principales perspectivas y tradiciones de investigación. En segundo lugar, me propongo exponer desarrollos conceptuales elaborados en el marco de la lingüística del texto de origen germano (LT), que desde mi punto de vista ofrecen una visión integral y explicativa de los géneros textuales. En tercer lugar, el artículo ofrece una ilustración de los aspectos teóricos discutidos, sobre la base de un corpus de entrevistas orales, obtenido en un hospital público argentino, durante el proceso de tratamiento de emergencias cardíacas. El análisis realizado sigue una metodología cualitativa, que combina los métodos del análisis conversacional (GÜLICH; SCHÖNDIENST; SURMANN, 2003; GÜLICH, 2007), en el caso de los datos orales, y los de la lingüística de los géneros, para la tipologización de textos (HEINEMANN, 2000; ADAMZIK, 2004; CIAPUSCIO, 2005). El trabajo de orden teórico-descriptivo describe y discute dos ángulos de análisis complementarios de los géneros textuales elaborados en el marco de la LT: como actividades comunicativas de los hablantes y como instrumentos teórico-analíticos para la tipologización de textos.

KEYWORDS

Text genres. Communicative activities. Typologies. Narrative reconstruction techniques. Interview between physician and patient.

PALAVRAS-CHAVE

Gêneros de texto. Atividades comunicativas. Tipologias. Técnicas de reconstrução narrativa. Entrevista entre médico e paciente.

PALABRAS CLAVE

Géneros textuales. Actividades comunicativas. Tipologías. Técnicas de reconstrucción narrativa. Entrevista médico-paciente.

Introduction

This work is characterized by a theoretical-expository imprint on the issue of text genres, and also an illustration from a specific perspective: Text Linguistics. The aim of the article is to present a brief overview of the different theoretical approaches to text genres and provide a thorough description of a perspective originated in the German Text Linguistics, while illustrating the main theoretical notions and concepts through a small corpus from an Argentine public hospital, collected during the process of treating cardiac emergencies. Henceforth, the intention is showing, albeit in a minimalist way, contemporary angles of analysis and how the knowledge generated from this perspective can be used for theoretical-descriptive and applied purposes.

1. Some antecedents and perspectives on genres

Genre as a concept is multifaceted and it is the subject matter of different Human and Social Sciences; at the same time, Linguistics are indebted to a broad range of traditions that developed founding ideas for contemporary research: Rhetoric, Stylistics, works conducted within the areas of folklore and Linguistic Anthropology (the seminal work of the Russian formalist PROPP, 1958 [1928]), and within the area of the Ethnography of Communication (HYMES, 1972), among others. In my view, there are two crucial antecedents in the elaboration of the concept for Linguistics, which have been –and still are– influential and valid: the Prague Linguistic Circle and the contributions of Mikhail

Bakhtin and Valentin Voloshinov circle. Firstly, I will briefly refer to them and, secondly, I will present a short overview of notable contemporary approaches.

In their transcendental *Thesen* (1929), the linguists of the Prague Circle emphasized the need to study the language by differentiating its several manifestations, with the concept of linguistic functions as a starting point. The intention of the speaker is the explanatory and natural event that indelibly marks linguistic productions: the elaboration of a functional stratification of language, direct antecedent of the concept of text genre, is an achievement of this school. To account for the functionally conditioned linguistic varieties, the Prague linguists coined the concept of functional styles: language provides a set of linguistic resources (in the broad sense) and speakers, according to their purpose, situation, social sphere, among other factors, select the appropriate stylistic variant. One of its most illustrious representatives, Havránek (1964), suggested distinguishing four functional styles: everyday language, referential language, scientific language and journalistic language. Functional languages are determined by spheres of use and this results in the “dominant styles”, which are characterized following the classic categories proposed by Bühler (1961 [1934]): the representative function prevails in the specialized style; the appellative function, in the directive style; and the expressive function has supremacy in the emotional style. The Prague school has had an enormous influence on Functional Systemic Linguistics and Text Linguistics –two approaches that have made important contributions to the study of text genres (CIAPUSCIO, 2005).

The concept of genre attributed to Bakhtin (1979)¹ was developed between 1926 and 1930, within the framework of the production of his circle on the dialogism of the statement: on the one hand, it is always responsibility of an individual and is oriented toward an interlocutor; but on the other hand, it is inextricably linked to the social sphere in which it is employed. Each sphere of language use gives rise to its relatively stable types of utterances: genres. The complexity, richness and dynamism of the genres lie in the vital and complex nature of human praxis. Bakhtin distinguished primary (or simple) and secondary (or complex) genres: the former, linked to everyday communication and directly related to experience; the latter, linked to more complex cultural contexts –science, literature, journalism–, predominantly manifest in written form. The relationship between style, function and genre is clearly stated by Bakhtin: a specific function (technical, journalistic, everyday use) combined with certain conditions for each sphere of use result in particular genres, which he defines as “relatively stable thematic, compositional, and stylistic types of utterances” (p. 252). The Bakhtinian conception of genre is reasonably still enduring and widely accepted, due to both its general character and, at the same time, its precision, by combining what the most diverse research traditions and contemporary approaches share: the conjunction of stability and dynamism present in its nature. That is, on the one hand, the stability of the discursive functions they perform, of the communicative contexts and spheres in which they are used, of the thematic range, and of the compositional and stylistic forms that characterize their structure and materiality; and on the other

¹ In this article, I will leave aside the interesting and reasonable controversy on the legitimate authorship of the works on discursive genre (among others), originated by the research conducted by BRONCKART; BOTA (2013).

hand, the vitality and dynamism that constitute them, based on the variability of communication tasks –in different socio-historical contexts– that they undertake and that explain the changes, hybridizations and generic combinations as well as the emergence of new genres. The Bakhtinian conception of genre is latent in the different approaches, although its presence is more significant in the French tradition and very characteristic in Brazilian Linguistics.

Maingueneau (2010) justifiably asserts that genre, like every category in the Human and Social Sciences, is subject to socio-historical conditioning; there are, as is well known, different conceptualizations and definitions for it and a plurality of approaches that respond to different research interests. Frequently, in this discipline there is little dialogue between the different orientations, comparative works are very scarce (cf. CIAPUSCIO, 2005), and relatively few works gather contributions from different theoretical sources (cf. BAZERMAN; BONINI; FIGUEREIDO, 2009; SHIRO; CHARAUDEAU; GRANATO, 2012).

Discarding any possibility of a comprehensive rapport, I will make a brief mention of the main approaches with merely illustrative references. In the Anglophone tradition, the most relevant theoretical backgrounds are the studies of Variationist Sociolinguistics and Corpus Linguistics (BIBER, 1988), and Systemic Functional Linguistics (HASAN, 1984). The latter provided the fundamental framework for the interesting theoretical re-elaboration of the concept of genre within the theory, with projections applied especially in education, developed by the Sydney School in Australia (for example, MARTIN; ROSE, 2008; MARTIN, 2015), among many others. Genres were and are intensively studied within the framework of Applied Linguistics, especially that of ESP (English for Specific Purposes), English as a Second Language and English for Academic Purposes (BHATIA, 2004; 2015; SWALES, 1990; 2004; VENTOLA, 1997). Finally, it is necessary to mention the New Rhetoric School in North America (for instance, BAZERMAN, 1988; BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995), that produced tenacious developments (BAZERMAN; DEVITT, 2014; BAWARSHI; REIFF, 2010); this line has been enthusiastically received by discourse analysts from Brazil, a country that hosts the SIGET events (International Symposium on Text Genre Studies)² since 2013, which summon experts from different American countries. Bazerman, Bonini and Figueiredo (2009) present an overview of the works of authors from different countries arising within this framework. The works of Brazilian researchers that are framed in text studies (VILLAÇA KOCH, 2008; MARCUSCHI, 2008; CAVALCANTE *et al.*, 2010, for example) are also very relevant. What is more, the contributions of the Francophone tradition are worth mentioning (ADAM, 2001; BRONCKART, 1997; CHARAUDEAU, 2012; MAINGUENEAU, 2004; 2010), with a strong focus on the socio-communicative and structural aspects of genres.

Even though little is known about the reflection and work on genres in the German tradition, they are vast and it is absolutely impossible to mention them even at the representational level; however, it is curious that references to this tradition are generally reduced to the works produced during the 1970s, and particularly aimed at creating a text typology in terms of an abstract, static and deductive representation. In fact, in the early 1970s, the initial research within the framework

² Its last edition was held on September, 2019 for the first-time outside Brazil, in Córdoba, Argentina.

of Text grammar cast the spotlight on the issue of text typology (GÜLICH; RAIBLE, 1977). However, from then on, countless typological proposals have been presented with growing dynamism and flexibility, nurtured by several generic studies, and that developed in accordance with the dominant paradigms in Linguistics (cf. HEINEMANN; VIEHWEGER, 1991) into what is known as Genre Linguistics (ADAMZIK, 2004).

2. Genres: Activity and Classification

Text genres emerge from the activity of talking itself, originated and made possible because speakers have knowledge on how to adapt their utterances (texts) to their aims, considering specific situational factors, according to the traditions of verbal communication. Eugenio Coseriu created a specific theory category which he called “expressive knowledge”, different from “knowing a language”, and which he explained as our ability to produce texts based on traditions and historic models (COSERIU, 1981; KABATEK, 2006; 2018; KOCH, 2008). That competence is based on the availability of historically coined text models or schemes –with partial or full scope–, which are reused and re-contextualized in every verbal communication. Consequently, there are completely fixed texts (courtesy formulae, insults, idioms, proverbs); texts with fixed components (letterheads, legal documents), formal schemes for traditionally established texts (sonnets, contracts) or those defined by technology (Twitter, Instagram), and finally, formal schemes, types of relatively standardized contents and formulation models, according to the genre (research paper, journalistic chronicle, inaugural speech). The repeated and traditional aspect found in the concept of genre is related to that of discursive traditions, which emerged within the context of the Romance Philology (SCHLIEBEN-LANGE, 1982; COSERIU, 1981), oriented to the diachronic study of language. Nowadays, the differentiation of both concepts is an object of reflection (KABATEK, 2018).

With a similar orientation, contemporary models with cognitive and communicative characteristics (HEINEMANN; VIEHWEGER, 1991; HEINEMANN, 2000) study a “knowledge about text classes or generic knowledge” acquired by speakers together with language during their socialization; it is a knowledge on how to create and adapt texts and/or speeches to objectives, situations and the interlocutor, for these aspects to be appropriate and effective for their aims. These are the so called *global text schemes*, which will be analysed in the following sections.

Linguistic activities result in verbal and multimodal products that reflect, to a greater or lesser extent, distinctive and characteristic features of the different genres in its materiality of meaning. For almost sixty years, Linguistics have tried to address such regularities by suggesting different classification systems, which have radically varied over time as knowledge saw progress: from relatively rigid systems based on certain types of features (inside or outside the text) to systems of different dimensions and parameters, open and flexible, able to generate complex generic descriptions and undergo generic changes and relations (HEINEMANN; VIEHWEGER, 1991;

HEINEMANN, 2000; ADAMZIK, 2004; CIAPUSCIO, 2009, among others). However, despite the relative stability of genres and the possibility of systematization, it is important to consider their inherent dynamism, present from their origin: genres emerge from communicative and social needs in historical, political conditions and also specific practices that are not permanent; genres change over time and can also avail hybridization processes and the emergence of new genres (MATTHEIER, 1986; ECKKRAMMER, 2004; MIRANDA, 2010).

In summary, it is important to distinguish two complementary perspectives in the research on genres: the perspective of the speaker's activity, who produce and interpret texts or speeches, and the point of view of the classification of products resulting from these activities, that is, (individual) characterisation of genres and the text system or typology as an attempt to organise generic diversity (CIAPUSCIO, 2021).

3. Genres, text types and classes

When talking and writing about genres, it is impossible to avoid the terminology problem, as it has gathered a considerable portion of theoretical discussions. The nouns *genre*, *type* and *class* preceded by the noun *text* and the adjective *discursive* are the most commonly used denominations. In German text linguistics, the distinction between “text type” (*Texttyp*) and “text class” (*Textsorte*) was consistently put into consideration when the discussion on typology was just starting: *text type* denotes a category within a theory; *text class* is related to intuitive distinctions made by common speakers. This distinction started to fade with the evolution of research toward a more empirical perspective, and the name *text class* has prevailed in current literature (it can be considered –and will be in this paper– a synonym for *text genre*).

In this context and as anticipated, *text class* was defined in different ways throughout its development. Brinker (1988) suggested a specific conceptualization that became a classic definition:

Text classes are conventionally valued schemes for complex linguistic actions that can be described as common combinations of contextual (situation-based), functional-communicative and structural (grammatical and thematic) features. The speech community has historically developed them and currently they are part of the common knowledge of speakers. Even though they exert a normative effect, they also enable the communicative effort, since they provide the speakers with relatively stable guidelines for the production and receipt of texts (BRINKER, 1988, p.124, author's translation).

As can be noticed in that definition, Brinker combines “internal” and “external” features of genres: from the internal-analytic point of view, he emphasises its complex operating nature, which can be explained from a typical combination of situational, functional and structural conditions. Furthermore, the author highlights the importance of historical and cultural aspects and, additionally, its cognitive basis.

Other authors within this line suggest conceptual characterisations that emphasise the cognitive-social aspect and that, in my opinion, achieve a descriptive and explanatory adaptation by distinguishing three concepts at different abstraction levels: text, genre (text classes) and text schemes (SANDIG, 2000; HEINEMANN, 2000). Texts are complex objects with a prototypical nature, characterized by textuality achieved by adhering to certain criteria or norms (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997), related to different analytical dimensions (communicative-functional, thematic –content, its organization and presentation– and the linguistic form, in HEINEMANN; HEINEMANN, 2002, p. 104). Texts are always samples of a text genre, a category that consists of sets of text units that share common features and have a prototypical nature, linked to their different constitutive dimensions. The distinction between text genres and the schemes that generate them (HEINEMANN, 2000) points at a more abstract dimension. Speakers have knowledge on global text schemes, which they have acquired during their communicative experiences and that play a central role in the production and understanding of texts. Daily, speakers face regular communicative activities that they preferably address in a similar way. Text schemes are pre-built resources of social and structural order to “solve” recurring communication tasks; they are general guidelines about text attributes, and they vary based on the communicative experience of the speakers, their academic background and field of activity –which is consistent across different types of communicative processes, most of which have a systemic structure, namely, a field of communicative genres (a “communicative budget”, BERGMANN; LUCKMANN, 1995, p. 301). In sum, genres are representations shared by the community of speakers, with a certain degree of abstraction, but linked to text realizations with prototypical features within the different dimensions.

In recent years, interest has mostly lied on the study of generic relations: in fact, texts are always included in major communicative processes, hence specific relations with other texts and genres are established. This is the reason why, beyond the typological framework, there is a sustained interest in suggesting global representation models that encompass intergeneric relations, mostly named after metaphors, as generic networks (ADAMZIK, 2011; BRINKER; CÖLFEN; PAPPERT, 2014), or biological-social metaphors, such as “family of genres” or “kinship” (BERGMANN; LUCKMANN, 1995; CIAPUSCIO, 2009), that are consequence of the evidence that different genres used by different linguistic communities are interrelated. Analysts are challenged by the systematisation of different genres that can constitute networks of genres (BRINKER; CÖLFEN; PAPPERT, 2014, p.149). Their connection can be diverse: thematic, functional, situational and/or formal, that is, they can refer to the different text dimensions. For instance, speeches on the COVID-19 pandemic, climate change or abortion are respectively organised in constellations of genres that are essentially constituted on the base of common contents. Generic functional interrelations constitute “chains”: texts belonging to specific genres are sequentially linked, namely, they constitute the necessary steps within a communicative process.

4. Typologizing text genres

Typological suggestions evolved from options that aimed to find opposing features for the contrastive characterization into multidimensional complex, flexible systems, which include different inter-related subsystems. Notions based on groups of features used to contrast individual text types through the representation in grids constitute “internal” and “external” text features (see, for instance, WEINRICH, 1972; LOUREDA, 2003). The comparison is drawn from pretty general features related to certain dimensions of speech, and it results in a global vision of those features. The decision on which features to include and the additional procedure generates fruitful discussions, which in the case of many authors resulted in the search of “superior” criteria for the typology of texts. For instance, Brinker (1988) suggests a typology based on a functional, situational and structural criteria hierarchy, in which the former is considered the predominant parameter. The prototype theory, refurbished for the text and genre theory (SANDIG, 2000) offers an interesting alternative: generic features in different dimensions are relevant as prototypes; namely, a text genre does not encompass all the features of potential text units within a certain genre, but only those features relevant for the specific constitution of the text in the given context.

Cognitive-communicative models developed within the German context explicitly favoured typologies of several dimensions at the interactional level, which would account for the typological knowledge of speakers. This approach focuses not on the text as a product, but on its processing. It postulates a schematic knowledge about genre that is added to the encyclopaedic knowledge (knowledge about the world), linguistic knowledge (lexicon and grammar) and interactional-situational knowledge (HEINEMANN; VIEHWEGER, 1991). Knowledge about genres is multidimensional, in the sense that it comprehends prototypical qualities related to the different text dimensions, which can also achieve a different relevance based on genre. Text typologies are, from this perspective, representations of generic knowledge, which can incidentally be used as reference models to characterise texts. Heinemann and Heinemann (2002) suggested a typology with a considerable influence on the Spanish speaking context (e.g., CUBO DE SEVERINO, 2005). It comprehends the function, situation, theme and structure, and formulae adaptation levels, which enable describing the object and accounting for textuality. Likewise, levels comprehend parameters that are instantiated in certain linguistic features. This strategy makes it possible to describe and contrast different genres, based on category distinctions of text levels and their particular ‘values’ as specific features. It is a holistic typology that includes partial typologies for each dimension. The following table provides a general representation that combines the aforementioned proposals and my own research, focused on specialised discourse (CIAPUSCIO, 2003; 2016). Such representation may be read in dynamic or processual terms (namely, as decisions taken by the interacting parts when they produce or interpret texts), and in static terms (when characterising or typologizing specific text units or genres):

Level 1: Functionality	(Macro) Main functions: a) Express; b) Contact; c) Inform; d) <i>Direct</i> ³ ; e) Produce aesthetic effects. d1) <i>suggest</i> , d2) <i>give advice</i> , d3) <i>recommend</i> , d4) <i>order</i> , d5) <i>compel</i> .
Level 2: Situationality	Parameters: a) Activity situation; b) internal/external communication to the speciality sphere; c) medium/channel; d) speaker's profile (specialist/semispecialist/layman/...); e) number of speakers; f) speaker's social roles; g) context situation.
Level 3: Structure and thematic content	Parameters: Strategic procedures for the information selection, organization and disposition: a) Thematic imprint (determination degree of text theme); b) Thematic attitude (modalities); c) Thematic perspective (specialised, informative, didactic, etc.); d) Ways of presenting text theme (narrative, expositive, argumentative, directive); e) Text structure. Particular tactical procedures.
Level 4: Linguistic form	Parameters: a) Genre communicative principles; b) linguistic/non-linguistic forms (images/projections); c) stylistic peculiarities; d) Genre-specific formulae schemes; e) Grammar and lexicon-related aspects; f) Terminology: density and treatment.

TABLE 1 - Text typology

Typological levels should not be interpreted as static compartments; there are overlapping, transitions and reciprocal conditioning relations among them. Although the current typological proposals present a high degree of generality, flexibility and openness –which allows to accommodate variation, changes and even generic hybridization–, the representation by levels could transmit a classifying image, which overshadows the dynamic character of genres, and partly for this reason it is common to find mentions of the "impossibility" of typologies (COUTINHO; MIRANDA, 2009, p. 36) in the literature. Indeed, typologies are limited instruments due to the object they must "categorize", which is subject to permanent variation and expansion, so that current trends based on an approximation of a prototypical, multidimensional and dynamic order achieve greater theoretical and descriptive adaptation (cf. BERNÁRDEZ, 1995, p. 185) than models based on the presence versus the absence of features.

The following section aims to illustrate the previous concepts and reflections by way of presenting examples, based on a set of texts belonging to the corpus gathered for analysis in a research project focused on studying the communication of cardiac crises in the hospital context.

³ Italics in "d) *direct*" and in "d1, d2, d3", etc. aim to illustrate that text macro functions are normally realized in more specific functions, according to factors such as illocutionary force, among others (for more information, see HEINEMANN; VIEHWEGER, 1991, also CIAPUSCIO,1994).

5. Text genres in the treatment of cardiac crisis

The corpus examined in the research was collected in the public Hospital "El Cruce Néstor Kirchner", a tertiary care hospital and model medical centre, which admits patients only by referral from other health units, located in Gran Buenos Aires⁴. The patients are mostly people from highly vulnerable social backgrounds, who have suffered a severe cardiac episode, generally a heart attack, and are treated due to an emergency situation, which requires surgery with different degrees of complexity. The complete data corpus consists of 12 face-to-face interviews between cardiologists and cardiac patients (six interviews on admission and six on discharge), and six written texts that belong to the *epicrisis* genre (a written report, quite standardized, in which patient data, diagnosis and treatment in hospital, together with therapeutic and pharmacological indications for medical discharge are recorded). In summary, the texts belong to three genres, which can be placed at the initial and final terms of the hospitalization process to handle the medical emergency, as can be seen in the following diagram:

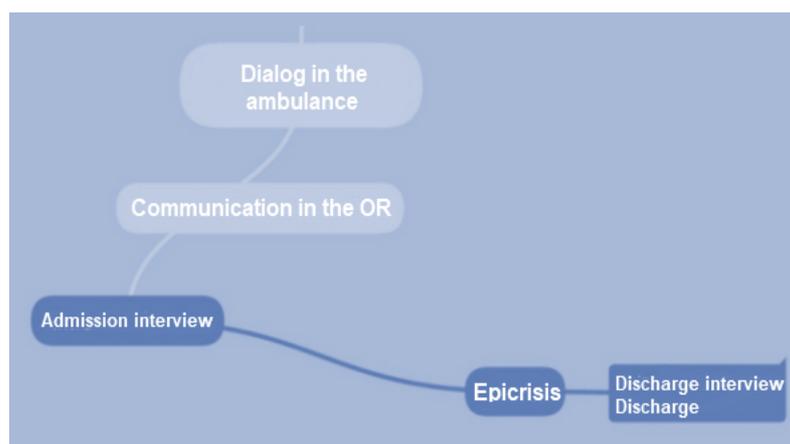


FIGURE 1 - Cardiac emergency genres

These are three routine genres of the hospital practice, with different degrees of specialization, which carry out and constitute a socio-communicative process, typical of this area: once the cardiac crisis is overcome, the interlocutors need to deepen their understanding of the case, decide on a treatment during the hospital stay, and establish a treatment to be followed upon discharge. It is clear that the three genres –instantiated in particular texts– constitute and collaborate in the "solution" for the medical emergency. From a functional point of view, the admission interview aims to obtain information about the patient, history and habits, and to inquire about the circumstances and characteristics of the critical event: based on this information, the results

⁴ The study protocol and data collection were authorized by the Hospital Research Ethics Committee and, in all cases, involved an informed consent from the patient.

of specific diagnostic tests and the evolution, the treatment and general prophylaxis are defined –information that is incorporated in a technical way in the epicrisis and that is explained to the patient in an appropriate way, including the pertinent aspects, in the medical discharge interview. In short, the admission, the epicrisis and the discharge interviews constitute a generic network in which we can verify multidimensional relations: functional, situational, thematic and also linguistic. In addition to their functional orientation to handle the medical emergency and guide future behaviour, considering the situational point of view, they occur in the context of the hospital institution and the identity of the speakers coincides completely in the face-to-face interviews and partially in the epicrisis (the producer of the text is the physician who interviews, the patient addressed in the report is the interviewee).

5.1. Hospital admission interviews

As explained in the previous section, once the cardiac crisis is over, cardiologists talk to patients in order to gather a more precise information about their clinical history, the circumstances, characteristics and intensity of the critical event suffered, and the actions taken. These admission interviews respond to a regular rhetorical scheme, which follows parameters of the classic clinical interview or *anamnesis*, a practice that is part of the medical training. In the selected corpus, three large components can be recognized in the six admission interviews, which fulfil specific functions in the interaction:

- I. Introduction: the fundamental activity is the physician's investigation, who collects personal data, the patient's medical history and family history, the patient's habits and customs.
- II. Development: patients, at the request of the physicians and with their collaboration, report the critical event suffered.
- III. Summary and closing: the physicians synthetically explain the medical case (type of cardiac event suffered and the actions taken in the operating room) and give general recommendations regarding the patient's behaviour for the future.

I would like to focus on component II, in order to analyse the formulation activities that patients carry out to narrate their critical events. The analysis of the interviews shows that, in order to linguistically and communicatively reconstruct past events, patients predominantly resort to storytelling as a conversational method. Using this reconstructive method (BERGMANN; LUCKMANN, 1995), patients, supported by questions and comments from physicians, evoke and present the context of the disease, namely, the circumstances and events prior to the heart attack or crisis, the crisis itself,

focusing on the description of pain, and its consequences. In this respect, they appeal to different narrative reconstruction methods or techniques (GÜLICH; SCHÖNDIENST; SURMANN, 2003; GÜLICH, 2007). These are textual formulation procedures to reconstruct past events, available to speakers in order to carry out the conversation. In the corpus of interviews, three main techniques can be identified, which have been described and characterized by the above mentioned authors: the *iterative* narrative that consists of the reconstruction of recurring events that are presented as typical and recurring; the *episodic* narration, that is, the reconstruction of a singular episode, which is clearly delimited from the rest of the actions and events; and finally, the *scenic representation* (or *dramatic representation*), a technique by which the past is placed in the present scene, facts and events are narrated as if they were happening before our eyes; in other words, the narrative becomes drama (GÜLICH; SCHÖNDIENST; SURMANN, 2003, p.227-228).

In the following example⁵, the partial reconstruction of a heart attack can be seen, which occurred fifteen days before the conversation took place. The exchange shows the conversational efforts of the patient (Pa), a family member (F) and the physician (Phy); they collaborate in different ways during the conversation: the patient recounts the episode of his heart attack to the physician; his wife (F), as a participant witness of the critical event, provides accurate details; the physician, for his part, makes questions and comments aimed especially at obtaining specific information about the circumstances, quality and intensity of the pain. Immediately before the quoted extract, the patient has reported sensations and symptoms experienced in the hours prior to the heart attack, such as lack of appetite, fatigue, spatial disorientation and confusion, a situation that he describes as “muddling”.

(1)

- 1 P. o sea estaba como abombado y me fui a Casa.. y guardé el AUto en casa y:
[Pa. I mean I was like muddling and I went Home.. and I parked the CAR at home and:]
- 2 P. le comento a mi mujer.. que yo estaba como abombado y me dice no será. algo que te debe
[Pa. I tell my wife... that I was like muddling and she says isn't it something that must have]
- 3 P. haber paSado... y no f/
[Pa. happeNED... and not f/]
- 4 M. y aHÍ no fue a ningún hospiTAL ninguna salita ahí no consultó'
[Phy. and THEN he didn't go to any hospiTAL any medical practice he didn't go to a consult]
- 5 P. No=no ningún lado no porque no no porque me senté
[Pa. No=no anywhere no because no no I sat]
- 6 M. no se tomó la presión tampoco. nada'
[Phy. he didn't check his blood pressure, anything']
- 7 P: no= no. me senté en la mesa comimos algo qué se yo.
[Pa: no= no. I sat at the table we ate something I don't know]
- 8 P: terminé de comer.. me voy a acostar no tengo ganas muchas ganas de comer
[Pa: I finished eatINg.. I lie down I am not very hungRY]
- 9 F. y dijiste no tengo ganas de comer
[F. and you said I don't feel like eating]

⁵ Transcription conventions are included at the end of this article.

- 10 P: y me fui a acostar, y a las trEs de la mañana cuando me levanté me levanté con
 [Pa: and went to bed, and at thrEE in the morning when I got up I got up with]
- 11 F: estoy cansado
 [F: I'm tired]
- 12 P. dolor de pecho y ahí NO no yo me levanto porque me levanto a esa hora
 [Pa. chest pain and then NO no I got up because I get up at that time]
- 14 M: bien. [lo despertó el dolor o se levantó usted'
 [Phy: ok. [did the pain wake you or did you wake up']
- 15 M: bien. usted de qué trabaja'
 [Phy: I see. where do you work']
- 16 P. me sent/ me senté en el comedor. e: trabajo con mi Auto. de remIS pero me voy a la
 [Pa. I sa/ I sat on the living room. er: I work with my car as a taxi driver but I go to the]
- 17 P. caPITAL. entonces yo me voy a las cuatro cuatro y pico de la mañana salgo
 [Pa. caPITAL. so I leave shortly after four in the morning I go out]
- 18 M: está bien. entonces se despert/
 [Phy: well. so you woke u/]
- 19 M: se desperTÓ y a lo largo le surge un dolor
 [Phy: you woke UP and there appears a pain across]
- 20 P: me desperTÉ estaba tomando mate cocido no. estaba tomando mate cocido
 [Pa: I woke UP I was having some tea no. I was having some tea]
- 21 P: sentado prendí la televisiÓN. me preparé el/ el mate coCIdo TDo. porque ella me deja todo
 [Pa: sitting I switched the televisiON on. I prepared the/ the tEA EVERYthing. because she leaves everything]
- 22 P: preparaDo viste' pero. calentar el Agua el microondas y en un tiro.. y en un tiro me:. siento
 [Pa: reADy for me you see' but. boiling Water in the microwave and suddEnly.. and suddenly I. feel]
- 23 P: un dolor en el pecho tremendo. entonces trato de abrir la puerta de:: de mi casa hacia el
 [Pa: a terrible chest pain. so I try to open the door to:: to the house from the]
- 24 P: jarDÍN. <rápido> y me voy para afuera porque me doy cuenta que no puedo respirar+.. abro
 [Pa: garDEN. <quickly> and I go outside because I realise I cannot breathe+.. I open]
- 25 P: la canilla de:: de afuera del jardín. y meto la cabEza abajo de la caNilla. como para tomar
 [Pa: the fassEt from:: from outside the garden. and put my hEAd under the faSSEt. to drink]
- 26 M: [y el dolor cómo era' era/'
 [Phy: [and the paIN how was it' it/']
- 27 P: frEsco. Aire viste'. por el abombaMIENto que tenía.. era mUY agudo
 [Pa: some frEsh. air see'. for the muddLING I had.. it was vERY accute]
- 28 M: [qué sentía usted'
 [Phy: [what did you feel']
- 29 P: era era preSión era como que me agaRRAban con una mano un pedazo de carne acá
 [Pa: it was preSSure it was as if a hand graBBEd my flesh here]
- 30 M: ajá y el dolor se quedaba ahí en el PEcho o se iba para
 [Phy: aha and the pain remained there in the CHest or did it go]

- 31 P: dentro así <ruido con la boca de desgarro> sí sí nO se me iba
 [Pa: deep inside like this <tearing sound with the mouth> yesyes it did nOT go away]
- 32 M: la espALda los bRAzos el cuello ahí y le faltaba el aire
 [Phy: the bACK the ARms the neck there and you were short of breath]
- 33 P: nono para/ no aHÍ lo tenía ahí lo tenía ahí lo tenía y yo
 [Pa: nono for/ not tHERE I had it had it I had it there and I]
- 34 P: me pegué y me empecÉ a faltar el aire. entonces le digo a mi mujer le digo:: da traé las llaves
 [Pa: I hit myself and startED to be short of breath. so I tell my wife I tell:: go bring the car]
- 35 P: del auto que nos vamos sí sí. cuando le digo
 [Pa: keys that we are leaving yes yes. when I say]
- 36 F: no despuÉS te empezó a doler el dorso. izquierdo,
 [F: no latER on your left. side started to hurt.]
- 37 P: traéme las llaves del auto que nos vamos porque me parece que eSto es un infARto le dije
 [Phy: bring me the car keys that we are leaving because I think thiS is a heaRT attack I said]

To reconstruct the critical event, which occurred recently, Pa uses episodic narration as the dominant narrative strategy. In this context, he also employs the stage presentation at certain moments, bringing the dramatic representation of certain events, which remain vivid in his memory, to the present. In the first lines (1-10), Pa introduces the circumstances that frame what happened: his state of confusion when he got home, the dialogue with his wife (to be reproduced in the form of the stage presentation: see the use of present tense and direct speech: "and she says isn't it something that..."); then the actions prior to the heart attack ("I sat at the table, we ate something (...) and I went to bed"). In this passage we can also see F's collaborations to complete the narration, which as usual consists of a co-construction (DAUSENDSCHÖN-GAY; GÜLICH; KRAFFT, 2015). Finally, in several lines (for example, 4, 6, 14, among others) the physician's interventions can be noticed, usually in the form of questions aimed at obtaining specific information.

In line 10 begins the narration of the central episode, the critical event, which is located temporarily and precisely in the simple past tense and with a defined time, thus clearly delimiting it from the previous and subsequent events ("and at three in the morning when I got up I got up with chest pain..."). After a secondary discussion on the time (which draws the attention of the physician), on line 21, Pa returns to his narration –which extends to line 37. As is very frequent in narrations about cardiac crisis, Pa refers to the episode as something "sudden" (in line 22, the repetition of the Spanish expression "en un tiro" can be noticed, which must be interpreted as "very quickly"): "and suddEnly.. and suddenly:. feel a terrible chest pain. so I try to open the door to:: to the house (...) and I go outside because I realise I cannot breathe". It should be noted that there is a notorious change in the tenses of the verbs employed by the narrator: the dramatic actions of the main event are formulated in the historical present; in this way, they are presented as if they were occurring at the moment of enunciation, which allows the emphatic and vivid expression of the experience.

Although the description of the pain is part of the patient's initiative, who highlights its intensity (line 23: "terrible chest pain"), the physician's demand for greater precision (line 26) triggers the thorough

exposition of Pa, along lines 27 to 33: with great effort to formulate it, the speaker appeals to a common resource in order to describe acute pain, the metaphor of personification (cf. CIAPUSCIO, 2017): “it was as if a hand grABBEd my flesh here/deep inside like this”. The subjective nature of the occurrence of the disease and the difficulty of elaborating, describing and transmitting these experiences explain why patients frequently resort to metaphor and analogy (SURMANN, 2005; LASCARATOU, 2007, among others), mechanisms that allow them to roughly convey sensations and emotions.

The following example (2) from a different interview, shows the narrative activity by the patient to elaborate on his heart attack:

- (2)
- 1 P: bien. domingo. bueno el domingo. vinImo(s) de votar y llego a mi casa. y yo me
[Pa: well. sunday. well on sunday. we cAme home from the ballots. and then I
- 2 P: acosté porque tenía frío. porquE me mojé. me agarró un poco el agua.. temblaba de
[Pa: lied down because I was cold. becausE I got wet. I got a bit water... I was shivering with]
- 3 P: frío y cuando yo me levanto.. este. me levanto así para levantarme porque mi marido
[Pa: cold and when I get up... this. I stand up like this to get up because my husband]
- 4 P: me dice. ya está la comIda. porque él es una persona que me ayuda MUcho. cociNó
[Pa: tells me. lunch is reAdy. because he is a person that helps me a LOt. he cooKed]
- 5 P: tOdo ese día. <rápido> me levanto para comer y yA me dolía +. y le digo yo. qué dolor tengo
[Pa: All that dAy. <quickly> I get up to eat and and it was hurting+. and I say I. I have such a pain]
- 6 P: en el pEcho le digo yo. me duele el brAzo.. me duele la MAño todo le digo yo. [de qué será'..
[Pa: pAin in the chest I tell him. my Arm is hurting... my HAnd is hurting everything I say. [what can it be'..]
- 7 P: y no sé dice. mi marIdo. vas a tener que ir otra veh.=al méDico y deCIRle dice. lo que te pasa.
[Pa: I don't know says. my husbAnd. you'll have to go to the dOctor=again and tELL him. what you feel.]
- 8 P: bueno. después la cosa buEno que. comÍ así unos bocaditos pero no.. no tenía hambre
[Pa: ok. then the thing wEll that. I aTE bits and pieces but I was not:. not hungry]
- 9 M:[no tenía apetito'
[Phy: you were not hungry']
- 10 P: & no. fui. me acosTÉ.. y me voy a sentar así al dar la vuelta y empezó el dolor.
[Pa:& no. I went. I lied dOWN... and I'm going to sit like this when I turn around and the pain started.]
- 11 M: mhm *este dolor que sintió [era el mismo'
[Phy: mhm *that pain you felt [was it the same']
- 12 P: fuERte. un dolor como que me apre.TAbA. que me* apretAba.
[Pa: sTRong. a pain that kind of squEEZed me. that squEEzed* me.]
- 13 M: le hac/ era pareCIdo a lo que venía recibiendo previamente' pero más fuerte
[Phy: it di/ was it siMilar to what you were feeling before' but stronger]
- 14 P: sí sí sí sí sí sí=sí pero mÁs fuerte. sí
[Pa: yes yes yes yes yes yes=yes but strOnger. yes]
- 15 P: .. bueno. ese dolor me llevó al=al con lluvia y todo él también. y vinieron
[Pa: ... well. that pain took me to=to even under the rain and he as well. and they came]
- 16 P: y me llevaron al:/ al hospital de: solano
[Pa: and took me to:/ to the solano: hospital]
- 17 M: bien,
[Phy: well,]

Firstly, she contextualizes the critical event by providing the temporal-spatial circumstances (lines 1 and 2) and then, in order to narrate the central episode, she elaborates a discourse that combines different narrative techniques: from the episodic narration (“when I get up”... 2) and the scenic representation (“my husband tells me...” lines 3-7) to the episodic narration of the critical experience (“ I ate bits and pieces... I lied down... and the pain started”, lines 8 to 10). Then, the cardiologist enquires about the quality and intensity of the pain, to which the patient answers on line 12 with a metaphorical expression (“that kind of squeezed me”, applying a conventionalized conceptual metaphor: PAIN IS PRESSURE, KÖVECSES, 2000; CIAPUSCIO, 2017).

The scenic representation is a very recurrent narration technique in patient’s discourse. This procedure is especially revealed in the use of verbs in the present tense and in the presentation of voices through direct speech, introduced mainly by the verb “to say”. Below, there are lines 5-7, in which the patient reproduces her own statements and those of her husband through direct quotations:

5 Pa: All that dAy. <quickly> I get up to eat and it was ALready hurting+. and I say I. I have such a chest
 6 Pa: pAin I tell him. my Arm is hurting... my HAnd is hurting everything I say. [what can it be’..
 7 Pa: I don’t know says. my husbAnd. you’ll have to go to the dOctor=again and tELL him. what you feel.

Through this technique, patients convey the drama of the experience, bringing it to the present: facts and events are narrated as if they were happening before our eyes, that is, the narrative becomes drama, and the protagonists re-enact and dialogue through the direct reproduction of their voices (GÜLICH, 2007).

In summary, the corpus of admission interviews reveals that patients possess this particular expressive competence, which allows them to use different narrative reconstruction techniques to elaborate and formulate their expressions, in order to be able to convey not only the events that occurred, but also their feelings and the particularly intense experience of having a heart attack. These narrative strategies are pre-formed schemes or resources of a social and structural order that, as stated in Section 3., allow “solving” recurring communicative efforts: together with other types of textual schemes, they constitute generic competence. It can be elaborated according to the speakers’ communicative experiences, but it is obviously an essential part of the socially and culturally shared communicative “budget” (BERGMANN; LUCKMANN, 1995), which enables and guides the communicative activities of the speakers. Texts, understood as products (*ergon*), result from these activities. They are complex objects, prototypical in nature, which require different levels for their analysis: functionality, situationality, structure and thematic content, and finally, the linguistic form. From this point of view and for the purposes of presenting a typology, the admission interviews are analysed in the following section foregrounding the last two levels.

5.2. Typologizing

Hospital admission interviews exhibit regular schematic, thematic, and formal patterns. To summarise, I present below a typology of the admission interviews, based on the two levels introduced in the previous section: content and structure, and the linguistic form.

Typological levels	Admission interview
3: Structure and content	
a. Text structure	Text parts: introduction, body, summary, conclusion Dialogic structure, question/answer
b. Text theme	Predetermined: cardiac crisis and the corresponding emergency treatment Subthemes: clinical history of the patient, critical event, circumstances, the experience of the heart attack and cardiac pain; intervention performed (angioplasty, bypass, among others) and recommendations.
Thematic attitude (modalities)	Interrogative, emotional, assertive, hypothetical
Thematic perspective	General
Strategic and tactic proceedings:	Thematic progression based on the temporal span of the event. Prevailing narrative sequences. Use of narrative reconstruction techniques: iterative narration, episodic narration and scenic representation. Resource of metaphorical proceedings to express pain
4: Linguistic form	Communicative closeness, linguistic forms of face-to-face interaction (formal addressing), repetitions, poor terminology, use of formal variations (<i>heart attack/cardiac arrest/chest pain</i>), formulative work evidence (false starts, stammering, paraphrasing, etc.), abundant metaphorical expressions and comparison strategies, broad hedging (<i>it is as if, something like, kind of, etc.</i>) and intensifiers (to quantify pain).

TABLE 2 - Typologizing of the hospital admission interview

Information on typological features is systematically represented in the table, which allows us to appreciate substantial characteristics of the admission interviews. However, the information, contrary to what the table might suggest, is not composed of non-related data, but mutually

conditioned factors. At the level of linguistic form, these conditioning factors translate into the dominance of the first and second person singular to refer to the participants, the presence of traces of verbal formulative work, the frequent denomination variation to refer to medical phenomena or events, and the abundant occurrence of metaphorical illustrations, among other features.

Vertical representations of the typological characteristics of the texts (resulting from the activities and decisions of the speakers and producers) can be useful for didactic tasks and serve as a reference guide for the analytical work of text description, since it is possible to order and control the analysis stages. They can also be used as an instrument of reference and reflection to plan the production of texts and underpin interpretation. However, it should not be forgotten that they respond to an analytical perspective, subsequent to the use of the texts –be it production or interpretation. In real text processing, genres are general, flexible, variable orientations that can be adapted to the situation and belong to a multidimensional order. The different narrative techniques that patients use in their narrations during admission interviews are precisely part of this generic knowledge.

6. Conclusion

This article has presented a brief overview of textual genres, taking into consideration some fundamental antecedents, research perspectives and traditions. Likewise, it has focused on contemporary conceptual developments elaborated within the framework of Text Linguistics of German tradition, which imply a comprehensive vision of text genres. These developments are oriented, on the one hand, toward the notion of genres as knowledge that leads and guides the activities of speakers and the social groups they belong to; on the other hand, they are oriented toward the notion of genre as an instance of performing those activities, which has repercussions on prototypical multidimensional features that are evidenced in the resulting texts. Furthermore, this paper has illustrated the main theoretical notions and concepts on the basis of a corpus obtained in an Argentine public hospital, during the treatment of cardiac emergencies. In a minimalist way, research showed two types of generic analysis. They were addressed as communicative activities of the speakers, who, based on their knowledge of text schemes, perform conversational efforts and use different narrative techniques to convey and communicate the cardiac events they experience. Additionally, an example of the typologizing of hospital admission interviews was presented, focusing on the data analysis levels, the schematic structure, the selection, presentation and illustration of the topics, as well as the most salient linguistic resources. It is important to mention that this is an illustrative analysis that aspires to show different angles of contemporary analysis of text genres in that framework, and the way in which the knowledge gained in this perspective could be used for theoretical-descriptive and applied purposes.

REFERENCES

- AA.VV. *Travaux du Cercle Linguistique de Prague. Mélanges Linguistiques dédiés au Premier Congrès de Philologues Slaves*. Praga: Jednota Československý Matematikú a Fysikú, 1929. 245p.
- ADAM, J.-M. *Les textes. Types et prototypes*. Paris: Nathan, 2001. 223p.
- ADAMZIK, K. *Textlinguistik. Eine einführende Darstellung*. Tübingen: Niemeyer, 2004. 176p.
- ADAMZIK, K. Textsortennetze. In: HABSCHEID, S. (Ed.). *Textsorten, Handlungsmuster, Oberflächen. Typologien der Kommunikation*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2011. p. 367–385.
- BAKHTIN, M. *Estética de la creación verbal*. Buenos Aires: Siglo XXI, [1979] 2005. 400p.
- BAWARSHI, A.; REIFF, M. J. *Genre. An Introduction to History, Theory, Research, and Pedagogy*. Indiana: Parlor Press, 2010. 277p.
- BAZERMAN, Ch. *Shaping Written Knowledge. The Genre and Activity of the Experimental Article in Science*. The University of Wisconsin Press, 1988. 356p.
- BAZERMAN, Ch.; BONINI, A.; FIGUEREIDO, D. (eds.) *Genre in a Changing World*, Fort Collins, The WAC Clearinghouse, 2009. 504p.
- BAZERMAN, Ch.; DEVITT, A. Introduction: Genre perspectives in text production research. In: JAKOBS E. -M.; PERRIN D. (Eds.). *Handbook of Writing and Text Production*, Berlin/Boston: De Gruyter, 2014. p. 257–261.
- BEAUGRANDE, R. de; DRESSLER, W. *Introducción a la lingüística del texto*, Barcelona: Ariel, 1997. 352p.
- BERGMANN, J.; LUCKMANN, Th. Reconstructive Genres of Everyday Communication. In: QUASTHOFF, U. (Ed.). *Aspects of Oral Communication*. Berlin/New York: De Gruyter, 1995. p.289–304.
- BERKENKOTTER, C.; HUCKIN, Th. *Genre Knowledge in Disciplinary Communication. Cognition/Culture/Power*, Hillside: Lawrence Erlbaum, 1995. 190p.
- BERNÁRDEZ, E. *Teoría y epistemología del texto*. Madrid: Cátedra, 1995. 238p.
- BHATIA, V. *Worlds of written discourse. A genre-based view*. London: Continuum, 2004. 286p.
- BHATIA, V. Critical Genre Analysis: Theoretical Preliminaries. *Hermes – Journal of Language and Communication in Business* n 54, 2015. p.9–20.
- BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Nueva York: Cambridge University Press, 1988. 320p.
- BRINKER, K. *Linguistische Textanalyse. Eine Einführung in Grundbegriffe und Methoden*. Berlin: Schmidt, 1988. 151p.
- BRINKER, K.; CÖLFEN, H.; PAPPERT, S. *Linguistische Textanalyse. Eine Einführung in Grundbegriffe und Methoden*. Berlin: Schmidt, 2014. 188p.
- BRONCKART, J.-P. *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1997. 351p.

BRONCKART, J.P. y Ch. BOTA. *Bajtín desenmascarado. Historia de un mentiroso, una estafa y un delirio colectivo*. Madrid: Antonio Machado Libros, 2013.

BÜHLER, K. *Teoría del lenguaje*. Madrid: Revista de Occidente, 1961.497p. (1ª.ed. 1934).

CAVALCANTE, M.; PINHEIRO, C.; LINS, M.; LIMA, G. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225- 261

CHARAUDEAU, P. Los géneros: una perspectiva socio-comunicativa. In: Shiro, M.; Charaudeau, P. /Granato, L. (Eds.). *Los géneros discursivos desde múltiples perspectivas: teorías y análisis*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana Vervuert, 2012. p.19-44.

CIAPUSCIO, G. *Tipos Textuales*. Buenos Aires: Eudeba. 141p.

CIAPUSCIO, G. *Textos especializados y terminología*. Barcelona: Publicaciones del Institut Universitari de Lingüística Aplicada (IULA) Universitat Pompeu Fabra. Sèrie Monografies, Nro. 6, 2003. 149p.

CIAPUSCIO, G. La noción de género en la Lingüística Funcional Sistémica y en la Lingüística Textual, *Signos* n 38/57, p. 31-48, 2005. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-09342005000100003>.

CIAPUSCIO, G. Familias de gêneros e novas formas comunicativas para a ciencia. *Calidoscopio* 7/3, p. 243-252, 2009. <http://dx.doi.org/10.4013/cld.2009.73.08>

CIAPUSCIO, G. Textes et discours scientifiques. In: FORNER, W.; THÖRLE, B. (Eds.). *Manuel des langues de spécialité*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016. p. 121-146.

CIAPUSCIO, G. 'Es como que se me forma una burbuja acá': Procedimientos metafóricos en la interacción cardiólogo-paciente". *Oralia*, v 20. p. 69-92, 2017.

CIAPUSCIO, G. Géneros y tipologías textuales. In: LOUREDA, Ó.; SCHROTT, A. (Eds.). *Manual de lingüística del hablar*. Berlin, Boston: de Gruyter, 2021. p. 541-558.

COSERIU, E. *Lecciones de lingüística general*. Madrid: Gredos, 1981. 354p.

COUTINHO, M. A.; MIRANDA, F. To Describe Genres. Problems and Strategies. In: BAZERMAN, Ch.; BONINI, A.; FIGUEREIDO, D. (Eds.). *Genre in a Changing World*. Fort Collins: The WAC Clearinghouse, 2009. p. 35-55.

DAUSENSCHÖN-GAY, U.; GÜLICH, E.; KRAFFT, U. *Ko-Konstruktionen in der Interaktion. Die gemeinsame Arbeit an Äußerungen und anderen sozialen Ereignissen*. Berlin:Transcript, 2015.404 p.

ECKKRAMMER, E. Von Konversionen, Transpositionen und Multimodalität: Fachtextsorten im Medienwechsel. *Fachsprache* 26/1-2, p. 51-73, 2004.

GÜLICH, E. Mündliches Erzählen: narrative und szenische Rekonstruktion. In: LUBS, S.; JONKER, L.; RUWE, A.; WEISE, U. (eds.). *Behutsames Lesen. Alttestamentliche Exegese im interdisziplinären Methodendiskurs*. Leipzig: Evangelische Verlagsanstalt, 2007. p. 35-62.

GÜLICH, E.; RAIBLE, W. *Linguistische Textmodelle*. München: Fink, 1977. 353p.

GÜLICH, E.; SCHÖNDIENST, M.; SURMANN, V. Schmerzen erzählen Geschichten – Geschichten erzählen Schmerzen. *Psychotherapie und Sozialwissenschaft*, vol. 5, n. 3, 2003. P. 220-249.

- HAVRÁNEK, B. The Functional Differentiation of the Standard Language. In: GARVIN, P. (Ed.). *A Prague School Reader on Esthetics, Literary Structure, and Style*. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 1964. p. 3-16.
- HASAN, R. The nursery tale as a genre. *Nottingham Linguistic Circular* 13 (Special Issue on Systemic Linguistics), p. 71-102, 1984.
- HEINEMANN, W.; VIEHWEGER, D. *Textlinguistik. Eine Einführung*. Tübingen: Niemeyer, 1991. 310p.
- HEINEMANN, W. Textsorten. Zur Diskussion um Basisklassen des Kommunizierens. Rückschau und Ausblick. In: ADAMZIK, K. (Ed.). *Textsorten*. Tübingen: Stauffenburg, 2000. p. 9-29.
- HEINEMANN, M.; HEINEMANN, W. *Grundlagen der Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 2002. 294p.
- HYMES, D. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, J.; HYMES, D. (Eds.). *Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication*. New York: Holt, Rhinehart & Winston, 1972. p. 35-71.
- KABATEK, J. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. In: CIAPUSCIO, G.; JUNGBLUTH, K.; KAISER, D.; LOPES, C. (Eds.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2006. p. 151-172.
- KABATEK, J. *Lingüística coseriana, lingüística histórica, tradiciones discursivas*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2018. 254p.
- KOCH, P. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. In: KABATEK, J. (Ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico. Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2008. p. 52-87.
- KÖVECSSES, Z. *Metaphor and Emotion. Language, Culture, and Body in Human Feeling*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. 244p.
- LASCARATOU, C. *The language of pain*, Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2007. 238p.
- LOUREDA, Ó. *Introducción a la tipología textual*. Madrid: Arco Libros, 2003. 94p.
- MAINGUENEAU, D. Retour sur une catégorie: le genre. In: ADAM, J.M.; GRIZE, J.; BOUACHA, M. *Textes et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Éditions universitaires de Dijon, 2004. p. 107-118.
- MAINGUENEAU, D. Types of genres, Hypergenre and Internet. In: LUZON, M.J.; RUIZ-MADRID, M.N.; VILLANUEVA, M. L. (Eds.). *Digital Genres, New Literacies and Autonomy in Language Learning*: Newcastle upon Tyne Cambridge Scholars Publishing, 2010. p. 25-42.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editora, 2008. 296p.
- MARTIN, J.; ROSE, D. *Genre relations. Mapping culture*. London: Equinox, 2008. 299p.
- MARTIN, J. One of three traditions. Genre, functional linguistics, and the "Sydney School". In: ARTEMEVA, N.; FREPEDMAN, A. (Eds.). *Genre Studies around the world. Beyond the three traditions*. Bloomington: Trafford Publishing, 2015. p. 31-77.
- MATTHEIER, K. Textsorten im Industriebetrieb des 19. Jahrhunderts. In: KALLMEYER, W. (Ed.). *Kommunikationstypologie. Jahrbuch 1985 des Instituts für Deutsche Sprache*. Düsseldorf: Schwann, 1986. p. 193-226.

MIRANDA, F. *Textos e géneros em diálogo – Uma abordagem lingüística da intertextualização*, Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia-Fundação Gulbekian, 2010. 523p.

PROPP, V. *Morfología del cuento*. Madrid: Fundamentos, 1971. 234p.

SANDIG, B. Text als prototypisches Konzept. In: MANGASSER-WAHL, M.(ed.). *Prototypentheorie in der Linguistik*. Tübingen, Stauffenburg, 2000. p. 93–112.

SHIRO, M.; CHARAUDEAU, P.; GRANATO, L. (eds.). *Los géneros discursivos desde múltiples perspectivas: teorías y análisis*, Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, 2012. 283p. <http://dx.doi.org/10.35956>

SCHLIEBEN-LANGE, B. *Traditionen des Sprechens. Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*. Stuttgart: Kohlhammer, 1983. 200p.

SURMANN, V. *Anfallsbilder. Metaphorische Konzepte im Sprechen anfallskranker Menschen*, Würzburg, Königshausen & Neumann.

SWALES, J. *Genre Analysis. English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 260p.

SWALES, J. *Research Genres. Explorations and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 314p.

VENTOLA, E. Modalization: Probability – an exploration into its role in academic writing. In: DUSZAK, A. (ed.). *Culture and Styles of Academic Discourse*. Berlin/New York: De Gruyter, 1997. p. 157-180.

VILLAÇA KOCH, I. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 224p.

WEINRICH, H. Thesen zur Textsorten-Linguistik, en: GÜLICH, E.; RAIBLE, W. (Eds.). *Textsorten. Differenzierungskriterien aus linguistischer Sicht*. Königstein/Ts.:Athenäum Verlag, 1972. p. 124-164.

TRANSCRIPTION CONVENTIONS

‘	Ascending intonation curve
,	Descending intonation curve
CAPITAL LETTERS	Emphasis
:	Lengthening of a sound/syllable
/	Explicit interruption, correction
=	Explicit linking
*	Conjoining utterances
&	Quick utterance overlapping
... ..	Pause: very short, short, longer pause
(?word)	Indefinite transcription
<Comment> +	The comment is valid until the + sign

APRESENTAÇÃO

Movendo a avaliação do português como L2 para além do mal-estar

Ricardo A. de SOUZA 

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Tháís M. M. SÁ 

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Luiz AMARAL 

University of Massachusetts Amherst (UMASS Amherst)



OPEN ACCESS

COMO CITAR

Souza, R. A.; Sá, T. M. M.; Amaral, L. (2020). Movendo a avaliação do português como L2 para além do mal-estar. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 763-774, 2020.

1. Para além do mal-estar na avaliação

A questão da avaliação da competência e das habilidades de uso de línguas adicionais por seus falantes se impõe nos estudos da linguagem, com um longo histórico de constituição como um objeto de saber especializado e de reflexão sistematizada. De tal saber especializado deriva-se com especial notoriedade a construção de instrumentos padronizados e investidos de reconhecimento oficial para aferição dessas competências e habilidades. São exemplos o CELPE-Bras, para falantes do português brasileiro como L2, assim como o são os testes para a obtenção dos diplomas DELE, os diplomas DELF e DALF, respectivamente para espanhol e o francês como L2, os diplomas da Universidade de Cambridge e os escores do TOEFL e do IELTS, esses três últimos para o inglês como L2.

Por outro lado, a questão da avaliação em línguas adicionais, por razões inquestionavelmente justas, tende a gravitar em torno de debates educacionais. Nessa gravitação, ela se entrelaça com a problemática mais geral trazida pela reflexão em torno da avaliação em sala de aula e o duplo papel dos professores tanto como sustentadores de processos de ensino e aprendizagem quanto como verificadores e juízes do progresso dos estudantes. Em tal reflexão, como demonstra Perrenoud (1999), entre outros, confrontamo-nos com o problema dos usos e abusos das “notas” como instrumentos de regulação e controle, assim como com a desejabilidade da promoção de maior autonomia e autorregulação da própria aprendizagem por parte dos aprendizes.

Tal como mencionado acima, há uma longa história de estudos a ser narrada sobre a avaliação de competências e habilidades linguísticas. Essa história remonta, no caso anglófono, aos primórdios dos esforços psicométricos, ainda no final do século XIX, como narra brilhantemente Spolsky (1995). Esses esforços resultaram nos estabelecimentos dos testes objetivos, de base estatística, e assim como do campo Psicometria. E tais estabelecimentos, como demonstra o trabalho historiográfico do autor, pavimentaram as estradas que conduziram à criação, nos impérios anglófonos dos dois lados do Atlântico, do TOEFL e dos testes para obtenção dos certificados de proficiência em inglês da Universidade de Cambridge. O primeiro é produto de uma agência de testagem educacional norte-americana (o *Educational Testing Service*¹, sediada em Princeton, no estado de New Jersey), os segundos são produtos de um setor da referida universidade, na Inglaterra, que foi denominado *University of Cambridge Local Examinations Syndicate* até 2005, quando o referido setor passou a receber a denominação mais sintética de *Cambridge Assessment*².

McNamara (1996) nos traz mais elementos historiográficos sobre os testes de habilidades em línguas adicionais, sendo que nos chama a atenção em sua narrativa as origens militares do empreendimento para sua criação e, decorrentemente, as prováveis motivações geopolíticas a ele subjacentes. O autor situa a década de 1950 como tendo sido o período inicial da expansão, nos EUA, da produção de testes de habilidades linguísticas em L2. E essa expansão, segundo o autor, se deu em resposta à demanda, por parte do governo norte-americano, de avaliação de pessoal do exército e da CIA, para atuação em territórios fora dos EUA. Será posteriormente, segundo o autor, que a testagem de habilidade em L2 migrará para o contexto do ensino de línguas estrangeiras nas universidades americanas, alinhando-se ao escopo de estudos que informam sobretudo o planejamento curricular do ensino de línguas.

Talvez não seja um salto de imaginação cogitar que ecos das origens motivadas por intenções geopoliticamente suspeitas reverberam em nossas consciências profissionais. Não nos soa tampouco um rompante imaginativo cogitar que tal reverberação se some à lembrança, certamente ainda viva na memória de muitíssimos entre nós, dos impactos para a elitização do acesso à educação superior dos exames vestibulares e da indústria da preparação para eles que proliferou em nosso país. Tal lembrança esbarra na imagem de testes objetivos e de métodos de mensuração e diferenciação de habilidades, colocando-os possivelmente em associações incômodas, e talvez produzindo mal-estar em torno desses objetos de conhecimento.

De fato, não nos parece incomum, em nossas interlocuções com nossos colegas de profissão no Brasil, a prevalência de debates em torno do segundo enquadramento da questão. Ou seja, parece-nos que os debates em torno do tema da avaliação tendem a pender para a problematização dos reais riscos de regulação abusiva das rotas e da negação da singularidade em processos de aprendizagem. O debate parece-nos ganhar fôlego quando o foco é questionamento, necessário e há muito urgentíssimo, das

¹ <https://www.ets.org/>

² <https://www.cambridgeassessment.org.uk/about-us/who-we-are/our-heritage/>

avaliações formais como instrumentos ratificadores das hierarquizações pré-concebidas de corpos, que tornam invisíveis as estruturas sociais que engendram e naturalizam ideologicamente a exclusão.

Um outro fator central muitas vezes negligenciado no desenvolvimento de instrumentos de testagem é a falta de alinhamento entre os construtos embaixadores das abordagens de ensino empregadas, as teorias sobre a natureza da linguagem que subjazem as ditas abordagens e os itens usados para testagem desses construtos nos instrumentos de avaliação desenvolvidos. Para além dos testes internacionalmente reconhecidos, como os mencionados acima, a prática cotidiana de professores de línguas adicionais nos mostra exemplos claros da necessidade de uma maior formação técnica na área da avaliação. Ao observarmos tais práticas, é comum encontrarmos exemplos de profissionais que professam o uso de abordagens comunicativas, norteadas por teorias funcionais da linguagem, ao mesmo tempo em que insistem em instrumentos de testagem altamente estruturais, muitas vezes descontextualizados e com um enfoque no conhecimento explícito de formas gramaticais. Esses desencontros entre teorias de aprendizagem, práticas de ensino e mecanismos de testagem levam frequentemente a problemas na relação entre a validade do construto e a validade do conteúdo, como discutido em McNamara (2000).

Porém, insistimos que se soma a esses temas uma outra faceta da questão da avaliação linguística, que não deve jamais ser negligenciada. Trata-se de faceta que pode ser sinteticamente descrita como a investigação dos critérios e dos métodos que assegurem a confiabilidade das informações inferidas através da observação dos desempenhos eliciados por um dado instrumento ou procedimento avaliativo. Note-se que tal faceta é, em última instância, igualmente importante para que as práticas sociais da avaliação sejam justas.

Há situações nas quais, do ponto de vista da exequibilidade administrativa, a aplicação de um teste, prova ou tarefa avaliativa se coloca como a estratégia mais viável para o reconhecimento de habilidades e capacidades desejáveis e, em vários contextos, absolutamente indispensáveis precisamente para que respostas às demandas sociais sejam maximamente éticas. À guisa de exemplo, podemos evocar o questionamento sobre o quão ético e socialmente responsável seria deliberadamente confiar o cargo de professora formadora de novos professores a alguém, sem os indícios de que tal sujeito tivesse as capacitações e, especificamente, as habilidades e competências exigidas para o minimamente adequado exercício da função. Será precisamente na miríade de situações análogas ao exemplo (ainda que menos dramáticas) que se torna absolutamente crítico o grau de confiança que podem depositar nas observações e na extração de informações realizadas através de testes, provas ou tarefas a totalidade dos agentes envolvidos e afetados pela avaliação.

Podemos mover-nos para além do mal-estar na avaliação, ainda, quando tomamos em consideração o interesse científico, transdisciplinar entre os domínios das ciências da linguagem, na validação dos métodos de avaliação de competência e de habilidades linguísticas.

Tal interesse científico transdisciplinar entrelaça a teorização e as práticas de avaliação linguística, por exemplo, com modelos teóricos sobre a representação dos diversos níveis da organização da linguagem. Esse âmbito é exemplificado, tal como o aponta McNamara (2004), na inseparabilidade de testes de conhecimento lexical com modelos sobre o armazenamento de unidades lexicais em

memória e sobre os mecanismos de acesso mnemônico a essas unidades. Assim, a delimitação de construtos que hipoteticamente constituem as representações linguísticas na mente dos falantes, sua operacionalização em tarefas capazes de eliciar amostras das habilidades deriváveis de tais construtos e, por fim, a validação e a asserção de confiabilidades de instrumentos e métodos que implementam tais tarefas guarda um potencial exploratório e confirmatório dos próprios modelos sobre as arquiteturas de representação e de acesso à linguagem.

O interesse científico nos métodos de avaliação linguística entrelaça-se também aos estudos sobre a aquisição de línguas. Qualquer hipótese teoricamente proposta sobre os fatores que afetam e os mecanismos em operação nas alterações de estados de conhecimentos ao longo do tempo, que possam ser descritas como a aquisição/aprendizagem de competências ou habilidades, pressupõe para o exame de sua plausibilidade empírica a observação criteriosa de tais alterações. Entendemos que deveria ser uma consideração autoevidente e lógica que na ausência de dados robustos que demonstrem a ocorrência de mudanças de estados de conhecimento linguístico, qualquer tomada de posição acerca de fatores e mecanismos aludidos como causais, propulsores ou mediadores da aquisição de línguas fica reduzida a no máximo especulação. Tais dados, por sua vez, em muito dependem tanto para sua coleta quanto para a especificação de sua natureza da existência de instrumentos válidos de avaliação do comportamento linguístico dos falantes.

A compreensão dos critérios e parâmetros de validade e de confiabilidade de avaliações entrelaça-se também com as políticas de educação linguística, seja em níveis institucionais ou macrosociais. Posicionamentos acerca dos resultados alcançados em escala grupal e populacional por programas educacionais deveriam pautar-se pela compreensão razoavelmente profunda dos instrumentos usados para aferir-se tais resultados (ex.: Quais são exatamente os construtos operacionalizados? Quais as características prevalentes nas populações com as quais se comparam amostras? Existem variáveis correlacionadas aos construtos especificados, mas não da mesma natureza, às quais o instrumento é sensível?). No Brasil dos últimos anos testemunhamos o debate em torno da educação de qualidade e como direito dos cidadãos, perpassando questões tão específicas quanto abordagens e métodos de ensino, ser por vezes sequestrado integralmente por retóricas ideológicas e ostensivamente manipulatórias. É nosso entendimento que qualquer discussão sobre a eficácia relativa de programas de educação linguística deve ser orientada pela avaliação de tais programas, o que por sua vez inequivocamente depende da validade de instrumentos de avaliação individual de competências e habilidades.

Há nos estudos da linguagem brasileiros pesquisas em avaliação de competência e habilidades em L2 que enfocam a validação de escalas e testes padronizados e que abordam os impactos dessas escalas e testes para os processos educacionais e a formação docente. Um exemplo é o trabalho de Consolo e Teixeira da Silva (2014), sobre a proposta de um Exame de Proficiência para Professores de Línguas Estrangeiras (EPPE) adequado ao contexto das licenciaturas em Letras do país. Outro exemplo relevante é o trabalho Scaramucci (2012), acerca do Exame para Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

O CELPE-Bras, especificamente, é uma bateria que conta com chancela oficial do INEPE (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira) e, portanto, também do Ministério da Educação brasileiro. Trata-se de um instrumento desenvolvido com inequívoco critério, e do qual participaram e participam profissionais de reconhecida competência e importância para os estudos linguísticos brasileiros. Há um corpo de conhecimentos erigido em torno deste exame, o que pode ser verificado inclusive através dos documentos públicos disponibilizados no sítio do INEPE que informa acerca do exame³.

Há que se considerar, contudo, que o CELPE-Bras é uma bateria de testes, e não um único teste, à semelhança de seus análogos para outras línguas adicionais enumerados no parágrafo que abre a presente seção. As baterias possibilitam grande confiabilidade do resultados observados, entre outros fatores pela possibilidade de confirmação estatisticamente embasada dos fatores que condicionam a variabilidade dos escores nos subtestes, através da verificação de correlações entre os construtos operacionalizados, o que pode dar suporte a afirmações sobre a validade de tais operacionalizações.

O senão em relação às baterias para a avaliação da competência e de habilidades em línguas adicionais, entretanto, é a grande complexidade para sua administração, que usualmente envolve procedimentos que se prolongam por horas, em mais de uma sessão e não raramente exigindo a participação de equipes. Essa questão, somada à possibilidade de restrições e limites ao uso de baterias fora de contextos institucionais muito específicos, torna as baterias pouquíssimo práticas e, conseqüentemente, pouco interessantes do ponto de vista de outros públicos profissionais cujos trabalhos se beneficiam ou que até mesmo são rigorosamente dependentes de instrumentos de avaliação e testagem para atingir patamares aceitáveis de qualidade. São exemplos desses públicos docentes, coordenadores de cursos que precisam realizar rápida e eficientemente diagnósticos de nivelamento de estudantes neles ingressantes e, finalmente, pesquisadores em aquisição e processamento da linguagem em contextos bilíngues e multilíngues. É no âmbito da questão aqui colocada que nos faz julgar muito relevante a confluência, com vistas ao cotejamento, de estudos sobre tarefas, métodos e métricas diversificadas para a avaliação de L2 e, especialmente, para o caso do português como língua adicional, tal como proposto no dossiê que ora chega aos leitores da Revista da ABRALIN.

2. A pluralidade do português como língua adicional

Especificamente ao pensarmos a história linguística brasileira, talvez seja pertinente dar saliência à pergunta sobre o momento no qual o português deixou de ser uma segunda língua para tornar-se vernáculo. Segundo Mattos e Silva (2004), a narrativa da língua portuguesa no território nacional brasileiro pode ser contada como o trajeto de seu papel em um contexto de multilinguismo difuso para o papel de língua nacional, língua esta que cujo estabelecimento como aquela de uso dominante,

³ <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/celpe-bras>

majoritário e nativo da vasta maioria dos brasileiros tem início na metade do século XVIII. Ou seja, o português foi uma língua de contato e, provavelmente, uma língua adicional daqueles que povoaram o Brasil durante pelo menos três séculos desde os primórdios documentados da colonização portuguesa nos territórios que hoje compõem o estado nacional brasileiro.

Não obstante a ponderação acima, a questão da avaliação de competências e habilidades linguísticas, tal como argumentado anteriormente, se impõe no contexto das ideias que formatam as ciências linguísticas modernas. Trata-se de uma questão que se formula em diálogo com a testagem educacional objetiva, a psicométrica, a linguística aplicada e o entrelaçamento entre teoria linguística e aquisição de segunda língua tal como esses saberes se constituíram do século XX para nossos dias.

Neste recorte histórico, no Brasil, iniciativas formais de ensino do português como língua adicional, segundo Rocha (2019), remontam ao fim da década de 1950 e são marcadas por produção editorial de materiais didáticos para tal fim. A autora situa ainda a importância do surgimento de cursos de português no contexto de ensino de línguas diferentes do inglês em departamentos universitários nos EUA, e o papel da teorização sobre o ensino comunicativo de línguas para o estabelecimento da área então denominada "português língua estrangeira" (PLE), a partir dos anos de 1960 e 1970. Naquele período inicial de estabelecimento da área, o protagonismo dos professores Francisco Gomes de Matos, José Carlos Paes de Almeida Filho e Matilde Scaramucci, assim como o papel institucional de cursos ofertados na Universidade de São Paulo e na Universidade de Campinas, são igualmente rememorados pela autora.

As décadas de 1980 e 1990 testemunharam um grande crescimento do ensino de PLE, como demonstram Schlatter, Bulla e Costa (2020). Este segundo período é caracterizado pela adesão de várias universidades brasileiras ao movimento de ensino do vernáculo brasileiro para falantes de outras línguas. Segundo os autores, dentre tais universidades estiveram a Universidade de Brasília, a Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No século atual testemunhamos uma clara expansão e internacionalização da relevância do português como língua adicional como área de atuação profissional no ensino e também como objeto dos estudos da linguagem. Diniz (2020) oferece uma discussão crítica detalhada do papel de políticas linguísticas brasileiras nesse processo de expansão, demonstrando o impacto de diretrizes do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, através do Departamento Cultural do Itamaraty. Tais diretrizes rezam que o referido departamento tem a função de divulgação da cultura brasileira no exterior, com ênfase na divulgação da "língua portuguesa falada no Brasil" (Diniz, 2020, p. 46). Nesse contexto, segundo o autor, surgem no exterior Centros Culturais Brasileiros (CCBs), Núcleos de Estudos Brasileiros (NEBs) e a posição de leitorado brasileiro em instituições de ensino no exterior. Retomando elementos da argumentação de Rocha (2019), assim como de Schlatter, Bulla e Costa (2020), cabe destacar o papel da bateria CELPE-Bras no processo de institucionalização contemporâneo do ensino e da aprendizagem do português, em particular das variantes brasileiras, como língua adicional.

Ao mesmo tempo, mudanças conceituais relevantes passaram a ocupar a reflexão sobre as línguas diferentes de uma língua materna ou língua dominante. Uma dessas mudanças, cujos detalhes são discutidos em Leffa e Irala (2014) é aquela através da qual os adjetivos "estrangeira" e "segunda" passaram a ser sistematicamente substituídos por "adicional" nos discursos acadêmicos brasileiros sobre tais línguas. A denominação *português como língua adicional* se torna corrente nos discursos dos estudos linguísticos brasileiros, sendo atualmente a essa a denominação da área de atuação docente e pesquisa (Schlatter, Bulla e Costa, 2020). Leffa e Irala (2014) demonstram que essa mudança conceitual ocorre em resposta a inadequações da conotação cronológica de "segunda", pois nem sempre este é o caso, haja vista contextos multilíngues.

Tampouco é desprovido de inadequações patentes a conotação de "estrangeiro", ainda como demonstram Leffa e Irala (2014). O português, por exemplo, pode não ser a primeira língua adquirida de um falante de língua autóctone de povos originários do Brasil, de falantes de línguas de imigração ou de usuários da Língua Brasileira de Sinais. Mas seria, então, o português uma língua "estrangeira", uma vez que esses falantes podem ser tão legitimamente portadores de cidadania brasileira quanto os falantes do português como a primeira língua por eles adquirida?

Igualmente específica é a situação emergente de ensino do português como língua adicional que passa a ser denominada, mais recentemente, de *português como língua de acolhimento*. Essa denominação, como nos ensinam Miranda e Lopes (2019), recobre as práticas de ensino do português como resposta às iniciativas de acolhimento de imigrantes do exterior que passam a chegar no país no século atual em situação de deslocamento compulsório de seus territórios de origem, o que é o caso de refugiados. Tais práticas de ensino da língua oficial brasileira, segundo as autoras, passam a ocorrer em conjunto com outras iniciativas de acolhimento dessas populações, iniciativas essas comumente orquestradas por entidades da sociedade civil tais como organizações não-governamentais e religiosas, assumindo um caráter de resposta a uma crise humanitária, e com frequência dependendo de trabalho voluntário executado por indivíduos não necessariamente egressos de formações profissionais que fornecem a qualificação para o exercício de suas funções.

O contexto emergente do português como língua de acolhimento traz singularidades tanto do ponto de vista das necessidades linguísticas e comunicativas dos aprendizes quanto no tocante à preparação das pessoas que exercem a atividade docente, como salientado por Miranda e Lopes (2019). Ainda, e não menos, tais singularidades não podem permanecer invisibilizadas a discussões sobre a avaliação das habilidades linguísticas da população de aprendizes assim contemplados.

Nas últimas décadas, com as diásporas lusófonas ao redor do mundo, o ensino do português como língua de herança vem ganhando terreno tanto na Europa (e.g., Souza, 2016; Melo-Pfeifer, 2015) como nos Estados Unidos (e.g., Jouët-Pastré, 2011). Esse interesse pela manutenção da língua portuguesa por comunidades diaspóricas influenciou diretamente a oferta de cursos de português em universidades, escolas, centros comunitários e até igrejas em regiões habitadas por imigrantes portugueses, brasileiros, angolanos e cabo-verdianos. O crescimento no número de falantes e alunos de português como língua de herança tem gerado novas pesquisas acadêmicas nas áreas de ensino (e.g., Silva e Costa, 2018), aquisição (e.g., Flores, 2015) e até mesmo avaliação (e.g., Silva, no prelo). O

trabalho com línguas de herança traz novos desafios para teorias e práticas de ensino e avaliação. Por definição, a população de falantes de herança é bastante heterogênea. Os diferentes graus de exposição à língua de herança e de instrução formal fazem com que qualquer proposta educacional se complexifique muito rapidamente pois os parâmetros de avaliação da performance linguística não obedecem qualquer tipo de standardização vigente, nem para falantes nativos e muito menos para falantes de L2. Do ponto de vista do desenvolvimento linguístico, falantes de herança exibem características próprias, uma vez que seu léxico e sua gramática apresentam propriedades oriundas de um processo de aquisição bilíngue onde as línguas envolvidas ocupam diferentes espaços de fala. Soma-se a esta questão, o fato de que em termos sociolinguísticos as línguas de herança possam ter um status diferenciado, com uma maior aceitação de padrões lexicais e morfossintáticos incorporados da língua dominante.

Todo esse conjunto de fatores faz com que os falantes de herança tenham necessidades pedagógicas distintas aos falantes de L2. No âmbito da avaliação, muito tem se falado sobre problemas relacionados à validade de face dos testes usados, com um enfoque específico nas consequências sociais de tais elementos de testagem, uma vez que os testes tradicionais tendem a não dar o mesmo valor às áreas da linguagem nas quais falantes de herança têm maior facilidade, como as variações pragmáticas, conversacionais e culturais (Leeman, 2012). Vários estudos mostram que os testes de nivelamento comumente usados tendem a sobrevalorizar certas propriedades formais da língua alvo, o que cria problemas de confiabilidade nos resultados dos testes no caso dos falantes de herança (Fairclough, 2006). Cada vez mais, autores apontam a necessidade de se reestruturar as ferramentas de avaliação para falantes de herança (e.g., MacGregor-Mendoza, 2012). Como ainda são poucos os estudos específicos para o português nesta área, todos os demais trabalhos sobre avaliação de línguas adicionais em nosso idioma são extremamente importantes se quisermos avançar também na criação de mecanismos de testagem para essa população.

Essas questões por si só são reveladoras da pluralidade dos perfis de aprendizes e contextos de aprendizagem que devem ser levados em consideração ao pensarmos no português como uma língua de cuja competência e habilidade se soma a outra, ou seja, como uma língua adicional.

3. O nosso dossiê

Neste dossiê reunimos relatos de propostas metodológicas para a avaliação do português como língua adicional, língua de acolhimento e língua de herança que contemplam estudos sobre a operacionalização, através de métodos e técnicas de avaliação linguística, de uma gama de construtos compreendidos como componentes e habilidades da capacidade de uso eficiente da língua portuguesa como língua não primária. Os métodos e técnicas de operacionalização de tais construtos incluem testes, escalas, tarefas ou dispositivos de classificação ou de mensuração, seja baseada em normatização ou baseada em critérios, que envolvam métodos de testagem, escalas, dispositivos e tarefas

que avaliem subcomponentes específicos de habilidades linguísticas (ex.: competência lexical, discriminação fonêmica, fluência de fala, destreza no reconhecimento visual de palavras etc.).

Entendemos, tal como afirmado acima, que os trabalhos cujos relatos compõem este dossiê guardam interesse tanto para os colegas que atuam direta ou indiretamente com a testagem do português em iniciativas oficiais e institucionalizadas, tal como o CELPE-Bras, como a um espectro mais amplo de leitores. Assim, acreditamos que os artigos presentes neste dossiê são de interesse para pesquisadores das áreas de aquisição de segunda língua e do processamento da linguagem por bilíngues e para pesquisadores e professores atuantes na área de ensino do português como língua adicional para além das conotações restritivas, e potencialmente marcadas por matizes ideológicos, do sintagma "língua estrangeira". Esperamos, portanto, que este dossiê vá ao encontro dos interesses de uma ampla comunidade de estudiosos e profissionais cujos trabalhos se centram no português como L2 ou que simplesmente o incluam, contemplando o português para surdos, o português como língua de acolhimento e os docentes e/ou linguistas que se dedicam à manutenção da língua portuguesa em comunidades de falantes do idioma como língua de herança.

Nosso dossiê se inicia com a temática de avaliação de habilidades orais. O primeiro texto do dossiê *Proficiência oral em português brasileiro: cenário, contextos de avaliação e de instrução e questionamentos*, de Anna Smirnova Henriques (PUC-SP), Thaiza Barros (PUC-SP) e Sandra Madureira (PUC-SP), apresenta uma revisão de literatura sobre o tema. As autoras, em seu texto, apontam as contribuições que uma perspectiva foneticamente embasada traz para o desenvolvimento da avaliação da proficiência oral do Português como Língua Estrangeira.

Em seguida, o artigo de Laura Ferreira (UNILA), *Componentes da habilidade oral: uma análise das propriedades dos itens analíticos do exame Celpe-Bras*, apresenta uma investigação, apoiada no modelo da habilidade comunicativa da linguagem de Bachman (1990), de como os subcomponentes de habilidade oral de uma das avaliações da bateria do CELPE-Bras interagem para construção da nota do avaliador-observador. A pesquisadora, no segundo artigo presente neste dossiê, demonstra, por meio de dados empíricos, que a tarefa de avaliação oral do exame interfere na forma como os subcomponentes da habilidade linguística interagem.

Ainda no escopo das avaliações de habilidades orais, o terceiro texto do dossiê *Analyzing oral performance of Portuguese as a Host Language speakers through the Outcome Achievement measure*, de Ana Flavia Boeing Marcelino (UFSC) e Raquel Carolina de Souza Ferraz D'Ely (UFSC), aborda tal avaliação na perspectiva de falantes de português como língua de acolhimento. O relato discute a avaliação do desempenho oral de estudantes adultos imigrantes com base em duas escalas da medida *Outcome Achievement*, demonstrando que a medida apresenta uma alternativa a métodos de avaliação do desempenho oral que se baseiam em medidas mais tradicionais, por levar em consideração os objetivos imediatos de uso da língua da população imigrante.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, Leandro Rocha Vieira (IFRS), Júlia Sonaglio Pedrassani (IFRS) e Carina Fior Postinger Balzan (IFRS) contribuem em seu relato de pesquisa, *Língua e cidadania: a apropriação da língua portuguesa por imigrantes haitianos no IFRS-Campus Bento Gonçalves*, com a discussão sobre o português como língua de acolhimento, por meio de

uma avaliação da produção oral de imigrantes haitianos. O quarto artigo do dossiê reflete sobre a proficiência do alunado por meio de entrevistas semi-estruturadas analisadas a partir dos descritores do Quadro Europeu Comum de Referência.

A avaliação do português como segunda língua para população surda é o foco da pesquisa do quinto artigo deste dossiê, *O cloze como indicador do desenvolvimento linguístico e da representação emergente do português brasileiro*, de Lia Abrantes Antunes Soares (UFRJ). A autora, a partir de uma perspectiva sociocognitivista, da Linguística Cognitivo-Funcional, analisa a avaliação das habilidades de leitura de surdos por meio do teste cloze.

A bateria do CELPE-Bras, desta vez com uma análise de uma tarefa escrita, volta a ser objeto de análise no sexto artigo deste dossiê, *O perfil argumentativo da Tarefa IV no exame Celpe-Bras*, de Juliana Roquele Schoffen (UFRGS), Gabrielle Rodrigues Sirianni (UFRGS) e Simone Paula Kunrath (Escola Bem Brasil). Com o objetivo de contribuir para um maior conhecimento sobre o exame, as autoras identificaram, em uma análise das 43 tarefas IV aplicadas entre 1998 e 2019, dois perfis recorrentes de esferas, gêneros do discurso e propósitos comunicativos.

Língua de herança, adolescência e avaliação, de Daniella F. D. Ringhofer (Universidade de Viena) e Ebal Sant'Anna Bolacio Filho (UFF), é o sétimo artigo do dossiê. A partir de um relato de experiência, os autores refletem sobre aspectos históricos relacionados ao conceito de Língua de Herança na situação do Português como Língua de Herança no sistema público escolar austríaco e as demandas avaliativas especificamente surgidas nos últimos anos em tal contexto. O texto apresenta um relato de um projeto piloto de testes de proficiência de POLH nos moldes de testes existentes para a língua alemã, que apresentou resultados satisfatórios e pode servir de base para futuros exames de proficiência de POLH nos países de língua alemã.

Evellyn Gasparello (UTFPR) e Jeniffer Imaregna Alcantara de Albuquerque (UTFPR) são autoras do último, o oitavo, artigo do dossiê, *Guia avaliativo de português como língua adicional para crianças estrangeiras bilíngues*, que propõe orientações para a avaliação de crianças estrangeiras que estejam em processo de aquisição do português brasileiro em imersão. A partir da solicitação de pais de crianças nesse contexto, as autoras criaram um guia para a língua portuguesa, baseado no guia elaborado por McLaughlin *et al* (1995).

No conjunto, acreditamos que nosso dossiê reflete nosso desejo de que a avaliação seja discutida como um objeto de saber especializado e de reflexão sistematizada, como dissemos na introdução desta apresentação, no processo de ensino-aprendizagem do português como língua adicional, em seus mais variados contextos. Nossa motivação para reunirmos esta coletânea de textos é que as experiências e as análises aqui trazidas permitam o desenvolvimento de reflexões sobre o tema e o desenvolvimento de novos instrumentos de avaliação de competências e habilidades linguísticas confiáveis, justos e acessíveis para todos os interessados na área.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os autores e pareceristas que fizeram todo o trabalho de forma ágil, cordial e colaborativa, mesmo com um prazo de dois meses entre o fechamento das submissões e o lançamento deste periódico. Trazemos aqui o nome de alguns pareceristas que, como não tiveram os artigos revisados incluídos neste dossiê, não serão lidos ao longo das páginas, mas precisam ser agradecidos: Giselli Mara Silva (UFMG), Leandro Rodrigues Alves Diniz (UFMG), Maria Teresa Valdez (University of Rochester), Arabie Hermont (PUC-MG), Josiane Marques (UFLA), Denise Weiss (UFJF). Agradecemos também o aluno Manoel Siqueira, bolsista da Revista da Abralín, responsável por colocar os artigos no modelo final, sempre com muita agilidade e com gentileza. Agradecemos a Raquel Freitag (UFS), editora da Revista da Abralín, pela oportunidade de lançamento deste dossiê.

REFERÊNCIAS

CONSOLO, D. A.; TEIXEIRA DA SILVA, V. L. Em defesa de uma formação linguística de qualidade para professores de línguas estrangeiras: o exame EPPLE. *Horizontes da Linguística Aplicada*, vol. 13, no. 1, 2014, pp. 63-87.

DINIZ, L. R. A. *Para Além das Fronteiras: A Política Linguística Brasileira de Promoção Internacional do Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020.

FAIRCLOUGH, M. Language placement exams for heritage speakers of Spanish: Learning from students' mistakes. *Foreign Language Annals*, v. 39, n. 4, 2006, pp. 594-604.

FLORES, C. M. M. Understanding heritage language acquisition. Some contributions from the research heritage speakers of European Portuguese. *Lingua*, v. 164, 2015, pp. 251-265.

JOUËT-PASTRÉ, C. Mapping the world of the heritage language learners of Portuguese: Results from a national survey at college level. *Portuguese Language Journal*, v. 5, 2011, pp. 325-348.

LEEMAN, J. Investigating language ideologies in Spanish as a heritage language. In Beaudrie, S.; Fairclough, M. (eds). *Spanish as a Heritage Language in the United States: The state of the field*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2012, pp. 43-60.

LEFFA, V. J.; IRALA, V. B. O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. In: Leffa, V. J.; Irala, V. B. (orgs). *Uma Espiadinha na Sala de Aula: Ensinando Línguas Adicionais no Brasil*. Pelotas: Educat - Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2014.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MACGREGOR-MENDONZA, P. Spanish as a heritage language assessment: Successes, failures, lessons learned. *Heritage Language Journal*, v. 9, n.1, 2012, pp 1-26.

MCNAMARA, T. *Measuring Second Language Performance*. London. New York: Addison-Wesely Longman, 1996.

MCNAMARA, T. *Language Testing*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MCNAMARA, T. Language testing. In : Davies, A. ; Elder, C. (orgs). *The Handbook of Applied Linguistics*. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

MELO-PFEIFER, S. The role of the family in heritage language use and learning: impact on heritage language policies. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, v. 18, n. 1, 2015, pp. 26-44.

MIRANDA, Y. C. C.; LOPEZ, A. P. A. Considerações sobre a formação de professores no contexto do Português como Língua de Acolhimento. In: Ferreira, L. C.; Perna, C.; Gualda, R.; Leurquin, E. V. L. F. (orgs.). *Língua de Acolhimento: Experiências no Brasil e no Mundo*. Belo Horizonte: Mosaica, 2019.

PERRENOUD, P. *Avaliação : Da Excelência à Regulação das Aprendizagens – Duas Lógicas*. Porto Alegre : Artmed, 1999.

ROCHA, N. A. O ensino de português língua estrangeira no Brasil: ontem e hoje. *Revista de Letras, Artes de Comunicação*, Vol. 13, no. 1, 2019, p. 101-114.

SCARAMUCCI, M. O exame Celpe-Bras e a proficiência do professor de português para falantes de outras línguas. *Revista DIGILENGUA*, no. 12, 2012, p. 48-67.

SCHLATTER, M.; BULLA, G. S.; COSTA, E. V. Português como Língua Adicional: uma entrevista com Margarete Schlatter. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, Vol. 18, no. 35, 2020. p. 489-508.

SILVA, G. Assessment in community-based heritage language schools: The case of Portuguese. In: Rodriguez Gonzales, E.; Rivera, R. (eds). *Integrating Context-Based Approaches to Language Assessment in Multilingual Settings*. PLACE: Language Science Press. (no prelo).

SILVA, G.; COSTA, E. V. What do teachers want? Professional development opportunities for instructors of Portuguese as a heritage language. *Journal of the National Council of Less Commonly Taught Languages*, v. 23, 2018, pp.41-62.

SOUZA, A. Is Brazilian Portuguese being taught as a community of heritage language? *Language Issues: The ESOL Journal*, v. 27, n. 1, 2016, pp 21-28.

SPOLSKY, B. *Measured Words – The Development of Objective Language Testing*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1995.

Proficiência oral em Português Brasileiro: cenário, contextos de avaliação e de instrução e questionamentos



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Luiz Amaral (UMASS)
- Ricardo de Souza (UFMG)
- Thaís Maíra de Sá (CEFET-MG)

AVALIADO POR

- Luciana Lucente (UFMG)
- Laura Ferreira (UNILA)

SOBRE OS AUTORES

- Anna Smirnova Henriques
Conceptualização, Escrita – rascunho original.
- Thaiza Barros
Escrita – rascunho original.
- Sandra Madureira
Conceptualização, Escrita – rascunho original – e Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 30/10/2020
- Aceito: 11/12/2020
- Publicado: 23/12/2020

COMO CITAR

Smirnova Henriques, A.; Barros, T.; Madureira, S. (2020). Proficiência oral em Português Brasileiro: cenário, contextos de avaliação e de instrução e questionamentos. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 775-798, 2020.

Anna SMIRNOVA HENRIQUES

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Thaiza BARROS

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Sandra MADUREIRA

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

RESUMO

Os movimentos migratórios de grandes proporções, que ocorreram no passado e continuam ocorrendo no presente, tornam o Brasil um país multilíngue com demanda para o investimento em instrução formal em Português como Língua Estrangeira. Neste cenário, importa considerar questões relacionadas à formulação de políticas educacionais, à formação de profissionais aptos para o ensino de Português como Língua Estrangeira, à elaboração e aplicação de exames de proficiência linguística e à facilitação de acesso de estrangeiros à instrução formal em língua portuguesa. No presente artigo, abordamos questões relacionadas ao ensino de Português como Língua Estrangeira e aspectos da avaliação da Parte Oral do exame de proficiência em língua portuguesa aplicado no contexto brasileiro, o Celpe-Bras. Também descrevemos algumas das dificuldades relativas à percepção e à produção de sons do Português Brasileiro por falantes de outras línguas maternas. Nosso objetivo é apontar as contribuições que uma perspectiva foneticamente embasada, que considera o vínculo direto que se estabelece entre a percepção das distinções entre sons e a formação de categorias novas em

L2, pode trazer para o desenvolvimento e a avaliação da proficiência oral em Português como Língua Estrangeira diante do impacto que um forte sotaque estrangeiro pode causar na inteligibilidade, na compreensibilidade e na avaliação atitudinal do falante. Em relação à avaliação da proficiência oral, defendemos a necessidade de formulação de critérios foneticamente embasados que balizem os avaliadores a considerar o que é uma pronúncia com características que prejudicam a interação.

ABSTRACT

The large migrations, which took place in the past and have continued up to the present time, characterize Brazil as a multilingual country, which demands investment on formal instruction in Portuguese as a Foreign Language. In this context, questions related to formulating educational politics, preparing experts to teach Portuguese as a Foreign Language, elaborating and applying linguistic proficiency tests and contributing to make easier the access of foreigners to formal instruction in the Portuguese language are important to consider. In the present article, we address issues related to Portuguese as a Foreign Language and aspects of the Oral Part evaluation of the Portuguese Language exam applied in the Brazilian context, Celpe-Bras. Furthermore, we describe some of the difficulties related to perception and production of Brazilian Portuguese sounds by native speakers of other languages. Our objective is to point out the contributions that a phonetically-based perspective, which considers the straight link established between the perception of sound distinctions and the formation of new categories in L2, may bring to the development and assessment of the oral proficiency in Portuguese as a Foreign Language in face to the impact a strong foreign accent may have on intelligibility, comprehensibility and attitudinal assessment of the speaker. In regard to the oral proficiency assessment, we defend the necessity of formulating phonetically-based criteria which guide the evaluators to consider what a pronunciation with characteristics that impair interaction is.

PALAVRAS-CHAVE

Português como Língua Estrangeira. A avaliação da proficiência em Português Brasileiro. Pronúncia. Treinamento fonético. Testes de proficiência em línguas.

KEYWORDS

Portuguese as a Foreign Language. Brazilian Portuguese Proficiency Assessment Test. Pronunciation. Phonetic training. Language proficiency tests.

Introdução

O Brasil é um dos importantes destinos migratórios da América Latina (IOM, 2017, p. 76, p. 80). De acordo com os dados do SISMIGRA, consolidados no Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo, da Unicamp, a partir do ano 2000 e até o momento atual, 1 504 736 estrangeiros solicitaram na Polícia Federal brasileira o Registro Nacional Migratório (RNM), até 2018 chamado de Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) (SISMIGRA, Banco Interativo, 2020). Entre eles, 489 091 (33%) migrantes solicitaram a permanência. Entre todos os migrantes, 545 686 (36%) escolheram como o local da residência o estado de São Paulo; nesse estado, a permanência foi solicitada por 40% dos migrantes. O Banco Interativo permite visualizar os números de migrantes de acordo com o país de nascimento (Tabela 1). Na lista dos países de origem cujos cidadãos pedem permanência no Brasil em mais do que 50% dos casos de solicitação de documentos migratórios, entram não somente os países da Ásia (Libano, China), África (Nigéria) e do Caribe (Haiti), mas também países europeus (Portugal, Suíça e Itália). A diversidade de origens dos migrantes permite deduzir a diversidade de línguas nativas que são faladas por eles: além do espanhol, que é o mais representado, os migrantes no Brasil falam inglês, chinês, francês, alemão, italiano, filipino, japonês, coreano, holandês, norueguês, polonês, árabe, indonésio, russo e muitos outros idiomas. A maioria desses migrantes precisam aprender o Português Brasileiro para desenvolver no Brasil as suas atividades diárias.

País	Número de migrantes	Porcentagem de permanentes	País	Número de migrantes	Porcentagem de permanentes
Venezuela	162503	3%	Reino Unido	23914	23%
Haiti	135828	58%	Índia	23254	8%
Bolívia	134511	49%	México	21853	20%
EUA	83426	18%	Coreia do Sul	19986	42%
Argentina	72963	39%	Chile	19204	34%
Colômbia	71607	18%	Angola	17294	38%
China	62932	56%	Holanda	10954	33%
Uruguai	47304	25%	Noruega	10618	14%
Peru	46537	41%	Equador	9521	22%
Portugal	46434	60%	Senegal	8912	20%
Paraguai	43731	40%	Canadá	8839	21%
França	42700	32%	Polônia	7665	14%
Alemanha	39967	26%	Libano	7317	79%
Itália	39257	52%	Indonésia	7204	4%
Espanha	32328	40%	Rússia	7031	21%
Cuba	30910	19%	Suíça	6288	59%
Filipinas	29758	3%	Síria	6118	33%
Japão	28934	36%	Nigéria	5629	59%

TABELA 1 - Números de pedidos de cadastro feitos por migrantes na Polícia Federal do Brasil, organizados de acordo com o país de nascimento. Somente os 36 primeiros países são incluídos.

Fonte: SISMIGRA, Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo, 2020.

Os movimentos migratórios de grandes proporções que ocorreram e continuam ocorrendo tornam o Brasil um país multilíngue com demanda para o investimento em instrução formal em Português como Língua Estrangeira. O multilinguismo também pode ser pensado em termos das línguas das minorias indígenas que povoam o solo brasileiro (CAVALCANTI, 1999). Neste cenário, importa considerar questões relacionadas à formulação de políticas educacionais, à formação de profissionais aptos para o ensino do Português como Língua Estrangeira, à elaboração e aplicação de exames de proficiência linguística e à facilitação de acesso de estrangeiros à instrução formal em língua portuguesa.

No presente artigo, consideramos aspectos relacionados ao desenvolvimento e à avaliação da proficiência oral em Português como Língua Estrangeira, mais especificamente, em relação à aquisição dos sons da fala, diante do impacto que um forte sotaque estrangeiro pode causar na inteligibilidade, na compreensibilidade e na avaliação atitudinal do falante (CARLSON; MCHENRY, 2006; FUSE; NAVICHKOVA; ALLOGGIO, 2018; LEV-ARI; KEYSAR, 2010; MOYER, 2013; RUSSO; ISLAM; KOYUNCU, 2017; SMIRNOVA HENRIQUES; MADUREIRA, 2020). Nesse cenário, destacamos a importância de uma perspectiva foneticamente embasada, que considera o vínculo direto que se estabelece entre a percepção das distinções de sons e a formação de categorias novas em L2, termo utilizado em teorias de aquisição e aprendizagem de uma segunda língua (L2) em relação à língua materna (L1). Também descrevemos algumas das dificuldades relativas à produção e à percepção de sons do Português Brasileiro por falantes de outras línguas maternas e abordamos questões relativas à avaliação de pronúncia da Parte Oral do exame de proficiência em língua portuguesa aplicado no contexto brasileiro, o Celpe-Bras.

1. O ensino de Português como Língua Estrangeira no Brasil

A área de Português como Língua Estrangeira tem crescido nas últimas décadas, porém a formação de profissionais nesta área no Brasil ainda é escassa (FARNEDA, 2019; FURTOSO, 2009; OLIVEIRA, 2019). A Universidade de Brasília (UnB) criou um programa de ensino e pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas em 1990 (NEPPE, 2000), e oferece o curso de licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua (LIP, 2000). A Universidade Federal da Bahia (UFBA) lançou o curso de Letras em Português com habilitação em Português como Língua Estrangeira em 2006; a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) passaram a oferecer a licenciatura em Português como Língua Estrangeira a partir de 2015 (FARNEDA, 2019). Algumas outras universidades oferecem os cursos de especialização ou módulos de formação separados, mas as oportunidades são poucas.

Os materiais de ensino de Português como Língua Estrangeira também são escassos, e muitas vezes os professores precisam improvisar (COSTA; D'ANDREA; SANTANA, 2009; FARNEDA, 2019;

LOPES, 2009; OLIVEIRA, 2019). Considerando que os professores (por exemplo, com a formação em Português como Língua Materna) nem sempre possuem o conhecimento de teorias de aquisição de sons em L2 e a experiência no ensino de pronúncia, os aspectos de percepção e produção de sons muitas vezes acabam sendo negligenciados. Farneda (2019) menciona entre as principais dificuldades dos professores que têm a formação em Português como Língua Materna, mas ensinam o Português Brasileiro para os falantes de outras línguas, a insegurança em como usar o livro didático e dificuldades em trabalhar a leitura e a conversação.

O crescimento da área de ensino de Português como Língua Estrangeira no Brasil depende profundamente das políticas linguísticas: sem elas, a institucionalização dessa área não é possível (ADAM; FERNANDES MASSUCI; FURTOSO, 2009; AMADO, 2013; MIRANDA; LOPEZ, 2019; OLIVEIRA, 2019; RIBEIRO, 2018). Muitos cursos de extensão em Português Brasileiro para estrangeiros, oferecidos por universidades públicas, são focados em Português como Língua de Acolhimento, a modalidade desenvolvida para a assistência aos refugiados para ajudar na sua inserção na sociedade (AMADO, 2013; FARNEDA, 2019). Mesmo em universidades, os cursos normalmente são dados por voluntários, muitas vezes formados em ensino de Português como Língua Materna e não preparados para o trabalho com migrantes (FARNEDA, 2019; MIRANDA; LOPEZ, 2019; OLIVEIRA, 2019). Como o número de vagas em cursos de extensão nas universidades é restrito, os cursos de Português Brasileiro para Estrangeiros também são dados por uma grande variedade de ONGs, com professores voluntários e muitas vezes sem a formação específica na área (OLIVEIRA, 2019).

2. O Celpe-Bras e a avaliação de proficiência oral em Português Brasileiro

O Exame de Proficiência em Português como Língua Estrangeira, o Celpe-Bras, foi aplicado pela primeira vez somente em 1998 e durante muito tempo se aplicava principalmente para o ingresso na graduação (ANUNCIAÇÃO; CAMARGO, 2019; BRASIL, 2020; DELL'ISOLA, 2014); para os fins de naturalização, o certificado do Celpe-Bras passou a ser exigido somente em 2018 (BRASIL, 2018). O Celpe-Bras consiste de duas partes: a escrita e a oral. A Parte Escrita inclui quatro redações sobre os temas variados que precisam ser realizadas em três horas. A Parte Oral é individual e inclui uma entrevista de cinco minutos e a discussão de três Elementos Provocadores, cinco minutos cada um. A certificação é oferecida para quatro níveis: Intermediário, Intermediário Superior, Avançado e Avançado Superior. Como a exigência do certificado de proficiência em Português Brasileiro para a naturalização é muito recente, poucas instituições oferecem os cursos preparatórios de Celpe-Bras para estrangeiros.

A proposta da Parte Oral do exame do Celpe-Bras é avaliar a interatividade, e a interação entre o avaliador-interlocutor e o participante se aproxima de uma conversa (BRASIL, 2020, p. 41, p. 42). A avaliação é feita de duas maneiras: o avaliador-interlocutor usa uma grade holística de 0 a 5 avaliando

a contribuição do participante no desenvolvimento da interação (BRASIL, 2020, p. 52); o avaliador-observador usa uma grade analítica de 0 a 5 avaliando seis aspectos, nomeadamente, compreensão oral, competência interacional, fluência, adequação lexical, adequação gramatical e pronúncia (BRASIL, 2020, p. 49-51). A nota do participante na Parte Oral é a média aritmética das notas atribuídas pelo avaliador-interlocutor e pelo avaliador-observador. Para garantir a confiabilidade, é estabelecido que em caso da diferença entre as notas do avaliador-interlocutor e o avaliador-observador ser maior do que 1,5, o áudio gravado é submetido a uma terceira avaliação por pares (BRASIL, 2020, p. 77).

O atual documento-base do Celpe-Bras estabelece que a pronúncia deve ser avaliada não somente referente ao domínio de aspectos segmentais (produção de sons), mas também suprasegmentais (em particular, acentuação, ritmo, entonação) (BRASIL, 2020, p. 48). A pronúncia é avaliada do ponto de vista sobre o quanto as suas inadequações afetam a interação, o seu peso na nota dada pelo avaliador-observador é de 8% (BRASIL, 2020, p. 76). Seguindo a grade aplicada a partir da edição 2019/2, a nota 0 é atribuída à pronúncia inadequada, com muitas marcas de outras línguas, comprometendo substancialmente a interação; 1 - pronúncia inadequada, com muitas marcas de outras línguas, ocasionando frequente comprometimento da interação; 2 - pronúncia com algumas marcas de outras línguas, ocasionando algum comprometimento da interação; 3 - pronúncia com algumas marcas de outras línguas, produzindo ocasional comprometimento da interação; 4 - pronúncia adequada com poucas marcas de outras línguas que raramente comprometem a interação; 5 - pronúncia adequada com eventuais marcas de outras línguas que raramente comprometem a interação (BRASIL, 2020, p. 51). As marcas de outras línguas se referem ao sotaque estrangeiro, no entanto, não mencionado na grade diretamente. Os materiais não contêm uma descrição precisa dos traços avaliados e a frequência das ocorrências não desejadas adequada para cada nível.

A influência da subjetividade na avaliação do grau da interferência da língua materna na fala em Português Brasileiro é questionada desde as primeiras versões do exame (SCHOFFEN, 2003). Inicialmente, os níveis de proficiência eram separados somente em intermediário e avançado. Considerando a pronúncia, no nível intermediário eram permitidas “inadequações e/ou interferências da língua materna mais frequentes”; no nível avançado a pronúncia precisava ser “adequada”, sendo permitidas “sotaque/algumas interferências da língua materna”. Os candidatos com “pronúncia não adequada e/ou com a interferência da língua materna muito acentuada” não recebiam a certificação. Schoffen (2003) analisa as instruções para avaliadores e destaca que nelas não está incluída uma clara definição sobre os traços que devem ser considerados como sotaque estrangeiro, nem em que momento as inadequações da pronúncia devem ser consideradas excessivas.

O trabalho de Ferreira (2018) analisa o processo de julgamento de notas por avaliadores baseando-se na grade de avaliação do Celpe-Bras usada até a edição 2019/1. Referente à pronúncia, nessa grade, as notas 0 e 1 são atribuídas à pronúncia inadequada e/ou interferências muito acentuadas de outras línguas; 2 - pronúncia inadequada e/ou interferências acentuadas de outras línguas; 3 - pronúncia com inadequações e/ou interferências frequentes de outras línguas; 4 - pronúncia com inadequações e/ou interferências de outras línguas; 5 - pronúncia adequada (BRASIL, 2020, p. 127). Ferreira (2018) realizou uma série de simulações avaliando diferentes aspectos da escala e

demonstrou que, referente à pronúncia, os avaliadores não fazem muita distinção entre as notas 2, 3 e 4 (FERREIRA, 2018, p. 128, p. 129). Isso mostra diretamente a subjetividade da escala desse tipo.

Acompanhando o desenvolvimento de critérios de avaliação da pronúncia do Celpe-Bras, observamos que inicialmente mencionadas “inadequações” (produções que não condizem com as características inerentes aos segmentos fônicos ou aos padrões da prosódia da L2) e “interferências” (interferências dos padrões da língua materna na L2) dão espaço a “marcas”, avaliadas pelo quanto elas comprometem a interação (BRASIL, 2020, p. 51). Isso segue na mesma linha descrita na última versão do CEFR (*Common European Framework of Reference for Languages*, Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas) no qual a pronúncia é avaliada levando em conta o comprometimento da interação entre os falantes com o foco na inteligibilidade da fala do participante: o critério é o quanto o interlocutor precisa se esforçar para decodificar a mensagem do falante (COUNCIL OF EUROPE, 2018). No entanto, a avaliação do comprometimento da interação como frequente, algum, ocasional ou raro pode ser tão subjetiva quanto a classificação de interferências em muito acentuadas, acentuadas ou frequentes.

A palavra “sotaque” não é mencionada no documento-base do Celpe-Bras atual (BRASIL, 2020). Em relação a esse termo, o último documento-base do CEFR afirma explicitamente que o foco no sotaque e na acuracidade em vez da inteligibilidade é prejudicial ao desenvolvimento do ensino de pronúncia, e que um modelo idealizado de um falante de L2 que se aproxima ao falante nativo ignora o contexto, aspectos sociolinguísticos e as necessidades do aprendiz (COUNCIL OF EUROPE, 2018, p. 134).

Entretanto, pontuamos que embora inteligível a pronúncia de um falante, o sotaque pode afetar a percepção de suas características pessoais por seus interlocutores (CARLSON; MCHENRY, 2006; FUSE; NAVICHKOVA; ALLOGGIO, 2018; LEV-ARI; KEYSAR, 2010; MOYER, 2013; RUSSO; ISLAM; KOYUNCU, 2017; SMIRNOVA HENRIQUES; MADUREIRA, 2020). Enquanto a presença de sotaque estrangeiro pode não influenciar a vida de alunos no ambiente acadêmico, o seu efeito na vida de migrantes é indiscutível e é pesquisado em vários aspectos, entre eles, a influência na empregabilidade.

Os exames de proficiência em Português como Língua Estrangeira em Portugal seguem os moldes do CEFR e são gerenciados pelo Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira (CAPLE) (DELL'ISOLA, 2019). Nesse sistema, há seis níveis de proficiência (A1, A2, B1, B2, C1, C2) e a decisão de qual nível prestar é feita pelo aluno. Assim, os avaliadores não atribuem o nível de proficiência a partir das tarefas realizadas pelo aluno, mas verificam se o aluno é proficiente suficiente para se adequar ao nível pretendido. Como todos os exames que se enquadram no CEFR, as tarefas do CAPLE são separadas em leitura, audição, expressão oral e escrita (PASCOAL; OLIVEIRA, 2013). Nas partes leitura e audição, estão incluídas as tradicionais tarefas de escolha múltipla e de completar lacunas. A expressão oral é avaliada na interação com o avaliador e entre os candidatos seguindo os critérios do CEFR (COUNCIL OF EUROPE, 2018, p. 171). Os alunos têm acesso aos exemplos de provas projetadas para cada nível de proficiência, o que permite conhecer melhor as exigências. Por causa dos formatos diferentes dos exames de proficiência no Brasil e em Portugal, ainda não existem estudos da equivalência entre os níveis certificados pelo Celpe-Bras e pelos exames do CAPLE (DELL'ISOLA, 2019).

Os exames de proficiência acabam afetando os parâmetros de ensino e avaliação de línguas em sala de aula, o que é conhecido como efeito retroativo (SCARAMUCCI, 2012). Dessa maneira, sugerimos que o foco na inteligibilidade possa ser um dos fatores responsáveis por uma representação modesta de fonética na formação de professores de línguas estrangeiras e no conteúdo ensinado aos aprendizes de L2, assim como nos materiais didáticos.

Diante desse quadro, passamos a considerar as contribuições de teorias foneticamente embasadas para o desenvolvimento e a avaliação da proficiência oral, levando em conta a interdependência entre os conceitos de sotaque (a maneira de falar), a compreensibilidade (compreensão da fala) e a inteligibilidade (relação entre a percepção do ouvinte e a produção intentada pelo falante) conforme definições de Derwing e Munro (2015).

3. As teorias de base fonética e a aquisição de sons em L2

A aquisição dos sons em L2 tem sido pesquisada desde o começo do século XX. Polivanov (1931) afirma que as representações fonológicas da L1 se relacionam com a percepção dos sons da L2. Isso faz com que os sons da L2 sejam geralmente interpretados segundo o inventário fonético da L1 daquele falante, gerando uma surdez fonológica que dificulta a percepção, logo, a produção acurada dos sons. A dificuldade de perceber um som, segundo Jamieson (1995), deve-se à influência da L1 na L2. O autor acredita que quanto mais um falante está inserido em sua L1, mais difícil é para ele fazer a distinção entre os sons da L2 por não perceber as pistas acústicas. Jamieson afirma que com o avanço da idade, perde-se a atenção a pistas acústicas que não são usadas para distinguir os sons da L1, fazendo com que o falante tenha dificuldade na percepção dos sons da L2, não sendo capaz de discerni-los.

A percepção falha é indicada como um fator que interfere na acuracidade da produção dos sons da L2 por muitos outros autores (BARRY, 1989; BOHN; FLEGE, 1990; FLEGE, 1988; ROCHET, 1995). Para Flege (1988), a aquisição dos sons da L2 é otimizada quando o falante experiencia as categorias fonéticas e a percepção dos contrastes sonoros ocorre. O falante, por sua vez, precisa desenvolver capacidades motoras que permitam com que o *output*, ou seja, o som produzido, corresponda ao *input* recebido. Outros pesquisadores também formulam as hipóteses dentro desse paradigma. Barry (1989), por exemplo, pesquisou sobre a relação entre a produção e a percepção das vogais do inglês por falantes do alemão e concluiu que quanto mais bem estabelecida a percepção das categorias fonéticas da L2, mais aceitável a produção, sugerindo que a habilidade de percepção de um falante pode prever a acuracidade da sua produção. Rochet (1995) testou canadenses falantes do inglês e brasileiros falantes do Português Brasileiro a fim de analisar a percepção e a produção das vogais do francês por meio de um teste perceptivo, e observou que os erros de produção estavam diretamente relacionados aos resultados do teste de percepção.

As discussões sobre a aquisição dos sons da L2 resultaram na formulação de modelos de aprendizagem, entre eles o PAM (*Perceptual Assimilation Model*, Modelo de Assimilação Perceptual) de

Best (1995) e o SLM (*Speech Learning Model*, Modelo de Aprendizagem da Fala), de Flege (1995), modelo escolhido para embasar teoricamente este trabalho. Embora ambos considerem como os sons da L2 são adquiridos, o PAM tem como objetivo investigar apenas a percepção de falantes inexperientes da L2 cujo *input* se dá unicamente em situações de aprendizagem, ao passo que o SLM abrange falantes inseridos em contextos reais de comunicação, como imigrantes.

Flege (1988, 1991, 1995) defende a percepção dos sons como uma das causas primordiais no processo de aquisição, e explica que, embora os mesmos mecanismos de aquisição dos sons da L1 sejam usados para a aquisição dos sons da L2, elas não acontecem exatamente da mesma maneira: bilíngues tendem a interpretar os sons adquiridos na L2 com base no sistema fonético já estabilizado da L1, o que pode causar a assimilação dos sons da L2 aos sons da L1, interferindo na pronúncia.

A assimilação de sons, como postula Flege (1995) é um processo que bloqueia a formação de novas categorias fonéticas quando um som da L2 é percebido como foneticamente similar a um som do inventário da L1. No entanto, para Flege, a percepção dos sons e a influência que a L1 pode ter sobre a L2 é passível de mudança com um *input* de qualidade. Flege defende que os mecanismos usados para a produção e a percepção dos sons da L1, bem como as formações de categorias fonéticas, continuam adaptáveis ao longo dos anos, ou seja, as pessoas não perdem a capacidade de aprender novos sons conforme envelhecem. Portanto, o trabalho fonético com aprendizes de qualquer língua e com qualquer idade é benéfico para o processo de aquisição e aprendizagem de uma L2.

Ao propor o SLM, Flege (1995) aponta que são as pistas acústicas acuradas presentes no *input* fonético que guiam a percepção do aprendiz para os sons da L2, possibilitando a aquisição desses sons. Um falante que não é exposto a pistas acústicas acuradas tende a não perceber os sons da L2 devido à interferência dos sons da sua L1, tendo dificuldade de formar novas categorias fonéticas em consequência do processo de assimilação. Por essa perspectiva, um treinamento fonético que foque em pistas acústicas a fim de que os falantes consigam perceber as características que diferenciam cada som é fundamental para que os aprendizes distingam e adquiram os sons da L2, formando novas categorias fonéticas e não mais assimilando sons da L2 a sons próximos do inventário fonético da L1 do falante. O SLM não propõe que todos os erros de produção estejam relacionados a dificuldades de percepção, mas defende a relevância do desenvolvimento da percepção para a produção acurada dos sons. Vale ressaltar um outro ponto importante, levantado por Flege (1995): a percepção não está baseada nas equivalências dos inventários fonêmicos, mas nas propriedades das realizações fonéticas dos sons da fala em contextos específicos.

Llisterri (1995) fez um levantamento de trabalhos sobre a percepção e a produção de sons da L2 e citou alguns casos quando os falantes de L2 mostravam resultados melhores na produção do que na percepção, no entanto, esses casos foram muito específicos: os falantes tinham recebido um treinamento articulatório ou estavam em situação de uma grande pressão social pela produção correta. Sabe-se que a interação entre a produção e a percepção é complexa (FLEGE, 1991; LLISTERRI, 1995, 2003; WHALEN, 1994), e fatores como os mencionados por Llisterri podem interferir no padrão esperado na aquisição dos sons da L2. Normalmente espera-se que os sons sejam percebidos acuradamente, para depois serem produzidos de acordo com as suas características fonéticas (FLEGE, 1991).

Esse vínculo entre a produção e a percepção dos sons em L2 é um dos pontos centrais, segundo Llisterri (2003), para o ensino de pronúncia da L2: são necessários professores que tenham uma boa base fonética para que, considerando as pesquisas sobre a produção e a percepção dos sons, consigam delinear um bom treinamento fonético aos aprendizes da L2. Para Llisterri, insistir nos métodos de treinamento fonético com base na escuta e repetição é ignorar o fato de que, comumente, o falante está percebendo os sons com interferência da sua L1. Ou seja, o falante está repetindo o que ouve, mas pode não estar ouvindo aos sons da L2 de maneira acurada, não discernindo as suas características acústicas.

As elocubrações de Llisterri (op. cit.) sobre a percepção não acurada dos sons da L2 têm implicações não somente para o ensino e desenvolvimento da pronúncia, mas também para a avaliação da proficiência oral. Llisterri (2020) afirma que os testes de proficiência da L2 visam avaliar o controle fonológico global do falante e, por esse motivo, não refletem adequadamente a sua competência fonética, o que gera um hiato tanto no âmbito da avaliação da L2 pelos testes de proficiência, quanto no que se refere ao ensino de L2, visto que o ensino de pronúncia geralmente não engloba questões fonéticas que são de mister importância para o desenvolvimento de uma pronúncia acurada.

A consideração de questões fonéticas de mister importância, como aponta Llisterri (op. cit.), implicam na consideração das principais dificuldades dos falantes de uma língua estrangeira, o que passamos a considerar em relação aos sons do Português Brasileiro.

4. Dificuldades na percepção e produção de sons do Português Brasileiro por falantes de outras línguas maternas

As dificuldades de percepção e produção de sons em L2 dependem da língua materna dos falantes. No entanto, algumas dificuldades de percepção e produção de sons do Português Brasileiro são bastante comuns e são apontadas em várias pesquisas que trabalham com falantes de línguas diferentes. Apresentamos abaixo um levantamento referente a essas dificuldades.

4.1. A percepção de sons do Português Brasileiro por falantes de outras línguas maternas

Em relação à percepção, a dificuldade mencionada mais frequentemente é a discriminação de vogais médias /ε/ - /e/ e /ɔ/ - /o/. Os contrastes fonêmicos /ε/ - /e/ e /ɔ/ - /o/, presentes no Português Brasileiro, se encontram em poucas outras línguas como catalão (MORA; KEIDEL; FLEGE, 2011) e são ausentes em muitas outras. A dificuldade na percepção desses contrastes foi

explicitamente descrita para falantes de espanhol (ALLEGRO, 2010; FEIDEN; ALVES; FINGER, 2014; MACHRY DA SILVA, 2014), inglês (KENDALL, 2004; SIMÕES; KELM, 1991) e russo (SMIRNOVA HENRIQUES *et al.*, 2019a).

Os testes de percepção compreendem tarefas de discriminação e de identificação. Nas tarefas de discriminação, o participante ouve áudios e lhe é solicitado escolher uma palavra diferente na sequência de algumas palavras ("odd one out") ou julgar, dentro de um par de palavras ou uma sequência maior, se as palavras são iguais ou não. No trabalho de Smirnova Henriques e colegas (2019a), os falantes de russo fluentes em Português Brasileiro ouviam 18 sequências de três palavras, escolhidas a partir de 6 pares mínimos: "t/ɔ/rre - t/o/rre", "posso - poço", "p/ɛ/so - p/e/so", "colh/ɛ/r - colh/e/r", "g/ɛ/lo - g/e/lo" e "avó - avô"; por exemplo, foram apresentados os estímulos "avó - avó - avô" ou "posso - poço - posso" (SMIRNOVA HENRIQUES *et al.*, 2019a, Tabela 6). Simões & Kelm (1991) aplicaram as sequências de 4 palavras em falantes de inglês americano e espanhol que estudavam Português Brasileiro nos EUA. Eles usaram os membros de 8 pares mínimos "sesta - sexta", "avó - avô", "céu - seu", "/ɔ/lho - /o/lho", "pê - pé", "g/ɔ/sto - g/o/sto", "cassete - cacete" e "p/ɔ/de - p/o/de" e mais dez combinações para distração. Machry da Silva (2014) aplicou o teste de discriminação para falantes de espanhol apresentando os estímulos em pares, 15 pares no total: a tarefa era definir se as vogais na primeira sílaba são iguais ou não. Neste caso, foram usados tanto os pares mínimos ("s/ɔ/co - s/o/co", "s/ɛ/ca - s/e/ca") quanto os pares análogos ("topo - tope", "beco - beca"); também foram incluídos 11 distratores.

Nos testes de identificação, o participante ouve áudios e precisa identificar os sons. No trabalho de Smirnova Henriques e colegas (2019a), os falantes de russo fluentes em Português Brasileiro ouviam quatro palavras: "pelo", "posso", "sede" e "shop", e depois de cada palavra ouviam também três vogais para escolher aquela que eles ouviram na sílaba tônica. Machry da Silva (2014) também utilizou uma técnica parecida pedindo para os participantes identificarem a vogal da primeira sílaba da palavra, no entanto, ela apresentou as vogais antes do experimento, e durante o experimento os participantes selecionavam as imagens das vogais diferenciadas graficamente pelo acento agudo ou acento circunflexo (MACHRY DA SILVA, 2014, p. 106). Ela incluiu no experimento 60 palavras contendo as vogais médias na sílaba tônica, 64 palavras com variação da vogal em sílaba pretônica e também alguns distratores. Nos experimentos de Feiden e colegas (2014) com falantes de espanhol, a tarefa também era identificar a vogal na primeira sílaba, na sequência de 64 palavras, repetidas uma vez de forma aleatória. A escolha acontecia através de seleção da imagem da vogal, sendo que as vogais médias abertas eram marcadas com um acento agudo. Além disso, alguns pesquisadores aplicam as tarefas nas quais as vogais precisam ser identificadas dentro das frases. No trabalho de Kendall (2004), os falantes de inglês americano que estudavam Português Brasileiro recebiam uma instrução com exemplos de gravações de vogais abertas e fechadas e depois eram solicitados ouvir 28 frases que continham 100 realizações das vogais médias /ɛ/, /e/, /ɔ/, /o/. Cada participante recebia uma folha com as mesmas frases por escrito, com as vogais em questão sublinhadas, para marcar as respostas escolhendo a realização aberta/fechada. Machry da Silva (2014), numa outra versão do teste de identificação, utilizou os estímulos extraídos da fala espontânea, com a palavra-

alvo na última posição, mas, nesse caso, o objetivo era verificar a percepção dos alofones das vogais médias na posição pré-tônica.

Os testes que envolvem a identificação de figuras são aplicados nos experimentos de percepção de vogais médias do Português Brasileiro mais raramente e envolvem o uso de imagens que ilustram os objetos codificados por palavras de um par mínimo. Smirnova Henriques e colegas (2019a) elaboraram um teste onde o participante ouvia um estímulo que fazia parte de um par mínimo e precisava escolher uma das duas imagens que ilustravam os membros do par. Nos experimentos do grupo, eram apresentados 8 pares de figuras: "avó - avô", "chopp" - "shop", "s/ε/de - s/e/de", "mel - meu", "poço - posso", "a pé - apê", "c/ɔ/rte - c/o/rte" e "m/ɔ/lho - m/o/lho". No entanto, muitos pares mínimos de homógrafos em Português Brasileiro que contêm as vogais médias são formados por um verbo e um substantivo com significados parecidos, nesse caso, a escolha de imagens para o experimento se torna uma tarefa difícil.

Podemos concluir que o panorama de testes usados para a avaliação de percepção de vogais médias em Português Brasileiro é muito amplo. Os resultados normalmente são demonstrados no formato de *score* que mostra a porcentagem de respostas corretas. Este *score* é influenciado tanto pelo formato de teste quanto pelas vogais avaliadas e pela língua materna dos falantes. Segundo o levantamento feito por Smirnova Henriques e colegas (2019a), os *scores* de diferenciação de vogais médias na percepção de falantes do Português como Língua Estrangeira, encontrados na literatura, variam de 46 a 92%. Nos próprios experimentos do grupo, a porcentagem média de respostas corretas de 103 falantes de russo era 68% (*SD* = 14%), parecida para todos os três tipos de testes aplicados: 67% (*SD* = 16%) na tarefa de discriminação de palavras; 71% (*SD* = 14%) na tarefa de identificação de vogais e 70% (*SD* = 16%) na escolha de imagens. No entanto, em testes diferentes, nos quais os números de escolhas possíveis variam, o efeito de escolha aleatória pode ter um peso diferente, e as análises comparativas entre os testes precisam de um aparelho estatístico mais sofisticado.

Mesmo sem poder comparar os resultados obtidos em diferentes tipos de testes diretamente, os dados publicados por todos os autores citados acima apontam claramente para as dificuldades de falantes de espanhol, inglês e russo na percepção de vogais médias do Português Brasileiro. Além disso, Smirnova Henriques e colegas (2019a) compararam os *scores* de percepção dos migrantes que nunca tiveram contato com a instrução formal em Português Brasileiro e os que estudaram em uma escola de línguas no Brasil ou no país natal: não havia diferença. Os experimentos realizados no exterior com os falantes de espanhol e inglês que aprendem Português Brasileiro no ambiente acadêmico mostram que eles têm a mesma dificuldade em discriminação das vogais (FEIDEN; ALVES; FINGER, 2014; KENDALL, 2004; SIMÕES; KELM, 1991).

Como descrito na seção 3, as dificuldades de discriminação e identificação de sons têm reflexos na produção dos sons. A não percepção da distinção entre dois sons da L2 por falantes da L1 pode levar à assimilação a um som da L1 e bloquear a formação de uma nova categoria fonética (FLEGE, 1995). Se uma nova categoria de som não é formada, ela não será produzida: isso pode ser verificado em testes de percepção julgados por falantes nativos e em medidas acústicas de produção.

4.2. A produção de sons do Português Brasileiro por falantes de outras línguas maternas

Em relação à produção, são mencionadas as seguintes dificuldades comuns a falantes de línguas maternas diferentes: (1) dificuldades em discriminação de vogais médias /ε/ - /e/ e /ɔ/ - /o/ na pronúncia observada em falantes de espanhol (GUIMARÃES, 2011; MACHRY DA SILVA, 2014, 2015; PEREYRON; ALVES, 2019; SCHOFFEN, 2003), inglês (DÍAZ GRANADO, 2011; KENDALL, 2004), japonês (COSTA; D'ANDREA; SANTANA, 2009) e russo (SMIRNOVA HENRIQUES; MADUREIRA, 2019); (2) nasalização incorreta observada em falantes de espanhol (CAMARGO, 2009; SCHOFFEN, 2003), inglês (TEIXEIRA, 2013) e russo (VITORIANO DE ALMEIDA *et al.*, 2018); (3) desvozeamento de consoantes observado em falantes de espanhol (GUIMARÃES, 2011; SCHOFFEN, 2003) e russo (SMIRNOVA HENRIQUES *et al.*, 2019b; VITORIANO DE ALMEIDA *et al.*, 2018).

Alguns exemplos de interferências no Português Brasileiro específicas para falantes de algumas línguas maternas incluem uma grande recorrência de rotacismos em japoneses (COSTA; D'ANDREA; SANTANA, 2009); a pronúncia dos róticos do Português Brasileiro como a consoante fricativa uvular por franceses (SANTIAGO, 2017); a aspiração das oclusivas /p t k/ por falantes de inglês (CAMARGO, 2009); a realização de /o/ na posição átona como [ʌ] por falantes de russo (SMIRNOVA HENRIQUES, não publicado).

Os testes para a avaliação da produção dos sons em pesquisas de natureza fonética são avaliados qualitativamente e quantitativamente. Qualitativamente, são realizadas avaliações de oitiva, acompanhadas ou não de inspeção de gráficos como espectrograma de banda larga (VAISSIÈRE, 2011) que permitem a inferência do posicionamento dos articuladores e contornos de frequência fundamental para avaliação de padrões entoacionais (FARIAS, 2013) e, quantitativamente, são realizadas mensurações de parâmetros acústicos de frequência, duração e intensidade. Em relação à qualidade dos segmentos fônicos, medidas de frequência dos formantes (F1, F2 e F3) e duração (GEORGETON *et al.*, 2014) entre outras, são pertinentes (OH *et al.*, 2011; SCHWARTZ; KAŹMIERSKI, 2020). Em relação aos aspectos prosódicos, medidas de frequência fundamental, duração, intensidade, espectro de longo termo, entre outras, são amplamente utilizadas (MIXDORFF; MUNRO, 2013).

Além do desenvolvimento de testes de avaliação de percepção e produção de sons do Português Brasileiro, é pertinente investir no aprimoramento de técnicas e estratégias de ensino de pronúncia que contemplem os avanços da pesquisa fonética em aprendizagem de sons em L2. Podem ser incorporadas as tecnologias que facilitam o trabalho com a atenção e a visualização das pistas acústicas, relevantes para a discriminação de sons, e instrumentais como o ultrassom (CLELAND *et al.*, 2015; ANTOLIK, 2020) que proporcionam *biofeedback* de fala, técnica disponibilizada por meio de dispositivos tecnológicos que permite a monitoração em tempo real de habilidades motoras, tais como os movimentos dos articuladores.

5. Ponderações sobre o aprimoramento do ensino de pronúncia em L2

A pesquisa instrumental em Fonética, e, em especial, a pesquisa de natureza fonético-acústica, promoveu mundialmente um enorme avanço do conhecimento sobre os mecanismos de produção e percepção de fala. O meio acústico, como integrador entre a produção e a percepção, permite a realização de inferências sobre a produção e a consideração de vínculos entre produção e percepção de fala.

Com o desenvolvimento da pesquisa instrumental, surgiram propostas de modelos teóricos sobre aquisição de sons por não-nativos, entre eles, o *Speech Learning Model* (SLM) e o *Perceptual Assimilation Model* (PAM) referidos na seção 3 deste artigo. Esses modelos refutaram crenças propagadas pela Análise Contrastiva (LADO, 1957) e pela Hipótese do Período Crítico (LENNEBERG, 1967).

Retomando os pressupostos do SLM, referidos anteriormente, temos, em relação à crítica à Análise Contrastiva, a defesa pelo SLM de que os sons da L2 semelhantes aos da L1 tendem a sofrer um processo de assimilação, bloqueando a formação de novas categorias, e que sons da L2, diferentes dos da L1, tendem a ser mais facilmente percebidos e mais facilmente incorporados pelo aprendiz. Em relação à crítica aos Pressupostos do Período Crítico, o SLM defende não haver um período crítico para a aprendizagem de línguas, embora reconheça que o aprendizado de uma L2 fica facilitado se iniciado cedo, e que os mecanismos e processos da língua materna podem ser acionados para aprender a L2.

Na mesma linha de pensamento, o trabalho de Jamieson (1995), como mencionado anteriormente neste artigo, ressalta que, o que se perde com o avanço da idade, é a atenção a pistas acústicas que discriminam os sons na L2. Um exemplo, que ilustra bem a afirmação de Jamieson (op. cit.) em relação ao papel das pistas acústicas, e que interfere no sotaque, compreensibilidade e inteligibilidade, remete à percepção de vozeamento de consoantes plosivas vozeadas do inglês por falantes nativos do Português Brasileiro e de consoantes plosivas não vozeadas do Português Brasileiro por falantes nativos do inglês americano. As diferenças em termos de características de produção do vozeamento referentes à sincronização entre os gestos glotal e articulatório permitem entender por que brasileiros percebem sons plosivos vozeados do inglês como não vozeados (a palavra “bayed” percebida como “paid”, por exemplo) e americanos percebem sons plosivos não vozeados do Português Brasileiro como vozeados (por exemplo, a palavra “porto” percebida como “borto”).

A interferência na percepção do vozeamento se deve ao fato de que a discriminação entre os sons plosivos vozeados e não vozeados é influenciada pelo tempo de ataque de vozeamento (*Voice Onset Time*), medida acústica amplamente utilizada em trabalhos de fonética acústica a partir do trabalho seminal de Lisker e Abramson (1964). Os sons plosivos são produzidos pela liberação de uma obstrução total entre articuladores. No caso do /p/ e do /b/ a obstrução é feita comprimindo os lábios superiores contra os inferiores. Se comparamos as produções em inglês e Português Brasileiro, nas produções de /b/ em Português Brasileiro enquanto os lábios estão juntos, as pregas vocais permanecem vibrando, mas não na produção do /p/. Nas produções do /b/, em inglês, a

vibração começa proximamente ao momento da liberação da obstrução e na do /p/ a liberação da oclusão é seguida de aspiração, escape de ar entre as pregas vocais. Desse modo, a presença de aspiração em língua inglesa e o vozeamento anterior à liberação da obstrução em língua portuguesa são pistas acústicas relevantes para a discriminação entre sons vozeados e não vozeados. Na Figura 1, a seguir, essas características podem ser observadas.

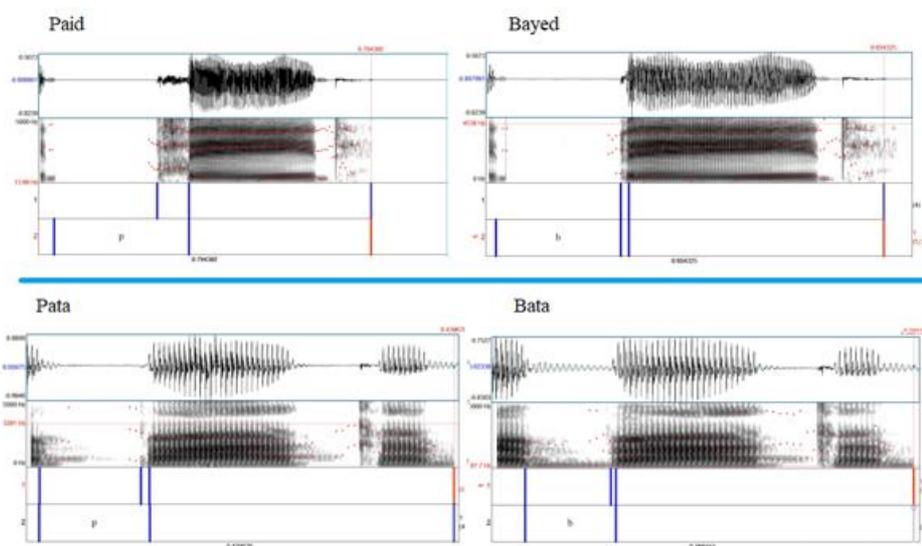


FIGURA 1 - Produção de consoantes plosivas vozeadas e não vozeadas em inglês e em Português Brasileiro. De cima para baixo, podem ser visualizados os oscilogramas, os espectrogramas de banda larga e duas camadas de transcrição referentes a produções de palavras de "paid" e "bayed" por um falante nativo do inglês americano e das palavras "pata" e "bata" por um falante nativo do Português Brasileiro; a camada superior, delimitando os limites entre os ruídos transientes, derivados das solturas das obstruções entre os articuladores e o início dos pulsos regulares das vogais que os seguem; e a camada inferior, delimitando o segmento plosivo. A barra de sonoridade anterior ao ruído transiente, pode ser visualizada no espectrograma da produção de "bata".

Fonte: o banco de dados coletado pelo Laboratório Integrado de Análise Acústica e Cognição/ LIAAC da PUC-SP.

O avanço teórico nos estudos sobre a fala foi acompanhado por desenvolvimento de instrumentais, métodos e técnicas de análise de fala. A disponibilidade de ferramentas de análise acústica, como o *software* livre de análise acústica de fala PRAAT (BOERSMA, 2001), desenvolvido por Paul Boersma e David Weenink da Universidade de Amsterdam, por exemplo, tiveram impacto positivo na disseminação das pesquisas em Fonética Acústica e facilitaram a aprendizagem de conceitos das bases físicas da fala necessários para o entendimento da Teoria Acústica de Produção da Fala (FANT, 1960).

Além das ferramentas de análise acústica, foram desenvolvidos muitos instrumentais que possibilitaram a visualização dos mecanismos de produção da fala. Imagens, capturadas por meio desses instrumentais, foram disponibilizadas na rede em forma de imagens de ressonância magnética (MRI), ressonância magnética funcional (MRIf), ultrassonografia, estroboscopia, videoquimiografia, eletroglotografia e animações de movimentos articulatorios. O *Seeing Speech*, por exemplo, é uma dessas

ferramentas livremente disponibilizadas na rede, apresentando áudios, vídeos e imagens dos sons do quadro do IPA (*International Phonetic Alphabet*, Alfabeto Fonético Internacional). Na rede, também, apenas para citar um exemplo, se encontram disponíveis conversores de texto em fala, como o *Oddcast TT Demo* que lê textos em 25 línguas.

Apesar dos avanços, teórico e tecnológico, dos estudos científicos sobre a fala, a aplicação do conhecimento gerado em contextos educacionais e a utilização dos instrumentais no ensino de línguas estrangeiras ainda são bastante limitadas, a se julgar pelo número de publicações dedicadas ao ensino de pronúncia em L2, especialmente em relação ao Português como Língua Estrangeira.

A discriminação de pares mínimos pode ser interessante como tarefa de avaliação, seja pré ou pós trabalho de treinamento de pronúncia, mas não como parte de um trabalho para o aprimoramento da discriminação auditiva, como encontrado em livros de ensino de pronúncia, os quais introduzem os sons a serem trabalhados, apresentam palavras para repetição e, na sequência, pares mínimos para discriminação. Dessa maneira, o que se está fazendo é solicitar aos aprendizes repetirem pares de sons que eles não discriminam auditivamente e não os levam a formar categorias novas de sons (FLEGE, 1995). Isso não pode ser considerado um trabalho de treinamento perceptivo. As atividades de percepção de sons em L2 devem ser elaboradas, levando-se em consideração a L1, a idade do aprendiz e utilizando técnicas, estratégias e ferramentas que facilitem a atenção a pistas acústicas relevantes para a discriminação dos contrastes de sons a serem trabalhados.

Os achados de pesquisas experimentais em aquisição de L2 (FLEGE, 1995) indicam que: a produção de sons na L2 depende da criação de alvos perceptivos por parte dos aprendizes; a percepção da L2 varia em proporção ao grau de experiência com a língua, ou seja, depende da qualidade e da quantidade do *input*; e que aprendizes de todas as idades podem ter acesso às propriedades necessárias para discriminar os sons da L2, mesmo que tais propriedades não sejam necessárias para diferenciar os sons da L1.

Diante dos achados das pesquisas experimentais realizadas no âmbito do desenvolvimento do *Speech Learning Model* (FLEGE, 1988, 1991, 1995) e da constatação de vínculos diretos entre a produção e a percepção dos sons da fala (LLISTERRI, 1995; WHALEN, 1994), um trabalho diferencial pode ser realizado com a instrução de pronúncia em L2. Tal trabalho de aprimoramento deve ser respaldado em conhecimento fonético, levando-se em consideração a interação entre os segmentos fônicos e a prosódia e o fato de que a qualidade da produção dos sons em L2 depende da acurácia perceptiva e da formação de hábitos articulatórios. Obviamente, fatores extralinguísticos como motivação, identificação com padrões culturais, idade, sexo, aptidão linguística, estilo cognitivo, personalidade e estratégias de aprendizagem também são fatores intervenientes no desempenho dos aprendizes (SAVILLE-TROIKE, 2012).

O trabalho de aprimoramento de pronúncia e a avaliação desta em testes de proficiência oral que visualizamos é pensado não em relação à presença ou não de sotaque estrangeiro, mas à compreensibilidade e a inteligibilidade desse sotaque. Considerada a perspectiva de uma teoria foneticamente embasada para o desenvolvimento da pronúncia em L2, passamos a pontuar como essa

perspectiva poderia auxiliar a estabelecer critérios para a avaliação da parte oral em testes de proficiência em L2.

6. Desenvolvimento de critérios para avaliação da parte oral em testes de proficiência

Retomando a questão levantada por Llisterri (2020) de que os testes de proficiência da L2 não refletem adequadamente a competência fonética dos falantes e valorizando os aspectos da inteligibilidade e compreensibilidade da fala influenciada pelo sotaque, defendemos que critérios de avaliação embasados foneticamente precisam ser testados em trabalhos de pesquisa de natureza experimental de tal modo a fornecer subsídios aos desenvolvedores de testes dessa natureza e gerar instrumentos aos avaliadores que os auxiliem a julgar a parte oral. A aplicação desses critérios está diretamente relacionada à formação do avaliador e implica indiretamente em questões de natureza de ensino de L2.

Para guiar a avaliação desses critérios, é necessária a formulação de descritores fonéticos explícitos, visto que a pesquisa de Hayes-Harb e Hacking (2015) revela que juízes, falantes nativos do inglês, divergem em termos de conceitualização sobre o sotaque estrangeiro e suas avaliações refletem impressões sobre as características sócio-culturais dos falantes. Na mesma linha, em simulações do Celpe-Bras os informantes que exerciam o papel de avaliadores-observadores não faziam muita distinção entre as notas 2, 3, 4 dadas para a pronúncia de estrangeiros a partir de uma escala de 0 a 5 (FERREIRA, 2018).

Os critérios de avaliação da proficiência oral devem remeter às características fonéticas das produções de fala e ao quanto essas características possibilitam o entendimento da produção da fala e abrem espaço para a compreensão oral. O pressuposto é avaliar se a produção de um determinado segmento fônico ou de um elemento prosódico na L2 interfere na compreensibilidade e na inteligibilidade. A título de exemplos, a produção de uma vogal média em vez de uma vogal fechada pode levar a dificuldades nesses níveis bem como o emprego de um padrão não característico de entoação interrogativa em uma determinada língua, pode levar a percepção de uma asserção.

A postulação de critérios foneticamente embasados pode contribuir para fornecer aos avaliadores de testes de proficiência oral parâmetros que balizem suas decisões. Análises perceptivas, apresentam sim, um viés de subjetividade, mas análises ditas objetivas por utilizarem instrumentos também as apresentam, visto que são operadas por sujeitos (MACKENZIE-BECK, 2005). Portanto, o que é necessário é um instrumento eficiente que respalde uma avaliação que é inerentemente subjetiva.

As interações entre quesitos teóricos, demandas dos contextos de desenvolvimento e de avaliação da proficiência oral discutidas neste artigo formam um tripé que se assenta no conhecimento fonético dos vínculos entre a percepção e a produção da fala no cenário da L2.

7. Conclusões finais

O contexto multilíngue existente no Brasil oferece inúmeras demandas e oportunidades para o impulsionamento do ensino, da pesquisa linguística e do desenvolvimento de testes de proficiência oral em Português como Língua Estrangeira. Em relação às habilidades a serem desenvolvidas em uma L2, focalizamos aspectos concernentes à promoção da proficiência oral em situações de comunicação falada que abrangem modos de produção e discriminação de sons, e implicam na inteligibilidade e na compreensibilidade da fala influenciada pelo sotaque.

Destacamos a relevância do embasamento do ensino de pronúncia em L2 nos achados teóricos da pesquisa experimental em aprendizagem de sons em L2 e no levantamento das dificuldades de discriminação entre sons que guiam modos de produção de novas categorias de sons. Os instrumentos como o PRAAT fornecem meios para a formulação de exercícios que possibilitam aos aprendizes visualizarem e focarem a atenção em pistas acústicas da L2; também podem ser utilizados instrumentais que proporcionam *biofeedback*. Em relação à avaliação da proficiência oral defendemos a necessidade de formulação de critérios foneticamente embasados que balizem os avaliadores a considerar o que é uma pronúncia com características de sotaque que prejudicam a interação.

Agradecimentos

Dra. Smirnova Henriques é bolsista de PNPd/CAPES (Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Thaiza Barros é mestrand bolsista da CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Nossos agradecimentos ao Ms Olavo Panseri Ferreira pelas valiosas discussões.

REFERÊNCIAS

- ADAM, A. R. S.; FERNANDES MASSUCI, C.; FURTOSO, V. B. Formação de professores de PFOL na graduação: relato de experiência. In: FURTOSO, V. B. (Org.) *Formação de professores de Português para Falantes de Outras Línguas*. Londrina: Eduel, 2009. p. 65-76.
- ALLEGRO, F. R. P. Percepção das vogais do português por hispanofalantes: um estudo envolvendo paulistanos e rio-plateenses. *Revista Intercâmbio*, v. 22, p. 56-71, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/intercambio/article/view/8247>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.
- AMADO, R. S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. *Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira - SIPLÉ*, ano 4, n. 2, 2013.

ANTOLÍK, T. K. Ultrasound Tongue Imaging in Second Language Learning. *Studie z aplikované lingvistiky*, v. 1, p. 109-119, 2020.

ANUNCIACÃO, R.; CAMARGO, H. R. E. Exame Celpe-Bras como política *gatekeeping* para a naturalização no Brasil. *Revista Muiiraquitã*, v. 7, p. 10-22, 2019. <https://doi.org/10.29327/212070.7.2-2>

BARRY, W. Perception and production of English vowels by German learners: instrumental – phonetic support in language teaching. *Phonetica*, v. 46, n. 4, p. 155-168, 1989. <https://doi.org/10.1159/000261840>

BEST, C. A direct realistic perspective on cross-language speech perception. In: STRANGE, W. (Ed.) *Speech perception and linguistic experience: issues in cross-language research*. Timonium, MD: York Press, 1995. p. 171-204.

BOERSMA P. Praat, a system for doing phonetics by computer. *Glott International*, v. 5, p. 341-345, 2001.

BOHN, O. S.; FLEGE, J. Interlingual identification and the role of foreign language experience in L2 vowel perception. *Applied Psycholinguistics*, v. 11, n. 3, p. 303-328, 1990. <https://doi.org/10.1017/S0142716400008912>

BRASIL. Portaria Interministerial nº 11, de 3 de maio de 2018. Dispõe sobre os procedimentos para solicitação de naturalização, de igualdade de direitos, de perda, de re aquisição de nacionalidade brasileira e de revogação da decisão de perda da nacionalidade brasileira e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, de 4 de maio de 2018. Seção 1, ed. 85, p. 46.

BRASIL. INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA). *Documento-base do exame Celpe-Bras* [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/Documento-base+do+exame+Celpe-Bras/951405f3-7d32-4ba8-b788-cea08e796818?version=1.1>. Acesso em: 24 de outubro de 2020.

CAMARGO, V. S. *Traços fonético-fonológicos do Português para falantes do espanhol e do inglês: segmentos dificultadores para a aquisição do Português Brasileiro*. 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01022010-143929/pt-br.php>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

CARLSON, H.; MCHENRY, M. A. Effect of accent and dialect on employability. *Journal of Employment Counseling*, v. 43, n. 2, p. 70-83, 2006. <https://doi.org/10.1002/j.2161-1920.2006.tb00008.x>

CAVALCANTI, M. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. *DELTA* [online], v. 15, p. 385-417, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244501999000300015&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

CLELAND, J.; SCOBIE, J. M.; NAKAI, S.; WRENCH, A. Helping children learn nonnative articulations: The implications for ultrasound-based clinical intervention. In: The 18th International Congress of Phonetic Sciences, 2015, Glasgow, UK. *Proceedings...* Glasgow, UK: the University of Glasgow, 2015. p. 1-5. Disponível em: <https://www.internationalphoneticassociation.org/icphs-proceedings/ICPhS2015/Papers/ICPHS0698.pdf>. Acesso em: 5 de dezembro de 2020.

COSTA, M. J. I.; D'ANDREA, A. G. M. O.; SANTANA, I. As quatro paredes de uma sala de aula: experiência como professoras de PFOL. In: FURTOSO, V. B. (Org.) *Formação de professores de Português para Falantes de Outras Línguas*. Londrina: Eduel, 2009. p. 77-89.

COUNCIL OF EUROPE. *Common European Framework of Reference for Languages: Learning, Teaching, Assessment*. 2018. Disponível em: <https://rm.coe.int/cefr-companion-volume-with-new-descriptors-2018/1680787989>. Acesso em: 16 de outubro de 2020.

DELL'ISOLA, R. L. P. *Exame de Proficiência Celpé-Bras em foco*. Campinas: Pontes Editores, 2014.

DELL'ISOLA, R. L. P. Os exames oficiais de proficiência em português do Brasil e de Portugal. *Em aberto*, v. 32, n. 104, p. 133-146, 2019.

DERWING, T.; MUNRO, M. *Pronunciation Fundamentals: evidence-based perspectives for L2 teaching and research*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2015. <https://doi.org/10.1075/llt.42>.

DÍAZ GRANADO, M. *L2 and L3 Acquisition of the Portuguese Stressed Vowel Inventory by Native Speakers of English*. 2011. 248 f. Tese (Ph.D.) - Graduate interdisciplinary doctoral program in Second Language Acquisition and Teaching, University of Arizona, Tucson, AZ. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/handle/10150/225892>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

FANT, G. *Acoustic theory of speech production: with calculations based on x-ray studies of Russian articulators*. The Hague: Mouton, 1960.

FARIAS, M. G. Uma análise comparativa de entonação entre falantes de espanhol e inglês em tag questions, Wh-questions, perguntas invertidas e perguntas de repetição. *Rev. bras. linguist. apl.*, v. 13, n. 4, p. 1061-1083, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1984-63982013005000021>.

FARNEDA, E. S. Português língua de acolhimento - cursos de extensão e capacitação para professores de português língua materna: abordagens e práticas. In: MAIA, F. P. S.; MENDES, R. M. G. (Ed.). *Ensino e Aprendizagem de Línguas Adicionais em Foco*. Roosevelt, NJ: Boavista Press, 2019. p. 53-64.

FEIDEN, J.; ALVES, U.; FINGER, I. O efeito da anterioridade e da altura na identificação das vogais médias altas e médias baixas do Português Brasileiro por falantes de espanhol. *Letras de Hoje*, v. 49, p. 85-94, 2014. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2014.1.14715>

FERREIRA, L. M. L. *Avaliação da proficiência oral: uma análise fatorial e de discriminação dos itens do exame Celpé-Bras*. 2018. 242 f. Tese (Doutorado em Estudo de Linguagens) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.ufg.br/acervocelpebras/pesquisas/FERREIRA_2018_tese.pdf. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

FLEGE, J. The production and perception of speech sounds of foreign languages speech sounds. In: WINITZ, H. (Ed.) *Human Communication and Its Disorders, A Review*. Norwood, NJ: Ablex, 1988. p. 224-401.

FLEGE, J. Perception and production: The relevance of phonetic input to L2 phonological learning. In: HUEBNER, T.; FERGUSON, C. (Ed.) *Crosscurrents in Second Language Acquisition and Linguistic Theory*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. p. 249-289.

FLEGE, J. Second Language Speech Learning: Theory, findings, and problems. In: STRANGE, W. (Ed.). *Speech perception and linguistic experience: Issues in crosslanguage research*. Timonium, MD: York Press, 1995. p. 233-277.

FURTOSO, V. B. Aspectos de formação do professor de Português para Falantes de Outras Línguas. In: FURTOSO, V. B. (Org.) *Formação de professores de Português para Falantes de Outras Línguas*. Londrina: Eduel, 2009. p. 23-46.

FUSE, A.; NAVICHKOVA, Y.; ALLOGGIO, K. Perception of intelligibility and qualities of non-native accented speakers. *J Commun Disord.*, v. 71, p. 37-51, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.jcomdis.2017.12.006>

GEORGETON, L.; PAILLEREAU, N.; LANDRON, S.; GAO, J.; KAMIYAMA, T. Analyse formantique des voyelles orales du français en contexte isolé: à la recherche d'une référence pour les apprenants de FLE. In: Conférence conjointe JEP-TALN-RECITAL, 2012, Grenoble, France. *Proceedings...* Grenoble, France: ATALA/AFCP, 2012. p. 145-152. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00977591>. Acesso em: 4 de dezembro de 2020.

GUIMARÃES, F. I. S. *Aquisição do português como L2 por falantes de espanhol: uma experiência com o modelo de ontogenia*. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-21052012-093406/pt-br.php>. Acesso em: 16 de outubro de 2020.

HAYES-HARB, R.; HACKING, J. F. Beyond rating data: What do listeners believe underlies their accentedness judgments? *Journal of Second Language Pronunciation*, v. 1, n. 1, p. 43-64, 2015.

IOM - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. *World Migration Report 2018*. MCAULIFFE, M.; RUHS, M. (Ed.). Geneva: IOM, 2017. p. 76, p. 80. <https://doi.org/10.18356/f45862f3-en>.

JAMIESON, D. H. Techniques for training difficult non-native speech contrasts. In: The 13th International Congress of Phonetic Sciences, 1995, Stockholm, Sweden. *Proceedings...* Stockholm: KTH / Stockholm University, v. 4, 1995. p.100-107.

KENDALL, R. R. *The Perception and Production of Portuguese Mid-Vowels by Native Speakers of American English*. 2004. 59 f. Dissertation (Master of Arts) – Department of Spanish and Portuguese, Brigham Young University, Provo, UT. Disponível em: <https://scholarsarchive.byu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1004&context=etd>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

LADO, R. *Linguistics Across Cultures: Applied Linguistics for Language Teachers*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1957.

LENNEBERG, E. H. *Biological Foundations of Language*. New York: Wiley, 1967.

LEV-ARI, S.; KEYSAR, B. Why don't we believe non-native speakers? The influence of accent on credibility. *J Exp Soc Psychol.*, v. 46, p. 1093-1096, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2010.05.025>

LIP (DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, PORTUGUÊS E LETRAS CLÁSSICAS). Disponível em: <http://www.lip.unb.br/graduacao/cursos>. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

LISKER, L.; ABRAMSON, A. S. A cross-language study of voicing in initial stops: Acoustical measurements. *Word*, 20, 1964, p. 384-422. <https://doi.org/10.1080/00437956.1964.11659830>

LLISTERRI, J. Relationships between speech production and speech perception in a second language. In: The 13th International Congress of Phonetic Sciences, 1995, Stockholm, Sweden. *Proceedings...* Stockholm: KTH / Stockholm University, v. 4, 1995. p. 92-99.

LLISTERRI, J. La enseñanza de la pronunciación. In: *Revista del Instituto Cervantes en Italia*, v. 1, p. 91-114, 2003.

LLISTERRI, J. *Perfil lingüístico y evaluación de los participantes en el estudio de la adquisición de la competencia fonética en una L2/LE*, 2020. 79 slides. Disponível em:

http://liceu.uab.cat/~joaquin/applied_linguistics/PUCSP_20/PUCSP_20.html. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

LOPES, J. H. Materiais didáticos de Português para Falantes de Outras Línguas: do levantamento de produções brasileiras a uma nova proposta. In: FURTOSO, V. B. (Org.) *Formação de professores de Português para Falantes de Outras Línguas*. Londrina: Eduel, 2009. p. 127-156.

MACHRY DA SILVA, S. Aprendizagem fonológica e alofônica em L2: percepção e produção das vogais médias do português por falantes nativos do espanhol. 2014. 257 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5683>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

MACHRY DA SILVA, S. A produção das vogais tônicas do português (L2) por falantes nativos do espanhol. *Revista ORGANON*, v. 30, p. 91-108, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/52016/34331>. Acesso em: 16 de outubro de 2020.

MACKENZIE-BECK, J. Perceptual analysis of voice quality: the place of the Vocal Profile Analysis. In: HARDCASTLE, W. J.; MACKENZIE-BECK, J. (Ed.). *A Figure of Speech: a Festschrift for John Laver*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2005, p. 285-322.

MIRANDA, Y. C. C.; LOPEZ, A. P. A. Considerações sobre a formação de professores no contexto de ensino de português como língua de acolhimento. In: FREITAS SILVA, M. (Ed.) *Língua de Acolhimento: experiências no Brasil e no mundo*. Belo Horizonte: Mozaico, 2019. p. 17-40. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao/cms/documentos/profs/luciane/capa_linguadeacolhimentoEBOOK%20EFINITIVO.pdf. Acesso em: 26 de outubro de 2020.

MIXDORFF, H.; MUNRO, M. Quantifying and evaluating the impact of prosodic differences of foreign-accented English. In: *The workshop on speech and language technology in education (SLaTE)*, 2013, Grenoble, France. *Proceedings...* Grenoble, France, 2013. p. 147-152. Disponível em: https://isca-speech.org/archive/slate_2013/papers/sl13_147.pdf. Acesso em: 5 de dezembro de 2020.

MORA, J.; KEIDEL, J.; FLEGE, J. Why are the Catalan contrasts between /e/ - /ɛ/ and /ɔ/ - /ɔ̃/ so difficult for even early Spanish-Catalan bilinguals to perceive? In: WREMBEL, M.; KUL, M.; DZIUBALSKA-KOLACZYK, K. (Ed.). *Achievements and perspectives in the acquisition of second language speech: New Sounds 2010*, v. 2. Bern: Peter Lang, 2011. p. 183-193.

MOYER, A. *Foreign Accent: The Phenomenon of Non-native Speech*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

NEPPE (NÚCLEO DE ENSINO E PESQUISA EM PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS). *Nossa história*. Disponível em: <http://www.neppe.unb.br/br/instituicao/nossa-historia>. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

OH, G. E.; GUION-ANDERSON, S.; AOYAMA, K.; FLEGE, J.; AKAHANE-YAMADA, R.; YAMADA, T. A one-year longitudinal study of English and Japanese vowel production by Japanese adults and children in an English-speaking setting. *Journal of phonetics*, v. 39, n. 2, p. 156-157, 2011. <https://doi.org/10.1016/j.wocn.2011.01.002>.

OLIVEIRA, D. M. de. A importância da institucionalização do ensino de português para estrangeiros para a internacionalização das universidades brasileiras: uma proposta de curso em contexto acadêmico. In: II Congresso Internacional de Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2019, Cornélio Procópio, PR. *Anais...* Cornélio Procópio, PR: Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2019. p. 80-89.

PASCOAL, J. L.; OLIVEIRA, T. B. *Exames de português CAPLE-UL: CIPLE, DEPLE, DIPLE*. Lisboa, Lidel – Edições Técnicas, 2013. Disponível em: https://issuu.com/lidel/docs/exames_de_portugue__s__caple-ul_-_ci. Acesso em: 07 de dezembro de 2020.

PEREYRON, L.; ALVES, U. K. Descrição acústica das vogais tônicas do espanhol rioplatense e de uma variedade do português do sul do Brasil de monolíngues e bilíngues: uma discussão dinâmica sobre desenvolvimento linguístico. *Revista Linguística (Online)*, v. 35, p. 103-127, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196695>. Acesso em: 26 de outubro de 2020.

POLIVANOV, E. A percepção dos sons de uma língua estrangeira. In: TOLEDO, D. (Org.) *Círculo Linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Editora Globo, 1978 [1931]. p. 113-128.

RIBEIRO, A. A. (Org.). *Português do Brasil para estrangeiros: políticas, formação, descrição*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

ROCHET, B. Perception and production of L2 speech sounds by adults. In: STRANGE, W. (Ed.) *Speech Perception and Linguistic Experience: Theoretical and Methodological Issues in Cross-Language Speech Research*. Timonium, MD: York Press Inc, 1995.

RUSSO, M.; ISLAM, G.; KOYUNCU, B. Non-native accents and stigma: How self-fulfilling prophecies can affect career outcomes. *Human Resource Management Review*, v. 27, p. 507-520, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.hrmr.2016.12.001>

SANTIAGO, T. L. *Instrução explícita no ensino de pronúncia das consoantes tap alveolar e fricativa velar do português brasileiro para estudantes francófonos do PEC-G*. 2017. 40 f. Monografia (Graduação em Letras - Língua portuguesa) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3282>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

SAVILLE-TROIKE, M. *Introducing Second Language Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SCARAMUCCI, M. V. R. O exame Celpe-Bras e a proficiência do professor de português para falantes de outras línguas. *Digilenguas*, n. 12, p. 48-67, 2012.

SCHOFFEN, J. R. *Avaliação de proficiência oral em língua estrangeira: descrição dos níveis de candidatos falantes de espanhol no exame Celpe-Bras*. 2003. 101 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4072>. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

SCHWARTZ, G.; KAZMIERSKI, K. Vowel dynamics in the acquisition of L2 English – an acoustic study of L1 Polish learners. *Language Acquisition*, v. 27, n. 3, p. 227-254, 2020. <https://doi.org/10.1080/10489223.2019.1707204>

SIMÕES, A. R. M.; KELM, O. R. O processo de aquisição das vogais semi-abertas “é, ó” / ε, ɔ / do Português Brasileiro como língua estrangeira. *Hispania: A Journal Devoted to the Interests of the Teaching of Spanish and Portuguese*, v. 74, p. 654-665, 1991. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1808/17958>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

SISMIGRA, 2000/2020. Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações: Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo – NEPOUNICAMP – CNPq/MPT (2020). Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/>. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

SMIRNOVA HENRIQUES, A.; MADUREIRA, S. The perception and production of the Brazilian Portuguese open and close mid vowels by native Russian speakers. In: I Congresso Brasileiro de Prosódia, 2019, Campinas. *Anais... Campinas: Luso-Brazilian Association of Speech Sciences*, 2019. p. 9-12. Disponível em: <https://irpcdn.multiscreensite.com/5db53739/files/uploaded/AnaisICBP.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

SMIRNOVA HENRIQUES, A.; MADUREIRA, S. Russian accent in Brazilian Portuguese affects the perception of the voice pleasantness by Brazilians. *Revista X*, v. 15, n. 6, p. 715-734, 2020.

<http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v15i6.76892>

SMIRNOVA HENRIQUES, A.; SKRELIN, P. A.; EVDOKIMOVA, V. V.; KACHKOVSKAIA, T. V.; BORREGO, M. C.; PICCOLOTTO FERREIRA, L.; PICCIN BERTELLI ZULETA, P.; RUSEISHVILI, S.; MADUREIRA, S. The perception of Brazilian Portuguese open and close mid vowels by native Russian speakers. *JoSS*, v. 8, n. 2, p. 59-84, 2019a.

Disponível em:

http://revistas.iel.unicamp.br/ojs_joss/index.php/journalofspeechsciences/article/view/183/162. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

SMIRNOVA HENRIQUES, A.; VITORIANO DE ALMEIDA, K.; BORREGO, M. C.; GOBBO, R.; BASÍLIO, M.; SANTOS DE MACEDO, G.; SILVA, A. F.; RUSEISHVILI, S.; PICCIN BERTELLI ZULETA, P.; PICCOLOTTO FERREIRA, L.; SKRELIN, P. A.; MADUREIRA, S. Russian accent in Brazilian Portuguese: devoicing of plosive sounds. 12º Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, 2019, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: UFES, 2019b. p. 365. Disponível em:

<https://alab.org.br/xii-cbla/caderno-de-resumos/>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

TEIXEIRA, M. G. *A realização oral das vogais nasais/nasalizadas do português brasileiro por estrangeiros falantes do inglês*. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11273>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

VAISSIÈRE, J. On the acoustic and perceptual characterization of reference vowels in a crosslanguage perspective. In: The 17th International Congress of Phonetic Sciences (ICPhS XVII), 2011, Hong Kong, China.

Proceedings... Hong Kong, China: City University of Hong Kong, 2011. p. 52-59. Disponível em:

<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00676266>. Acesso em: 5 de dezembro de 2020.

VITORIANO DE ALMEIDA, K.; BORREGO, M. C.; GOBBO, R.; BASÍLIO, M.; SMIRNOVA HENRIQUES, A.; RUSEISHVILI, S.; ZULETA, P. P. B.; PICCOLOTTO FERREIRA, L. Produção oral de falantes russos que aprendem português brasileiro. In: XXVI Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia, 2018, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2018. Disponível em:

https://www.sbfa.org.br/portal/anais2018/trabalhos_select.php?tt=Busca&id_artigo=10365. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

WHALEN, D. H. Three lines of evidence for direct links between production and perception in speech. In: The 13th International Congress of Phonetic Sciences, 1995, Stockholm, Sweden. *Proceedings...* Stockholm: KTH / Stockholm University, v. 4, 1995. p. 1257-1260.

RELATÓRIO DE PESQUISA

Componentes da habilidade oral: uma análise das propriedades dos itens analíticos do exame Celpe-Bras

Laura Marcia Luiza FERREIRA 

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

RESUMO

As avaliações externas são constantemente desafiadas a informar exatamente o que o teste avalia e a pertinência do uso de seus resultados. Neste trabalho, discuto como os subcomponentes da habilidade oral do Celpe-Bras interagem para construção da nota do avaliador-observador. A escala é composta pelos seguintes itens: *compreensão*, *competência interacional*, *fluência*, *adequação lexical*, *adequação gramatical* e *pronúncia*. Com o objetivo de estudar as propriedades desses itens e relacioná-las aos descritores da grade e à tarefa de avaliação oral, apresentei uma análise das medidas de dificuldade e discriminação de cada um dos itens, apoiando-me no modelo da habilidade comunicativa da linguagem de Bachman (1990). O modelo Rasch básico na extensão *Partial Credit Model* foi utilizado para a análise dos itens. O *corpus* é composto por notas de 1.000 participantes da primeira edição de 2016. Após a análise, argumento que a tarefa interfere na forma como os subcomponentes da habilidade linguística interagem. Além disso, os dados sugerem que a competência linguística seja mais determinante para classificar os examinandos nas faixas mais elevadas do exame do que os subcomponentes da competência estratégica, e ainda, que a compreensão seja um requisito para o examinando demonstrar um desempenho adequado nas faixas de classificação do exame.

ABSTRACT

Large scale tests are frequently under a challenge as they have to inform



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Luiz Amaral (UMASS)
- Ricardo de Souza (UFMG)
- Thaís Maíra de Sá (CEFET-MG)

AVALIADO POR

- Lilian Hübner (PUC-RS)
- Lêda Tomitch (UFSC)

DATAS

- Recebido: 19/08/2020
- Aceito: 03/11/2020
- Publicado: 23/12/2020

COMO CITAR

Ferreira, L. M. L. (2020)
Componentes da habilidade oral: uma análise das propriedades dos itens analíticos do exame Celpe-Bras. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 799-824, 2020.

what is being tested and also argue about their social accountability. In this paper, I discuss how the oral ability components are being evaluated by the rater *avaliador-observador* at the Celpe-bras exam. The analytic rubric was combined by the following features or items: *comprehension, interactional competence, fluency, lexical adequacy, grammatical adequacy* and *pronunciation*. The aim of this paper is to study the items properties in line with the rubrics descriptions and tasks. The analyses of the item difficulty index and the item discrimination index were made in the light of Bachman's (1990) model of communicative language ability and was calculated using Rasch's Partial Credit Model. One-thousand examinees' scores were analyzed from the first oral exam edition of 2016. Item analysis endorses the idea that tasks influence the way components interact. By analyzing the items indexes, I argue that linguistic competence is more important to place examinees at the higher proficiency bands compared to the strategic competence related items. I also discuss that *comprehension* may be a requirement for the examinee to develop oral performance at the Celpe-Bras oral exam.

PALAVRAS-CHAVE

Proficiência oral. Celpe-Bras. Teoria de Resposta ao Item.

KEYWORDS

Oral proficiency. Celpe-Bras. Item response theory.

Introdução

A virada crítica no campo dos estudos da linguística aplicada tem posicionado o debate sobre usos da linguagem em linha com os direitos humanos fundamentais tais como direito à educação e direitos linguísticos, ao mesmo tempo em que tem ampliado as discussões sobre como a língua pode ser usada como instrumento de políticas linguísticas. Uma alternativa que promova a diversidade e a justiça social por meio do ensino de línguas é a aposta, por exemplo, da pedagogia de repertórios, em detrimento das práticas de ensino e aprendizagem cujo foco é a aquisição do sistema linguístico de uma determinada língua. Exemplifica tal diretriz, a noção de translinguagem que concebe todo repertório linguístico do indivíduo como um sistema linguístico independente da quantidade de línguas e seus níveis de desempenho (CANAGARAJAH, 2018). Jaspers (2017) explica que o termo *translanguaging* tem a origem no termo *linguaging* cunhado pelos teóricos da abordagem comunicativa para o ensino de línguas. *Linguaging* se refere ao processo dinâmico de uso da linguagem para

produção de sentidos, explica o autor. *Languageing*, no entanto, tem como pressuposto que a produção de sentidos se dá com a finalidade de aquisição, ensino ou avaliação de um língua específica, sendo estrangeira, adicional ou de herança a depender do contexto.

Interessa neste trabalho, investigar como a língua portuguesa que está sendo avaliada no contexto de um teste de larga escala, o exame Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). Ao mesmo tempo em que há um crescente debate sobre a valorização das subjetividades no processo de ensino de línguas estrangeiras que celebra o hibridismo linguístico, cada vez mais se discute o complexo papel das avaliações de proficiência para o ensino e para a formação de professores, situando-as em contextos mais amplos de políticas educacionais e internacionais. Além dos debates acerca das pedagogias de repertório, que desconstróem pressupostos de língua em que são normalmente baseados os instrumentos de avaliação, McNamara (2004) afirma que os testes de larga escala são também responsabilizados pelos usos sociais que são feitos do seu resultado e ainda sobre o impacto na construção de políticas linguísticas locais, regionais e internacionais. Nesta perspectiva, os instrumentos devem ser constantemente avaliados e revisados quanto aos modelos teóricos que mobilizam e ao significado dos resultados gerados. Avaliar a avaliação, ou seja, fazer a validação de testes é um processo em construção constante que carece de evidências teóricas e empíricas (MESSICK, 1987; FULCHER, 2003; BACHMAN, 1990; MCNAMARA, 2004). O processo em construção constante da validação não tem prazo para terminar, pois os testes podem ser a qualquer momento colocados em prova sob a luz de novos dados ou debates teóricos, mesmo depois de terem sido validados antes de sua implementação. McNamara (2004) explica que o processo de análise dos dados gerados nos exames de proficiência linguística podem gerar informações sobre o quanto o uso dos modelos teóricos está adequado para subsidiar a construção de instrumentos, retroalimentando assim discussões mais amplas sobre ensino e aprendizagem de línguas. Por meio da análise das propriedades dos itens avaliados na prova oral, discuto o significado da nota analítica, atribuída pelo avaliador-observador do Celpe-Bras, de forma a relacionar com os conceitos teóricos operacionalizados na grade com o modelo da habilidade comunicativa da linguagem de Bachman (1990).

1. O Celpe-Bras: construtos e critério

O Celpe-Bras é o exame oficial do Governo do Brasil para a comprovação da proficiência em Língua Portuguesa de cidadãos de outros países que não têm o português como língua oficial. Juntamente com o exame argentino Certificado de *Español Lengua y Uso* (CELU), o Celpe-Bras foi criado no contexto do Mercosul com o objetivo de fomentar e promover o uso do português e do espanhol em contextos acadêmicos e econômicos. Tais exames formam parte de relações políticas mais amplas cujo objetivo é integrar os países que formam o bloco. O objeto de avaliação dos exames é a língua portuguesa ou espanhola faladas na América Latina em contextos profissionais e acadêmicos, portanto, pode ser que a noção de língua híbrida, como o portunhol, não seja bem vinda neste contexto. É preciso investigar, no entanto, quais e como os aspectos dessas línguas estão sendo avaliados.

McNamara (2004) define os testes de língua como um processo de coleta de informações sobre o que os examinandos sabem fazer na língua, ou seja, de sua performance, a partir de condições estabelecidas no instrumento. Dois conceitos fundamentais para entender o significado dessas informações coletadas nos testes de língua são o de critério e o de construto. O critério é um termo da área de avaliação que diz respeito ao conjunto de usos reais da língua de interesse do teste. No caso do Celpe-Bras e do CELU, as tarefas comunicativas operacionalizam o critério ao delimitarem o uso da linguagem que se espera dos examinandos. Nos exames em que se usa os critérios como referência para dar notas (*criterion-referenced*), a classificação da proficiência ou mensuração dos escores são feitos a partir da descrição verbal dos desempenhos esperados que formam os descritores das grades e escalas de itens. A produção verbal do examinando é avaliada a partir de um número possível de desempenhos previstos. Schlatter *et al.* (2008) explicam que as tarefas comunicativas avaliam de forma integrada habilidades e competências envolvidas no uso da linguagem. As tarefas, bem como os itens por meio delas avaliados, são elaboradas a partir dos construtos teóricos. Os construtos teóricos se referem aos modelos teóricos sobre os desempenhos que foram operacionalizados no exame. No caso de exames de proficiência linguística, os testes operacionalizam visões de língua nas tarefas e nas grades de correção, ao especificar como a linguagem deve ser usada para atingir as faixas de certificação previstas. Sobre o construto da linguagem operacionalizado no Celpe-Bras, as elaboradoras afirmam que

não se busca aferir conhecimentos sobre a língua, como é o caso de exames tradicionais que formulam questões sobre morfologia e sintaxe, porém, sim, a capacidade de uso dessa língua, já que a competência linguística é um dos componentes da comunicativa. Assim, o exame está centrado no desenvolvimento de uma competência de uso que requer muito mais do que a manipulação de formas e regras linguísticas, exigindo também o conhecimento de regras de comunicação e de formas que sejam não apenas gramaticalmente corretas, mas socialmente adequadas. (DELL'ISOLA *et al.* 2003, p. 155)

A partir da afirmação acima, há uma clara intenção de assumir uma perspectiva teórica descolada da estruturalista, uma vez que não apenas as “formas e regras linguísticas”, mas também as “regras de comunicação” são levadas em conta quando se avalia o uso da língua. Além disso, destaco a diretriz de interpretação do desempenho pautado no que é ‘socialmente adequado’ e não apenas na adequação à norma gramatical. Sobre a língua portuguesa que se pretende certificar por meio do Celpe-Bras, o exame se alinha à perspectiva comunicativa, uma vez que a competência de uso é o elemento principal para elaboração do instrumento. No caso o *languageing*, ou competência de uso da língua portuguesa, parece ser o principal construto operacionalizado no exame. Em linhas gerais, o foco do ensino comunicativo é o fomento da produção de significados em língua estrangeira e, para fazê-lo, é preciso negociar sentidos durante o uso situado da linguagem por meio da interação com os outros, seja lendo e se posicionando sobre o que leu ou conversando, por exemplo. Uma implicação para elaboração de testes é considerar no desenho dos instrumentos a simulação de usos da linguagem em que a interação é o elemento principal por meio do qual os sentidos são construídos. McNamara (2004) afirma que a perspectiva interacionista da linguagem desafia as noções individualistas de desempenho avaliadas normalmente em testes de larga escala, uma vez que se

considera um amplo leque de possibilidades de produção e negociação de sentidos por meio do uso da língua. Ao operacionalizar um construto alinhado à perspectiva comunicativa e interacionista da linguagem, o desenho das tarefas comunicativas do Celpe-Bras delimitam um objetivo de interação e papéis para os interagentes, que utilizarão a língua para simular situações de uso da linguagem. A partir do desempenho nas situações simuladas, a competência de uso da língua portuguesa que o examinando faz é avaliada. No desenho da prova oral do Celpe-Bras, há uma coerência com a perspectiva teórica adotada uma vez que a produção e compreensão oral são avaliadas a partir de uma interação face a face, em que avaliador e examinando interagem em uma situação definida.

O maior desafio de avaliar a proficiência oral, tendo em conta os níveis de adequação da produção e negociação de sentidos pelos examinandos em situação de prova, é garantir que não só a tarefa, mas também o significado da nota esteja coerente com as escolhas teóricas que subsidiaram a elaboração do exame. No caso do Celpe-Bras, espera-se que no processo de composição da nota oral a capacidade de uso da língua, conforme explicam as elaboradoras, seja a diretriz principal para formação do escore. Diversos teóricos da abordagem comunicativa propuseram subdivisões distintas das competências que fazem parte da capacidade de uso da língua. Canale (1983) divide a competência comunicativa em competência gramatical, competência sociolinguística, competência discursiva e competência estratégica. O autor explica que sua proposta não se trata de um modelo, justamente porque lhe falta especificar como os subcomponentes interagem entre si. Fulcher e Davidson (2007) resenham vários modelos que se desenvolveram a partir da proposta de Canale (1983), dentre os quais cito aqui o de Bachman (1990). Bachman (1990) estava interessado em saber como construir testes de línguas tendo como construto os quadros teóricos da competência comunicativa. O autor explorou a interação entre as subcompetências e definiu que havia a competência linguística, relacionada ao uso dos componentes linguísticos na interação; a competência estratégica, que diz respeito à capacidade mental para escolha dos componentes ao interagir e a competência psicofisiológica, que seria a performance em si ou a execução em si da língua. Ao propor uma maneira de interação entre os componentes, o autor explica que a tarefa dos testes, ao definirem um contexto de uso da língua, interage com todos os três componentes, podendo alterar a forma como estão relacionados. Além disso, embora pouco se defina sobre como os componentes interagem, o modelo de Bachman (1990) sugere que a tarefa do teste direciona a competência estratégica para escolhas adequadas de recursos linguísticos e outros conhecimentos de mundo ao executar a língua.

A reflexão e análise empírica sobre a forma como tais componentes da habilidade interagem estão diretamente relacionadas com a forma como os escores serão compostos. Sobre a mensuração da nota oral analítica do Celpe-Bras, optou-se pela elaboração de grades e escalas baseadas no critério da proficiência oral demonstrada durante uma interação face a face. A nota é composta a partir de subcomponentes da habilidade oral, a saber: *compreensão*, *competência interacional*, *fluência*, *adequação gramatical*, *adequação lexical* e *pronúncia*. Entendo aqui que os três primeiros componentes estariam mais próximos da competência estratégica e os três últimos, da competência linguística, definida no modelo de Bachman (1990). Tais subcomponentes da proficiência oral são descritos em escalas de cinco pontos. Sobre a importância das grades e escalas, Fulcher e Davidson (2007) afirmam que a grade ajuda a

determinar o significado da nota. Neste sentido, tirar uma nota máxima na prova oral significaria o quê, exatamente? Que o examinando compreendeu bem o avaliador? Que usou palavras específicas sem interferência da língua materna sobre um assunto específico? Que fala por muito tempo sobre o assunto abordado? Ou seja, por meio de quais evidências do desempenho oral descritas na grade podemos inferir que o examinando fala muito bem ou quase nada? Se a proficiência oral é decomposta em várias subcompetências, como é a interação entre elas?

Por meio do estudo da composição das notas é possível avaliar a interação entre os diferentes construtos teóricos operacionalizados na grade que compõem a nota. Para avaliar o quanto os resultados refletem as diretrizes do exame, uma das maneiras é investigar os itens avaliados. Descrevo abaixo como funciona a composição das notas.

1.1 O Celpe-Bras: sistema de certificação

O Celpe-Bras certifica as seguintes faixas de proficiência *intermediário*, *intermediário superior*, *avançado* e *avançado superior* e cada faixa corresponde a um intervalo de nota de 1,99 a 5 pontos. Os examinandos que obtêm uma nota igual ou inferior a 1,99 pontos não são certificados (BRASIL, 2016). Os examinandos são avaliados quanto à proficiência oral e escrita. A nota final para fins de certificação é a menor nota atribuída ao desempenho oral ou escrito do examinando. A prova escrita é composta por quatro tarefas comunicativas no formato de questões dissertativas¹, uma nota de 0 a 5 é atribuída a cada uma das quatro tarefas. Para o cálculo da nota final da prova escrita, somam-se as notas e divide-se por quatro.

A prova oral é uma interação face a face de 20 minutos entre avaliador-interlocutor (AI) e examinando, a partir das informações pessoais que constam na ficha de inscrição do examinando e sobre tópicos do cotidiano e de interesse geral (BRASIL, 2015). A situação de avaliação é uma entrevista de proficiência oral com duas tarefas, espera-se que o examinando se apresente durante a fase do quebra-gelo e que, em seguida, fale sobre três temas diferentes veiculados em um material impresso chamado Elemento Provocador². No Manual do examinando (2015) afirma-se que são avaliadas a capacidade de produção e de compreensão oral. Além do avaliador-interlocutor, a interação é avaliada também por um segundo avaliador, chamado de avaliador-observador. As duas avaliações de uma mesma interação oral são feitas de forma independente. A nota final da prova oral é calculada a partir da média entre as notas dos dois avaliadores. Se as notas forem divergentes por mais de um ponto e meio (1,5), a interação é reavaliada (BRASIL, 2016).

1 Para mais informações sobre as tarefas comunicativas da prova escrita, consultar Scaramucci (2001) e Schoffen (2009).

2 O Elemento Provocador é formado, na maioria das vezes, por recortes de reportagens veiculadas na mídia brasileira (FERREIRA, 2012)

O Manual do examinando (2015) define que a nota é atribuída a partir de evidências de que o examinando compreende a fala do avaliador-interlocutor, demonstra competência para interagir em Língua Portuguesa, domínio de estruturas linguísticas ao falar sobre diferentes temas e adequada pronúncia. Tais evidências de desempenho são avaliadas por meio dos itens que compõem as duas grades de avaliação. Na escala de avaliação do avaliador-interlocutor, há uma descrição holística do desempenho oral com o objetivo de avaliá-lo globalmente. A grade holística é graduada em uma escala de 0 a 5 pontos.

Fulcher (2003) explica que itens holísticos, que avaliam de forma global a qualidade do desempenho, são interessantes em contextos de avaliação de larga escala em que o avaliador tem pouco tempo para avaliar muitos examinandos. Para fins de avaliação de aprendizagem, uma grade com itens analíticos, como a grade proposta, tende a ser mais adequada porque oferece mais informações sobre as evidências que o estudante deve demonstrar em suas interações, sejam orais ou escritas. Embora o contexto seja de avaliação educacional, optou-se pela grade analítica. Dessa forma, a partir da análise dos itens analíticos da prova do Celpe-Bras é possível fazer uma discussão mais ampla sobre a interação entre os subcomponentes da habilidade oral avaliada neste contexto.

A grade de avaliação do avaliador-observador é analítica, ou seja, uma nota é atribuída para cada um dos subcomponentes avaliados, doravante, chamarei de item os subcomponentes da habilidade oral avaliada no exame Celpe-Bras. Fazem parte da grade analítica os seguintes itens: *compreensão*, *competência interacional*, *fluência*, *adequação gramatical*, *adequação lexical* e *pronúncia*. Por exemplo, uma nota 0 em *adequação lexical* é caracterizada a partir de evidências de que o examinando demonstra vocabulário muito inadequado e limitado com interferências de outras línguas que comprometem a interação, ao passo que uma nota 5 se refere a um desempenho oral que demonstra vocabulário amplo e adequado com raras inadequações.

Além dos seis itens analíticos, faz parte da nota oral final também a nota do observador-interlocutor. Neste trabalho, a análise se limita à grade analítica, com vistas a responder as seguintes perguntas:

- Qual é o nível de dificuldade de cada um dos itens que compõem a grade do avaliador-observador?
- Como cada um dos itens analíticos contribuem para a discriminação de cada uma das faixas de certificação do Celpe-Bras?
- Qual a relação entre as propriedades dos itens com a interação entre os subcomponentes da habilidade oral avaliados no exame Celpe-Bras?

McNamara (2000) advoga a favor do uso de técnicas estatísticas utilizadas pelas teorias da testagem para fins de revisão e análise dos testes de língua. O autor explica que a Psicometria analisa a qualidade do processo de avaliação ao investigar as notas. As teorias de testagem podem revelar propriedades dos itens, tais como a sua dificuldade ou o quanto cada item gera de informação relevante sobre o desempenho que se pretende medir. Apresento uma análise de discriminação de itens

calculada por meio de um dos modelos da Teoria de Resposta ao Item, o Rasch, para discussão do significado nas notas graduadas na escala analítica do Celpe-Bras e sua relação com os modelos e teorias de ensino e aquisição de línguas.

2. Avaliações de língua e a teoria de resposta ao item ou modelo Rasch

Szabó (2007) afirma que, embora os estudos sobre o significado da nota em testes educacionais no final dos anos sessenta já utilizassem a Teoria de Resposta ao Item (TRI) nas análises, os estudos sobre exames de línguas começaram a incorporar essa metodologia nos anos oitenta. Segundo os estudos resenhados por Szabó (2007), os objetivos da análise das pesquisas que utilizam a TRI são também variados e podem (a) focar o estudo da dificuldade dos itens para grupos específicos; (b) regular ou calibrar os itens, baseando-se nos parâmetros de discriminação; (c) avaliar o impacto das condições de aplicação na nota final; (d) verificar o quanto o teste gera de informação para que a inferência sobre o desempenho seja feita e, por último, (e) avaliar vários aspectos da construção de testes mediados por computador. Dentre os modelos estatísticos usados, o Rasch é o mais popular entre os especialistas em avaliação de línguas.

Os modelos Rasch pertencem a uma família de modelos estatísticos baseados na Teoria de Resposta ao Item (TRI). A TRI tem o objetivo de analisar as qualidades psicométricas dos testes, ou seja, o quanto o sentido das notas geradas por um sistema são válidas para um determinado propósito de avaliação. A TRI viabiliza ferramentas estatísticas para calcular a dificuldade e a discriminação dos itens de um teste.

Os itens podem ser dicotômicos ou politômicos. Os itens politômicos permitem mais de duas categorias de resposta e são resultado do uso de escalas e grades de avaliação. As grades de avaliação graduam, granulam ou dividem a resposta ao item em mais de uma possibilidade. De forma geral, a TRI estuda a relação empírica entre habilidade do examinando e as respostas aos itens, por meio de um conjunto de notas de um teste. Segundo Szabó (2007), como só as respostas dos examinandos constituem a informação disponível para o cálculo, a partir das notas cruas é estimada a dificuldade do item em função da habilidade do examinando. A habilidade do examinando no contexto da análise da TRI não é produto de teorização sobre as medidas, mas de uma análise empírica em que a habilidade do examinando é estimada pelo modelo, a partir do conjunto de notas total em relação a diversos perfis de examinandos. Tais perfis de examinandos são agrupados a partir do modelo e ao organizar os examinandos em graus de habilidade, o modelo os coloca em uma métrica própria chamada de *latent trait*. A partir da análise empírica da habilidade dos examinandos e da dificuldade dos itens é possível relacionar o quanto cada item discrimina determinados perfis de examinandos. O modelo calcula a probabilidade de acerto de cada um dos itens por examinandos de

diferentes perfis de habilidade. DeMars (2010) explica que a dificuldade de um item é medida a partir das respostas corretas e não em termos de quantidade de esforço ou percepção da dificuldade. A análise da habilidade e da dificuldade de item gera a função da informação que está relacionada à construção de intervalos confiáveis no cálculo das faixas da proficiência.

Segundo DeMars (2010), é desejável que os itens diferenciem variados níveis de proficiência. Quanto mais um item discrimina, mais confiável é o teste. Para que um teste meça realmente o que tem que medir, a dificuldade dos itens deve estar relacionadas com o propósito do teste. No caso do Celpe-Bras, que se propõe a diferenciar e certificar várias faixas de proficiência, espera-se que estejam contemplados nos itens a diferenciação tanto das faixas *avançado* da *intermediário superior* quanto da *sem certificação* da *intermediário*, por exemplo. Se o teste falha na diferenciação das faixas, pode ser que muitos examinandos com habilidades distintas possam estar sendo classificados em uma mesma faixa. Ou seja, se interessa diferenciar quatro faixas de proficiência, é preciso ter itens que sejam eficientes para classificar as habilidades dos examinandos corretamente nestas faixas.

Além dos modelos da TRI permitirem estudar não só a qualidade psicométrica do teste como um todo, é possível também analisar a qualidade de cada item individualmente e o quanto cada item está contribuindo para discriminar os examinandos em diferentes faixas de proficiência. Para a análise de testes politômicos, como é o caso do Celpe-Bras, o uso dos modelos da TRI permite avaliar a relação da dificuldade e discriminação em função do nível de proficiência relacionadas a cada uma das seis categorias de resposta ou nota da escala de avaliação (*sem certificação*, *básico*, *intermediário*, *intermediário superior*, *avançado*, *avançado superior*) de cada item avaliado pelo observador (*compreensão*, *competência interacional*, *fluência*, *adequação gramatical*, *adequação lexical* e *pronúncia*).

Na perspectiva das teorias psicométricas, Eckes (2015) afirma que o estabelecimento do intervalo entre as faixas de proficiência é uma questão que deve ser empiricamente investigada. O estabelecimento do intervalo entre as possibilidades de resposta para cada item analítico deve ser empiricamente analisado a partir de um conjunto de notas atribuídas em situação de avaliação. A pergunta que se coloca é: até que ponto um desempenho avançado em *compreensão* corresponde a um desempenho avançado em *adequação lexical*, por exemplo? Para uma pessoa que tirou nota máxima, a nota máxima em *adequação lexical* foi fácil ou mais difícil de alcançar quando comparamos com o item *compreensão*?

Uma medida que ajuda a responder estas perguntas ao inferir a qualidade da discriminação dos itens em uma escala são os valores de *threshold*. A medida diz respeito ao intervalo entre as faixas de classificação dispostas no gráfico da curva de informação do item. Eckes (2015) defende que o intervalo entre os valores de *threshold* deveria ser homogêneo. Verificar a homogeneidade da escala é uma tarefa empírica possível a partir da análise da relação da medida *dificuldade do item* em função dos perfis de habilidade. Ao considerar as potencialidades de análise do conjunto de respostas da prova oral do Celpe-Bras, justifica-se a pertinência do uso da TRI para o debate sobre a relação entre os sucomponentes da habilidade oral e sua interação.

A seguir apresento a análise e discussão dos resultados.

3. Análise

Para analisar o quão discriminantes são os itens de avaliação oral, utilizo, na análise, a extensão *Partial Credit Model* do Rasch (MAIR *et al.*, 2018) versão 0.16-0. Os itens se referem a cada um dos itens analíticos. Os dados utilizados foram as notas de 1.000 examinandos que dizem respeito à prova oral, das quais faziam parte as seis notas atribuídas pelo avaliador-observador relativas à primeira edição de 2016. As notas foram selecionadas pelos servidores do Inep e disponibilizadas para esta pesquisa, após o pedido de acesso protocolado junto ao Serviço de Atendimento ao Pesquisador do INEP.

Na Tabela 1, a seguir, ao avaliar a quantidade de notas do *corpus* coletado por cada um dos itens da grade analítica, percebe-se uma carência de dados relacionados com as notas zero, um e dois. Ou seja, houve poucos examinandos com notas baixas no *corpus* coletado. Cabe ressaltar que o conjunto de dados corresponde à 16,07% do total de examinandos inscritos no processo de certificação do Celpe-Bras no primeiro semestre de 2016.

Item analítico	Nota 0	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Nota 5
Compreensão	0.000	0.010	0.023	0.077	0.190	0.700
Competência interacional	0.004	0.018	0.066	0.195	0.295	0.422
Fluência	0.001	0.030	0.084	0.236	0.283	0.366
Adequação Lexical	0.004	0.037	0.163	0.303	0.320	0.173
Adequação Gramatical	0.007	0.040	0.168	0.310	0.303	0.172
Pronúncia	0.003	0.027	0.125	0.258	0.379	0.208

TABELA 1 - Proporção de notas atribuídas por cada item analítico

Fonte: Elaboração própria.

A ausência de notas zero em *compreensão* fez com que os dados fossem organizados de forma que as notas 0 e 1 fossem agrupadas em uma categoria de resposta que chamarei de *categoria 0*. Reagrupo as notas nas categorias que apresento abaixo (TABELA 2). Trata-se da convenção que seguirei na exposição das análises.

correspondência entre significado das notas e faixa de certificação	notas do exame	convenção utilizada na análise
sem certificação ou básico	Notas 0-1	Categoria 0
intermediário	Nota 2	Categoria 1
intermediário superior	Nota 3	Categoria 2
avançado	Nota 4	Categoria 3
avançado superior	Nota 5	Categoria

TABELA 2 - Convenção

Fonte: Elaboração própria.

3.1. Ajuste de modelo e *item fit* e *outfit statistics*

Para investigar o ajuste global, apresento o resultado do *Martin Lof Test*. Verguts e Boeck (2000) sugerem o teste *Martin Lof Test* para avaliar a unidimensionalidade de uma escala. O teste *Martin Lof* consiste em dividir o corpus ao meio e testar se há diferença entre os dois corpus. O critério escolhido para fazer o presente teste foi a mediana, por ser o critério padrão. O teste gera variados valores, dentre eles o *p-value*. O teste gerou os seguintes resultados: *LR-value*, 501.595; *Chi-square df*, 191; e *p-value*, 0.

O valor de *p-value* (valor-p) é uma medida de ajuste global ao modelo, espera-se que o valor varie de 0 a 1, sendo o valor 0 que mais se relaciona à falta de ajuste e o valor 1 a um ajuste perfeito (VERGUTS; BOECK, 2000). A partir dos valores, conclui-se que há problemas no ajuste da escala, ou seja, as escalas da prova oral do exame Celpe-Bras não se ajustam ao modelo Rasch, porque os escores são ou muito previsíveis ou imprevisíveis, segundo os parâmetros do modelo Rasch. Cabe ressaltar aqui que esta avaliação foi feita das duas escalas, incluindo a nota holística do avaliador-interlocutor.

Ao avaliar os valores de ajuste de INFIT MSQ (*Infit mean-square*) e OUTFIT MSQ (*Outfit mean-square*) de cada um dos itens é possível investigar como cada um deles se ajustou ao modelo. Para avaliar o quão consistentes são os escores reais com relação às expectativas do modelo é preciso analisar os valores dos parâmetros de ajuste de item na tabela 9. Segundo Smith (1996), o propósito de analisar tais valores é o de gerar insumo para o debate sobre o controle de qualidade da medida, identificando aspectos dos dados que se encaixaram ou não nas especificações do modelo. Smith (1996) ressalta que a finalidade não é retirar ou não itens que não se ajustam, mas o de identificar e examinar o porquê do não ajuste, para então decidir aceitar, rejeitar ou modificar o item. No contexto da análise de escalas de itens politômicos, a modificação à qual se refere o autor pode envolver desde correções da maneira como a análise foi feita à retirada de alguma categoria da escala.

Na tabela abaixo (TABELA 3), os valores de *p-value* de cada um dos itens sugerem que os itens *fluência*, *adequação gramatical* e *adequação lexical* se ajustam ao modelo, os demais itens apresentam valores insatisfatórios, de zero a próximos de zero, ou seja, não correspondem às expectativas especificadas pela extensão *Partial Credit Model* do Rasch. Eckes (2015) afirma que valores altos para o resultado da diferença entre a média dos escores e as medidas esperadas pelo modelo resultam em valores altos de *outfit msq*, que não deveriam exceder 2.0. Na tabela, apenas o item *compreensão* tem valor maior que 2. Para Smith (1996) itens com este padrão de ajuste ao modelo deveriam ser omitidos da escala. Linacre (2015 *apud* ARYADOUST; GOH, 2009) também afirma que itens com valores de *outfit msq* acima de 2 são potencialmente problemáticos. Quanto aos valores de *infit msq*, tanto Eckes (2015) quanto Smith (1996) apontam que valores perto de 1 tanto para *infit msq* quanto para *outfit msq* sugerem um bom ajuste ao modelo, por isso boa qualidade da medida. Linacre (2015 *apud* Aryadoust; Goh, 2009) afirma que os valores deveriam variar entre 0.5 e 1.5, valores abaixo de 0.5 deveriam ser investigados. Destacam-se pelos valores de *infit msq* satisfatórios, os itens *fluência*, *adequação gramatical*, *adequação lexical*, *competência interacional* e *pronúncia*. Um pouco mais distante de 1 encontra-se *compreensão*.

item	chisq	df	p-value	outfit msq	infit msg	outfit T	infit T
compreensão	2113.120	898	0.000	2.351	1.386	4.22	5.61
competência interacional	1172.627	898	0.000	1.304	1.114	3.67	2.20
fluência	652.512	898	1.000	0.726	0.737	4.72	-
ad. gramatical	672.765	898	1.000	0.748	0.744	5.65	-
ad. lexical	561.217	898	1.000	0.624	0.605	9.00	-
pronúncia	1041.879	898	0.001	1.159	1.132	3.16	2.71

Legenda:chisq: *chi-square* ou qui-quadradodf: *degree of freedom* ou grau de liberdade

p-value: valor-p

outfit msq: *unweighted mean-square* ou quadrado médio não ponderadoinfit msg: *weighted mean-square* ou quadrado médio ponderadooutfit T: *unweighted t statistics* ou estatística de ajuste t não ponderadainfit T: *weighted t statistics* ou estatística de ajuste t ponderada

TABELA 3 – Parâmetros de ajuste de item

Fonte: Elaboração própria.

Com o objetivo de oferecer informações que complementam a análise de ajuste por item e levantar hipóteses sobre os resultados acima descritos, apresento abaixo as curvas de características dos itens da escala da prova oral do exame Celpe-Bras, buscando relacioná-las com a forma como os itens são descritos na grade analítica.

3.2 Breve explicação sobre as medidas analisadas nas curvas de características dos itens

Retomando as potencialidades de análise dos itens politômicos pelo Rasch, Eckes (2015) afirma que a qualidade de uma escala pode ser avaliada a partir dos valores de *thresholds*. Os valores de *threshold* dizem respeito ao intervalo entre as faixas de classificação dispostas no gráfico da curva de informação do item que geram a altura das linhas e a distância entre elas. Eckes (2015) defende que o intervalo entre os valores de *threshold* deveria ser homogêneo. Na perspectiva de Eckes (2015), o aspecto visual da faixa avançado, por exemplo, para todos os itens de uma mesma escala deveriam ser similares ou correspondentes. A eficiência com a qual a escala de avaliação diferencia os diversos perfis de desempenho esperados pode ser investigada também a partir da análise da relação da medida *dificuldade do item*. Eckes (2015) explica que uma boa escala distingue ou discrimina com eficiência todos os níveis de proficiência. No nosso caso, seria o mesmo que esperar que um examinando que tivesse tirado uma nota 3 em *adequação lexical* também tirasse uma nota 3 ou próxima em *compreensão* e nos demais itens.

No entanto, pensando na natureza da habilidade oral e sua relação com a situação de avaliação oral do Celpe-Bras, pode ser que um item seja útil para discriminar faixas mais altas e outro item, as faixas mais baixas de proficiência. A expectativa deve ser de que a escala como um todo consiga

discriminar tanto examinandos de baixa quanto de alta proficiência. Mais importante do que a homogeneidade entre os valores de *thresholds* e de *dificuldade do item* de cada item específico é a homogeneidade da escala como um todo. Ao compor uma escala única, a partir de todas as informações que cada item gera individualmente, a curva de informação da prova oral deveria nos informar que como um todo o conjunto de itens são eficientes ao discriminar diferentes perfis de habilidade que se pretende medir por meio do exame.

A diferença entre as notas e sua implicação na eficiência de discriminação dos examinandos ao longo das faixas das escalas tem como ser verificada a partir da análise dos valores que o Rasch denomina de *category threshold values*. *Category threshold values* é um intervalo estabelecido entre dois valores na métrica da habilidade estimada empiricamente pelo modelo. Eckes (2015) sugere que os valores de *thresholds* entre uma faixa de certificação ou categoria de resposta e outra devam ter um intervalo de 1.4 pontos e não mais que 5 pontos na escala de proficiência ou *Latent Dimension*, como está escrito nos gráficos apresentados a seguir. O autor explica também que quando os *thresholds* estão muito próximos na escala da proficiência, as faixas são menos discriminantes do que deveriam ser. O intervalo da categoria de resposta informa o perfil de examinandos que a categoria abarca.

3.3 Curva de característica do item *compreensão*

Na Figura 1, apresento a curva de característica do item *compreensão*. Este subcomponente é descrito na escala quanto à compreensão ou não da fala do avaliador-interlocutor e quanto à necessidade ou não de repetição de alguma ideia³. O eixo horizontal refere-se à escala de proficiência do examinando. O eixo vertical se refere aos valores de probabilidade dos examinandos de serem classificados nas categorias analisadas, sendo a *categoria 0* correspondendo ao nível *sem certificação* ou *básico*, a *categoria 1*, *intermediário* e, assim por diante, conforme a tabela 2. As curvas no gráfico representam as categorias ou notas atribuídas que correspondem às faixas de certificação do exame. As curvas estão organizadas de maneira a informar a probabilidade para diferentes perfis de habilidade dos examinandos, representados no eixo horizontal, de estar em uma ou outra categoria, ou seja, de ter tirado uma determinada nota no item avaliado, no caso a *compreensão*.

3 Para acessar as grades de avaliação, acesse o Documento-base do exame Celpe-Bras em : http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6939071

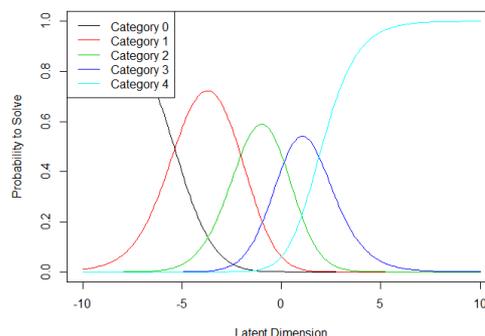


FIGURA 1 - Curva de característica do item *compreensão*
 Fonte: Elaboração própria.

Quando analisamos a Figura 1, as curvas referentes às categorias, notas ou faixas de proficiência do item *compreensão* estão organizadas mais à esquerda na métrica da habilidade ou *Latent Dimension*. Isso significa que, de maneira geral, o item *compreensão* discrimina examinandos com baixa proficiência ou, dizendo de outra forma, que o parâmetro *compreensão* é pouco eficiente para discriminar examinandos entre as faixas *intermediário superior*, *avanzado* e *avanzado superior*, por exemplo. A distância da interseção entre as categorias 0 e 1 é de 3 pontos na escala de proficiência. A distância da interseção entre as categorias 1 e 2 e o encontro das categorias 2 e 4 é de 2 pontos, sugerindo que o item discrimina melhor os examinandos com proficiência baixa, que corresponde aos valores entre -6 e valores próximos de 1 do eixo horizontal da escala da habilidade. A partir do valor 2, na escala dos valores de proficiência, os examinandos tendem a tirar nota máxima em *compreensão*.

Explicando de outra maneira, *compreensão* não distingue a proficiência oral de examinandos medianos dos que apresentam alta proficiência. Um examinando com valor de habilidade 1.5, no eixo horizontal, tem mais probabilidade de estar na categoria 5 do que na 3, por exemplo. Outra observação a se fazer é que o item *compreensão* pouco discrimina as categorias 2 e 3 que representam as faixas *intermediário superior* e *avanzado*, respectivamente, quando comparamos os valores que correspondem à discriminação entre as categorias 0 e 1, *sem certificação* ou *básico* e *intermediário*. Ao buscar uma explicação na forma como a habilidade de *compreensão* está descrita na escala, percebe-se que as notas 0 e 1 se referem a examinandos que têm muitos ou sérios problemas de *compreensão* da fala do avaliador-interlocutor. As faixas superiores se referem aos que compreendem o interlocutor. Na grade, diferenciam-se os níveis mais altos pela frequência das necessidades de repetição da fala do interlocutor, sendo que na faixa *intermediário* está previsto que o examinando possa eventualmente pedir para que o avaliador repita algo e, nas faixas *avanzadas*, que ele peça raramente ou só algumas vezes. A partir da análise, concluo que avaliar a *compreensão* descrevendo-a quanto à frequência de necessidade de repetição não é eficiente para diferenciar a *compreensão* de examinandos que apresentam altos níveis de proficiência no contexto da situação de avaliação oral do Celpe-Bras. Essa falta de homogeneidade ao diferenciar diferentes perfis de habilidade pode explicar o baixo desempenho deste item nos testes de ajuste apresentados no começo da análise. A informações da curva reforçam a importância da revisão deste item, especialmente no que diz respeito à

reformulação da tarefa, ou ainda à retirada do item *compreensão* da grade analítica, da forma como está. Discuto mais sobre isso adiante.

3.4 Curva de característica do item *competência interacional*

Na Figura 2, apresento a curva de característica do item *competência interacional* que de forma geral é descrita na grade quanto à autonomia para desenvolver a fala ou uso de respostas breves e a frequência de uso de estratégias para compensar a falta de algum recurso linguístico. Assim como na Figura 1, o eixo horizontal refere-se à escala de habilidade do examinando, estimada empiricamente a partir do conjunto de notas e o eixo vertical se refere à escala de valores de probabilidade dos examinandos com determinados valores de proficiência poderem estar nas categorias analisadas, a depender da localização das curvas que representam as categorias de resposta ao item *competência interacional*. A faixa que representa *avançado superior* do item *competência interacional* alcança valores maiores no eixo horizontal, quando comparado à curva de característica do item *compreensão*. Posso inferir que a nota 5, *avançado superior*, em *competência interacional* representa examinandos mais proficientes, quando comparamos com a nota 5, *avançado superior*, de *compreensão*. Ao traçar uma reta paralela ao eixo da habilidade na altura onde as curvas se encontram, ou seja, nos pontos determinados pelos valores de *thresholds*, que indicam onde os examinandos com um determinado valor de proficiência podem estar em uma faixa ou outra superior, é possível avaliar o quanto cada categoria é eficiente do ponto de vista da discriminação. A distância da interseção entre as categorias 0 e 1 é de 4 pontos aproximadamente na escala da proficiência. A distância da interseção entre as categorias 1 e 2 e das de 2 e 3 é de aproximadamente 2,5 pontos, ou seja, a distância entre os pontos de interseção, *thresholds*, das categorias medianas (1, 2 e 3) são mais homogêneas, quando comparadas ao padrão de distâncias do gráfico da *compreensão*. O item *competência interacional* discrimina melhor os examinandos com proficiência mediana, entre -3 e valores próximos de 7 na métrica do eixo horizontal. Dizendo de outra forma, a escala que se refere ao item *competência interacional* discrimina melhor as categorias medianas que representam as faixas *intermediário*, *intermediário superior* e *avançado* do que o item *compreensão*. A partir do valor 7, na escala dos valores de proficiência, os examinandos têm 100% de chance de tirar nota máxima em *competência interacional*, ou seja, para examinandos que apresentam uma proficiência acima de 7, na escala de proficiência representada no eixo horizontal, o item *competência interacional* não gera informações novas sobre a proficiência do examinando. Uma hipótese para o bom desempenho do item para discriminar diversos perfis é a forma como a *competência interacional* está descrita: desenvoltura e autonomia são descrições reservadas às faixas avançadas; e respostas breves, às faixas intermediárias. Pressupõe-se pela descrição da grade, que o uso de estratégias, quando necessário, está relacionado às faixas superiores. Seria interessante que outros estudos pudessem explicar qual dessas informações sobre a *competência interacional* mais influencia o comportamento do avaliador na hora de atribuir

a nota. Os dados sugerem que os turnos de fala descritos como resposta breve em oposição à autonomia e desenvoltura possam ter influenciado mais nesta atribuição do que frequência de uso de estratégias para resolver problemas linguísticos, que é um outro aspecto avaliado também.

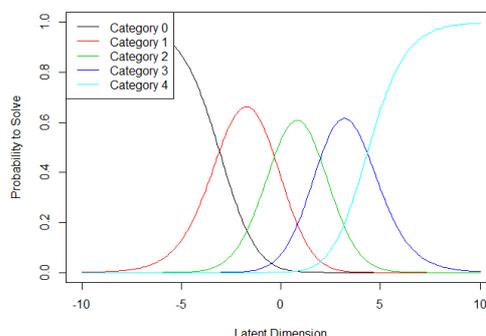


FIGURA 2- Curva de característica do item *competência interacional*
Fonte: Elaboração própria.

3.5 Curva de característica do item *fluência*

Na Figura 3, disponho a curva de característica do item *fluência*. Na grade, a *fluência* está relacionada à frequência com que pausas ou hesitações estão associadas aos problemas de construção linguística. A interrupção eventual está prevista para os níveis avançados. Para os níveis intermediários, os examinandos podem interromper sua própria fala algumas vezes ou frequentemente. Nos níveis não certificados são previstos fluxos de fala em outras línguas e pausas que exigem muito esforço do avaliador para que eles possam compreender a conversa. Pelo gráfico, posso dizer que o item *fluência* assemelha-se às características do item *competência interacional*. Assim como *competência interacional*, *fluência* discrimina melhor os examinandos com valores medianos de habilidade, entre -3 e valores próximos de 7 na métrica do eixo da dimensão latente. Tanto o item *fluência* quanto o item *competência interacional* discriminam melhor as categorias medianas que representam as faixas *intermediário*, *intermediário superior* e *avançado* quando comparados ao item *compreensão*. Uma observação a se fazer é com relação à distância entre os pontos de interseção das categorias 2 e 3. A distância entre os valores de *threshold* dessas duas categorias apontam para uma capacidade um pouco melhor de discriminação entre as notas 3 e 4, faixas *intermediário superior* e *avançado*, quando comparadas ao item *competência interacional*. Ou seja, a nota de *fluência* diferencia mais examinandos entre as faixas *intermediário superior* e *avançado* do que a nota de *competência interacional*. Ao analisarmos a forma como o item é descrito na grade, a análise sugere que descrever a fluência como sem interrupção ou poucas interrupções pode não ser suficiente para separar o avançado do avançado superior. Porém, um aspecto muito positivo deste item é o quão bem ele separa as faixas intermediárias das avançadas, pode ser que descrever a frequência de pausa e de interrupções no fluxo da conversa com “algumas pausas” “poucas

interrupções” para o *avançado* e “frequentes” pausas e “algumas interrupções” em *intermediário superior* explique a eficiência para separar as faixas. Pode ser que a frequência de pausas seja uma informação saliente na hora de atribuir a nota. A frequência de pausas é uma questão que mereceria ser investigada em futuros trabalhos.

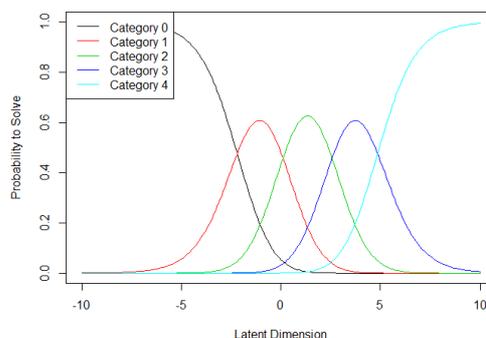


FIGURA 3 - Curva de característica do item *fluência*
Fonte: Elaboração própria.

3.6 Curva de característica do item *adequação lexical* e *adequação gramatical*

A partir daqui analiso itens que estão mais relacionados à competência linguística (BACHMAN, 1990). Como na Figura 4 e 5 da curva de característica dos itens *adequação lexical* e *adequação gramatical* são semelhantes, tratarei deles juntos, buscando explorar como eles se relacionam. Ao analisarmos a distância entre os pontos de interseção, verifica-se que ambos os itens discriminam examinandos de perfis de proficiência elevada, trata-se de uma grande novidade em termos de propriedade destes itens.

O valor de *threshold* que corresponde à categoria 4, *avançado superior*, é de aproximadamente 7.25 pontos na escala de habilidade para ambos os itens, ou seja, *adequação lexical* e *adequação gramatical* discriminam da mesma forma os examinandos com habilidade alta, representados pelos valores entre 7.3 e 9 pontos na escala da dimensão latente. Retomando a definição de *Category threshold values*, a medida se refere ao intervalo estabelecido entre dois valores na métrica da habilidade estimada empiricamente pelo modelo, dispostas no eixo horizontal, e representam o encontro entre duas categorias ou faixas ou notas. Tais pontos, que determinam a área do gráfico, referem-se à probabilidade de um examinando estar em uma das duas categorias cujas curvas se cruzaram. Quando mais largo for o intervalo, mais perfis de examinandos poderão ser classificados no intervalo que corresponde a uma determinada categoria; quanto mais estreito, menos perfis. O valor para *Category threshold values* das faixas *avançado* e *avançado superior* é de 3.3 pontos na escala. O mesmo parâmetro para o item *adequação gramatical* é de 3.5 pontos na escala para as faixas *avançado* e *avançado superior*. Tomando como referência que o intervalo não deve ser menor que 1.4 nem maior que 5, sugerido por Eckes (2015), o intervalo dos itens é adequado e, mais que isso, contribui

para diferenciar examinandos com perfil de habilidade alta, que até então os outros itens analisados, *compreensão*, *competência interacional* e *fluência*, se mostraram ineficientes ao fazê-lo. A categoria 3, que representa a nota 4, associada à faixa *avançado* da escala do exame, em ambos os itens é mais larga quando comparada aos outros itens do exame, por isso, a *adequação gramatical* e a *adequação lexical* são os itens que melhor discriminam entre os examinandos *avançado* e *avançado superior*.

Além disso, o valor de *threshold* que corresponde à categoria 4, *avançado*, de *compreensão* é 1.89594, *competência interacional*, 4.33582, *fluência*, 4.85844, *adequação lexical*, 7.25356, *adequação gramatical*, 7.25199. Quanto menor esse valor, maior probabilidade do item classificar examinandos de baixa habilidade na faixa *avançado*. Examinandos classificados no perfil próximos ao valor 7.25, provavelmente com proficiência mais avançada, apresentam alta probabilidade de serem classificados com nota 5 apenas nos itens *adequação lexical* e *adequação gramatical*, ao passo que examinandos localizados próximos ao valor 1.89594, pouca proficiência linguística, já tirariam nota 5 no item *compreensão*. Essa é uma informação importante revelada na análise, uma vez que apenas esses dois itens, justamente os que se referem à competência linguística, são os responsáveis por garantir que a escala da nota analítica seja homogênea para faixas mais elevadas. Discuto melhor este dado ao final da análise.

A diferença entre *adequação lexical* e *adequação gramatical* está nos valores das categorias 1 e 2, que estão relacionados às faixas *intermediário* e *intermediário superior*. A distância entre os pontos de interseção da categoria 2 é menor para o item *adequação lexical* quando comparado ao da *adequação gramatical*. No item *adequação lexical*, o intervalo da categoria de respostas das categorias 1 e 3 é maior que a categoria 2, ou seja, a distância entre as interseções da categoria 2 com outras categorias é mais estreita. Isso quer dizer que o item *adequação lexical* discrimina ainda melhor que *adequação gramatical* os examinandos cuja proficiência é alta, uma vez que as categorias que representam essas faixas são menores no gráfico 04 em relação ao 05, pois cabem um espectro menor de perfis de examinandos. O fato de o intervalo entre a categoria de respostas das categorias 1, *intermediário*, e 3, *avançado*, ser maior que a categoria 2, *intermediário superior*, sugere que os descritores da faixa *intermediário superior* possam descrever um uso de estruturas lexicais que, na prática ou no contexto do exame, é pouco frequente. Segundo a grade analítica, a descrição da adequação lexical para *intermediário superior* se refere ao uso de “vocabulário adequado para discussão de tópicos do cotidiano e para a expressão de ideias e opiniões sobre assuntos variados. Algumas interferências de outras línguas, com ocasional comprometimento da interação.” (BRASIL, 2019). Os descritores do nível *avançado* se referem ao uso de “vocabulário amplo e adequado para discussão de tópicos do cotidiano e para a expressão de ideias e opiniões sobre assuntos variados. Poucas interferências de outras línguas”. Parece provável que os avaliadores-observadores estejam tendo dificuldades de diferenciar um uso de vocabulário *amplo e adequado* do uso *adequado* e com *algumas interferências* ou com *poucas interferências* que caracterizam a diferença entre as faixas *intermediário superior* e *avançado*, a partir das descrições na grade. No entanto, o que diferencia o *avançado superior* do *avançado* é “raras interferências em outras línguas” de “poucas interferências em outras línguas”, respectivamente. Parece que a avaliação de interferência de outras línguas, como o

portunhol, no contexto de uso do léxico seja algo saliente para os avaliadores-observadores ao escolher entre as faixas avançadas. Retomando a explicação das elaboradoras, temos que “o conhecimento de regras de comunicação e de formas que sejam não apenas gramaticalmente corretas, mas socialmente adequadas” (DELL’ISOLA *et all.* 2003, p.155). Até que ponto seriam as interferências lexicais, como o portunhol, formas linguísticas socialmente inadequadas para o contexto do exame? Outras pesquisas se fazem necessárias para discutir a questão do hibridismo linguístico no contexto de avaliações de larga escala.

No que diz respeito à forma como a adequação gramatical é descrita, avalia-se o uso variado de estruturas e também as suas inadequações. Pela forma como o item é descrito na grade, nas faixas avançadas e na intermediário-superior o uso variado de estruturas parece ser uma evidência comum para examinandos de alta proficiência, porém o que os diferencia é a frequência de inadequações. Como o item não é muito eficiente para discriminar as faixas avançado do avançado superior, pode ser que ao interpretar o desempenho oral, os avaliadores não diferenciem um desempenho com “poucas inadequações em estruturas complexas”, descritor do avançado; do que apresentou “raras inadequações”, descritor do avançado-superior. Se atentarmos sobre os descritores dos níveis avançados, percebe-se que quando se trata de avaliar a gramática utiliza-se “inadequações” e quando se trata do vocabulário utiliza-se “interferência”, esta diferença na forma como os itens são descritos pode explicar porque o item *adequação lexical* tem uma performance um pouco melhor para diferenciar os examinandos avançados, seria a interferência algo mais saliente, mais perceptível para quem está avaliando a interação oral de examinandos mais proficientes? Por que a opção de descrever os itens lexicais da língua quanto a sua “interferência” e não “inadequação”? Se na grade sobre o item adequação lexical, no lugar de “interferências” estivesse a palavra “inadequações”, o item teria demonstrado a mesma eficiência para separar o examinandos potencialmente entre os níveis *avançado* e *avançado-superior*? Outra hipótese diz respeito à tarefa em si, como os examinandos são provocados a falar sobre temas diversos, pode ser que o avaliador disponha de mais evidências para avaliar o uso diversificado de vocabulários do que o uso variado de estruturas gramaticais.

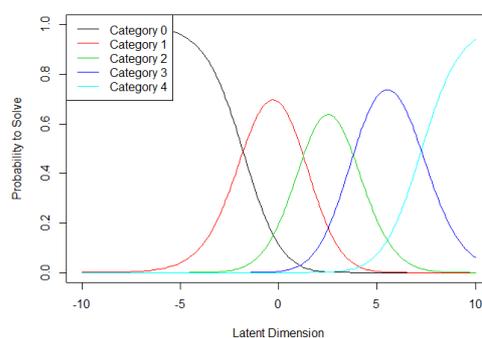
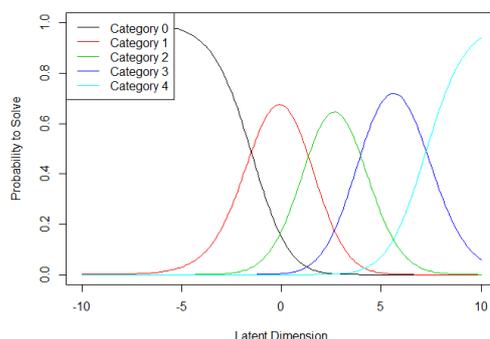


FIGURA 4 - Curva de característica do item *adequação lexical*

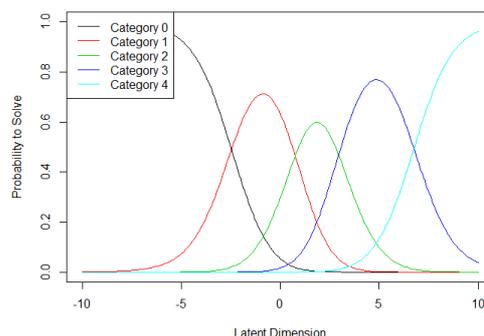
Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 5 - Curva de característica do item *adequação gramatical*

Fonte: Elaboração própria.

3.7 Curva de característica do item *pronúncia*

O item *pronúncia* apresenta uma curva de característica mais próxima daquelas dos itens *adequação lexical* e *adequação gramatical*, do que dos três itens inicialmente analisados. Em *pronúncia*, avalia-se o quão adequado é o som, a entonação e o ritmo da fala do examinando. A *pronúncia* é um item que discrimina melhor os examinandos cujo valor da proficiência é acima de 2 pontos na escala, aproximadamente. Assim como a categoria 2 do item *adequação lexical*, a categoria 2 do item *pronúncia* apresenta a menor distância entre os pontos de interseção da escala, pois a categoria está também espremida entre outras categorias. A faixa *intermediário* está pouco definida para os itens *adequação lexical* e *pronúncia*. Ou, dizendo de outra forma, o intervalo da categoria de resposta é de 2,2 pontos aproximadamente, ainda que esteja próximo à sugestão de Eckes (2015) para quem o intervalo tem que ser menor que 5 e maior que 1,4 pontos, em comparação com o padrão de intervalos entre os pontos de interseção das curvas, a categoria 2 ou nota 3, *intermediário superior* (curva verde), parece estar espremida entre as outras curvas. DeMars (2010) afirma que uma hipótese possível para explicar o fato de alguma categoria estar espremida entre duas outras, seja a de os descritores se referirem a algo que não é muito frequente na prática. No caso da *pronúncia*, parece provável que os avaliadores entre as notas 2, 3 e 4 optem pelas notas 2 ou 4, poucos atribuem nota 3 para *pronúncia*. Entre uma *pronúncia* “com algumas inadequações e/ou interferências de outras línguas.”, “com inadequações e/ou interferências de outras línguas.” e “com inadequações e/ou interferências frequentes de outras línguas.”, que correspondem respectivamente aos descritores das faixas de avançado (nota 4), intermediário-superior (nota 3) e intermediário (nota 2) parece ser mais frequente classificar a *pronúncia* quanto às interferências frequentes ou ter interferências com algumas inadequações, alocando-os nas faixas avançado ou intermediário, ignorando a faixa intermediário-superior (nota 3). Sobre a avaliação da *pronúncia*, novamente a interferência de outras línguas, como o portunhol, parece estar pesando na hora de avaliar o desempenho do examinando.

FIGURA 6 - Curva de característica do item *pronúncia*

Fonte: Elaboração própria.

3.8. Mapa Rasch e a discussão integrada dos itens da escala analítica

Uma maneira de analisar como os itens contribuem com a escala analítica como um todo é analisando o Mapa Rasch que sumariza todas as informações das curvas de característica dos itens. O mapa organiza os perfis de habilidades dos examinandos e as características de cada um dos itens. Portanto, é possível observar que a distribuição dos examinandos na métrica da habilidade, ou variável latente, concentra-se entre os valores de 0 a 5, no topo do mapa. No eixo y, os números abaixo das bolinhas brancas representam a categoria; as bolinhas brancas são posicionadas a partir do valor de *threshold*. Pelas distâncias entre estes valores se pode avaliar a capacidade de discriminação das categorias em função dos valores de proficiência.

A figura do mapa apresenta um resumo de todas as análises do Rasch, com a relação entre proficiência dos examinandos em cada item, de maneira que é possível visualmente comparar todas as informações até agora apresentadas em gráficos separadamente. Na linha horizontal, no topo do mapa, está representada a distribuição dos examinandos a partir do cálculo da habilidade que é estimado pelo modelo. No eixo y estão organizados todos os seis itens de avaliação e cada uma das linhas se refere à informação de cada item que, por sua vez, está em função da escala de habilidade ou a métrica da variável latente, representada no eixo x. Nas linhas horizontais no interior do mapa, que se referem aos parâmetros de avaliação, os números 1, 2, 3 e 4 representam as categorias, ou seja, as faixas de certificação ou notas das escalas da prova oral do exame e a distância entre elas representa o intervalo entre os pontos de *threshold* que nos gráficos das curva de característica do item se referem à interseção entre as curvas.

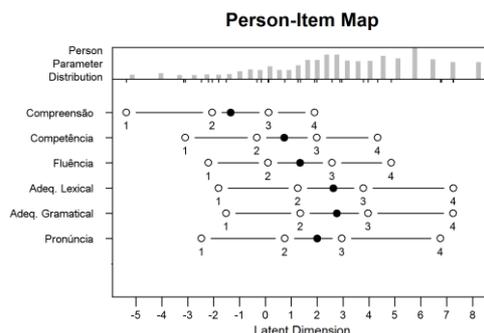


FIGURA 7 - Mapa do Rasch

Fonte: Elaboração própria.

Retomando o modelo da habilidade comunicativa proposto por Bachman (1990), teríamos os três primeiros itens ou subcomponentes da habilidade oral como parte da competência estratégica e os três últimos, da competência linguística. Os subcomponentes da competência linguística, nessa escala e nesse exame, apresentam medidas mais eficientes para diferenciar perfis mais altos da habilidade oral. De forma geral, os itens cujas linhas estão representadas no mapa mais à direita são os mais difíceis ou os que discriminam melhor os examinandos com proficiência mais alta. Salta aos olhos o deslocamento do item *compreensão*.

No contexto do exame, as habilidades são avaliadas de forma integrada, por isso a compreensão, assim como os demais aspectos da produção oral, são avaliados juntos na mesma situação e na mesma escala. No entanto, ao analisar as propriedades do item *compreensão* levanto diversos argumentos empíricos que sugerem que o item ou deva ser suprimido da escala ou deva ser feita uma grande revisão nos descritores e na tarefa ou situação de avaliação oral. Bachman (1990) afirma que o contexto de produção da linguagem interfere na interação entre os componentes da habilidade, por isso, acredito que a situação da prova oral seja insuficiente para avaliar o subcomponente *compreensão*, da mesma forma em que são avaliados os outros subcomponentes da habilidade oral, no que diz respeito à produção. Na situação da prova, está previsto que o examinando fale mais que o interlocutor, por isso, há mais evidências para avaliar a produção do que a compreensão oral. O examinando precisa apenas compreender algumas poucas perguntas colocadas pelo avaliador-interlocutor durante a interação. Se houvesse situações em que o examinando fosse desafiado a escutar falas com diversas complexidades de compreensão, talvez o item apresentaria outras propriedades. Uma hipótese possível para as propriedades desse item, apresentadas na análise, seria a de que a compreensão é um pressuposto para a interação oral no contexto da situação da prova oral, porque apenas examinandos com proficiência muito baixa tiram uma nota baixa nesse item. Ou seja, para demonstrar um desempenho adequado nas faixas mais altas de classificação poderíamos afirmar que a compreensão é um requisito.

Outros dois itens relacionados à competência estratégica (BACHMAN, 1990) são *competência interacional* e *fluência*, que apresentam um comportamento semelhante, mas quando comparados à *compreensão*, são mais difíceis. Ao analisar o mapa, posso inferir que os itens relacionados à

competência linguística tais como *adequação lexical*, *adequação gramatical* e *pronúncia* conseguem distinguir melhor as faixas *avançado* e *avançado superior*. Um pouco menos eficiente para distinguir as categorias 2 e 3 é o item *pronúncia*, a curta distância entre as bolinhas brancas em 2 e 3 reforçam esta interpretação, que já havia apresentado na análise da curva de característica do item *pronúncia*. As avaliações das não interferências de outras línguas e as adequações gramaticais e lexicais da fala do examinando no contexto da prova oral do Celpe-Bras são as que mais contribuem para diferenciar os níveis avançados. Embora Dell'Isola *et al.* (2003) tenham explicitamente afirmado que os conhecimentos da língua não seriam avaliados em questões isoladas para esse fim, após a análise das propriedades dos itens, a competência linguística é mais determinante para os examinandos que querem ser classificados em faixas mais elevadas do exame do que os subcomponentes da competência estratégica. Lembrando que os itens são avaliados dentro de um contexto de uso da língua, ou seja, a partir da interação oral entre examinando e avaliador-interlocutor avaliam-se as adequações linguísticas no que diz respeito à gramática, ao léxico e à pronúncia. Neste trabalho, discuti e levantei hipóteses para tentar explicar o funcionamento desses itens, levando em conta como o uso da gramática, léxico e pronúncia estão descritos na grade analítica. Outros estudos que explorem o comportamento do avaliador-observador ao atribuir notas podem contribuir para refutar ou explicar os dados e argumentos que sugerem que a competência linguística esteja mais relacionada às proficiências mais altas do que a competência estratégica, no contexto do Celpe-Bras.

4. Considerações finais

Neste trabalho busquei relacionar a proposta de avaliação da proficiência oral com as discussões teóricas sobre ensino e aprendizagem de línguas. O exame Celpe-Bras foi elaborado a partir das diretrizes teóricas da abordagem comunicativa cujo interesse é o uso da língua para produção e negociação de sentidos. Embora haja algumas propostas sobre a composição da competência comunicativa, pouco se discute sobre a integração entre seus subcomponentes. No contexto das avaliações de línguas, Bachman (1990) sugere que a interação entre os componentes da competência comunicativa é sensível às tarefas dos testes. Apoiando-se na proposta do autor, aproximo os itens *compreensão*, *competência interacional* e *fluência* à competência estratégica; e os demais itens, *adequação gramatical*, *adequação lexical* e *pronúncia*, à competência linguística. Tais itens, ou subcomponentes, compõem a grade analítica de avaliação da prova oral utilizada pelo avaliador-observador. Com o objetivo de estudar as propriedades desses itens e relacioná-las aos descritores da grade e à tarefa de avaliação oral, apresentei uma análise das medidas de dificuldade e discriminação de cada um dos itens.

Os três primeiros itens da grade analítica, ou seja, subcomponentes da competência estratégica, se mostraram eficientes para discriminar faixas intermediárias. O item *compreensão* foi o menos eficiente para discriminar examinandos após a primeira faixa certificada pelo exame, a *intermediário*.

Ou seja, é o item mais fácil da escala. *Competência interacional* se mostrou um pouco mais eficiente para discriminar as faixas *básico*, *intermediário* e *intermediário superior*. A nota de *fluência* diferencia melhor examinandos entre as faixas *intermediário superior* e *avançado* do que a nota de *competência interacional*. Os subcomponentes da competência linguística, os itens *adequação lexical*, *adequação gramatical* e *pronúncia* discriminam faixas de proficiências altas previstas pelo exame, embora cada item o faça de forma distinta. Tais itens são os mais difíceis da grade analítica. A análise apontou também a necessidade de revisão da faixa *intermediário* para os itens *adequação lexical* e *pronúncia*, sugerindo que seus descritores possam estar se referindo a algo que não é muito frequente na prática do contexto da avaliação oral do Celpe-Bras.

De maneira geral, a análise empírica das escalas de proficiência utilizadas para avaliação oral teve como pergunta de fundo a validade e a confiabilidade da escala analítica do exame Celpe-Bras que, no contexto deste trabalho, significa a capacidade de discriminação das faixas de proficiência. Ao avaliar separadamente cada item, a análise aponta que a nota de *compreensão* só é confiável ou eficiente quando se trata de examinandos com perfis baixos de certificação entre as faixas *sem certificação*, *básico* e *intermediário*. As notas medianas entre as faixas *intermediário* e *intermediário superior* são mais confiáveis quando atribuídas aos itens *competência interacional* e *fluência*, em comparação com o item *compreensão*. Notas altas ou que se referem às faixas *avançado* e *avançado superior* são confiáveis quando se trata da avaliação dos aspectos da *adequação lexical*, *adequação gramatical* e *pronúncia*.

A análise da curva de característica do item *compreensão* trouxe evidências de que a maneira como a compreensão oral está sendo avaliada precisa ser revista ou de que o item precisa ser suprimido da grade analítica. Há fortes indícios de que a compreensão, no contexto da situação da prova oral do Celpe-Bras, é um requisito para avaliação da produção oral dos examinandos.

Quanto à relação entre os resultados da análise e a forma como os itens estão descritos na grade, sugere-se que o tamanho do turno de fala seja o principal aspecto avaliado em *competência interacional* e quanta à *fluência*, as frequências de pausas. Os itens que se relacionam à competência linguística (*adequação lexical*, *adequação gramatical* e *pronúncia*) discriminam faixas de proficiências altas previstas pelo exame. Ao relacionar estes dados com a descrição da grade, pode ser que a não interferência de outras línguas, ou seja, o uso de um português menos híbrido ou o não portunhol, por exemplo, seja o aspecto mais saliente que possa estar influenciando na capacidade do item de diferenciar os examinandos avançados dos avançados superior. Outras pesquisas que investiguem o comportamento de avaliação poderiam trazer mais dados para a discussão das potencialidades e limites do portunhol e outros hibridismos linguísticos, no contexto desta prova. Verifica-se ainda a necessidade de revisão da faixa *intermediário* para os itens *adequação lexical* e *pronúncia*, sugerindo que seus descritores possam estar se referindo a algo que não é muito frequente na prática do contexto da avaliação oral do Celpe-Bras.

Concluo, a partir da análise, que a interação entre os subcomponentes da grade analítica da prova oral está diretamente relacionados com a situação de avaliação e com a forma como os subcomponentes estão descritos na escala, corroborando ainda mais com a hipótese de que a tarefa

interfere na forma como os subcomponentes da habilidade linguística interagem (BACHMAN, 1990). Neste trabalho, por meio de dados empíricos, tento costurar as relações entre os subcomponentes da habilidade oral. Uma das limitações da análise foi trabalhar com uma amostra aleatória, seria interessante que outras pesquisas replicassem a análise tendo como base um *corpus* formado por falantes de espanhol como primeira língua, por exemplo. O processo de atribuição de notas, especialmente no contexto da avaliação oral, é extremamente complexo. Ao avaliar a proficiência oral, variados aspectos estão em interação, impactando na maneira como os construtos são operacionalizados. Por isso, relacionar os construtos relacionados à proficiência oral com diversos perfis de avaliadores ou examinandos é uma das questões a serem exploradas em trabalhos futuros.

Espero ter contribuído para o debate sobre os subcomponentes da proficiência oral, em especial, no contexto do Celpe-Bras.

REFERÊNCIAS

ARYADOUST, V. S.; GOH, C. A Rasch analysis of an international English language testing system listening sample test. IN: 3 REDESIGNING PEDAGOGY INTERNATIONAL CONFERENCE, Anais.... Singapore, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros: Manual do Examinando*. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros: grades de avaliação da prova oral*. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Edital n. 1, de 28 de janeiro de 2016 - de abertura de inscrições do exame Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras/2016.1)*, 2016 Disponível em: http://download.inep.gov.br/outras_acoes/celpe_bras/legislacao/2016/edital_n1_de28012016_celpe_Bras_2016.1.pdf Acesso em: 04 set. 2017.

BACHMAN, L. F. *Fundamental considerations in language testing*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

CANAGARAJAH, S. Translingual practice as spatial repertoires: Expanding the paradigm beyond structuralist orientations. *Applied Linguistics*, Oxford, v. 39, n. 1, p. 31-54, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1093/applin/amx041>

CANALE, M. From Communicative competence to communicative language pedagogy. In: RICHARDS, J.; SCHMIDT, R. (Org.) *Language and Communication*. Londres: Longman, 1983, p. 2-27.

DELL'ISOLA, R.; SCARAMUCCI, M. R. V.; SCHLATTER, M.; JUDICE, N. A avaliação de proficiência em português língua estrangeira: o exame Celpe-Bras. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v.3, n. 1, p. 153-184, 2003.

DEMARS, C. *Item response theory: understanding statistics measurement*. Oxford: Oxford University press, 2010.

ECKES, T. *Introduction to many-facet rasch measurement: analyzing and evaluating rater-mediated assessments*. Frankfurt: PeterLang, 2015.

- FERREIRA, L. M. L. *Habilidades de Leitura na Proposta de Interação Face a Face do Exame CELPE-BRAS*. Dissertação Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- FULCHER, G. *Testing second language speaking*. Londres: Routledge, 2003.
- FULCHER, G.; DAVIDSON, F. *Language testing and assessment: an advanced resource book*. Routledge: New York, 2007. p. 91-114.
- JASPER, J. The transformative limits of translanguaging. *Language & Communication*. Elsevier, v. 58, p. 1-10, 2018. DOI: 10.1016/j.langcom.2017.12.001
- MAIR, P.; HATZINGER, R.; MAIER M. J. eRm: Extended Rasch Modeling. Versão 0.16-0. 2018. Disponível em: <http://r-forge.r-project.org/projects/erm/>. Acesso em: 01 mai. 2018.
- McNAMARA, Tim. *Language Testing*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- McNAMARA. Language Testing. In: DAVIES, A.; ELDER, C. *The handbook of applied linguistics*. Oxford: Blackwell, 2004, p. 763-778.
- MESSICK, S. *Validity*. Nova Jersey: Educational Testing Service Princeton, 1987.
- SCARAMUCCI, M. V. R. O Projeto Celpe-Bras no Âmbito do Mercosul: contribuições para uma definição de proficiência comunicativa. In: ALMEIDA FILHO, J.C.P (Org.) *Português para Estrangeiros: interface com o espanhol*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001, p.77-90.
- SZABÓ, G. *Applying Item Response Theory in Language Test item bank building*. Frankfurt: PeterLang, 2007.
- SCHOFFEN, J. R. *Gêneros do discurso e parâmetros de avaliação de proficiência em português como língua estrangeira no exame Celpe-Bras*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- SCHLATTER, M.; SCARAMUCCI, M. V. R.; PRATI, S. Celpe-Bras and CELU proficiency exams as political acts in Brazil and Argentina. In: ALTE 3rd - International Conference Cambridge 2008, 2008, Cambridge. *Programme of the ALTE 3rd - International Conference Cambridge 2008*. v. 1. p. 64-64, 2008.
- SMITH, R. M., Polytomous mean-square fit statistics, *Rasch Measurement Transactions*. v.10, n. 3, p. 516-517, 1996. Disponível em: <<https://rasch.org/rmt/rmt103a.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- VERGUTS, T.; BOECK, P. D; A note on the Martin-Lof test for unidimensionality. *Methods of Psychological Research - ONLINE*, v.5, n.1, 2000. Disponível em: <<https://www.dgps.de/fachgruppen/methoden/mpr-online/issue9/art4/Verguts.html>>. Acesso: 20 mai. 2018.

EXPERIENCE REPORT



OPEN ACCESS

EDITED BY

- Luiz Amaral (UMASS)
- Ricardo de Souza (UFMG)
- Thaís Maíra de Sá (CEFET-MG)

REVIEWED BY

- Mailce Mota (UFSC)
- Janaina Weissheimer (UFRN)

ABOUT THE AUTHORS

- Ana Flavia Boeing Marcelino
Conceptualization, Data Curation, Formal Analysis, Research, Methodology, Project Management, Visualization, Writing - original draft.
- Raquel Carolina de Souza Ferraz D'Ely
Conceptualization, Methodology, Project Administration, Resources, Supervision, Visualization, Writing - analysis and editing.

DATES

- Received: 30/10/2020
- Accepted: 17/12/2020
- Published: 23/12/2020

HOW TO CITE

Marcelino, A. F. B.; D'Ely, R. C. S. F. (2020). Analyzing the oral performance of Portuguese as a Host Language speakers through the Outcome Achievement measure. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 825-851, 2020.

Analyzing the oral performance of Portuguese as a Host Language speakers through the Outcome Achievement measure

Ana Flavia Boeing MARCELINO

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Raquel Carolina de Souza Ferraz D'ELY

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

ABSTRACT

The teaching of Portuguese as a Host Language has faced many challenges since its establishment as part of the field of Portuguese as a Foreign Language, mainly for presenting specificities unknown to the teachers and researchers in the field (GROSSO, 2010; DEUSDARÁ; ARANTES; BRENNER, 2018). Among these challenges are the methods employed to analyze the oral performance of the Host Language speakers. With this in mind, this report aims at discussing the evaluation of the oral performance of adult immigrants, beginner students of Brazilian Portuguese as a Host Language, based on two descriptive scales of the measure of Outcome Achievement, a multifaceted measure that looks, mainly, at pragmatic aspects of language use in tasks whose main focus is the communicative outcome of the performance. Even though the proposal of criteria that compose the measure of *Outcome Achievement* is based on the interpretation of raters, which might bring incongruences to the evaluations, the measure presents an alternative to evaluating oral performance in contrast with other more traditional measures. In conclusion, the employment of the Outcome Achievement measure to analyze oral performance in tasks to teach Portuguese as a Host Language brings aspects that are

inherent to this context of teaching, taking into account the immediate objectives of language use of the immigrant population.

RESUMO

O ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) tem enfrentado inúmeros desafios desde seu estabelecimento como parte da área do ensino de Português como Língua Estrangeira, por apresentar especificidades desconhecidas até então por professores e pesquisadores da área (GROSSO, 2010; DEUSDARÁ; ARANTES; BRENNER, 2018). Dentre estes desafios estão os métodos de avaliação empregados para medir o desempenho oral dos falantes da língua de acolhimento. Com este cenário em vista, este relato tem o objetivo de discutir a avaliação do desempenho oral de estudantes adultos imigrantes, aprendizes iniciantes de Português como Língua de Acolhimento na variante brasileira, com base em duas escalas da medida *Outcome Achievement*, uma medida multifacetada que olha, principalmente, para aspectos pragmáticos do uso da língua em tarefas onde o foco principal é o resultado comunicativo do desempenho. Apesar de a proposta de análise dos critérios que compõem a medida *Outcome Achievement* se basear na interpretação de avaliadores, podendo trazer incongruências nas avaliações, a medida apresenta uma alternativa a métodos de avaliação do desempenho oral que se baseiam em medidas mais tradicionais. Conclui-se que o emprego dessa medida à análise do desempenho oral em tarefas para o ensino de português como língua de acolhimento abrange aspectos inerentes a este contexto de ensino, levando em consideração os objetivos imediatos de uso da língua da população imigrante.

KEYWORDS

Portuguese as a Host Language. Evaluation methods. Oral performance. Outcome Achievement.

PALAVRAS-CHAVE

Português como Língua de Acolhimento. Método de avaliação. Desempenho oral. *Outcome Achievement*.

Introduction

The teaching of Portuguese as a Host Language has increased in importance in the latest years and it became an urgent matter for research to embark on investigating the processes taking place in these classrooms. Although it is of common knowledge that the teaching of Portuguese as a Host Language can be inserted alongside other specific contexts of teaching under the umbrella field of Portuguese as a Foreign Language, the Host context brings its specificities to the discussion of how to teach and evaluate language learning, which has not been addressed by the broader area yet (JENSEN, 2002; LOPES, 2009; DEUSDARÁ; ARANTES; BRENNER, 2018).

Among the specificities brought by the teaching of Portuguese as a Host language is a necessity for specialized teachers, for personalized teaching materials (SILVEIRA; XHAF AJ, 2020), and consequently for adequate techniques and methods for analyzing the language development of the speakers in this context. These aspects have to be coherent with the students' context of learning and, primarily, with their learning objectives. However, the tradition in the field of language learning, concerning the evaluation of language development has been strongly connected to standardized tests that look mainly at structural elements of language which might not be the most appropriate approach to the Host Language context – though some important changes have happened in the recent years (LONG, 2015), with the advance of proficiency tests and scales that are more function-oriented instead of grammar-based.

Teaching Portuguese as a Host Language (PHL) involves understanding that the population in focus is composed of immigrants and refugees that have been forcibly displaced¹ from their home countries and are looking for establishing in Brazil for a new life. Therefore, the immediate needs of this population concerning language learning should consider the situations of immediate adaptation to the ways of living in the new country (GROSSO, 2010). In this matter, research in the field has lacked a careful consideration of how to prepare and evaluate language performance considering these populations' immediate communication needs.

Having in mind this context's needs for tailored syllabuses that meet the population's communication needs and, consequently, evaluates their performance accordingly, this study aims at presenting an alternative way of assessing students' oral performance in tasks in the context of PHL for beginners in Brazil. We aim at assessing students' oral performance not through the well-known CALF measures but adopting the measure of Outcome Achievement (based on FARIAS, 2018), which is a multifaceted construct, that does not rely solely on vocabulary use, or grammatical accuracy, for instance, but instead has a strong concern for meaning and contextual elements that may dictate the adequacy of the vocabulary or grammar to be used. This article reports on the process of designing and implementing two oral tasks, and two descriptive scales for Outcome Achievement which were, in turn, designed to meet the characteristics of these two oral tasks.

¹ For the purposes of this article, the terms immigrants, refugees, and forcibly displaced people are used interchangeably, although we understand that they might hold different legal and social statuses.

This article is organized as follows. First, we present an overview of the fields of Portuguese as a Host Language and the traditions in evaluating oral language performance in tasks. Then, we describe the method employed to gather data for the study, focusing on the population's characteristics and the steps followed to first, implement the two tasks in a classroom setting; second, design the two Outcome Achievement descriptive scales; and finally, implement it for analyzing the participants' oral performances. To conclude, we bring the results of the performances in the two tasks and suggest further steps to investigate the measure.

1. Portuguese as a Host Language and the traditions of oral language assessment of performance in tasks

In order to analyze the proposal of a recently conceptualized measure, as is the Outcome Achievement, it is key to look at the traditions in research that have been using different measures to analyze performance, and specifically, in this case, oral language performance. To do so, it is important to look at performance having in mind the context of teaching and learning to which the measure is being proposed here. Therefore, this section is organized to, first, bring an overview of the context of Portuguese learning and teaching as a Host Language; and second, present the background of studies that inform the analyses of oral language performance.

The concept of Host Language has been frequently addressed by some researchers (GROSSO, 2010; LOPEZ, 2018; OLIVEIRA; SILVA, 2017) to debate the recent migration movements taking place in all parts of the world. Although migration has been a common phenomenon throughout the history of humanity, some would say that the last years could be subscribed as “the biggest migration crisis of all times” (DEUSDARÁ; ARANTES; BRENNER, 2018, p. 3228, our translation). According to the United Nations High Commissionaire for Refugees' (UNHCR) 2018 report, 68.5 million people around the world had been recently forced from their homes, which, according to the report, represents the highest levels of displacement on record ever witnessed. Moreover, also according to UNHCR, about 85% of the world's displaced people are in developing countries, such as Brazil.

As a consequence, this growing number of immigrants who have seen Brazil as an alternative place in which they can rebuild their lives has caused important changes in the profile of the population in need to speak Portuguese. The urge to understand the specificities of this population has been growing and it has shown the field's need for language teaching and learning practices that fit this population best. It has been perceived that the tools available, usually used for the teaching of Portuguese as a Foreign Language, do not fit this population's communication needs in the first moments of welcoming in the new country (DEUSDARÁ; ARANTES; BRENNER, 2018).

The need to develop initiatives to assist the immigrants in the societies to which they move is urgent, once the situation of forcibly displaced people highlights necessities related to legal affairs,

housing and working issues, and even more urgent matters nowadays such as access to the health systems, taking into consideration the COVID-19 pandemic. And in all these matters, language is a key aspect that may help or hinder the adaptation of forcibly displaced people to their new home.

In this context, speaking Portuguese is not only a matter of being proficient in interacting with native speakers of the target language in diverse situations; it is a matter of being proficient in solving particular and immediate necessities. According to Grosso (2010), the Host Language concept is linked to the host context and the migratory context. It is generally composed by an adult audience, who might learn Portuguese “due to different contextual needs, often linked to the resolution of urgent survival issues, in which the host language has to be the link of affective (bidirectional) interaction as the first form of integration (in linguistic immersion) to a full democratic citizenship” (GROSSO, 2010, p. 74, our translation).

Arantes, Brenner and Deusdará (2016) also highlight the idea that the “teaching of a host language to refugee youths and adults presents specificities that are not the same as those of foreign language teaching” (p. 1202 *apud* DEUSDARÁ; ARANTES; BRENNER, 2018, p. 3229, our translation) and due to this fact, many of the traditional approaches to teaching and learning a language might not consider aspects that are crucial to this context. One example is the fact that this population might not aim at developing the most accurate speaking skills in the short term, but instead might aim to learn enough Portuguese that could guarantee effective communication in the city hall, with the Federal Police department, with health professionals and other situations that are of an immediate necessity to them (MARCELINO, 2020).

Accordingly, teachers and researchers should find alternatives to prepare the learners of Portuguese as a host language to perform in these situations and to assess their performances in order to develop their oral skills globally, but also giving special attention to those specific communication needs.

In this aspect, we have seen a growing number of studies that have addressed the teaching of Portuguese as a Host Language, presenting options of practices that allow for a focus on the communication needs of this population, as is the case of studies in the field of Task-Based Language Teaching (TBLT) (SILVEIRA; XHAF AJ, 2020; MARCELINO, 2020; LOPEZ, 2016; 2018; CURSINO; ALBUQUERQUE; FIGUEIREDO SILVA; GABRIEL; ANUNCIACÃO, 2016, to cite a few recent studies).

What we need to know about TBLT now, considering the purposes of this article, is that at its core is the idea that people use language to plan, perform and recall the activities done in the “real-world” (LONG, 2015) – meaning the world outside the classroom walls. The language classroom, therefore, assumes this functional perspective for the use of language bearing in mind the *communicative purpose/objective* of the interactions that take place in the everyday life. According to Long (2015), the tasks are the units of “analysis throughout the design, implementation, and evaluation” (p. 6) of a language course, and consequently, its evaluation should be coherent to the kind of tasks students are required to perform in class and, at the same time, outside the classroom.

Moving on to looking at oral tasks in the field of TBLT, there has been a preference for analyzing performance through what is called the CALF measures (which stand for Complexity, Accuracy, Lexical density, and Fluency) (FOSTER; SKEHAN, 1996; PALLOTTI, 2009; SKEHAN, 1996, 1998, 2003).

These measures are applied to analyze oral performance usually by means of transcribed speech and computer programs in charge of the counting of subordination in the sentences, number of errors per clause, number and variety of words used, and number of pauses and false starts, to cite a few possibilities. However, some recent studies have questioned the idea that to perform successfully in an oral task the speech produced has to be complex, accurate, lexically rich, and fluent (REVESZ; EKIERT; TORGERSEN, 2016). More specifically, research that has had its onset in pedagogical contexts has focused on the learners' immediate communication needs and has claimed that to perform tasks successfully, one's main concern is to communicate the message and fulfill that need regardless of some violation of the language rules that might appear in these learners' speeches.

In this sense, the pragmatic aspects of language play a more important role in the communication – and consequently in the performance – than the structural elements of language, such as the adequate use of grammar. We understand that these pragmatic elements are related to the “conditions governing the language use, the linguistic practice” (FIORIN, 2003, p.161, our translation) and how these conditions affect the linguistic choices made by learners. In our point of view, the pragmatic elements of the enunciation are not captured by the CALF measures, such as the people, the time, and the space in which the communication happens. Therefore, there is a need to investigate other assessment tools that consider these aspects when determining communicative success, for instance.

In the field of TBLT, Pallotti (2009), as well as Robinson (2001), have already highlighted the fact that communicative success and adequate communication have been little investigated in the field and, consequently, suggestions of alternative measures have been put under scrutiny, such as *adequacy* and *outcome achievement*.

The measures of adequacy and outcome achievement are known to assess language performance taking into consideration the context in which the language is being used and the interlocutors the speech addresses, for instance. According to Farias (2018), both constructs are very similar and may overlap depending on the nature of the task to which it is applied. Pallotti (2009) states that *Adequacy* “represent[s] the degree to which a learners' performance is more or less successful in achieving the task's goals efficiently” (p. 596), while Farias (2018) explains that “differently from Adequacy, that puts attention on examining if *language* was used adequately for communicative purposes, Outcome Achievement is focused on investigating if the expected outcome of a task was accomplished” (p. 69, our emphasis).

Adequacy and outcome achievement are constructs that place an important part of successful communication in conveying the appropriate genre of communication that the tasks require, by agreeing with the contexts in which the tasks are inserted, for instance. And, due to the fact that contexts of language use entail different aspects of language production, the alternative to assess performance in these terms is to adopt descriptive scales (PALLOTTI, 2009) *tailored* to the tasks learners are required to perform and that consider the pragmatic components of language in use (FIORIN, 2003).

Pallotti (2009) explains that one example of measure scales to rate language production is the well-known Common European Framework of Reference for Languages: Learning, teaching, assessment, that “presents a comprehensive descriptive scheme of language proficiency and a set of

Common Reference Levels (A1 to C2) defined in illustrative descriptor scales...” (COUNCIL OF EUROPE, 2020, p. 27). And in the Brazilian context, there is the Exam for the Certification of Proficiency in Portuguese (CELPE-BRAS), which claims to be “based on the idea of proficiency as the adequate use of language to conduct actions in the world. The exam considers textual elements and, mainly, discursive elements: the context, the purpose and interlocutors involved in the interaction.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, n/d, our translation).

Although the descriptions of the measures of adequacy and outcome achievement resemble CELPE-BRAS's idea of proficiency, the oral part of the exam presents limitations for assessing learners in the host language context of learning. The main limitation being represented, in our point of view, by the fact that the only genre of language use available to assess oral performance in the exam is to have a conversation or interaction² about a topic chosen by the interlocutor-evaluator.

Our experience, as language teachers and researchers has shown that immediate beginners are not yet equipped with the language proficiency necessary to maintain a five-minute conversation about a topic they might not be acquainted with. And that the descriptive scale designed to assess oral performance according to this genre in the exam, might not be the best fit to assess performance according to the immediate communicative needs of learners in the context of the host language. In this context, equipping the learners to perform in specific focused-tasks might be more urgent. In order to illustrate, we can think of the learners being able to communicate the symptoms of a disease to a health professional, as a task that is very urgent for learners in the context of the host language.

We understand that every proficiency test presents limitations and are designed with different objectives in mind, and that the descriptive scales provided by the tests are many times used to guide curriculum development and even to guide teachers' choices in language classrooms. Therefore, considering the latter, scales such as CELPE-BRAS and CEFR present a comprehensive description on how to assess performance, and might not be a straightforward source for teachers designing and implementing their assessments in the classroom setting of Portuguese as a host language, specially for beginner learners who need to fulfill their immediate communication needs, irrespective of making language mistakes.³

Having considered the different approaches to analyze oral performance in the field of Task-Based Language Teaching, the following section describes the steps involved in the data collection and instruments this article presents.

² Although the situation is characterized as a conversation or interaction, the test taker, many times, might describe or support a point of view, for instance, based on the material dictating the topic of the conversation. Therefore, we agree that different textual genres can be comprised (MARCUSCHI, 2005) in this situation of communication.

³ We do not intend to criticize the descriptive scales of such tests, but only to point out that in the case of CELPE-BRAS, because the scale presented by the test was designed originally for academic purposes, it might not be adequate to apply to assess the performance of beginner speakers.

2. Method

In order to report the process of assessing students' oral performance in the context of PHL for beginners in Brazil, by adopting the measure of Outcome Achievement (based on FARIAS, 2018), a construct developed in the field of Task-Based Language Teaching that looks at the adequate performance in a task through a pragmatic perspective, in this section, first we describe the context of teaching at which the oral tasks were aimed and follow by presenting the steps taken to create the two scales of Outcome Achievement. Then, we present the procedures for the implementation of the measure to analyze these students' oral performances⁴.

First of all, we present the context of teaching on which this study focuses, which comprises a group of students (17 in total) beginner speakers of Brazilian Portuguese, who were immigrants living in *Florianópolis – Santa Catarina* around the first semester of 2019 and who had just started taking language classes at an extension project of the *Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*, entitled *Projeto PLAM*⁵.

This group of learners was composed of one Iranian, one Jordanian, two Venezuelans, and 13 Haitian immigrants. The group is far from being considered homogenous, once they vary in sex (10 men, 7 women), nationality (Iranian, Jordanian, Venezuelan, and Haitian), and mainly in age range (18 to 76 years old), schooling (a few learners have college degrees, while some others have not completed secondary school) and language backgrounds (while a few students were monolinguals, others spoke two or three languages)⁶.

PLAM project offers classes once-a-week, for three hours, on Saturday mornings. The classes are free of charge for the students and count on the participation of volunteer teachers and teacher assistants. The project usually offers one class for immediate beginner speakers and one class for students who are higher-beginners to intermediate speakers of Portuguese.

The data collection reported in this article took place in two of those classes, in which students were presented to two cycles of tasks, as part of their regular language classes. Therefore, in the first class, the students participated in the class regularly and performed pedagogical pre-tasks designed to prepare students to perform the final target task (FIGURE 1). Not all the students present in the class accepted to participate in the study and some did not complete the activities in class,

⁴ It is important to notice that the methods presented here were part of a longer master's investigation conducted by the first author of this article (MARCELINO, 2020) and that only two of the tasks implemented in the original master's dissertation are reported here.

⁵ This project is part of NUPLE (*Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português Língua Estrangeira*) from UFSC. NUPLE is one of the branches of the *Cátedra Sérgio Vieira de Mello*, responsible for facilitating the partnership between research and extension projects of Brazilian public universities with the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR).

⁶ The research project upon which this article is based was approved by the Ethics Committee of the university (CEP - USFC) under the CAAE number: 07060919.2.0000.0121, and under the Report number: 3166979.

which was a requirement to have their performance included in the analysis⁷. This explains why the number of participants is different in the two tasks, once data collection took place in a real classroom setting, the researchers had to rely on students' attendance and their agreement to participate in the lessons' activities and, finally, with students' willingness to record their answers.

The cycles of tasks to which the students were presented before the recording tasks were designed taking into consideration the students' goals for Portuguese language use in their daily-lives outside school⁸ and aimed at preparing these students to perform adequately in the final target tasks.

The first task required students to identify three different images of the flu symptoms and record their answers to the task (with their phones or with an audio recorder provided by the researcher⁹). The rubrics of the task were: "Daniel chegou no Brasil há uma semana e ainda não fala português. Ele está doente e você vai com ele ao posto de saúde. Explique para o enfermeiro os sintomas de Daniel."; as presented in FIGURE 1.



FIGURE 1 – Task 1 (MARCELINO, 2020).

The second task required students to choose an occupation in which they could work, and state previous working experiences that related to the occupation chosen. Once again the students were required to record their answers, this time, to the task: "Grave uma mensagem de Whatsapp oferecendo seu trabalho e falando sobre suas experiências nessa profissão", as presented in FIGURE 2.

⁷ Students had to complete the task in class to assure that they would not have help from outsiders or that they would not read their responses, instead of saying it spontaneously. Furthermore, the completion of the tasks in class assured that students would have access to an internet connection to send their recordings to the researcher or even have access to the recorders, in case the students did not have a mobile phone available to record their responses.

⁸ A Needs Analyses was conducted before the design of the tasks, in order to unveil the situations of language use to which this group of learners was exposed the most. For the complete report of this process see MARCELINO, 2020.

⁹ The first author of this article is the researcher who was present during the tasks' implementation and who organized and supervised data collection.

4A - Você está procurando um emprego e pede ajuda a suas professoras e colegas para encontrar uma vaga. Grave uma mensagem de WhatsApp oferecendo seu trabalho e falando sobre suas experiências nessa profissão. Use o quadro abaixo para organizar sua mensagem.

Profissão:
Experiências:

FIGURE 2 – Task 2 (MARCELINO, 2020).

In order to assess the students’ performances in these two tasks, two descriptive scales were designed according to the measure of Outcome Achievement. The two scales followed the same rationale, considering the aspects that were important to achieve each task’s communicative outcome. The communicative outcome of the first task was to communicate the symptoms of the flu to a health professional, while the communicative outcome of the second task was to choose an occupation to offer to a colleague/friend and state the previous working experiences associated with the occupation wanted. Thus, because the two tasks presented different characteristics, one of the features that composed the measure of Outcome Achievement was adapted to comprise the specificities of each task.

The first task presented a closed-outcome, meaning that learners’ responses could be characterized as correct or incorrect based on the matching of their responses with the visual support provided. The second task presented an open outcome that required justification, meaning that students’ responses could only be characterized as correct or incorrect depending on the justification provided to their choice for occupation. This characteristic impacted on one of the features of the Outcome Achievement measure, which had to be adapted accordingly. As it is possible to see in TABLE 1, while in the first task there is only one feature for Correctness, the second task is composed of Correctness A and Correctness B, because of this two-factor component of the answer.

I.	Communicative objective	It aimed at giving a general score for the performance, depending on whether the student achieved the task's communicative objective or not.
II.	Correctness (for Task 1) Correctness A Correctness B (for Task 2)	It was specific to each task and concerned whether the students' responses were correct, in Task 1, according to the images they should describe (Correctness), and in Task 2 if a student's alleged professional experience (Correctness B) matched with the position they mentioned they were searching (Correctness A).
III.	Communicative context	It comprised giving indications of the situation of interaction, the place, and the people involved. For example, the response should have contextual clues that the genre of the communication in task 2 – recoding a Whatsapp message to a colleague/friend – characterizes mainly as an informal situation, that implies more colloquial language use;
IV.	Coherence	It dealt with the level of connection of the ideas conveyed by the students, “whether they followed a well-structured sequence of events in their speech, for instance, by first introducing Daniel (the fictitious character in Task 1) and then stating his health problem and not the other way around” (MARCELINO, 2020, p. 59);
V.	Clarity	It comprised the transparency of the meanings being conveyed by the students.
VI.	Prosody	In this analysis, it stands for the suprasegmental features of speech: intonation, rhythm, and speed.
VII.	Vocabulary	It aimed at analyzing if the words used in the speech were sufficient and adequate to achieve the Communicative outcome of the tasks.

TABLE 1 - Description of the features the composed the measure of Outcome Achievement.

To create the two scale, the teacher of the class, one volunteer teacher assistant of the same group, along with the first author of this article, analyzed the cycles of tasks to which the students would be presented before performing the task, once the cycle of tasks was designed to prepare the students to perform in these specific tasks. Then they analyzed and raised the key characteristics of each task, and finally, considering the students' profile – immigrant beginner learners of Brazilian Portuguese – they settled seven features (shown in TABLE 1) that should be taken into consideration for the analysis.

The features' descriptions seen in TABLE 1 were inspired by the studies of Farias (2014, 2018), Zaccaron (2017), Specht and D'Ely (2020), and Lima Terres, Torres, and Boeing Marcelino (2020), which have all devised descriptive scales for assessing English learners' performances in tasks in different modes. While Farias (2014, 2018) worked with written narratives, Specht and D'Ely (2020) worked with oral narratives. In turn, Zaccaron, Xhafaj, and D'Ely (2019), Zaccaron (2017) and Lima Terres, Torres, and Boeing Marcelino (2020) assessed oral short messages recorded through means of the Whatsapp mobile application.

In summary, in this study the Outcome Achievement measure comprised seven features implemented to analyze students' oral performance using Likert scales that attributed scores from 0 to 5 (in which 0 was the lowest score and 5 the highest). In the first task 15 learners participated by recording their response, while in the second task, only 12 learners participated. The Outcome Achievement of the learners' answers was analyzed by nine raters. Five of these raters were experienced Portuguese as Additional Language teachers with an average teaching experience of 6.8 years. These five raters had also had experience teaching other languages such as English, German, and Japanese. The other four raters had an average teaching experience of 9.5 years, teaching English as a Foreign Language

(FL). All of the nine raters had a Teaching and/or Bachelor's degree in *Letras* (English FL and/or Portuguese Mother Language (ML). All of them were native speakers of Brazilian Portuguese.

Each of the raters' analyses took about 2 hours to be completed. The sessions of analyses were accompanied by the first author of this article, who would explain the overall objectives of the study and present the raters with the procedures. The decision to have the researcher present throughout the sessions was made to assure that all raters would have the same or, at least, very similar conditions of evaluation.

First, raters read an instructional text in which concepts such as the Communicative Outcome of a task were explained. Then, the raters could read the descriptive scale of the tasks and read the cycles of tasks that were taught before the performance, followed by a review of the descriptive scale of each task¹⁰. Raters could solve with the researcher any questions they had concerning the procedures for their evaluation or the constructs involved. The researcher clarified that there was not a correct or incorrect evaluation of the performances and that each rater evaluation would not be judged or compared with other raters' evaluations¹¹. Finally, when the rater had no further questions about the proceedings, the researcher would play the first recording twice, wait for the rater to provide scores and justification, and proceed to the following recording.

In summary, raters could listen twice to each recording and then give a score from 0 to 5 to each feature of Outcome Achievement. In addition to giving a score from 0 to 5, raters should also justify their choice for all the scores given to each student in each feature. FIGURE 3 illustrates the instructions and the descriptive scale of Task 1, to which the raters responded.

¹⁰ All the texts presented to the raters were in a digital format. Raters provided their scores and justifications through an online formulary, which allowed for immediate storage of their evaluations.

¹¹ Although a few raters tried to discuss their evaluations with the researcher, she replied to them by saying that she was not allowed to share her evaluation of any of the students' performances in order not to influence their judgment of the performances.

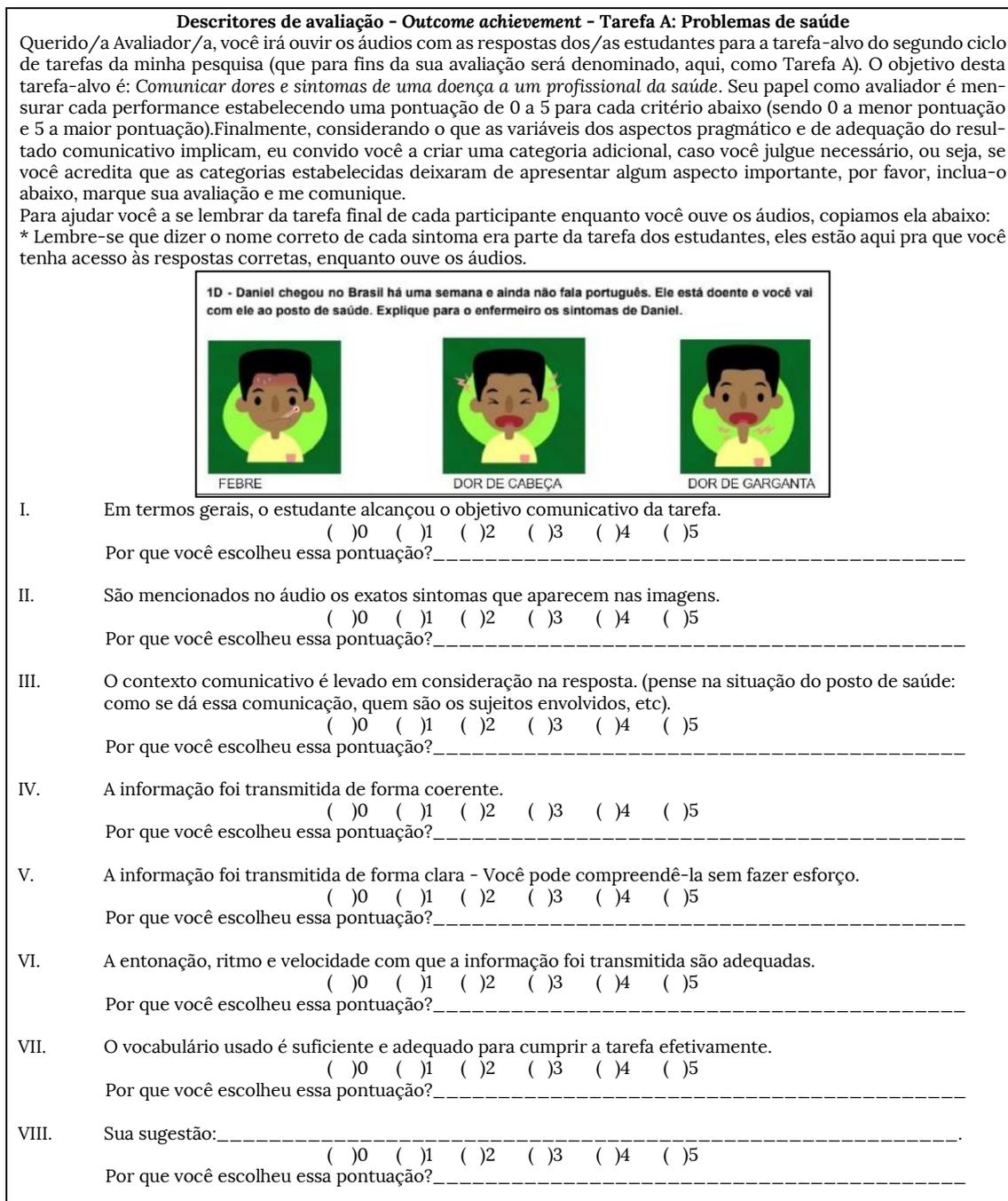


FIGURE 3 – Descriptive scale of Outcome Achievement for Task 1 (MARCELINO, 2020).

As seen in FIGURE 3, raters had the option of creating one further feature for analyzing the students’ performances; however, none of them suggested a topic of evaluation that was not already comprised by the predefined features presented.

After evaluations were completed, in order to check for interrater reliability, we ran a Cronbach’s alpha test on SPSS (23.0). According to Taber (2018), reliability tests demonstrate “the

extent to which an instrument can be expected to give the same measured outcome when measurements are repeated” (p. 1274). Also according to him, many studies in science education have long adopted Cronbach’s alpha value as an indication that instruments (usually scales and tests) are fit for their purpose. The tests ran with raters’ raw data of Tasks 1 and 2 indicated a robust result once Cronbach’s alpha value for Task 1 was .802 and for Task 2 was .822 as shown in FIGURE 4, assuming that the Cronbach’s alpha benchmark traditionally used in the field is .70 - .80 (LARSON-HALL,2016). These results showed a strong correlation between raters’ answers.

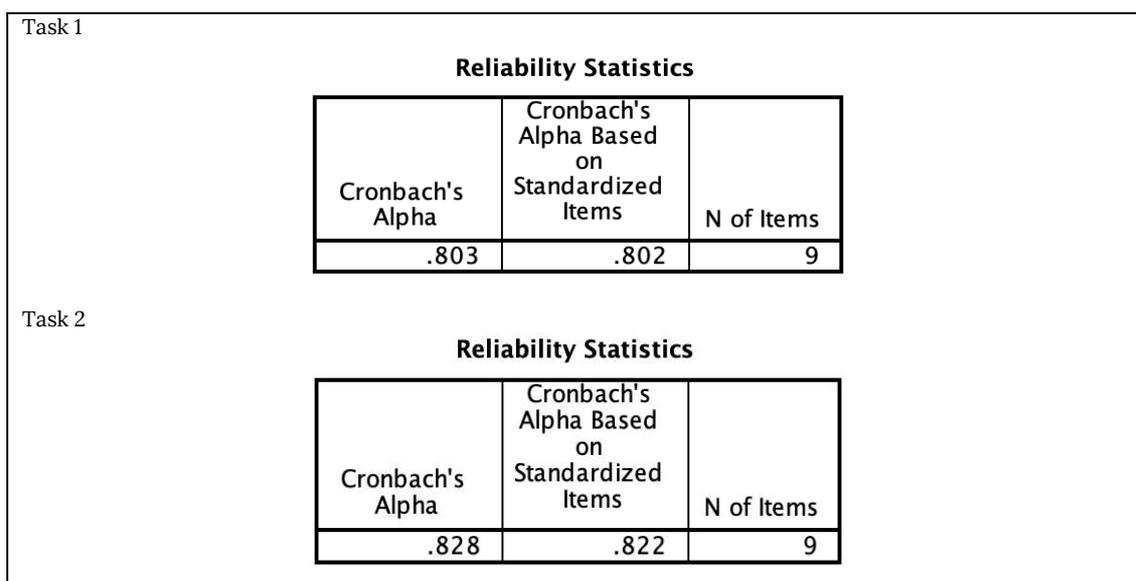


FIGURE 4 – Interrater reliability tests for Tasks 1 and 2 (MARCELINO, 2020).

Regarding the analysis of each learner’s performance and the group mean values in each feature of Outcome Achievement, the procedures are explained in the following section, alongside the tables presenting all the results of the raters’ assessment.

To conclude, the following section presents the results of the students’ oral performances to tasks assessed through the Outcome Achievement measure scales, designed according to the characteristics of the tasks presented in FIGURES 1 and 2.

3. Results and discussion

This section presents the results from students’ recorded answers to the two tasks, and discusses these results in light of previous studies, bringing possible impacts to understanding speaking performance in the Host Language context.

As mentioned previously, the students' oral performances were evaluated by nine raters according to the Outcome Achievement measure. In Task 1, 15 students recorded their answers.

In order to achieve the score for each learner in each feature, all the scores attributed by the nine raters to each of the seven features of Outcome Achievement were added and divided by nine, the results of this calculation are presented in TABLE 3. Then the 15 scores of all learners for each feature were added, and finally divided by 15, to achieve the group's mean value to each feature of Outcome Achievement, presented in TABLE 2 below.

Feature	N	M	Min	Max	SD	SEM
Communicative Objective	15	3,41	1,56	5,00	1,03	0,27
Correctness	15	3,62	0,67	5,00	1,46	0,38
Context	15	3,33	1,78	5,00	0,93	0,24
Coherence	15	3,42	1,67	4,89	1,00	0,26
Clarity	15	3,67	0,78	5,00	1,13	0,29
Prosody	15	3,79	1,44	4,67	0,85	0,22
Vocabulary	15	3,34	1,56	4,67	0,92	0,24

N: Number of participants; **M:** mean scores of all 15 participants attributed by the nine raters' mean score for each participant; **Min:** Minimum scores among the 15 participants; **Max:** Maximum scores among the 15 participants; **SD:** Standard Deviation of the dispersion of scores in comparison to the Mean scores; **SEM:** Standard Error of the Mean

TABLE 2 – Descriptive Statistics of group scores for performance in Task 1 (MARCELINO, 2020).

Considering that raters evaluated students' performance in a six-point scale, from 0 to 5, where 0 was the lowest and 5 the highest score that could be attributed by each rater, the group obtained, in Task 1, a mean score higher than 3 in all seven features of Outcome Achievement, as presented in TABLE 2. The Standard Deviation values show the dispersion of the scores compared to the Mean which indicates that students' scores fluctuated around the mean and are spread around diverse values (LARSON-HALL, 2016). This is mainly explained by the fact that the score range used to analyze the performance is small (0 to 5). The Standard Error of the Mean (SEM), also presented in the table, stands for the standard deviation of the sample mean and indicates that the Mean estimate is highly precise since according to Larson-Hall (2016) "the smaller the SE is, the more precise the estimate" (p. 84). In Task 1, the feature with the highest mean score was Prosody and the lowest mean score was Context (3,79 and 3,33 respectively), as shown in TABLE 2.

It is interesting to note that when comparing the minimum and maximum scores of the participants for Task 1, five out of the fifteen participants (namely, P1, P5, P6, P7, and P11 in TABLE 3) received maximum scores for some of the features, while only two out of fifteen (P9 and P15) shared the minimum scores. This means that the number of participants who did well in the task outnumbered considerably the participants who did not perform the task satisfactorily.

Participant 6 is one of the students who received the highest scores for Outcome Achievement; therefore, according to the raters, her performance is an example of what would be an adequate speech that aimed at communicating the flu symptoms to a health professional: "*Bom dia! Eu e-eu estou aqui porque meu filho Daniel está sentindo problemas de saúde. Ele tem dor de garganta, muita*

segregã-segregação nasal e se siente muito cansado. Eu estoy muito assustada". This performance received the highest grade for the Context feature, taking into consideration that she even created a story to Daniel's character by saying he was her son. However, raters penalized her, mainly for her trouble in pronouncing the symptom "*secreção nasal*". It is interesting to trace a comparison between the performances of Participant 6 and Participant 5, because, among the learners who performed task 1, Participant 5 received the highest score for Outcome Achievement, even though one could argue that his answer was a lot simpler than Participant 6's answer for instance. Participant 5's answer was: "*O Daniel tem febre, dor de cabeça e dor de garganta*". This might be explained by the fact that, possibly, raters evaluated more highly performances that were free of errors, instead of performances that were more creative or detailed, as can be seen in TABLE 2 that Participant 5 received a total score of 33,67, while Participant 6 received a total score of 32,44.

Participant	Com. O.	Corr	Cont	Cohé	Clar	Pros	Voca	Total
P1	4,78	4,89	3,89	4,33	4,89	4,67	4,56	32,00
P2	3,78	3,56	3,44	3,67	4,00	4,00	3,56	26,00
P3	4,00	3,78	4,67	4,56	3,22	3,78	4,11	28,11
P4	3,33	4,44	2,67	3,22	3,89	3,78	3,22	24,56
P5	5,00	5,00	4,44	4,89	5,00	4,67	4,67	33,67
P6	4,56	4,33	5,00	4,78	4,67	4,67	4,44	32,44
P7	4,00	5,00	3,67	4,11	3,89	3,56	3,78	28,00
P8	3,33	4,56	2,56	3,33	4,22	3,89	3,00	24,89
P9	2,00	0,67	3,11	2,33	4,33	4,22	2,78	19,44
P10	3,11	3,67	2,89	2,89	3,11	2,56	2,89	21,11
P11	3,89	5,00	4,00	3,22	4,11	4,33	4,00	28,56
P12	2,00	1,33	2,44	1,78	1,78	3,44	2,22	15,00
P13	3,11	4,33	2,33	3,33	3,78	4,00	2,56	23,44
P14	2,78	1,78	3,11	3,22	3,44	3,89	2,78	21,00
P15	1,56	2,00	1,78	1,67	0,78	1,44	1,56	10,78

Com. O.: Communicative Objective. **Corr:** Correctness. **Cont:** Content. **Cohé:** Coherence. **Clar:** Clarity. **Pros:** Prosody. **Voca:** Vocabulary. **Total:** all features added.

TABLE 3 - Students' individual scores by feature for Task 1 (MARCELINO, 2020).

In the opposite end of the scale was Participant 15, who received the lowest mean scores for most features and consequently the lowest score for Outcome Achievement. His answer was as follows: "*Daniel [inaudible] doctora. Febre, dor de garanta e se tá + é, ahm, + é segregãção nasal*". This participant did not mention the correct symptoms and had great difficulty in communicating it clearly, which is reflected in his lowest score for Clarity (see TABLE 3). Raters justified their choices by saying that this performance was filled with pauses between sentences and in the middle of words, resulting as well in a bad score for Prosody, for instance. All these aspects hampered the comprehension of the entire message and resulted in a poorer outcome.

Moving on to analyzing performances in Task 2, this time only 12 students recorded their performances. As shown in TABLE 4, one more time, the mean scores of the entire group were higher

than 3 for most features of Outcome Achievement, except for the Correctness A feature. Standard Deviation values were low, which indicated a low variance of scores throughout the scale. The lowest and highest means were Correctness A and Prosody (2,97 and 3,44, respectively).

Feature	N	M	Min	Max	SD	SEM
Communicative Objective	12	3,30	1,67	4,56	0,83	0,24
Correctness A	12	2,97	0,67	4,67	1,10	0,32
Correctness B	12	3,26	1,44	4,56	0,95	0,27
Context	12	3,09	1,67	3,78	0,61	0,18
Coherence	12	3,27	1,56	4,11	0,85	0,25
Clarity	12	3,06	1,33	4,33	1,08	0,31
Prosody	12	3,44	2,11	4,22	0,78	0,23
Vocabulary	12	3,09	1,33	4,11	0,92	0,26

N: Number of participants; **M:** mean scores of all 13 participants attributed by the nine raters' mean score for each participant; **Min:** Minimum scores among the 13 participants; **Max:** Maximum scores among the 13 participants; **SD:** Standard Deviation of the dispersion of scores in comparison to the Mean scores; **SEM:** Standard Error of the Mean.

TABLE 4- Descriptive Statistics of group scores for task performance in TASK 2 (MARCELINO, 2020).

Task 2, as well as Task 1, presented a higher number of participants that received the maximum scores (P4, P5, P8, P9, and P12) in comparison with few participants sharing the minimum scores (P7 and P10, see TABLE 5).

Participants	Com. O.	CorrA	CorrB	Cont	Cohe	Clar	Pros	Voca	Total
P1	3,67	3,11	3,22	3,00	3,67	3,22	3,78	3,67	24,17
P2	3,67	4,22	3,89	3,22	3,67	4,22	4,11	3,67	26,61
P3	2,56	2,78	2,11	2,56	2,33	1,56	2,33	2,11	15,89
P4	3,67	4,67	3,33	3,11	3,67	3,78	3,89	3,33	25,44
P5	3,78	3,00	3,44	3,56	3,56	4,11	4,22	4,00	26,44
P6	3,56	1,67	3,89	3,11	4,00	2,33	3,56	3,56	22,89
P7	1,67	2,56	2,22	1,67	1,56	1,78	2,11	1,78	12,94
P8	4,56	4,11	4,56	3,67	4,11	3,67	3,89	4,11	28,33
P9	3,67	3,44	3,67	3,78	3,78	3,67	3,89	3,33	25,67
P10	2,00	0,67	1,44	3,44	1,89	1,33	2,44	1,33	13,50
P11	3,11	2,89	2,89	2,44	3,22	2,78	2,89	2,56	19,89
P12	3,67	2,56	4,44	3,56	3,78	4,33	4,22	3,67	26,72

Com. O.: Communicative Objective. **CorrA:** Correctness A. **CorrB:** Correctness B. **Cont:** Content. **Cohe:** Coherence. **Clar:** Clarity. **Pros:** Prosody. **Voca:** Vocabulary. **Total:** all features added.
 Note: To calculate the Total, features of Correctness A and B were added and divided by two.

TABLE 5 - Students' individual scores by feature for Task 2 (MARCELINO, 2020).

Participant 8 received the best evaluation for Outcome Achievement. In his answer: “*Eu bom para vaga comércio porque minha experiências com comércio de três anos. É, eu, é, estudei Universidade em Língua e, e Comercial também. Eu gosto também desse trabalho*”, raters justified their

scores by saying the student was successful in presenting an occupation clearly and in connecting it adequately to the previous working experience mentioned, which is reflected in his good scores for Correctness A and Correctness B. Although the raters said they needed to put some effort to understand his message, which is reflected in his low score for Clarity, the communicative objective of his message was attained almost completely if we look at the Communicative Objective feature of his performance.

In turn, although Participant 7 received the lowest score for Outcome Achievement, her performance in some ways is not comparable to the performance of the other participants. This is explained by the fact that, in class, she was aided by a teacher assistant and a colleague, to complete the recording. Therefore, although some raters considered that Participant 7 was able to pronounce some of the words spelled out by others, other raters considered that once she did not perform by herself she did not achieve the outcome of the task, resulting in the lowest score given to a student in this task.

The second lowest score was attributed to the performance of Participant 10, whose answer was as follows: “Oi, ahm, como você, a, como você está? Tudo bem? Mi profi-mi profissão é cozinheiro. Eu tenho experiência de quatro anos, ok?”. According to the raters, although Participant 10 started his performance well by “setting the mood” and greeting the interlocutor, which gave him a good score for Context, they agreed that the learner had not achieved a clear communication of the occupation neither of the experience related to it, once he only mentions the time of his experience. This is reflected in the low scores attributed mainly to Clarity, and Correctness A and B.

Furthermore, once we analyzed students’ performances and learned what raters considered and penalized the most, it is interesting to notice the features with the highest and lowest evaluations. We believe that fruitful discussions can be raised from the fact that, in Task 1, Context received the lowest mean score, considering the group’s mean (3,33). We understand that this feature of the Outcome Achievement aimed at evaluating whether the situation of interaction was present in students’ performances, meaning that the students’ choices of language could provide contextual clues of the place where the interaction happened and who were the people involved, which is related to the pragmatic features of language (FIORIN, 2003), so important in this context of teaching and learning. Unsuccessful performances considering this feature might indicate that students were not made aware of the importance of context in the interaction, and how it may affect the language used to communicate their messages.

In Task 2, the feature that received the lowest mean score was Correctness A (2,79), and interestingly, it was not accompanied by Correctness B (3,26), once the two were expected to be connected. It is possible to suggest that students preferred to describe their work experiences in more detail, leading raters to judge the correspondence with the job wanted based on the experiences described. Most of the times, when the experience did not match the job chosen, or students described solely their past working experiences, it was Correctness A that was penalized, as is the case of Participant 3: “É, eu sou, eu sou secretária al-[inaudible] alfânde-alfândega. Experiência em saúde, [inaudible] enfemela, hum de posto de saúde já. Ahm, dois, experiência em dois anos”. This performance

showed that the learner chose an occupation that would not be typically connected to her experience as a health professional.

On the other hand, looking at the feature that received the highest scores for the groups' mean in both Task 1 and Task 2, we see Prosody (scoring 3,79 and 3,50, respectively). Prosody was the given name for three suprasegmental features considering speech: intonation, rhythm, and speed. On one hand, it could be argued that the highest scores this feature received are connected to the fact that both tasks allowed students to achieve an adequate outcome by using short sentences or even isolated words, like in Task 1, in which considering a "real-world" situation of communication, arriving at a health center and naming isolated symptoms could lead to successful communication, considering its objectives. An interesting further analysis would consider investigating whether there is a correlation between Prosody as an Outcome Achievement feature and the measure of Fluency from the CALF measurements.

To conclude, we should remember that the nine raters, even being all from the same field, native speakers of Portuguese, and being language teachers, diverged in their evaluations. This fact might yield two possible discussions: first of all, the use of raters to validate pedagogical practices might not be adequate as well, since the process of learning is not determined by only one single performance, but is permeated through teaching and learning practices inside classrooms, of which outside evaluators might be unaware. Second, the fact that the components of Outcome Achievement are subjective according to each rater concept of successful communication is an issue that deserves further investigation.

Measures such as the one used in this article to assess oral performance have been just recently included in the field of performance analyses in TBLT and there are a growing number of studies that have chosen to take Outcome Achievement, or Adequacy, in contrast with other well-established measures such as CALF. We agree with Pallotti (2009) that Outcome Achievement, or Adequacy, "should be seen as both an independent construct based on task success and as a way of interpreting CAF measures" (p. 599), once, for example, Context is relevant for determining the adequate level of accuracy expected of a message.

In this article, it was seen that the differences between raters analyses of participants' performances were based on the different proceduralization of the Outcome Achievement measure, indicating that although the measure prioritizes the achievement of the communicative outcome of the tasks, raters' evaluation is influenced by their perception of fluency and accuracy, reflected in the scores attributed to the performances' lack of errors, smooth or intricate speech, for instance. This reinforces that this evaluation, as well as others, might be impacted by some degree of subjectivity. Although raters equally understood the features, they presented different evaluations of what was an adequate performance for each of them. This might indicate the importance of having dual-task research designs that comprise a cognitive approach and, as well, outcome fulfillment, as suggested by Skehan (2003). This dual-task design might illuminate the relationship between rater's subjective perceptions of fluency and accuracy, for instance, and allow for the correlation of their perceptions with measures that provide straightforward scores.

4. Final remarks

The growth in the field of teaching and learning of Portuguese as a Host Language, due to an increasing number of immigrants who find in Brazil a place to rebuild their lives, once many have been forcibly displaced from their previous homes, has made urgent the need to understand more deeply the specificities of this context (GROSSO, 2010; SILVEIRA; XHAF AJ, 2020, MARCELINO 2020). One of the specificities of this context is the inadequate use of traditional measures concerning oral performance. Mainly in the field of Task-Based Language Teaching the tradition to analyze oral performance has been to adopt the CALF measures (Complexity, Accuracy Lexical density, and Fluency), once these measures are believed to be part of and influence the communicative competence of speakers (FOSTER; SKEHAN, 1996; SKEHAN 1998; 2003). We know that the number of studies showing the efficacy of the CALF measures is a lot higher than the number of studies critiquing them. However, we reiterate that assessing only complexity, accuracy, lexical density and fluency might not be enough to determine if learners are being successful or not in their communication (PALLOTTI, 2009, REVESZ; EKIERT; TORGERSEN, 2016).

Moreover, considering the specific context of the Host Language addressed in this article, in which speakers are mostly focused on solving one specific problem of communication or using language adequately enough to “get one’s message across”, adopting the CALF measures to assess oral performance might be inadequate. In this context, this study aimed at presenting an alternative way of assessing oral performance in tasks that do not look at the CALF measures but that takes into consideration the Outcome Achievement measure, which is a multifaceted construct, that does not rely solely on vocabulary use, or grammatical accuracy, for instance, but instead has a strong concern with meaning and contextual elements, that may dictate the adequacy of the vocabulary or grammar to be used. To do that, 17 adult immigrants, beginner speakers of Brazilian Portuguese performed two oral tasks and had their performances evaluated by nine raters, native speakers of Brazilian Portuguese and experienced language teachers.

These students obtained different scores for Outcome Achievement, reflected in the varied scores attributed to each of the seven features that compose the measure. These seven features were thought to comprise the pragmatic aspects of language (FIORIN, 2003) involved in a situation of communication such as the ones presented in the two tasks investigated here. We believe that this article supports the idea that the process of understanding the communicative needs of the speakers, designing focused tasks according to their needs, and evaluating the speakers’ performances according to the features of these specific tasks is very challenging and can be a complicating factor when a teacher in the classroom has to take decisions on his/her own about how to evaluate the students.

In this sense, the field of TBLT seems to shed light on what to prioritize in the moment of evaluation, and on what to prioritize during the preparation of these students to perform a task, once in the context of the Host Language especially, issues related to the pragmatic elements of language (FIORIN, 2003) are fundamental.

Acknowledgement

We would like to thank the students who participated in the master's thesis on which this article was based, the teacher and teacher assistants who were present and aided the challenging process of data collection; as well as the editors and reviewers of the magazine for their valuable contributions to the format and content of this article. Furthermore, we would like to acknowledge that the masters' thesis on which this article was based was financed by the *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001*.

REFERENCES

COUNCIL OF EUROPE. *Common European Framework of Reference for Languages: Learning, teaching, assessment - Companion volume*, Council of Europe Publishing, Strasbourg, 2020.

CURSINO, C.; ALBUQUERQUE, J.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; GABRIEL, M.; ANUNCIACÃO, R. M. de. Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH): reflexões linguísticas e pedagógicas para o ensino de PLE em contexto de migração e refúgio. In: RUANO, B. P.; SANTOS, J. M. P.; SALTINI, L. M. L. (Orgs). *Cursos de português como língua estrangeira no Celin-UFPR: práticas docentes e experiências em sala de aula*. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

DEUSDARÁ, B.; ARANTES, P. C. C.; BRENNER, A. K. "É um problema de todo mundo": conceitos, métodos e práticas no ensino de português para refugiados. *Fórum Linguístico*, v.15, n. 3, p. 3226-3240, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.5007/1984>.

FARIAS, P. F. TASK-TEST: *What lies beyond implementing a Task-Based assessment: Comparing learners' performance and unveiling learners' perception in a testing situation*. 2014. Dissertação (Mestrado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários) - Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FARIAS, P. F. *Critical EFL and Critical Literacy: the impacts of designing and implementing a cycle of tasks in a public school setting for Critical Language and Critical Literacy development*. 2018. Dissertação (Doutorado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários) - Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FIORIN, J. L. Pragmática. In: FIORIN, J. L. *Introdução a Linguística II: Princípios de análise*. Editora Contexto, v. 02, 2003, p. 161-186.

FOSTER, P.; SKEHAN, P. The influence of planning and task type on second language performance. *Studies in Second Language Acquisition*. v 18, n° 3, p. 299-323, 1996. DOI <http://www.jstor.org/stable/44487894>.

GROSSO, M. J. dos R. Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010. DOI <https://doi.org/10.26512/rhla.v9i2.886>.

JENSEN, J. A Problemática das Variações Sociolinguísticas no Ensino do Português como Língua Estrangeira (PLE). *Revista de Letras*, v. 1, n. 24, p. 12, 2002.

LARSON-HALL, J. *A Guide to Doing Statistics in Second Language Research Using SPSS and R*. 2. ed. New York: Routledge, 2016.

LIMA TERRES, M.; TORRES, M. C.; BOEING MARCELINO, A. F. O impacto do planejamento colaborativo de uma tarefa oral na performance de aprendizes no contexto de EFL. *Domínios de Linguagem*, p. 1-28, 13 jul. 2020.

LONG, M. *Second Language Acquisition and Task-based Language Teaching*. West Sussex: John Wiley and Sons, 2015.

LOPES, J. H. "Materiais didáticos de Português para Falantes de Outras Línguas: do levantamento de produções brasileiras a uma nova proposta". In: FURTOSO, V. Aparecida Bagio. (Ed.). *Formação de Professores de português para falantes de outras línguas*. Londrina: EDUEL, 2009. p. 127-156.

LOPEZ, A. P. A. *Subsídios para o planejamento de cursos de Português como Língua de Acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LOPEZ, A. P. de A. Portuguese as a Welcoming Language for forcibly displaced immigrants in Brazil: some principles for teaching in light of Interculturality. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 18, n. 2, p. 389-416, jun. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6398201812048>.

MARCELINO, A. F. B. *TBLT and Portuguese as a Host language: analyzing learners' oral performance in terms of Outcome Achievement and investigating the task implementation process through the learners' and the teacher's perspectives*. 2020. Dissertação (Mestrado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários) – Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M. (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/celpe-bras>. Acesso em: 30 outubro 2020.

OLIVEIRA, G. M. de; SILVA, J. I. da. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos : que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? *Gragoatá*, v. 22, n. 42, p. 131-153, 2017. DOI [dx.doi.org/10.22409/gragoata.2017n42a909](https://doi.org/10.22409/gragoata.2017n42a909).

PALLOTTI, G. CAF: Defining, refining and differentiating constructs. *Applied Linguistics*, v. 30, n. 4, p. 590-601, 1 dez 2009. DOI [10.1093/applin/amp045](https://doi.org/10.1093/applin/amp045).

REVESZ, A.; EKIERT, M.; TORGERSEN, E. The Effects of Complexity, Accuracy, and Fluency on Communicative Adequacy in Oral Task Performance. *Applied Linguistics*, v. 37, n. 6, p. 828-848, 2016. DOI [10.1093/applin/amu069](https://doi.org/10.1093/applin/amu069).

ROBINSON, P. "Task complexity, cognitive load, and syllabus design". In: ROBINSON, Peter. (Ed.). *Cognition and Second Language Instruction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 287-318. DOI [doi:10.1017/CBO9781139524780.012](https://doi.org/10.1017/CBO9781139524780.012)

SILVEIRA, R.; XHAF AJ, D. C. P. The use of tasks in the teaching of Portuguese as a Second Language. *Linguagem e Ensino*. v 23, n. 2. Universidade Federal de Pelotas, 2020. DOI <https://doi.org/10.15210/rle.v23i2.17427>.

SKEHAN, P. A Framework for the Implementation of Task-Based Instruction. *Applied*

Linguistics, n. 17, p. 38–62, 1996. DOI <https://doi.org/10.1093/applin/17.1.38>.

SKEHAN, P. *A Cognitive Approach to Language Learning*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

SKEHAN, P. Review article Task-based instruction. *Language and Technology*, v. 36, p.1–14, 2003. DOI 10.1017/S026144480200188X.

SPECHT, A.; D'ELY, R. C. de S. F. Enhancing strategic planning through Strategy instruction: the effect of two types of Strategy instruction on learners' oral planned performance. *Ilha do Desterro*. v. 73, n° 1, p. 043–061, Florianópolis, jan/abr 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2020v73n1p43>.

TABER, K. The Use of Cronbach's Alpha When Developing and Reporting Research Instruments in Science Education. *Research in Science Education*, v. 48, n. 6, p. 1273–1296, 2018. DOI 10.1007/s11165-016-9602-2.

UNHCR. *Figures at a glance*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/en-us/figures-at-a-glance.html>. Acesso em: 19 nov 2018.

ZACCARON, R.; XHAF AJ, D. C. P.; D'ELY, R. C. de S. F. Só mais um minutinho, teacher": planejamento estratégico colaborativo e individual para tarefas orais em L2 em uma escola pública. *Ilha do Desterro*. v. 72, n° 3, p. 401–425, Florianópolis, set/dez 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2019v72n3p401>.

ZACCARON, R. *The More The Merrier (?): the impact of Individual and Collaborative Strategic Planning on Performance of an Oral Task by Young Learners of English as an L2 in Brazil*. Dissertação (Mestrado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários) - Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Appendix 1 - Transcription of Students' performances in Task 1.

<p>Speakers' identification (RS: Researcher, Participants are referred by P and the sequence number, TA: Teacher Assistant, I: Interpreter).</p> <p>Conventions: (+: short pause, ++: long pause, []: overlapping speech, ()): analyst's comments, XXX: inaudible, ?: questioning intonation, CAPITAL: stressed word, { }: translated answers, (): translator's comments). Based on: GREGGIO; GIL, 2007, and SULLIVAN, 2000.</p> <p>P1: Está com febre, dor de cabeça e ele tem de segre-segreç-segreção nasal. P2: Está com febre, tosse e dor de garganta. P3: Oi, doutor. Ele está com febre, calição, febre-ca-cabeça, secreção nasal. P4: Dor de cabeça, dor de garganta, febre. P5: O Daniel tem febre, dor de cabeça, dor de garganta. P6: Bom dia! Eu e-eu estou aqui porque meu filho Daniel está sentindo problemas de saúde. Ele tem dor de garganta, muita segreçã-segreção nasal e se siente muito cansado. Eu estou muy assustada. P7: Eu tosse. TA: Está com Daniel está tosse, + secreção de na-secreção nasal, + cansa-cansaço. P8: Tosse, secreção nasal, cansação. P9: Da-daniela? Daniel. Daniel está doente. Ele está, é, com gripe. P10: Boa tarde, boa tarde. Olá, sim-sim-sim. Primeira ser febre, sec-febre. Sec-segunda: se-dor de cabeça. Terceira: espiracio-espiramação + <i>D'accord?</i> Ta bém. P11: Oi Daniel, tudo bem? Ahm, ela dor de cabeça, ela, ela dor de garganta, ela dois tá febre. P12: Oi, Daniel. Tô com febre, dor de barriga, gravida, vomisto, tá? P13: Re, dor de cabeça e dor de garganta. P14: É, Daniel diz doente. Tem pobrema de saúde, gripe. Tem sistoma tusse. P15: Daniel XXX doctora. Febre, dor de garanta e se tá + é, ahm, + é segre-ção nasal.</p>

Source: MARCELINO, 2020.

Appendix 2 - Transcription of Students' performances in Task 2.

<p>Speakers' identification (RS: Researcher, Participants are referred by P and the sequence number, TA: Teacher Assistant, I: Interpreter).</p> <p>Conventions: (+: short pause, ++: long pause, []: overlapping speech, ()): analyst's comments, XXX: inaudible, ?: questioning intonation, CAPITAL: stressed word, { }: translated answers, (): translator's comments). Based on: GREGGIO; GIL, 2007, and SULLIVAN, 2000.</p> <p>P1: Eu sou uma boa pessoa para essa vaga de vendedor porque eu tenho mais de dois anos de experiência e eu também, eu tenho habilidade na computa-computador. Eu + te, eu já ajudei a fazer excursão na escola primária também.</p> <p>P2: Profissão é, eu sou cozinheiro. Eu tenho sete meses. E minha experiência eu, eu já fui trabalhar com serviço de limpeza de quinze meses.</p> <p>P3: É, eu sou, eu sou secretária al-e-XXX alfãnde-alfãndega. Experiência em saúde, XXX enfemela, hum de posto de saúde já. Ahm, dois, experiência em dois anos.</p> <p>P4: Profissão: gerente de loja. Experiência: eu trabalho em uma abrícia de turismo por um anos. Numa empresa de emprego em dois anos.</p> <p>P5: Minha profissão é serviço de animação. Como experiência já trabalhava numa empresa de gráfico quase duas ano.</p> <p>P6: Eu sou contadora. Ahm, eu sou egreçada. Eu estava na Universidade. Ahm, eu estou, a, eu estou. Eu sou boa para essa vaga. Ahm, porque eu fui, e-eu fui formada em Contadoria, eu traba-trabalhei em la Universidad como profes-sora. Ahm, eu + fiz Contadoria, Con-contabilidade. Aula contabilidade conta? Ahm, eu trabalhei na Universidade diez añ-años. E depois eu trabalhei autônoma em, em Contabilidade Tributária.</p> <p>P7: Eu sou...</p> <p>TA: Vendedora. Eu sou vendedora.</p> <p>P2: No Haiti. No Haiti. Trabalho no Haiti.</p> <p>P2: Já fui trabalhando um ano Já fui trabalhando um anos.</p> <p>P2: Minha experiência. Minha experiência.</p> <p>P2: No Haiti. No Haiti. Vendedora.</p> <p>TA: [Vendedora.] Quanto tempo você trabalhou como vendedora? No Haiti, quantos anos?</p> <p>P2: Años? Annes?</p> <p>TA: Quanto? Um ano.</p> <p>TA: Um a-um ano? Então você coloca aqui na experiência: um ano de experiência.</p> <p>P8: Eu bom para vaga comércio porque minha experiências com comércio de três anos. É, eu, é, estudei Universidade em Língua e, e Comercial também. Eu gosto também desse trabalho.</p> <p>P9: Eu já trabalhei professor de Física. Se tem uma aula, eu tenho um anos de experiência. Eu gosto muito profissão também.</p> <p>P10: Oi, ahm, como você, a, como você está? Tudo bem? Mi profi-mi profissão é cozinheiro. Eu tenho experiência de quatro anos, ok?</p> <p>P11: Eu sou cozinheira.</p> <p>RS: Aham. Cozinheira há três anos.</p> <p>RS: Aham, aonde? Aonde? três anos.</p> <p>RS: No Brasil ou no Haiti?</p> <p>TA: No Haiti. Si, ahm, no Haiti.</p> <p>RS: No Haiti. No Haiti, sim!</p> <p>RS: [Ok.]</p> <p>P12: Eu já traba motorista e mecânico. Eu tenho dezenove años experiência de motorista e seis años meca, de experiência de mecânico também.</p>
--

Source: MARCELINO, 2020.

Appendix 3 - Descriptive scale task 2.

Descritores de avaliação - Outcome achievement - Tarefa B: Procurando trabalho

Querido/a Avaliador/a, você irá ouvir os áudios com as respostas dos/as estudantes para a tarefa-alvo do terceiro ciclo de tarefas que compõem a minha pesquisa (que para fins da sua avaliação será denominado, aqui, como Tarefa B). O objetivo desta tarefa-alvo é: *Enviar uma mensagem de áudio para um colega/conhecido oferecendo seus serviços em um emprego de sua escolha, falando sobre suas experiências no ramo*. Seu papel como avaliador é mensurar cada performance estabelecendo uma pontuação de 0 a 5 para cada critério abaixo (sendo 0 a menor pontuação e 5 a maior pontuação). Finalmente, considerando o que as variáveis dos aspectos pragmático e de adequação do resultado comunicativo implicam, eu convido você a criar uma categoria adicional, caso você julgue necessário, ou seja, se você acredita que as categorias estabelecidas deixaram de apresentar algum aspecto importante, por favor, inclua-o abaixo, marque sua avaliação e me comunique.

Para ajudar você a se lembrar da tarefa final de cada participante enquanto você ouve os áudios, copiamos ela abaixo:
 * *Lembre-se que essa tarefa é aberta e podem haver diversas respostas diferentes. Não havia um modelo de resposta que os estudantes deveriam/pudessem seguir.*

4A - Você está procurando um emprego e pede ajuda a suas professoras e colegas para encontrar uma vaga. Grave uma mensagem de WhatsApp oferecendo seu trabalho e falando sobre suas experiências nessa profissão. Use o quadro abaixo para organizar sua mensagem.

Profissão:
Experiências:

I. Em termos gerais, o estudante alcançou o objetivo comunicativo da tarefa.
 () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 Por que você escolheu essa pontuação? _____

II. A - Compreende-se claramente a profissão que o “candidato” procura.
 () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 Por que você escolheu essa pontuação? _____

B - Compreende-se claramente as experiências de trabalho anteriores do “candidato” e sua relação com a vaga buscada atualmente.
 () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 Por que você escolheu essa pontuação? _____

III. O contexto comunicativo é levado em consideração na resposta (pense no gênero da mensagem de Whatsapp: como se dá essa comunicação, quem são os sujeitos envolvidos, etc).
 () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 Por que você escolheu essa pontuação? _____

IV. A informação foi transmitida de forma coerente.
 () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 Por que você escolheu essa pontuação? _____

V. A informação foi transmitida de forma clara - Você pode compreendê-la sem fazer esforço.
 () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 Por que você escolheu essa pontuação? _____

VI. A entonação, ritmo e velocidade com que a informação foi transmitida são adequadas
 () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 Por que você escolheu essa pontuação? _____

VII. O vocabulário usado é suficiente e adequado para cumprir a tarefa efetivamente.
 () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 Por que você escolheu essa pontuação? _____

VIII. Sua sugestão: _____
 () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
 Por que você escolheu essa pontuação? _____

Source: MARCELINO, 2020.

Appendix 4 - Instructions for Raters evaluation of responses to Tasks 1 and 2.

Querido/a Avaliador/a,

Primeiramente, muitíssimo obrigada pela gentileza de tirar um tempo pra me ajudar nessa tarefa!!!

O principal foco do meu estudo é entender o impacto e as implicações da implementação de ciclos de tarefa em aulas de Português como Língua de Acolhimento para imigrantes adultos que frequentam o projeto PLAM. Para tanto, dois, dos quatro ciclos de tarefas implementadas tiveram como tarefa-alvo a gravação de uma mensagem de voz, cada uma referente a um ciclo de tarefas diferente. O primeiro com o tema “Problemas de saúde” e o segundo com o tema “Procurando trabalho”. No campo de estudos sobre o ensino de línguas, atividades orais podem ser avaliadas de diversas maneiras, assim como em outros trabalhos conduzidos em salas de aulas intactas, no meu estudo eu escolhi avaliar a produção oral dos estudantes somente com relação a quão adequado foi seu **resultado comunicativo**. Na área de Tarefas, em inglês, se dá o nome a esse resultado de *communicative outcome*, o que NÃO confere a esse resultado simplesmente uma característica de resposta ou solução a um problema proposto, mas leva em consideração, e isso é central, a função COMUNICATIVA dessa resposta, e sua adequação tanto ao contexto em que ela foi abordada, quanto às características exigidas em cada contexto. Ellis (2003), um dos principais especialistas na área de tarefas, define *outcome* como o objetivo principal de uma tarefa, ou seja, o que se espera que os aprendizes façam (com a língua) ao final da tarefa. A realização desse resultado comunicativo abarca o fato de que, possivelmente, muitas vezes, independente do uso inadequado de estruturas gramaticais aqui e ali, se o estudante é capaz de realizar a tarefa, seu resultado comunicativo (*communicative outcome*) pode ser atingido, considerando que a tarefa possui uma natureza voltada, principalmente, para o significado.

Sua tarefa agora é ouvir os áudios dos participantes da minha pesquisa e selecionar na tabela descritiva uma pontuação à cada descritor, levando em consideração aspectos pragmáticos do uso da língua, que sejam adequados ao gênero discursivo de cada tarefa.

Pra você entender o que era esperado dos estudantes, é muito importante que você entenda como as gravações foram coletadas. Cada gravação aconteceu ao final dos seus respectivos ciclos de tarefas, que tinham o objetivo de preparar os estudantes linguisticamente para realizar a tarefa oral adequadamente. Como a atividade de gravação aconteceu dentro de uma sala de aula intacta, ambas gravações sempre acabaram acontecendo nos últimos minutos das aulas. A professora explicava a atividade, os estudantes tinham alguns minutos para se preparar, fazer anotações **se quisessem** por exemplo, e depois gravavam suas respostas em seus próprios celulares ou em gravadores com o auxílio das professoras. Eles não tinham tempo mínimo nem máximo de gravação.

Então, agora que já estabelecemos seu papel nessa pesquisa e você pôde entender um pouco melhor sobre como o estudo foi conduzido, é hora de botar a mão na massa! Pra você se familiarizar com os instrumentos usados nessa pesquisa, você receberá acesso aos **ciclos de tarefas** implementados, assim como às **mensagens orais gravadas** pelos estudantes. E, finalmente, você acessará as duas tabelas onde deverá marcar sua avaliação.

De maneira a “guiar” sua preparação para a avaliação, você pode seguir os seguintes passos:

1. Leia a tarefa A e pense sobre o que está sendo proposto, para que você entenda o que era esperado dos estudantes.
2. **Faça anotações sobre dúvidas** e/ou perguntas que você possa ter sobre o ciclo e sobre a tarefa-alvo e solucione-as com a pesquisadora **antes de iniciar** a avaliação.
3. Leia a tabela de critérios estabelecidos para avaliar as tarefas orais.
4. Agora, abra o questionário de avaliação. Ouça a resposta do participante nº 1 e estabeleça sua avaliação para cada critério.
5. Depois de atribuir a pontuação, por favor, inclua os comentários que julgar necessário para justificar sua escolha
6. Repita os procedimentos **4) e 5)** com os demais áudios.
7. Evite comparar a performance dos estudantes.
8. Quando você terminar com todos os áudios salve a tabela de avaliação e envie-a para a pesquisadora por e-mail.
9. Repita o mesmo processo e passo-a-passo com a tarefa B.

Se você tiver qualquer dúvida, por favor, me avise.

Mais uma vez, MUITÍSSIMO OBRIGADA!

Source: MARCELINO, 2020.

RELATÓRIO DE PESQUISA

Língua e cidadania: a apropriação da língua portuguesa por imigrantes haitianos no IFRS - *Campus* Bento Gonçalves



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Luiz Amaral (UMASS)
- Ricardo de Souza (UFMG)
- Thaís Maira de Sá (CEFET-MG)

AVALIADO POR

- Luciane Ferreira (UFMG)
- Ricardo de Souza (UFMG)

SOBRE OS AUTORES

- Leandro Rocha Vieira
Administração do Projeto,
Investigação e Escrita – análise
e edição.
- Júlia Sonaglio Pedrassani
Investigação e Escrita – análise
e edição.
- Carina Fior Postingher Balzan
Administração do Projeto,
Investigação e Escrita – análise
e edição.

DATAS

- Recebido: 13/10/2020
- Aceito: 04/12/2020
- Publicado: 23/12/2020

COMO CITAR

Vieira, L. R.; Pedrassani, J. S.;
Balzan, C. F. P. (2020)
Língua e cidadania: a
apropriação da língua
portuguesa por imigrantes
haitianos no IFRS - *Campus*
Bento Gonçalves. *Revista da*
Abralin, v. 19, n. 3, p. 852-879,
2020.

Leandro Rocha VIEIRA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

Júlia Sonaglio PEDRASSANI

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

Carina Fior Postingher BALZAN

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

RESUMO

O artigo aborda a apropriação da Língua Portuguesa por imigrantes egressos de um Curso de Extensão de Língua Portuguesa enquanto Língua de Acolhimento (PLAc), ofertado pelo IFRS-*Campus* Bento Gonçalves, refletindo-se sobre a proficiência linguística desse alunado. A pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com três imigrantes haitianos residentes no município de Bento Gonçalves-RS e analisadas a partir dos descritores do Quadro Europeu Comum de Referência (QEQR, 2001), com foco para a produção oral dos sujeitos. A partir dos resultados, é possível afirmar que os sujeitos apresentaram progressão na fluência em língua portuguesa, já que, de forma geral, cumpriram o proposto pelos descritores do nível A1 e A2 do QEQR (2001), em termos de produção oral. Esses resultados revelam, ainda, que o objetivo do Curso de Extensão, que é promover um aprendizado da língua que permita aos sujeitos comunicar-se em situações cotidianas de interação social, vem sendo alcançado.

ABSTRACT

This paper reports on the acquisition of Portuguese Language by immigrants who had undertaken an Extension Course of Portuguese Language as Welcoming Language (PWL) offered by IFRS-*Campus* Bento Gonçalves, analyzing the students' linguistic proficiency. The data was obtained through a qualitative and descriptive research based on interviews with three Haitian immigrants who live in the city of Bento Gonçalves-RS. The results were later compared to the Common European Framework of Reference for Languages (CEFR, 2001), focusing on the oral production of the subjects. From the information gathered, it is possible to state that the students demonstrate evolution on their Portuguese Language fluency, as they have mostly accomplished what is defined as level A1 and A2 of CEFR (2001) regarding oral production. In addition, these results reveal that the main goal of the Extension Course, which is to offer language learning that enables the students to communicate in everyday social interactions, has been accomplished.

PALAVRAS-CHAVE

Língua de Acolhimento. Quadro Europeu Comum de Referência. Proficiência linguística. Imigração haitiana.

KEYWORDS

Welcoming Language. Common European Framework of Reference for Languages. Linguistic proficiency. Haitian immigration.

Introdução

Processos migratórios são movimentos populacionais que ocorrem no mundo inteiro desde o início da humanidade, e o Brasil, assim como outros países, teve sua história constituída a partir desse fenômeno, que aqui remonta inicialmente ao período colonial, quando para cá vieram imigrantes de diferentes etnias com a finalidade de “povoar a nova terra”. Assim, desde o século XVI, houve um constante e contínuo processo de imigração de europeus, como portugueses, espanhóis, alemães, italianos e poloneses; de asiáticos, como árabes, chineses, japoneses e sul-coreanos; como também daquela migração forçada de povos africanos que, vindos na condição de escravos, marcaram fortemente a cultura brasileira. Todos esses e muitos outros, juntamente com os tipos humanos locais, os índios, contribuíram para a formação linguística e cultural do povo brasileiro (IBGE, 2020).

Recentemente, já no século XXI, o Brasil voltou a receber um grande contingente de imigrantes e de refugiados, em especial da América do Sul e Caribe, com preponderância de haitianos e de venezuelanos, a quem se juntam outras nacionalidades menos numerosas, porém de igual relevância. São homens e mulheres que deixam seu país, geralmente, em busca de melhores condições de vida, já que enfrentam problemas econômicos e sociais de toda ordem, como a violência, ou decorrentes de desastres naturais e/ou instabilidade política, e que aqui encontram condições de vida mais favoráveis. Além disso, como lembra Moreira (2010), outro motivo para os imigrantes elegerem o Brasil como destino é a abertura política propiciada pelo governo brasileiro, que conta com uma legislação inovadora em termos de imigração e de refúgio, de modo que os sujeitos têm maior facilidade para emitir novos documentos e fixarem-se no país.

O Rio Grande do Sul (RS) tornou-se um dos principais destinos dessas novas imigrações, principalmente pela grande oferta de emprego. De acordo com pesquisas de Uebel e Rückert (2018), a quantidade de imigrantes haitianos, que se constituem hoje como a principal imigração para o RS, tem aumentado desde 2010, e a tendência é que se mantenha esse crescimento por mais alguns anos, devido às condições socioeconômicas do Haiti ainda serem inferiores às desse Estado, como explicam os autores. Ao chegarem aqui, entretanto, esses imigrantes encontram muitas dificuldades, como conseguir um lugar para morar, procurar emprego, acessar os serviços públicos de saúde e educação. Assim, ao estabelecerem-se no país, é fundamental que sejam proficientes na língua portuguesa a fim de que possam exercer todas as atividades da plena cidadania, ou seja, o sucesso no processo de inserção e de integração na sociedade brasileira perpassa inevitavelmente a questão linguística.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus Bento Gonçalves*, atento a essa demanda social, desde 2013, oferece o Curso de Extensão em Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados, cujo objetivo é promover um aprendizado formal da língua que permita aos sujeitos comunicar-se em situações cotidianas de interação social como apresentar-se, pedir informações, locomover-se pela cidade, fazer compras, procurar emprego, providenciar documentação e acessar os serviços públicos de assistência social, saúde e educação. O Curso, de nível básico, é ofertado semestralmente no formato presencial, em dois módulos de 30 horas cada: o Módulo I, que prioriza conhecimentos da língua portuguesa que facilitem a comunicação oral dos sujeitos em situações cotidianas de interação; e o Módulo II, em que o conhecimento da língua escrita é ampliado a partir da leitura e da compreensão de textos de diferentes gêneros que circulam socialmente e da produção de pequenos textos, observando a língua em uso.

O objetivo deste artigo¹, dessa maneira, é prospectar a apropriação da Língua Portuguesa por imigrantes que concluíram o Curso de Extensão, concebido sob a perspectiva teórica de Língua de Acolhimento (doravante PLAc), a que se pretende dar maior visibilidade; e refletir sobre a

¹O presente artigo está vinculado ao Projeto de Pesquisa intitulado “Língua portuguesa como passaporte para a cidadania: aspectos socioculturais e linguísticos dos participantes do Curso de Extensão Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados do IFRS-Campus Bento Gonçalves”. Como a pesquisa envolve seres humanos, obedecendo à Resolução n. 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRS, sob o Parecer n. 3.346.749.

proficiência linguística desse alunado, uma vez que existe pouca informação sobre a efetividade desse ensino. Para tanto, nesta pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, realizaram-se entrevistas com três imigrantes haitianos que frequentaram o Curso entre os anos de 2018 (Módulo I) e 2019 (Módulo II), entrevistas estas que se constituem em arquivo sonoro do projeto, sendo gravadas, transcritas e, posteriormente, analisadas tomando por base os descritores fornecidos pelo Quadro Europeu Comum de Referências (QECR, 2001), com enfoque voltado a aspectos da oralidade desses informantes. Cabe ressaltar que a opção metodológica pelo Quadro decorre de não existirem no Brasil, como reconhecem Schoffen e Martins (2016, p. 272), “políticas linguísticas que estabeleçam parâmetros orientadores para esse ensino” ao se referirem à língua portuguesa quando trabalhada na perspectiva de uma língua adicional.

1. Uma nova perspectiva teórica e metodológica: o Português como Língua de Acolhimento (PLAc)

Devido ao contexto da imigração, uma nova especialidade de ensino de língua vem se estabelecendo nos meios educacionais brasileiros: o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc). Apesar desse conceito já encontrar amplo emprego em Portugal, o PLAc, embora não de forma consensual, também vem se consolidando na academia brasileira. Como entendido por Lopes e Diniz (2018), PLAc é uma ramificação da subárea de Português como Língua Adicional (PLA), que se dedica à pesquisa e ao ensino de português para imigrantes, com foco para deslocados forçados, que estejam em situação de vulnerabilidade social e que se encontram em imersão cultural e linguística em comunidades das quais não possuem conhecimento prévio. No entanto, para além de um conceito específico, o PLAc refere-se a um conjunto de abordagens teóricas e pedagógicas, de pensar sobre a prática do educador e de compreender como os estudantes imigrantes ou refugiados apreendem e colocam a língua em uso (VIEIRA, 2019), ampliando, assim, concepções e abordagens já empregadas no ensino de Língua Estrangeira (LE) e de Língua Segunda (L2).

Nessa perspectiva é que muitos professores e pesquisadores (GROSSO; TAVARES; TAVARES, 2008; GROSSO, 2010; SÃO BERNARDO, 2016; ALMEIDA FILHO, 2005, 2008; LOPEZ; DINIZ, 2018) discutem quais estratégias de ensino seriam mais adequadas a esses alunos, porque diferentemente de um falante nativo, em que a aquisição do sistema da língua ocorre inicialmente de forma espontânea e, posteriormente, pela aprendizagem, para o imigrante adulto, a assimilação dá-se em outras bases e sobre outros condicionantes, precipuamente, pela oralidade da língua, ou seja, é por meio da interação comunicativa que o aprendente desenvolverá sua competência no que tange à linguagem. De acordo com Grosso (2010), para o imigrante, a interação com os falantes nativos e o conhecimento da gramática são igualmente importantes, pois, a partir disso, ele começa a ter consciência da língua, do seu uso e da cultura local.

São Bernardo (2016) evidencia que os filhos de imigrantes não falantes do idioma, ao frequentarem a escola e ao terem contato com os colegas brasileiros, acabam aprendendo-o pela interação. Já quanto aos adultos, neste contexto de migração, verifica-se que muitos não têm a possibilidade de frequentar o sistema regular de ensino, o que, aliado a outros fatores, como a maior dificuldade em aprender uma Língua Segunda (L2) com o decorrer da idade, a pouca interação com falantes nativos ou, mesmo, a qualidade dessas interações comunicativas (VIGOTSKY, 2008), podem levar mais tempo para assimilar um sistema linguístico diverso ao seu, dificultando, conseqüentemente, sua inserção na sociedade. Os adultos, portanto, são os que mais necessitam de cursos de Língua Portuguesa, já que ao chegarem ao país de acolhimento precisam agir de maneira independente, em um contexto muito diferente ao do país de origem, especialmente no que se refere às questões do mundo do trabalho (GROSSO, 2010).

Surge, então, a necessidade da oferta de cursos de português para imigrantes e refugiados e, com isso, discussões relacionadas ao processo de ensino e de aprendizagem da língua e às metodologias de ensino mais adequadas a esse público. Contudo, ao conceber-se metodologias e estratégias de PLAc, além da heterogeneidade do público migrante em termos linguísticos e culturais, outros fatores devem ser observados na especificidade desses aprendentes, os quais podem influenciar as necessidades e os ritmos de aprendizagem. Essas especificidades estão relacionadas a variações: quanto à escolarização; quanto ao conhecimento prévio que já possuem em Língua Portuguesa; quanto à origem social; quanto ao tempo de permanência nas comunidades de acolhimento e, conseqüentemente, ao tempo que experenciam a língua-alvo; variação no conhecimento que possuem em outras línguas; variação socioeconômica e profissional, dentre outras (GROSSO; TAVARES; TAVARES, 2008).

Entende-se, com isso, que os conteúdos trabalhados em PLAc necessitam estar relacionados ao cotidiano dos imigrantes, abordando-se temas ligados ao trabalho, à cultura e à interação entre as pessoas no novo país, por meio de atividades baseadas em situações-problema (GROSSO, 2010). O estudo de Vieira (2019), com escopo na Sociolinguística, também sugere vincular o ensino da língua à cultura local, pois proporciona aos imigrantes benefícios como: expor o estudante ao falar espontâneo do brasileiro; pensar o uso da língua voltada ao atendimento de situações práticas; e desenvolver a apropriação da língua a partir da mediação com aspectos da vida social e cultural das comunidades em que estão inseridos. Pode-se considerar, portanto, que a concepção de Língua de Acolhimento vai além de conhecimentos puramente linguísticos, devendo abordar também aspectos semânticos e pragmáticos relacionados a outras competências discursivas e socioculturais.

Com o intuito de refletir sobre a proficiência dos alunos que concluíram o já mencionado Curso de Extensão e considerando que, em nosso sistema de ensino, é incipiente a discussão de parâmetros de ensino e de aprendizagem, bem como de avaliação dessa aprendizagem, voltados à língua de acolhimento (PLAc), fez-se a opção metodológica pelo uso do Quadro Europeu Comum de Referências (QECR), que se expõe a seguir.

2. O Quadro Europeu Comum de Referências (QECR) como parâmetro de análise

Desenvolvido pelo Conselho da Europa, esse documento norteador é uma proposta de base comum para o ensino, a aprendizagem e a avaliação das línguas do continente Europeu, porém com largo emprego por instituições de ensino e de pesquisa de outros países, sendo utilizado, por exemplo, na elaboração de materiais didáticos, em cursos de idiomas e em exames internacionais de proficiência em língua, como forma de criar um padrão entre os diferentes sistemas de certificação. No Brasil, foi adotado inicialmente em programas de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES), porém, hoje, é estendido a outras áreas de investigação e em outras práticas, como em programas de ensino de línguas (CANI; SANTIAGO, 2018).

Nesse contexto, o Quadro descreve “aquilo que os aprendentes de uma língua têm de aprender para serem capazes de comunicar nessa língua e quais *conhecimentos* e capacidades que têm de desenvolver para serem eficazes na sua actuação [sic]”, definindo, também, “os níveis de proficiência que permitem medir os progressos dos aprendentes em todas as etapas da aprendizagem e ao longo da vida” (QECR, 2001, p 19).

Nunes e Lorke (2011) são críticas ao uso desse documento e postulam que, ao padronizar os níveis de proficiência e, conseqüentemente, indicar quais as competências e habilidades que o aluno deve desenvolver para atingir determinado nível, atua de forma a unificar os diferentes sistemas de ensino pela delimitação de objetivos específicos para cada nível de aprendizagem e, assim, “independentemente da instituição ou do país em questão, a descrição dos objetivos de aprendizagem a serem alcançados seriam feitas de maneira generalizada em esquemas comuns a todos, com base nos níveis de referência” (NUNES; LORKE, 2011, p. 41). Os níveis a que se referem as autoras se tratam de seis planos gerais que abrangem o espaço de aprendizagem, sendo eles: A1, A2, B1, B2, C1, C2, agrupados em utilizador elementar (A1 e A2), utilizador independente (B1 e B2) e utilizador proficiente (C1 e C2), considerando-se o nível A1 a base, e C2, o último nível, o topo, sendo que a progressão de habilidades e conhecimentos para um nível mais alto engloba, necessariamente, o nível anterior, ou seja, um falante com proficiência A2 deve ser capaz de desenvolver, também, o que é descrito e esperado em A1 (QECR, 2001). Para cada um desses níveis, são definidas capacidades que devem ser alcançadas para se avançar no estudo da língua, e que são expressas por meio de descritores que constituem “uma série de pontos de referência (níveis ou patamares) que permitam calibrar o progresso na aprendizagem” (QECR, 2001, p. 27).

Para Nunes e Lorke (2011, p. 43), é difícil empregar descritores de forma a “encaixar” as capacidades de cada indivíduo à grade e aos padrões gerais estabelecidos pelo documento, sendo questionável a “fixidez” que se torna referência para a elaboração de materiais didáticos, avaliação e para o próprio ensino de língua. Por outro lado, admitem a necessidade de diretrizes ou a definição de critérios de avaliação, porém desde que adaptados a cada realidade. Apesar de se concordar em parte com os argumentos das autoras, em especial, quanto ao uso ideológico e político do Quadro, bem

como com a necessidade de uma avaliação global do aprendiz, não se descarta, entretanto, seu emprego em situações específicas em que possa servir como um referencial a educadores no contexto de PLAc, de maneira que se possa refletir sobre a proficiência desses alunos, ou, mesmo, como uma ferramenta que permita diagnosticar possíveis dificuldades que eles apresentem.

Sobre a alegada fixidez do documento, o próprio QECR (2001) indica seu caráter extensivo, que visa envolver diversos contextos, realidades e objetivos de ensino, constituindo, assim, um sistema aberto, flexível, que não trata seus descritores como fórmulas fechadas, mas que permite adequações às necessidades dos usuários. Portanto, é uma ferramenta que facilita o processo de ensino e de aprendizagem de línguas na medida em que serve de guia para seus utilizadores, e não tem por finalidade influenciar diretamente a didática das aulas de idiomas.

Além do mais, o documento também aponta que o desenvolvimento de uma proficiência comunicativa envolve outras dimensões para além da dimensão estritamente linguística, como questões socioculturais, afetivas e de aprendizado (QECR, 2001). Esse é um ponto importante ao se analisar a proficiência de alunos imigrantes ou refugiados, devido ao seu perfil heterogêneo. Por conta disso, a abordagem é orientada para a ação, pois considera “os recursos cognitivos, afectivos, volitivos e o conjunto das capacidades que o indivíduo possui e põe em prática como actor social [sic]” (QECR, 2001, p. 29). Isso quer dizer que o falante imigrante coloca em jogo uma série de outras estratégias no aprendizado da língua, além dos aspectos linguísticos, em que se tende a trabalhar a fonética e a estrutura da língua aliadas de situações concretas em que essas estruturas são requeridas e colocadas em uso.

Ao utilizar o novo idioma, de qualquer modo e para qualquer finalidade, o sujeito realiza, segundo o QECR (2001), atividades comunicativas da língua, que podem ocorrer de duas formas: através da interação entre falantes, em que “os participantes são, alternadamente, produtores e receptores” (QECR, 2001, p. 89); ou através do contato com discursos gravados ou textos impressos, caso em que os participantes são apenas receptores do conteúdo. Esses acontecimentos linguísticos podem ocorrer em quatro diferentes âmbitos, são eles: dizer, escrever, ler ou ouvir. Segundo o documento, a maioria das situações envolve mais de uma atividade e, a partir desse entendimento, é possível, por exemplo, desenvolver estratégias de ensino em cursos de PLAc.

Em vista do acima exposto, para se conjecturar sobre o nível de proficiência dos sujeitos desta pesquisa, parte-se do ponto de vista das autoras Grosso, Tavares e Tavares (2008, p. 09), ao afirmarem que a formação linguística elementar deve corresponder:

[...] a necessidades comunicativas imediatas bem concretas e considerar, de modo muito pertinente, uma visão da aprendizagem que não se limite a uma dimensão estritamente linguística, mas antes releve o uso da língua em contexto social, contemplando a realidade quotidianamente vivida pelos aprendentes, [...].

Dessa maneira, inicialmente, apresenta-se, na Tabela 1, um compilado dos descritores de referência mais significativos para este estudo, fornecidos pelo QECR (2001), para alunos de nível elementar, classificados em A1 e A2, ou seja, aprendizes que travam o primeiro contato com a língua e a cultura de acolhimento, sendo esse o perfil dos alunos que frequentam o Curso de Extensão ofertado pelo IFRS-Campus Bento Gonçalves.

Conhecer estes descritores, grosso modo, permite observar fatores como o conhecimento que os alunos já possuem da língua portuguesa e as dificuldades que apresentam ao se expressarem verbalmente, ou, mesmo, adaptá-los ou ampliá-los, respeitadas as peculiaridades dessa especialidade de ensino e de seus sujeitos, de modo a permitir ao educador traçar estratégias que se adequem à necessidade linguística dos imigrantes. Segue a Tabela 1, contendo os Descritores Gerais de acordo com o QECR (2001):

Campo	A1	A2
Fala-compreensão; interação e fluência	É capaz de compreender e usar expressões familiares e quotidianas; produzir enunciados que satisfaçam necessidades concretas; apresentar informações pessoais; comunicar de forma simples, desde que o interlocutor o auxilie; e responder perguntas relacionadas às necessidades imediatas; entender instruções dadas de forma clara e pausada; produzir enunciados curtos com pausas; interagir, mas ocorrem repetições e correções; fazer apresentações básicas; cumprimentar e despedir-se.	É capaz de: compreender expressões de prioridade imediata e relacionadas a aspectos pessoais, comunicar tarefas simples e rotinas e descrever sua formação; entender o assunto da discussão ao falar com nativos; participar em breves diálogos, mas não o suficiente para manter uma conversa; discutir programações com os amigos; dar sua opinião sobre problemas práticos, desde que seja ajudado a formular, em discussões formais; tomar a palavra e de encerrar seu turno em uma conversa. Em sua fala, ocorrem pausas, repetições e reformulações ainda evidentes.
Vocabulário	Tem repertório básico de palavras, relacionadas a situações concretas e pessoais. É capaz de: responder sobre o local onde vive, o que possui, os assuntos que têm familiaridade e solicitar utilizando enunciados relacionados às necessidades imediatas; lidar com números, quantidades, custos e tempo.	Usa padrões frásicos e expressões memorizadas relacionadas ao dia a dia. É capaz de: utilizar formas de tratamento simples, cumprimentos, responder perguntas acerca do trabalho e de tempo livre, falar sobre o que fazer e aonde ir e como realizar tarefas; fazer transações em lojas, correios e bancos; utilizar transporte público e contratar viagens; perguntar o caminho e indicá-lo; fazer compras simples, indicando o que deseja, bem como pedir uma refeição.
Gramática	Possui poucas estruturas gramaticais em padrões memorizados. É capaz de ligar grupos de palavras com conectores como “e” ou “então”.	Usa estruturas simples, mas ainda comete erros sistemáticos, como troca de tempos verbais e de concordâncias. É capaz de ligar grupos de palavras com conectores como “e”, “mas” e “porque” e de adaptar expressões memorizadas, aumentando-as.
Pronúncia	A pronúncia pode ser entendida com dificuldade pelos falantes nativos,	Pronúncia suficientemente clara para ser compreendida, apesar do sotaque.
Adequação sociolinguística	É capaz de estabelecer contatos sociais básicos, utilizar palavras de saudação, de despedida e outras como <i>por favor</i> , <i>obrigado</i> , <i>desculpe(a)</i> .	É capaz de exprimir e reagir a funções elementares da língua, como responder pedidos, exprimir opiniões e atitudes; e de responder a convites, recusando-os ou aceitando-os. Utiliza expressões simples, mas eficazes.

TABELA 1- Descritores Gerais

Fonte: elaborado pelos autores a partir do QECR (2001, adaptado).

Em razão do escopo deste trabalho, para a realização da análise, verificou-se apenas a proficiência no aspecto da produção oral dos sujeitos pesquisados. A escolha justifica-se devido a ter-se em foco o desenvolvimento da competência discursiva dos alunos, em que se busca verificar se houve avanços linguísticos, culturais e interacionais em termos de interação discursiva, ao interagirem e se expressarem oralmente com falantes nativos, neste caso, os próprios pesquisadores. Para tanto, foram selecionados descritores a partir do QECR (2001), os quais contemplam alguns dos pontos de referências ligados à produção oral do idioma-alvo, conforme disposto na Tabela 2 a seguir:

Campo	A1	A2
Produção Oral Geral	É capaz de produzir expressões simples e isoladas sobre pessoas e lugares.	É capaz de fazer uma descrição simples ou uma apresentação de uma pessoa, das condições de vida ou de trabalho, das atividades quotidianas, daquilo de que gosta ou não, etc., numa série curta de expressões e de frases ligadas como numa lista.
Descrever uma experiência	É capaz de se descrever a si próprio, descrever o que faz e onde mora.	É capaz de: contar uma história ou de descrever algo, fazendo uma lista de tópicos; descrever aspectos do seu dia a dia: as pessoas, os lugares, uma experiência de trabalho ou de estudo; de fazer descrições elementares e curtas de acontecimentos e atividades; descrever planos e preparativos, hábitos e rotinas, atividades passadas e experiências pessoais; usar uma linguagem descritiva simples para fazer declarações breves acerca de objetos e do que lhe pertence, bem como fazer comparações; de explicar do que gosta ou do que não gosta em qualquer coisa; descrever sua família, as condições de vida, a sua formação, o seu trabalho atual ou mais recente; de descrever pessoas, lugares e coisas em termos simples.
Fluência na Oralidade	É capaz de produzir enunciados muito curtos, isolados e geralmente estereotipados, fazendo muitas pausas para procurar expressões, articular palavras que lhe são menos familiares e para remediar problemas de comunicação.	É capaz de se fazer entender em intervenções breves, embora sejam evidentes as pausas, as reformulações e as falsas partidas; e de construir expressões sobre tópicos que lhe são familiares, com a vontade suficiente para efetuar trocas verbais curtas, apesar das hesitações e das falsas partidas serem muito evidentes.

TABELA 2 - Descritores de Produção Oral

Fonte: elaborado pelos autores a partir do QECR (2001, p. 91, 92 e 183 adaptado).

Nesta discussão, consideram-se os níveis A1 e A2 do QECR (2001) porque são orientados a falantes elementares de uma língua, ou seja, falantes que começam a internalizar o sistema linguístico, elaborando e reelaborando as estruturas, internalizando o léxico, a partir da interação com outros falantes nativos. Apresenta-se, a seguir, o relato do procedimento metodológico para, depois, tecer

algumas relações entre esses níveis elementares do QECR (2001) e o que pôde ser observado quanto à competência comunicativa de três alunos imigrantes que frequentaram o Curso de Extensão em Língua Portuguesa do IFRS.

3. Procedimento metodológico da pesquisa

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três imigrantes haitianos, através de encontros individuais com cada informante, com o objetivo de verificar a progressão da aprendizagem desses estudantes em língua portuguesa, após participarem por dois semestres do Curso de Extensão em Língua Portuguesa. Assim, primeiramente, foi realizado um diagnóstico inicial da proficiência dos alunos, que teve por base: (i) o relato da professora/pesquisadora², que na condição de regente de classe pode observar a competência inicial desses alunos em se comunicar em língua portuguesa; (ii) a observação acerca da interação comunicativa desses alunos no decorrer dos encontros, tanto com a professora/pesquisadora, como entre eles e os demais alunos da turma, a qual era composta por vinte e um estudantes haitianos; (iii) na análise de algumas das tarefas verbais, orais e escritas que os informantes realizaram no decorrer do Curso. Esse conjunto, depois de sistematizado, possibilitou o diagnóstico prévio das habilidades comunicativas dos alunos, que foram depois submetidos a entrevistas orais semiestruturadas.

Quanto às entrevistas, os encontros ocorreram no mês de novembro de 2019, nas dependências do IFRS, sendo os interrogatórios gravados e posteriormente transcritos³. Assim, constituíram-se em interações orais entre pesquisadores/documentadores e informantes, oportunidade da verificação de elementos linguísticos e culturais assimilados pelos alunos no decorrer do Curso. Os interrogatórios tiveram como ponto de partida o relato da trajetória de vida de cada aluno/entrevistado e algumas de suas vivências no Brasil. Para tanto, os informantes foram incentivados a falar da sua experiência em línguas, das rotas de chegada ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, das interações sociais

² A avaliação inicial dos informantes ocorreu por observação direta (LAKATOS; MARCONI, 2001), já que uma das pesquisadoras é, também, a regente de classe das aulas de língua portuguesa ofertadas no Curso de Extensão do *Campus* Bento Gonçalves, atuando como professora no projeto desde 2018, sendo, ainda, Coordenadora do Projeto de Pesquisa em PLAc no referido *Campus*. Ainda, os demais pesquisadores também realizaram observação passiva ou não participante (*Ibid*, 2001), sendo o resultado dessas observações e anotações sistematizados no decorrer da pesquisa a fim de subsidiar a análise inicial da proficiência desses alunos.

³ Foram adotados alguns sinais para que as transcrições se tornassem mais claras e, ao mesmo tempo, mantivessem traços relevantes da oralidade dos informantes. Assim, nos excertos e fragmentos utilizados nas exemplificações, observou-se as normas de transcrição a seguir: (i) incompreensão de palavra ou segmento: (); (ii) hipótese do que se ouviu: (hipótese); (iii) Entoação enfática: Maiúsculas; (iv) Qualquer pausa: ...; (v) comentários descritivos do transcritor: ((minúsculas)) (KOCH, 2018, p. 82 a 84 - adaptado pelos autores). Ainda, empregou-se [...] para marcar a interrupção de transcrição, por não interferir na análise. Adotou-se, também, o asterisco (*) quando do trato de informações pessoais dos informantes, a fim de se manter o anonimato dos sujeitos.

com os brasileiros, da inserção no mundo do trabalho, do processo de aprendizagem da língua portuguesa e das impressões sobre o Curso de Extensão.

Destacam-se, primeiramente, algumas características desses informantes que são relevantes para a análise de sua proficiência linguística. De maneira geral, são adultos jovens, com escolaridade correspondente ao Ensino Médio, residentes no Brasil há menos de dois anos no momento da pesquisa e inseridos formalmente no mercado de trabalho: Informante 1 (I1): homem, 28 anos, residente no Brasil há um ano e meio, trabalha na área da construção civil; Informante 2 (I2): mulher, 31 anos, residente há um ano e onze meses no Brasil, auxiliar de produção em um frigorífico; Informante 3 (I3): homem, 33 anos, residente no Brasil há um ano e sete meses, auxiliar de produção em um frigorífico. Todos os entrevistados possuem um ou mais cursos técnico-profissionalizantes, como encanador(I1), secretariado e contabilidade (I2) e carpintaria (I3), realizados no Haiti. Além da língua materna (crioulo haitiano), dominam o francês, a outra língua oficial do Haiti, e possuem algum conhecimento do espanhol, adquirido por meio de cursos (I3) ou por terem residido por algum tempo na República Dominicana, país vizinho (I2). Nenhum dos informantes possuía conhecimento da língua portuguesa antes de emigrar para o Brasil. Informaram que saíram do país de origem com destino ao Brasil, indo diretamente para a cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, onde já residiam alguns conhecidos e familiares.

Quanto à proficiência linguística dos sujeitos da pesquisa ao iniciarem o Curso de Extensão, no mês de agosto de 2018, notou-se que, de maneira geral, demonstravam dificuldades de compreensão e comunicação em português. Possuíam um vocabulário bastante restrito em língua portuguesa e não eram capazes de formular frases inteiras, apresentando dificuldades principalmente na construção sintática com o emprego de verbos. Em virtude disso, e com maior frequência no início do Curso, a docente realizava as explicações em francês ou espanhol, juntamente com o português, visto que alguns alunos (I2 e I3) tinham conhecimento do espanhol e o utilizavam na tentativa de estabelecer a interação. Ao longo do Curso, houve ampliação de vocabulário, aperfeiçoamento da construção sintática na elaboração de frases, emprego da conjugação verbal e uso de conectores nas orações. A partir do Módulo II, iniciado em março de 2019, os sujeitos já eram capazes de manter um diálogo sobre assuntos diversos relacionados a temas do cotidiano, avançando para a leitura e escrita de pequenos textos em língua portuguesa.

Realizadas as transcrições das falas de cada informante, procedeu-se às análises dos textos produzidos, comparando-os às Tabelas 1 e 2 do QECR (2001), respectivamente, “Descritores Gerais”, sendo estes: Fala-compreensão; Interação e fluência; e Adequação sociolinguística; e “Descritores de Produção Oral”, sendo estes: Produção oral geral; Descrever uma experiência; e Fluência na oralidade, tanto no nível A1, quanto no nível A2. Cabe esclarecer ainda que, por opção dos pesquisadores, a análise é construída em duas partes. A primeira, tendo como parâmetros o conjunto da Tabela 2, em que se apresentam os Descritores de Produção Oral, naquela ordem: (4.1) Produção oral geral; (4.2) Descrever uma experiência; e (4.3) Fluência na oralidade. Na segunda parte, constantes os itens da Tabela 1, são analisados os Descritores Gerais, inerentemente aos pontos: (4.4) Fala-compreensão; Interação e fluência; (4.5) Vocabulário, Gramática e Pronúncia, e (4.6) Adequação sociolinguística. A partir desse

conjunto, procurou-se verificar em que medida os alunos foram capazes de expressar o que era esperado naqueles descritores do QECR (2001), além de se pontuar outras ocorrências gerais dos seus modos de se expressar na língua portuguesa, relevantes a esta discussão. Assim, apresenta-se a seguir a análise dos dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os imigrantes haitianos, como também nossa percepção sobre algumas das competências desenvolvidas por eles, e aquilo que podem ser consideradas falhas ou problemas no processo comunicativo (PRETI, 1999; KOCH, 2018).

4. Resultados e discussões

4.1. Produção oral geral

Relativamente à Produção oral geral, a expectativa no nível A1 é que o aluno seja capaz de produzir expressões simples e isoladas sobre pessoas e lugares, e que, em A2, além de manter tais estruturas, a competência seja ampliada de forma a realizar a apresentação de uma pessoa, das condições de vida ou de trabalho, das atividades quotidianas, daquilo de que gosta ou não, com o emprego de séries curtas de expressões e de frases ligadas como em lista (QECR, 2001).

Verificou-se que os três informantes foram capazes de produzir tais composições. Assim, comentam sobre lugares, pessoas, trabalho, escolaridade e formação, como nos exemplos:

(I1): “meu nome é *”, “aqui no Brasil é melhor” e “estou operador da máquina da balança (balança) sabe?”;

(I2): “na Haiti...eu fazê (fiz) curso secretária” e “aqui no Brasil (Brasil) eu moro com...com... meu amingo (amigo) e aminga (amiga) também”;

(I3): “eu sô pai...sô um homem casado...eu tenho três meninas e eu...eu sô carpinteiro”.

Entretanto, além das estruturas simples, o que já era esperado, os sujeitos conseguiram produzir outros enunciados mais elaborados, tanto de um ponto de vista sintático, quanto do encadeamento semântico e pragmático, que enriqueceram seu discurso. O fato de os sujeitos entrevistados serem convidados a falarem de si e sobre suas experiências revela-se importante para a interação, já que os sujeitos ocupam seu lugar de fala em um espaço em que realmente são ouvidos, fato que não é uma constante para esses imigrantes na vida cotidiana. É o que se constata nos excertos a seguir:

(I1): “sabe, tem...problema politica (político) no Haiti e tem dificuldade pra tê trabalha...emprego...sabe...e...eu saí pra (pra) isso...pra tê trabalha (trabalho) tê uma vida melhó...mais tranquilidade...eu gosto disso”;

(I2): “meu trabalho eu gosto porque (porque)...eu apren...eu aprende (aprendo) coisa novo (nova) pra (pra) minha vida...porque...eu fazê (faço) inspeção mais (mas)...ah...eu não gosto porque (porque) eu trabalha (trabalho) de pé [...] meu jeulho (joelho)...meu braça (braço) dói”;

(I3): “eu vô fazê o curso...e chegano (chegando) aqui chego no curso...agora eu posso... agora eu posso...eu posso falá mas (mais) todo mundo me entende...[...] o curso é muito bom”.

Conforme pode-se perceber, os sujeitos utilizaram vocábulos e expressões que remetem a situações concretas de seu dia a dia, daquilo que lhes é familiar, abrangendo aqueles assuntos já previstos nos descritores de oralidade. Porém, além das estruturas gramaticais simples, geralmente com frases curtas e em ordem direta, compostas por sujeito, verbo e complemento, existem outras mais complexas, com emprego de orações coordenadas e subordinadas. Em algumas das falas destacadas, também se nota o uso de dêiticos, que situam o sujeito discursivo no tempo e no espaço, como nas locuções adverbiais ou advérbios de local, como “na Haiti” e “aqui”, ao se referirem ao local em que se encontravam no momento da entrevista.

Em relação a este descritor, alguns pontos podem ser destacados. Conforme consta no QECR (2001), havia uma indicação de que as frases/orações fossem formuladas como em uma lista, forma usual empregada, muitas vezes, por aprendentes que possuem pouco domínio da estrutura da língua, em especial, que ainda não se apropriaram de conectores e operadores que possam auxiliar na coesão e coerência do texto/discurso, sendo essa estrutura em lista a maneira que encontram para encadear a enunciação e progredirem textualmente. Contudo, nas transcrições analisadas, verifica-se que são poucas as situações em que isso ocorreu, grosso modo, como no trecho: “pra tê trabalha (trabalho) tê uma vida melhó (melhor)...mais tranquilidade” (I1). Nas outras intervenções, dos Informantes 2 e 3, pelo contrário, foi possível identificar a ocorrência de orações mais complexas, como nestas orações coordenadas: “tem...problema politica (política) no Haiti e tem dificuldade pra te trabalha”. Além disso, destaca-se a capacidade do Informante 3 em utilizar expressões mais elaboradas e menos frequentes em um discurso do dia a dia, como neste excerto: “posso dizer noventa por cence (cento) haitiano é fanatique (fanático) do Brasil”. Apesar de haver falhas na pronúncia e ausência da conjunção esperada “que”, há um esforço para produzir uma oração subordinada, que também conta com a construção de um parâmetro “noventa por cence (cento)”, com a ideia de que o entrevistador pudesse entender e dimensionar como o povo haitiano gosta do brasileiro e do futebol do Brasil.

Pode-se questionar, ainda, que implicações teria a formulação de uma oração subordinada para a aprendizagem de PLAc. Para refletir sobre esta questão, inicialmente, traz-se Moraes (1999), para quem a frase é a típica unidade de discurso em interações concretas, isto é, o que realmente se realiza entre interlocutores por atos de fala. Assim, a frase “apresenta-se aos nossos ouvidos como uma emissão de voz, delimitada por pausas e acompanhada de entoação específica” (MORAES, 1999, p. 174), sendo que o sistema da língua portuguesa, em sua organização, possibilita estruturas variadas. Dessa forma, uma frase pode ser constituída de uma simples interjeição a uma construção “complicada”, entendida esta como a “oração complexa [...] a que se dá o nome de período composto por

subordinação” (MORAES, 1999, p. 174-175). E segue a autora, ensinando que a oração, isto é, o tipo de frase construída em torno de um verbo, é uma estrutura que independe de situações de comunicação, apesar de estar suscetível às interferências da interlocução.

Infere-se de tal afirmação que a enunciação organizada em torno de um verbo, quando transcrita da fala, se desvestida das marcas da interação e dos elementos alheios à organização sintática, o que se encontraria seriam períodos normalmente estruturados por coordenação ou subordinação e, apesar das perdas daqueles elementos próprios da oralidade, que influem para com a informação global do enunciado, estaria preservado o conteúdo conceitual, que o falante emprega para referir o mundo, para externar o seu pensamento (MORAES, 1999).

Ainda, sobre a organização do discurso em torno dos verbos, Calvet (2002) descreve que um falante estrangeiro que não possua o domínio de uma língua, ao ser colocado em situação de interação com falantes de outras línguas, procura se comunicar e, para isso, faz uso de estruturas mais simples, o que está relacionado ao uso de línguas aproximativas, em que se teoriza sobre o emprego dessas estruturas como estratégia de se criar uma língua veicular. Em aulas de PLAC, tais construções podem ser percebidas no largo emprego do pronome de primeira pessoa mais verbo infinitivo, por exemplo, como em realizações como: “eu comprar”; “eu querer”; “eu fazer” (VIEIRA, 2019).

Assim, para o ensino de PLAC, é importante ter-se claro a forma como imigrantes organizam e estruturam seus discursos, e que a apropriação da estrutura da língua ocorre de forma gradativa, como sugere o QECR (2001). Compreender tais empregos, tanto daquelas formulações mais simples, quanto das mais complexas, como no caso das orações subordinadas, permite ao educador perceber como o aluno vem ou não, progressivamente, assimilando as estruturas do português; como as realiza na fala; quais são suas escolhas linguísticas; e se a forma que as utiliza é adequada. Por fim, conhecer o verbo e seu uso permitirá, conseqüentemente, a ampliação do léxico e a ampliação do campo conceitual do aluno.

4.2 Descrever uma experiência

Quanto ao descritor descrever uma experiência, espera-se que, em A1, o aprendente possa comentar sobre si próprio, sobre o que faz e sobre o local onde vive, e que, em A2, seja capaz de contar histórias ou descrever situações brevemente, como em uma lista de tópicos, abordando assuntos elementares, como aspectos de seu cotidiano, atividades, preparativos, hábitos e rotinas, e ainda dizer o que gosta ou que não gosta, atividades passadas e experiências pessoais. Para tanto, o descritor alude que seja utilizada linguagem descritiva e termos simples (QECR, 2001).

Verifica-se que todos os sujeitos foram capazes de descrever experiências e situações relacionadas à vida pessoal e profissional, e de narrar eventos sobre a sua vinda para o Brasil, sobre a sua família, sobre o que deixaram em seu país de origem e sobre suas expectativas futuras. Desse modo, mesmo que através de uma linguagem simples e, às vezes, com alguma dificuldade em pronunciar

certas palavras ou de empregar conectores/marcadores de modo mais abrangente, foram capazes de cumprir o esperado pelo descritor. Isso está presente, por exemplo, nas seguintes falas:

(I1): “meu trabalho...eu gosto porque (porque)...eu apren...eu aprende (aprendo) coisa novo (nova) pra (pra) minha vida [...]”;

(I2): “eu termino com a escolari...depois eu estudei contabilidade informatizada”;

(I3): “eu recebo pôco (pouco) e...têz (três) meninas pa (para) cuidá pa (para) mandá dinheiro pra elas...pa (para) mandá dinheiro lá tem que receber em reais né e mandá lá no...em dolá (dólar) americano... e (é) difícil...no (não) é a mesma coisá (coisa)”.

Observa-se, por vezes, que há uma certa dificuldade dos informantes (I) pronunciarem determinadas palavras afetas ao campo semântico trabalho/profissão, precisando, em algum momento, da intervenção do entrevistador/documentador (Doc) para que a comunicação continue fluída. É o que se verifica nos excertos: “eu trabalha lá no concretos sabe [...] [Doc: qual é o produto?] ...ele fazê bloco, laje, meio fio” (I1); e “como dizê (diz) espelha (espera) contebei... também [Doc: Contabilidade?] sim” (I2). Tais falhas, mais do que uma simples pausa, parecem ocorrer, talvez, por algumas expressões ainda não fazerem parte do vocabulário rotineiro, comumente empregado pelo informante em conversas de seu cotidiano.

Dos relatos dos sujeitos, destaca-se ainda a experiência de situações de preconceito vivenciadas⁴, muitas delas, de cunho racista ou discriminatório, verbalizadas nas três entrevistas. Nas narrações, os informantes utilizaram diferentes recursos de comunicação para expor essas vivências, dos quais são exemplos os excertos a seguir:

(I1): “tem bastante as pessoa...que é muito racista sabe ele no (não) que (quer) ajuda (ajudar)...as pessoa que tá...preto sabe? e...é isso que acontece [...] quando tu tá no onubusa (ônibus) e no qué sentá...perto de ti”;

(I2): “tem muito blasileilo (brasileiro) que no gostalia (gostaria) de vive (viver) com nós porque (porque) são pode dizê tem um problema de...como dizê...raciss...racismo” (I2).

(I3): “eu nunca uso porque...eu não me sinto...eu disque (?)...nas praças eu vi só brasileiros nunca vi...eu não...eu não quero fala assim...pa (para) vocês não pensa que eu sô...tipo...racismo (racista) e...quando eu...uma vez...eu me lembro que eu...que eu diz...ah... vô na praça fazê...treinamento...pouquinho...chegô (chego) na praça é todo brasileiro e no (não) tem ninguém do meu cor e é tudo blanquinho (branquinho) eu digo ai meu Deus...e eu fica (fico) com vergonha”, ao falar sobre a utilização dos espaços públicos da cidade.

⁴ Os relatos de preconceito racial vivenciados por imigrantes haitianos no município de Bento Gonçalves são frequentes também durante as aulas do Curso de Extensão e revelam uma sociedade que ainda precisa ser educada para as diferenças. Trata-se de uma questão de extrema relevância, que merece ser abordada em outras investigações, já que, por não constituir o foco deste estudo, não pôde ser aprofundada.

Tomando como exemplo esses segmentos, fica evidente no processamento do texto que há pausas, hesitações e reformulações, próprios da oralidade da língua, sendo necessárias, algumas vezes, a intervenção do entrevistador. Contudo, ao contrário do que prevê o descritor em ambos os níveis de uma interação mais truncada, isto é, em que sejam necessárias intervenções frequentes do interlocutor nativo para auxiliar o informante, ou para esclarecer o que quis dizer, ou para auxiliá-lo na manutenção do diálogo, verifica-se que os sujeitos, em grande parte, formularam seus enunciados de modo autônomo e estruturado. Assim, foram capazes de reter seu turno de conversação, de elaborar, além de frases curtas e simples, períodos complexos e até de utilizar outros recursos de narrativa, como o discurso reportado, que ocorre quando o falante reproduz um segmento textual que havia sido dito no momento do acontecimento relatado, o que pode ser visualizado no fragmento a seguir: “*eu digo ai meu Deus*”(I3).

4.3 Fluência na oralidade

Quanto ao descritor Fluência na oralidade, conforme previsto pelo QEQR (2001), no nível A1, espera-se que o aprendente seja capaz de produzir enunciados muito curtos, isolados e, muitas vezes, de forma estereotipada. Pausas e hesitações são frequentes para procurar vocábulos ou articular palavras que são menos utilizadas ou familiares. Já no nível A2, o falante deve ser capaz de se fazer entender em intervenções breves, mesmo que sejam evidentes as pausas, falsas partidas e reformulações. Conjectura-se que seja capaz de falar sobre tópicos familiares com segurança para fazer trocas verbais breves.

Sobre este descritor, os sujeitos da pesquisa foram capazes de se comunicar com fluência e clareza. Quanto à emissão em estruturas curtas, estas já são uma característica do discurso oral face a face, o que não pode ser considerado como característica particular do falar desses informantes e, pelo contrário, existem emissões com estruturas mais complexas; havia ainda o indicativo de construções discursivas com formas isoladas, essas foram pouco observadas. Ainda se mostraram fluentes em sustentar ou ceder o turno de conversação⁵, interagindo a todo o momento com os pesquisadores.

Evidentemente, como já observado, ocorrem pausas e reformulações nos discursos dos três informantes, todavia não na intensidade e regularidade que é prevista pelo QEQR (2001). As dificuldades parecem estar mais associadas à falta de um repertório vocabular mais amplo, o que reflete em um maior tempo para o processamento discursivo visando encontrar expressão mais apropriada. Verifica-se, também, a dificuldade em articularem foneticamente determinados sons da língua, o que reflete, às vezes, em maior obstáculo à compreensão do ouvinte, o que geralmente é suprido na interação face a face por um pedido de esclarecimento ao locutor, que emprega estratégias de reformulação por inserção heterocondicionada (KOCH, 2018).

⁵ Sobre “turno conversacional” ver Preti (1999) e Koch (2018).

Conforme Koch (2018), as inserções, que podem variar em extensão, tratam-se de segmentos discursivos que provocam uma espécie de suspensão temporária no tópico em curso, favorecendo a interação entre os falantes a fim de promover uma ação relevante como: possibilitar uma explicação; ilustrar um fato; atenuar uma crítica; manifestar ressalvas; introduzir avaliação ou atitudes dos atores discursivos, dentre outras. A autora segue explicando que em uma inserção heterocondicionada, aquela que não é promovida espontaneamente pelo locutor, este ao desenvolver o turno de fala é interrompido pelo seu interlocutor que, assaltando o turno, faz um questionamento. Isso obriga o locutor a interromper-se e responder ao interveniente. Assim, se após a interrupção o locutor retomar o fio discursivo, ter-se-á uma inserção heterocondicionada. Tal situação acontece no excerto a seguir: I2: “[...] meu namoladô mola Chilhe...Ele no qué vir aqui polque ele dizê...o salário do Brasil é muito barato...”; (Doc): “muito baixo”; I2: “sim ((risos))...muito baixo...porque depois ele...trabalha...ahm...sentado, com administrativa...ahm...em Chile...aqui ele no (não) podi...”.

Nesse exemplo, a informante emprega o termo “barato” para se referir aos valores do salário, neste momento há uma correção provocada pelo interlocutor, que demonstra estranheza diante da expressão empregada, verbalizando “muito baixo”, a informante acaba por interromper o fluxo, respondendo ao interlocutor “sim”, com a repetição da estrutura sugerida. Logo, na sequência, retoma prontamente o fio discursivo a respeito do tópico, tal ocorrência evidencia uma inserção heterocondicionada.

Para conseguirem comunicar o desejado, como já observado, os sujeitos da pesquisa utilizaram com propriedade recursos da língua oral. Nesse sentido, há trocas lexicais para correção ou para reformulação de enunciados, que surgem com o intuito de corrigir o vocábulo anterior, como acontece em: “ele me dizê...ele me pêdi” (pede) (I1). Também há pausas para procura da palavra desejada, seja através de expressões verbais lexicalizadas como “sabe” e “né”, ou pela repetição de termos ou segmentos como de pronomes: “eu...eu”, “ele...ele”, ou por elementos verbais não lexicalizados como “ah, ahh, uh”. Também há falsas partidas, o que pode ser visualizado no excerto: “eu chegue...ah...o trabalho...eu começa às cinco holas (horas)” (I2), em que há, no segmento, duas falsas partidas: “eu chego” e “o trabalho”, antes da construção da frase final, porém sem ocorrer ruptura semântica.

Nas construções do Informante 3, fica evidente o uso de repetições como estratégia de formulação textual, recurso que ele emprega para evolução do que quer comunicar, algumas vezes com caráter de correção, outras como reforço do que foi dito anteriormente, como no exemplo: “lá no Haiti tá difícil...é muito difícil lá.” (I3). Observa-se que suas intervenções, comparativamente com aquelas dos outros dois entrevistados, muitas vezes, foram sintática e semanticamente mais elaboradas, sendo que algumas construções apresentaram uma riqueza de detalhes, o que lhe confere maior argumentatividade, além de uma expansão do vocabulário para além de palavras mais básicas do léxico utilizadas no dia a dia, ou seja, marcas de um discurso com características diferenciadas, como pode ser visto em: “o soldado brasileiro (brasileiro) foi lá ajuda nos (nós) porque tinha tipo uma guerra lá...que...uma guerra civil...” (I3), em que se nota a coordenação entre as duas primeiras orações e o emprego da conjunção “que”, que apesar de marcar uma incompletude sintática, serve para (I3) reter o turno, esboçando na sequência uma declaração explicativa, importante para o contexto informacional que pretende expor ao explicar o tipo de conflito que ocorria em seu país de origem.

Os três sujeitos da pesquisa, em suma, foram capazes de se fazer entender seja em intervenções breves ou mesmo em interações mais longas, as quais exigiram formulações mais detalhadas sobre os diversos assuntos tematizados.

Para além do que consta na tabela dos descritores de Produção Oral Geral do QEER (2001), há outros aspectos relevantes observados nas falas dos sujeitos da pesquisa que merecem ser destacados, pois se configuram como um registro de como os imigrantes estão se apropriando do sistema da língua e colocando-a em uso, ou seja, como certas condições de produção específicas da língua falada são empregadas.

É o que se pode destacar em determinadas marcas linguísticas presentes nestas manifestações, primeiro, do Informante 1, trata-se da inserção, com frequência, do elemento linguístico lexicalizado “sabe”: “eu trabalha (trabalho) lá no concretos sabe...estou operador da máquina da balança (balança) sabe”(I1). O uso desse termo, como *marcador interacional* ou *marcador conversacional*, pode indicar uma estratégia de como o interlocutor organiza o texto. Assim, dentre os empregos reportados na literatura, pode estar relacionado à tentativa do falante verificar se seu interlocutor foi capaz de entender a que objeto no mundo a fala foi relacionada; ou testar a prontidão do ouvinte; ou como aprovação discursiva; ou como uma forma de alternar a unidade tópica; ou como passagem do turno conversacional (URBANO, 1999). No caso específico, observa-se que o Informante 1 o emprega tanto em posição inicial, quanto em posição final, aparentemente, como uma forma de buscar concordância, engajamento do ouvinte ao seu discurso. Já o Informante 3 utiliza a palavra “tipo”, termo esvaziado de sentido, porém com amplo emprego discursivo por falantes nativos, podendo ocorrer como um indicador, ou seja, um traço linguístico que ocorre de forma automática, associado, geralmente, a variáveis sociais como idade, sexo, região, mas sem variação estilística (LABOV, 2006), em especial, muito produtiva na fala de jovens-adultos. É o que se verifica em: “o soldado foi lá ajuda nos (nós) porque tinha **tipo** uma guerra” e “eu não...eu quero falá assim...pa (para) vocês não pensá que eu sô...**tipo**... racismo (racista)” (I3). Isso pode indicar que ele já foi capaz de adquirir aspectos da comunicação de nativos com quem tem contato.

O Informante 2, por sua vez, acrescentou em sua fala diferentes entonações para que o interlocutor pudesse compreender de forma mais clara o que realmente era enunciado, típico marcador discursivo de natureza prosódica. Assim, ao relatar um acontecimento do seu trabalho, o sujeito diz “o haitiano NAU (não)”, sendo a última palavra pronunciada com volume mais alto, em uma tonicidade parecida com a que um nativo o faria, ao falar uma frase com sentido semelhante, isto é, com a intenção de dar ênfase a determinado ponto de seu discurso, principalmente, ao indicar contrariedade.

Os próximos parágrafos são reservados à análise dos descritores da Tabela 1, Descritores Gerais do QEER (2001).

4.4 Fala-compreensão, interação e fluência

Neste descritor, no nível A1, espera-se que o aprendiz seja capaz de formular enunciados que satisfaçam necessidades concretas, comunicar de forma simples com a ajuda do seu interlocutor, entender instruções dadas de forma clara e pausada, apresentar-se, cumprimentar e despedir-se. Já no nível A2, é esperado que o sujeito seja capaz de compreender expressões de prioridade imediata e relacionada a aspectos pessoais, de entender o assunto da discussão, de participar em breves diálogos, mas não o suficiente para manter uma conversa. Em seu discurso, ocorrem pausas e reformulações, mas é capaz de encerrar e tomar o turno da conversa.

Em relação a isso, os sujeitos entrevistados foram capazes de interagir e responder às perguntas feitas pelo entrevistador, iniciar e encerrar seu turno de fala, bem como construir diálogos e breves conversas, é o que se pode verificar nos diálogos a seguir, entre os informantes (I) desta pesquisa e os pesquisadores/documentadores (Doc): Doc: “é uma empresa?”; I1: “sim é uma empresa”; Doc: “e assim tu gosta do teu trabalho?”; I2: “meu trabalho?”; Doc: “é”; I2: “eu gosto porque...eu aplen...eu aplende (aprendo) coisa novo (nova) pla (pra) minha vida [...]”; e Doc: “quanto tempo tu tá no Brasil?”; I3: “uma anô...um anô e sête meses”. Já o Informante 2, além de responder às perguntas, mostrou interesse em interagir com o entrevistador, fazendo perguntas, como em: I2: “você gosta banana fruta?” Doc: “eu, a banana fruta, isso. Gosto de comer banana assim natural. Mas sei que vocês fazem pratos...”.

Com o Informante 1, conforme prevê o descritor, os entrevistadores precisaram repetir perguntas, reformulá-las ou acrescentar informações, para que alguns questionamentos pudessem ser compreendidos. É o que se observa neste diálogo: Doc: “e quantos anos tu tens?”; I1: “aqui no Brasil?”; Doc: “não de idade”; I1: “vinte e oito”. Já com os Informantes 2 e 3, foram feitas, para auxiliá-los, um número menor de intervenções, o que refletiu em uma maior clareza e fluidez da comunicação.

Ao final das entrevistas, os três sujeitos foram capazes de se despedir, empregando diferentes marcadores de cordialidade, como nestes diálogos respectivamente: I1: “obrigado”; Doc: “eu que te agradeço, valeu”; I1: “de nada boa noite”; e I3: “muito obrigado”; Doc: “tá bom *? Eu que te agradeço [...]”; I3: “tchau”.

4.5. Vocabulário, Gramática e Pronúncia

Quanto ao Vocabulário, prevê o QECR (2001) que, no nível A1, o emprego esteja relacionado a termos básicos da língua, aplicados a situações concretas e pessoais do falante, que os utilizará para falar sobre onde vive, sobre o que possui, sobre assuntos familiares e sobre suas necessidades imediatas. É capaz, também, de utilizar números, quantidades, custos e tempo. No nível A2, espera-se que o aluno tenha ampliado seu léxico de forma a saber responder perguntas sobre trabalho, tempo livre, dizer sobre aonde vai ir e o que vai fazer; realizar compras e tarefas e perguntar o caminho. Para

isso, utiliza padrões frásicos e expressões memorizadas relacionadas ao dia a dia, além de formas de tratamento e expressões de cordialidade.

Os três sujeitos da pesquisa foram capazes de falar sobre os temas indicados pelos descritores em ambos os níveis. Percebe-se que os informantes, em diferente medida, já demonstram a ampliação do léxico para além do esperado emprego de palavras básicas, porque apresentam em sua produção outras mais especializadas, isto é, existe um esforço para diversificar o emprego de vocábulos, o que reflete no uso, por exemplo, de termos próprios à determinada atividade técnica ou profissão; e também é constante a busca pela substituição de palavras por sinônimos. Isso é o que se verifica no emprego de expressões como: “transição”, “guerra civil”, “parágrafe (parágrafo)”, “noventa por cence (cento)”, “contabilidade informatizada” e “operador da máquina da balança (balança)”, o que demonstra o emprego de um vocabulário mais diversificado.

Sobre como empregam o léxico da língua, constatou-se, por vezes, o uso inadequado de palavras de classes gramaticais distintas, utilizadas em função diversa à esperada na oração, o que lhes confere agramaticalidade, embora compreensíveis ao ouvinte. Geralmente, trata-se do emprego de expressões que possuem o mesmo radical e grupo semântico, como em: “tem pessoa que é muito *racismo”, em que o substantivo “racismo” é utilizado no lugar do adjetivo “racista”, quando na oração seria esperado o emprego deste adjetivo para ocupar a posição de predicativo do sujeito. Porém, apesar dessa inadequação quanto à seleção da palavra, note-se a complexidade da estrutura produzida por este sujeito, que com certeza foge àquela estrutura simples prevista pelo QEER (2001).

Outra observação refere-se a alguns termos empregados pelos sujeitos da pesquisa que podem referir o fenômeno da interferência entre línguas, que, para Calvet (2002), trata-se de um remanejamento de estruturas resultante da introdução de elementos estrangeiros em campos estruturados da língua, como o fonológico, o morfológico e o sintático. Conforme o autor, isso pode acarretar “uso agramatical ou inadequado de formas linguísticas” (CALVET, 2002, p. 33).

Para Martins (2003), é necessário que se tenha clara a verificação da interferência para identificar em que nível da gramática ocorre e, a partir daí, realizarem-se atividades pedagógicas corretivas. Por outro lado, afirma que os empréstimos linguísticos podem atuar na expansão do léxico da língua, o que seria positivo ao se incorporar experiências pessoais e sociais da língua/cultura de origem a outro idioma (MARTINS, 2003). Esse fenômeno da interferência é o que ocorre, por exemplo, com o emprego do termo “fanatique”, ao invés de “fanático”, cuja pronúncia e grafia são semelhantes à palavra francesa, língua de escolarização dos alunos haitianos. Ainda, ao utilizarem os advérbios “sim” e “não”, os sujeitos da pesquisa produzem, respectivamente, “si” e “no” com significante frequência. Isso pode ocorrer por dois motivos distintos: o primeiro está relacionado a uma interferência do espanhol, língua também conhecida pelos informantes (I2 e I3); o segundo, pode estar relacionado à dificuldade que esses alunos, aprendentes do português, demonstraram ter ao produzir sons nasais, principalmente em palavras terminadas em ditongo nasal /ão/ e /ões/. Nota-se, ainda, que a forma desses informantes pronunciarem determinadas palavras do português indica uma acentuação prosódica, muitas vezes, em sílabas diversas à pronúncia de um falante nativo, o

que talvez decorra também da interferência entre línguas, devendo esta constatação preliminar ser mais bem explorada em estudo futuro.

Quanto ao descritor Gramática, no nível A1, o QECR (2001) prevê que o estudante do idioma possua conhecimento de poucas estruturas gramaticais e que produza frases em padrões memorizados. Alude-se, ainda, que será capaz de relacionar essas estruturas e orações com poucos conectores como “e” ou “então”. O nível A2 propõe que o aluno saiba adaptar as estruturas gramaticais desenvolvidas em A1, ampliando-as. São previstos, também, erros sistemáticos, como os de concordância e regência, e postula que os conectores utilizados por aprendentes de A2 sejam: “e”, “mas” e “porque” (QECR, 2001).

A partir dos enunciados produzidos pelos entrevistados, nota-se que grande parte estão na ordem canônica da língua portuguesa, isto é, ordem direta com: Sujeito + Verbo + Complementos. Outra estrutura muito produtiva trata-se da construção com pronome sujeito + verbo infinitivo: “eu fazer”, “eu comprar”. Como previsto, algumas dessas estruturas são simples, e muitas caracterizam-se por formas já cristalizadas, como estas que empregam para se apresentar: “meu nome é *” ou “eu sou pai”, o que seguiria o convencionado pelo descritor de frases estereotipadas, como em: “eu sou...”, com pronome sujeito e verbo ser. Contudo, diferentemente do esperado, a maioria das produções frasais dos sujeitos da pesquisa são constituídas principalmente por períodos compostos por coordenação e, até mesmo, por subordinação, como se verifica nos excertos a seguir: “e... eu saí pra (pra) isso...pra tê trabalha (trabalho)...tê (ter) uma vida melhó (melhor)” (I1); ou em: “tem pessoa que é muito *racismo” (I3), exemplo já trazido anteriormente que demonstra como esses aprendizes da língua portuguesa já começam a assimilar estruturas linguísticas mais complexas, ou seja, aquelas com emprego do pronome relativo “que”.

Para criar esses períodos, os sujeitos utilizaram diferentes conectores/marcadores, além daqueles sugeridos pelo QECR (2001). Dentre os previstos, verificou-se que o Informante 1 utiliza largamente o “e”, como nas seguintes estruturas coordenadas: “sabe tem... problema politica (política) no Haiti e tem dificuldade pra te trabalha emprego sabe e... eu saí **plá** (pra) isso **pra** tê trabalha...tê uma vida melhó”, mas inclui em sua fala outros, não previstos para os níveis A1 e A2 do QECR (2001), como “por isso” e “para” com função de indicar finalidade; para estabelecer noção de progressão temática, utiliza os advérbios “quando” e “depois”, é o que se observa em: “é **por isso** que eu compro um carro”, “fechô a escola e **depois** foi lá na escola tenica (técnica) sabe [...] **pla** aplendê (aprender) encanador” e “**quando** (tenho) tempo... jogá (jogo) o *Playstation*”(I1). Já os Informantes 2 e 3 incluíram em suas falas conectores/marcadores e indicadores de progressão temática como “então”, “porque” e “mas”, além dos utilizados pelo Informante 1. Esses vocábulos estão em negrito nestes segmentos: “meu trabalho eu gosto **polque** (porque)... eu alen... eu aplende (aprendo) coisa novo (nova) pla (para) minha vida **porque**... eu fazê inspeção **mais** (mas)... ah... eu não gosto polque (porque) eu trabalha (trabalho) de pé” (I2); e “eu vem (vim) aqui... **polque** (porque) lá no Haiti... tá difícil é muito difícil lá”, “eu gosto lê **mas** eu não teo (tenho) jornal **mas** eu teo (tenho) alguns livros que a professora me deu que tá em casa”, e “não tem ninguém que se mête (mete) lá... **então** desdi (desde) esse momentu eu tava lá eu vi... eu... eu já vi o brasileiro” (I3).

O uso dos encadeadores/marcadores supracitados: preposições, conjunções e advérbios [mas, porque, de, mas, pra, e, depois etc] possibilitam o encadeamento e a progressão discursiva, além de conferirem maior clareza ao texto, o que traduz, grosso modo, a expansão do vocabulário desses estudantes imigrantes.

Quanto às falhas sistemáticas já previstas pelo descritor, observa-se nas falas dos sujeitos problemas de conjugação, tanto de tempo quanto de pessoa, de concordância e de regência. Dessa maneira, com frequência, há uso do verbo na terceira pessoa do singular e sujeito “eu”, como “eu canta um pouco bem sabe” (I1); além de trocas de tempos verbais como em: “eu vem aqui”, em que o verbo está empregado no presente, mas a ação referida foi concluída no passado. É importante ressaltar que isso não acontece em todos os verbos, sendo alguns conjugados de maneira apropriada. Nota-se, ainda, que o Informante 1 comumente troca o verbo “ser” por “estar”, como ao produzir “eu estou haitiano” ao invés de “eu sou haitiano”, o que pode decorrer, talvez, pela influência da língua francesa, que possui a mesma representação fonética/ortográfica (*être*) para os dois verbos. Também há problemas de concordância nominal, como em “as pessoa” (I1), e de regência verbal, como “eu gosto frango” (I2), em que a preposição “de” foi suprimida. Apesar de tais estruturas soarem estranhas para os nativos, não afetam a compreensão dos enunciados construídos pelos entrevistados.

Em relação à Pronúncia, no nível A1 é estabelecido que os falantes nativos entendam suas falas com dificuldade. No nível A2, o sujeito tem pronúncia clara para ser entendido, apesar de seu sotaque carregado (QECR, 2001). Todos os sujeitos da pesquisa apresentaram sotaque, mas a sua pronúncia, geralmente, pôde ser entendida com facilidade pelos entrevistadores.

Outra característica comum à fala dos três sujeitos diz respeito à emissão do /r/. Há ocorrências de troca do fonema /r/ por /l/, como em: “aplende”, “quelo”, “tbalho” e “blasileiro” e apagamento do som, como em: “tansição” e “basileiro”. Cabe ressaltar, entretanto, que apesar de essa variação ser produtiva nas amostras, tanto na substituição do /l/ pelo /r/, quanto do apagamento do /r/ final em infinitivos, também existem, nestes discursos, o emprego da variedade culta, em que produzem adequadamente essas mesmas palavras, ou seja, na fala de um mesmo informante encontram-se tanto as formas variantes “tbalho”, quanto “trabalho”, “basileiro”, quanto “brasileiro”. De acordo com Stein (2011), quando um fonema da língua adicional não faz parte dos sons da língua materna, ocorre um procedimento intuitivo que consiste na substituição do som da língua adicional por um da língua materna que tenha características semelhantes. O autor cita como exemplo a troca do *tap* alveolar pela consoante líquida alveolar, que é a mesma ocorrência encontrada nos enunciados orais dos entrevistados. Além disso, os casos de lambdacismo, nome que se dá à troca do /r/ pelo /l/, também podem ser causados pela “complexidade articulatória dos segmentos róticos, e especificamente, do *tap* alveolar” (STEIN, 2011, p. 61). Outro recurso que cobre a dificuldade de produzir tal fonema é a supressão deste som, situação em que os entrevistados produzem “tbalho”. Ainda de acordo com o autor, a dificuldade de realização deste fonema é comum tanto para crianças que estão desenvolvendo a língua enquanto língua materna, quanto para estrangeiros que estão aprendendo o Português, já que esse é um dos últimos fonemas a serem desenvolvidos.

Quanto ao apagamento final do /r/ em infinitivos, como em “ficá” (ficar), “deixa” (deixar), “fazê” (fazer), percebe-se que esse fenômeno em português brasileiro é cada vez mais produtivo na língua oral, inclusive com ocorrência na variedade escrita. Neste caso, o apagamento do fonema /r/ final pode indicar o princípio da difusão lexical, que se trata de uma das hipóteses de progressão da língua por meio da variação/mudança de palavras, em que existe gradualmente alteração em itens, no caso, alteração de um item lexical, pois a mudança se verifica nas formas infinitivas. A troca da forma linguística para uma nova forma é uma transição que ocorre gradualmente na língua, sendo esse o caso dos infinitivos aqui relatados.

Essa variação já foi demonstrada em pesquisas empíricas (SIMÕES, 2006; COELHO *et al.*, 2018), que atestam o processo de mudança na articulação oral com o apagamento do fonema /r/ por falantes do português do Brasil, o que reforça que os estudantes imigrantes assimilam essas construções através do contato com falantes nativos. Verifica-se, ainda, nas falas dos Informantes 1 e 2 a troca de sílabas tônicas, principalmente em palavras proparoxítonas. Isso também ocorre com o Informante 3, mas são poucas as ocorrências. Alguns exemplos podem ser “poliTica” e “tecNica” ao invés de “poLítica” e “TÉcnica”, podendo indicar a interferência da língua francesa na portuguesa. Há troca com palavras menores, como “PAis” ao invés de “paÍS”, mas isso não é encontrado com frequência nos relatos. Como já mencionado, a acentuação prosódica de palavras do português por aprendizes do PLAc merece análise mais apurada, que será objeto de investigação futura.

4.6 Adequação sociolinguística

Neste descritor, alude-se o emprego de condicionantes socioculturais que podem influenciar o uso da/na língua, para tanto, no nível A1, o aluno deve ser capaz de estabelecer contatos sociais básicos e utilizar palavras de cortesia como: por favor, obrigado e desculpe(a). No nível A2, é proposto que o aprendente seja capaz de reagir a funções elementares da língua, como responder pedidos e expressar opinião e atitudes; e de responder a convites, recusando-os ou aceitando-os (QECR, 2001).

Como argumenta Vieira (2019), a competência sociolinguística discute as condições socioculturais de emprego da língua, e envolve os conhecimentos que se tem de determinada sociedade ou cultura. Dessa maneira, para o autor, essa competência exerce forte influência nos estudos linguísticos, seja entre os indivíduos de um mesmo grupo, seja entre culturas distintas, embora, muitas vezes, não se tenha, pelo falante, consciência dessas implicações. Para o ensino e a aprendizagem de PLAc, falar-se em adequação sociolinguística é entender como essa competência se manifesta na língua, em especial, ao se entender a vida cotidiana das comunidades de acolhimento, seus hábitos e costumes.

Na língua, por exemplo, essa adequação pode estar relacionada ao emprego de variantes em uma determinada região; no emprego e compreensão de estruturas fixas ou cristalizadas, como as metáforas, ou como conteúdos que dependam do contexto social. Dessa maneira, não observar os critérios de adequação sociolinguística pode levar a falhas de comunicação. Guastalegnanne (2003)

corroborar esse entendimento ao afirmar que muito do que é realizado em atos de fala está associado ao conteúdo cultural, e que ensinar língua é também ensinar os componentes socioculturais na língua e na cultura alvo.

Diante ao exposto, os três sujeitos da pesquisa demonstraram estar desenvolvendo capacidades socioculturais, atendendo ao que é previsto neste descritor, logo, foram capazes de estabelecer contatos sociais básicos com os pesquisadores, de responder a saudações e utilizar termos de cordialidade como “obrigado” e “de nada”, como já demonstrado no item 4.4. Além disso, muitas de suas verbalizações indicam como este componente é integrado a sua forma de agir e relacionar-se em suas interações linguísticas e sociais diárias. Verifica-se, ainda, que nos seus discursos prevalece o emprego de uma linguagem mais coloquial e informal. O Informante 1 apresentou maior dificuldade para entender a língua oral mais monitorada, relativamente no que tange ao uso da conjugação verbal da segunda pessoa, o que é exemplificado no diálogo: Doc: “e quando é que tu vieste pro Brasil?”; I1: “como?”; Doc: “quando tu vieste pro Brasil?... do Haiti... pra cá?”; I1: “oh, ahn...”; Doc: “quando, qual é o ano?”; I1: “ahm... um mês e.. um.. uma e meia”; Doc: “mas o ano que tu vieste pra cá? Foi 2010, foi no ano passado...”; I1: “e...”; Doc: “quando que tu chegou aqui no Brasil”; I1: “e... 2018”.

Como exemplificado, apenas quando a pergunta foi reformulada com o pronome “tu” e o verbo conjugado com a terceira pessoa do singular é que o aluno conseguiu entender e pôde responder. Essa característica também é encontrada nas construções orais do Informante 3, que utiliza esta conjugação em terceira pessoa, com pronome pessoal de segunda pessoa, em sua fala: “só que lá é difícil se tu não tem padrinho” (I3). Essa estrutura é muito produtiva na variedade linguística da região Sul brasileira, o que demonstra que a produção oral do sujeito já recebe influência do falar dessa região, própria ao linguajar das pessoas com quem interage na comunidade de fala. A variante regional também aparece em sua fala através do uso de outras expressões do vocabulário gaúcho, como por exemplo em: “a minha mulhé (mulher) ainda... ela é gaúcha... ela toma muito mate” (I3), ao mencionar “mate” (chimarrão), bebida típica do Rio Grande do Sul.

Por fim, chama atenção o emprego da expressão “padrinho” pelo Informante 3, encontrado no excerto: “só que lá é difícil se tu não tem padrinho”, ao se referir a alguém que pudesse ajudá-lo a encontrar um trabalho. Tal emprego mais especializado do termo pode ocorrer apenas se ambos os interlocutores entendem o sentido que é dado ao uso da expressão em um contexto particular, já que o significado mais comum remeteria a “pessoa com afinidade a determinado grupo familiar do qual recebe a incumbência do batismo”, para outros empregos menos especializados como “testemunha” ou “protetor”. Assim, o estudante imigrante soube utilizar a palavra em um contexto diferente, e isso evidencia a importância do componente de adequação sociolinguística para a interação comunicativa desses falantes.

5. Considerações finais

Após a realização da pesquisa, cujo objetivo foi prospectar a proficiência linguística de alunos egressos do Curso de Extensão Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados do IFRS – *Campus Bento Gonçalves*, é possível afirmar que os sujeitos da pesquisa apresentaram progressão na aprendizagem da Língua Portuguesa, já que, de forma geral, cumpriram e, muitas vezes, superaram o proposto pelos descritores do nível A1 e A2 do QECR (2001), em termos de produção oral. Tais descritores, adaptados pelos pesquisadores, serviram como parâmetro para se observar como alunos imigrantes e refugiados aprendem e apreendem a língua portuguesa, como também para se pensar a efetividade do ensino de PLAC.

Para tanto, nas entrevistas, buscou-se aproximar os conteúdos abordados ao longo do Curso, relacionados às práticas de interação social, envolvendo a língua e a cultura local, a partir de questões referentes a aspectos da vida pessoal e profissional dos sujeitos, como trabalho e família, processo migratório, espaços públicos frequentados pelos alunos, entre outros. Para falar sobre esses assuntos, os sujeitos fizeram uso de diferentes recursos discursivos que enriqueceram sua produção oral. Após, realizou-se a análise dessas produções comparativamente a alguns dos descritores de oralidade de A1 e A2 do QECR (2001) apresentados neste artigo, além de outras constatações a respeito do modo desses sujeitos se expressarem na língua portuguesa.

Desse conjunto, é possível inferir que os três informantes estão desenvolvendo a gramática da língua portuguesa. Percebe-se, em maior ou menor grau, que: todos expandiram o léxico em língua portuguesa; conseguiram reproduzir estruturas simples e complexas dessa língua; foram proficientes em diferentes formas de interação oral, sendo capazes de iniciar, de manter, de encerrar ou de ceder turnos de conversação; utilizaram apropriadamente diferentes marcadores discursivos; e foram capazes de transitar por diferentes tópicos, na maioria das vezes, de maneira clara e espontânea. Ainda, quando necessário, demonstraram habilidades em empregar diferentes técnicas para inserção, correção e/ou reformulação dos enunciados.

Há de se considerar, também, alguns problemas e falhas linguísticas observadas nas produções, de ordem diversa, isto é, fonéticas, morfológicas, sintáticas e semânticas, presentes nas produções orais dos sujeitos, das quais algumas mais evidentes são: inadequação de concordância verbal e nominal e regência; apagamento do fonema /r/ em infinitivos; ou a troca do fonema /r/ pelo /l/ em expressões como *brasileiro e *aplende. Apesar dessas inadequações, na maioria das vezes elas não interferiram na compreensão geral dos enunciados. Pode-se observar, ainda, algumas manifestações que remetem ao fenômeno da interferência entre línguas, em que se constata termos próprios da língua francesa e espanhola, bem como refletem na dificuldade em pronunciar determinados sons da língua portuguesa, chegando mesmo à acentuação prosódica de sílabas. Destaca-se, ainda, a apropriação da variedade do Português utilizada na região em que os informantes residem, como o uso do pronome “tu” em vez de “você”.

Pode-se dizer, a partir dos resultados, que a fluência em língua portuguesa apresentada pelos sujeitos da pesquisa indica que o objetivo do Curso de Extensão, que é promover um aprendizado da

língua que permita aos sujeitos comunicar-se em situações cotidianas de interação social, vem sendo alcançado. Apesar das falhas linguísticas apresentadas na produção oral dos sujeitos, não houve comprometimento da compreensão de ambas as partes (entrevistadores e entrevistados) durante a interação. Isso demonstra que os sujeitos da pesquisa estão, progressivamente, apropriando-se da língua portuguesa e utilizando-a como meio de integrarem-se à sociedade brasileira, constituindo-se enquanto sujeitos detentores de direitos e responsabilidades, como preconizado por Grosso (2010) e São Bernardo (2016), e, assim, construindo sua cidadania no novo país.

Outrossim, algumas constatações da investigação podem possibilitar a reflexão dos atores envolvidos no ensino de PLAc, de modo a se (re)pensar novas estratégias de ensino e de aprendizagem como: o uso e a produção de materiais; as metodologias empregadas no ensino; a dinâmica de aula e o próprio fazer do educador; e, por outro lado, também permitem ao estudante ter maior consciência de sua aprendizagem e de capacidades e habilidades a melhorar.

Como limites desta pesquisa, ressalta-se que não se tinha por objetivo trabalhar o QECR (2001) de forma exaustiva, o que demandaria análise de outros níveis de proficiência e de outras dimensões, expressos por aquele documento, que não aqueles de um falante elementar, além do que, mesmo para estes níveis elementares, expressos pelos descritores de A1 e A2, o foco de investigação teve por base descritores da oralidade da língua em âmbito geral, ou seja, sem abranger outros descritores possíveis para oralidade. Assim, cabe ressaltar que este estudo se limita a considerações gerais sobre a proficiência oral, sendo que para aferir-se uma competência global em Língua Portuguesa desses alunos, demandar-se-ia estudos de outra ordem, e certamente muito mais abrangentes, que envolvessem o conjunto total de escala e de habilidades outras, como as de leitura e de escrita.

Agradecimentos

A presente pesquisa foi realizada com recursos do Edital IFRS nº 77/2018 - Fomento Interno, vinculado ao Edital nº 51/2018 - *Campus Bento Gonçalves*, com concessão de bolsa de iniciação científica à discente Júlia Sonaglio Pedrassani.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Linguística Aplicada, Ensino de Línguas e Comunicação*. Campinas, SP: Pontes Editores e ArteLíngua, 2005.

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Dimensões Comunicativas no ensino de línguas*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

BOTELHO, Fernanda; RODRIGUES, Maria do Rosário. *Materiais digitais: contributos para o desenvolvimento de competências linguístico-comunicativas em Português Língua Não Materna*. In: Seminário sobre Metodologias e Materiais para o ensino do Português como Língua Não Materna. ILTEC. Lisboa (Portugal), 2009. p. 65-70. Disponível em: <http://www.iltec.pt/pdf/textos%20do%20seminario.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CANI, Josiane Brunetti; SANTIAGO, Maria Elizabete Villela. O papel do quadro comum europeu de referência para idiomas: aprendizagem, ensino e avaliação (QCER) na internacionalização das IES: uma análise sob a perspectiva do Letramento Crítico e dos Multiletramentos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. UNICAMP, SP. São Paulo, v. 57 n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/010318138650002297941>

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

COELHO, Izete Lehm Kuhl; GÖRSKI, Edair Maria; SOUZA, Christiane Maria de; MAY, Guilherme Henrique. *Para Conhecer a Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2018

CONSELHO DA EUROPA. Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: aprendizagem, ensino, avaliação. Porto: Edições ASA, 2001. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/quadro_europeu_comum_referencia.pdf. Acesso em: 25 maio 2020.

GROSSO, Maria José. Língua de acolhimento, língua de interação. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, 2010, p. 61-77. DOI: <https://doi.org/10.26512/rhla.v9i2.886>

GROSSO, Maria José; TAVARES, Ana; TAVARES, Marina. *O português para falantes de outras línguas: o utilizador elementar no país de acolhimento*. Lisboa: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/portugues_falantes_outras_linguas1.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

GUASTALEGNANNE, Hernán Claudio. El componente sociocultural en la clase de lenguas extranjeras. In: MORAES, Gisele Benck de; BUCHWEITZ, Ricardo Moura; SANTOS, Maria Elisabete Mariano dos (Org.). *A questão cultural no processo ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras*. Passo Fundo: UPF, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil 500 anos: Estatísticas do povoamento*. 2020. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/en/estatisticas-do-povoamento.html>. Acesso em: 24 maio 2020.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A Inter-ação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

LABOV, William. Linguistics and Sociolinguistics In. COUPLAND, Nikolas; JAWORSKI (Org.). *Sociolinguistics: origins, definitions and approaches*. 2. ed. Cambridge, [1976] 2006.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, Ana Paula de Araújo; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Iniciativas Jurídicas e Acadêmicas para o Acolhimento no Brasil de Deslocados Forçados. *Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira*, Brasília, Edição especial n. 9, s/p, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Professor/Downloads/IniciativasJuridicaseAcadmicasBrasileirasparaoAcolhimentodeImigrantesDeslocadosForcados.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

MARTINS, Ana Cristina. Breve comentário sobre la interferencia en el aprendizaje del português o del español, como lenguas extranjeras. In: MORAES, Gisele Benck de; BUCHWEITZ, Ricardo Moura; SANTOS, Maria Elisabete Mariano dos (Org.). *A questão cultural no processo ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras*. Passo Fundo: UPF, 2003.

MORAES, Lygia Corrêa Dias de. A Sintaxe na Língua Falada. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de Textos Oraís*. 4. ed. São Paulo: Humanitas, 1999. p.169-188.

MOREIRA, Julia Bertino. Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*. RBPI (UNB): Brasília. v. 53, n. 1, 2010, p.111- 129. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000100006>

NUNES, Elaine Roschel; LORKE, Franziska. O problema da adequação dos parâmetros do Quadro Europeu Comum de Referência e “a necessidade de emergir como os outros de nós mesmos”. *RevistaX, CELIN (UFPR)*. Paraná, 2011, v. 2, p. 40-60. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v2i1.2011.22892>

PRETI, Dino (Org.). *Análise de Textos Oraís*. 4. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. *Português como língua de acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil*. 2016. 206 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSCar: São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8126?show=full>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SCHOFFEN, Juliana Roquele. MARTINS, Alexandre Ferreira. Políticas linguísticas e definição de parâmetros para o ensino de português como língua adicional: perspectivas portuguesa e brasileira. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016, p.271-306. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/c35e818efe36c34dda7b55fdcf72b0fe.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

SIMÕES, Darcília. *Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave*. São Paulo: Parábola, 2006.

STEIN, Cirineu Cecote. Estratégias Acústico-Arterculatórias empregadas por anglofalantes na pronúncia da fricativa glotal no Português Brasileiro. *(Con)Textos Linguísticos*. v. 4, n. 5, 2011, p. 57-76. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5178>. Acesso em: 02 dez. 2020.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Haitianos no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do fenômeno migratório contemporâneo. *Periplos: GT CLASCO – Migración Sur-Sur*, Brasília, v. 01, n. 01, p. 92 - 110, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Professor/Downloads/5894-Texto%20do%20artigo-10617-1-10-0180105.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

URBANO, Hudinilson. Marcadores conversacionais. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de Textos Oraís*. 4. ed. São Paulo: Humanitas, 1999. p.81-102.

VIEIRA, Leandro Rocha. *O ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento a imigrantes: por uma contribuição sociolinguística*. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Letras e Cultura, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/5244>. Acesso em: 13 jul. 2020.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. In: COLE, Michel et.al (Org.). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RELATÓRIO DE PESQUISA

O cloze como indicador do desenvolvimento linguístico e da representação emergente do português brasileiro

Lia Abrantes Antunes SOARES 

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

Estudos com análise da produção escrita de surdos crianças e adultos mostram evidências que compõem aqui um complexo quadro de ideias e hipóteses sobre a representação do PB emergente nessa população. Nessas investigações, fundamentadas em pressupostos sociocognitivistas da Linguística Cognitivo-Funcional (BYBEE, 2016; GOLDBERG, 2006; 2019; TOMASELLO, 2003), têm indicado que o componente morfossintático acumula grande parte das divergências materializadas em textos desses aprendizes. Embora divergências no uso de L2 sejam esperadas, chama atenção a pouca diferença na reorganização do conhecimento linguístico que se espera mutável ao longo de anos de escolarização e de contato com o PB escrito. As investigações centradas na produção têm recebido maior atenção dos estudos nas áreas da linguística e da educação de surdos. A habilidade de leitura, no entanto, não parece receber a mesma atenção. Questão que se levanta é se a atividade leitora também seria comprometida pelas divergentes combinações de itens lexicais e gramaticais, que parecem integrar o conhecimento linguístico desses aprendizes, a julgar por seus textos produzidos com muitas divergências morfossintáticas que comprometem os sentidos. O objetivo deste artigo é oferecer evidências sobre o desenvolvimento linguístico de aprendizes surdos universitários, que permitam caracterizar a representação cognitiva de construções nominais. Como resultado da análise de dois instrumentos em formato de Cloze adaptado, aplicados a 24 participantes, este artigo apresenta uma



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Luiz Amaral (UMASS)
- Ricardo de Souza (UFMG)
- Thaís Maíra de Sá (CEFET-MG)

AVALIADO POR

- Cláudia Vieira (UFMG)
- Larissa Ciríaco (UFMG)

DATAS

- Recebido: 30/10/2020
- Aceito: 30/11/2020
- Publicado: 23/12/2020

COMO CITAR

Soares, L. A. A. (2020)
O cloze como indicador do desenvolvimento linguístico e da representação emergente do português brasileiro. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 880-908, 2020.

tipologia de esquemas nominais que parece integrar um *sistema de competidores* (SOARES, 2018). Esperamos que nossos resultados possam contribuir para uma didática aquisicional para surdos, com melhor aproveitamento do *input* escrito.

ABSTRACT

Studies analyzing the written production of deaf children and adults show evidence that compose our complex picture of ideas and hypotheses about the representation of the emerging BP in this population. Our investigations, based on socio-cognitive assumptions of Cognitive-Functional Linguistics (BYBEE, 2016; GOLDBERG, 2006; 2019; TOMASELLO, 2003), have indicated that the morphosyntactic component accumulates a large part of the divergences materialized in these learners' texts. Although divergences in the use of L2 are expected, it is noteworthy that there is little difference in the reorganization of linguistic knowledge that is expected to change, between children and adults, over years of schooling and contact with written BP. Research focused on production has received greater attention from studies in the areas of linguistics and education of the deaf. Reading skills, however, do not seem to receive the same attention. The question that arises is whether the reading activity would also be compromised by the divergent combinations of lexical and grammatical items, which seem to integrate the linguistic knowledge of these learners, judging by their written texts that show many morphosyntactic divergences that compromise the reader's understanding. The purpose of this article is to offer evidence on the linguistic development of deaf university students, which allows to characterize the cognitive representation of nominal constructions. As a result of the analysis of two instruments in an adapted Cloze format, applied to 24 participants, this article presents a typology of nominal schemes that seems to integrate a *system of competitors* (SOARES, 2018). We hope that our results can contribute to an acquisitional didactic for the deaf, with better use of written input.

PALAVRAS-CHAVE

Aprendizes surdos. Cloze. Analogização. Representação do PB. Sociocognitívismo.

KEYWORDS

Deaf learners. Cloze. Analogization. PB representation. Sociocognitívism.

Introdução

Dentre as duas habilidades linguísticas de que a escolarização de surdos deve se ocupar – ler e escrever –, parece que as atividades de produção escrita são mais exploradas em pesquisas científicas, assim como em práticas de ensino e em modelos de avaliação. Problematizando a questão, proponho breve reflexão a seguir, a fim de situar o leitor a respeito do estagnado cenário em que se encontram práticas de ensino do PB para surdos.

Pode-se questionar se a habilidade de leitura na L2 recebe a recomendada atenção da escola, considerando que seu desenvolvimento é a forma primária para recepção de *input* pelos aprendizes surdos. Se as únicas práticas com o *input* linguístico do PB se apresentam interpretadas/traduzidas para LIBRAS, as necessárias atividades de leitura não funcionam como uma fonte para percepção dos usos de construções linguísticas que se combinam em sequência não aleatória para significarem. Inclusive, as avaliações oficiais em formato traduzido para LIBRAS parecem uma alternativa consequente de um trabalho escolar que não se volta para o desenvolvimento da habilidade leitora, fundamental para emergência do complexo sistema da L2 e consequente desenvolvimento da autonomia leitora.

A menor atenção ao trabalho local e global com *input* do PB fortalece a decisão pela tradução para LIBRAS, dos enunciados e dos textos que compõem avaliações, como, por exemplo, a proposta de redação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, não havendo, portanto, avaliação da habilidade leitora em PB. É coerente considerar que, se a escola não se ocupa do desenvolvimento de uma dada habilidade, também não deve apoiar ou recomendar sua avaliação.

Outro dado importante, recentemente abordado em Costa *et al.* (2020), é a relação de indicadores de níveis de leitura que aprendizes surdos alcançam ao final da educação básica. Andrews *et al.* (2015), corroborando indicação de pesquisas revisadas por Bochner e Albertini (1988), verificam que o nível médio de capacidade leitora em inglês, alcançado por surdos adultos americanos, é semelhante ao esperado para o 4º ano de escolarização. Possivelmente, a média referente aos surdos brasileiros não seja muito diferente. Essa média sugere mais uma evidência de um trabalho menos focado na recepção do *input* escrito na L2, absolutamente necessário e poderoso para identificação do funcionamento das bases morfosintática e semântico-discursiva de um sistema linguístico, que afeta, consequentemente, a produção.

Com vistas à necessária autonomia leitora de aprendizes surdos, seria esperado mais destaque a práticas de leitura que abordem, por exemplo, a observação das escolhas e combinações lexicais mais e menos idiomáticas (formulaicas) que materializam sentidos em PB. Com menor atenção, ainda que não intencional, ao desenvolvimento da habilidade de leitura, por meio da qual é possível encontrar padrões construcionais em pareamentos forma/sentido no *input* da L2, efeitos negativos se observam na produção escrita de aprendizes em todos os níveis de escolaridade.

Buscar entender como os aprendizes de L2 adquirem, representam e usam o conhecimento linguístico é essencial para a construção de uma didática aquisicional. Por uma perspectiva sociocognitivista (TOMASELLO, 2003), a emergência de língua se dá por um processo da experiência para a abstração, em um movimento que forma, reforça e reforma suas representações cognitivas. Ou seja,

a exposição ao *input* linguístico é absolutamente necessária para que, por meio de atividades de leitura que promovem percepção de padrões com forma e sentido, seja possível a expressão compreensível via escrita. Até o momento, esse tem se mostrado ser um percurso eficiente para aprendizagem de línguas.

Feitas as considerações iniciais que localizam o contexto desta pesquisa¹, nas próximas seções apresento referencial teórico e metodologia que se utiliza da técnica Cloze para coleta de informações que evidenciem a representação cognitiva das construções nominais do PB. A análise dos preenchimentos resultou em uma proposta de tipologia de construções nominais que parecem caracterizar a representação do complexo sistema bilíngue usado por aprendizes surdos.

1. Referencial teórico

Este estudo tem orientação da Linguística Funcional-Cognitiva (LFC), vertente que abarca modelos teóricos cuja interface uso-cognição é privilegiada (BARLOW; KEMMER, 2000; BYBEE, 2016; GOLDBERG, 2006; 2019; HILPERT, 2019). Caracteriza essa vertente o pressuposto de que a experiência com a língua molda constantemente o conhecimento do falante, organizado em construções léxico-gramaticais que emergem sob a atuação de processos cognitivos de domínio geral.

As investigações, pelo viés da LFC e com alvo nas produções escritas, têm gerado publicações de cunho descritivo e explicativo sobre o desempenho linguístico de aprendizes surdos sinalizantes de LIBRAS, adultos e crianças (FREITAS *et al.*, 2018; NASCIMENTO *et al.*, 2019; 2020). As análises das atividades escritas por esses aprendizes evidenciam inconsistências em diferentes níveis e domínios que constituem o português brasileiro (PB).

Considerando que o conhecimento linguístico de uma L2 não evolui sem ligações com o conhecimento de outras línguas já adquiridas, principalmente da L1, investigações apoiadas em modelos teóricos convergentes com pressupostos cognitivo-funcionais apontam ocorrências motivadas principalmente por processos de analogização, em que se observam, por exemplo:

- (i) transferência de padrões da LIBRAS, observável na forma de (a) apagamentos, principalmente de itens gramaticais [e.g. *Meu curso Ø Letras-Libras e Ø 3 periodo.* (SOARES; NASCIMENTO, 2020)], e (b) não distinção morfológica que caracteriza categorias gramaticais [e.g. *Parabéns, querida melhor minha amiga que muito especial, sucesso, simpática, carinhosa (...).* (Corpus NEIS/UFRJ)];
- (ii) supergeneralizações de padrões construcionais do PB, das quais emergem construções que até se combinam localmente, mas que, nos níveis sentencial e textual, produzem

¹ Este estudo traz um recorte de minha tese de doutorado, com recentes reflexões.

inconsistentes usos com frágeis conexões combinatórias de itens que parecem deslizar por várias categorias, resultando em combinações incompatíveis [e.g. *Eu estava conselho a vida com ele de principal procurando seja feliz e trabalho a vida sucesso cuide família pagamento o corsu*] (Corpus NEIS/UFRJ), em meio a outras que parecem já formar *chunks*, isto é, blocos entrincheirados frequentemente usados [*seja feliz*], mas que, sem mudança na morfologia do item verbal, [*seja*] não se combina com o item anterior [*procurando* (+ infinitivo)].

Esses exemplos são produtos de tarefas aplicadas em sala de aula, escritos por estudantes surdos universitários sinalizantes de LIBRAS. Em convergência com pressupostos do Modelo de Competição (BATES; MACWHINNEY, 1981), em estudos anteriores (SOARES, 2018; SOARES, 2020; SOARES; NASCIMENTO, 2020) com análise dessas e de outras produções, sugiro que parece haver um *sistema de competidores* em uso pelos aprendizes surdos, isto é, uma rede de exemplares competidores com forças variáveis, que se colocam em uma arena de uso. Algumas vezes, os competidores vencedores são consistentes com os usos do PB; outras vezes, os vencedores são consistentes com os usos da LIBRAS, ou, ainda, vence a competição uma combinação mesclada, com traços do PB e da LIBRAS. Esse sistema é gerado por experiências diferentes, dentre as quais estão as escolares.

O *sistema de competidores* se caracteriza, portanto, pela coexistência (+/- conflitante ou +/- convergente) de construções léxico-gramaticais das duas línguas, ou seja, unidades simbólicas que pareiam forma e sentido (cf. GOLDEBERG, 2006), modeladas pela experiência que aprendizes puderam ter com a L1 em uso. Tais experiências com a L1 e com a L2, que variam de indivíduo para indivíduo, têm se mostrado fator importante nos estudos em perspectiva sociocognitivista.

Quando se assume que a experiência do indivíduo com a língua é capaz de formar, reforçar e reformar seu repertório (sua gramática), uma implicação a esse pressuposto é a de que o repertório de cada indivíduo apresentará semelhanças, mas também diferenças, mesmo que sejam falantes/aprendizes das mesmas línguas. Essa implicação se aplica aos indivíduos aprendizes de L2, como mostram estudos de Höder (2018) e Hilpert (2019), com aprendizes ouvintes falantes de línguas orais, e de Soares (2018; 2020), Soares e Nascimento (2020), com aprendizes surdos falantes de línguas de sinais, com experiências familiares, sociais, educacionais e linguísticas muito diferentes, como é o caso dos participantes desta pesquisa, cujo perfil será descrito na próxima seção.

2. Metodologia

A escolha de um instrumento em formato de Cloze (texto lacunado) pareceu ser uma boa opção de atividade de leitura em que se poderia verificar a representação cognitiva de construções nominais que

constituem o PB. O produto da leitura, observável via preenchimento escrito de lacunas, suscitou algumas perguntas, dentre as quais destacamos algumas que têm orientado nossa conduta metodológica:

- como aprendizes processam, armazenam e acessam construções +/- gramaticais/lexicais quando usam o PB em atividades de compreensão e de produção escritas?
- como eles identificam padrões de forma e significado no material escrito em PB, oferecido pela escola e/ou por seu entorno?
- o sistema linguístico usado por aprendizes surdos emerge exclusivamente da experiência com o *input* escrito ou de um *input* pouco e mal percebido pelo canal auditivo e/ou pelo visual, quando são submetidos à leitura labial²?

A fim de juntar evidências que contribuam para a composição de respostas a essas e a outras perguntas e, ainda, de tornar o experimento replicável a outros grupos de aprendizes, foi definida uma metodologia para obtenção, análise e discussão de dados do desempenho linguístico de aprendizes surdos universitários, com vistas a investigar a representação do conhecimento linguístico armazenado.

Nas próximas subseções, detalhamos o percurso metodológico para obtenção e análise do *corpus* construído com um total de 46 instrumentos aplicados, nos quais foram lacunados itens nominais, suprimindo morfemas indicadores das categorias gramaticais de substantivo e de adjetivo.

2.1. O instrumento e sua composição

O Cloze é uma das possíveis técnicas disponíveis para ensino, avaliação e pesquisa e tem sua validade, pertinência e praticidade demonstradas por estudos nacionais e internacionais. A técnica foi desenvolvida por Taylor (1953) para verificar leiturabilidade/inteligibilidade de um texto. Em sua proposta original, o Cloze tem a configuração de um texto lacunado a cada cinco palavras, cabendo ao leitor recuperar durante a leitura, por probabilidade combinatória de forma e sentido, a palavra exata que preenche a lacuna. Adaptações ao formato original foram propostas, tais como: aumento da razão de lacunamento para cada sétima ou nona palavra; omissão aleatória de até 20% das palavras do texto; indicação da primeira letra do item lacunado, ou ainda, definição do tipo de item lacunado, determinada pela escolha de uma dada categoria gramatical (adjetivo, substantivo, verbo, preposição etc.).

² Em Soares (2020), o leitor pode encontrar discussão sobre possíveis efeitos na representação cognitiva do *input* percebido via leitura labial.

A técnica requer ativação de relações de forma e significado entre elementos do texto, assim como de associações entre conhecimento prévio e informação veiculada no texto. Tem sido usada para verificação de desempenho linguístico e leitor em primeira e em segunda línguas, como mostram trabalhos de Clarke e Burdell (1977), Abraham e Chapelle (1992), Santos *et al.* (2002), Joly *et al.* (2014), Santos e Monteiro (2016) e Abreu *et al.* (2017), dentre outros.

Santos e Monteiro (2016), por exemplo, revisam estudos que mostram a correlação entre o teste Cloze e outro instrumento – Escala de Avaliação da Escrita (EAVE) – aplicado para medir compreensão e produção escritas. Os achados desses estudos têm demonstrado a validade do Cloze enquanto técnica de avaliação da compreensão escrita e sua contribuição relativa à avaliação diagnóstica do desenvolvimento linguístico dos aprendizes, que possibilita ajustes no planejamento de atividades de ensino.

Diferente das aplicações em larga escala para avaliar níveis de leitura de aprendizes em diferentes níveis de escolarização, neste estudo, proponho sua aplicação como um instrumento para avaliação qualitativa do conhecimento linguístico de surdos que concluíram a educação básica e chegaram à universidade, a fim de oferecer descrição inicial que caracterize a representação cognitiva do PB em contato com a LIBRAS. Destacamos, ainda, que o Cloze pode ser aplicado ao ensino, como uma técnica que permite desenvolver percepção de padrões combinatórios da língua e suas restrições locais e contextuais, com potencial de apuração de mecanismos metacognitivos (consciência e monitoramento).

O Cloze exige do aprendiz acionamento de conhecimento linguístico e conceitual durante a execução da atividade leitora, portanto, como destacam Abraham e Chapelle (1992), a preparação do instrumento deve considerar níveis de dificuldade do texto, em relação tanto à temática abordada quanto ao item lacunado, compatíveis com o público-alvo. Essas duas indicações foram consideradas para a elaboração de dois instrumentos, conforme descrição a seguir.

A definição dos textos para compor os instrumentos exigiu atenção à familiaridade temática e à funcionalidade comunicativa. Consideramos tais aspectos ativadores de esquemas de representações mentais com saliência gradiente (de mais a menos saliente), recuperáveis pelos participantes, a depender de seu maior ou menor contato com variedades de textos. Tais aspectos podem minimizar ou aumentar efeitos negativos para compreensão leitora do texto e deixar proeminentes as variáveis lexicais e gramaticais da língua-alvo. A leitura de textos técnicos, por exemplo, exigiria do participante conhecimento de palavras e fórmulas pouco frequentes, o que comprometeria a inteligibilidade textual e os processos de inferência que poderiam ferir restrições linguístico-discursivas da língua-alvo.

A escolha dos textos, portanto, seguiu o critério principal de familiaridade temática gradual. Uma notícia com tema familiar foi o primeiro texto selecionado, a fim de controlar possível interferência negativa de um tema desconhecido que prejudicasse a compreensão leitora, impedindo o acesso à palavra que sofreu lacunamento parcial. A notícia traz informações sobre atletas surdos em competições esportivas das Paraolimpíadas, tema bastante comentado pelos participantes da pesquisa.

O segundo texto selecionado compõe um folheto com informações sobre um roteiro de livrarias do centro histórico do Rio de Janeiro. Por não apresentar tema familiar, mas, sim, de conhecimento geral, eleva, em alguma medida, o nível de compreensão leitora. Assim, com tal composição temática, procedemos à construção dos instrumentos Cloze, de forma a verificar, por meio da leitura e

reconhecimento de palavras lacunadas, a representação abstrata do conhecimento linguístico do PB, mais especificamente, a representação das diferentes formas de constituição morfológica de itens de categoria nominal.

Antes do lacunamento, os textos passaram pelas lentes de uma ferramenta computacional de análise linguística: o programa *WordSmith Tools*, desenvolvido por Mike Scott, e publicado pela *Oxford University Press*. Sua versão 6.0 disponibiliza vários recursos importantes para análise de nossos dados, gerando maior confiabilidade às interpretações. Informações, tais como frequência de palavras e colocação, foram processadas pelo programa.

Da lista de itens ordenados por frequência de ocorrência, selecionamos as cinco palavras lexicais mais frequentes em cada texto, a saber: Brasil, bronze, história, primeira, atletas (texto 1) e livraria, Rio, centro, antiga, cidade (texto 2). Essa informação funciona como uma referência, não só para a orientação temática encontrada nos textos, mas também o quão conhecidas ou desconhecidas as palavras poderiam ser para os participantes da pesquisa. Avaliamos que a frequência de ocorrência de tais palavras seria um balizador inicial para manter a escolha dos textos, já que são passíveis de terem sido aprendidas durante a educação básica.

O lacunamento dos dois textos não teve nem seu distanciamento fixado em formato rígido (a cada 5, 7 ou 9 palavras) nem apagamento integral da palavra, como a proposta inicial de Taylor. Optamos por manter o radical – parte da palavra que carrega significado lexical mais saliente –, o que facilita o acesso ao item e torna a atividade leitora em L2 menos custosa, e lacunamos morfemas finais de nominais (substantivos e adjetivos) e de algumas formas verbais como itens distratores, a fim de evitar indução a categorias nominais. Os recortes a seguir ilustram os dois instrumentos em formato de Cloze.

Brasil faz história com a primeira medalha de ouro nas Surdolimpíadas

– Ser recordista olímpico e mund_____ é um sonho desde menin_____. Hoje, agradeço a todos que fize_____ e fazem parte dele. Trabalh_____ duro todos esses anos. Um agradeci_____ especial a minha mãe, Andrea, pois sem ela nada ter_____ se concretizado - disse Guilherme em uma public_____ nas redes sociais, logo após a prova.

(Recorte do instrumento 1, disponível em <https://oglobo.globo.com/esportes/>)

Rio da história, Rio de maravilhas

Temos o prazer de apresentar a 4ª edição do Roteiro das Livrarias do Centro Histórico do Rio de Janeiro. São 53 livr_____ com as respectivas especi_____, para facilitar a busca dos leit_____. Afinal, para atender à vari_____ produção editorial brasi_____, são necessárias muitas livr_____, de todos os tipos. E isso você encontra aqui, anda_____ a pé no Centro da Cidade Maravilh_____!

(Recorte do instrumento 2, publicado no Roteiro das Livrarias do Centro Histórico do Rio de Janeiro, 4ª ed. AEL/RJ - Associação Estadual de Livrarias do Rio de Janeiro, 2012.)

Os recortes ilustram o formato de Cloze facilitado, com lacunamento parcial dos itens. Esse formato nos pareceu uma alternativa viável para, por meio da leitura, buscar evidências sobre a

representação cognitiva de construções nominais do PB usado pelos participantes surdos. Dessa forma, indicações sobre consciência do funcionamento do PB podem ser verificadas.

Além do formato, a extensão dos textos foi controlada. O primeiro instrumento (INST 1) totaliza 331 itens (*tokens*) e 184 formas (*types*); o segundo (INST 2) totaliza 310 itens (*tokens*) e 190 formas (*types*). Essas informações derivam percentuais – 58% e 62% –, relativos à razão entre itens e formas que revelam a riqueza lexical de um texto. Quanto maior o valor encontrado pelo programa de análise lexical, mais palavras diferentes terá o texto, por isso, atentamos para o número de palavras diferentes que compõe os dois textos. Procuramos equilíbrio entre a riqueza de formas a serem testadas em suas combinações no texto e a possibilidade de maior dificuldade que tal riqueza poderia oferecer para a compreensão leitora de aprendizes com níveis diferentes de proficiência. Controlamos, portanto, tais variáveis para que os instrumentos tivessem configuração semelhante.

Mais do que mensurar compreensão leitora de um texto em L2, entendemos que a técnica do Cloze oferece informações a respeito dos padrões linguísticos que o aprendiz já adquiriu (preenchimentos convergentes) e os que ainda não (preenchimentos divergentes). Nossa hipótese é que espaços em branco e preenchimentos divergentes pela quebra de alguma restrição morfosintática ou semântico-discursiva podem revelar um tipo de informação cuja análise seguiu etapas descritas na próxima seção.

2.2. Perfil dos participantes

Neste artigo, as amostras analisadas são de grupos de universitários surdos usuários de LIBRAS com diferentes perfis: o tipo de surdez; a idade da perda auditiva e do início de aquisição de linguagem; a relação com comunidades de fala (família e escola) e a relação entre os canais perceptuais e as experiências linguísticas. Esses aspectos foram contemplados em um formulário apresentado aos participantes da pesquisa, a partir do qual definimos o perfil dos grupos, com o propósito de verificar potenciais efeitos das condições tardia ou precoce de aquisição de linguagem, experimentadas pela população surda.

GRUPO A Surdos de primeira geração			
A1 9 participantes	Surdez severa ou profunda; congênita ou adquirida até 2 anos;	Acompanhamento fonoaudiológico precoce, com duração média de 14 anos;	Aprendizagem tardia da LIBRAS.
A2 9 participantes	Surdez severa ou profunda; congênita ou adquirida até 2 anos;	Acompanhamento fonoaudiológico iniciado em idade escolar, com duração média de 9 anos;	Aprendizagem da LIBRAS iniciada em idade escolar.
A3 2 participantes	Surdez profunda congênita;	Sem acompanhamento fonoaudiológico;	Aprendizagem tardia da LIBRAS.
GRUPO B Surdos de segunda geração			
2 participantes	Surdez congênita;	Acompanhamento fonoaudiológico iniciado em idade pré-escolar;	Com exposição natural à L1 sinalizada.
GRUPO C Surdos com PBL1			
2 participantes	Surdez severa ou profunda adquirida entre 5 e 7 anos;	Acompanhamento fonoaudiológico;	Aprendizagem tardia da LIBRAS.

QUADRO 1 - Perfil dos participantes
Fonte: adaptação de SOARES (2018)

Os grupos são bastante heterogêneos tanto em termos de número de integrantes quanto em termos de características aquisicionais. Sendo assim, este estudo não se insere nos protocolos padronizados para análise estatística, tradicionalmente usados em avaliações em larga escala.

2.3. Procedimentos

Todos os participantes preencheram um formulário com informações sobre seu perfil; assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e receberam instruções em LIBRAS sobre sua participação na pesquisa. A aplicação dos dois instrumentos Cloze foi agendada com grupos de informantes ou individualmente, realizada em sala de aula e não teve seu tempo controlado. Os dois informantes surdos de segunda geração (grupo B) não participaram da aplicação do INST 2.

Para verificação da legibilidade do instrumento e testagem da recuperação dos itens lacunados, uma aplicação prévia foi realizada com 11 participantes ouvintes, estudantes universitários do curso de Letras, com idade média de 25 anos, cuja função de grupo controle se fez necessária. Esse procedimento com um grupo controle observou informações relativas ao nível de dificuldade dos textos,

que poderia impedir sua leitura, mesmo para um nativo do PB. Dessa forma, buscamos aumentar o grau de confiabilidade do experimento.

2.4. Etapas para observação dos dados

Este estudo de natureza qualitativa exige cumprimento de etapas que envolvem a investigação do objeto linguístico-cognitivo, quais sejam:

- verificação do (não)reconhecimento dos itens nominais via atividade de leitura;
- identificação de preenchimentos convergentes e divergentes;
- classificação dos tipos de divergências, a fim de evidenciar tendências;
- descrição das ocorrências coletadas;
- explicação para os aspectos que podem ter motivado ocorrências divergentes;
- avaliação da pertinência dos resultados obtidos com o Cloze adaptado.

Com base nesse percurso, buscamos meios de explicar, no âmbito da cognição e do uso, o comportamento de construções nominais parcialmente lacunadas e preenchidas (ou não) pelos informantes surdos durante a leitura de cada um dos dois textos.

Para a análise, são considerados 50 itens inseridos em 48 construções nominais (Quadro 2), analisados nos 46 instrumentos aplicados. Esses itens de categoria nominal (substantivos e adjetivos) sofreram lacunamento parcial, ou seja, lacunamento do morfema indicador de sua colocação da estrutura do sintagma nominal, sendo inaceitáveis, por exemplo, preenchimentos com morfemas de categoria verbal.

Texto 1 (Notícia sobre as Surdolimpiadas)	Texto 2 (Roteiro de livrarias)
1- [o brasil_____ Guilherme Maia]	1- [53 livr_____]
2- [o nada_____]	2- [muitas livr_____]
3- [o novo recorde mund_____]	3- [ivr_____ gerais]
4- [a delegação brasil_____]	4- [livr_____ religiosas]
5- [99 atlet_____]	5- [livr_____ especializadas]
6- [quatro medalh_____]	6- [uma ideia, uma história, um pensa_____]
7- [22 modalidades esport_____]	7- [a descob_____]

8- [oito seq_____ de treino]	8- [carioca quer_____]
9- [recordista olímpico e mund_____]	9- [a denomina_____ Cidade Maravilhosa]
10- [um agradeci_____ especial]	10- [o corredor cultur_____]
11- [o nada_____ campeão olímpico]	11- [nossas livr_____]
12- [a dedica_____ e esforço citados]	12- [nossos centros cultur_____]
13- [o judo_____ Alexandre Fernandes]	13- [uma para_____]
14- [o carat_____ Heron Silva]	14- [a busca dos leit_____]
15- [a primeira medalha de ouro brasil_____]	15- [uma bel_____ do Rio]
16- [a primeira participa_____ do Brasil]	16- [cron_____ perspicaz da alma humana]
17- [um marco na história do esporte brasil_____]	17- [marcos do passado colonial, imperi_____ e 18-modern_____]
18- [desde menin_____]	19- [o centenário de bati_____ da Avenida Rio Branco]
19- [na última edi_____]	20- [um mestre da dramaturg_____]
20- [em terc_____ lugar]	21- [da poetisa franc_____ Jane Catulle Mendes]
21- [em uma public_____]	22- [no lança_____ do livro]
22- [para o campe_____]	23- [na praça Tiradentes reurban_____]
	24- [de braços ab_____]
	25- [com as respectivas especi_____]
	26- [à vari_____ produção editorial 27-brasil_____]
	28- [no Centro da Cidade Maravilh_____]

QUADRO 2 - Construções selecionadas nos dois textos
 Fonte: Soares (2018).

Investigamos na próxima seção o que as ocorrências que compõem nossa amostra podem indicar sobre a organização cognitiva das construções do PB usadas pela população surda participante da pesquisa. Com o Cloze, esperamos obter evidências sobre a representação lexical e gramatical, isto é, o conhecimento linguístico armazenado, por meio do desempenho dos participantes na atividade leitora em PB. A análise dos dados observa (i) o conteúdo dos preenchimentos (forma e significado) e (ii) os processos de monitoramento ativados ou não para a escolha do preenchimento (consciência metacognitiva). A análise proposta é de cunho qualitativo e não serão apresentados resultados estatísticos.

3. Análise e discussão dos dados

Vários itens lacunados nas construções do Quadro 2 admitem mais de uma possibilidade de preenchimento, a depender dos constituintes adjacentes, internos à construção nominal, e externos a ela. Sendo assim, a análise dos preenchimentos escolhidos pelos participantes observa as restrições

intra/inter lexicais e sentenciais e do contexto em que foram usados, a fim de que haja pareamento da forma escolhida (morfema nominalizador) e seu significado.

As construções em que se inserem os itens lacunados apresentam o padrão geral descrito em Castilho (2010): [(ESPECIFICADORES) + NÚCLEO + (COMPLEMENTADORES)], em que, quando o núcleo (N) for uma preposição, a posição de especificador (ESP) sempre se apresentará vazia, mas variará quando o N for um nome. Em relação aos complementadores (COMP), seus núcleos podem selecionar sintagmas adjetivais e preposicionais. Tomamos, assim, a construção esquemática [(ESP) N (COMP)] como unidade básica para análise dos preenchimentos, em razão de sua representação contemplar o contínuo do léxico para gramática, em uma interação com unidades específicas (morfemas) que oferecem evidências importantes sobre o repertório usado pelos aprendizes surdos.

Os instrumentos em formato de Cloze viabilizaram investigação sobre a relação entre leitura, conhecimento prévio e conhecimento do sistema linguístico usado pelos participantes surdos universitários. Analisamos o que promoveu e o que impediu a compreensão dos dois textos escritos em PB. Para tanto, partimos da premissa de que o produto da atividade leitora resulta da interação entre conhecimento textual, conhecimento de mundo e, sobretudo, conhecimento linguístico do leitor, sem o qual a atividade leitora não se inicia.

Nesse sentido, alcançar compreensão leitora na L2 prevê (i) acionamento de conhecimento prévio adquirido com a experiência e (ii) reconhecimento de palavras colocadas em construções da L2, com os quais se estabeleça uma relação que comporte coerência com os elementos dispostos no texto. Em um processo dinâmico, os participantes da pesquisa devem se apoiar nas palavras do texto combinadas em sequências não aleatórias e com algum grau de esquematicidade, a fim de processarem e inferirem informações, noções e conceitos evocados no texto. De outra forma, não se pode alcançar bom nível de compreensão leitora na língua-alvo.

Embora a análise quantitativa não seja central neste estudo, os preenchimentos foram contabilizados por grupo e geraram percentuais de preenchimentos convergentes para os dois instrumentos. A informação dos percentuais gerais é um indicador inicial do desempenho leitor dos participantes que compõem os grupos.

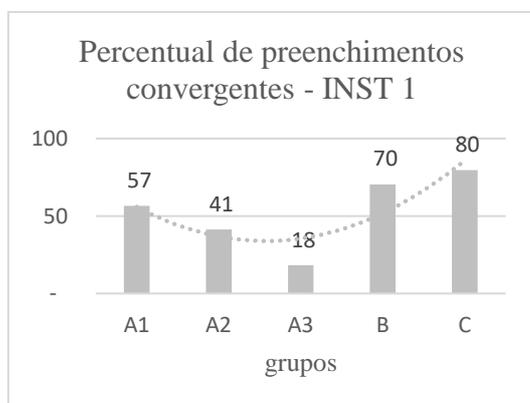


FIGURA 1- resultados do instrumento 1

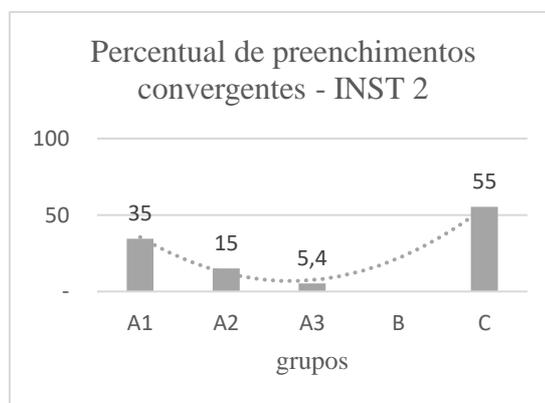


FIGURA 2 - resultados do instrumento 2

Fonte: Soares (2018)

Como esperado, os Gráficos representados nas figuras 1 e 2 mostram que o grupo C (sem privação de língua durante a infância e perda auditiva entre 5 e 7anos) apresenta melhores resultados que os grupos A1, A2 e A3 nos dois instrumentos aplicados. Embora os participantes do grupo B (surdos de segunda geração) não tenham se submetido à leitura do segundo texto, também demonstraram resultados melhores que os informantes dos grupos A, ao menos no INST 1.

Ainda que os percentuais dos grupos B e C apresentem alguma instabilidade no reconhecimento de restrições semânticas e morfossintáticas para a recuperação de alguns itens parcialmente lacunados, os resultados apontam para melhor desenvolvimento da habilidade leitora desses indivíduos surdos que tiveram acesso à L1 (LIBRAS ou PB) desde o nascimento. Em outros casos, o desenvolvimento tardio da L1, que afeta a emergência de conhecimento de mundo, parece confirmar os consequentes baixos resultados em atividade de compreensão leitora, sobretudo entre os informantes do grupo A3.

Desconsiderando o grupo B, observa-se uma queda no percentual de preenchimentos convergentes do INST 1 para o INST 2 nos quatro grupos. Essa informação justifica nossa intenção de verificar se o assunto não familiar aos sujeitos, ainda que o texto do INST 2 não aborde questões técnicas de áreas específicas do conhecimento, influenciaria no alcance da compreensão, afetando a capacidade de recuperação dos itens parcialmente lacunados.

Os gêneros escolhidos – notícia e folheto – têm um nível alto de circulação na sociedade em geral, entretanto, o texto do folheto (INST 2) apresenta algumas características de mais a menos favoráveis à compreensão e que devem ser apontadas. O tipo de folheto em questão, apesar de gratuito, tem acesso limitado, já que sua disponibilização está restrita a alguns estabelecimentos comerciais e culturais. Sendo um texto de divulgação, com o objetivo de apresentar um roteiro de livrarias e convidar o público-alvo leitor, encontram-se construções bastante frequentes em gêneros do cotidiano, como as copulativas e as imperativas. Em contrapartida, o texto traz informações históricas que demandam acionamento de conhecimento prévio mais amplo que o primeiro texto.

O texto do INST 1, em sua composição verbal e não verbal, aborda tema relacionado a esportes olímpicos praticados por surdos. Além de a notícia ter sido veiculada nas mídias e redes sociais, vários participantes relataram conhecer atletas surdos que participaram das surdolimpíadas de 2017, sediadas no Brasil. Nosso pressuposto, então, era de que este texto trazia conteúdo informativo previamente conhecido.

O fator familiaridade com o tema é um aspecto importante na recuperação do significado de palavras e de construções maiores da L2, que possivelmente os participantes da pesquisa não conhecessem. Tal familiaridade, quando se comparam os resultados dos dois textos, parece ter sido fator relevante, no entanto, insuficiente para alcance de boa compreensão leitora, dados os baixos resultados da maioria dos participantes dos grupos A, cujos preenchimentos divergentes passaremos a observar.

Considerando que esses participantes tinham algum conhecimento prévio da temática abordada no texto 1, nossa hipótese é a de que o fator impeditivo de uma boa compreensão leitora está atrelado

ao baixo conhecimento linguístico. Os preenchimentos divergentes observados nos dois trechos a seguir demonstram que a compreensão dos participantes foi parcial ou totalmente impedida, tendo em vista o produto gerado com os preenchimentos para composição das construções lacunadas.

- (1) O Brasil fez história na 23ª Surdolimpíada, realizada na Turquia. No evento, que começou no último dia 18 e segue até o dia 30 deste mês, o brasil o Guilherme Maia conquistou a primeira medalha de ouro brasil iniciar na história da competição. Com o tempo de 1min52s55, o nada antes marcou o novo recorde mundicão dos 200m livre. A delegação brasil principais selecionada para o campe dentro tem 99 atletas. (part.20 _A3)
- (2) O Brasil fez história na 23ª Surdolimpíada, realizada na Turquia. No evento, que começou no último dia 18 e segue até o dia 30 deste mês, o brasil por Guilherme Maia conquistou a primeira medalha de ouro brasil ao na história da competição. Com o tempo de 1min52s55, o nadar r marcou o novo recorde mundial dos 200m livre. A delegação brasil ao selecionada para o campeã o tem 99 atleta. (part.19 _A3)

Nos exemplos (1) e (2), representativos do grupo A3, ainda que algumas lacunas tenham sido preenchidas com palavras e morfemas do PB, tais preenchimentos não possibilitam relação semântica entre os itens adjacentes nem relação sintática possível entre as construções. A maioria das ocorrências indica que as lacunas foram preenchidas sem pareamento possível de forma e significado dentro do contexto, isto é, os participantes demonstram insuficiente conhecimento colocacional da construção nominal, para que as palavras signifiquem combinadas a outras. Os preenchimentos com palavras onde se esperava inserção de morfemas, ou de parte deles, indicam que apenas os radicais parecem oferecer informação suficiente para a atividade leitora, o que apontaria para a ainda não constituição de uma base morfossintática convergente à do PB, impedindo acesso pleno às informações do texto.

Os preenchimentos sugerem que a representação do que seja leitura para o grupo A3 está relacionada à identificação de palavras isoladas, tomadas sem relação com a posição e a forma que elas assumem em relação a outras. Essa parece ser a representação de leitura que a escola tem ajudado a construir, ao menos para parte da população surda. A baixa consciência linguística observada nos preenchimentos dos instrumentos não permite indicar que os participantes do grupo A3 sejam leitores e usuários autônomos do PB.

Os exemplos (3) e (4) a seguir, representativos do grupo A2, foram gerados por participantes cuja aprendizagem da LIBRAS e do PB se iniciou ainda na infância, em idade escolar.

- (3) O Brasil fez história na 23ª Surdolimpíada, realizada na Turquia. No evento, que começou no último dia 18 e segue até o dia 30 deste mês, o brasileiro Guilherme Maia conquistou a primeira medalha de ouro brasileiro na história da competição. Com o tempo de 1min52s55, o nadar

marcou o novo recorde mundi_____ dos 200m livre. A delegação brasileiro selecionada para o campeonato tem 99 atleta. (part.12 _A2)

- (4) O Brasil fez história na 23ª Surdolimpíada, realizada na Turquia. No evento, que começou no último dia 18 e segue até o dia 30 deste mês, o brasileiro Guilherme Maia conquistou a primeira medalha de ouro brasileiro na história da competição. Com o tempo de 1min52s55, o nadador marcou o novo recorde mundial dos 200m livre. A delegação brasileiro selecionada para o campeonato tem 99 atleta. (part.18_A2)

Os preenchimentos indicam que os participantes demonstram reconhecer a forma e o significado de alguns itens lacunados, apesar de não terem automatizado os padrões combinatórios de concordância de gênero e número ([A delegação brasileiro]; [99 atleta]), veiculados em exemplares escritos em variante culta do PB. Ainda se verifica baixo desenvolvimento de consciência metacognitiva dos participantes desse grupo. Embora sejam raras as ocorrências que indiquem regressão para reparo (rasuras) no grupo A2, dentre as quais estão o primeiro preenchimento gerado pelo participante 18, no exemplo (4), essa estratégia pode ser indicativa de algum desenvolvimento de consciência metacognitiva, ainda que pouco consistente, de que a atividade leitora prevê retornos a trechos já lidos, assim como acontece com atividades de fala e de produção escrita.

O terceiro, o quarto e o quinto itens lacunados ('nadar/ção'; 'mundi___/al' e 'campeão/oneto') ainda apontam para uma instável atividade leitora do grupo. As escolhas dos morfemas verbal [r] e nominal [ção] no preenchimento do item 'nadador' parecem indicar não haver identificação da informação de que o brasileiro Guilherme Maia é um nadador. O significado do item 'mundial' isoladamente ou pelas pistas dos itens adjacentes não foi acessado pelo participante 12, o que sugere a incompreensão do enunciado, apesar de a construção [marcar recorde + mundial] constituir uma combinação de uso frequente em textos da área do esporte.

É possível que a polifuncionalidade observada em alguns itens (adjetivos, substantivos e verbos) na LIBRAS, língua utilizada com maior frequência que o PB, seja um traço transferido e supergeneralizado que explique a emergência de uma morfologia fraca, sugerindo competição no uso do PB. Os morfemas, ou parte deles, parecem estar em constante competição observável em vários preenchimentos de diferentes informantes dos grupos A. Os preenchimentos sugerem fraca consciência morfológica em PB: 'campeonato' ou 'campeão', 'mundial' ou 'mundição', 'brasil' ou 'brasileiro', 'nadar', 'natação' ou 'nadador'. Mesmo o grupo A1, com melhor percentual de preenchimentos que A2 e A3, demonstrou divergências semelhantes entre os sujeitos participantes, como mostram os exemplos (5) e (6).

- (5) O Brasil fez história na 23ª Surdolimpíada, realizada na Turquia. No evento, que começou no último dia 18 e segue até o dia 30 deste mês, o brasileiro Guilherme Maia conquistou a primeira medalha de ouro brasileiro na história da competição. Com o tempo de 1min52s55, o nadador

marcou o novo recorde mundial **al** dos 200m livre. A delegação brasileiro selecionada para o campeonato tem 99 atletas. (part.7_A1)

- (6) O Brasil fez história na 23ª Surdolimpíada, realizada na Turquia. No evento, que começou no último dia 18 e segue até o dia 30 deste mês, o brasileiro **2017** Guilherme Maia conquistou a primeira medalha de ouro brasileiro **2017** na história da competição. Com o tempo de 1min52s55, o nadador **ndo** marcou o novo recorde mundial **al** dos 200m livre. A delegação brasileira **2017** selecionada para o campeonato tem 99 atletas. (part.8_A1)

O exemplo 5 indica que o participante 7 não reconheceu a informação relativa à nacionalidade determinada pela função adjetiva dos dois primeiros itens do trecho, mas a reconheceu na terceira ocorrência de 'brasil__' ([A delegação brasileiro]), embora não demonstre acionar estratégias metacognitivas (e.g. meta-atenção) relativas tanto ao padrão de combinação, referente à concordância de gênero entre especificador do núcleo nominal e seu complementador, quanto ao retorno às construções anteriores para reavaliar os preenchimentos 'do' e 'de'.

O participante 8 demonstra, nos preenchimentos com '2017' nas três lacunas, busca por regularização, característica de aprendizes de L2, como mostram estudos de Hilpert (2019) e Goldberg (2019) com aprendizes de inglês. O contato com o *input* escrito da construção [Brasil 2017], com alta frequência de ocorrência na época dos eventos olímpicos, parece ter sofrido efeito de entrenchamento dos dois itens, gerando armazenamento desse *chunk*. Nossa hipótese é que, sendo um competidor mais robusto que o item 'brasileiro', [Brasil 2017] foi acionado durante a atividade leitora.

Os dois participantes, assim como outros 18, apresentaram preenchimento divergente para o item 'campeonato' cuja forma escolhida, apesar de morfossintaticamente compatível com o padrão da construção em que se insere ([para o campeonato]), fere restrição semântica determinada pelo contexto. Essa ocorrência via atividade leitora e aquelas via atividade de produção analisadas no início deste artigo, demonstram uma forte evidência para a hipótese de que a atenção ao significado veiculado pelo radical é priorizada, enquanto que o morfema revelador de categoria gramatical e, portanto, de sua função na construção, não parece atuar na organização dos sentidos emergentes do texto.

A tendência a privilegiar o sentido às pistas gramaticais, é observada em aprendizes ouvintes de L2, como demonstraram Gass e Selinker (1994), não exclusivas de aprendizes surdos, portanto. Ocorre que, se os dois tipos de pistas, semântico-pragmáticas e morfossintáticas, não atuam juntas, em razão de uma delas se apresentar fraca ou opaca aos aprendizes, o papel da instrução explícita, prevista em uma didática aquisicional, é ensinar-lhes a acionarem conscientemente estratégias metacognitivas que façam emergir os sentidos do texto (dependentes de padrões combinatórios), especialmente quando o assunto abordado não lhe é familiar.

Dos nove participantes do grupo A1 (precoce acompanhamento fonoaudiológico e LIBRAS tardia), apenas três demonstraram bom desempenho na atividade leitora, o que elevou o percentual total de acertos (57%) em quase 50%. Essa diferença entre os participantes indica que, além das condições aquisicionais de uma L1, outros aspectos, – afetivos, sociais, econômicos e educacionais

–, em termos qualitativos e quantitativos, estão envolvidos no processo, gradual e com necessária frequência, de desenvolvimento de língua.

Os seis participantes com desempenho mais baixo do grupo A1 demonstram algum conhecimento prévio sobre o assunto abordado – as Surdolimpiadas de 2017 –, no entanto, ainda revelam baixo domínio morfosintático do PB, o que impede boa compreensão do texto. Estes participantes tiveram acompanhamento fonoaudiológico precoce por um tempo médio de 10 anos, o que, no experimento aplicado, não revelou diferença no sistema emergente da L2, em relação aos participantes do grupo A2, que tiveram acompanhamento iniciado mais tarde, em fase de inserção escolar, por um tempo médio de 9 anos.

Os resultados da atividade leitora do INST 1, discutidos até aqui, evidenciam que o conhecimento prévio não parece ser fator de maior destaque para leitura em L2. A seguir, continuamos a investigação dos preenchimentos que emergiram durante a leitura do INST 2.

A composição verbal e não verbal do INST 2 integra um conjunto de informações socioculturais que marcaram a história do Centro da cidade do Rio de Janeiro, por onde atualmente passa um roteiro com 53 livrarias. Tais informações se concentram na segunda metade do texto, o que gera uma expectativa de na maior dificuldade de preenchimento dos itens aí lacunados. No entanto, palavras como ‘livrarias’ (95%), ‘especialidades’ (95%) e ‘leitores’ (73%), localizadas no primeiro parágrafo, também apresentaram preenchimentos com altos índices de divergências relativas à recuperação não só da forma, mas também do significado. Os exemplos a seguir evidenciam tais preenchimentos.

- (7) Temos o prazer de apresentar a 4ª edição do Roteiro das Livrarias do Centro Histórico do Rio de Janeiro. São 53 livros com as respectivas especialais, para facilitar a busca dos leites. (part..2_A1)
- (8) Temos o prazer de apresentar a 4ª edição do Roteiro das Livrarias do Centro Histórico do Rio de Janeiro. São 53 livro com as respectivas especial, para facilitar a busca dos leituro. (part.17_A2)
- (9) Temos o prazer de apresentar a 4ª edição do Roteiro das Livrarias do Centro Histórico do Rio de Janeiro. São 53 livrrios com as respectivas especialais, para facilitar a busca dos leitalismo. (part.20_A3)
- (10) Temos o prazer de apresentar a 4ª edição do Roteiro das Livrarias do Centro Histórico do Rio de Janeiro. São 53 livros com as respectivas especialista, para facilitar a busca dos leitores. (part.21_C)

Os exemplos dos grupos A e C revelam, logo no primeiro preenchimento do texto, que os participantes não acionam estratégias metacognitivas que envolveriam retornos aos trechos já preenchidos, a fim de repararem compreensão equivocada de que o texto trataria de um roteiro com 53 livros.

Além disso, a informação verbal do título que compõe a figura (“ROTEIRO DAS LIVRARIAS”) e aquela trazida na primeira linha do texto parece não terem sido associadas, ou nem mesmo acessadas, às informações seguintes apresentadas no texto. É possível que haja aí mais uma evidência para nossa hipótese de que a morfologia é pista fraca para a maioria dos participantes da pesquisa e provavelmente para a maior parte da população surda.

O primeiro preenchimento do exemplo (9) – [São 53 livririos] –, apesar de indicar que não houve recuperação integral da forma grafofonêmica do item, aponta para compreensão de que o roteiro não é de livros, mas de lojas que vendem livros. No entanto, outros três preenchimentos do participante, no parágrafo seguinte, demonstram inconsistência na compreensão do texto, já que seleciona preenchimentos tais como [muitas livros]; [livros religiosas] e [nossas livros]. Esse tipo de preenchimento, assim como em [com as respectivas especial] e [a busca dos leites], evidencia competências em que o vencedor é o item mais saliente na rede construcional do aprendiz, independentemente de sua composição semântica, morfológica e sintática.

Várias ocorrências ainda sugerem relação com possível efeito da prática inconsistente de leitura labial, a promover baixa percepção dos constituintes de fronteiras das palavras, como temos discutido em Soares (2018 e 2020). Tal experiência linguística, geralmente de baixa qualidade perceptual, oferece *input* de formas incompletas percebidas pelo canal visual das pessoas surdas, que resultam em um repertório construcional com muitos apagamentos e com fracas conexões entre exemplares.

Como o acionamento de conhecimento prévio integram atividades de leitura, os resultados percentuais decrescentes entre os dois experimentos corroboram achados de várias pesquisas sobre a necessidade de ampliar o letramento do público-alvo surdo, seja em PB ou em LIBRAS. Não atribuímos, porém, a queda de rendimento das amostras do INST 2 exclusivamente à pouca familiaridade dos aprendizes com o assunto abordado, já que o INST 1, que supomos trazer assunto familiar, não teve nível de preenchimento convergente tão alto para todos os grupos, que justificasse tal pressuposição. Outro aspecto importante é que os tipos de divergências encontradas no INST 2 são de mesma natureza daqueles encontrados nos INST 1, isto é, de forma que afetam significado.

A questão parece estar relacionada primeiro à proficiência linguística dos informantes, que não os deixa acessar as informações veiculadas nos textos, e depois à familiaridade com os assuntos abordados. Não basta que haja conhecimento prévio para fazer emergir compreensão de um texto, se o aprendiz não tiver constituído uma representação construcional suficiente da língua em que o assunto é veiculado. Estar bem informado sobre a temática dos esportes olímpicos, por exemplo, não torna um indivíduo capaz de ler sobre esse assunto, por exemplo, em italiano ou alemão, se ele não alcançou proficiência suficiente para construção de sentidos com o código dessas línguas. Ou seja, os dois fatores, conhecimento prévio, representado na mente via LIBRAS ou via qualquer outro sistema, e conhecimento do código da L2 e de seu funcionamento, atuam de maneira integrada para a compreensão das informações trazidas nos textos.

Com esse tipo de análise, dois fatores se mostram proeminentes. O primeiro diz respeito àqueles participantes que tiveram contato com uma língua (LIBRAS ou PB) precocemente e, portanto, desenvolveram habilidades linguísticas de compreensão nas modalidades ou sinalizada ou oral, antes

de aprenderem a usar a modalidade escrita (ler e escrever). Estes sujeitos demonstram ter desenvolvido uma rede construcional na L1 que permite reconhecimento de padrões construcionais dinâmicos e complexos bem diferentes daqueles que constituem o sistema caseiro de comunicação usado inicialmente por parte dos participantes.

O segundo fator se refere a propostas (i) de atividade de compreensão leitora em PB escrito antes mesmo de o aprendiz surdo ter atingido nível de proficiência nesta língua, compatível com tal atividade e (ii) de atividades inadequadamente denominadas como de compreensão leitora, em que se entrega ao aprendiz uma tradução/interpretação de um texto que teria tantos aspectos a serem ensinados, inclusive contrastivos entre LIBRAS e PB, mas que ficam para... quem sabe um dia.

Esses dois fatores fundamentais têm implicações sérias na natureza do produto que emerge na mente do aprendiz surdo e no subsequente acionamento em atividades de leitura na L2. A questão que se coloca, portanto, é o quanto de conhecimento da L2 se faz necessário para atividade leitora, ainda que haja conhecimento prévio do assunto, a exemplo do texto do INST 1. O contexto não se mostrou suficiente para recuperação do item (forma e significado) nos casos em que se observam ausência de preenchimentos, preenchimentos que não formam palavras em PB, preenchimentos com um item lexical e preenchimentos que geram item de outro campo semântico. O inconsistente conhecimento linguístico parece ser fator limitador no uso da língua escrita para os participantes surdos universitários.

A partir das observações sobre o produto das atividades leitoras dos participantes da pesquisa, cujas explicações tiram a sobrecarga do conhecimento sobre a temática dos textos, apresento na próxima seção uma tipologia de divergências explicadas principalmente por processos de analogização que atuam na emergência de línguas, esperando tornar mais robustos os resultados sugeridos durante as análises desta seção.

4. Resultados

De acordo com os comprometimentos observados durante as análises, foram definidos oito esquemas de formas competidoras (preenchidas) e não reconhecidas (sem preenchimento). Estes esquemas compõem uma tipologia de divergências encontradas nos 46 instrumentos, cujo objetivo é tornar visível parte da representação do PB no sistema de competidores usado pelos 24 participantes da pesquisa. Os esquemas não combinam propriedades léxico-gramaticais convergentes, tanto para compor o padrão construcional [(ESP) N (COMP)] quanto para compor o texto como um todo.

ESQUEMAS DE FORMAS COMPETIDORAS DIVERGENTES OU NÃO RECONHECIDAS	
1- [radical + morfema congruente com significado e categoria da palavra-alvo] = [cognato]	[para o campeão] [livros gerais]
2- [radical + morfema de outra categoria] = [cognato]	[a primeira participar do Brasil] [com as respectivas especialmente]
3- [radical + morfema divergente aos padrões de concordância]	[o Brasil soma quatro medalha] [da poetisa francês Jane Catulle Mendes]
4- [radical + morfema desassociado da palavra-alvo]	[o carater Heron Silva] [cronograma perspicaz da alma humana]
5- [radical + morfema com alteração ortográfica]	[a delegação brasilirera] [o novo recorde mundinal] [para o campeanto]
6- [radical + sequência não produtiva]	[o novo recorde mundição] [a busca dos leitivos] [o judodor Alexandre Fernandes]
7- [radical + item pleno]	[um marco na história brasil 2017] [a primeira participa surda]
8- [radical + Ø]	[uma par__ no dia-a-dia apressado] [carioca quer ____]

QUADRO 3 - Tipologia de formas competidoras

Fonte: Soares (2018)

Os achados das análises indicam relativa sistematicidade com que os preenchimentos divergentes ocorreram, o que possibilitou essa proposta de tipologia de divergências comuns empregadas na formação das palavras nominais lacunadas. Partindo do padrão geral de colocações do PB [(ESP) N (COMP)], constituído por, ao menos, um desses três “atratores gramaticais”, para que palavras componham significado ao assumirem dada posição nas construções nominais selecionadas, é preciso que o aprendiz as reconheça. Apesar de, aos olhos dos aprendizes de L2, padrões morfossintáticos não se mostrem claramente distinguíveis, e por isso tendem a ser supergeneralizados, há detalhes que os diferenciam. Sendo assim, os “atratores gramaticais”, com seus modos de comportamento preferidos que constituem padrões abstratos do sistema complexo da L2, devem ser aprendidos, sobretudo pelo contato robusto com *input* da L2, via atividades de leitura.

O esquema 1 [cognatos] agrupa um tipo de formas competidoras emergentes durante a atividade leitora (e.g. [para o campeã]). Observado em todos os grupos, esse tipo de divergência parece indicar que os itens acessados são decorrentes de uma estratégia de leitura superficial, e não analítica, em que o foco é a identificação de palavras e não suas relações intra e interconstrucionais. Embora os preenchimentos correspondam a cognatos dos itens-alvo e, portanto, partilhem o mesmo radical,

os itens resultantes ferem restrições morfossintáticas e semânticas, que não apontam para a constituição de memória enriquecida com amplo repertório do PB.

A análise do tipo de divergência agrupada no esquema 1 aponta para a primeira evidência de que muitos surdos, a exemplo dos participantes desta pesquisa, não alcançam bons níveis de proficiência em PB em razão de o léxico emergente não ser constituído de traços que envolvem forma, significado e função da palavra usada em construções do PB.

Assim como o esquema 1, o esquema 2 resulta em itens cognatos que partilham o radical, mas não partilham categoria gramatical e função da palavra-alvo (e.g. [a primeira participar do Brasil]; [o nadarar campeão olímpico]). Os itens vencedores da competição configuram relações interlexicais que não constituem um padrão combinatório possível em PB, gerando agramaticalidade. Esses dois primeiros tipos de divergências analisadas indicam evidências importantes para caracterização da representação cognitiva do PB usado por aprendizes surdos.

A troca do morfema final, observada nos preenchimentos, parece ser uma evidência de que a organização do conhecimento linguístico da L2 não contempla informação sobre a categoria das palavras. As conexões lexicais formadas pelo partilhamento da forma e do significado das palavras 'livro', 'livraria', 'livreiro' (esquema 1) ou 'nadador', 'nadar', 'nadação' (esquema 2), por exemplo, não demonstram estarem completas, por isso competem entre si. Ainda que o radical seja partilhado, os morfemas derivacionais das palavras do PB não parecem relevantes para a constituição do significado funcional que origina palavras com significado diferenciado, além de definirem sua colocação em construções. Os participantes ainda não demonstram pleno reconhecimento das relações de identidade entre categorias abstratas integrantes do léxico do PB, que possibilitam a emergência de itens encaixados em padrões construcionais.

Os preenchimentos divergentes constituem pistas indicativas de que as representações morfológicas das palavras e suas associações sintagmáticas e paradigmáticas são ainda fracas, provavelmente, devido à baixa frequência de uso e, portanto, não constituem *chunks* fortes para armazenamento rico na memória. Ainda que todos os exemplares com as sequências [livr-] e [nada-], por exemplo, já tenham sido percebidos e usados em algum momento pelos participantes, se não houver frequência de uso em construções que combinam elementos atratores [(ESP) N (COMP)], formarão representações fracas na memória. Tais representações não contemplam a noção de que as palavras e as construções em que elas se inserem possuem posições esquemáticas a serem preenchidas por um conjunto de itens (morfemas e palavras) não aleatórios. Por isso, experiências com palavras isoladas ou com textos em versão traduzida não oferecem condições de percepção e armazenamento da riqueza de características linguísticas e discursivas das construções que compõem o sistema da L2.

O esquema 3 envolve os preenchimentos que apresentam marcas morfológicas de gênero e/ou de número, divergentes das exigidas ou pelos itens adjacentes ou pelo contexto (e.g. [oito seção de treino]; [muitas livro]; [Barão do Rio Branco, carioca querida]). Mais que o acréscimo dos morfemas -a e/ou -s por um processo de analogia às marcas do item adjacente, o padrão de concordância entre os itens do PB escrito pode exigir outra combinação morfológica. No primeiro exemplo, é provável que o morfema [-ções] não tenha sido recuperado por constituir poucos e fracos exemplares

na memória dos participantes, visto que apenas quatro apresentaram preenchimento convergente para tal construção. Tal fraqueza pode ser efeito de baixa frequência de uso da sequência [-ções] em itens do PB, o que não contribui para seu armazenamento como um *chunk* que poderia tornar robustas outras conexões de [ESP_(plural) RADICAL_(ções)].

No terceiro exemplo, a relação contextual solicita do aprendiz compreensão leitora para identificar que o referente do item 'carioca' (cuja forma não se altera em relação ao gênero do item com o qual se combina) é um nominal – barão – que designa título a um homem e que, portanto, o nominal 'querid-', que complementa 'carioca', deve ser materializado com morfema -o e não, -a, como induz o último grafema do núcleo da construção. Esses detalhes compõem idealmente uma memória rica por experiências com construções frequentes na língua, tais como [o campeonato carioca], [o carioca bronzeado], [a festa carioca], em que o item 'carioca' não tem sua forma modificada, nem implica mudança morfológica em seu adjacente.

A convenção relativa à marca de gênero das palavras é de fato um aspecto do PB que causa dúvidas a aprendizes surdos ou estrangeiros, que tendem ou a transferir o padrão da L1 ou supergeneralizar um padrão a partir de outro mais frequente. Esse tipo de pista não é transparente ao aprendiz de L2, sobretudo se não há padrão semelhante na L1, portanto, depende de instrução explícita por meio de atividades formais de ensino. A disciplina de português L2, bem orientada por uma didática aquisicional, tem o papel de oferecer *input* por meio de atividades que proporcionem percepção do funcionamento desses padrões construcionais.

Os três primeiros esquemas correspondem à maioria das divergências encontradas. Isso sugere uma caracterização, em termos de percepção e de processamento da informação linguística da L2. Esses esquemas compõem a representação do sistema de competidores que parece estar representado e em uso pelos participantes surdos. Considerando as exigências inerentes à modalidade escrita, estratégias de aprendizagem (consciência metacognitiva), que a partir do uso salientam aspectos variados sobre o funcionamento da L2, devem ser exploradas durante a escolarização, com vistas a tornar aprendizes autônomos para atividades de produção e de compreensão escritas.

As formas competidoras que constituem o esquema 4 [radical + morfema desassociado da palavra-alvo] não foram observadas em todos os grupos. As ocorrências arroladas neste esquema evidenciam que a compreensão leitora não foi suficiente para permitir acesso à palavra-alvo, o que leva o participante a focar na forma e não, no significado (*e.g.* [o carater Heron Silva]).

Os preenchimentos divergentes com a sequência 'er', somados aos preenchimentos dos três esquemas anteriores, contribuem para indicação de baixo nível de desenvolvimento de consciência morfológica que não ativa o fator analisabilidade das palavras derivadas. Os participantes poderiam, pelo processo de analogia com outros sufixos formadores de agentes e que formam *chunks* produtivos, propor preenchimento com os morfemas [-ista], [-eiro] ou [-or], por exemplo. Mesmo não resultando em uma palavra real, tal estratégia indicaria consciência metacognitiva, importante para aprendizagem de L2.

Os preenchimentos categorizados no esquema 5 [radical + morfema com alteração ortográfica] indicam que a sequência de grafemas que forma os itens lacunados possivelmente ainda

não tem representação tão forte na memória dos informantes que produziram esse tipo de divergência, visto que estes não acessam a forma regular da palavra-alvo (e.g. [o novo recorde mundinal]; [para o capento]). Esse tipo de divergência também acomete aprendizes ouvintes, como mostra estudo de Lauffer (1997).

Dez participantes apresentaram preenchimento com alteração ortográfica, mas apenas quatro (A2) foram reincidentes em divergências relativas à inserção, omissão e troca na ordem dos grafemas. As poucas ocorrências desse tipo indicam que os participantes universitários não foram fortemente afetados por esse tipo de divergência, ao menos quando parte da sequência, que constitui a palavra, é dada.

Durante a aplicação dos instrumentos, observamos que alguns participantes usaram a estratégia de soletração manual (datilologia) com a finalidade de recuperarem a sequência grafêmica do item lacunado. Essa estratégia parece estar ligada à associação transmodal (letra escrita e letra manual) para recuperação de itens que ainda não se constituem fortes na memória. A recuperação da sequência completa dos grafemas se torna menos custosa caso os grafemas sejam agrupados em *chunks* menores que as palavras. Isto é, com base em estudos sobre memória (MILLER, 1956; NEWELL, 1990) parece tarefa menos custosa lembrar de uma sequência com dois blocos do que lembrar de vários segmentos em sequência. Essas observações sugerem a necessidade de desenvolvimento de algum nível de consciência morfológica para aprendizagem de L2 escrita.

O esquema 6 [radical + sequência não produtiva] também traz divergências intralexicais que afetam relações interlexicais relativas à não emergência de sentidos, observadas em todos os grupos. As formas competidoras acessadas durante a atividade leitora e reproduzidas nas lacunas constituem não-palavras, embora a maioria dos preenchimentos apresentem sequências grafotáticas possíveis em PB (e.g. [a busca dos leitivo]; [no lançaões do livro]).

Esse tipo de ocorrência também representa um quantitativo baixo de divergências. A maioria foi encontrada nos instrumentos dos participantes do grupo A3. Alguns preenchimentos desses participantes merecem destaque: [o judodor Alexandre Fernandes] e [marcos do passado colonial, imperial e modernal].

Como evidência para ativação da consciência metacognitiva (atenção e consciência metalinguística) durante a atividade leitora, os dois participantes demonstram reconhecer padrões possíveis de formação de palavras: [RADICAL+ dor] que indica papel de agentes e [RADICAL + al] que indica ideia de relação. Os dois preenchimentos parecem ser decorrentes de analogização, sendo o preenchimento do item 'modernal' possivelmente motivado pelos dois itens à esquerda.

O resultado do processamento analógico pode agir tanto positiva quanto negativamente (super-generalização) na compreensão e na produção da mensagem, o que é comum durante aprendizagem de L2, por surdos ou ouvintes, principalmente com itens de uso pouco frequente.

As divergências que constituem o esquema 7 [radical + item pleno] são referentes ao não reconhecimento de que a sequência lacunada não apresenta forma e significado suficientes em PB para compor a construção em que se insere, o que motivou a colocação de um item pleno. Apenas os dois

participantes do grupo C (surdez entre 5 e 7 anos) não produziram esse tipo de divergência que, mais uma vez, acometeu em maior quantidade os preenchimentos do grupo A3.

A inserção de um novo item pode apresentar combinação localmente possível com um dos itens adjacentes, mas não compõe significado compatível com todos os itens da construção (e.g. [valem uma para que no dia-a-dia apressado]). Apesar de os itens funcionais ‘para’ e ‘que’ formarem uma combinação frequente na língua, que serve à expressão de finalidade, não faz emergir significado na construção em que se inserem. Essa é mais uma ocorrência em que observamos falha na identificação da categoria gramatical de nominais, que se coloca após um especificador e assume função, neste caso, de complementar um verbo (valer).

Alguns preenchimentos do esquema 7 (e.g. [o brasil nadador Guilherme Maia]; [a primeira medalha brasil vez na história da competição]) sugerem que os participantes percebem o item lacunado como a forma completa com função de especificador ou complementador que pode assumir colocação à esquerda ou à direita do núcleo. De acordo com os exemplos disponíveis nos dicionários consultados³, os itens ‘Brasil’ e ‘brasileiro’ assumem mesma forma sinalizada em LIBRAS, transferindo o traço de polifuncionalidade desses itens, como discutido na seção anterior.

Alguns itens, por assumirem forma única em LIBRAS, apesar de sua correspondência com funções gramaticais diferentes, quando transferidos para construções em PB, constituem agramaticidade. Esse caso de transferência negativa do padrão de uso da LIBRAS para o PB, compete com padrões desta língua. Ainda que a LIBRAS seja uma língua espaço-visual e sem escrita alfabética, a competição relativa à forma do item ocorre via transferência ou associações de padrões abstratos dessa língua, como a não marcação morfofonológica observada em outros esquemas.

O esquema 8 [radical + Ø] é o último caso analisado em nossa tipologia. Esse esquema é decorrente do não preenchimento de 100 lacunas (de um total de 1144), em maior parte daquelas do INST 2, em que verificamos o efeito do fator de menor familiaridade com a temática abordada. O maior percentual de lacunas em branco foi mapeado nos instrumentos do grupo A3.

O não preenchimento de lacunas (e.g. [a primeira participa____ do Brasil]; [a dedica____ e o esforço citados]) é mais um elemento que se soma à avaliação de que a maioria dos participantes têm baixo repertório para uso – leitura e escrita – do PB. Nem a alta produtividade do sufixo [-ção], cujo grande número de exemplares constitui a categoria do substantivo em PB, ofereceu aos participantes maior probabilidade de acionar conexões com diferentes morfemas radicais. O esquema 8 traz mais um indicativo da fraqueza morfológica na constituição do conhecimento linguístico representado cognitivamente para a maioria dos participantes. A figura a seguir é uma tentativa de representar o repertório da maioria dos participantes da pesquisa.

³Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (<http://www.acessibilidadebrasil.org.br/libras>) e Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas (CAPOVILLA; RAPHAEL; MAURICIO, 2009)

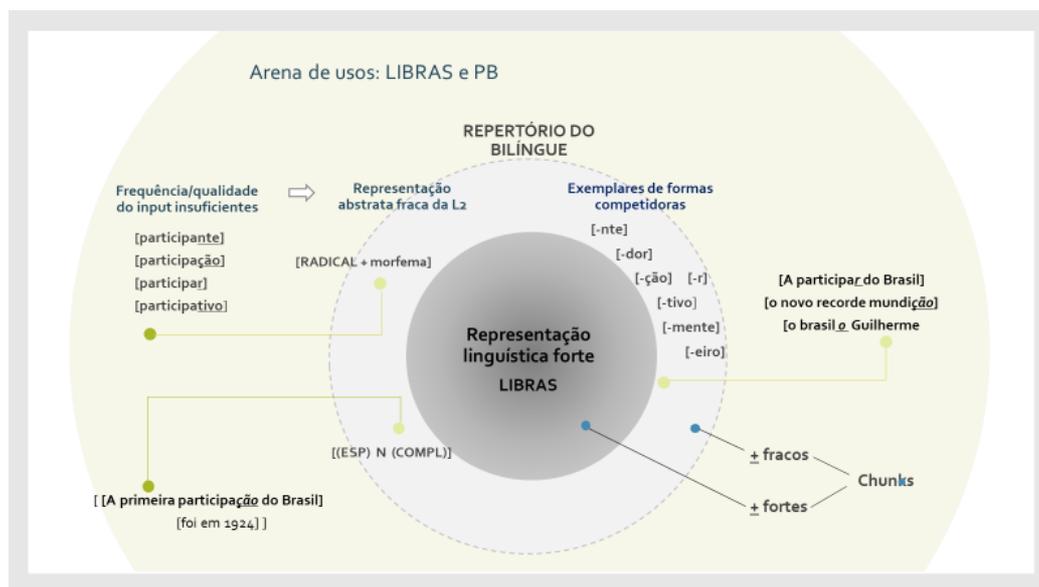


FIGURA 3 – Representação do repertório linguístico
 Fonte: a autora

Os resultados indicam que a constituição do conhecimento linguístico da L2, de mais da metade dos surdos universitários participantes desta pesquisa, ainda não parece robusta para uso autônomo da língua, sem dependência de tradução, mesmo após longos anos de escolarização. O ponto fundamental aqui é que, antes de poderem ou não ser considerados usuários do PB, sobretudo leitores, é preciso considerar as razões pelas quais esses sujeitos não constituíram um sistema com exemplares fortes em que suas relações resultem em construções que pareiam forma, significado e uso.

Se as impropriedades verificadas na escrita durante a educação básica continuam no ensino superior, entendemos haver práticas que não permitem mudança gradiente e frequente no sistema emergente rumo a uma representação rica do PB, mas, sim, rumo a um sistema de competidores constituído de itens fracos e que inibem categorização consistente.

5. Considerações finais

A técnica Cloze, para além da quantificação de erros e acertos, usada de forma adaptada para esta pesquisa, ofereceu informações que permitiram identificação de evidências sobre construções nominais, para uma introdutória caracterização do conhecimento linguístico de surdos adultos que chegam à universidade. A tipologia de divergências apresentada neste artigo contribui para uma atuação docente mais consciente sobre alguns aspectos morfosintáticos do PB, necessários ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Esse tipo de informação diagnóstica parece ser

revelador aos professores que atuam em todos os níveis de ensino, na medida em que oferece indícios da representação do PB alcançada pelo aprendiz durante o processo de ensino/aprendizagem.

A análise geral dos dois instrumentos indicou que a constituição das palavras que compõem os textos parece desbotada à maioria dos informantes surdos de primeira geração integrantes dos grupos A (com privação linguística). Essa indicação considerou a baixa identificação combinatória entre formas e significados/funções que desempenham as palavras colocadas nas construções usadas nos dois textos. Sugerimos que o PB emerja com uma fraca complexidade morfosintática, em consequência de oferta de amostras de *input* inconsistentes para reconhecimento de padrões de uso. Há ainda que se considerar o efeito do fenômeno da transferência de um tipo de padrão construcional que envolve polifuncionamento de itens lexicais em LIBRAS, no conhecimento emergente do PB. É desejável, sem dúvida, que o experimento avaliativo seja replicado a mais aprendizes surdos e que os resultados sejam publicados.

Em uma bem fundamentada didática aquisicional, há um poderoso e necessário trabalho com percepção do *input* em atividades de leitura, que faz evoluir o metabolismo linguístico para uma variedade que se espera sempre mutante em direção a uma representação cognitiva com fortes conexões para uma necessária autonomia dos surdos no uso do PB.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE BRASIL. Dicionário da língua brasileira de sinais. Disponível em: <http://www.acesibilidadebrasil.org.br/libras/>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

ABRAHAM, Roberta G.; CHAPELLE, Carol A. The meaning of cloze test scores: An item difficulty perspective. *The Modern Language Journal*, v. 76, n. 4, p. 468-479, 1992. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4781.1992.tb05394.x>.

ABREU, Katia. N. M. de.; GARCIA, Daniela C.; HORA, Katharine F. P.N.A. da; SOUZA, C. R. O teste de Cloze como instrumento de medida da proficiência em leitura: fatores linguísticos e não linguísticos. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.25, n.3, p. 1767-1799, 2017. <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.25.3.1767-1799>.

ANDREWS, Jean F.; BYRNE, Andrew; CLARK, M. Diane. Deaf scholars on reading: A historical review of 40 years of dissertation research (1973-2013): Implications for research and practice. *American annals of the deaf*, v. 159, n. 5, p. 393-418, 2015.

BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne. *Usage Based Models of Language*. The University Chicago Press, 2000.
BATES, Elizabeth; MACWHINNEY, Brian. Second-language acquisition from a functionalist perspective: Pragmatic, semantic, and perceptual strategies. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 379, n. 1, p. 190-214, 1981. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.1981.tb42009.x>

BOCHNER, Joseph H.; ALBERTINI, John A. Language varieties in the deaf population and their acquisition by children and adults. STRONG, M. (Ed.). *Language Learning and Deafness* (Cambridge Applied Linguistics). Cambridge: Cambridge University. p. 3-48, 1988. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139524483>.
BYBEE, Joan. *Língua, Uso e Cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

CAPOVILLA, Fernando. RAPHAEL, Walkyria D.; MAURICIO, Aline Cristina L. Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. 2009.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CLARKE, Mark A.; BURDELL, Linda. Shades of meaning: syntactic and semantic parameters of cloze test responses. BROWN, H.D., YORIO, C. A., CRYMES, R.H. (Orgs.). *Teaching and learning; trends in research and practice* (On TESOL '77). Washington: TESOL, 1977.

COSTA, Marília. U. C. L. M.; SOARES, Lia A. A.; GARCIA, Daniela Cid de; ABREU, Katia. N.M. As guerras do ensino da leitura: um olhar a partir da epistemologia surda. *Revista Espaço*, v. 53, p. 127-151, 2020.
<http://dx.doi.org/10.20395/re.v0i53.651>.

FREITAS JR, Roberto; SOARES, Lia Abrantes Antunes; NASCIMENTO, João Paulo da Silva; XAVIER, Hosana Sheila da Silva Rosa. Será um grande de aprendizado: uma análise descritiva dos aspectos linguísticos da escrita de surdos em PBL2 - Interfaces entre textualidade, uso e cognição no estado de interlíngua. Rio de Janeiro. *Pensares em revista*, v. 01, p. 0729, 2018. <https://doi.org/10.12957/pr.2018.33200>.

GASS, Susan M.; SELINKER, Larry. *Second Language Acquisition: an introductory Course*. Hillsdale; Hover; Londres: Lawrence Erlbaum, 2001.

GOLDBERG, Adelle. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Cambridge: University Press, 2006.

GOLDBERG, Adelle. *Explain me this: creativity, competition, and the partial productivity of constructions*. New Jersey: Princeton University Press, 2019.

HILPERT, Martin. *Construction Grammar and its application to English*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

HÖDER, Steffen. Grammar is community-specific: Background and basic concepts of Diasystematic Construction Grammar. In Hans C. Boas & Steffen Höder (eds.), *Constructions in contact. Constructional perspectives on contact phenomena in Germanic languages* (Constructional Approaches to Language 24), 37-70. Amsterdam: Benjamins, 2018.

JOLY, Maria Cristina R. A. et al. Avaliação da compreensão de leitura pelo Sistema Orientado de Cloze (SOC). *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 26, n. 1, p. 223-242, jan./abr. 2014. Universidade Federal Fluminense.
<https://doi.org/10.1590/S1984-02922014000100016>.

LAUFER, Batia. What's in a word that makes or hard or easy. In: MCCARTHY, M.; SCHMIDT, N. (Ed.). *Vocabulary: description, acquisition and pedagogy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p.140-155.

NASCIMENTO, João Paulo da S.; SOARES, Lia Abrantes A.; FREITAS JR, Roberto. Os bastidores da escrita: análise cognitivo-funcional de processos cognitivos operantes na aquisição de PBL2 por surdos bilíngues. *Revista Diálogos*, 2019.

NEWELL, Allen. *Unified theories of cognition*. Harvard: Harvard University Press, 1990.

SANTOS, Acácia A. A., PRIMI, Ricardo. TAXA, Fernanda. VENDRAMINI, Claudete M. O teste de Cloze na avaliação da compreensão em leitura. *Psicologia - Reflexão e Crítica*, v. 15, n. 3, p. 549-560, 2002.
<https://doi.org/10.1590/S0102->

SANTOS, Acácia A. Angeli; MONTEIRO, Rebecca M. Validade do Cloze enquanto técnica de avaliação da compreensão de leitura. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, v. 7, n. 2, p. 86-100, 2016. 10.5433/2236-6407.2016v7n2p86.

SOARES, Lia Abrantes Antunes. *A emergência de um sistema de competidores: um estudo cognitivo-funcional dos processos mentais subjacentes ao desenvolvimento do PBL2 em surdos universitários*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Instituto de Letras. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

SOARES, Lia Abrantes Antunes. Português e Libras: distorções e supergeneralizações. In: FREITAS JR, Roberto de (Orgs); SOARES, Lia Abrantes Antunes (Orgs); NASCIMENTO, João Paulo da Silva (Orgs). *Aprendizes surdos e escrita em L2: reflexões teóricas e práticas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras. 1ª Edição. 2020.

SOARES, Lia Abrantes Antunes; NASCIMENTO, João Paulo da Silva. Evidências sobre a representação cognitiva de construções funcionais do PB em crianças e adultos surdos. *Revista Linguística*, v. 16, n. 2, p. 135-154, 2020. <https://doi.org/10.31513/linguistica.2020.v16n2a33881>.

TAYLOR, Wilson. L. Cloze procedure: a new tool for measuring readability. *Journalism Quarterly*, Questia Trusted Online Research, v. 30, p. 415-433, 1953.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. Martins Fontes, 2003.

RELATÓRIO DE PESQUISA

O perfil argumentativo da Tarefa IV no exame Celpe-Bras



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Luiz Amaral (UMASS)
- Ricardo de Souza (UFMG)
- Thaís Maíra de Sá (CEFET-MG)

AVALIADO POR

- Henrique Leroy (UFMG)
- Marcus Valadares (UFMG)

SOBRE OS AUTORES

- Juliana Roquele Schoffen
Conceptualização,
Investigação, Metodologia,
Administração do projeto,
Supervisão, Escrita - análise e
edição.
- Gabrielle Rodrigues Sirianni
Conceptualização,
Investigação, Metodologia,
Escrita - análise e edição.
- Simone Paula Kunrath
Conceptualização,
Investigação, Metodologia,
Escrita - análise e edição.

DATAS

- Recebido: 30/10/2020
- Aceito: 04/12/2020
- Publicado: 23/12/2020

COMO CITAR

Schoffen, J. R.; Sirianni, G. R.; Kunrath, S. P. (2020). O perfil argumentativo da Tarefa IV no exame Celpe-Bras. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 909-935, 2020.

Juliana Roquele SCHOFFEN

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Gabrielle Rodrigues SIRIANNI

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Simone Paula KUNRATH

Escola Bem Brasil

RESUMO

O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), aplicado desde 1998, é usado para diferentes fins, sendo considerado um exame de alta relevância (SCHLATTER *et al.*, 2009). A Parte Escrita do exame é composta por quatro tarefas que simulam situações de uso do português, uma vez que a noção de proficiência subjacente ao exame apresenta uma visão de uso da língua “com propósitos sociais, construída social e localmente por seus participantes” (BRASIL, 2020, p. 28). Schoffen *et al.* (2018), ao descreverem e categorizarem os enunciados das tarefas do exame, concluíram que a Tarefa IV apresenta características diferentes em relação às outras três tarefas da Parte Escrita. Com base nesses resultados, este artigo tem por objetivo analisar de modo mais aprofundado a Tarefa IV do exame, apresentando suas especificidades em relação às demais tarefas. A partir da análise das 43 tarefas IV aplicadas no exame entre 1998 e 2019, verificamos que o Celpe-Bras vem apresentando, nesta tarefa, contextos de uso da língua em que os examinandos devem explicitamente posicionar-se a respeito de um determinado assunto. Identificamos, com essa análise, dois perfis recorrentes de esferas, gêneros do discurso e propósitos comunicativos na Tarefa IV do Celpe-Bras. A descrição apresentada contribui para um maior conhecimento sobre o próprio exame, bem como pode auxiliar professores e examinandos que

buscam conhecer mais sobre o Celpe-Bras, para, assim, se prepararem melhor para a prova.

ABSTRACT

The Certificate of Proficiency in Portuguese for Foreigners (Celpe-Bras), applied since 1998, is used for different purposes, being considered a high-stakes exam (SCHLATTER *et al.*, 2009). The Written Part of the exam consists of four tasks that simulate uses of Portuguese, since the exam considers proficiency as using the language “for social purposes, socially and locally constructed by its participants” (BRASIL, 2020, p. 28). Schoffen *et al.* (2018), when describing and categorizing the exam tasks, concluded that Task IV presents different characteristics in relation to the other three tasks of the Written Part. Based on these results, this article aims to further analyze Task IV of the exam, presenting its specificities in relation to other tasks. From the analysis of the 43 tasks IV applied in the exam between 1998 and 2019, we concluded that Celpe-Bras has been presenting, in this task, contexts of language use in which the examinees must explicitly position themselves on a certain theme. With this analysis, we identified two recurrent profiles of spheres, speech genres and communicative purposes in Task IV of Celpe-Bras. The description presented contributes to a greater knowledge about the exam itself, as well as it can assist teachers and test takers who seek to know more about Celpe-Bras, in order to prepare themselves better for the exam.

PALAVRAS-CHAVE

Avaliação de proficiência. Exame Celpe-Bras. Argumentação. Português como Língua Adicional.

KEYWORDS

Proficiency assessment. Celpe-Bras exam. Argumentation. Portuguese as an Additional Language.

Introdução

O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) foi elaborado com a motivação principal de ser um exame único e padronizado para a seleção de estudantes que realizavam intercâmbio nas universidades brasileiras (SCHLATTER, 2014). Ao longo do tempo, o

exame ampliou sua abrangência, sendo atualmente utilizado também para outras finalidades dentro do ambiente universitário (como comprovação de proficiência em língua estrangeira para pós-graduação), para revalidação de diplomas obtidos no exterior e registro em conselhos profissionais¹ e, inclusive, para fins de naturalização². O Celpe-Bras, dessa forma, se constitui como um exame de alta relevância, visto que decisões importantes e definidoras para a vida de muitos participantes são tomadas com base em seus resultados.

O crescimento no número de postos aplicadores do Celpe-Bras, que hoje é aplicado em 48 postos no Brasil e 78 postos no exterior, distribuídos em 42 países, conforme podemos ver na Figura 1, reforça a importância do exame como instrumento de política linguística do Estado brasileiro.



FIGURA 1 – Postos Aplicadores do Celpe-Bras no mundo.
Fonte: Acervo Celpe-Bras.

Autores como Zoppi-Fontana e Diniz (2008) e Schoffen e Martins (2016) entendem que o Celpe-Bras representa um gesto de autoria brasileira em relação à gestão da avaliação e do ensino da língua portuguesa para falantes de outras línguas. Ao desenvolver um exame com as características do Celpe-Bras, o Brasil contribui para promover práticas de interação autênticas e contextualizadas no ensino de Português como Língua Adicional, bem como para a formação e a atualização de professores baseadas em uma visão de linguagem contemporânea, fomentando práticas de ensino-aprendizagem de português que têm como objetivo o “uso adequado da língua para desempenhar ações no mundo” (BRASIL, 2006, p. 4).

¹ É o caso do Conselho Federal de Medicina, que exige o Celpe-Bras para a revalidação de diplomas de médicos estrangeiros desde 2001, com a Resolução nº 1.620, de 16 de maio de 2001.

² A Portaria Interministerial nº 5, de 27 de fevereiro de 2018, a Portaria Interministerial nº 16, de 3 de outubro de 2018, e a Portaria Ministerial nº 623, de 13 de novembro de 2020, mencionam o Celpe-Bras como uma das possibilidades de comprovação de proficiência em língua portuguesa para o processo de naturalização. O uso do Celpe-Bras para esse fim é bastante questionado, visto que o exame não foi elaborado para fins de imigração, e sim para contextos profissionais e acadêmicos.

Ao observarmos o crescimento no número de examinandos que realizaram o Celpe-Bras ao longo dos anos, apresentado na Figura 2, podemos verificar que o exame tem se fortalecido como importante instrumento de política linguística brasileira, assumindo um papel relevante na promoção da língua portuguesa no mundo, especialmente na América Latina, onde residem o maior número de examinandos e onde o exame desempenha “um papel relevante na promoção do português como uma das línguas da integração latino-americana, contribuindo para a difusão da ciência e tecnologia e das culturas brasileiras” (BRASIL, 2020a, p. 19).

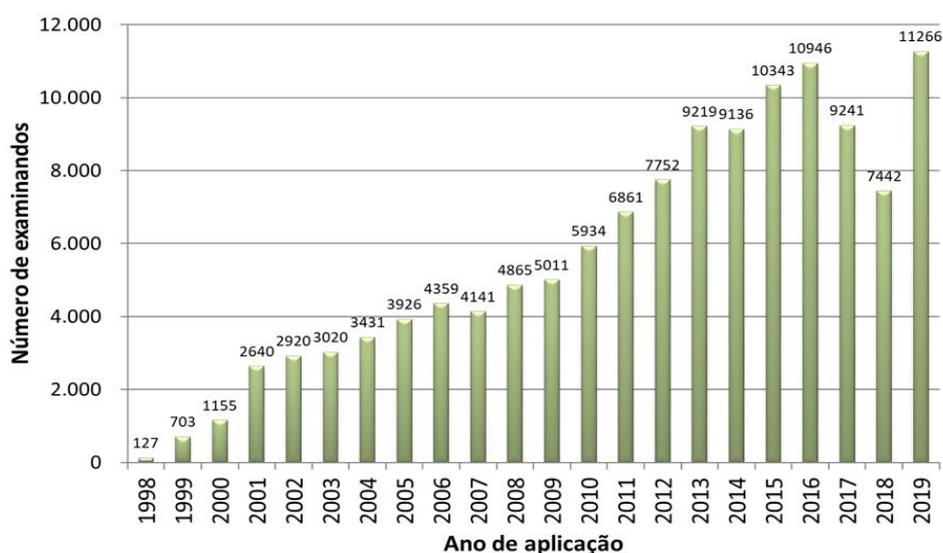


FIGURA 2 – Número de examinandos homologados no Celpe-Bras por ano.

Fonte: Acervo Celpe-Bras.

O Celpe-Bras é constituído por uma Parte Escrita, com duração de três horas, composta por quatro tarefas integradas de compreensão e produção, e por uma Parte Oral, que consiste em uma interação oral de 20 minutos entre o examinando, o Avaliador-Interlocutor e o Avaliador-Observador. A partir de uma única prova, o Celpe-Bras certifica quatro níveis de proficiência: Intermediário, Intermediário Superior, Avançado e Avançado Superior.

Em um estudo que descreveu os elementos composicionais das tarefas da Parte Escrita do Celpe-Bras aplicadas no período de 1998 a 2017, Schoffen *et al.* (2018) traçaram o perfil de cada uma das tarefas do exame a partir das características que foram mais produtivas em cada tarefa, com vistas a descrever tendências nas situações de comunicação propostas pelos enunciados. A comparação entre as quatro tarefas apontou para uma estabilidade maior da Tarefa IV, que consiste em uma tarefa integrada de leitura e produção escrita, ao longo das sucessivas edições. Dando continuidade ao referido estudo, nos propomos, neste artigo, a descrever mais detalhadamente as características da Tarefa IV, explicitando sua estabilidade em relação a esferas, gêneros do discurso e propósitos solicitados na produção textual dos examinandos.

1. Definição de proficiência no exame Celpe-Bras

O Celpe-Bras, desde seu início, representou um posicionamento teórico que vem se solidificando na área de ensino e avaliação de línguas desde a década de 1990 e que entende que tanto o ensino como a avaliação são mais efetivos quanto mais autênticos e contextualizados conseguem ser. Esse alinhamento teórico está registrado no Documento Base do exame, que explicita que “o Celpe-Bras fundamenta-se em uma visão de língua(gem) com propósitos sociais, construída social e localmente por seus participantes” (BRASIL, 2020a, p. 28).

A partir dessa afiliação teórica, o Celpe-Bras fez a escolha por utilizar uma mesma prova para avaliar os diferentes níveis de proficiência. Essa escolha, que se contrapõe à escolha de outros exames, como as certificações internacionais de português do sistema CAPLE, promovidas por Portugal, parte do pressuposto de que não é desejável determinar *a priori* em quais contextos cada usuário da língua é capaz de agir a partir do seu nível de proficiência. O Celpe-Bras entende que todos os falantes podem usar a língua nos contextos que desejarem, realizando as ações que estiverem dispostos a realizar e utilizando a língua portuguesa com adequação no nível de proficiência que conseguirem desempenhar. A certificação dos participantes em um ou outro nível de proficiência se dá, no Celpe-Bras, a partir dos recursos mobilizados pelo participante para cumprir as tarefas propostas (DELL'ISOLA *et al.*, 2003), e não a partir de uma lista pré-concebida de contextos de uso da língua ou de estruturas gramaticais.

A definição de proficiência apresentada no Documento Base do exame explicita exatamente essa visão, ao afirmar que, para o Celpe-Bras, proficiência “implica ser capaz de engajar-se em diferentes situações de uso da língua portuguesa no mundo, mostrando adequação às demandas dos vários contextos” (BRASIL, 2020a, p. 28). Essa visão de proficiência considera “a prática de uso da língua(gem) como situada e contextualizada, e não a mera manipulação de formas gramaticais ou itens lexicais” (BRASIL, 2020a, p. 28). Ser proficiente, nessa perspectiva, implica “ser capaz de produzir enunciados adequados dentro de determinado gênero do discurso, configurando a interlocução de maneira adequada ao contexto de produção e ao propósito comunicativo” (SCHOFFEN, 2009, p. 102), em diferentes esferas de uso da linguagem.

Tanto a escolha por certificar diferentes níveis de proficiência por meio de uma única prova quanto a decisão de realizar avaliação integrada das habilidades de compreensão e produção revelam o construto teórico no qual o exame está embasado. Em situações autênticas de uso da língua, a compreensão e a produção costumam estar associadas: assistimos a uma palestra e tomamos notas, que mais tarde podem ser utilizadas para a escrita de um artigo; lemos um texto e comentamos as informações lidas com um colega; assistimos a um filme e escrevemos um comentário sobre ele nas redes sociais etc. A escolha por uma avaliação integrada em exames de proficiência, nesse sentido, pode ser considerada mais autêntica (PLAKANS, 2013; OHTA; PLAKANS; GEBRIL, 2018; MENDEL, 2019) e mais democrática (SCARAMUCCI, 2016), como veremos a seguir.

2. A Parte Escrita do Celpe-Bras e a avaliação por tarefas integradas

A Parte Escrita do Celpe-Bras é composta por quatro tarefas integradas de compreensão (oral e escrita) e produção escrita. Cada tarefa apresenta um texto de insumo, que pode ser em vídeo (Tarefa I), áudio (Tarefa II) ou texto escrito (Tarefas III e IV) e um enunciado, que apresenta um contexto comunicativo no qual o participante deve produzir seu texto. Para responder à tarefa o participante deve, portanto, construir a interlocução sugerida no enunciado dentro do gênero solicitado, utilizando para tanto informações disponibilizadas no texto de insumo.

Todos os textos utilizados como insumo nas tarefas do Celpe-Bras são textos autênticos, ou seja, foram criados e veiculados na sociedade brasileira com outros objetivos que não o uso em atividades de ensino e/ou avaliação. O uso de material autêntico na avaliação de proficiência de acordo com a perspectiva do Celpe-Bras é bastante importante, visto que a compreensão do texto vai muito além do entendimento das relações lexicais, gramaticais e fonológicas, mas diz respeito também à compreensão do contexto em que aquele texto foi produzido e aos interlocutores para quem tinha sido originalmente pensado. A compreensão do contexto de produção dos textos faz parte da tarefa, juntamente com a compreensão do contexto proposto no enunciado para que esse texto seja compreendido e, a partir dele, um novo texto seja produzido. O gênero do discurso mais recorrente nos textos de insumo do Celpe-Bras é o gênero Reportagem (SCHOFFEN; MENDEL, 2018, p. 1109). Ainda que o material de insumo das quatro tarefas da Parte Escrita seja predominantemente da esfera jornalística (além do gênero Reportagem, também os gêneros Entrevista e Programa de rádio/TV são muito recorrentes), as fontes utilizadas para a seleção desse material são bastante diversas, como comprova o estudo de Schoffen e Mendel (2018). Segundo as autoras, 26% dos materiais de insumo das tarefas da Parte Escrita até 2016 foram provenientes de fontes utilizadas no exame uma única vez, tendo a fonte mais recorrente (o Jornal Folha de São Paulo) sido utilizada em apenas 10% das tarefas (SCHOFFEN; MENDEL, 2018, p. 1110).

Além de trazer sempre um material de insumo autêntico, as tarefas integradas de compreensão e produção da Parte Escrita do Celpe-Bras sempre apresentam um contexto de produção do texto, que guia a compreensão do material de insumo e explicita a relação de interlocução e o propósito a serem estabelecidos pelo examinando no texto a ser produzido. Bygate, Skehan e Swain (2001) definem tarefa como “uma atividade que requer que os aprendizes usem a língua, com ênfase no sentido, a fim de atingir um objetivo”³ (BYGATE; SKEHAN; SWAIN, 2001, p. 11, tradução nossa). Também para Alanen, Huhta e Tarnanen (2010, p. 25, tradução nossa) “uma característica essencial da tarefa é que ela tem um propósito e um resultado: há um objetivo que os aprendizes precisam completar, e, para

³ No original: “an activity which requires learners to use language, with emphasis on meaning, to attain an objective” (BYGATE; SKEHAN; SWAIN, 2001, p. 11).

fazer isso, eles precisam usar a língua”⁴. Essa definição de tarefa parece estar de acordo com o entendimento do Celpe-Bras, visto que o Documento Base do exame diz que a tarefa

é vista como um “convite” para o participante usar a língua em diversos contextos, desempenhando papéis com variados propósitos e distintos interlocutores, produzindo textos de uma série de gêneros discursivos que circulam em diversos suportes (BRASIL, 2020a, p. 31).

As tarefas do Celpe-Bras propõem um contexto de produção para a compreensão dos textos de insumo e a escrita dos textos solicitados, estabelecendo, assim, uma posição enunciativa, um interlocutor específico e um propósito que orientam a seleção das informações que serão utilizadas, além da organização composicional adequada ao gênero e ao suporte do texto a ser produzido. Entendendo letramento como “estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e de escrita que circulam na sociedade [...], conjugando-as com as práticas sociais de interação oral” (SOARES, 1999, p. 3), o Celpe-Bras “pressupõe a familiaridade com diferentes práticas de letramento de que participam cidadãos escolarizados” (BRASIL, 2020a, p. 30).

A utilização de tarefas integradas na avaliação é condizente com o conceito de letramento ao qual o Celpe-Bras se filia e com o uso da linguagem em contextos escolarizados. Tarefas que integram habilidades são, segundo o Documento Base do exame, “mais autênticas e desafiadoras do que tarefas independentes” (BRASIL, 2020a, p. 30). Ainda dentro dessa perspectiva de letramento, “na Parte Escrita do Exame, considera-se que o objetivo da produção escrita pressupõe a compreensão do texto de entrada e é condição fundamental para a realização da tarefa proposta” (BRASIL, 2020a, p. 30). As tarefas integradas também são, segundo Scaramucci (2016), mais democráticas, pois oferecem, no material de insumo fornecido, informações que os examinandos podem utilizar em sua produção, não deixando, assim, uma parte deles em desvantagem por desconhecer a temática em questão.

As tarefas da Parte Escrita do exame, portanto, solicitam que os examinandos mobilizem informações do texto de insumo para produzir textos com propósitos variados e interlocutores distintos, inserindo-se dentro de gêneros do discurso específicos. Os gêneros, assim, funcionam como “organizadores da avaliação, na medida em que definem as expectativas de compreensão e as expectativas em relação à configuração da interlocução e à seleção de recursos linguísticos e composicionais preferíveis para a produção escrita” (SCHOFFEN *et al.*, 2018, p. 7).

Nas tarefas do Celpe-Bras, as condições de produção do texto solicitado são explicitadas no enunciado e orientam a avaliação que será realizada. De acordo com o Documento Base,

a tarefa pressupõe a realização, por meio da língua, de uma ação, materializada em um texto escrito, cuja estrutura, organização e convenções são de ordem sociocomunicativa. Assim, uma tarefa determina uma ação com um propósito claro de comunicação – planejada por um enunciador e direcionada a um ou mais interlocutores –, que deve orientar a produção de um determinado gênero discursivo por parte do participante. Essas condições de produção, assinaladas no enunciado das tarefas, também orientam a correção, contrariamente ao que ocorre em muitas situações de avaliação, nas quais os

⁴ No original: “an essential feature of task is that it has a goal and an outcome: there is an objective that learners have to complete, and to do that, they have to use language” (ALANEN; HUHTA; TARNANEN, 2010, p. 25).

textos são corrigidos tendo em vista, fundamentalmente, a precisão gramatical e lexical (BRASIL, 2020a, p. 32).

Por basear-se em uma visão bakhtiniana de gêneros do discurso (SCHLATTER *et al.*, 2009), na avaliação realizada pelo exame são as características do contexto proposto no enunciado das tarefas que classificam a adequação ou não dos textos produzidos (BRASIL, 2013). Os recursos linguísticos mobilizados pelos examinandos são avaliados, portanto, de acordo com a sua eficácia na construção do texto, uma vez que

a adequação lexical e a gramatical serão, então, consideradas à medida que tornem o texto menos ou mais adequado à relação de interlocução solicitada dentro do gênero proposto, e não considerada como itens a serem avaliados separadamente do que acontece no restante do texto (BRASIL, 2020a, p. 36).

Ao levar em consideração a modalidade do texto de insumo, as condições de recepção (compreensão do texto de insumo) e de produção (texto a ser produzido pelo examinando) de acordo com solicitações propostas nas tarefas do exame Celpe-Bras, o estudo de Kunrath (2019) demonstrou que, na avaliação realizada no Celpe-Bras, a diferença entre os níveis nos textos dos examinandos se baseia, principalmente, na consistência entre a recuperação de informações do texto de insumo e a constituição da coesão e da concretude das informações recuperadas.

Procurando descrever a avaliação integrada de leitura e escrita realizada no Celpe-Bras, Mendel (2019), ao focalizar sua análise na recontextualização de informações do material de insumo solicitada pelo exame nas tarefas de leitura e escrita (Tarefa III e Tarefa IV) e no modo como os examinados recontextualizam essas informações nos diferentes níveis de proficiência do exame, conclui que cada nível apresenta especificidades na hora de selecionar as informações para suas produções textuais. Nos níveis mais básicos, a cópia do material de insumo é frequente, assim como problemas de compreensão e articulação das informações em seu texto. Já nos níveis mais avançados, a recontextualização é realizada de maneira mais consistente e as informações do material de insumo são utilizadas a serviço da situação de comunicação proposta pela tarefa. Mendel (2019) ainda contribuiu para uma compreensão mais aprofundada da noção de autoria presente na descrição do nível Avançado Superior do Celpe-Bras, concluindo que:

Ao integrar as habilidades de leitura e escrita realizando uma ação que responde a textos anteriores – tanto ao material de insumo oferecido pela tarefa quanto ao seu repertório de leituras – o examinando exerce sua cidadania e responsabiliza-se pela singularidade produzida através do acabamento do seu discurso, suscitando uma nova atitude responsiva de seus interlocutores (MENDEL, 2019, p. 153).

Ainda contemplando a avaliação integrada das habilidades de compreensão e produção, o estudo de Sirianni (2020) focalizou dois níveis do exame Celpe-Bras: Intermediário e Sem Certificação. Com o objetivo de verificar quais características os textos avaliados nesses dois níveis apresentam, para então contribuir para melhor compreensão do ponto de corte entre ser certificado ou não ser certificado no exame, a autora conclui que, a depender da tarefa do exame, alguns critérios foram mais relevantes nessa distinção do que outros. Especificamente na edição analisada pela autora, os textos das tarefas de vídeo e da tarefa III apresentaram mais diferenças quanto à compreensão do material

de insumo nos dois níveis, enquanto os textos da tarefa de áudio e da tarefa IV, nessa edição, demonstraram diferenças na adequação à situação de comunicação solicitada pelas tarefas. Os resultados, portanto, apontam para a importância de parâmetros de avaliação que possam ser ajustados às diferentes características de cada tarefa proposta.

A Parte Escrita do Celpe-Bras, como vimos, não avalia de forma individualizada a produção escrita, mas sempre avalia essa habilidade integrada às habilidades de compreensão oral e leitura. Além disso, o exame sempre explicita em seu enunciado a situação de comunicação à qual o examinando deverá adequar o seu texto, selecionando as informações mais adequadas do material de insumo de modo a cumprir com a tarefa solicitada. Na seção a seguir, apresentaremos o estudo de Schoffen *et al.* (2018) que descreveu os enunciados das tarefas da Parte Escrita, tornando possível verificar as características mais recorrentes nas quatro tarefas do exame.

3. Descrição das tarefas da Parte Escrita: o estudo de Schoffen *et al.* (2018)

Após a disponibilização pública do Acervo Celpe-Bras, em setembro de 2014, o grupo de pesquisa Avalia⁵ passou a descrever as tarefas que já haviam sido aplicadas na Parte Escrita. Depois de analisar todos os enunciados das tarefas, o grupo desenvolveu uma descrição ampla e robusta da Parte Escrita do exame, publicada sob o título de *Estudo descritivo das tarefas da Parte Escrita do Exame Celpe-Bras: edições de 1998 a 2017* (SCHOFFEN *et al.*, 2018). Posteriormente, essa descrição foi utilizada como base para a revisão das especificações do exame (BRASIL, 2020a, p. 59) e influenciou também a proposta de harmonização curricular do Itamaraty para o ensino de português nos países falantes de espanhol (BRASIL, 2020b).

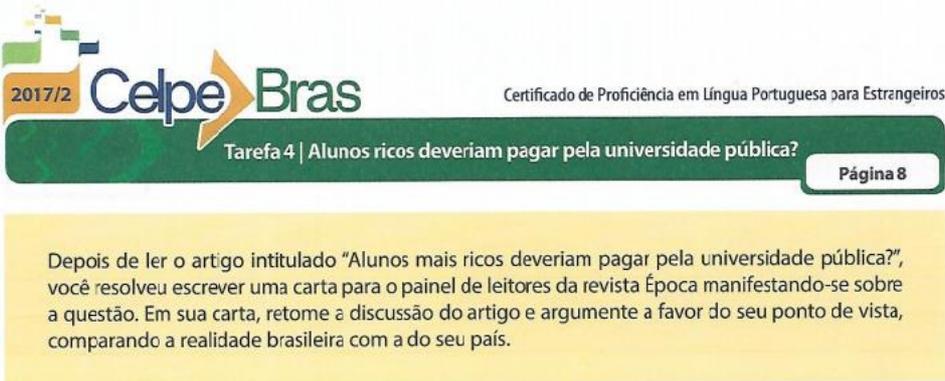
Com base nas características das tarefas do exame, já mencionadas anteriormente, as categorias de análise propostas pelas autoras foram as seguintes:

- Esfera de atuação: descreve os espaços sociodiscursivos, grupos sociais ou instituições nos quais as situações hipotéticas propostas pelos enunciados acontecem;
- Temática: apresenta o assunto em torno do qual a tarefa é proposta;
- Propósito: está relacionado à principal ação comunicativa a ser realizada;

⁵ O grupo Avalia - Avaliação de uso da linguagem atua no Instituto de Letras da UFRGS, é responsável pelo Acervo Celpe-Bras e pesquisa avaliação de proficiência. No site do grupo Avalia está disponível uma ferramenta de busca das características das tarefas da Parte Escrita do exame Celpe-Bras: <https://www.ufrgs.br/grupoavalia/>. Acesso em: 23 out. 2020.

- Relação de interlocução: evidencia a relação entre os interlocutores da situação comunicativa;
- Natureza da interlocução: evidencia a posição social dos interlocutores;
- Gênero do discurso: apresenta o tipo relativamente estável de enunciado no qual o texto produzido deve se materializar;
- Suporte: informa o local de publicação ou método de envio do texto (SCHOFFEN *et al.*, 2018).

A seguir, apresentamos o enunciado de uma tarefa do exame para exemplificar a categorização dos enunciados realizada por Schoffen *et al.* (2018).



2017/2 Celpe Bras Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros

Tarefa 4 | Alunos ricos deveriam pagar pela universidade pública? Página 8

Depois de ler o artigo intitulado “Alunos mais ricos deveriam pagar pela universidade pública?”, você resolveu escrever uma carta para o painel de leitores da revista Época manifestando-se sobre a questão. Em sua carta, retome a discussão do artigo e argumente a favor do seu ponto de vista, comparando a realidade brasileira com a do seu país.

FIGURA 3 – Enunciado da Tarefa IV de 2017-2.
Fonte: Acervo Celpe-Bras.

A tarefa intitulada “Alunos ricos deveriam pagar pela universidade pública?” integra a segunda edição de 2017 e é composta por trechos do artigo da Revista Época online, de 01 de junho do mesmo ano, que discute a gratuidade das universidades públicas brasileiras e a possibilidade de cobrar dos alunos mais ricos em detrimento da ampliação do número de vagas para alunos mais vulneráveis economicamente. A Tarefa IV, como já vimos, tem como foco avaliar a leitura e a produção escrita de forma integrada. Assim, de acordo com o enunciado desta tarefa, o examinando, após ler o artigo, deveria escrever uma carta para o painel de leitores da mesma revista manifestando-se sobre o tema e argumentando a favor do seu ponto de vista, à medida que retoma a discussão do artigo e compara a realidade brasileira com a do seu país. Com base nas características do enunciado da tarefa e das categorias de análise pré-definidas, Schoffen *et al.* (2018) descreveram a Tarefa IV de 2017-2 da seguinte forma:

Categoria	Tarefa IV 2017-2
Esfera da atuação	Jornalística
Temática	Políticas e cidadania
Propósito	Posicionar-se
Relação de interlocução	Leitor/ouvinte para veículo de comunicação
Natureza da interlocução	Pública, simétrica
Gênero do discurso	Carta do leitor
Suporte	Revista

QUADRO 1 – Descrição do enunciado da Tarefa IV de 2017-2.
 Fonte: Banco de dados do grupo Avalia. Elaborado pelas autoras.

A coluna da esquerda do Quadro 1 apresenta as categorias propostas por Schoffen *et al.* (2018) e a coluna da direita, a descrição da Tarefa IV da edição 2017-2. Em seu estudo, Schoffen *et al.* (2018) realizaram agrupamentos na descrição das tarefas, a fim de registrar as diversas possibilidades expressas nos enunciados ao longo de todas as edições do exame. Conforme explicitado pelas autoras, esses agrupamentos foram necessários devido à grande variedade de características apresentadas pelas tarefas propostas pelo exame, que solicitam que os examinandos produzam textos bastante diversos (SCHOFFEN *et al.*, 2018, p. 12).

Ao analisar as características de cada tarefa, foi possível verificar um comportamento diferente entre as tarefas de vídeo, áudio, III e IV. Enquanto as tarefas de vídeo, de áudio e a Tarefa III apresentaram muita diversidade entre os elementos solicitados ao longo dos anos, a Tarefa IV apresenta um comportamento bem mais estável, solicitando a produção de textos com características similares na maioria das edições do exame, como veremos a seguir.

3.1. A diversidade de Esferas de atuação, Propósitos e Gêneros do discurso nas tarefas da Parte Escrita

Para este artigo, foram utilizadas as descrições de 170⁶ tarefas aplicadas na Parte Escrita do exame Celpe-Bras entre 1998 e 2019⁷ realizadas pelo grupo Avalia (SCHOFFEN *et al.*, 2018)⁸. Neste trabalho, centraremos nossa análise nas categorias de Esfera de atuação, Propósito e Gênero do discurso, que são as categorias em que fica mais evidente a estabilidade da Tarefa IV e seu comportamento diverso das demais tarefas.

A esfera de atuação diz respeito ao espaço sociodiscursivo onde o texto que está sendo solicitado circulará. Schoffen *et al.* (2018) propuseram 8 itens⁹ para essa categoria a partir da análise das tarefas do exame. A Figura 4 mostra a recorrência de cada esfera de atuação nas 170 tarefas analisadas.

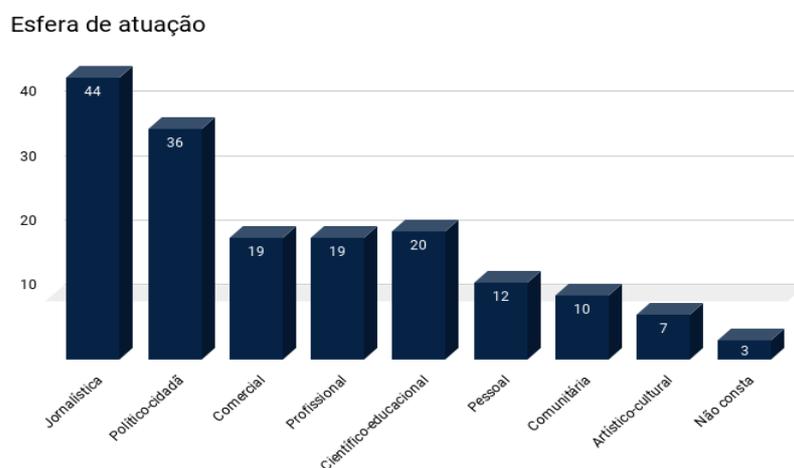


FIGURA 4 – Recorrência de esferas de atuação nas tarefas da Parte Escrita.
 Fonte: Schoffen *et al.* (2018). Atualizado pelas autoras.

⁶ A pesquisa analisou os enunciados das 176 tarefas aplicadas na Parte Escrita do Celpe-Bras de 1998 a 2019; no entanto, 6 ocorrências anteriores a 2002 foram descartadas do corpus por não apresentarem características semelhantes às das demais tarefas do exame, configurando-se somente como tarefas de verificação de compreensão oral ou escrita.

⁷ Todos os enunciados das tarefas do Celpe-Bras, bem como os textos de insumo, estão disponíveis no Acervo Celpe-Bras: www.ufrgs.br/acervocelpebras. Acesso em: 20 set. 2020.

⁸ O estudo de Schoffen *et al.* (2018) apresenta a descrição das 164 tarefas aplicadas até a edição 2017-2. A descrição de todas as tarefas da Parte Escrita seguintes pode ser acessada na ferramenta de busca disponível no site do grupo Avalia: www.ufrgs.br/grupoavalia. Acesso em: 20 set. 2020.

⁹ Além desses 8 itens, as autoras categorizaram como “não consta” as ocorrências em que não foi possível depreender qual foi a esfera de atuação solicitada no enunciado, caso da tarefa III de 2004-2, da tarefa de vídeo de 2006-2 e da tarefa III de 2006-2.

Podemos ver, a partir do gráfico exposto acima, que a esfera Jornalística é a mais solicitada em todas as tarefas do exame, com 44 ocorrências, seguida pelas esferas Político-cidadã (36 ocorrências), Científico-educacional (20 ocorrências), Comercial (19 ocorrências) e Profissional (19 ocorrências). Percebe-se, portanto, que os textos solicitados na Parte Escrita do Celpe-Bras, em sua maioria, integram esferas públicas de circulação, visto que a esfera Pessoal apresenta apenas 12 ocorrências, todas em edições mais antigas do exame¹⁰.

A categoria Propósito trata da “principal ação a ser realizada em cada tarefa, sendo que essa ação tem uma relação direta com a interlocução e o evento comunicativo” (SCHOFFEN *et al.*, 2018, p. 23). Os propósitos comunicativos solicitados pelas tarefas do exame foram agrupados em 11 itens, conforme apresentado na Figura 5.

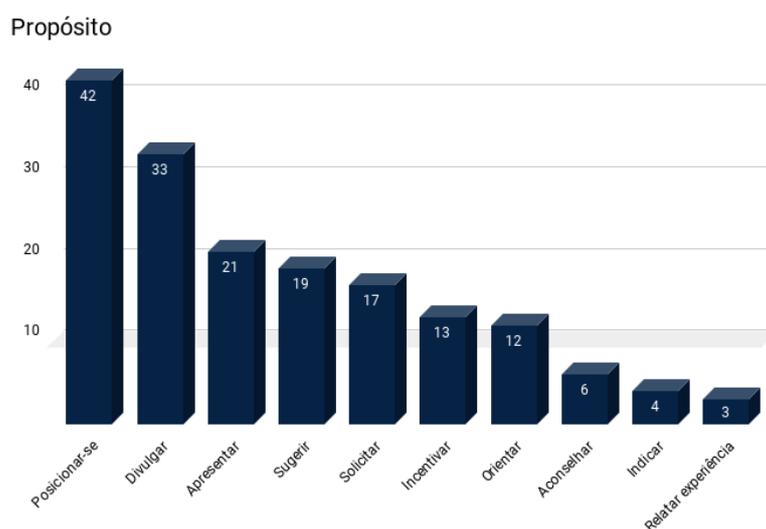


FIGURA 5 – Recorrência de propósitos nas tarefas da Parte Escrita.
 Fonte: Schoffen *et al.* (2018). Atualizado pelas autoras.

O propósito mais solicitado entre as tarefas da Parte Escrita, como podemos ver, foi o de Posicionar-se, com 42 ocorrências. Divulgar e Apresentar ocupam a segunda e a terceira posição, com 33 e 21 ocorrências, respectivamente.

A categoria Gênero do discurso está relacionada aos “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 262) que os examinandos são solicitados a produzir. Schoffen *et al.* (2018) identificaram na Parte Escrita do Celpe-Bras uma grande variedade de gêneros do discurso, totalizando 27 gêneros descritos nesta categoria. A Figura 6 apresenta a recorrência desses gêneros.

¹⁰ A esfera Pessoal foi solicitada pela última vez na edição de 2010-1. Esta era uma esfera recorrente nos primeiros anos de aplicação do exame, mas, com o passar do tempo, deixou de ser solicitada, visto que relações de interlocução mais públicas no exame tornam mais estáveis as situações de comunicação e suscitam usos da língua mais controláveis entre os interlocutores envolvidos.

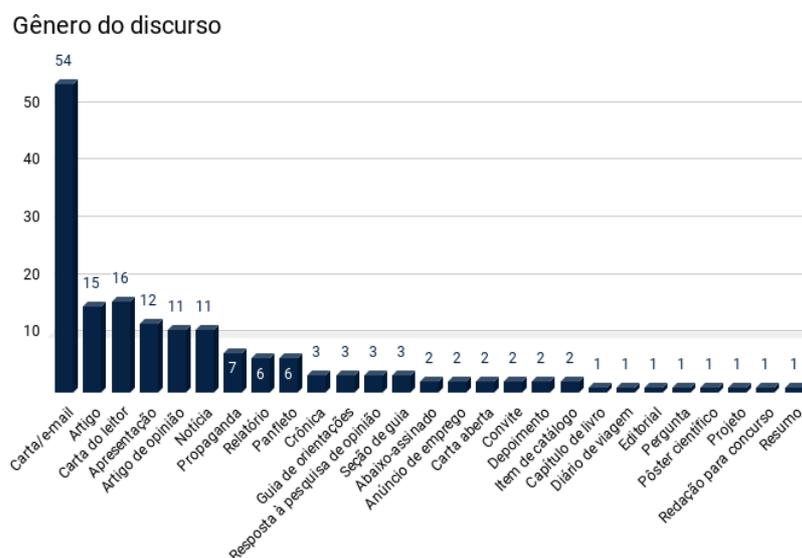


FIGURA 6 – Recorrência de gêneros do discurso nas tarefas da Parte Escrita.
 Fonte: Schoffen *et al.* (2018). Atualizado pelas autoras.

Entre os gêneros do discurso, destaca-se Carta/e-mail¹¹ como o gênero mais solicitado no Celpe-Bras, com 54 ocorrências. O segundo gênero mais recorrente é Carta do leitor, com 16 ocorrências, e o terceiro é Artigo, com 15 ocorrências. Chama-nos atenção a grande variedade de gêneros já solicitados na Parte Escrita do Celpe-Bras e o fato de muitos deles terem sido solicitados apenas uma ou duas vezes ao longo das edições do exame.

3.2. A estabilidade da Tarefa IV

Como vimos anteriormente, as tarefas da Parte Escrita do Celpe-Bras apresentam grande diversidade de ocorrências nas categorias analisadas, especialmente na categoria de Gêneros do discurso, em que foi possível verificar a solicitação de 27 gêneros diferentes ao longo das edições do exame. A Tarefa IV, no entanto, apresenta maior estabilidade em algumas categorias, compondo um perfil estável de solicitação aos examinandos.

Os gráficos abaixo apresentam a recorrência de esferas de atuação, propósitos e gêneros do discurso nas quatro tarefas que compõem a Parte Escrita do Celpe-Bras. Como é possível verificar, a Tarefa IV apresenta um perfil bem mais recorrente e estável do que as demais tarefas, que se

¹¹ Para um estudo mais aprofundado sobre a recorrência desse gênero do discurso no exame Celpe-Bras, ver Schoffen e Segat (2020).

caracterizam pela variabilidade. A Figura 7 apresenta a distribuição das esferas de atuação solicitadas nas quatro tarefas do exame.

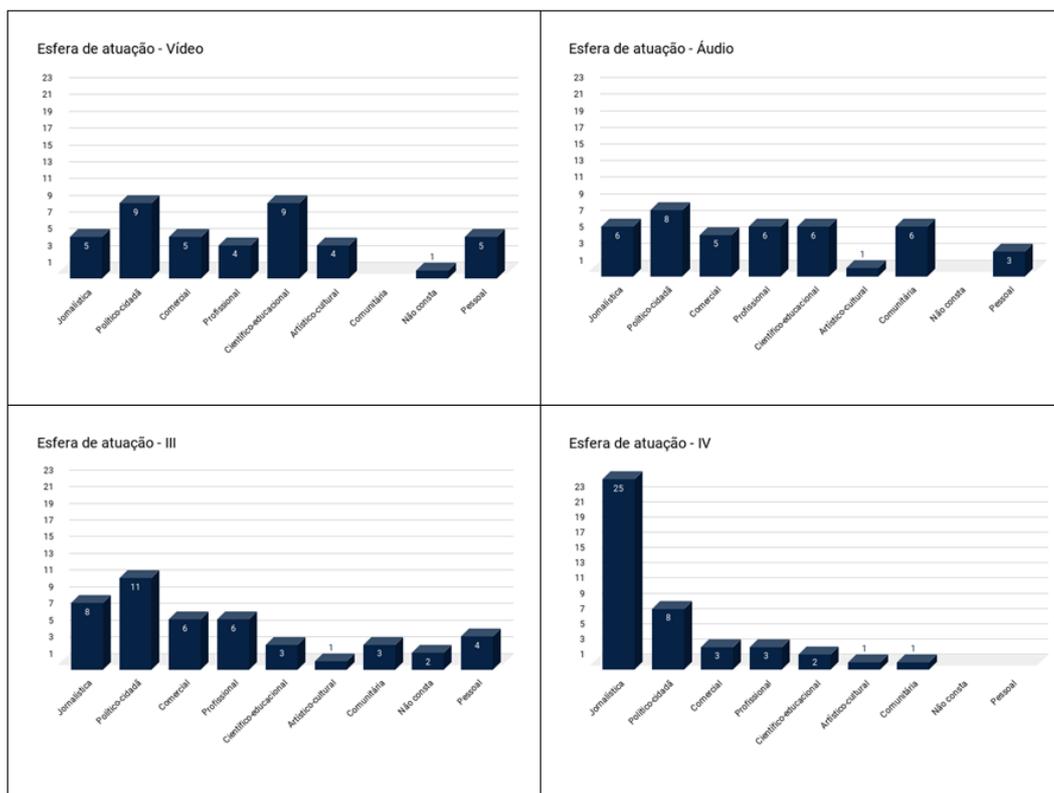


FIGURA 7 – Recorrência de esferas de atuação por tarefas.
 Fonte: Schoffen et al. (2018). Atualizado pelas autoras.

Como é possível verificar nas tarefas de Vídeo, Áudio e na Tarefa III, há uma maior diversidade de esferas solicitadas e um relativo equilíbrio entre elas, sendo a esfera Político-cidadã a esfera mais solicitada, com 8 ocorrências na tarefa de Áudio, 9 ocorrências na tarefa de Vídeo, juntamente com a esfera Científico-educacional, e 11 ocorrências na Tarefa III. A Tarefa IV, como podemos ver, apresenta uma distribuição bem diferente das demais, com 25 ocorrências de tarefas na esfera Jornalística. A segunda esfera mais recorrente na Tarefa IV é a esfera Político-cidadã, com 8 ocorrências.

A seguir, apresentamos a recorrência da categoria Propósito nas tarefas da Parte Escrita. Também nesta categoria é possível verificar que a Tarefa IV apresenta uma distribuição completamente diferente das demais tarefas.

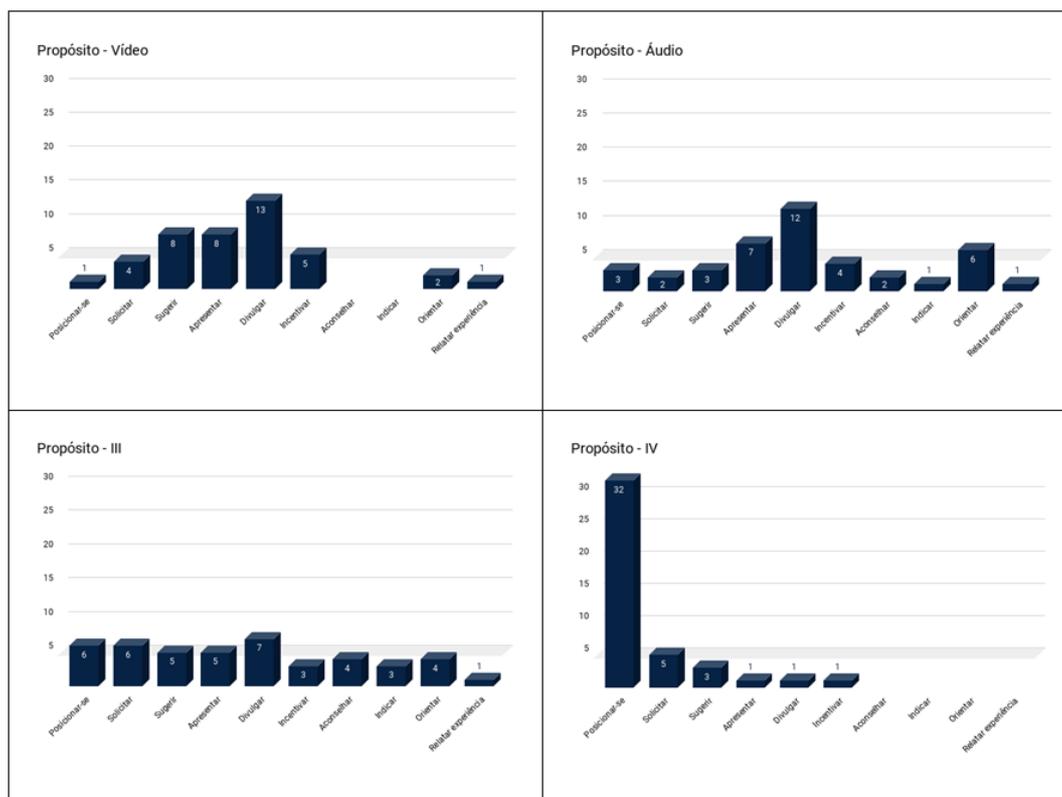


FIGURA 8 – Recorrência de propósitos por tarefa.
 Fonte: Schoffen et al. (2018). Atualizado pelas autoras.

Como podemos ver na Figura 8, enquanto as primeiras três tarefas solicitam propósitos bastante variados, sendo o propósito Divulgar o que mais aparece nessas tarefas, tendo 13 ocorrências na tarefa de Vídeo, 12 na de Áudio e 7 na Tarefa III, vemos que a Tarefa IV apresenta uma concentração muito grande no propósito Posicionar-se, com 32 ocorrências. Depois de Posicionar-se, os propósitos mais recorrentes na Tarefa IV foram Solicitar, com 5 ocorrências, e Sugerir, com 3 ocorrências. Nessa tarefa, os propósitos Aconselhar, Indicar, Orientar e Relatar experiência não ocorreram nenhuma vez, enquanto os propósitos Apresentar, Divulgar e Incentivar ocorreram apenas uma vez cada. Percebe-se, assim, que a Tarefa IV pode ser considerada uma tarefa bastante estável no que diz respeito ao propósito comunicativo, priorizando a produção de textos nos quais os examinandos devam expressar opinião e argumentar.

A seguir, apresentamos a recorrência de gêneros do discurso nas quatro tarefas do exame. Enquanto nas tarefas de Vídeo, Áudio e na Tarefa III o gênero Carta/e-mail é, de longe, o mais solicitado, na Tarefa IV outros gêneros aparecem com mais recorrência.

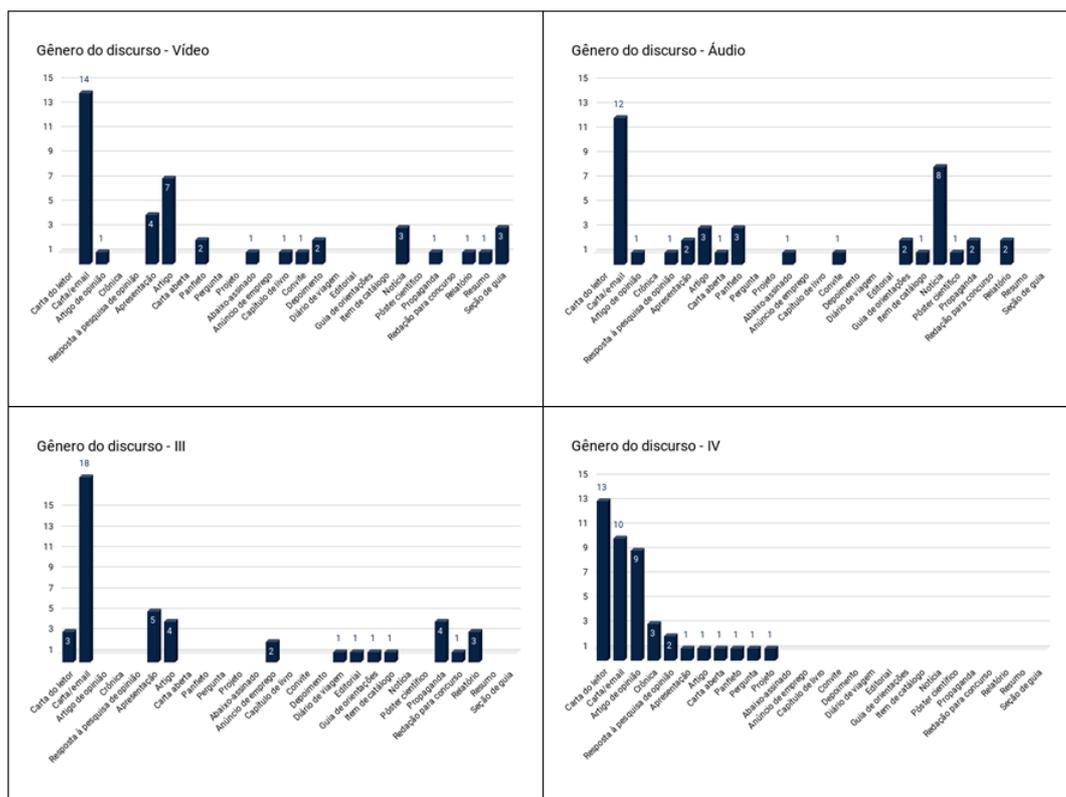


FIGURA 9 – Recorrência de gêneros do discurso por tarefas.
 Fonte: Schoffen et al. (2018). Atualizado pelas autoras.

Também em relação à categoria Gênero do discurso podemos verificar que a Tarefa IV se diferencia das demais tarefas. Nesta tarefa, o gênero mais recorrente é Carta do leitor, com 13 ocorrências. É importante verificar também que o gênero Carta do leitor não apresenta ocorrências nas tarefas de Áudio e Vídeo e apresenta apenas 3 ocorrências na Tarefa III. Depois da Carta do leitor, os gêneros mais recorrentes na Tarefa IV são Carta/e-mail, com 10 ocorrências, e Artigo de opinião, com 9 ocorrências.

A partir dos dados apresentados acima, podemos concluir que a Tarefa IV do Celpe-Bras constitui-se como uma tarefa com um perfil bastante estável, diferente das demais tarefas da Parte Escrita, em que a variação é a regra. O texto solicitado na Tarefa IV costuma ter características que revelam essa estabilidade, exigindo do examinando a produção de um texto que se insere em uma esfera pública (na maioria das vezes, a esfera Jornalística) e solicita a expressão de opinião (com o propósito de Posicionar-se) dentro dos gêneros Carta do leitor, Carta/e-mail ou Artigo de opinião.

A Tarefa IV, como vimos a partir das análises apresentadas, costuma solicitar ao examinando a produção de um texto em que seja necessário recorrer à argumentação (vista a grande recorrência do propósito Posicionar-se). Essa estabilidade parece ser uma escolha deliberada do exame, já que, de todas as edições já aplicadas, grande parte das tarefas IV solicitou a produção de textos

argumentativos. Na próxima seção, portanto, apresentaremos diferentes concepções sobre argumentação para subsidiar nossa análise a respeito da Tarefa IV.

4. A argumentação como característica da Tarefa IV

Todo e qualquer texto, entendido como enunciado, é produzido em resposta a enunciados anteriores e provoca respostas a si próprio. Esse conceito de dialogismo, proposto pelo Círculo de Bakhtin, de acordo com o qual “a língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação social dos locutores” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 132), prevê que os enunciados não são individuais, mas estão sempre respondendo a enunciados passados ou a enunciados futuros, mesmo que esta resposta não apareça explicitamente na materialidade do texto. Dessa perspectiva,

não existe enunciado sem resposta. É a possibilidade da resposta, do diálogo, que cria o enunciado. É essa a razão do enunciado nunca poder ser neutro e ser sempre ideológico. As palavras e os enunciados que usamos estão sempre impregnados das idéias dos outros, a quem nosso enunciado está respondendo (SCHOFFEN, 2009, p. 82).

Autores que se filiam à visão dialógica da linguagem proposta pelo Círculo de Bakhtin (FARACO, 2009; FIORIN, 2014; PINTO; CAVALCANTE; BRITO, 2018) entendem que os enunciados, por nunca serem neutros¹², “expressam posicionamento e, de alguma forma, sempre respondem a outros posicionamentos” (PISTORI, 2016, p. 177). Sob essa perspectiva, pode-se depreender que a argumentação está intrínseca na língua e é constitutiva dos enunciados nas interações verbais (FIORIN, 2014; PISTORI, 2016; PINTO; CAVALCANTE; BRITO, 2018). De acordo com essa visão, os discursos estão sempre “refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento. Nesse sentido, todos os discursos são argumentativos, pois são uma reação responsiva a outro discurso” (FIORIN, 2014, p. 69).

Considerando dessa forma a linguagem e seu uso, entendemos que todos os textos são respostas a enunciados anteriores e, portanto, sempre argumentam. Em alguns textos, no entanto, essa resposta argumentativa está construída de forma mais explícita na materialidade do texto. Nesses casos, a relação de interlocução construída e o propósito acionado costumam exigir um posicionamento explícito do autor em relação ao interlocutor e ao tema que está em questão. São os textos que costumamos chamar de textos de posicionamento (no Celpe-Bras, têm o propósito de Posicionar-se), e envolvem, necessariamente, a utilização de recursos argumentativos.

Segundo Amossy (2011, p. 30), a argumentação está *a priori* do discurso, numa escala contínua, que vai da expressão espontânea de um ponto de vista pessoal ao posicionamento explícito de teses e

¹² Para o Círculo de Bakhtin, “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 99).

argumentos. A autora defende que há, portanto, duas visões de argumentação e que, para não haver confusão entre elas, é necessário distingui-las. A primeira noção de argumentação trata, conforme já apresentamos, da visão dialógica de que todo enunciado, por não ser neutro, carrega uma dimensão argumentativa intrínseca a ele. O outro tipo de argumentação é chamado de *stricto sensu*, quando há, portanto, a tentativa de persuasão ou convencimento explicitamente. Nesse caso, Amossy (2011, p. 31) afirma que, na argumentação *stricto sensu*, há a intenção argumentativa por parte do enunciador. Também para Travaglia (2018), a argumentação *stricto sensu* apresenta características que a distinguem de outras tipologias textuais, como a descritiva, narrativa, expositiva, e preditiva (TRAVAGLIA, 2018). O autor define os textos argumentativos *stricto sensu* como aqueles que “mobilizam explicitamente recursos para convencer e persuadir o(s) interlocutor(es), buscando fazer com que os recebedores do texto deem sua adesão a uma ideia ou proposta de ação” (TRAVAGLIA, 2018, p. 1343).

Ao tratarem sobre polêmica e argumentação, Pinto, Cavalcante e Brito (2018) afirmam que os textos em que há argumentação explícita são textos que apresentam o que as autoras chamam de visada argumentativa, quando estão “organizados em termos de sequência argumentativa dominante, como a que se encontra nos artigos de opinião, nos editoriais, nos artigos acadêmicos, ensaios jornalísticos e acadêmicos etc.” (PINTO; CAVALCANTE; BRITO, 2018, p. 10). Amossy (2011) pontua ainda que a base dos textos explicitamente argumentativos está na questão da divergência de pontos de vista. Para a autora, portanto, é fundamental que haja discordância de opiniões para que um enunciado se constitua como argumentativo. Dito isso, percebemos que os textos argumentativos serão solicitados, em situação escolar ou de avaliação, quando uma temática ou um texto de insumo possibilitar diferentes pontos de vista que podem ser abordados na produção do texto.

Pelo fato de a argumentação *stricto sensu* ter como finalidade comunicativa o convencimento e a persuasão de seus interlocutores, Kersch (2014, p. 60) afirma que “a sua justificativa é feita por meio de argumentos socialmente aceitos (fatos, exemplos, dados da realidade)”. Por outro lado, a autora faz a ressalva de que cada gênero tem suas próprias características, o que leva o autor a tomar diferentes decisões a depender do texto que escreve: “os argumentos de que vamos nos valer variam dependendo de quem é nosso destinatário; do que pretendemos conseguir com ele, dos papéis sociais dos interlocutores e, ainda, o meio de veiculação desse gênero (o suporte)” (KERSCH, 2014, p. 60). Nessa esteira, ressaltamos a importância de considerar a esfera de comunicação em que o texto circula, os propósitos comunicativos, a relação de interlocução estabelecida e o gênero construído para podermos analisar se a argumentação a ser acionada em determinada situação será ou não explícita no texto. São as restrições do contexto de comunicação e do gênero do discurso as responsáveis por determinar como o texto será estruturado e quais recursos linguísticos serão mobilizados, muito mais do que apenas o formato ou o suporte do texto, que são resultado das combinações anteriores.

Como vimos anteriormente, as tarefas da Parte Escrita do Celpe-Bras apresentam uma grande variedade de esferas de atuação, de propósitos e de gêneros do discurso já solicitados ao longo de suas edições. Na Tarefa IV, no entanto, notamos que há uma estabilidade que não é comum nas demais tarefas do exame. A partir da descrição de Schoffen *et al.* (2018), vemos que a Tarefa IV tem como característica marcante a solicitação de textos em que o propósito comunicativo principal é o

de posicionar-se, ou seja, solicita-se dos examinandos um posicionamento argumentativo *stricto sensu* a partir da leitura do texto de insumo que compõe a tarefa.

Ao descrever a produção realizada por examinandos de diferentes níveis de proficiência, Kunrath (2019) demonstrou a importância da seleção das informações do texto de insumo na construção dos textos argumentativos solicitados na Parte Escrita do Celpe-Bras. De acordo com a autora, “será a adequação e a relevância das informações a favor e contra mobilizadas no texto de insumo que determinarão o nível de compreensão e de produção escrita do examinando no momento da avaliação” (KUNRATH, 2019, p. 121). Diferente da organização dos textos solicitados nas demais tarefas, em que, em sua maioria, é possível repetir boa parte das informações trazidas pelos textos de insumo, sem a necessidade de refutar possíveis contra-argumentos,

na Tarefa 4, espera-se que o examinando construa uma argumentação que responda a argumentos contrários, o que exige levar em conta os contra-argumentos do texto de insumo como a sua opinião e refutar os argumentos do texto de insumo, usando-os como possíveis contra-argumentos aos quais deve responder no seu texto (KUNRATH, 2019, p. 122).

Percebemos, a partir do que já foi exposto, que a escolha do Celpe-Bras por manter em todas as edições ao menos uma tarefa que exige argumentação *stricto sensu* qualifica a avaliação realizada, visto que garante a diversidade de usos a serem feitos do material de insumo e exige dos examinandos mobilização de grande variedade de recursos linguísticos e discursivos em língua portuguesa, permitindo, assim, mais possibilidades de desempenho em seu nível de proficiência. Como mostraram os estudos de Kunrath (2019) e Mendel (2019), a mobilização das informações do texto de insumo na construção da argumentação é um importante índice de discriminação entre os níveis de proficiência avaliados pelo Celpe-Bras. A seguir, apresentaremos diagramas representativos das características mais recorrentes na Tarefa IV, que evidenciam o perfil argumentativo desta tarefa.

4.1. Perfis da Tarefa IV

Nesta seção, apresentaremos diagramas com as características que se mostraram mais estáveis a partir da descrição que fizemos das 43 tarefas IV já aplicadas no exame. Para isso, centramos nossa análise nas categorias Esfera de atuação, Propósito e Gênero do discurso. Essas características, como veremos, evidenciam o caráter argumentativo típico dessa tarefa.

Na Figura 10, apresentamos um diagrama que explicita o perfil mais recorrente da Tarefa IV no exame Celpe-Bras.

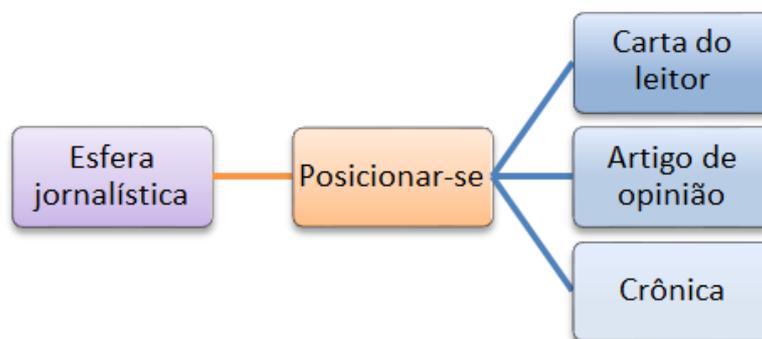


FIGURA 10 – Perfil mais recorrente da Tarefa IV.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O diagrama acima apresenta as características mais recorrentes na Tarefa IV, como a esfera Jornalística, a mais solicitada nesta tarefa, o propósito Posicionar-se e os gêneros do discurso Carta do leitor, Artigo de opinião e Crônica. Essas características suscitam a produção de textos argumentativos em que o examinando deve posicionar-se sobre determinados temas da atualidade brasileira apresentados no material de insumo e que, em certa medida, são polêmicos, suscitando opiniões divergentes de seus leitores. Conforme apresentamos no diagrama, com tonalidades diferentes da cor azul¹³, o gênero do discurso mais solicitado nas tarefas com esse perfil é a Carta do leitor, com 13 ocorrências. De acordo com Crowhurst e Piche (1979) e Beauvais, Olive e Passerault (2011), nos gêneros em que predomina a argumentação, como Carta do leitor, o autor deve organizar o conteúdo do texto a fim de convencer o interlocutor. A produção de um texto predominantemente argumentativo, segundo esses autores, requer o uso de estratégias mais complexas e sofisticadas de organização das informações, a fim de tornar o texto relevante e convincente.

O segundo gênero mais solicitado nesse perfil é o Artigo de opinião. Nas sete tarefas que solicitaram esse gênero do discurso na Tarefa IV, o exame propôs que os examinandos se colocassem na posição de escritores, convidados por jornais e revistas a se posicionarem sobre assuntos também polêmicos. O mesmo acontece com as três tarefas que solicitaram a produção do gênero Crônica, em que os examinandos foram solicitados a se colocarem na posição de escritores e, além de narrarem histórias, também precisaram se posicionar a respeito do tópico tratado no material de insumo da tarefa.

Na Figura 11, apresentamos um segundo perfil, que, apesar de não ser tão recorrente como o anterior, apresenta características relevantes para a constituição da Tarefa IV como uma tarefa argumentativa no Celpe-Bras.

¹³ A tonalidade mais intensa está associada a maior recorrência nas tarefas.



FIGURA 11 – Segundo perfil mais recorrente na Tarefa IV.
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Vemos, acima, um perfil de Tarefa IV a partir da esfera Político-cidadã, a segunda mais solicitada nessa tarefa, com 8 ocorrências, de acordo com a categorização de Schoffen *et al.* (2018). Segundo as autoras, a esfera Político-cidadã é “composta por interações relativas a coletividade, direitos, deveres, infraestrutura e iniciativas em prol do bem comum” (SCHOFFEN *et al.*, 2018, p. 16). Nesse sentido, as tarefas que solicitam a produção de textos dentro dessa esfera estão relacionadas à solicitação de posicionamento dos examinandos a respeito de uma determinada temática, ao que tudo indica polêmica, que gira em torno de direitos e iniciativas em prol do bem comum. Chama a atenção que tanto nas tarefas que têm como propósito principal Posicionar-se quanto naquelas que têm o propósito Solicitar a interlocução é assimétrica ascendente, ou seja, o examinando é colocado numa posição “inferior” à de seu interlocutor, para quem ele deve solicitar algo ou posicionar-se a respeito de determinado assunto.

Ao contrário do perfil apresentado anteriormente, as tarefas que compõem este segundo perfil solicitam a produção de gêneros menos públicos, como Carta/e-mail, que apresenta relação de interlocução restrita entre enunciador e interlocutor. Tendo em vista o alto número de ocorrências desse gênero no exame, Schoffen e Segat (2020) desenvolveram uma proposta de subcategorização do gênero Carta/e-mail no Celpe-Bras, que pode, segundo as autoras, ser dividido em: Carta/e-mail de Recomendação, Carta/e-mail de Solicitação, Carta/e-mail Pessoal e Carta/e-mail de Tomada de Posição. A partir da proposta de Schoffen e Segat (2020), as cartas e e-mails já solicitados na Tarefa IV são Carta/e-mail de Solicitação (com o propósito Solicitar) e Carta/e-mail de Tomada de Posição (com o propósito Posicionar-se), com 3 e 5 ocorrências, respectivamente¹⁴. Chamamos atenção para o fato de que, mesmo que o propósito principal da tarefa não seja o de Posicionar-se, mas sim de Solicitar,

¹⁴ Carta/e-mail de Solicitação ocorre uma vez na esfera de atuação Artístico-cultural e Carta/e-mail de Tomada de Posição apresenta uma ocorrência na esfera Profissional e uma ocorrência na esfera Comercial. Todas as demais ocorrências incluem-se na esfera Político-cidadã.

nas cartas/e-mails de solicitação a argumentação *stricto sensu* torna-se necessária, uma vez que o enunciador precisa convencer seu interlocutor de por que ele deve atender a sua solicitação¹⁵.

O gênero Carta aberta, como podemos ver em uma tonalidade mais clara no diagrama, apesar de ser um gênero menos recorrente, também compõe este perfil de Tarefa IV do exame Celpe-Bras. Sendo um gênero público, ele tem uma relação de interlocução um pouco diferente no exame: o examinando precisa se posicionar publicamente sobre um determinado assunto e, ainda, incentivar que outros leitores também concordem em aderir ao seu posicionamento. Nesse sentido, mesmo que o propósito principal das tarefas que propuseram a produção desse gênero seja o de Solicitar, o texto deve ser explicitamente argumentativo para que a sua solicitação seja atendida pelo responsável a quem se dirige a carta e para que seus outros leitores sejam convencidos da importância dessa solicitação.

5. Considerações finais

Este artigo apresentou uma descrição detalhada das características da Tarefa IV da Parte Escrita do exame Celpe-Bras, mostrando a diferença entre o perfil estável por ela apresentado e a variabilidade característica das demais tarefas. Como vimos, a Tarefa IV solicita, predominantemente, a produção de textos argumentativos, especialmente com o propósito de Posicionar-se a respeito de algo.

Reiteramos aqui as afirmações feitas por Sirianni *et al.* (2019) de que a disponibilização pública do Acervo Celpe-Bras democratizou o acesso aos materiais do exame e oportunizou que novas pesquisas e práticas de ensino e de preparação para o exame fossem realizadas. Nesse sentido, entendemos que dar aos professores acesso a descrições mais completas das provas, como foi o objetivo deste artigo, “possibilita que examinandos e professores compreendam melhor o construto do exame Celpe-Bras e realizem uma preparação mais condizente com os usos da linguagem solicitados em suas provas” (SIRIANNI *et al.*, 2019, p. 17).

Tendo isso em vista, e pensando que o ensino de língua deve visar à educação linguística, por meio da qual o estudante se torna capaz de agir na língua por meio da interação com o outro (NAGASAWA, 2018, p. 137), entendemos que as características das tarefas do Celpe-Bras devem ser conhecidas pelos professores e podem ter papel importante na sala de aula de português como língua adicional, não para serem reproduzidas mecanicamente, mas de forma que os gêneros solicitados no exame auxiliem os estudantes a compreender a estrutura dialógica da língua e aprender a utilizá-la de forma contextualizada nas diferentes esferas de ações humanas.

A análise que apresentamos neste artigo, dessa forma, pode contribuir para as práticas de ensino de PLA, na medida em que traz uma descrição mais aprofundada sobre a Tarefa IV, ressaltando suas

¹⁵ O gênero Carta de Solicitação está, inclusive, presente nas sequências didáticas de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) para ser trabalhado no primeiro ciclo, dentro do agrupamento da ordem do argumentar.

especificidades em relação às outras tarefas e sua predominância argumentativa. A partir desse entendimento, alinhamo-nos à proposta de Nagasawa (2018) de ensino preparatório ao exame Celpe-Bras, em que a autora defende

uma prática de ensino e aprendizagem que desenvolva a compreensão da natureza dialógica e da dimensão social de uso da língua que permeia o exame Celpe-Bras, pois por meio dessa compreensão é possível desenvolver criticidade e autonomia no estudante, que pode avaliar o seu próprio desempenho, além de oportunizar seu letramento social para plena cidadania (NAGASAWA, 2018, p. 132).

O letramento social de que fala a autora coincide com a visão de linguagem exposta pelo próprio Celpe-Bras, quando afirma que proficiência em determinada língua está relacionada à “prática de uso da língua(gem) como situada e contextualizada” (BRASIL, 2020a, p. 28), e considera os diferentes sentidos do uso da língua em cada esfera de comunicação. O professor, dentro dessa perspectiva, teria o compromisso de não apenas “‘treinar’ os alunos para o Exame, mas também prepará-los para serem leitores e produtores de textos mais proficientes, a fim de poderem se engajar de forma mais plena e participativa nas práticas letradas da sociedade brasileira” (NAGASAWA, 2016, p. 53).

Partindo desse entendimento de que o ensino da língua deve preparar os alunos para as práticas sociais letradas para a plena cidadania, o ensino de gêneros predominantemente argumentativos possibilita o trabalho com o posicionamento crítico, a construção, a refutação e a sustentação de argumentos, como sugerem Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). Alinhadas com a proposta dos autores, acreditamos que essas competências podem e devem ser ensinadas nas aulas de PLA desde os níveis mais básicos, e que as habilidades de argumentação poderiam ser complexificadas ao longo dos níveis, lançando mão do trabalho com gêneros predominantemente argumentativos de forma transversal.

Para complementar e qualificar a discussão apresentada neste artigo, entendemos que outros estudos se fazem necessários, especialmente aqueles que considerem os textos produzidos em resposta à tarefa e a avaliação realizada. Estudos que analisassem textos de diferentes níveis de proficiência em resposta à tarefa IV poderiam, por exemplo, trazer luz à discussão de como a estrutura argumentativa do texto é construída em cada nível de proficiência, bem como apontar caminhos para professores que desejam trabalhar esses gêneros em cursos de diversos níveis.

Ainda acerca de estudos sobre a avaliação realizada pelo exame e sua validação, um estudo que considerasse as notas atribuídas no Celpe-Bras em todas as tarefas e em diferentes edições do exame poderia auxiliar na compreensão do papel desempenhado pela Tarefa IV na definição dos níveis de certificação atribuídos, permitindo-nos entender como as características estáveis dessa tarefa contribuem para a composição da nota final dos examinandos na Parte Escrita. Outros estudos sobre a Tarefa IV poderiam ser desenvolvidos também com o objetivo de analisar se o fato de ter como característica a solicitação de um posicionamento argumentativo pode fazer com que ela apresente nível de dificuldade diferente das outras tarefas.

Esperamos que o estudo aqui apresentado possibilite novas reflexões e novas pesquisas a respeito da Tarefa IV do exame Celpe-Bras, tanto para os estudos de avaliação de proficiência quanto de ensino-aprendizagem de PLA. As reflexões aqui mobilizadas podem contribuir para um maior

conhecimento do exame para todos os atores que estão envolvidos nesta avaliação, além de auxiliar professores e examinandos que desejam se preparar para a prova.

REFERÊNCIAS

ACERVO Celpe-Bras: Acervo de provas e documentos públicos do Celpe-Bras. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acervocelepebras>. Acesso em: 29 out. 2020.

ALANEN, R.; HUHTA, A.; TARNANEN, M. Designing and assessing L2 writing tasks across proficiency levels. In: BARTNING, I.; MARTIN, M.; VEDDER, I. (Eds.). *Communicative proficiency and linguistic development. Intersections between SLA and language testing research*. Eurosla Monographs Series 1, 2010. p. 21-56.

AMOSY, R. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *Revista Eletrônica De Estudos Integrados Em Discurso E Argumentação*, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. M.; VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 16 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BEAUVAIS, C.; OLIVE, T.; PASSERAULT, J. Why Are Some Texts Good and Others Not? Relationship Between Text Quality and Management of the Writing Processes. *Journal of Educational Psychology*, v. 103. n. 2, p. 415-428, 2011.

BRASIL. *Manual do Candidato do Exame CELPE-Bras 2006*. Brasília: Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. *Guia do Participante: tarefas comentadas que compõem a edição de abril de 2013 do exame*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. *Documento-base do exame Celpe-Bras*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020a.

BRASIL. *Proposta curricular para o ensino de português nas unidades da rede de ensino do Itamaraty em países de língua oficial espanhola*. Brasília: FUNAG, 2020b.

BYGATE, M.; SKEHAN, P.; SWAIN, M. (Eds.). *Researching pedagogic tasks: Second language learning, teaching and testing*. Harlow: Longman/Pearson Education, 2001.

CROWHURST, M.; PICHE, G. L. Audience and Mode of Discourse Effects on Syntactic Complexity in Writing at Two Grade Levels. *Research in the Teaching of English*, v. 13, n. 2, p. 101-109, maio 1979.

DELL'ISOLA, R. L. P.; SCARAMUCCI, M.; SCHLATTER, M.; JÚDICE, N. A avaliação de proficiência em português língua estrangeira: o Exame CELPE-Bras. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 153-184, 2003.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128.

FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.

FIORIN, J. L. Argumentação e discurso. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. 9, p. 53-70, jan./jul. 2014.

KERSCH, D. F. Sobre as dificuldades e desafios de se trabalhar com gêneros do domínio do argumentar. In: GUIMARÃES, A. M. M.; KERSCH, D. F. (Orgs.). *Caminhos da construção: projetos didáticos de gênero no domínio do argumentar*. Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 51-71.

KUNRATH, S. P. *Os descritores gerais e a progressão dos níveis de proficiência do exame Celpe-Bras*. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MENDEL, K. *Proficiência e autoria na avaliação integrada de leitura e escrita do exame Celpe-Bras*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

NAGASAWA, E. Y. *Sequência didática de leitura e produção textual para preparação ao Exame Celpe-Bras*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

NAGASAWA, E. Y. *Português como língua adicional para fins específicos: preparação ao exame Celpe Bras*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

OHTA, R.; PLAKANS, L. M.; GEBRIL, A. Integrated writing scores based on holistic and multi-trait scales: a generalizability analysis. *Assessing Writing*, Oxford, v. 38, n. 1, p. 21-36, 2018.

PINTO, R.; CAVALCANTE, M.; BRITO, M. Polêmica e Argumentação. *Diacrítica*, Braga, v. 32, n. 1, p. 5-24, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21814/diacritica.140>.

PISTORI, M. H. C. Relações dialógicas e persuasão. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 173-193, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p173-193>.

PLAKANS, L. M. Assessment of integrated skills. In: CHAPELLE, Carol A. (Ed.). *The Encyclopedia of Applied Linguistics*. Oxford: Blackwell/Wiley, 2013.

SCARAMUCCI, M. V. R. A avaliação de habilidades integradas na Parte Escrita do Exame Celpe-Bras. In: ALVAREZ, M. L. O.; GONÇALVES, L. (Org.). *O mundo do português e o português no mundo afora: especificidades, implicações e ações*. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 391-425.

SCHLATTER, M. *Celpe-Bras: avaliação, ensino e formação de professores de português como língua adicional*. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/um-pouco-de-historia> Acesso em: 24 out. 2020.

SCHLATTER, M.; SCARAMUCCI, M. V. R.; PRATI, S.; ACUÑA, L. Celpe-Bras e Celu: impactos da construção de parâmetros comuns de avaliação de proficiência em português e em espanhol. In: ZOPPI-FONTANA, M. (Org.) *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG Editora, 2009, p. 95-122.

SCHOFFEN, J. R. *Gêneros do discurso e parâmetros de avaliação de proficiência em português como língua estrangeira no exame Celpe-Bras*. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHOFFEN, J. R.; MARTINS, A. F. Políticas linguísticas e definição de parâmetros para o ensino de português como língua adicional: perspectivas portuguesa e brasileira. *ReVEL*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, 2016.

SCHOFFEN, J. R.; MENDEL, K. As especificações do exame Celpe-Bras e a descrição das tarefas da Parte Escrita: convergências e divergências. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 12, p. 1091-1122, 2018. DOI: 10.14393/DL34-v12n2a2018-15.

SCHOFFEN, J. R.; SCHLATTER, M.; KUNRATH, S. P.; NAGASAWA, E. Y.; SIRIANNI, G. R.; MENDEL, K.; TRUYLLIO, L. R.; DIVINO, L. S. *Estudo descritivo das tarefas da Parte Escrita do exame Celpe-Bras: edições de 1998 a 2017*. Porto Alegre: Instituto de Letras - UFRGS, 2018.

SCHOFFEN, J. R.; SEGAT, G. L. O gênero carta/e-mail no exame Celpe-Bras: reflexões para a preparação de examinandos e para o ensino de português como língua adicional. *ReVEL*, Porto Alegre, v. 18, n. 35, p. 398-427, 2020.

SIRIANNI, G. R. *Entre a certificação e a não certificação no Celpe-Bras: um estudo sobre os níveis de proficiência na Parte Escrita do exame*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SIRIANNI, G. R.; MENDEL, K.; NAGASAWA, E. Y.; SCHOFFEN, J. R. Os desdobramentos do Acervo Celpe-Bras para ensino, aprendizagem, avaliação e pesquisa em Português como Língua Adicional. *BELT*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 1-19, jan.-jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/2178-3640.2019.1.33233>.

SOARES, M. *Português: uma proposta para o letramento*. Livro do Professor. São Paulo: Moderna, 1999.

TRAVAGLIA, L. C. Tipologia textual e ensino de língua. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 12, n. 3, p. 1336-1400, set. 2018. DOI: 10.14393/DL35-v12n3a2018-1.

RELATÓRIO DE EXPERIÊNCIA

Língua de herança, adolescência e avaliação

Daniella F. D. RINGHOFER 

Universidade de Viena (UNIVIE)

Ebal Sant'Anna BOLACIOFILHO 

Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

No presente trabalho, reflete-se inicialmente acerca de aspectos históricos relacionados ao conceito de Língua de Herança, focando principalmente na situação do Português como Língua de Herança no sistema público escolar austríaco. Em um segundo momento, é discutida a temática POLH e adolescência no que tange às demandas avaliativas especificamente surgidas nos últimos anos no contexto austríaco. Após reflexões acerca de conceitos relevantes ligados à avaliação, é feito um relato de um projeto piloto conduzido em 2019 no sistema de ensino público austríaco em que foram aplicados testes de proficiência de POLH nos moldes de exames de proficiência para jovens em idade escolar existentes para o idioma alemão em escolas alemãs fora do território alemão; exames esses que foram concebidos levando-se em consideração o conceito de letramento em avaliação. Por último, é apresentada uma análise do experimento que apresentou resultados bastante satisfatórios e pode servir de base para futuros exames de proficiência de POLH nos países de língua alemã.

ZUSAMMENFASSUNG

Die vorliegende Arbeit befasst sich zunächst mit historischen Aspekten im Zusammenhang mit dem Konzept der Herkunftssprache und konzentriert sich dabei vor allem auf die Situation von Portugiesisch als Herkunftssprache im österreichischen öffentlichen Schulsystem. In einem zweiten Moment wird das Thema POLH und Jugend in Bezug auf die in den letzten Jahren speziell im österreichischen Kontext entstandenen Evaluationsanforderungen diskutiert. Nach einer Reflexion über relevante Konzepte im Zusammenhang mit der Bewertung wird über ein Pilotprojekt



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Luiz Amaral (UMASS)
- Ricardo de Souza (UFMG)
- Thaís Maíra de Sá (CEFET-MG)

AVALIADO POR

- Glaucia Silva (UMASSD)
- Amanda Post (UFSCAR)

SOBRE OS AUTORES

- Daniella F. D. Ringhofer
Escrita – análise e edição.
- Ebal Sant'Anna Bolacio Filho
Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 14/10/2020
- Aceito: 07/12/2020
- Publicado: 23/12/2020

COMO CITAR

Ringhofer, D. F. D.; Bolacio Filho, E. S. (2020). Língua de herança, adolescência e avaliação. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 936-949, 2020.

berichtet, die 2019 im österreichischen öffentlichen Schulsystem durchgeführt wurde, bei der POLH-Kompetenzprüfungen für Jugendliche im schulpflichtigen Alter angewandt wurden, die nach dem Modell von den Prüfungen konzipiert wurden, die für die deutsche Sprache an deutschen Auslandsschulen benutzt werden; diese Prüfungen wurden unter Berücksichtigung des Konzepts der Bewertungskompetenz konzipiert. Abschließend wird eine Analyse des Experiments vorgestellt, das recht zufriedenstellende Ergebnisse präsentierte und eine Grundlage für zukünftige POLH-Prüfungen in deutschsprachigen Ländern sein könnte.

PALAVRAS-CHAVE

Língua de Herança. POLH. PLH. Adolescentes. Exames de Proficiência.

SCHLÜSSELWÖRTER

Herkunftssprache. POLH. PLH. Jugendliche. Sprachprüfungen.

Introdução

Nos últimos anos temos assistido mundo afora ao número crescente de publicações que tratam da difusão da língua portuguesa para crianças descendentes de pai e/ou mãe brasileiros ou portugueses residentes na diáspora. A meninas e meninos com seus diferentes níveis de fala e compreensão da língua de casa, com diferentes representações acerca do país de origem, de seus ancestrais e mesma heterogeneidade no que tange à própria relação cultural com língua e país de apego, dá-se um nome: são falantes de língua de herança (doravante LH). O conceito LH, surgido na Canadá (cf. CUMMINS, 1983) na década de 70, foi sempre atrelado à responsabilidade na transmissão de valores, identidade, sentimentos de pertencimento e afeto.

Moroni e Gomes (2015, p. 24) apresentam o ensino de Português como Língua de Herança (de- vorante POLH) relacionando-o ao da “cultura que envolve este idioma”, tendo em vista a “identidade dentro do cenário híbrido” e enfatizam o trabalho de conscientização das famílias. Lico (2011) já mencionava a relevância do tripé família / comunidade / professor. Questiona-se, no entanto, a partir de quando teríamos componentes necessários para a competência linguística almejada. Se POLH ainda é um campo carente de publicações, avaliação em POLH certamente ainda mais. Esse artigo procura descrever a situação do ensino no POLH na Áustria e relatar uma experiência de um instrumento de avaliação ocorrida em Viena através de provas de exames de proficiência linguística para jovens alunos, como parte de experiência dada aos adolescentes com o intuito de estimular o aprendizado formal da língua e suas principais estruturas.

1. A Temática Português como Língua de Herança

Tendo em vista o frequente desejo do emigrante em “manter vivos no seio de suas famílias os vínculos com as origens e cultura brasileiras” (LICO, 2011, p. 2), o ensino de POLH no contexto europeu vem em muitos casos associado a grupos e/de atividades para crianças em idade pré-escolar (0 a 6 anos de idade) ou em fase do Ensino Fundamental I (6 a 10 anos). Tal fato não gera estranheza. A propagação da língua materna ou paterna inicia-se em grande parte no ventre como forma de projeto familiar. O que decorre desse plano é o estímulo já nas primeiras fases da vida, onde progenitores isoladamente podem não ter o sucesso desejado. Já daí estabelece-se a necessidade de juntarem-se a outros responsáveis com o mesmo objetivo e ideal. Através de convívio e trocas, inicia-se um processo de formação de pequenos bilíngues, já capazes de compreender que um mundo com duas ou mais línguas é tão natural como o dia e a noite, como o sol e a chuva.

Basta serem minimamente familiarizados com mídias sociais e, em qualquer breve pesquisa, mães e pais na diáspora encontram em cidades de médio e grande porte associações e grupos infantis em língua portuguesa com os mais carinhosos nomes. Tardes de leitura costumam ser uma espécie de fio condutor para demais atividades culturais ou festivas. Em diversas cidades europeias tem-se como exemplo de associação sem qualquer intuito lucrativo ou formas cartesianas de ensino as chamadas “Malas de Herança”. A primeira “Mala” foi idealizada em Munique no ano de 2012 e hoje são fixadas em 10 cidades, entre elas Innsbruck e Viena. As “Malas” propiciam às crianças a interação que pode ser a peça-chave de um início de uma educação bilíngue ou - como ocorre na maioria das vezes - plurilíngue, onde além da língua do país de residência, a criança pode fazer uso dos benefícios cognitivos e socioafetivos que se têm quando a LH ganha seu devido espaço (RÜDISSER, 2016).

Ao iniciar-se a idade escolar aos seis anos, o ensino do POLH tende a mudar de forma. Muito fala-se de melhores possibilidades de alfabetização da criança bilíngue, enquanto uma educação mais pautada na oralidade nos primeiros anos escolares parece fazer maior sentido. Independentemente de métodos e metodologias no ensino do POLH, fato é: a exposição à língua aprendida em casa é na grande maioria dos casos inversamente proporcional à idade e autonomia do indivíduo. A língua dominante, via de regra a do local onde a família reside, tende a ganhar maior força a partir do ingresso formal à escola regular, não só pela questão de leitura e escrita, mas também por crescente necessidade de interação com colegas de classe, seus jogos e suas disputas, tão comuns à faixa etária. Ao compreender a necessidade da manutenção do investimento feito até o determinado ponto, cabe à família decidir se proporcionará aos pequenos também uma educação formal da Língua Portuguesa. Nem sempre há opções viáveis, soluções simples e educadores bem preparados e dispostos a se aventurar pelo grande desafio. A boa notícia é que atividades feitas com grupos de equivalências culturais através de espaços e associações ainda surtem efeito. Seja abraçar uma bela fantasia de carnaval à base de melódicas marchinhas ou vestir-se de caipira para a festa junina, crianças ainda tendem a acompanhar os pais em seus eventos, vividos e apreciados também em forma audição, visão, paladar e olfato.

Embora ainda haja certa carência de pesquisa na área, o assunto relacionado à formação de professores de POLH vem sendo discutido, como vemos em Mendes (2012):

A promoção de cursos de formação para professores que atuam nesses contextos é uma ação estratégica e necessária para o fortalecimento do Brasil e de sua cultura no exterior, assim como dos diferentes países e culturas que vivem em português. Além disso, também assegura a manutenção e a continuidade dos laços identitários e linguístico-culturais das comunidades brasileiras imigradas com o seu país de origem. Para isso, é necessário o esforço e o investimento das entidades governamentais para a formação de professores e para a produção de materiais instrucionais para o ensino de PLH. (MENDES, 2012, p. 21-22)

Torna-se imprescindível esclarecer que a tarefa não se mostra fácil em virtude não só dos grupos predominantemente heterogêneos, mas também pela constante necessidade de elaboração de materiais e estratégias próprias. Profissionais competentes vêm coletando esforços para a motivação e alegria do aprendizado manterem-se de pé, e encontram no reconhecimento e carinho das famílias o sentido procurado. Embora não haja grandes divulgações de cursos formais de estabelecimentos de ensino reconhecidos para professores de POLH, iniciativas presenciais ou *online*, procuram oferecer não só momentos de reflexão, mas também de possíveis metodologias, planejamentos conjuntos de atividades e discussões sobre temáticas relevantes. Exemplo de tais iniciativas é o projeto elaborado em parceria com a Divisão de Promoção de Língua Portuguesa do Departamento Cultural do Itamaraty entre 2011 e 2014 nas cidades de São Francisco, Washington e Miami. Situada também nos Estados Unidos, a organização Brasil em Mente traz constantemente formação continuada em POLH de forma online. Na Europa, mencionam-se oficinas realizadas pela ABRIR (Reino Unido) e cursos na Suíça organizados pela ABEC em 2015 e 2017. Ainda na Itália e na Alemanha, entre 2014 e 2016, foram oferecidas oficinas de formação de educação em POLH em parceria com o Elo Europeu (ORTIZ, 2020). Adicionalmente, no ano de 2020, a instituição Papo de Profes promoveu formação e reciclagem de diversos professores e educadores através do curso *online* Ensine Língua de Herança.

Não nos esqueçamos, entretanto, que qualquer espécie de difusão requer responsabilidade dos transmissores e receptores. Melo-Pfeifer (2018, p. 1172) já revela que "(...) o processo de transmissão intergeracional da LH é dinâmico, implica concessões e compromissos, avanços e recuos, esforços e vontades de ambas as partes, sendo que só funcionam quando articulados (...)." A partir de tal afirmativa chegamos à realidade do aluno de Fundamental II (a partir dos 11 anos), momento em que o ensino do POLH tende a mudar de forma por motivos claros. Trata-se aqui da (pré)-adolescência, fase de ainda maior exposição à língua do país de residência através de maior valor e consolidação das amizades. Fase dos eternos questionamentos, das negações, bem reportadas em "*The Primal Teen*" (STRAUCH, 2003), onde, através de diversos estudos de caso, a autora conclui que o cérebro de um adolescente se compara a uma construção civil em andamento. Além de questões relacionadas a comportamento e neurobiologia, a adolescência é também muitas vezes a fase da aquisição de uma terceira língua de acordo com os planos escolares, normalmente a língua das músicas do momento e séries televisivas. O horário destinado à língua portuguesa compete com o tempo dos hobbies, seja nos âmbitos desportivos ou musicais. Ademais, é fase de maior complexidade escolar e necessidade de maior dedicação ao estudo e às disciplinas obrigatórias. Se a adolescência é a fase

em que quase tudo parece dificultar o processo ensino-aprendizagem da minoritária LH, precisa-se, a partir daí, pensar ainda mais em legitimidade e clareza de objetivos. Para metas mais concretas nesse sentido, podem ser considerados processos de avaliação.

Pouco discutido parece ser, no entanto, a temática avaliação em POLH. Aqui mencionamos um estudo realizado com estudantes de língua espanhola da *New Mexico University*. A partir de comparação de resultados de testes de nivelamento entre falantes de espanhol como língua de herança e falantes de espanhol como língua estrangeira, a pesquisadora concluiu que nem sempre os conhecimentos desses falantes são devidamente mensurados:

Dada a experiência naturalística de aquisição dos falantes de herança, princípios pragmáticos inerentes provavelmente guiarão suas respostas mais do que princípios explícitos de gramática. Consequentemente, os itens dos testes não devem ignorar as noções pragmáticas que provavelmente influenciam as respostas desses falantes (...). Da mesma forma, os testes (de nivelamento) não devem simplesmente responsabilizar os falantes de herança por uma série de normas gramaticais que provavelmente não fizeram parte de suas experiências antes de fazer o teste, uma vez que isso ignora e invalida as habilidades que eles têm. (MACGREGOR-MENDOZA, 2012, p. 17, traduções nossas).

Ratificaremos, mais à frente, a afirmação da pesquisadora, após abordarmos o tema avaliação em línguas. A seguir, trazemos um breve panorama de como a Áustria lida com questões relacionadas ao ensino da LH.

2. LH e POLH na Áustria

Antes de discorrer sobre o POLH na Áustria cabe uma breve explicação de políticas linguísticas neste país no que diz respeito às LH. Baseado em estudos que comprovam que indivíduos que melhor dominam a língua familiar têm melhores chances de obter maior proficiência nas línguas estudadas na escola, o governo austríaco oferece gratuitamente aulas de língua materna (*muttersprachlicher Unterricht*). Tal ideia iniciou-se já na década de 70 de forma experimental. Estopim para a louvável decisão no âmbito de Políticas Linguísticas foi a crescente necessidade de recebimento de imigrantes na construção civil. Trabalhadores, normalmente provindos da Turquia e da ex- Iugoslávia, ao migrarem com esposa e filhos em idade escolar, tinham a princípio a intenção de passar um tempo definido no território austríaco. Para facilitar o processo de retorno aos seus países de origem, crianças e jovens poderiam em suas novas escolas ter aulas de língua materna. Um dos princípios da política de acolhimento desses trabalhadores imigrantes era dar a garantia da manutenção de vínculos culturais e linguísticos com suas pátrias mãe (BÜYÜKBAYRAK, 2015).

Com o passar do tempo e mudanças na sociedade austríaca ao estabelecer-se uma situação de permanência de tais imigrantes e familiares, os objetivos das aulas de língua materna foram se adaptando. Devido a essas mudanças sociais, bem como aos novos conhecimentos linguísticos, o ensino

da língua materna foi reorientado. A ideia original de reintegração foi substituída pela ideia de promoção do bilinguismo (FLECK, 2011).

No que se refere ao ensino da língua portuguesa na Áustria, seu início deu-se na capital Viena através da comprovação de demanda. Em meados de 2010, depois de ler no *Wiener Zeitung* (jornal local) sobre a oferta de aulas da língua materna em diversos idiomas, uma mãe de um pré-adolescente procurou a Secretaria de Educação para saber da possibilidade da inclusão do português. Para sua grata surpresa, foi-lhe comunicado o que já era tido como regra:

Todos os alunos com uma língua materna diferente do alemão, bem como alunos que crescem bilíngues na família, podem participar, independentemente da sua nacionalidade, do tempo de permanência na Áustria e dos seus conhecimentos da língua alemã. (...) O ensino na língua materna é em princípio possível em qualquer idioma, desde que a necessidade seja registrada e os recursos humanos estejam disponíveis (...). Recomenda-se entrar em contato com o Departamento de Migração e Ensino do Ministério da Educação. (traduções nossas).¹

Comprovados o interesse por parte dos alunos e a disponibilidade de professores qualificados, as aulas tiveram início em setembro de 2010 com três turmas com um total de 32 alunos em uma escola localizada no coração da capital austríaca (*Akademisches Gymnasium*). Os alunos falantes de POLH, oriundos de diferentes bairros e regiões, têm até o presente momento neste endereço seu ponto de encontro semanal na tarde de sexta-feira ou manhã de sábado. Desde o início percebe-se para a faixa etária de Fundamental II e Ensino Médio, após aumento inicial pela procura, a constância de 4 grupos com 4 objetivos diferentes. No atual momento, contamos com 62 alunos inscritos para o segmento em questão com alunos de 11 a 18 anos. Durante três anos houve a subdivisão das variantes português europeu e português brasileiro por pedido inicial da mãe condutora do movimento para a inclusão da LP nas aulas de LH na Áustria. Tal subdivisão teve que ser interrompida pela dificuldade de se criar grupos minimamente homogêneos da variante europeia, já que o número de imigrantes portugueses se mostrava relativamente baixo se comparado ao número de famílias brasileiras. Percebeu-se paralelamente forte interesse da Secretaria de Educação para juntar as variantes, como ocorre em outras línguas pluricêntricas. Depois da então professora de português europeu ter a proposta em dedicar-se somente ao inglês, juntaram-se as duas variantes com a professora brasileira. Assim, a partir de 2013/14 a disciplina passou a chamar-se simplesmente "Português", subentendendo-se naturalmente o ensino de todas as variantes em sala de aula.

Cabe ainda ressaltar que outros grupos e faixas etárias foram ao longo da década ganhando espaço. No ano de 2011, foram introduzidas também aulas para crianças da escola primária, em 2017 aulas de POLH tomaram lugar no estado do Tirol e em 2018, na Baixa Áustria, somando hoje aproximadamente 200 alunos de POLH nas escolas do país. Com a exceção de alguns alunos do estado do Tirol, a maioria absoluta dos alunos de POLH na Áustria cursa a disciplina com caráter de disciplina de exercício facultativo (*unverbindliche Übung*), ou seja, sem nota. Tal prerrogativa vem dos órgãos

¹ Extraído em 10/10/2020 do site do Ministério da Educação, Ciência e Pesquisa da Áustria https://www.bmbwf.gv.at/The-men/schule/schulrecht/rs/1997-2017/2014_12.html

financiadores e é embasada na heterogeneidade quanto ao conhecimento prévio e à idade, já que se trata, comumente, de grupos mistos.

3. O outro lado

Se jovens e adolescentes de países de língua alemã migram para países de língua portuguesa, há grande probabilidade de serem inscritos em uma das chamadas *Begegnungsschulen* ou Escolas de Encontro entre Culturas. Nada raras mundo afora e normalmente subsidiadas pelo governo alemão, tais escolas recebem hoje predominantemente alunos cuja língua familiar não é o alemão. Não obstante, com ensino de Língua Alemã em carga horária considerável, os currículos nessa língua têm que ser devidamente cumpridos e comprovados. Há muitos anos são aplicados exames de proficiência, unificados entre as escolas ou não, com diferentes níveis de reconhecimento. Desde a aplicação do Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas, as metas foram tornando-se cada vez mais claras.

Hoje são aplicadas nas Escolas Alemãs até quatro diferentes avaliações destinadas ao público (pré-)adolescente – sempre considerando as competências da fala, audição, leitura e escrita, a dizer:

IVA I (*Internationale Vergleichsarbeit 1*) – certificação de nível básico para alunos de aproximadamente 10 anos. Nível A1 do Quadro como forma de inicialização ao formato de exames.

IVA II (*Internationale Vergleichsarbeit 2*) – certificação abrangedora nos níveis A2/ B1 do Quadro para alunos de 12 ou 13 anos, como forma de exercício e estímulo para a realização do exame a seguir.

DSD I (*Deutsches Sprachdiplom I*) – exame de nível B1 aplicado por banca específica e reconhecido internacionalmente para o ingresso em escolas de acesso às universidades alemãs.

DSD II (*Deutsches Sprachdiplom II*) – exame de nível B2/ C1 reconhecido como conhecimento de língua alemã para o acesso a universidades de língua alemã.²

Segundo o site do *Kultusministerkonferenz*³ da Alemanha,

² No site do Ministério da Educação alemão (kmk) <https://www.kmk.org/themen/deutsches-sprachdiplom-dsd.html> encontram-se informações acerca dos diplomas de língua alemã aplicados nas escolas.

³ Traduções dos nomes dos diplomas: Comparação Linguística Internacional 1 e 2, Diploma de Língua Alemã I e II

Com sua oferta escolar, as escolas alemãs no exterior se dirigem a famílias alemãs de todo mundo que estão no exterior a trabalho e desejam que seus filhos tenham uma educação em alemão. Em escolas de encontros, as escolas alemãs no exterior oferecem a crianças de países anfitriões e outros grupos culturais a oportunidade de se familiarizarem com a Alemanha, sua cultura e idioma. No final da escolaridade, geralmente há uma qualificação alemã ou binacional.⁴ (Tradução nossa)

A garantia de uma qualificação binacional em Língua Portuguesa não ocorre, entretanto, na Áustria. Na seção abaixo reportaremos a aplicação de exames como alternativa viável.

4. Letramento em avaliação, tipos de exame e construto

Apesar da temática avaliação mostrar-se de grande responsabilidade e dever sempre inserir valores teóricos e práticos sem jamais se esquecer de princípios éticos, algum tipo de testagem é algo diariamente presente na vida de um estudante. A partir da ótica de letramento em avaliação, Stiggins (1991, p. 535) lançou as perguntas: "O que essa avaliação diz aos alunos sobre os resultados de rendimento que valorizamos? E qual é o provável efeito dessa avaliação nos alunos?". Assim sendo, o papel e a função de qualquer situação avaliativa não podem ser esquecidos. Fulcher (2012) apresenta a definição de Letramento em Avaliação especificamente na área de Línguas:

Os conhecimentos, as habilidades e capacidades necessárias para elaborar, desenvolver, manter ou avaliar testes padronizados de larga escala e/ou testes desenvolvidos para a sala de aula, familiaridade com os processos avaliativos, e consciência dos princípios e conceitos que guiam e subjazem a prática, incluindo ética e códigos de prática. A habilidade de situar conhecimentos, habilidades, processos, princípios e conceitos em contextos históricos, sociais, políticos e filosóficos mais amplos a fim de compreender por que as práticas se desenvolveram como tal, e avaliar o papel e o impacto da avaliação/dos testes na sociedade, nas instituições e nos indivíduos. (FULCHER, 2012, p. 125)

Subtópico do dito letramento está em reconhecer as diferentes metas e os diversos objetivos de avaliação, haja vista seus diferentes tipos, como avaliação com intuito de nivelamento (avaliação de classificação), de entrada ou admissão entre outros. Scaramucci (2013)⁵, traz o conceito letramento em avaliação em território brasileiro através de uma palestra ministrada na Universidade de Brasília, onde torna clara a diferença entre "avaliação de rendimento" e "avaliação de proficiência". Avaliações de rendimento seriam aquelas que se dão após um processo de aprendizagem, muitas vezes em sala de aula, como resultado de tal. Seus objetivos devem ser baseados no planejamento do professor. Para a pesquisadora, exames de rendimento têm vínculos com o passado e devem retomar os objetivos do plano de ensino. Já exames de proficiência não apresentariam preocupação com o conteúdo

⁴ Extraído de <https://www.kmk.org/themen/auslandsschulen.html>

⁵ O vídeo da palestra pode ser visto em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E3TnGJgc2wA>>.

apresentado nas últimas aulas, mas sim com a coleta de uma gama de conhecimento adquirido pelo indivíduo, com um olhar futuro da utilização da língua, externando a sala de aula. O que também deve ser considerado na elaboração de um exame de proficiência é uma análise do público-alvo.

Scaramucci e Quevedo-Camargo (2018) também tecem reflexões sobre a relevância desse tipo de letramento por parte dos profissionais de educação:

A proposta de tornar professor de línguas letrado em avaliação tem como meta principal fazer dele um consumidor e produtor crítico de avaliações. Ele deve saber por quê, o quê, quando e como avaliar seus alunos, assim como deve saber interpretar os resultados obtidos por meio de suas avaliações. (SCARAMUCCI; QUEREDO-CAMARGO, 2018, p.239)

Quando pensamos em letramento em avaliação, não podemos deixar de considerar alguns conceitos inseridos. Um conceito aqui destacado é o de validade avaliativa e seu subconceito, o de construto. Thorndike e Hagen (1986) salientam três tipos principais de validade – a racional, a empírica e a de construto. Já Aldersen et al (1995) preferem referir-se à validade interna ou externa e de construto. A validade interna diria respeito aos estudos de análise do conteúdo do teste e seu efeito percebido, onde discutem-se as validades dos conteúdos. Já a validade externa se preocuparia com as comparações das notas obtidas e suas correlações, refletindo sobre os conceitos de paralela e preditiva. Para Gronlund (1985, p. 58, *apud* ALDERSON et al. 1991, p. 183) a validade de construto seria “o grau em que o desempenho em um teste pode ser interpretado como uma medida significativa de uma determinada característica ou qualidade”. Ebel e Frisbie (1991) dão a seguir uma definição mais completa de construto, como aquilo que define o que há de ser avaliado:

Validação de construto é o processo de coleta de evidência para dar apoio ao argumento de que um teste realmente mede o construto psicológico que os elaboradores querem que meça. O objetivo, nesse caso, é determinar o significado dos escores ou notas do teste para garantir que eles signifiquem o que o especialista esperava que significassem. (EBEL; FRISBIE, 1991, p. 108)

Baseados nos conceitos apresentados, partimos agora ao nosso relato de experiência.

5. Exame de Português para Jovens Falantes – um projeto piloto

Compreendendo o público adolescente e a necessidade de concretizar o que veio sendo desenvolvido ao longo dos anos de utilização da LH, foram concebidas em Viena no ano de 2019 as avaliações de medição de proficiência linguística denominadas “Exame de Português para Jovens Falantes”⁶. O

⁶ A professora é experiente na área avaliação de exames de Língua Alemã, com práticas profissionais em escolas alemãs no Rio de Janeiro e em São Paulo. Atualmente trabalha também como professora de alemão e avaliadora dos diplomas oficiais ÖSD e ÖIF no instituto *update training GmbH*.

intuito foi primordialmente esclarecer aos alunos que parte do conhecimento adquirido ao longo de suas vidas pode ser de alguma forma concretizado e mensurado.

Também é válida aqui uma reflexão em torno do termo (exame de) proficiência. Para Scaramucci (2000) existe uma diferença entre o uso técnico e não técnico do termo proficiência. De acordo com a pesquisadora, no uso não técnico desse termo, existiria um ideal de proficiência talvez impossível de se alcançar. Proficiência, no entanto, deveria designar uma gradação de conhecimento. Todos que se expõem a algum tipo de aprendizado poderiam assim apresentar algum tipo de proficiência. "Em vez de uma proficiência única, absoluta, monolítica, baseada naquela do falante nativo ideal, teríamos várias, dependendo da especificidade da situação de uso da língua" (SCARAMUCCI, 2000 p.16).

Validando tal conceito, pode-se concluir que falantes de LH - como resposta ao investimento familiar ao longo de todos os anos de vida - são na maioria das vezes de fato em alguma medida proficientes. Interessante seria saber qual nível e qual a meta individual a alcançar. O objetivo de um exame em moldes semelhantes aos aplicados pelas escolas alemãs vem ao encontro da comprovação desse dado e procura da mesma forma mostrar aos candidatos que não haveria motivos para uma possível baixa autoestima em relação à língua de origem, algumas vezes expressada pelo próprio aluno ao compará-la com a língua dominante. Para tal, orientando-se pelos conceitos expostos acima, foram concebidos como projeto piloto posteriormente transformado em uma tese doutoral recém iniciada através da Universidade de Viena em parceria com a UFF, os Exames de Português para Jovens Falantes I e II.

Passamos a seguir a uma breve descrição de tais exames, seguida de reflexões acerca de seus construtos. Tanto como no Exame I como no Exame II foram aplicadas questões que abrangessem as quatro competências já mencionadas: leitura, escrita, compreensão auditiva e fala.

O Exame I teve como meta comprovar que todos os alunos inscritos já dispõem do nível básico (A2/B1, falante básico ou independente segundo o Quadro). A realização do exame foi indicada a alunos que, segundo as observações da professora, dispunham das competências necessárias para a sua aprovação. No ato da participação o aluno deveria estar com 12 anos completos e estar cursando a disciplina Língua Portuguesa como "*muttersprachlicher Unterricht*", ou seja, POLH há ao menos dois anos.

No Exame I foram aplicadas interpretações de texto (entrevista com a filha da família de velejadores Schürmann divulgada na revista *Recreio* de número 13) e perguntas tanto com respostas opinativas quanto de múltipla escolha. Sabendo que questões de múltipla escolha podem mostrar menor validade devido a estratégias de sorte, a compreensão de uma combinação de dois tipos diferentes de questões procura trazer maior validade aos resultados. Seguindo ainda em relação à parte de escrita, foi proposto em exercício de lacunas de inserção de vocabulário e verbos em alguns tempos do modo indicativo mais utilizados. Na produção de texto foi exigida uma carta de aproximadamente 90 palavras acerca de tema cotidiano, no caso, a descrição da própria escola, prédio, disciplinas, descrição de um professor etc. No que diz respeito à compreensão auditiva, foram apresentados dois áudios, um na variante europeia e outro na variante brasileira, partindo do ponto de partida da Língua Portuguesa como Língua Pluricêntrica (MELO-PFEIFER, 2018). Já a parte oral foi feita em dupla através de imagens motivadoras relacionadas também a temas cotidianos como festas, alimentação,

animais domésticos, música etc. Destaca-se que, como em diversos exames de proficiência, ao chegar à nota final, foram avaliadas a categoria principal “fidelidade às tarefas e aos temas” e subcategorias como “expressão e vocabulário”, “fluidez e pronúncia”, sendo que a “correção gramatical” como subcategoria foi avaliada com o mesmo peso que os tópicos acima. Vale também ressaltar que a prova oral foi realizada por duas professoras e suas notas foram sempre discutidas logo após a avaliação. As provas orais foram gravadas com intuito de documentação, somente para serem usadas em caso de discordância com a nota por parte dos alunos.

O Exame de Português para Jovens Falantes II ocorreu no mesmo período e foi a opção para alunos mais maduros e avançados, tendo sido indicado para alunos de ao menos 15 anos de idade e que já curse POLH por um período superior a três anos. O nível almejado foi o B2. Os moldes foram bem semelhantes aos do Exame I, sendo que a complexidade das questões mostrou-se superior. Iniciou-se por uma interpretação de texto partindo de um artigo sobre medicina alternativa adaptado da revista *Veja* número 1749. A temática para a produção escrita foi uma carta de opinião acerca da temática terapias alternativas, além da produção de um artigo para um *blog* a respeito do tema meio-ambiente e reciclagem. Já o texto de lacunas enfatizou uso dos verbos também no modo subjuntivo. As audições, da mesma forma que no primeiro exame, trouxeram as duas variantes, enquanto os temas da avaliação oral foram, por exemplo, “divisão de trabalho em ambiente familiar”, “inclusão de cadeirantes” e opinião sobre “vantagens da leitura”. Diversos critérios avaliativos como mencionados acima também foram aplicados embora tenha havido um nível maior de rigidez por parte das professoras para a chegada à nota final, uma vez que partiram da premissa que os alunos já tinham domínio de estruturas básicas de vocabulário, ortografia e gramática

Em tais exames, já que originados de um simples projeto piloto, não foi feita uma análise formal quanto à validade de construto, no sentido de verificação se eles de fato priorizam os processos cognitivos enfatizados em seu modelo (PRIMI et al., 2001). Entretanto, suas provas foram elaboradas priorizando a resolução de problemas e não prezaram por memorização de estruturas ou regras, mas sim procuraram promover relação entre o sujeito e seus objetos de conhecimento. Houve a preocupação de valorizar a capacidade de o aluno estabelecer conexões para lidar com questões e desafios (FINI, 2005). Procurou-se, da mesma forma, fornecer suficientes informações para a realização das questões propostas, estabelecendo certo desafio no que tange à interpretação, organização e prática de conhecimentos adquiridos ao longo da vida e não em aulas específicas.

De um modo geral, os resultados dos exames mostraram uma situação de otimismo quanto ao nível de conhecimento real em língua portuguesa por parte dos jovens falantes de POLH - o que não é surpresa. A prova, sendo rica em informações verbais, já fornece diversas informações necessárias para a resolução das questões, sendo estas resolvidas somente por falantes da língua em questão. Seria muito pouco provável que um aprendiz de LP como Língua Estrangeira, com uma carga horária de meras duas horas semanais, conseguiria dar conta de tais atividades com desenvoltura. Assim, a combinação do trabalho familiar em POLH com a educação formal em LP pareceu funcionar bem.

Não menos válido foi o recebimento de algo concreto que pode de alguma forma dar pistas sobre o conhecimento linguístico dos jovens avaliados. Um documento não-oficial em forma de diploma,

assinado pelas professoras que trabalharam na avaliação, o logotipo do "Português na Áustria", organização informal das professoras que dedicam-se ao ensino formal de POLH nas escolas, constando dados do aluno e sua nota final, serviu como espécie de troféu. Se em um curso de artesanato podemos voltar com uma obra palpável, nada mais junto que utilizemos em POLH, além da visão, olfato, audição e paladar - o tato. Ter de alguma forma o POLH em mãos é vitorioso.

Quanto aos resultados: no total, 18 alunos participaram da avaliação, sendo que 13 realizaram o Exame I e cinco, o Exame II. Havia no grupo de alunos que participou do Exame I, candidatos capazes já de serem aprovados no Exame II, mas preferiram ganhar confiança primeiramente. A professora procurou ajudar na decisão. Apenas um aluno foi reprovado - tendo tido pontos ainda suficientes na parte escrita, mas lhe faltou muito vocabulário na prova oral, o que o impediu de ser classificado no nível A2, de falante básico. O candidato compreendeu o resultado e reconheceu a falta de utilização da língua em ambiente familiar, sentiu-se grato por ter conseguido pontos suficientes na parte escrita e tentará refazer a prova em uma nova oportunidade, após maior treino da utilização prática da língua como comunicação em situações cotidianas com outros falantes de português. Todos os demais sentiram-se satisfeitos e honrados com o próprio reconhecimento. Alguns poucos candidatos esperaram nota um pouco mais alta, mas compreenderam as notas após analisarem a correção das provas. Não foram raros os pais que escreveram à professora agradecendo a oportunidade dada aos filhos.

6. Considerações finais

Ao falarmos de POLH, adolescência, suas especificidades, complexidades e heterogeneidade - principalmente ao considerar que a sala de aula é apenas um apoio a um projeto que é de fato familiar - um puro processo de avaliações de rendimento parece pouco efetivo. "Decoreba" de tempos verbais ou aspectos específicos relacionados a conhecimentos pontuais não se mostram relevantes. Não nos esqueçamos de que definições de classes de palavras, função sintática, classificação de orações são de toda forma aprendidas na língua dominante. O que vale é a documentação do aprendido nas situações legítimas, a visão futura e a marcação dos próximos desafios.

Professores de POLH para adolescentes estão convidados a nos acompanhar nessa reflexão e nos ajudar a responder à questão se exames de proficiência sob medida ao público-alvo POLH e adolescência ampliaria não só a motivação para a aprendizagem, mas também aumentaria o nível de conhecimento formal da LP.

REFERÊNCIAS

- ALDERSON, J.C. Language testing in the 1990s: how far have we come? How much further have we to go? In ANIVAN, S. (ed.), *Current Developments in Language Testing*, Singapore: Regional Language Center, 1-26, 1991.
- BÜYÜKBAYRAK, M. Muttersprachlicher Unterricht in der Sekundarstufe I – Warum nimmt die Nachfrage ab? *Pädagogische Hochschule*. Wien, 2015. Disponível em: https://www.voxmi.at/wp-content/uploads/2015/06/Bachelorarbeit_B%C3%BCy%C3%BCkbayrak.pdf. Acesso em 01.12.2020.
- BUNDESKANZLERAMT ÖSTERREICH. *Migration und Integration in Österreich*, 2014. Disponível em: http://www.zukunfteuropa.at/site/cob_40060/7216/default.aspx. Acesso em 01.12.2020.
- CUMMINS, J. Teaching for transfer: challenging the two solitudes assumption in bilingual education. In CUMMINS, J.; HORNBERGER, N. *Encyclopedia of Language and Education, 2nd Edition, Volume 5: Bilingual Education*. NY: Springer, 2008, 65-75. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-0-387-30424-3_116. Acesso em 02.12.2010.
- DEUTSCHLAND. *Homepage des Kultusministerkonferenzen*. Disponível em: <https://www.kmk.org/themen/deutsches-sprachdiplom-dsd.html>. Acesso em 02.12.2020.
- EBEL R.L.; FRISBIE, D.A. *Essentials of Educational Measurement*. 5ª ed., Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1991. 622 p.
- FINI, M. E. Erros e acertos na elaboração de itens para a prova do Enem. In: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): fundamentação teórico-metodológica*. Brasília, p. 101-106, 2005.
- FLECK, E. Der muttersprachliche Unterricht: Schulrechtliche und schulorganisatorische Rahmenbedingungen. In: *Kroatisches Kultur- und Dokumentationszentrum (hKdc) und Landesschulrat für das Burgenland (Hg.): Der Weg zur Mehrsprachigkeit*. Eisenstadt, 2011.
- FULCHER, Glenn. Assessment Literacy for the Language Classroom. In: *Language Assessment Quarterly*. Vol. 9, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15434303.2011.642041>. Acesso em 08.12.2020
- GRONLUND, N.E. *Measurement and Evaluation in Teaching*. Macmillan, New York, 1985, 530p.
- LICO, A. Ensino do Português como Língua de Herança: Prática e Fundamentos. In: *Revista SIPLE*, N. 2, V.1, 2011.
- MACGREGOR-MENDOZA, P. Spanish as a Heritage Language Assessment: Successes, Failures Lessons Learned. *Heritage Language Journal*, vol. 9 n.1, p.21-26, 2012.
- MELO-PFEIFER, S. Português como Língua de Herança: que português? Que língua? Que herança? *Domínios de Língua@gem | Uberlândia | Vol. 12, n. 2 | abr. – jun. 2018*. DOI: [10.14393/DL34-v12n2a2018-18](https://doi.org/10.14393/DL34-v12n2a2018-18)
- MENDES, E. Vidas em Português: Perspectivas Culturais e Identitárias em Contexto de Português Língua de Herança (PLH). *Platô*. Vol. 1 N.2, p. 20-31, 2012.
- MORONI, A.; GOMES, J. O Português como Língua de Herança hoje e o trabalho da Associação de Pais de Brasileirinhos na Catalunha. *Revista de Estudios Brasileños. Universia*. Universidade de Salamanca, 2015. Disponível em: <https://gredos.usal.es/handle/10366/125677>, Acesso em: 08.12.2020.
- ORTIZ ALVAREZ, M. L. Português Língua de Herança na Perspectiva acadêmica brasileira: In: LIRA C.; AZEVEDO-GOMES, J. O *POLH na Europa Português como Língua de Herança* Vol. II, Suíça, 2020, p. 19 – 36.

PRIMI, R. et al. Competências e habilidades cognitivas: diferentes definições dos mesmos construtos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 17, n. 2, p.151-159, 2001.

QUEVEDO-CAMARGO, G., & SCARAMUCCI, M. V. R. O Conceito de Letramento em Avaliação de Línguas: Origem de Relevância para o Contexto Brasileiro. *Linguagem: Estudos e Pesquisas*, 22(1), 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/lep.v22i1.54474> Acesso em 02.12.2020

RÜDISSER, Julliane de Oliveira. *From “Muttersprachlicher Unterricht” to Heritage Language Education – Challenges and Realities in the Bilingual Education of Spanish and Portuguese Language Minorities in Western Austria*. Dissertação de Mestrado. Universität Innsbruck, Innsbruck, 2016.

SCARAMUCCI, M.V.R. Proficiência em LE. Questões terminológicas e conceituais. *Trab. Ling. Aplic.* Campinas 26 (11-22), 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639310>. Acesso em 08/12/2020.

SCARAMUCCI, M.V.R. Avaliação de leitura em inglês como língua estrangeira e validade de construto. *Calidoscópio*, Vol. 7, n. 1, p. 30-48, 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/4853>. Acesso em: 08.12.2020.

STIGGIS, R. Assessment Letercy. *Phi Delta Kappan*. v72 n7 p534-39, 1991.

STRAUCH, B. *The Primal Teen. What the New Discoveries about the Teenage Brain Tell Us about Our Kids*. New York: Anchor Books, 2003. 256 p.

THORNDIKE, R.L.; HAGEN, E.P. *Measurement and Evaluation in Psychology and Education*. New York: Macmillan, 1986. 544 p.

TUTORIAL

Guia-avaliativo de português como língua adicional para crianças estrangeiras bilíngues

Evellyn GASPARELLO 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Jeniffer Imaregna Alcantara de ALBUQUERQUE 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Luiz Amaral (UMASS)
- Ricardo de Souza (UFMG)
- Thaís Maíra de Sá (CEFET-MG)

AVALIADO POR

- Josiane Marques da Costa (UFLA)
- Denise Weiss (UFJF)

SOBRE OS AUTORES

- Evelyn Gasparello
Escrita – análise e edição.
- Jeniffer Imaregna Alcantara de Albuquerque
Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 15/10/2020
- Aceito: 11/12/2020
- Publicado: 23/12/2020

COMO CITAR

Gasparello, E.; Albuquerque, J. I. A.; (2020). Guia-avaliativo de português como língua adicional para crianças estrangeiras bilíngues. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 950-975, 2020.

RESUMO

Nosso trabalho se insere na esteira de contribuições acerca do crescimento dos fluxos migratórios de estrangeiros no Brasil e seus processos de migração e de aprendizagem do Português Brasileiro como Língua Adicional. Famílias estrangeiras chegam ao Brasil e, além de se adaptarem ao novo contexto social, precisam se estabelecer em vários aspectos, sendo que um deles é a garantia de continuidade da educação de seus filhos. Devido à escassez de materiais didáticos voltados para a avaliação do desenvolvimento linguístico de crianças migrantes bilíngues, o presente trabalho tem como objetivo a apresentação e a descrição do processo de elaboração de um guia-avaliativo para este público. Tal motivação ocorreu após uma entrevista com mães de duas nacionalidades distintas sobre suas considerações em relação ao ingresso de seus filhos em escolas brasileiras. Visando atender o objetivo, baseamos as orientações do guia-avaliativo em materiais de avaliação para o contexto bilíngue. Como próximo passo, nos baseamos no guia elaborado por McLaughlin *et al* (1995) para construir uma versão, em português, das orientações acerca da avaliação de crianças bilíngues. Nesta adaptação, foi considerado o contexto social das instituições brasileiras para que o guia fosse apropriado a esta realidade. Como resultado, foi obtido um guia prático para a avaliação do desenvolvimento linguístico de crianças estrangeiras bilíngues no Brasil. O

guia é composto por cinco etapas a serem seguidas pelos avaliadores das escolas e propõe, ao final, medidas estratégicas que auxiliem no desenvolvimento das línguas, tanto materna quanto adicional, dessas crianças.

ABSTRACT

This work is part of the research agenda on the growth of migratory flows of foreigners in Brazil and their migration and learning processes of Brazilian Portuguese as an Additional Language. Foreign families arrive in Brazil and, in addition to adapting to the new social context, they need to establish themselves in several aspects, one of which is to guarantee the continuity of their children's education. Due to the scarcity of teaching materials to evaluate the linguistic development of bilingual migrant children, the present work aims at presenting and describing the process of an evaluation guide developed for this target audience. The motivation occurred after an interview with three mothers of different countries about their considerations regarding their children's entry into the Brazilian's schools. In order to achieve the objective, we based our tutorial's guidelines in evaluation materials in the bilingual context. Afterwards, we used the guide developed by McLaughlin *et al* (1995) to build up a Portuguese version of the guidelines for the assessment of bilingual children. In this adaptation, the social context of Brazilian institutions was considered, so that the tutorial was appropriate to this reality. As a result, a practical tutorial was obtained to assess the language development of bilingual foreign children in Brazil. The tutorial consists of five steps to be followed by school evaluators and it proposes, at the end, strategic measures to assist in the development of languages, both of the mother tongue and the additional language, for these children.

PALAVRAS-CHAVE

Avaliação. Material didático. Português como Língua Adicional. Crianças bilíngues.

KEYWORDS

Evaluation. Didactic Material. Portuguese as an Additional Language. Bilingual Children.

Introdução

Atualmente, a população brasileira observa a presença de um grande fluxo migratório em todo o seu território. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados¹ (ACNUR, 2016) e de informações do observatório de Migrações, providas por Oliveira (2016), há um maior índice migratório para a região Sul do Brasil, principalmente para as capitais Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. O processo migratório trouxe consigo a necessidade emergencial de se aprender o Português Brasileiro (na modalidade de língua adicional), uma vez que é por meio da língua que o processo de (re)construção identitária e de acessibilidade a bens materiais (materiais de consumo, imóveis e dinheiro) e bens simbólicos (língua, educação e amizades) será realizado (NORTON, 2013). Em um primeiro momento, a procura pelo aprendizado da língua era maior entre a população adulta. No entanto, com o passar do tempo, a emergência de aprendizado do PB aumentou entre a comunidade de filhos dos migrantes, crianças na faixa etária de 5 a 16 anos. Frente a essa nova demanda, a rede pública de ensino passou a acolher essas crianças no sistema educacional brasileiro. No entanto, as instituições de ensino não estavam adaptadas para que se pensasse em um processo de aprendizado do PB como língua materna (para as crianças brasileiras) e, ao mesmo tempo, para falantes de outras línguas (para crianças migrantes providas, principalmente, do Haiti, Síria e Venezuela). Assim, na tentativa de entender um pouco mais sobre a inserção dessa comunidade no ensino regular, este artigo se debruça sobre a análise das adaptações que passam a ser feitas no processo avaliativo do Português para Falantes de Outras Línguas² (PFOL).

Para tanto, o presente trabalho possui como objetivo a apresentação e a descrição do processo de elaboração de um guia-avaliativo para crianças migrantes que ingressam no ensino público brasileiro. Chamamos a atenção para o fato de que, como será descrito posteriormente na seção de metodologia, a aplicação e a avaliação do guia elaborado não foram possíveis devido à pandemia da COVID-19. Nesse sentido, este trabalho tem como foco as etapas de elaboração do instrumento, não se caracterizando como uma análise de um instrumento avaliativo previamente organizado e aplicado.

Entre as motivações para a reflexão e elaboração de um guia-norteador, se encontram: 1) escassez de materiais que reflitam sobre o processo avaliativo para crianças bilíngues no Brasil; 2) o contato com mães de alunos estrangeiros, sendo essas também estrangeiras (provindas da Venezuela e Síria) e suas impressões e dúvidas sobre o funcionamento do ensino público no Brasil. Em relação ao segundo aspecto, uma inspeção mais próxima da realidade do ensino para crianças bilíngues foi feita após uma entrevista

¹ De acordo com Gabriel e Albuquerque (2020, no prelo): “os últimos dados fornecidos pelo CONARE (2018) mostram que no ano de 2018 o Brasil recebeu, aproximadamente, 80 mil solicitações de refúgio, sendo 61.681 apenas de comunidades venezuelanas. Após os solicitantes da Venezuela, se encontram os haitianos, com 7 mil solicitações”.

² Utilizamos o termo Português para Falantes de Outras Línguas como intercambiável a outros termos, como Português como Língua Adicional por entendermos que a criança bilíngue possui mais de uma língua disponível em seu sistema linguístico para se comunicar e que esta pode ser ativada conforme as funções comunicativas e contextos de uso apresentados. Não se trata de uma língua estrangeira à criança, que não a pertence.

com três mães sobre suas experiências em relação à inclusão dos seus filhos no sistema educacional brasileiro. Entre os diversos relatos sobre seus filhos na escola, um caso específico nos chamou a atenção. Uma das mães, por recomendação da escola, foi orientada a levar seu filho a médicos e psicólogos para descobrir o motivo do comportamento inadequado da criança no ambiente escolar. O diagnóstico para tal comportamento foi o de que a criança não conseguia se expressar, tanto verbal quanto não verbalmente, sobre suas vontades em um ambiente no qual nenhum adulto conhecia sua língua materna. Esse relato nos motivou a criar esse guia voltado aos profissionais do setor educacional (professores e gestores das escolas que atuam diretamente com essa comunidade crianças migrantes), de modo a auxiliá-los com instrumentos avaliativos acessíveis. Os instrumentos têm como objetivo direcionar o olhar dos profissionais para o desenvolvimento linguístico desses alunos, os quais já iniciaram seu processo de educação formal em sua língua materna.

No que diz respeito às características do guia-avaliativo, definimos este como um instrumento de avaliação diagnóstica (RETORTA; MAROCHI, 2018), pois tais avaliações permitem evidenciar problemas de aprendizagem, apontar para competências linguístico-culturais que não foram desenvolvidas e, ainda, reforçar conteúdos de aprendizagem que não foram assimilados pelo aluno. O guia também foi baseado no artigo “*Assessing Language Development in Bilingual Preschool Children*”, de McLaughlin *et al* (1995). O método desenvolvido neste artigo foi de grande relevância para a construção do nosso guia, uma vez que muitas das etapas presentes nas orientações, bem como os materiais no apêndice³, foram traduzidos e adaptados a partir do método proposto pelos autores.

Uma vez que o objetivo maior desta discussão é a apresentação e descrição do processo de elaboração de um guia-avaliativo, este artigo se organiza de modo distinto da maioria (os quais são geralmente compostos por uma robusta seção de fundamentação teórica, seguida de metodologia e resultados). Entendemos que os resultados do nosso estudo (a elaboração de um guia-avaliativo para crianças migrantes) também são compostos de fundamentação teórica. Assim, propomos que a seção de resultados, na qual apresentamos o guia-avaliativo em si, também traga as bases teóricas, uma vez que compreendemos o guia-avaliativo como uma ferramenta de exercício da práxis do professor em formação continuada. Para tanto, organizamos o trabalho de forma a apresentar, na seção de Fundo Teórico, as origens do Programa de Extensão de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) e alguns conceitos importantes sobre avaliação e ensino bilíngue. Após, passamos a explanar sobre a metodologia e resultados (a descrição do guia em si). Por fim, elaboramos algumas considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

1. Seção de fundo teórico

³ Os apêndices podem ser consultados através do seguinte endereço: https://drive.google.com/file/d/IRIZdvVZnpjgUXaV5xogX8xgt_TKh-V/view?usp=sharing

Esta seção está organizada de modo que, primeiro, descrevemos a origem e o trabalho do Programa de PFOL da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba (UTFPR-CT), dentro do qual se originou a proposta do guia-avaliativo. Posteriormente, discorremos sobre algumas teorias acerca do conceito de avaliação dentro do ensino bilíngue.

O PFOL da UTFPR-CT iniciou as suas atividades em 2001, em virtude da necessidade da própria instituição em receber estudantes intercambistas (CORDEIRO; BALDIN, 2017). A oferta de cursos e atividades de PFOL é ampliada em 2018 com a entrada de professoras no Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas, do Campus Curitiba (DALEM-CT) com interesse nessa área. Em 2012, o ingresso de outras professoras, cujo trabalho tem relação com o PFOL, fortaleceu a área com atividades, tanto sobre formação de professores quanto aulas de português a estrangeiros. Ao mesmo tempo, a cidade de Curitiba e região metropolitana começaram a receber um grande contingente populacional de estrangeiros. Com isso, a procura por cursos de PFOL aumentou proporcionalmente. Assim, o Programa de Extensão em PFOL na UTFPR-CT assumiu uma nova configuração, oferecendo novas turmas, para atender as diferentes necessidades dos alunos estrangeiros e também atividades de formação para licenciandos em Letras, interessados em português para estrangeiros e seu ensino.

Enfatizamos que o Programa de Extensão contempla os eixos estabelecidos por Nogueira (2001) para a Extensão Universitária, a saber: indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão; questões relacionadas ao impacto social; estabelecimento de uma relação dialógica com a sociedade; e interdisciplinaridade. A participação de alunos dos cursos de Letras Português-Inglês e, mais recentemente, de Letras-Inglês da UTFPR-CT tem sido crescente. Esses acadêmicos integram o Grupo de Pesquisas de Português para Falantes de Outras Línguas (GPPFOL), no qual são feitas leituras, análises e discussões de textos teórico-metodológicos relacionados à formação e à prática docente. Além disso, os alunos dos cursos de Letras-Inglês atuam como monitores nos cursos de PFOL, realizando observações e auxiliando nas aulas que são ministradas pelas professoras regentes. Após orientações e planejamentos, os universitários ministram algumas aulas e auxiliam na preparação de materiais, sempre sob a supervisão dos docentes do GPPFOL.

Ressaltamos, conforme mencionamos anteriormente, a forte relação estabelecida entre o Programa de Extensão PFOL e três disciplinas regulares do Curso de Letras-Inglês da UTFPR: Ensino de PFOL 1 (código CL75E), Ensino de PFOL 2 (código CL76E) e Grupo de Pesquisa de PFOL (CL7AD). Em todas as disciplinas, temos, semestralmente, mais de 60 alunos da graduação de Letras-Inglês atuando diretamente no Programa de Extensão do PFOL. O trabalho desenvolvido nas três disciplinas implica o envolvimento dos acadêmicos em diversas ações, especialmente na produção de materiais didáticos para alunos estrangeiros. Para exemplificar tal dinâmica, chamamos especial atenção para 10 projetos de Recursos Educacionais Abertos (REAs), desenvolvidos na disciplina GPPFOL, em sua edição de 2019/2. Dentre esses, destacamos o que trazemos aqui hoje para discussão: a proposta de um guia-avaliativo para crianças estrangeiras bilíngues na pré-escola como um REA.

Apesar de a área de PFOL existir de modo mais consistente desde a década de 80 e o mercado editorial dispor de alguns livros didáticos de qualidade, há a carência de materiais didáticos acessíveis ao público atendido pela UTFPR (em sua maioria, migrantes em vulnerabilidade social, adultos e crianças) e que atendam às necessidades específicas do corpo discente acima mencionado (materiais que introduzem os migrantes ao português e suas aplicações no dia a dia: obter um emprego, realizar tarefas diárias do cotidiano, ser reinserido no ambiente escolar regular). Essa dificuldade – ou mesmo impossibilidade – de acesso aos livros didáticos e materiais avaliativos que olhem para um processo de educação bilíngue advém de uma motivação teórico-prática. Um ponto é a inexistência de materiais que contemplem o uso de textos e situações que tenham como orientação a vida no lugar onde se usa a língua-alvo, ou seja, os materiais disponíveis no mercado editorial (em mais alta circulação) não tendem a contemplar a relação entre ensino/aprendizagem em imersão, resultando em materiais demasiado simples e focados basicamente em aspectos estruturais da língua. Outro ponto que merece destaque é o preço dos livros, o que resulta em um valor altíssimo para grande parte dos estrangeiros atendidos. Dado os dois aspectos acima mencionados, temos nos dedicado, enquanto Grupo de Pesquisa, à produção de REAs para o contexto de PFOL, a exemplo do guia-avaliativo que trazemos aqui.

O guia foi baseado no conceito de REA defendido por Leffa (2016), o qual caracteriza tais recursos como materiais “abertos para acesso” e “à mudança”, ou seja, materiais acessíveis e que podem ser adaptados de forma gratuita. O nosso guia, enquanto REA, apresenta a possibilidade de ser utilizado e adaptado aos diferentes contextos das escolas brasileiras.

Além da noção de REA, nos pautamos nas necessidades específicas de ensino-aprendizagem de crianças bilíngues e, conseqüentemente, nas particularidades do processo avaliativo para esse público. Dentre as diversas definições do sujeito bilíngue, atribuímos a palavra bilíngue às crianças que na fase de aquisição linguística desenvolvem, consecutivamente, uma língua adicional ainda na infância, ou seja, estas desenvolvem a língua adicional mesmo que já tenham consolidado algumas estruturas linguísticas na sua língua materna. Assim, é importante estabelecer que essas crianças, ao serem expostas à língua adicional, não se resumem a uma tábula rasa e, sim, a um indivíduo dotado de conhecimento prévio, de diversas funções linguístico-cognitivas na sua língua materna. Portanto, a diferença na avaliação da criança bilíngue está em qualificar tais funções e como essas podem ser melhor exploradas no desenvolvimento linguístico do novo idioma, nesse caso, o Português Brasileiro.

A partir do entendimento de aprendiz bilíngue, apontamos que os processos avaliativos precisam levar em consideração um aspecto chave. Em geral, as crianças migrantes que chegam ao Brasil em idade escolar já passaram por algum sistema educacional em seu país de origem e os conhecimentos adquiridos previamente devem ser levados em consideração na reinserção dos alunos no sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, para além da avaliação de produto, a qual é tradicionalmente aplicada no contexto do ensino regular, há a necessidade de se olhar, prioritariamente, para o processo de desenvolvimento linguístico dos aprendizes, para uma avaliação de processo. Pensando em uma complementaridade dos processos de avaliação de produto e processo, Retorta e Marochi (2018) destacam a importância da realização de uma avaliação diagnóstica, pois nela podem ser identificados pontos

fortes e fracos da criança avaliada em relação à linguagem, bem como são identificados quais elementos precisam ser reforçados após a avaliação. Além desses aspectos, as autoras discutem que, por meio das avaliações diagnósticas, seria possível ainda “verificar” a presença ou ausência de requisitos para novas aprendizagens” (HAYDT, 2002 apud RETORTA; MAROCHI, 2018).

Com proposta similar, esta avaliação permite analisar dentre as competências linguísticas quais o aluno já consolidou, quais está desenvolvendo e quais necessitam desenvolvimento. Contudo, o guia se difere da maioria das avaliações diagnósticas uma vez que estas são aplicadas somente no início do ano letivo. Propomos um processo no qual, ao final da avaliação, sejam elaboradas propostas para suprir as demandas do aluno e, logo em seguida, se reinicie o processo avaliativo novamente. Além disso, de acordo com as autoras, estes testes podem ser elaborados pelo professor e podem ser aplicados para mais de uma turma ou, até mesmo, em uma escala maior. Os resultados, como já mencionado, contribuem para a análise de problemas de aprendizagem podendo indicar competências que não foram desenvolvidas adequadamente ao longo dos anos escolares, bem como apontam conteúdos que não foram assimilados pelo aluno (RETORTA; MAROCHI, 2018).

Procurando não só analisar implicações teóricas, mas também de ordem prática, da inserção de crianças migrantes no sistema educacional brasileiro, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com mães, de diferentes nacionalidades (alunas dos cursos de PFOL da UTFPR). Tal entrevista nos alerta para a importância de realização de testes de entrada na escola que operem com diferentes faixas etárias, saberes e competências linguísticas desenvolvidas. Entre os relatos, uma das mães expôs que quando realizou a transferência de sua filha de oito anos de idade para o sistema educacional brasileiro, o critério de adequação da filha aos anos escolares previamente cursados foi estabelecido apenas de acordo com a sua faixa etária e não com o seu nível de conhecimento. A mãe descreveu que a filha frequentava escolas particulares no país de origem e, que quando iniciou seus estudos no Brasil, a filha se destacou como uma das melhores alunas da sala em uma escola pública brasileira, conquistando o primeiro lugar em um concurso de língua portuguesa disputada entre alunos de seu ano e do ano posterior ao dela. Desta forma, a mãe tentou realizar a transferência da filha para o ano escolar seguinte, contudo, a mesma não foi possível. Este relato demonstra a importância de avaliações diagnósticas como um dos instrumentos de adequação dos alunos estrangeiros quando inseridos no sistema educacional brasileiro.

Diante do cenário exposto até o momento, apontamos a importância de entender o desenvolvimento linguístico das crianças migrantes como um processo e a necessidade de serem criados elementos avaliativos adequados. McLaughlin *et al* (1995) desenvolveu em seu artigo “*Assessing Language Development in Bilingual Preschool Children*” um método de avaliação do desenvolvimento linguístico de crianças bilíngues na pré-escola. Os autores, além de apresentarem um planejamento sobre o desenvolvimento da linguagem em crianças bilíngues, elaboram um método avaliativo para suprir a demanda de uma avaliação que considere o contexto de crianças bilíngues (espanhol como língua materna e inglês como língua adicional).

Contudo, apesar de existirem propostas como a de McLaughlin *et al.* (1995), essa ainda se encontra intimamente relacionada com um processo de organização de currículo educacional que se foca

no eixo Norte-Norte, ao invés de Sul-Sul. Neste paradigma, procuramos entender a inserção das crianças migrantes nos valores e estrutura organizacional de povos colonizados, como é o caso da sociedade brasileira. Embora não tenham sido encontradas pesquisas que procurem pensar, mais especificamente, sobre os processos avaliativos para crianças migrantes no Brasil, elencamos aqui duas contribuições que oferecem importantes considerações sobre as relações entre professor e aluno e acerca dos processos de formação continuada com docentes da escola pública.

Russo, Mendes e Borri-Anadon (2020) realizaram uma pesquisa de natureza qualitativa sobre as considerações de docentes (dez professores de ensino Fundamental I de uma escola municipal de Duque de Caxias - Rio de Janeiro), a respeito de processos de migração e/ou refúgio na escola pública. Entre os resultados, as pesquisadoras encontraram que a chegada das crianças migrantes promoveu uma série de reflexões sobre questões com as quais a escola já lidava, como ponderações sobre diferenças e discriminação. Os professores relataram, também, a preocupação com o desenvolvimento das crianças migrantes, uma vez que os processos avaliativos se voltam para o público brasileiro, levando em consideração aspectos linguístico-culturais que as crianças migrantes ainda estão adquirindo. Nesta esteira argumentativa, apontamos a importância de o professor ter um olhar para o PB como língua adicional.

Além do estudo supracitado, apontamos alguns dos resultados de um projeto de extensão criado entre a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e membros da comunidade escolar do município de São José dos Pinhais. Embora não tenha sido publicada em forma de pesquisa, descrevemos a proposta elaborada pelos dois órgãos, desenvolvida em 2018-2019. O projeto de extensão se inseriu no contexto da sociedade atual, com um número expressivo de fluxos migratórios e possibilitou a potencialização de atitudes colaborativas, por meio de um pensamento coletivo para a superação dos interesses individuais em busca do bem-estar coletivo. Conforme mencionamos na introdução deste artigo, dados de pesquisas como as realizadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (AC-NUR, 2016) revelam o aumento no número de migrantes refugiados e com visto de auxílio humanitário que têm chegado ao Brasil, devido a guerras civis e desastres naturais. Nesse contexto, políticas de acolhimento (CABETE, 2010; GROSSO, 2010) que procuram olhar para as necessidades desses migrantes, para as convenções sociais que eles precisam dominar em seu novo contexto de vida, bem como para o auxílio na obtenção de bens materiais e simbólicos (NORTON, 2013) se fazem necessárias. Entre os objetivos do projeto de extensão se encontravam a promoção de ações para a formação em serviço do professor que atua na Educação Básica e que possuía ou poderia acolher futuramente alunos advindos dos processos migratórios existentes no atual contexto social brasileiro. Além disso, o projeto procurou contemplar algumas ações com crianças migrantes nas salas de aula de Educação Básica do município de São José dos Pinhais e, eventualmente, suas famílias. Entre os resultados das ações, os envolvidos com o projeto perceberam a necessidade de discussões mais pontuais, com os docentes, entre as diferenças de ensino de português-língua materna e português-língua adicional. Além disso, ao desenvolver rodas de conversas com os alunos e suas famílias, foi observada a importância do entorno na adaptação das crianças e da necessidade de apoio aos docentes em seu processo de formação continuada, para que todos os envolvidos percebam e

busquem entender os seus papéis diante desse contexto, e que busquem o seu aprimoramento profissional por meio de ações colaborativas.

Ambas as contribuições, de Russo, Mendes e Borri-Anadon (2020) e do projeto de extensão desenvolvido entre a UTFPR-CT e a prefeitura de São José dos Pinhais, mostram a frágil realidade de formação de professores da rede pública e a falta de recursos (materiais e simbólicos) no processo de acolhimento escolar e desenvolvimento de competências linguístico-culturais de crianças migrantes. É nessa esteira que pesquisas como as realizadas dentro do GPPFOL da UTFPR e em outros núcleos de ensino-pesquisa-extensão podem auxiliar na criação de ferramentas teórico-práticas para a avaliação das crianças e acompanhamento dos profissionais da educação básica.

Esperamos que esta seção tenha dado a conhecer o processo de surgimento e elaboração dos REAs dentro do Grupo de Pesquisa em PFOL da UTFPR-CT e os importantes conceitos que constituem o nosso REA. Além disso, procuramos pontuar algumas das contribuições acerca da inserção de crianças migrantes no contexto educacional brasileiro, demonstrando a falta de pesquisas que se proponham a pensar em uma avaliação mais especializada e integradora para este público. Passamos, então, para a descrição de alguns dos procedimentos metodológicos utilizados na elaboração do guia-avaliativo.

2. Metodologia

Seguindo algumas das considerações elencadas na introdução deste trabalho, iniciamos a seção de metodologia enfatizando que a proposta discutida por este artigo foca na apresentação e descrição de possíveis etapas para elaboração de uma avaliação, de um guia-avaliativo, e não em uma avaliação que foi anteriormente organizada e aplicada.

O guia-avaliativo foi desenvolvido para a avaliação do amadurecimento linguístico de crianças de 4 a 6 anos de idade e esta avaliação foi construída pela forma como essas crianças utilizam a linguagem em diversas situações, considerando principalmente os fatores gramaticais, de pronúncia e de vocabulário. É válido destacar ainda que esta avaliação é focada no processo de desenvolvimento da língua materna e também da língua adicional, o que significa que este instrumento não considera apenas fatores quantitativos como a atribuição de notas aos alunos e sim aspectos majoritariamente qualitativos, levando em consideração o desenvolvimento linguístico enquanto processo e não apenas produto.

Destacamos ainda que nos referimos a esse material como guia-avaliativo pelo fato de que sua proposta é modificável e não pretende ser finita, i.e., ressaltamos que é possível e importante a realização de adaptações no processo avaliativo de acordo com o contexto e que não há um número fixo de avaliações a serem administradas.

A proposta de avaliação aqui disposta é composta por cinco etapas, as quais advogamos serem necessárias para uma avaliação holística das habilidades linguísticas desenvolvidas pela criança, a saber:

- I. A primeira etapa diz respeito a aspectos da organização de todo o processo avaliativo. Nela, a equipe pedagógica e o avaliador estruturam como a avaliação será feita.
- II. Na segunda etapa, há a coleta de informações, assim, o avaliador irá observar a criança e tomar notas sobre como a mesma utiliza a linguagem durante um período de tempo.
- III. Após o período de observações, seguimos com a terceira etapa, na qual todas as anotações serão anexadas ao portfólio da criança e este, por conter os dados da criança, será essencial para a criação do parecer necessário nas próximas etapas.
- IV. Na quarta etapa, a equipe pedagógica, o avaliador e os pais e/ou responsáveis se reúnem para compartilhar as informações obtidas até o momento.
- V. Na quinta e última etapa, a equipe pedagógica e o avaliador elaboram uma estratégia educacional para fortalecer o desenvolvimento linguístico da criança.

Nenhuma das etapas possui um período de tempo determinado para a sua execução, porém, estima-se em torno de seis meses de coleta de informações no portfólio da criança para que, então, inicie-se a elaboração da primeira estratégia educacional. Essas estratégias visam a elaboração de um plano com atividades adequadas que auxiliem o desenvolvimento da criança. Ao finalizar cada uma das etapas, o avaliador deve recomeçar o processo de avaliação levando em consideração a estratégia adotada.

Conferimos a denominação de *avaliador* à pessoa que irá realizar as etapas. Como as etapas envolvem a observação do aluno em contexto de sala de aula, consideramos que o avaliador pode ser o professor regente, o auxiliar da turma, ou qualquer outro profissional da educação, como pedagogos e psicólogos, que possam desempenhar tal função. As orientações presentes nas etapas deste guia são direcionadas aos avaliadores, por isso, a linguagem adotada durante as etapas foi adequada a esse público (nos dirigimos, portanto, na seção 4 ao avaliador como "você"). Ressaltamos ainda que, por essa avaliação decorrer de um processo avaliativo, o *avaliador* deve repassar o portfólio sobre o desenvolvimento do seu aluno caso ocorra a mudança de avaliador. Essa troca de informações entre avaliadores deve ocorrer de forma que outro avaliador possa dar continuidade a essa avaliação nos meses ou anos subsequentes.

Esse guia, embora tenha como público-alvo os professores (os quais chamamos de avaliadores), ainda abrange a participação e colaboração de pais e responsáveis durante o processo. Essa

colaboração poderá ocorrer por meio de reuniões ou conversas informais e servirá aos avaliadores como uma ferramenta para compreender melhor o desenvolvimento dos alunos.

3. Resultados

Conforme mencionamos anteriormente, a seção de resultados possui um formato bastante robusto, pois traz o guia-avaliativo como um REA a ser aplicado no contexto de ensino regular de crianças migrantes bilíngues no Brasil. Cada subseção descreve e aponta procedimentos avaliativos importantes para o avaliador. Chamamos a atenção para o fato de que, como o guia foi pensado em ser lido diretamente pelo avaliador (ou comissão avaliadora responsável pelo processo de ensino-aprendizagem da criança migrante na escola), passamos a usar uma voz discursiva mais próxima, chamando-o de “você”.

3.1 Primeira etapa: planejando a avaliação

Começaremos pela primeira etapa, na qual ocorre o planejamento de todo o processo da avaliação. Aqui, você irá se reunir com a equipe pedagógica e, juntos, irão organizar de que maneira a avaliação acontecerá.

Por onde começar?

Ressaltamos que ao avaliar os alunos estrangeiros deve-se levar em consideração as experiências que esses têm em sua língua materna e adicional. O aluno estrangeiro possui um conhecimento prévio derivado da sua cultura e vivência linguística, mas tais aspectos muitas vezes são desconsiderados unicamente porque o aluno não possui o código linguístico da língua-alvo (neste caso, o PB). Contudo, não dispor do domínio da língua adicional não significa que o aluno estrangeiro não possa ser avaliado, mas sim que esta avaliação deve seguir um formato que priorize o desenvolvimento contínuo da língua adicional em relação a sua língua materna.

Um dos primeiros passos ao avaliar crianças é querer obter resultados condensados, ou seja, um produto que é resultado de diversas atividades reunidas. Como forma de alerta, para que se evite o acúmulo de atividades que buscam um produto relativamente homogêneo de todos os alunos da turma, este guia contém algumas recomendações de como e quando essa avaliação pode ser realizada. Por meio da Figura 1, selecionamos os principais pontos que devem ser definidos na primeira etapa do processo avaliativo.

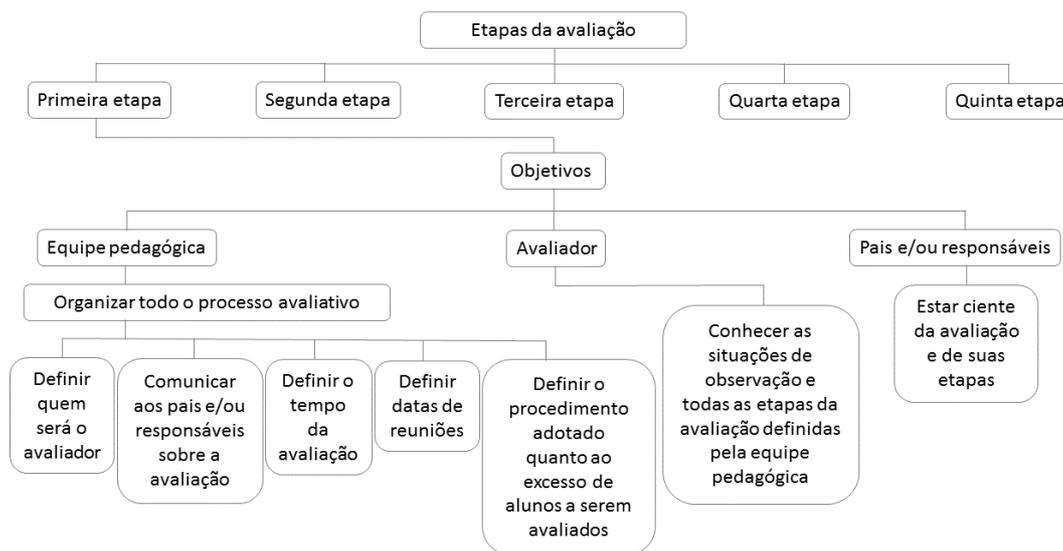


FIGURA 1- Primeira etapa
 Fonte: as autoras (2020).

- Equipe pedagógica

Para o avaliador existem limitações quanto a alguns aspectos administrativos sobre os alunos e sobre a escola. Por isso, nesta avaliação se faz necessário a incorporação da equipe pedagógica no processo como um todo. A principal função da equipe pedagógica é não só a de organizar o processo avaliativo e auxiliá-lo como avaliador, bem como a de auxiliar os pais e/ou responsáveis em relação a possíveis dúvidas quanto ao processo. Então, ao final dessa primeira etapa, a equipe pedagógica deve ter o conhecimento de todas as etapas seguintes e também sobre como estas etapas serão aplicadas e/ou adequadas ao contexto da escola.

A equipe pedagógica é responsável por comunicar pais e/ou responsáveis sobre a avaliação e sanar eventuais dúvidas destes. Esta também definirá datas para as reuniões tanto com os avaliadores, quanto com os pais e/ou responsáveis, uma vez que essas reuniões são imprescindíveis nas etapas quatro e cinco. Definindo as datas dessas reuniões, a equipe pedagógica logo determinará o tempo de avaliação para cada etapa. Em relação a este último, recomendamos que sejam seis meses de observação (ou um tempo entre um ciclo de atividades e outro) e recolhimento do material para o portfólio antes da quarta etapa.

Existem mais de dois alunos para serem avaliados em uma turma, o que fazer?

Em casos excepcionais de turmas com grande número de alunos estrangeiros para serem avaliados, a recomendação é que seja definido um formato de avaliação que atenda todas as crianças e

não sobrecarregue o avaliador. Para esses casos, nossa sugestão é de que sejam selecionadas de duas a três crianças na semana para a observação, isso possibilitará a avaliação de todas essas crianças em diversos contextos ao longo do ano.

- Avaliador

Uma vez que este guia possui uma orientação que procura ser holística, você deve sempre se comunicar com a equipe pedagógica sobre as direções tomadas para a avaliação. Em vista disso, os avaliadores precisam estar cientes de sua função, das etapas do processo e de como analisar cada aluno nos casos onde existe mais de um aluno a ser avaliado.

Nesta etapa, você irá se preparar para a etapa seguinte da avaliação, na qual são feitas algumas observações sobre como a criança utiliza a língua. Portanto, é necessário que sejam observados o uso da linguagem, não apenas da língua materna, mas também da língua adicional do aluno em diversos contextos. Esses contextos de observação dizem respeito a situações vivenciadas pelas crianças na escola, portanto você poderá analisar o uso da linguagem da criança para:

- i. expressar sentimentos;
- ii. expressar ideias;
- iii. pedir ajuda;
- iv. questionar;
- v. descrever;
- vi. resolver um problema;
- vii. engajar-se em brincadeiras de faz de conta;
- viii. e, do uso pessoal da língua.

É importante que você, como avaliador, tenha em mente essas situações de comunicação para percebê-las quando a criança propicia esses momentos de uso da linguagem. Para isso, logo abaixo, o avaliador pode utilizar o material de auxílio sobre as situações de observações que contém sugestões sobre quando estas podem ocorrer (ver Tabela 1).

Vale lembrar que essas situações na qual a criança usa a linguagem podem acontecer a qualquer momento, sendo assim, é preciso estar sempre atento.

Situações para a observação das crianças	
1-Expressar sentimentos <ul style="list-style-type: none"> ✓ Expressar raiva ✓ Expressar alegria ✓ Expressar arrependimento 	2-Expressar ideias <ul style="list-style-type: none"> ✓ Sobre como fazer tarefas ✓ Sobre a natureza ✓ Sobre a utilização de objetos, brinquedos e ferramentas
3-Para pedir ajuda <ul style="list-style-type: none"> ✓ Quando machucado ✓ Quando tentando resolver um problema ✓ Quando trabalhando em um projeto escolar 	4- Questionar <ul style="list-style-type: none"> ✓ o nome das coisas ✓ como algo funciona ✓ os porquês das coisas
5-Descrever <ul style="list-style-type: none"> ✓ Quando relata uma história autêntica ✓ Quando relata experiências passadas ✓ Quando reconta algo já mencionado ✓ Quando descreve uma imagem ou foto 	6-Resolver um problema <ul style="list-style-type: none"> ✓ com outra criança ✓ que ocorreu durante uma tarefa ✓ que ocorreu durante uma brincadeira
7-Engajar-se em brincadeiras de faz de conta <ul style="list-style-type: none"> ✓ Quando reveza papéis na brincadeira ✓ Quando mantém o papel na brincadeira 	8-Use pessoal da língua <ul style="list-style-type: none"> ✓ Para rimas ✓ Para cantar ✓ Para trava-línguas

TABELA 1 - Situações para a observação das crianças
 Fonte: adaptado de McLaughlin et al (1995).

Essas são algumas das sugestões em que podem ser observadas o uso da linguagem. Para tanto, o avaliador, ao longo da primeira etapa, deve estar familiarizado com essas situações.

- Pais e responsáveis

Ressaltamos que os pais e/ou responsáveis também devem estar cientes de como ocorre esta avaliação pois a família desempenha papel importante neste processo. Sempre é válido questionar familiares sobre características pessoais da criança avaliada (tímida, extrovertida, curiosa) e como ela se comunica em casa durante o começo ou ao final da aula. Essas pequenas considerações dos pais podem servir como base para mais a frente, a criação de uma estratégia educacional.

Como dito anteriormente, a segunda etapa do processo é a coleta de informações sobre o desenvolvimento linguístico dos alunos na prática. Ao final dessa primeira etapa, todos os envolvidos, equipe pedagógica, avaliador e pais e/ou responsáveis, devem concluí-la com todos os aspectos devidamente estabelecidos.

- Perguntas a serem respondidas ao final da etapa:**
- Você reconhece o seu papel dentro desta etapa?
 - Você sabe quem é o avaliador e qual o tempo de avaliação?
 - Você tem conhecimento e está de acordo com as datas definidas para as reuniões?

3.2 Segunda etapa: Coleta de informações

Após as definições estabelecidas na etapa anterior, iniciamos agora a segunda etapa, a qual consiste na coleta de informações sobre o desenvolvimento linguístico da criança avaliada.

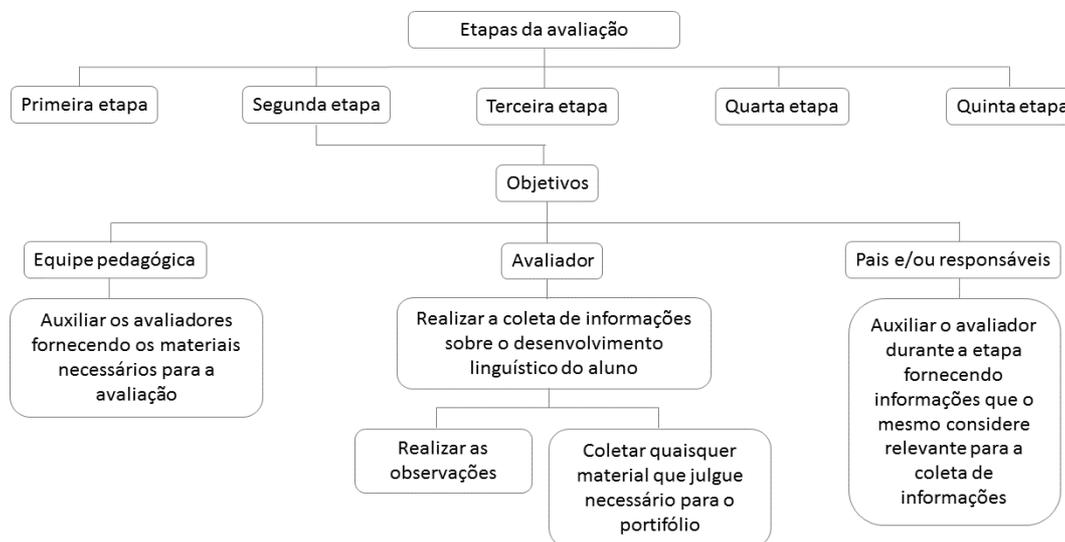


FIGURA 2- Segunda etapa
Fonte: as autoras (2020).

Aqui, realizamos a coleta de informações linguísticas do aluno e, para isso, você deve realizar as observações baseando-se nas situações de comunicação apresentadas na Tabela 1. Uma vez que você perceba alguma situação comunicativa sendo anunciada pelo aluno avaliado é preciso anotá-la

explicitando como esta situação comunicativa ocorreu. As situações apresentadas neste guia são algumas opções, porém ao longo da rotina de sala de aula podem surgir outras que não foram previstas neste guia.

Como forma de não confundir ou esquecer essas anotações, sugerimos que essas sejam feitas a partir de notas no celular ou, até mesmo, de *post-its*. A princípio, essas anotações não precisam ser extensas, mas advertimos que o uso de palavras-chave pode dificultar a leitura e, assim, o trabalho seria dobrado ao repassar essas anotações para um modelo formal.

Em um segundo momento, você irá transferir essas anotações referentes ao aluno para um modelo formal, o qual será usado como material para as próximas etapas. Na Figura 3, expomos um exemplo do modelo formal das anotações:

() verbaliza na língua materna
 () verbaliza em português
 () utiliza expressões faciais
 gesticula
outro: Não verbalizou

Contexto:
Diego estava fazendo uma atividade de colagem.

Observação:
Ao precisar de cola, Diego foi até a professora e apontou para o objeto na prateleira. O aluno demonstrava timidez ao verbalizar na frente da professora.

FIGURA 3 – Exemplo de anotação das observações
 Fonte: adaptado de McLaughlin et al (1995).

Neste modelo, se faz necessário que seja identificado o modo como a criança realiza a comunicação e, para isso, seguem algumas exemplificações: verbaliza na língua materna, verbaliza em português, gesticula, assente com a cabeça, utiliza linguagem corporal (como expressões faciais), entre outros. A seguir, você irá preencher o contexto no qual o aluno realizou a comunicação. Este se encontra relacionado com as situações que o aluno está envolvido quando utiliza a língua, como por exemplo, brincando com os colegas, fazendo uma atividade, pedindo ajuda, entre outros. Por fim, é feita a escrita de suas considerações sobre a observação em si.

Pensando em contribuir com a avaliação, disponibilizamos um modelo de coleta dessas informações ao final do guia (ver Apêndice A), que deve ser preenchido com as anotações em relação

tanto a língua materna da criança, quanto do português. Você pode repassar suas anotações para o modelo formal ao final da aula, da semana ou, ao final da etapa, como preferir.

Mas, para que esse modelo formal das observações serve?

Adiantamos que as anotações no modelo formal são imprescindíveis na avaliação pois é um material que será usado nas outras etapas. Este modelo será apresentado à equipe pedagógica e aos pais e/ou responsáveis como uma comprovação de que a segunda etapa da avaliação foi realizada. Ao final deste guia, também veremos que este material poderá ser usado por outros profissionais e avaliadores para averiguar o desenvolvimento do aluno e dar continuidade ao processo avaliativo.

A coleta de informações abrange somente o material coletado das observações?

Não, veremos adiante que anexado às observações é facultada a opção de serem acrescentados desenhos, atividades e até mesmo vídeos que a criança produziu durante o período de observações. Qualquer material que demonstre o desenvolvimento linguístico do aluno é válido.

Meu aluno não fala, o que eu faço?

Um dos problemas dessa etapa, apontado por McLaughlin *et al* (1995), é ignorar as crianças que permanecem quietas na maioria dos momentos de avaliação. Todavia, o avaliador deve considerar o fato de que algumas crianças podem não verbalizar durante o período de observações, apresentando o que os autores denominam de “período de não verbalização”. Se o aluno se encontra em um período de não verbalização é difícil que você consiga realizar a coleta das informações. Nesses casos, onde há limitações acerca das situações em que o aluno utiliza a língua, é necessário que você, como avaliador, propicie situações nas quais o aluno se sinta incentivado a usar a linguagem, como por exemplo, promover com que a criança faça relatos, conte histórias, participe de jogos, entre outros. Não obstante, a família pode ser outra fonte de informação nesses casos e conhecer aspectos pessoais de como a criança se comunica em casa pode ajudar na forma que o avaliador realizará as primeiras estratégias educacionais.

Os outros integrantes participam desta fase?

Sim, a equipe pedagógica e pais e/ou responsáveis são incumbidos na tarefa de auxiliar você da melhor maneira possível. À equipe pedagógica cabe prover os materiais necessários para a avaliação, como itens de papelaria, livros de história infantil, entre outros. Por outro lado, os pais e/ou responsáveis podem fornecer retornos e explicações sobre o desenvolvimento linguístico de seus filhos em casa, durante a entrada e saída da escola.

A conclusão desta etapa é dada somente após o tempo pré-determinado para a coleta de informações. Na próxima etapa, iremos reunir e analisar todos estes dados coletados.

- Perguntas a serem respondidas ao final da etapa:**
- As observações foram realizadas? Até mesmo nos casos dos alunos que são quietos?
 - As observações foram redigidas para o modelo formal?
 - Os prazos de observação estipulados foram cumpridos?

3.3 Terceira etapa: Portfólio

Após a coleta de informações, ou seja, da escrita das observações em um modelo formal, agora criamos um portfólio individual de cada aluno reunindo todos os seus materiais produzidos durante o período de coleta de informações.

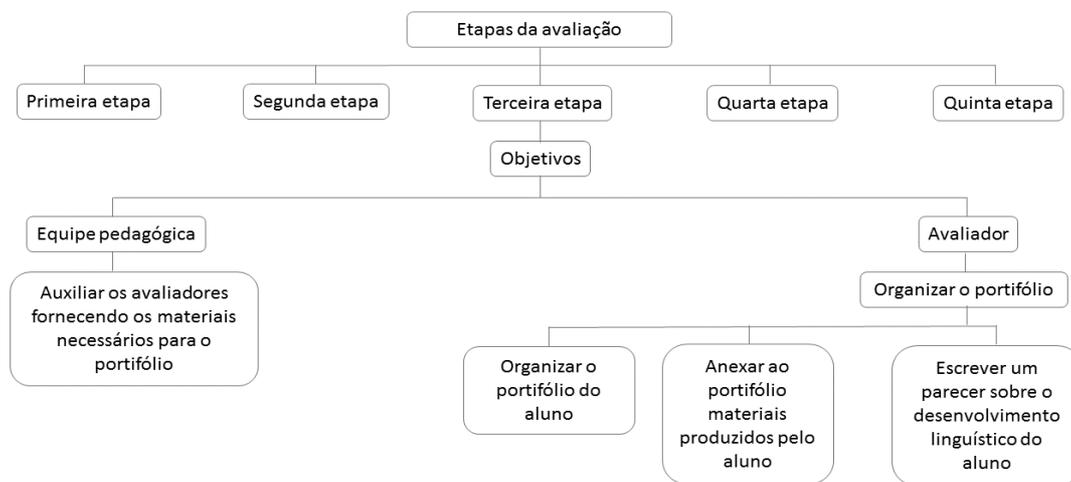


Figura 4- Terceira etapa
Fonte: as autoras (2020).

Mas, o que são esses materiais produzidos pelos alunos?

Esses materiais abrangem as anotações das situações de comunicação (observações) e, também, os materiais que o próprio aluno produziu em sala, como: desenhos dos quais ele descreveu em sala,

vídeos sobre alguma apresentação musical, e até mesmo, os relatos que os pais e/ou responsáveis forneceram na etapa anterior. Esses materiais devem ser anexados a uma pasta do aluno.

Criei o portfólio, e agora?

Com todos os dados, anotações e materiais reunidos no portfólio, você irá analisá-lo e escrever um pequeno parecer que resume o desenvolvimento linguístico da criança avaliada. Mas, como escrever esse parecer? Disponibilizamos algumas instruções para ajudá-lo ao final do guia (ver Apêndice B), assim, com base nos itens sugeridos, você poderá analisar quais são os pontos fortes e fracos do aluno em relação à língua e habilidades com a língua (que ações a criança desempenha). Ao analisar tais pontos, você deve direcionar especial atenção aos detalhes das produções linguísticas das crianças. Muitas vezes, elas podem não produzir uma frase completa e sem inadequações, mas isso não significa que elas não estejam se comunicando. Nesse sentido, as semi-produções e produções híbridas também são incluídas nesta avaliação.

Após a análise, você irá escrever um parecer que apresenta todo o processo de desenvolvimento desse aluno durante o período avaliativo. Aqui, note um pequeno exemplo que analisa e resume alguns dos aspectos linguísticos apresentados pela criança:

Parecer:

Com base nas observações realizadas, foi possível constatar que Diego passou por um longo período de não verbalização, no qual o aluno se comunicava somente por gestos. Atualmente, Diego desenvolve frases relacionadas a sua rotina diária e está desenvolvendo sua pronúncia. De acordo com seus pais, em casa Diego utiliza sua língua materna mas evita utilizá-la na escola..

FIGURA 5 - Modelo do parecer
Fonte: adaptado de McLaughlin et al (1995).

No presente guia, existe um modelo para que você produza este pequeno parecer e o anexe ao portfólio (ver Apêndice C). A seguir, na penúltima etapa, é o momento em que todos os dados do aluno são apresentados à equipe pedagógica e aos pais e/ou responsáveis.

- Perguntas a serem respondidas ao final da etapa:**
- Os materiais coletados dos alunos estão no portfólio?
 - Ocorreu a análise do material coletado?
 - Ocorreu a escrita do parecer?

3.4 Quarta etapa: Encontro pedagógico

A penúltima etapa é o momento em que você se reúne com a equipe pedagógica e com os pais e/ou responsáveis para transmitir tudo o que ocorreu durante o processo avaliativo até o momento.

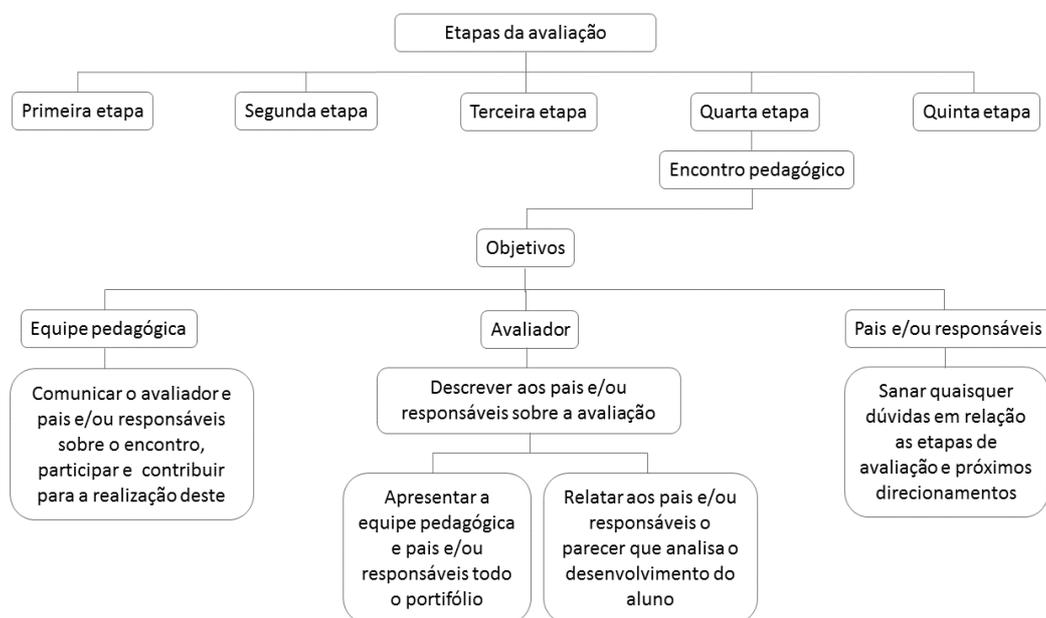


FIGURA 6 - Quarta etapa
Fonte: as autoras (2020).

Quem é responsável por entrar em contato com os pais e/ou responsáveis?

À equipe pedagógica, pois esta possui acesso aos dados pessoais dos responsáveis pelos alunos. É importante ressaltar que a equipe pedagógica participa do encontro, uma vez que é o momento em que todos os integrantes ficam cientes de tudo o que já foi desenvolvido na avaliação.

Como apresentar aos pais e/ou responsáveis tudo o que foi desenvolvido?

Primeiramente, sugerimos que o espaço seja acolhedor, para que os convidados se sintam confortáveis em compartilhar suas opiniões. Para que isso ocorra, existem alguns procedimentos, como: a disposição de cadeiras em círculo como se fosse uma roda de conversa; fazer uma breve apresentação sobre você e as demais pessoas no encontro; pedir para que os pais e/ou responsáveis também se apresentem. Salientamos que ao relatar os dados dos alunos, as informações sejam apresentadas com o uso de figuras, como por exemplo, a utilização de informações não verbais a partir de *emojis*. Dado que os pais das crianças bilíngues também são estrangeiros e podem possuir alguma dificuldade de compreensão do PB, a exposição visual pode se mostrar mais inteligível.

A seguir, descreva como sucedeu a coleta de informações, mostre o portfólio e sua análise quanto às necessidades do aluno e, por fim, o parecer.

O parecer é um documento que permanece na escola para uso pedagógico da equipe e para o histórico da criança. Portanto, é necessário que uma versão seja disponibilizada para os pais e/ou responsáveis de forma mais visual, visando também facilitar seu entendimento por meio de imagens e figuras.

Aproveite o momento e converse durante a apresentação sobre o que o aluno faz em casa, contrastando com o que o aluno faz na escola e tire quaisquer dúvidas que os pais e/ou responsáveis tenham sobre as etapas anteriores e as próximas.

A realização desta etapa é de extrema importância pois, a experiência escolar e familiar relatadas nesse encontro darão origem a elaboração de uma estratégia educacional, a qual será descrita a seguir na última etapa.

Perguntas a serem respondidas ao final da etapa:

- Os pais e/ou responsáveis compareceram ao encontro?
- O portfólio e o parecer foram apresentados?
- Todas as dúvidas foram sanadas?

3.5 Quinta etapa: Elaborando uma estratégia educacional

Na última etapa são considerados todos os dados colhidos anteriormente para que seja desenvolvida uma estratégia educacional com o intuito de atender as demandas do aluno. Para alcançar este objetivo, você utilizará as informações do parecer elaborado anteriormente e irá propor alternativas para o desenvolvimento da criança avaliada.

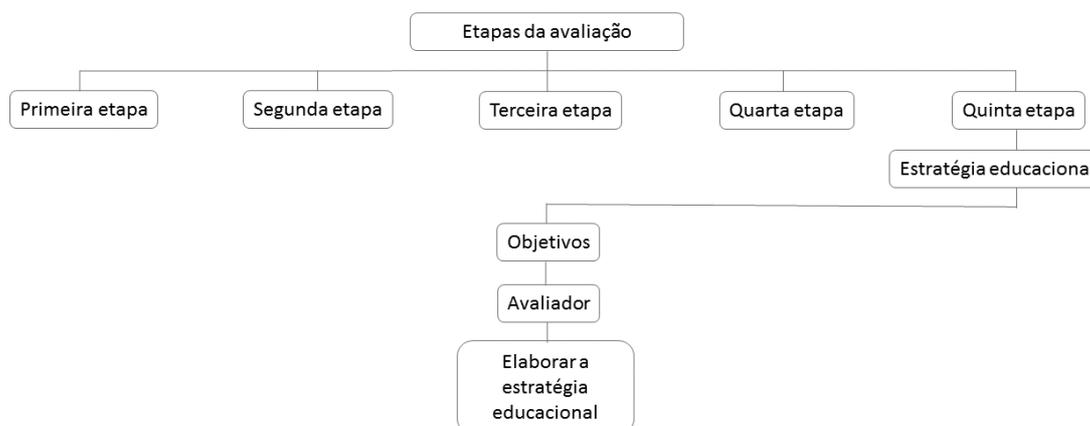


FIGURA 7- Quinta etapa
 Fonte: as autoras (2020).

A proposta principal da estratégia educacional é a de proporcionar ao aluno atividades que estimulem o desenvolvimento de suas habilidades linguísticas. As estratégias mais comuns ao público infantil bilíngue são a adoção de cartões de vocabulário (*flashcards*), músicas, vídeos, uma rotina em sala de aula, jogos, contações de história, dentre outros.

Como criar uma estratégia educacional?

Com base na análise do aluno, é fácil identificar seus pontos fortes e fracos em relação à língua, portanto, por meio das observações, é viável a criação de um plano para que os pontos fracos sejam desenvolvidos e os fortes sejam potencializados. Aqui, você deve considerar também os relatos dos pais e/ou responsáveis que foram apresentados durante o encontro, lembrando que o plano também pode considerar atividades que podem ser desenvolvidas fora do ambiente escolar contanto que os pais e/ou responsáveis estejam cientes, dispostos a participar e a promover tais atividades.

Em seguida, o plano será escrito e anexado junto do parecer ao portfólio do aluno. Na Figura 8, você encontra um exemplo de estratégia educacional, o qual se encontra mais detalhado no Apêndice C.

Estratégia educacional:

O avaliador decidiu utilizar uma rotina diária para estimular o português de Diego. A criação de rotinas diárias são ideais para a aquisição de vocabulário devido a repetição de frases...

FIGURA 8 - Modelo estratégia educacional
 Fonte: adaptado de McLaughlin et al (1995).

Esta estratégia elaborada deve ser implementada na rotina escolar do aluno, visando otimizar tais pontos. É importante lembrar que estas serão aplicadas logo após serem desenvolvidas, por isso, mesmo que esta seja a última etapa do guia-avaliativo, não significa necessariamente sua finalização, como explicaremos a seguir.

Perguntas a serem respondidas ao final da etapa:

- Atividades para o desenvolvimento do aluno foram propostas?
- A estratégia educacional foi escrita?
- Os pais e/ou responsáveis podem auxiliar o desenvolvimento do aluno de alguma forma?

3.6 O fim e recomeço da avaliação

A avaliação não se encerra ao final da última etapa, pois ela se dá de forma contínua, cíclica. Ao final da quinta etapa, retorna-se à primeira e recomeça-se a mesma avaliação, com o adicional de uma estratégia pedagógica.

Mas, como dar continuidade a esta avaliação?

Ao recomeçar a avaliação, o avaliador considera todos os aspectos já avaliados, analisados e a estratégia utilizada. O avaliador reinicia o processo levando em consideração a proposta de estratégia educacional definida, para que possa averiguar o quanto o aluno aprimorou sua língua adicional desde a implementação. Desta forma, a avaliação irá suceder de forma contínua.

Como repassar uma avaliação já concluída para outro avaliador dar a continuidade?

Neste caso, é importante que os dois avaliadores se reúnam para discutir os aspectos prévios da avaliação do aluno. O avaliador sucessor deverá saber quais foram as estratégias propostas para dar continuidade a avaliação, bem como, quais eram as dificuldades do aluno anteriormente para, somente assim, poder avaliar no futuro o desenvolvimento (ou não) linguístico do aluno.

Ao final, quem fica com o portfólio?

Com a equipe pedagógica. O portfólio é um documento essencial nessa avaliação pois contém os dados, o parecer e a estratégia educacional. Consideramos o portfólio como uma biblioteca de informações sobre o aluno e um documento com o qual os avaliadores podem e devem sempre

consultar. Portanto, ao longo das avaliações, o portfólio não é descartado. Pelo contrário, ele é visto com um produto a ser continuado.

Qual é a diferença entre essa avaliação e as demais?

Uma das diferenças é que esta avaliação é dada por um processo que visa resultados qualitativos, enquanto que a maioria das avaliações direcionadas a esse público pretende atribuir apenas notas quantitativas aos seus alunos. A segunda diferença é a de que esta avaliação é contínua, podendo ocorrer durante os três anos definidos ao público-alvo (dos 4 aos 6 anos de idade). Isso significa que durante este período podem ocorrer mudanças exteriores ao aluno, como a mudança de turma e de avaliador. Este aspecto da continuidade da avaliação é exclusivo deste processo alternativo, o que dificilmente pode ocorrer durante uma avaliação que segue o processo padrão, como por exemplo, durante uma prova avaliativa.

4. Considerações Finais

Aprender a ensinar é um processo de socialização, isto é, um processo pelo qual as pessoas adquirem seletivamente valores, atitudes, interesses, destrezas e conhecimentos – a cultura comum aos grupos aos quais pertencem ou aos grupos que pretendem pertencer. Esse processo ocorre em vários níveis e é fruto de diversas influências, persistindo ao longo da vida.

O processo para se tornar professor deve ser construído durante a longa trajetória da história profissional de cada um. É um processo lento, contínuo, permanente e deve ter como critério principal o compromisso individual e institucional para esse fim. A definição de desenvolvimento profissional deve ultrapassar a concepção de domínio de técnicas e conhecimentos necessários para a atividade de ensino, conforme os estudos de Russo, Mendes e Borri-Anadon (2020) e o projeto de Extensão entre a UTFPR e a Secretaria de Educação de São José dos Pinhais apontam.

Sem dúvida, a aprendizagem para a docência é um processo complexo. Ela depende da compreensão e articulação entre vários conhecimentos, destacando o específico (área de conhecimento de formação e atuação) e o pedagógico (como relacionar-se, como ensinar, como enfrentar a diversidade e as situações complexas, entre outros fatores). Ressaltamos que, a partir da formação inicial para a docência, o professor permanece se desenvolvendo e aprendendo sua prática profissional no contexto institucional e essa aprendizagem requer entendimento do seu desdobramento. Nesse sentido, entendemos a proposta de elaboração do guia-avaliativo como um convite para que o professor seja pesquisador da sua própria prática e para que o guia, enquanto instrumento educativo, possa fortalecer e indicar um caminho possível e coerente para o desenvolvimento das aulas de português.

Lembramos que se trata de uma proposta de um guia-avaliativo para crianças migrantes que ingressam no ensino educacional brasileiro ainda não testada. Sendo assim, devem ser consideradas pela equipe pedagógica, durante o planejamento, todas as situações referentes à estrutura da escola,

à capacitação de professores, de alunos a serem avaliados e pais e/ou responsáveis. As etapas, apesar de apresentarem uma sequência, são passíveis de alterações de acordo com o contexto escolar.

A partir de uma primeira aplicação deste guia, o mesmo indicaria modificações e adaptações aos diferentes contextos e isso contribuiria para o aperfeiçoamento da avaliação. Sendo assim, temos como proposta de aprofundamento para futuras pesquisas a aplicação do guia em diferentes turmas e escolas brasileiras. Contávamos com a aplicação do guia no primeiro semestre do ano de 2020, todavia, devido às alterações sofridas no calendário escolar e adoção de um formato de ensino remoto, organizado pela Secretaria de Educação em diversas cidades brasileiras, os planos foram adiados para um momento posterior a esse cenário.

Esperamos que a proposta do guia-avaliativo aqui apresentado e descrito possa operar como uma ferramenta teórico-prática para a avaliação de crianças migrantes, em idade escolar no Brasil, e que possa auxiliar professores e gestores escolares.

REFERÊNCIAS

CABETE, Marta Alexandra. O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

CORDEIRO, E.N; BALDIN, F.D.C. O processo de formação inicial de professores de português para falantes de outras línguas na UTFPR-CT: integração entre prática pedagógica e teoria. *Revista Línguas & Letras*, v. 18, n. 39, p. 96-111, 2017.

GROSSO, M.J.R. Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n.2, p. 61-77, 2010.

LEFFA, V. J. Uma outra aprendizagem é possível: colaboração em massa, recursos educacionais abertos e ensino de línguas. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, nº 55/2, p. 353-377, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/oGGSA>. Acesso em: 10 out. 2018.

MCLAUGHLIN, Barry; BLANCHARD, Antoinette Gesi; OSANAI, Yuka. *Assessing Language Development in Bilingual Preschool Children*. 22. ed. Washington, Dc: Office Of Bilingual Education And Minority Languages Affairs (Ed), 1995. 29 p. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED388088>. Acesso em: 01 out. 2019.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In FARIA, Doris Santos de (org). *Construção Conceitual da Extensão na América Latina*. Brasília. Editora UNB. 2001.

NORTON, B. *Identity and language learning: Extending the conversation*. Multilingual matters, 2013.

OLIVEIRA, M. de. Imigrantes haitianos no Paraná em 2015. Refúgio e hospitalidade. Curitiba: Kairós, p. 249-276, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Relatório “Refúgio no Brasil: uma análise estatística - Janeiro de 2010 a Outubro de 2014”. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/d>

oc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014. Acesso em: 18 set. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Relatório Tendências Globais. Genebra: 2015. Disponível em [http://http:// www.unhcr.org/2014trends](http://http://www.unhcr.org/2014trends) Acesso em: 19 nov. 2015.

RETORTA, Miriam Sester; MAROCHI, Thais Barbosa. Avaliação em línguas estrangeiras: da teoria à prática. Curitiba: CRV, 2018. 162 p.

RUSSO, Kelly; MENDES, L; Borri-Anadon, C. Crianças em situação de imigração na escola pública: percepções de professores/as. Cadernos de Pesquisa (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. IMPRESSO), v. 50, p. 256-272, 2020.